

Anthony  
**Giddens**

**Sociologia**



4<sup>a</sup>  
EDIÇÃO

# **Sociologia**



G453s Giddens, Anthony  
Sociologia / Anthony Giddens ; tradução Sandra Regina  
Netz. – 4. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2005.  
600 p. ; 28 cm.

ISBN 978-85-363-0222-5

1. Sociologia. I. Título.

CDU 316

Catálogo na publicação: Júlia Angst Coelho – CRB Provisório 05/05

Anthony  
**Giddens**

# Sociologia

4<sup>a</sup>  
edição

**Tradução:**

Sandra Regina Netz

**Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição:**

Virgínia Aita

Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Reimpressão 2008



2005

Obra originalmente publicada sob o título  
*Sociology, Fourth edition*

© Anthony Giddens, 2001

*This edition is published by arrangement with Polity Press in association with Blackwell Publishing, Oxford*

ISBN 07-456-2310-7

Capa: *Gustavo Macri*

Preparação de original: *Cecilia Luiza Aued Kemel*

Leitura final: *Jô Santucci*

Supervisão editorial: *Mônica Ballejo Canto*

Editoração eletrônica: *Laser House*

Reservados todos os direitos de publicação, em língua portuguesa, à  
ARTMED® EDITORA S.A.

Av. Jerônimo de Ornelas, 670 - Santana

90040-340 Porto Alegre - RS

Fone (51) 3027-7000 Fax (51) 3027-7070

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte,  
sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação,  
fotocópia, distribuição na Web e outros), sem permissão expressa da Editora.

SÃO PAULO

Av. Angélica, 1.091 - Higienópolis

01227-100 São Paulo - SP

Fone (11) 3665-1100 Fax (11) 3667-1333

SAC 0800 703-3444

IMPRESSO NO BRASIL

PRINTED IN BRAZIL

# Agradecimentos

**G**ostaria de agradecer a todos que me ajudaram na preparação deste livro. Muitos leitores da edição anterior tiveram a iniciativa de enviar comentários úteis: sou muito grato a eles. A preparação da quarta edição teria sido impossível sem a participação de Karen Birdsall, que trabalhou ativamente durante muitos meses. Não poderia ter esperado uma colega de pesquisa tão diligente e perspicaz quanto Karen, com quem estou profundamente em dívida.

Devo muito também a Eunice Goes, a Olga Jubany-Baucells e a Rachel Condry, por sua excelente e útil contribuição. Gostaria de agradecer, sobretudo, a John Thompson, David Held, Gill Motley, Sandra Byatt, Sue Leigh, Leanda Shrimpton, Heather Vickers, Lisa Eaton e Louise Cooper.

Gostaria de agradecer ainda a Anne de Sayrah, Amanda Goodall, Boris Holzer, Jay Cousins e Miriam Clarke, do LSE.

Finalmente, como em edições anteriores do livro, Ann Bone fez um trabalho maravilhoso de edição do texto, a quem sou muito grato.



## Prefácio à Quarta Edição

**P**ara esta edição de *Sociologia*, o texto foi revisado de forma mais abrangente do que em qualquer edição anterior do livro. O ritmo de mudança no mundo social contemporâneo é notável, e o texto busca tanto descrever como refletir tais mudanças. Naturalmente, este livro pode ser considerado por si mesmo uma leitura autônoma, mas é concebido para interagir com material complementar em seu próprio *website*. O *website* é construído de tal forma que *links* podem ser facilmente procurados sempre que um tema precise ser explorado em maior profundidade. O *website* para acompanhar este livro está disponível em [http://www.polity.co.uk/giddens\\*](http://www.polity.co.uk/giddens*). Tanto mestres como alunos encontrarão aqui uma riqueza de recursos, incluindo um manual complementar do professor, amostras de questões descritivas, questionários *on-line*, *links* adicionais remetendo a recursos da internet e muito mais. Esse recurso complementar acrescenta uma nova dimensão à *Sociologia*, 4ª edição, e é concebido para beneficiar tanto os que lecionam como os que estudam nessa área.

Todos os dados empíricos no texto foram inteiramente revisados e atualizados. Como em edições anteriores, procurei tornar o livro legível e agradável, mas também tentei mantê-lo rente aos avanços da disciplina. Foi feito, é claro, uso abrangente de estudos acadêmicos e de revistas especializadas como fontes de materiais para pesquisa, mas, para que o texto se mantivesse tão atual quanto possível, foram escolhidos jornais e periódicos como fontes atualizadas. Desde a publicação da edição anterior, a internet tornou-se uma fonte de pesquisa muito mais rica do que antes. Muitas seções novas foram acrescentadas ao livro. Ao integrá-las com partes examinadas e testadas do texto, tentei preservar a reputação do livro como uma introdução atual à sociologia.

De várias maneiras, a primeira edição deste livro, publicada em 1989, abriu novas frentes. Uma questão bastante enfatizada dizia respeito ao impacto da globalização, discussão que naquele tempo estava apenas começando, mesmo nas áreas mais técnicas da disciplina. Desde então, o debate sobre a globalização intensificou-se amplamente, enquanto a globalização, por sua vez, avançou ainda mais, do mesmo modo que algumas das mudanças na tecnologia de informação relacionadas a ela. Esta edição atual é pioneira porque é o primeiro texto a incluir uma completa discussão de como a internet e outras mudanças na tecnologia de informação estão alterando nossas vidas. Essas questões são problematizadas em, praticamente, todos os capítulos. Um período de mudanças dramáticas traz consigo novos riscos – risco é também um tema persistente deste texto.

O livro segue o padrão global de apresentação que lhe trouxe sucesso em edições anteriores. A sociologia destinada ao principiante é mais bem compreendida por meio de uma apreciação de questões às quais o leitor pode prontamente relacionar com suas experiências de vida. Portanto, sobretudo nos capítulos iniciais, as idéias abstratas ou teorias introduzidas são relacionadas, sempre que possível, a ilustrações que o leitor pode facilmente compreender. Todos os capítulos da primeira edição foram amplamente reescritos e, na maioria dos casos, reorganizados. Conservei a perspectiva claramente comparativa que era um traço distintivo das edições anteriores.

\* N. de R. O conteúdo do site é em inglês.



# Como Usar este Livro

**E**ste livro foi escrito na crença de que a sociologia tem um papel-chave na cultura intelectual moderna e um lugar central dentro das ciências sociais. Depois de lecionar por muitos anos em todos os níveis da sociologia, convenci-me da necessidade de reunir alguns dos avanços atuais e dos desenvolvimentos da disciplina em uma introdução elementar à mesma.

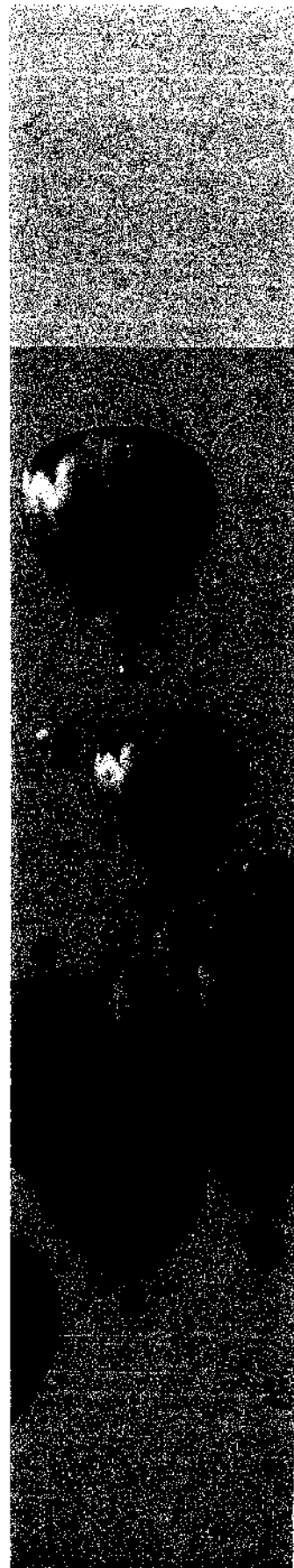
Meu objetivo foi escrever um trabalho que combinasse alguma originalidade com uma análise de todas as questões básicas de interesse dos sociólogos hoje. O livro não tenta introduzir noções demasiadamente sofisticadas; mesmo assim, idéias e descobertas oriundas de estudos da disciplina são incorporadas em todas as seções. Espero que não seja um tratamento partidário; esforcei-me em cobrir as principais abordagens em sociologia de modo imparcial, porém não indiscriminado. O livro encontra um equilíbrio entre pensamento teórico e pesquisa empírica. A teoria é claramente crucial em sociologia, como em qualquer outro assunto acadêmico. O livro introduz os estudantes a abordagens clássicas da teoria, mas, ao mesmo tempo, busca concentrar-se em abordagens teóricas recentemente desenvolvidas.

## Temas principais

O livro é construído em torno de um número de temas básicos, cada um dos quais ajuda a dar ao trabalho um caráter distinto. Um dos grandes temas é o do *mundo em mudança*. A sociologia nasceu de transformações que impeliram a ordem social industrial do Ocidente para longe dos modos de vida característicos das sociedades precedentes. O mundo criado por essas mudanças é o objeto principal de preocupação da análise sociológica. O ritmo de mudança social continuou a acelerar-se, e é possível que estejamos no limiar de transições tão fundamentais como aquelas ocorridas no término dos séculos XVIII e XIX. A sociologia tem a responsabilidade principal de mapear as transformações que ocorreram no passado e de delinear as linhas mais importantes de desenvolvimento que estão ocorrendo hoje em dia.

Um segundo tema fundamental do livro é a *globalização da vida social*. Por muito tempo, a sociologia foi dominada pela idéia de que as sociedades podem ser estudadas como unidades independentes. Mas, mesmo no passado, as sociedades nunca realmente existiram em isolamento. Atualmente, podemos ver uma clara aceleração nos processos de integração global. Isso é óbvio, por exemplo, na expansão da economia global e no papel que hoje os mercados financeiros têm em nossas vidas. A ênfase na globalização, no presente livro, também se relaciona estreitamente com o valor dado à interdependência entre as partes desenvolvidas e menos desenvolvidas do mundo.

Em terceiro lugar, o livro assume uma postura bastante *comparativa*. A sociologia não pode ser ensinada apenas pela compreensão das instituições de alguma sociedade em particular. Embora certamente eu tenha concentrado a discussão na Grã-Bretanha, essa discussão está equilibrada por uma rica variedade de materiais trazidos de outras sociedades e culturas,





que compreende não só pesquisas realizadas em outros países ocidentais, mas também referências à Rússia, à China e ao Oriente Médio, sociedades que atualmente estão sofrendo mudanças substanciais. Este livro também inclui mais material sobre os países mais pobres do que tem sido comum até aqui em introduções à sociologia. Além disso, realçuei a relação entre sociologia e antropologia, cujas preocupações se entrecruzam de modo abrangente. Em virtude das conexões íntimas que agora interconectam as sociedades pelo mundo umas com as outras e o desaparecimento virtual de muitas formas de sistema social tradicional, a sociologia e a antropologia tornam-se cada vez mais indistinguíveis.

Um quarto tema é a necessidade de assumir uma *orientação histórica* para a sociologia. Isso significa bem mais do que simplesmente preencher o "contexto histórico" dentro do qual os eventos ocorrem. Um dos mais importantes desenvolvimentos na sociologia nos últimos anos foi a crescente ênfase na análise histórica. Isso não deveria ser compreendido apenas como a aplicação, sobre o passado, de uma abordagem sociológica, mas como modo de contribuir ao nosso entendimento das instituições no presente. O trabalho recente em sociologia histórica é usado largamente neste livro e fornece um esquema para as interpretações oferecidas dentro da maioria dos diferentes capítulos.

Em quinto lugar, particular atenção é dada por meio do texto a *questões de gênero*. Em geral, o estudo de gênero é visto como um campo específico dentro da sociologia como um todo – e o presente volume contém um capítulo que explora o pensamento e a pesquisa sobre o assunto. Contudo, questões sobre relações de gênero são tão fundamentais à análise sociológica que não podem simplesmente ser relegadas a uma subdivisão da disciplina.

Um sexto tema é a relação entre o *social* e o *pessoal*. O pensamento sociológico é uma ajuda vital à compreensão de si mesmo, que, por sua vez, pode promover uma compreensão aprimorada do mundo social. Estudar sociologia deveria ser uma experiência libertadora: a sociologia aumenta nossas simpatias e nossa imaginação, abre novas perspectivas para os fun-

damentos de nosso próprio comportamento e desperta em nós a consciência para com ambientes culturais diferentes do nosso. Visto que as idéias sociológicas desafiam o dogma, ensinam a apreciação da variedade cultural e nos permitem penetrar no funcionamento das instituições sociais, a prática de sociologia aumenta as possibilidades da liberdade humana.

### Organização do livro

Não há muita discussão abstrata de conceitos sociológicos básicos no começo deste livro. Ao contrário, os conceitos são explicados quando introduzidos nos capítulos relevantes, e busquei, em todos os lugares, ilustrar idéias, conceitos e teorias por meio de exemplos concretos. Embora, amiúde, tais exemplos tenham sido coletados da pesquisa sociológica, muitas vezes usei material retirado de outras fontes (como reportagens de jornal) com propósitos ilustrativos. Tentei, dentro do possível, escrever com estilo simples e direto, e também me empenhei em tornar o livro vivo e "cheio de surpresas".

Os capítulos seguem uma seqüência planejada para ajudar a alcançar um domínio progressivo de diferentes campos da sociologia, mas tive o cuidado de assegurar que o livro pudesse ser usado de modo flexível e que fosse fácil de adaptar às necessidades de cursos individuais. Os capítulos podem ser suprimidos ou estudados em ordem diferente, sem maior prejuízo. Cada capítulo foi escrito como uma unidade razoavelmente autônoma, com referências cruzadas a outros capítulos em pontos relevantes.

Há *links* de internet nos finais dos capítulos que oferecem alguns pontos de partida para a riqueza de informação sobre pessoas e sobre sociologia oferecidas pela *world wide web*. A internet é um recurso dinâmico que não permanece parado por muito tempo e, entre uma visita e outra, os *sites* podem crescer, mudar ou desaparecer completamente. O *website* que acompanha este livro será atualizado regularmente com novos recursos e *links* da internet, devendo ser considerado uma fonte valiosa de informação.

# Sumário

<b>Prefácio à Quarta Edição</b>	vii
<b>Como Usar este Livro</b>	ix
1. O Que É Sociologia?	24
2. Cultura e Sociedade	38
3. Um Mundo em Mudança	60
4. Interação Social e Vida Cotidiana	82
5. Gênero e Sexualidade	102
6. Sociologia do Corpo: Saúde, Doença e Envelhecimento	129
7. As Famílias	151
8. Crime e Desvio	172
9. Raça, Etnicidade e Migração	204
10. Classe, Estratificação e Desigualdade	234
11. Pobreza, Previdência Social e Exclusão Social	234
12. Organizações Modernas	283
13. Trabalho e Vida Econômica	305
14. Governo e Política	342
15. A Mídia e as Comunicações de Massa	367
16. Educação	395
17. Religião	426
18. As Cidades e os Espaços Urbanos	455
19. Crescimento Populacional e Crise Ecológica	479
20. Métodos de Pesquisa Sociológica	508
21. O Pensamento Teórico na Sociologia	527
<b>Agradecimentos</b>	<b>543</b>
<b>Créditos das Figuras</b>	<b>545</b>
<b>Referências</b>	<b>547</b>
<b>Glossário</b>	<b>561</b>
<b>Índice</b>	<b>579</b>



# Sumário Detalhado

<b>Prefácio à Quarta Edição</b>	v
<b>Como usar este Livro</b>	ix

## **1: O Que É Sociologia?** 23

<b>Desenvolvendo uma perspectiva sociológica</b>	24
Estudando sociologia	25
<b>Como a sociologia pode ajudar em nossas vidas?</b>	26
Consciência das diferenças culturais	27
Avaliando os efeitos das políticas	27
Auto-esclarecimento	27
<b>O desenvolvimento do pensamento sociológico</b>	27
Primeiros teóricos	27
<b>Perspectivas sociológicas mais recentes</b>	34
Funcionalismo	34
Perspectivas de conflito	35
Perspectivas de ação social	35
<b>Conclusão</b>	36
<b>Pontos principais</b>	36

## **2: Cultura e Sociedade** 37

<b>O conceito de cultura</b>	38
Valores e normas	38
Diversidade cultural	39
Etnocentrismo	40
<b>Socialização</b>	42
Papéis sociais	43
Identidade	43
<b>Tipos de sociedade</b>	44
Um mundo em extinção: as sociedades pré-modernas e seu destino	45
O mundo moderno: sociedades industriais	47
Desenvolvimento global	49



<b>Mudança social</b>	53	Concepções partilhadas	87
Influências sobre a mudança social	53	Os experimentos de Garfinkel	87
Mudança no período moderno	55	“Vandalismo interacional”	88
<b>Conclusão</b>	56	Formas de falar	89
<b>Pontos principais</b>	56	Respostas exclamativas	90
<b>Questões para reflexão</b>	57	Lapsos da fala	90
<b>Leitura complementar</b>	57	<b>Rosto, corpo e discurso em</b>	
<b>Endereços na internet</b>	58	<b>interação</b>	91
<b>3: Um Mundo em Mudança</b>	<b>59</b>	Encontros	91
<b>Dimensões da globalização</b>	61	Marcadores	92
Fatores que contribuem para a globalização	61	Gestão de impressão	93
As causas da crescente globalização	63	Regiões de frente e regiões de fundo	93
<b>O debate sobre globalização</b>	66	Espaço pessoal	94
Os “céticos”	66	<b>Interação no tempo e no espaço</b>	95
Os “hiperglobalizadores”	67	Tempo do relógio	96
Os “transformacionistas”	68	Vida social e a ordenação do espaço e do tempo	97
<b>O impacto da globalização nas nossas vidas</b>	68	<b>Conclusão: a compulsão da proximidade</b>	98
A ascensão do individualismo	68	<b>Pontos principais</b>	99
Padrões de trabalho	69	<b>Questões para reflexão</b>	99
Cultura popular	70	<b>Leitura complementar</b>	100
<b>Globalização e risco</b>	71	<b>Endereços na internet</b>	100
A difusão do “risco produzido”	71	<b>5: Gênero e Sexualidade</b>	<b>101</b>
A “sociedade de risco” global	74	<b>Diferenças de gêneros</b>	102
<b>Globalização e desigualdade</b>	74	Gênero e biologia: diferença natural	103
Desigualdade e divisões globais	74	A teoria freudiana do desenvolvimento de gênero	104
A campanha por “justiça global”	76	A teoria do desenvolvimento do gênero de Chodorow	104
<b>Conclusão: a necessidade de uma governança global</b>	78	Socialização do gênero	105
<b>Pontos principais</b>	79	A construção social do gênero e do sexo	106
<b>Questões para reflexão</b>	80	<b>Perspectivas sobre desigualdade de gênero</b>	107
<b>Leitura complementar</b>	80	Abordagens funcionalistas	107
<b>Endereços na internet</b>	80	Abordagens feministas	108
<b>4: Interação Social e Vida Cotidiana</b>	<b>81</b>	<b>Feminilidades, masculinidades e relações de gênero</b>	111
<b>O estudo da vida cotidiana</b>	82	R. W. Connell: a ordem do gênero	111
Microsociologia e macrosociologia	84	Masculinidades em transformação	114
<b>Comunicação não-verbal</b>	84	<b>Sexualidade humana</b>	115
Rosto, gestos e emoção	85	Biologia e comportamento sexual	116
A “imagem” e a auto-estima	86	Influências sociais no comportamento sexual	116
Gênero e comunicação não-verbal	86	A sexualidade na cultura ocidental	117
<b>Regras sociais e diálogo</b>	87	Uma nova fidelidade?	119

<b>Homossexualidade</b>	119	<b>7. As Famílias</b>	150
A homossexualidade na cultura ocidental	121	<b>Conceitos básicos</b>	151
Atitudes em relação homossexualidade	122	A diversidade familiar	152
A luta por direitos e reconhecimento legais	122	<b>Perspectivas teóricas sobre a família</b>	152
<b>Prostituição</b>	123	O funcionalismo	152
A prostituição hoje	123	Abordagens feministas	153
A prostituição infantil e a "indústria sexual global"	124	Novas perspectivas na sociologia da família	155
Explicando a prostituição	124	<b>O casamento e o divórcio na Grã-Bretanha</b>	157
<b>Conclusão: gênero e globalização</b>	124	Núcleos domésticos monoparentais	157
<b>Pontos principais</b>	126	O recasamento	159
<b>Questões para reflexão</b>	127	Famílias reconstituídas	159
<b>Leitura complementar</b>	127	O pai ausente	161
<b>Endereços na Internet</b>	127	Mulheres sem filhos	161
<b>6. Sociologia do Corpo, Saúde, Doença e Envelhecimento</b>	128	<b>As variações nos padrões familiares: a diversidade étnica na Grã-Bretanha</b>	162
<b>A sociologia do corpo</b>	130	As famílias sul-asiáticas	163
<b>A base social da saúde</b>	130	As famílias negras	163
Classe e saúde	131	<b>As alternativas ao casamento</b>	164
Gênero e saúde	133	A coabitação	164
Raça e saúde	134	Parcerias gays e lésbicas	166
A lei de "inversão de assistência à saúde"	137	<b>Violência e abuso na vida familiar</b>	166
<b>Medicina e sociedade</b>	137	Violência no interior das famílias	166
A ascensão do modelo biomédico de saúde	137	Abuso sexual infantil e incesto	167
O Modelo Biomédico	138	<b>O debate sobre valores familiares</b>	168
Críticas ao modelo biomédico	139	<b>Pontos principais</b>	169
Medicina e saúde num mundo em mudanças	140	<b>Questões para reflexão</b>	170
<b>Abordagens sociológicas sobre saúde e doença</b>	141	<b>Leitura complementar</b>	170
O papel de enfermo	142	<b>Endereços na internet</b>	170
A doença como "experiência vivida"	143	<b>8. Crime e Desvio</b>	171
<b>Saúde e envelhecimento</b>	144	<b>A sociologia do desvio</b>	173
Os efeitos físicos do envelhecimento	145	<b>Explicando o crime e o desvio</b>	173
Problemas do envelhecimento	146	Explicações biológicas: "tipos de criminosos"	173
<b>Conclusão: o futuro do envelhecimento</b>	147	Explicações psicológicas: "estados mentais anormais"	174
<b>Pontos principais</b>	148	<b>Teorias sociológicas sobre crime e desvio</b>	176
<b>Questões para reflexão</b>	149	Teorias funcionalistas	176
<b>Leitura complementar</b>	149	Teorias interacionistas	176
<b>Endereços na Internet</b>	149	Teorias de conflito: "a nova criminologia"	179
		Teorias de controle	180
		Conclusões teóricas	182

<b>Padrões do crime no Reino Unido</b>	182	<b>A diversidade étnica no Reino Unido</b>	220
O crime e as estatísticas relacionadas ao crime	183	Empregos e sucesso econômico	222
<b>As estratégias de redução do crime na sociedade de risco</b>	184	Habitação	224
Reações políticas ao crime	184	Raça e crime	225
Policinando a sociedade de risco	186	<b>A imigração e as relações étnicas no continente</b>	227
O policiamento comunitário	188	A migração e a União Européla	227
<b>Vítimas e perpetradores do crime</b>	189	Refugiados, pessoas em busca de asilo e migrantes por motivos econômicos	228
Gênero e crime	189	<b>Conclusão</b>	230
Os crimes contra os homossexuais	192	<b>Pontos principais</b>	230
A juventude e o crime	192	<b>Questões para reflexão</b>	231
O crime do colarinho-branco	194	<b>Leitura complementar</b>	231
<b>O crime organizado</b>	195	<b>Endereços na internet</b>	232
A face flexível do crime organizado	196		
Cibercrime	196	<b>10. Classe, Estratificação e Desigualdade</b>	238
<b>Prisões: a resposta ao crime?</b>	197		
<b>Conclusão: crime, desvio e ordem social</b>	200	<b>As teorias de classe e a estratificação</b>	234
<b>Pontos principais</b>	200	A teoria de Karl Marx	234
<b>Questões para reflexão</b>	201	A teoria de Max Weber	236
<b>Leitura complementar</b>	202	A teoria de Erik Olin Wright sobre classe	237
<b>Endereços na internet</b>	202	<b>A mensuração da classe</b>	238
		John Goldthorpe: classe e ocupação	238
<b>9. Raça, Etnicidade e Migração</b>	203	A avaliação dos esquemas de classes	239
<b>Compreendendo a raça e a etnicidade</b>	205	<b>As divisões de classe social na sociedade ocidental de hoje</b>	240
Raça	205	A questão da classe alta	240
Etnicidade	206	A classe média	242
<b>Preconcelto, discriminação e racismo</b>	208	A natureza mutante da classe trabalhadora	243
Racismo	209	Classe e estilo de vida	244
<b>Explicando o racismo e a discriminação étnica</b>	210	A classe baixa	246
Interpretações psicológicas	210	<b>Gênero e estratificação</b>	246
Interpretações sociológicas	211	Determinando a posição de classe das mulheres	246
<b>Integração étnica e conflito étnico</b>	213	O impacto do emprego das mulheres nas divisões de classe	247
Modelos de integração étnica	213	<b>Mobilidade social</b>	248
Conflito étnico	214	Estudos comparativos sobre mobilidade	248
<b>Migração global</b>	214	Mobilidade descendente	249
Movimentos migratórios	215	A mobilidade social na Grã-Bretanha	249
Diásporas globais	216	Gênero e mobilidade social	250
<b>A imigração para o Reino Unido</b>	219	<b>Conclusão</b>	251
Mudanças na política de imigração da Grã-Bretanha	219		

<b>Pontos principais</b>	251	<b>O gênero e as organizações</b>	293
<b>Questões para reflexão</b>	252	As mulheres na gerência	294
<b>Leitura complementar</b>	253	<b>Ultrapassando os limites da burocracia?</b>	296
<b>Endereços na internet</b>	253	Mudança organizacional: o modelo japonês	296
<b>11: Pobreza, Previdência Social e Exclusão Social</b>	<b>254</b>	A transformação do gerenciamento	297
<b>Pobreza</b>	255	A tecnologia e as organizações modernas	298
O que é a pobreza?	255	As organizações em formato de redes	299
A mensuração da pobreza	257	O debate em torno da desburocratização	300
Tendências recentes da pobreza no Reino Unido	257	<b>Conclusão</b>	301
Quem são os pobres?	259	<b>Pontos principais</b>	302
Como explicar a pobreza?	260	<b>Questões para reflexão</b>	303
Pobreza e mobilidade social	262	<b>Leitura complementar</b>	303
<b>A controvérsia da classe baixa</b>	263	<b>Endereços na Internet</b>	303
O pano de fundo para o debate sobre a classe baixa	263	<b>13: Trabalho e Vida Econômica</b>	<b>304</b>
A classe baixa, a UE e a migração	264	<b>O que é o trabalho?</b>	305
Existe uma classe baixa na Grã-Bretanha?	264	A atividade remunerada e a não-remunerada	306
<b>Exclusão social</b>	265	<b>Tendências do sistema ocupacional</b>	306
Formas de exclusão social	267	A economia do conhecimento	308
Os sem-teto	269	<b>A divisão do trabalho e a dependência econômica</b>	309
Crime e exclusão social	270	O taylorismo e o fordismo	309
<b>A Previdência Social e a reforma do Estado Assistencial</b>	272	Automação	310
Teorias do Estado Assistencial	272	Tecnologia da informação	311
A ascensão do Estado Assistencial britânico	273	As limitações do taylorismo e do fordismo	313
A reforma do Estado Assistencial	274	<b>A transformação do trabalho</b>	313
<b>Conclusão: repensando a igualdade e a desigualdade</b>	279	Pós-fordismo	313
<b>Pontos principais</b>	279	Produção flexível	314
<b>Questões para reflexão</b>	280	Produção em grupo	314
<b>Leitura complementar</b>	280	Trabalho em equipe	314
<b>Endereços na internet</b>	281	"Habilidades múltiplas"	314
<b>12: Organizações Modernas</b>	<b>282</b>	O treinamento no emprego	315
<b>As organizações e a vida moderna</b>	283	As críticas ao pós-fordismo	315
<b>Teorias da organização</b>	284	<b>As mulheres e o trabalho</b>	315
A visão de Weber sobre a burocracia	284	As mulheres e o local de trabalho: visão histórica	316
A teoria das organizações de Michel Foucault: o controle do tempo e do espaço	290	O crescimento da atividade econômica das mulheres	316
Burocracia e democracia	292	O gênero e as desigualdades no trabalho	317

A disparidade salarial	320	O "Novo Trabalhismo"	354
Será que as desigualdades de gênero em termos ocupacionais estão desaparecendo?	323	A política da terceira via	355
A divisão doméstica do trabalho	324	<b>Mudança política e social</b>	356
<b>O trabalho e a família</b>	326	A globalização e os movimentos sociais	357
O desafio de conciliar trabalho e família	326	A tecnologia e os movimentos sociais	359
<i>Políticas de trabalho de amparo à família</i>	329	<b>Movimentos nacionalistas</b>	359
<b>Desemprego</b>	332	Teorias sobre o nacionalismo e a nação	359
Uma análise do desemprego	332	Nações sem Estado	361
As tendências do desemprego na Grã-Bretanha	332	As nações e o nacionalismo nos países em desenvolvimento	361
A experiência do desemprego	333	<b>Conclusão: Estado-nação, identidade nacional e globalização</b>	363
<b>A insegurança no emprego</b>	334	<b>Pontos principais</b>	363
O aumento da insegurança no emprego	335	<b>Questões para reflexão</b>	364
Os efeitos nocivos da insegurança no emprego	336	<b>Leitura complementar</b>	365
É o fim do "emprego para a vida inteira"?	337	<b>Endereços na internet</b>	365
<b>O trabalho passa a ser menos importante?</b>	338	<b>15: A Mídia e as Comunicações de Massa</b>	366
<b>Pontos principais</b>	339	<b>Os jornais e a televisão</b>	367
<b>Questões para reflexão</b>	340	Os jornais	367
<b>Leitura complementar</b>	340	A transmissão de programas de televisão	368
<b>Endereços na internet</b>	340	<b>O impacto da televisão</b>	371
<b>14: Governo e Política</b>	341	TV e violência	371
<b>Governo, política e poder</b>	342	Os sociólogos analisam os noticiários da TV	372
<b>O conceito de Estado</b>	342	A televisão e o gênero	373
<b>Tipos de regime político</b>	343	<b>Teorias da mídia</b>	374
Monarquia	343	As primeiras teorias	374
Democracia	343	Jürgen Habermas: a esfera pública	374
Autoritarismo	344	Baudrillard: o mundo da hiper-realidade	375
<b>O avanço global da democracia liberal</b>	345	John Thompson: a mídia e a sociedade moderna	375
A queda do comunismo	345	<b>A nova tecnologia das comunicações</b>	377
Como explicar a popularidade da democracia liberal	347	Telefones celulares: a onda do futuro?	379
O paradoxo da democracia	347	<b>A internet</b>	380
<b>Os partidos políticos e a votação nos países do Ocidente</b>	351	As origens da internet	380
Sistemas partidários	351	O impacto da internet	382
Os partidos e a votação na Grã-Bretanha	353	<b>A globalização e a mídia</b>	383
Durante e depois do thatcherismo	354	Música	385
		Cinema	385
		As "superempresas" de mídia	386
		<b>O imperialismo da mídia</b>	387



A mídia global e a democracia	388	No que consiste a inteligência?	419
Resistência e alternativas à mídia global	389	Inteligência emocional e interpessoal	421
<b>A questão da regulamentação da mídia</b>	391	<b>Conclusão: um aprendizado que se estende por toda a vida</b>	421
<b>Conclusão</b>	392	<b>Pontos principais</b>	423
<b>Pontos principais</b>	392	<b>Questões para reflexão</b>	424
<b>Questões para reflexão</b>	393	<b>Leitura complementar</b>	424
<b>Leitura complementar</b>	393	<b>Endereços na internet</b>	424
<b>Endereços na internet</b>	392		
<b>16: Educação</b>	<b>394</b>	<b>17: Religião</b>	<b>425</b>
<b>As mudanças no papel da educação</b>	396	<b>Como definir a religião</b>	427
Educação e industrialização	396	O que não é a religião	427
<b>Educação britânica: origens e desenvolvimento</b>	397	O que é a religião	427
Educação e política	398	<b>A diversidade de religiões</b>	427
Comparações internacionais	400	Totemismo e animismo	428
<b>Ensino superior</b>	401	Judaísmo, cristianismo e islamismo	429
O sistema na Grã-Bretanha	401	As religiões do Extremo Oriente	430
Universidades eletrônicas	406	<b>Teorias sobre a religião</b>	430
<b>A educação e a nova tecnologia das comunicações</b>	407	Marx e a religião	431
A tecnologia dentro da sala de aula	407	Durkheim e o ritual religioso	431
A educação e a disparidade tecnológica	408	Weber: as religiões do mundo e a transformação social	432
<b>A privatização da educação</b>	409	Avaliação	433
Estados Unidos: empresários da educação	409	<b>Tipos de organização religiosa</b>	433
Grã-Bretanha: o resgate das "escolas reprovadas"	411	Igrejas e seitas	433
Avaliação	411	Denominações e cultos	434
<b>Teorias sobre a educação escolar e a desigualdade</b>	412	Avaliação	434
Bernstein: códigos de linguagem	412	<b>O gênero e a religião</b>	434
Illich: o currículo oculto	412	Imagens religiosas	434
Bourdieu: educação e reprodução cultural	413	As mulheres nas organizações religiosas	435
Willis: uma análise da reprodução cultural	413	<b>Religião, secularização e transformação social</b>	437
<b>O gênero e a educação</b>	415	As dimensões da secularização	437
O gênero e as conquistas na escola	415	A religião no Reino Unido	438
O gênero e o ensino superior	418	A religião nos Estados Unidos	439
<b>Educação e etnicidade</b>	418	Uma avaliação da tese da secularização	442
Exclusão social e educação escolar	419	<b>Os novos movimentos religiosos</b>	443
<b>Q.I. e sucesso educacional</b>	419	Tipos de novos movimentos religiosos	444
		Os NMRs e a secularização	445
		<b>Movimentos milenaristas</b>	445
		Os seguidores de Joaquim	446
		O Ghost Dance	446
		A natureza dos movimentos milenaristas	446

O apocaliptismo	447		
<b>O fundamentalismo religioso</b>	447	<b>19: Crescimento Populacional e Crise Ecológica</b>	<b>478</b>
O fundamentalismo islâmico	447		
O fundamentalismo cristão	449	<b>O crescimento da população mundial</b>	479
<b>Conclusão</b>	452	Análise populacional: demografia	480
<b>Pontos principais</b>	452	A dinâmica da variação populacional	480
<b>Questões para reflexão</b>	453	O crescimento populacional no mundo em desenvolvimento	480
<b>Leitura complementar</b>	453	A transição demográfica	481
<b>Endereços na internet</b>	453	Projeções do futuro crescimento populacional	484
<b>18: As Cidades e os Espaços Urbanos</b>	<b>454</b>	<b>O impacto humano sobre o mundo natural</b>	<b>485</b>
<b>Aspectos do urbanismo moderno</b>	455	As preocupações em relação ao meio ambiente: há limites para o crescimento?	485
O desenvolvimento das cidades modernas	456	O desenvolvimento sustentável	486
<b>As teorias do urbanismo</b>	457	O consumo, a pobreza e o meio ambiente	487
A Escola de Chicago	457	<b>Fontes de ameaça</b>	488
O urbanismo e o ambiente criado	460	A poluição e os resíduos	488
<b>As tendências no desenvolvimento urbano do Ocidente</b>	461	O esgotamento dos recursos	491
Suburbanização	462	<b>Risco e meio ambiente</b>	494
A decadente área urbana	462	O aquecimento global	495
Conflito urbano	463	Alimentos geneticamente modificados	499
Renovação urbana	464	<b>Cuidando do futuro</b>	503
<b>A urbanização no mundo em desenvolvimento</b>	468	<b>Meio ambiente: um tema para a sociologia?</b>	504
Os desafios da urbanização no mundo em desenvolvimento	469	<b>Pontos principais</b>	504
O futuro da urbanização no mundo em desenvolvimento	470	<b>Questões para reflexão</b>	505
<b>As cidades e a globalização</b>	471	<b>Leitura complementar</b>	506
As cidades globais	472	<b>Endereços na internet</b>	506
A cidade e a periferia	472	<b>20: Métodos de Pesquisa Sociológica</b>	<b>507</b>
A desigualdade e a cidade global	473	<b>Questões sociológicas</b>	508
<b>Governando as cidades em uma era global</b>	473	<b>A sociologia é uma ciência?</b>	509
Administrando o nível global	474	<b>O processo de pesquisa</b>	510
As cidades enquanto agentes políticos, econômicos e sociais	474	O problema da pesquisa	511
<b>Conclusão: as cidades e a governança global</b>	475	Uma revisão das evidências	511
<b>Pontos principais</b>	476	Como tornar o problema preciso	511
<b>Questões para reflexão</b>	477	A elaboração de um plano	511
<b>Leitura complementar</b>	477	A execução da pesquisa	511
<b>Endereços na Internet</b>	477	A interpretação dos resultados	511
		O relato das descobertas	512

A realidade intromete-se!	512	Dilema 1: Estrutura e ação	530
<b>Entender a causa e o efeito</b>	512	Dilema 2: Consenso e conflito	532
Causalidade e correlação	512	Dilema 3: O problema do gênero	532
O mecanismo causal	513	Dilema 4: A formação do mundo moderno	534
Os controles	513	Idéias claramente marxistas	535
A identificação das causas	514	Idéias claramente weberianas	535
<b>Métodos de pesquisa</b>	514	<b>Teorias posteriores</b>	536
Etnografia	514	A teoria pós-modernista	536
Levantamentos	515	Michel Foucault	536
Experimentos	516	Outros pontos de vista	537
Histórias de vida	517	Jürgen Habermas: a democracia e a esfera pública	537
Análise histórica	518	Ulrich Beck: sociedade de risco	538
Uma combinação entre a pesquisa comparativa e a histórica	519	Manuel Castells: a economia em rede	539
<b>A pesquisa no mundo real: problemas, armadilhas, dilemas</b>	519	Anthony Giddens: reflexividade social	540
Uma investigação da raça e da pobreza nos espaços urbanos	519	<b>Conclusão</b>	541
<b>Conclusão: a influência da sociologia</b>	523	<b>Pontos principais</b>	541
<b>Pontos principais</b>	525	<b>Questões para reflexão</b>	541
<b>Questões para reflexão</b>	525	<b>Leitura complementar</b>	542
<b>Leitura complementar</b>	525	<b>Agradecimentos</b>	543
<b>Endereços na internet</b>	526	<b>Créditos das Figuras</b>	545
<b>21: O Pensamento Teórico na Sociologia</b>	527	<b>Referências</b>	547
<b>Max Weber: a ética protestante</b>	528	<b>Glossário</b>	561
<b>Dilemas teóricos</b>	529	<b>Índice</b>	579

# O Que É Sociologia?

<b>Desenvolvendo uma perspectiva sociológica</b>			
Estudando sociologia	24	Augusto Comte	28
	25	Émile Durkheim	29
		Karl Marx	31
		Max Weber	32
<b>Como a sociologia pode ajudar em nossas vidas?</b>	26	<b>Perspectivas sociológicas mais recentes</b>	34
Consciência das diferenças culturais	27	Funcionalismo	34
Avaliando os efeitos das políticas	27	Perspectivas de conflito	35
Auto-esclarecimento	27	Perspectivas de ação social	35
<b>O desenvolvimento do pensamento sociológico</b>	27	<b>Conclusão</b>	36
Primeiros teóricos	27	Pontos principais	36

1



## 1: O Que É Sociologia?

**H**oje vivemos – no começo do século XXI – num mundo profundamente preocupante, porém repleto das mais extraordinárias promessas para o futuro. É um mundo inundado de mudanças, marcado por enormes conflitos, tensões e divisões sociais, como também pelo ataque destrutivo da tecnologia moderna ao ambiente natural. Mesmo assim, temos possibilidades de controlar nosso destino e moldar nossas vidas para melhor, de um modo inimaginável para as gerações anteriores.

Como esse mundo surgiu? Por que nossas condições de vida são tão diferentes daquelas de nossos pais e avós? Que direção as mudanças tomarão no futuro? Essas questões são a principal preocupação da sociologia, um campo de estudo que conseqüentemente tem um papel fundamental na cultura intelectual moderna.

A sociologia é o estudo da vida social humana, dos grupos e das sociedades. É um empreendimento fascinante e irresistível, já que seu objeto de estudo é nosso próprio comportamento como seres sociais. A abrangência do estudo sociológico é extremamente vasta, incluindo desde a análise de encontros ocasionais entre indivíduos na rua até a investigação de processos sociais globais.

A maioria de nós vê o mundo a partir de características familiares a nossas próprias vidas. A sociologia mostra a necessidade de assumir uma visão mais ampla sobre por que somos como somos e por que agimos como agimos. Ela nos ensina que aquilo que encaramos como natural, inevitável, bom ou verdadeiro, pode não ser bem assim e que os “dados” de nossa vida são fortemente influenciados por forças históricas e sociais. Entender os modos sutis, porém complexos e profundos, pelos quais nossas vidas individuais refletem os contextos de nossa experiência social é fundamental para a abordagem sociológica.

### Desenvolvendo uma perspectiva sociológica

Aprender a pensar sociologicamente – olhando – em outras palavras, de forma mais ampla – significa cultivar a imaginação. Estudar sociologia não pode ser apenas um processo rotineiro de adquirir conhecimento. Um sociólogo é alguém que é capaz de se libertar da imediatidade das circunstâncias pessoais e apresentar as coisas num contexto mais amplo. O trabalho sociológico depende daquilo que o autor norte-americano C. Wright Mills, numa frase famosa, chamou de **imaginação sociológica** (Mills, 1970).

A imaginação sociológica, acima de tudo, exige de nós que pensemos fora das rotinas familiares de nossas vidas cotidianas, a fim de que as observemos de modo renovado. Considere o simples ato de tomar uma xícara de café. O que poderíamos dizer, a partir

de um ponto de vista sociológico, sobre esse exemplo de comportamento aparentemente desinteressante? Muitas e muitas coisas.

Poderíamos assinalar, antes de tudo, que o café não é somente um refresco. Ele possui *valor simbólico* como parte de nossas atividades sociais diárias. Frequentemente, o ritual associado a beber café é muito mais importante do que o ato de consumir a bebida propriamente dita. Para muitos ocidentais, a xícara de café pela manhã ocupa o centro de uma rotina pessoal. Ela é um primeiro passo, essencial, para começar o dia. O café bebido de manhã é muitas vezes seguido depois, durante o dia, por um café em companhia de outras pessoas – a base de um ritual social. Duas pessoas que combinam de se encontrar para o café estão, provavelmente, mais interessadas em ficarem juntas e conversar do que naquilo que realmente bebem. Na realidade, comer e beber, em todas as sociedades, fornecem ocasiões para a interação social e para a encenação de rituais, oferecendo um assunto rico para o estudo sociológico.

Em segundo lugar, o café é uma *droga*, por conter cafeína, que tem um efeito estimulante sobre o cérebro. Muitas pessoas bebem café pelo “estímulo extra” que ele propicia. Dias longos no escritório e noites de estudo até tarde tornam-se mais toleráveis graças às pausas para um café. O café é uma substância que cria dependência, mas os viciados em café não são vistos pela maioria das pessoas na cultura ocidental como usuários de drogas. Como o álcool, o café é uma droga socialmente aceita, enquanto a maconha, por exemplo, não o é. No entanto, há sociedades que toleram o consumo de maconha ou, até mesmo, de cocaína, mas desaprovam o café e o álcool. Os sociólogos estão interessados no porquê da existência de tais contrastes.

Em terceiro lugar, um indivíduo que bebe uma xícara de café é apanhado numa complicada trama de *relacionamentos sociais e econômicos que se estendem pelo mundo*. O café é um produto que conecta as pessoas das mais ricas e das mais empobrecidas partes do planeta: ele é consumido em grandes quantidades em países ricos, mas é cultivado principalmente em países pobres. Ao lado do petróleo, o café é uma das mercadorias mais valiosas no comércio internacional; ele fornece a muitos países sua maior fonte de divisas externas. A produção, o transporte e a distribuição de café requerem transações contínuas entre pessoas a milhares de quilômetros de distância de seu consumidor. Estudar tais transações globais é uma importante tarefa da sociologia, uma vez que muitos aspectos de nossas vidas são agora afetados por influências e comunicações sociais em escala mundial.

Em quarto lugar, o ato de beber um café pressupõe todo um processo *passado de desenvolvimento social e econômico*. Da mesma forma que outros itens da dieta ocidental agora familiares – como chá, bananas, batatas e açúcar branco –, o café passou a ser largamente consumido somente a partir de fins do século XIX.



Uma xícara de café com os amigos é uma experiência social comum, mas o sociólogo pensará nela de maneiras inesperadas.

Embora a bebida tenha se originado no Oriente Médio, seu consumo de massa, remonta ao período de expansão ocidental, que data de um século e meio. Virtualmente, todo o café que bebemos hoje vem de áreas (América do Sul e África) que foram colonizadas por europeus; não é, portanto, de forma alguma, uma parte "natural" da dieta ocidental. O legado colonial tem tido um impacto enorme no desenvolvimento do comércio mundial de café.

Em quinto lugar, o café é um produto que permanece no centro dos debates contemporâneos sobre globalização, comércio internacional, direitos humanos e destruição ambiental. Como o café tem crescido em popularidade, ele passou a ser uma "marca\*\*" e ficou politizado: as decisões que os consumidores fazem sobre qual tipo de café beber e onde o adquirir têm tomado-se escolhas de estilo de vida. Os indivíduos podem escolher beber somente café orgânico, café naturalmente descafeinado ou café "comercializado honestamente" (através de esquemas que pagam integralmente os preços de mercado a pequenos produtores de café em países em desenvolvimento). Eles podem optar por ser clientes de cafeterias "independentes" em vez de cadeias "corporativas" de café, como a Starbucks.\*\* Os consumidores de café podem decidir boicotar o café vindo de certos países que violam os direitos humanos e acordos ambientais. Os sociólogos estão interessados em entender como a globalização aumenta a consciência das pessoas acerca de assuntos que vêm

ocorrendo em cantos distantes do planeta, estimulando-as a desenvolver novo conhecimento em suas próprias vidas.

## Estudando sociologia

A imaginação sociológica nos permite ver que muitos eventos que parecem dizer respeito somente ao indivíduo, na verdade, refletem questões mais amplas. O divórcio, por exemplo, pode ser um processo muito difícil para alguém que passa por ele – o que Mills chama de "problema pessoal". Mas o divórcio, assinaia Mills, é também um problema público numa sociedade como a atual Grã-Bretanha, onde mais de um terço de todos os casamentos termina dentro de dez anos. O desemprego, para usar outro exemplo, pode ser uma tragédia pessoal para alguém despedido de um emprego e inapto para encontrar outro. Mesmo assim, isso vai bem além de uma questão geradora de aflição pessoal, se considerarmos que milhões de pessoas numa sociedade estão na mesma situação: é um assunto público, expressando amplas tendências sociais.

Tente aplicar esse tipo de perspectiva à sua própria vida. Não é necessário pensar apenas em acontecimentos preocupantes. Considere, por exemplo, por que você está virando as páginas deste livro – por que você decidiu estudar sociologia. Você pode ser um estudante de sociologia relutante, fazendo o curso somente para preencher créditos exigidos. Ou você pode estar entusiasmado para descobrir mais sobre o assunto. Quaisquer que sejam as suas motivações, você provavelmente tem muito em comum, sem saber necessariamente, com outros que estudam sociologia. Sua decisão individual reflete sua posição numa sociedade mais vasta.

As seguintes características se aplicam a você? Você é jovem? Branco? Você vem de um background profissional ou de colarinho-branco? Você já teve, ou ainda tem, um trabalho de

\* N. de R. T. Aqui significa (*brand*) marca distinta de um tipo ou classificação, num sentido assemelhado à (*trade mark*) marca registrada (cf. *The New Shorter Oxford*. New York: Oxford University Press, v.1, p. 274)

\*\* N. de R. T. Starbucks: *Franchising* de cafeterias espalhadas pelos principais centros urbanos que se popularizou pelas variedades de cafés, de proveniências diversas bem como um estilo *yuppie* ou *cult* característico dessas formas urbanas.



O café significa o meio de vida para estes trabalhadores que estão moendo grãos para uma cooperativa de comércio justo na América do Sul.

meio-turno para aumentar seus ganhos? Você quer encontrar um bom trabalho quando terminar sua educação, mas não está especialmente empenhado em estudar? Você não sabe realmente o que é a sociologia mas acha que tem algo a ver com como as pessoas se comportam em grupos? Mais de três quartos de vocês responderão "sim" a tais questões. Estudantes universitários não são o típico da população como um todo, mas tendem a ser provenientes de ambientes mais favorecidos. E suas atitudes geralmente refletem aquelas sustentadas por amigos e conhecidos. Os ambientes sociais dos quais viemos têm muito a ver com os tipos de decisões que achamos apropriadas.

Mas suponha que você respondeu "não" a uma ou mais dessas questões. Você pode ter vindo de um grupo minoritário ou de um passado de pobreza. Você pode ser alguém de meia-idade ou mais velho. Mesmo assim, outras conclusões provavelmente se seguem. Você provavelmente teve de se esforçar para chegar onde está; talvez você tenha tido de superar reações hostis de amigos e de outros quando contou a eles que estava pretendendo ir à faculdade; ou talvez você esteja combinando ensino superior com paternidade em tempo integral.

Embora sejamos influenciados pelos contextos sociais em que nos encontramos, nenhum de nós está simplesmente *determinado* em nosso comportamento por aqueles contextos. Possuímos e criamos nossa própria individualidade. É trabalho da sociologia investigar as conexões entre *o que a sociedade faz de nós e o que fazemos de nós mesmos*. Nossas atividades tanto estruturam — modelam — o mundo social ao nosso redor como, ao mesmo tempo, são estruturadas por esse mundo social.

O conceito de **estrutura social** é importante na sociologia. Ele se refere ao fato de que os contextos sociais de nossas vidas não consistem apenas em conjuntos aleatórios de eventos ou ações; eles são estruturados ou *padronizados* de formas distintas. Há regularidades nos modos como nos comportamos e nos relacionamos que temos uns com os outros. Mas a estrutura social não é como uma estrutura física, como um edifício que existe independentemente das ações humanas. As sociedades humanas estão sempre em processo de **estruturação**. Elas são reestruturadas a todo o momento pelos próprios "blocos de construção" que as compõem — os seres humanos como você e eu.

Como exemplo, considere novamente o caso do café. Uma xícara de café não chega a suas mãos automaticamente. Você escolhe, por exemplo, ir a determinado Café, para beber seu café preto ou café com leite, e assim por diante. Enquanto toma essas decisões, conjuntamente com milhões de outras pessoas, você dá forma ao mercado de café e afeta as vidas de produtores de café vivendo, talvez, a milhares de quilômetros de distância, do outro lado do mundo.

### Como a sociologia pode ajudar em nossas vidas?

A sociologia tem muitas implicações práticas para as nossas vidas, como enfatizou Mills ao desenvolver a sua idéia de imaginação sociológica.

## Consciência das diferenças culturais

Primeiramente, a sociologia nos permite ver o mundo social a partir de outros pontos de vista que não o nosso. Com frequência, se compreendemos propriamente como os outros vivem, também adquirimos melhor entendimento de quais são seus problemas. Políticas práticas que não são baseadas numa consciência bem-informada dos modos de vida das pessoas afetadas por elas têm poucas chances de sucesso. Assim, um assistente social branco, operando numa comunidade predominantemente negra, não ganhará a confiança de seus membros sem desenvolver uma sensibilidade às diferenças na experiência social, que, amálgama, separam brancos e negros.

## Avaliando os efeitos das políticas

Em segundo lugar, a pesquisa sociológica fornece ajuda prática na *avaliação dos resultados de iniciativas políticas*. Um programa de reforma prática pode simplesmente fracassar em realizar o que seus planejadores buscavam ou pode trazer consequências involuntárias e desastrosas. Por exemplo, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, grandes blocos residenciais públicos foram edificadas em centros urbanos de muitos países. Eram planejados para fornecer altos padrões de acomodação a grupos de baixa renda que viviam em cortiços, oferecendo nas proximidades instalações de compras e outros serviços urbanos. Contudo, pesquisas mostraram que muitas pessoas que haviam se mudado de suas habitações anteriores para grandes blocos de edifícios sentiram-se isolados e infelizes. As altas edificações e os *shopping centers* nas áreas mais pobres dilapidaram-se e forneceram terreno fértil a assaltos e a outros crimes violentos.

## Auto-esclarecimento

Em terceiro lugar – e de certo modo, mais importante –, a sociologia pode nos fornecer auto-esclarecimento – uma maior autocompreensão. Quanto mais sabemos por que agimos como agimos e como se dá o completo funcionamento de nossa sociedade, provavelmente seremos mais capazes de influenciar nossos próprios futuros. Não deveríamos ver a sociologia como uma ciência que auxilia somente os que fazem políticas – ou seja, grupos poderosos – com o fito de tomarem decisões informadas. Não se pode supor que os que estão no poder sempre levarão em consideração, em suas políticas, os interesses dos menos poderosos ou menos privilegiados. Grupos de auto-esclarecimento podem frequentemente se beneficiar da pesquisa sociológica e responder de forma efetiva às políticas governamentais ou formar iniciativas políticas próprias. Grupos de auto-ajuda como os Alcoólicos Anônimos, ou movimentos sociais como o movimento ambiental, são exemplos de grupos sociais que têm buscado diretamente realizar reformas práticas com considerável sucesso.

## O desenvolvimento do pensamento sociológico

Quando começam a estudar sociologia pela primeira vez, muitos estudantes ficam confusos com a diversidade de abordagens que encontram. A sociologia nunca foi uma disciplina em que há um corpo de idéias que todos aceitam como válida. Os sociólogos frequentemente discutem entre si sobre como abordar o estudo do comportamento humano e sobre como os resultados das pesquisas podem ser mais bem interpretados. Por que deveria ser assim? A resposta está ligada à própria natureza da área. A sociologia diz respeito às nossas vidas e ao nosso próprio comportamento, e estudar nós mesmos é o mais complexo e difícil esforço que podemos empreender.

## Primeiros teóricos

Nós, seres humanos, sempre fomos curiosos quanto às fontes de nosso próprio comportamento, mas, por milhares de anos, as tentativas de entender a nós mesmos dependeram de modos de pensar que foram transmitidos de geração em geração. Com frequência, essas idéias foram expressas em termos religiosos ou se valearam de mitos bem-conhecidos, superstições ou crenças tradicionais. O estudo objetivo e sistemático da sociedade e do comportamento humanos é um desenvolvimento relativamente recente, cujos primórdios datam de fins do século XVIII. Um desenvolvimento-chave foi o uso da ciência para compreender o mundo – a ascensão de uma abordagem científica ocasionou uma mudança radical na perspectiva e na sua compreensão. Uma após a outra, as explicações tradicionais e baseadas na religião foram suplantadas por tentativas de conhecimento racionais e críticas.

Como a física, a química, a biologia e outras disciplinas, a sociologia surgiu como parte desse importante processo intelectual. O cenário que dá origem à sociologia foi a série de mudanças radicais introduzidas pelas “duas grandes revoluções” da Europa dos séculos XVIII e XIX. Esses eventos transformadores mudaram irreversivelmente o modo de vida que os humanos haviam mantido por milhares de anos. A Revolução Francesa de 1789 marcou o triunfo das idéias e dos valores seculares, como liberdade e igualdade, sobre a ordem social tradicional. Foi o começo de uma poderosa e dinâmica força que desde então tem se espalhado ao redor do globo e se tornado um artigo básico do mundo moderno. A segunda grande revolução começou na Grã-Bretanha, no final do século XVIII, antes de surgir alhures na Europa, na América do Norte e mais além. Foi a **Revolução Industrial** – o amplo espectro de transformações sociais e econômicas que cercaram o desenvolvimento de inovações tecnológicas, como a energia e a máquina a vapor. O surgimento da indústria levou a uma enorme migração de camponeses da terra para as fábricas e para o trabalho industrial, causando uma rápida expansão de áreas urbanas e introduzindo novas formas de relações sociais. Isso mudou dramaticamente a face do mundo social, incluindo muitos de nossos hábitos pessoais. A maioria dos alimentos que comemos e



das bebidas que bebemos – como o café – é agora produzida por meios industriais.

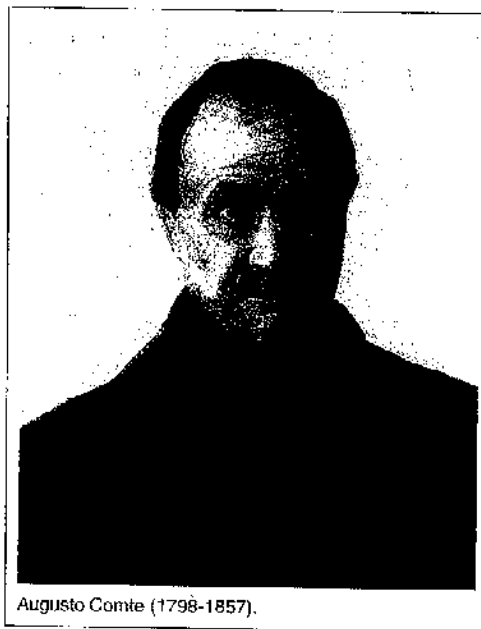
A ruptura com os modos de vida tradicionais desafiou os pensadores a desenvolverem uma nova compreensão tanto do mundo social, como do natural. Os pioneiros da sociologia foram apanhados pelos acontecimentos que cercaram essas revoluções e tentaram compreender sua emergência e consequências potenciais. Os tipos de questões que esses pensadores do século XIX buscavam responder – O que é a natureza humana? Por que a sociedade é estruturada da forma que é? Como e por que as sociedades mudam? – são as mesmas questões que os sociólogos tentam responder hoje em dia.

### Augusto Comte

É claro que nenhum indivíduo sozinho pode descobrir um campo inteiro de estudo, e muitos contribuíram para o pensamento sociológico no seu início. No entanto, confere-se geralmente particular proeminência ao autor francês Augusto Comte (1798-1857), sobretudo porque ele realmente inventou a palavra “sociologia”. Comte originalmente usou o termo “física social”, mas alguns de seus rivais intelectuais da época também estavam utilizando esse termo. Comte queria distinguir suas próprias concepções das dos outros, então cunhou o termo “sociologia”, a fim de descrever o assunto que ele queria estabelecer.

O pensamento de Comte refletia os eventos turbulentos de seu tempo. A Revolução Francesa introduzira mudanças significativas na sociedade, e o crescimento da industrialização estava alterando a vida tradicional da população francesa. Comte buscou criar uma ciência da sociedade que pudesse explicar as leis do mundo social da mesma forma que a ciência natural explicava o funcionamento do mundo físico. Embora Comte reconhecesse que cada disciplina científica possui seu próprio assunto, ele acreditava que todas elas compartilham uma lógica comum e um método científico direcionado a revelar leis universais. Da mesma forma que a descoberta de leis no mundo natural nos permite controlar e prever acontecimentos ao nosso redor, desvendar as leis que governam a sociedade humana poderia nos ajudar a modelar nosso destino e a melhorar o bem-estar da humanidade. Comte afirmava que a sociedade se conforma com leis invariáveis da mesma maneira que o mundo físico.

A visão sociológica de Comte foi a da ciência *positiva*. Ele acreditava que a sociologia deveria aplicar os mesmos métodos científicos rigorosos ao estudo da sociedade que a física ou a química usam no estudo do mundo físico. O positivismo sustenta que a ciência deveria estar preocupada somente com entidades observáveis que são conhecidas diretamente pela experiência. Buscando-se em cuidadosas observações sensoriais, pode-se inferir as leis que explicam a relação entre os fenômenos observados. Ao entender a relação causal entre os eventos, os cientistas podem então prever como os acontecimentos futuros ocorrerão. Uma abordagem positivista da sociologia acredita na produção de conhecimento sobre a sociedade, baseada em evidências empíricas tiradas a partir da observação, da comparação e da experimentação.



Augusto Comte (1798-1857).

A *lei dos três estágios*, de Comte, afirma que os esforços humanos para entender o mundo passaram através dos estágios teológico, metafísico e positivo. No estágio teológico, os pensamentos eram guiados por idéias religiosas e pela crença de que a sociedade era uma expressão da vontade de Deus. No estágio metafísico, que se torna proeminente aproximadamente na época da Renascença, a sociedade começa a ser vista em termos naturais, e não sobrenaturais. O estágio positivo, introduzido pelas descobertas e conquistas de Copérnico, Galileu e Newton, encorajou a aplicação de técnicas científicas no mundo social. De acordo com essa concepção, Comte considerava a sociologia como a última ciência a se desenvolver – seguindo a física, a química e a biologia, mas como a mais significativa e complexa de todas as ciências.

Na parte mais tardia de sua carreira, Comte elaborou planos ambiciosos para a reconstrução da sociedade francesa em particular, e para as sociedades humanas em geral, baseado no seu ponto de vista sociológico. Ele propôs o estabelecimento de uma “religião da humanidade”, que abandonaria a fé e o dogma em favor de um fundamento científico. A sociologia estaria no centro dessa nova religião. Comte estava profundamente consciente do estado da sociedade na qual vivia; ele estava preocupado com as desigualdades que iam sendo produzidas pela industrialização e com a ameaça que elas colocavam à coesão social. A solução a longo prazo, em sua opinião, era a produção de um consenso moral que ajudaria a regular, ou a manter unida, a sociedade, a despeito dos novos padrões de desigualdade. Ainda que a visão de Comte para a reconstrução da sociedade nunca tenha se realizado, sua contribuição para sistematizar e unificar a ciência da sociedade foi importante para a profissionalização posterior da sociologia como uma disciplina acadêmica.

## Émile Durkheim

Os escritos de outro autor francês, Émile Durkheim (1858-1917), tiveram um impacto mais duradouro na sociologia moderna do que os de Comte. Ainda que ele se tenha valido de aspectos do trabalho de Comte, Durkheim pensava que muitas das idéias de seu predecessor eram demasiadamente especulativas e vagas e que Comte não tinha cumprido seu programa com sucesso – estabelecer a sociologia numa base científica. Durkheim via a sociologia como uma nova ciência que poderia ser usada para elucidar questões filosóficas tradicionais ao examiná-las de uma maneira empírica. Como Comte antes dele, Durkheim acreditava que precisamos estudar a vida social com a mesma objetividade com que os cientistas estudam o mundo natural. Seu famoso primeiro princípio da sociologia era “Estude fatos sociais como coisas!” Com isso, queria dizer que a vida social poderia ser analisada tão rigorosamente como os objetos ou os eventos na natureza.

Os escritos de Durkheim abarcaram um espectro amplo de tópicos. Três dos principais temas de que tratou foram a importância da sociologia como uma ciência empírica, a ascensão do indivíduo e a formação de uma nova ordem social, as fontes e o caráter da autoridade moral na sociedade. Encontraremos novamente as idéias de Durkheim em nossas discussões de religião, desvio comportamental e crime, trabalho e vida econômica.

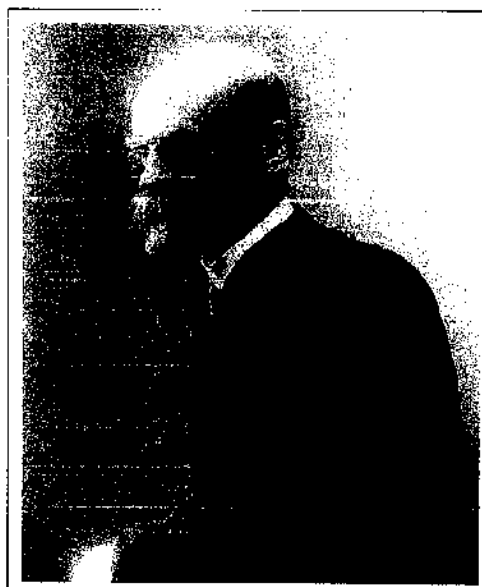
Para Durkheim, a principal preocupação intelectual da sociologia é o estudo de **fatos sociais**. Em vez de aplicar métodos sociológicos para o estudo de indivíduos, os sociólogos deveriam examinar os fatos sociais – os aspectos da vida social que modelam nossas ações como indivíduos, tais como o estado da economia ou a influência da religião. Durkheim acreditava que as sociedades têm uma realidade própria – ou seja, que a sociedade é mais do que simplesmente as ações e os interesses de seus membros individuais. De acordo com Durkheim, os fatos sociais são meios de agir, pensar ou sentir que são *externos* aos indivíduos e têm sua própria realidade fora das vidas e das percepções das pessoas individuais. Outro atributo dos fatos sociais é que eles exercem um *poder coercitivo* sobre os indivíduos. A natureza coercitiva dos fatos sociais, no entanto, não é frequentemente reconhecida pelas pessoas como coerciva. Isso acontece porque as pessoas geralmente condescendem aos fatos sociais, acreditando que estão agindo sem escolha. De fato, como afirma Durkheim, as pessoas com frequência simplesmente seguem padrões que são gerais à sua sociedade. Os fatos sociais podem forçar a ação humana numa diversidade de maneiras, indo da punição absoluta (no caso de um crime, por exemplo) à rejeição social (no caso de um comportamento inaceitável) e a simples incompreensão (no caso de uso inapropriado da língua).

Durkheim admitia que os fatos sociais são difíceis de se estudar. Por serem invisíveis e intangíveis, os fatos sociais não podem ser observados diretamente. Em vez disso, suas propriedades devem ser reveladas indiretamente ao se analisar os seus efeitos ou ao se considerar tentativas de dar-lhes expressão, como leis, textos religiosos ou normas escritas de conduta. Ao estudar os fatos sociais, Durkheim enfatizou a importância de se abandonar os preconceitos e a ideologia. Uma postura científi-

ca requer uma mente que está aberta à evidência dos sentidos e livre de idéias preconcebidas que vêm de fora. Durkheim sustentava que os conceitos científicos poderiam ser gerados apenas através da prática científica. Ele desafiou os sociólogos a estudar as coisas como elas realmente são e a construir novos conceitos que refletem a natureza verdadeira das *coisas sociais*.

Como os outros fundadores da sociologia, Durkheim estava preocupado com as mudanças que transformavam a sociedade durante o período de sua vida. Ele estava particularmente interessado na solidariedade social e moral – em outras palavras, o que segura a sociedade unida e a mantém afastada de descer ao caos. A solidariedade é mantida quando os indivíduos são integrados com sucesso em grupos sociais e regulados por uma gama de valores e costumes compartilhados. Em seu primeiro trabalho importante, *A Divisão do Trabalho na Sociedade* (1893), Durkheim apresentou uma análise da mudança social, argumentando que o advento da era industrial significava o surgimento de um novo tipo de solidariedade. Ao construir esse argumento, Durkheim contrastou dois tipos de solidariedade – a *mecânica* e a *orgânica* – e as relacionou com a divisão do trabalho, com o crescimento de distinções entre diferentes ocupações.

De acordo com Durkheim, culturas tradicionais com uma baixa divisão do trabalho são caracterizadas pela solidariedade mecânica. Visto que a maioria dos membros da sociedade está envolvida em ocupações similares, eles estão ligados pela experiência comum e por crenças compartilhadas. O poder dessas crenças compartilhadas é repressivo – a comunidade rapidamente pune qualquer um que desafie os modos de vida convencionais. Dessa forma, há pouco espaço para divergência individual. A solidariedade mecânica, portanto, está fundada no con-



Émile Durkheim (1858–1917).

## O estudo de Durkheim sobre o suicídio

Um dos estudos sociológicos clássicos para explorar a relação entre o indivíduo e a sociedade é a análise de Emile Durkheim sobre o suicídio (Durkheim 1952, originalmente publicado em 1897). Ainda que os humanos vejam a si mesmos como indivíduos que têm liberdade de arbítrio e de escolha, seus comportamentos são frequentemente padronizados e moldados socialmente. O estudo de Durkheim mostrou que mesmo um ato altamente pessoal como o suicídio é influenciado pelo mundo social.

Várias pesquisas tinham sido conduzidas a respeito do suicídio antes do estudo de Durkheim, mas ele foi o primeiro a insistir na explicação sociológica para o suicídio. Escritos anteriores tinham detectado a influência de fatores sociais sobre o suicídio, mas procuravam considerações como raça, clima ou desordem mental para explicar a predisposição de um indivíduo para cometer suicídio. Contudo, de acordo com Durkheim, o suicídio era um *fato social* que poderia unicamente ser explicado por outros fatores sociais. O suicídio era mais do que simplesmente o agregado de atos individuais — era um fenômeno que carregava propriedades padronizadas.

Ao examinar registros oficiais de suicídio na França, Durkheim descobriu que certas categorias de pessoas eram mais predispostas a cometer suicídio do que outras. Ele descobriu, por exemplo, que havia mais suicídios entre homens do que entre mulheres, entre protestantes em comparação a católicos, mais entre os ricos do que entre os pobres, e mais entre solteiros do que entre casados. Durkheim também notou que as taxas de suicídio tendiam a ser menores durante tempos de guerra e maiores durante tempos de mudança econômica ou instabilidade.

Essas descobertas levaram Durkheim a concluir que há fatores sociais externos ao indivíduo que afetam as taxas de suicídio. Ele relacionou sua explicação à ideia de solidariedade social e a dois tipos de laços dentro da sociedade — a integração social e a regulação social. Durkheim acreditava que as pessoas que estavam fortemente integradas em grupos sociais, e cujos desejos e aspirações eram regulados por normas sociais, eram menos predispostas a cometer suicídio. Ele identificou quatro tipos de suicídio, em concordância com a relativa presença ou ausência de integração e regulação:

Suicídios *egoístas* são marcados pela baixa integração na sociedade e ocorrem quando um indivíduo está isolado ou quando seus laços com um grupo são enfraquecidos ou rompidos. Por exemplo, as baixas taxas de suicídio

entre católicos podem ser explicadas pela sua forte comunidade social, enquanto a liberdade pessoal e moral dos protestantes significa que eles “estão sozinhos” diante de Deus. O casamento protege contra o suicídio ao integrar o indivíduo a um relacionamento social estável, enquanto pessoas solteiras ficam mais isoladas na sociedade. A taxa menor de suicídio durante tempos de guerra, de acordo com Durkheim, pode ser vista como um sinal de aumento de integração social.

O suicídio *anômico* é causado por uma falta de regulação social. Com isso, Durkheim quis se referir às condições sociais de anomia, quando pessoas perdem a dimensão normativa devido à rápida mudança ou à instabilidade na sociedade. A perda de um ponto de referência fixo para normas e decajos — como em tempos de reviravoltas econômicas ou em disputas pessoais como o divórcio — pode abalar o equilíbrio entre as circunstâncias das pessoas e seus desejos.

O suicídio *altruístico* ocorre quando um indivíduo está “integrado demais” — os laços sociais são muito fortes — e valoriza a sociedade mais do que ele mesmo. Em tal caso, o suicídio se torna um sacrifício para o “bem maior”. Os pilotos japoneses kamikaze ou os “homens-bomba” islâmicos são exemplos de suicídios altruísticos. Durkheim via isso como uma característica de sociedades tradicionais onde a solidariedade mecânica prevalece.

O último tipo de suicídio é o suicídio *fatalista*. Embora Durkheim o visse como de pouca relevância contemporânea, ele acreditava que isso acontece quando um indivíduo é regulado demais pela sociedade. A opressão do indivíduo resulta em um sentimento de impotência diante do destino ou da sociedade.

As taxas de suicídio variam entre as sociedades, mas exibem padrões regulares dentro das sociedades através do tempo. Durkheim tomou isso como uma evidência de que há forças sociais consistentes que influenciam as taxas de suicídio. Um exame das taxas de suicídio revela como padrões sociais gerais podem ser detectados dentro de ações individuais.

Desde a publicação de *Suicídio*, muitas objeções têm sido levantadas ao estudo, particularmente quanto ao uso de estatísticas oficiais, quanto a sua dispensa de influências não-sociais no suicídio e quanto a sua insistência em classificar todos os tipos de suicídio conjuntamente. Mesmo assim, o estudo permanece um clássico e sua asserção fundamental continua: até mesmo o ato aparentemente pessoal do suicídio requer uma explicação sociológica.

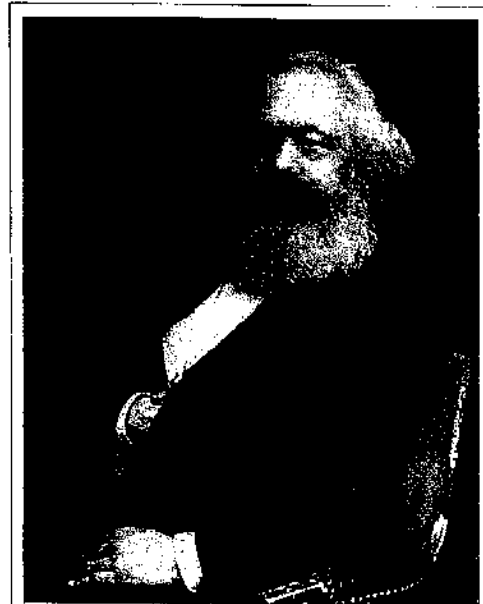
senso e na similaridade de crença. As forças de industrialização e de urbanização, contudo, levaram a uma divisão crescente do trabalho que contribuiu para o colapso dessa forma de solidariedade. A especialização de tarefas e a crescente diferenciação social em sociedades avançadas levariam a uma nova ordem, evidenciando uma solidariedade orgânica, afirmava Durkheim. As sociedades caracterizadas pela solidariedade orgânica são mantidas unidas pela interdependência econômica das pessoas e pelo reconhecimento da importância das contribuições dos outros. Como a divisão do trabalho se expande, as pessoas se tornam mais e mais dependentes umas das outras, porque cada pessoa precisa de bens e de serviços supridos por pessoas em outras ocupações. Relações de reciprocidade econômica e de dependência mútua vêm para substituir crenças comuns ao criarem consenso social.

Mesmo assim, os processos de mudança no mundo moderno são tão rápidos e intensos que originam dificuldades sociais maiores. Eles podem ter efeitos aniquiladores em estilos de vida tradicionais, em crenças morais, religiosas, e em padrões cotidianos sem fornecer novos valores claros. Durkheim ligava essas condições inquietantes à **anomia**, um sentimento de falta de objetivos ou de desespero, provocado pela vida social moderna. Os controles e os padrões morais tradicionais, que costumavam ser fornecidos pela religião, são largamente derrubados pelo desenvolvimento social moderno, e isso deixa muitos indivíduos em sociedades modernas sentindo que suas vidas cotidianas carecem de significado.

Um dos estudos mais famosos de Durkheim (ver quadro na página anterior) ocupava-se da análise do suicídio. O suicídio parece ser um ato puramente pessoal, o resultado da infelicidade pessoal extrema. Durkheim mostrou, contudo, que fatores sociais exercem uma influência fundamental no comportamento suicida – sendo que a anomia é uma dessas influências. As taxas de suicídio mostram padrões regulares ano a ano e esses padrões precisam ser explicados sociologicamente.

### Karl Marx

As idéias de Karl Marx (1818-1883) contrastam radicalmente com as de Comte e de Durkheim, mas, como esses últimos, ele buscava explicar as mudanças que estavam tendo lugar na sociedade durante a época da Revolução Industrial. Quando jovem, as atividades políticas de Marx o levaram a entrar em conflito com as autoridades alemãs; depois de breve estada na França, ele se estabeleceu permanentemente no exílio na Grã-Bretanha. Marx testemunhou o crescimento das fábricas e da produção industrial, como também das desigualdades que disso resultaram. Seu interesse no movimento trabalhista europeu e nas idéias socialistas se refletiu em seus escritos, que cobriram uma diversidade de tópicos. A maior parte do seu trabalho se concentrou em temas econômicos, mas, como estava sempre preocupado em conectar problemas econômicos a instituições sociais, seu trabalho foi, e é, rico em percepções sociológicas. Até mesmo seus mais severos críticos conside-



Karl Marx (1818-1883).

ram seu trabalho importante para o desenvolvimento da sociologia.

### Capitalismo e luta de classes

Ainda que tenha escrito sobre várias fases da história, Marx concentrou-se primeiramente na mudança em tempos modernos. Para ele, as mudanças mais importantes estavam estreitamente ligadas ao desenvolvimento do **capitalismo**. O capitalismo é um sistema de produção que contrasta radicalmente com os sistemas econômicos anteriores da história, já que envolve a produção de mercadorias e de serviços vendidos a uma ampla faixa de consumidores. Marx identificava dois elementos principais dentro das empresas capitalistas. O primeiro é o *capital* – qualquer bem, incluindo dinheiro, máquinas ou mesmo fábricas, que possa ser usado ou investido para produzir bens futuros. A acumulação de capital anda de mãos dadas com o segundo elemento, a *mão-de-obra assalariada*. A mão-de-obra assalariada se refere ao conjunto de trabalhadores que não possuem os meios de sua sobrevivência, mas precisam encontrar emprego fornecido pelos detentores do capital. Marx acreditava que aqueles que detêm o capital, os *capitalistas*, formam uma classe dominante, enquanto a massa da população constitui uma classe de trabalhadores assalariados, ou uma classe operária. Como a industrialização se espalhava, um grande número de camponeses que antes se sustentava trabalhando a terra mudou-se para as cidades que cresciam e ajudou a formar uma classe operária industrial urbana. Essa classe operária é também referida como o *proletariado*.

De acordo com Marx, o capitalismo é inerentemente um sistema de classe no qual as relações de classe são caracterizadas pelo conflito. Ainda que os detentores do capital e os trabalhadores sejam dependentes um do outro – os capitalistas precisam de mão-de-obra e os trabalhadores precisam de salários –, a dependência é altamente desequilibrada. A relação entre classes é de exploração, uma vez que os trabalhadores têm pouco ou nenhum controle sobre o seu trabalho, e os empregadores são capazes de gerar lucro ao se apropriar do produto do trabalho dos operários. Marx acreditava que o conflito de classes em função dos recursos econômicos tornar-se-ia mais agudo com o passar do tempo.

### *Mudança social: a concepção materialista da história*

O ponto de vista de Marx estava fundado no que ele chamava de *concepção materialista da história*. De acordo com essa concepção, não são as idéias ou os valores que os seres humanos guardam que são as principais fontes da mudança social. Em vez disso, a mudança social é estimulada principalmente por influências econômicas. Os conflitos de classes proporcionam a motivação para o desenvolvimento histórico – eles são o “motor da história”. Nas palavras de Marx: “Toda a história humana até aqui é a história das lutas de classe”. Ainda que Marx concentrasse grande parte de sua atenção no capitalismo e na sociedade moderna, ele também examinou como as sociedades haviam se desenvolvido ao longo do curso da história. De acordo com Marx, os sistemas sociais fazem a transição de um modo de produção a outro – algumas vezes gradualmente e algumas vezes através da revolução – como resultado de contradições em suas economias. Ele destacou a progressão de estágios históricos, que começou com primitivas sociedades comunais de caçadores e coletores e passou através de antigos sistemas escravistas e sistemas feudais baseados na divisão entre proprietários de terra e servos. O aparecimento de mercadores e artesãos marcou o início de uma classe comercial ou capitalista que veio para substituir a nobreza proprietária de terras. Em concordância com essa concepção de história, Marx argumentou que, da mesma forma que os capitalistas tinham se unido para depor a ordem feudal, os capitalistas também seriam suplantados e uma nova ordem seria instalada.

Marx acreditava na inevitabilidade de uma revolução dos trabalhadores, que poderia derrubar o sistema capitalista e introduzir uma nova sociedade na qual não haveria classes – nem divisões em larga escala entre ricos e pobres. Ele não queria dizer que todas as desigualdades entre os indivíduos desapareceriam. Ao contrário, a sociedade não seria mais dividida entre uma pequena classe que monopoliza o poder econômico e político e uma grande massa de pessoas que pouco se beneficia com a riqueza que seu trabalho cria. O sistema econômico se encontraria sob a propriedade comunal e uma sociedade mais humana do que esta que conhecemos no presente seria estabelecida. Marx acreditava que, na sociedade do futuro, a produção seria mais avançada e eficiente do que a produção sob o capitalismo.

O trabalho de Marx teve um efeito de longo alcance no mundo do século XX. Até recentemente, mais de um terço da população mundial vivia em sociedades como as da União Soviética e as dos países da Europa Oriental, cujos governos afirmavam tirar sua inspiração das idéias de Marx.

### Max Weber

Como Marx, Max Weber (1864-1920) não pode simplesmente ser rotulado como sociólogo: seus interesses e preocupações se estenderam através de muitas áreas. Nascido na Alemanha, onde passou a maior parte de sua carreira acadêmica, Weber era um indivíduo de amplo conhecimento. Seus escritos cobriram os campos da economia, do direito, da filosofia e da história comparativa, como também da sociologia. Muito do seu trabalho também estava relacionado com o desenvolvimento do capitalismo moderno e com os modos nos quais a sociedade moderna era diferente das primeiras formas de organização social. Através de uma série de estudos empíricos, Weber apontou algumas das características básicas das sociedades industriais modernas e identificou debates-chave, do ponto de vista sociológico, que permanecem centrais para os sociólogos até hoje.

Em comum com outros pensadores de seu tempo, Weber procurava entender a natureza e as causas da mudança social. Ele foi influenciado por Marx, mas também era extremamente crítico com algumas das principais concepções de Marx. Weber rejeitou a concepção materialista da história e viu o conflito de classes como menos relevante do que para Marx. Na con-



Max Weber (1864-1920).

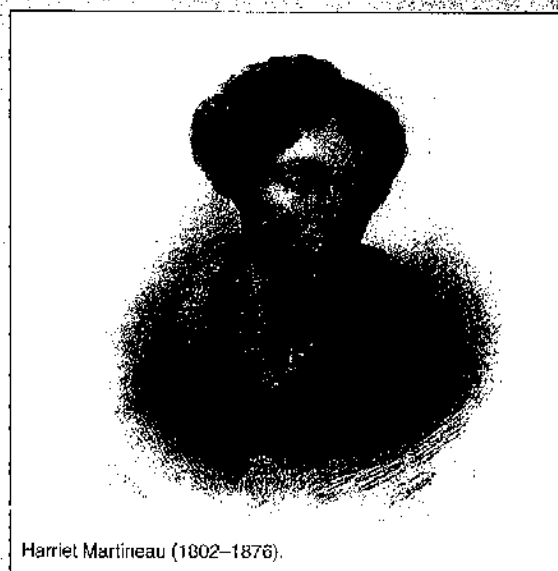
## Uma fundadora negligenciada

Embora Comte, Durkheim, Marx e Weber sejam, sem dúvida, figuras fundadoras na sociologia, havia outros pensadores importantes do mesmo período cujas contribuições devem também ser levadas em conta. A sociologia, como muitas áreas acadêmicas, não correspondeu sempre à expectativa de reconhecer a importância de cada pensador cujo trabalho tenha mérito intrínseco. Poucas mulheres ou membros de minorias raciais tiveram a oportunidade de se tornar sociólogos profissionais durante o período "clássico" de fins do século XIX e início do século XX. Além disso, os poucos que tiveram a oportunidade de fazer pesquisa sociológica de importância duradoura têm sido frequentemente negligenciados. Pessoas como Harriet Martineau merecem a atenção dos sociólogos hoje em dia.

### Harriet Martineau

Harriet Martineau (1802-1876) tem sido chamada a "primeira socióloga mulher", mas, como Marx e Weber, não pode ser tomada simplesmente como uma socióloga. Ela nasceu e foi educada na Inglaterra e foi a autora de mais de 50 livros, como também de numerosos ensaios. Martineau agora recebe o crédito de ter introduzido a sociologia na Grã-Bretanha através de sua tradução do tratado fundador da disciplina, *Filosofia Positiva*, de Comte (Rossi, 1973). Além disso, Martineau realizou um estudo sistemático original da sociedade norte-americana durante suas extensas viagens através dos Estados Unidos nos anos de 1830, que é o tema de seu livro *Sociedade na América*. Martineau é relevante para os sociólogos hoje por diversas razões. Primeiramente, ela afirmou que, quando se estuda a sociedade, se deve concentrar em todos os seus aspectos, incluindo instituições-chave políticas, religiosas e sociais. Em segundo lugar, ela insistiu em que uma análise da sociedade deve incluir um entendimento

da vida das mulheres. Em terceiro lugar, ela tomou primeira a dirigir um olhar social a questões anteriormente ignoradas, incluindo o casamento, as crianças, a vida doméstica, a religião, e relações de raça. Como escreveu certa vez, "O berço, o *boudoir* e a cozinha são todas excelentes escolas para aprender a moral e as maneiras das pessoas" (Martineau, 1962, p.53). Finalmente, ela afirmou que os sociólogos deveriam fazer mais do que apenas observar; eles deveriam também atuar de forma a beneficiar a sociedade. Como resultado, Martineau foi uma proponente ativa tanto dos direitos das mulheres como da emancipação dos escravos.



Harriet Martineau (1802-1876).

cepção de Weber, os fatores econômicos são importantes, mas as idéias e os valores têm exatamente o mesmo impacto na mudança social. Ao contrário de outros pensadores sociológicos anteriores, Weber acreditava que a sociologia deveria se concentrar na *ação social* e não nas estruturas. Ele sustentava que as motivações e idéias humanas eram as forças por detrás da mudança — idéias, valores e crenças tinham o poder de ocasionar transformações. De acordo com Weber, os indivíduos têm a habilidade de agir livremente e de moldar o futuro. Ele não acreditava, como Durkheim e Marx, que as estruturas existiam externa ou independentemente dos indivíduos. Ao contrário, as estruturas na sociedade eram formadas por uma complexa interação de ações. Era o trabalho da sociologia compreender os significados por trás daquelas ações.

Alguns dos escritos mais influentes de Weber refletiram essa preocupação com a ação social ao analisar a distinção da sociedade ocidental quando comparada com outras grandes civilizações. Ele estudou as religiões da China, da Índia e do Oriente Próximo e, no decorrer dessas pesquisas, fez grandes contribuições à sociologia da religião. Comparando os principais sistemas religiosos na China e na Índia com aqueles do Ocidente, Weber concluiu que certos aspectos das crenças cristãs influenciaram fortemente o surgimento do capitalismo. Essa perspectiva não surgiu, como Marx supunha, somente de mudanças econômicas. Na concepção de Weber, idéias e valores culturais ajudam a modelar a sociedade e modelam nossas ações individuais.

Um elemento importante na perspectiva sociológica de Weber era a idéia de **tipo ideal**. Tipos ideais são modelos con-

ceituais ou analíticos que podem ser usados para compreender o mundo. No mundo real, os tipos ideais raramente ou nem sequer existem – freqüentemente, apenas alguns de seus atributos estarão presentes. Contudo, essas construções hipotéticas podem ser muito úteis, já que qualquer situação no mundo real pode ser compreendida ao compará-la a um tipo ideal. Dessa forma, tipos ideais servem como um ponto fixo de referência. É importante apontar que, por tipo “ideal”, Weber não queria dizer que tal concepção fosse um objetivo perfeito ou desejável. Ao contrário, com isso significa uma forma “pura” de um certo fenômeno. Weber utilizava tipos ideais em seus escritos sobre formas de burocracia e sobre o mercado.

### Racionalização

Na concepção de Weber, o surgimento da sociedade moderna foi acompanhado por mudanças importantes em modelos de ação social. Ele acreditava que as pessoas estavam se afastando das crenças tradicionais fundadas em superstição, na religião, no costume e em hábitos ancestrais. Ao contrário, os indivíduos estavam cada vez mais se pautando em avaliações racionais, instrumentais, que levavam em consideração a eficiência e as consequências futuras. Na sociedade industrial, havia pouco espaço para sentimentos e para fazer coisas pela simples razão de terem sido reinteradas por gerações. O desenvolvimento da ciência, da tecnologia moderna e da burocracia foi descrito por Weber coletivamente como racionalização – a organização da vida econômica e social de acordo com os princípios de eficiência e na base do conhecimento técnico. Se em sociedades tradicionais, a religião e os costumes muito antigos definiam amplamente as atitudes e os valores das pessoas, a sociedade moderna foi marcada pela racionalização de mais e mais áreas da vida, desde a política até a religião e a atividade econômica.

Na concepção de Weber, a Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo foram prova de uma forte tendência em direção à racionalização. O capitalismo não é dominado pelo conflito de classe, como acreditava Marx, mas pela ascensão da ciência e da burocracia – organizações de larga escala. Weber via o caráter científico do Ocidente como um de seus traços mais distintivos. A burocracia, o único modo de organizar um grande número de pessoas efetivamente, expande-se com o crescimento econômico e político. Weber usou o termo *desencantamento* para descrever a maneira pela qual o pensamento científico no mundo moderno havia varrido as forças da sentimentalidade do passado.

No entanto, Weber não estava inteiramente otimista quanto à consequência da racionalização. Ele temia a sociedade moderna como um sistema que esmagaria o espírito humano ao tentar regular todas as esferas da vida social. Weber estava particularmente preocupado pelos efeitos potencialmente sufocantes e desumanizantes da burocracia e suas implicações no destino da democracia. A agenda do Iluminismo do século XVIII, de progresso crescente, de riqueza e de felicidade por meio da rejeição do costume e da superstição em favor da ciência e da tecnologia, produz, por si só, perigos.

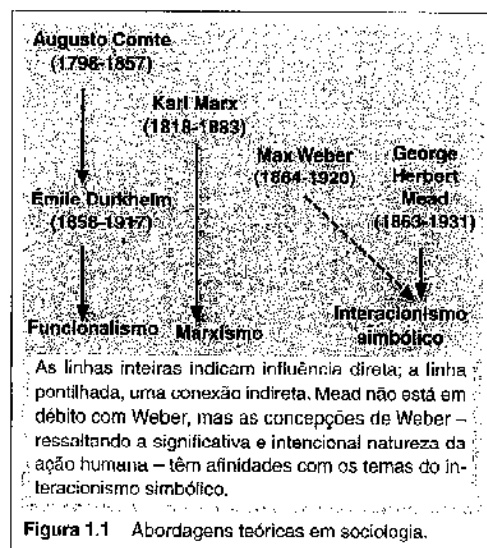
## Perspectivas sociológicas mais recentes

Os primeiros sociólogos tinham o desejo comum de dar sentido às sociedades em mudança nas quais viviam. Contudo, eles queriam fazer mais do que simplesmente descrever e interpretar os eventos decisivos de seu tempo. Mais do que isso, buscavam desenvolver modos de estudar o mundo social que pudessem explicar o funcionamento das sociedades em geral e a natureza da mudança social. Mas como vimos, Durkheim, Marx e Weber empregaram abordagens muito diferentes em seus estudos do mundo social. Por exemplo, onde Durkheim e Marx se concentraram no poder de forças externas ao indivíduo, Weber tomou como seu ponto de partida a habilidade dos indivíduos em agir criativamente sobre o mundo exterior. No aspecto em que Marx assinalou a predominância das questões econômicas, Weber considerou uma gama muito mais ampla de fatores como relevante. Tais diferenças de abordagem persistiram através da história da sociologia. Mesmo quando os sociólogos concordam com o tema de análise, eles freqüentemente tomam essa análise a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Três das mais importantes e recentes perspectivas teóricas, o *funcionalismo*, a *abordagem de conflito* e o *interacionismo simbólico*, têm conexões diretas com Durkheim, Marx e Weber, respectivamente (ver a Figura 1.1, a seguir). Você encontrará, do começo ao fim deste livro, argumentos e idéias que se aproximam e ilustram essas abordagens teóricas.

### Funcionalismo

O **funcionalismo** sustenta que a sociedade é um sistema complexo cujas diversas partes trabalham conjuntamente para produzir estabilidade e solidariedade. De acordo com essa abordagem, a disciplina de sociologia deveria investigar a relação das



partes da sociedade umas com as outras e com a sociedade como um todo. Podemos analisar as crenças e os costumes religiosos de uma sociedade, por exemplo, mostrando como eles se relacionam com outras instituições dentro da sociedade, pois as diferentes partes de uma sociedade se desenvolvem em relação íntima umas com as outras.

Estudar a função de uma prática ou instituição social é analisar a contribuição que essa prática ou instituição dá para a continuação da sociedade. Com frequência, os funcionalistas, incluindo Comte e Durkheim, usaram uma *analogia orgânica* para comparar a operação da sociedade com aquela de um organismo vivo. Eles assinalam que as partes da sociedade trabalham juntas, da mesma forma que as várias partes do corpo humano, para o benefício da sociedade como um todo. Para estudar um órgão corporal como o coração, precisamos mostrar como ele se relaciona com outras partes do corpo. Ao bombear sangue através do corpo, o coração desempenha um papel vital na continuação da vida do organismo. De forma semelhante, analisar a função de um item social significa mostrar a parte que ele representa na existência continuada e na saúde de uma sociedade.

O funcionalismo enfatiza a importância do *consenso moral* para se manter a ordem e a estabilidade na sociedade. O consenso moral existe quando a maioria das pessoas na sociedade compartilha os mesmos valores. Os funcionalistas vêem a ordem e o equilíbrio como o estado normal da sociedade — esse equilíbrio social é baseado na existência de um consenso moral entre os membros da sociedade. Por exemplo, Durkheim acreditava que a religião reafirma a adesão das pessoas a valores sociais essenciais, responsável pela manutenção da coesão social.

Por muito tempo, o pensamento funcionalista foi possivelmente a tradição teórica dominante na sociologia, principalmente nos Estados Unidos. Talcott Parsons e Robert Merton, ambos se baseando extensivamente em Durkheim, foram dois de seus mais proeminentes adeptos. Nos últimos anos, a popularidade do funcionalismo começou a diminuir, à medida que suas limitações começaram a se tornar aparentes. Uma crítica comum ao funcionalismo é a de que ele enfatiza desnecessariamente fatores que conduzem à coesão social, às custas daqueles que produzem divisão e conflito. O enfoque na estabilidade e na ordem significa que divisões ou desigualdades na sociedade — baseadas em fatores como classe, raça e gênero — estão minimizadas. Há igualmente menor ênfase no papel da ação criativa social dentro da sociedade. Tem parecido a muitos críticos que a análise funcional atribui às sociedades qualidades sociais que elas não possuem. Os funcionalistas frequentemente escreveram como se as sociedades tivessem “necessidades” e “propósitos”, ainda que esses conceitos fizessem sentido somente quando aplicados a seres humanos individuais.

### Perspectivas de conflito

Como os funcionalistas, os sociólogos que empregam *teorias de conflito* enfatizam a importância de estruturas dentro da sociedade. Eles também antecipam um “modelo” abrangente para explicar como a sociedade funciona. No entanto, os teóricos

de conflito rejeitam a ênfase funcionalista no consenso. Em vez disso, destacam a importância das divisões na sociedade. Ao fazê-lo, concentram-se em questões de poder, desigualdade e luta. Eles tendem a ver a sociedade como sendo composta de grupos distintos que perseguem seus próprios interesses. A existência de interesses separados significa que o potencial para conflito está sempre presente e que certos grupos se beneficiarão mais do que outros. Os teóricos de conflito examinam as tensões entre grupos dominantes e desfavorecidos dentro da sociedade e buscam compreender como as relações de controle são estabelecidas e perpetuadas.

Muitos teóricos de conflito remontam suas concepções aos escritos de Marx, cuja obra enfatizou o conflito de classe, mas alguns também foram influenciados por Weber. Um bom exemplo é o sociólogo contemporâneo alemão Ralf Dahrendorf (1929–). Em sua obra agora clássica, *Classe e Conflito de Classe na Sociedade Industrial* (1959), Dahrendorf argumenta que os pensadores funcionalistas consideram somente um lado da sociedade — aqueles aspectos da vida social em que há harmonia e concordância. Tão importante quanto isso, ou ainda mais, são as áreas marcadas pelo conflito e divisão. O conflito, afirma Dahrendorf, surge principalmente dos interesses diferentes que os indivíduos e os grupos têm. Marx via as diferenças de interesse principalmente em termos de classes, mas Dahrendorf os relaciona mais amplamente à autoridade e ao poder. Em todas as sociedades há uma divisão entre aqueles que mantêm a autoridade e aqueles que são largamente excluídos dela, entre os que fazem regras e os que obedecem a elas.

### Perspectivas de ação social

Se as perspectivas funcionalista e de conflito enfatizam as estruturas que servem de apoio à sociedade e influenciam o comportamento humano, as teorias de ação social dão maior atenção à ação e à interação dos membros da sociedade ao formar aquelas estruturas. Considera-se aqui que o papel da sociologia é abarcar o significado da ação social e da interação mais do que explicar quais forças externas às pessoas induzem-nas a agir da forma que agem. Se o funcionalismo e as perspectivas de conflito promovem modelos de como a sociedade como um todo opera, as teorias de ação social se concentram na análise de como os agentes individuais se comportam ou se orientam com respeito a cada um e à sociedade.

Weber é frequentemente apontado como o mais antigo defensor das perspectivas de ação social. Ainda que reconhecesse a existência das estruturas sociais — como classes, partidos, grupos de *status* e outros —, ele sustentava que essas estruturas foram criadas através de ações sociais de indivíduos. Esse ponto de vista foi mais sistematicamente desenvolvido dentro do *interacionismo simbólico*, uma escola de pensamento que se tornou particularmente proeminente nos Estados Unidos. O interacionismo simbólico foi apenas indiretamente influenciado por Weber. Suas origens mais diretas estavam no trabalho do filósofo norte-americano G.H. Mead (1863-1931).



### Interacionismo simbólico

O interacionismo simbólico surge de uma preocupação com a linguagem e com o significado. Mead sustenta que a linguagem permite que nos tornemos seres autoconscientes – cónscios de nossa própria individualidade e capazes de nos vermos a partir de fora, como os outros nos vêem. O elemento-chave nesse processo é o **símbolo**. Um símbolo é algo que representa outra coisa. Por exemplo, as palavras que usamos para nos referirmos a certos objetos são de fato símbolos que representam o que queremos dizer. A palavra "colher" é o símbolo que usamos para descrever o utensílio que usamos para tomar sopa. Gestos ou formas de comunicação não-verbais são também símbolos. Acenar para alguém ou fazer um gesto rude tem valor simbólico. Mead argumentava que os humanos dependem de símbolos e de conhecimentos compartilhados em suas interações uns com os outros. Visto que os seres humanos vivem num universo ricamente simbólico, virtualmente todas as interações entre indivíduos humanos envolvem uma troca de símbolos.

O interacionismo simbólico dirige nossa atenção ao detalhe da interação interpessoal e a como esse detalhe é usado para dar sentido ao que os outros dizem e fazem. Os sociólogos influenciados pelo interacionismo simbólico freqüentemente se concentram na interação face a face nos contextos da vida cotidiana. Eles destacam o papel de tal interação em criar a sociedade e suas instituições.

Embora a perspectiva do interacionismo simbólico possa contribuir para a percepção profunda da natureza de nossas ações no decorrer da vida social cotidiana, ele tem sido criticado por ignorar as questões maiores do poder e da estrutura dentro da sociedade e como eles servem para restringir a ação individual.

### Pontos Principais

1. A sociologia pode ser identificada como o estudo sistemático das sociedades humanas, dando ênfase especial a sistemas modernos e industrializados.
2. A prática da sociologia envolve a habilidade de pensar imaginativamente e afastar-se de idéias preconcebidas sobre a vida social.
3. A sociologia é uma disciplina com importantes implicações práticas. Ela pode contribuir para a crítica social e para a reforma social prática de várias formas. Para começar, a compreensão aperfeiçoada de um dado cenário de circunstâncias sociais freqüentemente nos dá uma melhor chance de controlá-las. Ao mesmo tempo, a sociologia nos fornece os meios de aumentar nossas sensibilidades culturais, permitindo que as políticas se baseiem em uma consciência de valores culturais divergentes. Em termos práticos, podemos investigar as conseqüências da adoção de programas políticos particulares. Finalmente, e talvez mais importante, a sociologia fornece auto-esclarecimento, oferecendo aos grupos e aos indivíduos uma oportunidade aperfeiçoada de alterar as condições de suas próprias vidas.
4. A sociologia surgiu como uma tentativa de entender as mudanças abrangentes que ocorreram nas sociedades humanas no decorrer dos dois ou três últimos séculos. As mu-

### Conclusão

A sociologia, como vimos, abrange uma variedade de concepções teóricas. Algumas vezes, o desacordo entre as posições teóricas é bastante radical. Mas essa diversidade é muito mais um sinal da força e da vitalidade do assunto do que de sua fraqueza.

Todos os sociólogos concordam que a sociologia é uma disciplina na qual deixamos de lado nossa visão pessoal do mundo para olhar mais cuidadosamente para as influências que modelam nossas vidas e as dos outros. A sociologia surgiu como um empreendimento intelectual distinto com o desenvolvimento das sociedades modernas, e o estudo de tais sociedades permanece sua preocupação principal. Mas os sociólogos também estão preocupados com uma gama ampla de questões sobre a natureza da interação social e das sociedades humanas em geral.

A sociologia não é apenas um campo intelectual abstrato, mas tem implicações práticas mais importantes para a vida das pessoas. Aprender a tornar-se um sociólogo não deveria ser um esforço acadêmico enfadonho! A melhor forma de se ter certeza de que se evitou isso é abordar o assunto de um modo imaginativo e relacionar idéias e achados sociológicos a situações em sua própria vida.

Uma forma de fazer isso é estar consciente das diferenças entre modos de vida que nós, nas sociedades modernas, tomamos por normais e aqueles de outros grupos humanos. Ainda que os seres humanos tenham muito em comum, há muitas variações entre diferentes sociedades e culturas. Investigamos essas semelhanças e diferenças no próximo capítulo, "Cultura e Sociedade".

danças envolvidas não são apenas as de larga escala; elas também envolvem mudanças nas mais íntimas e pessoais características das vidas das pessoas.

5. Entre os clássicos fundadores da sociologia, quatro figuras são particularmente importantes: Augusto Comte, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Comte e Marx, trabalhando em meados do século XIX, estabeleceram alguns dos temas principais da sociologia, mais tarde detalhados por Durkheim e Weber. Esses temas dizem respeito à natureza da sociologia e ao impacto das mudanças trazidas pela modernização no mundo social.
6. Uma diversidade de abordagens teóricas é encontrada na sociologia. Disputas teóricas são difíceis de resolver mesmo nas ciências naturais, e na sociologia enfrentamos dificuldades especiais por causa de problemas complexos ligados ao fato de submetermos nosso próprio comportamento ao estudo.
7. As principais abordagens teóricas na sociologia são o funcionalismo, as perspectivas de conflito e o interacionismo simbólico. Há algumas diferenças básicas entre cada uma delas, diferenças que têm influenciado fortemente o desenvolvimento da disciplina no decorrer do período pós-guerra.

# Cultura e Sociedade

# 2

<b>O conceito de cultura</b>	38	<b>O mundo moderno: sociedades industriais</b>	47
Valores e normas	38	<b>Desenvolvimento global</b>	49
Diversidade cultural	39	<b>Mudança social</b>	53
Etnocentrismo	40	Influências sobre a mudança social	53
<b>Socialização</b>	42	Mudança no período moderno	53
Papéis sociais	43	<b>Conclusão</b>	56
Identidade	43	Pontos principais	56
<b>Tipos de sociedade</b>	44	Questões para reflexão	57
Um mundo em extinção: as sociedades pré-modernas e seu destino	45	Leitura complementar	57
		Endereços na internet	58



## 2: Cultura e Sociedade

Neste capítulo, veremos a unidade e a diversidade da vida e da cultura humanas e os vários tipos de sociedade em que os homens vivem. O conceito de **cultura** está entre as noções mais usadas na sociologia. Quando pensamos na palavra "cultura", em conversas comuns do cotidiano, freqüentemente a vemos como equivalente a "coisas mais elevadas da mente" – à arte, à literatura, à música e à pintura. Da maneira como os sociólogos usam o termo, ele inclui tais atividades e ainda muito mais. A cultura refere-se às formas de vida dos membros de uma sociedade ou de grupos dentro da sociedade. Inclui como eles se vestem, seus costumes matrimoniais e vida familiar, seus padrões de trabalho, cerimônias religiosas e ocupações de lazer.

A "cultura" pode ser conceitualmente diferenciada de "sociedade", mas há conexões muito próximas entre essas noções. Uma sociedade é um sistema de inter-relações que conecta os indivíduos uns com os outros. A Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos são sociedades nesse sentido. Incluem milhões de pessoas. Outras, como as primeiras sociedades de caçadores e coletores, podem ser tão pequenas quanto 30 ou 40 pessoas. Todas as sociedades são unidas pelo fato de que seus membros são organizados em relações sociais estruturadas, de acordo com uma cultura única. Nenhuma cultura poderia existir sem sociedades. Mas, igualmente, nenhuma sociedade poderia existir sem cultura. Sem cultura, não seríamos sequer "humanos", no sentido em que comumente entendemos esse termo. Não teríamos línguas em que nos expressar, nenhuma noção de autoconsciência e nossa habilidade de pensar ou raciocinar seria severamente limitada.

As variações culturais entre os seres humanos são ligadas a diferentes tipos de sociedade; neste capítulo, compararemos e contrastaremos as principais formas de sociedade encontradas na história. O propósito de fazer isso é o de conectar de forma mais próxima os dois aspectos da existência social humana – os diferentes valores culturais e produtos que os seres humanos desenvolveram, e os tipos contrastantes de sociedade em que ocorreu o desenvolvimento cultural. Com muita freqüência, a cultura é discutida separadamente da sociedade como se as duas fossem um tanto dissociadas. De fato, elas são estreitamente unidas. Ao longo deste capítulo, concentraremos nossa atenção em como a mudança social afetou o desenvolvimento cultural humano. Nas seções finais, examinaremos alguns fatores que contribuem para a mudança social e investigaremos as mudanças particularmente profundas que ocorreram na era moderna.

### O conceito de cultura

Quando os sociólogos se referem à cultura, estão preocupados com aqueles aspectos da sociedade humana que são antes aprendidos do que herdados. Esses elementos culturais são comparti-

lhados por membros da sociedade e tornam possível a cooperação e a comunicação. Formam o contexto comum em que os indivíduos numa sociedade vivem as suas vidas. A cultura de uma sociedade compreende tanto aspectos intangíveis – as crenças, as idéias e os valores que formam o conteúdo da cultura – como também aspectos tangíveis – os objetos, os símbolos ou a tecnologia que representam esse conteúdo.

### Valores e normas

Fundamentais a todas as culturas são as idéias que definem o que é considerado importante, válido e desejável. Essas idéias abstratas ou valores dão sentido e fornecem direção aos humanos enquanto estes interagem com o mundo social. A monogamia – ser fiel a um único parceiro sexual – é um exemplo de um valor que é proeminente na maioria das sociedades ocidentais. **Normas** são regras de comportamento que refletem ou incorporam os valores de uma cultura. Os valores e as normas trabalham em conjunto para moldar a forma como os membros de uma cultura se comportam dentro de seus limites. Por exemplo, em culturas que valorizam altamente o conhecimento, normas culturais encorajariam os estudantes a devotarem grande energia ao estudo e apoiariam os pais a fim de fazerem sacrifícios para a educação das crianças. Numa cultura que dá muito valor à hospitalidade, as normas culturais devem orientar as expectativas quanto a cortesias ou quanto a comportamentos sociais de convidados e anfitriões.

Os valores e as normas variam enormemente através das culturas. Algumas culturas valorizam altamente o individualismo, enquanto outras podem colocar maior ênfase em necessidades em comum. Um simples exemplo torna isso claro. A maioria dos alunos na Grã-Bretanha se sentiria ultrajado em encontrar outro estudante "colando" em um exame. Na Grã-Bretanha, copiar do trabalho de outra pessoa vai contra valores centrais de realização individual, de igualdade de oportunidade, de trabalho duro e de respeito às "regras". Estudantes russos, contudo, ficariam perplexos com esse sentimento de ultraje entre seus pares britânicos. Ajudar um ao outro a passar em um exame reflete o valor que os russos dão à igualdade e à solução coletiva de problemas diante da autoridade. Pense na sua própria reação a esse exemplo. O que isso diz a respeito dos valores de sua sociedade?

Mesmo dentro de uma sociedade ou comunidade, os valores podem ser contraditórios: alguns grupos ou indivíduos podem valorizar crenças religiosas tradicionais, enquanto outros podem enfatizar o progresso e a ciência. Enquanto algumas pessoas preferem conforto material e sucesso, outras podem preferir a simplicidade e uma vida tranquila. Em nossa época de mudanças, tomada pelo movimento global das pessoas, das idéias, dos bens e da informação, não é surpreendente que encontremos exemplos de valores culturais em conflito.

### Valores e normas culturais em mudança

Os valores culturais e as normas frequentemente mudam através do tempo. Muitas normas que consideramos hoje naturais em nossas vidas pessoais – como relações sexuais pré-matrimoniais e casais vivendo juntos sem estarem casados – contradiziam valores comumente sustentados há poucas décadas. Os valores que orientam nossos relacionamentos íntimos evoluíram gradual e naturalmente no decorrer de muitos anos (ver Capítulo 7, “As Famílias”). Mas, e quanto a casos em que as normas e os comportamentos culturais são alterados de forma deliberada?

Em janeiro de 2000, uma comissão do governo japonês publicou um relatório que resumiu as principais metas para o Japão no século XXI. Diante da recessão econômica, do crescimento das taxas de criminalidade e do alto desemprego, a comissão foi formada pelo primeiro-ministro e recebeu a tarefa de planejar um novo rumo para o país nas décadas seguintes. As principais descobertas da comissão surpreenderam muitas pessoas: os cidadãos japoneses precisam perder seu apego a alguns de seus valores principais se o país quiser enfrentar as suas atuais mazelas sociais com sucesso. A comissão concluiu que a cultura japonesa dá valor demais à conformidade e à igualdade e apontou a necessidade de ação para reduzir o “grau excessivo de homogeneidade e uniformidade” na sociedade. Ressaltou algumas facetas básicas da vida japonesa que refletem essa conformidade: quase todos os estudantes japoneses usam uniformes azuis-escuros idênticos que encobrem traços de individualidade, enquanto empregados geralmente ficam até tarde no escritório, mesmo que sem necessidade, em função de uma regra fática sobre sair do trabalho cedo. Esses valores, concluiu a comissão, impedem o povo japonês de adotar noções de habilitação individual que seriam essenciais nos anos seguintes.

Normas e valores culturais são profundamente incrustados e é muito cedo para dizer se um mandato governamental terá sucesso em alterar os valores japoneses tradicionais. Entretanto, uma expressão comum japonesa – “prego saliente, o martelo ajeita” – sugere que talvez seja preciso algum tempo e esforço antes que os valores culturais japoneses da conformidade e do auto-apagamento sejam enfraquecidos.

Muitos de nossos comportamentos e hábitos cotidianos são fundados em normas culturais. Como veremos no Capítulo 4 (“Interação Social e Vida Cotidiana”), movimentos, gestos e expressões são fortemente influenciados por fatores culturais. Um exemplo claro disso pode ser visto na forma como as pessoas sorriem – particularmente em contextos públicos – através de diferentes culturas. Entre os Inuit (esquimós) da Groenlândia, por exemplo, não há a forte tradição do “sorriso público” que existe em muitas áreas da Europa Ocidental e da América do Norte. Isso não significa que os Inuit sejam frios ou não-amigáveis – simplesmente não é comum a prática de sorrir ou de trocar brincadeiras com estranhos. No entanto, desde que a indústria de serviços se expandiu na Groenlândia em anos recentes, houve esforços da parte de alguns empregadores para “incutir” o sorriso como um valor cultural. Há uma crença de

que sorrisos e atitudes polidas dirigidos aos clientes são essenciais às práticas de negócio competitivas. Clientes que são abordados com sorrisos e que recebem um “bom dia” têm mais chance de se tornarem compradores frequentes. Em muitos supermercados na Groenlândia, vídeos de treinamento sobre técnicas amigáveis de serviço são hoje apresentados a vendedores; os funcionários de algumas corporações têm sido mandados ao exterior para cursos de treinamento! A abertura de restaurantes de *fast-food* como o McDonald’s introduziu, pela primeira vez, abordagens de serviço ao estilo ocidental. Os empregados do McDonald’s foram ensinados a cumprimentar os clientes, a apresentar-se e a sorrir frequentemente. No início, esses requisitos foram alcançados com algum desconforto pelos funcionários que acharam o estilo insincero e artificial. Com o decorrer do tempo, contudo, a idéia de sorriso público – pelo menos no local de trabalho – tornou-se mais aceita.

### Diversidade cultural

Não são apenas as crenças culturais que diferem através das culturas. A diversidade das práticas e do comportamento humanos é também notável. Formas aceitáveis de comportamento variam amplamente de cultura para cultura e, com frequência, contrastam drasticamente com o que as pessoas das sociedades ocidentais consideram “normal”. Por exemplo, no Ocidente moderno consideramos crianças com idades entre 12 ou 13 anos como sendo muito novas para o casamento. Mas, em algumas culturas, casamentos são arranjados entre crianças dessa idade como algo natural. No Ocidente, comemos ostras, mas não comemos gatinhos ou cães de estimação, sendo que arabs são considerados especiarias em algumas partes do mundo. Os judeus não comem porco, enquanto os indianos comem porco, mas evitam carne de gado. Os ocidentais consideram beijar como uma parte normal do comportamento sexual, mas em muitas outras culturas essa prática é tanto desconhecida



Em um choque cultural entre o Oriente e o Ocidente, filhotes de cachorro que são adotados como animais de estimação na Europa podem subitamente se ver como iguarias num mercado chinês.

da como considerada repulsiva. Todos esses diversos traços de comportamento são aspectos de amplas diferenças culturais que distinguem as sociedades umas das outras.

As pequenas sociedades, como as sociedades primitivas de caçadores e coletores, tendem a ser culturalmente uniformes ou *monoculturais*. Algumas sociedades modernas, como o Japão, têm se mantido bastante monoculturais e são marcadas por altos índices de *homogeneidade cultural*. A maioria das sociedades industrializadas, contudo, está tornando-se culturalmente mais diversa, ou *multicultural*. Como você descobrirá na discussão sobre migração global no Capítulo 9 ("Raça, Etnicidade e Migração"), processos como a escravidão, o colonialismo, a guerra, a migração e a globalização contemporânea têm levado populações a se dispersar através das fronteiras e a se fixar em novas áreas. Isso leva à emergência de sociedades que são compostas culturais, ou seja, cuja população é feita de um número de grupos de diversas formações culturais, étnicas e linguísticas. Nas cidades modernas, por exemplo, muitas comunidades subculturais vivem lado a lado – indianos ocidentais, paquistaneses, indianos, bangladeshianos, italianos, gregos e chineses podem todos hoje ser encontrados no centro de Londres.

**Subculturas** não se referem somente a grupos étnicos ou linguísticos dentro de uma sociedade maior. Elas dizem respeito a quaisquer segmentos da população que são distinguíveis do resto da sociedade por seus padrões culturais. As subculturas têm âmbitos muito amplos e podem incluir naturalistas, góticos, *hackers*, hippies, rastafáris, fãs de hip-hop ou torcedores de times de futebol. Algumas pessoas podem se identificar clara-

mente com uma subcultura particular, enquanto outras podem se movimentar facilmente entre um número diferente delas.

A cultura tem um papel importante em perpetuar os valores e as normas de uma sociedade, mas também oferece oportunidades importantes para a criatividade e a mudança. Subculturas e *contraculturas* – grupos que rejeitam em grande medida os valores e as normas predominantes da sociedade – podem promover idéias que mostrem alternativas à cultura dominante. Movimentos sociais ou grupos de pessoas que dividem estilos de vida comuns são forças poderosas de mudança dentro das sociedades. Desse modo, subculturas permitem a liberdade de as pessoas se expressarem e agirem segundo suas opiniões, expectativas e crenças.

## Etnocentrismo

Toda cultura tem seus próprios padrões de comportamento, os quais parecem estranhos às pessoas de outras formações culturais. Se você já viajou para o exterior, provavelmente está familiarizado com a sensação que pode resultar quando você se encontra em uma nova cultura. Aspectos da vida cotidiana que você inconscientemente toma como comuns em sua própria cultura podem não ser parte da vida diária em outras partes do mundo. Mesmo em países que compartilham a mesma língua, hábitos cotidianos, costumes e comportamentos podem ser bem diferentes. A expressão *choque cultural* é realmente apropriada! Frequentemente, as pessoas se sentem desorientadas quando ficam imersas em uma nova cultura. Isso acontece por-

## O Reggae

Quando as pessoas que entendem de música popular ouvem uma canção, elas são capazes, muitas vezes, de detectar as influências estilísticas que ajudaram a formá-la. Cada estilo musical, afinal, representa um modo único de combinar ritmo, melodia, harmonia e letras. E embora não seja preciso um gênio para notar as diferenças entre o grunge, o *hard rock*, o techno e o hip-hop, os músicos frequentemente combinam inúmeros estilos ao comporem músicas. Identificar os componentes dessas combinações pode ser difícil. Mas, para os sociólogos da cultura, o esforço é frequentemente recompensador. Diferentes estilos musicais tendem a surgir de diferentes grupos sociais, e estudar como os estilos se combinam e se fundem é uma boa maneira de mapear os contatos culturais entre os grupos.

Alguns sociólogos da cultura voltaram a atenção ao *reggae*, porque ele exemplifica o processo pelo qual os contatos entre os grupos sociais resultam na criação de outras formas musicais. As raízes do *reggae* podem ser rastreadas até a África Ocidental. No século XVII, um grande número de

africanos ocidentais foi escravizado pelos colonizadores britânicos e trazido de navio para trabalhar em campos de cana-de-açúcar das Índias Ocidentais. Ainda que os britânicos tenham tentado evitar que os escravos tocassem a música tradicional africana, por medo de que ela servisse como um chamado à revolta, os escravos conseguiram manter viva a tradição da batida africana, integrando-a, às vezes, aos estilos musicais europeus impostos pelos proprietários de escravos. Na Jamaica, a batida de um grupo de escravos, os Buru, foi abertamente tolerada pelos proprietários de escravos porque ela ajudava a medir o ritmo do trabalho. Finalmente, a escravidão foi abolida na Jamaica em 1834, mas a tradição da batida dos Buru continuou, mesmo que muitos Buru tenham migrado de áreas rurais para os subúrbios de Kingston.

Foi nessas favelas que um novo culto religioso começou a surgir – culto que se mostraria crucial para o desenvolvimento do *reggae*. Em 1930, um homem chamado Haile Selassie foi coroado imperador do país africano da Etiópia. Enquanto os oponentes do colonialismo europeu ao redor do

(continua)

## O Reggae (continuação)

mundo aclamaram a ascensão de Selassie ao trono, um número de pessoas nas Índias Ocidentais começou a acreditar que Selassie era um deus, mandado à Terra para conduzir os oprimidos da África à liberdade. Um dos nomes de Selassie era "Príncipe Ras Tafari", e as pessoas das Índias Ocidentais que o adoravam chamavam a si mesmos de "rastafarianos". O culto Rastafari logo fundiu-se com os Buru, e a música rastafari veio a combinar os estilos de tambor dos Buru com temas bíblicos de opressão e de liberação. Na década de 1950, os músicos das Índias Ocidentais começaram a misturar ritmos e letras rastafaris com elementos do jazz norte-americano e do *rhythm and blues* dos negros. Essas combinações finalmente se desenvolveram na música "ska" e, então, no final da década de 1970, no *reggae*, com sua batida relativamente lenta, sua ênfase no baixo, e suas histórias de pobreza urbana e do poder da consciência coletiva social. Muitos artistas do *reggae*, como Bob Marley, tornaram-se sucessos comerciais e, na década de 1970, pessoas de todo o mun-

do estavam ouvindo *reggae*. Entre os anos de 1980 e 1990, o *reggae* foi fundido com o *hip-hop* (ou *rap*) para produzir novas sonoridades, como pode ser ouvido no trabalho de grupos como Wu-Tang Clan e Fugees (Hebdige, 1997).

A história do *reggae* é, assim, a história do contato entre diferentes grupos sociais e dos significados – políticos, espirituais e pessoais – que aqueles grupos expressaram através de sua música. A globalização aumentou a intensidade desses contatos. É agora possível para um jovem músico na Escandinávia, por exemplo, crescer ouvindo música produzida por homens e mulheres nos porões de *Notting Hill*, em Londres, e ser profundamente influenciado também por, digamos, uma apresentação ao vivo da Cidade do México de um cantor *mariachi*. Se o número de contatos entre os grupos é um determinante importante do ritmo da evolução musical, pode-se prever que haverá uma verdadeira profusão de novos estilos nos próximos anos, enquanto o processo de globalização continuar a se abrir.



que elas perderam pontos de referência familiares que as ajudam a entender o mundo ao seu redor e ainda não aprenderam como navegar em uma nova cultura.

As culturas podem ser excessivamente difíceis de se compreender de fora. Não podemos entender as práticas e as crenças separadamente das culturas mais abrangentes de que fazem parte. Uma cultura tem que ser estudada em termos de seus próprios significados e valores — uma suposição-chave da sociologia. Essa ideia também é referida como **relativismo cultural**. Os sociólogos se esforçam tanto quanto possível para evitar o **etnocentrismo**, que é a prática de julgar outras culturas comparando-as com a nossa. Uma vez que as culturas humanas variam tanto, não é surpreendente que pessoas vindas de uma cultura amigável achem difícil simpatizar com as ideias ou com o comportamento daqueles de uma cultura diferente.

Aplicar o relativismo cultural — ou seja, suspender suas próprias crenças culturais profundamente sustentadas e examinar uma situação de acordo com os padrões de outra cultura — pode ser repleto de incerteza e desafio. Não somente pode ser difícil ver as coisas a partir de um ponto de vista completamente diferente, mas, algumas vezes, questões preocupantes são levantadas. O relativismo cultural significa que *todos* os costumes e comportamentos são igualmente legítimos? Haveria padrões universais aos quais todos os humanos deveriam aderir? Considere o caso a seguir.

Nos anos que se seguiram à retirada da União Soviética do Afeganistão, o combate e a guerra civil assolaram a região. Boa parte do país veio a ser controlada pelo Talibã, um grupo que objetiva construir uma sociedade islâmica pura e baseada em seus princípios. Sob o domínio do Talibã, as mulheres afegãs foram submetidas a normas rígidas que governam todos os aspectos de suas vidas, incluindo o modo como elas se vestem, seus movimentos em público e seus assuntos particulares. Ao aparecer fora de casa, as mulheres precisam estar completamente cobertas, da cabeça aos pés, e usar um pano para esconder seus rostos. As mulheres perderam o direito de trabalhar fora de casa e de serem educadas. A versão da lei islâmica Sharia praticada pelo Talibã é considerada rígida por muitos eruditos muçulmanos. A despeito das críticas da comunidade internacional e de acaloradas campanhas em benefício das mulheres afegãs, o Talibã afirma que suas políticas em relação às mulheres são essenciais para a construção de uma sociedade casta, em que as mulheres sejam completamente respeitadas e sua dignidade seja reverenciada.

As políticas do Talibã para as mulheres são aceitáveis no início do século XXI? Não há soluções simples para esse dilema ou para dúzias de outros casos nos quais normas e valores culturais não coincidem. De um lado, é importante resistir a aplicar os padrões culturais gerais a pessoas que vivem em contextos muito diferentes. Mas é também problemático aceitar explicações culturais para situações que vão contra os valores e as normas que você considera como dados. O papel do sociólogo é evitar “respostas automáticas” e examinar questões complexas cuidadosamente a partir de tantos ângulos diferentes quanto possível.

## Socialização

Como já constatamos, a cultura faz parte daqueles aspectos da sociedade que são aprendidos mais do que herdados. O processo pelo qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida de sua sociedade é chamado de **socialização**. A socialização é o principal canal para a transmissão da cultura através do tempo e das gerações.

Os animais que estão mais abaixo na escala evolutiva são capazes de se defender logo depois de terem nascido, com pouca ou nenhuma ajuda dos adultos. Os animais mais acima na escala, contudo, têm que *aprender* formas apropriadas de comportamento — os jovens são, com frequência, completamente indefesos no nascimento e têm que ser cuidados pelos mais velhos. As crianças humanas são as mais indefesas de todas; uma criança humana não pode sobreviver sem ajuda pelo menos durante os primeiros quatro ou cinco anos de vida. A socialização, portanto, é o processo por meio do qual a criança indefesa gradualmente se torna uma pessoa autoconsciente e instruída, hábil nos modos da cultura na qual ela nasceu. A socialização não é um tipo de “programação cultural”, em que a criança absorve passivamente as influências com as quais ela entra em contato. Mesmo os recém-nascidos têm necessidades e exigências que afetam o comportamento daqueles responsáveis pelo seu cuidado: a criança é, desde o início, um ser ativo.

A socialização conecta diferentes gerações umas com as outras. O nascimento de uma criança altera as vidas daqueles que são responsáveis pela sua criação — e eles mesmos, portanto, passam por novas experiências de aprendizado. Os cuidados dos pais comumente ligam as atividades dos adultos às crianças para o restante de suas vidas. As pessoas mais velhas, é claro, permanecem pais quando se tornam avós, produzindo então outro conjunto de relações, ligando diferentes gerações umas com as outras. A socialização, portanto, deveria ser vista como um processo que dura a vida inteira, em que o comportamento humano é continuamente modelado pelas interações sociais. Ela permite que os indivíduos desenvolvam a si mesmos e a seu potencial, a aprender e a fazer ajustes.

Os sociólogos falam com frequência que a socialização ocorre em duas grandes fases, envolvendo um número de diferentes agentes de socialização. Os **agentes de socialização** são grupos ou contextos sociais em que ocorrem processos significativos de socialização. A **socialização primária** ocorre na primeira infância e na infância e é o mais intenso período de aprendizado cultural. É o tempo em que as crianças aprendem a língua e os padrões básicos de comportamento que formam a base para o aprendizado posterior. A família é o principal agente de socialização durante essa fase. A **socialização secundária** tem lugar mais tarde na infância e na maturidade. Nessa fase, outros agentes de socialização assumem algumas das responsabilidades que antes eram da família. As escolas, os grupos de iguais, as organizações, a mídia e finalmente o lugar de trabalho se tornam formas socializantes para os indivíduos. As interações sociais nesses contextos ajudam as pessoas a aprenderem os valores, as normas e as crenças que constituem os padrões de sua cultura.



A ligação entre mãe e filho subjaz em muitos processos de socialização primária, abrindo caminho, mais tarde, a agentes mais formais de socialização secundária, como as escolas.

### Papéis sociais

Através do processo de socialização, os indivíduos aprendem sobre os **papéis sociais** – expectativas socialmente definidas que uma pessoa segue numa dada posição social. O papel social de “médico”, por exemplo, agrupa um conjunto de comportamentos que deveriam ser representados por todos os médicos individualmente, sem levar em consideração suas opiniões ou perspectivas pessoais. Visto que todos os médicos dividem esse papel, é possível falar em termos gerais sobre o papel profissional dos médicos, independentemente dos indivíduos específicos que ocupam as posições.

Alguns sociólogos, particularmente aqueles associados à escola funcionalista, consideram que os papéis sociais são fixos e partes relativamente imutáveis da cultura de uma sociedade. São tomados como fatos sociais. De acordo com essa visão, os indivíduos aprendem as expectativas que cercam as posições sociais em sua cultura particular e desempenham aqueles papéis de modo tão abrangente quanto foram definidos. Os papéis sociais não envolvem negociação ou criatividade – são antes prescritivos ao controlar e direcionar o comportamento de um indivíduo. Por meio da socialização, os indivíduos internalizam os papéis sociais e aprendem como desempenhá-los.

Essa concepção, porém, está errada. Ela sugere que os indivíduos simplesmente assumem papéis, mais do que os criam ou negociam. De fato, a socialização é o processo em que os humanos podem exercitar modos de ação; eles não são

simplesmente sujeitos passivos esperando para serem instruídos ou programados. Os indivíduos passam a entender e a assumir papéis sociais por meio de um processo progressivo de interação social.

### Identidade

Os cenários culturais em que nascemos e amadurecemos influenciam nosso comportamento, mas isso não significa que os humanos são privados da sua individualidade ou do seu livre-arbítrio. Talvez pareçamos moldados em formas que a sociedade preparou previamente para nós. Alguns sociólogos realmente tendem a escrever sobre a socialização como se fosse esse o caso, mas tal concepção é fundamentalmente falha. O fato de que, do nascimento até a morte, estejamos em interação com outros certamente condiciona nossas personalidades, os valores que sustentamos e o comportamento em que nos engajamos. Além disso, a socialização está também na origem de nossa própria individualidade e liberdade. No decorrer da socialização, cada um de nós desenvolve um sentido de identidade e a capacidade para o pensamento e a ação independentes.

O conceito de identidade na sociologia é multifacetado e pode ser abordado de inúmeras formas. De modo geral, a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas. Essas compreensões são formadas em relação a cer-





A decoração corporal pode ser um enunciado poderoso de auto-identidade, e ainda assim ser um sinalizador de uma identidade social que os outros reconhecerão.

tos atributos que têm prioridade sobre outras fontes de significado. Algumas das principais fontes de identidade incluem gênero, orientação sexual, nacionalidade ou etnicidade e classe social. Há dois tipos de identidade frequentemente mencionados pelos sociólogos: a *identidade social* e a *auto-identidade* (ou identidade pessoal). Essas formas de identidade são analiticamente distintas, mas são intimamente relacionadas entre si. A **identidade social** refere-se às características que são atribuídas a um indivíduo pelos outros. Elas podem ser vistas como marcadores que indicam quem, em um sentido básico, essa pessoa é. Ao mesmo tempo, esses marcadores posicionam essa pessoa em relação a outros indivíduos que compartilham dos mesmos atributos. São exemplos de identidades sociais o estudante, a mãe, o advogado, o católico, o sem-teto, o asiático, o disléxico, o casado, e assim por diante. Muitos indivíduos têm identidades sociais que compreendem mais do que um atributo. Uma pessoa poderia ser simultaneamente uma mãe, uma engenheira, muçulmana e uma vereadora. Múltiplas identidades sociais refletem as muitas dimensões das vidas das pessoas. Embora essa pluralidade de identidades sociais possa ser uma fonte potencial de conflitos para as pessoas, a maioria dos indivíduos organiza o significado e a experiência em suas vidas em torno de uma identidade primária que é razoavelmente contínua através do tempo e do espaço.

As identidades sociais, portanto, envolvem uma dimensão coletiva. Elas marcam as formas pelas quais os indivíduos são "o mesmo" que os outros. As identidades compartilhadas – baseadas em um conjunto de objetivos comuns, de valores ou de experiências – podem formar uma base importante para movi-

mentos sociais. Feministas, ambientalistas, sindicalistas e patrocinadores de movimentos religiosos fundamentalistas e/ou nacionalistas são todos exemplos de casos nos quais uma identidade social compartilhada é utilizada como uma poderosa fonte de significado.

Se as identidades sociais marcam as formas pelas quais os indivíduos são "o mesmo" que os outros, a auto-identidade (ou identidade pessoal) nos separa como indivíduos distintos. A auto-identidade se refere ao processo de autodesenvolvimento através do qual formulamos um sentido único de nós mesmos e de nossa relação com o mundo à nossa volta. A noção de auto-identidade se beneficia muito do trabalho do interacionismo simbólico. É a negociação constante do indivíduo com o mundo exterior que ajuda a criar e a moldar seu sentido de si mesmo. O processo de interação entre o eu e a sociedade ajuda a ligar os mundos pessoais e públicos de um indivíduo. Enquanto o ambiente social e cultural é um fator que molda a auto-identidade, a ação e a escolha individuais são de importância fundamental.

Rastreamos as mudanças na auto-identidade a partir das sociedades tradicionais até as modernas, podemos ver um deslocamento dos fatores fixos e herdados que previamente guiaram a formação da identidade. Se uma vez as identidades das pessoas eram amplamente informadas por sua afiliação a grupos sociais grandes, ligados por classe ou nacionalidade, elas são agora mais multifacetadas e menos estáveis. Os processos de crescimento urbano, de industrialização e o colapso de formações sociais antigas enfraqueceram o impacto de regras e de convenções herdadas. Os indivíduos se tornaram social e geograficamente móveis. Isso libertou as pessoas das comunidades relativamente homogêneas e estreitamente interligadas do passado, nas quais os padrões eram transmitidos de um modo fixo de geração a geração. Criou-se espaço para que outras fontes de sentido, tal como a orientação sexual e de gênero, desempenhassem papel mais importante no senso de identidade das pessoas.

No mundo atual, temos oportunidades sem precedentes de moldar a nós mesmos e de criar nossas próprias identidades. Somos nosso melhor recurso para definir o que somos, de onde viemos e para onde vamos. Agora que as referências tradicionais tornaram-se menos essenciais, o mundo social confronta-nos com uma quantidade vertiginosa de escolhas acerca de quem somos, de como devemos viver e do que devemos fazer – sem oferecer grande orientação sobre que escolhas devemos fazer. As decisões que tomamos na vida cotidiana sobre o que vestir, como se comportar e como gastar nosso tempo ajudam a nos tornar o que somos. O mundo moderno força a que encontremos a nós mesmos. Por meio de nossa capacidade como seres humanos autoconscientes, constantemente criamos e recriamos nossas identidades.

## Tipos de sociedade

Os traços culturais estão intimamente relacionados a padrões abrangentes no desenvolvimento da sociedade. O nível de cul-

tura material atingido numa dada sociedade influencia, embora não determine completamente, outros aspectos do desenvolvimento cultural. Isso é fácil de perceber, por exemplo, no nível da tecnologia. Muito da parafernália cultural, característica de nossas vidas hoje – carros, telefones, computadores, água encanada, luz elétrica –, depende das inovações tecnológicas que foram feitas há bem pouco tempo na história humana. Algo similar é verdadeiro em relação às fases iniciais do desenvolvimento social. Antes da invenção da fundição do metal, por exemplo, as mercadorias tinham de ser feitas a partir de materiais encontrados na natureza, como a madeira e a pedra, constituindo uma limitação básica dos tipos de itens que podiam ser construídos. O desenvolvimento da escrita é outro fator que influenciou muito a forma das sociedades humanas. Durante a maior parte da história humana, a escrita era desconhecida, contudo seu surgimento possibilitou formas de organização social diferentes daquelas que anteriormente existiam.

Passaremos a analisar agora os principais tipos de sociedade que existiam no passado e que ainda hoje são encontradas no mundo. Atualmente, estamos habituados às sociedades compostas por milhões de pessoas, muitas delas vivendo aglomeradas em áreas urbanas. Mas durante a maior parte da história humana, a terra era bem menos densamente povoada do que agora e foi somente nos últimos cem anos, ou aproximadamente, que surgiram sociedades em que a maioria da população habitava a cidade. Para entender as formas de sociedade que existiam antes do industrialismo moderno, precisamos consultar a dimensão histórica da imaginação sociológica.

## Um mundo em extinção: as sociedades pré-modernas e seu destino

### *Sociedades caçadoras e coletoras*

Exceto por um período muito curto de nossa existência neste planeta, os seres humanos viveram em **sociedades caçadoras e coletoras**. Os caçadores e os coletores ganham seu sustento da caça, da pesca e da coleta de plantas comestíveis que crescem na natureza. Essas culturas continuam a existir em algumas partes do mundo, como em umas poucas partes áridas da África e das florestas do Brasil e da Nova Guiné. A maioria das culturas caçadoras e coletoras, no entanto, foi destruída ou absorvida pela expansão da cultura ocidental e as culturas que permanecem provavelmente não ficarão intactas por muito tempo. Atualmente, menos de um quarto de um milhão de pessoas no mundo sustenta-se da caça e da coleta – somente 0,001% da população mundial.

Em comparação com as grandes sociedades – particularmente as sociedades modernas, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos –, pouca desigualdade é encontrada na maioria dos grupos caçadores e coletores. Os caçadores e coletores têm pouco interesse em desenvolver a riqueza material para além do que é preciso para suprir suas necessidades básicas. Nor-

malmente, suas preocupações principais são com valores religiosos e atividades cerimoniais e rituais. Os produtos materiais que eles precisam são armas de caça, instrumentos para escavar e construir, armadilhas e utensílios domésticos. Assim, há pouca diferença entre os membros da sociedade quanto ao número ou aos tipos de posses materiais – não há divisão entre ricos e pobres. As diferenças de posição ou categoria tendem a ser limitadas à idade e ao sexo; os homens são quase sempre os caçadores, enquanto as mulheres coletam os frutos silvestres, cozinham e criam os filhos. Essa divisão do trabalho entre homens e mulheres, contudo, é muito importante: os homens tendem a dominar as posições públicas e cerimoniais.

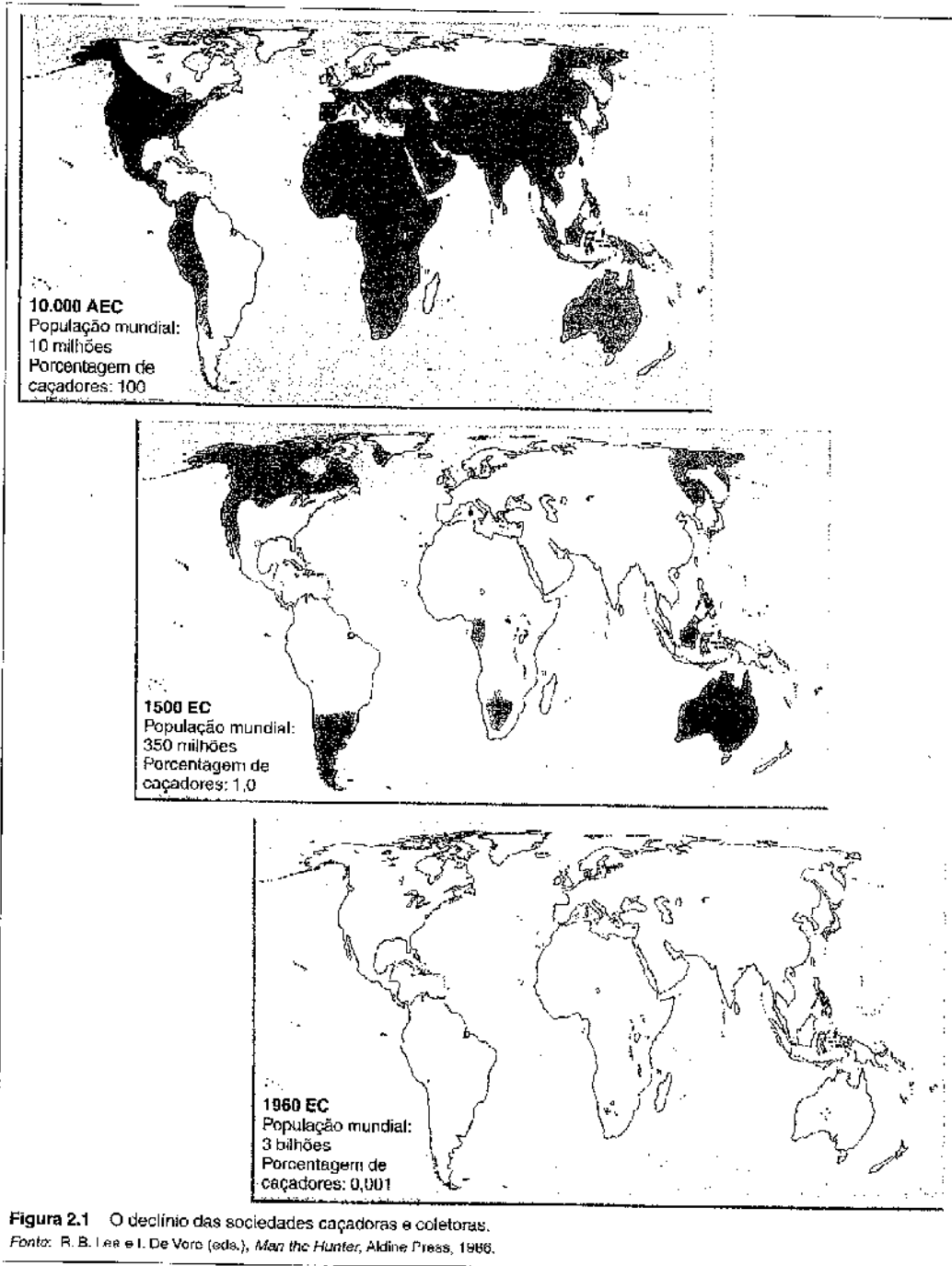
Os caçadores e os coletores não são meramente povos “primitivos” cujo meio de vida não possui mais qualquer interesse para nós. Estudar suas culturas permite-nos ver mais claramente que algumas de nossas instituições estão longe de serem traços “naturais” da vida humana. É claro que não deveríamos idealizar as circunstâncias em que os caçadores e os coletores vivem, mas a ausência da guerra, de maiores desigualdades de riqueza e poder e a ênfase maior na cooperação do que na competição são todas advertências instrutivas de que o mundo criado pela civilização industrial moderna não deve ser necessariamente igualado ao “progresso”.

### *Sociedades pastoris e agrárias*

Há cerca de 20 mil anos, alguns grupos de caçadores e coletores voltaram-se à criação de animais domésticos e ao cultivo de áreas fixas de terra como meio de sustento. As sociedades pastoris são as que tiram seu sustento principalmente de animais domesticados, enquanto as **sociedades agrárias** são aquelas que praticam a agricultura. Muitas sociedades misturaram economias pastoris e agrárias.

Dependendo do ambiente em que vivem, os pastoralistas criam e arrebancam animais como gado, ovelhas, cabras, camelos ou cavalos. Muitas sociedades pastoris ainda existem no mundo moderno, concentradas especialmente em regiões da África, do Oriente Médio e da Ásia Central. Essas sociedades são normalmente encontradas em regiões em que há densas pastagens, nos desertos ou nas montanhas. Essas regiões não são propícias à agricultura produtiva, mas podem sustentar vários tipos de rebanho. As sociedades pastoris normalmente migram entre áreas diferentes conforme as mudanças sazonais. Devido a seus hábitos nômades, as pessoas, nas sociedades pastoris, normalmente não acumulam muitas posses materiais, embora sua forma de vida seja mais complexa em termos materiais do que a dos caçadores e dos coletores.

Em algum momento, os grupos caçadores e coletores começaram a cultivar plantações em vez de simplesmente coletar o que crescia na terra. Essa prática desenvolveu pela primeira vez o que comumente é chamada de “horticultura”, plantio em que pequenas roças eram cultivadas usando instrumentos como cuxadas e pás. Assim como o pastoralismo, a horticultura forneceu um suprimento alimentar mais seguro do que era possível pela caça e pela coleta, e assim pôde sustentar comunidades



maiores. Não vivendo mais em constantes migrações, as pessoas que tiravam o sustento da horticultura podiam acumular estoques de bens materiais maiores do que os das comunidades caçadoras e coletoras ou pastoris.

### Civilizações não-industriais ou tradicionais

De aproximadamente 6 mil anos AEC em diante (os historiadores tendem a usar hoje AEC – Antes da Era Comum – e EC – Era Comum –, em vez de AC e DC), encontramos evidências de grandes sociedades que existiram anteriormente, que contrastam de diversos modos com os tipos anteriores (ver Figura 2.2). Essas sociedades que eram fundamentadas no desenvolvimento das cidades revelavam desigualdades pronunciadas de riqueza e poder e estavam associadas ao governo de reis ou de imperadores. Por que envolviam o uso da escrita e porque a arte e a ciência floresciam, elas eram chamadas *civilizações*.

As primeiras civilizações desenvolveram-se no Oriente Médio, comumente em áreas fluviais férteis. O império chinês originou-se cerca de 2000 anos AEC, quando estados poderosos foram também fundados onde hoje são a Índia e o Paquistão. Um número de grandes civilizações existia no México e na América Latina, como os astecas do México, os maias da Península do Yucatan e os incas do Peru.

A maioria das civilizações tradicionais também foram *impérios*; atingiram sua grandeza por meio da conquista e da incorporação de outros povos (Kautsky, 1982). Isso foi verdadeiro, por exemplo, na China e Roma tradicionais. No seu auge, no primeiro século EC, o Império Romano expandia-se da Grã-

Bretanha, no noroeste da Europa, até o Oriente Médio. O império chinês, que durou mais de 2 mil anos, até o limiar do século atual, cobriu a maior parte da região massiva do leste da Ásia, hoje ocupada pela China moderna.

### O mundo moderno: sociedades industriais

O que aconteceu que destruiu as formas da sociedade que dominaram a história até dois séculos atrás? A resposta, numa palavra, é a industrialização – um termo que já introduzimos no Capítulo 1 (“O Que É Sociologia?”). A industrialização refere-se ao surgimento da produção mecânica, baseada no uso de fontes de energia inanimadas (como o vapor e a eletricidade). As sociedades industriais (às vezes também chamadas sociedades “modernas” ou “desenvolvidas”) são completamente diferentes de qualquer tipo de ordem social anterior, e seu desenvolvimento gerou consequências que ultrapassaram de longe suas origens européias.

Mesmo nas mais avançadas civilizações tradicionais, a maioria das pessoas estava engajada no trabalho da terra. O nível relativamente baixo de desenvolvimento tecnológico não permitia liberar senão uma pequena minoria do labor da produção agrícola. Ao contrário, uma característica fundamental das sociedades industriais hoje é que a grande maioria da população empregada trabalha mais nas fábricas, nos escritórios ou no comércio do que na agricultura (ver Tabela 2.2). E aproximadamente 90% das pessoas vivem em metrópoles e cidades, onde se encontra a maioria dos empregos e onde novas oportunidades de trabalho são criadas. As grandes cidades são infinitamente maiores do que os as-

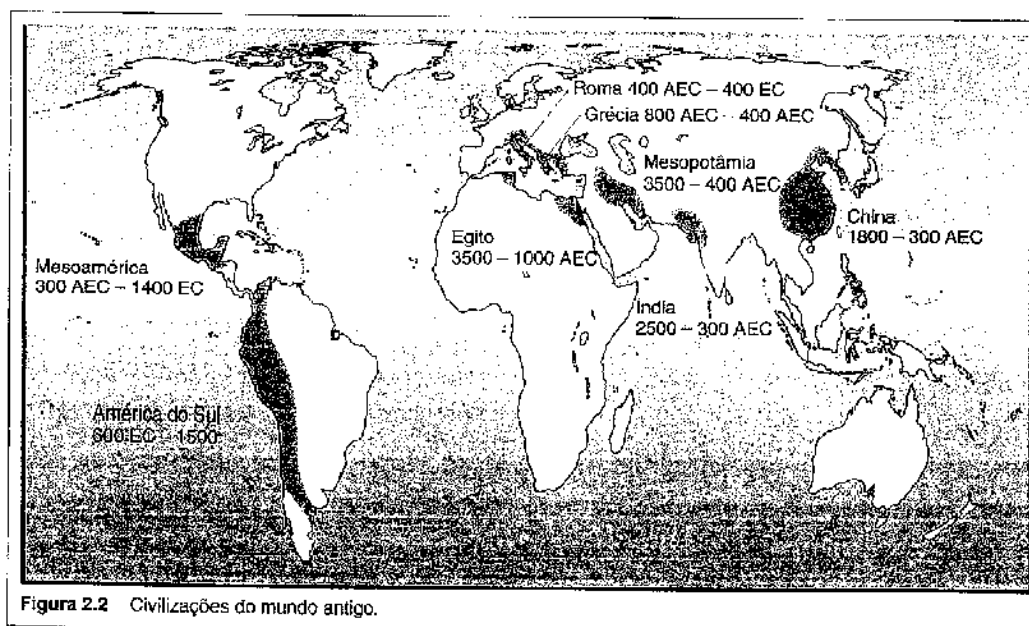


Tabela 2.1 Tipos de sociedades humanas pré-modernas

Tipo	Período de existência	Características
Sociedades Caçadoras e Coletoras	50000 AEC até o presente (agora em via de total extinção).	Consistem em pequeno número de pessoas que tiram seu sustento da caça, da pesca e da coleta de plantas comestíveis. Poucas desigualdades. Diferenças de posição limitadas pela idade e pelo sexo.
Sociedades Agrárias	12000 AEC até o presente. A maioria é parte hoje de entidades políticas maiores, e estão perdendo sua identidade distinta.	Baseadas nas pequenas comunidades rurais, sem metrópoles ou cidades. O sustento é obtido através da agricultura, freqüentemente suplementado pela caça e pela coleta. Maiores desigualdades do que entre caçadoras e coletores. Comandadas por chefes.
Sociedades Pastorais	12000 AEC até o presente. A maior parte dos Estados hoje; seus tradicionais modos de vida estão cada vez mais comprometidos.	Dependem da criação de animais domésticos para sua subsistência material. O tamanho varia de algumas poucas centenas de pessoas a muitos milhares. Marcadas por desigualdades distintas. Comandadas por chefes ou reis guerreiros.
Civilizações Não-industriais	6000 AEC até o século XIX. Todas as civilizações desapareceram.	Baseada largamente na agricultura. Existem algumas cidades, onde o comércio e a manufatura estão concentrados. Muito grandes em tamanho, algumas somando milhões de pessoas (embora pequenas se comparadas com sociedades industrializadas maiores). Aparato distinto de governo, encabeçado pelo rei ou imperador. Maiores desigualdades existem entre as diferentes classes.

Tabela 2.2 Força de trabalho agrícola em países industriais e não-industriais, 1998

País	Porcentagem de trabalho braçal na agricultura
<i>Sociedades não-industriais</i>	
Nepal	91,1
Ruanda	90,1
Etiópia	88,3
Uganda	82,1
Bangladesh	64,2
<i>Sociedades industriais</i>	
Japão	6,2
Austrália	5,0
Alemanha	3,8
Canadá	3,4
Estados Unidos	2,8
Reino Unido	2,0

sentamentos urbanos encontrados nas civilizações tradicionais. Nas cidades, a vida social torna-se mais impessoal e anônima do que antes, e muitos de nossos encontros diários são com estranhos e não tanto com indivíduos conhecidos. As macroorganizações, como as corporações de negócios e as agências governamentais, influenciam virtualmente as vidas de todos.

O papel das cidades na nova ordem global é discutido em "As cidades e a globalização", na p. 471.

Outra característica das sociedades modernas diz respeito aos seus sistemas políticos, que são mais desenvolvidos e articulados do que as formas de governo em Estados tradicionais. Nas civilizações tradicionais, as autoridades políticas (monarcas e imperadores) tinham pouca influência direta sobre os costumes e os hábitos da maioria de seus súditos, que viviam em vilarejos bastante autônomos. Com a industrialização, o transporte e as comunicações tornaram-se muito mais rápidos, produzindo uma comunidade "nacional" muito mais integrada.

As sociedades industriais foram os primeiros estados-nações a existir. Os estados-nações são as comunidades políticas, divididas umas das outras por fronteiras claramente delimitadas e não por vagas áreas fronteiriças que separavam os Estados tradicionais. Os governos nacionais têm poderes extensivos sobre muitos aspectos das vidas dos cidadãos, determinando as leis que se aplicam a todos os que vivem dentro de suas fronteiras. A Grã-Bretanha é um estado-nação, assim como são virtualmente todas as sociedades hoje no mundo.

A aplicação da tecnologia industrial não ficou de modo algum limitada a processos pacíficos de desenvolvimento econômico. Desde as primeiras fases da industrialização, modernos processos de produção foram dirigidos ao uso militar e isso alterou radicalmente os meios de promover a guerra, criando arma-

mentos e modos de organização militar muito mais avançados do que os das culturas não-industriais. Reunidas, a força econômica superior, a coesão política e a superioridade militar explicam a expansão aparentemente irresistível do modo ocidental de vida através do mundo nos dois séculos passados.

### Desenvolvimento global

Do século XVII até o início do século XX, os países ocidentais estabeleceram colônias em inúmeras áreas antes ocupadas por sociedades tradicionais, usando sua força militar superior quando necessário. Embora finalmente todas essas colônias hoje tenham obtido sua independência, o processo do **colonialismo** foi crucial, como sabemos, para moldar o mapa social do globo. Mencionamos o colonialismo, no capítulo anterior, com respeito ao desenvolvimento do mercado do café. Em algumas regiões, como a América do Norte, a Austrália e a Nova Zelândia, que eram escassamente povoadas por comunidades caçadoras e coletoras, os europeus tornaram-se a população majoritária. Em outras áreas, incluindo boa parte da Ásia, da África e da América do Sul, as populações locais continuaram majoritárias.

As sociedades pertencentes ao primeiro caso, incluindo os Estados Unidos, tornaram-se industrializadas. As da segunda categoria estão em grande maioria, num nível muito mais baixo de desenvolvimento industrial, e são freqüentemente referidas como sociedades menos desenvolvidas ou como *mundo em desenvolvimento*. Essas sociedades incluem a China, a Índia, a maioria dos países africanos (como Nigéria, Gana e Argélia) e os países da América do Sul (por exemplo, Brasil, Peru e Venezuela). Visto que muitas dessas sociedades estão situadas ao sul dos Estados Unidos e da Europa, são, às vezes, referidas coletivamente como *Sul* e contrastadas com o *Norte*, mais rico e industrializado.

### O Primeiro, o Segundo e o Terceiro Mundos

Você deve ter ouvido falar dos países em desenvolvimento como parte do **Terceiro Mundo**. O termo "Terceiro Mundo" foi originalmente parte de um contraste delineado entre três tipos principais de sociedade encontrados no início do século XX (ver Figura 2.3). Os países do **Primeiro Mundo** eram (e são) os estados industrializados da Europa, os Estados Unidos, a Australásia (Austrália, Nova Zelândia, Tasmânia e Melanésia) e o Japão. Quase todas as sociedades do Primeiro Mundo tinham sistemas de governo multipartidários e parlamentares. As sociedades do **Segundo Mundo** representavam as sociedades comunistas que incluíam a União Soviética (URSS) e o Leste Europeu, inclusive a Tchecoslováquia, a Polônia, a Alemanha Oriental e a Hungria. As sociedades do Segundo Mundo eram economias de planificação centralista, que permitiam pouca participação da propriedade privada ou do empreendimento econômico competitivo. Eram também estados unipartidários; o Partido Comunista dominava os sistemas tanto político quanto econômico. Seguindo os ensinamentos de Marx (ver Capítu-

lo 1, p. 31-32), os líderes comunistas acreditavam que um sistema de produção pertencente à coletividade se tornaria mais próspero do que o sistema de livre-mercado ocidental.

Por mais ou menos 25 anos, a história do mundo foi afetada pela rivalidade global entre os países da União Soviética e do Leste Europeu, por um lado, e as sociedades capitalistas do Ocidente e o Japão, por outro. Essa situação de permanente confronto armado foi descrita como **Guerra Fria**, porque nenhum combate militar direto sucedeu-se entre os dois lados. Era um tipo de equilíbrio militar, em que cada uma das partes estava pronta para enfrentar a outra, mas sem fazê-lo efetivamente. Hoje essa rivalidade acabou. Com o fim da Guerra Fria e a desintegração do **comunismo** na antiga URSS e no Leste Europeu, o Segundo Mundo efetivamente desapareceu (ver Capítulo 14, "Governo e Política"). A Rússia e as outras antigas sociedades do Segundo Mundo estão hoje direcionando-se a um sistema de mercado competitivo semelhante ao dos países ocidentais. Elas tentam também construir instituições políticas democráticas fundamentadas nos modelos ocidentais.

### O mundo em desenvolvimento

Muitas sociedades em desenvolvimento estão em áreas antes submetidas ao domínio colonial na Ásia, África e América do Sul. Umhas poucas áreas colonizadas conquistaram cedo a independência, como o Haiti, que se tornou a primeira república negra autônoma em 1804. As colônias espanholas na América do Sul adquiriram sua liberdade em 1810, enquanto o Brasil se desvinculou do domínio português em 1822. No entanto, quase todas as nações em desenvolvimento tornaram-se estados independentes somente após a Segunda Guerra Mundial, muitas vezes após sangrentos conflitos anticoloniais. Os exemplos incluem a Índia e várias outras nações asiáticas (como Burma, Malásia e Cingapura), além de países africanos (incluindo Quênia, Nigéria, Zaire, Tanzânia e Argélia).

Embora possam conter povos vivendo de forma tradicional, os países em desenvolvimento são muito diferentes das formas anteriores de sociedades tradicionais. Seus sistemas políticos estão moldados seguindo sistemas inicialmente estabelecidos nas sociedades ocidentais — ou seja, são estados-nações. Mesmo que a maioria da população ainda habite áreas rurais, muitas dessas sociedades estão experimentando um rápido processo de desenvolvimento urbano. Embora a agricultura permaneça a principal atividade econômica, a colheita agora é exportada para mercados mundiais em vez de ser consumida internamente. Os países em desenvolvimento não são meramente sociedades que "ficaram para trás" das regiões mais industrializadas. Foram em grande parte criados pelo contato com o industrialismo ocidental, o que abalou sistemas anteriores, mais tradicionais.

Nos últimos anos, as condições nas mais empobrecidas dessas sociedades pioraram mais do que melhoraram. Estima-se que, no início do século XXI, havia 1,2 bilhão de pessoas vivendo em estado de extrema pobreza, a grande maioria delas em países em desenvolvimento. Em torno de 3 bilhões de pessoas — quase a metade da população mundial — vive com menos de 2 dólares por dia. A pobreza está concentrada particularmente no

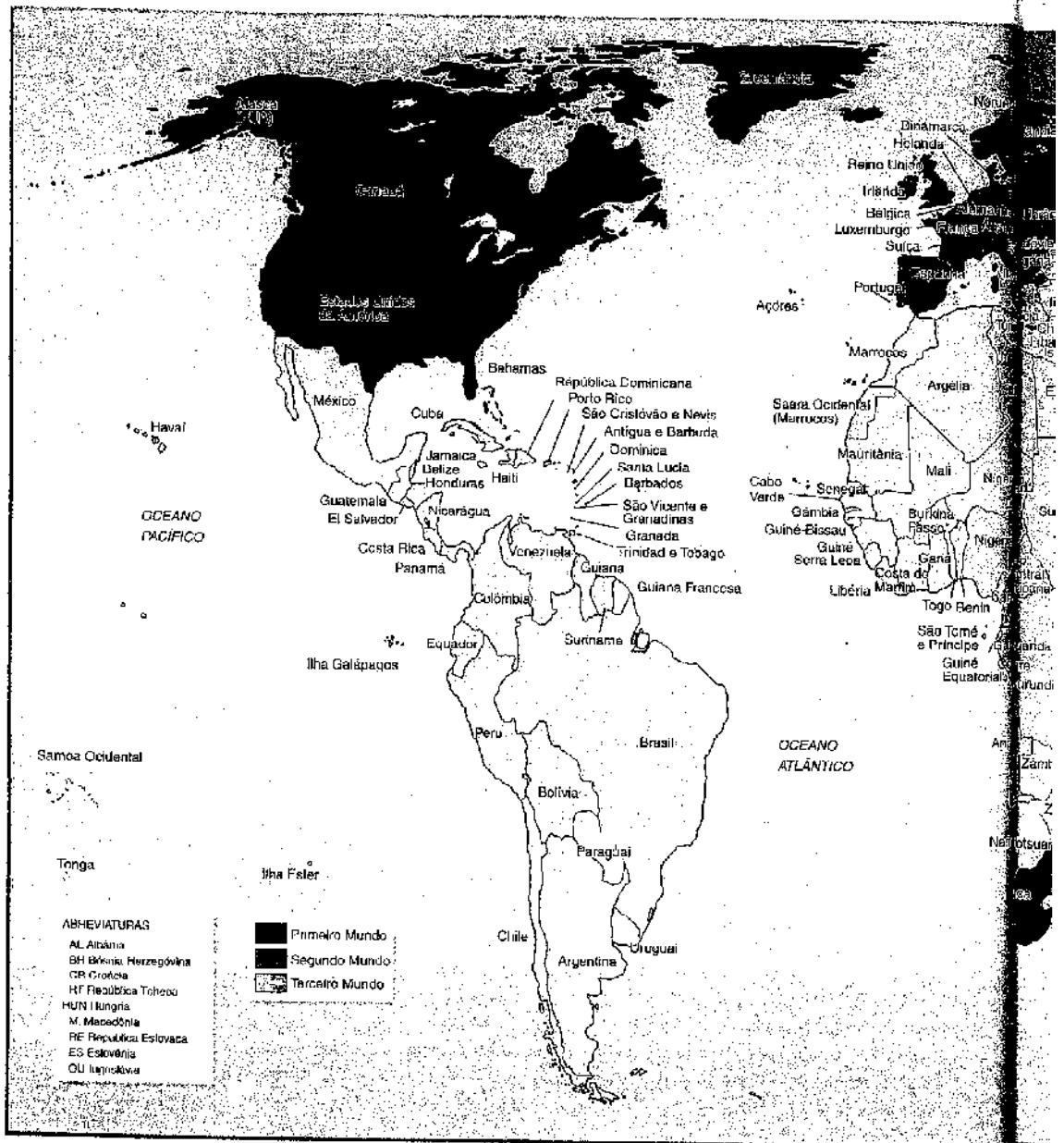


Figura 2.3 Os três mundos.





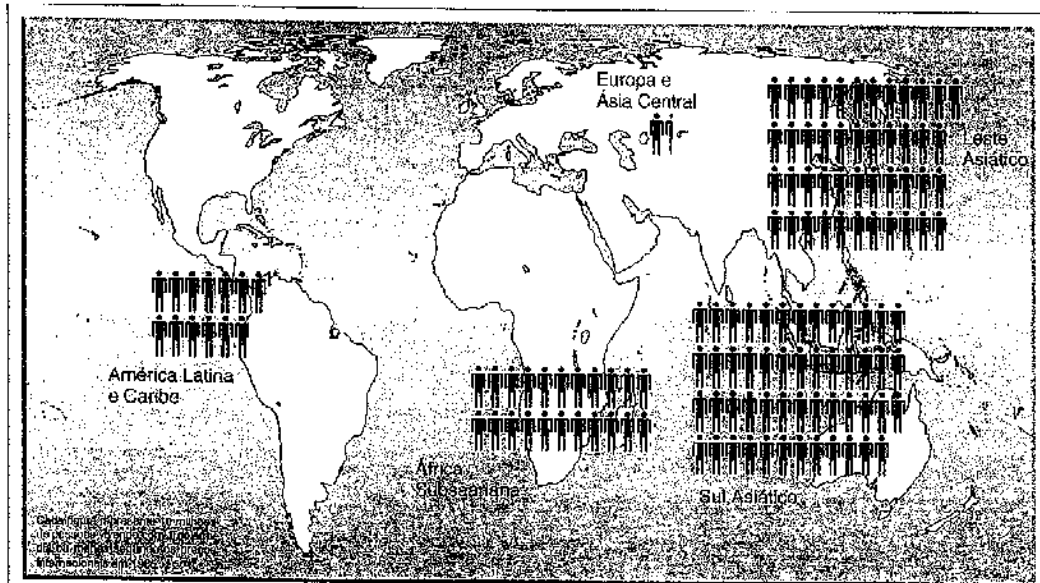


Figura 2.4 Pobreza nas regiões em desenvolvimento.

Fontes: Banco Mundial, *Relatório do Desenvolvimento Mundial: 1998-9*, Oxford University Press, 1998, p. 118

Sul e Leste asiáticos (ver Fig. 2.4), na África e América Latina, embora haja importantes diferenças entre essas regiões. Por exemplo, os níveis de pobreza no Leste asiático e no Pacífico declinaram na última década, embora tenham se elevado nas nações da África subsaariana. De 1987 a 1998, o número de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia nessa região subiu de 220 milhões para 290 milhões (Banco Mundial, 2000). Também houve um aumento significativo da pobreza em regiões do Sul Asiático, da América Latina e do Caribe. Muitos dos países mais pobres também sofrem seriamente com dívidas. Os pagamentos de empréstimos junto a credores estrangeiros podem geralmente superar os investimentos governamentais em saúde, bem-estar social e educação.

#### Os novos países industrializados (NPI)

Os países em desenvolvimento não são uma unidade. Enquanto a maioria dos países menos desenvolvidos está economicamente bastante atrasada em relação às sociedades ocidentais, algumas partes ingressaram em um processo de industrialização e experimentaram um dramático crescimento econômico ao longo das últimas três décadas. Às vezes, são chamados de Novos Países Industrializados (NPI) e incluem o Brasil e o México, na América Latina, ao lado da Coreia do Sul, de Cingapura e Taiwan, no Leste Asiático. As taxas de crescimento econômico dos mais bem-sucedidos NPI são muitas vezes iguais às de economias industrializadas ocidentais. Em alguns casos, os novos países industrializados atingi-

ram uma renda *per capita* bastante semelhante aos dos países desenvolvidos mais pobres.

Até o final da década de 1990, os NPI do Leste Asiático mostraram os mais constantes níveis de prosperidade econômica. A exportação de produtos manufaturados, especialmente para países desenvolvidos, contribuiu para o rápido crescimento da economia dos chamados "Tigres Asiáticos". Os NPI do Leste Asiático também se caracterizaram por altos níveis de investimento interno e externo. A produção de aço na Coreia do Sul cresceu rapidamente, e suas indústrias eletrônica e de construção naval figuravam entre as líderes mundiais. Cingapura surgiu como o maior centro financeiro e comercial do Sudeste Asiático. Taiwan assumiu uma importante presença nas indústrias eletrônica e manufatureira.

Entre 1997 e 1998, as economias do Leste Asiático desestabilizaram-se quando uma crise financeira global irrompeu e espalhou-se veloz e intensamente não só por toda a região, como por outros países. Apesar desses contratemplos, o desenvolvimento econômico nos NPI do Leste Asiático melhorou a qualidade de vida de milhões de pessoas na região. Os níveis de pobreza e de mortalidade infantil foram reduzidos e a expectativa de vida aumentou.

O desenvolvimento das economias asiáticas e latino-americanas parece ter pouco a ver com as vidas das pessoas na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos ou em outras regiões industrializadas. Mas não é assim. As nações agora estão presas a uma economia global, a ponto de eventos em determinadas partes do mundo terem efeitos imediatos e conseqüências que são sentidas mundialmente. Por exemplo, o crescimento da manufatura de

ação no Leste Asiático afetou diretamente a Grã-Bretanha, cuja participação global na produção de aço caiu significativamente nas últimas três décadas. Do mesmo modo, a recente crise financeira originada no Leste Asiático transformou mercados financeiros ao redor do mundo, que pareciam bastantes sólidos, em economias mais voláteis e desestabilizadas. Finalmente, o crescimento dos NPI está alterando a tradicional divisão entre "Norte" e "Sul", mencionada anteriormente. As relações políticas e econômicas não podem mais ser classificadas de acordo com o modelo simplista de sociedades do "Primeiro Mundo" e do "Terceiro Mundo". Os processos de globalização, que investigaremos em detalhe no Capítulo 3 ("Um mundo em mudanças"), produzem uma configuração de poder e privilégio muito mais complexa do que aquela que prevalecia há um século.

## Mudança social

Os seres humanos existem na Terra há mais ou menos meio milhão de anos. A agricultura, base necessária para povoações fixas, existe apenas há mais ou menos 12 mil anos. As civilizações datam de não mais de 6 mil anos. Se toda a existência humana tivesse a duração de um dia, a agricultura teria surgido às 23 horas e 56 minutos, e as civilizações, às 23 horas e 57 minutos. O desenvolvimento das sociedades modernas iniciaria apenas às 23 horas, 59 minutos e 30 segundos! Mas talvez nos últimos 30 segundos do dia da jornada humana tenham ocorrido tantas mudanças quanto em todo o tempo decorrido até esse momento.

Como vimos, os modos de vida e as instituições sociais características do mundo moderno são radicalmente diferentes mesmo das do passado recente. Durante um período de apenas dois ou três séculos — uma fração de minuto no contexto da história humana —, a vida social humana foi arrancada dos tipos de ordem social em que as pessoas viveram por milhares de anos. Como os sociólogos explicam os processos de mudança que transformaram o modo dos humanos viverem? No restante deste capítulo, deveremos olhar os esforços para a interpretação dos padrões de mudança que afetaram a história humana como um todo; deveremos, então, considerar por que o período moderno pode ser associado especialmente a uma profunda e rápida mudança social.

**Mudança social** é algo difícil de definir, pois há uma percepção de que tudo muda, o tempo todo. Todo dia é um novo dia; todo momento é um novo instante no tempo. O filósofo grego Heráclito observou que uma pessoa não pode entrar no mesmo rio duas vezes. Na segunda ocasião, o rio está diferente, já que a água fluiu e a própria pessoa também sofreu sutis mudanças. Embora essa observação seja, de certa forma, correta, é claro que normalmente queremos dizer que se trata do mesmo rio e da mesma pessoa entrando nele em duas ocasiões. Há suficiente continuidade no aspecto ou na forma do rio e no físico e na personalidade da pessoa que se banha nas águas para dizermos

que ambos permanecem "os mesmos" durante as mudanças que ocorrem.

Identificar mudanças significativas envolve mostrar em que medida há alterações na *estrutura subjacente* de um objeto ou situação durante um período de tempo. No caso das sociedades humanas, para decidir em que medida e de que forma um sistema está em processo de mudança, temos de mostrar em que grau há alguma modificação das *instituições fundamentais* durante um período específico. Todas as explicações de mudança também envolvem demonstrar o que permanece estável, como uma referência a partir da qual as alterações serão avaliadas. Mesmo no mundo de hoje, em que tudo muda muito rapidamente, existe uma continuidade com o passado distante. Os principais sistemas religiosos, como o cristianismo ou o islã, conservam seus laços com idéias e práticas iniciadas em torno de 2 mil anos atrás. Ainda assim, a maior parte das instituições das sociedades modernas claramente muda muito mais rápido que as instituições do mundo tradicional.

## Influências sobre a mudança social

Nos dois últimos séculos, os teóricos sociais tentam desenvolver uma grande teoria que explique a natureza da mudança social. Mas nenhuma teoria com base em um fator isolado pode explicar a diversidade do desenvolvimento social humano desde os primórdios da época da pesca, da coleta e das sociedades pastorais, passando pelas civilizações tradicionais e finalmente chegando aos sistemas sociais altamente complexos de hoje. Podemos, no entanto, identificar os três fatores principais que consistentemente influenciam a mudança social: o meio físico, a organização política e os fatores culturais.

### O meio físico

O meio físico geralmente influencia o desenvolvimento da organização social humana. Isso é muito claro em condições ambientais extremas, onde as pessoas precisam organizar seus modos de vida conforme as condições climáticas. Os habitantes das regiões polares desenvolvem necessariamente hábitos e práticas diferentes dos que vivem em zonas subtropicais. Pessoas que vivem no Alasca, onde os invernos são longos e frios, tendem a seguir padrões de vida social diferentes dos das pessoas que vivem em países na região do Mediterrâneo, bem mais quentes. Os alasquianos passam a maior parte da vida em recintos fechados e, exceto durante um curto verão, realizam atividades ao ar livre com muito cuidado, dada a hostilidade do ambiente em que vivem.

Condições ambientais menos extremas podem também afetar a sociedade. Os nativos da Austrália jamais deixaram de ser caçadores e coletores, pois o continente quase não continha nenhuma espécie vegetal própria ao cultivo regular ou animais que pudessem ser domesticados para o desenvolvimento da produção pastoril. A maior parte das antigas civilizações originou-se

Tabela 2.3 As sociedades no mundo moderno

Tipo	Período de existência	Características
Sociedades do Primeiro Mundo	Do século XVIII até o presente.	Baseadas na produção industrial e na livre-iniciativa. A maioria da população vive em cidades e metrópoles, poucos trabalham na agricultura rural. Grandes desigualdades de classe, embora menos pronunciadas que em estados tradicionais. Comunidades políticas ou estados-nações distintos, incluindo os países do Ocidente, Japão, Austrália e Nova Zelândia.
Sociedades do Segundo Mundo	Do início do século XX (desde a Revolução Russa de 1917) até o início dos anos de 1990.	Baseadas na indústria, mas o sistema econômico é de planejamento central. Uma pequena proporção da população trabalha na agricultura, a maioria vive em cidades e metrópoles. Grandes desigualdades de classe persistem. Comunidades políticas ou estados-nações distintos. Até 1989, compostas pela União Soviética e pelo Leste Europeu, mas mudanças sociais e políticas começaram a transformá-las em sistemas econômicos de livre-iniciativa, de acordo com o modelo das sociedades de Primeiro Mundo.
Sociedades em desenvolvimento ("Sociedades do Terceiro Mundo")	Do século XVIII (a maioria como áreas colonizadas) até o presente.	A maioria da população trabalha na agricultura, usando métodos tradicionais de produção. Uma parte da produção agrícola é vendida em mercados mundiais. Algumas têm sistemas de livre-iniciativa, outras são de planejamento central. Comunidades políticas ou estados-nações distintos, incluindo a China, a Índia e a maioria das nações africanas e sul-americanas.
Novos Países Industrializados	Dos anos 1970 até o presente.	Antigas sociedades em desenvolvimento, agora baseadas na produção industrial e na livre-iniciativa. A grande maioria da população vive em cidades e metrópoles, poucos trabalham na agricultura. Grandes desigualdades de classe, mais pronunciadas que nas sociedades do Primeiro Mundo. Renda média <i>per capita</i> consideravelmente menor que nas sociedades do Primeiro Mundo. Incluem Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan, Brasil e México.

em regiões de terras bastante férteis – como deltas de rios. A facilidade de comunicação terrestre e o acesso a rotas marítimas também é importante: sociedades isoladas de outras por montanhas, densas florestas ou desertos tendem a permanecer relativamente inalteradas por longos períodos de tempo.

Todavia, a influência direta do meio sobre a mudança social não é tão grande. As pessoas geralmente são capazes de desenvolver uma riqueza produtiva considerável em regiões relativamente inóspitas. Isso é verdade, por exemplo, no caso dos alaskianos, que foram capazes de desenvolver recursos minerais e petrolíferos apesar da natureza hostil do seu meio. Por outro lado, as sociedades de caçadores-coletores muitas vezes viveram em regiões altamente férteis sem que tenham se envolvido na produção agrícola ou pastoril.

### Organização política

Um segundo fator de grande influência na mudança social é o modo de organização política. Nas sociedades de caçadores-coletores, essa influência é mínima, pois não existem autoridades políticas capazes de mobilizar a comunidade. Em todos os outros tipos de sociedade, porém, a existência de organismos políticos definidos – chefes, senhores, reis e governos – afeta fortemente o curso de desenvolvimento que a sociedade experimenta. Os sistemas políticos não são, como Marx acreditava, expressões diretas da organização econômica subjacente; tipos de organização política bem diferentes podem existir em sociedades cujos sistemas produtivos são semelhantes. Por exemplo, algumas sociedades baseadas no capitalismo industrial tiveram sistemas políticos autoritários (como a Alemanha nazista e a África do Sul do *apartheid*), enquanto ou-

tras são muito mais democráticas (como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Suécia).

O poderio militar desempenhou um papel fundamental no estabelecimento dos estados mais tradicionais, influenciando de maneira semelhante suas sobrevivência e expansão subsequentes. Mas as conexões entre o nível de produção e a força militar também são indiretas. Um governante pode optar por canalizar recursos para o desenvolvimento militar, por exemplo, mesmo que isso empobreça a maior parte da população – como aconteceu na Coreia do Norte sob os governos de Kim Il Sung e de seu filho, Kim Jong Il.

### *Fatores culturais*

A terceira principal influência sobre a mudança social consiste em fatores culturais que incluem os efeitos da religião, dos sistemas de comunicação e da liderança. A religião pode ser uma força tanto conservadora como inovadora na vida social (ver Capítulo 17, “Religião”, p. 425). Algumas formas de crenças e práticas religiosas atuaram como um freio contra a mudança, destacando sobretudo a necessidade de se aderir a rituais e valores tradicionais. Ainda assim, como enfatizou Max Weber, as convicções religiosas freqüentemente desempenham um papel mobilizador em pressões por mudança social.

Uma influência cultural particularmente importante que afeta o caráter e o ritmo de mudança é a natureza dos sistemas de comunicação. A invenção da escrita, por exemplo, permitiu a manutenção de registros, tornando possível um maior controle de recursos materiais e o desenvolvimento de organizações de larga escala. Além disso, a escrita alterou a percepção das pessoas da relação entre passado, presente e futuro. Sociedades que escrevem mantêm um registro de eventos passados e sabem que têm uma história. Compreender a história pode desenvolver uma percepção do movimento geral ou da linha de desenvolvimento que uma sociedade está seguindo, para que as pessoas possam então promover ativamente seu avanço.

No topo dos fatores culturais, devemos colocar também a liderança. Líderes individuais tiveram uma enorme influência na história mundial. Temos apenas que pensar em grandes figuras religiosas (como Jesus), líderes políticos e militares (como Júlio César), ou em inovadores na ciência e na filosofia (como Isaac Newton) para percebermos que é esse o caso. Um líder capaz de buscar políticas dinâmicas e de gerar multidões de seguidores ou de alterar modelos preexistentes de pensamento pode subverter uma ordem preestabelecida.

No entanto, indivíduos podem somente alcançar posições de liderança e tornarem-se efetivos sob condições sociais favoráveis. Adolf Hitler foi capaz de apossar-se do poder na Alemanha em 1930, por exemplo, em parte graças às crises e tensões que acoassavam o país na época. Se aquelas circunstâncias não houvessem existido, ele provavelmente teria permanecido uma figura obscura dentro de uma facção política menor. O mesmo é válido posteriormente para Mahatma Gandhi, o famoso líder pacifista na Índia durante o período após a Segunda

Guerra Mundial. Gandhi conseguiu ser eficaz em assegurar a independência de seu país da Grã-Bretanha porque a guerra e outros eventos haviam desordenado as instituições coloniais na Índia.

### *Mudança no período moderno*

O que explica que os últimos 200 anos, o período da modernidade, tenham testemunhado uma aceleração tão grande na velocidade da mudança social? Essa é uma questão complexa, mas não é difícil apontar alguns dos fatores envolvidos. Podemos categorizá-los ao longo de linhas semelhantes a fatores que influenciaram a mudança social através da história, a não ser que absorvamos o impacto do meio físico dentro da importância geral dos fatores econômicos.

#### *Influências econômicas*

A indústria moderna difere de forma fundamental dos sistemas de produção preexistentes, pois envolve a constante expansão da produção e a acumulação cada vez maior de riqueza. Nos sistemas de produção tradicionais, os níveis de produção eram razoavelmente estáticos, pois eram adequados a necessidades habituais e costumeiras. O capitalismo promove a constante revisão da tecnologia de produção, um processo em que a ciência está cada vez mais envolvida. A taxa de inovação tecnológica promovida pela indústria moderna é muitíssimo maior do que em qualquer outro tipo anterior de ordem econômica.

O impacto da ciência e da tecnologia no nosso modo de vida pode ser largamente guiado por fatores econômicos, mas também extravasa a esfera econômica. A ciência e a tecnologia influenciam e são influenciadas por fatores políticos e culturais. O desenvolvimento científico e tecnológico, por exemplo, ajudou a criar formas modernas de comunicação, como o rádio, a televisão, a telefonia móvel e a internet. Esses meios eletrônicos de comunicação produziram mudanças na política em anos recentes (ver Capítulo 14, “Governo e Política”, p. 341). O uso que fazemos das mídias eletrônicas como a televisão e a internet também modelou a maneira que sentimos e pensamos sobre o mundo.

#### *Influências políticas*

O segundo maior tipo de influência sobre a mudança no período moderno consiste nos desenvolvimentos políticos. O confronto entre nações para expandir seu poder, desenvolver sua riqueza e triunfar militarmente sobre seus competidores tem sido uma dinâmica fonte de mudança ao longo dos últimos dois ou três séculos. A mudança política nas civilizações tradicionais estava normalmente confinada às elites. Uma família aristocrática, por exemplo, poderia substituir outra como governante, enquanto, para a maioria da população, a vida continuaria relativamente inalterada. Isso não se aplica aos sistemas políticos modernos, em que as atividades de líderes políticos e au-

toridades governamentais constantemente afetam as vidas da massa da população. Interna e externamente, a tomada de decisões políticas promove e direciona a mudança social muito mais do que em tempos anteriores.

O desenvolvimento político nos últimos dois ou três séculos certamente influenciou a mudança econômica tanto quanto a mudança econômica influenciou a política. Os governos agora desempenham um grande papel na promoção (e, às vezes, no retardamento) de taxas de crescimento econômico, e em todas as sociedades industriais há um alto nível de intervenção estatal na produção, sendo o governo, de longe, o maior empregador.

O poderio militar e a guerra também foram de grande importância. A força militar de nações ocidentais desde o século XVII permitiu-lhes influenciar todos os cantos do mundo – e propiciou um essencial reforço à disseminação global dos estilos de vida ocidentais. No século XX, os efeitos das duas Guerras Mundiais foram profundos: a devastação de muitos países levou ao processo de reconstrução que trouxe grandes mudanças institucionais, como na Alemanha e no Japão após a Segunda Guerra Mundial. Mesmo os Estados vitoriosos – como o Reino Unido – experimentaram grandes mudanças internas como resultado do impacto da guerra na economia.

### *Influências culturais*

Dentre os fatores culturais que afetam os processos de mudança social nos tempos modernos, o desenvolvimento da ciência e a secularização do pensamento contribuíram para o caráter crítico e inovador da percepção moderna. Não mais consideramos costumes e hábitos como aceitáveis meramente porque têm a autoridade da tradição. Pelo contrário, nossos modos de vida cada vez mais requerem uma base “racional”. Por exemplo, o projeto de um hospital não pode ser baseado especialmente em gostos tradicionais, mas deve considerar sua capaci-

dade de servir ao propósito de um hospital – efetivamente preocupado com os doentes.

Além do modo *como* pensamos, o *conteúdo* das idéias também mudou. Os ideais de auto-aperfeiçoamento, liberdade, igualdade e participação democrática são na sua maior parte criações dos últimos dois ou três séculos. Tais ideais serviram para mobilizar processos de mudança sociais e políticos, incluindo revoluções. Essas idéias não podem estar presas à tradição, mas sim, devem sugerir a constante revisão dos modos de vida na busca do aperfeiçoamento humano. Embora tenham sido inicialmente desenvolvidos no Ocidente, esses ideais tornaram-se genuinamente universais e globais em sua aplicação, promovendo a mudança na maioria das regiões do mundo.

### **Conclusão**

As mudanças que estão em curso hoje no mundo tornam diferentes culturas e sociedades muito mais interdependentes do que jamais foram. À medida que o ritmo de mudança acelera, o que ocorre em um ponto do planeta pode afetar diretamente outras regiões. Em parte por causa dos novos meios eletrônicos de comunicação mencionados anteriormente, vivemos muito mais nos “quintais dos outros” do que as gerações passadas. O sistema global não é apenas um ambiente dentro do qual sociedades específicas – como a Grã-Bretanha – se desenvolvem e se modificam. As conexões sociais, políticas e econômicas que atravessam as fronteiras entre países decididamente condicionam o destino dos que vivem em cada um deles. Consideraremos essa crescente interdependência da sociedade mundial no próximo capítulo, “Um mundo em mudanças”.

### **Pontos Principais**

1. O conceito de cultura é uma das mais importantes noções na sociologia. A cultura refere-se aos modos de vida dos membros de uma sociedade, ou de grupos dentro da mesma. Inclui a arte, a literatura e a pintura, mas também vai muito além. Outros itens culturais, por exemplo, são o modo de vestir das pessoas, seus costumes, seus padrões de trabalho e cerimônias religiosas.
2. Valores são idéias abstratas que definem o que é considerado importante, válido e desejável em uma dada cultura. Normas são regras de comportamento que refletem os valores de uma cultura. Os valores e as normas trabalham juntos para moldar o comportamento dos membros de uma cultura dentro de seu espaço. Os valores e as normas estão profundamente entranhados, mas podem mudar com o tempo.
3. Crenças e práticas culturais são extremamente diversas. O etnocentrismo é a prática de julgar outras culturas em comparação com a própria. Os sociólogos tentam empregar o relativismo cultural – o estudo de uma cultura em termos de seus próprios significados e valores.
4. Os humanos aprendem as características da cultura através do processo de socialização. Órgãos de socialização são grupos ou contextos sociais nos quais ocorrem processos significativos de socialização. A socialização na infância é o processo pelo qual, através do contato com outros seres humanos, a criança indefesa gradualmente se torna um ser humano autoconsciente e instruído, hábil nos costumes de sua cultura.
5. A identidade refere-se ao entendimento que as pessoas têm sobre quem são e o que é importante para elas. A identidade social descreve as características que são atribuídas a um indivíduo por outros. Essas atribuições são anuíde feitas com base nos grupos sociais a que um indivíduo parece pertencer – como homem, asiático ou cató-

lico – e marcam de que forma um indivíduo é igual a outros. A auto-identidade, ou a identidade pessoal, nos diferencia como indivíduos distintos. Refere-se ao juízo singular de si mesmo que é produzido pelo autodesenvolvimento e pela constante interação do indivíduo com o mundo exterior.

6. Uma sociedade é um conjunto de relacionamentos que conectam indivíduos. Muitos tipos de sociedades pré-moderanas podem ser distinguidos. Em sociedades de caçadores-coletores, as pessoas podem sobreviver colhendo plantas e caçando animais. Sociedades pastoris são aquelas que criam animais domesticados como suas maiores fontes de subsistência. As sociedades agrárias dependem do cultivo de lotes fixos de terra. Maiores, mais desenvolvidas, as sociedades urbanas formam as civilizações tradicionais.
7. Nas sociedades industriais, a produção industrial torna-se a base principal da economia. A maioria da população vive em áreas urbanas, e organizações em larga escala influenciam as vidas de quase todos. As sociedades industriais foram os primeiros estados-nações, comunidades políticas divididas entre si por limites claramente definidos.
8. O desenvolvimento das sociedades industrializadas e a expansão do Ocidente levaram à conquista de muitas partes do mundo, e o processo de colonização alterou radicalmente culturas e sistemas sociais há muito estabelecidos.
9. Os países industrializados do Ocidente, além do Japão, da Austrália e da Nova Zelândia, vieram a ser conhecidos como Primeiro Mundo, ou mundo desenvolvido. O Segundo Mundo referia-se às sociedades industrializadas dirigidas por governos comunistas, na antiga União Soviética e no Leste Europeu. Desde o fim da Guerra Fria, um período de confronto armado entre países do Primeiro e Segundo Mundos, o Segundo Mundo efetivamente desapareceu.
10. Os países que eram colônias e que se encontram num nível baixo de industrialização vieram a ser chamados de Terceiro Mundo, ou de mundo em desenvolvimento. A maior parte da população mundial vive no mundo em desenvolvimento. Os novos países industrializados são aqueles países em desenvolvimento que embarcaram em um processo de industrialização e experimentaram rápido crescimento econômico.
11. O período moderno, aproximadamente do século XVIII até os dias de hoje, tem visto uma extraordinária aceleração no processo de mudança. Provavelmente mais mudanças profundas ocorreram nesse período, que é uma diminuta fração de tempo na história da humanidade, do que em toda a existência anterior da humanidade.
12. Nenhuma teoria com base em um “fator isolado” pode explicar toda a mudança social. Um número de importantes influências sobre a mudança pode ser percebido, dentre os quais a adaptação ao meio material. Outros incluem o meio físico, a organização política e os fatores culturais.
13. Dentre os importantes fatores da moderna mudança social estão a expansão do capitalismo industrial, o desenvolvimento de estados-nações centralizados, a industrialização da guerra e o surgimento da ciência e das formas de pensamento “racional” ou críticas.

### Questões para Reflexão

1. Cada sociedade tem uma cultura própria?
2. De que forma a socialização difere da doutrinação ou da lavagem cerebral?
3. Qual é a relação entre auto-identidade e nossas identidades sociais?
4. Quão significativa é a socialização primária em sociedades complexas e rapidamente mutáveis?
5. O que retarda o desenvolvimento do Terceiro Mundo?
6. Quão importantes são os “grandes líderes” nos processos de mudança social?

### Leitura Complementar

Ruth Benedict, *Patterns of Culture* (New York: Mentor Books, 1946)

Brian M. Fagan, *People of the Earth* (London: Harper Collins, 1992)

Leslie Holmes, *Past-Communism: An Introduction* (Cambridge: Polity, 1996)

### ***Endereços na Internet***

---

Exploring Ancient World Cultures

<http://cawc.evansville.edu>

Library of Congress Country Studies

<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/cshome.html>

Rural History Centre

[www.rdg.ac.uk/Instits/im/rural/hist.html](http://www.rdg.ac.uk/Instits/im/rural/hist.html)

# Um Mundo em Mudança

# 3

<b>Dimensões da globalização</b>	61	<b>Globalização e risco</b>	71
Fatores que contribuem para a globalização	61	A difusão do "risco produzido"	71
As causas da crescente globalização	63	A "sociedade de risco" global	74
<b>O debate sobre globalização</b>	66	<b>Globalização e desigualdade</b>	74
Os "céticos"	66	Desigualdade e divisões globais	74
Os "hiperglobalizadores"	67	A campanha por "justiça global"	76
Os "transformacionalistas"	68	<b>Conclusão: a necessidade de uma governança global</b>	78
<b>O impacto da globalização nas nossas vidas</b>	68	Pontos principais	79
A ascensão do individualismo	68	Questões para reflexão	80
Padrões de trabalho	69	Leitura complementar	80
Cultura popular	70	Endereços na internet	80





### 3: Um Mundo em Mudança

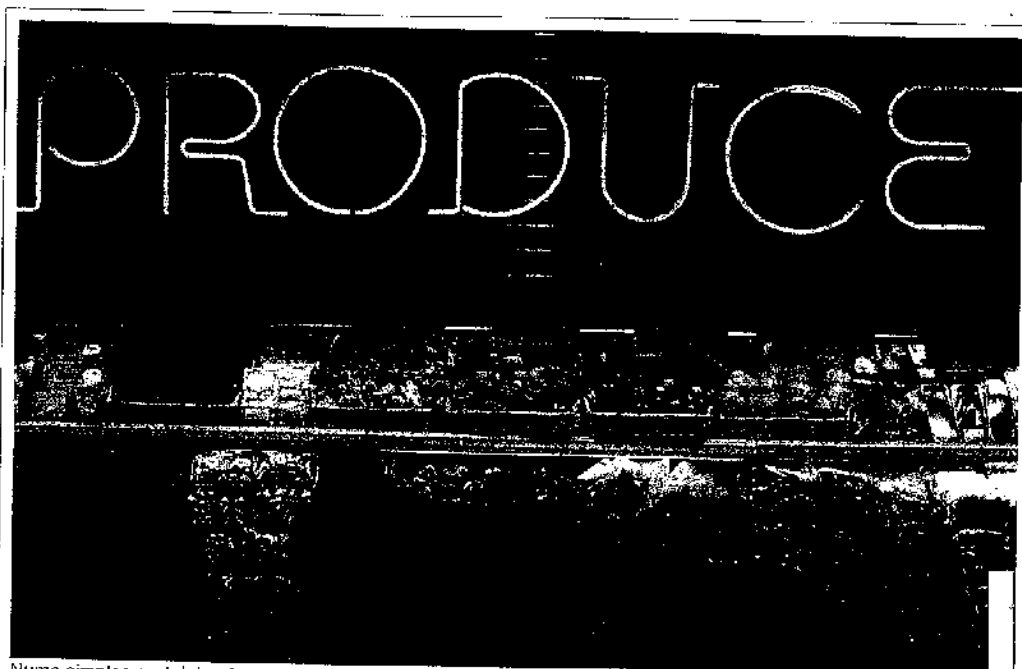
Você pode achar que um supermercado local não tenha muita relevância para o estudo da sociologia, mas, como aprendemos no Capítulo 1, os sociólogos frequentemente procuram *insights* sobre o mundo nos lugares mais inesperados. O supermercado é um lugar que pode nos dizer muito sobre os fenômenos sociais que interessam os sociólogos nesse começo do século XXI – a rapidez da mudança social e o aprofundamento da sociedade global.

Na próxima vez que você for ao supermercado, preste atenção à vasta série de produtos disponibilizados nas prateleiras. Se você começar suas compras na seção de produtos frescos, como muitas pessoas fazem, há chances de encontrar abacaxis do Havaí, toronjas de Israel, maçãs da África do Sul e abacates da Espanha. No próximo corredor, você pode até se deparar com um amplo sortimento de pastas de *curry*, temperos e condimentos para pratos indianos, uma ampla seleção de ingredientes para pratos do Oriente Médio, como cuscuz e falafel, e latas de leite de coco para cozinhar comidas tailandesas. Continuando as compras, dê uma olhada nos cafés do Quênia, da Indonésia e da Colômbia, na carne de ovelha da Nova Zelândia e nas garrafas de vinho da Argentina e do Chile. Se voltar os olhos para um pacote de biscoito

ou para uma barra de chocolate, você notará talvez que os ingredientes estão listados em oito ou dez línguas diferentes.

Que dimensões sociológicas existem neste breve passeio pelo supermercado? Como vimos na nossa discussão da sociologia do café (ver Capítulo 1, “O que é Sociologia?”), não podemos separar nossas ações locais do abrangente cenário social que compreende o mundo como um todo. A enorme diversidade de produtos que estamos habituados a ver nos supermercados ocidentais depende dos complexos laços econômicos e sociais que ligam países e pessoas ao redor do mundo. Também refletem processos de mudanças sociais de larga escala, processos que levaram diferentes partes do mundo a inter-relacionarem-se umas com as outras. O mundo em que vivemos hoje nos faz muito mais interdependentes, mesmo a milhares de quilômetros de distância, do que jamais fomos.

Essas conexões entre o *local* e o *global* são bastante novas na história da humanidade. Aceleraram-se há 30 ou 40 anos, como resultado dos avanços dramáticos na comunicação, na tecnologia da informação e no transporte. O desenvolvimento de aviões a jato, de velozes navios de carga e de outros meios de transporte rápido significou o deslocamento contínuo de



Numa simples prateleira de supermercado, o mundo inteiro trazido pela globalização: as pessoas já não precisam esperar a estação das frutas.

\* N. de R. T. *Produce* são produtos agrícolas resultantes de cultivo em lavouas e fazendas como hortifrutigranjeiros de lugares ou regiões específicas, tais como “produtos da Índia”.

pessoas e bens através do mundo. E nosso sistema global de comunicação por satélite, implementado há apenas 30 anos, tornou possível para as pessoas estarem em contato umas com as outras instantaneamente.

Os sociólogos usam o termo **globalização** para referirem-se àqueles processos que estão intensificando as relações e a interdependência sociais globais. É um fenômeno social com vastas implicações, muitas das quais serão discutidas ao longo deste livro. A globalização não deveria ser entendida simplesmente como o desenvolvimento de redes mundiais – sistemas sociais e econômicos que estão distantes de nossas preocupações individuais. É também um fenômeno local – um fenômeno que afeta a todos nós no nosso dia-a-dia.

Para ilustrá-lo, retornemos ao supermercado. Os efeitos da globalização refletem-se nas prateleiras do seu supermercado de diversas maneiras. Em primeiro lugar, está ocorrendo um enorme crescimento na quantidade e na variedade de produtos à venda nos supermercados em comparação ao que havia disponível nas décadas passadas. Os supermercados aumentam de tamanho para acomodar a grande variedade de artigos disponíveis. As barreiras internacionais de mercado têm constantemente caído, abrindo os mercados a ampla variedade de produtos. Em segundo lugar, os artigos em seu supermercado foram produzidos em mais de uma centena de países diferentes. Há alguns anos, era quase impossível, por razões práticas, transportar muitos produtos, sobretudo produtos perecíveis, por longas distâncias.

Em terceiro lugar, alguns dos produtos mais populares presentes em seu supermercado podem ser hoje relativamente desconhecidos no lugar onde você mora, como as “comidas étnicas” já referidas. Uma explicação para isso pode ser encontrada nos modelos de migração global, que produzem sociedades culturalmente diversas e novos gostos culturais. Finalmente, muitos dos produtos comuns encontrados no seu supermercado são agora distribuídos simultaneamente em muitos países, e não nos mercados nacionais específicos. Os rótulos dos produtos refletem essa nova diversidade geográfica; instruções e ingredientes muitas vezes estão impressos nas embalagens dos produtos em várias línguas, a fim de torná-los acessíveis aos consumidores numa série de países.

A globalização está mudando o modo como o mundo se parece e a maneira como vemos o mundo. Ao adotar uma perspectiva global, tornamo-nos mais conscientes de nossas ligações com os povos de outras sociedades. Tornamo-nos também mais conscientes dos diversos problemas que o mundo enfrenta no início do século XXI. A perspectiva global nos mostra que nossos laços cada vez maiores com o resto do mundo podem significar que nossas ações têm conseqüências para outros e que os problemas do mundo têm conseqüências para nós. Neste capítulo, investigaremos a noção de globalização detalhadamente, suas causas, dimensões e potenciais conseqüências. Por ser a globalização um conjunto de processos imprevisíveis, ela é difícil de controlar e gera novos riscos que afetam a todos. Você verá que esses temas paralelos da rápida mudança e do risco estão entrelaçados ao longo deste texto; nas seções que seguem, mostraremos os métodos usados pelos sociólogos para estudar esse mundo em mudança.

## Dimensões da globalização

Você provavelmente ouviu muitas referências à globalização, mesmo que não saiba bem o que ela significa. O conceito de globalização é um dos que foram mais aplicados nos últimos anos, em debates na política, nos negócios e na mídia. Há uma década, o termo “globalização” era relativamente desconhecido. Hoje está na boca de todos. A globalização significa que cada vez mais estamos vivendo “num único mundo”, em que os indivíduos, os grupos e as nações tornaram-se mais *interdependentes*.

A globalização é muitas vezes retratada apenas como um fenômeno econômico. Muito disso se deve ao papel das corporações transnacionais (CTs), cujas operações massivas se expandem através de fronteiras nacionais, influenciando os processos de produção global e a distribuição internacional do trabalho. Alguns assinalam a integração eletrônica dos mercados financeiros globais e o enorme volume de fluxo de capital global. Outros se concentram na abrangência sem precedentes do comércio mundial, envolvendo uma variedade de bens e serviços muito maior do que antes.

Embora as forças econômicas sejam uma parte integrante da globalização, seria errado sugerir que elas sozinhas a produzam. A globalização é criada pela convergência de fatores políticos, sociais, culturais e econômicos. Foi impelida, sobretudo, pelo desenvolvimento de tecnologias da informação e da comunicação que intensificaram a velocidade e o alcance da interação entre as pessoas ao redor do mundo. Tomando um exemplo simples, pense na Copa do Mundo realizada na França. Graças às conexões globais de televisão, alguns jogos foram assistidos por 2 bilhões de pessoas no mundo.

## Fatores que contribuem para a globalização

A explosão nas comunicações globais foi facilitada por alguns importantes avanços na tecnologia e na infra-estrutura das telecomunicações no mundo. Na era pós-guerra, houve uma profunda transformação na abrangência e na intensidade dos fluxos de telecomunicações. A tradicional comunicação por telefone que dependia de sinais análogos, enviados através de fios e cabos com a ajuda de processos de conexão mecânica, foi substituída por sistemas integrados em que uma vasta quantidade de informação é comprimida e transferida digitalmente. A tecnologia a cabo tornou-se mais eficiente e menos dispendiosa; o desenvolvimento de cabos de fibra ótica tem expandido enormemente o número de canais que podem ser transmitidos. Enquanto os primeiros cabos transatlânticos instalados nos anos de 1950 eram incapazes de transmitir mais de uma centena de linhas, em 1997, um único cabo transoceânico pôde transmitir aproximadamente 600 mil linhas (Held et al., 1999). A expansão da comunicação por satélites, iniciada nos anos de 1960, também foi importante para a disseminação das comunicações internacionais. Hoje, uma rede de mais de 200 satélites está instalada para facilitar a transferência de informação em todo o mundo.



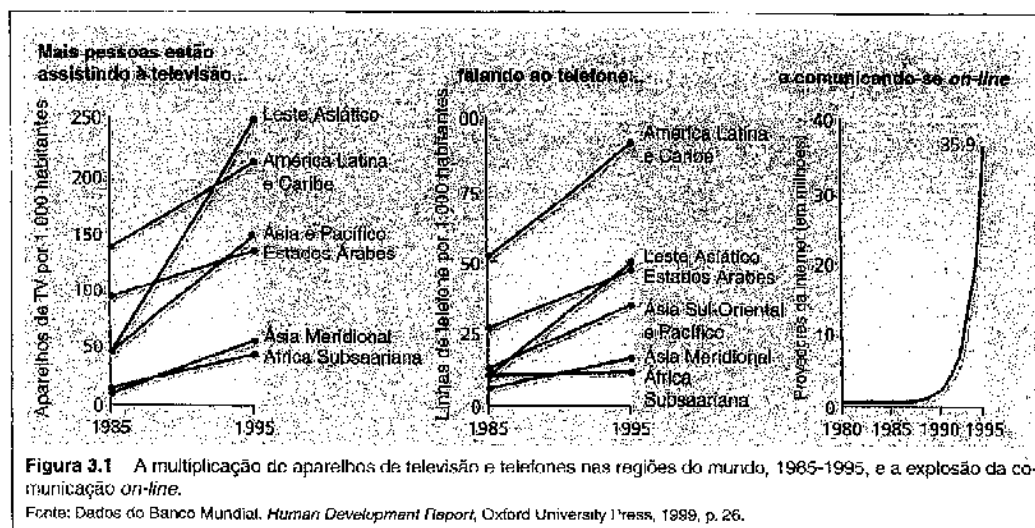
Com um toque no mouse, estas jovens num cibercafé em Bangalore, na Índia, podem conversar com amigos no Reino Unido – entrando em contato em tempo "real" e num lugar "virtualmente real".

O impacto desses sistemas de comunicação é incrível. Nos países em que a infra-estrutura das telecomunicações é altamente desenvolvida, residências e escritórios têm agora múltiplas ligações com o mundo lá fora, incluindo telefones (fixos e móveis), aparelhos de fax, televisão a cabo ou digital, correio eletrônico e internet. A internet surgiu como o instrumento de comunicação que teve o maior crescimento em todos os tempos – cerca de 140 milhões de pessoas no mundo usavam a internet em meados de 1998. Estima-se que mais de 700 milhões de pessoas estarão conectadas por volta de 2001. Essas formas de tecnologia facilitam a "compressão" do tempo e do espaço: dois indivíduos localizados em lados opostos do planeta, em Tóquio e em Londres, por exemplo, não somente podem conversar em "tempo real", mas também podem enviar documentos e imagens um ao outro com a ajuda da tecnologia de satélites. O uso difundido da internet e dos telefones móveis aprofunda e acelera os processos da globalização: cada vez mais pessoas estão se conectando por meio dessas tecnologias, mesmo em lugares que antes estavam isolados ou pouco servidos por sistemas tradicionais de comunicação (ver Figura 3.1). Embora a infra-estrutura das telecomunicações não esteja desenvolvida de modo uniforme no mundo (ver Tabela 3.1 e Figura 3.2), um número cada vez maior de nações pode agora acessar redes internacionais de comunicação de uma forma impossível anteriormente.

A globalização está também sendo impelida pela integração da economia global. Ao contrário de épocas anteriores, a

economia global não é mais fundamentalmente de base agrícola ou industrial. Na verdade, ela está cada vez mais dominada pela atividade que é "virtual" e intangível (Quah, 1999). Essa *economia virtual* é a única na qual os produtos têm sua base na informação, como é o caso dos *softwares* de computador, dos produtos de mídia e de entretenimento e dos serviços baseados na internet. Esse novo contexto da economia tem sido descrito por meio de inúmeros termos, como "sociedade pós-industrial", "era da informação" e, hoje, mais corriqueiramente, como *economia de informação* (ver Capítulo 13, "Trabalho e Vida Econômica", p. 304). O surgimento da economia do conhecimento se relaciona ao desenvolvimento de uma larga base de consumidores que são tecnologicamente aptos e que avidamente integram em seus cotidianos os novos avanços na computação, no entretenimento e nas telecomunicações.

A operação da economia global reflete as mudanças que ocorreram na era da informação. Muitos aspectos da economia agora funcionam através de redes que cruzam as fronteiras nacionais, em vez de limitarem-se a delas (Castells, 1996). Para serem mais competitivos nas condições globalizantes, os negócios e as corporações reestruturaram-se a fim de ganharem flexibilidade e de se tornarem menos hierárquicos (ver Capítulo 12, "Organizações Modernas", p. 282). As práticas de produção e modelos organizacionais tornaram-se mais flexíveis. Acordos de parceria com outras empresas tornaram-se banais, e a participação nas redes de distribuição globais tornou-se essencial para se fazer negócios num mercado em constante mudança.



## As causas da crescente globalização

### Mudanças políticas

Há inúmeras forças influentes por trás da globalização contemporânea. Uma das mais significativas é o colapso do comunismo de estilo soviético, que aconteceu numa série de revoluções dramáticas na Europa Oriental, em 1989, e culminou na dissolução da própria União Soviética em 1991 (ver Capítulo 2, "Cultura e Sociedade"). Desde a queda do comunismo, países do antigo "bloco" soviético – incluindo Rússia, Ucrânia, Polônia, Hungria, República Tcheca, os países bálticos, as nações do Cáucaso e da Ásia Central, e muitos outros – estão mudando para os sistemas político e econômico do estilo Ocidental. Esses países não estão mais isolados da comunidade global, mas estão se integrando a ela. Esse desenvolvimento significou o fim do sistema que existira durante a Guerra Fria, quando os países do "Primeiro Mundo" estavam separados dos do "Segundo Mundo". O colapso do comunismo acelerou os proces-

os da globalização, mas deveria também ser visto como um resultado da própria globalização. As economias comunistas planejadas e o controle ideológico e cultural da autoridade política comunista foram incapazes, ao final, de sobreviver a uma era de mídia global e de economia mundial eletronicamente integrada.

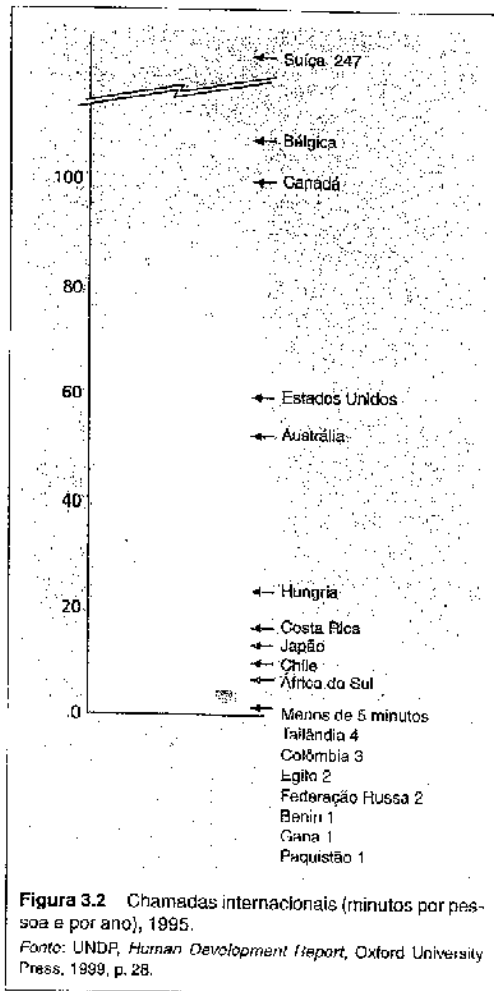
O segundo fator importante que conduz à intensificação do processo de globalização é o crescimento dos mecanismos regionais e internacionais de governo. As Nações Unidas e a União Europeia são os dois exemplos mais proeminentes de organizações internacionais que reúnem os estados-nação em um fórum político comum. Enquanto as Nações Unidas fazem isso como uma associação de estados-nação individuais, a União Europeia é uma forma mais pioneira de governança transnacional em que um certo grau de soberania nacional é abdicado pelos seus estados-membros. Os governos dos estados individuais da UE são limitados por diretivas, regulações e tribunais comuns aos países

**Tabela 3.1** Desigualdades globais na infra-estrutura e no uso das telecomunicações, 1995

	População (milhões)	Linhas por 100 pessoas	Telefones celulares ('000s)	Máquinas de fax ('000s)	PCs ('000s)	Chamadas feitas (MMITT)	Chamadas recebidas (MMITT)
China	1.201,0	3,0	3.629	270	2.600	533	551
França	58,1	56,0	1.379	1.200	9.300	2.304	2.959
Alemanha	81,9	49,0	3.500	1.447	13.500	5.244	3.881
Índia	929,3	1,3	135	50	1.000	341	806
Japão	125,1	49,0	10.204	6.000	19.000	1.638	1.140
Suécia	8,8	68,0	2.025	n.d.	1.700	900	n.d.
Reino Unido	58,5	n.d.	5.737	n.d.	10.900	4.016	4.021
EUA	263,1	63,0	33.786	14.052	86.300	15.623	7.010

MMITT = milhões de minutos de tráfego telefônico.

Fonte: D. Hold et al., 1999, *Global transformations*, Polity, adaptado de G. Staple (ed.), *Teleography*, 1996, International Institute of Communications, 1996.



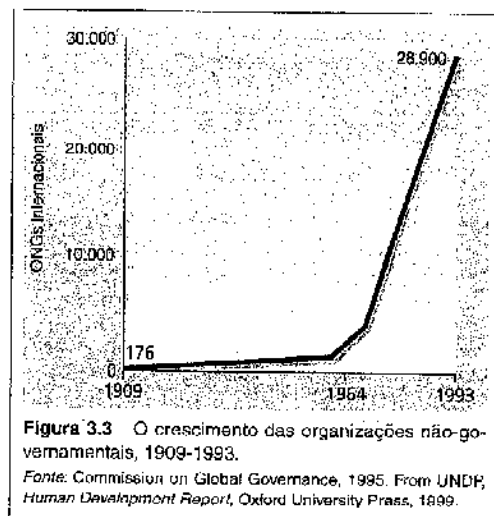
Como o nome sugere, as ONGs diferem das organizações intergovernamentais, pois não são afiliadas a instituições governamentais. Ao contrário, elas são organizações independentes que trabalham ao lado dos organismos de governo nas tomadas de decisões políticas e na condução de assuntos internacionais. Algumas das mais conhecidas ONGs – como o Greenpeace, WWF – A Rede Global do Meio Ambiente, os Médicos Sem Fronteiras, a Cruz Vermelha e a Anistia Internacional – estão envolvidas na proteção ambiental e nos esforços de auxílio humanitário. Mas as atividades de milhares de grupos menos conhecidos também unem países e comunidades (ver Figura 3.3).

**Fluxos de informação**

Vimos como a difusão da tecnologia da informação expandiu as possibilidades de contato entre as pessoas ao redor do mundo. Facilitou também o fluxo de informação sobre pessoas e acontecimentos em lugares distantes. Todos os dias, a mídia global traz notícias, imagens e informação aos lares das pessoas, ligando-as direta e continuamente ao mundo exterior. Alguns dos acontecimentos mais marcantes dos últimos quinze anos – como a queda do Muro de Berlim, a violenta repressão aos protestos democráticos na Praça de Tiananmen, na China, a eleição de Nelson Mandela à Presidência da África do Sul, a morte da Princesa Diana e os devastadores terremotos na Turquia – difundiram-se em toda a mídia diante de uma audiência realmente global. Tais eventos, junto com outros milhares de acontecimentos menos dramáticos, fizeram com que o pensamento das pessoas se reorientasse da dimensão menor do estado-nação para um cenário global. Os indivíduos estão agora mais conscientes de sua interconectividade com os outros e

da UE, mas também colhem benefícios econômicos, sociais e políticos de sua participação na união regional.

Finalmente, a globalização está sendo conduzida pelas organizações intergovernamentais (OIGs) e pelas organizações internacionais não-governamentais (ONGs). Embora esses termos possam ser novos para você, as idéias por trás deles são provavelmente muito familiares. Uma *organização intergovernamental* é um organismo que é estabelecido pelos governos participantes, ao qual é dada a responsabilidade de regular e supervisionar um domínio particular da atividade que é de alcance transnacional. O primeiro organismo desse gênero, a União Internacional de Telégrafo, foi fundado em 1865. Desde aquele tempo, um grande número de corporações similares foi criado para regular questões abrangendo desde a aviação civil, passando pela difusão de sinais, até a remoção de dejetos perigosos. Em 1909, havia 37 OIGs existentes para regular assuntos transnacionais; já em 1996 havia 260 (Held et al., 1999).



mais propensos a se identificarem com questões e processos globais do que no passado.

Essa mudança para uma perspectiva global tem duas dimensões significativas. Primeiro, como membros de uma comunidade global, as pessoas cada vez mais percebem que a responsabilidade social não pára nas fronteiras nacionais, mas se estende além delas. Os desastres e as injustiças que as pessoas enfrentam do outro lado do globo não são simplesmente infortúnios que devem ser suportados, mas motivo legítimo para ação e intervenção. Há uma suposição crescente de que a comunidade internacional tem a obrigação de agir nas situações de crise para proteger o bem-estar físico e os direitos humanos das pessoas que vivem sob ameaça. No caso dos desastres naturais, tais intervenções assumem a forma de auxílio humanitário e de assistência técnica. Terremotos na Armênia e Turquia, inundações em Moçambique, a fome na África e furacões na América Central foram pontos de convergência para a assistência global.

Nos últimos anos, também têm ocorrido solicitações cada vez maiores por intervenções em casos de guerra, de con-

flito étnico e de violação de direitos humanos, embora tais mobilizações sejam mais problemáticas do que no caso de desastres naturais. Entretanto, no caso da Guerra do Golfo, em 1991, e dos violentos conflitos na antiga Iugoslávia (Bósnia e Kosovo), a intervenção militar foi vista como justificada por muitas pessoas que acreditavam que os direitos humanos e a soberania nacional deveriam ser defendidos.

Em segundo lugar, a perspectiva global significa que as pessoas estão cada vez mais buscando outras fontes, que não o estado-nação, ao formular seu próprio senso de identidade. Esse é um fenômeno que é produzido pelos processos de globalização e que os acelera ainda mais. Em várias partes do mundo, as identidades culturais locais estão vivenciando poderosos ressurgimentos numa época em que o tradicional domínio dos estados-nação está passando por profundas transformações. Na Europa, por exemplo, os habitantes da Escócia e da região basca da Espanha talvez estejam mais propensos a se identificarem com sua nacionalidade escocesa ou basca – ou com sua identidade européia – do que com sua nacionalidade britânica ou espanhola. O estado-nação, enquanto fonte de identidade, está diminuindo em muitas áreas, à medida que as mudanças políticas em nível regional e global enfraquecem a ligação das pessoas com os estados em que vivem.

Sobre as teorias do nacionalismo e da nação, ver "Movimentos nacionalistas", p. 359.

### As corporações transnacionais

Entre os diversos fatores econômicos que conduzem à globalização, o papel das **corporações transnacionais (CTs)** é particularmente importante. As CTs são companhias que produzem bens ou serviços comerciais em mais de um país. Podem ser empresas relativamente pequenas, com uma ou duas fábricas fora do país onde estão baseadas, ou gigantescas empresas internacionais, cujas operações se entrecruzam ao redor do globo. Algumas das maiores CTs são companhias conhecidas no mundo inteiro: Coca-Cola, General Motors, Colgate-Palmolive, Kodak, Mitsubishi, etc. Até mesmo quando essas corporações têm uma base claramente nacional, elas são orientadas aos mercados globais e aos lucros globais.

As corporações transnacionais estão no centro da globalização econômica: elas contabilizam dois terços de todo o comércio mundial e são instrumentais na difusão de novas tecnologias ao redor do globo. São também as principais protagonistas dos mercados financeiros internacionais. Como foi notado por um observador, elas são os "alicerces do mundo econômico contemporâneo" (Held et al., 1999, p. 282). Cerca de 400 CTs tiveram vendas anuais de mais de 10 bilhões de dólares em 1996, quando então somente 70 países poderiam se vangloriar de produtos nacionais brutos que alcançassem esse montante no mínimo. Em outras palavras, as corporações transna-



Por mais distante que seja sua casa, este aborígene está mesmo assim conectado à cultura global, por meio do telefone ou mesmo por meio de sua própria preocupação – e da dos outros – com seus direitos humanos.

cionais mais poderosas são maiores economicamente do que a maioria dos países (ver Tabela 3.2).

As CTs tornaram-se um fenômeno global nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A expansão, nos anos iniciais do Pós-Guerra, veio de empresas baseadas nos Estados Unidos, mas por volta da década de 1970 empresas europeias e japonesas também começaram a investir no exterior. No final das décadas de 1980 e 1990, as CTs expandiram-se dramaticamente com o estabelecimento de três poderosos mercados regionais: Europa (Mercado Comum Europeu), Ásia-Pacífico (a Declaração de Osaka garantiu comércio livre e aberto para 2010) e América do Norte (Acordo de Livre-Comércio da América do Norte). Desde o começo dos anos de 1990, outros países também liberalizaram as restrições ao investimento estrangeiro. No final do século XX, poucas economias no mundo ficaram fora do alcance das CTs. Ao longo da década passada, as CTs baseadas em economias industrializadas foram muito ativas ao expandir suas operações em países em desenvolvimento e nas sociedades da antiga União Soviética e da Europa Oriental.

A "economia eletrônica" é outro fator que serve de fundamento à globalização econômica. Os bancos, as corporações, as administradoras de fundos e os investidores individuais são capazes de transferir fundos internacionalmente com um toque no mouse. Essa nova habilidade de transferir instantaneamente "dinheiro eletrônico", porém, traz consigo grandes riscos. A

transferência de grande quantia de capital pode desestabilizar economias, desencadeando crises financeiras internacionais como aquelas que iniciaram nos "Tigres Asiáticos" e se espalharam para a Rússia e outros países em 1998. Como a economia global tornou-se cada vez mais integrada, um colapso financeiro em alguma parte do mundo pode ter enormes efeitos nas economias mais distantes.

Os fatores políticos, econômicos, sociais e tecnológicos descritos anteriormente estão se unindo para produzir um fenômeno sem precedentes tanto em termos de intensidade como de alcance. Veremos posteriormente, neste capítulo, que as consequências da globalização, além de muitas, são de vasta abrangência. Mas, antes, voltaremos nossa atenção às principais concepções da globalização que foram apresentadas nos últimos anos.

## O debate sobre globalização

Nos últimos anos, a globalização tornou-se um tópico calorosamente discutido. A maioria das pessoas aceita que há transformações importantes ocorrendo ao nosso redor, mas contesta-se até que ponto é válido explicá-las como "globalização". Isso não é inteiramente surpreendente. Como um imprevisível e turbulento processo, a globalização é vista e compreendida de modo bem diverso pelos observadores. David Held (1999) e seus colegas fizeram um levantamento sobre a controvérsia e dividiram seus participantes em três escolas de pensamento: os *céticos*, os *hiperglobalizadores* e os *transformacionistas*. Essas três tendências, dentro do debate da globalização, estão resumidas na Tabela 3.3, na p. 67.

### Os "céticos"

Alguns pensadores argumentam que a ideia de globalização está "supervalorizada" – que o debate sobre globalização está cheio de conversa sobre algo que não é novo. Os "céticos", nessa controvérsia acerca da globalização, creem que os níveis atuais de interdependência econômica já possuem precedentes. Apontando para as estatísticas do século XIX sobre o comércio e investimento mundiais, eles sustentam que a globalização moderna difere de outras formas passadas apenas na intensidade da interação entre as nações.

Os céticos concordam que talvez hoje exista mais contato entre países do que em períodos passados, mas, segundo eles, a atual economia mundial não está suficientemente integrada para constituir uma verdadeira economia globalizada. Isso se dá porque o grosso do comércio ocorre dentro de três grupos regionais – Europa, Ásia-Pacífico e América do Norte. Os países da União Européia, por exemplo, comercializam predominantemente entre si. O mesmo ocorre com outros grupos regionais, invalidando, assim, a noção de uma economia global isolada (Hirst, 1997).

**Tabela 3.2** Valor das vendas das principais corporações comparado ao PIB dos países selecionados, 1997

Pais ou corporação	PIB ou total de vendas (em bilhões de dólares)
General Motors	164
Taiândia	154
Noruega	153
Ford Motor	147
Mitsui & Co.	145
Arábia Saudita	140
Mitsubishi	140
Polónia	136
Itochu	136
África do Sul	129
Royal Dutch/Shell Group	128
Marubeni	124
Grécia	123
Sumitomo	119
Exxon	117
Toyota Motor	109
Wal-Mart Stores	105
Malásia	98
Israel	98
Colômbia	96
Venezuela	87
Filipinas	82

Fonte: Forbes Magazine 1998; from UN Development Programme, Human Development Report, Oxford University Press, 1999, p. 32.

Tabela 3.3 Conceitualizando a globalização: três tendências

	Hiperglobalizadores	Céticos	Transformacionalistas
O que há de novo?	Uma era global.	Blocos comerciais, geogovernança mais fraca do que em épocas anteriores.	Níveis de interconectividade global historicamente sem precedentes.
Características dominantes	Capitalismo global, governança global, sociedade civil global.	O mundo é menos interdependente do que na década de 1890.	Globalização "densa" (intensa e extensiva).
Poder dos governos nacionais	Declinante ou em crescente desgaste.	Reforçado ou aumentado.	Reconstituído, reestruturado.
Forças dirigentes da globalização	Capitalismo e tecnologia.	Governos e mercados.	Forças combinadas da modernidade.
Padrões de estratificação	Desgaste das velhas hierarquias.	Crescente marginalização do sul.	Nova arquitetura da ordem mundial.
Motivo dominante	McDonald's, Madonna, etc.	Interesse nacional.	Transformação da comunidade política.
Conceitualização da globalização	Como uma reordenação estrutural da ação humana.	Como internacionalização e regionalização.	Como a reordenação das relações inter-regionais e das ações a distância.
Trajetória histórica	Civilização global.	Blocos regionais/choque de civilizações.	Indeterminada: integração global e fragmentação.
Argumento resumido	O fim do estado-nação.	A internacionalização depende da aprovação e do suporte do governo.	A globalização transformando o governamental e as políticas mundiais.

Fonte: Adaptado de D. Held et al., *Global Transformations, Polity*, 1999, p.10.

Muitos céticos focalizam nos processos de *regionalização* dentro da economia mundial, como a emergência dos principais blocos financeiros e comerciais. Para os céticos, o crescimento da regionalização evidencia que a economia mundial tornou-se *menos*, e não mais integrada (Boyer e Drache, 1996; Hirst e Thompson, 1999). Numa comparação com os padrões de comércio que prevaleceram no século passado, eles argumentam que a economia mundial é menos global no seu alcance geográfico, concentrando-se bem mais em alguns intensos bolsões de atividade.

Os céticos rejeitam a visão defendida por teóricos como os hiperglobalizadores (ver a seguir), de que a globalização está fundamentalmente minando o papel dos governos nacionais e produzindo uma ordem mundial em que eles já não são mais importantes. De acordo com os céticos, os governos nacionais continuam a ser os protagonistas fundamentais em função de seu envolvimento na regulação e na coordenação da atividade econômica. Os governos, por exemplo, são a força atuante por detrás de muitos acordos comerciais e de políticas de liberalização econômica.

### Os "hiperglobalizadores"

Os hiperglobalizadores assumem uma posição oposta à dos céticos – eles sustentam que a globalização é um fenômeno muito real, cujas consequências podem ser sentidas em quase todos os

lugares. A globalização é vista como um processo que é indiferente às fronteiras nacionais. Ela está criando outra ordem global, produzida por poderosos fluxos de comércio e produção que ultrapassam fronteiras. Um dos mais conhecidos hiperglobalizadores, o escritor japonês Kenichi Ohmae, constata que a globalização está nos levando a um "mundo sem fronteiras" – um mundo em que as forças de mercado são mais poderosas que os governos nacionais (Ohmae, 1990; 1995).

Muitas análises da globalização apresentadas pelos hiperglobalizadores concentram-se na função mutável de uma nação. Argumentam que os países individualmente já não controlam suas economias, devido ao vasto crescimento do comércio mundial. Os governos nacionais e seus políticos, conforme dizem, estão cada vez mais incapazes de controlar os problemas que ultrapassam suas fronteiras – tal como os mercados financeiros voláteis e as ameaças ambientais. Os cidadãos reconhecem que os políticos possuem limites em sua capacidade de enfrentar esses problemas, perdendo, assim, a confiança nos sistemas existentes de governança. Alguns hiperglobalizadores acreditam que o poder dos governos nacionais também está sendo desafiado de cima – pelas novas instituições regionais e internacionais, como a União Europeia, a Organização Mundial do Comércio e outras.

Consideradas em conjunto, essas mudanças sinalizam, para os hiperglobalizadores, o despontar da "era global" (Aibrow, 1996), em que os governos nacionais perdem importância e influência.



## Os "transformacionalistas"

Os transformacionalistas estão mais próximos de uma posição mediana. Eles vêem a globalização como uma força fundamental agindo por trás do amplo espectro de mudanças que estão hoje moldando as sociedades modernas. Segundo eles, a ordem global está se transformando, mas muitos dos velhos modelos ainda restam. Os governos, por exemplo, ainda detêm bastante poder, apesar do avanço da interdependência global. Essas transformações não se restringem somente à economia, mas são igualmente proeminentes nos domínios da vida política, cultural e pessoal. Os transformacionalistas sustentam que o atual nível de globalização está rompendo os limites estabelecidos entre o que é "interno" e "externo", "internacional" e "doméstico". Ao tentarem se ajustar a essa nova ordem, as sociedades, as instituições e os indivíduos estão sendo forçados a trafegar em contextos cujas estruturas prévias foram "sacudidas".

Ao contrário dos hiperglobalizadores, os transformacionalistas vêem a globalização como um processo dinâmico e aberto que está sujeito à influência e à mudança. Um processo que se desenvolve de uma maneira contraditória, compreendendo tendências que frequentemente operam em oposição umas às outras. A globalização não é um processo de mão única, como afirmam alguns, mas um fluxo de imagens, informações e influências que corre em duas mãos. A migração, a mídia e as telecomunicações globais contribuem na difusão de influências culturais. As vibrantes "cidades globais" são inteiramente multiculturais, com grupos étnicos e culturas se mesclando e vivendo lado a lado. Segundo os transformacionalistas, a globalização é um processo "descentrado" e reflexivo, caracterizado por conexões e fluxos culturais que funcionam de um modo multidirecional. Produto de numerosas redes globais interligadas, a globalização não pode ser vista como um processo advindo de uma única parte do mundo.

Os transformacionalistas não crêem que os países estejam perdendo sua soberania, tal como argumentam os hiperglobalizadores, mas antes que estejam passando por um processo de reestruturação que responde às novas formas de organização econômica e social desprovidas de base territorial (como as corporações, os movimentos sociais e os organismos internacionais). Eles afirmam que não vivemos mais em um mundo centrado no Estado; os governos estão sendo forçados a adotar uma postura mais ativa e aberta ao exterior, que os leve à governança dentro das complexas condições da globalização (Rosenau, 1997).

Qual dessas visões está mais próxima da correção? Muito provavelmente a dos transformacionalistas. Os céticos estão errados porque subestimam a intensidade da mudança no mundo – os mercados financeiros mundiais, por exemplo, estão organizados em escala global como nunca estiveram antes. Os hiperglobalizadores, por outro lado, vêem demasiadamente a globalização como um fato econômico e como um processo de mão única. Na realidade, a globalização é muito mais complexa.

## O impacto da globalização nas nossas vidas

Embora muitas vezes a globalização esteja associada a mudanças dentro de "grandes" sistemas – tais como os mercados financeiros globais, a produção e o comércio, as telecomunicações – os efeitos da globalização são sentidos de modo igualmente forte no setor privado. A globalização não é algo que simplesmente "está lá, além", operando num plano distante, sem se imiscuir com coisas individuais. Ela é um fenômeno "logo aqui" que está afetando nossa vida íntima e pessoal de diversas maneiras. Inevitavelmente, nossas vidas pessoais têm sido alteradas à medida que as forças globalizantes penetram dentro de nossos contextos locais, em nossas casas, em nossas comunidades, através de fontes impessoais – tais como a mídia, a internet e a cultura popular – e através também do contato pessoal com indivíduos de outros países e culturas.

A globalização está fundamentalmente mudando a natureza de nossas experiências cotidianas. Como as sociedades nas quais vivemos passa por profundas transformações, as instituições estabelecidas que outrora as sustentavam perderam seu lugar. Isso está forçando uma redefinição de aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas, tais como a família, os papéis de gênero, a sexualidade, a identidade pessoal, as nossas interações com outros e nossas relações com o trabalho. O modo como pensamos nós mesmos e nossas ligações com outras pessoas está sendo profundamente alterado pela globalização.

## A ascensão do individualismo

Na era atual, os indivíduos têm muito mais oportunidade de moldar suas próprias vidas do que antes. Antigamente, a tradição e o costume exerciam uma forte influência sobre a trajetória de vida das pessoas. Fatores como classe social, gênero, etnicidade e até filiação religiosa poderiam fechar certos caminhos para os indivíduos ou ainda abrir outros. Nascer como filho primogênito de um alfaiate, por exemplo, poderia significar que um jovem aprenderia o ofício de seu pai e o praticaria por toda a vida. A tradição sustentava que a esfera natural da mulher era dentro de casa; sua vida e identidade eram largamente definidas pela identidade de seu marido ou pai. No passado, as identidades pessoais dos indivíduos eram formadas no contexto da comunidade em que nasciam. Valores, estilos de vida e éticas predominantes, nessa comunidade, forneciam diretrizes relativamente fixas, segundo as quais as pessoas viviam suas vidas.

Nas condições da globalização, no entanto, estamos diante de um movimento rumo a um novo *individualismo*, no qual as pessoas devem ativamente se autoconstituir e construir suas próprias identidades. O peso da tradição e os valores estabelecidos estão perdendo importância à medida que as comunidades locais interagem com uma nova ordem global. Os "códigos sociais", que antes guiavam as escolhas e as atividades das pessoas, afrouxaram-se significativamente. Hoje, por exemplo, o filho primogênito do alfaiate poderia escolher quantos caminhos desejasse para erigir seu futuro, as mulheres não es-

## Equilibrando família e trabalho

Quantas horas por semana seus pais despenderam em trabalho remunerado enquanto você crescia? Os compromissos deles com o trabalho afetaram a maneira como você e seus irmãos foram criados? Como você pretende equilibrar interesses profissionais e familiares no seu futuro? Um dos modos pelos quais a globalização afetou a vida familiar na Grã-Bretanha foi através do aumento cada vez maior do tempo de trabalho semanal. Empregados britânicos trabalham atualmente mais horas do que a média de qualquer outra nação na Europa. Até mesmo as férias são mais curtas do que há 20 anos. Mais significativo ainda é que a porcentagem de mulheres que estão trabalhando em tempo integral aumentou dramaticamente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Associados, esses fatos sugerem que hoje os pais têm menos tempo disponível para despendê-lo com seus filhos do que tinham em décadas passadas. Como consequência, tem havido um significativo aumento na porcentagem de crianças inscritas em programas de cuidado infantil – e, alguns afirmariam, um aumento notável de tensão dentro das famílias, à medida que a função cotidiana dos pais é confiada a profissionais responsáveis pela educação e pela criação de crianças.

Em seu recente livro, *The Time Bind* (1997), a socióloga norte-americana Arlie Hochschild sugere que essas mudanças possam estar relacionadas à globalização. Alguns empregadores responderam às pressões da competição global, incentivando seus empregados assalariados a aumentar as

horas de trabalho, incrementando assim os níveis de produtividade. Por que os empregados aceitariam de bom grado despendê-lo tanto tempo no trabalho – muitas vezes bem mais que 40 horas semanais – quando não são pagos por isso, e estão cientes de que tal compromisso perturba sua vida em família, sobretudo numa época em que a informática aperfeiçoou imensamente a eficiência no local de trabalho? Os progressos tecnológicos não deveriam permitir que os trabalhadores ficassem mais e não menos tempo com suas famílias? A resposta de Hochschild a essa questão é que alguns empregadores se valem do poder das normas do local de trabalho para obter de seus trabalhadores maior compromisso de tempo. Novos empregados estão socializados numa cultura corporativa na qual trabalhar longas horas é considerado sinal de dedicação e profissionalismo.

Embora a globalização tenha atingido todas as nações do mundo, seus efeitos no tempo de trabalho parecem variar conforme o país. Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a tendência de trabalhar longas horas parece ainda estar ganhando força. Na França e Alemanha, ao contrário, os trabalhadores – às vezes agindo através de sindicatos, outras vezes fazendo com que seu poder seja conhecido nas urnas – têm rejeitado propostas corporativas por uma maior jornada semanal de trabalho e, em vez disso, estão pressionando os empregadores a reduzir a jornada semanal e a conceder férias mais longas.

tão mais restritas ao domínio doméstico, e muitas das outras sinalizações que moldavam a vida das pessoas têm desaparecido. As estruturas tradicionais de identidade estão dissolvendo-se e novos padrões de identidade estão surgindo. A globalização está forçando as pessoas a viver de um modo mais aberto e reflexivo. Isso significa que estamos constantemente respondendo e nos ajustando às mudanças de ambiente ao nosso redor; como indivíduos, evoluímos com e dentro de um contexto mais amplo em que vivemos. Até as pequenas escolhas que fazemos em nossas vidas cotidianas – o que vestimos, como gastamos nosso tempo de lazer, como cuidamos de nossa saúde e de nossos corpos – são parte de um processo em curso de criação e recriação de nossas auto-identidades.

## Padrões de trabalho

O trabalho está no centro da vida de muitas pessoas – tanto numa base cotidiana como em termos de metas maiores de vida. Embora possamos considerar o trabalho como um “fardo cotidiano” ou um “mal necessário”, é inegável que o trabalho é um elemento crucial em nossas vidas. Desperdiçamos muito tempo

“trabalhando” ou “no serviço”, descobrindo que muitos aspectos de nossa existência – de nossos amigos a nossas preferências de lazer – são formados por nossos padrões de trabalho.

A globalização desencadeou profundas transformações no mundo do trabalho, como veremos no Capítulo 13 (“Trabalho e Vida Econômica”, p. 302). Novos padrões de comércio internacional e a mudança para uma economia de informação tiveram um significativo impacto sobre os antigos padrões de emprego. Muitas indústrias tradicionais tornaram-se obsoletas pelos novos avanços tecnológicos ou pela perda de sua parcela do mercado para os concorrentes do exterior, cujos custos de trabalho são mais baixos que nos países industrializados. O comércio global e as novas formas de tecnologia têm tido um forte efeito sobre as tradicionais comunidades manufatureiras, onde os trabalhadores industriais perderam o emprego e as capacidades técnicas necessárias para ingressar na nova economia da informação. A região industrial central da Inglaterra (Midlands) e as comunidades carvoeiras do País de Gales, por exemplo, enfrentam uma nova série de problemas sociais, incluindo o desemprego a longo prazo e o aumento das taxas de criminalidade, como resultados da globalização econômica.



"Eu adoraria convidar você para entrar, Howard, mas em 10 minutos o pregão começa em Hong Kong."  
The New Yorker Collection, 1998. Lee Lorenz de cartoonbank.com. Todos direitos reservados.

Se antigamente a vida de trabalho das pessoas era dominada pelo emprego garantido por apenas um empregador ao longo de muitas décadas – o conhecido modelo do “emprego para a vida inteira” –, hoje, um número maior de indivíduos traça sua própria carreira, perseguindo metas individuais e exercendo a escolha para sua realização. Muitas vezes, isso envolve trocar de emprego várias vezes durante a carreira, constituindo novas capacidades e habilidades e transferindo-as aos diversos contextos de trabalho. Os modelos tradicionais de trabalho em tempo integral estão se transformando em formas mais flexíveis: trabalho em casa auxiliado por tecnologia de informação, trabalho em equipe, projetos de consultoria de curta duração, horário flexível de trabalho e assim por diante (Beck, 1992).

As mulheres passaram a participar massivamente da força de trabalho, um fato que afetou muito as vidas pessoais dos indivíduos de ambos os sexos. A expansão das oportunidades profissionais e educacionais conduziu muitas mulheres a adiar o casamento e a maternidade para somente depois do início da carreira. Essas mudanças também significam que muitas mulheres trabalhadoras retornam ao trabalho logo após o nascimento dos filhos, em vez de permanecer em casa com as crianças como antes. Essas mudanças impuseram consideráveis ajustes nas famílias, na natureza da divisão doméstica do trabalho, no papel dos homens na criação dos filhos, surgindo novas políticas de trabalho, bem mais amigáveis às necessidades de um novo tipo de família em que ambos, marido e mulher, trabalham fora.

## Cultura popular\*

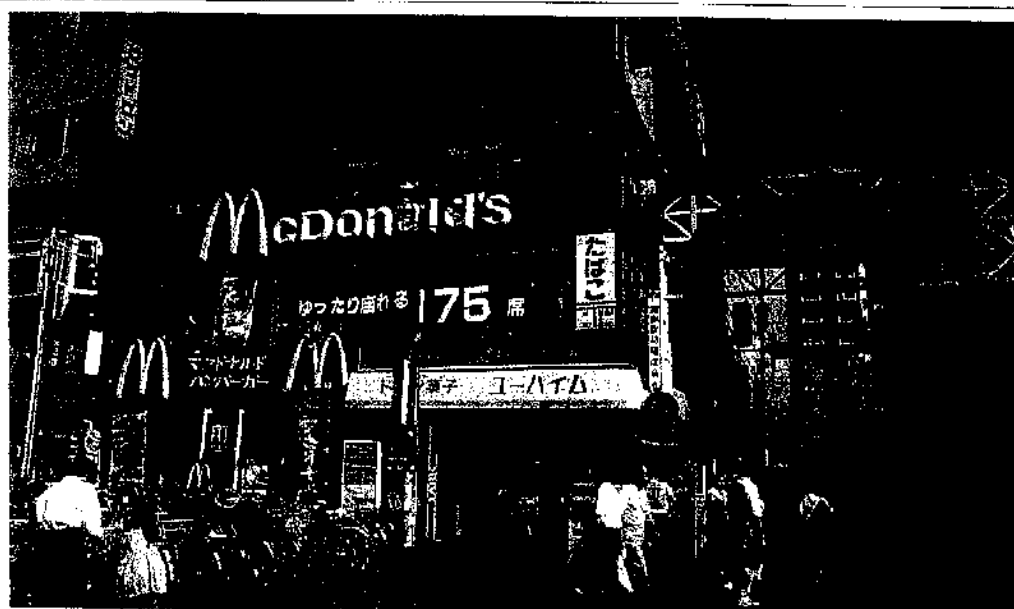
Os impactos culturais da globalização receberam muita atenção. As imagens, as idéias, os bens e os estilos disseminam-se hoje com muito mais rapidez pelo mundo do que anteriormente. O comércio, as novas tecnologias de informação, a mídia internacional e a migração global contribuíram com o livre fluxo da cultura através das fronteiras nacionais. Muitas pessoas acreditam que vivemos hoje numa única ordem mundial de informação – uma rede massiva global em que a informação é partilhada rapidamente e em grandes volumes (ver Capítulo 15, “A mídia e as comunicações de massas”). Um simples exemplo deve ilustrar claramente essa questão.

Você viu o filme *Titanic*? É bem provável que sim. Estima-se que centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo tenham visto *Titanic* tanto em cinemas como em videocassete. O filme de 1997 que reconta a história de um jovem casal que se apaixona a bordo de um transatlântico fadado a afundar é um dos filmes mais populares já produzidos. *Titanic* bateu todos os recordes de bilheteria, totalizando mais de 1,8 bilhão de dólares em rendimentos pelas exhibições em 55 diferentes países. Em muitos países, durante a estréia de *Titanic*, centenas de pessoas fizeram fila por ingressos que se esgotaram em todas as exhibições. O filme tornou-se popular em todas as faixas etárias, mais particularmente entre garotas adolescentes – muitas das quais pagaram para assistir ao filme várias vezes. As estrelas de *Titanic*, Leonardo DiCaprio e Kate Winslet, viram suas carreiras e futuros inteiramente transformados – passaram de atores pouco conhecidos a celebridades globais. *Titanic* é um desses produtos culturais que tiveram sucesso em atravessar fronteiras nacionais e em criar um verdadeiro fenômeno internacional.

O que pode explicar a enorme popularidade de um filme como *Titanic*? É o que o seu sucesso nos diz sobre a globalização? A um primeiro nível, *Titanic* tornou-se popular por razões muito simples: combinava uma trama relativamente simples (um romance com um pano de fundo trágico) com um evento histórico conhecido – o naufrágio, em 1912, do *Titanic*, no qual mais de 1.600 pessoas morreram. O filme foi também ricamente produzido, com grande atenção aos detalhes e incluiu efeitos especiais de última geração.

Mas outra razão para a popularidade de *Titanic* é que ele refletia um conjunto particular de idéias e valores que repercutiu junto às audiências do mundo inteiro. Um dos temas centrais do filme é a possibilidade de o amor romântico prevalecer sobre as diferenças de classe e as tradições familiares. Embora tais idéias

\* N. de R. T. Deve-se considerar um contraste entre a cultura popular e a cultura de massa embora ambas terminem confluindo numa complementação. A cultura popular é uma das fontes de uma “cultura nacional”, mas não a única, e assim compete e não exclui a cultura pop ou de massa. A cultura popular (a soma dos valores tradicionais de um povo, expressos em forma artística, como danças e objetos, ou nas crenças e costumes gerais) abrange todas as verdades e os valores positivos, particularmente porque produzida por aqueles mesmos que a consomem, ao contrário do que ocorre com a pop (cf. Teixeira Coelho, *O que é indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1985).



Para muitos, o fast food do McDonald's tornou-se um símbolo do novo "imperialismo cultural" que ameaça sufocar culturas locais com poderosas marcas ocidentais.

sejam de modo geral aceitas na maioria dos países ocidentais, estão ainda se firmando em muitas outras partes do mundo. O sucesso de um filme como *Titanic* reflete a mudança de atitudes para com os relacionamentos pessoais e o casamento, por exemplo, em lugares do mundo onde têm prevalecido valores mais tradicionais. É possível dizer, mesmo assim, que *Titanic*, juntamente com outros filmes ocidentais, contribui para essa mudança dos valores. Filmes e programas de televisão feitos nos moldes da cultura ocidental e que dominam a mídia global, tendem a apresentar um conjunto de pautas políticas, sociais e econômicas que reflete uma visão de mundo especificamente ocidental. Alguns se preocupam com o fato de que a globalização esteja conduzindo à criação de uma "cultura global" em que os valores de maior poder e riqueza – como filmes produzidos em Hollywood – tenham um efeito devastador sobre a força dos costumes locais e da tradição. De acordo com essa visão, a globalização é uma forma de "imperialismo cultural" em que os valores, os estilos e as visões do mundo ocidental são difundidos de modo tão agressivo que sufocam culturas nacionais particulares.

Outros, em contrapartida, relacionam os processos de globalização a uma *diferenciação* crescente nas tradições e formas culturais. A sociedade global, argumentam, caracteriza-se hoje menos por uma homogeneidade cultural do que por uma enorme diversidade de culturas que existem lado a lado. Tradições locais estão acompanhadas por miríades de formas culturais adicionais vindas do exterior, colocando as pessoas diante de uma gama vertiginosa de estilos de vida passíveis de serem escolhidos. Estamos testemunhando não uma cultura global unificada, mas a fragmentação de formas culturais (Baudrillard, 1988). As identi-

dades estabelecidas e os modos de vida fundados nas comunidades e culturas locais estão reconfigurando novas formas de "identidade híbrida", compostas de elementos originários de fontes culturais contrastantes (S. Hall, 1992). Assim, um indivíduo negro, urbano, sul-africano pode hoje continuar a ser muito influenciado pelas visões tradicionais e culturais de suas raízes tribais, ao mesmo tempo que adota estilos e gostos cosmopolitas – no vestir, nas atividades de lazer, nos passatempos e assim por diante – que foram moldados por forças globalizantes.

## Globalização e risco

As conseqüências da globalização têm largo alcance, afetando praticamente todos os aspectos do mundo social. Entretanto, por ser a globalização um processo aberto e internamente contraditório, ela produz resultados que são difíceis de prever e controlar. Outra maneira de pensar essa dinâmica é em termos de *risco*. Muitas das mudanças engendradas pela globalização nos são apresentadas com novas formas de risco que diferem muito daquelas que existiram em épocas passadas. Diversamente dos riscos de outrora, que tinham causas estabelecidas e efeitos conhecidos, os riscos de hoje são incalculáveis na origem e indeterminados nas suas conseqüências.

## A difusão do "risco produzido"

Os humanos sempre tiveram de enfrentar riscos de algum tipo ou de outro, mas os riscos de hoje são qualitativamente di-

### Vírus eletrônicos

Em 4 de maio de 2000, o mundo eletrônico foi tragado quando um vírus apelidado de "love bug" conseguiu sobrecarregar os sistemas de computador do mundo inteiro. Lançado de um computador pessoal em Manila, a capital das Filipinas, o "love bug" espalhou-se rapidamente através do globo e forçou o fechamento de quase um décimo dos provedores mundiais de *e-mail*. O vírus foi mundialmente transmitido através de uma mensagem de *e-mail* com o assunto "I love you". Quando os destinatários abriam o arquivo que estava anexado à mensagem, eles involuntariamente ativavam o vírus em seus próprios computadores. O vírus do amor, então, se duplicava e automaticamente se enviava a si mesmo a todos os endereços listados na agenda eletrônica, antes de atacar informações e arquivos armazenados no disco rígido do computador. O vírus espalhou-se para oeste à medida que os funcionários, primeiramente na Ásia, depois na Europa e na América do Norte, chegavam para trabalhar de manhã e abriam sua correspondência eletrônica. Por volta do final do dia, estimou-se que o "love bug" causara mais de 1 bilhão de libras em prejuízos no mundo inteiro.

O "vírus do amor" foi um vírus de difusão particularmente rápida, mas ele não é o primeiro desse tipo. Os vírus eletrônicos tornaram-se mais comuns — e mais perigosos — à medida que os computadores e os meios eletrônicos de comunicação cresceram em importância e sofisticação. Vírus como o "love bug" demonstram como o mundo interconectado tem se transformado com o avanço da globalização. Você poderia pensar que, neste particular exemplo, a interconectividade global provou ser uma coisa bem negativa, uma vez que um danoso vírus foi capaz de espalhar-se tão rapidamente ao redor do globo. Entretanto, muitos aspectos positivos da globalização também encontram reflexo neste caso. Assim que o vírus foi detectado, especialistas em computadores e segurança do mundo todo trabalharam juntos para prevenir sua disseminação, para proteger os sistemas de computador nacionais e compartilhar conhecimento sobre a origem do vírus. Embora a globalização traga consigo riscos desconhecidos, ela também encoraja o uso de novas tecnologias e novas formas de coordenação global no combate a tais riscos.

ferentes dos que existiram em épocas mais remotas. Até bem recentemente, as sociedades humanas eram ameaçadas por **riscos externos** — perigos como secas, terremotos, escassez e tempestades provenientes do mundo natural, que não tinham relação alguma com ações humanas. Hoje, porém, confrontamo-nos cada vez mais com vários tipos de **riscos produzidos** — riscos que são criados pelo impacto de nosso próprio conhecimento e da tecnologia sobre o mundo natural. Como veremos, muitos riscos ambientais e de saúde enfrentados pelas sociedades contemporâneas são exemplos de riscos produzidos — eles são o resultado de nossas próprias intervenções na natureza.

#### Riscos ambientais

Uma das ilustrações mais claras de risco produzido pode ser encontrada nas ameaças atualmente apresentadas pelo meio ambiente natural (ver Capítulo 19, "Crescimento Populacional e Crise Ecológica", p.478). Uma das conseqüências da aceleração industrial e do desenvolvimento tecnológico tem sido a constante expansão da interferência humana na natureza. Há poucos aspectos do mundo natural que permanecem intocados pelo homem — a urbanização, a produção e a poluição industriais, os projetos de agricultura em larga escala, a construção de barragens e hidrelétricas e os programas de energia nuclear são algumas das formas de impacto sobre os ambientes naturais produzidas pelos seres humanos. O resultado coletivo de

tais processos foi o início de uma destruição ambiental generalizada, cuja exata causa é indeterminada e cujas conseqüências são igualmente difíceis de calcular.

No mundo globalizado, somos confrontados com o risco ecológico de diversas maneiras. A preocupação com o aquecimento global tem aumentado junto à comunidade científica nos últimos anos; aceita-se hoje, de modo geral, que a temperatura da terra tem elevado-se devido ao aumento do volume de gases prejudiciais na atmosfera. As potenciais conseqüências globais deste aquecimento global são devastadoras: se as calotas polares continuarem a derreter como atualmente, o nível do mar aumentará, podendo ameaçar as terras baixas e suas populações. As mudanças dos padrões climáticos têm sido citadas como causas possíveis de graves inundações que atingiram partes da China, em 1998, e Moçambique, em 2000 (ver quadro a seguir).

Por serem os riscos ambientais difusos em sua origem, não se sabe ao certo como devem ser enfrentados ou quem tem a responsabilidade de agir em prol de uma solução. Um simples exemplo demonstra porque isso é assim. Os cientistas descobriram que os níveis de poluição química têm efeitos prejudiciais sobre certas colônias de pingüins antárticos. Mas é impossível identificar com precisão tanto as origens exatas da poluição quanto suas possíveis conseqüências para os pingüins no futuro. Neste exemplo — e em centenas de casos similares — é provável que ações efetivas não sejam tomadas para enfrentar o risco, porque a extensão da causa e da conseqüência é desconhecida e indefinida.

## A mudança climática mundial

Independentemente da parte do mundo onde você mora, é muito provável que você tenha ouvido falar de algum padrão climático atípico em anos recentes, tendo sido talvez diretamente afetado por tais mudanças. Cientistas e especialistas em desastres apontam que eventos climáticos "extremos", como altas temperaturas fora da estação, secas, inundações e ciclones, ocorrem com cada vez mais frequência. Somente em 1998, por exemplo, 80 catástrofes naturais distintas foram registradas em lugares diferentes do globo, incluindo inundações devastadoras na China, furacões na América Latina, incêndios florestais na Indonésia e severas tempestades de neve na América do Norte. Desde então, a seca assolou regiões tão diversas quanto a Etiópia, o sul do Afeganistão e o centro dos Estados Unidos; inundações devastaram a Venezuela e Moçambique, violentos tufões arrasaram partes da Europa e uma praga de gafanhotos enxameou as áreas remotas da Austrália.

Embora não se possa ter certeza, muitas pessoas acreditam que esses desastres naturais sejam causados em parte pelo aquecimento global, o aquecimento da atmosfera terrestre. Se as emissões de dióxido de carbono que contribuem para o aquecimento global continuarem sem controle, é provável que o clima da terra seja irreversivelmente danificado. Quem é o culpado pelo aquecimento global e o que pode ser feito para diminuir seu avanço? Como em muitos aspectos referentes ao mundo em mudança, os riscos associados ao aquecimento da terra são experimentados globalmente, e suas causas precisas são quase impossíveis de serem determinadas. Na era da globalização, somos constantemente lembrados de nossa interdependência com os outros: as ações de indivíduos ou instituições em alguma parte do mundo podem ter – e efetivamente têm – consequências significativas para as pessoas em todos os lugares.

## Riscos à saúde

Na década passada, os perigos apresentados pelos riscos produzidos à saúde humana atraíram muita atenção. Na mídia e nas campanhas de saúde pública, por exemplo, as pessoas têm sido estimuladas a limitar sua exposição aos raios ultravioleta prejudiciais do sol e a usar protetor solar para prevenir queimaduras. Nos últimos anos, a exposição ao sol foi relacionada ao elevado risco de câncer de pele em muitas partes do mundo. Acredita-se que isso possa estar relacionado à redução da camada de ozônio – a camada atmosférica da terra que normalmente filtra os raios ultravioleta. Devido ao elevado volume de emissões químicas que são produzidas pelas atividades humanas e pela indústria, a concentração de ozônio na atmosfera tem diminuído e, em alguns casos, surgiram "buracos" de ozônio.

Há muitos exemplos de riscos produzidos relacionados à alimentação. As técnicas modernas de agropecuária e de produção de alimentos foram drasticamente influenciadas pelos avanços na ciência e na tecnologia. Por exemplo, os pesticidas e herbicidas químicos são amplamente usados na agricultura comercial e muitos animais (como galinhas e porcos) são criados com doses massivas de hormônios e antibióticos. Algumas pessoas têm sugerido que essas técnicas agropecuárias comprometeriam a segurança alimentar e podem ter um efeito adverso nos humanos. Nos últimos anos, duas controvérsias em particular geraram ampla preocupação pública com a segurança dos alimentos e com o risco produzido: o debate sobre alimentos geneticamente modificados (tema discutido no Capítulo 19, "Crescimento Populacional e Crise Ecológica", p. 478) e a "doença da vaca louca".

A Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida popularmente como a "doença da vaca louca", foi detectada pela primeira vez no rebanho britânico, em 1986. Os cientistas relacionaram a infecção à prática de criação do gado – normalmente animais herbívoros – com a ração contendo vestígios de partes de outros animais. Após a deflagração, o governo realizou ações para controlar a doença entre o gado, mas afirmou que comer carne bovina era seguro e não apresentava perigo aos humanos. Somente em meados da década de 1990, admitiu-se que várias mortes humanas causadas pela doença de Creutzfeldt-Jakob, uma condição cerebral degenerativa, estavam relacionadas ao consumo de carne de gado infectada. Milhares de animais britânicos foram mortos, e uma rigorosa legislação foi estabelecida para regular a criação de gado e a venda de produtos de carne bovina.

Embora um grande número de pesquisas científicas tenha sido lançado para determinar os riscos da EEB aos humanos, as descobertas permanecem inconclusas. Há um risco de que indivíduos que consumiram carne de gado britânica em anos precedentes à descoberta da EEB talvez tenham sido expostos à infecção. Em dezembro de 1999, o Comitê de Direção Científica da União Européia declarou que "o nível de infecção para os humanos atualmente é desconhecido". Calcular os riscos humanos provenientes da EEB é um exemplo da complexidade da avaliação de risco no mundo contemporâneo. É necessário saber se e quando o rebanho infectado participava de uma certa cadeia alimentar e também conhecer o nível e a distribuição da infecção presente nos animais, a maneira pela qual a carne de gado foi processada e muitos outros detalhes. A imensa quantidade de fatores desconhecidos com-

plicou a tarefa, tornando desafiadora qualquer análise precisa dos riscos.

### A "sociedade de risco" global

O aquecimento global, a crise da EEB, o debate sobre os alimentos geneticamente modificados e outros riscos produzidos fizeram os indivíduos se depararem com novas escolhas e desafios em suas vidas cotidianas. Por não haver um "mapa" para esses novos perigos, os indivíduos, os países e as organizações transnacionais devem negociar riscos à medida que fazem escolhas sobre como a vida deve ser vivida. Por não haver respostas definitivas às causas e às conseqüências de tais riscos, cada indivíduo é forçado a tomar decisões sobre quais riscos está preparado a assumir. Isso pode significar um incrível esforço! Deveríamos usar alimentos e matérias-primas cuja produção ou consumo possa ter um impacto negativo na nossa saúde e no ambiente natural? Até mesmo decisões "simples" como o que comer são agora feitas em um contexto de informações e opiniões contraditórias sobre os relativos méritos e desvantagens do produto.

O sociólogo alemão Ulrich Beck (1992) que tem escrito extensivamente sobre o risco e a globalização, analisa esses riscos como contribuintes à formação da **sociedade de risco** global. (Ver também Capítulo 21, "O Pensamento Teórico na Sociologia", p. 527). Como a mudança tecnológica progride de modo cada vez mais rápido e produz novas formas de risco, devemos constantemente responder e nos adaptar a essas mudanças. A sociedade de risco, segundo ele, não está limitada somente aos riscos de saúde e ambientais – inclui toda uma série de mudanças inter-relacionadas dentro da vida social contemporânea: mudanças nos modelos de emprego, aumento da insegurança no trabalho, declínio da influência da tradição e do costume sobre a auto-identidade, o desgaste dos paradigmas familiares tradicionais e a democratização dos relacionamentos pessoais. Por estar hoje o futuro das pessoas bem menos "seguro" do que nas sociedades tradicionais, decisões de todos os tipos apresentam riscos aos indivíduos. Casar-se, por exemplo, significa hoje uma proeza muito mais arriscada do que quando o casamento era uma instituição para toda a vida. As decisões sobre qualificações educacionais e carreira também podem ser arriscadas – é difícil prever quais habilidades serão valorizadas numa economia que muda tão rapidamente como a nossa.

De acordo com Beck, um aspecto importante de uma tal sociedade é que seus riscos não estão restritos espacial, temporal ou socialmente (1995). Os riscos de hoje afetam todos os países e todas as classes sociais. Suas conseqüências não são meramente pessoais, e sim globais. Muitas formas de risco produzido, tais como aquelas que dizem respeito à saúde humana e ao meio ambiente, cruzam as fronteiras nacionais. A explosão da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, fornece uma clara ilustração deste ponto. Todos os que moravam nas imediações de Chernobyl – independentemente de

idade, classe, gênero ou *status* – foram expostos a perigosos níveis de radiação. Ao mesmo tempo, os efeitos do acidente estenderam-se muito além de Chernobyl – por toda a Europa e além, detectaram-se níveis radioativos anormalmente elevados por muito tempo após a explosão.

### Globalização e desigualdade

Beck e outros estudiosos chamaram atenção ao risco como uma das principais conseqüências da globalização e do avanço tecnológico. As novas formas de risco apresentam desafios complexos tanto para os indivíduos como para todas as sociedades que são forçadas a navegar em águas desconhecidas. No entanto, a globalização também está gerando outros desafios importantes.

A globalização está procedendo de uma maneira irregular. Seu impacto é experienciado diferentemente, e algumas de suas conseqüências estão longe de ser benignas. Ao lado desses problemas ecológicos crescentes, a expansão das desigualdades dentro e entre as sociedades é um dos mais sérios desafios com que se defronta o mundo no raiar do segundo milênio.

### Desigualdade e divisões globais

Como aprendemos em nossa discussão sobre os tipos de sociedade (Capítulo 2, "Cultura e Sociedade", p. 37), a vasta maioria da riqueza do mundo está concentrada em países industrializados ou "desenvolvidos", enquanto as nações do "mundo em desenvolvimento" sofrem com a disseminação da pobreza e da superpopulação, com os inadequados sistemas educacionais e de saúde e com as dívidas externas debilitantes. A disparidade entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento aumentou continuamente durante o século XX, e atualmente é a maior que já houve.

O *Relatório de Desenvolvimento Humano*, de 1999, publicado pelas Nações Unidas, revelou que a renda média das 50 populações que vivem nos países mais ricos era 74 vezes maior que a renda média das 50 que vivem nos países mais pobres. No final da década de 1990, 20% da população mundial era responsável por 86% do consumo total do mundo, 82% dos mercados exportadores e 74% das linhas telefônicas. As 200 pessoas mais ricas do mundo dobraram sua riqueza entre 1994 e 1998; o patrimônio dos três principais bilionários do mundo excedeu ao produto interno bruto (PIB) combinado de todos os países menos desenvolvidos e das 600 milhões de pessoas que vivem neles (UNDP, 1999).

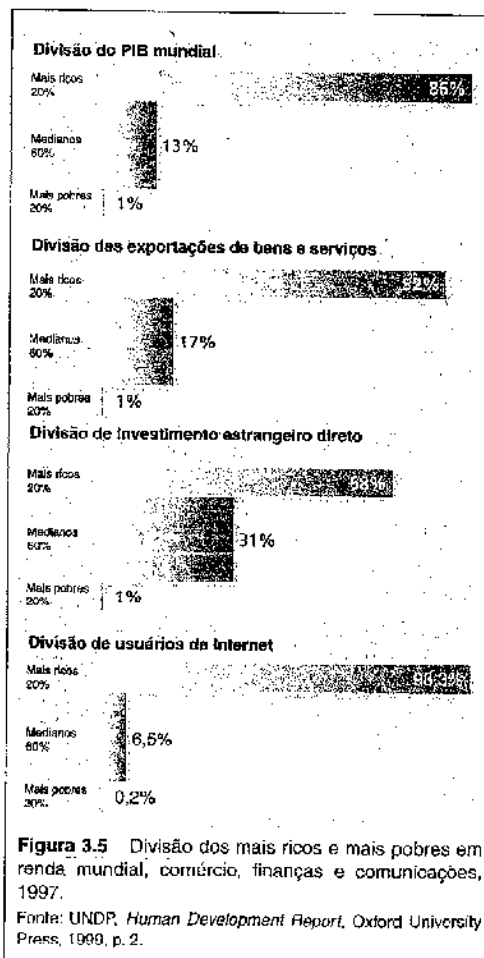
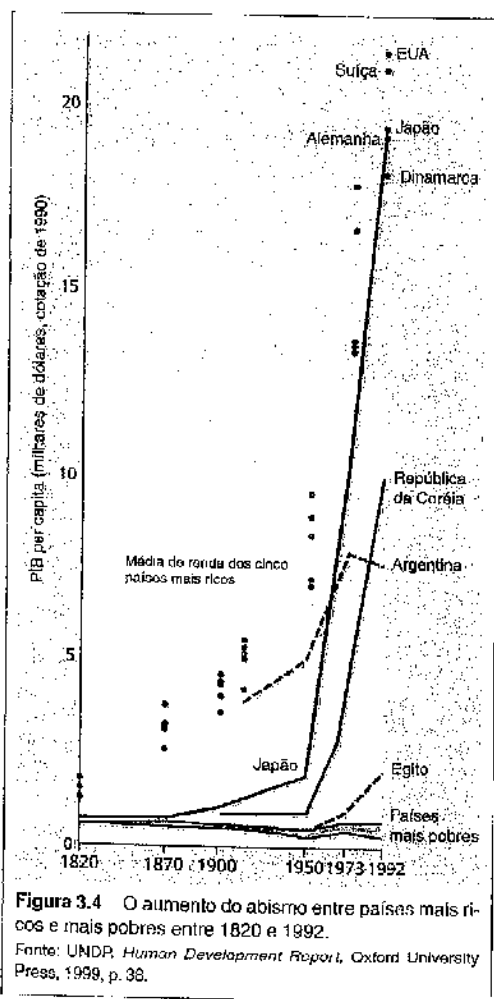
Em muitos países em desenvolvimento, os níveis de crescimento econômico e de produção ao longo do século passado não acompanharam a taxa de crescimento populacional, enquanto o nível de desenvolvimento econômico nos países industrializados superou em muito essa taxa. Essas tendências opostas têm levado a fortes disparidades entre os países mais

ricos e os mais pobres. A distância entre esses países era de aproximadamente 3 para 1 em 1820, 11 para 1 em 1913, 35 para 1 em 1950 e 72 para 1 em 1992 (ver Figura 3.4). No século passado, a renda *per capita* cresceu quase seis vezes entre os 25% mais ricos, ao passo que, entre os 25% mais pobres, o crescimento não chegou a três vezes.

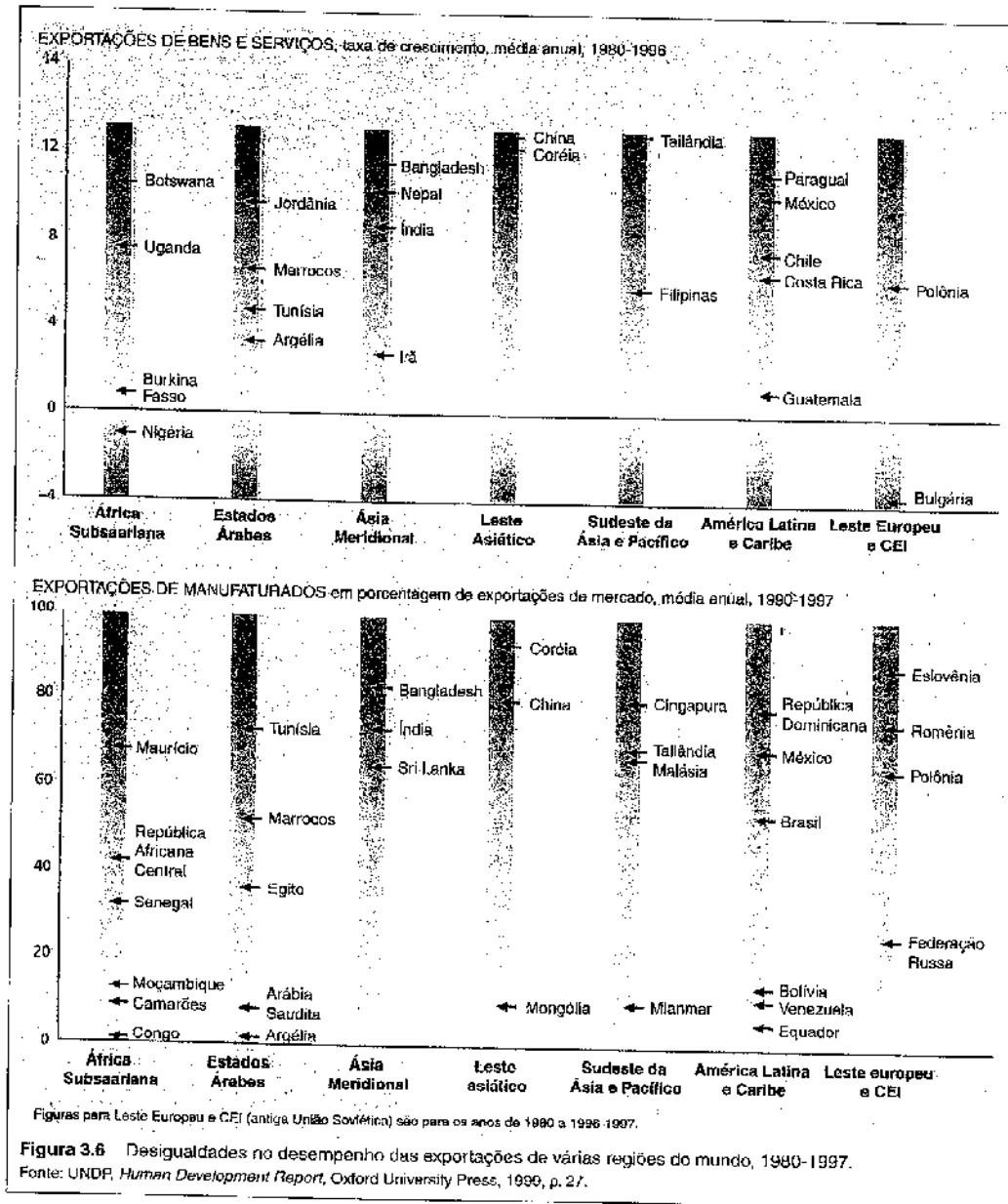
A globalização parece estar exacerbando essas tendências ao concentrar mais renda, riqueza e recursos em um pequeno núcleo de países (ver Figura 3.5). Como já vimos neste capítulo, a economia global está crescendo e se integrando extremamente rápido e a expansão do comércio global foi central para esse processo – entre 1990 e 1997, o comércio internacional cresceu cerca de 6,5%. No entanto, somente um grupo de países desenvolvidos tem se beneficiado com esse crescimento e o processo de integração da economia global tem sido desigual (ver Figura 3.6). Alguns países – tais como as economias do Leste Asiático, do Chile, da Índia e da Polônia – beneficiaram-

se graças ao crescimento das exportações acima de 5%. Outros países, como a Rússia, a Venezuela e a Argélia, tiveram poucos benefícios com a expansão do comércio e da globalização (UNDP, 1999). Dados do Banco Mundial apoiam esse quadro: dentre 93 nações em desenvolvimento, somente 23 podem dizer que estão em “rápida integração”. Há o perigo de que muitos dos países que mais necessitam de crescimento econômico sejam deixados ainda mais para trás à medida que a globalização progride (Banco Mundial, 2000).

O livre-comércio é visto por muitos como a chave para o desenvolvimento econômico e para a diminuição da pobreza. A Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo, trabalha para liberalizar regras de comércio e reduzir barreiras comerciais entre os países. O livre-comércio através das fronteiras é visto como uma proposição em que tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento saem ganhando. Se as economias industrializadas são capazes de ex-







portar seus produtos para mercados ao redor do mundo, também se afirma que os países em desenvolvimento se beneficiarão ganhando acesso aos mercados mundiais. Isso irá melhorar, por sua vez, suas perspectivas de integração na economia global.

### A campanha por "justiça global"

Nem todos concordam que o livre-comércio é a solução para a pobreza e para a desigualdade global. Com efeito, muitos críti-

cos argumentam que o livre-comércio é antes um negócio unilateral que beneficia aqueles que já são ricos, exacerbando modelos existentes de pobreza e dependência nos países em desenvolvimento. Recentemente, boa parte dessas críticas concentrou-se em torno das atividades e políticas da Organização Mundial do Comércio (OMC)\* que se encontra na vanguarda dos esforços para expandir o comércio global.

\* N. de R. T. Não obstante a influência dominante da OMC na regulamentação do comércio internacional, essa atuação repercute em organizações regionais como a ALCA e o NAFTA para a América Latina.



Manifestantes, numa campanha contra as barreiras, uniram-se aos protestos de massa contra as políticas da Organização Mundial do Comércio, durante a Rodada do Milênio, que discutiu as regras do mercado em Seattle, nos EUA.

Em dezembro de 1999, mais de 50 mil pessoas de todo o mundo tomaram as ruas de Seattle para protestar durante a chamada "Rodada do Milênio" de negociações de mercado, promovida pela OMC. Por quatro dias, Seattle foi inundada por coloridas demonstrações, apresentações de teatro de rua, atos de desobediência civil, marchas, oficinas e discussões. Sindicatistas, ambientalistas, militantes dos direitos humanos, ativistas antinuclear, agricultores e representações de centenas de ONGs locais e internacionais uniram forças para manifestar seu descontentamento com a OMC – uma organização que, para muitos, favorece imperativos econômicos em detrimento de outras questões, como os direitos humanos, os direitos do trabalho, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Enquanto os protestos foram na sua maioria pacíficos, violentos choques ocorreram entre os manifestantes e a força policial local, que usou gás lacrimogêneo e balas de borracha para controlar as multidões que paralisaram o centro de Seattle.

Os negociadores dos 134 países membros da OMC reuniram-se para discutir e fechar acordos sobre medidas capazes de liberalizar as condições de comércio e investimento globais para a agricultura e os produtos florestais, entre outras questões. Mas as conversações logo cessaram sem nenhum acordo. Os organizadores dos protestos estavam triunfantes – não somente as demonstrações lograram interromper as conversações,

mas disputas internas entre os delegados também vieram à tona. Os protestos de Seattle foram anunciados como a mais significativa vitória dos militantes em favor da "justiça global".

Mas qual é o sentido dessa campanha? Ela representa o surgimento de um poderoso movimento antiglobalização, como alguns têm sugerido? Nos meses seguintes aos protestos de Seattle, demonstrações similares foram realizadas em outras cidades ao redor do mundo, como Londres e Washington DC. Esses eventos foram muito menores do que aquele que se deu em Seattle, mas estavam organizados em torno de temas semelhantes. Os manifestantes afirmavam que o livre-comércio e a globalização econômica levaram a concentrar mais riqueza nas mãos de poucos, aumentando a pobreza para a maioria da população mundial. Grande parte desses ativistas concorda que o comércio global é necessário e potencialmente benéfico para as economias nacionais, mas afirma que ele deve estar regulado por regras *diferentes* daquelas adotadas pela OMC. Alegam que as regras de comércio deveriam estar voltadas antes de tudo e, sobretudo, à proteção dos direitos humanos, do meio ambiente, dos direitos do trabalho e das economias locais – não a assegurar lucros ainda maiores para corporações já enriquecidas.

Os manifestantes afirmam que a OMC é uma organização antidemocrática dominada pelos interesses das nações mais ricas – particularmente os Estados Unidos. Embora exista, dentre os membros da OMC, muitas nações em desenvolvimento, boa parte delas não tem virtualmente nenhuma influência prática sobre as políticas da organização, pois a pauta é definida pelas nações mais ricas. O presidente do Banco Mundial assinalou que 19 dos 42 estados africanos que são membros da OMC têm pouca ou nenhuma representação na sua sede operacional em Genebra (Banco Mundial, 2000). Tais desequilíbrios parecem ter consequências bastante reais. Um exemplo disso é o fato de que a OMC, embora tenha insistido para que as nações em desenvolvimento abram seus mercados aos importados dos países industrializados, tem permitido aos países desenvolvidos manter elevadas barreiras a importados agrícolas para proteger seus próprios setores agrícolas. Isso significa que os países mais pobres, muitos dos quais são ainda predominantemente agrícolas, não podem ter acesso aos grandes mercados de produtos agrícolas nos países desenvolvidos.

Uma separação similar existe com respeito à proteção dos direitos de propriedade intelectual – uma questão monitorada por um acordo multilateral da OMC chamado TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights<sup>1</sup>). Os países industrializados possuem 97% de todas as patentes mundiais, enquanto o conceito de direitos de propriedade intelectual é estranho ao mundo em desenvolvimento. Tem havido um aumento significativo no número de pedidos de patentes nas últimas duas décadas, à medida que as companhias de biotecnologia e os institutos de pesquisa pressionam pelo controle e pela propriedade de formas cada vez mais numerosas de conhecimento. Muitas amostras de material vegetal, por exemplo, foram tiradas de áreas biodiversificadas, como florestas tropicais, e convertidas em medicamentos lucrativos

<sup>1</sup> Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio.

e patenteados pelas companhias farmacêuticas. O conhecimento local sobre usos medicinais das plantas é freqüentemente usado no desenvolvimento e na comercialização dos medicamentos, ainda que os indígenas da área não recebam nenhuma compensação por sua contribuição. Enquanto os países industrializados dentro da OMC pressionam para fortalecer as leis da propriedade intelectual, muitos, nos países em desenvolvimento, afirmam que essas leis vão contra às necessidades de seus países. As agendas de pesquisa são ditadas por interesses de lucro, não por interesses humanos, e valiosas formas de tecnologia podem se tornar inacessíveis a países mais pobres que poderiam beneficiar-se de seu uso.

Outra crítica à OMC é que ela opera em segredo e não leva em conta os cidadãos que são diretamente afetados por suas decisões. Em muitos sentidos, essas críticas são válidas. As disputas comerciais entre membros da OMC estão sendo decididas a portas fechadas por um comitê inelegível de "peritos". Quando uma decisão é transmitida, ela se torna legalmente obrigatória para todos os estados-membros. A OMC também pode desafiar ou cancelar leis de nações particulares que forem consideradas "barreiras comerciais". Isso inclui leis nacionais ou acordos bilaterais destinados a proteger o meio ambiente, preservar raros recursos, salvaguardar a saúde pública ou garantir padrões de trabalho e direitos humanos. Um exemplo é o fato de a OMC ter deliberado contra a União Européia, que se recusou a importar carne norte-americana tratada com hormônio, em virtude de sua possível ligação com o câncer; a mesma OMC também desafiou uma lei aprovada no Estado norte-americano de Massachusetts, que proíbe companhias de investir em Mianmar (Burma) devido às violações dos direitos humanos.

Uma última preocupação compartilhada por muitos ativistas é a influência indevida exercida pelos Estados Unidos sobre as atividades da OMC e sobre outras corporações internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Nos anos seguintes ao colapso da União Soviética, os EUA foram descritos com freqüência como a única superpotência remanescente. De certo modo, isso é verdadeiro. Com seu irresistível poderio econômico, político e militar, os Estados Unidos são capazes de influenciar debates e tomadas de decisões em muitas instituições internacionais. As "desigualdades" da globalização devem ser vistas em parte como uma reflexão sobre o fato de que o poder político e econômico está concentrado nas mãos de um reduzido grupo de estados.

Os manifestantes contrários à OMC e a outras instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, argumentam que a exuberância da integração econômica e do livre-comércio globais está forçando as pessoas a viverem mais em uma "economia" do que em uma "sociedade". Muitos estão convencidos de que essas mudanças enfraquecerão ainda mais a posição econômica das sociedades pobres ao permitirem às corporações transnacionais operarem com pouca ou nenhuma segurança e sem regulações ambientais. Segundo eles, os interesses comerciais estão cada vez mais recebendo preferência à preocupação com o bem-estar humano. Se convém evitar que as divisões globais se aprofundem ainda mais, então é necessário, não somente nas nações em desenvolvimento, mas também nas industrializadas, que se faça mais in-

vestimento em "capital humano" – saúde pública, educação e treinamento. O principal desafio para o século XXI é assegurar que a globalização beneficie as pessoas em todos os lugares, não somente os que se encontram numa privilegiada posição.

### Conclusão: a necessidade de uma governança\* global

À medida que a globalização progride, estruturas e modelos políticos existentes revelam-se despreparados para gerenciar um mundo cheio de riscos, desigualdades e desafios que transcendem fronteiras nacionais. Não está no poder dos governos individuais controlar a disseminação da AIDS, conter os efeitos do aquecimento global ou regular mercados financeiros voláteis. Muitos processos que afetam a sociedade ao redor do mundo escapam ao controle dos atuais mecanismos governamentais. À luz desse "déficit" governamental, alguns reivindicam novas formas de governança global capazes de enfrentar questões globais de um modo global. Já que um número cada vez maior de desafios ocorre num nível que transcende os países individuais, afirma-se que as respostas a tais desafios devem possuir abrangência transnacional.

Embora possa parecer irrealista falar de uma governança que transcende o nível de estado-nação, alguns passos já foram tomados em direção à criação de uma estrutura democrática global, como a formação das Nações Unidas e da União Européia. A UE, em particular, pode ser vista como uma resposta inovadora à globalização e poderia muito bem tornar-se um modelo para organizações semelhantes em outras partes do mundo, onde são fortes os laços regionais. Novas formas de governança global poderiam ajudar a promover uma ordem mundial cosmopolita, em que seriam estabelecidos e observados regras transparentes e padrões de comportamento internacional, tal como a defesa dos direitos humanos.

A década que se seguiu ao fim da Guerra Fria foi marcada por violência, conflitos internos e transformações caóticas em muitas partes do mundo. Enquanto alguns adotaram uma visão pessimista, considerando a globalização como responsável pela aceleração de crises e caos, outros viram nela uma grande oportunidade de mobilizar as forças globalizantes em torno da busca de maior igualdade, democracia e prosperidade. A tendência a uma governança global e à formação de instituições regulatórias mais efetivas não é certamente inadequada numa época em que a interdependência global e a rápida mudança conectam a nós todos como nunca antes. Não está fora do nosso alcance reafirmar nossa confiança no mundo social. Essa tarefa, com efeito, parece ser a maior necessidade e o maior desafio enfrentados pelas sociedades no início do século XXI.

\* N. de R. T. Governança: termo preferido à governabilidade quando se trata, segundo a definição de J. Saint Georges, "de explorar o tratamento da complexidade em termos sistêmicos. A governança é basicamente um sistema de organização, isto é, um campo de ação da inteligência ou que tem relação com a inteligência" (...) (Cf. Cleveland). Etimologicamente significa a ciência de governar, a saber, "princípios e modos de comunicação e regulação do sistema da sociedade." (Cf. *Dicionário de novos termos da ciência e tecnologia*, 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1996. p.131.)

## Pontos Principais

1. Um dos fenômenos sociais de maior interesse para os sociólogos contemporâneos é a globalização – a intensificação das relações sociais e da interdependência globais. A globalização refere-se ao fato de que vivemos cada vez mais em um “mundo único”, onde nossas ações têm conseqüências para os outros e os problemas do mundo têm conseqüência para nós. A globalização está hoje afetando as vidas das pessoas em todos os países, ricos e pobres, alterando não apenas sistemas globais, mas a vida cotidiana.
2. A globalização é frequentemente retratada como um fenômeno econômico, mas essa visão é muito simplificada. Ela é produzida pela conjunção de fatores políticos, econômicos, culturais e sociais; progride, sobretudo, graças aos avanços na informação e nas tecnologias da comunicação que intensificaram a velocidade e o alcance da interação entre as pessoas ao redor do mundo.
3. Diversos fatores contribuem para o aumento da globalização. Primeiro, o fim da Guerra Fria; o colapso do comunismo de estilo soviético e o crescimento de formas internacionais e regionais de governança aproximaram os países. Segundo, a difusão da tecnologia da informação facilitou o fluxo de informação ao redor do globo e encorajou as pessoas a adotar uma perspectiva global. Terceiro, as corporações transnacionais cresceram em tamanho e influência, construindo redes de produção e consumo que atravessam o globo e ligam os mercados econômicos.
4. A globalização tornou-se um assunto calorosamente debatido. Os “céticos” acreditam que a idéia da globalização está superestimada e que os níveis atuais de interconectividade possuem precedentes. Alguns céticos, por outro lado, concentram-se em processos de regionalização que estão intensificando a atividade nos principais grupos comerciais e financeiros. Os “hiperglobalizadores” assumem uma posição oposta, argumentando que a globalização é um fenômeno real e poderoso, que ameaça desgastar de todo o papel dos governos nacionais. Um terceiro grupo, os transformacionistas, acredita que a globalização está transformando muitos aspectos da atual ordem global – incluindo relações econômicas, políticas e sociais –, mas que antigos modelos ainda permanecem. De acordo com essa visão, a globalização é um processo contraditório, que envolve um fluxo multidirecional de influências que, às vezes, funcionam em oposição uma a outra.
5. A globalização não está restrita a sistemas globais abrangentes. Seu impacto é sentido nas nossas vidas pessoais e no modo como pensamos de nós mesmos e nossas conexões com os outros. As forças globalizantes penetram em nossos contextos locais e em nossas vidas íntimas através de fontes impessoais, como a mídia e a internet, e através de contatos pessoais com indivíduos de outros países e culturas.
6. A globalização é um processo aberto e contraditório – produz resultados difíceis de controlar e prever. Ela nos introduz novas formas de risco que diferem daqueles que existiram anteriormente. O risco externo se refere aos perigos que provêm do mundo natural, como os terremotos. Já os riscos produzidos são aqueles criados pelo impacto do conhecimento humano e da tecnologia no mundo natural. Alguns acreditam que estamos vivendo numa sociedade de risco global, na qual todas as sociedades humanas estão expostas a riscos (como o aquecimento global), produzidos pelas nossas próprias intervenções na natureza.
7. A globalização está progredindo rapidamente, mas de modo desigual. Ela tem sido marcada por uma crescente disparidade entre os países mais ricos e mais pobres. A riqueza, a renda, os recursos e o consumo estão concentrados nas sociedades desenvolvidas, enquanto muitos países em desenvolvimento lutam contra a pobreza, a desnutrição, a doença e a dívida externa. Muitos dos países que mais necessitam dos benefícios econômicos da globalização estão em perigo de serem marginalizados.
8. As barreiras ao comércio internacional têm sido regularmente reduzidas nas últimas décadas, e muitos acreditam que o livre-comércio e os mercados abertos permitirão aos países em desenvolvimento integrarem-se mais plenamente na economia global. Os oponentes a essa abordagem argumentam que os organismos de comércio internacional, tais como a Organização Mundial do Comércio, estão dominados pelos interesses dos países mais ricos e ignoram as necessidades do mundo em desenvolvimento. Eles afirmam que as regras de comércio devem, primeiro e principalmente, proteger os direitos humanos, os direitos do trabalho, o meio ambiente e as economias nacionais, em vez de assegurar grandes lucros para as corporações.
9. A globalização produz riscos, desafios e desigualdades que atravessam as fronteiras nacionais e escapam ao alcance das estruturas políticas existentes. Por estarem os governos individuais despreparados para controlar essas questões transnacionais, há a necessidade de novas formas de governo global que possam enfrentar os problemas globais de uma forma global. Reafirmar nossa vontade neste processo mundial de rápida mudança pode ser o maior desafio do século XXI.

### Questões para Reflexão

1. Como a globalização pode ser também um fenômeno local?
2. A globalização causou a queda do comunismo?
3. A "macdonaldização" é uma dimensão fundamentalmente econômica, cultural ou política da globalização?
4. Com o senso crescente de individualismo, estamos livres para sermos quem desejamos ou já perdemos a capacidade de escolher?
5. As corporações transnacionais estão realmente mais poderosas do que os governos?
6. Por que cada vez mais falamos de riscos como "riscos produzidos"?

### Leitura Complementar

DICKEN, Peter. *Global Shift: Transforming the World Economy*. New York: Guilford Press, 1998.

GRAY, John. *False Dawn: The Delusions of Global Capitalism*. London: Granta Books, 1998.

HELD, David; McGREW, Anthony; GOLDBLATT, David and PERRATON, Jonathan (eds.). *Global Transformations*. Cambridge: Polity, 1999.

LECHNER, Frank J. and BOLI, John (eds.). *The globalization Reader*. Oxford: Blackwell, 2000.

ROBERTS, J. Timmons and HITE, Amy (eds.). *From Modernization to Globalization: Perspectives on Development and Social Change*. Oxford: Blackwell, 1999.

VANDERSLUIS, Sarah Owen and YEROS, Paris (eds.). *Poverty in World Politics: Whose Global Era?* Basingstoke: Macmillan, 1999.

### Endereços na Internet

Centre for Analysis of Risk and Regulation (Centro de Análises de Risco e Regulação)

<http://www.lse.ac.uk/Depts/carr>

Economic Policy Institute (on trade) (Instituto de Política Econômica para o Comércio)

<http://epinet.org/subjectpages/trade.html>

Globalization Resource

<http://www.polity.co.uk/global>

International Forum on Globalization

<http://www.ifg.org>

One World International Foundation

<http://www.oneworld.net/campaigns>

Tradewatch

<http://www.tradewatch.org>

World Bank

<http://www.worldbank.org/>

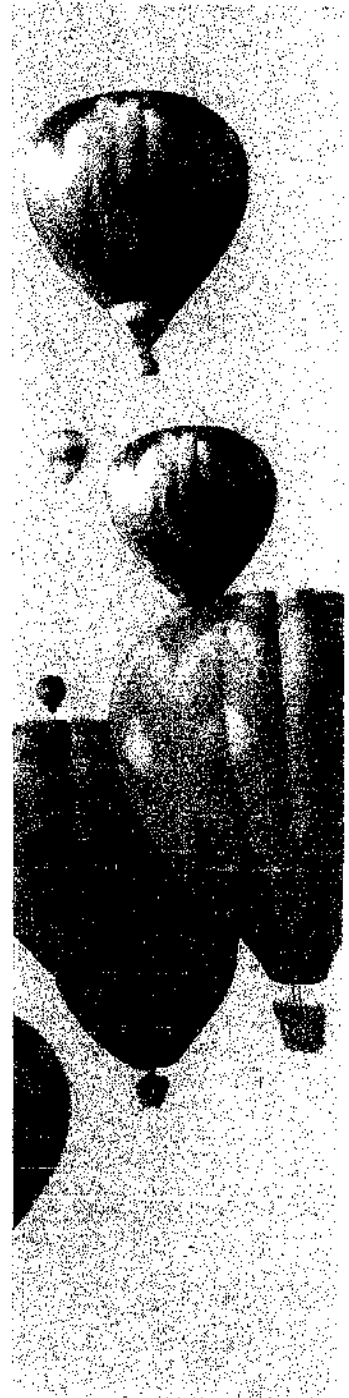
World Trade Organization

<http://www.wto.org/>

# Interação Social e Vida Cotidiana

# 4

<b>O estudo da vida cotidiana</b>	82	Marcadores	92
Microsociologia e macrosociologia	84	Gestão de impressão	93
<b>Comunicação não-verbal</b>	84	Regiões de frente e regiões de fundo	93
Rosto, gestos e emoção	85	Espaço pessoal	94
A "imagem" e a auto-estima	86	<b>Interação no tempo e no espaço</b>	95
Gênero e comunicação não-verbal	86	Tempo do relógio	96
<b>Regras sociais e diálogo</b>	87	Vida social e a ordenação do espaço e do tempo	97
Concepções partilhadas	87	<b>Conclusão: a compulsão da proximidade</b>	98
Os experimentos de Garfinkel	87	Pontos principais	99
"Vandalismo interacional"	88	Questões para reflexão	99
Formas de falar	89	Leitura complementar	100
Respostas exclamativas	90	Endereços na internet	100
Lapsos da fala	90		
<b>Rosto, corpo e discurso na interação</b>	91		
Encontros	91		



## 4: Interação Social e Vida Cotidiana

Você alguma vez já teve uma conversa cara a cara com alguém de outro país? Ou conectou-se a um *website* estrangeiro? Alguma vez viajou a outra parte do mundo? Se respondeu “sim” a qualquer uma dessas questões, você já testemunhou os efeitos da globalização na interação social. **Interação social** é o processo pelo qual agimos e reagimos em relação àqueles que estão ao nosso redor. Embora sempre tenha havido interações entre pessoas de nações diferentes, a globalização modificou a frequência e a natureza desses contatos. Com a globalização, uma porção maior de nossas interações passou a envolver, direta ou indiretamente, pessoas de outros países ou culturas.

Quais são as características das interações sociais que ocorrem entre indivíduos de diferentes nações? Contribuições importantes ao estudo desse problema foram feitas pelos que trabalham na área de sociologia do turismo. A globalização expandiu muito as possibilidades de viagens internacionais, quer porque incentivou o interesse por outros países, quer porque facilitou o movimento de turistas através de fronteiras internacionais. Altos índices de turismo internacional, naturalmente, traduzem-se em um aumento de interações entre pessoas de países diferentes. De acordo com John Urry (1990), muitas dessas interações são delineadas pelo “olhar do turista”, a expectativa por parte do turista de que terá experiências exóticas ao viajar ao exterior.

Experiências “exóticas” são aquelas que violam nossas expectativas cotidianas sobre como devem acontecer a interação social e a interação com o ambiente físico. Para outros europeus em viagem à Grã-Bretanha, por exemplo, é perturbador o fato de os britânicos dirigirem na mão esquerda. Regras de trânsito estão tão arraigadas que experimentamos com estranhamento violações a essas regras. No entanto, como turistas, também obtemos prazer nesse estranhamento. De certa maneira, é isso que pagamos para ver – além das famosas atrações turísticas. Imagine o quanto você ficaria desapontado se viajasse a outro país somente para descobrir que ele é quase exatamente igual à cidade ou ao lugar onde você cresceu.

A maioria dos turistas não quer que suas experiências sejam *demasiadamente* exóticas. Um dos roteiros mais populares para jovens viajantes em Paris, por exemplo, são os restaurantes de *fast food* McDonalds. Britânicos que viajam para fora do país geralmente não conseguem deixar de visitar *pubs* e tavernas do melhor estilo inglês. Às vezes, essas diversões resultam da curiosidade, mas geralmente as pessoas gostam de desfrutar do conforto da comida e da bebida já conhecidos em um ambiente familiar. As expectativas contraditórias pelo exótico e pelo familiar estão no cerne do “olhar do turista”.

O “olhar do turista” pode criar tensões nas interações entre turistas e “nativos”. Os nativos que são parte da indústria do turismo talvez gostem de viajantes estrangeiros em função dos benefícios econômicos que trazem aos lugares que visitam.

Outros nativos podem ressentir-se com os turistas por suas atitudes exigentes ou do desenvolvimento excessivo que geralmente ocorre em pólos turísticos populares. Os turistas podem questionar os nativos sobre aspectos do seu dia-a-dia, como alimentação, trabalho e hábitos recreativos; podem fazer isso tanto para melhorar sua compreensão de outras culturas, como para fazer julgamentos negativos acerca dos que são diferentes deles. Aumentando o turismo com a marcha da globalização, os sociólogos terão de observar cuidadosamente para detectar quais padrões dominantes de interação surgem entre turistas e populações locais, determinando, entre outras coisas, se essas interações tendem a ser amigáveis ou antagônicas.

### O estudo da vida cotidiana

Mesmo que à primeira vista o turismo não pareça ser de interesse particular para os sociólogos, as experiências de turistas fora de seus países podem realmente nos dizer muito sobre o mundo social. A ideia do “olhar do turista” é importante pelo que revela acerca do papel de nossas vidas cotidianas na moldagem de nossas percepções do mundo a nossa volta – do que é normal e familiar e do que constitui algo inusitado. Amálgama, as atividades e as visões que parecem mais “exóticas” a um turista estrangeiro são, para a população local, uma parte de sua vida.

Por exemplo, turistas ocidentais que estão visitando pela primeira vez um país muçulmano são, muitas vezes, tocados profundamente pelo som do “chamado para oração”, que é ouvido cinco vezes por dia nos minaretes de centenas de mesquitas locais. O lindo e assombroso som é incomum para a maioria dos ouvidos ocidentais. Para os habitantes locais, entretanto, o chamado à oração é uma parte tão comum do cotidiano que não é nem mesmo percebido conscientemente. Se viajassem ao Ocidente, onde o “chamado para oração” em geral não é ouvido, sentiriam sua ausência com estranheza e desorientação.

Não interessa em que parte do mundo moramos. Há coisas que fazemos incontáveis vezes ao dia sem dar grande atenção. Tome como exemplo também uma interação bastante comum que acontece milhões de vezes ao dia em cidades do mundo. Quando duas pessoas se cruzam na rua, trocam breves olhares a distância, olham para outro lado, evitando, ao passar, o olhar do outro. Ao fazê-lo, demonstram o que Erving Goffman (1969; 1971) chama de **desatenção civil**, comportamento que esperamos do outro em muitas situações.

A desatenção civil não é o mesmo que apenas ignorar outra pessoa. Cada indivíduo indica reconhecer a presença do outro, mas evita qualquer gesto que possa ser considerado invasivo. A desatenção civil é algo que fazemos quase automaticamente, mas é também uma parte importantíssima dos nossos cotidianos.

Você pode considerar sem importância e interesse aspectos triviais do comportamento social – como passar por alguém na rua ou reagir a práticas não-familiares como o “chamado para oração”. Ainda assim, o estudo de formas aparentemente insignificantes de interação social é da maior importância na sociologia. Ao contrário do que parece, essa é uma das áreas mais envolventes da investigação sociológica. Há três razões para isso.

Em primeiro lugar, nossas rotinas diárias, com suas interações quase constantes com outras pessoas, dão estrutura e forma ao que fazemos. Através de seu estudo, podemos aprender muito sobre nós mesmos como seres sociais e sobre a própria vida social. Nossas vidas são organizadas em torno da repetição de padrões similares de comportamento que se repetem dia após dia, semana após semana, mês após mês e ano após ano. Pense no que você fez ontem e anteontem. Se foram dias normais da semana, provavelmente você se levantou mais ou menos à mesma hora todos os dias (por si só, uma importante rotina). Pode ter ido à aula bem cedo, percorrendo diariamente um trajeto de casa até a escola ou a faculdade. Talvez você tenha almoçado com amigos, retornado à aula ou aos estudos à tarde. Mais tarde, você repetiu o mesmo trajeto ao voltar para casa e possivelmente saiu à noite com amigos.

Naturalmente, as rotinas que seguimos diariamente não são idênticas, e nossos padrões de atividade, nos fins de semana, contrastam geralmente com os dos dias normais. E quando

fazemos uma grande mudança na nossa vida, como largar a faculdade para arranjar um emprego, é preciso alterar a rotina diária; e então o que fazemos é restabelecer um conjunto de hábitos novo e razoável.

Em segundo lugar, o estudo de nossa vida cotidiana nos mostra como seres humanos podem agir criativamente para moldar a realidade. Embora o comportamento social seja, em certa medida, guiado por forças como funções, normas e expectativas partilhadas, os indivíduos percebem a realidade diferentemente conforme seu passado, interesse e motivação. Por serem os indivíduos capazes de ação criativa, moldam continuamente a realidade através das decisões que tomam e atitudes que adotam. Em outras palavras, a realidade não é fixa ou estática – é criada através de interações humanas. Essa noção de *construção social da realidade* (ver quadro p. 96) está no âmago da perspectiva interacionista simbólica apresentada no Capítulo 1 (“O que é sociologia”).

Em terceiro lugar, estudar a interação social no cotidiano lança luz sobre os sistemas sociais maiores e as instituições. Todos os sistemas sociais de larga escala, com efeito, dependem de padrões de interação social que empregamos diariamente. Isso é fácil de se demonstrar. Considere novamente o caso dos dois estranhos passando na rua. Tal evento parece ter pouca relevância direta para as formas de organização social de grande escala, mais permanentes. Mas se considerarmos



A “desatenção civil” que as pessoas reservam aos outros nas ruas não é algo que apenas acontece, mas é uma técnica desenvolvida pelos moradores da cidade que foi observada e estudada por interacionistas simbólicos.



algumas dessas interações, o resultado é bem diverso. Nas sociedades modernas, a maioria das pessoas vive em cidades e interage constantemente com outras pessoas que não conhecem pessoalmente. A “desatenção civil” é um dentre muitos mecanismos que conferem à vida da cidade, com suas multidões agitadas e seus rápidos contatos impessoais, o seu caráter próprio.

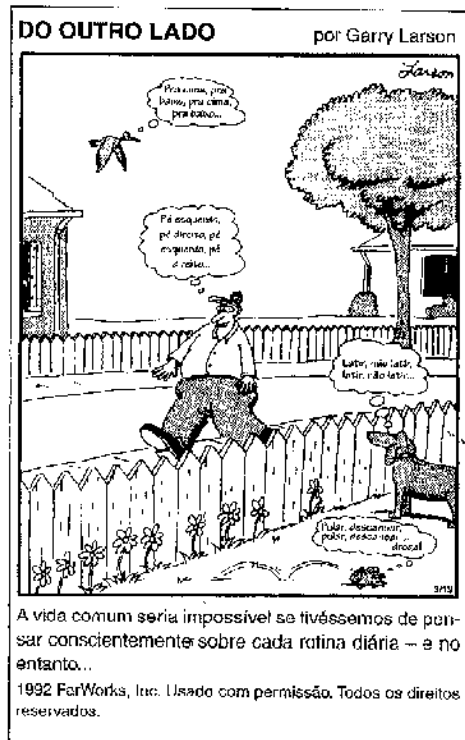
### Microsociologia e macrosociologia

O estudo do comportamento cotidiano em situações de interação pessoal é amiúde chamado **microsociologia**. Na microsociologia, a análise acontece ao nível dos indivíduos ou dos pequenos grupos. Difere da **macrosociologia**, que se preocupa com sistemas sociais de grande escala, como o sistema político ou a ordem econômica. Inclui também a análise de processos de mudança a longo prazo, como o desenvolvimento do industrialismo. À primeira vista, pode parecer que a micro e a macroanálises são distintas. Na verdade, como você verá ao longo do capítulo, ambas estão intimamente ligadas (Kuorikainen e Cicourel, 1981; Giddens, 1984).

A macroanálise é essencial caso pretendamos entender o fundo institucional da vida cotidiana. As maneiras como as pessoas vivem suas vidas cotidianas são muito influenciadas pela estrutura institucional mais abrangente, o que fica patente quando se compara o ciclo de atividades diárias de uma cultura tradicional à vida num ambiente industrializado urbano. Nas sociedades modernas, estamos constantemente em contato com estranhos. Esse contato pode ser indireto e impessoal. No entanto, não importa em quantas relações indiretas nos envolvemos hoje, mesmo nas sociedades mais complexas a presença de outras pessoas continua sendo um fato crucial. Podemos mandar um *e-mail* a um conhecido da internet, podemos também voar milhares de milhas para passar o fim de semana com um amigo.

Microestudos, por sua vez, são necessários para iluminar padrões institucionais abrangentes. A interação direta é claramente a principal base de todas as formas de interação social, não importando as dimensões apresentadas pelo contexto. Suponha que estejamos estudando uma corporação comercial. Poderíamos entender bastante suas atividades apenas observando seu comportamento interpessoal. Poderíamos analisar, por exemplo, a interação dos diretores na sala de reuniões, de pessoas trabalhando em vários escritórios ou de empregados no setor de vendas. Não conseguiríamos montar um retrato completo da corporação dessa maneira, já que alguns de seus negócios são feitos com material impresso, por meio de cartas, telefone e computadores. Mas ainda assim poderíamos certamente contribuir de forma significativa para entender como a organização funciona.

Nos capítulos seguinte, veremos mais exemplos de como a interação em microcontextos afeta processos sociais maio-



res e como os macrosistemas afetam casos mais restritos da vida social. Em primeiro lugar, trataremos de algumas das principais questões no estudo do micronível da vida cotidiana. Antes de tudo, consideraremos os termos não-verbais (expressão facial e gestos corporais) que todos usamos ao interagir uns com os outros. Passaremos, logo depois, à análise do discurso cotidiano — como usamos a linguagem para comunicar aos outros os significados que desejamos passar. Finalmente, nos concentraremos nos meios pelos quais nossas vidas são estruturadas por rotinas diárias, prestando particular atenção ao modo como coordenamos nossas ações no tempo e no espaço.

### Comunicação não-verbal

A interação cotidiana depende de uma sutil relação entre o que expressamos em palavras e o que transmitimos por meio de numerosas formas de **comunicação não-verbal** — a troca de informação e de sentido através de expressões faciais, gestos e movimentos corporais. Às vezes, a comunicação não-verbal é apontada como “linguagem corporal”, mas isso é ilusório, pois usamos essas pistas para eliminar ou expandir o que é dito por meio de palavras.

## Mulheres e homens em público: ligando microsociologia e macrosociologia

Uma mulher caminhando pela rua é assediada verbalmente por um grupo de homens – esta é uma interação bem comum e que parece, à primeira vista, um caso clássico para a análise microsociológica. No seu estudo *Passing By: Gender and Public Harassment*, Carol Brooks Gardner descobriu que, em vários cenários, notoriamente nas proximidades de canteiros de obras, esses tipos de interação indesejada ocorrem de um modo que frequentemente as mulheres consideram como abusivo.

Embora o assédio a uma mulher solteira possa ser analisado em termos microsociológicos pela observação de uma única interação, observá-la de modo tão simples não gera grandes frutos. É típico da conversa de rua envolvendo homens e mulheres que não se conhecem (Gardner, 1995). E esses tipos de interação simplesmente não podem ser compreendidos sem que também se observe o histórico

da hierarquia de gênero na sociedade. Assim, podemos ver como as micro e as macroanálises estão ligadas. Por exemplo, Gardner associou o assédio masculino às mulheres ao sistema maior da desigualdade de gêneros, representado pelo privilégio masculino em espaços públicos, pela vulnerabilidade física das mulheres e pela ameaça onipresente do estupro.

Se não realizarmos essa associação entre micro e macrosociologia, teremos apenas uma compreensão limitada dessas interações. Talvez pareça que esses tipos de interação sejam instâncias isoladas ou que poderiam ser eliminados ensinando boas maneiras às pessoas. A compreensão do elo entre micro e macrosociologia nos ajuda a ver que, para eliminar o problema na sua raiz, seria necessário concentrar-se na eliminação das formas de desigualdade de gênero que dão surgimento a tais interações.

## Rosto, gestos e emoção

Um aspecto de grande importância na comunicação não verbal é a expressão facial da emoção. Paul Ekman e seus colegas desenvolveram o que denominaram de Sistema de Codificação de Ações Faciais (SCAF) a fim de descrever os movimentos dos músculos faciais que fazem surgir as expressões específicas (Ekman e Friesen, 1978). Tentaram, por essa via, dar alguma precisão a uma área sabidamente aberta a interpretações inconsistentes ou contraditórias – pois há pouco consenso sobre como devem ser identificadas e classificadas as emoções. Charles Darwin, o criador da teoria evolucionária, postulou que certas formas de expressão emocional são as mesmas em todos os seres humanos. Apesar de alguns terem questionado sua teoria, as pesquisas de Ekman junto a pessoas de bagagem cultural bastante diversa parecem confirmá-la. Ekman e Friesen realizaram um estudo de uma comunidade isolada na Nova Guiné, cujos membros não tiveram virtualmente nenhum contato prévio com pessoas de fora. Quando lhes eram mostrados retratos de expressões faciais manifestando seis emoções (felicidade, tristeza, raiva, repulsa, medo, surpresa), os nativos eram capazes de reconhecê-las.

De acordo com Ekman, os resultados de seus estudos e de estudos similares de diferentes povos sustentam a visão de que a expressão facial da emoção e sua interpretação são inatas nos seres humanos. Ele reconhece que tais resultados não demonstram conclusivamente esse fato e que é possível que estejam envolvidas nessa sabedoria "inata" práticas de aprendizado cultural amplamente compartilhadas; entretanto, suas conclusões são apoiadas por outros tipos de pesquisa. I. Eibl-Eibesfeldt estudou seis crianças que nasceram surdas e cegas para ver até que ponto suas expressões faciais eram as mesmas das de indivíduos capazes de ouvir e ver (1973). Ele descobriu

que as crianças sorriam quando envolvidas em atividades obviamente agradáveis, erguiam as sobrancelhas com surpresa ao cheirar algo que tivesse um aroma desconhecido e faziam cara feia quando deparadas, repetidas vezes, com um objeto de que não gostassem. Aparentemente, essas respostas devem ter sido determinadas de modo inato, visto que as crianças nunca haviam visto outras pessoas agindo daquele jeito.

Usando o SCAF, Ekman e Friesen identificaram em recém-nascidos um conjunto de tênues movimentos músculo-faciais presentes também em expressões emotivas de adultos. Os pequenos parecem, por exemplo, produzir expressões faciais parecidas com a expressão de repulsa dos adultos (pressionando os lábios e franzindo a testa) em resposta a gostos azedos. Mas, mesmo que a expressão facial pareça ser em parte inata, fatores individuais e culturais influenciam a forma exata assumida pelos movimentos faciais e os contextos em que são julgados apropriados. Tudo varia com a cultura: o modo como as pessoas sorriem, o movimento preciso dos lábios e de outros músculos faciais e a rapidez do sorriso.

Não há gestos ou posturas corporais invariáveis que sirvam para caracterizar todas ou mesmo a maioria das culturas. Em algumas sociedades, por exemplo, as pessoas inclinam a cabeça quando dizem "não", contrastando com o costume anglo-americano. Os gestos que europeus e norte-americanos usam por costume, como apontar com o dedo, parecem não existir entre certos povos (Bull, 1983). De modo semelhante, um dedo indicador reto que é colocado no meio da bochecha e girado é usado como um gesto de elogio em alguns lugares da Itália, mas aparentemente é desconhecido em outros lugares. A exemplo das expressões faciais, os gestos e a postura corporal são usados para completar afirmações, assim como para transmitir idéias, quando nada realmente foi dito. Os três podem ser usados para brincar, demonstrar ironia ou ceticismo.

As impressões não-verbais que transmitimos muitas vezes indicam, inadvertidamente, que o que dizemos não é bem o que queremos dizer. Corar é talvez o exemplo mais óbvio de como indicadores físicos podem contradizer o sentido de nossas colocações. Mas existem muito mais sinais sutis que podem ser captados por outras pessoas. Por exemplo, um olho treinado pode muitas vezes detectar uma mentira pela observação de sinais não-verbais. O suor, certo nervosismo, um olhar fixo ou ainda o piscar de olhos, assim como expressões faciais demoradas (expressões faciais genuínas tendem a sumir após 4 ou 5 segundos) poderiam indicar que uma pessoa está mentindo. Portanto, usamos expressões faciais e gestos corporais de outros para adicionar algo ao que foi comunicado verbalmente e para examinar até que ponto alguém é sincero no que diz.

### A "imagem" e a auto-estima

A palavra "imagem" pode também se referir à estíma na qual um indivíduo é tido pelos outros. Na vida social cotidiana, normalmente nos preocupamos muito em "salvar a própria imagem". Boa parte disso que, em reuniões sociais, chamamos polidez ou etiqueta consiste em negligenciar aspectos de comportamento que podem acarretar, de outra forma, a perda da imagem. Não nos referimos a episódios presentes no passado de um indivíduo ou a características pessoais capazes de produzir embaraço caso sejam mencionados. Evitamos fazer piadas sobre carecas se sabemos que alguém está usando uma peruca — a menos que sejam todos íntimos. O *ratô* é uma espécie de mecanismo de proteção que toda a pessoa emprega na esperança de que, em troca, sua própria fraqueza não seja exposta deliberadamente à apreciação geral. Nossa vida cotidiana não é, portanto, algo que simplesmente acontece. Mesmo que inconscientemente, mantemos,

com habilidade, um firme e contínuo controle da expressão facial, da postura corporal e a dos gestos quando interagimos com os outros.

Algumas pessoas são peritas no controle das expressões faciais e no intercâmbio respeitoso com as outras pessoas. Um bom diplomata, por exemplo, deve ser capaz de interagir com os outros mantendo toda a aparência de calma e bem-estar, mesmo que discorde dos pontos de vista de alguém e mesmo que os considere abomináveis. O grau de controle que se pode lograr nisso pode afetar o destino de nações inteiras. Uma diplomacia hábil, por exemplo, poderá atenuar tensões entre países e evitar guerras.

### Gênero e comunicação não-verbal

Há uma dimensão de gênero na interação social cotidiana? Há razões para acreditar que sim. Já que as interações são moldadas pelo contexto social mais abrangente, não surpreende que tanto a comunicação não-verbal como verbal possam ser percebidas e expressas diferentemente por homens e mulheres. Como veremos no Capítulo 5 ("Gênero e Sexualidade"), concepções de gênero e de papéis de gênero são muito influenciadas por fatores sociais e largamente relacionadas a questões de poder e posição na sociedade. Essas dinâmicas são evidentes mesmo nas interações da vida diária. Tome como exemplo uma das expressões não-verbais mais comuns — o contato visual. Os indivíduos usam o contato visual dos modos mais variados, muitas vezes para chamar a atenção de alguém ou para iniciar uma interação social. Em sociedades nas quais os homens de modo geral dominam as mulheres, na vida pública e na vida privada, os homens po-



Estas fotografias tiradas por Paul Ekman, de expressões faciais de um nativo numa comunidade tribal isolada na Nova Guiné, ajudaram a testar a idéia de que modos básicos de expressão emocional são idênticos em todas as pessoas. Nesse caso, as instruções eram para que ele mostrasse como pareceria se ele fosse uma pessoa numa história em que (A) seu amigo aparecesse e você estivesse feliz; (B) seu filho tivesse morrido; (C) estivesse irado o prestes a brigar; e (D) visse um porco morto há muito tempo.

dem sentir-se mais livres do que as mulheres para fazer contato visual) com estranhos.

Uma forma peculiar de contato visual – fitar – ilustra os contrastes de “significado” entre formas idênticas de comunicação não-verbal. Um homem que fita uma mulher pode ser visto como agindo de maneira “natural” ou “inocente”; se a mulher sente-se desconfortável, pode evitar o olhar olhando para outro lado ou escolher suspender a interação. Por outro lado, uma mulher que fita um homem é às vezes vista como se estivesse agindo de maneira insinuante ou sexualmente sugestiva. Se tomados individualmente, tais casos parecem inconseqüentes; quando observados coletivamente, ajudam a reforçar padrões de dominância de gênero.

### Regras sociais e diálogo

Apesar de rotineiramente usarmos termos não-verbais para referir nosso próprio comportamento e atribuir sentido ao comportamento dos outros, boa parte de nossas interações ocorre por meio do **diálogo** – troca verbal casual – realizado em conversas informais com outras pessoas. Sempre foi aceito pelos sociólogos que a linguagem é fundamental à vida social. Entretanto, recentemente, foi desenvolvida uma abordagem que diz respeito especificamente ao modo como as pessoas usam a linguagem nos contextos comuns do cotidiano. O estudo das conversas foi muito influenciado pelo trabalho de Erving Goffman. Mas a influência mais importante neste tipo de pesquisa é a de Harold Garfinkel, o fundador da etnometodologia (Garfinkel, 1984).

A **etnometodologia** é o estudo dos “etnométodos” – métodos do povo – que as pessoas usam para *dar sentido* ao que os outros fazem e, em particular, ao que dizem. Nós todos aplicamos esses métodos, normalmente sem ter de lhes dedicar nenhuma atenção consciente. Muitas vezes só podemos dar sentido ao que é dito numa conversa se soubermos o contexto social, que não aparece nas palavras em si mesmas. Observe a seguinte conversa (Heritage, 1984):

- A: Tenho um filho de 14 anos.  
 B: Ótimo, está bem.  
 A: Tenho um cão também.  
 B: Oh! Sinto muito.

O que você acha que está acontecendo aqui? Qual a relação entre os interlocutores? Essa conversa torna-se compreensível quando descobrimos que é um diálogo entre um inquilino potencial e um proprietário. Alguns proprietários aceitam crianças, mas não permitem que seus inquilinos tenham animais de estimação. Contudo, se não conhecemos o contexto social, as respostas do indivíduo B parecem não ter relação nenhuma com as afirmações de A. Parte do sentido está nas palavras, e parte está no modo como o contexto social estrutura o que é dito.

### Concepções partilhadas

As formas mais corriqueiras de diálogo cotidiano supõem **concepções partilhadas** e conhecimentos complexos ativados pelos envolvidos. Com efeito, nossas conversas banais são tão complexas que até hoje foi impossível programar mesmo os mais sofisticados computadores para conversar com seres humanos. As palavras usadas numa conversação normal nem sempre têm significados precisos, e “fixamos” o que queremos dizer através de asserções que, embora não declinadas, servem de fundo estruturador daquilo que dizemos. Se Maria pergunta a João “O que você fez ontem?”, não há resposta óbvia sugerida pelas próprias palavras. Um dia é longo, e seria lógico que João respondesse: “Bem, às 7:16 eu acordei. Às 7:18, saí da cama, fui ao banheiro e comeci a escovar os dentes. Às 7:19, liguei o chuveiro...” Compreendemos o tipo de resposta que a questão pede porque conhecemos Maria, que espécie de atividades ela e João normalmente desempenham juntos e o que João geralmente faz em determinado dia da semana, entre outras coisas.

### Os experimentos de Garfinkel

As “expectativas subentendidas” com que organizamos conversas comuns foram destacadas por alguns experimentos que Garfinkel fez com estudantes voluntários. Aos estudantes foi pedido para começarem uma conversa com um amigo ou parente e insistir que se procurassem fazer colocações casuais ou comentários gerais a fim de tornar precisos seus significados. Se alguém disse “Tenha um bom dia”, o estudante teve que responder “Bom, em que sentido, exatamente?”, “Qual parte do dia você quer dizer?”, e assim por diante. Uma das trocas resultantes ocorreu como a que se segue (Garfinkel, 1963):

- S: Como está?  
 E: Como estou em relação a quê? Minha saúde, meus negócios, na escola, minha paz de espírito, meu...  
 S: (corado e subitamente descontrolado) Otha! Eu só estava tentando ser educado. Francamente, pouco me importa como você está.

Por que as pessoas ficam tão chateadas quando convenções aparentemente pequenas de diálogo não são seguidas? A resposta é que a estabilidade e o sentido da nossa vida social cotidiana dependem de pressuposições culturais compartilhadas embora não-verbalizadas sobre o que é dito e por que é dito. Se não fôssemos capazes de aceitá-las como tais, a comunicação significativa seria impossível. Qualquer questão ou contribuição a uma conversa teria de ser seguida de um “procedimento de busca” massivo, do tipo que os voluntários de Garfinkel eram ensinados a iniciar, e a interação simplesmente cessaria. O que parece ser, à primeira vista, convenções de diálogo sem importância, portanto, revelam-se fundamentais para o próprio tecido da vida social, razão pela qual sua quebra acarreta sérios resultados.

Note que, na vida cotidiana, as pessoas em certas ocasiões fingem deliberadamente ignorar um conhecimento não-mencionado. Isso pode ser feito para repelir os outros, zombar deles, causar embaraço ou chamar atenção a uma ambigüidade naquilo que foi dito. Considere como exemplo esse diálogo clássico entre pai e adolescente:

- P: Onde você está indo?  
 T: Sair.  
 P: O que vai fazer?  
 T: Nada.

As respostas do adolescente são efetivamente o oposto daquelas dos voluntários dos experimentos de Garfinkel. Em vez de criar questões nas quais normalmente elas não ocorrem, o adolescente recusa-se a fornecer qualquer resposta apropriada – sugerindo com isso, “cuide da sua vida”!

A primeira pergunta pode obter uma resposta diferente de outra pessoa em um outro contexto:

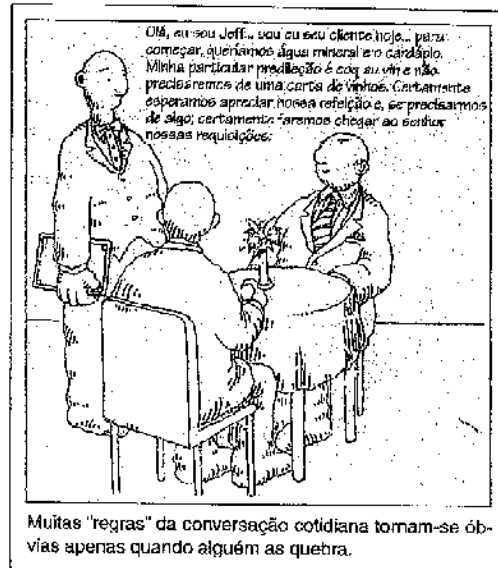
- A: Como andas?  
 B: Com duas patas e dois sapatos.

B deliberadamente interpreta mal a pergunta de A a fim de ironicamente transmitir preocupação ou frustração. A comédia e as piadas nutrem-se desses equívocos deliberados das pressuposições não-verbalizadas envolvidas no diálogo. Não há nada de ameaçador nisso, desde que as partes envolvidas reconheçam a intenção de provocar risos.

### “Vandalismo interacional”

Já vimos que as conversas são um dos principais meios pelos quais nossas vidas cotidianas são mantidas num estado estável e coerente. Sentimo-nos mais confortáveis quando as convenções tácitas do diálogo baual são adotadas; quando elas são quebradas, nos sentimos ameaçados, confusos e inseguros. Na maior parte das conversas cotidianas, os interlocutores estão cuidadosamente afinados com as pistas que estão sendo dadas pelos outros – tais como mudanças de entonação, pausas breves ou gestos – a fim de delicadamente facilitar a conversação. Estando mutuamente cientes, os interlocutores “cooperam” ao iniciar, ao finalizar interações e ao conversar em turnos. Entretanto, podem gerar tensões as interações nas quais uma das partes é conversacionalmente “não-cooperativa”.

Os estudantes de Garfinkel criaram, como parte de um experimento sociológico, situações tensas, minando intencionalmente as regras conversacionais. Mas o que dizer daquelas situações, no mundo real, em que as pessoas se “encrenam” por causa de suas práticas conversacionais? Dois sociólogos norte-americanos, Mitchell Duneier e Harvey Molotch (1999), investigaram trocas verbais entre pedestres e a “gente da rua” em Nova York, para entender por que tais interações são vistas, muitas vezes, como problemáticas pelos transientes. Usaram uma técnica chamada **análise da conversação** (*conversation analysis*) para com-



parar uma seleção de intercâmbios de rua com amostras de diálogo cotidiano. A análise da conversação é uma metodologia que examina todas as facetas de uma conversa pela significação – desde interjeições (como “hum” e “ah”) à sincronização precisa de trocas (incluindo pausas, interrupções e sobreposições).

Duneier e Molotch observaram as interações entre homens negros – muitos deles sem-teto, alcoólatras ou viciados – e mulheres brancas que passaram por eles na rua. Os homens várias vezes tentavam iniciar uma conversa com as mulheres, chamando-as, cumprimentando-as ou fazendo perguntas. Mas algo “dá errado” nessas conversas, porque as mulheres raramente respondem como responderiam numa interação normal. Mesmo que os comentários dos homens raramente sejam em tom hostil, as mulheres tendem a apressar o passo e olhar fixamente para a frente. Mostramos, a seguir, tentativas de Mudrick, um homem negro quase sexagenário, de iniciar uma conversa com mulheres (Duneier e Molotch, 1999, p. 1273-4):

[Mudrick] começa sua interação, quando uma mulher branca, que aparenta 25 anos, se aproxima com passo firme:

1. Mudrick: Eu te amo, beleza.  
Ela cruza os braços e apressa o passo, ignorando o comentário.
2. Mudrick: Casa comigo.  
A seguir, duas mulheres brancas, provavelmente também com seus vinte e poucos anos.
3. Mudrick: Oi, garotas, vocês são lindas hoje. Têm dinheiro aí? Então comprem alguns livros.  
Elas o ignoram. A próxima é uma jovem mulher negra.
4. Mudrick: Ô coisa linda. Ô coisa linda.  
Ela segue andando, sem tomar conhecimento dele.

5. Mudrick: 'Peraí. 'Peraí. Eu sei que 'tá me ouvindo.  
Então ele se dirige a uma mulher branca com trinta e poucos anos.
6. Mudrick: 'Tô te cuidando. Você é linda.  
Ela o ignora.

Negociar "infcios" e "fms" tácitos para as conversas é uma exigência fundamental da civilidade urbana; Duncier e Molotch descobriram que esses aspectos cruciais da conversação eram altamente problemáticos entre homens e mulheres. Quando as mulheres resistiam às tentativas de começar uma conversa, os homens ignoravam a resistência das mulheres e persistiram. Igualmente, se os homens tiveram sucesso em começar uma conversa, eles podem se recusar a responder aos sinais das mulheres para cortá-las já de início:

1. Mudrick: Ei, gracinha.
2. Mulher: Oi, como vai.
3. Mudrick: Tudo bem?
4. Mudrick: Você é linda, sabia? Gosto do jeito que você prende o cabelo.
5. Mudrick: É casada?
6. Mulher: Sim.
7. Mudrick: Há?
8. Mulher: Sim.
9. Mudrick: Cadê a aliança?
10. Mulher: Deixei em casa.
11. Mudrick: Deixou em casa?
12. Mulher: Deixei sim.
13. Mudrick: E qual é o seu nome?
14. Mudrick: Meu nome é Mudrick, e o seu?

Ela não responde e sai (Duncier e Molotch, 1999 : 1274).

Nesse exemplo, Mudrick usa 9 das 14 elocuições que abrangem a interação a fim de iniciar a conversa e obter mais respostas da mulher. Pela transcrição em si é bem evidente que a mulher não está interessada em dialogar, mas quando a análise da conversa é aplicada à gravação, a relutância dela torna-se ainda mais clara. A mulher atrasa todas as respostas – quando as dá –, ao passo que Mudrick retruca imediatamente, seus comentários às vezes sobrepondo-se aos dela. O tempo é um indicador muito preciso em conversas; atrasar uma resposta, mesmo por uma fração de segundo, é adequado em quase toda a interação cotidiana para sinalizar o desejo de mudar o curso da conversa. Ao trair as regras tácitas da sociabilidade, Mudrick estava praticando a conversação de maneira "tecnicamente rude". A mulher, por sua vez, também foi "tecnicamente rude" ao ignorar as repetidas tentativas de Mudrick de manter diálogo.

Duncier e Molotch argumentam que é a natureza "tecnicamente rude" desses intercâmbios de rua que os torna problemáticos para os transeuntes. Especialmente entre os brancos que vivem em Nova York, que são de perfil politicamente liberais, há um profundo desconforto em recorrer a um comportamento "tecnicamente rude" em interações com pessoas na rua. Entre-

tanto, quando pistas-padrão apropriadas para começar e encerrar conversas não são adotadas, os indivíduos sentem-se profunda e inexplicavelmente inseguros.

Os autores usam o termo **vandalismo interacional** para descrever casos como esses em que "um subordinado quebra as bases tácitas de interação cotidiana, de valor para com os mais poderosos" (1999 : 1288). Como assinalam Duncier e Molotch, os homens de rua amíúde entram de fato em conformidade com as formas de discurso cotidianas nas suas interações um com o outro, com os comerciantes locais, a polícia, os parentes e conhecidos. Mas quando querem, são capazes de subverter as convenções tácitas do diálogo cotidiano de uma maneira que deixa os passantes desorientados. Até mesmo mais do que ataques físicos ou abusos verbais vulgares, conforme os autores, "o vandalismo interacional deixa as vítimas incapazes de explicar o que aconteceu".

O estudo do vandalismo interacional de Duncier e Molotch fornece outro exemplo de ligações de mão dupla entre as interações de nível micro e as forças que operam no nível macro. Para os homens de rua, as mulheres brancas que ignoram suas tentativas de conversação parecem distantes, frias e carentes de simpatia – "alvos" legítimos para tais interações. As mulheres, por sua vez, podem muitas vezes tomar o comportamento dos homens como prova de que são realmente perigosos e que é melhor evitá-los. O vandalismo interacional está intimamente atrelado às estruturas superiores de classe, *status*, gênero e raça. O medo e a ansiedade gerados em tais interações mundanas ajudam a constituir os estados e as forças externas que, por sua vez, influenciam as próprias interações. O vandalismo interacional é parte de um "sistema de mútua desconfiança e incivildade que reforça a si mesmo".

### Formas de falar

É uma experiência sóbria ouvir uma gravação ou ler uma transcrição de uma conversa para a qual alguém contribuiu. As conversas são muito mais fragmentadas, hesitantes e gramaticais do que a maioria das pessoas percebe. Quando participamos de um diálogo cotidiano, tendemos a achar que aquilo que dizemos é bastante polido, porque preenchemos inconscientemente o contexto das palavras; mas as conversas reais são bastante diferentes das conversas nos romances, nos quais os personagens falam por sentenças bem-construídas e gramaticais.

Como ocorre no trabalho de Goffman sobre "desatenção civil", pode-se presumir que a análise de conversas normais é um tanto marginal em relação às principais preocupações da sociologia; realmente, muitos sociólogos têm sido críticos à pesquisa etnometodológica somente por causa disso. Entretanto, alguns dos argumentos usados para mostrar porque o trabalho de Goffman é tão importante para a sociologia também se aplicam à etnometodologia. O estudo do diálogo cotidiano mostrou quão complicado é o domínio da linguagem que as pessoas comuns utilizam. Prova dessa complexidade

são as imensas dificuldades envolvidas em se programar computadores para que façam o que os interlocutores humanos são capazes de executar facilmente. Além do mais, a conversa é um elemento essencial de todos os domínios da vida social. As fitas do presidente Nixon e de seus assessores, no escândalo de Watergate, eram nada mais do que a transcrição de uma conversa, mas forneceram uma pequena amostra do exercício do poder político nos altos escalões (Molotch e Boden, 1985).

### Respostas exclamativas

Alguns tipos de locução não são diálogo, mas consistem em exclamações ou no que Goffman chamou de **respostas exclamativas** (Goffman, 1981). Considere alguém dizendo "Opa!" depois de derrubar ou deixar cair algo. "Opa!" parece ser meramente um reflexo desinteressante de resposta a um contratempo, mais ou menos como piscar os olhos quando uma pessoa move a mão ameaçadoramente na direção do seu rosto. Entretanto, não é uma resposta involuntária, como demonstra o fato de que as pessoas não costumam fazer a exclamação quando estão sozinhas. "Opa!" é normalmente dirigido aos outros presentes. A exclamação demonstra às testemunhas que o lapso é menor e momentâneo, não algo que lançaria dúvida sobre a capacidade dessa pessoa de dominar suas ações.

"Opa!" é usado somente em situações de falha menor e não em acidentes maiores e em calamidades – o que também demonstra que a exclamação é parte da gestão controlada dos detalhes da vida social. Além disso, a palavra pode ser usada por alguém que observa outro indivíduo ou para cobrir um momento crítico, como quando um pai joga o filho para cima, brincando. O som "upa, upa" compreende o breve período em que a criança pode estar sentindo uma perda de controle.

Tudo isso pode soar muito arranjado e exagerado. Por que analisar uma exclamação tão inconseqüente com tanto detalhe? Não prestamos tanta atenção ao que dizemos como é sugerido por esse exemplo? Claro que não – num nível consciente. O ponto crucial, entretanto, é que consideramos dado um controle contínuo e imensamente complicado de nossa aparência e ações. Em situações de interação, nunca se espera de nós que apenas estejamos presentes na cena. Os outros esperam, como esperamos deles, que apresentemos o que Goffman chama de "alerta controlado". Uma parte fundamental da natureza humana é demonstrar continuamente aos outros nossa competência nas rotinas da vida cotidiana.

### Lapsos da fala

"Opa!" é uma resposta a um contratempo menor. Também cometemos erros de fala e de pronúncia no decorrer de conversas, palestras e outras situações de fala. Em suas investigações sobre a "psicopatologia da vida cotidiana", Sigmund Freud analisou numerosos exemplos desses **lapsos da fala**

(Freud, 1975). De acordo com Freud, erros de fala, incluindo palavras mal pronunciadas ou mal colocadas e um gaguejo, nunca são realmente acidentais. Lapsos de língua revelam, de modo muito breve, coisas que desejamos manter escondidas, consciente ou inconscientemente; expõem momentaneamente nossos verdadeiros sentimentos. São motivados inconscientemente por sentimentos que são reprimidos em nossas mentes conscientes ou que tentamos conscientemente, porém sem sucesso, suprimir. Esses sentimentos com frequência, mas não sempre, envolvem associações sexuais. Assim, alguém pode querer dizer "organismo", mas, em vez disso, diz "orgasmo". Em um exemplo dado por Freud, quando se perguntou a uma mulher "Em qual regimento seu filho está?", ela respondeu "No Quadragésimo Segundo de Assassinos" (*Mörder* – assassino – em alemão, em vez da palavra que pretendia dizer, *Mörser* ou "Morteiros").

Lapsos da fala são quase sempre engraçados e podem passar por piadas. A diferença está simplesmente na intenção ou não, por parte do falante, de que as palavras sejam articuladas como o foram. Lapsos da fala lançam sombra sobre outros tipos de discursos "inadequados", que Freud também acreditava fossem com frequência inconscientemente motivados – como quando uma pessoa não percebe que algo que ela diz tem claro duplo sentido. Também esses discursos podem ser tomados como piadas se forem feitos de modo deliberado, mas são, por outro lado, lapsos na produção controlada de diálogo que esperamos que as pessoas mantenham.

Um dos melhores meios de ilustrar esses pontos é assistir a esses lapsos no discurso de locutores de rádio e televisão. O discurso dos locutores baseia-se em roteiros, não é espontâneo; deve ser realizado com poucas hesitações e articulado com mais clareza que o falar comum. Por isso, os deslizes e os erros cometidos por locutores de noticiários são muito mais óbvios que aqueles cometidos em conversas casuais. Eis um exemplo de lapso da fala que possui a "única e verdadeira" natureza para a qual Freud chamou a atenção (Goffman, 1981):

Bata a gema, adicione o leite, depois misture devagar a farinha peneirada. Fazendo isso, você verá que a mistura está mais tensa.

Outros exemplos entram na categoria de discurso inadequado, quando aparece uma ambigüidade que devia ser notada:

As senhoritas que fizerem o bem de vir aqui e largarem suas roupas na recepção receberão a nossa pronta atenção.

E aqui em Hollywood, há rumores de que a ex-estrela de cinema está esperando seu quinto filho em um mês.

Tendemos a rir mais de erros verbais quando locutores (ou professores em aula) os cometem do que quando acontecem em uma conversa normal. A graça não reside só no que é dito errado, mas também no desconforto que o locutor ou professor pode mostrar ao realizar uma performance não tão

## Astúcia urbana

Você alguma vez já atravessou a rua ao se sentir ameaçado por alguém vindo atrás ou aproximando-se de você? Um sociólogo que tentou entender interações simples desse tipo é Elijah Anderson.

Anderson começou descrevendo as interações sociais que ocorriam nas ruas de dois bairros norte-americanos vizi-

nhos. Seu livro *Streetwise: Race, Class and Change in an Urban Community* (1990) mostrou que o estudo da vida cotidiana esclarece o modo como a ordem social é criada pelos compartimentos individuais pertencentes a um infinito número de microinterações. Interessou-se particularmente em compreender interações nas quais pelo menos um grupo era



perfeita. Vemos, por um instante, para além da máscara de frio profissionalismo, o indivíduo comum que se oculta atrás,

os outros. Também organizamos nossas atividades nos contextos da vida social para atingir os mesmos fins, como vereinos agora.

Para outra abordagem sobre linguagem e compreensões partilhadas, ver "Bernstein: códigos de linguagem", p. 412.

## Rosto, corpo e discurso na interação

Como vimos, o rosto, o controle do corpo e o discurso são usados em combinação para transmitir certos significados e ocultar outros. Quase sempre sem nos darmos conta, todos mantemos um firme e contínuo controle sobre a expressão facial, a postura corporal e o movimento durante nossa interação cotidiana com

## Encontros

Em muitas situações sociais, engajamo-nos naquilo que Goffman chama de **interação não-focalizada** com os outros. A interação não-focalizada acontece sempre que os indivíduos mostram mútua consciência da presença um do outro. É normalmente o caso em que um grande número de pessoas está reunido, como numa rua movimentada, numa platéia de teatro ou numa festa. Quando as pessoas estão na presença de outros, mesmo que não *façam* diretamente com eles, engajam-se continuamente em comunicação não-verbal através de sua postura e gestos físicos e faciais.



considerado ameaçador. Anderson mostrou que o modo como vários negros e brancos interagem nas ruas de uma cidade no norte dos EUA tem muito a ver com a estrutura dos estereótipos raciais, os quais, por sua vez, estão ligados à estrutura econômica da sociedade. Dessa forma, mostrou a ligação entre microinterações e as grandes macroestruturas da sociedade.

Anderson começou lembrando a descrição de Erving Goffman sobre como as regras e o *sizms* sociais passam a existir em contextos ou locais específicos: "Quando um indivíduo entra em contato com outros, eles normalmente procuram adquirir informação a seu respeito ou ativar informações que já possuíam... A informação sobre o indivíduo ajuda a definir a situação, possibilitando aos outros saber, antecipadamente, o que ele pode esperar deles e o que eles podem esperar dele".

Seguindo a idéia de Goffman, Anderson questionou quais tipos de pista e sinal comportamentais compõem o vocabulário da interação pública. Ele concluiu que (1990, p.167):

A cor da pele, o gênero, a idade, as companhias, as roupas, as jóias e os objetos que as pessoas carregam ajudam a identificá-las, de modo que se formam conceitos e a comunicação pode ocorrer. Além disso, movimentos (rápidos ou lentos, falsos ou sinceros, compreensíveis ou incompreensíveis) refinam esta comunicação pública. Fatores como o horário ou uma atividade que "explique" a presença da pessoa também podem afetar o modo e a rapidez com que a

imagem de "estranho" é neutralizada. Se um estranho não pode passar pela inspeção e ser considerado "seguro", pode surgir a imagem do predador, e os pedestres do mesmo grupo talvez tentem manter uma distância compatível com essa imagem.

Anderson mostrou que as pessoas com maior possibilidade de passar pela inspeção são aquelas que não se encaixam nos estereótipos normalmente aceitos do que são pessoas perigosas: "as crianças passam pela inspeção prontamente, enquanto mulheres brancas e homens brancos o fazem mais lentamente, e mulheres negras, homens negros e adolescentes negros do sexo masculino o fazem mais lentamente do que todos". Ao mostrar que as tensões interacionais derivam de *status* exteriores, como raça, classe e gênero, Anderson mostra que não podemos desenvolver uma compreensão total da situação observando as próprias microinterações. É assim que ele faz a ligação entre microinterações e macroprocessos.

Anderson argumenta que as pessoas têm "astúcia urbana" quando desenvolvem habilidades como "a arte da esquivar e do desvio" a fim de lidar com sua vulnerabilidade diante da violência e do crime. De acordo com Anderson, os brancos que não possuem essa astúcia das ruas não reconhecem a diferença entre tipos diferentes de homens negros (por exemplo, jovens de classe média e membros de gangue). Eles podem também não saber como alterar o passo para andar atrás de uma pessoa "suspeita" ou como passar por "quadradas pesadas" em várias horas do dia.

A **interação focalizada** ocorre quando indivíduos prestam atenção ao que os outros dizem ou fazem. Exceto quando alguém está sozinho, por exemplo, em uma festa, toda a interação envolve trocas focalizadas e também trocas não-focalizadas. Goffman denomina uma instância de interação focalizada em um **encontro**, e boa parte de nossa vida cotidiana consiste em encontros com outras pessoas – com a família, os amigos, os colegas de trabalho –, ocorrendo freqüentemente num ambiente de interação não-focalizada com outros presentes na cena. Uma breve conversa, discussões em seminário, jogos e contatos rotineiros (com vendedores de ingressos, empregadas, vendedores de loja e assim por diante) são todos exemplos de encontros.

Os encontros sempre necessitam de "inícios", o que indica que a "desatenção civil" está sendo descartada. Quando estranhos se encontram e começam uma conversa – como numa festa –, o momento de cessar a "desatenção civil" é sempre arriscado, porque mal-entendidos a respeito da natureza do presente encontro podem ocorrer (Goffman, 1971). Assim o ato de fazer contato visual pode ser, a princípio, ambíguo e exploratório. Uma pessoa pode então agir como se não tivesse tomado uma iniciativa, se o início não for aceito. Na interação focaliza-

da, cada pessoa se comunica tanto pela expressão facial e gestual como pelas palavras partilhadas. Goffman distingue entre as expressões que os indivíduos "afirmam" e as que eles "deixam sugeridas". As primeiras são palavras e expressões faciais que as pessoas usam para produzir certas impressões nos outros. As segundas são pistas que outros podem encontrar e que servem para averiguar sua sinceridade ou veracidade. Por exemplo, um dono de restaurante escuta, com um sorriso cortês, as palavras dos clientes do quanto gostaram de seus pratos – ao mesmo tempo que indaga mentalmente se pareciam satisfeitos enquanto comiam, se deixaram algo no prato, analisando também o tom da voz utilizado por eles ao expressar satisfação.

### Marcadores

Todos encontramos e conversamos com uma variedade de pessoas no decurso de um dia comum. Catherine, por exemplo, levanta, toma café da manhã com a família e talvez acompanhe seus filhos à escola, fazendo uma parada breve para ter uma conversa agradável e gracejar com um amigo junto aos portões da escola. Dirige até o trabalho, provavelmente escutando rá-

dio. No decorrer do dia, ela faz intercâmbios com colegas e visitantes, incluindo conversas transitórias e reuniões formais. Cada um desses encontros poderá ser separado por marcadores ou por aquilo que Goffman (1974) chama de *parênteses*, os quais operam a distinção de cada episódio da interação focalizada em relação ao episódio anterior e à interação não-focalizada que ocorre no plano de fundo.

Numa festa, por exemplo, pessoas conversando umas com as outras tenderão a se posicionar e controlar a altura da voz, criando um "grupinho" separado dos outros. Podem ficar uns na frente dos outros, dificultando a outras pessoas interferirem, até finalmente decidirem separar-se ou mesmo suavizar as fronteiras de sua interação focalizada, movendo-se para diferentes posições na sala. Em ocasiões mais formais, frequentemente são usados mecanismos reconhecidos para sinalizar o início e o fim de um encontro específico. Para sinalizar o início de uma peça, por exemplo, as luzes são apagadas, e eleva-se a cortina. Ao final da performance, as luzes do auditório são acesas novamente e desce a cortina.

Os marcadores são particularmente importantes quando um encontro é bastante incomum ou quando houver uma ambigüidade sobre o que está acontecendo. Por exemplo, quando modelos posam nus diante de uma aula de artes, eles não costumam se despir ou se vestir na presença do grupo. Despir-se e vestir-se reservadamente faz com que o corpo se exponha e se oculte repentinamente. Isso marca as fronteiras do evento e dá a entender que ele é isento de conotações sexuais.

Em espaços muito restritos, como em elevadores, é difícil demarcar uma área de interação focalizada. Não é fácil, também, para outras pessoas presentes indicarem, como o faziam em outras situações, que não estão prestando atenção a nenhuma conversa. É também difícil que os estranhos não sejam vistos olhando um para o outro de modo mais direto do que permitem as normas da "desatenção civil." Assim, em elevadores, as pessoas muitas vezes adotam uma postura exagerada de "não estar escutando" ou de "não estar olhando", voltando os olhos para o vazio ou para o painel dos botões — para qualquer lado que não seja o do outro usuário. A conversação é geralmente suspensa ou restrita a breves trocas. De modo semelhante, no escritório ou em casa, se várias pessoas estão falando umas com as outras e uma delas é interrompida para atender o telefone, os outros não podem mostrar uma pronta desatenção ao fato, e eles, talvez, darão continuação a uma espécie de conversa displicente, hesitante.

### Gestão de impressão\*

Goffman e outros escritores interessados na interação social usam com frequência noções do teatro ao analisarem a interação social. O conceito de *papel social*, por exemplo, originou-se em

\* N de R.T. No original *impression management* parece extrapolar a noção de gestão, que embora apropriada não possui a complexidade de significado atribuída ao termo *management*, já dicionarizada em português. Este inclui uma vasta área da atividade intelectual e administrativa, desde planejamento, telemarketing, *management* de tecnologia como *management* multicultural. É assim mais apropriado ao desempenho comportamental e psicológico.

um contexto teatral. Os papéis são expectativas socialmente de finidas seguidas por uma pessoa que possui determinado *status* ou certa posição social. Ser um professor é manter uma posição específica; o papel do professor consiste em agir de modo específico em relação aos alunos. Goffman vê a vida social como se fosse representada por atores no palco — ou em muitos palcos, porque o modo como agimos depende dos papéis que estamos representando num momento específico. Às vezes, referem-se a essa abordagem como o *modelo dramaturgico* — a vida social como drama teatral. As pessoas são sensíveis à maneira como são vistas pelos outros e usam muitas formas de *gestão de impressão* para compelir os outros a reagirem a elas da maneira que desejam. Embora às vezes possamos fazer de um jeito calculado, isso normalmente está entre as coisas que fazemos sem atenção consciente. Por exemplo, quando um jovem participa de uma reunião de negócios, ele veste terno e gravata e se porta do melhor modo; na mesma noite, ao relaxar com os amigos em uma partida de futebol, está vestido com jeans e camiseta e conta piadas. Isso é gestão de impressão.

Os sociólogos também gostam de distinguir entre *status* atribuído e *status* conquistado. Um *status* atribuído é aquele "designado" a você com base em fatores biológicos como raça, gênero ou idade. Assim, exemplos de *status* atribuídos que você poderia possuir são "branca", "mulher" e "adolescente". O *status* conquistado é aquele obtido pelo esforço individual. Elementos do seu *status* conquistado poderiam ser, por exemplo, "formado", "atleta" ou "empregado". Embora possamos gostar de acreditar que o mais importante é nosso *status* conquistado, talvez a sociedade não concorde. Em qualquer sociedade, alguns *status* têm prioridade sobre todos os outros *status* e, geralmente, determinam a posição absoluta de uma pessoa na sociedade. Os sociólogos se referem a isso como os *status* mestres (*master status*) (E. C. Hughes, 1945; Becker, 1963). Os *status* mestres (*master status*) mais comuns são os baseados em gênero e raça. Os sociólogos mostraram que, num encontro, uma das primeiras coisas que as pessoas notam na outra são o gênero e a raça (Omi e Winant, 1994).

### Regiões de frente e regiões de fundo

Boa parte da vida social, segundo Goffman, pode ser dividida em regiões de frente e regiões de fundo. As *regiões de frente* são ocasiões sociais ou encontros em que os indivíduos representam papéis formais; são "performances de palco". O trabalho de equipe envolve com frequência criar performances da região de frente. Dois políticos proeminentes na mesma festa podem montar um elaborado espetáculo de união e amizade diante das câmeras de televisão, mesmo que um deteste cordialmente o outro. Marido e mulher podem se preocupar em esconder suas brigas de seus filhos, preservando uma fachada de harmonia, brigando amargamente só depois que as crianças estiverem deitadas.

As *regiões de fundo* são os lugares onde as pessoas arrumam o cenário e preparam-se para interagir em contextos mais formais. As regiões de fundo lembram os bastidores de um teatro ou as atividades por trás das câmeras nas filmagens. Quando estão seguras fora de cena, as pessoas podem relaxar e dar vazão a sen-

## Estudo de caso: adotando regras em exames íntimos

Muitos dos elementos da abordagem dramática de Goffman – a gestão de impressão, os marcadores, os papéis e os encontros – são claramente ilustrados em um estudo realizado por James Henslin e Mac Briggs. Observemos, de modo detalhado, na pesquisa de Henslin e Briggs (1971; 1997), uma interação específica, bastante delicada: uma visita de uma mulher a um ginecologista.

Na época do estudo, a maioria dos exames pélvicos era realizada por médicos homens, e, portanto, a experiência era (e, às vezes, ainda é) repleta de ambigüidades e embaraços potenciais para ambas as partes. No Ocidente, homens e mulheres são socializados pensando que os genitais são a parte mais privada do corpo. Ver, e particularmente sentir, os genitais de outra pessoa é normalmente associado a encontros sexuais íntimos.

Henslin e Briggs analisaram o material coletado por Briggs, uma enfermeira treinada, a partir de um grande número de exames ginecológicos. Eles interpretaram o que

descobriram como tendo vários estágios típicos. Adotando uma metáfora dramática, eles sugeriram que o exame pode ser compreendido como uma série de cenas distintas, em que os papéis desempenhados pelos atores modificam-se à medida que o episódio se desenrola. No prólogo, a mulher adentra a sala de espera, preparando-se para assumir o papel de paciente, descartando temporariamente a sua identidade externa. Chamada à sala de consultas, ela adota o papel de “paciente” e inicia-se a primeira cena. O médico assume uma postura profissional e trata a paciente como uma pessoa capaz e correta, mantendo contato visual e escutando educadamente o que ela tem a dizer. Se ele decide que um exame deve ser feito, ele informa isso a ela e abandona a sala: fim da cena um.

Quando ele sai, a enfermeira entra. Importante coadjuvante na cena principal que está prestes a iniciar, ela busca apaziguar as preocupações da paciente, agindo como confidente – conhecendo as “coisas vividas pelas mulheres” – e



Não se arrisque a sentar ao meu lado: como passageiros de ônibus, fazemos o máximo para proteger nosso espaço pessoal.

timentos e estilos de comportamento que mantêm sob controle quando estão diante do palco. As regiões de fundo permitem “a conduta profana, os comentários abertamente sexuais, as queixas minuciosas... o vestuário informal, um jeito ‘largado’ de sentar e andar, o uso de gírias e baixo linguajar, resmungos, gritos, a agressividade jocosa e as “zombarias”, a desconsideração com o outro em gestos menores, mas potencialmente simbólicos, a descompostura, tal como cantarolar, assoviar, mascar, beliscar, arrotar e flatular” (Goffman, 1969). Assim, uma garçonete pode muito bem ser o supra-sumo da tranqüila cortesia ao servir um

cliente, mas falar com voz alta e agressiva uma vez atrás das portas da cozinha. Provavelmente, haja poucos restaurantes com que os clientes simpatizariam se pudessem ver tudo que acontece nas cozinhas.

### Espaço pessoal

Existem diferenças culturais na definição de **espaço pessoal**. Na cultura ocidental, as pessoas costumam manter uma distân-

como colaboradora no que vai se seguir. A enfermeira ajuda a fazer com que a paciente se transforme de uma pessoa numa "não-pessoa" para a cena central – que inclui um corpo, que será parcialmente escrutinado e não um ser humano completo. A enfermeira não só supervisiona o ato de despistar a paciente, mas também assume o controle de aspectos que a paciente normalmente controlaria – ela recolhe as roupas da paciente e as dobra, guia a paciente até a mesa de exames e cobre a maior parte do seu corpo com um lençol antes que o médico retorne.

Na cena central, com a enfermeira e o médico participando, a presença da enfermeira ajuda a garantir que a interação entre médico e paciente esteja livre de conotações sexuais e também fornece uma testemunha legal para o caso de o médico ser processado por conduta não-profissional. O exame prossegue como se a personalidade da paciente estivesse ausente; o lençol sobre ela separa a área genital do resto do corpo e sua posição não lhe permite visualizar o exame. Salvo qualquer pergunta médica, o médico a ignora,

sentado num banco baixo, fora da linha de visão dela. A paciente colabora tornando-se temporariamente uma não-pessoa, evitando dar início a qualquer conversa e restringindo ao mínimo quaisquer movimentos.

Antes da cena final, a enfermeira desempenha novamente o papel de coadjuvante, ajudando a paciente a tornar-se outra vez uma pessoa completa. As duas podem novamente iniciar uma conversa, a paciente expressando alívio pelo exame estar concluído. Já vestida, a paciente está pronta para a cena final. O médico entra de novo e, discutindo os resultados do exame, trata novamente a paciente como uma pessoa completa e responsável. Com seu modo polido e profissional, ele deixa claro que as suas reações não estão de maneira alguma alteradas pelo contato íntimo com o corpo dela. O epílogo é representado quando a paciente deixa o consultório do médico, assumindo mais uma vez sua identidade no mundo exterior. Assim, a paciente e o médico colaboraram de modo a gerir a interação e a impressão que cada participante forma do outro.

cia de, pelo menos, 70 centímetros quando estão envolvidas numa interação focalizada com as outras; quando estão lado a lado, elas podem ficar bem mais próximas umas das outras. No Oriente Médio, as pessoas mantêm uma distância bem menor do que se considera aceitável no Ocidente. Os ocidentais em visita a essa região, provavelmente, ficarão desconcertados com essa inesperada proximidade física.

Edward T. Hall (1959;1966), que trabalhou extensivamente com comunicação não-verbal, distingue quatro zonas do espaço pessoal. A *distância íntima* de, aproximadamente, 33 centímetros é reservada aos contatos sociais muito raros. Somente aqueles envolvidos em relacionamentos onde o contato corporal regular é permitido, tais como amantes ou pais e filhos, operam dentro dessa zona de espaço privado. A *distância pessoal* (de 33 a 88 centímetros) é o espaçamento normal para encontros com amigos e conhecidos íntimos. Alguma intimidade de contato é permitida, mas tende a ser estritamente limitada. A *distância social*, somando de 88 centímetros a 2,64 metros, é a zona normalmente mantida em contextos formais como entrevistas. A quarta zona é a da *distância pública*, acima de 2 metros e 64 centímetros, preservada por aqueles que estão representando para uma platéia.

Na interação comum, as zonas mais disputadas são as da distância íntima e pessoal. Se essas zonas são invadidas, as pessoas tentam recapturar seu espaço. Encaramos os intrusos como se dissessemos "Saia daqui!" ou os empurramos a cotoveladas. Quando as pessoas são forçadas a se aproximar mais do que julgam desejável, podem criar um tipo de fronteira física: um leitor numa mesa lotada de uma biblioteca pode demarcar fisicamente um espaço privado colocando livros em suas bordas.

Aqui as questões de gênero também cumprem um papel, de modo bastante parecido do que ocorre com outras formas de co-

municação não-verbal. Tradicionalmente, os homens desfrutaram de maior liberdade que as mulheres no uso do espaço, incluindo a entrada no espaço pessoal de mulheres que não são necessariamente íntimas deles ou conhecidas próximas. Um homem que, numa caminhada, conduz uma mulher pelo braço ou que coloca a mão na cintura dela ao conduzi-la pela porta pode estar fazendo apenas um gesto amigável, de carinho e cordialidade. O fenômeno contrário, entretanto – uma mulher entrando no espaço pessoal de um homem –, é muitas vezes interpretado como um flerte ou assédio sexual. Novas leis e conceitos em relação ao assédio sexual em muitos países ocidentais procuram proteger o espaço pessoal das pessoas – tanto do sexo feminino como do sexo masculino – de contatos físicos indesejáveis iniciados por outras pessoas.

## Interação no tempo e no espaço

Entender como as atividades são distribuídas no tempo e no espaço é fundamental para a análise de encontros e também para compreender a vida social em geral. Toda interação é *situada* – ocorre em um lugar específico e tem uma duração específica no tempo. As nossas ações no decorso do dia tendem a ser "zoneadas", tanto no tempo quanto no espaço. Desse modo, por exemplo, a maior parte das pessoas gasta uma zona – digamos, das 9 horas da manhã às 5 horas da tarde – do seu tempo diário trabalhando. O seu tempo semanal também é zoneado: é comum que trabalhem nos dias de semana e passem os fins de semana em casa, alterando o padrão de suas atividades no fim de semana. À medida que nos movemos através das zonas temporais do dia, estamos também nos movendo no espaço: para chegar ao trabalho, podemos tomar um ônibus para ir de uma área da cidade a outra

## A construção social da realidade

Dentro da sociologia, são usadas múltiplas estruturas teóricas para explicar a realidade social. Essas teorias diferem em suas explicações do fenômeno social, mas compartilham a concepção de que a realidade social existe independentemente das pessoas falarem sobre ela ou viverem nela.

Nem todos os sociólogos compartilham essa concepção. A abordagem teórica chamada **construtivismo social** crê que aquilo que os indivíduos e a sociedade percebem e entendem como realidade é, em si mesma, uma criação da interação social dos indivíduos e dos grupos. Tentar "explicar" a realidade social, portanto, seria negligenciar e reificar (considerar como verdade dada) os processos pelos quais tal realidade é construída. Desse modo, os construtivistas sociais argumentam que os sociólogos precisam documentar e analisar esses processos, e não simplesmente o conceito de realidade social a que eles originam.

No seu clássico de 1966, *The Social Construction of Reality*, os sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann examinam o conhecimento do senso comum — aquilo que os indivíduos tomam como real. Eles enfatizam que esses fatos "óbvios" da realidade social podem diferir entre pessoas de culturas diferentes, e até mesmo, entre pessoas diferentes de uma mesma cultura. A tarefa torna-se uma análise dos processos pelos quais os indivíduos vêm a perceber o que no real é "real" para eles.

ou fazer isso todos os dias a partir dos bairros mais afastados do centro da cidade. Portanto, quando analisamos os contextos de interação social, é muitas vezes útil observar os deslocamentos das pessoas e reconhecer essa **convergência espaço-temporal**.

O conceito de regionalização nos ajudará a compreender como a vida social é zonada no espaço-tempo. Tome como exemplo uma casa particular. Uma casa moderna é regionalizada em cômodos e corredores, e também em andares, quando há mais de um andar. Esses espaços não são apenas áreas fisicamente separadas, mas também zoneadas no tempo. As salas de estar e a cozinha são mais usadas durante o dia, os dormitórios, à noite. A interação que ocorre nessas áreas está ligada por divisões tanto espaciais quanto temporais. Algumas áreas da casa formam regiões de fundo, com "performances" ocorrendo nas outras áreas. Às vezes, a casa inteira pode se tornar uma região de fundo. Notavelmente, essa idéia é belamente captada por Goffman (1969):

Em uma manhã de domingo, o lar inteiro pode usar o muro ao redor de seu estabelecimento doméstico para esconder uma relaxante negligência no vestir e na diligência civil, estendendo a todas as salas a informalidade normalmente restrita à cozinha e aos quartos de dormir. Do mesmo modo, nos bairros norte-americanos de classe média, à tarde, a linha entre a pracinha das crianças

Os construtivistas sociais aplicam as idéias de Berger e Luckmann à investigação do fenômeno social para iluminar os caminhos pelos quais os membros da sociedade passam a saber e, simultaneamente, criar o que é real. Embora os construtivistas sociais tenham examinado tópicos tão diversos como a medicina e os tratamentos médicos, as relações de gênero e as emoções, boa parte do seu trabalho concentrou-se nos problemas sociais; na criminalidade e na delinquência.

O trabalho de Aaron Cicourel fornece um exemplo da pesquisa construtivista social na área da delinquência juvenil. Na maior parte da sociologia, dados referentes aos índices e aos casos de delinquência juvenil são tomados como dados (ou seja, reais) e teorias são criadas para explicar os padrões observados nos dados. Por exemplo, os dados sobre prisões e julgamentos demonstram que os jovens de famílias monoparentais são mais propensos a cometerem atos de delinquência do que os jovens oriundos de lares biparentais; desse modo, os sociólogos desenvolvem explicações para essa relação observada — talvez filhos de lares monoparentais tenham menos supervisão ou talvez estejam privados de modelos comportamentais apropriados.

e a casa pode ser definida como bastidores pelas mães, as quais passam por ali vestindo jeans, macacão e um mínimo de maquiagem... E, obviamente, uma região que é totalmente estabelecida como região de frente para o desempenho regular de uma rotina em particular muitas vezes funciona como uma região de fundo antes e depois de cada performance, pois, nesses momentos, as instalações permanentes podem passar por reparos, restauração e rearranjo ou os atores podem realizar ensaios de figurino. Para ver isso, basta observar um restaurante, uma loja ou uma casa minutos antes de esses estabelecimentos estarem abertos à nossa visita.

## Tempo do relógio

Nas sociedades modernas, o zombarismo de nossas atividades é fortemente influenciado pelo **tempo do relógio**. Sem relógios e a precisa regulação temporal das atividades — e, portanto, sua coordenação no espaço —, as sociedades industrializadas não poderiam existir (Mumford, 1973). A mensuração do tempo feita pelos relógios é hoje padronizada em todo o globo, tomando possível os complexos sistemas de transporte internacional e as comunicações, dos quais dependemos hoje. O horário mundial padrão foi

Em contraste, Cicourel observou os processos envolvidos na prisão e na classificação de jovens suspeitos de delinqüência; ou seja, ele observou a criação dos dados "oficiais" sobre delinqüência. Cicourel descobriu que os procedimentos policiais com jovens se baseiam em conceitos do senso comum relativos a qual é a "aparência real" dos delinqüentes juvenis.

Por exemplo, quando jovens de famílias pertencentes às classes baixas eram presos, a polícia tendia a considerar suas faltas como resultado de má supervisão ou falta de modelos de comportamento apropriados, retendo-os sob custódia. Entretanto, os jovens de lares pertencentes às classes altas tendiam a ser liberados e entregues aos cuidados dos pais, quando a polícia e os pais acreditavam que o jovem podia ser disciplinado. Desse modo, as práticas policiais servem para designar formalmente o rótulo de "delinqüente juvenil" com maior freqüência aos jovens provenientes de lares das classes baixas do que àqueles das classes altas – mesmo que os jovens tenham cometido transgressões parecidas. Essa designação produz os próprios dados, que, por sua vez, confirmam as relações mantidas pelas visões do senso comum. Por exemplo, que os jovens de famílias pobres têm maior tendência a se engajar na delinqüência. O estudo de Cicourel (1968) mostra que, pela interação, as noções comuns de realidade produzem provas "objetivas" e independentes de sua própria validade.

O construtivismo social não existe sem seus críticos. Os sociólogos Steve Woolgar e Dorothy Pawluch (1985) argumentam que os construtivistas sociais buscam mostrar a cria-

ção subjetiva da realidade social, mas que, ao fazê-lo, vêm certos aspectos como objetivos, mas outros como construídos. Por exemplo, em análises que investigam quais jovens são rotulados como delinqüentes, os construtivistas sociais frequentemente argumentam que os comportamentos iniciais relatados são idênticos para todos os jovens; portanto, quaisquer diferenças entre aqueles jovens rotulados como delinqüentes e os jovens que fogem a esse rótulo devem ser atribuídas à construção do rótulo "delinqüente". Os críticos discutem que o construtivismo social apresenta, de maneira inconsistente, os comportamentos iniciais como objetivos, ao mesmo tempo que argumentam que o processo de rotulagem é subjetivo.

Outros sociólogos criticaram o construtivismo social por sua relutância em aceitar forças sociais maiores como influências poderosas sobre resultantes sociais observáveis. Alguns críticos, por exemplo, argumentaram que, enquanto a realidade pode ser uma perpetuação montada de crenças comuns, essas mesmas crenças podem ser causadas por fatores sociais existentes, como o capitalismo ou o patriarcado.

Finalmente, o construtivismo social oferece uma abordagem teórica à compreensão da realidade social que difere radicalmente da maioria de outras abordagens sociológicas. Em vez de assumir que a realidade social existe objetivamente, os construtivistas sociais trabalham para documentar e analisar os processos pelos quais a realidade social é construída, de modo que a construção serve para confirmar seu próprio status como realidade social.

apresentado pela primeira vez em 1884 em uma conferência de nações realizada em Washington. O globo era então repartido em zonas de horários de 24 horas, cada uma separada por uma hora. Por muitos anos essas zonas eram relacionadas com a hora local da linha de longitude zero, chamada Meridiano de Greenwich, porque cruza o Old Royal Observatory, em Greenwich, Londres. Em 1986, o termo Horário Médio de Greenwich (HMG) foi substituído pelo Tempo Universal Coordenado (TUC).

Os mosteiros do século XIV foram as primeiras organizações a tentar esquematizar as atividades dos seus internos de maneira precisa ao longo do dia e da semana. Hoje, não há praticamente nenhum grupo ou organização que não o faça – quanto maior o número de pessoas e de recursos envolvidos, maior precisão deverá ter o planejamento. Eviatar Zerubavel (1979; 1982) demonstrou isso no seu estudo da estrutura temporal de um grande hospital moderno. Um hospital precisa operar por 24 horas, e coordenar o pessoal e os recursos é um problema altamente complexo. Por exemplo, as enfermeiras trabalham um período na ala A, outro período na ala B, e assim por diante. E também são convocadas para se alternarem entre os turnos diurno e noturno. Enfermeiras, médicos e outros tipos de pessoal, mais os recursos de que necessitam, devem estar integrados no tempo e no espaço.

### Vida social e a ordenação do espaço e do tempo

A internet fornece outro exemplo da íntima ligação entre as formas de vida social e o nosso controle de espaço e tempo. Novas formas de tecnologia, como a internet, nos possibilitaram a interação, em qualquer canto do mundo, com pessoas que nunca vemos ou encontramos. Essa mudança tecnológica "reatranjou" o espaço – podemos interagir com qualquer um sem levantar da cadeira. Também está alterando nossa experiência do tempo, porque a comunicação é quase instantânea. Até cerca de 50 anos atrás, a maioria das comunicações, através do espaço requeria certa duração de tempo. Se você mandou uma carta para alguém no exterior, houve um intervalo de tempo durante o qual a carta cruzou mar e terra até chegar à pessoa para quem foi escrita.

Ainda hoje as pessoas escrevem cartas, sem dúvida, mas a comunicação instantânea se tornou básica para nosso mundo social. Nossas vidas seriam quase inimagináveis sem ela. Estamos também tão acostumados a trocar de canal de TV, a assistir ao noticiário ou mesmo a fazer uma ligação telefônica ou enviar um e-mail a um amigo em outro Estado, que é difícil imaginar como a vida seria de outra maneira.

## Conclusão: a compulsão da proximidade

Nas sociedades modernas, ao contrário das tradicionais, estamos constantemente interagindo com outras pessoas que talvez nunca veremos nem encontraremos. Quase todas as nossas transações cotidianas, como comprar no armazém ou fazer um depósito bancário, fazem com que entremos em contato – mas contato *indireto* – com pessoas que talvez morem a milhares de milhas. O sistema bancário, por exemplo, é internacional. Qualquer soma que você deposite é uma pequena parte dos investimentos financeiros feitos por um banco ao redor do globo. Algumas pessoas preocupam-se que os rápidos avanços na tecnologia de comunicações, como o e-mail, a internet e o comércio eletrônico, não farão senão aumentar essa tendência às interações indiretas. Nossa sociedade, segundo alguns, está se “desvocalizando” à medida que os recursos da tecnologia crescem ainda mais. De acordo com essa visão, as pessoas estão cada vez mais se isolando conforme se acelera o ritmo da vida; interagimos hoje mais com nossas televisões e computadores do que com nossos vizinhos ou com membros da comunidade.

Os correios eletrônicos, as mensagens instantâneas, os grupos eletrônicos de discussão e as salas de *chat* tendo se tornado fatos da vida para muitas pessoas em países industrializados, qual será a natureza dessas interações e que novas complexidades estão delas surgindo? Em um estudo, de 1997, sobre os funcionários de escritório britânicos, quase metade dos entrevistados disse que a internet havia substituído a necessidade de comunicação direta. Um terço deles admitiu usar o *e-mail* a fim de evitar deliberadamente a necessidade de reuniões diretas com colegas. Outros relataram que o uso de mensagens abusivas ou ofensivas no trabalho resultou no total rompimento de algumas relações no local de trabalho. A comunicação *on-line* parece dar mais espaço à má interpretação, à confusão e ao abuso do que as formas tradicionais de comunicação (Locke, 2000):

O problema reside na natureza da comunicação humana. Pensamos nela como um produto da mente, mas ela é feita pelo corpo: os rostos se movem, as vozes são entoadas, os corpos balançam, as mãos gesticulam... Na internet a mente está presente, mas o corpo desapareceu. Os destinatários têm poucas pistas da personalidade e do humor de quem está teclando, podem apenas supor por que as mensagens são enviadas, o que elas significam e que respostas dar-lhes. A confiança está virtualmente longe da janela. É um negócio arriscado.

Muitos entusiastas da internet discordam. Argumentam que, longe de ser impessoal, a comunicação *on-line* tem muitas vantagens inerentes das quais não podem dispor as formas de interação mais tradicionais, como o telefone e os encontros diretos. A voz humana, por exemplo, pode ser muito superior

para a expressão das emoções e das sutilezas de significado, mas ela também pode transmitir informação sobre a idade do falante, seu gênero, sua etnia ou posição social – informação que pode ser usada para desvantagem do falante. A comunicação eletrônica, assinalam eles, mascara todas essas marcas identificadoras e assegura que a atenção se concentre estritamente no conteúdo da mensagem. Isso pode ser de grande vantagem para mulheres ou outros grupos tradicionalmente desfavorecidos, cujas opiniões às vezes são desvalorizadas em outros contextos (Pascoe, 2000). Frequentemente, a interação eletrônica é apresentada como libertadora e potencializadora, uma vez que as pessoas podem criar suas próprias identidades *on-line* e falar mais livremente do que fariam alhures.

Quem está certo nesse debate? Em que medida a comunicação eletrônica pode substituir a interação direta? Ninguém questiona que as novas formas de mídia estão revolucionando a maneira como as pessoas se comunicam, mas, mesmo em momentos em que é mais conveniente interagir indiretamente, os humanos ainda valorizam o contato direto – possivelmente ainda mais do que antes. Por exemplo, as pessoas nos negócios continuam a frequentar reuniões, às vezes atravessando o mundo, quando seria muito mais simples e mais eficiente tratar de negócios através de conferência telefônica ou de videoconferência. Membros de uma família poderiam organizar reuniões “virtuais” ou encontros em feriados usando comunicações eletrônicas “em tempo real”, mas todos reconhecemos que eles sentiriam falta do calor e da intimidade das comemorações em que todos estão presentes fisicamente.

Uma explicação para esse fenômeno vem de Deirdre Boden e Harvey Molotch, que estudaram o que chamam de **compulsão de proximidade**: a necessidade de os indivíduos se encontrarem em situações de co-presença ou de interação face a face. As pessoas saem para ir a reuniões, segundo Boden e Molotch, porque situações de co-presença, por razões documentadas por Goffman em seus estudos de interação, fornecem informação muito mais rica sobre como outras pessoas pensam e sentem-se e sobre sua sinceridade do que qualquer forma de comunicação eletrônica. Somente estando realmente na presença de pessoas que tomam decisões que nos afetam de maneiras importantes, sentimos nos capazes de entender o que está acontecendo e confiantes de que podemos ir além de nossas próprias visões e convencê-las de nossa própria sinceridade. “A co-presença”, conforme Boden e Molotch (1994), “dá acesso à parte do corpo que ‘nunca mente’, os olhos – as ‘janelas da alma’. O contato visual em si sinaliza um grau de intimidade e confiança; os indivíduos co-presentes envolvidos na interação monitoram continuamente os movimentos sutis dessa parte mais sutil do corpo.”

## Pontos Principais

1. A interação social é o processo pelo qual agimos e reagimos às pessoas que estão a nosso redor. Muitos aspectos aparentemente triviais do nosso comportamento cotidiano revelam, quando examinados de perto, aspectos complexos e importantes da interação social. Um exemplo é o olhar – olhar para outras pessoas. Na maioria das interações, o contato visual é bastante fugaz. O ato de olhar fixamente outra pessoa pode ser interpretado como um sinal de hostilidade – ou, em algumas ocasiões, de amor. O estudo da interação social é uma área fundamental da sociologia, que ilumina muitos aspectos da vida social.
2. O estudo da interação direta é normalmente chamado microsociologia – que contrasta com a macrosociologia, que estuda grandes grupos, instituições e sistemas sociais. A micro e a macroanálise estão de fato intimamente relacionadas e uma complementa a outra.
3. A comunicação não-verbal descreve a troca de informação e significado através de expressões faciais, gestos e movimentos corporais. Várias expressões diferentes são expressas pelo rosto humano. É amplamente aceito que os aspectos básicos da expressão facial das emoções são inatos. Estudos interculturais mostram similaridades bastante particulares entre membros de diferentes culturas no que se refere tanto a expressões faciais quanto à interpretação de emoções registradas no rosto humano. O “rosto” ou a “imagem” também pode ser compreendido de uma maneira mais ampla como referência à estima que outras pessoas têm por um indivíduo. De modo geral, em nossas interações com outras pessoas, estamos preocupados em “salvar nossa cara (imagem)” – proteger nossa auto-estima.
4. Há uma dimensão de gênero na comunicação não-verbal. Nas interações cotidianas, alguns gestos e expressões – como fazer contato visual e olhar fixamente – serão percebidos e expressos diversamente por homens e mulheres.
5. O estudo do diálogo comum e da conversação passou a ser chamado “etnometodologia”, um termo cunhado pela primeira vez por Harold Garfinkel. A etnometodologia é a análise dos meios pelos quais ativamente percebemos – apesar de normalmente “sem querer” – o que os outros querem dizer através do que eles fazem ou falam. A maioria das conversas cotidianas é bastante complexa e depende de compreensões compartilhadas entre os interlocutores. Quando as regras não-mencionadas da conversa são quebradas, intencionalmente ou não, muitas vezes as pessoas ficam aborrecidas e sentem-se inseguras.
6. Podemos aprender muito sobre a natureza do diálogo com as “respostas exclamativas” (exclamações) e estudando os lapsos da fala (quando as pessoas pronunciam ou aplicam palavras e frases de maneira errada). Os lapsos da fala são muitas vezes engraçados e estão de fato ligados íntima e psicologicamente ao gracejo e ao chiste.
7. A interação desfocada é a consciência mútua que dois indivíduos têm um do outro em encontros coletivos, quando não estão em conversação direta. A interação focada, que pode ser dividida em dois tipos distintos de encontros – ou episódios de interação – ocorre quando dois ou mais indivíduos estão participando diretamente do que o outro ou outros estão falando ou fazendo.
8. A interação social pode ser muitas vezes estudada de modo esclarecedor com a aplicação do modelo dramático – estudando a interação social como se os envolvidos fossem atores apresentando uma peça, com palco e cenário. Como no teatro, nos vários contextos da vida social, tende a existir distinções claras entre regiões de frente (o próprio palco) e regiões de fundo, onde os atores se preparam para o espetáculo e descansam.
9. O espaço pessoal descreve a distância que é mantida entre indivíduos que estão engajados na interação social. A concepção de espaço pessoal difere com as culturas.
10. Toda interação social situa-se no tempo e no espaço. Podemos analisar como nossas vidas diárias são “zoneadas” no tempo e no espaço combinados, pela observação de como as atividades ocorrem durante períodos definidos e ao mesmo tempo envolvem deslocamento espacial.
11. As sociedades modernas são amplamente caracterizadas por transações interpessoais indiretas desprovidas de qualquer co-presença. Isso remete ao que é chamado “compulsão de proximidade”, a tendência de querer encontrar alguém pessoalmente sempre que possível. As situações de co-presença fornecem informação muito mais rica sobre como as outras pessoas pensam e sentem-se, e sobre sua sinceridade, do que formas indiretas de comunicação.

## Questões para Reflexão

1. A vida social seria possível sem pressuposições compartilhadas entre membros de uma sociedade?
2. Como um turista pode ver sua cidade de uma maneira diferente da que você vê?
3. Seria fácil conduzir um “vandalismo interacional” em sala de aula?
4. De que modo você “aparenta confiança”?
5. Que estratégias as mulheres desacompanhadas usam, em bares e cafés, para indicar que não querem ser incomodadas?
6. A comunicação eletrônica pode substituir a interação face a face (direta)?



### **Leitura Complementar**

---

**Peter Berger e Thomas Luckmann**, *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge* (Garden City, N.Y.: Doubleday, 1966).

**Stanley Cohen e Laurie Taylor**, *Escape Attempts: The Theory and Practice of Resistance to Everyday Life* (2<sup>nd</sup> edn., London: Routledge, 1995).

**Erving Goffman**, *Behaviour in Public Places* (New York: Free Press, 1963).

**Erving Goffman**, *The Presentation of the Self in Everyday Life* (Harmondsworth: Penguin, 1969).

**Phil Manning**, *Erving Goffman and Modern Sociology* (Cambridge: Polity, 1992).

### **Endereços na Internet**

---

*Ethno/CA News* (fonte online sobre etnometodologia e análise da conversação)  
<http://www.pscw.uva.nl/emca/bih90's.htm>

Society for The Study of Symbolic Interaction  
<http://sun.soci.niu.edu/~sssi>

# Gênero e Sexualidade

# 5

<b>Diferenças de gêneros</b>	102	Uma nova fidelidade?	119
Gênero e biologia: diferença natural	103	<b>Homossexualidade</b>	119
Socialização do gênero	105	A homossexualidade na cultura ocidental	121
A construção social do gênero e do sexo	106	Atitudes em relação à homossexualidade	122
<b>Perspectivas sobre desigualdade de gênero</b>	107	A luta por direitos e reconhecimento legais	122
Abordagens funcionalistas	107	<b>Prostituição</b>	123
Abordagens feministas	108	A prostituição hoje	123
<b>Feminilidades, masculinidades e relações de gênero</b>	111	A prostituição infantil e a "indústria sexual global"	124
R.W. Connell: a ordem do gênero	111	Explicando a prostituição	124
Masculinidades em transformação	114	<b>Conclusão: gênero e globalização</b>	124
<b>Sexualidade humana</b>	115	Pontos principais	126
Biologia e comportamento sexual	116	Questões para reflexão	127
Influências sociais no comportamento sexual	116	Leitura complementar	127
A sexualidade na cultura ocidental	117	Endereços na internet	127



## 5: Gênero e Sexualidade

O que é ser um homem? O que é ser uma mulher? Talvez você pense que ser um homem ou uma mulher esteja fundamentalmente associado com o sexo do corpo físico com que nascemos. Mas como muitas questões de interesse dos sociólogos, a natureza da masculinidade e da feminilidade não é facilmente classificável. Algumas pessoas, por exemplo, acreditam que nasceram nos corpos errados e procuram “consertar as coisas” trocando de gênero ao longo da vida.

A história de Janeen Newham e David Willis é parecida com a de muitos transexuais que se submetem a operações de mudança de sexo para se tornarem as pessoas que acreditam ser. O que torna o caso deles particularmente notável é que são o primeiro casal de transexuais unidos na Grã-Bretanha.

Janeen nasceu menino, mas desde os primeiros anos de vida teve sentimentos confusos com relação a ser uma menina. Passando os anos, se sentia cada vez mais alienada de seu corpo. Ela se casou e concebeu dois filhos, mas o sentimento de estar prisioneira no corpo errado não cessava. David nasceu menina, mas passou toda a infância sentindo que no fundo ele era um homem. A confusão era tão intensa, hoje ele diz que chegava às vezes a desejar não ter corpo nenhum. Finalmente, Janeen e David procuraram tratamento de reconstituição de gênero, um prolongado processo envolvendo hormônios e cirurgia, para enfrentar o que Janeen chama de “o terrível erro da natureza” (Neustatter, 1999).

Janeen e David conheceram-se por meio de uma organização que luta pelos direitos dos transexuais; com o passar do tempo construíram uma relação sólida. Mas, quando decidiram formalizar a união pelo casamento, descobriram que não podiam, conforme a lei britânica, unirem-se como marido e mulher, pois haviam trocado de gênero. No que diz respeito à união matrimonial, o sexo indicado em suas certidões de nascimento foi considerado oficial. Janeen e David realizaram seu casamento na Dinamarca, onde a mudança de gênero não é um obstáculo para a tradicional cerimônia do casamento. Embora o governo britânico permita que a maioria dos documentos de identidade seja modificada em situações de alteração de gênero, ele não retifica o documento que é fundamental para o completo reconhecimento legal de um estado alterado de um indivíduo – a certidão de nascimento. Muitos transexuais encaram isso como uma questão de direitos humanos básicos.

É complicado para nós pensar que uma pessoa que era “ele” possa se tornar “ela”, porque as diferenças sexuais são muito influentes em nossas vidas. Normalmente, nem mesmo as percebemos – justamente por estarmos tão imbuídos delas. Foram, desde o princípio, inculcadas em nós. Nossos conceitos de identidade de gênero, assim como as atitudes sexuais e inclinações relacionadas a elas, configuram-se tão cedo em nossas vidas, que, como adultos, as aceitamos como fatos dados. Mas o gênero não é algo que se limita a existir; nós todos, con-

forme é colocado por alguns sociólogos, “ensaiamos o gênero” em nossas interações sociais cotidianas com os outros. Depois de modificarem o seu *status* sexual, transexuais como Janeen e David têm de aprender a ensaiar gênero no dia-a-dia. Do tom de voz aos gestos e dos movimentos às normas de conduta, todos os aspectos de nossa existência recebem o “timbre do gênero”. Socialmente reproduzimos – fazemos e refazemos – o gênero em milhares de pequenas ações no decorrer da vida.

A história de Janeen e David toca uma questão muito debatida na sociologia do gênero e da sexualidade. Os estudiosos discutem em que grau as características biológicas inatas têm um impacto duradouro sobre nossas identidades de gênero e nossas atividades sexuais. Neste capítulo, estudaremos a natureza do comportamento sexual humano, assim como analisaremos o complexo caráter da sexualidade – padrões sexuais humanos – e diferenças sexuais. A vida sexual nas sociedades modernas, como tantas outras coisas, está sofrendo importantes mudanças que afetam as vidas emocionais da maioria de nós. Aprenderemos o que são essas mudanças e procuraremos interpretar seu significado mais abrangente no fim do capítulo.

Começaremos, contudo, a olhar alguns dos meios pelos quais os estudiosos tentam explicar as diferenças entre homens e mulheres. Por estarem intimamente ligadas a questões de desigualdade e de poder nas sociedades, as diferenças sociais são objeto de grande interesse para os sociólogos. As drásticas mudanças iniciadas pelo movimento feminista, nos anos de 1970, inspiraram novos esforços para entender como se criam, se sustentam e se transformam os padrões e as desigualdades de gênero em nossas sociedades. O estudo do gênero e da sexualidade é uma das mais crescentes e intrigantes dimensões na sociologia contemporânea.

### Diferenças de gêneros

Iniciaremos indagando acerca da origem das diferenças entre homens e mulheres. Abordagens opostas foram adotadas para explicar a formação das identidades do gênero e as funções sociais que se fundamentam nessas identidades. O debate concentra-se, sobretudo, no papel do aprendizado: alguns estudiosos privilegiam mais do que outros as influências sociais ao analisar as diferenças de gêneros.

Antes de retomar essas abordagens opostas, precisamos fazer uma importante distinção entre sexo e gênero. Em geral, os sociólogos usam o termo “sexo” para se referir às diferenças anatômicas e fisiológicas que definem os corpos masculino e feminino. Gênero, em contrapartida, diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. O gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto di-

reto do sexo biológico de um indivíduo. A distinção entre sexo e gênero é fundamental, já que muitas diferenças entre homens e mulheres não são de origem biológica.

Interpretações sociológicas das diferenças e desigualdades de gêneros tomaram posições contrárias nesta questão de sexo e gênero. Três abordagens abrangentes serão exploradas a seguir. Em primeiro lugar, observaremos argumentos de base biológica que definem diferenças de comportamentos entre homens e mulheres. Em segundo, nossa atenção se voltará para teorias que ocupam importância central na socialização e no aprendizado das funções dos gêneros. Finalmente, consideraremos opiniões de pesquisadores que acreditam que gênero e sexo não têm qualquer base biológica, mas são completamente construídos.

### Gênero e biologia: diferença natural

Em que medida as diferenças no comportamento de mulheres e homens resultam do sexo e não do gênero? Em outras palavras, em que medida são resultantes das diferenças biológicas? Alguns autores sustentam que aspectos da biologia humana – incluindo hormônios, cromossomos, tamanho cerebral e herança genética – são responsáveis por diferenças inatas no comportamento entre homens e mulheres. Essas diferenças, eles alegam, podem ser vistas em algumas formas em todas as culturas, subentendendo que os fatores naturais são responsáveis pelas desigualdades entre gêneros, que caracterizam a maioria

das sociedades. Esses pesquisadores tendem, por exemplo, a apontar o fato de que, em quase todas as culturas, são quase sempre os homens, e não as mulheres, que participam da caça e da guerra. Estaria isso indicando, argumentam eles, que os homens possuem tendências biologicamente fundamentadas à agressão que faltam às mulheres?

Muitos pesquisadores não se convenceram com esse argumento. O nível de agressividade do sexo masculino, afirmam, varia bastante entre diferentes culturas, e das mulheres se espera que sejam mais passivas ou gentis em algumas culturas do que em outras (Elshtain, 1987). As teorias da “diferença natural”, mencionam os críticos, são muitas vezes fundadas em dados tirados do comportamento animal e bem menos em evidências antropológicas e históricas sobre o comportamento humano, o qual sofre variações ao longo do tempo e do espaço. Além disso, acrescentam, se um traço é mais ou menos universal, não se segue que seja de origem biológica; talvez existam fatores culturais de tipo genérico que produzam tais características. Por exemplo, na maioria das culturas, muitas mulheres passavam boa parte de suas vidas cuidando dos filhos e não podiam participar de caçadas ou de lutas na guerra.

Embora as hipóteses segundo as quais os fatores biológicos determinam padrões de comportamentos em homens e mulheres não possam ser descartadas, as pesquisas de quase um século que buscaram identificar as origens psicológicas dessas influências não tiveram grande sucesso. Não há nenhuma evidência dos mecanismos que ligariam essas forças biológicas com os comportamentos sociais complexos demonstrados por



Imitar o pai é um ótimo jogo e pode ser também um momento formativo na socialização infantil de gênero.

## Identidade do gênero: duas teorias

Duas das teorias capitais para explicar a formação das identidades de gênero estão preocupadas com a dinâmica emocional entre as crianças e aqueles que as cuidam. Segundo essas visões, as diferenças de gênero são formuladas inconscientemente durante os primeiros anos de vida, resultando menos de uma predisposição biológica.

### A teoria freudiana do desenvolvimento do gênero

Talvez a teoria mais influente – e controversa – do surgimento da identidade do gênero seja a de Sigmund Freud. Segundo Freud, o aprendizado das diferenças de gênero em bebês e crianças está centrado na presença ou na ausência do pênis. “Eu tenho um pênis” equivale a “eu sou um menino”, enquanto “sou uma menina” equivale a “me falta um pênis”. Freud tomou o cuidado de dizer que não são somente as distinções anatômicas que interessam aqui; a presença ou a ausência do pênis é simbólica da masculinidade ou da feminilidade.

Por volta dos 4 ou 5 anos, segundo a teoria, um menino sente-se ameaçado pela disciplina e autonomia exigidas pelo seu pai, fantasiando que o pai deseja remover seu pênis. Parcialmente consciente, mas mais em grande parte inconscientemente, o menino percebe o pai como um rival pelas afeições de sua mãe. Ao reprimir sentimentos eróticos para com a mãe e ao aceitar o pai como um ser superior, o menino se identifica com o pai e torna-se consciente de sua identidade masculina. O menino abdica o seu amor pela mãe em função de um medo inconsciente de ser castrado pelo pai. As meninas, por outro lado, sofrem supostamente de “inveja do pênis” porque não possuem o órgão visível que distingue os meninos. A mãe é desvalorizada aos olhos da menina, porque parece também não possuir um pênis e porque é incapaz de fornecê-lo. Quando a menina se identifica com a mãe, ela assume a atitude submissa envolvida no reconhecimento de estar em “segundo lugar”.

Passada essa fase, a criança aprendeu a reprimir os sentimentos eróticos. O período dos 5 anos à puberdade, conforme Freud, é de latência – as atividades sexuais tendem a ser suspensas até que as mudanças biológicas envolvidas na puberdade reativem os desejos eróticos de forma direta. O período de latência, abrangendo o início e meio da vida escolar, é o tempo em que os grupos de mesmo sexo são mais importantes na vida da criança.

Objecções maiores foram levantadas contra a visão de Freud, particularmente pelas feministas, mas também por muitos outros autores (Mitchell, 1973; Coward, 1984). Em primeiro lugar, Freud parece identificar o gênero em proxi-

midade excessiva com a consciência genital; além do mais, fatores mais sutis certamente estão envolvidos. Em segundo lugar, a teoria parece depender da noção de que o pênis é superior à vagina, a qual é pensada apenas como uma falta do órgão masculino. Mas por que os órgãos genitais femininos não poderiam ser considerados superiores aos masculinos? Em terceiro lugar, Freud trata o pai como o primeiro agente disciplinador, ao passo que em muitas culturas a mãe desempenha a parte mais significativa na imposição da disciplina. Em quarto lugar, Freud crê que o aprendizado do gênero está concentrado na idade dos 4 ou 5 anos. A maioria dos autores posteriores enfatizou a importância do aprendizado prematuro, que se inicia nos primeiros anos.

### A teoria do desenvolvimento do gênero de Chodorow

Embora muitos escritores tenham empregado a abordagem freudiana no estudo do desenvolvimento do gênero, eles a têm modificado em pontos cruciais. Um exemplo é a socióloga Nancy Chodorow (1978, 1988). Ela argumenta que aprender a se sentir como homem ou mulher surge da ligação da criança com seus pais desde cedo. Ela dá muito mais ênfase do que Freud à importância da mãe do que a do pai. A criança tende a tornar-se emocionalmente envolvida com a mãe, já que ela é a mais forte influência no começo da vida. Essa ligação tem de ser quebrada em algum momento para que se realize uma consciência separada do eu – exige-se da criança que se torne menos dependente.

Chodorow afirma que o processo de ruptura ocorre de forma diferente para meninos e meninas. As meninas mantêm-se mais próximas da mãe – capazes, por exemplo, de continuar a abraçá-la, beijá-la e imitar o que ela faz. Por não estabelecer uma brusca ruptura com a mãe, a menina, e mais tarde a mulher adulta, desenvolve uma consciência de si que encontra maior contigüidade em outras pessoas. Sua identidade está mais propícia a se fundir com a de outras pessoas ou a depender delas: inicialmente sua mãe, mais tarde um homem. Na visão de Chodorow, isso tende a produzir características de sensibilidade e compaixão emocional nas mulheres.

Os meninos adquirem um senso de si mesmo, por meio de uma rejeição mais radical de sua proximidade original com a mãe, forjando sua compreensão de masculinidade a partir do que não é feminino. Não aprendem a ser “mariquinhas” ou “filhinhos da mamãe”. Como resultado, os meninos são relativamente inábeis em manter relações próximas com os outros, desenvolvem maneiras mais analíticas de observar o mundo. Assumem uma visão mais ativa de suas vi-

## Identidade do gênero: duas teorias (continuação)

das, enfatizando sucesso, mas reprimem sua habilidade de compreender seus próprios sentimentos e os dos outros.

Em certa medida, Chodorow inverte a ênfase de Freud. A masculinidade mais que a feminilidade é definida por uma perda, a impossibilidade de dar continuidade a sua união íntima com a mãe. A identidade masculina é formada através da separação; assim os homens, em idade mais madura, sentem inconscientemente que sua identidade estará ameaçada se eles se envolverem em relações emocionais íntimas com outros. As mulheres, por outro lado, sentem que a ausência de uma relação íntima com outra pessoa ameaça sua auto-estima. Esses padrões são passados de geração à geração, devido ao primeiro papel que a mulher desempenha na primeira socialização das crianças. As mulheres expressam e definem-se principalmente em termos de relacionamentos. Os homens reprimem essas necessidades e adotam uma postura manipuladora diante do mundo.

O trabalho de Chodorow enfrentou várias críticas. Janet Sayers, por exemplo, sugeriu que Chodorow não expli-

ca a luta das mulheres, particularmente nos tempos atuais, no sentido de tornarem-se seres autônomos e independentes (Sayers, 1986). As mulheres (e os homens), assim ela, são mais contraditórios em sua composição psicológica do que sugere a teoria de Chodorow. A feminilidade pode ocultar os sentimentos de agressividade ou de determinação, que são revelados apenas de modo oblíquo ou em certos contextos (Brinnan, 1988). Chodorow também foi criticada por sua concepção estreita de família, fundamentada num modelo típico da classe média branca. O que acontece, por exemplo, em núcleos domésticos ou em famílias monoparentais em que as crianças são cuidadas por mais de um adulto?

Essas críticas não comprometem as idéias de Chodorow, que continuam importantes. Suas idéias nos ensinam bastante sobre a natureza da feminilidade e nos ajudam a entender as origens do que foi chamada de *inexpressividade masculina* — a dificuldade de os homens manifestarem seus sentimentos pelos outros.

homens e mulheres (Connell, 1987). As teorias que apontam que os indivíduos obedecem a alguma espécie de predisposição inata negam a função vital da interação social em moldar o comportamento humano.

## Socialização do gênero

Outro caminho para se chegar às origens das diferenças de gênero é estudar a **socialização do gênero**, a aprendizagem de papéis do gênero com o auxílio de organismos sociais, como a família e a mídia. Essa abordagem faz distinção entre sexo biológico e gênero social — uma criança nasce com o primeiro e desenvolve o segundo. Pelo contato com vários organismos sociais, tanto primários quanto secundários, as crianças internalizam gradualmente as normas e as expectativas sociais que são percebidas como correspondentes ao seu sexo. As diferenças de gênero não são biologicamente determinadas, são culturalmente produzidas. De acordo com essa visão, as desigualdades de gênero surgem porque homens e mulheres são socializados em papéis diferentes.

As teorias de socialização do gênero têm sido favorecidas por funcionalistas que vêem meninos e meninas como aprendizes de papéis sexuais e das identidades masculina e feminina — masculinidade e feminilidade — que os acompanham (ver adiante, p.107, "Abordagens funcionalistas"). Nesse processo, eles são guiados por *sanções* positivas e negativas, forças socialmente aplicadas que recompensam ou restringem o comportamento. Por exemplo, um menino poderia ser sancionado

positivamente em seu comportamento ("Que menino valente você é!"), ou ser alvo de sanções negativas ("Meninos não brincam com bonecas"). Essas afirmações positivas e negativas ajudam meninos e meninas a aprender os papéis sociais esperados e a adequar-se a eles. Se um indivíduo desenvolve práticas de gênero que não correspondem ao seu sexo biológico ou seja, que fogem à regra —, a explicação parece residir na socialização inadequada ou irregular. Conforme essa visão funcionalista, os organismos de socialização contribuem para a manutenção da ordem social vigiando a tranqüila socialização do gênero de novas gerações.

Essa rígida interpretação dos papéis sexuais e da socialização foi criticada em inúmeras frentes. Muitos escritores argumentam que a socialização de gênero não é por si mesma um processo tranqüilo; diferentes "organismos" como a família, as escolas e outros núcleos de agrupamento talvez estejam em divergência com outros. Além disso, as teorias de socialização ignoram a capacidade dos indivíduos de rejeitar ou modificar as expectativas sociais acerca dos papéis sexuais. Conforme argumentou Connell (1987):

Os "organismos de socialização" não podem produzir efeitos mecânicos numa pessoa em crescimento. O que se faz é convidar a criança a participar de práticas sociais dentro de certos termos. O convite talvez seja, e geralmente é, coercitivo — acompanhado de forte pressão para sua aceitação e sem mencionar outra alternativa [...] No entanto, a criança não aceita ou, mais precisamente, começa a fazer suas próprias mudanças no campo do gênero. Podem muito bem recusar a heterossexualidade... podem começar a mesclar elementos masculi-



Qual é o sexo e o gênero dele?

© The New Yorker Collection, 1999, Edward Koren, do cartoon [mank.com](http://mank.com). Todos os direitos reservados.

nos e femininos, por exemplo, meninas que insistem em participar de esportes competitivos na escola. Podem dar início a uma ruptura em suas vidas, por exemplo, meninos que se vestem de mulher quando sozinhos. Podem construir uma vida de fantasia em conflito com sua prática real, o que talvez seja a atitude mais comum de todas.

É importante lembrar que humanos não são objetos passivos ou receptores crédulos dessa "programação" de gênero, conforme alguns sociólogos sugeriram. Pessoas são agentes ativos que criam e modificam seus papéis. Embora convenha nutrir certo ceticismo com relação a qualquer adoção indiscriminada da abordagem que postula os papéis dos sexos, muitos estudos mostram que, em certa medida, as identidades de gênero são resultados de influências sociais.

As influências sociais na identidade do gênero fluem por meio de diversos canais: mesmo aqueles pais que se comprometeram a criar os filhos de uma forma "não-sexista" consideram os padrões existentes de aprendizado de gênero difíceis de combater (Statham, 1986). Estudos sobre as interações entre pais e filhos, por exemplo, mostram diferenças distintas no tratamento de meninos e meninas, mesmo quando os pais acreditam que suas reações para ambos sejam iguais. Os brinquedos, os livros ilustrados e os programas de televisão experienciados por crianças tendem a enfatizar diferenças entre os atributos masculinos e femininos. Embora a situação, de alguma forma, esteja mudando, os personagens masculinos em geral superam em número os femininos na maior parte dos livros infantis, contos de fadas, programas de televisão e filmes. Os personagens masculinos tendem a representar papéis mais ativos e aventureiros, enquanto os femininos são retratados passivos, esportivos e voltados à vida doméstica (Weitzman et al., 1972;

Zammit, 1987; Davies, 1991). Pesquisadoras feministas demonstraram como produtos culturais e de mídia, comercializados para audiências jovens, encarnam atitudes tradicionais para com o gênero e os tipos de objetivos e ambições esperados em meninos e meninas.

Obviamente, a socialização do gênero é muito poderosa e desafiá-la pode ser decepcionante. "Designado" o gênero, a sociedade espera dos indivíduos que ajam como "machos" ou "fêmeas". É nas práticas da vida cotidiana que essas expectativas são preenchidas e reproduzidas (Lorber, 1994; Bourdieu, 1990).

### A construção social do gênero e do sexo

Recentemente, as teorias da socialização e da função do gênero têm sido criticadas por um número crescente de sociólogos. Em vez de considerar o sexo biologicamente determinado e o gênero culturalmente apreendido, eles alegam que deveríamos ver o sexo e o gênero *ambos* como produtos socialmente construídos. Não somente o gênero é uma criação puramente social, que carece de uma "essência" estabelecida, mas o próprio corpo humano está sujeito a forças sociais que o moldam e alteram de várias formas. Podemos dar aos nossos corpos significados que desafiem o que é normalmente visto como "natural". Os indivíduos podem escolher entre construir e reconstruir seus corpos como bem desejarem - por meio de exercícios, dietas, *piercings*, adotando um estilo pessoal, submetendo-se a cirurgias plásticas e operações de mudança de sexo. A tecnologia está confundindo as fronteiras de nossos corpos físicos. Portanto, conforme se segue nesta argumentação, o corpo humano e a biologia não estão "dados", mas estão sujeitos ao agenciamento humano e às escolhas pessoais no interior de diferentes contextos sociais.

De acordo com essa perspectiva, os escritores que se concentram em papéis de gêneros e aprendizagem de papéis aceitam implicitamente que *há* uma base biológica para as diferenças de gênero. Na abordagem da socialização, uma distinção biológica entre os sexos fornece uma estrutura que se torna "culturalmente elaborada" na própria sociedade. Em contrapartida, os teóricos que acreditam na construção social do sexo e do gênero rejeitam qualquer base biológica para as diferenças de gênero. As identidades de gênero surgem, alegam, em relação às diferenças sexuais percebidas na sociedade, ajudando a moldar, por sua vez, essas diferenças. Por exemplo, uma sociedade em que as idéias de masculinidade são caracterizadas pela força física e por atitudes de "firmeza", encorajará os homens a cultivar uma imagem específica do corpo e um conjunto gestual específico. Em outras palavras, as identidades de gênero e as diferenças de sexo estão intimamente ligadas dentro de corpos humanos individuais (Connell, 1987; J. Butler, 1999; Scott e Morgan, 1993).

## Explorando as desigualdades de gênero

Os sociólogos definem a desigualdade de gênero como a diferença de *status*, poder e prestígio que as mulheres e os homens apresentam nos grupos, nas coletividades e nas sociedades. Quando se pensa sobre a desigualdade de gênero entre os homens e as mulheres, pode-se fazer as seguintes perguntas: as mulheres e os homens têm acesso igual às fontes sociais valorizadas – por exemplo, comida, dinheiro, poder e tempo? Em segundo lugar, as mulheres e os homens possuem opções de vida similares? Os papéis e as atividades das mulheres e dos homens são valorizados de modo igual? Essas questões fundamentais acerca da desigualdade de gênero são levantadas em muitos lugares ao longo do texto, conforme avançamos nos temas principais que despertaram o interesse dos sociólogos. Você pode encontrar discussões detalhadas sobre as questões de gênero nos seguintes lugares:

**Questões de gênero na vida cotidiana:** “Gênero e comunicação não-verbal”, no Capítulo 4, p. 86.

**As diferenças de gênero na saúde e no envelhecimento:** “Gênero e saúde”, no Capítulo 6, p. 133.

**As mulheres na família:** tratado no Capítulo 7, “As famílias”.

**As mulheres em relação ao crime:** “Gênero e crime”, no Capítulo 8, p. 189.

**Trocando de lugar na estrutura de classe:** “Gênero e estratificação”, no Capítulo 10, p. 246.

**Mulheres e burocracia:** “O gênero e as organizações”, no Capítulo 12, p. 293.

**Mulheres no mercado de trabalho: trabalho e família, divisão doméstica do trabalho:** “As mulheres e o trabalho” e “O trabalho e a família”, no Capítulo 13, p. 315 e 326.

**Efeitos da educação:** “O gênero e a educação”, no Capítulo 16, p. 415.

**Os papéis nos ambientes religiosos:** “O gênero e a religião”, no Capítulo 17, p. 434.

## Perspectivas sobre desigualdade de gênero

Vimos que gênero é um conceito socialmente criado, que atribui diferentes papéis e identidades sociais aos homens e às mulheres. No entanto, as diferenças de gênero são raramente neutras – em quase todas as sociedades, o gênero é uma forma significativa de estratificação social. O gênero é um fator crucial na estruturação dos tipos de oportunidades e de chances de vida enfrentadas pelos indivíduos e por grupos, influenciando fortemente os papéis que eles desempenham dentro das instituições sociais desde os serviços domésticos até o Estado. Embora os papéis dos homens e das mulheres variem de cultura para cultura, não há nenhuma instância conhecida de uma sociedade em que as mulheres são mais poderosas que os homens. Os papéis dos homens são, em geral, muito mais valorizados e recompensados que os papéis das mulheres: em quase todas as culturas, as mulheres carregam a responsabilidade principal de cuidar das crianças e do trabalho doméstico, enquanto os homens, tradicionalmente, nascem com a responsabilidade de sustentar a família. A preponderante divisão de trabalho entre os sexos levou homens e mulheres a assumir posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza.

Apesar dos avanços que as mulheres fizeram em muitos países, as diferenças de gêneros continuam servindo de fundamento para as desigualdades sociais. Investigar e solucionar a **desigualdade de gênero** tornou-se uma preocupação central

dos sociólogos. Muitas perspectivas teóricas foram postuladas para explicar o duradouro domínio dos homens sobre as mulheres – nos campos da economia, política, da família e em tantos outros. Nesta seção, retomaremos as principais abordagens que explicam a natureza da desigualdade de gênero na sociedade, reservando a outros capítulos do livro (ver box) nossa discussão das desigualdades de gênero em ambientes e instituições específicos.

### Abordagens funcionalistas

Conforme vimos no Capítulo 1 (“O que é Sociologia?”), a abordagem funcional vê a sociedade como um sistema de partes interligadas que, quando em equilíbrio, opera suavemente para produzir solidariedade social. Assim, as perspectivas funcionalistas e as abordagens sobre o gênero, inspiradas no funcionalismo, pretendem mostrar que as diferenças de gênero contribuem para a estabilidade e a integração social. Embora essas visões recebessem outrora grande apoio, foram duramente criticadas por negligenciarem as tensões sociais ao custo de consenso e por promulgarem uma visão conservadora do mundo social.

Escritores que subscreveram à escola das “diferenças naturais” tendem a discutir que a divisão do trabalho entre homens e mulheres possui uma base biológica. Os homens e as mulheres desempenham as tarefas para as quais estão biologicamente mais bem adaptados. Assim, o antropólogo George



Murdock considerou prático e conveniente que as mulheres se concentrassem em responsabilidades domésticas e familiares e que os homens trabalhassem fora de casa. Com base numa pesquisa intercultural englobando mais de 200 sociedades, Murdock (1949) concluiu que a divisão sexual do trabalho está presente em todas as culturas. Embora isso não seja resultado de uma "programação" biológica, é a organização mais lógica da sociedade.

Talcott Parsons, um pensador de orientação funcionalista, preocupou-se com a função da família nas sociedades industriais (Parsons e Bales, 1956). Estava bastante interessado na socialização das crianças e acreditava que as famílias estáveis e apoiadoras são a chave para uma socialização bem-sucedida. Na visão de Parsons, a família opera mais eficientemente com uma divisão sexual do trabalho bem-estabelecida, em que as mulheres agem em funções *expressivas*, fornecendo cuidado e segurança às crianças e oferecendo-lhes suporte emocional. Por outro lado, os homens devem desempenhar funções *instrumentais* – isto é, ser o provedor da família. Devido à tensa natureza dessa função, as tendências expressivas e maternais das mulheres deveriam estar também habituadas a confortar os homens. Essa divisão complementar do trabalho, originando-se de uma distinção biológica entre os sexos, asseguraria a solidariedade da família.

Outra perspectiva funcionalista sobre a educação infantil foi postulada por John Bowlby (1953), que argumentava que a mãe é fundamental para a primeira socialização das crianças. Se a mãe estiver ausente, ou se a criança for separada da mãe ainda pequena – um estágio referido como *privação materna* –, a criança corre grande risco de ser socializada inadequadamente. Isso pode trazer sérias dificuldades sociais e psicológicas mais tarde, inclusive tendências anti-sociais e psicopáticas. Bowlby afirmou que o bem-estar e a saúde mental de uma criança podem ser mais bem assegurados através de uma relação íntima, pessoal e contínua com a mãe. Ele realmente admitiu que a ausência da mãe pode ser suprida por uma "mãe substituta", mas sugeriu que essa substituta devia ser também uma mulher – deixando pouca dúvida sobre sua visão de que a função materna é um papel distintivamente feminino. A tese da privação materna de Bowlby tem sido usada por alguns para argumentar que mães que trabalham são negligentes com as crianças.

### Avaliação

As feministas criticaram duramente as afirmações favoráveis ao fundamento biológico da divisão sexual do trabalho, alegando que não há nada natural e inevitável na distribuição de tarefas na sociedade. As mulheres não estão impossibilitadas de seguir certos ofícios em função de alguma configuração biológica estrita; ao contrário, os seres humanos são socializados em funções que se espera deles culturalmente.

Há incontáveis evidências sugerindo que a tese da privação materna é questionável. Estudos mostram que a performance

educacional e o desenvolvimento pessoal das crianças são de fato melhorados quando os pais estão empregados fora de casa pelo menos uma parte do tempo (ver Capítulo 13, "Trabalho e Vida Econômica"). A visão de Parsons sobre a mulher "expressiva" foi igualmente atacada por feministas e outros sociólogos que vêem essas opiniões como desculpas à dominação das mulheres em casa. Não há fundamento para a crença de que a mulher expressiva seja necessária à operação tranqüila da família. Ao contrário, é um papel que é, em grande parte, promovido para a conveniência dos homens.

### Abordagens feministas

O movimento feminista deu nascimento a um imenso corpo teórico que tenta explicar as desigualdades dos gêneros e apresentar planos para superar aquelas desigualdades. As *teorias feministas*, em relação à desigualdade do gênero, contrastam visivelmente umas com as outras. Embora escritores feministas estejam preocupados com a posição desigual da mulher na sociedade, as explicações que apresentam para esse fenômeno variam substancialmente. Escolas feministas que disputam entre si buscaram explicar as desigualdades de gênero através de uma variedade de processos sociais profundamente arraigados, tais como o sexismo, o patriarcalismo, o capitalismo e o racismo. Nas seções seguintes, observaremos os argumentos presentes em três importantes perspectivas feministas – na liberal, na radical e no feminismo negro.

#### Feminismo liberal

O **feminismo liberal** procura as explicações das desigualdades de gênero em atitudes sociais e culturais. Ao contrário das feministas radicais, as feministas liberais não vêem a subordinação como parte de um grande sistema ou estrutura. Ao contrário, direcionam sua atenção para muitos fatores distintos que contribuem para as desigualdades entre homens e mulheres. Por exemplo, as feministas liberais estão preocupadas com o sexismo e a discriminação contra as mulheres no local de trabalho, nas instituições educacionais e na mídia. Tendem a concentrar suas energias em proteger e estabelecer iguais oportunidades às mulheres através da legislação e outros meios democráticos. As vantagens legais, tais como o *Equal Pay Act* e o *Sex Discrimination Act*, foram ativamente sustentados por feministas liberais, as quais afirmavam que sacrificar a igualdade na lei é importante para eliminar a discriminação contra as mulheres. As feministas liberais buscam trabalhar dentro do sistema existente para gradativamente alcançar reformas. Nisto são mais moderadas em seus objetivos e métodos do que as feministas radicais, que reivindicam a derrubada do sistema vigente.

Embora as feministas liberais tenham contribuído muito para os avanços das mulheres ao longo do século XIX, os críticos afirmam que são malsucedidas em lidar com as causas originárias da desigualdade de gênero e não reconhecem a nature-

za sistêmica da opressão às mulheres na sociedade. Concentrando-se nas privações específicas sofridas pelas mulheres — o sexismo, a discriminação, a barreira do preconceito, os salários desiguais —, as feministas liberais compõem apenas um retrato parcial da desigualdade de gêneros. As feministas radicais acusam as feministas liberais de incentivar as mulheres a aceitarem uma sociedade desigual e seu caráter competitivo.

### Feminismo radical

No âmago do feminismo radical está a crença de que os homens são responsáveis e beneficiados pela exploração das mulheres. A análise do patriarcado — a sistemática dominação das mulheres pelos homens — é uma preocupação central desse ramo do feminismo. O patriarcado é visto como um fenômeno universal que existiu em todos os tempos e em todas as culturas. As feministas radicais amiúde concentram-se na família como uma das fontes primárias de opressão feminina na sociedade. Argumentam que os homens exploram as mulheres ao contar com o serviço doméstico gratuito fornecido pelas mulheres em casa. Como um grupo, os homens também negam o acesso feminino a posições de poder e influência na sociedade.

As feministas radicais diferem em suas interpretações sobre a base do patriarcado, mas a maioria concorda que isso envolve, de alguma forma, a apropriação do corpo e da sexualidade das mulheres. Shulamith Firestone (1971), uma das primeiras escritoras feministas radicais, afirma que os homens controlam os papéis femininos na reprodução e na criação dos filhos. Por serem as mulheres biologicamente capazes de dar à luz, tomam-se materialmente dependentes dos homens em proteção e sustento. Essa desigualdade biológica é socialmente organizada na família nuclear. Firestone fala de classe sexual para descrever a posição social da mulher e argumenta que as mulheres podem ser emancipadas somente através da abolição da família e das relações de poder que a caracterizam.

Outras feministas radicais assinalam a violência contra as mulheres como fundamental para a supremacia masculina. Conforme essa visão, a violência doméstica, o estupro e o molestamento sexual fazem parte da sistemática opressão às mulheres, e não casos isolados com suas próprias raízes psicológicas e criminais. Até mesmo interações na vida cotidiana — tais como comunicação não-verbal, padrões de escuta e interrupção, a sensação de conforto sentido pelas mulheres em público — contribuem para a desigualdade de gênero. Além disso, conforme se segue nesta argumentação, as concepções populares de beleza e sexualidade são impostas pelos homens às mulheres a fim de produzir um certo tipo de feminilidade. Por exemplo, normas sociais e culturais que enfatizam um corpo esbelto e uma atitude carinhosa e maternal para com os homens ajudam a perpetuar a subordinação da mulher. A "objetificação" da mulher através da mídia, da moda e da publicidade transforma as mulheres em objetos sexuais, cujo principal papel é entreter e agradar aos homens.

Ver as discussões em "Gênero e comunicação não-verbal", na p. 86 e em "Espaço pessoal", na p. 94.

As feministas radicais não acreditam que as mulheres possam ser libertadas da opressão sexual através de reformas ou mudanças radicais. Elas alegam que visto que o patriarcado é um fenômeno sistemático, a igualdade de gênero pode somente ser alcançada pela deposição da ordem patriarcal.

O uso do patriarcado como um conceito para explicar a desigualdade de gênero tem sido popular entre muitos teóricos feministas. Ao afirmar que "o pessoal é político", as feministas radicais concentraram muita atenção nas muitas dimensões interligadas da opressão das mulheres. Sua ênfase na violência masculina e na objetificação da mulher trouxe essas questões para o centro dos principais debates sobre a subordinação feminina.

Muitas objeções, no entanto, podem ser feitas às teorias radicais feministas. A principal talvez seja que o conceito de patriarcado, tal como foi usado, é inadequado como uma explicação geral à opressão feminina. As feministas radicais tenderam a afirmar que o patriarcado existiu através da história e das culturas — que é um fenômeno universal. Os críticos argumentam, no entanto, que essa concepção de patriarcado não deixa espaço para variações culturais e históricas. Ela também ignora a importante influência que a raça, a classe e a etnicidade podem ter sobre a natureza da subordinação das mulheres. Em outras palavras, não é possível ver o patriarcado como um fenômeno universal; uma tal postulação corre o risco de *reducionismo biológico* — atribuindo todas as complexidades de desigualdade de gênero a uma simples distinção entre homens e mulheres.

Recentemente, uma importante reconceitualização do patriarcado foi desenvolvida por Sylvia Walby (ver box na próxima pág.). Walby argumenta que a noção de patriarcado continua sendo um instrumento de explicação valioso e útil, desde que usada de certa maneira.

### "Feminismo negro"

As versões do feminismo descritas anteriormente se aplicam também às experiências das mulheres brancas e das mulheres negras? Muitas feministas negras e feministas de países em desenvolvimento afirmam que não. Afirmam que as divisões étnicas entre as mulheres não são consideradas pelas principais escolas feministas de pensamento, que estão orientadas para o dilema das mulheres brancas, predominantemente mulheres da classe média que vivem em sociedades industrializadas. Não é válido, alegam, generalizar teorias sobre a subordinação das mulheres como um todo a partir da experiência de um grupo específico de mulheres. Além disso, a própria idéia de que há uma forma "unificada" de opressão de gênero, que é experienciada por todas as mulheres, é problemática.

## Sylvia Walby: teorizando sobre o patriarcado

A idéia de patriarcado foi crucial para muitas interpretações feministas da desigualdade de gênero. Mas como ferramenta analítica, também foi criticada por fracassar em explicar as mudanças e a diversidade na diferença de gênero. Certamente, afirmam os críticos, não podemos falar de um sistema uniforme e imutável de opressão para toda a história? Sylvia Walby é uma teórica que acredita que o conceito de patriarcado é essencial para qualquer análise da desigualdade de gênero. Mas ela concorda que muitas críticas a ele são válidas. Em *Theorizing Patriarchy* (1990), Walby apresenta uma forma de entender o patriarcado que é mais flexível que seus predecessores. Abre espaço à mudança no tempo histórico e à consideração das diferenças étnicas e de classe.

Segundo Walby (1990, p. 20), o patriarcado é "um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres". Ela vê o patriarcado e o capitalismo como sistemas distintos que interagem de diferentes maneiras – às vezes harmoniosamente, às vezes tensamente – dependendo das condições históricas. O capitalismo, afirma, geralmente beneficiou-se do patriarcado através da divisão sexual do trabalho. Mas, em outras épocas, o capitalismo e o patriarcado estiveram em conflito um com o outro. Por exemplo, em tempos de guerra, quando as mulheres entraram no mercado de trabalho em grande número, os interesses do capitalismo e do patriarcado não foram alinhados.

Walby identifica seis estruturas pelas quais o patriarcado opera. Reconhece que uma fraqueza da primeira teoria feminista foi a tendência de concentrar-se numa única causa "essencial" da opressão das mulheres, como a violência masculina ou o papel da mulher na reprodução. Porque Walby está interessada na profundidade e na interconectividade da desigualdade de gênero, vê o patriarcado composto de seis estruturas que são independentes, mas interagem umas com as outras.

- *Produção de relações no núcleo doméstico* – O trabalho doméstico não-remunerado, como o serviço de casa e o cuidado das crianças, é desapropriado pelo marido (ou pelo coabitante).
- *Trabalho remunerado* – As mulheres no mercado de trabalho são excluídas de alguns tipos de trabalho, recebem salários inferiores e são segregadas em serviços menos habilitados.

- *O Estado patriarcal* – Em suas políticas e prioridades, o Estado tem uma propensão sistemática a privilegiar os interesses patriarcais.
- *Violência masculina* – Embora a violência masculina seja frequentemente considerada como uma composição de atos individualistas, ela é padronizada e sistemática. As mulheres vivem rotineiramente a violência e por ela são afetadas conforme um padrão constante. O Estado efetivamente perdoa a violência ao aceitar intervir somente em casos excepcionais.
- *Relações patriarcais na sexualidade* – Estas se manifestam na "heterossexualidade compulsória" e no uso de duplo padrão sexual entre homens e mulheres (em que "regras" diferentes são válidas para o comportamento sexual).
- *Instituições culturais patriarcais* – Uma variedade de instituições e práticas – incluindo a mídia, a religião e a educação – produz representações das mulheres "a partir de um olhar patriarcal". Essas representações influenciam as identidades das mulheres e preservam padrões aceitáveis de comportamento e ação.

Walby distingue duas formas diferentes de patriarcado.

O *patriarcado privado* é a denominação das mulheres que ocorre dentro do núcleo familiar nas mãos de um patriarca específico. É uma estratégia excludente, porque as mulheres são essencialmente privadas de tomar parte da vida pública. O *patriarcado público*, por outro lado, é mais coletivo na forma. As mulheres são envolvidas em domínios públicos, como a política e o mercado de trabalho, mas permanecem segregadas da herança, do poder e do status.

Walby (1990) afirma que, pelo menos na Grã-Bretanha, houve uma mudança no patriarcado – de grau, assim como de forma – desde a era vitoriana até a atualidade. Observa que a diminuição da diferença de ganhos e os avanços na educação feminina demonstram uma mudança no grau do patriarcado, mas não sinaliza sua derrota. Se antes a opressão à mulher situava-se principalmente no lar, agora se encontra na sociedade como um todo – as mulheres estão hoje segregadas e subordinadas em todas as áreas do domínio público. Em outras palavras, o patriarcado mudou sua forma de um domínio privado para um domínio público. Conforme assinala Walby: libertadas do lar, as mulheres hoje têm ainda a explorar a sociedade inteira.

A insatisfação com as formas de feminismo existentes levou à emergência de um *feminismo negro*, que se concentra em problemas particulares enfrentados pelas mulheres negras. No prefácio de suas memórias pessoais, a feminista negra norte-americana Bell Hooks (1997) afirma:

Muitas pensadoras feministas que hoje escrevem e falam sobre a infância das meninas gostam de sugerir que meninas negras têm melhor auto-estima que as meninas brancas. A medida dessa diferença é que com frequência as meninas negras são mais afirmativas, falam mais, parecem ser mais confiantes. Entretanto, na vida tradicional dos negros do sul, esperava-se, e ainda se espera das meninas, que fossem articuladas, que se portassem com dignidade. Nossos pais e professores estavam sempre nos encorajando a ficar apumadas, a falar com clareza. Isso tudo tinha como intenção levantar a raça. Não eram necessariamente tratos associados à construção da auto-estima feminina. Uma menina sincera talvez sentisse ainda que ela não tivesse valor porque sua pele não era clara o suficiente ou seu cabelo não tinha a boa textura. Essas são as variáveis que pesquisadores brancos deixam de considerar quando medem a auto-estima de mulheres negras com um parâmetro desenvolvido a partir de valores oriundos da experiência branca.

Os escritos de feministas negras tendem a enfatizar a história – aspectos do passado que informam os problemas correntes enfrentados pelas mulheres negras. Os escritos de feministas norte-americanas negras enfatizam a influência da poderosa herança da escravidão, da segregação e do movimento dos direitos civis sobre as desigualdades de gênero na comunidade negra. Assinalam que as primeiras sufragistas negras apoiaram a campanha pelos direitos das mulheres, porém descobriram que a questão racial não poderia ser ignorada: as mulheres negras foram discriminadas em função de sua raça e de seu gênero. Nos últimos anos, as mulheres negras não foram cruciais para o movimento de libertação das mulheres em parte porque a feminilidade dominou suas identidades muito menos que os conceitos de raça.

Hooks argumentou que os sistemas explicativos favorecidos pelas feministas brancas – por exemplo, a visão da família como um suporte principal do patriarcado – podem não ser aplicáveis às comunidades negras, nas quais a família representa um ponto central de solidariedade contra o racismo. Em outras palavras, a opressão de mulheres negras pode ser encontrada em diferentes localidades se comparada com a de mulheres brancas.

As feministas negras afirmam, portanto, que nenhuma teoria de igualdade de gênero, desconsiderando o racismo, será capaz de explicar adequadamente a opressão das mulheres negras. As dimensões de classe são outro fator que não pode ser negligenciado no caso de muitas mulheres negras. Algumas das feministas negras sustentaram que a força da teoria feminista negra é seu foco na interação entre raça, classe e questões de gênero. As mulheres negras são muito prejudicadas, alegam, devido a sua cor, seu sexo e sua posição de classe. Quando esses três fatores interagem, reforçam-se e intensificam-se mutuamente (Brewer, 1993).

## Feminilidades, masculinidades e relações de gênero

Considerando a preocupação feminista com a subordinação das mulheres na sociedade, talvez não seja surpreendente que a maioria das pesquisas recentes sobre gênero tenha se preocupado quase exclusivamente com as mulheres e os conceitos de feminilidade. Os homens e a masculinidade eram considerados noções relativamente claras e não-problemáticas. Pouco esforço foi feito para examinar a masculinidade, a experiência de ser um homem ou a formação de identidades masculinas. Os sociólogos estavam mais preocupados em entender a opressão dos homens às mulheres e seu papel em manter o patriarcado.

Desde o final da década de 1980, contudo, dedicou-se mais atenção aos estudos críticos sobre os homens e a masculinidade. As mudanças fundamentais que afetaram o papel das mulheres e dos padrões da família nas sociedades industriais levantaram questões sobre a natureza da masculinidade e seu papel mutável na sociedade. O que significa ser um homem na recente sociedade moderna? A masculinidade está em crise? Como as expectativas e as pressões tradicionais sobre os homens estão sendo transformadas numa época em rápida mudança?

Nos últimos anos, os sociólogos interessaram-se cada vez mais nas posições e na experiência dos homens dentro da ordem maior na qual são moldados. Essa mudança na sociologia do gênero e da sexualidade levou a uma nova ênfase no estudo dos homens e da masculinidade no interior do abrangente contexto das *relações de gênero*, das interações socialmente padronizadas entre homens e mulheres. Os sociólogos estão interessados em entender como as identidades masculinas são construídas e que impacto as funções socialmente prescritas têm sobre o comportamento dos homens.

### R.W. Connell: a ordem do gênero

Em *Gender and Power* (1987) e *Masculinities* (1995), R.W. Connell apresentou uma das mais completas descrições teóricas de gênero. Sua abordagem tem sido particularmente influente na sociologia porque ele integrou os conceitos de patriarcado e masculinidade em uma teoria abrangente das relações de gênero. Conforme Connell, as masculinidades são uma parte crítica da ordem dos gêneros e não podem ser compreendidas separadas dessa ordem, nem das feminilidades que as acompanham.

Connell (1987) está preocupado em como o poder social detido pelos homens cria e sustenta a desigualdade de gênero. Ele enfatiza que a evidência empírica sobre a desigualdade de gênero não é simplesmente um “amontoado desordenado de dados”, mas revela a base de um “domínio organizado da prática humana e das relações sociais”, pelo qual as mulheres são mantidas em posições subordinadas aos homens. Nas sociedades capitalistas ocidentais, alega, as relações de gênero ainda estão definidas pela força patriarcal. Do nível individual ao ní-

vel institucional, vários tipos de masculinidade e feminilidade estão ordenados em torno de uma premissa central: o domínio dos homens sobre as mulheres.

Segundo Connell, as relações de gênero são o produto de interações sociais e práticas cotidianas. As ações e os comportamentos das pessoas comuns, em suas vidas pessoais, estão diretamente ligados às ordenações sociais coletivas dentro da sociedade. Essas ordenações reproduzem-se continuamente ao longo da vida dos indivíduos e das gerações, mas estão sujeitas à mudança.

Connell apresenta três aspectos da sociedade que interagem para formar uma *ordem de gênero* da sociedade – paradigmas de relações de poder entre masculinidades e feminilidades largamente difundidos na sociedade. De acordo com Connell, *trabalho, força e cathexis* (relações pessoais/sexuais) são partes distintas, mas interrelacionadas da sociedade que trabalham conjuntamente e se modificam umas em relação às outras. Esses três domínios representam os lugares fundamentais em que as relações de gênero são constituídas e controladas. O trabalho refere-se à divisão sexual do trabalho tanto dentro de casa (como as responsabilidades domésticas e o cuidado dos filhos), como no mercado de trabalho (assuntos como segregação ocupacional e pagamento desigual). O poder opera através de relações sociais como a autoridade, a violência e a ideologia nas instituições, no Estado, na vida militar e doméstica. A *cathexis* trata da dinâmica dentro das relações íntimas, emocionais e pessoais, incluindo o casamento, a sexualidade e a educação infantil.

As relações de gênero, enquanto desempenhadas nessas três áreas da sociedade, estruturaram-se em um nível societal dentro de uma peculiar ordem do gênero. Connell usa o termo *regime de gênero* para referir-se ao jogo das relações de gênero em ambientes menores, como no caso de uma instituição específica. Assim, uma família, uma vizinhança e um Estado possuem todos seus próprios regimes de gênero. Máirín Mac an Ghaill conduziu um importante estudo sobre a formação de masculinidades em um regime de gênero determinado – a escola (ver quadro, p. 115).

### A hierarquia de gênero

Connell acredita que há muitas expressões diferentes de masculinidade e feminilidade. No nível da sociedade, essas versões contrastantes estão ordenadas numa hierarquia que está orientada em torno de uma premissa definidora – a dominação dos homens sobre as mulheres (ver Figura 5.1). Connell usa “tipos ideais” estilizados de masculinidades e feminilidades em sua hierarquia. No topo da hierarquia, está a *masculinidade hegemônica*, que é dominante sobre todas as outras masculinidades e feminilidades da sociedade. O adjetivo “hegemônica” refere-se ao conceito de *hegemonia* – a dominação social de certo grupo, exercida não pela força bruta, mas por uma dinâmica cultural que se estende aos domínios da vida privada e social. Assim, a mídia, a educação e a ideologia podem ser canais pelos quais a hegemonia é estabelecida. Conforme Connell, a masculinidade hegemônica está associada primeira e principal-

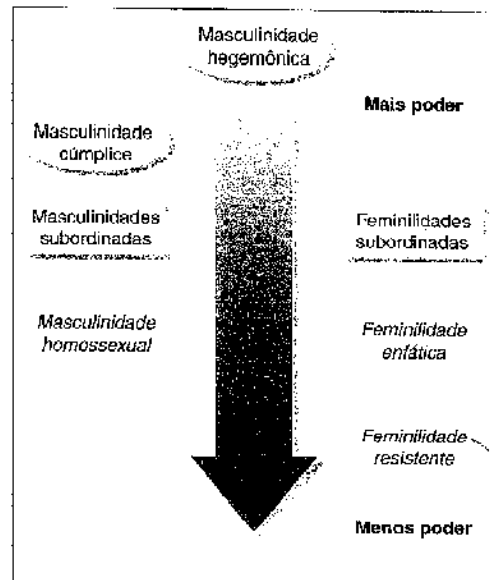


Figura 5.1 A hierarquia de gênero.

mente com a heterossexualidade e o casamento, mas também à autoridade, ao trabalho remunerado, à força e à “resistência física”. Exemplos de homens que incorporam a masculinidade hegemônica são Sylvester Stallone, Bruce Willis, Humphrey Bogart e Jean-Claude van Damme.

Embora a masculinidade hegemônica seja apresentada como uma forma ideal de masculinidade, somente poucos homens na sociedade podem alcançá-la. Muitos homens, contudo, ainda obtêm vantagens da posição dominante que a masculinidade hegemônica possui na ordem patriarcal. Connell refere-se a isso como o “dividendo patriarcal” e aos homens que se beneficiam disso como incorporando a *masculinidade cúmplice*.

O número de masculinidades e feminilidades subordinadas existe numa relação subordinada com a masculinidade hegemônica. Entre as masculinidades subordinadas, a mais importante é a *masculinidade homossexual*. Numa ordem de gênero dominada pela masculinidade hegemônica, o homossexual é visto como o oposto do “homem real”; ele não se equipara ao ideal masculino hegemônico e, frequentemente, incorpora muitos dos traços “rejeitados” da masculinidade hegemônica. A masculinidade homossexual está estigmatizada e se encontra no patamar mais baixo da hierarquia masculina de gênero.

Connell argumenta que as feminilidades são todas formadas em posições de subordinação em relação à masculinidade hegemônica. Uma forma de feminilidade – a *feminilidade enfática* – é um importante complemento à masculinidade hegemônica. Está orientada a satisfazer os interesses e os desejos dos homens e está caracterizada pela “submissão, maternidade e afetividade”. Entre as mulheres jovens, está associada à receptividade sexual, enquanto entre as mulheres mais velhas implica maternidade. Connell refere-se a Marilyn Monroe como a forma “arquetípica e satírica” da feminilidade enfática. Ele salien-

ta que as imagens de feminilidade enfática continuam predominantes na mídia, nas campanhas de publicidade e marketing.

Finalmente, há as feminilidades subordinadas que rejeitam a versão da feminilidade enfática descrita anteriormente. Para a maioria, no entanto, o imenso cuidado dedicado à manutenção da feminilidade enfática, como norma convencional da sociedade, significa que não se dá voz a outras feminilidades subordinadas que resistem à convenção. As mulheres que desenvolveram identidades e estilos de vida não-subordinados incluem feministas, lésbicas, solteironas, parceiras, bruxas, prostitutas e trabalhadoras manuais. Porém, as experiências dessas feminilidades resistentes estão, em grande parte, "ocultas na história".

#### *Mudança na ordem de gênero: tendências de crise*

Embora Connell tenha apresentado uma hierarquia de gênero claramente organizada, rejeita a visão de que as relações de gênero sejam fixas e estáticas. Ao contrário, acredita que são o resultado de um processo em andamento e estão, portanto, abertas à mudança e ao desafio. Connell vê a ordem do gênero em termos dinâmicos. Por acreditar que o sexo e o gênero são socialmente construídos, Connell argumenta que as pessoas podem mudar suas orientações de gênero. Com isso, ele não quer dizer necessariamente que as pessoas possam passar da homossexualidade à heterossexualidade e vice-versa — embora isso ocorra em alguns casos —, mas que as identidades e as aparências de gênero das pessoas estão constantemente sendo ajusta-

das. As mulheres que antes subscreviam à "feminilidade enfática" poderão desenvolver uma consciência feminista, por exemplo. Essa constante possibilidade de troca produz padrões de relações de gênero abertas à ruptura e sujeitas ao poder da ação humana.

Embora alguns sociólogos sugiram que a sociedade ocidental esteja passando por uma "crise de gênero", Connell sugere que simplesmente estamos diante de fortes tendências à crise. Essas tendências à crise assumem três formas. Em primeiro lugar, há a *crise de institucionalização*. Com isso, Connell quer dizer que as instituições que sustentaram tradicionalmente o poder do homem — a família e o Estado — estão sendo paulatinamente minadas. A legitimidade da dominação dos homens sobre as mulheres está sendo enfraquecida através da legislação que incide sobre o divórcio, a violência doméstica e o estupro e através de questões econômicas, como impostos e pensões. Em segundo lugar, há uma *crise da sexualidade*, na qual a heterossexualidade hegemônica é menos dominante do que antes. O poder cada vez maior da sexualidade das mulheres e da sexualidade gay põe a masculinidade hegemônica tradicional sob pressão. Finalmente, existe uma *crise da formação de interesse*. Connell argumenta que há novos fundamentos em prol dos interesses sociais que contradizem a ordem de gênero existente. Os direitos das mulheres casadas, os movimentos gays e o crescimento das atitudes "anti-sexistas" entre os homens apresentam ameaças à ordem atual.

Connell (1987; 1995) afirma que as ações de indivíduos e grupos podem proporcionar mudanças na ordenação do gênero.



Dois travestis performáticos desafiam a masculinidade com o mais extremo do *glamour*.

ro. As tendências de crise, já visíveis na ordem atual, talvez poderiam ser exploradas a fim de realizar a erradicação da desigualdade de gênero.

### Masculinidades em transformação

Connell destacou muitas "tendências de crise" no interior da atual ordenação de gênero que ameaçam minar a estabilidade da masculinidade hegemônica. Ele não está sozinho no exame das profundas mudanças que afetam os homens nas atuais sociedades modernas: muitos observadores creem que as transformações econômicas e sociais estão provocando uma crise da masculinidade. Os defensores dessa visão sugerem que as noções tradicionais de masculinidade estão sendo destruídas por uma combinação de influências, incluindo o oscilante mercado de trabalho e as altas taxas de divórcio. Se antigamente o homem comum gozava de segurança em função da força de trabalho, da família e da sociedade como um todo, sua posição está sendo minada por uma multiplicidade de forças, tornando-o inseguro quanto a si mesmo e a seu papel na sociedade. Consideraremos abaixo algumas das áreas em que as identidades masculinas parecem estar mudando.

#### Desemprego

Sara Willott e Christine Griffin pesquisaram a chamada "crise da masculinidade" junto a um grupo de homens da região inglesa das West Midlands que viviam no desemprego há muito tempo. Conforme o estudo, os entrevistados moravam numa área de muito desemprego e privação econômica e social. Muitos deles haviam perdido a esperança de encontrar emprego fixo. Nessa classe de homens trabalhadores, as idéias de masculinidade estavam intimamente ligadas à noção de "sair de casa para trabalhar" e trazer ao lar ganhos suficientes para que a família não dependesse de auxílio do Estado. O longo desemprego minou esses ideais – tanto em casa em companhia da família como com outros homens em locais sociais como no *pub* local. Willott e Griffin (1996) enfatizam, no entanto, que, embora a função de "provedor" houvesse sido seriamente desafiada pelo desemprego, os sentimentos individuais de impotência não necessariamente se traduzem em mudanças nas relações gerais de poder entre homens e mulheres. Em outras palavras, não há nenhuma indicação de uma "crise de masculinidade" no conjunto inteiro, mas antes um enfraquecimento de certos elementos da masculinidade tradicional.

#### Crime

O crime é outra área em que uma "crise da masculinidade" se fez sentir. Com base em um estudo empírico sobre a conduta violenta de jovens em determinado número de cidades, Beatrix Campbell sugeriu que há uma relação com a mudança de papel masculino nas sociedades modernas (1993). No passa-

do, mesmo nos bairros onde as taxas de criminalidade eram elevadas, os jovens tinham um claro conjunto de metas a serem atingidas em suas vidas: conquistar um emprego legítimo e tornar-se o provedor de sua mulher e família. Mas esse papel de homem provedor, segundo Campbell, está hoje sob pressão, especialmente entre jovens em áreas carentes. Quando o único futuro é um longo desemprego, sustentar uma família não é uma opção. Além disso, as mulheres tornaram-se mais independentes do que eram e não precisam mais de um homem para obter o *status* na sociedade. O resultado é uma espiral de deterioração social dos tipos encontrados hoje em áreas urbanas carentes. O estudo de Campbell coincide com outra obra sociológica recente sobre a pobreza, o crime e a cidade.

#### Uma crise de sentido?

Em *Stiffed: The Betrayal of the Modern Man* (1999), Susan Faludi examina as experiências de homens norte-americanos no final do século XX. Ela argumenta que o homem contemporâneo foi traído por uma sociedade em que o crescente desemprego, os salários declinantes, as longas horas de trabalho e o perpétuo temor de tornar-se um excedente minam o seguro papel de "provedor" de que eles gozavam. Mas os homens não estão sendo ameaçados somente no domínio do trabalho, segundo Faludi. Seu estudo revelou que o casamento e as relações não são mais vistos com a estabilidade que antes possuíam; o papel dos homens na comunidade – na igreja, na política e nas associações locais – também foi diluído. Ela descobriu que as comodidades da sociedade norte-americana frustraram muitas expectativas que os homens nutriam para as suas próprias vidas – expectativas que foram prometidas e preparadas pelos seus próprios pais há uma geração. Em vez disso, conclui Faludi, os homens estão agora experienciando uma profunda crise de dívida com relação à sua própria autoestima e utilidade numa época em que as lealdades tradicionais, os compromissos e os papéis estão sendo desgastados por uma desenfreada cultura consumista e pelos níveis de consumo.

#### Retratos da mídia

Os mutáveis retratos da masculinidade na cultura popular, na imprensa, na publicidade e na moda foram estudados por Jonathan Rutherford (1988). Rutherford observou duas imagens idealizadas de homens que refletem reações opostas aos desalios do feminismo e ao mutável papel das mulheres. A primeira é o "homem retributivo", que corresponde ao senso comum da masculinidade tradicional. O homem retributivo defende sua masculinidade e sua honra agredindo aqueles que representam os "traidores" da masculinidade – os homens que "amoleceram" ou que se tornaram "afeminados". Esse é o campo da reafirmação violenta da masculinidade tradicional, emblematizada pela figura de Rambo, que ataca toda a espécie de amea-

## Máirtín Mac an Ghail: a educação e a formação das masculinidades e das sexualidades

Máirtín Mac an Ghail levou a cabo uma pesquisa etnográfica numa escola secundária britânica a fim de explorar seu "regime de gênero" — o modo como as relações de gênero ocorrem dentro dos limites da escola. Inspirando-se no trabalho de Connell, Mac an Ghail interessou-se em como as escolas criam ativamente uma variedade de masculinidades e feminilidades entre os estudantes. Embora estivesse particularmente curioso acerca da formação de masculinidades heterossexuais, ele investigou também as experiências de um grupo de estudantes gays. As descobertas de Mac an Ghail, publicadas em *The Making of Men* (1994), revelaram que a própria escola é uma instituição caracterizada por padrões de gênero e de heterossexualidade. O "regime" dominante encoraja a construção das relações de gênero entre estudantes a qual coincide com a ordem mais abrangente de gênero — isto é, a hierarquia das masculinidades e das feminilidades dominantes e subordinadas poderia ser detectada dentro dos limites da escola. Influências e práticas sociais são diversas quanto procedimentos disciplinares, alocação de assuntos, interações entre professor-aluno e aluno-professor e vigilância, contribuem todos à formação das masculinidades heterossexuais.

Mac an Ghail observa quatro tipos emergentes de masculinidades no ambiente da escola. Os *garotos machões* são um grupo de meninos brancos, originários da classe trabalhadora, que desafiam a autoridade e desdenham o processo de aprendizado e os estudantes que se concentram na própria realização (ver também o Capítulo 16, "Educação", p. 412). Mac an Ghail conclui que os garotos machões estão passando por uma "crise de masculinidade", já que não estão mais disponíveis os empregos manuais e habilitados ou semi-habilitados que acreditavam definir suas identidades futuras. Isso leva os garotos a um dilema psicológico e prático sobre seus futuros, que para eles é difícil compreender e muito mais difícil ainda resolver.

O segundo grupo é constituído por estudantes que buscam a realização acadêmica que se vêem como futuros profissionais. Esses meninos são estereotipados pelos "garotos machões" (e pelos professores) como "babacas caçadores de sucesso" afeminados. O modo mais comum de esses estudantes dedicados à própria realização enfrentar o estereótipo maldoso, segundo Mac an Ghail, é manter a confiança de que com o trabalho duro e com as credenciais acadêmicas eles assegurarão seu futuro. Isso forma a base de suas identidades masculinas.

O terceiro grupo, os *novos empreendedores*, são os rapazes que gravitam em torno de assuntos pertencentes ao novo currículo vocacional, como a ciência da computação e dos negócios. Mac an Ghail os vê como crianças da nova "cultura empresarial", que foi cultivada durante os anos de Thatcher. Para esses meninos, o sucesso nos exames de nível A é relativamente inútil para sua ênfase no mercado e em seu planejamento instrumental para o futuro.

Os *verdadeiros ingleses* compõem o último grupo. São os mais problemáticos dos grupos da classe média, uma vez que mantêm uma atitude ambivalente diante do aprendizado acadêmico, mas se consideram os "árbitros da cultura" superior a qualquer coisa que seus professores podem oferecer. Por estarem voltados ao ingresso na carreira, a masculinidade para o "verdadeiro inglês" envolve a aparência de uma realização acadêmica feita sem esforço.

Em seu estudo sobre os estudantes homossexuais masculinos, Mac an Ghail descobriu que um ambiente de normas e valores distintamente heterossexual — baseados nas relações tradicionais e nas famílias nucleares — é considerado como dado em todas as discussões em sala de aula que tocam o assunto do gênero e da sexualidade. Isso leva a difíceis "confusões e contradições" na construção das identidades sexuais e de gênero para os jovens homossexuais, os quais podem simultaneamente sentir-se ignorados e categorizados pelos outros.

ça, qualquer que ela seja, num esforço de restabelecer a ordem tradicional.

Em contrapartida, há o chamado novo homem — uma figura que começou a aparecer com cada vez mais frequência na mídia e nas campanhas publicitárias na década de 1980. Rutherford vê o novo homem como expressando uma masculinidade que foi reprimida. O novo homem demonstra sensibilidade em suas atitudes para com as mulheres, os filhos e com suas próprias necessidades emocionais. Ele faz com que a paternidade seja moderna, aparecendo ser um pai protetor forte, mas ainda assim gentil. O novo homem pode também ser retratado como um objeto sexual, um pouco do modo co-

mo as mulheres têm sido convencionalmente representadas, permitindo a reversão do processo típico que fez das mulheres objetos do olhar masculino. A popularidade do novo homem sexualizado e sensível pode ser vista como uma tentativa de reconstruir as idéias de masculinidade diante dos desafios do feminismo.

### Sexualidade humana

Assim como as noções tradicionais de gênero estão sendo transformadas, as idéias acerca da sexualidade também estão





Um pai dedicado e seus três filhos: os novos papéis de gênero estão transformando a paisagem sexual.

sofrendo mudanças dramáticas. Nas últimas décadas, nos países ocidentais, aspectos importantes da vida sexual das pessoas foram alteradas de maneira fundamental. Nas sociedades tradicionais, a sexualidade estava intimamente ligada ao processo de reprodução, mas, em nossa época, desvinculou-se dele. A sexualidade tornou-se uma dimensão da vida que cada indivíduo pode explorar e moldar. Se a sexualidade foi “definida” em termos de heterossexualidade e monogamia no contexto das relações matrimoniais, agora há uma crescente aceitação de diferentes formas de comportamento e orientações sexuais numa variedade abrangente de contextos.

Esta seção explorará as variações na sexualidade humana e as mudanças que hoje estão sofrendo. Começaremos considerando a importância relativa das influências biológicas em contraposição às influências sociais e culturais no comportamento sexual humano – uma questão sobre a qual estudiosos têm divergido. Examinaremos, então, as influências sociais no comportamento sexual, as recentes tendências na atividade sexual humana e as mudanças de atitudes para com a homossexualidade.

### Biologia e comportamento sexual

A sexualidade foi considerada por muito tempo um assunto muito pessoal. Por essa razão, é um campo desafiante para os sociólogos estudarem. Até muito recentemente, o que se conhecia sobre a sexualidade originava-se do conhecimento dos biólogos, dos pesquisadores médicos e dos sexólogos. Os estudiosos também se voltavam ao mundo animal numa tentativa de compreender melhor o comportamento sexual humano.

Obviamente há uma base biológica para a sexualidade, porque a anatomia feminina difere da masculina. Existe, tam-

bém, um imperativo biológico para reproduzir, do contrário a espécie humana se extinguiria. Alguns biólogos defendem que há uma razão evolucionista que explica por que os homens tendem a ser sexualmente mais promíscuos que as mulheres. O argumento é que os homens são biologicamente inclinados a fecundar tantas mulheres quanto possível, enquanto as mulheres querem parceiros estáveis para proteger a herança biológica investida em seus filhos. Esse argumento é sustentado pelos estudos do comportamento sexual de animais que tentam mostrar que os machos são mais promíscuos que as fêmeas da mesma espécie.

Estudos mais recentes, contudo, mostraram que a infidelidade feminina é realmente bastante comum no reino animal e as atividades sexuais de muitos animais são mais complexas do que se pensava. Acreditou-se, no passado, que as fêmeas acasalavam-se com machos que tinham maior potencial na geração de uma herança genética superior para sua descendência. Um estudo recente de aves fêmeas, porém, contradisse esse argumento, afirmando que as aves fêmeas unem-se a um parceiro extra não pelos seus genes, mas porque ele pode ser um pai melhor e oferecer um melhor espaço territorial doméstico para criação dos filhotes.

As conclusões dessa pesquisa são experimentais, especialmente no que diz respeito a quaisquer implicações no comportamento sexual humano. Uma coisa, no entanto, distingue claramente os homens dos animais. O comportamento sexual humano é cheio de significado – ou seja, os humanos usam e expressam sua sexualidade de variadas formas. Para os humanos, a atividade sexual é muito mais do que biológica. É simbólica, refletindo quem somos e as emoções que estamos experimentando. Como veremos, a sexualidade é complicada demais para ser inteiramente atribuível a traços biológicos. Deve ser entendida no sentido das significações sociais nas quais os seres humanos estão inscritos.

### Influências sociais no comportamento sexual

A maioria das pessoas, em todas as sociedades, é heterossexual – procuram o sexo oposto em busca de envolvimento emocional e prazer sexual. A **heterossexualidade** é, em toda a sociedade, o fundamento do casamento e da família.

No entanto, há também muitos gostos e inclinações sexuais minoritários. Judith Lorber (1994) distingue até dez diferentes identidades sexuais: a mulher heterossexual, o homem heterossexual, a mulher lésbica, o homem gay, a mulher bissexual, o homem bissexual, a mulher travesti (uma mulher que freqüentemente se veste como um homem), o homem travesti (um homem que freqüentemente se veste como uma mulher), a mulher transexual (um homem que se torna uma mulher) e o homem transexual (uma mulher que se torna um homem). As práticas sexuais são realmente muito mais diversas. Freud denominou os seres humanos como “polimorfologicamente perversos”. Quer dizer com isso que os homens têm uma grande variedade de gostos sexuais e podem adotá-los, mesmo quan-

do, em dada sociedade, alguns desses gostos sejam considerados imorais ou ilegais. Freud iniciou suas pesquisas durante o fim do século XIX, quando muitas pessoas eram sexualmente pudicas; mas seus pacientes ainda revelavam uma surpreendente diversidade de interesses sexual.

Entre as práticas sexuais possíveis estão as seguintes. Um homem ou uma mulher pode ter relações sexuais com mulheres, homens ou com ambos. Isso pode acontecer com um único parceiro de uma vez ou com três ou mais participantes. É possível manter relações sexuais sozinho (masturbação) ou com ninguém (celibato). É possível ter relações sexuais com transexuais ou com pessoas que eroticamente se vestem com roupas do sexo oposto; é possível usar pornografia ou instrumentos sexuais; praticar sadomasoquismo (usar eroticamente o aprisionamento e infligir dor); ter sexo com animais, e assim por diante (Lorber, 1994).

Em todas as sociedades existem normas sexuais que aprovam certas práticas, enquanto desencorajam e condenam outras. Os membros de uma sociedade aprendem essas normas através da socialização. Nas últimas décadas, por exemplo, as normas sexuais nas culturas ocidentais foram associadas às idéias do amor romântico e das relações familiares. Essas normas, contudo, variam grandemente nas diferentes culturas. A homossexualidade é um dos casos. Algumas culturas toleraram ou ativamente encorajaram a homossexualidade em certos contextos. Entre os antigos gregos, por exemplo, o amor de homens por meninos era idealizado como a mais elevada forma de amor sexual.

Os tipos aceitos de comportamento sexual também variam nas diferentes culturas, o que nos permite saber que a maioria das respostas sexuais são aprendidas, e não inatas. O mais abrangente estudo foi feito há 50 anos por Clellan Ford e Frank Beach (1951), que recensaram evidências antropológicas em mais de 2 mil sociedades. Foram encontradas variações impressionantes no que é visto como um comportamento sexual "natural" e como normas de atração sexual. Em algumas culturas, por exemplo, uma longa atividade sexual preliminar, talvez durando horas, é considerada desejável e mesmo necessária na preparação anterior do intercurso sexual; em outras, tais preliminares são virtualmente inexistentes. Em algumas sociedades, acredita-se que a excessiva frequência de intercursos sexuais leva à debilidade física ou à doença. Entre o povo Saniang do Pacífico Sul, os anciãos da aldeia aconselham como mais desejável que se dê mais espaço aos contatos sexuais — eles também crêem que uma pessoa de cabelo branco pode legitimamente copular todas as noites.

Na maioria das culturas, as normas de atração sexual (sustentadas tanto pelas mulheres quanto pelos homens) concentram-se mais, para as mulheres, na aparência física, mas não para os homens, uma situação que parece estar gradativamente mudando no Ocidente à medida que as mulheres se tornam cada vez mais ativas nas esferas extradomésticas. Os traços vistos como mais importantes na beleza feminina, no entanto, diferem bastante. No Ocidente moderno, admiram-se corpos esguios e magros, enquanto em outras culturas formas bem mais

generosas são consideradas mais atraentes (ver Capítulo 6, "Sociologia do Corpo: Saúde, Doença e Envelhecimento, na p. 128"). O busto nem sempre é considerado fonte de estímulo sexual, ao passo que, em algumas sociedades, ele carrega grande significado erótico. Algumas sociedades dão grande importância à forma do rosto, ao passo que outras enfatizam a forma e a cor dos olhos ou o tamanho e o formato do nariz e dos lábios.

### A sexualidade na cultura ocidental

As atitudes ocidentais para com o comportamento sexual foram moldadas, por aproximadamente 2 mil anos, pelo cristianismo. Embora diferentes seitas e denominações cristãs tenham mantido diferentes visões sobre o lugar apropriado da sexualidade na vida, a visão dominante da Igreja cristã era de que todo comportamento sexual é suspeito, exceto aquele necessário para a reprodução. Em alguns períodos, essa visão produziu uma pudicícia extrema, em massa, na sociedade. Mas, em outras épocas, muitas pessoas ignoraram ou reagiram contra os ensinamentos da Igreja, em geral engajando-se em práticas (tais como o adultério) proibidas pelas autoridades religiosas. A idéia de que a satisfação sexual possa e deva ser vista por meio do casamento era rara.

No século XIX, as pressuposições religiosas sobre a sexualidade foram parcialmente substituídas pelas suposições médicas. A maioria das primeiras obras escritas por doutores sobre o comportamento sexual, no entanto, possuíam tanto rigor quanto as visões da Igreja. Alguns alegavam que qualquer tipo de atividade sexual desassociada à reprodução causa sérios danos físicos. Considerava-se que a masturbação causava cegueira, insanidade, doenças cardíacas e outros males, e afirmava-se que o sexo oral causava câncer. No período vitoriano, a hipocrisia sexual se expandiu. Acreditava-se que as mulheres virtuosas fossem indiferentes à sexualidade, accitando as atenções de seus maridos, somente como um dever. Mesmo assim, nas cidades em expansão, a prostituição era muito comum e muitas vezes abertamente tolerada, sendo que as mulheres "perdidas" eram vistas como uma categoria completamente diferente de suas respeitáveis irmãs de gênero.

Muitos homens vitorianos que diante dos negócios da vida eram cidadãos sóbrios, comportados, dedicados às suas esposas, visitavam regularmente prostitutas ou mantinham amantes. Esse comportamento era tratado de modo leniente, ao passo que mulheres "respeitáveis" que tinham amantes eram consideradas escandalosas e eram evitadas na sociedade pública, se sua conduta viesse à luz. As diferenciadas atitudes diante de atividades sexuais masculinas e femininas formaram um duplo padrão que existiu por muito tempo e cujos resíduos prolongam-se até hoje.

Na atualidade, as atitudes tradicionais existem ao lado de atitudes muito mais liberais para com a sexualidade, que se desenvolveram particularmente de modo intenso na década de 1960. Algumas pessoas, particularmente as influenciadas pelos ensinamentos cristãos, crêem que o sexo pré-matrimonial é errado e geralmente vêem com maus olhos qualquer forma de

comportamento sexual, exceto a atividade heterossexual dentro dos limites do casamento – embora hoje se aceite muito mais o prazer sexual como um traço desejável e importante. Outros, ao contrário, perdoam ou ativamente aprovam o sexo pré-matrimonial e têm atitudes tolerantes para com as práticas sexuais diferentes (ver Tabela 5.1). As atividades sexuais tornaram-se indubitavelmente mais permissivas nos últimos 30 anos nos países do Ocidente. Em filmes e peças de teatro, são mostradas cenas que teriam sido previamente de todo inaceitáveis e há material pornográfico prontamente disponível para a maioria dos adultos que o desejarem.

### Comportamento sexual: o estudo de Kinsey

Podemos falar com bem mais confiança sobre os valores públicos concernentes à sexualidade do que podemos falar de práticas privadas, pois, por natureza, tais práticas são pouco documentadas. Quando Alfred Kinsey iniciou sua pesquisa nos Estados Unidos, nas décadas de 1940 e 1950, era a primeira vez que se realizava verdadeiramente uma investigação sobre o comportamento sexual. Kinsey e seus co-pesquisadores (1948; 1953) enfrentaram a condenação de organizações religiosas, e sua obra foi denunciada como imoral nos jornais e no Congresso. Mas ele persistiu e, finalmente, obteve relatos da vida sexual de 18 mil pessoas, um *corpus* razoavelmente representativo da população norte-americana branca.

Os resultados de Kinsey foram surpreendentes para a maioria das pessoas e chocantes para muitos, porque revelavam uma grande diferença entre as expectativas do público ao comportamento sexual predominante daquela época e a conduta sexual real. Descobriu-se que quase 70% dos homens visita-

ram uma prostituta e que 84% tiveram experiência pré-matrimonial. No entanto, seguindo o uso de dupla medida, 40% dos homens esperavam que suas mulheres fossem virgens no casamento. Mais de 90% dos homens tinham o hábito da masturbação e cerca de 60% praticavam alguma forma de sexo oral. Entre as mulheres, aproximadamente 50% tiveram experiências sexuais pré-matrimoniais, embora a maioria com seus futuros maridos. Cerca de 60% se masturbavam e a mesma porcentagem praticava algum contato oral-genital.

A lacuna entre as atitudes publicamente aceitas e o comportamento real que as descobertas de Kinsey demonstraram, provavelmente, era particularmente grande naquele período específico imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Uma fase de liberação sexual começou muito cedo, na década de 1920, quando muitas pessoas jovens sentiram-se livres dos códigos morais restritos que haviam governado as gerações anteriores. O comportamento sexual provavelmente mudou bastante, mas os assuntos concernentes à sexualidade não eram abertamente discutidos como hoje. As pessoas que participavam de atividades sexuais, que eram então ainda condenadas publicamente, ocultavam-nas, inconscientes do quanto outras pessoas engajavam-se em tais práticas. O período mais permissivo da década de 1960 fez com que atitudes abertamente declaradas se conjugassem melhor com as realidades do comportamento.

### Comportamento sexual depois de Kinsey

Na década de 1960, os movimentos sociais que desafiaram a ordem vigente, como os associados à contracultura ou aos estilos de vida *hippie*, quebraram também com as normas sexuais existentes. Esses movimentos pregaram a liberdade sexual, e a

Tabela 5.1 Atitudes diante das relações sexuais, Grã-Bretanha, 1988 (%)

	Sempre errado	Quase sempre errado	Às vezes errado	Raramente errado	Nada errado	Outros	Total
Um homem e uma mulher que mantêm relações sexuais antes do casamento	8	8	12	10	58	5	100
Uma pessoa casada que mantém relações sexuais com outra pessoa que não seu cônjuge	52	29	13	1	2	4	100
Um menino e uma menina que mantêm relações sexuais antes dos 16 anos	56	24	11	3	3	3	100
Relações sexuais entre dois adultos do mesmo sexo	39	12	11	8	23	8	100

Perguntou-se a pessoas com idade de 18 anos ou mais se consideravam errado diferentes tipos de relações sexuais, numa escala de cinco pontos, começando com "sempre errado" e terminando com "nada errado"; "outros" inclui os que não responderam, os que responderam "não sei" e os que responderam "depende" ou "hária".  
Fonte: British Social Attitudes Survey, National Centre for Social Research. De *Social Trends*, 30 (2000), p. 41. Crown Copyright.

invenção da pílula anticoncepcional para mulheres permitiu que o prazer sexual fosse nitidamente separado da reprodução. Grupos de mulheres passaram também a fazer pressão por maior independência em relação aos valores sexuais masculinos, à rejeição da dupla medida e ao reconhecimento da necessidade de as mulheres obterem maior satisfação sexual em suas relações.

Até recentemente, era difícil saber com precisão em que medida o comportamento sexual havia mudado desde a época da pesquisa de Kinsey. No final da década de 1980, Lillian Rubin entrevistou mil norte-americanos entre as idades de 30 e 48 e oito anos para tentar descobrir que mudanças haviam ocorrido no comportamento sexual e nas atitudes durante os 30 anos anteriores. Conforme suas descobertas, houve realmente mudanças significativas. A atividade sexual estava tipicamente começando mais cedo do que havia ocorrido caracteristicamente na geração anterior; além disso, as práticas sexuais dos adolescentes tendiam a ser tão variadas e abrangentes quanto as dos adultos. Havia ainda uma medida dupla, mas não era tão intensa quanto antes. Uma das importantes mudanças era que as mulheres passaram a esperar e ativamente perseguir o prazer sexual nas relações. Esperavam receber, não somente fornecer, satisfação sexual — um fenômeno que Rubin afirma ter grandes conseqüências para ambos os sexos.

As mulheres estão sexualmente mais liberadas do que outrora; mas ao lado desse desenvolvimento, aplaudido pela maioria dos homens, surgiu uma nova afirmação que muitos homens acham difícil de aceitar. Os homens entrevistados por Rubin (1990) disseram com freqüência que se "sentiam inadequados" e temiam não conseguir "fazer nada certo" e achavam "impossível satisfazer às mulheres hoje".

Os homens sentem-se inadequados? Isso não contradiz tudo que aprendemos a esperar? Pois na moderna sociedade, os homens continuam dominantes na maioria das esferas e são, em geral, muito mais violentos com as mulheres do que vice-versa. Essa violência está substancialmente voltada ao controle e à contínua subordinação das mulheres. Mas um número de autores — conforme aprendemos anteriormente — passou a argumentar que a masculinidade é um fardo tanto quanto uma fonte de recompensa. Boa parte da sexualidade masculina, acrescentam, revela-se mais compulsiva do que produz satisfação. Se os homens deixassem de usar a sexualidade como um meio de controle, não somente as mulheres, mas eles mesmos obteriam ganhos.

### Uma nova fidelidade?

Em 1994, um grupo de pesquisadores publicou *The Social Organization of Sexuality: Sexual Practices in the United States* (*A Organização Social da Sexualidade: Práticas Sexuais nos Estados Unidos*), o mais abrangente estudo do comportamento sexual desde Kinsey. Para surpresa de muitos, suas descobertas sugeriram um substancial conservadorismo sexual entre os americanos. Por exemplo, 83% de seus pesquisados tive-

ram somente um parceiro (ou nenhum parceiro) no ano precedente e, entre as pessoas casadas, a taxa sobe para 96%. A fidelidade ao cônjuge é também bastante comum: somente 10% das mulheres e menos de 25% dos homens declararam ter um caso extraconjugal durante a vida. Segundo o estudo, os norte-americanos estimam a média de apenas três parceiros durante toda a vida. Apesar da natureza comportamental aparentemente estável, algumas mudanças distintas surgem nesse estudo, sendo que a mais significativa foi um crescimento progressivo da taxa da experiência sexual pré-matrimonial, particularmente entre mulheres. Com efeito, mais de 95% dos norte-americanos que se casam hoje possuem experiência sexual (Laumann et al., 1994).

As pesquisas sobre o comportamento sexual são repletas de dificuldades. Simplesmente não sabemos até que ponto as pessoas dizem a verdade sobre suas vidas sexuais quando questionadas por um pesquisador. *The Social Organization of Sexuality* parece mostrar que os norte-americanos se arriscam menos em suas vidas sexuais do que na época do relatório Kinsey. Isso pode ser porque os relatórios de Kinsey não eram realmente precisos. Talvez o medo da AIDS tenha levado muitas pessoas a restringir o alcance de suas atividades sexuais. Ou talvez, por alguma razão, as pessoas estejam mais propensas a esconder hoje os aspectos de suas atividades sexuais. Impossível saber ao certo.

A validade das pesquisas sobre o comportamento sexual tornou-se recentemente o centro de intenso debate (Lewontin, 1995). Os críticos da pesquisa recém-discutida declararam que essas pesquisas não geram informação confiável sobre as práticas sexuais. Parte da controvérsia centrou-se nas respostas dadas por pessoas mais velhas. Os pesquisadores relataram que 45% dos homens com idades entre 80 e 85 anos dizem que praticam sexo com sua parceira. Os críticos, percebendo a natureza obviamente falsa desses testemunhos, puseram em dúvida as descobertas de toda a pesquisa. Os pesquisadores defenderam-se da acusação e receberam algum apoio dos especialistas no estudo de pessoas mais velhas, os quais acusavam os críticos de ter estereótipos negativos acerca da velhice. Assinalaram que num estudo sobre velhos, vivendo fora de instituições, 74% eram sexualmente ativos. Um estudo descobriu, de fato, que a maioria dos homens, mesmo com 90 anos ou mais, conservava interesse pelo sexo.

### Homossexualidade

A **homossexualidade**, orientação das atividades sexuais ou dos sentimentos em relação a outras pessoas do mesmo sexo, existe em todas as culturas. Em algumas culturas não-ocidentais, as relações homossexuais são aceitas ou, mesmo, encorajadas em certos grupos. O povo Batak do norte da Sumatra, por exemplo, permite relações homossexuais masculinas antes do casamento. Os meninos abandonam a casa dos pais na puberdade e dormem numa morada com aproximadamente 12 homens mais velhos, que iniciam os novatos em práticas ho-



A fidelidade e a família nuclear nunca desapareceram?

mossexuais. Em muitas sociedades, entretanto, não é aceita com tanta abertura. No mundo ocidental, por exemplo, a idéia predominante do homossexual é a de um indivíduo nitidamente segregado da maioria da população, no que diz respeito a seus gostos sexuais.

Em seus estudos sobre a sexualidade, Michel Foucault (1978) mostrou que, antes do século XIX, a noção de uma pessoa homossexual parece ter tido uma existência muito difusa. O ato de sodomia foi denunciado pelas autoridades da Igreja e pela lei; na Inglaterra e em vários países europeus, era punido com a pena de morte. A sodomia, contudo, não era definida especificamente como uma ofensa homossexual. Aplicava-se às relações entre homens e mulheres, homens e animais, assim como entre homens. O termo "homossexualidade" foi cunhado por volta de 1860 e, desde então, os homossexuais são cada vez mais vistos como um tipo separado de pessoas com uma aberração sexual particular (Weeks, 1986). A homossexualidade tornou-se parte de um discurso "medicalizado"; falava-se dela em termos clínicos, como um distúrbio psiquiátrico mais do que como um "pecado" religioso. Os homossexuais, juntamente com outros "desviados", como os pedófilos e os travestis, eram considerados sofredores de uma patologia biológica que ameaçava a integridade da tendência dominante da sociedade.

Mais sobre as perspectivas medicalizadas em "A ascensão do modelo biomédico de saúde", na p. 137.

A pena de morte para "atos antinaturais" foi abolida nos Estados Unidos, após a independência, e nos países europeus, no final do século XVIII e no início do século XIX. Até poucas décadas atrás, porém, a homossexualidade permanecia uma atividade criminal em quase todas as partes do Ocidente. A passagem dos homossexuais das margens da sociedade para o seu centro ainda não se completou, mas se testemunhou um rápido progresso nos últimos anos. Algumas mudanças cruciais podem ser apontadas. Em primeiro lugar, a publicação do relatório Kinsey sobre o comportamento sexual trouxe à público a predominância da homossexualidade na sociedade norte-americana (ver a seguir). Essas descobertas foram chocantes para muitas pessoas, mas ajudaram a minar a falsa crença de que os homossexuais eram um minúsculo grupo de desviados com distúrbios psiquiátricos. Um segundo momento crítico ocorreu em 1969, com as revoltas de Stonewall, um episódio brutal de violência entre policiais e a comunidade *gay* de Nova York. Stonewall eletrizou o movimento de liberação *gay*, não somente nos Estados Unidos, mas também em outros países. Finalmente, o surgimento da epidemia da AIDS, no início da década de 1980, foi um acontecimento crucial na recente história da homossexualidade. Embora a AIDS tenha sido devastadora pa-

ra a população *gay*, devido ao grande número de indivíduos que foram infectados e morreram, ela fortaleceu a comunidade *gay* e tornou a homossexualidade um assunto publicamente aberto.

Nos últimos anos, as atitudes em relação aos homossexuais tornaram-se mais suaves em muitos países ocidentais, e as imagens afirmativas dos relacionamentos *gays* tornaram-se mais comuns na mídia e na imprensa.

### A homossexualidade na cultura ocidental

Kenneth Plummer, num estudo clássico, distinguiu quatro tipos de homossexualidade na cultura ocidental moderna. A *homossexualidade casual* é um encontro homossexual passageiro que não estrutura substancialmente toda a vida sexual de uma pessoa. A atração de garotos e a masturbação mútua são exemplos disso. As *atividades situadas* referem-se a circunstâncias em que os atos homossexuais são regularmente praticados, mas não se tornam uma preferência individual dominante. Em ambientes como as prisões ou os campos militares, onde homens não têm mulheres, o comportamento homossexual dessa espécie é comum, visto antes como um substituto do comportamento heterossexual do que uma preferência.

A *homossexualidade personalizada* refere-se aos indivíduos que possuem uma preferência por atividades homossexuais, mas estão isolados dos grupos em que isso é aceito. A homossexualidade aqui é uma atividade furtiva, escondida de amigos e colegas. A homossexualidade como um *estilo de vida* refere-se aos indivíduos que "assumiram" e tornaram as relações com outras pessoas de gosto sexual parecido um elemento-chave de suas vidas. Essas pessoas normalmente pertencem às subculturas *gays*, em que as atividades homossexuais são integradas a um estilo de vida distinto (Plummer, 1975). Essas comunidades frequentemente fornecem a possibilidade de ação política coletiva para avançar nos direitos e nos interesses dos homossexuais.

A proporção da população (tanto masculina, quanto feminina) que teve experiências homossexuais ou que sentiu fortes inclinações à homossexualidade é provavelmente muito maior que aquela parte que segue abertamente um estilo de vida *gay*. A provável extensão da homossexualidade nas culturas ocidentais tornou-se pela primeira vez conhecida com a publicação da pesquisa de Alfred Kinsey. Conforme suas descobertas, não mais que a metade de todos os homens norte-americanos é completamente heterossexual, julgada por suas atividades e inclinações sexuais após a puberdade. A partir da amostra de Kinsey, 8% envolveram-se em relações exclusivamente homossexuais por períodos de três anos ou mais. Outros 10% envolveram-se em atividades homossexuais ou heterossexuais. A descoberta mais surpreendente de Kinsey foi que 37% dos homens tiveram, pelo menos, uma experiência homossexual acompanhada de orgasmo. Um número adicio-

nal de 13% sentiu desejos homossexuais, mas não os passaram ao ato.

As taxas de homossexualidade entre as mulheres indicadas pelas pesquisas de Kinsey foram menores. Aproximadamente 2% das mulheres eram exclusivamente homossexuais. As experiências homossexuais foram confirmadas por 13%, ao passo que 15% admitiram sentir desejos homossexuais sem passar ao ato. Kinsey e seus colegas (1948; 1953) ficaram surpresos com o nível de homossexualidade revelado pelos seus estudos, de modo que os resultados foram checados novamente, usando diferentes métodos, mas as conclusões continuaram as mesmas.

Os resultados de *The Social Organization of Sexuality* questionaram as descobertas do estudo de Kinsey sobre a predominância da homossexualidade. Ao contrário dos 37% de Kinsey, apenas 9% dos homens no último estudo declararam ter participado de uma relação homossexual acompanhada de orgasmo; somente cerca de 8% dos homens declararam ter tido desejos homossexuais (comparados aos 13%) e apenas menos de 3% dos homens declararam ter participado de um encontro homossexual com outro homem no ano anterior.

Conforme reconheceram os autores desse estudo, o estigma que permanece ligado à homossexualidade provavelmente contribuiu para o caráter insuficiente dos relatos em torno do comportamento homossexual. E, conforme observado por um crítico, a amostra fortuita dos autores falhou em abordar a concentração geográfica dos homossexuais nas grandes cidades, onde os homossexuais provavelmente constituem aproximadamente 10% de toda a população (Laumann *et al.*, 1994).

### O lesbianismo

A homossexualidade masculina geralmente recebe mais atenção do que o *lesbianismo* – a ligação ou as atividades sexuais entre mulheres. Os grupos lésbicos tendem a ser menos organizados que as subculturas *gays* masculinas e incluem uma proporção menor de relações casuais. Nas campanhas pelos direitos homossexuais, os grupos lésbicos ativistas são frequentemente tratados como se seus interesses fossem idênticos aos das organizações masculinas. Mas, embora, às vezes, exista íntima cooperação entre *gays* e lésbicas, há também diferenças, particularmente quando as lésbicas estão ativamente envolvidas no feminismo. Algumas mulheres lésbicas chegaram a sentir que o movimento da liberação *gay* refletia os interesses dos homens, ao passo que as feministas liberais e radicais preocupavam-se exclusivamente com as questões das mulheres de classe média e heterossexuais. Assim surgiu uma marca distintiva do feminismo lésbico que promoveu a expansão dos "valores femininos" e desafiou a ortodoxia heterossexual masculina estabelecida. Muitas mulheres *gays* vêem o lesbianismo menos como uma orientação sexual e mais como um compromisso e uma forma de solidariedade com outras mulheres – política, social e pessoalmente (Seidman, 1997).

### Atitudes em relação à homossexualidade

As atitudes de intolerância para com a homossexualidade foram tão pronunciadas no passado que foi somente durante os últimos anos que alguns dos mitos envolvendo o assunto foram banidos. A homossexualidade não é uma doença e não está distintamente associada com quaisquer formas de distúrbios psiquiátricos. Os homossexuais masculinos não estão limitados a nenhum setor ocupacional específico, como o de cabeleireiro, da decoração de interiores e das artes. A exemplo dos termos racismo e sexismo, o heterossexismo refere-se ao processo pelo qual pessoas não-heterossexuais são categorizadas e discriminadas em função de sua orientação sexual. A **homofobia** descreve um temor aos indivíduos homossexuais e também o desdém por eles.

Embora a homossexualidade esteja se tornando mais aceita, tanto o heterossexismo quanto a homofobia continuam arraigados em muitos setores da sociedade ocidental; o antagonismo aos homossexuais persiste nas atitudes emocionais de muitas pessoas. Casos de assalto violento e de assassinato de homossexuais são ainda muito comuns. Por essa razão, muitos grupos homossexuais promovem campanhas para classificar os atos anti-homossexuais como "crimes de ódio".

Ver os assuntos desenvolvidos em "Os crimes contra os homossexuais", na p. 192.

Alguns tipos de comportamentos *gays* masculinos podem ser vistos como tentativas de alterar as conexões usuais da masculinidade e do poder – uma razão, talvez, porque a comunidade heterossexual os considere com freqüência uma ameaça. Os homens *gays* tendem a rejeitar a imagem de efeminação à qual estão popularmente associados, fugindo disso de duas maneiras. Uma delas é através do cultivo da efeminação ultrajante – uma masculinidade "abichalhada" que parodia o estereótipo. A outra maneira é desenvolvendo a imagem de "machão". Esta também não é convencionalmente masculina; os homens que se vestem como motociclistas ou *cowboys* estão novamente parodiando a masculinidade pelo exagero (Bertelson, 1986).

Alguns sociólogos investigaram o efeito da epidemia da AIDS sobre as atitudes populares para com a homossexualidade. Sugerem que a epidemia desafiou algumas das principais fundações ideológicas da masculinidade heterossexual. A sexualidade e o comportamento sexual, por exemplo, tornaram-se tópicos de discussão pública, incluindo desde campanhas em prol do sexo seguro, patrocinadas pelo governo, até a cobertura pela mídia da difusão da epidemia. A epidemia ameaçou a legitimidade das idéias tradicionais de moralidade ao dirigir a atenção pública à predominância do sexo pré-matrimonial, às relações extraconjugais e às relações não-heterossexuais na sociedade. Mas acima de tudo, ao intensificar a visibilidade dos homossexuais, a epidemia pôs em questão a "universalidade" da heterossexualidade e demonstrou que existem alternativas à família nuclear tradicional (Redman, 1996). A

resposta, no entanto, assumiu às vezes formas históricas e paranóicas. Os homossexuais são retratados como uma ameaça desviante ao bem-estar moral da "sociedade normal". A fim de preservar a masculinidade heterossexual como a "norma", tornou-se necessário marginalizar e denegrir a ameaça percebida (Rutherford e Chapman, 1988).

### A luta por direitos e reconhecimento legais

De várias maneiras, a homossexualidade tornou-se mais normalizada – uma parte mais aceita da sociedade cotidiana. Muitos países aprovaram a legislação para proteger os direitos dos homossexuais. Quando a África do Sul adotou nova constituição em 1996, tornou-se um dos únicos países a garantir constitucionalmente os direitos dos homossexuais. Muitos países da Europa, como a Dinamarca, a Noruega e a Suécia, permitem agora que parceiros homossexuais sejam registrados, podendo reivindicar a maioria das prerrogativas do casamento. Cidades e governos locais na Holanda, na França e na Bélgica passaram também a conceder reconhecimento às relações homossexuais. Os estados norte-americanos do Havaí e do Vermont aprovaram leis, legalizando casamentos homossexuais e "uniões civis" (associações homossexuais com direitos e obrigações conjugais). Um decreto na Grã-Bretanha declarou que um casal homossexual, numa relação estável, pode ser definido como uma família – uma decisão com grandes implicações para os direitos de herança e para o *status* parental.

Cada vez mais os ativistas *gays* buscam a total legalização do casamento homossexual. Por que se preocupam com isso, quando entre casais heterossexuais o casamento parece estar perdendo importância? Preocupam-se porque querem os mesmos *status*, direitos e obrigações como qualquer outra pessoa. O casamento hoje é, sobretudo, um compromisso emocional, mas como instituição reconhecida pelo Estado, também tem implicações legais definidas. Dá aos parceiros o direito de tomar decisões de caráter médico envolvendo vida ou morte, direitos de herança e direitos de partilhar pensões e outros benefícios econômicos. As cerimônias de "compromisso" – os casamentos não-legais – que se tornaram populares tanto entre homossexuais quanto heterossexuais nos Estados Unidos – não conferem tais direitos e obrigações. De modo inverso, naturalmente essa é uma razão por que muitos casais heterossexuais decidem hoje ou adiar o casamento ou simplesmente não casar de modo algum.

Os opositores ao casamento homossexual o condenavam como frívolo ou como antinatural. Acreditam que legitima uma orientação sexual que o Estado deveria se esforçar em reprimir. Há grupos de pressão nos Estados Unidos dedicados a fazer os homossexuais mudarem seus modos e se casarem com pessoas do sexo oposto. Alguns ainda vêem a homossexualidade como uma perversão e são violentamente opostos a quaisquer disposições que possam normalizá-la.

A maioria das pessoas *gays*, porém, quer simplesmente ser considerada normal. Apontam que os homossexuais precisam de segurança econômica e emocional assim como as outras pessoas. Em seu livro, *Virtually Normal* (1995), Andrew Sullivan argumenta consistentemente a favor das virtudes do casamento homossexual. Católico e homossexual, ele penou em busca de uma reconciliação entre suas crenças religiosas e sua sexualidade. Afirmar que a homossexualidade está, pelo menos, em parte dada na natureza – geralmente não é algo que se possa escolher. Pedir que alguém renuncie à homossexualidade é pedir-lhe que renuncie a sua chance de amar e ser amado por alguém. Aquele amor deveria ser capaz de se expressar no interior do casamento. Se os homossexuais não devem se tornar uma minoria alienada, conclui, o casamento *gay* deve ser legalizado.

## Prostituição

A **prostituição** pode ser definida como a concessão de favores sexuais em troca de ganho monetário. A palavra “prostituta” começou a ser adotada na linguagem comum no final do século XVIII. No mundo antigo, a maioria dos que trocavam sexo por ganho econômico era cortesãs, concubinas (amantes) ou escravas. As cortesãs e as concubinas freqüentemente tinham uma alta posição nas sociedades tradicionais.

Um aspecto-chave da prostituição moderna é que as mulheres e seus clientes geralmente não se conhecem. Embora os homens possam tornar-se “fregueses regulares”, a relação não é inicialmente estabelecida com base em relação pessoal. Não era o que acontecia na maioria das formas de concessão de favores sexuais em troca de ganhos materiais em épocas mais remotas. A prostituição está diretamente ligada ao colapso das comunidades de pequeno porte, ao desenvolvimento de grandes áreas urbanas impessoais e à comercialização das relações sociais. Nas sociedades tradicionais de pequeno porte, as relações sexuais eram controladas por sua própria visibilidade. Nas novas áreas urbanas desenvolvidas, mais ligações sociais anônimas foram facilmente estabelecidas.

### A prostituição hoje

Hoje, na Grã-Bretanha, as prostitutas são oriundas principalmente das camadas sociais mais pobres, como no passado, mas a estas somou-se o considerável número de mulheres da classe média. A crescente taxa de divórcio atraiu para a prostituição novas mulheres atingidas pelo empobrecimento. Além disso, algumas mulheres incapazes de encontrar trabalho após a graduação trabalham em casas de massagem ou nas redes de *telessexo*, enquanto procuram outras oportunidades de trabalho.

Paul J. Goldstein classificou os tipos de prostitutas em termos de *compromisso ocupacional* e *contexto ocupacional*. O *compromisso* refere-se à freqüência com que uma mulher está envolvida na prostituição. Muitas mulheres estão envol-

vidas temporariamente, vendendo sexo algumas poucas vezes antes de abandonar a prostituição por um longo tempo ou para sempre. As “prostitutas ocasionais” são aquelas que com freqüência aceitam dinheiro em troca de sexo, mas de modo irregular, a fim de suplementar a renda a partir de outras fontes. Outras estão envolvidas continuamente na prostituição, derivando dela sua principal fonte de renda. O *contexto ocupacional* constitui o tipo de ambiente de trabalho e de processo interativo em que uma mulher está envolvida. Uma mulher da rua busca serviço nas calçadas das avenidas. Uma garota que faz “*telessexo*” busca clientes pelo telefone e os clientes vão até sua casa, ou mesmo são visitados por ela. Há também prostitutas que trabalham em clubes ou bordéis. Uma “prostituta de casa de massagem” fornece serviços sexuais num estabelecimento que supostamente oferece apenas serviços de massagem e saúde.

Muitas mulheres também fazem negócio (pagamentos em bens ou outros serviços, e não em dinheiro) em troca de serviços sexuais. A maioria das garotas de programa estudadas por Goldstein (1979) envolveu-se regularmente em comércio sexual – sexo em troca de aparelhos de televisão, reparos de carros e mercadorias eletrônicas, roupas e serviços legais e dentários.

Uma resolução das Organizações Unidas (ONU), aprovada em 1951, condena os que organizam a prostituição ou os que lucram com as atividades das prostitutas, mas não prevê o banimento da prostituição como tal. Um total de 53 Estados membros, incluindo a Grã-Bretanha, aceitou formalmente a resolução, embora sua legislação sobre a prostituição varie muito (ver box). Em alguns países, a prostituição é ilegal. Em outros, como a Grã-Bretanha, são proibidos somente certos tipos, como a prostituição infantil ou a prostituição de rua. Algumas licenças de governos nacionais ou locais reconheceram oficialmente os bordéis ou as casas de prostituição como o “*Eros Centres*” na Alemanha ou as casas de sexo em Amsterdã. Em outubro de 1999, o Parlamento holandês tornou a prostituição uma profissão oficial para as 30 mil mulheres que estimativamente trabalham na indústria do sexo. Todos os lugares onde o sexo é vendido serão agora regulamentados, licenciados e inspecionados pelas autoridades locais. Somente poucos países licenciam a prostituição masculina.

A legislação contra a prostituição raramente pune os clientes. As pessoas que compram serviços sexuais não são presas ou processadas e, nos procedimentos de tribunais, suas identidades tenderão a ser mantidas em sigilo. Há muito menos estudos sobre clientes do que sobre os que vendem serviços sexuais e é raro alguém sugerir – como com freqüência se afirma e subentende no tocante às prostitutas – que possuem distúrbios psicológicos. O desequilíbrio na pesquisa certamente expressa uma aceitação não-crítica dos estereótipos ortodoxos da sexualidade, de acordo com os quais é “normal” para os homens buscar ativamente uma variedade de escapes sexuais, ao passo que aquelas pessoas que preenchem tais necessidades são condenadas.



## A prostituição infantil e a "indústria sexual global"

A prostituição freqüentemente envolve crianças. Um estudo da prostituição infantil nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Alemanha Ocidental indicou que a maioria das crianças que fugiram de casa e não possuem renda recorre à prostituição para obter sua subsistência.

O fato de que muitas crianças fugitivas recorrem à prostituição é, em parte, uma consequência inesperada das leis que protegem as crianças contra o trabalho infantil, que de modo algum quer dizer que todas as crianças prostituídas fugiram de casa. Três categorias abrangentes de crianças prostituídas podem ser distinguidas (Janus e Heid Bracey, 1980): as *fugitivas*, que fugiram de casa e que não são encontradas pelos pais, ou ainda as que fogem a cada vez que são trazidas de volta para casa; as *errádias*, que vivem basicamente em casa, porém passam períodos fora, por exemplo, ficando amíúde fora de casa por muitas noites de uma só vez; as crianças *rejeitadas*, cujos pais são indiferentes ao que fazem ou as rejeitam ativamente. Todas as categorias envolvem tanto meninos quanto meninas.

A prostituição infantil faz parte da indústria do turismo sexual em muitos países – por exemplo, na Tailândia e nas Filipinas. Pacotes turísticos, voltados à prostituição, levam homens a esses países vindos da Europa, dos Estados Unidos e do Japão – embora hoje esses pacotes tenham sido ilegalizados na Grã-Bretanha. Os membros dos grupos de mulheres asiáticas organizaram protestos públicos contra essas viagens, as quais mesmo assim continuam. O turismo sexual no Extremo Oriente possui suas origens no fornecimento de prostitutas para as tropas norte-americanas durante as guerras da Coreia e do Vietnã. Centros de "repouso e recreação" foram construídos na Tailândia, nas Filipinas, no Vietnã, na Coreia e em Taiwan. Alguns ainda existem, particularmente nas Filipinas, suprimindo levadas regulares de turistas, assim como militares estacionados na região.

Um relatório publicado em 1998 pela Organização Mundial do Trabalho (OMT) descobriu que a prostituição e a indústria do sexo, no sudeste da Ásia, ganharam dimensões de um setor comercial plenamente desenvolvido devido ao rápido crescimento nas últimas décadas. Apesar da desaceleração econômica em muitas economias asiáticas, a demanda pelo comércio do sexo parece ser inabalável. Isso se deve em parte a seu caráter internacionalizado – o crescente diferencial na taxa de câmbio entre as moedas asiáticas e internacionais torna o turismo sexual mais disponível e atrativo aos estrangeiros. Além disso, a indústria do sexo está associada aos índices locais de desemprego. Em períodos econômicos difíceis, as mulheres e as crianças são vistas freqüentemente como população "excedente". Algumas famílias, desesperadas, forçam suas próprias crianças à prostituição; outras pessoas jovens são atraídas inconscientemente pelo mercado do sexo ao responder inocentemente a anúncios oferecendo trabalho para "artistas" e "dançarinas". Os padrões de migração das áreas

rurais às áreas urbanas são um importante fator no crescimento da indústria do sexo, já que muitas mulheres desejam deixar os seus tradicionais e restritivos lugares de origem assim que tiverem oportunidade de fazê-lo.

O relatório da OMT adverte que muitos dos países em que está particularmente difundida a indústria do sexo não possuem uma estrutura legal ou políticas sociais para enfrentar suas muitas consequências. A prostituição traz sérias implicações na difusão da AIDS e das doenças sexualmente transmissíveis. Está associada com freqüência também à violência, à criminalidade, ao tráfico das drogas, à exploração e às violações dos direitos humanos (Lim, 1998).

## Explicando a prostituição

Por que existe a prostituição? Certamente é um fenômeno persistente, que resiste às tentativas governamentais de eliminá-lo. Esse é que quase sempre envolve mulheres que vendem favores sexuais aos homens, e não o contrário – embora haja alguns exemplos, como em Hamburgo, na Alemanha, onde existem "casas de prazer" para fornecer serviços sexuais masculinos às mulheres. É claro, garotos e homens também se prostituem com outros homens.

Nenhum fator singular pode explicar a prostituição. Pode parecer que os homens simplesmente possuem necessidades sexuais mais fortes ou persistentes que as mulheres, buscando, assim, os escapes oferecidos pela prostituição. Mas essa explicação é implausível. A maioria das mulheres parece capaz de desenvolver sua sexualidade de uma forma mais intensa do que os homens de mesma idade. Além disso, se a prostituição existisse simplesmente para servir às necessidades sexuais, certamente haveria muita prostituição masculina.

As conclusões gerais mais convincentes a serem tiradas é que a prostituição expressa e em certa medida ajuda a perpetuar a tendência masculina de tratar as mulheres como objetos que podem ser "usados" para fins sexuais. A prostituição expressa, num contexto particular, as desigualdades de poder entre os homens e as mulheres. É claro que muitos outros elementos também estão envolvidos. A prostituição oferece um meio de obter satisfação sexual às pessoas que, em virtude de suas deficiências físicas ou da existência de códigos morais restritivos, não podem encontrar outros parceiros sexuais. As prostitutas preenchem as necessidades sexuais de homens que estão longe de casa, que desejam encontros sexuais sem compromisso ou que tenham gostos incomuns que as outras mulheres não aceitariam. Mas esses fatores dizem respeito à extensão da ocorrência da prostituição mais do que a sua natureza geral.

## Conclusão: gênero e globalização

Neste capítulo, a maior parte de nossa discussão concentrou-se nas noções de gênero nas sociedades ocidentais industrializa-

## As prostitutas, seus clientes e a lei nos países europeus

**Inglaterra e País de Gales** – O ato de prostituição não é ilegal, mas as leis que a governam estão entre as mais duras do mundo. Aliciar e vadiar com intenção de aliciamento são atos ilegais. Não é ilegal que uma prostituta trabalhe em sua própria dependência, mas duas ou mais pessoas trabalhando juntas sob um mesmo teto constitui um bordel ilegal. Homens e mulheres controlando prostitutas podem ser acusados de viver de ganhos imorais.

**Alemanha** – A prostituição é largamente tolerada e controlada através de registro. As leis variam de Estado para Estado. Houve uma proliferação de bordéis legais nas cidades, sendo que Hamburgo ocupa a segunda posição depois de Amsterdã como capital do sexo na Europa. Há grupos de pressão que lutam para reconhecer a prostituição como um trabalho apropriado.

**Itália** – A prostituição é ilegal, embora as perseguições sejam raras. A pressão do Vaticano ajudou a esmagar um recente debate sobre a legalização dos bordéis, que empregam um número cada vez maior de mulheres do Leste Europeu e da África. Os católicos romanos e outras instituições de caridade pediram a revisão das leis que banem os bordéis.

Fonte: *Guardian*, 30 de outubro de 1999.

**França** – O ato de prostituição é legal, mas os bordéis regulamentados pelo Estado foram fechados a partir de 1946. Todos os bordéis são hoje ilegais, assim como o aliciamento, embora as mulheres que aliciem sejam toleradas em locais de prostituição. A polícia francesa juntou forças com a Alemanha e outros países para controlar a prostituição transnacional.

**Rússia** – A prostituição é ilegal, mas poucos respeitam a lei. A transgressão está no código civil e não criminal, e pode, portanto, ser punida apenas com multas. Uma mulher que é detida oferecendo serviços sexuais pode ser multada com o equivalente a um salário mínimo mensal – 82 rubros –, uma soma trivial para prostitutas em Moscou, São Petersburgo e outras cidades. Uma pessoa com negócios como bordéis pode ser punida pela lei criminal e ser presa.

**Suécia** – Por muito tempo, vista como um dos países mais liberais em sua atitude quanto ao sexo e à pornografia, a Suécia aprovou a lei que estabelece que, embora uma prostituta ainda possa trabalhar legalmente, seu cliente pode ser perseguido. Pagar pelo sexo tornou-se uma transgressão criminal.

das. Vimos como o movimento das mulheres trouxe à luz um poderoso corpo de teoria sociológica para assinalar a existência de persistentes desigualdades de gênero e para apresentar planos pela sua superação.

O feminismo não é, no entanto, um exercício meramente acadêmico; não está tão pouco restrito à América do Norte e à Europa Ocidental. O movimento das mulheres é um fenômeno internacional dinâmico que tem como meta as persistentes desigualdades de gênero, assim como os novos desafios enfrentados pelas mulheres numa época global. Na China, por exemplo, as mulheres estão lutando para assegurar direitos iguais no emprego e participação igual na política. Na África do Sul, as mulheres desempenham um papel crucial na batalha contra o *apartheid* e estão lutando, na era pós-*apartheid*, para melhorar o acesso das pessoas à educação, às facilidades de saúde, à habitação e ao emprego. No Peru, as ativistas estão lutando há décadas para incrementar o papel das mulheres na esfera pública.

Embora os participantes dos movimentos das mulheres tenham por muitos anos cultivado relações com ativistas em outros países, o número e a importância desses contatos aumentaram com a globalização. Um primeiro fórum em prol do estabelecimento de contatos internacionais foi a Conferência das Nações Unidas sobre as mulheres, realizada quatro vezes desde 1975. Aproximadamente 50 mil pessoas – das quais mais de

dois terços eram mulheres – participaram da mais recente conferência, realizada em Pequim, na China, em 1995. Delegados de 181 nações estavam na conferência, junto com representantes de milhares de organizações não-governamentais. Visando meios de “assegurar às mulheres acesso igual aos recursos econômicos, incluindo a terra, o crédito, a ciência e a tecnologia, o treinamento vocacional, a informação, a comunicação e os mercados”, os participantes da conferência passaram dez dias discutindo as apresentações sobre o estado das mulheres no mundo inteiro, debatendo formas de melhorar sua condição e construir laços profissionais e pessoais mútuos.

A plataforma de ação finalmente endossada pelos participantes da conferência instou os países a enfrentar questões como:

- a persistente e crescente pobreza que ameaça as mulheres;
- a violência contra as mulheres;
- os efeitos de conflitos armados e de outros tipos de conflitos sobre as mulheres;
- a desigualdade entre homens e mulheres na partilha do poder e da tomada de decisão;
- a estereotipagem das mulheres;
- as desigualdades de gênero na administração dos recursos naturais;

- a persistente discriminação e a violação dos direitos das meninas.

Os movimentos feministas devem ter uma orientação internacional para serem eficazes? Os interesses das mulheres são essencialmente os mesmos no mundo? O que poderia sig-

nificar o feminismo para as mulheres no mundo desenvolvido? Essas e muitas outras questões estão sendo debatidas calorosamente à medida que o processo de globalização avança.

### Pontos Principais

1. Os sociólogos distinguem sexo de gênero. O sexo refere-se às diferenças biológicas entre os corpos masculinos e femininos, enquanto o gênero diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres.
2. Algumas pessoas afirmam que as diferenças entre os homens e as mulheres são geneticamente determinadas. Não há, contudo, nenhuma evidência conclusiva a sugerir uma base biológica para as diferenças de gênero.
3. A socialização do gênero refere-se ao aprendizado dos papéis de gênero com a ajuda dos organismos como a família e a mídia. Acredita-se que a socialização de gênero inicia já com o nascimento da criança. As crianças aprendem e internalizam as normas e as expectativas consideradas correspondentes ao sexo biológico. Dessa forma, adotam os "papéis sexuais" e as identidades masculina e feminina (a masculinidade e a feminilidade) que os acompanham.
4. Alguns sociólogos crêem que tanto o sexo quanto o gênero são produtos socialmente construídos, que podem ser moldados e alterados de várias formas. O gênero não somente carece de uma "essência" fixa, mas o próprio substrato do corpo humano pode ser mudado pelas influências sociais e pelas invenções tecnológicas.
5. A desigualdade de gênero refere-se às diferenças de *status*, poder e prestígio desfrutados pelas mulheres e pelos homens nos diversos contextos. Ao explicar a desigualdade de gênero, os funcionalistas enfatizam que as diferenças de gênero e a divisão sexual do trabalho contribuem para a estabilidade e a integração social. As abordagens feministas rejeitam a idéia de que a desigualdade de gênero é, de alguma forma, natural. As feministas liberais explicaram a desigualdade de gênero em termos de atitudes sociais e culturais, como o sexismo e a discriminação. As feministas radicais defendem que os homens são responsáveis pela exploração das mulheres através do patriarcado – a dominação sistemática das mulheres pelos homens. As feministas negras detectaram fatores como a classe e a etnicidade, além do gênero, como essenciais para entender a opressão experienciada pelas mulheres não-brancas.
6. As relações de gênero referem-se às interações socialmente padronizadas entre homens e mulheres na sociedade. Alguns sociólogos afirmaram que existe uma ordem de gênero em que as expressões de masculinidade e feminilidade estão organizadas numa hierarquia que promove a dominação dos homens sobre as mulheres.
7. Nos últimos anos, mais atenção foi dada à natureza da masculinidade. Alguns observadores crêem que as amplas transformações econômicas e sociais estão provocando uma crise da masculinidade, em que estão sendo desgastados os papéis tradicionais dos homens.
8. Embora haja uma base biológica para a sexualidade humana, a maior parte do comportamento sexual parece ser mais aprendida do que inata. As práticas sexuais variam largamente entre e no interior das culturas. No Ocidente, a Cristandade foi importante para moldar as atitudes sexuais. Nas sociedades com códigos sexuais rígidos, são comuns a duplicidade dos padrões e a hipocrisia. O abismo entre as normas e práticas reais pode ser imenso, conforme mostram estudos sobre o comportamento sexual. No Ocidente, as atitudes repressivas à sexualidade abriram um caminho para uma perspectiva mais tolerante na década de 1960, cujos efeitos são óbvios ainda hoje.
9. A maioria das pessoas no mundo é heterossexual, ainda que haja também muitos gostos e inclinações sexuais minoritários. A homossexualidade parece existir em todas as culturas e, nos últimos anos, as atitudes para com os homossexuais tornaram-se mais flexíveis. Em alguns países, foram aprovadas leis que reconhecem as uniões homossexuais e concedem aos casais homossexuais os mesmos direitos que às pessoas casadas.
10. A prostituição é a concessão de favores sexuais em troca de pagamento. Vários tipos diferentes de prostituição existem nas sociedades modernas, inclusive a prostituição feminina e infantil. A prostituição licenciada é aceita pelos governos nacionais e regionais em alguns países, mas, na maioria dos Estados, as prostitutas trabalham ilegalmente. Uma próspera indústria do turismo sexual voltada à prostituição brotou em algumas partes do mundo.

### Questões para Reflexão

1. Seria possível ou desejável eliminar as diferenças de gênero na sociedade?
2. É possível manter as diferenças de gênero mesmo eliminando as desigualdades de gênero?
3. De que modo fatores como a classe, a etnicidade e a orientação sexual moldam nossa experiência de gênero?
4. Que novas espécies de masculinidades e feminilidades poderão emergir nas próximas décadas em resposta a amplos processos de mudança social?
5. De que maneira a interação está estruturada em torno de uma norma heterossexual assumida?
6. Como a prostituição difere-se das outras formas de ganhar a vida?

### Leitura Complementar

**John Horton e Sue Mendus** (eds), *Toleration, Identity, and Difference*. Basingstoke: Macmillan, 1999.

**Michael S. Kimmel e Michael A. Messner**, *Men's Lives*. Boston, Mass: Allyn and Bacon, 1998.

**Londa Schiebinger**, *Has Feminism Changed Science?*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999.

**Lynne Segal**, *Why Feminism?*. Cambridge: Polity, 1999.

**Steven Seidman**, *Difference Troubles: Queering Social Theory and Social Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

### Endereços na Internet

Arquivo para pesquisa sobre os estudos e o gênero das mulheres – links internacionais

<http://www.lib.utsa.edu/Archives/links2.htm#intl>

Fawcett Library, agora conhecida como The Women's Library  
[www.lgu.ac.uk/fawcett/main.htm](http://www.lgu.ac.uk/fawcett/main.htm)

Masculinity and Representation

<http://www.newcastle.edu.au/departmen/so/kibby.htm>

Queer Resource Directory

<http://www.qrd.org/>

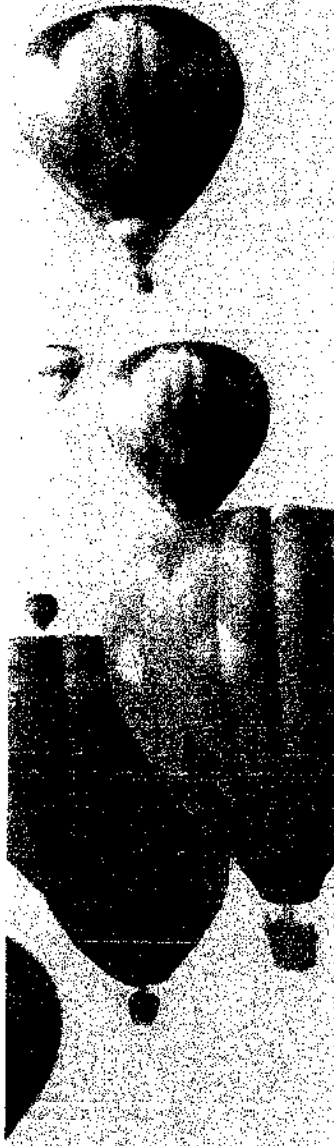
A Voz da Shuttle

<http://vos.ucsb.edu/shuttle/gender.html>

# 6

## Sociologia do Corpo: Saúde, Doença e Envelhecimento

<b>A sociologia do corpo</b>	130	<b>Perspectivas sociológicas sobre saúde e doença</b>	141
<b>A base social da saúde</b>	130	O papel de enfermo	142
Classe e saúde	131	A doença como uma "experiência vivida"	143
Gênero e saúde	133	<b>Saúde e envelhecimento</b>	144
Raça e saúde	134	Os efeitos físicos do envelhecimento	145
A lei de "inversão de assistência à saúde"	137	Problemas do envelhecimento	146
<b>Medicina e sociedade</b>	137	<b>Conclusão: o futuro do envelhecimento</b>	147
A ascensão do modelo biomédico de saúde	137	Pontos principais	148
O modelo biomédico	138	Questões para reflexão	149
Críticas ao modelo biomédico	139	Leitura complementar	149
Medicina e saúde num mundo em mudanças	140	Endereços na internet	149



## 6: Sociologia do corpo: saúde, doença e envelhecimento

Desde cedo em sua vida, Jan Mason desfrutou de ótima saúde. Mas, quando começou a sentir extremo cansaço e depressão, achou que seu médico seria incapaz de lhe fornecer qualquer espécie de alívio.

Antes eu era uma pessoa muito saudável. Eu nadava, jogava *squash*, corria, até que um dia desmaiei. Fui ao médico, mas ninguém pôde me dizer o que eu tinha. Meu médico geral me disse que era uma febre glandular e me receitou antibióticos que me causaram uma afta terrível. Então, ele continuou dizendo que ele também não sabia o que era... Submeti-me a todos os exames. Eu estava aos pedaços. Isso continuou por seis meses. Eu continuava doente, e eles ainda não sabiam do que se tratava. (Citado em Sharma, 1992, p. 37.)

O médico de Jan sugeriu que ela tentasse tomar antidepressivos, concluindo que ela estava sofrendo dos efeitos de estresse. Jan sabia que antidepressivos não eram uma boa solução para ela, mesmo reconhecendo que a sua condição de não-diagnosticada tivesse se tornado um grande estresse em sua vida. Após ouvir um programa de rádio, Jan suspeitou que sua letargia fosse resultado da síndrome da fadiga pós-viral. Aconselhada por um amigo, ela buscou ajuda de um *homeopata* – um profissional de medicina alternativa que avalia o estado de todo o corpo e que, usando minúsculas doses de substâncias, trata “o igual com o igual”, na suposição de que os sintomas de certa doença são parte de um processo físico-corporal de autocura. Ao encontrar um homeopata com cuja abordagem sentia-se confortável, Jan sentiu-se bem com o tratamento que recebeu (Sharma, 1992).

Jan é uma dentre um número crescente de pessoas que estão incorporando práticas médicas não-ortodoxas a suas rotinas de cuidados com a saúde. Em muitas sociedades industrializadas da última década, houve um crescimento do interesse no potencial da **medicina alternativa**. O número de profissionais da medicina alternativa está em expansão, enquanto formas de tratamento disponíveis. De plantas medicinais à acupuntura, da reflexologia à quiroprática, a sociedade moderna está presenciando uma explosão de alternativas de tratamento de saúde que fogem ao sistema médico “oficial” ou que se combinam com este. Estimativas demonstraram que um em cada quatro britânicos já consultaram um profissional de medicina alternativa. O perfil típico dos indivíduos que buscam formas alternativas de cura é feminino, passando de jovens até mulheres de meia-idade e de classe média.

Os países industrializados têm os recursos médicos mais desenvolvidos e sofisticados. Por que, então, está crescendo o número de pessoas que optam por abandonar o sistema de saúde tradicional para adotar tratamentos “não-científicos”, como a aromaterapia e a hipnoterapia? Primeiro é importante destacar que nem todos os que utilizam a medicina alternativa a usam em substituição ao tratamento ortodoxo (embora algumas abordagens alternativas, tais como a homeopatia, rejeitem in-

teiramente as bases da medicina ortodoxa). Muitas pessoas combinam elementos de ambas as abordagens. Por essa razão, alguns estudiosos preferem chamar as técnicas não-ortodoxas de técnicas complementares de medicina, em vez de medicina alternativa (Saks, 1992).

Há inúmeras razões para os indivíduos buscarem os serviços de um profissional de medicina alternativa. Algumas pessoas consideram a medicina convencional deficiente ou incapaz de aliviar as dores crônicas e incômodas, ou os sintomas de estresse e ansiedade. Outras estão insatisfeitas com o modo como funciona o sistema de saúde moderno – grandes listas de espera, procura por especialistas, restrições financeiras, e assim por diante. Ligado a isso, existe o perigo dos efeitos colaterais da medicação e a violência das intervenções cirúrgicas – técnicas utilizadas pelo sistema de saúde moderno. A relação assimétrica de poder entre médicos e pacientes está no centro da escolha de certas pessoas de se beneficiar da medicina alternativa. Elas sentem que o papel dos “pacientes passivos” não lhes fornece informações o bastante sobre seu tratamento e sua cura. Finalmente, alguns indivíduos fazem objeções religiosas ou filosóficas à medicina ortodoxa, a qual trata o corpo e a mente separadamente. Crêem que as dimensões espirituais e psicológicas de saúde e doença muitas vezes não são levadas em consideração na prática da medicina convencional. Como veremos neste capítulo, todas essas questões são críticas implícitas ou explícitas ao **modelo biomédico de saúde**, o fundamento sobre qual opera o *establishment* médico ocidental. O modelo biomédico de saúde define doença em termos objetivos e acredita que o corpo saudável pode ser restabelecido por meio de um tratamento médico cientificamente fundado.

O crescimento da medicina alternativa apresenta várias questões interessantes a serem consideradas pelos sociólogos. Antes de tudo, é uma reflexão fascinante sobre as transformações ocorridas nas sociedades modernas. Vivemos em uma época em que há cada vez mais informações disponíveis – oriundas de uma variedade de fontes –, às quais podemos recorrer nas escolhas que fazemos em nossas vidas. O cuidado com a saúde não é aqui uma exceção. Os indivíduos estão se tomando cada vez mais “consumidores de serviços de saúde” – adotando uma postura ativa diante de sua própria saúde e seu bem-estar. Não apenas somos capazes de escolher com quem iremos consultar, mas exigimos também mais envolvimento no nosso próprio cuidado e tratamento. Desse modo, o crescimento da medicina alternativa está relacionado à expansão do movimento de auto-ajuda, que envolve grupos de apoio, círculos de instrução e livros de auto-ajuda. As pessoas hoje têm mais possibilidades do que nunca de controlar suas vidas e de reformulá-las, em vez de depender dos conselhos e das opiniões dos outros.

Outra questão que interessa aos sociólogos diz respeito à natureza mutável da saúde e da doença no período moderno. Muitas condições e muitos males para os quais os indivíduos buscam



A acupuntura é uma das muitas tendências da medicina complementar que tem sido escolhida pelas pessoas que estão mais interessadas em seu tratamento e questionam o modelo biomédico de saúde.

tratamento na medicina alternativa parecem ser produto dos próprios tempos modernos. Insônia, ansiedade, estresse, depressão, fadiga e dores crônicas (causadas por artrite, câncer e outras doenças) estão aumentando nas sociedades industrializadas. Embora tenham existido desde muito, essas condições parecem estar causando na saúde das pessoas aflições e perturbações maiores do que nunca. Alguns levantamentos recentes revelaram que o estresse superou o resfriado comum como a maior causa de faltas ao trabalho. A Organização Mundial da Saúde estima que, nos próximos 20 anos, a depressão será a doença que, no mundo, mais debilitará os indivíduos. Ironicamente, parece que as consequências da modernidade são muito difíceis de serem enfrentadas pela medicina ortodoxa. Embora seja improvável que a medicina alternativa supere totalmente o sistema de saúde "oficial", tudo indica que sua função continuará a crescer.

### A sociologia do corpo

A área conhecida como **sociologia do corpo** investiga os modos como nossos corpos são afetados por influências sociais. Como seres humanos, somos corpóreos – todos possuímos corpos. Mas o corpo não é só algo que possuímos e não é só algo físico que existe fora da sociedade. Nossos corpos são profundamente afetados por nossas experiências sociais, assim como pelas normas e pelos valores dos grupos a que pertencemos. Foi apenas recentemente que os sociólogos passaram a reconhecer a natureza profunda das interconexões entre a vida social e o corpo. Essa área é, portanto, um campo bastante novo, mas também um dos mais instigantes.

A sociologia do corpo faz convergir um número de temas fundamentais que utilizaremos ao longo do capítulo. Um tema fundamental diz respeito aos efeitos da mudança social sobre o

corpo – assim como a própria mudança social é enfatizada em todo o livro. Nosso mundo em rápida transformação apresenta novos riscos e desafios que podem afetar nossos corpos e nossa saúde. Mas ele também nos fornece as possibilidades que nos permitem escolher nosso modo de viver o dia-a-dia e de cuidar da saúde. Os sistemas médicos e de saúde estão sofrendo enormes transformações que permitem aos indivíduos um papel mais relevante no tratamento e cuidado das doenças. As relações entre médicos especialistas e pacientes estão mudando, e as formas "alternativas" de medicina estão se tornando cada vez mais populares.

A próxima seção investiga a base social da saúde, focalizando nos padrões de saúde e doença e em suas ligações com as desigualdades sociais. Então, examinaremos a ascensão da medicina científica e a emergência do modelo biomédico de saúde. Consideraremos ambos os processos e princípios que sustentam a medicina contemporânea, assim como as críticas que foram formuladas. Depois, voltaremos nossa atenção às perspectivas sociológicas da saúde, concentrando-se em particular na obra dos interacionistas simbólicos, que investigaram a experiência da doença. Finalmente, consideraremos o corpo em seu envelhecimento. Como tantos outros aspectos de nossas vidas nas sociedades modernas, o envelhecimento já não é o que foi. O processo de envelhecimento não é simplesmente físico, e hoje a posição dos idosos na sociedade está mudando de modo fundamental.

### A base social da saúde

O século XX testemunhou um significativo aumento da expectativa de vida para as pessoas que vivem em países industrializados. Doenças como a poliomielite, a escarlatina e a tubercu-

iose foram virtualmente erradicadas. Comparando com outras partes do mundo, os padrões de saúde e de bem-estar estão relativamente altos. Muitos desses avanços na saúde pública foram atribuídos ao poder da medicina moderna. Existe certo consenso de que a pesquisa médica têm sido – e continuará a ser – bem-sucedida no descobrimento das causas biológicas das doenças e no desenvolvimento de tratamentos efetivos para controlá-las. Quanto mais o conhecimento e a especialização crescem, segue o argumento, mais podemos esperar aperfeiçoamentos sólidos e sustentados na saúde pública.

Embora essa abordagem à saúde e à doença seja extremamente influente, é um pouco insatisfatória para os sociólogos. Isso ocorre porque ignora o papel importante das influências sociais e ambientais nos padrões de saúde e doença. Os aperfeiçoamentos na saúde pública em geral, durante o século passado, não podem dissimular o fato de que a saúde e a doença não são distribuídas uniformemente por toda a população. Pesquisas mostram que certos grupos de pessoas desfrutam de mais saúde do que outros. Essas *desigualdades na saúde* parecem estar ligadas a padrões socioeconômicos mais amplos.

Sociólogos e especialistas em epidemiologia social – cientistas que estudam a distribuição e incidências de doenças e enfermidades da população – tentaram explicar a ligação entre saúde e variáveis como classe social, gênero, raça, idade e geografia. Embora muitos estudiosos reconheçam a relação entre saúde e desigualdades sociais, não há consenso sobre a natureza da conexão ou sobre como as desigualdades na saúde devam ser enfrentadas. Uma das principais áreas de debate concentra-se na importância relativa de variáveis individuais (como estilo de vida, comportamento, dieta e padrões culturais) em oposição a fatores ambientais ou estruturais (como distribuição de renda e pobreza). Nesta seção, veremos as variações nos padrões de saúde na Grã-Bretanha segundo a classe social, o gênero, a raça e a geografia, e retomaremos algumas das explicações para sua persistência.

## Classe e saúde

As pesquisas sobre saúde e classe revelaram uma clara relação entre padrões de mortalidade e morbidade (doença) e uma classe social específica. Dois dos maiores estudos sobre saúde na Grã-Bretanha – o *Black Report*, de 1980, e o *The Health Divide*, de 1987 – foram importantes por terem publicado a extensão da relação entre a desigualdade de saúde e a classe social. Muitas pessoas acharam os resultados chocantes. Embora, na sociedade em geral, exista uma tendência de melhoria no campo da saúde, há consideráveis disparidades entre as diversas classes, afetando os indicadores de saúde, incluindo peso natal, pressão sanguínea e riscos de doenças crônicas. Indivíduos de altas posições socioeconômicas são, em média, mais saudáveis, altos e fortes, e vivem mais tempo do que os de baixa escala social. As diferenças são maiores no que diz respeito à mortalidade infantil (crianças que morrem no primeiro ano de vida) e à morte de crianças, mas os mais pobres

estão em maior risco de morrer em todas as idades do que as pessoas mais ricas.

Algumas das principais desigualdades na saúde relacionadas à classe foram resumidas por Browne e Bottrill (1999). Eles incluem:

- Trabalhadores manuais não-profissionalizados de classes sociais baixas (classe social 5) que têm duas vezes mais possibilidades de morrer antes da aposentadoria do que trabalhadores de colarinho branco que estão no topo das classes ocupacionais (classe social 1).
- Duas vezes mais bebês nascem mortos ou morrem na primeira semana de vida em famílias não-profissionalizadas do que em famílias profissionalizadas (ver Tabela 6.1).
- Um indivíduo que nasce na classe social 1 (profissional) provavelmente viva em média sete anos mais do que alguém nascido na classe social 5 (trabalhadores manuais não-profissionalizados).
- Aproximadamente 90% das causas de morte são mais comuns nas classes sociais 4 e 5 do que em outras classes (ver Figura 6.1).
- Pessoas da classe trabalhadora visitam seus médicos com mais frequência, apresentando maior número de sintomas médicos do que pessoas em ocupações profissionais; as doenças persistentes são 50% mais frequentes entre trabalhadores manuais dos que entre profissionais.
- As desigualdades de saúde relacionadas à classe social são mais pronunciadas entre os que passaram grande período desempregados; pessoas que trabalham tendem a viver mais do que aquelas que estão sem trabalho.

Estudos conduzidos em outros países industrializados confirmaram que existe uma clara relação entre classe e saúde. Alguns estudiosos acreditam que a relativa desigualdade de saúde entre os membros mais ricos e os mais pobres da sociedade está se ampliando. Entretanto, não obstante a crescente quantidade de pesquisa buscando revelar a ligação entre desigualdades na saúde e classe social, estudiosos não obtiveram sucesso na localização dos reais mecanismos que conectam ambas. Muitas explicações opostas foram apresentadas como causas escondidas atrás da correlação:

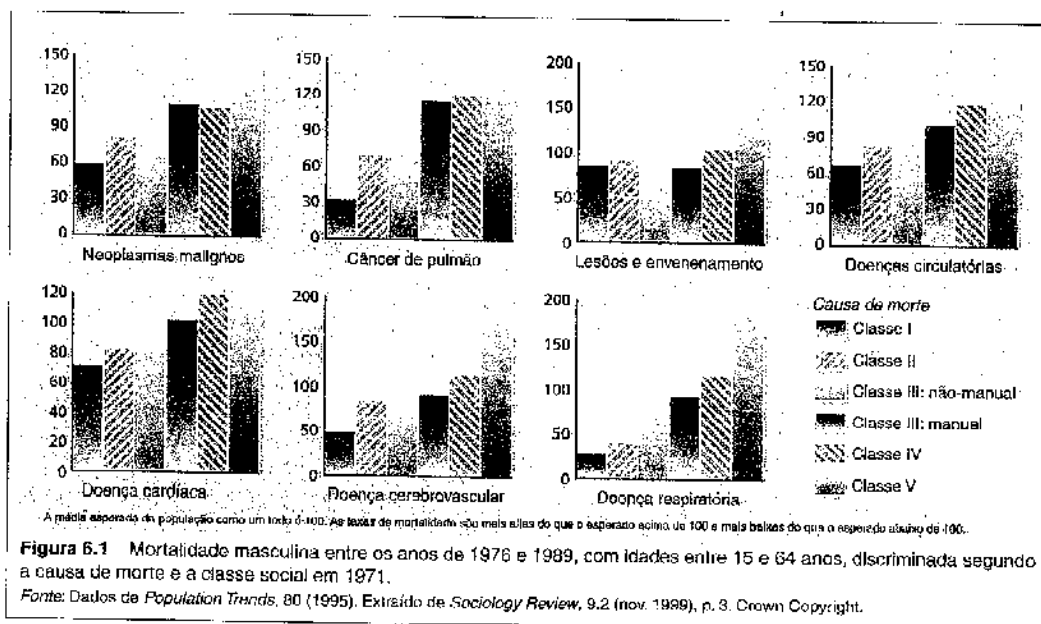
1. *Explicações instrumentais* concentram-se na natureza problemática da produção de estatísticas. Alguns especialistas afirmam que as mensurações das variáveis de classe e de saúde podem estar sujeitas a várias formas de indução e podem não ser confiáveis. Portanto, qualquer relação que parece surgir entre elas deveria ser vista com ceticismo; pode ser simplesmente um resultado do modo como os dados são coletados.
2. *Explicações baseadas na seletividade da saúde* afirmam que a saúde de uma pessoa influencia sua posição social, e não o contrário. Conforme essa visão, as pessoas saudáveis tendem a ter mais sucesso e a ter mais mobilidade



**Tabela 6.1** Mortalidade infantil no Reino Unido, por classe social (taxas por mil nascimentos)

	1981	1991	1996
<b>Dentro do casamento</b>			
Profissional	7,8	5,0	3,6
Administrativo e técnico	8,2	5,3	4,4
Habilitado não-manual	9,0	6,2	5,4
Habilitado manual	10,5	6,3	5,8
Semi-habilitado	12,7	7,2	5,9
Inabilitado	15,7	8,4	7,8
Outros	15,6	11,8	8,3
Total dentro do casamento	10,4	6,3	5,4
<b>Fora do casamento</b>			
Registro conjunto	14,1	8,7	6,9
Registro individual	16,2	10,8	7,2
Total fora do casamento	15,0	9,3	7,0

A mortalidade infantil corresponde às mortes ocorridas no primeiro ano de vida; a classe social baseia-se aqui na ocupação do pai.  
 Fontes: Office for National Statistics; General Register Office for Scotland; Northern Ireland Statistics and Research Agency.  
 Extraído de *Social Trends*, 29 (1999), p. 120.



emergente, enquanto pessoas debilitadas de saúde descerão naturalmente na escala social. Por exemplo, uma criança com problemas de saúde desde cedo não atingirá provavelmente o mesmo grau educacional ou ocupacional em sua vida que os seus iguais. Esse argumento afirma que uma saúde precária pode impedir a inclusão em empregos, promoções e nomeações profissionais.

3. *Explicações culturais e comportamentais (behavioural)* enfatizam a importância dos estilos de vida dos indivíduos na saúde. Classes sociais mais baixas tendem a engajar-se em certas atividades – tais como tabagismo, dietas pobres e o elevado consumo alcoólico – que são prejudiciais à saúde. Esse argumento considera os indivíduos como os principais responsáveis pela saúde precária, uma vez que a escolha por um estilo de vida é feita livremente. Alguns defensores dessa abordagem argumentam que tais comportamentos estão inseridos no contexto da classe social, não estando sob total controle dos indivíduos. No entanto, eles também identificam os padrões de estilo de vida e o consumo como as principais causas da saúde precária.
4. *As explicações materialistas e ambientalistas* vêem a causa das desigualdades na saúde em estruturas sociais mais amplas como a pobreza, a riqueza e a má distribuição de renda, o desemprego, a habitação, a poluição e as precárias condições de trabalho. Os padrões nas desigualdades de saúde existentes entre as classes são vistos como um resultado da privação material. A redução das desigualdades na saúde somente pode ser feita pelo enfrentamento das causas profundas das desigualdades sociais em geral.

O *Black Report*, que foi comissionado pelo governo para rever os dados sobre desigualdades na saúde e para produzir recomendações em prol de políticas e pesquisa, concentrou-se, fundamentalmente, em explicações materialistas para as desigualdades na saúde. Embora sem deduzir a possível validade de outros argumentos, o relatório enfatizou a necessidade de uma abrangente estratégia antipobreza e de aperfeiçoamentos na educação para combater as desigualdades na saúde. Muitas pesquisas posteriores sustentaram essas conclusões (Mackinnon, 1997).

A política governamental oficial, no entanto, tendeu a concentrar-se em argumentos culturais e comportamentais para explicar as desigualdades na saúde. O governo Conservador chefiado por Thatcher desonerou-se das descobertas do *Black Report*, anunciando que os gastos públicos exigidos pelo relatório eram irrealistas e incalculáveis. Os governos subsequentes continuaram a dar ênfase a campanhas de saúde pública, a fim de influenciar a escolha do estilo de vida dos indivíduos. Iniciativas antitabagismo e programas de “alimentação saudável” são exemplos de dois esforços visando moldar o comportamento público. Campanhas como essas exortam os indivíduos a assumirem a responsabilidade pelo próprio bem-estar; elas prestam menos atenção no modo como a posição social pode forçar a escolha das pessoas e as possibilidades. Como um exemplo,

frutas frescas e vegetais que são importantes para uma boa dieta são muito mais caros do que muitos alimentos ricos em gordura e colesterol. Estudos mostram que o maior consumo de alimentos saudáveis está entre os grupos de rendimento mais elevado.

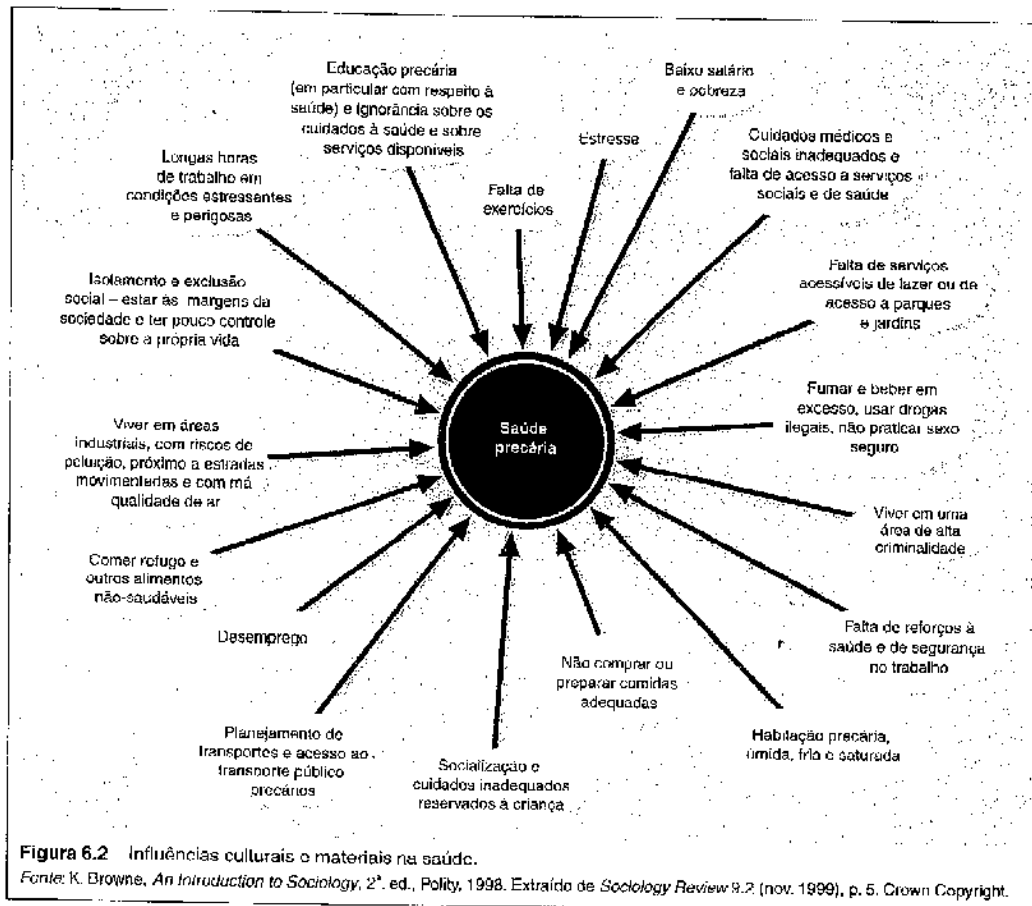
O Novo Governo Trabalhista assumiu uma abordagem mais ampla para as desigualdades na saúde, reconhecendo a importância dos fatores materiais e culturais na saúde das pessoas. O relatório *Our Healthier Nation*, de 1998, enfatizou as mais diversas influências – sociais, econômicas, ambientais e culturais – que contribuíram para produzir as más condições de saúde (algumas estão ilustradas na Figura 6.2). Isso também propôs um conjunto de iniciativas governamentais interligadas para enfrentar não somente os sintomas da saúde precária, mas também suas causas – o desemprego, a subabitação e a subeducação.

## Gênero e saúde

As disparidades de saúde entre homens e mulheres também foram notadas nas pesquisas. Em geral, as mulheres usufruem de maior expectativa de vida do que os homens em quase todos os países. Ao mesmo tempo, as mulheres também sofrem de maior incidência de doenças do que os homens, particularmente na velhice. As mulheres são mais propensas a buscarem cuidados médicos e a apresentarem maiores taxas de doenças detectadas através de auto-exame do que os homens (ver Tabela 6.2). Em países industrializados, as mulheres apresentam duas vezes mais casos de ansiedade e depressão do que os homens. O retrato geral da saúde feminina no mundo desenvolvido mostra que as mulheres vivem mais do que os homens, mas são mais suscetíveis a contraírem doenças e a experimentarem mais problemas de deficiência (Doyal, 1995).

As causas de morte e os padrões de doença mostram algumas diferenças entre homens e mulheres (ver Figura 6.3). As doenças cardíacas são as mais frequentes causas de morte entre homens e mulheres, mas os homens apresentam maiores índices de morte por acidentes e violência, sendo mais propensos à dependência de drogas e álcool. De modo geral, os homens tendem a adoecer com menos frequência, mas as doenças que afligem os homens tendem a ser mais ameaçadoras à vida.

As circunstâncias materiais parecem influenciar a condição de saúde das mulheres, mas isso tem sido tradicionalmente um fator de difícil avaliação. Muitos estudos tenderam a classificar as mulheres conforme a classe social de seus maridos, produzindo uma imagem distorcida da saúde feminina (ver Capítulo 10, “Classe, estratificação e desigualdade”). Algumas indicações, no entanto, são claras. As mulheres mais velhas tendem a ter rendimentos mais baixos que os homens. Essa discrepância pode ser percebida no acesso reduzido a recursos que promovem a independência e facilitam uma vida ativa. Outra diferença pode ser vista na saúde relativa de mães e pais solteiros – as mães solteiras, de modo geral, possuem uma saúde mais precária.



Algumas explicações genéticas foram apresentadas para dar conta das diferenças de saúde entre homens e mulheres. Embora seja possível que os fatores biológicos contribuam para certas discrepâncias de saúde (como a resistência às doenças cardíacas), é improvável que possam explicar a completa variedade de diferenças. Ao contrário, é provável que as diferenças de padrões de saúde entre homens e mulheres sejam causadas por fatores sociais e condições materiais diversas. Por exemplo, os padrões de trabalho e os estilos de vida dos homens podem ser mais arriscados do que os das mulheres, ajudando a explicar a maior elevação das taxas de mortalidade causada por violência e acidentes. As mulheres como um todo estão economicamente em maior desvantagem do que os homens, sofrendo mais os efeitos da pobreza.

Conforme alguns observadores, os múltiplos papéis que as mulheres tendem a desempenhar – trabalho doméstico, cuidado com as crianças, responsabilidades profissionais – podem aumentar o estresse das mulheres e contribuir para as altas taxas de doenças. Lesley Doyal sugeriu que os padrões de saúde femininos e as doenças podem ser mais bem explicados em relação às principais áreas de atividades que constituem a vida

das mulheres. De modo mais amplo, a vida das mulheres é inerentemente diferente da dos homens no que diz respeito aos papéis e às tarefas comumente desempenhados – trabalho doméstico, reprodução sexual, nascimento dos filhos e maternidade, regulação da fertilidade através do controle de natalidade, e assim por diante. Segundo Doyal (1995, p. 22), “são os efeitos cumulativos desses vários fatores que são os maiores determinantes dos estados de saúde das mulheres”. No entanto, qualquer análise da saúde da mulher deveria considerar a interação entre as influências sociais, psicológicas e biológicas.

### Raça e saúde

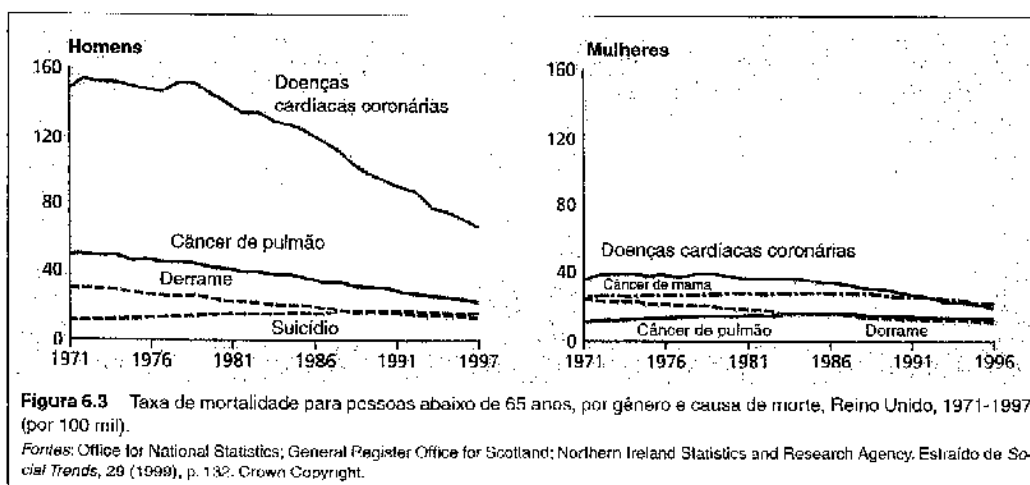
Embora a saúde seja racialmente padronizada nas sociedades industriais, nossa compreensão da relação entre raça e saúde é, na melhor das hipóteses, parcial. Um número cada vez maior de estudos sociológicos sobre raça e saúde está sendo desenvolvido, mas a evidência permanece inconclusa. Uma das principais dificuldades é que o conceito de raça e etnicidade continua ambíguo. Isso dificulta o processo de coleta de dados, uma vez que

**Tabela 6.2** Problemas de saúde relatados no Reino Unido, por gênero e idade, 1996-1997 (%)

	16-44	45-64	65-74	Mais de 75	Todos com 16 ou mais
<b>Homens</b>					
Dor e desconforto	18	39	52	56	32
Mobilidade	6	22	36	50	18
Ansiedade ou depressão	12	19	20	19	15
Problemas desempenhando atividades comuns	5	16	21	27	12
Problemas de autocuidado	1	6	8	14	5
<b>Mulheres</b>					
Dor e desconforto	20	40	51	65	34
Mobilidade	6	21	37	60	19
Ansiedade ou depressão	18	24	25	30	22
Problemas desempenhando atividades comuns	7	17	23	40	15
Problemas de autocuidado	2	5	9	21	6

Porcentagem de entrevistados que declararam ter problemas de saúde e com as atividades do dia-a-dia.

Fontes: General Household Survey, Office for National Statistics; Continuous Household Survey, Northern Ireland Statistics and Research Agency. Extraído de *Social Trends*, 29 (1999), p. 120. Crown Copyright.



### Coesão social: a chave para uma saúde melhor?

Ao tentar desvendar as causas das desigualdades na saúde, um número cada vez maior de sociólogos está dirigindo sua atenção para o papel da assistência social e da coesão social na promoção da saúde. Como você pode lembrar de nossa discussão sobre Durkheim no Capítulo 1 ("O que É Sociologia?"), a solidariedade social é um dos mais importantes conceitos da Sociologia. Durkheim viu o grau e o tipo de solidariedade dentro de uma cultura como um de seus traços mais cruciais. Em seu estudo sobre o suicídio, por exemplo, ele descobriu que os indivíduos e os grupos que estavam bem-integrados na sociedade tinham menos possibilidade de se suicidarem do que outros.

Em muitos artigos, e em seu livro subsequente, *Unhealthy Societies: The Afflictions of Inequality* (1996), Richard Wilkinson argumenta que as sociedades mais saudáveis no mundo não são os países mais ricos, mas aquelas nas quais a renda é distribuída de modo mais uniforme e nas quais os níveis de integração social são mais elevados. Os altos níveis de saúde nacional, de acordo com Wilkinson, não necessariamente se traduzem na melhor saúde da população. Analisando dados empíricos de vários países, Wilkinson percebe uma clara relação

entre taxas de mortalidade e padrões de distribuição de renda. Habitantes de países como o Japão e a Suécia, que são considerados umas das mais igualitárias sociedades, desfrutam, em média, de melhores níveis de saúde do que cidadãos de países onde o abismo entre os ricos e os pobres é maior, como os Estados Unidos.

Na visão de Wilkinson, o aumento do abismo na distribuição de renda mina a coesão social e faz com que seja mais difícil para as pessoas administrar riscos e desafios. O maior isolamento social e o fracasso em enfrentar o estresse refletem-se nos indicadores de saúde. Wilkinson argumenta que fatores sociais – a solidez dos contatos sociais, os elos dentro de comunidades, a disponibilidade de apoio social e a sensação de segurança – são os principais determinantes da saúde relativa de uma sociedade.

A tese de Wilkinson provocou respostas enérgicas. Alguns afirmam que sua obra deveria tornar-se leitura obrigatória para políticos e planejadores de políticas governamentais. Eles estão de acordo com Wilkinson de que se tem dado muita ênfase às relações de mercado e à lógica da prosperidade. Essa abordagem, segundo eles, desapontou muitos

não existem definições consensuais para distinguir ou categorizar os grupos étnicos. É necessário, portanto, abordar os dados sobre raça e saúde com cautela. Em alguns casos, as tendências que foram atribuídas à raça podem ter ignorado outros fatores, como classe ou gênero, que podem também ser relevantes.

Mesmo assim, a incidência de certas doenças é maior entre os indivíduos de origem afro-caribenha e asiática. A mortalidade causada por câncer de fígado, tuberculose e diabetes é mais elevada entre essas populações do que entre brancos. Os afro-caribenhos apresentam taxas de hipertensão acima das taxas médias. A anemia falciforme, uma disfunção hereditária que afeta as células vermelhas do sangue, é encontrada em maiores números entre as populações afro-caribenhas do que entre outros grupos. As pessoas oriundas do subcontinente indiano apresentam maiores taxas de mortalidade devido a doenças cardíacas; as crianças asiáticas parecem mais suscetíveis ao raquitismo do que crianças de outras procedências.

Assim como no caso das diferenças de saúde condicionadas pelo gênero, explicações genéticas foram desenvolvidas para descobrir a natureza padronizada das doenças. Parece claro que certas condições, como a anemia falciforme, são herdadas, tendo base genética. Mas a genética sozinha não pode dar conta de todas as variações na padronização racial das doenças. Elas devem ser entendidas em relação a influências mais abrangentes.

Alguns estudiosos voltaram-se para explicações culturais e comportamentais a fim de explicar a padronização racial da saúde. Como ocorre nas explicações culturais das desigualda-

des de saúde fundadas na classe social, enfatiza-se os estilos de vida individuais ou grupais que parecem resultar em saúde precária. Eles são geralmente considerados como ligados a crenças religiosas ou culturais, como hábitos dietéticos e culinários ou consangüinidade (a prática de casamento dentro das famílias em nível de primos em segundo grau). Pode-se, no entanto, acusar essas abordagens de assumirem uma visão etnocêntrica de saúde. Por culparem os indivíduos ou as comunidades, essas explicações implicam que essas culturas étnicas são, de algum modo, inferiores e são fonte de saúde precária. Há poucas evidências comprovando essas afirmações. Por exemplo, as dietas "culturais" não podem ser vistas como a causa da má saúde, uma vez que os desequilíbrios nutricionais nas dietas étnicas surgem somente quando são "perturbados" – quando certos ingredientes necessários faltam, exigindo substituição por outros. Os críticos argumentam que as explicações culturais fracassaram em identificar o verdadeiro problema – as desigualdades estruturais que afetam os grupos étnicos, o racismo e a discriminação que encontram no sistema de saúde.

As explicações socioculturais para a padronização racial da saúde concentram-se no contexto social em que vivem os afro-caribenhos e os asiáticos. Essas populações freqüentemente experienciam múltiplas desvantagens, que podem ser prejudiciais a sua saúde. Entre elas estão as condições habitacionais precárias ou saturadas, as elevadas taxas de desemprego e a exposição excessiva a ocupações arriscadas e malremuneradas. Esses fatores materiais são compostos também pelos efeitos do racis-

membros da sociedade; é hora de levar em conta políticas mais humanas e socialmente responsáveis para apoiar os desfavorecidos. Outros criticam seu estudo a partir de bases metodológicas e argumentam que ele falhou ao mostrar uma clara e casual relação entre desigualdade de renda e saúde precária (Judge, 1995). A doença, dizem os críticos, poderia ser causada por outros fatores mediadores. Alegam que a evidência empírica em favor da tese de Wilkinson é no melhor dos casos sugestiva.

Enquanto Wilkinson investiga as ligações entre coesão social e saúde no nível da sociedade como um todo, outros sociólogos concentram-se em segmentos particulares da população. Heather Graham estudou os efeitos do estresse sobre a saúde das mulheres brancas pertencentes à classe trabalhadora. Ela destacou o fato que mulheres na extremidade inferior do espectro socioeconômico têm menos acesso a redes de apoio em tempos de crise do que as mulheres da classe média. As mulheres da classe trabalhadora, assinala, tendem a enfrentar crises na vida (como perda do emprego, o divórcio, o despejo ou a morte de um filho) com mais frequência do que outros grupos, mas geralmente sua capacidade de reação é mais fraca e seus expedientes contra a ansiedade menos numerosos. O estresse resultante não apenas é física e psicologicamente pre-

judicial, mas algumas das estratégias usadas para enfrentá-lo – como o tabagismo – também são prejudiciais. Graham argumenta que fumar é um modo de diminuir a tensão quando os recursos pessoais e materiais são forçados até o ponto de colapso. Assim, o tabagismo ocupa uma posição paradoxal na vida das mulheres – aumentando o risco de saúde para as mulheres e seus filhos; ao mesmo tempo que as ajuda a enfrentar circunstâncias difíceis (Graham, 1987; 1994).

Ann Oakley e seus colegas estudaram o papel do apoio social na saúde de mulheres e crianças socialmente desfavorecidas em quatro cidades inglesas. Ela afirma que a relação entre o estresse e a saúde aplica-se às maiores crises da vida e aos problemas menores, e que ela é sentida de modo particularmente agudo na vida das pessoas originárias da classe trabalhadora. Oakley percebeu que a assistência social – como serviços de aconselhamento, serviços telefônicos de emergência ou visitas a domicílio – pode agir como um “pára-choque” contra as consequências nefastas que o estresse pode ter sobre a saúde das mulheres (Oakley et al., 1994). Outros estudos mostraram que a assistência social é um importante fator que pode ajudar as pessoas a se adaptarem à doença e à enfermidade (Fll, 1996).

mo, seja experimentado diretamente na forma de violência, ameaças ou discriminação, seja em formas “institucionalizadas” (ver Capítulo 9, “Raça, Etnicidade e Migração”).

A presença do racismo institucional foi assinalada no fornecimento dos cuidados médicos. Os grupos étnicos podem experimentar acesso desigual ou problemático aos serviços de saúde. As barreiras da linguagem podem apresentar dificuldades, se as informações não puderem ser transmitidas de modo eficaz; as idéias culturais específicas de doenças e tratamento muitas vezes são desconsideradas por profissionais no interior do serviço de saúde. O Serviço Nacional de Saúde (*National Health Service*) tem sido criticado por não exigir de seus profissionais maior compreensão das crenças culturais e religiosas e por dar pouca atenção às doenças que ocorrem predominantemente em populações não-brancas.

Não há nenhum consenso sobre a conexão entre as desigualdades de raça e as de saúde. De fato, muitas pesquisas ainda restam a ser feitas. Mas é claro que a questão das desigualdades de raça e saúde deve ser considerada em relação aos fatores sociais, econômicos e políticos mais abrangentes que afetam a experiência de grupos étnicos minoritários na Grã-Bretanha.

#### A lei de “inversão de assistência à saúde”

Já consideramos como a classe social, o gênero e a raça influenciam os padrões e a experiência de saúde da população.

Essas variações também podem ser vistas nas desigualdades de saúde regionais. As desigualdades de saúde possuem uma dimensão espacial.

As principais diferenças regionais de saúde na Grã-Bretanha ocorrem entre as partes norte e sul do país. Como um todo, o sul possui melhores recursos e melhor acesso à saúde para a população. Em geral, porém, o estado de saúde é afetado por uma combinação de fatores – que diferem entre si de região a região. O clima, a poluição, a qualidade da água, as condições de moradia, os padrões de trabalho e o desemprego, e os níveis gerais de privação variam no país. Essas variações têm reflexos sobre saúde da população.

Alguns sociólogos notaram que a necessidade de cuidado com a saúde entre a população nem sempre corresponde aos recursos disponíveis. Em outras palavras, os grupos cuja saúde é mais precária vivem frequentemente em regiões de menor recurso. Essa tendência ao fornecimento assimétrico de saúde é conhecida como a **lei de inversão de assistência à saúde**.

## Medicina e sociedade

### A ascensão do modelo biomédico de saúde

Como muitas das idéias que exploramos neste livro, “saúde” e “doença” são termos definidos cultural e socialmente. As culturas diferem naquilo que consideram saudável e normal. To-

das as culturas conheceram os conceitos de saúde física e de doença, mas a maioria do que reconhecemos como medicina é uma consequência dos desenvolvimentos na sociedade ocidental ao longo do três últimos séculos. Nas culturas pré-modernas, a família era a principal instituição que enfrentava a doença ou a aflição. Sempre houve indivíduos peritos, como curandeiros, usando uma mistura de remédios físicos e mágicos, e muitos desses sistemas tradicionais de tratamento sobreviveram hoje em culturas não-ocidentais pelo mundo inteiro. Um grande número deles pertence à categoria das medicinas alternativas descritas no início do capítulo.

Já faz aproximadamente dois séculos que as idéias ocidentais predominantes sobre medicina são expressadas segundo o modelo biomédico mencionado anteriormente. Essa compreensão da saúde e da doença desenvolveu-se em concomitância com o crescimento das sociedades modernas. Na verdade, ela pode ser vista como um dos traços fundamentais de tais sociedades. Seu surgimento esteve intimamente relacionado ao triunfo da ciência e da razão sobre as explicações tradicionais ou religiosas do mundo (ver discussão de Weber e da racionalização, p. 32).

Antes de discutir os pressupostos que fundamentam o modelo biomédico de saúde, consideremos, brevemente, o contexto social e histórico em que ele surgiu. Como já notamos, os membros das sociedades tradicionais contaram muito com a ajuda de remédios populares, tratamentos e técnicas de cura, que foram passadas de geração a geração. As doenças eram com frequência vistas em termos mágicos ou religiosos e eram atribuídas à presença de maus espíritos ou ao "pecado". Para os camponeses e o habitante comum da cidade, não havia nenhuma autoridade exterior preocupada com sua saúde como há hoje o Estado e os sistemas de saúde pública. A saúde era uma questão privada, não uma preocupação pública.

### *Demografia: estudando a população humana*

A ascensão do Estado-nação e a industrialização acarretaram, no entanto, mudanças drásticas nessa situação. A emergência dos estados-nação com territórios definidos produziu uma mudança nas atitudes para com a população local, que já não eram mais simples habitantes da terra, mas uma *população* submetida ao controle de uma autoridade central. A população humana era vista como um recurso a ser monitorado e regulado como parte do processo de maximização do poder e da riqueza nacionais. O Estado passou a mostrar cada vez mais interesse pela saúde de sua população, ao passo que o bem-estar de seus membros afetou a produtividade da nação, o nível de prosperidade, as capacidades defensivas e as taxas de crescimento. O estudo da *demografia* – o tamanho, a composição e a dinâmica das populações humanas – assumiu maior importância. O censo foi introduzido a fim de gravar e monitorar as mudanças ocorridas na população. Estatísticas de todos os tipos foram feitas e calculadas: taxas de natalidade, de mortalidade, idade média de casamento e nascimento, taxas de suicídio, expectativa de vida, dieta, doenças comuns, causas de morte, e assim por diante.

Michel Foucault contribuiu muito para nossa compreensão do surgimento da medicina moderna ao atentar para a regulação e o disciplinamento dos corpos pelo Estado. Ele argumenta que a sexualidade e o comportamento sexual foram de fundamental importância para esse processo. O sexo era o modo pelo qual a população podia se reproduzir e crescer, da mesma forma que era uma ameaça potencial a sua saúde e a seu bem-estar. A sexualidade não-ligada à reprodução era algo a ser reprimido e controlado. Esse monitoramento da sexualidade por parte do Estado ocorreu em parte por meio da coleta de dados sobre o casamento, o comportamento sexual, a legitimidade e a ilegitimidade, o uso de método contraceptivo e do aborto. Essa vigilância deu-se em perfeita sintonia com a criação de rigorosas normas públicas sobre a moralidade sexual e a atividade sexual aceitável. Por exemplo, as "perversões" sexuais como a homossexualidade, a masturbação e o sexo fora do casamento eram rotuladas e condenadas.

A idéia de *saúde pública* tomou forma em uma tentativa de erradicar as "patologias" da população – do "corpo social". O Estado começou a assumir a responsabilidade de aperfeiçoar as condições em que as pessoas viviam. O saneamento e os sistemas de água foram desenvolvidos para proteger contra as doenças. Estradas foram pavimentadas e dedicou-se atenção à moradia. Foram impostas gradualmente regulações aos matadouros e meios apropriados para o processamento de alimentos. Práticas de sepultamento foram monitoradas para assegurar que não constituíssem ameaça à saúde da população. Instituições como prisões, asilos, casas de trabalho, escolas e hospitais cresceram como parte do movimento para monitorar, controlar e reformar a população.

### O modelo biomédico

Práticas médicas estavam intimamente interligadas às mudanças sociais já descritas. A aplicação da ciência em diagnósticos médicos e na cura foi o principal fator no desenvolvimento dos sistemas modernos de saúde. A doença passou a ser definida objetivamente, em termos de sintomas identificáveis. O cuidado médico formal feito por "especialistas" treinados tornou-se o modo aceito de tratar doenças físicas e mentais. A Medicina transformou-se em uma ferramenta própria para reformar comportamentos ou condições percebidas como "anômalas" – do crime à homossexualidade e às doenças mentais.

Há três principais suposições a partir das quais o modelo biomédico de saúde é predicado. Em primeiro lugar, a doença é vista como um colapso no interior do corpo humano que diverge de seu modo de ser "normal". A *teoria do germe da doença*, desenvolvida no final do século XIX, sustenta que há um agente específico identificável em cada doença. A fim de restabelecer a saúde do corpo, a causa da doença precisa ser isolada e tratada.

Em segundo lugar, a mente e o corpo podem ser tratados separadamente. O paciente representa um *corpo doente* – uma patologia – mais do que um todo individual. Há ênfase maior na cura da doença do que no bem-estar do indivíduo. O modelo



Os médicos especialistas e o "olhar médico" fornecem treinamento científico e uma abordagem isenta ao tratamento da doença e mesmo à perturbação em que se encontra o paciente.

biomédico sustenta que o corpo doente pode ser manipulado, investigado e tratado isoladamente, sem considerar outros fatores. Os médicos especialistas adotam um **olhar médico**, uma abordagem discriminada ao examinar e tratar o paciente doente. O tratamento deve ser realizado de um modo neutro, livre de avaliações, com informação coletada e compilada, em termos clínicos, dentro de um arquivo oficial do paciente.

Em terceiro lugar, os médicos especialistas treinados são considerados os únicos especialistas no tratamento da doença. A profissão médica, enquanto corporação, adere a um reconhecido código de ética e é constituída por indivíduos credenciados, que completaram com sucesso um longo treinamento. Não há lugar para curandeiros autodidatas ou para práticas médicas "não-científicas". O hospital representa um ambiente apropriado onde doenças graves são tratadas; esses tratamentos muitas vezes contam com a combinação entre tecnologia, medicina ou cirurgia.

Os principais pressupostos e as críticas do modelo biomédico estão resumidos na Tabela 6.3.

### Críticas ao modelo biomédico

Ao longo das últimas décadas, o modelo biomédico de doença descrito anteriormente foi objeto crescente de crítica. Em primeiro lugar, alguns estudiosos afirmaram que a efetividade da medicina científica é "superestimada". Apesar do prestígio que a medicina adquiriu, os aperfeiçoamentos em toda a saúde podem ser atribuídos muito mais às mudanças sociais e ambien-

tais do que à prática médica. O saneamento básico, a melhoria da nutrição e do sistema de esgotos e higiene foram os fatores mais influentes, particularmente na redução das taxas de mortalidade natal e das mortes de crianças (McKeown, 1979). As drogas, os avanços na cirurgia e os antibióticos somente diminuíram significativamente as taxas de mortalidade a partir do século XX. Os antibióticos usados para tratar infecções bacterianas tornaram-se disponíveis pela primeira vez nos anos 1930 e 1940, enquanto as imunizações (contra doenças como a poliomielite) foram desenvolvidas mais tarde. Alguns críticos, como Ivan Illich (1976), sugeriram que a medicina moderna, na verdade, fez mais mal do que bem. Por terem sido desconsiderados o autocuidado e as formas tradicionais de cura, as pessoas tornaram-se dependentes de especialistas em vez de contar com suas próprias habilidades e seu conhecimento.

Em segundo lugar, a medicina moderna tem sido acusada de desconsiderar as opiniões e as experiências dos pacientes que quer tratar. Pelo fato de a medicina estar supostamente baseada nas compreensões objetivas e científicas das causas e curas de enfermidades físicas específicas, os profissionais sentem pouca necessidade de escutar as interpretações individuais dadas pelos pacientes acerca de suas próprias condições. Cada paciente é um "corpo doente" a ser tratado e curado. Os críticos argumentam, no entanto, que o tratamento efetivo somente pode acontecer quando o paciente é tratado como um ser pensante, capaz, que possui suas próprias interpretações e compreensões válidas.

Em terceiro lugar, os críticos argumentam que a medicina científica coloca-se mesmo como superior a qualquer forma alternativa de medicina e tratamento. Perpetuou-se uma



**Tabela 6.3** Pressupostos e críticas do modelo biomédico

Pressupostos	Críticas
A doença é um colapso do corpo humano causada por um agente biológico específico.	A doença é socialmente construída, não algo que pode ser revelado através da "verdade científica".
O paciente é um ser passivo cujo "corpo doente" pode ser tratado separadamente de sua mente.	As opiniões do paciente e a experiência da doença são cruciais ao tratamento. O paciente é um ser ativo, "integral", cujo bem-estar geral integral – não só a saúde física – é importante.
Os médicos especialistas possuem um "conhecimento de experts" e oferecem o único tratamento válido da doença.	Os médicos especialistas não são a única fonte de conhecimento sobre saúde e doença. Formas alternativas de conhecimento são igualmente válidas.
O espaço apropriado para o tratamento é o hospital, onde a tecnologia médica é concentrada e mais bem empregada.	A cura não precisa localizar-se em um hospital. Tratamentos utilizando tecnologia, medicação e cirurgia não são necessariamente superiores.

crença de que tudo o que não é "científico" é necessariamente inferior. Como já vimos, a afirmação de que a medicina moderna é de certo modo uma forma mais válida de conhecimento está sendo minada pela crescente popularidade das formas alternativas de medicina, como a homeopatia e a acupuntura.

Em quarto lugar, alguns sociólogos argumentaram que a profissão médica tem enorme poder na definição do que é ou não é doença. Ela é capaz de usar sua posição como árbitro da "verdade científica" para colocar sob controle médico um número cada vez maior de domínios da vida humana. Algumas das mais fortes críticas presentes nestas linhas vieram de mulheres que argumentam que os processos de gravidez e nascimento foram apropriados e "medicalizados" pela medicina moderna. Em vez de permanecer nas mãos das mulheres – com auxílio de parteras no lar –, os partos agora ocorrem em hospitais sob a direção de especialistas predominantemente do sexo masculino. A gravidez, um fenômeno comum e natural, é tratada como uma "doença" repleta de riscos e perigos. As feministas argumentam que as mulheres perderam o controle desse processo, já que suas opiniões e seus conhecimentos são julgados irrelevantes pelos "especialistas" que hoje supervisionam os processos reprodutivos (Oakley, 1984). Semelhantes preocupações com a *medicalização* de condições "normais" foram apresentadas com relação à hiperatividade em crianças (ver quadro na p. 141), à infelicidade ou à depressão branda (comumente regulada com a ajuda de medicamentos como o Prozac), e ao cansaço (muitas vezes rotulado de Síndrome da Fadiga Crônica).

### Medicina e saúde num mundo em mudanças

Cada vez mais aumenta a percepção de que não são somente os médicos especialistas que possuem o conhecimento e a compreensão sobre a saúde e a doença. Estamos todos em posição de interpretar e formar nosso próprio bem-estar através da compreensão de nossos corpos e através das escolhas que

fazemos cotidianamente sobre dieta, exercícios físicos, padrões de consumo e estilo de vida em geral. Essas novas tendências do pensamento popular sobre a saúde, além de outras críticas à medicina moderna delineadas anteriormente, estão contribuindo para algumas profundas transformações dentro dos sistemas de saúde nas sociedades modernas (ver Figura 6.4).

No entanto, outros fatores são também relevantes: a natureza e a própria escala da doença estão mudando. Algum tempo atrás, as maiores doenças eram infecciosas, como a tuberculose, a cólera, a malária e a poliomielite. Elas, muitas vezes, tomavam proporções epidêmicas e podiam ameaçar uma população inteira. Hoje, nos países industrializados, essas infecções agudas tornaram-se uma causa menor de morte; algumas delas foram substancialmente erradicadas. As causas mais comuns de mortes em países industrializados são agora as doenças crônicas não-infecciosas, como o câncer, as doenças cardíacas, a diabetes ou as doenças circulatórias. Essa mudança é chamada de **transição da saúde**. Enquanto nas sociedades pré-modernas as mais altas taxas de morte eram entre recém-nascidos e crianças, hoje as taxas de mortalidade crescem com o aumento da idade. Pelo fato de as pessoas estarem vivendo mais e sofrendo predominantemente de doenças degenerativas crônicas, é necessária uma nova abordagem à saúde e aos cuidados médicos. Também se tem dado uma ênfase cada vez maior às "escolhas sobre o estilo vida" – como o tabagismo, o exercício e a alimentação –, considerados influentes no desencadear de muitas doenças crônicas.

Não está claro, ainda, se essas transformações contemporâneas dos cuidados com a saúde resultarão em um novo "paradigma da saúde" para substituir o modelo biomédico, como alguns estudiosos sugeriram. Mas é certo que estamos testemunhando um período de reformas rápidas e significativas na medicina moderna e na atitude das pessoas para com esta. Sarah Nettleton (1995) resumiu as principais tendências em relação aos cuidados para com a saúde em sete abrangentes mudanças (ver Figura 6.4).

## A "medicalização" da hiperatividade

Na década passada, o número de prescrições escritas para a droga Ritalina cresceu exponencialmente. Nos Estados Unidos, aproximadamente 3% das crianças entre 5 e 18 anos usam Ritalina. Na Grã-Bretanha, em 1998, foram feitas mais de 125 mil prescrições – acima dos 3,5 mil em 1993. O que é a Ritalina e por que ela deve ser uma preocupação para os sociólogos? A Ritalina é uma droga prescrita a crianças e adolescentes com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) – um transtorno psicológico que, de acordo com muitos físicos e psiquiatras, é responsável pela desatenção nas crianças, dificuldade de concentração e incapacidade para aprender na escola. A Ritalina foi descrita como a "pílula mágica". Ela ajuda as crianças a se concentrarem, acalmando-as e ajudando-as a aprender de modo mais eficaz. Crianças problemáticas que antes perturbavam o andamento das tarefas de aula se transformaram em alunos "angelicais", segundo alguns professores, depois que passaram a tomar Ritalina.

Os críticos da Ritalina, no entanto, argumentam que a droga está longe de ser essa inofensiva "pílula mágica" que se quer fazer crer. Embora ela venha sendo prescrita em crescentes quantidades nos Estados Unidos e no Reino Unido nos últimos anos, não se realizou nenhuma pesquisa abrangente de quais seriam seus possíveis efeitos a longo prazo no cérebro e no corpo das crianças. Mais preocupante, talvez, seja a afirmação de que a Ritalina se tornou uma "solução" conveniente para o que na verdade não é nem mesmo um problema físico. Os que se opõem ao uso da Ritalina argumentam que os "sintomas" do TDAH são, na verdade, reflexos da pressão e do estresse crescentes que ameaçam as crianças modernas – uma aceleração cada vez maior da vida; o efeito esmagador da tecnologia da informação; a falta de exercícios; as dietas ricas em açúcar e o desgaste da vida familiar. Através do uso da Ritalina, segundo se diz, a profissão médica teve êxito em "medicalizar" a hiperatividade e a inatenção infantis, em vez de atentar para as causas sociais dos sintomas observados.

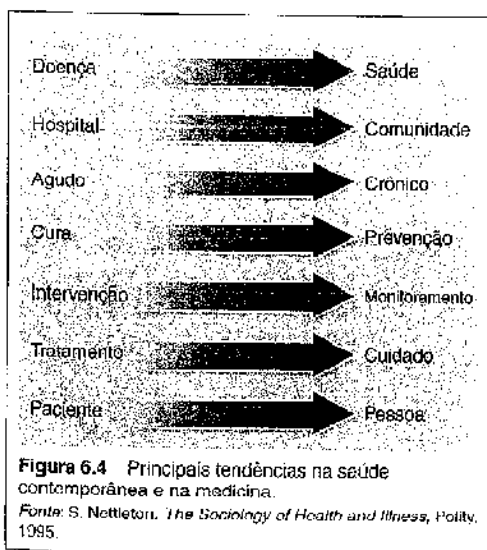
## Perspectivas sociológicas sobre saúde e doença

Uma das principais preocupações dos sociólogos é examinar a experiência da doença – como o estado de doença, de estar cronicamente enfermo ou debilitado, é experienciado e interpretado pela pessoa doente e por aqueles com os quais ela está em

contato. Se você já esteve doente, mesmo por um curto período de tempo, você sabe que os padrões da vida diária são temporariamente modificados e que suas interações com os outros sofrem transformação. Isso ocorre porque o funcionamento "normal" do corpo é uma parte vital de nossas vidas, ainda que raramente notada. Dependemos de nossos corpos para operar de modo conveniente; até mesmo nossa ideia de eu é empregada na expectativa de que nossos corpos facilitarão, não impedirão, nossas interações sociais e atividades cotidianas.

A doença tem dimensões públicas e pessoais. Quando adoecemos, não somos somente *nós* que experimentamos dor, desconforto, confusão e outras dificuldades, mas também os outros são afetados. Pessoas em contato íntimo conosco podem demonstrar simpatia, cuidado e ajuda. Podem esforçar-se em dar sentido à nossa doença ou encontrar modos de incorporá-la aos padrões de suas próprias vidas. Outros com quem entramos em contato podem também reagir à doença; essas reações, por sua vez, ajudam a formar nossas próprias interpretações e podem apresentar desafios ao nosso sentido de sujeito.

Dois modos de compreender a experiência da enfermidade foram particularmente influentes no pensamento sociológico. O primeiro, associado à escola funcionalista, apresenta as normas de conduta que supomos que os indivíduos adotem quando doentes. A segunda visão, adotada por interacionistas simbólicos, é uma tentativa mais abrangente de revelar as interpretações que são atribuídas à doença e como esses sentidos influenciam as ações e o comportamento das pessoas.





Escolher um estilo de vida, como fumar, é algo que interessa cada vez mais, já que as pessoas hoje vivem mais tempo e colhem as consequências prejudiciais de seus antigos prazeres.

## O papel de enfermo

O proeminente pensador funcionalista Talcott Parsons (1952) apresentou a noção de **papel de enfermo** com o objetivo de descrever os padrões de comportamento que o enfermo adota para minimizar o impacto avassalador da doença. O pensamento funcionalista sustenta que a sociedade comumente opera de um modo brando e consensual. A doença é vista, portanto, como uma disfunção que pode perturbar o fluxo desse estado normal. Um indivíduo doente, por exemplo, talvez não seja capaz de executar suas responsabilidades comuns ou talvez seja menos confiável e eficiente do que de hábito. Pelo fato de as pessoas enfermas serem incapazes de desempenhar seus papéis costumeiros, a vida das pessoas que as rodeiam sofre perturbações: as tarefas no trabalho ficam inacabadas, provocando atribuições entre os colegas, as responsabilidades de casa deixam de ser desempenhadas, e assim por diante.

Conforme Parsons, as pessoas aprendem o papel de enfermo através da socialização, encenando-o ao ficarem doentes com a cooperação de outros. Há três pilares para o papel de enfermo:

1. *A pessoa doente não é pessoalmente responsável por estar doente. A enfermidade é vista como resultante de causas físicas fora do controle individual. O desencadeamento da enfermidade não está relacionado às condutas e às ações do indivíduo.*
2. *A pessoa doente possui certos direitos e privilégios, incluindo o de se ausentar das responsabilidades normais. Visto que a pessoa enferma não é responsável pela doença, ela está livre de desempenhar certos papéis, deveres e práticas que são válidos em outras circunstâncias. Por exemplo, a pessoa enferma pode ser "liberada" dos deveres habituais exercidos no lar. Sua conduta, sempre que não for polida e atenciosa como de costume, deve ser desculpada. A pessoa enferma tem direito, por exemplo, de ficar na cama ou de se licenciar do trabalho.*
3. *A pessoa enferma deve esforçar-se em recuperar a saúde, consultando um médico especialista e aceitando o papel de "paciente". O papel de enfermo é um papel temporário e "condicional", que é contingente na pessoa enferma que ativamente se esforça em melhorar. Para ocupar o papel de enfermo, a pessoa doente precisa receber a sanção de um médico profissional que legitima a declaração dela de que está doente. A confirmação da doença via uma opinião especializada permite às pessoas que rodeiam o enfermo aceitarem a validade de suas declarações. Espera-se do paciente que coopere na própria recuperação, seguindo as "ordens médicas". Uma pessoa doente que se recuse a consultar um médico, ou que descumpra os conselhos da autoridade médica, põe em risco seu estado de enfermo.*

A noção de Parson do papel de enfermo foi refinado por outros sociólogos, que sugerem que nem todas as doenças são "iguais" no que diz respeito ao papel de enfermo. Alegam que a experiência do papel de enfermo varia conforme o tipo de doença, uma vez que as reações das pessoas diante de enfermos são influenciadas tanto pela severidade da doença como pela percepção que têm dela. Assim, os direitos e privilégios adicionais que participam do papel de enfermo talvez não sejam experimentados de modo uniforme. Freidson (1970) identificou três versões do papel de enfermo correspondendo a tipos e graus diversos da doença. O papel de enfermo *condicional* aplica-se a indivíduos que estão sofrendo de uma condição temporária da qual podem se recuperar. Espera-se do enfermo que "se cure", recebendo direitos e privilégios conforme a severidade da doença. Por exemplo, uma pessoa que está sofrendo de bronquite teria mais benefícios do que alguém que sofre de um simples resfriado. O papel de enfermo *incondicionalmente legítimo* refere-se a indivíduos que sofrem de doenças incuráveis. Por não poder fazer nada em prol de sua cura, a pessoa doente é automaticamente autorizada a ocupar o papel de enfermo. O papel incondicionalmente legítimo deve ser aplicado a indivíduos que estão sofrendo de "alopecia" (perda total do cabelo) ou de acne severa (em ambos os casos não há privilégios especiais, mas antes a com-

preensão de que o indivíduo não é responsável pela doença) ou de câncer ou mal de Parkinson – que resultam em importantes privilégios e no direito de abandonar muitos de seus deveres ou boa parte deles. O último papel de enfermo é o *ilegítimo*. O papel ilegítimo ocorre quando um indivíduo sofre de uma doença ou condição estigmatizadas pelos outros. Em alguns casos, há uma impressão de que talvez o indivíduo de algum modo seja responsável pela sua enfermidade; nesse caso, não há necessariamente garantia de direitos e privilégios adicionais. A AIDS é talvez o exemplo mais patente de uma doença estigmatizada que afeta o direito do doente de assumir o papel de enfermo.

Um estigma é qualquer característica que isola um indivíduo ou grupo da maioria da população, fazendo com que o indivíduo ou grupo seja tratado com suspeita ou hostilidade. Como vimos, boa parte das formas de doença gera sentimentos de simpatia ou compaixão entre os não-enfermos, com as pessoas doentes recebendo “privilégios” especiais. Quando, porém, uma enfermidade é vista como incomum e infecciosa, ou de certo modo percebida como um sinal desonroso ou vergonhoso, os enfermos poderão ser rejeitados pela população “saudável”. Era assim para as pessoas infectadas pela lepra, na Idade Média, que eram desapropriadas e forçadas a viver isoladas em colônias de leprosos. A AIDS, de uma forma menos extrema, gera o estigma – não obstante o fato de que, como a lepra, o perigo de contrair a doença, em situações cotidianas normais, é quase nulo. Mas os estigmas raramente se baseiam em conhecimentos válidos. Originam-se de estereótipos ou percepções que talvez sejam falsos ou corretos apenas em parte.

### Avaliação

O papel de enfermo tem sido uma influente teoria que revela claramente como a pessoa doente é uma parte integrante de um contexto social mais abrangente. Mas há várias críticas que podem ser feitas contra essa noção. Alguns escritores alegaram que a “fórmula” do papel de enfermo é incapaz de apreender a *experiência* da doença. Outros assinalam que ela não pode ser aplicada universalmente. Por exemplo, a teoria do papel de enfermo não dá conta dos casos em que os médicos e os pacientes discordam sobre um diagnóstico, possuindo interesses opostos. Também fracassa em explicar as “doenças” que não levam à suspensão da atividade normal, como a gravidez, o alcoolismo, certas incapacidades e algumas doenças crônicas. Além disso, assumir o papel de enfermo nem sempre é um processo simples. Alguns indivíduos – como Jan Mauson, cujo caso já mencionamos – durante anos apresentaram um quadro de dor crônica ou de sintomas repetidamente mal diagnosticados. A eles é negado o papel de enfermo até que se faça um claro diagnóstico das suas condições. Em outros casos, fatores sociais como raça, classe e gênero podem influir na concessão do papel de enfermo e na rapidez com que é concedido. O papel de enfermo não pode estar divorciado das influências sociais, culturais e econômicas que o cercam.

As realidades da vida e da doença são mais complexas do que sugerido pelo papel de enfermo. A ênfase cada vez maior

dada ao estilo de vida e à saúde em nossos tempos significa que os indivíduos são considerados mais responsáveis pelo seu próprio bem-estar. Isso contradiz a primeira premissa do papel de enfermo – que o indivíduo não é culpado por sua doença. Além disso, nas sociedades modernas, a mudança de enfermidades infecciosas agudas para doenças crônicas tornou o papel de enfermo menos aplicável. Embora o papel de enfermo talvez seja útil para a compreensão da doença aguda, é menos útil em doenças crônicas: não há uma única fórmula a ser seguida por pessoas portadoras de doenças crônicas ou por pessoas enfermas. Viver num estado de doença é experimentado e interpretado de inúmeros modos pelas pessoas doentes – e por aqueles que as cercam.

Estudaremos agora como os sociólogos da escola interacionista simbólica tentaram entender a experiência da doença.

### A doença como uma “experiência vivida”

Os interacionistas simbólicos estão interessados nos modos como as pessoas interpretam o mundo social e os significados que elas atribuem a ele. Muitos sociólogos aplicaram essa abordagem ao setor da saúde e da doença a fim de entender como as pessoas experienciam a doença ou percebem a enfermidade dos outros. Como as pessoas reagem ou ajustam-se à notícia de uma doença grave? Como a doença molda a vida diária dos indivíduos? Como viver com uma doença crônica afeta a identidade do indivíduo?

Vimos que os padrões de doença mudaram nas sociedades modernas. Em vez de morrer de doenças agudas e infecciosas como costumava acontecer, as pessoas nas sociedades industrializadas agora vivem por mais tempo e sofrem mais tardiamente de doenças crônicas. A medicina é capaz de aliviar a dor e o desconforto associados a algumas dessas condições, mas um número cada vez maior de pessoas enfrenta a perspectiva de conviver com uma doença por um longo período de tempo. Os sociólogos estão preocupados em como a doença, em alguns casos, incorpora-se à “biografia” pessoal do indivíduo.

Um tema que os sociólogos têm explorado é como os indivíduos cronicamente doentes aprendem a enfrentar as implicações práticas e emocionais de suas doenças. Certas enfermidades necessitam de tratamentos regulares ou de manutenção que pode afetar a rotina diária das pessoas. Hemodiálise, injeções de insulina ou ter de tomar um grande número de medicamentos levam os indivíduos a ajustar seus horários em função da doença. Outras doenças causam efeitos imprevisíveis no corpo, como o descontrole repentino da bexiga ou do intestino, ou náusea violenta. Os indivíduos que sofrem dessas condições muitas vezes desenvolvem estratégias para administrar cotidianamente suas moléstias. Elas incluem considerações práticas – como sempre procurar saber a localização do banheiro quando em lugar desconhecido – e também habilidades para administrar relações pessoais, íntimas e prosaicas. Embora os sintomas da doença sejam embaraçosos e perturbadores, as pessoas desenvolvem estratégias para viver da forma mais normal possível (M.P. Kelly, 1992).



O poder "grisalho": a velhice não é mais o que era uma vez.

Ao mesmo tempo, a experiência da doença pode apresentar desafios e acarretar transformações na autoconsciência das pessoas. Elas se desenvolvem tanto através das efetivas reações de outros diante da doença como através de reações imaginadas ou percebidas. Para o doente crônico ou incapacitado, as interações sociais, que são rotina para muitos, se tornam atípicadas ou incertas. Os entendimentos comuns de que os padrões instituídos de interação diária nem sempre estão presentes, quando há o fator da doença ou da incapacidade, e as interpretações de situações triviais podem diferenciar substancialmente. Uma pessoa doente pode precisar de assistência, mas não querer parecer dependente, por exemplo. Um indivíduo pode sentir compaixão por alguém que teve uma doença diagnosticada, mas ficar inseguro se deve ou não se referir ao assunto diretamente. O contexto modificado das interações sociais pode precipitar transformações na identidade dos indivíduos.

Alguns sociólogos investigaram como os indivíduos com doenças crônicas administram suas enfermidades no contexto social de suas vidas (Jobling, 1988; Williams, 1993). A doença pode estabelecer uma grande demanda de tempo, energia, força e reservas emocionais das pessoas. Corbin e Strauss (1985) estudaram os regimes de saúde que o doente crônico desenvolve a fim de organizar sua vida. Eles identificaram três tipos de "empenho" contidos nas estratégias das pessoas. O empenho em relação à doença refere-se às atividades envolvidas na administração de suas condições, como o tratamento das dores, a realização de exames diagnósticos ou terapia física. O empenho diário aplica-se à administração

da vida diária – a manutenção de relações com outros, a gestão de questões domésticas e busca de interesses profissionais ou pessoais. O empenho biográfico envolve as atividades que o doente desempenha como parte da construção ou reconstrução da narrativa de sua vida. Em outras palavras, é o processo de incorporação da doença dentro de sua vida, tomando consciência dela e desenvolvendo modos de explicá-la aos outros. Esse processo pode ajudar as pessoas a restaurar o significado e a ordem de suas vidas depois de chegar ao conhecimento de doenças crônicas.

O trabalho dos interacionistas simbólicos sobre como conviver com uma doença é uma das dimensões mais relevantes da sociologia do corpo. Como veremos na seção final deste capítulo, vivemos em uma sociedade em que os indivíduos nunca foram tão longevos ou levaram vidas tão ativas em idade avançada. Mas às vezes isso também significa lidar por mais tempo com a doença e com a ansiedade.

## Saúde e envelhecimento

Vivemos em uma sociedade em vias de envelhecimento, em que a proporção de pessoas com 65 anos ou mais está em constante crescimento. Ao mesmo tempo, a questão da importância social do envelhecimento tem um alcance muito mais amplo. Pois o que a velhice realmente é – as oportunidades que oferece e os fardos que carrega – está mudando dramaticamente. A gerontologia, o estudo do envelhecimento e

dos idosos, não se preocupa somente com o processo físico do envelhecer, mas também com os fatores sociais e culturais conectados ao envelhecimento.

Dois processos um tanto contraditórios estão envolvidos aqui. De um lado, os idosos nas sociedades modernas tendem a ter um *status* mais baixo e menos poder do que tinham em culturas pré-modernas. Nessas culturas, como nas sociedades não-ocidentais hoje (como a Índia ou a China), acreditava-se que a velhice trazia sabedoria, e as pessoas mais velhas de uma comunidade eram amiúde os verdadeiros núcleos de decisão. Hoje, a idade avançada normalmente traz consigo o efeito contrário. Em uma sociedade que passa por constantes mudanças, como a nossa, o conhecimento acumulado das pessoas mais velhas muitas vezes parece para os jovens não mais um valioso depósito de sabedoria, mas, simplesmente, um anacronismo.

Por outro lado, no entanto, as pessoas mais velhas hoje em dia estão bem menos propensas a aceitar o envelhecimento como um processo inevitável de deterioração do corpo. Aqui podemos mais uma vez traçar o impacto da socialização da natureza. O processo de envelhecimento era geralmente aceito como uma inevitável manifestação da devastação do tempo. Mas, cada vez mais, o envelhecimento não é algo admitido como natural: os avanços na medicina e na nutrição têm mostrado que muito do que um dia foi considerado inevitável sobre o envelhecimento pode ser contestado ou retardado. Em média, as pessoas atingem idades bem mais avançadas do que há um século, como resultado de melhorias nos cuidados com nutrição, higiene e saúde.

Observando as mudanças nas estatísticas demográficas, alguns sociólogos e geriatras referem-se ao "agrisalhamento" da população (ver Figura 6.5). Na Grã-Bretanha, em 1850, a proporção de população acima de 65 anos era em torno de 5%. Hoje, é acima de 15%, e continuará a crescer. A média de ida-

de das pessoas na Grã-Bretanha cresce há mais de um século e meio. Em 1800, a média de idade era provavelmente em torno de 16 anos. Na virada do século XX, cresceu para 23 anos. Por volta de 1970, era de 28 anos, e hoje já ultrapassou os 30. Essa média continuará a crescer por algum tempo se não ocorrerem maiores mudanças nas tendências demográficas atuais, podendo atingir 37 anos em 2030.

A sociedade britânica não é a única a passar por um processo de "agrisalhamento". Quase todos os países desenvolvidos testemunharão o envelhecimento de suas populações nas próximas décadas. Peter Peterson descreveu essa mudança como uma "aurora grisalha" (1999). Atualmente, uma em cada sete pessoas no mundo desenvolvido tem mais de 65 anos. Em 30 anos, irá subir para uma em quatro. Por volta de 2030, a proporção de pessoas acima de 65 anos variará de 33% na Austrália para quase 50% na Alemanha. O número de "muito velhos" (acima de 85 anos) está se expandindo mais rapidamente do que o de "jovens velhos". Daqui a meio século, o número de pessoas acima de 85 anos terá crescido seis vezes mais. Esse processo é algumas vezes chamado de "envelhecimento dos idosos".

Essa significativa mudança na distribuição de idade entre a população apresenta desafios específicos para a Grã-Bretanha e muitos outros países industrializados. Uma forma de se entender o porquê é analisando a **proporção de dependência** de um lado, a relação entre o número de crianças e indivíduos aposentados, e, de outro, as pessoas em idade de trabalho. Na medida em que a população mais velha continua a crescer durante o próximo século, a exigência em serviços sociais e sistemas de saúde crescerá também. O crescimento da expectativa de vida significa que os pensionistas precisarão ser pagos por mais tempo do que eles são atualmente (ver Figuras 6.6 e 6.7).

No entanto, programas que apoiam o envelhecimento são encontrados pela população trabalhadora. À medida que a *proporção de dependência dos idosos* aumenta, a crescente pressão será posta nos recursos disponíveis. No auge das projeções demográficas, os governos, os grupos de interesse e os políticos estão sendo forçados a fazer previsões e desenvolver propostas para descobrir as necessidades de uma população que está sofrendo mudanças. Recentemente, por exemplo, as associações de aposentados alertaram que o atual projeto de pagamento de aposentadoria não pode ser sustentado indefinidamente. Seria necessário um crescimento na idade mínima da aposentadoria tanto para mulheres (de 60 para 65) quanto para homens (de 65 para 70), a fim de compensar o aumento da longevidade.

### Osefeitos físicos do envelhecimento

O envelhecimento não pode ser relacionado à doença ou incapacidade, mas é claro que o avanço da idade traz crescentes problemas de saúde. Somente durante os últimos 20 anos, os sociólogos tentaram sistematicamente distinguir os efeitos fi-

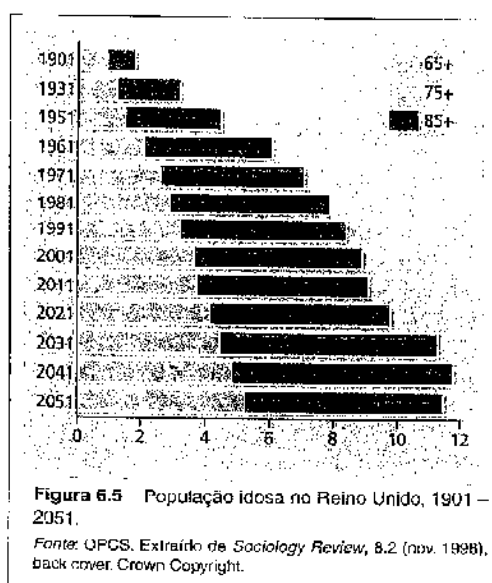
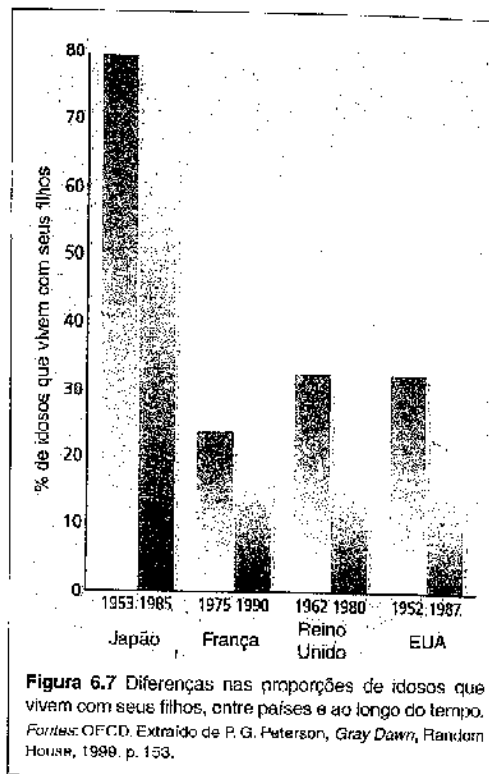
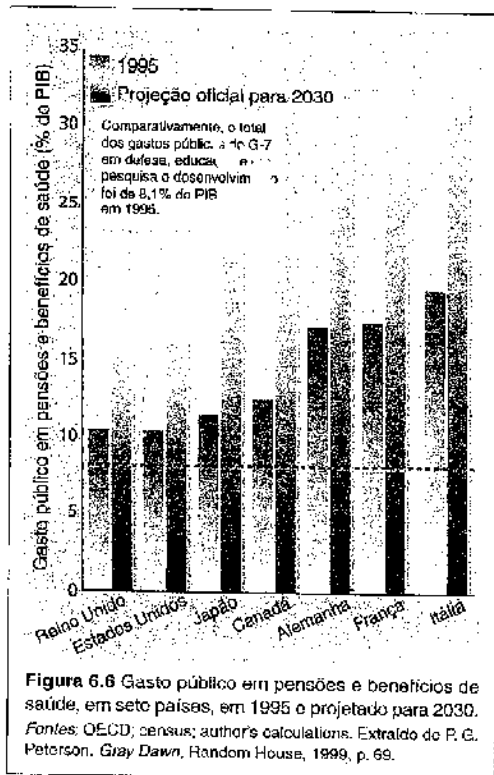


Figura 6.5 População idosa no Reino Unido, 1901–2051.

Fonte: OPCS. Extraído de *Sociology Review*, 8.2 (nov. 1998), back cover. Crown Copyright.



sicos do envelhecimento das características associadas a doenças. O fato de a extensão do corpo inevitavelmente se desgastar com o avanço da idade é um assunto debatido. Os efeitos das perdas sociais e econômicas são também difíceis de desenredar dos efeitos da deterioração física. A perda de parentes e amigos, a separação de crianças que vivem em lugares diferentes e a perda do emprego podem provocar uma perda física.

Em geral, no entanto, pesquisas demonstram que a saúde precária e a idade avançada não são de modo algum sinônimos. Existem pessoas acima de 65 anos que afirmam desfrutar de saúde quase perfeita.

O envelhecimento do corpo é afetado por influências sociais, mas é claro que também é governado por fatores genéticos. Os biólogos geralmente aceitam que o ser humano tem uma máxima duração de vida governada por seus genes – pensa-se ser por volta de 120 anos. Como todos os animais, o corpo humano é geneticamente preparado para morrer.

Mas por quanto tempo? Se os geneticistas encontrassem um caminho para controlar o envelhecimento e a morte, isso seria um dos aspectos mais importantes da socialização da natureza mencionados anteriormente. Os cientistas já mostraram que células envelhecidas nos animais podem ser manipuladas para fazê-las agir como células jovens. Ronald Klotz, presidente da Academia Norte-Americana de Medicina Antienvelheci-

mento, comentou: “Eu acredito que veremos maiores expectativas, talvez dentro do nosso tempo de vida. As novas tecnologias já estão aqui. Elas precisam ser desenvolvidas. Precisamos começar a nos preparar para uma sociedade sempre jovem. O envelhecimento é uma doença que pode ser tratada”. (Citado em Kelsey, 1996, p. 2.)

### Problemas do envelhecimento

Embora o envelhecimento seja um processo que apresenta novas possibilidades, ele é também acompanhado por vários desafios desconhecidos. À medida que as pessoas envelhecem, elas enfrentam uma combinação de problemas físicos, emocionais e materiais difíceis de solucionar. Uma das principais preocupações das pessoas idosas é conseguir independência, liberdade de movimento e habilidade para participar integralmente do mundo social. Mas, como é de se esperar, o envelhecimento não é um fenômeno experienciado uniformemente. Há grandes variações entre as pessoas mais velhas no tocante a seus recursos naturais e a seu acesso a auxílios psicológicos e à saúde. Essas diferenças podem influenciar o modo como a idade avançada mantém sua autonomia e bem-estar.

A classe, o gênero e a raça são influências importantes na experiência do envelhecimento. Por exemplo, o envelheci-

mento é um fenômeno relacionado ao gênero. As mulheres tendem a viver mais do que os homens, fazendo com que os mais velhos sejam na maioria "mulheres". Os anos posteriores são muito influenciados por experiências anteriores na vida; por causa das responsabilidades domésticas e maternas, as mulheres em geral participam menos que os homens do trabalho remunerado. Elas também recebem pagamentos mais baixos. Mais adiante, fatores como esses têm forte efeito, nas circunstâncias materiais das mulheres, particularmente se projetos de aposentadoria privada ou ocupacional dependem de apoio financeiro. Estudos revelam que as mulheres mais velhas têm rendimento pessoal mais baixo do que os homens e também sofrem desigualdades em outros campos, como o da moradia e da propriedade de automóvel. A discrepância na propriedade de automóvel não significa uma preocupação maior, mas pode restringir significativamente a mobilidade total das mulheres e seu acesso aos cuidados com a saúde, às compras e ao contato com os outros. Com o aumento da idade, as mulheres sofrem mais que os homens de invalidez. Isso significa que elas requerem mais assistência e apoio simplesmente para realizar suas tarefas diárias e rotinas de cuidado pessoal, como banhar-se e subir e descer da cama. Aproximadamente metade das mulheres idosas britânicas, no entanto, vive sozinha, em contraste com apenas um quinto dos homens idosos. Assim, há implicações específicas de gênero para os padrões de cuidado a serem disponibilizados à população idosa.

Em geral, os idosos têm menores benefícios materiais do que outros segmentos da população. A aposentadoria resulta em uma perda de rendimento que pode causar uma significativa queda no padrão de vida das pessoas mais velhas. Os sociólogos mostraram que os padrões de desigualdade estabelecidos mais cedo na vida tendem a se repetir nos anos subsequentes, embora muitos estudos sobre pobreza e classe focalizem exclusivamente as pessoas em idade de trabalho. Uma recente pesquisa sobre os estilos de vida de 1.317 pessoas mais velhas no Reino Unido, realizada pela Universidade de Kent (Milne et al., 1999), encontrou evidências de dois "mundos" distintos. Num primeiro estrato, composto por indivíduos que estão nos primeiros anos de aposentadoria e que vivem com uma pensão num lar compartilhado, há um estilo de vida razoavelmente confortável. No segundo estrato, composto por pessoas acima de 80 anos que vivem sozinhas e com poucas economias, as pessoas podem sofrer de pobreza aguda. O estudo revelou que metade da população mais idosa, com 80 anos ou mais, vive com 80 libras por semana, ou menos. A ansiedade relacionada ao dinheiro foi a segunda preocupação, perdendo somente para o declínio da saúde, considerada a principal preocupação entre os que responderam ao levantamento.

### Conclusão: o futuro do envelhecimento

Em uma sociedade que valoriza muito a juventude, a vitalidade e a atratividade física, as pessoas mais velhas tendem a se

tornar invisíveis. Recentemente, elas têm visto, no entanto, algumas mudanças nas atitudes com respeito ao envelhecimento. É improvável que as pessoas mais velhas recuperem toda a autoridade e todo o prestígio que se concedia antigamente aos mais velhos da comunidade nas sociedades antigas. No entanto, como elas vieram a compreender uma maior proporção da população, as pessoas mais velhas estão adquirindo maior peso político do que antes. Já se tornaram um poderoso grupo de pressão política.

Os anos mais tardios da vida são cada vez mais vistos por muitos como uma época de grandes oportunidades e mesmo celebrações. É um tempo de reflexões sobre as realizações de toda a vida, mas também permite aos indivíduos continuarem crescendo, aprendendo e explorando. Os anos em que as pessoas estão livres das responsabilidades familiares e de trabalho são muitas vezes chamados de *terceira idade*. Durante esse período, que agora é mais longo, os indivíduos são livres para levar vidas ativas independentes – viajando, perseguindo novos conhecimentos ou desenvolvendo novas habilidades. A *quarta idade*, então, refere-se aos anos em que a independência das pessoas e a habilidade de elas mesmas se cuidarem são um desafio mais sério.

Os grupos ativistas também começaram a lutar contra o *velhicismo* – a discriminação de pessoas com base em sua idade –, buscando incentivar uma visão positiva da idade e das pessoas mais velhas. O *velhicismo* é uma ideologia como o sexismo e o racismo. Há muitos estereótipos falsos de pessoas mais velhas, assim como em outros contextos da sociedade. Assim, acredita-se muitas vezes que trabalhadores mais velhos são menos competentes do que os jovens, que a maioria das pessoas acima de 65 anos está em hospitais ou em casas para velhos e que uma grande proporção é senil. Todas essas crenças são errôneas. Os registros de frequência e de produtividade dos trabalhadores acima de 60 anos são superiores em média a dos mais jovens; 95% das pessoas acima de 65 anos vivem em moradias privadas; e somente 7% daqueles que têm entre 65 e 80 anos têm sintomas de deterioração senil.

Em seu livro *Life after Work: The Arrival of the Ageless Society (A vida depois do trabalho: a chegada da sociedade sempre jovem)* (1991), Michael Young e Tom Schuller argumentam que a idade se tornou um instrumento opressivo para introduzir papéis estereotipados. Muitas pessoas mais velhas estão se rebelando contra esse tratamento e explorando novas atividades e modos de auto-realização. Elas contestam o que Young e Schuller chamam de "sociedade aprisionada pela idade".

Nas sociedades modernas, os jovens e os velhos são categorizados antes pela idade do que por suas características, ambições e identidades. Os dois grupos deveriam formar uma aliança, de acordo com Young e Schuller, para acabar com as categorias e criar uma sociedade sempre jovem. Eles poderiam ser os pioneiros na defesa dos interesses não somente de suas próprias posições sociais, mas daqueles que fazem parte da maioria da população com trabalho remunerado.

Young e Schuller argumentam que os jovens e os velhos poderiam ajudar a desviar a ordem social moderna do círculo



monótono do consumismo. Mais e mais pessoas poderiam libertar-se das coerções do trabalho, dizem os dois teóricos, citando Virginia Woolf "fazendo sempre um trabalho que alguém não quis fazer, e fazê-lo como um escravo servil e submisso". Elas poderiam desenvolver suas próprias qualidades e interes-

ses, como Woolf o fez de um modo espetacular. Por outro lado, seu talento em escrever, "pequeno, mas caro àquele que o possui", ela acreditou que "perceceria e, com ele, eu mesma e a minha própria alma... tal como a ferrugem consome a flor da primavera".

### Pontos Principais

1. A sociologia do corpo preocupa-se com o modo como nossos corpos são afetados por influências sociais. As forças sociais e ambientais ajudam a formar padrões de saúde e doença, como visto no fato de que certos grupos de pessoas tendem a desfrutar muito mais de sua saúde do que outros.
2. Pesquisas sociológicas revelam conexões próximas entre doença e desigualdade. Dentro dos países industrializados, os grupos mais pobres têm uma média mais curta de expectativa de vida e são mais suscetíveis a doenças do que os mais ricos. Os países mais ricos também têm médias mais altas de expectativas de vida do que os mais pobres. Algumas pessoas acreditam que as desigualdades de saúde baseadas na classe social pode ser explicada por fatores culturais e comportamentais, como alimentação e estilo de vida. Outros enfatizam influências estruturais, como o desemprego, moradias abaixo do padrão e condições de trabalho precárias.
3. Os padrões de saúde e doença têm também dimensões de gênero e raça. As mulheres em geral vivem mais que os homens em quase todos os países, mas apresentam uma incidência mais alta de doenças do que os homens. Certas doenças são mais comuns entre grupos étnicos minoritários do que entre a população branca. Questões genéticas foram apresentadas para explicar as diferenças de saúde para o gênero e a raça, embora sozinhas não possam explicar as desigualdades. Mesmo que exista alguma base biológica para certas condições de saúde, padrões abrangentes de saúde e doença precisam levar em consideração também fatores sociais e diferenças nas condições materiais entre os grupos.
4. A medicina ocidental está baseada no modelo biomédico de saúde – a crença de que a doença pode ser definida em termos objetivos e que o corpo doente pode ser restabelecido através de um tratamento cientificamente baseado. O modelo biomédico de saúde surgiu junto com as sociedades modernas. Estava ligado ao crescimento da demografia – estudo do tamanho, da composição e da dinâmica das populações humanas – e ao crescente interesse dos estados em promover a saúde pública. Os sistemas de saúde modernos foram grandemente influenciados pela aplicação da ciência no diagnóstico e na cura médicos.
5. O modelo biomédico de saúde vem enfrentando crescentes críticas. Afirmou-se que a medicina científica não é tão eficaz como deveria ser, que os profissionais médicos não valorizam as opiniões dos pacientes tratados e que a profissão médica considera-se superior a quaisquer formas alternativas de cuidado que não subscrevem às abordagens ortodoxas.
6. Os sociólogos estão interessados na experiência da doença – como o fato de estar doente, cronicamente enfermo ou incapacitado, é experienciado pela pessoa doente e por aqueles que a cercam. A idéia do papel do doente, desenvolvida por Talcott Parsons, sugere que o doente adote certas formas de comportamento a fim de minimizar o impacto destrutivo da doença. A um indivíduo doente são garantidos certos privilégios, como o direito de se afastar das responsabilidades normais, mas, em contrapartida, ele deve trabalhar ativamente para recuperar sua saúde, concordando em seguir os conselhos médicos.
7. Os interacionistas simbólicos investigaram como as pessoas lidam com a doença e com a enfermidade crônica em suas vidas diárias. A experiência da doença pode provocar mudanças na auto-identidade dos indivíduos e em suas rotinas diárias. Essa dimensão da sociologia do corpo está tornando-se cada vez mais relevante para muitas sociedades; as pessoas agora estão vivendo mais do que antes e tendem a sofrer mais das condições crônicas debilitantes do que de doenças agudas.
8. Outra área importante da sociologia do corpo é a gerontologia – o estudo do envelhecimento e da velhice. A gerontologia não se preocupa somente com o processo físico do envelhecimento, mas também com os fatores sociais e culturais que influenciam esse processo.
9. A maioria dos países industrializados estão passando por um "agrisalhamento" da população. A proporção da população acima de 65 anos está crescendo regularmente e continuará a crescer por décadas. As sociedades enfrentarão novos desafios à medida que continuarem a crescer os índices de dependência relativos à idade avançada. Os índices de dependência relativos à velhice corresponde à relação entre o número de indivíduos aposentados e de pessoas em idade de trabalho. À medida que a população idosa cresce, incrementará a demanda sobre os serviços de seguridade, as pensões e os sistemas de saúde, mas haverá menos pessoas em empregos remunerados para ajudar a sustentar tais programas.
10. O envelhecimento cria muitas oportunidades para as pessoas se libertarem das preocupações do trabalho. Isso, no

entanto, gera problemas sociais, econômicos e psicológicos para indivíduos (e com frequência para os grupos familiares). Para muitas pessoas, a aposentadoria é uma grande transição, geralmente assinalando uma perda de *status*. Ela pode significar solidão e desorientação, pois as pessoas precisam reestruturar boa parte de suas rotinas diárias.

11. Recentemente, os idosos que agora constituem uma grande proporção da população dos países industrializados passaram a pressionar por mais reconhecimento de seus distintos interesses e suas necessidades. A luta contra o "velhicismo" (discriminação contra pessoas em função de sua idade) é um importante aspecto desse desenvolvimento.

### Questões para Reflexão

1. O que poderia ser feito para reduzir as desigualdades nos sistemas de saúde?
2. Como as diferenças nas vidas de homens e mulheres podem dar conta de diferentes experiências produzidas pela saúde precária?
3. Que políticas você recomendaria para tornar os serviços nacionais de saúde mais responsivos aos antecedentes culturais dos pacientes?
4. A medicalização de condições como a gravidez e a infelicidade aumenta o poder dos estabelecimentos médicos, ao mesmo tempo que o tiram do paciente?
5. Como a história de Jan Manson ilustra a importância do trabalho biográfico para o indivíduo cronicamente doente?
6. Como a experiência pessoal de envelhecimento é forjada por fatores sociais?

### Leitura Complementar

Sara Arber e Jay Ginn (eds), *Connecting Gender and Ageing: A Sociological Approach* (Buckingham: Open University Press, 1995)

Lesley Doyal, *What Makes Woman Sick* (London: Macmillan, 1995)

Sarah Nettleton, *The Sociology of Health and Illness* (Cambridge: Polity, 1995)

Peter G. Peterson *Gray Dawn: How the Coming Age Wave will Transform America – and the World* (New York: Random House, 1999)

### Endereços na Internet

European Observatory on Health Care Systems  
<http://www.observatory.dk>

International Public Health  
<http://www.ldh.org/iphw/>

LSE Health: institute for researching public health issues and health policy  
<http://www.lse.ac.uk/Depts/lse-health/default.htm/>

OECD – international work on ageing  
<http://www.oecd.org/subject/ageing>

Wellcome Library on the History and Understanding of Medicine

<http://www.wellcome.ac.uk/en/1/lib.html>

World Health Organization

<http://www.who.int>

# 7

## As Famílias

<b>Conceitos básicos</b>	151	<b>As alternativas ao casamento</b>	164
A diversidade familiar	152	A coabitação	164
<b>Perspectivas teóricas sobre a família</b>	152	Parcerias gays e lésbicas	166
O funcionalismo	152	<b>Violência e abuso na vida familiar</b>	166
Abordagens feministas	153	Violência no interior das famílias	166
Novas perspectivas na sociologia da família	155	Abuso sexual infantil e incesto	167
<b>O casamento e o divórcio na Grã-Bretanha</b>	157	<b>O debate sobre valores familiares</b>	168
Núcleos domésticos monoparentais	157	Pontos principais	169
O recasamento	159	Questões para reflexão	170
Famílias reconstituídas	159	Leitura complementar	170
O "pai ausente"	161	Endereços na internet	170
Mulheres sem filhos	161		
<b>As variações nos padrões familiares; a diversidade étnica na Grã-Bretanha</b>	162		
As famílias sul-asiáticas	163		
As famílias negras	163		



## 7: As Famílias

O tema de boa parte deste livro é a mudança. O mundo em que vivemos é cheio de novas oportunidades, mas ao mesmo tempo um mundo difícil e estranho. Gostando dele ou não, precisamos todos aprender a lidar com a mistura de oportunidade e risco que esse mundo apresenta. Em lugar algum, essa observação é mais apropriada do que em nossas vidas pessoal e afetiva.

Durante as últimas décadas, a Grã-Bretanha e outras sociedades ocidentais testemunharam mudanças nos padrões familiares que seriam inimagináveis para gerações anteriores (ver quadro, p. 151). A grande diversidade de formas de família e de núcleos domésticos tornou-se uma característica cotidiana de nossos tempos. As pessoas estão menos propensas a casar do que antes e também estão se casando mais tarde. A taxa de divórcios aumentou significativamente, contribuindo para o crescimento do número de famílias monoparentais. As “famílias reconstituídas” (ver p. 159, adiante) formam-se através de segundos casamentos ou através de novos relacionamentos envolvendo filhos de uniões anteriores. As pessoas estão optando cada vez mais por viverem juntas – coabitar – antes do casamento, até mesmo preferindo isso a se casar. Enfim, o mundo da família está bem diferente do que há 50 anos. Embora as instituições da família e do casamento ainda existam e sejam importantes em nossas vidas, tiveram uma mudança drástica de caráter.

Não foi somente a família e o núcleo doméstico que mudaram. Importantes também são as expectativas variáveis que as pessoas têm de seus relacionamentos com as outras. O termo “relacionamento”, aplicado à vida pessoal, passou a ser usado amplamente há apenas 20 ou 30 anos, assim como a ideia de que há uma necessidade de “intimidade” ou “compromisso” na vida pessoal. Na nossa recente era moderna, um relacionamento é algo *ativo* – você tem que se empenhar. A questão é ganhar a confiança da outra pessoa. Quase todos os tipos de relacionamento sexual são assim agora, inclusive o casamento. Cada vez mais os relacionamentos dependem da colaboração e da comunicação entre os seus participantes. A comunicação emocional tornou-se central não apenas para relacionamentos de amor sexual, mas para amizades e interações entre pais e filhos.

Essas transformações não se restringem somente a países industrializados. Os processos descritos anteriormente estão ocorrendo – embora de forma desigual – em sociedades do mundo inteiro. A China fornece uma ilustração clara da natureza contraditória da mudança na esfera familiar. A taxa de divórcios na China permanece baixa comparada à de países ocidentais, mas está crescendo rapidamente – assim como em outras sociedades asiáticas em desenvolvimento. Nas cidades chinesas, não apenas o divórcio, mas a coabitação está se tornando mais frequente. Isso levou o Estado a considerar a criação de mecanismos que dificultem a obtenção do divórcio. As leis de

casamento atuais, que datam dos anos de 1960, são bastante liberais. O casamento é visto com um contrato que pode ser extinto “quando marido e mulher juntos o desejarem”. Mesmo quando uma parte se opõe, o divórcio pode ser garantido quando a “afeição mútua” abandonou o casamento. Após uma espera de duas semanas e o pagamento de uma pequena taxa administrativa, o casal torna-se independente.

Há muitos debates na China sobre a defesa dos padrões familiares “tradicionais”, como os ainda praticados na zona rural. Apesar da política oficial do governo, que limita a natalidade a uma ou duas crianças por família, o casamento e a vida familiar nas regiões rurais permanecem bem mais tradicionais que nas áreas urbanas. O casamento é um arranjo entre duas famílias, fixado pelos pais, e não pelos indivíduos interessados. Em algumas províncias, aproximadamente 60% dos casamentos ainda são arranjados pelos pais. No entanto, há uma irônica reviravolta na história da China em modernização. Muitos dos divórcios que estão ocorrendo em áreas urbanas chinesas são entre casais cujos casamentos foram feitos nos moldes dos das zonas rurais.

Como ilustra esse exemplo, as sociedades do mundo inteiro estão enfrentando questões similares no que diz respeito às mudanças na vida familiar. As preocupações com a “desintegração” das famílias britânicas são seguidas muito de perto em outros países – dentro e fora do mundo industrializado. As questões em jogo diferem apenas no grau e no contexto cultural em que se dão. A erosão das formas tradicionais de vida familiar – na Grã-Bretanha, na China e em sociedades do mundo inteiro – é não só um reflexo, mas uma importante colaboração para a globalização. Como vemos, as alterações na vida familiar frequentemente encontram resistências e apelos a um retorno à “era dourada” do passado. Entretanto, resistindo ou não a tais mudanças, o fato de hoje a maioria de nós pensarmos sobre elas é indicativo das transformações básicas que afetaram nossas vidas pessoais e emocionais nas últimas décadas. Não há retorno. Melhor é comprometer-se de modo ativo e criativo com esse mundo em transformação e com seus efeitos em nossas vidas privadas.

### Conceitos básicos

Antes de tudo, precisamos definir alguns conceitos básicos, particularmente os de família, parentesco e casamento. Uma **família** é um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos membros adultos assumem a responsabilidade pelo cuidado das crianças. Laços de **parentesco** são conexões entre indivíduos, estabelecidas tanto por casamento como por linhas de descendência, que conectam parentes consanguíneos (mães, pais, irmãos, prole, etc.). O **casamento** pode ser definido como uma união sexual entre dois indivíduos adultos socialmente reconhecida e aprovada. Quando duas pessoas

se casam, elas se tornam aparentadas; mas também o elo matrimonial conecta uma gama mais ampla de parentes. Pais, irmãos, irmãs e outros parentes consanguíneos tornam-se parentes do cônjuge através do casamento.

As relações familiares são sempre reconhecidas dentro de grupos de parentesco mais abrangentes. Virtualmente em todas as sociedades, podemos identificar o que sociólogos e antropólogos chamam de **família nuclear**, dois adultos vivendo juntos num núcleo doméstico com suas crianças ou com crianças adotadas. Na maioria das sociedades tradicionais, o núcleo familiar era parte de uma rede mais ampla de parentesco de algum tipo. Quando parentes próximos além do casal e seus filhos vivem juntos no mesmo ambiente familiar ou em um relacionamento próximo e contínuo uns com os outros, falamos em uma **família ampliada**. Uma família ampliada pode incluir avós, irmãos e suas esposas, irmãs e seus maridos, tias e sobrinhos.

Nas sociedades ocidentais, o casamento e, portanto, a família, estão associados à **monogamia**. É ilegal para um homem ou uma mulher estar casado com mais de um cônjuge por vez. Porém, não é assim em todos os lugares. Em uma famosa comparação entre centenas de sociedades na metade do século XX, George Murdock (1949) descobriu que a **poligamia**, que permite a um marido ou a uma esposa ter mais de um cônjuge, era permitida em mais de 80% delas. Há dois tipos de poligamia: a **poliginia**, em que um homem pode ser casado com mais de uma mulher ao mesmo tempo; e a **poliandria**, muito menos comum, em que uma mulher pode ter dois ou mais maridos, simultaneamente.

### A diversidade familiar

Muitos sociólogos creem que não podemos falar sobre "a família", como se houvesse apenas um modelo de vida familiar mais ou menos universal. O predomínio do núcleo familiar tra-



Uma família nuclear reúne-se para compartilhar a refeição... uma força unificadora através de muitas culturas e estruturas familiares.

dicional foi constantemente erodido ao longo da segunda metade do século XX, como veremos neste capítulo. Menos de um quarto dos núcleos domésticos da Grã-Bretanha está de acordo com o modelo da família tradicional. Existem ainda fortes diferenças nos padrões familiares entre grupos étnicos minoritários. Por exemplo, os núcleos domésticos asiáticos geralmente contêm mais de uma família com crianças, enquanto comunidades negras são caracterizadas por um grande número de famílias de pais solteiros.

Por essas razões, parece mais apropriado falar de "famílias". Referir-se a "famílias" enfatiza a diversidade de formas familiares. Embora possamos nos referir de modo simplificado à "família", é fundamental lembrarmos a variedade compreendida pelo termo.

### Perspectivas teóricas sobre a família

O estudo da família e da vida familiar tem sido conduzido de forma diferente por sociólogos de convicções contrárias. Muitas das perspectivas adotadas mesmo há poucas décadas agora parecem muito menos convincentes à luz de recentes pesquisas e de importantes mudanças no mundo social. Convém traçar rapidamente, no entanto, a evolução do pensamento sociológico antes de seguir as abordagens contemporâneas do estudo da família.

#### O funcionalismo

A perspectiva funcionalista vê a sociedade como um conjunto de instituições sociais que desempenha funções específicas para assegurar continuidade e consenso. Conforme essa perspectiva, a família desempenha importantes tarefas que contribuem para as necessidades básicas da sociedade e auxiliam a perpetuar a ordem social. Os sociólogos da tradição funcionalista consideram que a família nuclear preenche certos papéis especializados nas sociedades modernas. Com o advento da industrialização, a família tornou-se menos importante como unidade de produção econômica e mais concentrada na reprodução, na educação infanto-juvenil e na socialização.

Segundo o sociólogo norte-americano Talcott Parsons, as duas principais funções da família são a **socialização primária** e a **estabilização da personalidade** (Parsons e Bales, 1956). A **socialização primária** é o processo pelo qual as crianças aprendem as normas culturais da sociedade em que nasceram. Visto que isso ocorre durante os primeiros anos da infância, a família é o mais importante núcleo para o desenvolvimento da personalidade humana. A **estabilização da personalidade** refere-se ao papel desempenhado pela família ao assistir emocionalmente seus membros adultos. O casamento entre homens e mulheres adultos é o arranjo pelo qual personalidades adultas se apoiam e se mantêm saudáveis. Na sociedade industrial, o papel da família na estabilização de personalidades adultas é considerado crucial. Isso acontece porque a família nuclear



Uma família ampliada do Zimbábue reúne-se para uma foto.

muitas vezes está distanciada da parentela ampliada,\* sendo incapaz de recorrer, como era possível para as famílias antes da industrialização, a laços familiares mais amplos.

Parsons considerava a família nuclear a unidade mais bem equipada para lidar com as demandas da sociedade industrial. Na "família convencional", um adulto pode trabalhar fora de casa enquanto o outro adulto cuida da casa e dos filhos. Em termos práticos, essa especialização das funções dentro da família nuclear significava que o marido adotaria a função "instrumental" de provedor e a mulher, a função "afetiva", emocional, dentro do ambiente doméstico.

Atualmente, a visão de Parsons da família é considerada inadequada e ultrapassada. As teorias funcionalistas sobre a família estão sendo duramente criticadas por considerarem a divisão doméstica das tarefas entre homens e mulheres natural e incontroversa. Entretanto, vistas em seu próprio contexto histórico, as teorias são um pouco mais compreensíveis. Os anos que se seguiram ao pós-guerra viram mulheres retornando às suas tradicionais funções domésticas e homens assumindo novamente seus postos de únicos provedores. Contudo, podemos criticar as visões funcionalistas da família em outros aspectos. Ao enfatizar a importância da família no cumprimento de certas funções, ambos os teóricos negligenciam o papel que outras instituições sociais, como o governo, a mídia

e as escolas, desempenham na socialização infantil. As teorias também negligenciam as variações nos padrões familiares que não correspondem ao modelo da família nuclear. As famílias que não se adequavam ao "ideal" branco da classe média, habitante das áreas residenciais dos subúrbios, eram consideradas desviadas.

### Abordagens feministas

Para muitos, a família fornece uma fonte vital de alívio e conforto, amor e companheirismo. Mas também pode ser um lugar de exploração, solidão e profunda desigualdade. O feminismo teve grande impacto na sociologia ao desafiar a visão da família como um domínio harmonioso e igualitário. Em 1965, uma das primeiras vozes "divergentes" foi a da feminista norte-americana Betty Freidan, que escreveu sobre o "inominável problema" – o isolamento e o tédio que arrastaram muitas donas de casa norte-americanas a um ciclo interminável de assistência aos filhos e de trabalho doméstico. Outras vozes vieram, explorando o fenômeno da "esposa enclausurada" (Gavron, 1966) e os efeitos danosos do "sufocamento" causado pelo ambiente familiar nas relações interpessoais (Laing, 1971).

Nos anos de 1970 e 1980, as perspectivas feministas dominaram a maioria dos debates e das pesquisas sobre a família. Se previamente a sociologia da família concentrara-se nas estruturas familiares, no desenvolvimento histórico da família nuclear e da família ampliada e na importância dos laços de parentesco, o feminismo conseguiu direcionar as atenções dentro da fa-

\* N. do T. "Parentela ampliada" tradução de *extended kin*, expressão relacionada à noção de *extended family*, conceito que abrange a família como o conjunto de parentes próximos, agregados e outros.

## Uma visão geral das principais tendências nos padrões familiares britânicos

Para muitos observadores na Grã-Bretanha, as mudanças que afetam as famílias contemporâneas são quase desconcertantes. Os padrões de vida familiar que há muito eram aceitos como normais parecem estar se dissolvendo diante dos nossos olhos. A ênfase nas necessidades individuais nos relacionamentos parece estar sobrepujando a família como instituição básica da sociedade. Estará o Reino Unido se tornando uma "nação de solitários"? A julgar pelas principais tendências nos padrões familiares durante os últimos anos, alguns dizem que sim.

Um número jamais visto de pessoas estão vivendo sozinhas durante todos os estágios do ciclo da vida. No começo do século XXI, estima-se que mais de 6 milhões de britânicos – 28% de todos os núcleos domésticos – viverão por conta própria (ver Tabela 7.1). Esse número é três vezes maior do que há 40 anos. Pesquisas sobre a composição do núcleo doméstico apontaram os seguintes fatores no crescimento do "morar sozinho":

- **O casamento** – Menos pessoas estão casando, e os que casam o fazem em uma idade mais avançada. A taxa anual de casamentos na Grã-Bretanha está em seu ponto mais baixo em mais de 150 anos. A média de idade

para o primeiro casamento subiu. Em 1996, a média era de 29 anos para os homens e de 27 anos para as mulheres. Tornou-se comum "ficar solteiro" por mais tempo.

- **Filhos** – As mulheres estão optando por ter filhos mais tarde. A média de idade para a concepção é de 29 anos, mas muitas mulheres a estão retardando até que cheguem aos 30 ou 40 anos. Estima-se que um quarto das mulheres nascidas em 1973 só terá filhos ao atingir 45 anos.
- **O divórcio** – As taxas de divórcio cresceram. Em torno de 40% dos casamentos, hoje, terminam em divórcio.
- **As famílias monoparentais** – Nunca tantas crianças viveram em famílias monoparentais como hoje; 21% das crianças agora vivem com apenas um dos pais, um número três vezes maior do que em 1972.

Se as famílias estão realmente "em colapso", como alguns alegam, as implicações são significativas. A família é o ponto de encontro para uma gama de processos que afetam a sociedade como um todo – a crescente igualdade entre os sexos, o amplo ingresso das mulheres na força de trabalho, as mudanças no comportamento sexual e nas expectativas, e a transformação na relação entre lar e trabalho.

Tabela 7.1 A população em núcleos domésticos na Grã-Bretanha de acordo com o tipo familiar

	1961	1971	1981	1991	1998
<b>Casais (%)</b>					
Filhos dependentes	38	35	31	25	23
Filhos não-dependentes	10	8	8	8	7
Sem filhos	26	27	26	28	28
<b>Pais solteiros (%)</b>					
Filhos dependentes	2	3	5	6	7
Apenas filhos não-dependentes	4	4	4	4	3
<b>Núcleos domésticos multifamiliares (%)</b>	3	1	1	1	1
<b>Núcleos domésticos de uma só pessoa (%)</b>	11	18	22	27	28
<b>Dois ou mais adultos sem parentesco (%)</b>	5	4	5	3	3
<b>Todas as famílias (milhões)</b>	13,7	14,5	14,8	15,7	16,3
<b>Todos os núcleos domésticos (milhões)</b>	18,8	18,6	20,2	22,4	23,6

Fonte: Guardian, 27 de março de 2000, p. 3.

mília para o exame das experiências das mulheres na esfera doméstica. Muitos escritores feministas questionaram a visão de que a família é uma unidade cooperativa, baseada em interesses comuns e apoio mútuo. Buscaram mostrar que a presença de relações de poder desigual dentro da família significa que certos membros tendem a ter mais benefícios que outros.

Os escritos feministas enfatizaram um amplo espectro de tópicos, mas três temas principais são particularmente importantes. Um dos problemas centrais, que exploraremos em profundidade no Capítulo 13 ("Trabalho e Vida Econômica"), é a

*divisão doméstica do trabalho* – o modo como as tarefas são distribuídas entre os membros de um núcleo doméstico. Entre feministas, há opiniões divergentes acerca do advento histórico dessa divisão. Enquanto algumas feministas vêem-na como resultado do capitalismo industrial, outras alegam que está ligada ao patriarcado, precedendo a industrialização. Há uma razão para se acreditar que uma divisão doméstica do trabalho existiu antes da industrialização, mas parece que a produção capitalista ocasionou uma distinção bem mais aguda entre a esfera doméstica e a esfera do trabalho. Esse processo resultou na

cristalização das “esferas masculinas” e das “esferas femininas” e das relações de poder que são sentidas até hoje. Até recentemente, o modelo do **homem provedor** esteve disseminado na maioria das sociedades industrializadas.

As sociólogas feministas estudaram o modo como as tarefas domésticas, como o cuidado das crianças e o trabalho doméstico, são partilhadas entre homens e mulheres. Investigaram a validade de afirmações como a da “família simétrica” (Young e Wilmott, 1973) – a crença de que, com o tempo, as famílias estão se tornando mais igualitárias na distribuição das tarefas e responsabilidades. Descobertas mostraram que as mulheres continuam a carregar a principal responsabilidade pelos afazeres domésticos e a desfrutar de menos tempo de lazer do que os homens, apesar do fato de que nunca antes tantas mulheres trabalharam fora, em empregos remunerados, como hoje em dia (Gershuny et al., 1994; Hochschild, 1989; Sullivan, 1997). Seguindo um tema relacionado, alguns sociólogos examinaram as esferas contrastantes dos trabalhos remunerados e não-remunerados, concentrando-se na contribuição que o trabalho doméstico feminino não-remunerado traz à economia como um todo (Oakley, 1974). Outros investigaram a maneira como os recursos são distribuídos entre os membros da família e os padrões de acesso e controle das finanças domésticas (Pahl, 1989).

Em segundo lugar, as feministas chamaram a atenção para as *relações desiguais de poder* existentes dentro das famílias. Um tópico que, em função disso, recebeu cada vez mais atenção é o fenômeno da violência doméstica. O “espancamento da mulher”, o estupro conjugal, o incesto e o abuso sexual de crianças receberam todos mais atenção pública graças às alegações das feministas de que a face abusiva e violenta da família foi ignorada durante muito tempo tanto nos contextos acadêmicos quanto nos âmbitos policial e legal (ver p. 166, a seguir). As sociólogas feministas buscaram entender como a família serve de palco para a opressão entre os sexos e até mesmo para o abuso físico.

O estudo das *atividades assistenciais* é uma terceira área a qual as feministas prestaram grandes contribuições. Essa é uma área ampla que abrange uma variedade de processos, do atendimento a um membro enfermo da família aos cuidados com um parente idoso por um longo período de tempo. Às vezes, assistir significa simplesmente estar atento ao bem-estar psicológico de alguém – muitas escritoras feministas têm se interessado pelo “trabalho emocional” em um relacionamento. As mulheres não somente tendem a arcar com as tarefas concretas, como a faxina doméstica e o cuidado das crianças, como também empregam uma grande carga de empenho emocional na manutenção dos relacionamentos interpessoais (Duncombe e Marsden, 1993). Além das atividades assistenciais estarem assentadas no amor e na emoção profunda, são uma forma de trabalho que demanda habilidade de ouvir, perceber, negociar e agir criativamente.

### Novas perspectivas na sociologia da família

Os estudos teóricos e empíricos conduzidos pela perspectiva feminista durante as décadas recentes geraram crescente inte-

resse pela família entre os acadêmicos e a população em geral. Termos como “a segunda onda” – uma referência à dupla jornada feminina, dentro e fora de casa – ingressaram em nosso vocabulário cotidiano. No entanto, os estudos feministas da família nem sempre refletiram tendências e influências mais amplas que ocorriam fora do lar, pois, muitas vezes, se concentraram em aspectos específicos dentro da esfera doméstica.

Na última década, surgiu um importante corpo de literatura sociológica sobre a família, que, apesar de apresentar perspectivas feministas, não se restringia a elas estritamente. Dentre as principais preocupações, estão as grandes transformações que estão ocorrendo nos perfis familiares – a formação e a dissolução de famílias e lares e a mudança crescente de expectativa no seio das relações pessoais dos indivíduos. O aumento no número de divórcios e das relações monoparentais, o surgimento das “famílias reconstituídas” e das famílias homossexuais e a popularidade da coabitação são todos objeto de interesse. No entanto, essas transformações não podem ser compreendidas aparte das mudanças maiores em curso na nossa época moderna. É preciso prestar atenção às alterações que estão ocorrendo em escala societal, e até mesmo global, se desejamos compreender o elo entre as transformações pessoais e os padrões mais abrangentes de mudança. Uma das mais importantes contribuições a essa literatura foi feita pelo casal Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim.

### Beck e Beck-Gernsheim

Em *The Normal Chaos of Love (O Caos Normal do Amor)*, Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim examinam a tumultuada natureza das relações pessoais, dos casamentos e dos padrões familiares contra o pano de fundo de um mundo em rápida transformação. As tradições, regras e diretrizes que costumavam orientar as relações pessoais não se aplicam mais, segundo eles, e os indivíduos agora se confrontam com uma série interminável de escolhas para construir, ajustar, aperfeiçoar ou dissolver as uniões seladas com os outros. O fato de os casamentos agora terem caráter voluntário, independentemente de interesses econômicos e familiares, gera liberdades e novas coerções. Com efeito, concluem os autores, eles exigem um bocado de trabalho e esforço.

Beck e Beck-Gernsheim vêem nossa época repleta de interesses colidentes entre família, trabalho, amor e liberdade de perseguir metas individuais. Essa colisão é sentida agudamente nas relações pessoais, sobretudo, quando há duas biografias, e não só uma, para se virar no mercado de trabalho. Os autores querem dizer com isso que um número cada vez maior de mulheres, em adição aos homens, está investindo em suas carreiras profissionais. Anteriormente, as mulheres costumavam trabalhar meio período fora de casa ou se afastar de suas carreiras durante um tempo significativo a fim de educar os filhos. Esses padrões estão menos rígidos do que antes; agora, homens e mulheres dão ênfase às suas necessidades pessoais e profissionais. Beck e Beck-Gernsheim concluem que os relacionamentos na nossa época são, por assim dizer, muito mais que relacionamentos. Não apenas o amor, o sexo, os filhos, o casamen-





No novo, porém, normal "caos do amor", as pessoas podem retardar a adição de filhos às suas biografias pessoais e profissionais.

to e os deveres domésticos são tópicos negociáveis, mas as relações hoje também envolvem o trabalho, a política, a economia, as profissões e as desigualdades. Uma seleção diversa de problemas — do mundano ao profundo — agora confronta os casais modernos.

Portanto, talvez não seja surpreendente que os antagonismos entre homens e mulheres estejam crescendo. Beck e Beck-Gernsheim afirmam que a "guerra dos sexos" é o "drama central dos nossos tempos", como se evidencia no crescimento da indústria de aconselhamento matrimonial, dos juizados de família, dos grupos de ajuda marital e das taxas de divórcio. Mas, mesmo que o casamento e a vida familiar pareçam mais "quebradiços" do que nunca, eles ainda são muito importantes para as pessoas. O divórcio é cada vez mais comum, mas as taxas de recasamentos são elevadas. A taxa de natalidade pode estar caindo, mas há uma grande demanda por tratamentos de fertilidade. Um número cada vez menor de pessoas pode estar escolhendo o casamento, mas o desejo de viver com alguém como parte de um casal certamente ainda é forte. O que pode explicar essas tendências conflitantes?

De acordo com os autores, a resposta é simples: o amor. Eles afirmam que a atual "guerra dos sexos" é talvez a indicação mais clara da "sede de amor" das pessoas. As pessoas casam por amor e se divorciam por amor; engajam-se em um infinito ciclo de esperanças, arrependimentos e novas tentativas. Se de um lado as tensões entre homens e mulheres são grandes,

ainda há uma profunda esperança e fé na possibilidade de encontrar o amor verdadeiro e a realização pessoal.

Talvez, você pense que "o amor" é uma resposta muito simplista para nossas complexidades atuais. Mas Beck e Beck-Gernsheim alegam que o amor se tornou cada vez mais importante, justamente porque o nosso mundo é tão devastador, impessoal, abstrato e está em constante mutação. De acordo com os autores (1995, p. 175-176) o amor é o único lugar onde as pessoas podem realmente encontrar a si mesmas e entrar em contato com outras. No nosso mundo de riscos e incertezas, o amor é real:

O amor é a busca de si mesmo, um desejo de realmente entrar em contato comigo mesmo e com você, partilhando corpos, partilhando pensamentos, encontrando um ao outro sem prevenções, fazendo confissões e recebendo perdão, compreendendo, validando e apoiando o que era e o que é, ansiando por um lar e pela confiança que rechaça as dívidas e as ansiedades geradas pela vida moderna. Se nada parece certo ou seguro, se em um mundo poluído até mesmo respirar é arriscado, então as pessoas vão em busca dos ilusórios devaneios amorosos até que subitamente eles se transformem em pesadelos.

O amor, dizem eles, é ao mesmo tempo desespero e alívio. É uma "força poderosa que obedece a regras próprias e inscreve suas mensagens nas expectativas, ansiedades e padrões de

comportamento das pessoas". Neste mundo oscilante, ele passou a ser uma nova fonte de fé.

## O casamento e o divórcio na Grã-Bretanha

Estarão Beck e Beck-Gernsheim certos ao afirmar que o antagonismo entre homens e mulheres é o "drama central dos nossos tempos"? As estatísticas relativas às taxas de casamento e divórcio dão algum crédito a essa afirmação. O crescimento das taxas de divórcio tem sido um dos principais fatores a afetar os padrões familiares em muitas sociedades industriais, incluindo a Grã-Bretanha (ver Figura 7.1). Nesta seção, analisaremos esses fatores mais detalhadamente e investigaremos algumas de suas principais implicações.

Por muitos séculos, no Ocidente, o casamento foi considerado praticamente indissolúvel. Os divórcios eram concedidos apenas em casos limitados, como a não-consumação do casamento. Há um ou dois países industrializados que ainda não reconhecem o divórcio. Porém, são casos isolados. A maioria dos países passou a facilitar a obtenção do divórcio rapidamente. O chamado *sistema adversarial*\* era característico de praticamente todos os países industrializados. Para se conceder o divórcio, um dos cônjuges tinha que apresentar acusações (crueldade, deserção ou adultério, por exemplo) contra o outro. As primeiras leis tratando do divórcio "não-faltoso" foram introduzidas em alguns países na metade da década de 1960. Desde então, muitos governos ocidentais fizeram o mesmo, embora com pequenas diferenças. No Reino Unido, o *Divorce Reform Act* (Lei da Reforma do Divórcio), que facilitou a obtenção do divórcio para os casais e dispôs sobre os casos "não-faltosos", foi aprovado em 1969 e entrou em vigor em 1971. O princípio que não leva em conta a falta consolidou-se em nova lei, aprovada em 1996.

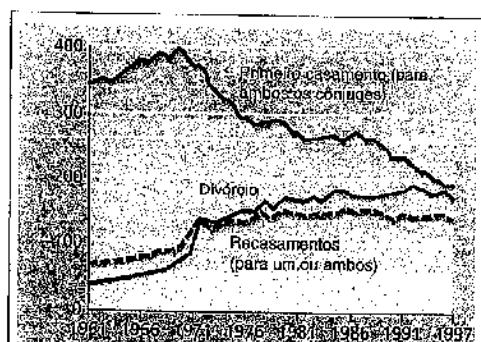


Figura 7.1 Casamentos, recasamentos e divórcios na Grã-Bretanha entre 1961 e 1997 (em mil).

Fonte: Social Trends, 30 (2000). Extraído do *Guardian*, 27 de março de 2000, p. 3.

Entre 1960 e 1970, a taxa de divórcios na Grã-Bretanha cresceu, de forma constante, em 9% a cada ano, dobrando no final da década. Por volta de 1972, dobrava novamente, em parte como resultado da lei de 1969, que facilitou o divórcio em inúmeros casamentos que há muito estavam "mortos". Desde 1980, a taxa de divórcios estabilizou-se até certo ponto, mas permanecendo em um nível muitíssimo elevado se comparado a qualquer período anterior. Dois quintos de todos os casamentos hoje terminam em divórcio.

As taxas de divórcio não são obviamente indicadores diretos da infelicidade conjugal. Em primeiro lugar, elas não incluem pessoas que estão separadas, mas não legalmente divorciadas. Além disso, as pessoas que estão infelizes no casamento podem optar por permanecer unidas – por acreditarem na santidade do casamento ou por se preocuparem com as consequências emocionais ou financeiras de um rompimento, ou ainda por desejarem permanecer juntas para dar aos filhos um lar "familiar".

Por que o divórcio está se tornando cada vez mais comum? Diversos fatores estão envolvidos, relacionados a mudanças sociais mais amplas. Salvo por uma pequena camada mais abastada, o casamento hoje não tem mais conexão com o desejo de perpetuar a propriedade e o *status* de geração a geração. À medida que a mulher se torna mais independente economicamente, o casamento torna-se uma parceria econômica menos necessária do que era antes. Uma maior prosperidade geral permite mais facilmente do que antes o estabelecimento de um núcleo doméstico separado, caso não exista afeição conjugal. O fato de o estigma do divórcio hoje ser menor resulta em parte desses desenvolvimentos, mas também lhes dá impulso. Outro importante fator é a crescente tendência de se avaliar o casamento quanto aos níveis de satisfação pessoal que oferece. As taxas cada vez maiores de divórcio não parecem indicar uma profunda insatisfação com o casamento enquanto tal, mas uma elevada determinação de fazer dele um relacionamento satisfatório e recompensador.

## Núcleos domésticos monoparentais

Os lares monoparentais tornaram-se cada vez mais comuns nas últimas três décadas. Mais de 20% dos filhos dependentes vivem hoje em lares monoparentais, encabeçados por mulheres na grande maioria – aproximadamente 90%. Na metade dos anos de 1990, havia 1,6 milhão de lares monoparentais na Grã-Bretanha, e esse número está crescendo (ver Tabela 7.2). De modo geral, estão entre os grupos mais pobres da sociedade contemporânea. Muitos pais solteiros, quer tenham sido casados ou não, ainda enfrentam a desaprovação social, assim como a insegurança econômica. Expressões mais antigas e sentenciosas como "esposas abandonadas", "famílias sem pai" e "lares desfeitos" tendem, no entanto, a desaparecer.

A categoria do lar monoparental é diversificada em seu interior. Por exemplo, mais da metade das mães viúvas é moradora proprietária, mas a vasta maioria das mães solteiras que nunca se casaram vive em imóveis alugados. A paternidade solteira tende a ser um estado em constante mudança, e suas

\* N. de T. Tradução para *adversarial system*, sistema outrora utilizado em ordenamentos jurídicos como os dos Estados Unidos, da Austrália e do Reino Unido.

**Tabela 7.2** As famílias chefiadas por pais solteiros como porcentagem de todas as famílias com filhos dependentes: por estado marital (Grã-Bretanha)

	1971	1976	1981	1986	1991-2	1996-7	1998-9
<b>Mãe solteira</b>							
Solteira	1	2	2	3	6	7	9
Viúva	2	2	2	1	1	1	1
Divorciada	2	3	4	6	6	6	8
Separada	2	2	2	3	4	5	5
Todas as mães solteiras	7	9	11	13	18	20	22
<b>Pai solteiro</b>							
	1	2	2	1	1	2	2
<b>Casais casados/coabitantes</b>							
	92	89	87	86	81	79	75
Todas as famílias com filhos dependentes	100	100	100	100	100	100	100

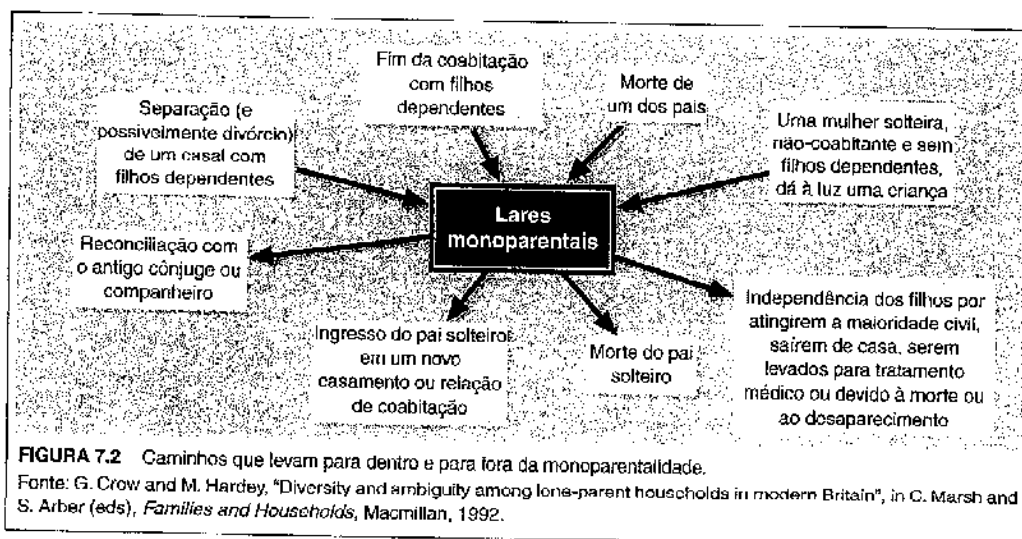
Fontes: General Household Survey, Office of National Statistics. Extraída de *Social Trends*, 30 (2000). Crown Copyright.

fronteiras são bastante difusas: há muitos caminhos que levam à paternidade solteira e que partem dela (ver Figura 7.2). No caso de uma pessoa cujo cônjuge venha a falecer, a separação é óbvia – embora mesmo aqui essa pessoa possa ter vivido por conta própria em termos práticos enquanto seu cônjuge esteve no hospital por algum tempo antes de morrer. Todavia, em torno de 60% dos lares monoparentais surgem hoje com separação ou divórcio.

Entre 1,6 milhão de famílias monoparentais, a categoria de mais rápido crescimento é a de mães solteiras que nunca casaram. Em 1997, elas constituíam 42% do número total de famílias monoparentais. É difícil saber quantas delas deliberadamente optaram por criar seus filhos sozinhas. A maioria das pessoas não deseja ser pai ou mãe solteiros, mas há uma minoria crescente que faz esta escolha – criar um ou mais filhos sem o auxílio de um cônjuge ou companheiro. “Mães solteiras por escolha” é uma boa descrição para alguns tipos de mães solteiras.

normalmente as que possuem recursos suficientes para manter de forma satisfatória um lar monoparental. Para a grande maioria das mães solteiras ou não-casadas, porém, a realidade é diferente: há uma grande correlação entre a taxa de nascimentos ocorridos fora do casamento e os indicadores de pobreza e privação social. Como já vimos, essas influências são muito importantes para explicar a alta proporção de lares monoparentais entre famílias de origem antilhana no Reino Unido.

Crow e Hardey (1992) argumentam que a grande diversidade de “caminhos” que levam para dentro e para fora das famílias monoparentais significa que os pais solteiros, como um todo, não são um grupo unificado ou coeso. Embora as famílias monoparentais possam compartilhar certas desvantagens sociais e materiais, possuem pouca identidade coletiva. A pluralidade de vias que conduzem para dentro e para fora da paternidade solteira significa que, para fins de política social, suas fronteiras são difíceis de delimitar e suas necessidades, difíceis de apontar.



## O recasamento

O recasamento pode envolver várias circunstâncias. Alguns casais de segunda união estão nos seus 20 e poucos anos, sendo que nenhum desses casais trouxe filhos para o novo relacionamento. Um casal que casa novamente próximo aos 30 anos, durante os 30, ou no início dos 40 pode trazer um ou mais filhos do primeiro casamento para viver junto. Aqueles que se casam de novo já com mais idade poderão ter filhos adultos que nunca chegarão a viver no novo lar estabelecido pelos pais. Pode haver inclusive filhos nascidos da nova união. Qualquer um dos cônjuges do novo casal pode ter sido antes solteiro, divorciado ou viúvo, elevando para oito o número de combinações possíveis. Por isso, as generalizações sobre o recasamento têm de ser feitas com considerável precaução, embora possamos assinalar alguns pontos gerais.

Em 1900, perto de nove décimos de todos os casamentos no Reino Unido eram primeiras uniões. A maioria dos recasamentos envolvia ao menos um viúvo. Com o crescimento da taxa de divórcios, o número de recasamentos também começou a aumentar, e uma proporção crescente de segundas uniões passou a envolver pessoas divorciadas. Em 1971, 20% das uniões legais eram recasamentos; hoje esse número é de mais de 40%.

Atualmente, 28 casamentos em cada 100 envolvem pelo menos uma pessoa casada anteriormente. Até a idade de 35 anos, a maioria dos recasamentos engloba pessoas divorciadas. Após essa idade, a proporção de recasamentos envolvendo viúvos ou viúvas cresce, e aos 55 anos a proporção de tais recasamentos é maior do que a proporção dos que se seguem ao divórcio.

Por mais estranho que seja, a melhor forma de maximizar as chances de se casar, para ambos os sexos, é já ter sido casado! Pessoas que já foram casadas e se divorciaram estão mais propensas a casar novamente do que as de idade semelhante que buscam uma primeira união. Em todas as faixas etárias, é mais provável que homens divorciados casem novamente do que mulheres divorciadas: três entre quatro mulheres, contra cinco entre seis homens, casam novamente. Em termos estatísticos, pelo menos, os recasamentos são menos bem-sucedidos que os primeiros casamentos. As taxas de divórcio dos segundos casamentos são mais altas que as dos primeiros casamentos.

Isso não atesta que segundos casamentos estão predestinados ao fracasso. Pessoas que passaram pelo divórcio podem ter mais expectativas com o casamento do que aquelas que não passaram por ele. Por isso, elas podem estar mais preparadas para desfazer novos casamentos do que as que casaram apenas uma vez. É possível que o segundo casamento que perdure possa ser mais satisfatório, em média, que o primeiro casamento.

## Famílias reconstituídas

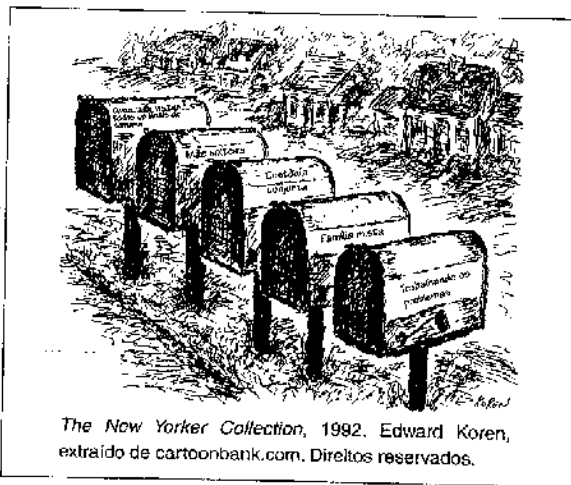
A expressão **família reconstituída** refere-se à relação em que ao menos um dos cônjuges tem filhos de um casamento ou relacionamento anterior. Essas famílias são normalmente chamadas de *stepfamilies*. Existem evidentes benefícios e ale-

grias associados às famílias reconstituídas e ao crescimento das famílias ampliadas de que resultam. Mas tendem também a surgir certas dificuldades. Primeiro, geralmente há um pai biológico vivendo noutra lugar cuja influência sobre o filho ou os filhos tende a permanecer forte. Segundo, as relações de cooperação entre os indivíduos divorciados com frequência podem ficar tensas quando um deles ou ambos casam novamente. Tome-se o caso de uma mulher com dois filhos que se casa com um homem também com dois filhos, considerando que todos vivam juntos. Se os pais "exteriores" insistem em que as crianças continuem a visitá-los nas mesmas datas de antes, as maiores tensões envolvidas em reunir a família recém-estabelecida serão exacerbadas. Por exemplo, pode tornar-se impossível reunir a família nos fins de semana.

Tercero, as famílias reconstituídas mesclam filhos com experiências e criações diferentes, que podem ter expectativas diversas quanto à conduta apropriada dentro da família. Como a maior parte dos enteados "pertence" a dois núcleos domésticos, a probabilidade de choques provocados por hábitos e visões conflitantes é considerável. O que se segue é a descrição feita por uma madrastra sobre a experiência que teve depois de enfrentar problemas que resultaram em sua separação.

Há muita culpa. Você não pode agir como agiria normalmente com os seus filhos, então você se sente culpada, mas se você tem uma reação normal e fica brava, você também se sente culpada. Você sente medo de ser injusta. O pai (da enteada) e eu nunca concordamos, e ele dizia que eu ficava ranzinza quando tentava discipliná-la. Quanto mais ele deixava de estruturá-la, mais eu ficava ranzinza... Eu queria lhe dar algo, queria ser algo que faltava em sua vida, mas talvez eu não seja flexível o bastante (Smith, 1990, p. 42).

Há poucas normas estabelecidas que definem o relacionamento entre padrasto e enteado. Uma criança deve chamar um novo padrasto pelo nome, ou "pai" ou "mãe" são mais apropriados? O padrasto deve disciplinar as crianças como um pai biológico o faria? Como um padrasto deve tratar o novo cônjuge do seu companheiro ou companheira anterior ao buscar as crianças?



The New Yorker Collection, 1992. Edward Koren, extraído de cartoonbank.com. Direitos reservados.

## Carol Smart e Bren Neale: Fragmentos de família?

De 1994 a 1996, Carol Smart e Bren Neale empreenderam duas rodadas de entrevistas com um grupo de 60 pais de West Yorkshire que se separaram ou se divorciaram após a chegada do *Children Act*, de 1989. Essa lei alterou a situação que envolvia pais e filhos no período do divórcio ao abolir as velhas noções de "custódia" e "acesso", a fim de que os pais não se sentissem mais obrigados a lutar por seus filhos. A lei orientou que o relacionamento legal entre pais e filhos não se alterasse com o divórcio, além de encorajar os pais a compartilhar os cuidados com os filhos e requerer que juízes e outras pessoas ouvissem mais as crianças. Smart e Neale se interessaram em saber como os padrões de cuidados com os filhos foram inicialmente estabelecidos após o divórcio e como eles se modificaram com o tempo. Durante a investigação, eles compararam as expectativas dos pais sobre a paternidade pós-divórcio desde o momento da separação até a "realidade" de suas circunstâncias um ano após.

Smart e Neale descobriram que a paternidade após o divórcio é um processo de constante ajustamento que muitos pais não haviam previsto e para o qual estavam malpreparados. As habilidades paternas que funcionavam quando postas em prática pelo time formado pelos dois pais não eram necessariamente bem-sucedidas em um núcleo doméstico monoparental. Os pais foram forçados a reavaliar continuamente seus métodos de educação, não apenas quanto às "grandes decisões" que afetavam os filhos, mas no que diz respeito aos aspectos cotidianos da criação que agora acontecia em dois lares ao invés de um. Após o divórcio, os pais se confrontaram com duas exigências antagônicas – suas próprias necessidades de separação e distanciamento do antigo cônjuge e a necessidade de se manterem conectados como parte das responsabilidades da co-paternidade.

Smart e Neale descobriram que a experiência de paternidade vivida após o divórcio era extremamente flexível e mutável com o passar do tempo. Quando entrevistados um ano após a sua separação, muitos pais foram capazes de recordar os estágios iniciais da monoparentalidade e avaliar as decisões que haviam tomado em relação à criação dos filhos. Os pais frequentemente reavaliaram seu comportamento e suas ações à luz das suas percepções em evolução. Por exemplo, muitos pais estavam preocupados com os danos que o divórcio poderia causar aos filhos, mas estavam inseguros sobre como transformar seus receios e seu sentimento de culpa em ações construtivas. Isso levou alguns pais a se agarrarem com toda a força a seus filhos ou a tratá-los como confidentes "adultos". Em outros casos, levou à alienação, ao distanciamento e à perda de laços significativos.

Na mídia e em certos contextos políticos, de acordo com os autores, há uma suposição implícita – e por vezes explícita – de que, após o divórcio, os adultos abandonam a mora-

lidade e começam a agir de forma egoísta e de acordo com seus próprios interesses. De uma hora para a outra, a flexibilidade, a generosidade, o compromisso e a sensibilidade desaparecem; o sistema moral que regulava as decisões sobre a família e o bem-estar que eram tomadas anteriormente é descartado. As entrevistas de Smart e Neale com pais divorciados os levaram a rejeitar esse argumento. Eles afirmam que os pais de fato operam dentro de um sistema moral durante a educação dos filhos, mas talvez isso seja mais bem entendido como uma *moralidade da assistência* do que como um raciocínio moral ambíguo, baseado em princípios estabelecidos ou crenças. Smart e Neale argumentam que, à medida que os pais tomam conta de seus filhos, as decisões sobre a "coisa certa a fazer" aparecem. Essas decisões são altamente conceituais; os pais devem pesar um grande número de considerações, incluindo os efeitos da decisão sobre os filhos, se é a hora certa de agir e quais implicações negativas ela pode ter no relacionamento de co-paternidade. Vejamos o seguinte depoimento de uma mãe solteira cujo ex-marido requisitou a custódia dos filhos:

Eu disse, "Olha, se você realmente, realmente acha que pode cuidar destas crianças em tempo integral, não acha que deveria passar um fim de semana com elas e ver como as coisas se ajustam, e só depois disso dizer que ficará com elas durante uma semana inteira e ver como você lida com elas?". Ele simplesmente ficou furioso por achar que estaria fazendo o papel de minha babá, então ele disse "Não". Eu disse, "Olha, nesse caso eu nem estou pronta para discutir isso com você, porque eu acho que você não sabe o quanto é difícil. Faz três anos que você não fica com as crianças em tempo integral, eu acho que você está sem preparo. Eu acho que você deve ficar com eles em uma rotina cotidiana normal, levando-os e buscando-os na escola, cozinhando, limpando, lavando e passando para eles, ajudando-os com o dever de casa e cuidando deles quando estão doentes. Então poderemos rediscutir, reavaliar a situação." (Citado em Smart e Neale, 1999, p. 125)

A mãe estava tentando determinar a "coisa certa a fazer" enquanto pesava múltiplos fatores. No contexto de um relacionamento difícil com o ex-marido e da necessidade de defender o progresso que havia feito em seu autocrescimento, ela ainda tentava agir construtivamente com ele, no interesse dos filhos.

Smart e Neale concluíram que o divórcio desencadeia mudanças em circunstâncias que raramente podem ser "resolvidas" de uma vez por todas. A paternidade pós-divórcio bem-sucedida exige constante negociação e comunicação.

As famílias reconstituídas estão desenvolvendo tipos de relações familiares que são adições recentes às sociedades ocidentais modernas; as dificuldades criadas pelo recasamento após o divórcio também são novas. Os membros dessas famílias estão desenvolvendo suas próprias formas de ajustar-se às circunstâncias relativamente inexploradas em que se encontram. Alguns autores hoje falam de *famílias binucleares*, querendo dizer que os dois lares que se formam após um divórcio ainda compreendem um sistema familiar onde há filhos envolvidos.

Diante de transformações tão ricas e confusas, talvez a conclusão mais apropriada a se chegar seja simples: enquanto casamentos se desfazem com o divórcio, as famílias, como um todo, não se desfazem. Sobretudo quando há filhos envolvidos, muitos laços persistem, apesar das ligações resultantes da reconstituição da família, que são trazidas à luz pelo recasamento.

### O "pai ausente"

O período entre o final da década de 1930 e a década de 1970 foi, às vezes, chamado de a era do "pai ausente". Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), muitos pais viram raramente seus filhos devido ao serviço militar. No período subsequente à guerra, em um grande número de famílias as mulheres não faziam parte da força de trabalho assalariada, permanecendo em casa cuidando das crianças. O pai era o principal provedor e por isso ficava o dia todo fora de casa trabalhando; via seus filhos apenas à noite e aos finais de semana.

Com o aumento das taxas de divórcio nos últimos anos e o crescimento no número de lares monoparentais, o problema do **pai ausente** assumiu um novo significado. Passou a referir-se aos pais que, como resultado do divórcio ou da separação, mantêm apenas contato raro com seus filhos ou perdem inteiramente o contato com eles. Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, países que possuem as maiores taxas de divórcio, essa situação tem provocado grande debate. Alguns proclamaram a "morte do papai".

Escrevendo a partir de perspectivas diferentes, sociólogos e estudiosos debruçaram-se sobre a crescente proporção de famílias sem pai como o cerne de uma diversidade de problemas sociais, do aumento da criminalidade à elevação dos custos da pensão dos filhos. Alguns alegaram que as crianças nunca se tornarão membros efetivos de um grupo social se não forem expostas, em seu ambiente imediato, a constantes exemplos de negociação, cooperação e compromisso entre adultos (Dennis e Erdos, 1992). De acordo com esses argumentos, garotos que crescem sem a presença paterna terão sérias dificuldades para serem pais bem-sucedidos.

Uma abordagem um pouco diferente no debate da "crise da paternidade masculina" foi adotada por Francis Fukuyama. Em *The End of Order (O Fim da Ordem, 1997)*, Fukuyama atribui a origem da "grande ruptura" nas famílias à elevação dos níveis de emprego feminino. Ele não sugere que as mulheres que trabalham estão negligenciando as responsabilidades da criação dos filhos, mas que agora os homens *percebem* as

mulheres como mais independentes e aptas a cuidar de quaisquer filhos que elas possam gerar. Se os homens alguma vez já se sentiram obrigados a se responsabilizar por seus atos, a emancipação das mulheres pode – ironicamente – tê-los levado a se comportar mais livremente do que antes.

Os autores norte-americanos que figuram de modo proeminente no debate exercem bastante influência na discussão da questão na Grã-Bretanha. Em seu livro *Fatherless America (A América Órfã, 1995)*, David Blankenhorn argumenta que sociedades com altas taxas de divórcio estão enfrentando não só a perda de pais, mas a erosão da idéia de paternidade – com consequências letais, pois muitas crianças estão crescendo sem uma figura autoritária a que possa recorrer em momentos de necessidade. Em todas as sociedades, o casamento e a paternidade forneceram, até o presente, um meio de canalização das energias sexual e agressiva dos homens. Sem eles, essas energias são mais passíveis de ser expressas na criminalidade e na violência. Como afirmou um resenhista do livro de Blankenhorn, "é melhor ter um pai que chega em casa vindo de um emprego nojento para beber cerveja em frente à televisão, do que não ter pai nenhum" (*The Economist*, 8 de abril de 1995, p. 121).

Será mesmo? A questão dos pais ausentes imbrica-se com a questão mais geral dos efeitos do divórcio sobre os filhos – e, como já vimos, as implicações da evidência disponível estão longe de serem claras. Como o mesmo resenhista colocou: "Será que um pai desleixado não gera filhos desleixados? Será que alguns pais não são ruins para suas famílias?" Alguns estudiosos sugeriram que a questão-chave não é se o pai está presente, mas o quanto ele está engajado na vida familiar. Em outras palavras, a constituição da família pode não ser tão importante quanto a qualidade do cuidado, do apoio e da atenção que os filhos recebem de seus membros.

Embora o fenômeno do "pai ausente" tenda implicitamente a culpar os homens pela "irresponsabilidade moral", há muitos que assumem a defesa dos homens mais jovens, argumentando que eles geralmente nutrem uma grande vontade de se tornarem pais. Mas por carecerem de certas habilidades de relacionamento, eles deixam no seu rastro filhos que crescerão raivosos e alienados. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a "crise da paternidade" produziu um número crescente de grupos de auto-ajuda para homens que querem se tornar pais melhores. Nos Estados Unidos, grupos como o *Promise Keepers* (Guardiões da Promessa) e o *National Fatherhood Initiative* (Iniciativa Nacional Pró-Paternidade) ajudam homens a desenvolver suas habilidades como pais e membros de família. Na comunidade negra, acontecimentos como a Marcha de Um Milhão, organizada pela Nação do Islã, buscam chamar a atenção para as famílias monoparentais encabeçadas por mulheres.

### Mulheres sem filhos

Uma investigação conduzida pelo *British Family Formation Survey* (Levantamento da Formação da Família Britânica), em 1976, descobriu que apenas 1% das mulheres casadas na épo-

## Atitudes em mudança

Parece haver substanciais diferenças de classe afetando as reações ao caráter mutável da vida familiar e à existência de altos níveis de divórcio. Em seu livro *Families on the Fault Line* (As Famílias à Beira do Abismo – 1994), Lillian Rubin entrevistou exaustivamente os membros de 32 famílias de classe operária. Comparadas às famílias de classe média, concluiu que os pais de classe operária tendem a ser mais tradicionais. Regras aceitas pelos pais de classe média, como a liberação do sexo antes do casamento, são menos toleradas pelos integrantes da classe operária, mesmo quando eles não são muito religiosos. Nos núcleos domésticos da classe operária, portanto, há mais fatores que podem ser fonte de conflitos entre as gerações.

Os jovens estudados por Rubin concordam que suas atitudes em relação ao comportamento sexual, ao casamento e à divisão entre os sexos são diferentes das dos seus pais. Mas eles insistem que não estão preocupados apenas com a busca de prazer. Apenas se apegam a valores diferentes dos da geração anterior.

Rubin descobriu que as mulheres jovens entrevistadas são bem mais ambivalentes em relação ao casamento que a geração dos seus pais. Elas estão muito cientes das imperfeições masculinas e falam da exploração das opções disponíveis e em viver de modo mais pleno e aberto do que era possível para suas mães. Já a nova geração masculina não sofreu uma mudança tão grande de atitudes.

A pesquisa de Rubin foi feita nos Estados Unidos, mas suas descobertas coadunam perfeitamente com as de pesquisadores da Grã-Bretanha e de outros países europeus.

ca não queria ter filhos. Um recente relatório do *Office of Population Censuses and Surveys* (Serviço Social de Estudos Demográficos), por outro lado, predisse que 20% das mulheres nascidas entre 1960 e 1990 não terão filhos – por opção. As mulheres na Grã-Bretanha hoje tomam a iniciativa de ter filhos no contexto de outras motivações das suas vidas, como seus objetivos profissionais e a autonomia na vida privada.

A mulher sem filhos não é mais aquela triste solteirona. Casada ou não, ela pode ter tomado a decisão de não ter filhos por liberdade de escolha. Mas também há razões negativas. As novas oportunidades profissionais na Grã-Bretanha não estão sendo compatíveis com o exercício da maternidade e dos cuidados aos filhos. Algumas podem ter receio de ter filhos com medo da possibilidade do divórcio e de recair na pobreza.

As taxas de fertilidade têm declinado na Grã-Bretanha e em outros países da Europa Ocidental. A média de 1,73 filho por mulher na Grã-Bretanha é maior do que na maioria dos países da União Européia, mas está abaixo dos 2,1 filhos necessá-

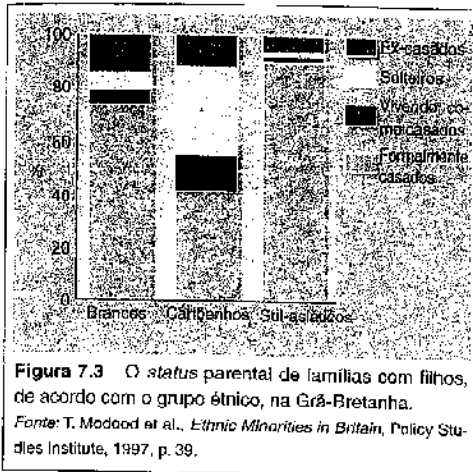
Helen Wilkinson e Geoff Mulgan realizaram, no Reino Unido, dois estudos em larga escala com homens e mulheres entre 18 e 34 anos (Wilkinson, 1994; Wilkinson e Mulgan, 1995). Eles descobriram importantes mudanças que estão ocorrendo na visão de mundo das mulheres jovens em particular, e que os valores da população entre 18 e 34 anos contrastava de maneira geral com os de gerações mais antigas da Grã-Bretanha.

Entre as mulheres jovens, há “um desejo de autonomia e auto-realização, tanto através do trabalho como através da família” e “a valorização do risco, da excitação e da mudança”. Nesses termos, há uma crescente convergência entre os tradicionais valores masculinos e os novos valores femininos. Os valores da geração mais jovem, sugerem Wilkinson e Mulgan, foram moldados pela herança de liberdades largamente indisponíveis para gerações anteriores – liberdade para as mulheres trabalharem e controlarem sua própria reprodução; liberdade de mobilidade para ambos os sexos e liberdade para cada um definir seu estilo de vida. Essas liberdades levaram a uma grande abertura, generosidade e tolerância; mas também podem produzir um individualismo tacanhão e egoísta, e a falta de confiança nos outros. Do total de entrevistados, 29% das mulheres e 51% dos homens queriam “adiar ter filhos o máximo possível”. Das mulheres do grupo entre 16 a 24 anos, 75% acreditavam que pais solteiros podem criar um filho tão bem quanto um casal. O estudo descobriu que o casamento estava perdendo seu apelo entre homens e mulheres dessa faixa etária.

rios para manter a atual população no futuro. Atualmente, a Itália tem a menor taxa de fertilidade do mundo – 1,2 filho por mulher. A “crise de bebês” do país será responsável pelo declínio da população de 57,3 milhões de habitantes para 51,3 milhões no próximo quarto de século.

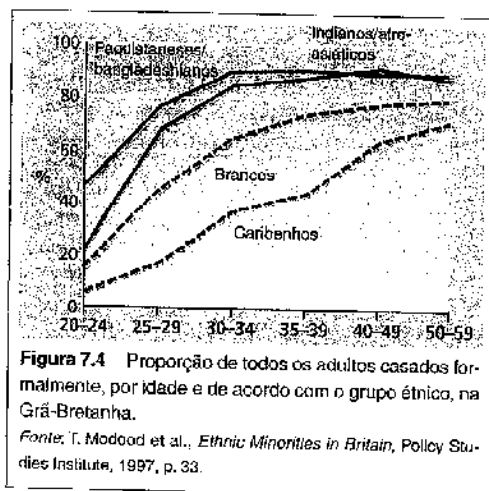
## As variações nos padrões familiares: a diversidade étnica na Grã-Bretanha

Dado o caráter culturalmente diverso do Reino Unido hoje, existem no país consideráveis variações na família e no casamento. Algumas das mais impressionantes incluem diferenças entre padrões familiares de brancos e não-brancos, e precisamos considerar as razões disso. Algumas das recentes descobertas sobre a composição familiar entre as minorias étnicas britânicas podem ser vistas nas Figuras 7.3 e 7.4 e na Tabela 7.3.



**Figura 7.3** O status parental de famílias com filhos, de acordo com o grupo étnico, na Grã-Bretanha.

Fonte: T. Modood et al., *Ethnic Minorities in Britain*, Policy Studies Institute, 1997, p. 39.



**Figura 7.4** Proporção de todos os adultos casados formalmente, por idade e de acordo com o grupo étnico, na Grã-Bretanha.

Fonte: T. Modood et al., *Ethnic Minorities in Britain*, Policy Studies Institute, 1997, p. 33.

### As famílias sul-asiáticas

Em meio à variedade de tipos familiares britânicos, está um padrão distintamente diferente da maioria dos outros – o dos grupos sul-asiáticos. A população sul-asiática no Reino Unido supera um milhão de pessoas. A migração começou nos anos de 1950 de três regiões principais do subcontinente indiano: Punjab, Gujarat e Bengala. Na Grã-Bretanha, esses imigrantes formaram comunidades baseadas na religião, na região de origem, na casta e, mais importante, no parentesco. Muitos imigrantes descobriram que suas idéias de honra e a lealdade familiar estavam praticamente ausentes entre a população britânica nativa. Eles tentaram manter a unidade familiar, mas o alojamento mostrou-se problemático. Casas antigas e espaçosas estavam

disponíveis em áreas desmanteladas; mudar-se para áreas mais sofisticadas geralmente significava mudar-se para casas menores, desfazendo-se a família ampliada.

As crianças sul-asiáticas nascidas no Reino Unido hoje são expostas a duas culturas bastante diferentes. Em casa, seus pais esperam ou exigem conformidade às normas de cooperação, respeito e lealdade familiar. Na escola, são cobrados a perseguir o sucesso acadêmico em um ambiente social individualista e competitivo. A maioria escolhe organizar suas vidas domésticas e pessoais em função da subcultura étnica, ao valorizar os relacionamentos próximos associados à vida familiar tradicional. Mesmo assim, o envolvimento com a cultura britânica trouxe mudanças. A tradição cultural ocidental do casamento “por amor” frequentemente entra em conflito com a prática dos casamentos arranjados das comunidades asiáticas. Tais uniões, arranjadas pelos pais e membros das famílias, são sustentadas na crença de que o amor surge dentro do casamento. Os jovens de ambos os sexos estão exigindo maior participação no arranjo de seus casamentos.

As descobertas estatísticas do quarto levantamento nacional de minorias étnicas do *Policy Study Institute* (Instituto de Estudos Políticos) indicam que hindus, paquistaneses, bangladeshianos e afro-asiáticos eram os grupos étnicos mais propensos ao casamento (Modood et al., 1997). Dentre todos os pais com filhos, 90% dos afro-asiáticos eram casados, enquanto dentre os brancos e afro-caribênhos as porcentagens eram um pouco menores. Havia também uma proporção menor de casais sul-asiáticos coabitantes com filhos. Apesar de o número de lares monoparentais ter crescido mais rapidamente entre os sul-asiáticos do que entre outros grupos étnicos, a proporção desses lares (5%) permaneceu muito mais baixa do que entre os brancos (16%) e os afro-caribênhos (36%). Embora pareçam existir alguns sinais de mudanças entre as famílias sul-asiáticas na Grã-Bretanha – como o desejo de os jovens terem voz mais ativa na decisão dos casamentos e um ligeiro aumento dos divórcios e nos lares monoparentais –, as famílias sul-asiáticas continuam a ser admiravelmente fortes como um todo.

### As famílias negras

As famílias de origem afro-caribenha na Grã-Bretanha também têm uma estrutura diferente. Há muito menos mulheres negras com idade entre 20 e 44 anos vivendo com um marido do que brancas da mesma faixa etária. As taxas de divórcio e de separação são maiores entre afro-caribênhos do que entre outros grupos étnicos na Grã-Bretanha. Os lares monoparentais são mais comuns entre afro-caribênhos do que entre quaisquer outras minorias étnicas; mas, ao contrário de outros grupos, a taxa de emprego das mães solteiras afro-caribênas tende a ser maior (Modood et al., 1997).

Padrões semelhantes podem ser encontrados entre lares afro-americanos nos Estados Unidos, onde esse fato deu origem a acaloradas discussões. Em 1965, o senador Daniel Pa-



Tabela 7.3 Status marital de adultos com menos de 60 anos

	Branco	Caribenhos	Indianos	Afro-asiáticos	Paquistaneses	Bangladeshianos	Chineses
Solteiros	23	41	21	21	19	22	34
Casados	60	39	72	72	74	73	62
Vivendo como casados	9	10	3	2	3	1	1
Separado/Divorciados	7	9	3	3	3	1	3
Vítimos	1	2	2	1	2	3	-
Estimativa ponderada	4.194	1.834	1.539	960	1.053	344	467
Estimativa não-ponderada	4.187	1.298	1.560	951	1.709	815	271

Coluna das porcentagens: análise baseada em todos os indivíduos dos núcleos domésticos pesquisados, exceto crianças dependentes e pessoas com 60 anos ou mais.

Fonte: T. Modood et al., *Ethnic Minorities in Britain*, Policy Studies Institute, 1997, p. 24.

trick Moynihan descreveu as famílias negras como “desorganizadas” e enredadas em um “emaranhado patológico”. A divergência entre os padrões da família negra e os da família branca nos Estados Unidos tornou-se muito maior desde o início dos anos 1960, quando se deu o estudo de Moynihan. Em 1960, 21% das famílias afro-americanas eram encabeçadas por mulheres; dentre as famílias brancas, a proporção era de 8%. Em 1993, essa proporção para as famílias negras havia subido para mais de 58%, enquanto a das famílias brancas era de 26%.

As famílias encabeçadas por mulheres estão representadas de forma mais proeminente entre os negros mais pobres. Os afro-americanos das regiões urbanas têm experimentado pouco incremento nas condições de vida ao longo das duas últimas décadas: a maioria está confinada a empregos de baixos salários ou está quase sempre desempregada. Sob essas circunstâncias, há pouco o que encoraje a continuidade dos relacionamentos maritais. Os mesmos fatores parecem afetar as famílias negras de vizinhanças mais pobres de Londres e de outras cidades do Reino Unido.

Muitas discussões sobre as famílias negras concentram-se nas baixas taxas de casamento formal, mas alguns observadores acreditam que essa ênfase esteja mal colocada. A relação casamentícia não forma necessariamente a estrutura da família negra como faz com os outros grupos. As redes de parentesco ampliado são importantes nos grupos antilhanos – muito mais significativas, no tocante aos laços maritais, do que na maioria das comunidades brancas. Uma mãe que chefiar uma família monoparental provavelmente pode contar com uma rede de parentes próxima e apoiadora. Irmãos e irmãs também desempenham um papel importante em muitas famílias afro-caribenhas, ao ajudarem na criação de crianças pequenas (Chamberlain, 1999). Isso contradiz a idéia de que pais negros solteiros e seus filhos formam necessariamente famílias instáveis. As famílias afro-americanas chefiadas por mulheres têm uma proporção bem mais alta de parentes vivendo junto com elas do que as famílias brancas chefiadas por mulheres.

## As alternativas ao casamento

### A coabitação

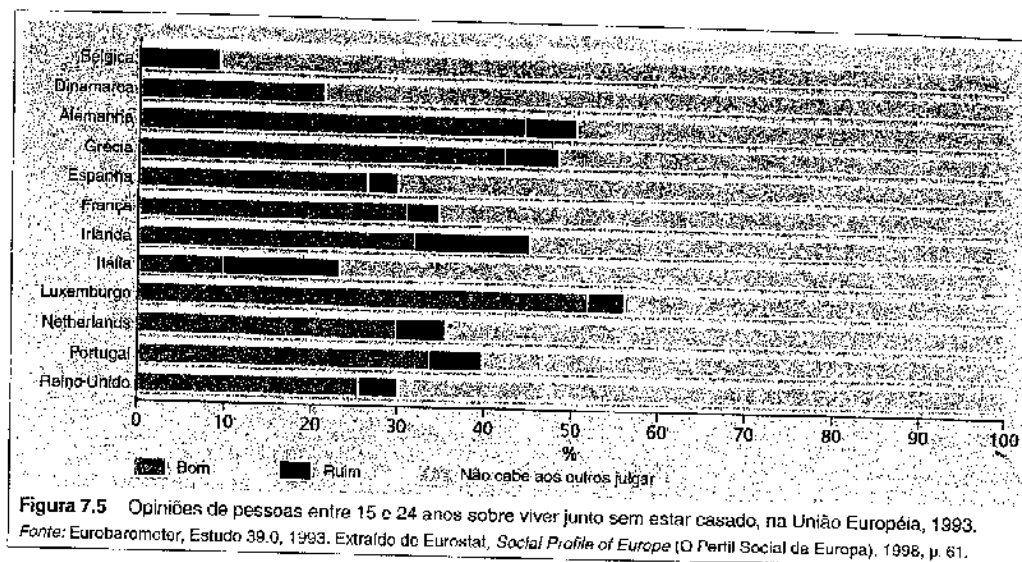
A **coabitação** – quando um casal vive junto em um relacionamento sexual sem estar casado – tem se tornado progressivamente difundida na maioria das sociedades ocidentais. Se o casamento era anteriormente a base definida da união entre duas pessoas, ele já não pode ser considerado como tal. Talvez hoje seja mais apropriado falar em *ajuntamento* e *desajuntamento*. Um número crescente de casais em relacionamentos de longo prazo opta por não casar, mas residir e criar os filhos juntos.

Na Grã-Bretanha, a coabitação até recentemente era vista como algo escandaloso. O General Household Survey



“Se alguém aqui souber de algo que impeça estas duas almas de juntar em comumhão suas tralhas dentro de um apartamento...”

Daily Telegraph: The Best of Mail, Orion, 1995.



(Pesquisa Geral sobre a Família), a principal fonte de dados sobre os padrões familiares na Grã-Bretanha, incluiu uma questão sobre a coabitação pela primeira vez somente em 1979. Entre a população jovem da Grã-Bretanha e de outros países da Europa, contudo, as atitudes diante da coabitação estão mudando (ver Figura 7.5 e Tabela 7.4). Nas décadas recentes, o número de homens e mulheres não-casados dividindo um lar cresceu intensamente. Nos últimos 40 anos, houve um aumento de 400% no número de pessoas na Grã-Bretanha coabitando antes de casar. Apenas 4% das mulheres nascidas nos anos 1920 chegaram a coabitar e, das nascidas nos anos 1940, 19%. Mas, entre as mulheres nascidas nos anos 1960, o número é de quase 50%. Foi previsto que, até o ano 2000, quatro em cada cinco casais casados viveriam juntos antes de casarem (Wilkinson e Mulgan, 1995).

Embora a coabitação esteja se tornando cada vez mais popular, a investigação sugere que o casamento ainda é mais estável. Os casais não-casados que vivem juntos tendem a se separar de três a quatro vezes mais do que os casais casados.

A coabitação na Grã-Bretanha parece ser, em grande parte, um estágio experimental antes do casamento, embora a sua duração antes do casamento esteja aumentando e cada vez mais casais a estejam escolhendo como alternativa a ele. Os jovens geralmente se encontram morando juntos por impulso, em vez de fazê-lo de modo planejado. Um casal que já esteja envolvido sexualmente passa cada vez mais tempo junto, renunciando a um ou outro dos seus lares individuais. Os jovens que vivem juntos quase sempre antecipam o casamento, mas não necessariamente o fazem com seus atuais parceiros. Apenas uma minoria desses casais compartilha as finanças.

Em um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Nottingham em 1999, os sociólogos entrevistaram

grupos de casais casados e de casais coabitantes, com filhos de até 11 anos, assim como o grupo de seus pais que ainda estavam casados. Os pesquisadores estavam interessados nas diversas formas de compromisso entre as pessoas casadas de uma faixa etária maior e os casais da geração mais jovem. Descobriram que os casais mais jovens, casados e coabitantes, tinham mais coisas em comum uns com os outros do que com seus pais. Enquanto a geração mais antiga via o casamento como um conjunto de deveres e obrigações, a geração mais nova enfatizava o compromisso livremente assumido. A principal diferença entre os jovens entrevistados é que alguns deles preferiam ter o seu compromisso reconhecido publicamente através do casamento (Dyer, 1999).

**Tabela 7.4** Porcentagem de casais não-casados coabitantes: por idade e sexo, Grã-Bretanha, 1998-1999

	Homens	Mulheres
16-19	1	8
20-24	18	27
25-29	39	39
30-34	44	35
35-39	36	29
40-44	31	26
45-49	28	16
50-54	17	16
55-59	18	12
Todos os não-casados, entre 16 e 59	26	25

Os não-casados incluem pessoas separadas, mas legalmente casadas.  
 Fontes: General Household Survey, Office for National Statistics. Extraído de *Social Trends*, 30 (2000), p. 40. Crown Copyright.

## Parcerias gays e lésbicas

Muitos homens e mulheres homossexuais vivem hoje como casais em relacionamentos estáveis. Mas como muitos países ainda não reconhecem o casamento entre homossexuais, os relacionamentos entre homens *gays* e entre lésbicas estão calcados no compromisso pessoal e na confiança mútua, e não na lei. A expressão "famílias escolhidas" tem sido aplicada a parcerias homossexuais para refletir as formas positivas e criativas de vida cotidiana que os casais homossexuais cada vez mais estão aptos a buscar juntos. Muitos elementos das parcerias heterossexuais como o apoio mútuo, o cuidado e a responsabilidade na doença, a união das finanças e outros – estão se integrando às famílias *gays* e lésbicas de um modo que antes não era possível.

Desde a década de 1980 houve um crescente interesse acadêmico pelas parcerias *gays* e lésbicas. Os sociólogos vêem os relacionamentos homossexuais como apresentando formas de intimidade e igualdade bem diferentes das que são comuns a casais heterossexuais. Visto que os *gays* e as lésbicas foram excluídos da instituição do casamento e que os tradicionais papéis dos gêneros não são facilmente aplicáveis a casais do mesmo sexo, as parcerias homossexuais têm de ser construídas e negociadas fora das normas e diretrizes que governam muitas uniões heterossexuais. Alguns sugeriram que a epidemia da AIDS foi um importante fator no desenvolvimento de uma cultura distinta, de cuidado e compromisso, entre parceiros homossexuais.

Weeks, Heaphy e Donovan (1999) apontam três padrões significativos nas parcerias homossexuais. Em primeiro lugar, há mais oportunidade para a *igualdade entre os parceiros*, porque eles não são guiados pelas premissas socioculturais que baseiam as uniões heterossexuais. Os casais de *gays* e de lésbicas podem moldar seus relacionamentos como preferirem a fim de evitar as desigualdades e o desequilíbrio de poder que são característicos de muitos relacionamentos heterossexuais. Em segundo lugar, os parceiros homossexuais *negociam* os parâmetros e os deveres internos dos seus relacionamentos. Se os casais heterossexuais são influenciados pelos papéis de gênero incrustados na sociedade, os casais do mesmo sexo enfrentam menos expectativas sobre quem deve fazer o quê dentro do relacionamento. Por exemplo, se as mulheres tendem a fazer mais o serviço doméstico e a cuidar dos filhos nos casamentos heterossexuais, não existem tais expectativas em relação aos casais homossexuais. Tudo se torna objeto de negociação; isso pode resultar numa divisão de responsabilidades mais equânime. Em terceiro lugar, as parcerias *gays* e lésbicas revelam uma forma particular de *compromisso* que carece de apoio institucional. A confiança mútua, a disposição em resolver as dificuldades e uma responsabilidade compartilhada pelo "esforço emocional" parecem ser os marcos das parcerias homossexuais (Weeks et al., 1999).

O relaxamento das atitudes anteriormente intolerantes para com a homossexualidade tem sido acompanhado de uma crescente boa vontade por parte dos tribunais em ceder a custódia de crianças a mães envolvidas em relacionamentos lésbicos. As técnicas de inseminação artificial possibilitam às lés-

bicas ter filhos e constituírem famílias de paternidade homossexual sem que haja quaisquer contatos heterossexuais. Apesar de na Grã-Bretanha praticamente todas as famílias homossexuais com crianças envolverem casais femininos, houve uma época, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, em que os órgãos de bem-estar social de muitas cidades dos Estados Unidos forneciam a custódia de garotos adolescentes a casais de homens homossexuais. Essa prática foi descontinuada, principalmente por causa das reações públicas adversas.

Um número de vitórias legais recentes em favor de casais homossexuais indica que os seus direitos estão gradualmente sendo acolhidos pela lei. Em 1999, na Grã-Bretanha, um veredito celebrou-se ao declarar que um casal homossexual numa relação estável poderia ser definido como uma família. Essa classificação de parceiros homossexuais como "membros da família" afetará categorias legais como a imigração, a previdência social, a tributação, a herança e a pensão dos filhos. Em 1999, um tribunal norte-americano assegurou os direitos paternais de um casal homossexual de homens ao permitir que o nome dos dois constasse na certidão de nascimento de seus filhos nascidos de uma mãe de aluguel. Um dos homens envolvidos comentou: "Estamos comemorando uma vitória legal. A família nuclear como conhecemos está evoluindo. A ênfase não deveria ser posta no fato de se tratar de um pai e de uma mãe, mas sim de pais carinhosos e protetores, mesmo que se trate de uma mãe solteira ou de um casal *gay* seriamente comprometido" (Hartley Brewer, 1999).

## Violência e abuso na vida familiar

Como a família ou as relações de parentesco fazem parte da experiência de todos, a vida familiar circunscreve praticamente todo o campo da experiência emocional. As relações familiares – entre marido e mulher, pais e filhos, irmãos e irmãs, ou entre parentes distantes – podem ser temas e gratificantes. Mas também podem conter as mais acentuadas tensões, levando as pessoas ao desespero ou preenchendo-as com uma profunda sensação de culpa e ansiedade. Essa face da família não corresponde às imagens de ríspida harmonia largamente difundidas na TV e na mídia em geral. A violência doméstica e o abuso de crianças são dois dos aspectos mais perturbadores.

### Violência no interior das famílias

Podemos definir a violência doméstica como o abuso físico dirigido por um membro da família contra outro ou outros. Estudos mostram que os alvos primários do abuso físico são as crianças, especialmente as menores de 6 anos. A violência dos maridos contra as mulheres é o segundo tipo mais comum. As mulheres, no entanto, também podem ser as perpetradoras da violência física no núcleo familiar – dirigida contra os filhos pequenos e o marido.

O lar é de fato o lugar mais perigoso da sociedade moderna. Em termos estatísticos, uma pessoa de qualquer idade ou sexo está mais sujeita a ataques físicos dentro de casa do que à noite nas ruas. Na Grã-Bretanha, um entre cada quatro homicídios é cometido por um membro da família contra outro. Quanto às mulheres, elas estão mais sujeitas à violência dos homens da família ou de suas relações próximas do que à de estranhos.

A questão da violência doméstica atraiu a atenção popular e acadêmica durante os anos 1970, como resultado da ação de grupos feministas em centros de amparo a "mulheres espancadas". Antes dessa época, a violência doméstica, assim como o abuso infantil, era um fenômeno cuidadosamente ignorado. Os estudos feministas sobre a violência doméstica chamaram a atenção para a prevalência e a severidade da violência contra as mulheres no lar. A maior parte dos episódios violentos entre casais relatados à polícia envolvia a violência dos maridos contra as esposas. Em menos de 5% dos casos, as mulheres usaram de força física contra os maridos (Dobash e Dobash, 1980). As feministas recorreram a essas estatísticas para sustentar suas afirmações de que a violência doméstica é uma importante forma de controle masculino sobre a mulher.

Para enfoques acerca de patriarcado e dominação, ver "Feminismo Radical", p.109.

Em anos recentes, críticos conservadores alegaram que a violência na família não tem a ver com o poder masculino patriarcal, como sustentam as feministas, mas sim com "famílias disfuncionais". A violência contra as mulheres é um reflexo da crescente crise da família e do desgaste dos padrões de moralidade. Eles questionaram a descoberta de que a violência das esposas contra os maridos é rara. Os homens tendem a denunciar menos a violência sofrida por parte das esposas do que o contrário (Straus e Gelles, 1986).

Essas afirmações foram duramente criticadas por feministas e outros estudiosos que argumentam que a violência por parte das mulheres é mais contida e episódica que a dos homens e muito menos passível de causar danos físicos duradouros. Afirmam que a mera observação do "número" de incidentes violentos dentro das famílias não é suficiente. O que importa, na verdade, é a análise do significado, do contexto e do efeito da violência. O "espancamento da esposa" — a brutalização física regular das esposas pelos maridos — não tem real equivalente no caso inverso. Os homens que abusam fisicamente dos filhos também estão mais propensos do que as mulheres a fazê-lo de modo consistente, causando lesões duradouras.

James Nazroo dirigiu um estudo envolvendo 96 casais coabitantes da Grã-Bretanha a fim de revelar a incidência da violência no lar (1995). Descobriu que a violência masculina tem maior probabilidade de resultar em ferimentos físicos e danos duradouros do que a violência feminina contra os homens.

Por que a violência doméstica é relativamente um lugar-comum? Vários conjuntos de fatores estão envolvidos. Um deles é a combinação entre a intensidade emocional e a intimidade pes-

soal características da vida familiar. Os laços familiares estão normalmente carregados de fortes emoções, misturando amizade amor e ódio. As brigas que surgem no ambiente familiar podem desencadear antagonismos que não seriam sentidos da mesma forma em outros contextos sociais. O que parece um incidente sem importância pode precipitar gigantescas hostilidades entre os cônjuges ou entre pais e filhos. Um homem tolerante em relação a excentricidades do comportamento de outras mulheres pode se enfurecer se sua mulher tagarelar à mesa de um jantar ou revelar intimidades que ele desejaria manter em segredo.

Um segundo fator é a questão de que um bocado de violência dentro da família é na verdade tolerada e até mesmo aprovada. Embora a violência familiar socialmente sancionada seja de natureza relativamente confinada, ela pode facilmente propagar-se em formas mais severas de agressão. Há poucas crianças na Grã-Bretanha que nunca tenham sido esbofeteadas ou espancadas, mesmo que de um modo brando, por um dos pais. Tais atos comumente encontram aprovação por parte de outros, e até mesmo é provável que eles nem sejam pensados como "violência". Embora não seja um fato nítido, também há, ou pelo menos já houve, aprovação social da violência entre os cônjuges. A aceitabilidade cultural dessa forma de violência doméstica está expressa no velho ditado: "Mulher, cavalo e no-gueira, quanto mais se bate, melhor se aceita".

No local de trabalho e em outros ambientes públicos, é regra geral que ninguém pode bater em outra pessoa, por mais desagradável ou irritante que ela possa ser. Não é esse o caso dentro da família. Muitas pesquisas mostraram que uma proporção substancial de casais acredita que algumas circunstâncias legitimam a violência de um dos cônjuges contra o outro. Cerca de um entre quatro norte-americanos de ambos os sexos julga que possa haver boas razões para um homem bater na esposa. Uma proporção ligeiramente menor acredita que o contrário também é válido (Greenblat, 1983).

### Abuso sexual infantil e incesto

O abuso sexual infantil pode ser mais facilmente definido como a prática de atos sexuais que adultos perpetram com crianças menores de idade (16 anos, na Grã-Bretanha). O incesto refere-se às relações sexuais entre pessoas de parentesco próximo. Nem todo incesto é abuso sexual infantil. Por exemplo, o intercuro sexual entre irmão e irmã é incestuoso, mas não se encaixa na definição de abuso. No abuso sexual infantil, um adulto está explorando crianças ou adolescentes com fins sexuais (Ennew, 1986). No entanto, a forma mais comum de incesto também é abuso sexual infantil — relações incestuosas entre pais e suas filhas menores de idade.

O incesto e, de modo mais geral, o abuso sexual infantil são fenômenos que foram "descobertos" somente nos últimos 10 ou 20 anos. Naturalmente, já se sabe há muito que esses atos sexuais ocorrem, mas foi presumido pela maioria dos observadores sociais que os fortes tabus existentes contra essas práticas significavam que eram extremamente incomuns. Não é ver-

dade. O abuso sexual infantil provou ser uma ocorrência perturbadora. Ele é geralmente encontrado, com mais frequência, nas classes sociais mais baixas, mas existe em todos os níveis da hierarquia social – assim como nas instituições, como veremos adiante.

Embora sua natureza seja clara nas versões mais óbvias, a total extensão do abuso sexual infantil é difícil, senão impossível, de ser calculada devido às muitas formas que pode assumir. Nem os pesquisadores nem os tribunais chegaram a definições consensuais tanto para o abuso sexual infantil em geral como para suas formas particulares. Uma seção do *Children Act* (Lei da Criança), de 1989, fala em “dano significativo” causado por uma falta de cuidado considerável – mas a definição de “significativo” permanece ali bastante vaga. A *National Society for the Protection of Children* (Associação Nacional de Proteção à Criança) define quatro categorias de abuso: “negligência”, “abuso físico”, “abuso emocional” e “abuso sexual”. O abuso sexual é definido como o “contato sexual entre uma criança e um adulto com o propósito da satisfação sexual do adulto” (Lyon e de Cruz, 1993).

O uso da força ou a ameaça de violência está envolvido em muitos casos de incesto. Em alguns casos, as crianças são participantes mais ou menos voluntárias, mas isso parece bastante raro. As crianças são seres sexuais, certamente, e é bastante frequente que se envolvam em inofensivos jogos sexuais ou exploratórios umas com as outras. Mas a maior parte das crianças submetidas ao contato sexual com membros adultos da família acha a experiência repugnante, vergonhosa ou perturbadora. Há hoje um material considerável que indica que o abuso sexual infantil pode acarretar consequências duradouras em suas vítimas. Estudos com prostitutas, delinquentes juvenis, adolescentes que fugiram de casa e usuários de drogas mostram que uma grande proporção tem histórico de abuso sexual infantil. Obviamente, correlação não é causação. Demonstrar que as pessoas nessas categorias foram abusadas enquanto crianças não mostra que tais abusos tiveram uma influência causal sobre seus comportamentos posteriores. Há provavelmente uma gama de fatores envolvida, como conflitos familiares, negligência paterna e violência física.

### *Recentes investigações de abuso sexual*

Mais de 40 investigações de abuso infantil foram feitas na Grã-Bretanha desde o início dos anos 1980. Um dos mais discutidos casos foi a Cleveland Inquiry (Investigação de Cleveland), de 1987. O caso de Cleveland envolveu dois médicos, Marietta Higgs e Geoffrey Wyatt. Eles identificaram uma série de crianças da região como vítimas de abuso sexual no interior de suas famílias. Como consequência, as crianças foram removidas de casa por assistentes sociais sob revoltados protestos dos pais, que insistiam em sua inocência.

Médicos da polícia discordaram do diagnóstico e seguiram-se um debate nacional, com muitos artigos sobre o caso sendo veiculados na imprensa. O secretário de Serviços Sociais de Cleveland posteriormente admitiu que 12 das famílias, envol-

vido 26 crianças, foram incorretamente acusadas. Poucos problemas criam emoções tão fortes, e os perpetradores de abuso sexual contra crianças tendem a negar firmemente qualquer agressão. Por outro lado, quando pais e membros das famílias foram injustamente acusados, houve grande sofrimento emocional.

A maior investigação sobre abuso infantil na Grã-Bretanha envolveu alegações de abuso não dentro da família, mas num ambiente institucional. A Waterhouse Inquiry (Investigação de Waterhouse) foi instaurada em 1996 para investigar as acusações de abuso infantil em abrigos assistenciais em duas regiões de North Wales. A investigação durou mais de 200 dias e coletou evidências de 575 testemunhas, incluindo queixas de 259 ex-residentes. O relatório, publicado em fevereiro de 2000, revelou que, entre 1974 e 1990, o abuso físico e sexual de meninos estava amplamente difundido, com o de meninas ocorrendo em menor escala, em muitos lares assistenciais locais muitas vezes nas mãos de antigos administradores e de funcionários. O relatório descreveu a vida em um desses abrigos, Bryn Estyn, como “uma forma de purgatório ou algo pior de onde (as crianças) saem mais lesadas do que quando entraram” (Waterhouse Inquiry, 2000).

A maioria das alegações apresentadas antes da investigação dizia respeito ao uso contínuo e repetido da força, incluindo espancamento e estrangulamento das crianças, sua intimidação e submissão a abuso emocional. A maior atenção, contudo, concentrou-se no abuso sexual de meninos por parte da equipe de funcionários. O relatório confirmou que dois antigos funcionários homens abusaram sexualmente de garotos, com regularidade, durante um período de dez anos. O vice-diretor de um desses lares mantinha a prática diária de convidar um grupo de garotos residentes para seus aposentos particulares à noite, onde abusava deles sexualmente. Os membros da equipe que estavam a par de suas ações nunca apontaram sua conduta como imprópria, criando o que o relatório chamou de “culto do silêncio”, que cercava seus abusos. As crianças eram desencorajadas a fazer queixas, e havia procedimentos inadequados no sistema de serviço social a fim de monitorar e gerenciar as atividades nos abrigos assistenciais.

### **O debate sobre valores familiares**

“A família está desmoronando!”, bradam os defensores dos valores familiares, ao avaliar as mudanças das últimas décadas – uma atitude mais aberta e liberal diante da sexualidade, das taxas de divórcios crescentes e busca geral pela felicidade à custa das antigas concepções de deveres familiares. “Precisamos recuperar um sentido moral de vida familiar”, eles argumentam. “Precisamos restabelecer a família tradicional, que era muito mais estável e ordenada que o confuso emaranhado de relacionamentos em que a maioria de nós se encontra hoje.”

“Não!”, contestam seus críticos: “Você pensa que a família está desmoronando. Na verdade, está apenas se diversificando. Devemos encorajar ativamente a variedade das formas fa-

miliares e da vida sexual, em vez de supor que todos precisam se encaixar no mesmo molde”.

Que lado está com a verdade? Talvez devêssemos ser críticos de ambas as visões. Um retorno à família tradicional é impossível. A razão disso – como já foi explicado – não é porque a família tradicional, nos moldes em que habitualmente é pensada, nunca tenha existido, nem tampouco porque as facetas opressivas das famílias de antigamente sejam tão numerosas a ponto de impedir que se transformem em modelos para os dias atuais. A razão é que as transformações sociais que modificaram as formas prévias de casamento e de ordenação familiar são, em sua maioria, irreversíveis. As mulheres não retornarão em grandes números a uma situação doméstica da qual conseguiram se libertar com tanto esforço. As parcerias sexuais e o casamento hoje, para o bem ou para o mal, não podem ser como costumavam. A comunicação emocional – mais precisamente, a criação e a sustentação ativas das relações – tornou-se central para nossas vidas nos domínios pessoal e familiar.

Qual será o resultado? As taxas de divórcio podem ter se estabilizado após um período anterior de elevação, mas não estão declinando. Todos os indicadores de divórcio são, até certo ponto, estimativas, mas, com base em tendências anteriores, podemos pressupor que uns 60% de todos os matrimônios contraiados hoje poderão terminar em divórcio dentro de dez anos.

O divórcio, como vimos, não é sempre um reflexo da infelicidade. Pessoas que em tempos passados sentiam-se compe-

lidas a permanecer em casamentos infelizes podem agora recomençar. Mas não pode haver dúvidas de que as tendências que estão afetando a sexualidade, o casamento e a família criam profundas ansiedades para algumas pessoas, ao mesmo tempo que geram novas possibilidades de satisfação e auto-realização para outras.

Os que argumentam que a grande diversidade de formas familiares existentes hoje deve ser festejada, por nos libertar das limitações e dos sofrimentos do passado, certamente têm bastante de razão. Homens e mulheres podem permanecer solteiros se assim o desejarem, sem ter que encarar a reprovação social que os solteiros e, mais ainda, as solteironas sofriram antigamente. Os casais “soltos” não enfrentam mais rejeição social da parte de seus “respeitáveis” amigos casados. Os casais homossexuais podem estabelecer um lar e criar filhos sem sofrerem os mesmos níveis de hostilidade do passado.

Dito isso, é difícil resistir à conclusão de que chegamos a uma encruzilhada. Será que o futuro acarretará o declínio dos casamentos longos e das parcerias? Será que cada vez mais habitaremos em um cenário emocional e sexual marcado por amargura e violência? Ninguém tem a resposta certa. Mas a análise sociológica do casamento e da família que concluímos sugere fortemente que não resolveremos nossos problemas observando o passado. Precisamos tentar conciliar as liberdades que a maioria de nós adquiriu na vida particular com a necessidade de construir relacionamentos sólidos e duradouros com outras pessoas.

### Pontos Principais

1. O “parentesco”, a “família” e o “casamento” são termos intimamente relacionados de significado-chave para a sociologia e a antropologia. O parentesco compreende tanto os laços genéticos quanto os formados pelo casamento. Uma família é um grupo de parentes responsável pela criação dos filhos. O casamento é uma ligação entre duas pessoas vivendo juntas em um relacionamento sexual socialmente aprovado.
2. Uma família nuclear é um núcleo doméstico em que um casal casado (ou pai ou mãe solteiros) mora junto com filhos, seus ou adotados. Quando outros parentes além da família nuclear habitam o mesmo núcleo doméstico ou se envolvem em um relacionamento próximo e contínuo, falamos na existência de uma família ampliada.
3. Nas sociedades ocidentais, o casamento, e portanto a família, estão associados à monogamia (um relacionamento sexual socialmente aprovado entre um homem e uma mulher). Muitas outras culturas toleram ou encorajam a poligamia, em que um indivíduo pode estar casado com duas ou mais pessoas ao mesmo tempo.
4. Durante o século XX, a predominância do núcleo familiar tradicional sofreu um gradual desgaste na maioria das sociedades industrializadas. Uma grande diversidade de formas familiares existe atualmente.
5. Abordagens teóricas contrastantes foram adotadas no estudo da família. Os funcionalistas enfatizaram a família como uma das instituições fundamentais da sociedade, particularmente seu papel na socialização das crianças. As feministas estudaram as desigualdades em muitas áreas da vida familiar, incluindo a divisão doméstica do trabalho, as desigualdades das relações de poder e cuidados assistenciais.
6. As taxas de divórcio cresceram nos anos pós-guerra, e o número de primeiros casamentos declinou. Como resultado, uma crescente parcela da população vive em lares monoparentais.
7. As taxas de recasamentos são bastante altas. A segunda união pode levar à formação da família reconstituída – em que ao menos um dos adultos tem filhos de um casamento ou de uma união anteriores. A expressão “pai ausente” refere-se aos pais que têm contato infrequente com seus filhos (ou nenhum contato) após a separação ou divórcio.
8. Há uma considerável diversidade nas formas familiares entre os grupos étnicos minoritários. Na Grã-Bretanha, as

famílias de origem sul-asiática e afro-caribenha diferem dos tipos familiares predominantes.

9. O casamento não é mais a base definidora para a união entre duas pessoas. A coabitação (quando um casal vive junto em um relacionamento sexual fora do casamento) tornou-se cada vez mais difundida em muitas sociedades industriais. Homens e mulheres homossexuais podem cada vez mais viver juntos como casais, à medida que as atitudes em relação ao homossexualismo tornam-se mais tolerantes. Em alguns casos, casais homossexuais obtiveram o direito legal de serem considerados uma família.
10. A vida familiar não é de modo algum um retrato sempre de harmonia e felicidade; o abuso sexual e a violência do-

méstica às vezes fazem parte de sua rotina. A maioria dos abusos sexuais de crianças e das violências domésticas é praticada por homens, estando aparentemente conectados a outros tipos de comportamento violento em que alguns homens estão envolvidos.

11. O casamento deixou de ser uma pré-condição para a experiência sexual regular, para ambos os sexos; não é mais a base da atividade econômica. Parece certo que as variações de relacionamentos sociais e sexuais florescerão ainda mais. O casamento e a família continuam sendo instituições firmemente estabelecidas, ainda que submetidos a grandes estresses e tensões.

### Questões para Reflexão

1. Todas as formas familiares são igualmente aceitáveis nas sociedades contemporâneas?
2. Podem a poligínia e a poliandria ter lugar em uma sociedade moderna?
3. Como podem as crescentes taxas de divórcio indicar que a relação matrimonial teve sua importância aumentada e não diminuída?
4. Que medidas sociais poderiam ser tomadas para a redução dos níveis de violência dentro das famílias?
5. Com o declínio do homem provedor, quais são os novos papéis existentes para os homens dentro das famílias?
6. Só o amor é suficiente para assegurar a instituição da família?

### Leitura Complementar

Linda Hantrais and Marlene Lohkamp-Himmlinghofen (eds), *Changing Family Forms, Law and Policy* (Loughborough: Cross-National Research Group, European Research Centre, Loughborough University, 1999)

Brenda M. Hoggert et al., *The Family, Law and Society: Cases and Materials* (London: Butterworths, 1996)

Gordon Hughes and Ross Ferguson (eds), *Ordering Lives: Family, Work and Welfare* (London: Routledge, 2000)

Richard M. Lerner and Domini R. Castellino (eds), *Adolescents and their Families: Structure, Function and Parent-Youth Relationships* (New York: Garland, 1999)

Helen Wilkinson (ed.), *Family Business* (London: Demos, 2000)

### Endereços na Internet

Australian Institute of Family Studies (Instituto Australiano de Estudos Familiares)

<http://www.aifs.org.au/>

Centre for Policy Studies (Centro para Estudos Políticos) – uma mesa de debates criada por Margaret Thatcher para fomentar a família, a iniciativa, o individualismo e a liberdade

<http://www.cps.org.uk>

Clearinghouse on International Developments in Child, Youth and Family Policies (Central de Desenvolvimento Internacional da Criança, Juventude e Políticas Familiares)

<http://www.childpolicyintl.org/>

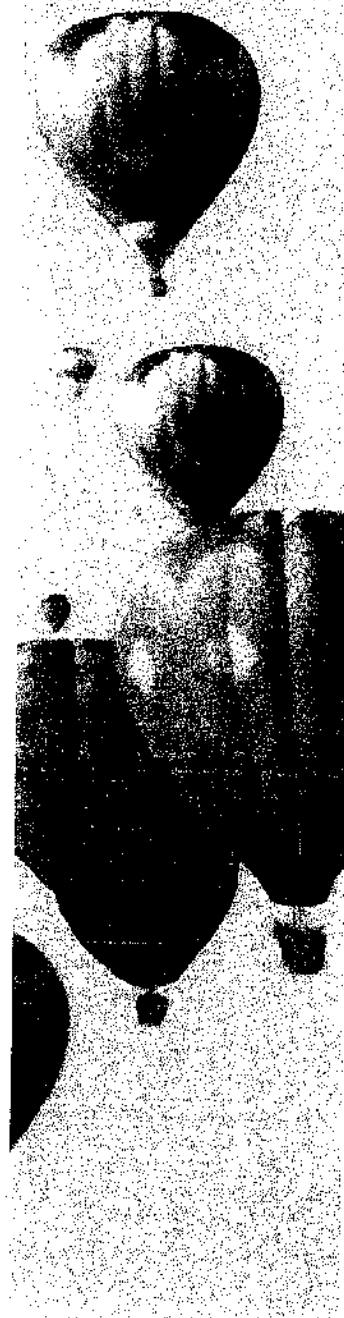
Demos – uma mesa de debates cobrindo a pesquisa sobre a exclusão, a família e a pobreza.

<http://www.demos.co.uk>

# Crime e Desvio

# 8

<b>A sociologia do desvio</b>	173	<b>Vítimas e perpetradores do crime</b>	189
<b>Explicando o crime e o desvio</b>	173	Gênero e crime	189
Explicações biológicas: "tipos de criminosos"	173	Os crimes contra os homossexuais	192
Explicações psicológicas: "estados mentais anormais"	174	A juventude e o crime	192
<b>Teorias sociológicas sobre crime e desvio</b>	176	O crime do colarinho-branco	194
Teorias funcionalistas	176	<b>O crime organizado</b>	195
Teorias interacionistas	177	A face flexível do crime organizado	196
Teorias de conflito: "a nova criminologia"	179	Cibercrime	196
Teorias de controle	180	<b>Prisões: a resposta ao crime?</b>	197
Conclusões teóricas	182	<b>Conclusão: crime, desvio e ordem social</b>	200
<b>Padrões do crime no Reino Unido</b>	182	Pontos principais	200
O crime e as estatísticas relacionadas ao crime	183	Questões para reflexão	201
<b>As estratégias de redução do crime na sociedade de risco</b>	184	Leitura complementar	202
Reações políticas ao crime	184	Endereços na internet	202
Policinando a sociedade de risco	186		
O policiamento comunitário	188		





## 8: Crime e Desvio

Todos nós sabemos o que são desviantes, ou assim queremos crer. Os indivíduos desviantes são aqueles que se recusam a viver de acordo com as regras seguidas pela maioria de nós – são criminosos violentos, viciados em drogas ou “marginais”, que não se encaixam naquele conceito que a maioria das pessoas teria de padrões normais de aceitabilidade. No entanto, as coisas não são bem como parecem – uma lição que a sociologia nos ensina com frequência, nos estimulando a observar além dos limites do óbvio. Na verdade, a noção de desviante não é fácil de ser definida, e a relação existente entre o desvio e o crime não é simples.

Kevin Mitnick foi descrito como o “*hacker* mais famoso do mundo”. Justiça seja feita, esse californiano de 36 anos é reverenciado e desprezado com a mesma intensidade. Para os *hackers*, que no mundo se estima estejam em um número de 100 mil, Mitnick é um gênio pioneiro, cujos cinco anos de prisão em uma penitenciária dos EUA foram injustos e injustificados – uma prova concreta de como a atividade de *hacker* tem sido mal-interpretada com a difusão da tecnologia da informação. Para as autoridades norte-americanas e as corporações que trabalham com alta tecnologia – como a Sun Microsystems, a Motorola e a Nokia –, Mitnick é um dos homens mais perigosos do mundo. Foi preso pela Agência Federal de Investigação dos EUA, o FBI, em 1995, sendo mais tarde condenado pelo *download* de códigos-fonte e pelo roubo de *softwares*, dessas e de outras companhias, que supostamente valeriam milhões de dólares. Como condição para ser libertado da prisão em janeiro de 2000, Mitnick foi proibido de utilizar computadores e de discutir publicamente questões relacionadas à tecnologia.

Ao longo da última década, os *hackers* passaram por uma transformação gradual – de uma população pouco conhecida de entusiastas em computação a um grupo de desviantes, alvo de maledicência, que se acredita venha a ameaçar a própria estabilidade da era da informação. Os ataques DDoS (Ataques Distribuídos de Negação de Serviço) em *websites* proeminentes de comércio eletrônico, ocorridos em fevereiro de 2000, provocaram uma espécie de “reação histérica a *hackers*” na mídia, no mundo corporativo e entre os organismos internacionais responsáveis pelo cumprimento das leis. Alguns dos *sites* de movimento mais intenso na internet – como o Yahoo!, o eBay.com e o Amazon.com – paralisaram suas atividades durante horas, pois seus servidores foram bombardeados por milhares de pedidos falsos de informações provenientes de computadores espalhados pelo mundo. Antes de qualquer pessoa envolvida nos ataques repentinos *on-line* ser detida, a acusação recaiu sobre os *hackers* – retratados como uma população sombria de jovens “socialmente desajustados” (em sua maioria do sexo masculino) que evitam contato com seres humanos, criando vidas alternativas para si mesmos, escondidos atrás de usuá-rios *on-line* anônimos.

Contudo, de acordo com Mitnick e outros membros da comunidade *hacker*, essas representações patológicas não poderiam estar mais distantes da verdade. “‘*Hacker*’ é um termo de honra e respeito”, afirma Mitnick em um artigo escrito logo após sua saída da prisão. “É um termo que descreve uma habilidade, e não uma atividade, da mesma forma que a palavra ‘médico’. Durante décadas, foi utilizado para descrever entusiastas talentosos de computação, pessoas cuja habilidade no uso de computadores para resolver problemas técnicos e quebra-cabeças foi – e continua sendo – respeitada e admirada por outros indivíduos que possuem habilidades técnicas semelhantes” (Mitnick, 2000). Os *hackers* se antecipam em ressaltar que a maior parte de suas atividades não é criminosa. Interessam-se, sim, primeiramente, em explorar os limites da tecnologia da computação, tentando revelar furos e descobrir até que ponto é possível penetrar em outros sistemas de computadores. Uma vez descobertas as falhas, a “ética *hacker*” exige que as informações sejam compartilhadas publicamente. Muitos *hackers* inclusive trabalharam como consultores para grandes corporações e agências governamentais, auxiliando-as na defesa de seus sistemas contra a intrusão externa.

Os *hackers* acreditam ter sofrido um processo de difamação injusto nos últimos anos, já que o termo “*hacker*” foi ampla – e incorretamente – aplicado ao crescente número de *crackers*, que praticam vandalismo em *sites* da internet, executam crimes *on-line*, ou lançam ataques DDoS. O roubo *on-line* impressionante de 12 bilhões de dólares das contas do Citibank, em 1992, e o recente furto de 300 mil números de cartões de crédito do *site* CD Universe são crimes que foram atribuídos à comunidade *hacker* contra a sua vontade. Têm sido também implicados como *hackers* os cada vez mais numerosos grupos de “*script kiddies*” – adolescentes que se disfarçam com identidades *on-line* de outras pessoas e fazem estragos na internet, interferindo na correspondência privada de *e-mails*. *Hackers* como Mitnick não se consideram pertencentes à mesma categoria daqueles cujo intento é causar danos. Como Mitnick informou à mídia norte-americana após ser libertado da prisão: “No computador, me sinto como alguém que pega um carro para uma corrida em alta velocidade. Não me considero um ladrão”.

Vimos anteriormente que a vida social do ser humano é governada por regras e normas. Nossas atividades seriam caóticas se não aderíssemos às regras que definem alguns tipos de comportamento como adequados em contextos particulares e outros como inadequados. Quando iniciamos o estudo do comportamento desviante, devemos considerar quais as regras que as pessoas estão observando e quais estão infringindo. Ninguém descumpra todas as regras, assim como ninguém age de acordo com todas elas. Criamos regras da mesma forma como as rompemos. Até mesmo aqueles indivíduos que possam parecer completamente fora do terreno da sociedade respeitável – como os frequentemente difamados *hackers* – estão provavelmente seguindo regras dos grupos

aos quais pertencem. Os *hackers*, por exemplo, se vêem como parte de uma comunidade mais ampla, comprometida com certos princípios coletivos e com um código de honra. Aquelles indivíduos que se desviam dos códigos informais de comportamento – como os “*crackers*” – podem ser banidos da comunidade.

O estudo sobre o crime e o desvio é uma das áreas mais intrigantes, porém mais complexas, da sociologia, que nos ensina que nenhum de nós é tão normal quanto gostaríamos de imaginar. Também nos ajuda a observar que as pessoas cujo comportamento possa parecer incompreensível ou estranho podem ser vistas como seres racionais a partir do momento em que compreendemos o motivo que as leva a agirem dessa forma.

### A sociologia do desvio

Podemos definir o **desvio** como uma não-conformidade com determinado conjunto de normas que são aceitas por um número significativo de pessoas em uma comunidade ou sociedade. Conforme já foi enfatizado, nenhuma sociedade pode ser repartida, de um modo simples, entre aqueles que se desviam das normas e aqueles que agem de acordo com elas. A maioria de nós, em algumas ocasiões, transgredir regras de comportamento geralmente aceitas. Em determinado momento, podemos ter, por exemplo, cometido furtos menores, roubando em uma loja ou pegando pequenos itens do trabalho – como papel de carta e canetas do escritório – para uso pessoal. Em algum ponto de nossas vidas, podemos ter excedido o limite de velocidade, passado trotes por telefone ou fumado maconha.

O desvio e o crime não são sinônimos, embora, em muitos casos, se sobreponham. O conceito de desvio é bem mais amplo do que o de **crime**, o qual se refere apenas a uma conduta não-conformista que infringe uma lei. Muitas formas de comportamento desviante não são sancionadas pela lei. Assim, os estudos sobre desvio podem examinar fenômenos tão diversos como os naturalistas (nudistas), a cultura *rave* e os *New Age travellers*.\*

Quanto ao conceito de cultura, veja mais informações em “Valores e normas”, p. 38.

O conceito de desvio pode ser aplicado tanto no caso do comportamento individual como no da atividade de grupos. Uma ilustração é o culto Hare Krishna, grupo religioso cujas crenças e modo de vida são diferentes daqueles da maioria das pessoas na Grã-Bretanha. Foi fundado na década de 1960, quando Sri Prabhupada veio da Índia para o Ocidente a fim de difundir a palavra da consciência Krishna. Sri Prabhupada dirigia sua palavra especialmente para os jovens consumidores de drogas, proclamando que, através dos seus ensinamentos, seria possível “ficar ‘alto’ o tempo inteiro, descobrir o êxtase eterno”. Os Hare Krishnas tornaram-se uma visão familiar, dançando e cantando nas ruas, administrando cafés vegetarianos e distribuindo livros sobre suas crenças aos transeun-

tes. Em geral, são vistos com tolerância pela população, mesmo que suas idéias possam parecer, de certa forma, excêntricas.

Os Hare Krishnas representam um exemplo de uma **subcultura desviante**. Embora o número de seus membros atualmente seja inferior ao do seu apogeu de alguns anos atrás, eles conseguiram sobreviver com certa facilidade dentro da sociedade mais ampla. A organização é rica, financiada por doações de membros e simpatizantes. Sua postura diverge da postura de outra subcultura desviante, que pode ser mencionada aqui como forma de contraste: a dos permanentemente sem-teto. São os indivíduos marginais que vivem nas ruas durante o dia, passando seu tempo em parques ou em prédios públicos, podendo dormir ao relento ou encontrar refúgio em abrigos. A maioria dos permanentemente sem-teto leva uma vida difícil às margens da sociedade em um sentido mais amplo.

Duas disciplinas distintas, mas relacionadas, ocupam-se do estudo do crime e do desvio. A **criminologia** interessa-se pelas formas de comportamento sancionadas pela lei criminal. Os criminologistas normalmente interessam-se por técnicas de mensuração do crime, tendências em índices de criminalidade e políticas que visem à redução do crime dentro das comunidades. A **sociologia do desvio** se utiliza da pesquisa criminológica, mas também investiga a conduta que se encontra além do domínio da lei criminal. Os sociólogos que estudam o comportamento desviante procuram entender *por que* determinados tipos de comportamento são amplamente considerados desviantes e como essas noções de desvio são aplicadas de maneira diferenciada às pessoas dentro da sociedade.

O estudo sobre o desvio, portanto, conduz nossa atenção para o **poder social**, assim como para a influência da classe social – as divisões existentes entre ricos e pobres. Quando observarmos os atos de desvio das regras ou normas sociais, ou de conformidade em relação a elas, devemos ter sempre em mente a seguinte questão: *regras de quem?* Como veremos, as normas sociais recebem forte influência das divisões do poder e de classe.

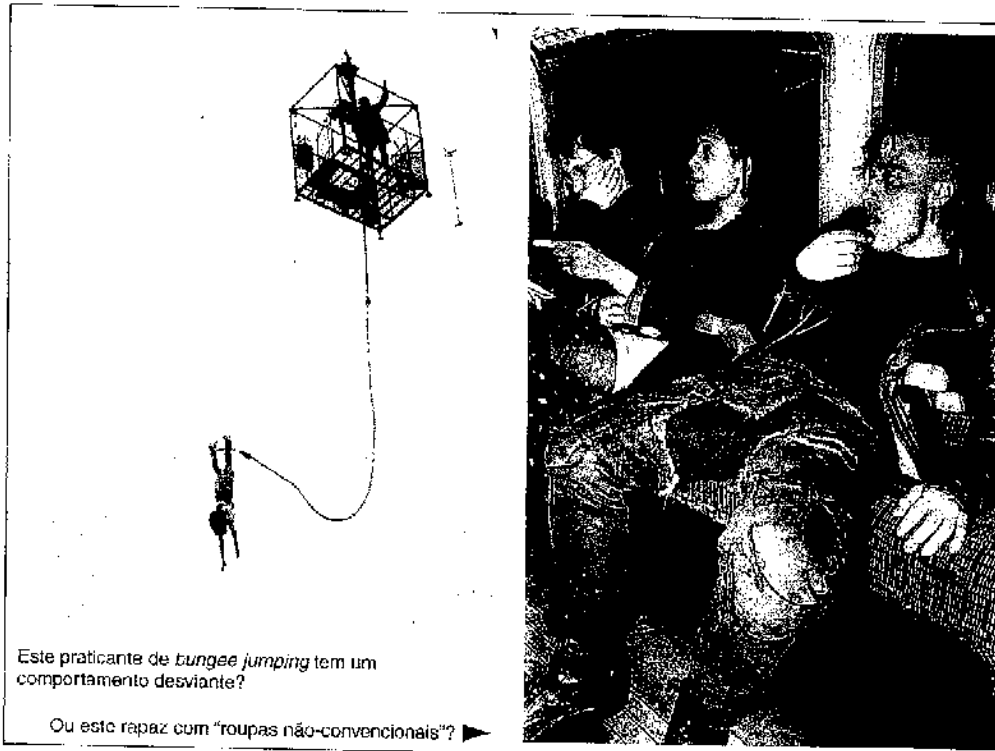
### Explicando o crime e o desvio

Contrastando com algumas áreas da sociologia, nas quais uma perspectiva teórica específica tem se sobressaído ao longo do tempo, ainda há muitas linhas de desenvolvimento teórico relevantes para o estudo do desvio. Após observarmos brevemente as explicações biológicas e psicológicas, voltaremos nossa atenção às quatro abordagens que têm exercido influência dentro da sociologia do desvio: as *teorias funcionalistas*, as *teorias interacionistas*, as *teorias de conflito* e as *teorias de controle*.

#### Explicações biológicas: “tipos de criminosos”

Algumas das primeiras tentativas para explicar o crime tinham caráter essencialmente biológico, concentrando-se nas qualidades inatas dos indivíduos como fonte de crime e desvio. Trabalhando na década de 1870, o criminologista italiano Cesare Lombroso acreditava que os tipos de criminosos pudessem ser

\* N. de R. T. Pessoas que moram em veículos e que não possuem um emprego permanente.



identificados por certas feições anatômicas. Ele investigou a aparência e as características físicas de criminosos, tais como o formato do crânio e da testa, o tamanho do maxilar e a extensão do braço, e concluiu que eles revelavam traços apresentados desde estágios mais remotos da evolução humana. Lombroso aceitava a idéia de que a aprendizagem social pudesse influenciar o desenvolvimento do comportamento criminoso, porém considerava que a maioria dos criminosos fosse biologicamente degenerada ou defectiva. Por seu desenvolvimento como seres humanos não ter sido completo, apresentavam uma tendência a agir em desarmonia com a sociedade humana. As idéias de Lombroso tornaram-se completamente desacreditadas, mas opiniões semelhantes foram várias vezes sugeridas.

Uma teoria posterior distinguiu três tipos principais de compleição humana, afirmando que um tipo estava diretamente associado à delinqüência. Os tipos ativos, musculosos (mesomorfos), segundo a teoria, são mais agressivos e violentos, sendo, portanto, mais provável que se tornem delinqüentes do que aqueles de compleição delgada (ectomorfos), ou do que as pessoas mais corpulentas (endomorfos) (Sheldon, 1949; Glueck e Glueck, 1956). Essas opiniões também foram amplamente criticadas. Mesmo que houvesse uma relação geral entre tipo corporal e delinqüência, isso não indicaria nada a respeito da influência da hereditariedade. Pessoas do tipo musculoso podem ter inclinações para atividades criminosas, pois estas oferecem oportunidades para a exibição física das habilidades atléticas. Além do mais, quase todos os estudos nessa área ficaram restritos a delinqüentes em reformatórios, e é possível que

delinqüentes mais fortes, de porte atlético, estejam mais sujeitos a serem enviados a esses estabelecimentos do que aqueles muito magros, que apresentam uma aparência mais frágil.

Alguns indivíduos podem ter uma propensão à irritabilidade e à agressividade, o que poderia refletir-se em crimes que envolvam agressão física. Porém, não existe nenhuma evidência conclusiva de que quaisquer traços da personalidade sejam herdados dessa forma, e mesmo que o fossem, a ligação destes com a criminalidade seria, quando muito, apenas distante.

#### Explicações psicológicas: "estados mentais anormais"

Assim como as interpretações biológicas, as teorias psicológicas do crime procuram explicações para o desvio dentro do indivíduo, e não da sociedade. Mas enquanto as abordagens biológicas focalizam aspectos físicos que predispoem os indivíduos ao crime, as concepções psicológicas concentram-se em tipos de personalidade.

Há muito tempo, a pesquisa criminológica foi posta em prática em prisões e em outras instituições, tais como manicômios – locais onde as idéias sobre psiquiatria exerciam influência. Enfatizaram-se os traços distintivos dos criminosos – incluindo "oligofrenia" e "degeneração moral". Hans Eysenck (1964) sugeriu que os estados mentais anormais seriam hereditários e poderiam predispor um indivíduo ao crime ou criar problemas no processo da socialização.

## Normas e sanções

Na maioria das vezes, seguimos normas sociais porque, como resultado da socialização, assim estamos acostumados a fazê-lo. Todas as normas sociais vêm acompanhadas de sanções que promovem a conformidade e protegem-nas da não-conformidade. Uma sanção constitui qualquer reação, por parte dos outros, ao comportamento de um indivíduo ou de um grupo, que vise a assegurar a obediência a determinada norma. As sanções podem ser positivas (o oferecimento de recompensas pela conformidade) ou negativas (punição pelo comportamento desobediente).

As sanções podem ser impostas formal ou informalmente. As sanções formais são aplicadas por um corpo específico de pessoas ou uma agência de forma a garantir o cumprimento de um conjunto específico de normas. Os principais

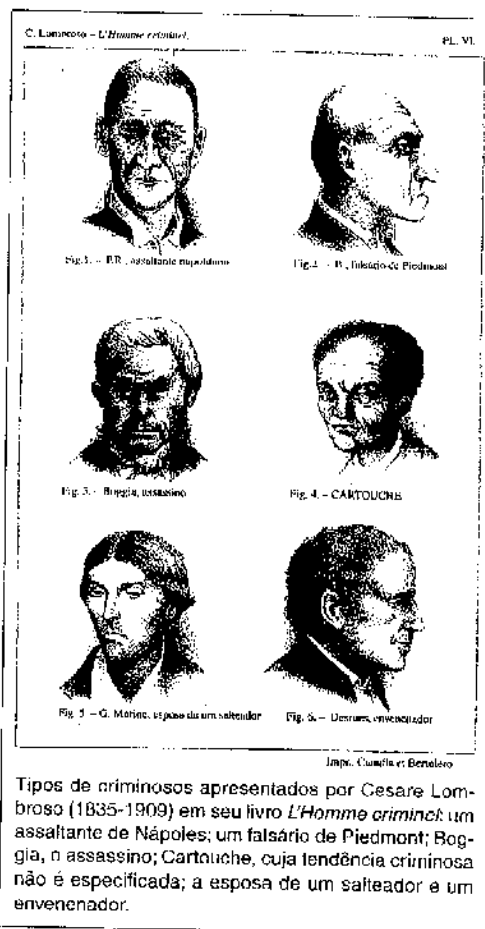
tipos de sanção formal presentes nas sociedades modernas são os representados pelos tribunais e pelas prisões. Uma lei é uma sanção formal definida pelo governo como uma regra ou um princípio que deve ser seguido pelos cidadãos, sendo empregada contra as pessoas que a desobedecem.

As sanções informais são reações menos organizadas e mais espontâneas à não-conformidade. Um aluno estudioso importunado por colegas de classe por se dedicar demais, ou que é acusado de ser um *nerd* (pessoa desinteressante, esquisita, socialmente desagradável), ao se recusar a sair à noite, sofre um tipo de sanção informal. A sanção informal também pode ocorrer, por exemplo, quando um indivíduo que faz um comentário sexista ou racista depara-se com reações em tom de desaprovação por parte de seus amigos ou colegas de trabalho.

Alguns sugeriram que, em uma minoria de indivíduos, se desenvolve uma personalidade amoral ou psicopática. Os **psicopatas** são pessoas retraídas, que não demonstram emoções e que agem impulsivamente, e raramente experimentam sensações de culpa. Alguns psicopatas têm grande prazer com a violência gratuita. Indivíduos que possuem traços psicopáticos, de fato, às vezes, cometem crimes violentos, porém há grandes problemas no conceito de psicopata. Não está nenhum pouco clara a noção de que os traços psicopáticos sejam inevitavelmente criminosos. Quase todos os estudos envolvendo pessoas ditas portadoras dessas características foram realizados com prisioneiros condenados, e suas personalidades inevitavelmente tendem a ser apresentadas de forma negativa. Se descrevermos os mesmos traços positivamente, o tipo de personalidade parece bastante diferente e, aparentemente, não há um motivo para que pessoas assim sejam inerentemente criminosas.

As teorias psicológicas são capazes de, na melhor das hipóteses, explicar apenas alguns aspectos do crime. Enquanto alguns criminosos podem possuir características de personalidade distintas do restante da população, é muito improvável que a maioria dos criminosos assim as tenham. Com a variedade de tipos de crimes existente, é inadmissível supor que aqueles que os cometem possuam características psicológicas em comum.

As abordagens biológica e psicológica para a criminalidade presumem que o desvio seja um sinal de algo "errado" com o indivíduo, e não com a sociedade. Vêem o crime como se sua causa fossem fatores que estivessem fora do controle do indivíduo, incrustados no corpo ou na mente. Então, se a criminologia científica fosse capaz de identificar com sucesso as causas do crime, seria possível tratá-las. Nesse aspecto, tanto a teoria biológica do crime quanto a psicológica são *positivistas* por natureza. Como aprendemos em nossa discussão sobre Comte, no Capítulo 1, o positivismo é a crença de que a aplicação de métodos científicos ao estudo do mundo social pode revelar suas verdades funda-



mentais. No caso da criminologia positivista, isso levou a acreditar que a pesquisa empírica pudesse detectar as causas do crime e, por sua vez, oferecer conselhos para a sua erradicação.

### Teorias sociológicas sobre crime e desvio

A velha criminologia positivista esteve sujeita a numerosas críticas por parte de gerações posteriores de estudiosos. Eles defendiam a obrigatoriedade de que qualquer relato satisfatório da natureza do crime fosse sociológico, já que a definição do crime depende das instituições sociais de uma sociedade. Com o tempo, a atenção deslocou-se das explicações individualistas sobre o crime para as teorias que enfatizam o contexto social e cultural no qual ocorre o desvio.

#### Teorias funcionalistas

Para as teorias funcionalistas, o crime e o desvio são resultados de tensões estruturais e de uma falta de regulação social dentro da sociedade. Se as aspirações que têm os indivíduos e os grupos na sociedade não coincidem com as recompensas disponíveis, essa disparidade entre desejos e realizações será sentida nas motivações desviantes de alguns dos seus membros.

#### Crime e anomia: Durkheim e Merton

Como vimos no Capítulo 1, a noção de *anomia* foi primeiramente introduzida por Émile Durkheim, o qual sugeriu que, nas sociedades modernas, as normas e os padrões tradicionais sofrem enfraquecimento, sem serem substituídos. A anomia

existe quando não há padrões claros para guiar o comportamento em determinada área da vida social. Durkheim acreditava que, diante dessas circunstâncias, as pessoas se sentem desorientadas e ansiosas; a anomia é, portanto, um dos fatores sociais que influenciam nas disposições para o suicídio.

Durkheim via o crime e o desvio como fatos sociais; acreditava que ambos fossem elementos inevitáveis e necessários nas sociedades modernas. De acordo com Durkheim, as pessoas da era moderna são menos constrangidas do que aquelas das sociedades tradicionais. Havendo mais espaço para a escolha individual no mundo moderno, é inevitável que haja algum tipo de não-conformidade. Durkheim reconhecia que nenhuma sociedade jamais chegaria a um completo consenso sobre as normas e os valores que a governam.

Segundo Durkheim, o desvio é também necessário para a sociedade, preenchendo duas funções importantes. Primeiramente, o desvio possui uma função *adaptável*. Ao introduzir novas idéias e desafios na sociedade, o desvio age como uma força inovadora, que gera mudanças. Em segundo lugar, o desvio promove a *manutenção da fronteira* entre o "bom" e o "mau" comportamento na sociedade. Um evento criminoso pode provocar uma reação coletiva que aumenta a solidariedade em grupo e esclarece quais são as normas sociais. Por exemplo, os moradores de um bairro que esteja enfrentando um problema com traficantes de drogas podem se unir por causa de um tiroteio relacionado às drogas e se comprometerem a conservar a área como uma zona livre de drogas.

As idéias de Durkheim a respeito do crime e do desvio exerceram influência no sentido de deslocar a atenção das explicações individuais para as forças sociais. Sua noção de anomia foi utilizada pelo sociólogo norte-americano Robert K. Merton, que elaborou uma teoria altamente influente sobre o

### Robert K. Merton: aspirações e recompensas

Para Merton, o desvio é uma resposta natural dos indivíduos às situações em que se encontram. Ele identificou cinco possíveis reações às tensões existentes entre os valores defendidos socialmente e os meios limitados de alcançá-los:

- Os *conformistas* aceitam tanto os valores geralmente defendidos quanto os meios convencionais de realizá-los, quer encontrem ou não a prosperidade. A maioria da população pertence a essa categoria.
- Os *inovadores* continuam a aceitar valores aprovados socialmente, mas utilizam meios ilegítimos ou ilegais para segui-los. Criminosos que obtêm riqueza por meio de atividades ilegais exemplificam esse tipo.
- Os *ritualistas* agem de acordo com padrões socialmente aceitos, embora tenham perdido de vista os valores que es-

tão por trás desses padrões. As regras são seguidas por serem regras, sem ter como objetivo uma finalidade mais ampla, de forma compulsiva. Os *ritualistas* seriam as pessoas que se dedicam a empregos enfadonhos, mesmo que estes não apresentem nenhuma perspectiva de carreira e proporcionem poucas recompensas.

- Os *recolhidos* abandonaram completamente a visão competitiva, rejeitando, assim, tanto os valores dominantes quanto os meios aprovados de alcançá-los. Esses indivíduos, em grande parte, desligam-se da sociedade. Um exemplo seriam os membros de uma comunidade auto-sustentável.
- Os *rebeldes* rejeitam tanto os valores quanto os meios existentes, mas desejam ativamente substituí-los por novos e reconstruir o sistema social. Os membros de grupos políticos radicais pertencem a essa categoria.

desvio, situando a fonte do crime dentro da própria estrutura da sociedade norte-americana (1957).

Merton modificou o conceito de anomia para referir-se à pressão imposta ao comportamento dos indivíduos quando as normas aceitas entram em conflito com a realidade social. Na sociedade norte-americana – e, até certo ponto, em outras sociedades industriais –, os valores geralmente defendidos enfatizam o sucesso material, e acredita-se que os meios de alcançar esse sucesso sejam a autodisciplina e a dedicação ao trabalho. Conseqüentemente, as pessoas que realmente dão duro no trabalho podem prosperar, independentemente de seu ponto de partida na vida. Na verdade, essa não é uma idéia válida, já que à maioria dos desfavorecidos são dadas apenas oportunidades convencionais e limitadas de ascensão, ou nenhuma oportunidade. Além disso, aqueles que não obtêm “sucesso” descobrem-se condenados por sua aparente incapacidade de conseguirem um progresso material. Nessa situação, há uma enorme pressão no sentido de tentar prosperar de qualquer maneira, seja ela legítima ou ilegítima. Logo, segundo Merton, o desvio é um subproduto das desigualdades econômicas e da falta de oportunidades iguais.

Os escritos de Merton dedicaram-se a um dos principais quebra-cabeças do estudo da criminologia: em uma época na qual toda a sociedade está se tornando mais afluente, por que os índices de criminalidade continuam a aumentar? Enfatizando o contraste existente entre as aspirações crescentes e as desigualdades persistentes, Merton aponta para uma noção de *privação relativa* como um importante elemento do comportamento desviante.

### Explicações subculturais

Mais tarde, os pesquisadores situaram o desvio em termos de grupos subculturais que adotam normas que encorajam ou recompensam o comportamento criminoso. Assim como Merton, Albert Cohen observou as contradições existentes dentro da sociedade norte-americana como a principal causa do crime. Porém, enquanto Merton enfatizava as reações desviantes individuais para a tensão entre os valores e os meios, Cohen verificava as reações em ocorrências coletivas através de subculturas. Em *Delinquent Boys* (1955), Cohen defendeu a idéia de que os meninos da classe baixa trabalhadora que estão frustrados com sua situação de vida freqüentemente se unem a **subculturas delinquentes**, como gangues. Essas subculturas rejeitam os valores da classe média, substituindo-os por normas que celebram o desafio, tais como a delinqüência e outros atos de não-conformidade.

Richard A. Cloward e Lloyd E. Ohlin (1960) concordam com Cohen no fato de que a maioria dos jovens delinquentes surge da classe baixa trabalhadora. Porém, afirmam que os meninos que correm maior “risco” são aqueles que, apesar disso, internalizaram valores da classe média, sendo estimulados, com base em sua habilidade, a aspirarem a um futuro de classe média. Quando não conseguem cumprir suas metas, ficam par-

ticularmente predispostos à atividade delinqüente. Em seus estudos sobre gangues formadas por meninos, Cloward e Ohlin descobriram que as gangues delinquentes surgem em comunidades subculturais nas quais as chances de alcançar o sucesso de maneira legítima são pequenas, como entre as minorias étnicas carentes.

### Avaliação

As teorias funcionalistas enfatizam corretamente as conexões entre a conformidade e o desvio em diferentes contextos sociais. A falta de oportunidade para o sucesso em termos de uma sociedade mais ampla é o principal fator que diferencia aqueles que se lançam em um comportamento criminoso daqueles que tomam a direção oposta. Devemos ser cautelosos, contudo, quanto à idéia de que as pessoas que vivem em comunidades mais pobres aspiram ao mesmo nível de sucesso que as pessoas mais ricas. A maioria tende a ajustar suas aspirações ao que percebem ser a realidade de sua situação. Merton, Cohen, Cloward e Ohlin podem ser criticados por presumirem que os valores da classe média tenham sido aceitos por toda a sociedade. Também seria errado supor que uma dessincronização entre aspirações e oportunidades esteja restrita aos menos privilegiados. Existem pressões em direção à atividade criminosa entre outros grupos também, conforme indicam os assim chamados crimes do colarinho-branco de peculato, fraude e evasão fiscal, os quais estudaremos mais tarde.

### Teorias interacionistas

Os sociólogos que estudam o crime e o desvio na tradição interacionista concentram-se no desvio como um fenômeno construído socialmente. Rejeitam a idéia de que haja tipos de conduta que sejam inerentemente “desviantes”. Em vez disso, os interacionistas questionam como os comportamentos vêm a ser inicialmente definidos como desviantes e por que certos grupos, e não outros, são rotulados de desviantes.

### Desvio aprendido: associação diferencial

Um dos primeiros autores a sugerir que o desvio seja aprendido pela interação com os outros foi Edwin H. Sutherland. Em 1949, Sutherland apresentou uma noção que iria influenciar grande parte do trabalho interacionista posterior: ele vinculou o crime ao que chamou de **associação diferencial**. É uma idéia muito simples. Em uma sociedade que contém uma variedade de subculturas, alguns ambientes sociais tendem a estimular atividades ilegais, ao passo que outros não. Os indivíduos tornam-se delinquentes pela associação com pessoas que são portadoras de normas criminais. Na maior parte dos casos, de acordo com Sutherland, o comportamento criminoso é aprendido dentro de grupos primários, especialmente, grupos formados por pessoas de idades ou *status* semelhantes. Essa teoria contrasta com a visão de que diferenças psicológicas separam

criminosos de outras pessoas, entendendo as atividades criminosas como se fossem aprendidas quase da mesma maneira como se aprendem as atividades que estão de acordo com as leis e voltadas às mesmas necessidades e valores. Na busca de dinheiro, os ladrões são exatamente como as pessoas que têm empregos ortodoxos, mas utilizam meios ilegais para isso.

### Teoria da rotulação

Uma das abordagens mais importantes para se compreender a criminalidade chama-se **teoria da rotulação**. Os teóricos da rotulação interpretam o desvio não como um conjunto de características de indivíduos ou de grupos, mas como um *processo* de interação entre desviantes e não-desviantes. Na opinião deles, para entendermos a natureza do desvio propriamente dito, devemos descobrir por que alguns indivíduos acabam recebendo o rótulo de "desviantes".

As pessoas que representam as forças da lei e da ordem, ou que têm a capacidade de impor aos outros suas definições de moralidade convencional, são responsáveis pela maior parte da rotulagem. Os rótulos que criam categorias de desvio expressam, portanto, a estrutura de poder da sociedade. Em geral, as regras em termos das quais se define o desvio são formuladas pelos ricos para os pobres, pelos homens para as mulheres, pelas pessoas mais velhas para as mais jovens e pelas maiorias étnicas para os grupos minoritários. Por exemplo, muitas crianças entram no pátio dos outros, roubam frutas ou matam aulas. Em um bairro rico, essas atitudes podem ser vistas pelos pais, professores e pela polícia como passatempos inocentes da infância. Nas áreas pobres, podem ser consideradas uma evidência de tendências à delinquência juvenil. Uma vez que uma criança é rotulada de delinqüente, ela é estigmatizada como criminosa, sendo provavelmente considerada indigna de confiança por parte de professores e futuros empregadores. Em ambos os casos, os atos são idênticos, mas a eles são atribuídos significados diferentes.

Howard Becker é um dos sociólogos que possui uma ligação mais próxima com a teoria da rotulação. Sua preocupação consistiu em demonstrar como as identidades desviantes são criadas através da rotulação, e não através de motivações ou de comportamentos desviantes. De acordo com Becker, "o comportamento desviante é o comportamento assim rotulado pelas pessoas". Ele foi um crítico veemente das abordagens criminológicas que alegavam haver uma divisão clara entre "o normal" e "o desviante". Para Becker, o comportamento desviante não é o fator determinante no tornar-se "desviante". Há, sim, processos que não estão relacionados ao comportamento propriamente dito, mas que exercem grande influência ao se rotular ou não uma pessoa de desviante. As roupas, o modo de falar ou o país de origem seriam os fatores-chave a determinarem a aplicação, ou não, do rótulo de desviante.

A teoria da rotulação veio a ser associada aos estudos de Becker sobre os fumantes de maconha (1963). No início da década de 1960, fumar maconha era uma atividade marginal dentro de subculturas, diferentemente da escolha de estilo de vida

que representa hoje em dia. Becker descobriu que se tornar um fumante de maconha dependia de o indivíduo ser aceito dentro da subcultura, da ligação próxima com usuários experientes e de suas atitudes em relação aos não-usuários.

A rotulação não afeta apenas a maneira como os outros vêem um indivíduo, mas também influencia o sentido individual do eu. Edwin Lemert (1972) apresentou um modelo para a compreensão de como o desvio tanto pode coexistir como pode tornar-se central para a identidade de alguém. Lemert defendeu a idéia de que, ao contrário do que podemos pensar, o desvio é, na verdade, algo bastante trivial, e as pessoas, em geral, saem impunes dele! Por exemplo, alguns atos desviantes, como as infrações de trânsito, raramente são descobertos, e a outros, como um pequeno furto no ambiente de trabalho, faz-se, com freqüência, "vista grossa". O ato de transgressão inicial foi denominado por Lemert **desvio primário**. Na maioria dos casos, tais atos permanecem "marginais" para a auto-identidade da pessoa - ocorrendo um processo pelo qual o ato desviante é *normalizado*. Em alguns casos, entretanto, a normalização não ocorre, e a pessoa é rotulada de criminosa ou delinqüente. Lemert empregou o termo **desvio secundário** para descrever os casos em que os indivíduos acabam aceitando o rótulo, exergando-se como desviantes. Nesses exemplos, o rótulo pode se tornar central para a identidade da pessoa, levando a uma continuação ou intensificação do comportamento desviante.

Tome, por exemplo, o que aconteceu com Luke, que despedaçou uma vitrine de loja ao sair pela cidade, em um sábado à noite, com amigos. O ato pode, talvez, ser chamado de resultado accidental de um comportamento excessivamente turbulento, uma característica justificável em um rapaz. É possível que Luke seja libertado com uma repreensão e uma pequena multa. Se ele pertencer a um ambiente respiciável, esse é um resultado provável. E a destruição da vitrine fica em um nível de desvio primário se o jovem for visto como alguém de bom caráter, que, nessa ocasião, se tornou muito desordeiro. Se, por outro lado, a polícia e o tribunal suspendem a sentença e fazem Luke se apresentar a um assistente social, o incidente pode tornar-se o primeiro passo no caminho em direção ao desvio secundário. O processo de "aprender a ser desviante" tende a ganhar destaque das mesmas organizações que são supostamente instituídas para corrigir o comportamento desviante - prisões e organismos sociais.

### Avaliação

A teoria da rotulação é importante pois parte da suposição de que nenhum ato é intrinsecamente criminoso. As definições sobre criminalidade são estabelecidas pelos poderosos, com a formulação de leis e a interpretação destas pela polícia, pelos tribunais e pelas instituições correccionais. Os críticos da teoria da rotulação às vezes argumentam que há determinados atos que são proibidos de forma consistente em praticamente todas as culturas - como o assassinato, o estupro e o assalto. Essa visão é certamente incorreta: na Grã-Bretanha, por exemplo, matar nem sempre é considerado assassinato. Em tempos de guerra, matar o inimigo é absolutamente aceito e, até pouco tempo,

## A amplificação do desvio

Leslie Wilkins (1964) interessava-se pelas implicações de "controlar" uma identidade desviante e integrá-la à vida diária do indivíduo, sugerindo que o resultado desse processo é, muitas vezes, a **amplificação do desvio**. Essa ideia refere-se às consequências involuntárias que podem resultar quando, ao se rotular um comportamento como desviante, um organismo de controle na verdade incita esse mesmo comportamento desviante a se apresentar com maior intensidade. Caso a pessoa rotulada incorpore o rótulo em sua identidade, por meio do desvio secundário, é provável que tal atitude venha a provocar mais reações dos organismos de controle. Em outras palavras, o próprio comportamento visto como indesejável ganha predominância, e aqueles que foram rotulados de desviantes resistem ainda mais a mudanças.

Os efeitos gerais da amplificação do desvio foram ilustrados em um trabalho importante de Stanley Cohen, chamado *Folk Devils and Moral Panics* (1980). Nesse estudo

clássico, Cohen examinou como as tentativas da polícia de controlar certas subculturas de jovens durante a década de 1960 — os chamados *Mods* e *Rockers* — somente conseguiram atrair mais atenção para eles, tornando-os mais populares entre os jovens. O processo de rotular um grupo de pessoas como forasteiras e desordeiras — em uma tentativa de controlá-las — foi um tiro que saiu pela culatra, chegando a criar maiores problemas para o cumprimento da lei. A cobertura excessiva e sensacionalista da mídia sobre os *Mods* e os *Rockers* levou a um **pânico moral** — termo utilizado pelos sociólogos para descrever uma reação exagerada, inspirada na mídia, em relação a determinado grupo ou tipo de comportamento. O pânico moral normalmente surge em torno de questões públicas tomadas como sintomáticas de uma desordem social geral; e tem aparecido recentemente em temas como crimes praticados por jovens e "falsos" pedidos de asilo.

as leis na Grã-Bretanha não reconheciam a relação sexual forçada de um marido com sua esposa como estupro.

Podemos criticar a teoria da rotulação de maneira mais convincente por outras razões. Primeira, ao enfatizar o processo ativo de rotular, os teóricos da rotulação desprezam os processos que levam a atos delinidos como desviantes. Rotular determinadas atividades como desviantes não é, pois, completamente arbitrário; diferenças na socialização, nas atitudes e nas oportunidades influenciam o quanto as pessoas se envolvem em comportamentos que provavelmente serão rotulados de desviantes. Por exemplo, é mais provável que crianças provenientes de ambientes carentes roubem em lojas do que crianças ricas. Nem é tanto a rotulação que as leva a cometerem o primeiro roubo, mas o meio do qual elas provêm.

Quanto à segunda razão, não está claro se a rotulação de fato tem o efeito de reforçar a conduta desviante. O comportamento delinquentes tende a se intensificar após uma condenação, mas seria isso resultado da própria rotulação? Pode haver outros fatores em questão, como o aumento da interação com outros delinquentes ou a descoberta de novas oportunidades criminais.

### Teorias de conflito: "a nova criminologia"

A publicação de *The New Criminology*, de Taylor, Walton e Young, em 1973, marcou uma importante ruptura com as antigas teorias de desvio. Utilizando elementos do pensamento marxista, seus autores afirmaram que o desvio é uma escolha deliberada e, frequentemente, de natureza política, rejeitando a ideia de que o desvio seja "determinado" por fatores como a biologia, a personalidade, a anomia, a desorganização social ou rótulos. Em

lugar disso, defenderam a noção de que o comportamento desviante é uma escolha ativa dos indivíduos em resposta às desigualdades do sistema capitalista. Logo, membros de grupos de contracultura considerados "desviantes" — como partidários do Poder Negro ou de movimentos de liberação gay — dedicaram-se a atos distintamente políticos que desafiam a ordem social. Os teóricos da **nova criminologia** formularam sua análise sobre crime e desvio em termos da estrutura da sociedade e da preservação do poder entre a classe dominante.

A perspectiva geral divulgada em *The New Criminology* foi desenvolvida em direções específicas por outros estudiosos. Stuart Hall e outros do Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies conduziram um importante estudo sobre um fenômeno que atraiu uma atenção enorme no início da década de 1970, na Grã-Bretanha — o crime do "assalto". O destaque dado a diversos assaltos, que receberam ampla publicidade, estimulou a difusão de uma preocupação popular quanto à explosão dos crimes de rua. Os assaltantes eram opressivamente retratados como negros, contribuindo com a visão de que os imigrantes fossem os principais responsáveis pelo colapso da sociedade. Em *Policing the Crisis* (1978), Hall e seus colegas afirmaram que o pânico moral em relação aos assaltantes foi estimulado pelo Estado e pela mídia como forma de desviar a atenção do aumento do desemprego, da diminuição dos salários e de outras falhas estruturais profundas existentes na sociedade.

Por volta da mesma época, outros criminologistas examinaram a formação e o emprego das leis na sociedade, sustentando que as leis são instrumentos utilizados pelos poderosos para manter suas próprias posições privilegiadas. Rejeitaram a ideia de "neutralidade" das leis e de sua aplicação uniforme à população. Em vez disso, afirmaram que, à medida que as desigualda-



des aumentam entre a classe dominante e a classe trabalhadora, a lei se torna um instrumento cada vez mais importante para que os poderosos mantenham a ordem. Essa dinâmica pode ser percebida nas operações do sistema de justiça criminal, que demonstrou um aumento progressivo na opressão aos "transgressores" pertencentes à classe trabalhadora; ou na legislação fiscal, que favoreceu desproporcionalmente os ricos. Esse desequilíbrio no poder, contudo, não se restringe à elaboração das leis. Os poderosos também infringem as leis, afirmam os estudiosos, porém raramente são presos. Esses crimes, em conjunto, são bem mais significativos do que o crime e a delinquência diários, que atraem maior atenção. Porém, temendo as implicações da perseguição aos criminosos do "colarinho-branco", a lei é cumprida concentrando seus esforços em membros menos poderosos da sociedade, tais como prostitutas, usuários de drogas e ladrões insignificantes (Pearce, 1976; Chambliss, 1978).

Esses e outros estudos associados à "nova criminologia" foram importantes no sentido de ampliar o debate a respeito do crime e do desvio para incluir questões sobre justiça social, poder e política. Enfatizaram que o crime ocorre em todos os níveis da sociedade, devendo ser entendido no contexto das desigualdades e dos interesses concorrentes entre os grupos sociais.

### *Novo Realismo de Esquerda*

Na década de 1980, surge uma nova tendência da criminologia, conhecida como **Novo Realismo de Esquerda**, que aproveita algumas das idéias do neo-marxismo dos novos criminologistas, discutidos acima, mas que se distancia dos "idealistas de esquerda", vistos como romantizadores do desvio e subestimadores do medo que a população realmente sentia do crime. Durante muito tempo, vários criminologistas tenderam a minimizar a importância dos aumentos dos índices de criminalidade oficiais. Procuravam demonstrar que a mídia criava uma inquietação pública desnecessária em relação ao assunto, ou afirmavam que a maioria dos crimes consistia em uma forma distorcida de protesto contra a desigualdade. O Novo Realismo de Esquerda afastou-se dessa posição, enfatizando a noção de que os aumentos na criminalidade *haviam* de fato ocorrido, e de que o público tinha razão em ficar preocupado. Os Novos Realistas de Esquerda sustentaram que a criminologia precisava envolver-se mais com as verdadeiras questões do controle da criminalidade e da política social, em vez de debater-las de maneira abstrata (Lea e Young, 1984; Matthews e Young, 1986).

O Novo Realismo de Esquerda atraiu a atenção para as vítimas do crime, argumentando que os levantamentos das vítimas (veja a p. 183) oferecem uma imagem mais convincente da extensão do crime do que as estatísticas oficiais (Evans, 1992). Esses levantamentos revelaram que o crime era um problema sério, particularmente em áreas urbanas decadentes e empobrecidas. Os Novos Realistas de Esquerda apontaram que os índices de criminalidade e de vitimização estavam concentrados em bairros marginalizados – os grupos carentes da sociedade corriam um risco bem maior do que outros grupos. A abordagem utiliza as idéias de Merton, Cloward e Ohlin, além de outros teóricos, para sugerir que, nas áreas urbanas

decadentes, desenvolvem-se as subculturas criminosas, as quais não se originam da pobreza propriamente dita, mas sim do fato de serem excluídas da comunidade em um sentido mais amplo. Grupos criminalizados formados por jovens, por exemplo, operam à margem da "sociedade respeitável", opondo-se a esta. O fato de que os índices dos crimes executados por negros têm aumentado nos últimos anos é atribuído ao fracasso das políticas de integração racial.

Para tratar dessas tendências do crime, os Novos Realistas de Esquerda apresentaram propostas "realistas" para mudanças em procedimentos de policiamento. Afirmou-se que o cumprimento da lei precisa corresponder mais às comunidades, em vez de confiar nas técnicas de "policiamento militar" que alienam o apoio público. Os Novos Realistas de Esquerda propuseram um "policiamento mútuo", por meio do qual as autoridades de polícia eleitas em nível local se responsabilizariam pelos cidadãos, que teriam mais voz ativa para determinar as prioridades relativas ao policiamento de sua área. Além do mais, ao despendendo mais tempo investigando e desvendando crimes, e menos executando os trabalhos de rotina ou administrativos, a polícia consegue reconquistar a confiança das comunidades locais. No geral, o Novo Realismo de Esquerda representa uma abordagem mais pragmática e voltada para políticas do que muitas das perspectivas criminológicas que o antecederam.

Os críticos do Novo Realismo de Esquerda accitam a importância da ênfase sobre a vitimização. Entretanto, eles chamam a atenção para o fato de que as percepções públicas do crime normalmente se baseiam em estereótipos. Involuntariamente, o Novo Realismo de Esquerda pode contribuir para o estereótipo: negro = criminoso. A abordagem também foi criticada por deslocar muito a atenção para as vítimas. É necessário que se explorem as experiências das vítimas e dos transgressores. Ao concentrar-se nas vítimas, o Novo Realismo de Esquerda não presta a devida atenção aos motivos que se escondem atrás do comportamento criminoso (G. Hughes, 1991).

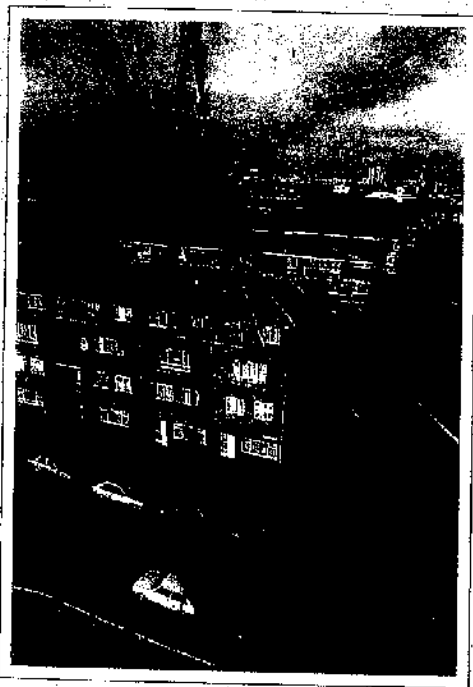
### **Teorias de controle**

A **teoria de controle** postula que o crime ocorre como resultado de um desequilíbrio entre os impulsos em direção à atividade criminosa e os controles sociais ou físicos que a detém. Interessa-se menos pelas motivações que os indivíduos possuem para executar os crimes; supõe, em lugar disso, que as pessoas agem racionalmente e que, dada a oportunidade, qualquer um se envolveria em atos desviantes. Afirma-se que muitos tipos de crime são um resultado de "decisões situacionais" – uma pessoa vê uma oportunidade e é motivada para agir.

Um dos mais conhecidos teóricos de controle, Travis Hirschi, afirmou que os humanos são seres fundamentalmente egoístas que tomam decisões calculadas de envolver-se ou não em uma atividade criminosa, avaliando os benefícios e os riscos potenciais dessa atitude. Em *Causes of Delinquency* (1969), Hirschi declarou haver quatro tipos deelos que ligam as pessoas à sociedade e ao comportamento que obedece à lei:

## A teoria das "janelas quebradas"

A teoria de controle está relacionada a uma abordagem influente do policiamento, comumente chamada de **teoria das janelas quebradas**. Divulgada há aproximadamente duas décadas (Wilson e Kelling, 1982), a teoria sugere que há uma conexão direta entre a aparência de desordem e o crime efetivo. Se uma única janela for deixada quebrada em um bairro, aos transgressores potenciais fica a mensagem de que nem a polícia nem os residentes do local estão empenhados na conservação da comunidade. Com o tempo, a janela quebrada serão acrescentados outros sinais de desordem — grafite, lixo, vandalismo e veículos abandonados. A área entrará em um processo gradual de decadên-



cia, no qual residentes "respeitáveis" procurarão deixá-la, sendo substituídos por "desviantes" recém-chegados, como traficantes de drogas, sem-teto e pessoas em liberdade condicional.

A teoria das janelas quebradas serviu como base para o assim chamado **policiamento de tolerância zero**, uma abordagem que enfatiza o processo contínuo de manutenção da ordem como a chave para a redução de crimes sérios. O policiamento de tolerância zero tem por alvo pequenos crimes e formas de conduta que perturbem a paz, como o vandalismo, a vadiagem, a abordagem de pessoas para pedido de dinheiro e a embriaguez em público. Acredita-se que as sanções severas da polícia contra o desvio de menor escala produzam um efeito positivo na redução de formas mais sérias de crime. O policiamento de tolerância zero foi amplamente introduzido em grandes cidades norte-americanas, dando prosseguimento a seu aparente sucesso na cidade de Nova York. Partindo de uma campanha agressiva para restituir a ordem ao metrô da cidade, o Departamento de Polícia de Nova York expandiu sua abordagem de tolerância zero para as ruas, estendendo as restrições a mendigos, sem-teto, vendedores de rua e donos de livrarias e de clubes que lidam com pornografia. Não apenas houve um declínio dramático dos índices de crimes comuns (como assaltos e roubos), mas o índice de homicídios atingiu seu nível mais baixo em quase um século (Kelling e Coles, 1997).

Uma falha importante da teoria das "janelas quebradas", contudo, é deixar a critério dos policiais a identificação da "desordem social" da forma que estes desejarem. Sem uma definição sistemática de desordem, a polícia está autorizada a enxergar praticamente qualquer problema como um sinal de desordem e qualquer pessoa como uma ameaça. De fato, com a diminuição no número de crimes ao longo da década de 1990, na cidade de Nova York, a quantidade de denúncias contra a polícia, por abuso e importunação, aumentou, especialmente de rapazes negros urbanos que se encaixam no "perfil" de criminoso potencial.

apego, compromisso, envolvimento e crença. Quando são suficientemente fortes, esses elementos auxiliam a manter o controle social e a conformidade, fazendo com que as pessoas *não estejam livres* para desobedecer às regras. Porém, se esses elos com a sociedade forem fracos, o resultado pode ser a delinquência e o desvio. A abordagem de Hirschi sugere que os delinquentes são, em geral, indivíduos cujos baixos níveis de autocontrole são uma consequência de uma socialização inadequada em casa ou na escola (Gottfredson e Hirschi, 1990).

Para alguns teóricos de controle, o crescimento do crime é um efeito do aumento do número de oportunidades e alvos para o crime na sociedade moderna. À medida que a população enriquece, e o consumismo assume um papel mais central na vida das pessoas, artigos como televisores, equipamentos de vídeo, computadores, carros e roupas desenhadas por estilistas — alvos favoritos dos ladrões — estão em posse de um número crescente de pessoas. As residências têm ficado cada vez mais vazias durante o dia à medida que cresce o número de mulheres que as-

sumam empregos fora de casa. "Transgressores motivados" interessados em cometer crimes podem escolher entre uma ampla variedade de "alvos convenientes".

Em resposta a essas mudanças, nos últimos anos, muitas abordagens oficiais de prevenção do crime têm se concentrado em limitar as oportunidades de crimes ocorrerem. Nessas políticas, a idéia central é a do **endurecimento em relação ao alvo** — dificultando a ocorrência de crimes através da intervenção direta em situações potenciais de crime. Por exemplo, leis que exigem tranças de volante em todos os carros novos destinam-se a reduzir as oportunidades dos ladrões de carro. Em algumas áreas, os telefones públicos são instalados com cabines mais fortes para impedir a ação de vândalos. A instalação de sistemas de circuito fechado de televisão (CFTV) nos centros das cidades e em espaços públicos é outra tentativa de deter a atividade criminosa. Os teóricos de controle defendem que, em vez de mudar o criminoso, a melhor política é aquela que adota medidas práticas para controlar a habilidade do criminoso de cometer crimes.

Recentemente, as técnicas de endurecimento em relação ao alvo e o policiamento de tolerância zero ganharam a simpatia de políticos e parecem ter conseguido reduzir o crime em alguns contextos; porém, críticas a essa abordagem também podem ser feitas. O endurecimento em relação ao alvo e o policiamento de tolerância zero não se dedicam às causas subjacentes do crime, mas visam a proteger e a defender certos elementos da sociedade de seu alcance. A crescente popularidade dos serviços de segurança privados, dos alarmes para carros, dos alarmes para casas, dos cães de guarda e das comunidades gradeadas leva algumas pessoas a acreditar que vivemos em uma "sociedade blindada", na qual segmentos da sociedade sentem-se obrigados a defender-se de outros. Essa tendência ocorre não apenas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, com o aumento da distância que separa os mais ricos dos mais carentes, mas é particularmente visível em países como a antiga União Soviética, a África do Sul e o Brasil, onde surgiu uma "mentalidade de fortaleza" entre os privilegiados.

Essas políticas trazem outra consequência impensada: à medida que os alvos populares para o crime sofrem um "endurecimento", os padrões criminais podem simplesmente deslocar-se de um domínio para outro. Por exemplo, as tranças de volante obrigatórias para todos os carros novos no Reino Unido não foram exigidas para os carros mais velhos. O resultado foi uma mudança no padrão dos roubos de carro: dos modelos novos para os mais antigos. As abordagens de endurecimento em relação ao alvo e de tolerância zero correm o risco de deslocar os delitos criminais de áreas com maior proteção para outras mais vulneráveis. É bem possível que os bairros pobres ou aqueles onde haja falta de coesão social sofram um aumento da criminalidade e da delinqüência à medida que regiões afluentes reforcem suas defesas.

### Conclusões teóricas

O que deveríamos concluir a partir desse levantamento das teorias sobre o crime? Em primeiro lugar, é necessário lembrar um

ponto explicado anteriormente: mesmo que o crime represente somente uma subcategoria do comportamento desviante como um todo, ele abrange tamanha variedade de formas de atividade — desde o furto de uma barra de chocolate em uma loja, até assassinatos em massa —, que é improvável que pudéssemos elaborar uma única teoria que explicasse todas as formas de conduta criminosa.

As contribuições das teorias sociológicas sobre o crime compõem-se de duas partes. Em primeiro lugar, essas teorias enfatizam corretamente as conexões existentes entre o comportamento criminoso e o "respeitável". Os contextos nos quais tipos específicos de atividade são vistos como criminosos e passíveis de punição por lei variam enormemente, o que, é quase certo, esteja relacionado a questões de poder e desigualdade dentro da sociedade. Em segundo lugar, todos concordam com a importância do contexto nas atividades criminosas. O fato de alguém lançar-se em um ato criminoso, ou vir a ser considerado um criminoso, está fundamentalmente influenciado pela aprendizagem e pelo ambiente social.

Apesar de suas deficiências, a teoria da rotulação talvez seja a abordagem mais amplamente empregada para o entendimento do crime e do comportamento desviante. Essa teoria nos sensibiliza para as formas pelas quais algumas atividades vêm a ser definidas como puníveis em lei e para as relações de poder que constituem tais definições, bem como para as circunstâncias em que determinados indivíduos se desentendem com a lei.

A maneira de entender o crime afeta diretamente as políticas desenvolvidas para combatê-lo. Por exemplo, se o crime for visto como produto da privação ou da desorganização social, as políticas podem ser direcionadas à redução da pobreza e ao fortalecimento dos serviços sociais. Se a criminalidade for vista como voluntarista, ou de livre escolha dos indivíduos, as tentativas de se opor a ela ganharão um contorno diferente. Vamos agora examinar tendências de crime recentes no Reino Unido e considerar algumas das reações que estas provocaram em termos de políticas.

### Padrões do crime no Reino Unido

Desde a década de 1950, há um aumento constante nos índices de crimes registrados no Reino Unido. Entre a população, aumentou a percepção de que, com o passar do tempo, o crime tornou-se mais freqüente e sério. Se houve um tempo em que o crime era visto como algo marginal ou excepcional, durante as últimas cinco décadas este tornou-se uma preocupação mais proeminente na vida de muitas pessoas. Levantamentos demonstram que, hoje em dia, as pessoas têm muito mais medo do crime do que antigamente, sofrendo níveis cada vez mais intensos de ansiedade em relação a saírem de casa após escurecer, a terem sua casa arrombada e a serem vítimas de violência.

Qual é o verdadeiro volume da criminalidade, e até que ponto a população está vulnerável a ela? O que pode ser feito no sentido de refrear o crescimento aparentemente explosivo dos crimes? Essas questões têm sido extremamente debatidas, há várias décadas, com o aumento do ultraje público, da cober-

tura sobre o crime, feita pela mídia, e com a promessa de governos sucessivos de "agir com dureza contra o crime". Porém, as atividades de desvendar a natureza e a distribuição do crime, sem falar na elaboração de políticas para enfrentá-lo, provam estar longe de serem simples.

### O crime e as estatísticas relacionadas ao crime

Para determinar a extensão do crime e as formas mais comuns de delito criminal, podemos iniciar dando uma olhada nas estatísticas oficiais relacionadas ao crime. Como são publicadas com regularidade, aparentemente, não haveria dificuldades em avaliar os índices de criminalidade – porém, essa é uma suposição bastante incometa. De todos os números oficialmente publicados sobre questões sociais, as estatísticas sobre o crime e a delinqüência são, provavelmente, as menos confiáveis. Muitos criminologistas enfatizam que não podemos tomar as estatísticas oficiais pelo seu valor declarado, mas devemos, sim, prestar atenção ao modo como elas foram produzidas.

A limitação mais básica das estatísticas oficiais relacionadas ao crime diz respeito ao fato de elas apenas incluírem crimes efetivamente registrados pela polícia. Existe uma longa série de decisões problemáticas entre um possível crime e seu registro pela polícia. A maioria dos crimes, especialmente pequenos furtos, nunca são denunciados (veja a Tabela 8.1). Mesmo no caso de crimes violentos, mais de um terço das vítimas prefere não contatar a polícia, alegando se tratar de assunto particular, ou de algo que resolveram sozinhos (HMSO, 1999).

Dos crimes que realmente chegam ao conhecimento da polícia, muitos não estão registrados nas estatísticas. O *British Crime Survey* (Levantamento Britânico sobre o Crime), de 1998, mostrou que, em 1997, foram registrados pouco mais da metade de todos os crimes denunciados para a polícia na Inglaterra e no País de Gales. Isso pode ocorrer por diversas razões: é possível que haja um ceticismo, por parte da polícia, quanto à validade de algumas informações sobre pretensos crimes que chegam até eles, ou que a vítima não deseje apresentar uma queixa formal. Como efeito geral da denúncia parcial e do registro parcial de crimes, as estatísticas oficiais relacionadas ao crime refletem apenas uma parte de todos os delitos criminais (veja a Tabela 8.2). Os delitos não-englobados pelas estatísticas oficiais são referidos como "números obscuros" do crime não-registrado.

Até nos *British Crime Surveys* (BCSs), dos anos 1982 e 1984, não havia nenhuma estimativa oficial sobre o crime não-registrado no Reino Unido. Desde então, os resultados desses levantamentos têm sido importantes para demonstrar a discrepância existente entre as estatísticas oficiais e a experiência que as pessoas de fato têm com o crime. Ao entrevistar pessoas para descobrir se teriam sido vítimas de algum crime durante o ano anterior, os levantamentos revelaram que o percentual da população que havia sido vítima de crimes era bem mais alto do que se pensara anteriormente. Esses tipos de levantamentos são conhecidos como estudos de vitimização. Embora sejam

**Tabela 8.1** Motivos que levam alguém a não denunciar o crime à polícia, Inglaterra e País de Gales, 1997

Muito banal/não houve perdas	44
A polícia não poderia fazer nada	33
A polícia não se interessaria	22
Resolvemos o problema sozinhos	11
A denúncia era inconveniente	4
Temor de represálias	3
Denúncia feita a outras autoridades	2
Temem/não gostam da polícia	-
Outros	5

Os motivos são apresentados como um percentual das pessoas que foram vítimas de crime e não o denunciaram à polícia. Mais de uma razão podia ser mencionada. Fontes: British Crime Survey, Home Office. Extraído de *Social Trends*, 29 (1999), p. 156. Crown Copyright.

indicadores valiosos, os dados dos estudos de vitimização devem ser tratados com cautela. Em alguns casos, como o da violência doméstica, a própria metodologia do estudo pode resultar em uma denúncia incompleta considerável. Os BCSs são realizados por meio de entrevistas na casa dos entrevistados, sendo bem provável que uma vítima de violência doméstica não denunciou incidentes violentos na presença do agressor.

Para descobrir os verdadeiros índices de criminalidade, não podemos simplesmente somar os crimes não-registrados com o índice policial oficial, pois as práticas das forças policiais locais na informação de crimes variam. Algumas informam menos crimes do que outras, ou por ineficiência ou porque assim seu registro de prisões terá um aspecto melhor. Na Grã-Bretanha, o governo controla um *General Household Survey* (Levantamento Doméstico Geral) regular, colhendo amostras de lares em nível nacional. Nos anos de 1972, 1973, 1979 e 1980, o levantamento incluiu uma questão sobre arrombamento. Às famílias, pediu-se que mencionassem qualquer arrombamento que tivesse ocorrido nos 12 meses anteriores à entrevista. O levantamento de 1981 concluiu que não houve praticamente nenhuma alteração na incidência de arrombamentos entre 1972 e 1980; no entanto, durante esse período, com base nos crimes denunciados à polícia, as estatísticas oficiais britânicas relacionadas ao crime mostravam um crescimento de 50% (Bottomley e Pease, 1986, p. 22-3). A aparente elevação

**Tabela 8.2** Proporções de crimes cometidos que são denunciados e registrados, Inglaterra e País de Gales

	Denunciados à polícia	Registrados pela polícia
1981	36	22
1991	49	30
1993	47	26
1995	46	23
1997	44	24

Fontes: British Crime Survey, Home Office. Extraído de *Social Trends*, 29 (1999), p. 152.

provavelmente teve sua origem no aumento da consciência pública em relação ao crime, que levou a um maior número de denúncias, acrescido de modos mais eficazes de coleta de dados pela polícia. Naquela época, crescia o número de lares cobertos por apólices de seguro doméstico - outro fator que pode ter afetado as denúncias.

Conforme as estatísticas dos crimes denunciados à polícia constatarem, os índices de criminalidade no Reino Unido têm apresentado um crescimento mais ou menos contínuo por bem mais de meio século. Antes da década de 1920, havia menos de 100 mil delitos registrados a cada ano na Inglaterra e no País de Gales. Até 1950, esse número chegou a 500 mil e, até 1992, 5,6 milhões. Depois disso, o número de delitos caiu ligeiramente para 4,5 milhões em 1998. Assim, atualmente, a polícia registra mais de 8 delitos anuais para cada 100 pessoas. A Irlanda do Norte pode ser associada a um alto nível de violência terrorista, mas o nível total de criminalidade lá, nas estatísticas da polícia, está bem abaixo do encontrado na Inglaterra e no País de Gales: apenas 4 delitos registrados para cada 100 pessoas (veja a Figura 8.1).

É importante notar que há diferenças nos índices de crescimento e de declínio para diversos tipos de delito. A Figura 8.2 mostra a face inconstante do crime na Grã-Bretanha durante a década de 1990. Os dados do *British Crime Survey* sugerem que, na década de 1980, os crimes relacionados à propriedade tiveram uma elevação de até 95%, ao passo que a violência contra o indivíduo aumentou até 21%. Na década de 1990, os crimes relacionados à propriedade - de longe a maior categoria de crimes - começaram a diminuir. Entre 1991 e 1997, por exemplo, os arrombamentos na Inglaterra e no País de Gales caíram até 17%, e o roubo e os negócios envolvendo mercadorias roubadas diminuíram até 22%. Nesse período, a fraude e a falsificação caíram até 23%, mas aumentaram de repente em 1998-1999 devido, em

grande parte, ao crescimento dos crimes relacionados à internet (veja "Cibercrime", p. 196). Em 1998, os crimes violentos, que apresentaram uma disparada ao longo das duas décadas anteriores, mostraram seu primeiro declínio em vários anos.

Não há consenso quanto à recente queda nas estatísticas relacionadas ao crime, nem é possível definir se esta reflete uma verdadeira diminuição do volume de delitos criminais ou simplesmente um fenômeno de registro. Pode ser que os "números ocultos" dos crimes não-registrados estejam, de fato, em crescimento, visto que as pessoas preferem não denunciar crimes relacionados à propriedade, por exemplo, com medo de um aumento no valor do seguro. O crescimento contínuo dos índices de criminalidade desde a metade do século XX faz com que algumas pessoas questionem se o recente declínio não é simplesmente uma aberração.

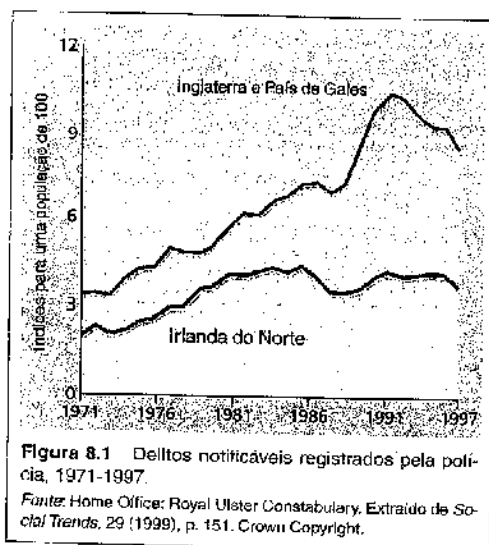
### As estratégias de redução do crime na sociedade de risco

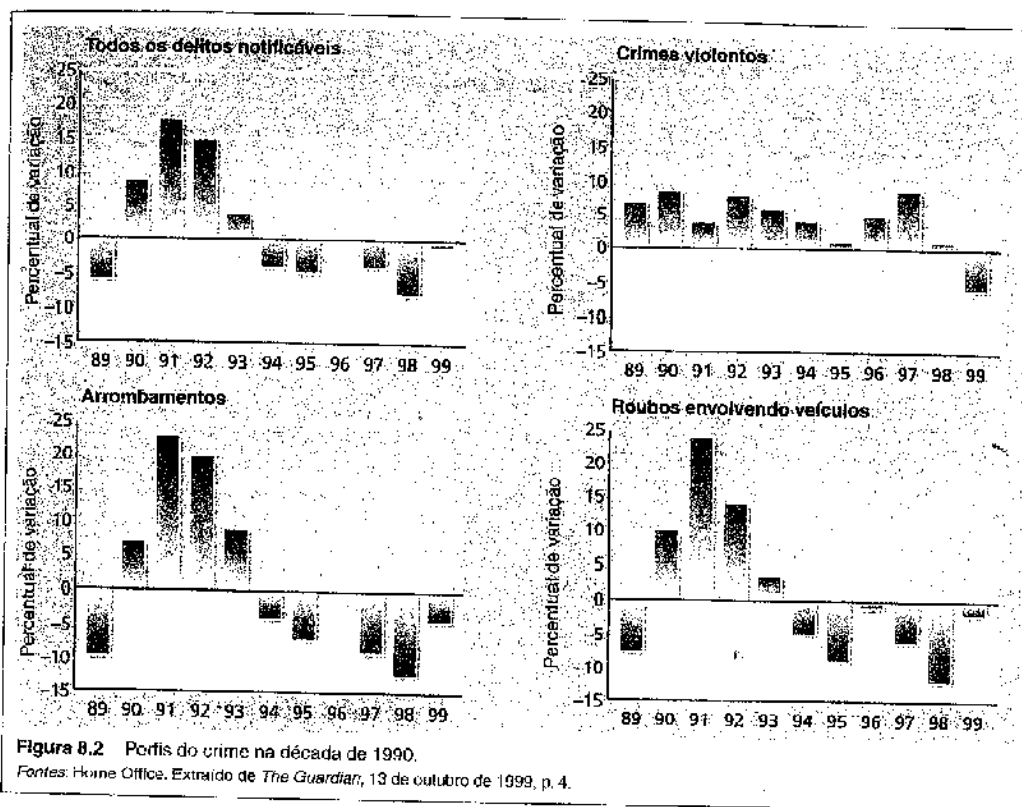
Apesar do quadro enganador que as estatísticas oficiais apresentam, quando as tomamos juntamente com os dados extraídos dos levantamentos de vitimização, fica claro que os delitos criminais estão assumindo um papel mais proeminente na sociedade britânica. Além disso, os cidadãos *vêm-se* correndo um risco bem maior de serem vítimas do crime do que no passado. Aqueles que residem em áreas urbanas decadentes têm mais motivos para estarem preocupados com o crime do que as pessoas que moram em outros locais (veja a Tabela 8.3). Em 1998, o *British Crime Survey* elaborou, pela primeira vez, uma "tabela de risco" para determinados crimes, indicando quais segmentos da população correm um risco maior (veja a Figura 8.3).

Diante do grande número de mudanças e incertezas do mundo que nos cerca, estamos todos envolvidos em um processo constante de controle de riscos. O crime é um dos riscos mais óbvios que as pessoas enfrentam no fim da era moderna. Contudo, não são apenas os indivíduos que foram apanhados pela existência do controle do risco: os governos atualmente deparam-se com sociedades que parecem mais perigosas e incertas do que jamais o foram. Uma das tarefas centrais da política social nos estados modernos é controlar o crime e a delinqüência. Porém, se houve um tempo em que os estados buscavam garantir a segurança a seus cidadãos, as políticas estão cada vez mais voltadas ao "controle" da insegurança.

### Reações políticas ao crime

As ascensões ao poder de Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, há duas décadas, ocasionaram vigorosas abordagens de "lei e ordem" para o crime nesses dois países. O aumento do crime e da delinqüência estava relacionado à degeneração moral, ao declínio da família e ao desgaste dos valores tradicionais. Os debates públicos e a exten-





sa cobertura da mídia estiveram centralizados na crise da violência e da ilegalidade que ameaçava dominar a sociedade. O desvio era retratado como uma patologia individual – como um conjunto de comportamentos ilegais ativamente escolhidos e perpetrados por indivíduos com falta de autocontrole e de um senso de moralidade. Em resposta à visível escalada da ilegalidade e do temor da população em relação ao crime, os governos conservadores começaram a intensificar as atividades de cumprimento à lei. Os poderes da polícia foram ampliados, os fundos para o sistema de justiça criminal expandidos, e deu-se cada vez mais credibilidade às sentenças longas de prisão como o meio de intimidação mais eficaz contra a criminalidade.

A prevenção “situacional” do crime – como o endurecimento em relação ao alvo e os sistemas de vigilância – constitui uma abordagem popular para “controlar” o risco de crime. As técnicas citadas são, frequentemente, preferidas por aqueles que definem as políticas, pois são relativamente simples de serem introduzidas, ao lado dos métodos de policiamento existentes e por tranquilizarem os cidadãos, dando a impressão de que uma ação decisiva contra o crime está sendo realizada. No entanto, como essas técnicas não atacam as causas subjacentes do crime – como as desigualdades sociais, o desemprego e a pobreza –, seu maior sucesso está em proteger certos segmentos da população contra o crime e transferir a delinquência para outras regiões.

Uma forma de ilustrar essa dinâmica pode ser percebida na exclusão física de determinadas categorias de pessoas dos espaços comuns, na tentativa de reduzir o crime e o visível risco de crime. Em resposta à sensação de insegurança presente entre população em geral, os espaços públicos na sociedade – bibliotecas, parques e até mesmo as esquinas – estão se transformando, cada vez mais, em “bolhas de segurança”. Práticas de controle de riscos, como o monitoramento da polícia, os grupos de segurança privados e os sistemas de vigilância visam proteger o público contra riscos potenciais. Nos *shopping centers*, por exemplo, as medidas de segurança ganham maior proeminência, como parte de um “acordo contratual” entre empresas e consumidores. Com o intuito de atrair e manterem uma base de fregueses, as empresas devem garantir a segurança e o conforto de seus clientes. Os jovens tendem a ser desproporcionalmente excluídos desses espaços, pois são vistos como ameaça à segurança, sendo estatisticamente mais provável que venham a cometer delitos do que os adultos (veja a Figura 8.4). Como parte desse processo de criação de “locais de confiança” para consumidores, os jovens constatarem que os espaços públicos abertos para eles estão encolhendo.

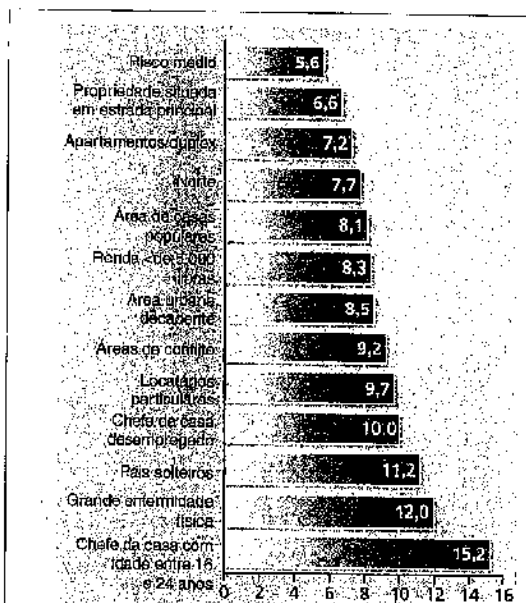
Essas questões são mais exploradas em “Crime e exclusão social”, na p. 270.

**Tabela 8.3** Preocupação com o crime por tipo de área, Inglaterra e País de Gales, 1998

	Áreas urbanas decadentes	Demais áreas
Arrombamento	30	18
Assalto	27	16
Estupro (feminino)	39	30
Ataque físico	27	17
Roubo de carros	36	20
Roubos envolvendo carros	27	18

Os números mostram o percentual vitimizado uma ou mais vezes. Os dados sobre os crimes relacionados a carros aparecem como um percentual dos donos de carros.

Fontes: British Crime Survey, Home Office. Extraído de *Social Trends*, 30 (2000), p. 155, Crown Copyright.



**Figura 8.3** Lares que apresentam maior risco de arrombamento: percentuais em cada categoria que foram vítimas uma ou mais vezes.

Fontes: British Crime Survey, 1998. Extraído de *Sociology Review*, 8.4 (abril, 1999).

As forças policiais também foram ampliadas em resposta ao aumento no número de crimes. Quando os índices de criminalidade estão em elevação, é praticamente inevitável o clamor público por mais policiais "nas ruas". Os governos, ávidos por parecerem decisivos no que diz respeito ao crime, tendem a preferir aumentar o número de policiais e os recursos da polícia na tentativa de deter o crime. A visão que se tem popularmente do policiamento é a de alicerce da manutenção da lei e da ordem. Mas qual é o papel da polícia no controle efetivo do

crime? Não está claro que um número maior de policiais se traduzirá necessariamente em índices de criminalidade menores. No Reino Unido, as estatísticas oficiais sobre o índice de criminalidade e o número de policiais lançam dúvidas quanto ao elo existente entre esses dois grupos (veja a Figura 8.5), o que suscita diversas questões intrincadas. Se o aumento do policiamento não impede os delitos, por que o público exige uma presença visível da polícia? Qual é o papel que o policiamento desempenha em nossa sociedade?

### Policiando a sociedade de risco

Alguns sociólogos e criminologistas sugerem que técnicas visíveis de policiamento, como o patrulhamento das ruas, são reconfortantes para o público. Essas atividades condizem com a percepção de que a polícia está ativamente engajada no controle do crime, investigando delitos e prestando apoio ao sistema de justiça criminal. Porém, em um trabalho recente, *Policing the Risk Society* (1999), Richard Ericson e Kevin Haggerty sugerem ser preciso repensar o papel do policiamento no final da era moderna. Embora a manutenção da lei e da ordem, a interação com os cidadãos e o oferecimento de serviços sejam, de fato, parte do policiamento contemporâneo, essas atividades representam apenas uma fração do que a polícia, na verdade, faz. Atualmente, eles sustentam, o policiamento dedica-se menos a controlar o crime e mais a detectar e administrar os riscos, transmitindo, sobretudo, conhecimento sobre o risco a outras instituições da sociedade que solicitam essa informação.

Para Ericson e Haggerty, a função que os policiais têm desempenhado é, antes de mais nada, "lidar com o conhecimento", o que significa dizer que a maior parte do tempo da polícia é gasto em atividades cujo objetivo é o processamento de informações, o esboço de relatórios ou a comunicação de dados. Um caso "simples" de um acidente de automóvel em Ontário, Canadá, serve para ilustrar esse ponto. Um policial é chamado à cena de um acidente de automóvel envolvendo dois veículos. Não há mortos, mas há vítimas com ferimentos leves, e um dos motoristas está bêbado. A investigação do incidente leva uma hora, o motorista bêbado é acusado criminalmente por não estar em condições de dirigir um veículo motor, causar danos corporais, e dirigir embriagado um veículo motor. A carteira de motorista fica automaticamente suspensa por 12 horas. Dando prosseguimento à investigação de rotina, o policial leva 3 horas preenchendo 16 relatórios diferentes que documentam o incidente. Aqui fica claro o papel dos policiais como "intermediários" de informações:

- O registro de veículos da província solicita informações sobre o local do acidente e os veículos e as pessoas envolvidos, dados que são utilizados para "traçar o perfil de risco" que será empregado em iniciativas de prevenção de acidentes, de controle do trânsito e de alocação de recursos.
- A indústria de automóveis precisa saber a respeito dos veículos envolvidos no acidente a fim de melhorar os pa-



Imagem da sala de controle do CFTV que vigia – ou apenas observa – Doncaster.

drões de segurança, responder aos relatórios das agências reguladoras e fornecer informações sobre segurança para grupos de consumidores.

- As *companhias de seguro* envolvidas precisam de informações sobre o acidente a fim de determinar a responsabilidade e fazer os pagamentos referentes ao caso. Também requerem informações da polícia para desenvolver seus próprios perfis estatísticos de risco a fim de fixar prêmios e níveis de compensação para os clientes.
- O *sistema público de saúde* solicita detalhes a respeito dos ferimentos em questão e sobre como estes ocorreram. Essas informações são aproveitadas para perfis estatísticos e no sentido de tomar as providências para o serviço de emergência.
- Os *tribunais criminais* solicitam informações da polícia como material para a acusação e como prova de que a cena foi investigada adequadamente e de que as evidências foram coletadas.
- A própria *administração da polícia* pede relatórios sobre o incidente para os registros internos e para os bancos de dados nacionais informatizados.

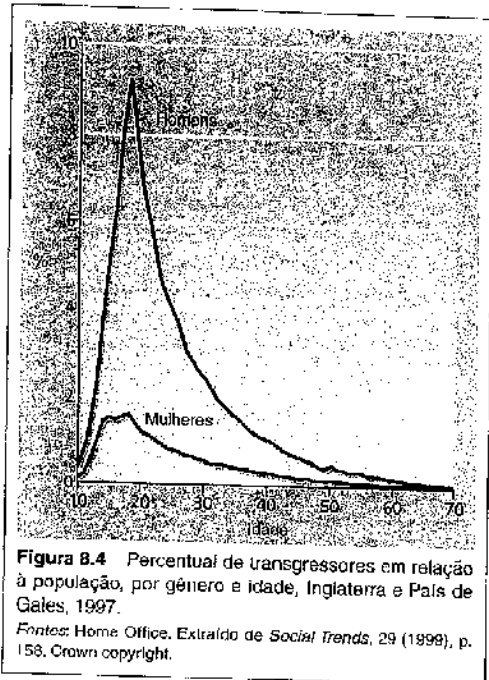
Esse exemplo revela como a polícia representa um ponto de convergência essencial em um complicado circuito informativo de instituições que participam do mesmo ramo de con-

trole de riscos. Ericson e Haggerty defendem que, com a ajuda de novas formas de tecnologia, o trabalho da polícia é, cada vez mais, o “mapeamento” e o prognóstico do risco dentro da população.

Ericson e Haggerty ainda sugerem que, hoje em dia, os pedidos de informações das outras instituições, como a indústria de seguros, modelam diretamente o modo de a polícia trabalhar. Esta deve coletar e relatar as informações de uma forma que seja compatível com as necessidades informacionais das agências externas. Sistemas e formulários computadorizados agora definem como a polícia apresenta as informações. Em lugar de redigir relatos narrativos sobre os incidentes, a polícia insere os “fatos” de um caso em formulários padronizados, marcando os quadrinhos e escolhendo entre as “opções” disponíveis. As informações registradas nesses formatos são utilizadas para categorizar pessoas e eventos como parte da elaboração de perfis de risco. Mas, segundo Ericson e Haggerty, a natureza “imediate” desses formatos influencia o que a polícia observa e investiga, como ela entende e interpreta um incidente, e o caminho que ela toma para resolver um problema.

Essa ênfase em coletar e processar informações pode ser alienante e frustrante para a polícia. Para muitos policiais, existe uma distinção entre “o verdadeiro trabalho de polícia” – como a investigação de crimes – e o “trabalho enfadonho” dos relatórios e das trilhas de papel. Procedimentos burocráticos de



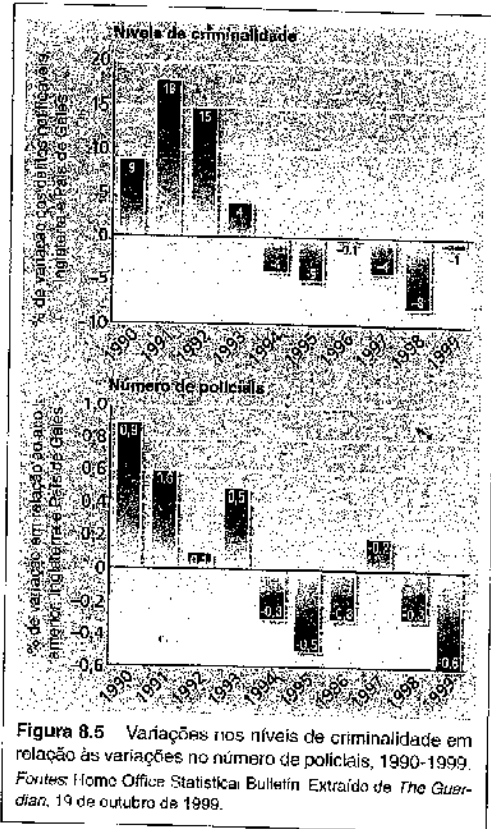


preenchimento de relatórios como esses são um “espelho unidirecional” para muitos policiais, que não entendem o porquê da enorme quantidade de documentação solicitada.

Ericson e Haggerty vêem o crescimento do policiamento comunitário e de grupos de vigilância de bairros como uma incorporação central do policiamento à sociedade de risco. Nesses casos, a polícia estimula os residentes locais a envolverem-se ativamente no monitoramento de seus próprios riscos e a contribuir para o controle de riscos. Esses grupos, por sua vez, podem alimentar as redes de conhecimento com informações sobre os riscos do local, por meio de seu relacionamento com a polícia local que “intermediará” as informações para outras instituições.

### O policiamento comunitário

A prevenção do crime e a redução do temor em relação ao crime estão intimamente relacionadas à reconstrução de comunidades fortes. Como vimos em nossas discussões anteriores sobre a teoria das “janelas quebradas”, uma das inovações mais significativas da criminologia nos últimos anos foi a descoberta de que a decadência da civilidade cotidiana está diretamente relacionada à criminalidade. Durante muito tempo, a atenção esteve quase que exclusivamente concentrada sobre os crimes sérios – assalto, agressão ou violência. Crimes e formas de desordem pública de menores proporções, entretanto, ten-



dem a possuir um efeito cumulativo. Em cidades européias e norte-americanas, quando se pediu que moradores de bairros agitados descrevessem seus problemas, eles mencionaram carros abandonados, grafite, prostituição, gangues de jovens e fenômenos similares.

Diante desses problemas, as pessoas agem movidas pela ansiedade: se pudrem, mudam-se das áreas em questão, ou compram fechaduras reforçadas para as portas e trancas para as janelas, além de abandonarem os locais públicos. Quando não reprimido, o comportamento que perturba a ordem indica aos cidadãos que a área não é segura. Com medo, os cidadãos ficam longe das ruas, evitam determinados bairros e reduzem suas atividades normais e suas amizades. Retirando-se fisicamente, eles também se afastam dos papéis de amparo mútuo com seus concidadãos, renunciando, assim, aos controles sociais que antigamente ajudavam a manter a civilidade dentro da comunidade.

O que deve ser feito para combater essa evolução gradual? Uma idéia que recentemente ganhou popularidade é a de que a polícia deve trabalhar junto com os cidadãos para melhorar os padrões da comunidade local e o comportamento civil, utilizando a educação, a persuasão e o aconselhamento em vez do encarceramento.

O "policimento comunitário" implica não apenas contar com os próprios cidadãos, mas na mudança da perspectiva característica das forças policiais. Renovar a ênfase na prevenção do crime, em vez de enfatizar o cumprimento da lei, é uma atitude que pode andar de mãos dadas com a reintegração do policiamento na comunidade. O isolamento da polícia daqueles a quem ela deve servir gera, com frequência, um sentido de perseguição, já que a polícia mantém pouco contato regular com os cidadãos comuns.

Para funcionarem, as parcerias entre o governo e as agências, o sistema de justiça criminal, as associações locais e as organizações comunitárias devem ser abrangentes — é necessário um envolvimento de todos os grupos econômicos e étnicos (Kelling e Coles, 1997). O governo e as empresas podem agir em conjunto para ajudar na reparação da decadência urbana. Um modelo é a criação de regiões de investimento empresarial, que oferecem isenções temporárias de impostos para corporações que participam do planejamento estratégico e oferecem investimento em áreas designadas. O êxito nesses esquemas exige um compromisso de longo prazo com objetivos sociais.

Enfatizar essas estratégias não significa negar os elos existentes entre o desemprego, a pobreza e o crime. Ao contrário, a luta contra esses problemas sociais deve ser coordenada com abordagens de prevenção do crime baseadas na comunidade, abordagens essas que, de fato, podem contribuir direta e indiretamente para promover a justiça social. Onde há degradação de ordem social e dos serviços públicos, outras oportunidades, tais como novos empregos, também entram em declínio. Melhorar a qualidade de vida em um bairro pode revitalizá-lo.

### Vítimas e perpetradores do crime

Será que alguns indivíduos ou grupos têm maior probabilidade de cometerem crimes, ou de se tornarem vítimas do crime? Os criminologistas dizem que sim — a pesquisa e as estatísticas relacionadas ao assunto mostram que o crime e a vitimização não estão distribuídos aleatoriamente entre a população. É mais provável que os homens cometam crimes do que as mulheres, por exemplo, e os jovens envolvem-se no crime com mais frequência do que as pessoas mais velhas.

O risco de alguém se tornar uma vítima do crime está intimamente ligado à área onde essa pessoa mora. As áreas que sofrem maior privação material possuem índices de criminalidade mais altos. Os indivíduos que moram em bairros localizados em áreas urbanas decadentes correm um risco bem maior de se tornarem vítimas do crime do que aqueles que residem em áreas mais prósperas e afastadas. O fato de as minorias étnicas concentrarem-se majoritariamente em regiões urbanas decadentes parece ser um fator significativo em seus índices mais elevados de vitimização.

Maiores informações a respeito da relação das minorias étnicas do Reino Unido com o crime e sobre o sistema de justiça criminal estão em "Raça e crime", na p. 225.

### Gênero e crime

Assim como outras áreas da sociologia, os estudos criminológicos têm a tradição de ignorar a metade da população. As feministas têm razão em criticar a criminologia por ser uma disciplina dominada por homens, na qual as mulheres são, em grande parte, "invisíveis", tanto em considerações teóricas quanto em estudos empíricos. Desde a década de 1970, muitos trabalhos feministas importantes chamam a atenção para a forma como as transgressões criminais das mulheres ocorrem em contextos diferentes das masculinas e como as experiências das mulheres com o sistema de justiça criminal são influenciadas por determinadas suposições relacionadas ao gênero a respeito dos papéis apropriados ao sexo masculino e ao feminino. As feministas também desempenham um papel crítico, salientando o predomínio da violência contra as mulheres, dentro de casa e em público.

### Índices de criminalidade masculinos e femininos

As estatísticas sobre gênero e crime são alarmantes. Por exemplo, de todos os indivíduos considerados culpados ou advertidos por um delito indiciável na Inglaterra e no País de Gales, em 1997, um número esmagador de 83% pertencia ao sexo masculino. Há também um desequilíbrio enorme na proporção entre homens e mulheres presos, não apenas na Grã-Bretanha, mas em todos os países industrializados. As mulheres compõem apenas 3% da população carcerária britânica. Há também contrastes entre os tipos de crimes cometidos por homens e por mulheres. Os delitos femininos raramente envolvem violência e são quase todos de pequena escala. Furtos menores, como roubos em lojas e delitos relacionados à ordem pública, como embriaguez em público e prostituição, são crimes típicos femininos (Flowers, 1987).

Sem dúvida, pode ocorrer que a verdadeira diferença de gênero nos índices de criminalidade seja menor do que mostram as estatísticas. Assim sugeriu Otto Pollak, na década de 1950, afirmando que alguns crimes perpetrados por mulheres tendem a não ser relatados. Ele via o papel predominantemente doméstico das mulheres como capaz de oferecer-lhes a oportunidade de cometer crimes em casa e na esfera privada. Pollak (1950) considerava as mulheres naturalmente enganadoras e altamente habilidosas em encobrirem seus crimes, uma noção fundamentada na biologia, já que as mulheres aprenderam a esconder dos homens a dor e o desconforto da menstruação, sabendo também simular interesse na relação sexual de uma forma que os homens não poderiam! Pollak também defendia a idéia de que as transgressoras são tratadas com mais indulgência, porque os policiais costumam adotar uma atitude "cavalheiresca" em relação a elas.

O retrato que Pollak faz das mulheres como coniventes e enganadoras baseia-se em estereótipos sem fundamento, porém a sugestão de que as mulheres são tratadas de maneira mais indulgente pelo sistema de justiça criminal incitou muitos debates e investigações. A tese do cavalheirismo foi aplicada

de duas formas. Primeiramente, é possível que a polícia e outros funcionários públicos considerem as transgressoras menos perigosas do que os transgressores e deixem passar atividades pelas quais os homens seriam presos. Em segundo lugar, nas condenações por delitos criminais, a tendência de as mulheres serem presas é bem menor do que a dos homens transgressores. Diversos estudos empíricos têm sido empreendidos para testar a tese do cavalheirismo, mas os resultados continuam inconclusivos. Uma das dificuldades principais é avaliar a relativa influência do gênero comparada a outros fatores, tais como idade, classe e raça. Por exemplo, parece que transgressoras mais velhas tendem a ser tratadas de modo menos agressivo do que seus correspondentes masculinos. Outros estudos demonstram que, nas mãos da polícia, as mulheres negras recebem um tratamento pior do que as mulheres brancas.

Outra perspectiva adotada pelas feministas examina como a compreensão social da "feminilidade" afeta as experiências das mulheres no sistema de justiça criminal. Frances Heidensohn (1985) afirmou que as mulheres são tratadas com maior severidade em casos nos quais se alega que elas tenham afastado-se das normas da sexualidade feminina. Por exemplo, garotas que são vistas como sexualmente promíscuas são detidas com maior frequência do que os garotos. Nesses casos, as mulheres são vistas como "duplamente desviantes" – como tendo não apenas infringido a lei, mas também insultado o comportamento feminino "adequado" –, sendo julgadas menos quanto à natureza do delito e mais no que diz respeito a sua escolha de estilo de vida "desviantes". Heidensohn e outros chamam a atenção para o duplo padrão presente dentro do sistema de justiça criminal: onde a agressão e a violência masculinas são vistas como um fenômeno natural, as explicações para os delitos femininos são buscadas em desequilíbrios "psicológicos".

Em um esforço para dar maior "visibilidade" aos crimes femininos, as feministas conduziram diversas investigações detalhadas sobre criminosas – que vão desde gangues formadas por garotas até mulheres terroristas e presidiárias. Tais estudos demonstram que a violência não é uma característica exclusiva da criminalidade masculina. Em comparação com os homens, é bem menos provável que as mulheres tenham participação em crimes violentos, porém nem sempre recuam de participarem de episódios violentos. Por que, então, os índices femininos de criminalidade são tão mais baixos do que os masculinos?

Há evidências de que as infratoras, muitas vezes, conseguem escapar dos tribunais por serem capazes de persuadir a polícia ou outras autoridades a verem suas ações por um ângulo particular. Elas invocam o chamado "contrato de gênero" – o contrato implícito existente entre homens e mulheres pelo qual ser mulher é, por um lado, ser imprevisível e impulsiva, e por outro, necessitar de proteção (Worrall, 1990).

Todavia, o tratamento diferencial dificilmente explicaria a imensa discrepância entre os índices masculinos e femininos de criminalidade. É praticamente certo que os motivos sejam os mesmos que explicam as diferenças de gênero em outras esferas. Certamente, existem determinados crimes que são especificamente "femininos" – particularmente a prostituição –, pe-

los quais as mulheres são condenadas enquanto seus clientes homens não o são. Os "crimes masculinos" continuam sendo "masculinos" por causa de diferenças na socialização e porque as atividades e os envolvimento dos homens ainda ocorrem mais fora do âmbito doméstico do que da maioria das mulheres. Como vimos na abordagem de Pollak, a diferença em relação ao gênero, no crime, normalmente costumava ser explicada por diferenças supostamente biológicas ou psicológicas inatas – em termos de força diferencial, passividade ou preocupação com a reprodução. Atualmente, as qualidades "femininas" são vistas como que quase totalmente produzidas em nível social, em comum com os traços da "masculinidade". Muitas mulheres são socializadas para valorizar qualidades na vida social (o afeto pelos outros e o cultivo das relações pessoais) que sejam diferentes daquelas que os homens valorizam. Igualmente importante, por meio da influência da ideologia e de outros fatores – como a idéia da "boa menina" – o comportamento da mulher geralmente mantém-se confinado e controlado de formas diferentes das atividades masculinas.

Desde o final do século XIX, os criminologistas têm prognosticado que a equiparação dos gêneros reduziria ou eliminaria as diferenças entre homens e mulheres na criminalidade, mas, até agora, o crime continua sendo um fenômeno relacionado ao gênero. Ainda não podemos dizer com certeza se um dia as variações entre os índices de criminalidade femininos e os masculinos desaparecerão.

### *O crime e a "crise da masculinidade"*

Os altos níveis de criminalidade encontrados nas áreas mais pobres das grandes cidades estão relacionados particularmente às atividades de jovens do sexo masculino. Por que razão tantos jovens nessas áreas voltam-se para o crime? Já mencionamos algumas respostas. Os meninos geralmente fazem parte de gangues desde muito cedo, uma subcultura na qual algumas formas de crime constituem um modo de vida. E, uma vez que os membros de uma gangue são rotulados de criminosos pelas autoridades, eles descambam em atividades criminosas regulares. Apesar de hoje em dia existirem gangues de garotas, essas subculturas são fundamentalmente masculinas e infundidas de valores masculinos de aventura, vibração e camaradagem.

No Capítulo 5 ("Gênero e Sexualidade"), discutimos a noção de que as sociedades modernas estão presenciando uma "crise da masculinidade". Se houve uma época em que os rapazes podiam esperar confiantemente terer carreiras vitais e um papel estável como provedor de família, para muitos homens, esse papel tornou-se muito mais fugaz. Mudanças no mercado de trabalho fizeram do desemprego e da insegurança no emprego uma ameaça tangível, ao passo que as mulheres, ao contrário, estão cada vez mais independentes financeira e profissionalmente. As idéias de Connell sobre a "masculinidade hegemônica" (veja a p. 111) têm sido aproveitadas por muitos sociólogos e criminologistas para explicar como a violência e a agressão podem ser encaradas como uma faceta aceitável da identidade masculina.

O nível de criminalidade entre rapazes está intimamente relacionado ao desemprego: homens jovens, com idade entre 16 e 29 anos, figuram em grande número nos crimes envolvendo a propriedade e nos crimes violentos. A análise regional fortalece ainda mais esse elo. As regiões mais problemáticas do país no tocante ao número de empregos, como as margens do Mersey, a Grande Manchester, o centro oeste, o sul do País de Gales e a Grande Londres, representam também pontos do crime (Wells, 1995).

Algumas pessoas sugerem que os altos níveis de desemprego masculino estão dando início a uma nova categoria de criminoso de carreira. O relatório *Young People and Crime*, publicado pelo *Home Office* (Ministério dos Negócios Interiores), em 1996, fornece material de pesquisa relevante para essa tese. A pesquisa descrita no relatório envolveu entrevistas com 2.500 jovens, de ambos os sexos, com idades entre 14 e 25 anos. Os pesquisadores não dependiam de estatísticas policiais, mas pediram aos entrevistados para que declarassem confidencialmente se haviam cometido crimes. Os resultados mostraram que, até a idade de 25 anos, pelo menos 30% dos rapazes haviam participado de alguma forma de atividade criminosa – excluído o uso ilegal de drogas e os delitos automobilísticos. As atividades criminosas dos rapazes costumavam diminuir de repente até os vinte e poucos anos, mas a pesquisa indica que isso não ocorre mais. Por exemplo, a proporção de rapazes, com idades entre 22 e 25 anos, envolvidos em roubos relacionados à propriedade é maior do que a do grupo etário entre 18 e 21 anos.

Essas descobertas sugerem que os rapazes não mais “crescem longe do crime”, como antes. Em 1996, aproximadamente 70% dos homens condenados por delito criminal já haviam sido condenados em uma ou mais ocasiões anteriores. Em contraste, menos da metade das mulheres era reincidente (HMSO, 1999). Essas descobertas indicam que, para um amplo segmento da geração mais jovem, a falta de perspectiva de um emprego estável está dificultando sua transformação em adultos responsáveis.

### *Os crimes contra as mulheres*

Há determinadas categorias de crimes nas quais os homens são, em esmagadora maioria, os agressores, e as mulheres as vítimas. A violência doméstica, o assédio sexual, a agressão sexual e o estupro são crimes nos quais os homens aproveitam seu poder social ou físico superior contra as mulheres. Embora cada um desses crimes já tenha sido praticado por mulheres contra homens, eles continuam sendo crimes quase que exclusivamente executados contra mulheres. Estima-se que um quarto das mulheres seja vítima da violência em algum momento da vida, mas todas as mulheres enfrentam a ameaça desses crimes tanto direta quanto indiretamente.

Durante muitos anos, esses delitos foram ignorados pelo sistema de justiça criminal, e as vítimas tinham de persistir incansavelmente para ganhar um recurso legal contra um transgressor. Mesmo nos dias de hoje, a instauração de processo de crimes contra as mulheres ainda está longe de ser simples.

Contudo, a criminologia feminista tem feito muito para aumentar o grau de consciência em relação aos crimes contra as mulheres e para integrar esses delitos nos principais debates sobre o crime. Nesta seção, examinaremos o crime do estupro, deixando as discussões a respeito da violência doméstica e do assédio sexual para outros capítulos (veja o Capítulo 7, “A Família”, e o Capítulo 13, “O Trabalho e a Vida Econômica”).

A extensão do crime de estupro é muito difícil de avaliar com alguma precisão. Apenas uma pequena proporção dos estupros chega, de fato, à atenção da polícia e é registrada nas estatísticas. A cada ano, uma média de 6 mil casos de estupro e de 17.500 situações de atentado ao pudor são denunciadas à polícia. No entanto, um estudo publicado em fevereiro de 2000 pelo *Home Office* (Ministério dos Negócios Interiores) estimou que o número verdadeiro de estupros e de agressões sexuais na Grã-Bretanha está entre 118 mil e 295 mil por ano (*Guardian*, 18 de fevereiro de 2000).

Durante os anos de 1990, houve um aumento no número de denúncias de incidentes nos quais o agressor era conhecido da vítima. Quarenta e três por cento das agressões sexuais são cometidas por parentes, amigos, antigos parceiros ou recém-conhecidos. Estima-se que a metade dos estupros praticados por um conhecido envolve alguém que a vítima conhece há menos de 24 horas. Enquanto o número de estupros desse tipo tem aumentado, os estupros denunciados envolvendo estranhos diminuíram, representando 12% de todos os ataques.

Até o ano de 1991, o estupro dentro do casamento não era reconhecido na Grã-Bretanha. Em uma decisão proferida em 1736, Sir Matthew Hale declarou que um marido “não pode ser culpado pelo estupro cometido por sua pessoa em sua legítima esposa, pois, conforme aquiescência e contrato matrimonial mútuos, a esposa entrega-se a seu marido sob essa condição, à qual não poderá retrair-se” (citado em R. Hall, et al., 1984, p. 20). Essa formulação teve valor de lei na Inglaterra e no País de Gales até uma década atrás, quando a Câmara dos Lordes decretou que, em tempos modernos, a noção de que o marido tem o direito de violentar sua esposa é inaceitável.

Há muitas razões pelas quais uma mulher pode preferir não denunciar a violência sexual à polícia. A maioria das mulheres estupradas ou deseja apagar o incidente de suas mentes, ou está relutante em participar daquilo que pode ser um processo humilhante de exame médico, interrogatório policial e inquirição na sala do tribunal. O processo legal normalmente leva muito tempo, podendo ser assustador. O procedimento que transcorre na sala do tribunal é público, e a vítima deve ficar cara a cara com o acusado. A prova da penetração, a identidade do estuprador e o fato de que o ato ocorreu sem o consentimento da mulher precisam estar disponíveis. A mulher pode acabar se sentindo como se *ela* estivesse sendo julgada, especialmente se sua própria vida sexual for examinada publicamente, como em geral acontece.

Nos últimos anos, grupos de mulheres fizeram pressões por mudanças, tanto no pensamento público quanto na esfera legal, em relação ao estupro. Elas enfatizaram que o estupro não deveria ser visto como um delito sexual, mas como um ti-

po de crime violento. Não se trata apenas de um ataque físico, mas sim de uma agressão à integridade e à dignidade do indivíduo. O estupro está claramente relacionado à associação da masculinidade com o poder, o domínio e a força. Na maioria das vezes, não é resultado de um desejo sexual irresistível, mas dos laços entre a sexualidade e os sentimentos de poder e superioridade. O ato sexual propriamente dito é menos significativo do que o aviltamento da mulher (Estrich, 1987). A campanha produziu alguns resultados reais, com mudanças na legislação, e, atualmente, o estupro é amplamente reconhecido em lei como um tipo específico de violência criminal.

De certo modo, todas as mulheres são vítimas de estupro. Mulheres que nunca foram estupradas geralmente passam por uma ansiedade semelhante àquelas que já o foram. Podem ter medo de sair sozinhas à noite, mesmo em ruas movimentadas, podendo demonstrar quase o mesmo temor estando sozinhas em uma casa ou apartamento. Enfatizando a estreita ligação que há entre o estupro e a sexualidade masculina ortodoxa, Susan Brownmiller afirma que o estupro é parte de um sistema de intimidação masculina que mantém todas as mulheres em situação de medo. Aquelas que não são estupradas são afetadas pela ansiedade assim provocada e pela necessidade de serem bem mais cautelosas em aspectos cotidianos da vida do que os homens precisam ser (Brownmiller, 1975).

### Os crimes contra os homossexuais

As feministas indicam que a percepção da violência está extremamente relacionada ao gênero e influenciada pelas concepções do "bom senso" sobre o risco e a responsabilidade. Como as mulheres são geralmente vistas como menos capazes de se defenderem contra os ataques violentos, o bom senso considera que elas deveriam modificar seu comportamento a fim de reduzir o risco de se tornarem vítimas da violência. Por exemplo, as mulheres não apenas deveriam evitar caminhar sozinhas e à noite em bairros perigosos, como também deveriam tomar cuidado para não se vestirem de modo provocativo ou se comportarem de maneira a que possam ser mal-interpretadas. As mulheres que falham nesses procedimentos podem ser acusadas de "procurarem encrencas". Em um ambiente de tribunal, seu comportamento pode ser tomado como um fator atenuante ao considerar o ato de violência do perpetrador (Richardson e May, 1999; Dobash e Dobash, 1992).

Sugeriu-se que uma lógica do "bom senso" semelhante aplica-se no caso de atos violentos contra gays e lésbicas. Estudos de vitimização revelam que os homossexuais sofrem uma alta incidência de crimes e assédios violentos. Um levantamento nacional envolvendo 4 mil homens e mulheres homossexuais descobriu que, nos cinco anos anteriores, um terço dos gays e um quarto das lésbicas haviam sido vítimas de, no mínimo, um ataque violento. Um terço sofreu algum tipo de assédio, incluindo ameaças ou vandalismo. Um número esmagador de 73% havia sofrido abusos verbais em público (Mason e Palmer, 1996, citado em Richardson e May, 1999).

Diane Richardson e Hazel May afirmaram que, como os homossexuais continuam sendo estigmatizados e marginalizados em muitas sociedades, há uma enorme tendência a tratá-los como "merecedores" do crime, em vez de como vítimas inocentes. As relações homossexuais ainda são vistas como se pertencessem ao domínio privado, enquanto a heterossexualidade é a norma opressora em espaços públicos. Segundo Richardson e May, as lésbicas e os gays que apresentam um comportamento que desvie desse contrato privado-público, expondo suas identidades homossexuais em público, são, geralmente, compreendidos por se fazerem vulneráveis ao crime. Para a opinião geral, introduzir a homossexualidade na esfera pública representa uma forma de provocação.

Essa noção serve de base para a defesa legal do "pânico homossexual", a qual pode ser utilizada nos sistemas legais britânico e norte-americano para reduzir uma acusação de assassinato para homicídio culposo. O acusado de assassinato pode alegar que uma investida homossexual indesejada o levou a perder o controle e atacar a vítima. Essa defesa foi empregada recentemente, com sucesso, por um jovem do Estado norte-americano de Wyoming, no julgamento pelo assassinato do estudante universitário Matthew Shepard. O acusado e mais dois outros homens deram uma forte surra em Shepard fora de um bar, deixando-o em um bosque, amarrado a uma árvore, onde ele morreu cinco dias depois. Em casos como esse, a violência homofóbica é considerada uma reação justificável, e despreza-se ou nega-se a condição humana essencial da vítima, ou o direito à vida. Crimes como o assassinato de Matthew Shepard levaram aos apelos de vários grupos sociais pela adoção de uma legislação que trate dos "crimes de ódio", a fim de proteger os direitos humanos dos grupos que continuam sendo estigmatizados na sociedade.

### A juventude e o crime

O temor popular em relação ao crime concentra-se em delitos como roubo, arrombamento, agressão e estupro – "crimes de rua" que, na maioria das vezes, são vistos como domínio de jovens do sexo masculino, pertencentes à classe trabalhadora. A cobertura da mídia sobre o aumento dos índices de criminalidade normalmente tem por foco o "colapso moral" entre os jovens, salientando questões como o vandalismo, as faltas às aulas e o uso de drogas para ilustrar a crescente "permissividade" dentro da sociedade. De acordo com alguns sociólogos, igualar a juventude à atividade criminal não é uma prática recente. Os jovens são geralmente considerados um indicador da saúde e do bem estar da própria sociedade.

Como vimos (Figura 8.4), as estatísticas oficiais sobre os índices de criminalidade revelam, de fato, altos índices de delitos entre os jovens. Dois quintos de todos os transgressores advertidos ou condenados por delitos criminais, em 1997, tinham menos de 21 anos. Em ambos os sexos, a idade crítica para cometer delitos foi 18 anos (HMSO, 1999). Contudo, conforme notou John Muncie (1999), devemos abordar com cautela as suposições a respeito da juventude e do crime. Ele defende que

## O tráfico de drogas

Qual o grau de facilidade para se adquirir maconha na escola ou na faculdade? Já existe um festival pop livre de drogas? Lamentável como pode parecer para alguns, a maior parte dos jovens da Grã-Bretanha conta com acesso relativamente fácil às drogas ilegais.

Que fatores determinam a disponibilidade das drogas ilegais em sua comunidade? O nível de aplicação das leis por parte da polícia é certamente importante, assim como a extensão da demanda local. Porém, não menos importante é a existência de redes de traficantes com capacidade para transportar as drogas dos países onde são plantadas para a cidade em que você vive. Essas redes têm conseguido prosperar, em parte, graças à globalização.

Enquanto o cultivo da maconha pode ser apenas uma questão que diz respeito ao pátio dos fundos de alguém, quase todas as plantas de coca e papoulas encontradas no planeta são cultivadas no Terceiro Mundo. A cada ano, gastam-se bilhões para auxiliar as nações do Terceiro Mundo em esforços para a erradicação desses cultivos, porém, apesar dessa despesa substancial, há poucas evidências que comprovem que esses esforços para erradicá-los ou interdita-los tenham diminuído significativamente o fornecimento de drogas ilegais na Grã-Bretanha ou em outros países da Europa. Por que esses esforços falharam?



Uma resposta é que o lucro é simplesmente um grande motivo: Agricultores que dão duro para sobreviver na Bolívia e no Peru, membros dos cartéis de drogas colombianos, e traficantes de baixo nível em nossas ruas e em nossos clubes re-

o "pânico moral" em relação à criminalidade juvenil pode não refletir com precisão a realidade social. Um evento isolado envolvendo jovens e o crime pode desabrochar simbolicamente em uma "crise da infância", exigindo reações duras no tocante "à lei e à ordem". O assassinato de grande repercussão de James Bulger, um menino de 2 anos morto por dois garotos de 10 anos, é um exemplo de como um escândalo moral pode desviar a atenção de questões sociais maiores. No caso Bulger, câmeras de vídeo de circuito fechado instaladas em um *shopping center* captaram a imagem dos meninos mais velhos levando o pequeno pela mão, gravando o caso na consciência pública. Para Muncie, o assassinato brutal foi um evento divisor de águas na forma de a política e a mídia retratarem o crime juvenil. Até mesmo as crianças pequenas foram vistas como ameaças potencialmente violentas. Os garotos de 10 anos foram rotulados de "demônios", "monstros" e "animais". Deu-se menos atenção às histórias pessoais dos transgressores, ou ao fato de que, apesar das indicações de uma propensão à violência e à agressão em um dos garotos, não houve efetivamente nenhuma intervenção (Muncie, 1999).

Uma cautela semelhante pode ser adotada com respeito à visão popular de que a maioria dos crimes juvenis esteja relacionada às drogas. Muncie observou a suposição comum de

que os assaltos, por exemplo, são cometidos por jovens para financiarem o uso de drogas. Estudos recentes revelam que o consumo de drogas e de álcool entre os jovens tornou-se relativamente "normalizado". Um levantamento com mais de 7 mil adolescentes entre 15 e 16 anos revelou que mais de 94% consumiam bebidas alcoólicas, cerca de um terço havia fumado um cigarro em um período anterior de 30 dias, e 42% havia provado drogas ilegais ao menos uma vez na vida (Miller e Plant, 1996). Houve uma mudança nas tendências em relação ao uso de drogas, que passaram das drogas "pesadas", como a heroína, para combinações de substâncias como as anfetaminas, o álcool e o ecstasy. O ecstasy, em particular, tornou-se uma droga que denota um "estilo de vida", sendo associada às subculturas *rave* e *club*, e não à base de um hábito caro que vicia. A "guerra contra as drogas", afirma Muncie (1999), serve para criminalizar amplos segmentos da população jovem que geralmente cumprem a lei.

A análise da criminalidade jovem raramente é simples. Onde o crime implica uma transgressão da lei, a criminalidade jovem está normalmente associada às atividades que, a rigor, não são crimes. O comportamento anti-social, as subculturas e a não-conformidade nos jovens podem ser *considerados* delinqüência, porém, na verdade, não constituem uma conduta criminosa.

cebem todos recompensas monetárias substanciais por suas atividades ilegais. Essas recompensas criam um forte incentivo para que inventem caminhos para contornar os esforços antidrogas e para que corram o risco de serem apaulados.

Outra resposta – recentemente discutida em uma reunião de cúpula que contou com a presença de líderes das oito maiores potências industriais – é que os traficantes de drogas têm conseguido tirar vantagem da globalização. Primeiramente, em suas tentativas de escapar das autoridades, os traficantes utilizam todas as tecnologias de comunicações disponíveis na era global. Como afirmou um comentarista, os traficantes de drogas, “hoje em dia, empregam tecnologia sofisticada, como interceptadores de sinais, para rastrear radares e evitar o monitoramento (...) [e] podem utilizar aparelhos de fax, computadores e telefones celulares para coordenar suas atividades e fazer com que seus negócios corram tranquilamente”. Em segundo lugar, a globalização do setor financeiro ajudou a criar uma infra-estrutura na qual grandes somas de dinheiro podem ser movimentadas eletronicamente pelo mundo em questão de segundos, tornando relativamente fácil a “lavagem” do dinheiro das drogas (ou seja, fazer com que esse dinheiro pareça ter vindo de uma especulação comercial legítima). Em terceiro lugar, mudanças recentes nas políticas dos governos, destinadas a permitir o fluxo mais livre de pessoas e de artigos legais por meio das fronteiras internacionais, aumentaram as oportunidades para o contrabando.



Ao mesmo tempo, a globalização pode criar outras oportunidades para que os governos trabalhem em conjunto no combate ao tráfico de drogas. De fato, recentemente, líderes mundiais exigiram uma cooperação internacional maior no cumprimento às leis contra os narcóticos, ressaltando a necessidade de compartilhar informações e coordenar os esforços na aplicação dessas leis.

### O crime do colarinho-branco

Embora haja uma tendência a associar o crime aos jovens, especialmente do sexo masculino e pertencentes às classes mais baixas, o envolvimento em atividades criminosas não se limita, de modo algum, a esse segmento da população. Muitas pessoas ricas e poderosas praticam crimes que podem ter consequências bem mais amplas do que crimes menores praticados por pobres.

O termo **crime do colarinho-branco** foi introduzido por Edwin Sutherland (1949) e refere-se ao crime praticado por aqueles que pertencem aos setores mais afluentes da sociedade. O termo cobre muitos tipos de atividade criminosa, incluindo fraudes fiscais, práticas ilegais de venda, fraudes de apólices e fraudes envolvendo terras, peculato, a fabricação ou a venda de produtos perigosos, bem como o simples roubo. A distribuição dos crimes do colarinho-branco é ainda mais difícil de avaliar que a de outros tipos de crime; a maioria das formas desse crime não aparece de nenhuma maneira nas estatísticas oficiais. Podemos fazer uma distinção entre o crime do colarinho-branco e os *crimes dos poderosos*. O crime do colarinho-branco envolve principalmente o uso da classe média ou da posição profissional na participação em atividades ilegais.

Os crimes dos poderosos são aqueles nos quais a autoridade conferida por uma posição é utilizada em meios criminosos – como quando um funcionário público aceita um suborno para favorecer uma política específica.

Embora as autoridades os julguem por um ângulo bem mais tolerante do que os crimes cometidos pelos menos privilegiados, o custo do crime do colarinho-branco é enorme. A quantidade de pesquisas feitas sobre esse tipo de crime é bem maior nos Estados Unidos do que na Grã-Bretanha. Na América, calcula-se que o volume de dinheiro drenado com o crime do colarinho-branco (definido como fraude fiscal, fraude aos seguros, superfaturamento de obras e fraudes em relação a consertos de carro) seja 40 vezes maior do que o comprometido em crimes simples contra a propriedade (assaltos, arrombamentos, apropriação indébita, falsificações e roubos de carros) (*President's Commission on Organized Crime*, 1986).

### O crime das corporações

Alguns criminologistas fazem referência ao termo **crime das corporações** para descrever os tipos de delitos cometidos por grandes corporações na sociedade. Poluição, rotulagem enga-



nosa e violações de regulações de saúde e de segurança afetam números bem maiores de pessoas do que os crimes menores. O crescimento do poder e da influência das grandes corporações e sua rápida ascensão a um alcance global significam que elas afetam nossa vida de muitas maneiras. As corporações participam na produção dos carros que dirigimos e dos alimentos que comemos, tendo também um impacto enorme sobre o ambiente natural e os mercados financeiros, aspectos da vida que afetam a todos nós.

Examinando os estudos quantitativos e qualitativos sobre o crime das corporações, Gary Slapper e Steve Tombs (1999) concluíram que um grande número de corporações não adere às regulações legais que a elas se aplicam. Eles alegam que o crime das corporações não está confinado a alguns "maus exemplos", mas está difundido, espalhando-se por uma vasta área. Os estudos revelam seis tipos de violações vinculadas às grandes corporações: *administrativa* (papitada ou não-cumprimento), *ambiental* (poluição, violações de permissões), *financeira* (violações de impostos, pagamentos ilegais), *de trabalho* (condições de trabalho, práticas de contratação de funcionários), *de produção* (segurança do produto, rotulagem) e *práticas comerciais desonestas* (anticoncorrência, propaganda enganosa).

Os padrões de vitimização no crime das corporações não são simples. Às vezes, as vítimas são "óbvias", como nos casos de desastres ambientais, como o vazamento da usina química de Bhopal, na Índia, ou dos riscos à saúde que os implantes de silicone para os seios representam às mulheres. Recentemente, pessoas feridas em acidentes ferroviários, ou parentes dos mor-

tos, exigiram que os executivos das companhias responsáveis pela linha férrea e pelos trens fossem levados a julgamento nos casos em que as companhias demonstraram negligência. Porém, é muito comum as vítimas do crime das corporações não se sentirem vítimas. Isso ocorre porque, nos crimes "tradicionais", vítima e transgressor estão muito próximos - é difícil não reconhecer que você foi assaltado! No caso do crime das corporações, distâncias maiores no tempo e no espaço significam que as vítimas podem não perceber que foram vitimizadas, ou podem não saber como buscar reparação pelo crime.

Os efeitos do crime das corporações são geralmente sentidos de formas desiguais dentro da sociedade. Aqueles que são desfavorecidos em função de outros tipos de desigualdades socioeconômicas tendem a sofrer-lhes de um modo desproporcional. Por exemplo, há uma tendência de que os riscos de segurança e de saúde no local de trabalho se concentrem mais em ocupações com baixos salários. Muitos dos riscos com origem em produtos de cuidados com a saúde e medicamentos têm provocado um impacto maior sobre as mulheres do que sobre os homens, como é o caso dos contraceptivos ou dos tratamentos de fertilidade, que produzem efeitos colaterais prejudiciais (Slapper e Tombs, 1999).

Os aspectos violentos do crime das corporações são menos visíveis do que os casos de homicídio ou assalto, mas são tão reais quanto estes - podendo, ocasionalmente, trazer consequências bem mais sérias. Por exemplo, o desprezo às regulações que dizem respeito à preparação de novos remédios, à segurança no local de trabalho ou à poluição pode causar danos físicos ou a morte de enorme quantidade de pessoas. O número de mortes provocadas pelos perigos no ambiente de trabalho ultrapassa de longe o de assassinatos, embora seja difícil obter estatísticas precisas quanto aos acidentes de trabalho. Certamente, não podemos assumir que todas ou mesmo a maioria das mortes e dos ferimentos sejam resultado da negligência do empregador em relação aos procedimentos de segurança aos quais estão legalmente obrigados. No entanto, existe uma base para que se suponha que muitos desses casos se devem à negligência nas regulações de segurança legalmente obrigatórias por parte dos empregadores ou dos gerentes.

## O crime organizado

O crime organizado refere-se às formas de atividade que revelam muitas das características dos negócios ortodoxos, mas que são ilegais. O crime organizado abrange o contrabando, os jogos ilegais, o comércio das drogas, a prostituição, os roubos em larga escala e a proteção do mercado negro, entre outras atividades. Para dirigir suas atividades, em geral, baseia-se na violência ou na ameaça da violência. Embora o crime organizado se desenvolva tradicionalmente dentro de países individuais, de formas culturalmente específicas, ele ganha um escopo transnacional.

Atualmente, o alcance do crime organizado é percebido em muitos países, mas, historicamente, sua força concentra-se



especialmente em algumas nações. Na América, o crime organizado é um negócio substancial, que rivaliza com qualquer um dos maiores setores de empreendimentos econômicos, como a indústria automobilística. As organizações criminosas nacionais e locais fornecem mercadorias e serviços ilegais para uma massa de consumidores. Apostas ilícitas em corridas de cavalo, loterias e eventos esportivos representam a maior fonte de renda gerada pelo crime organizado nos Estados Unidos. É provável que o crime organizado tenha se tornado tão significativo na sociedade norte-americana graças a uma antiga associação com — e, em parte, a uma inspiração nos modelos de — atividades dos *robber barons* (barões ladrões) do final do século XIX. Muitos dos antigos industriais fizeram fortunas com a exploração do trabalho dos imigrantes, ignorando quase que completamente as regulações legais sobre as condições de trabalho e, geralmente, empregando um misto de corrupção e violência na construção de seus impérios industriais.

Embora tenhamos poucas informações sistemáticas a respeito do crime organizado no Reino Unido, sabe-se que existem amplas redes criminosas em áreas de Londres e de outras grandes cidades — algumas destas com conexões internacionais. A cidade de Londres, em particular, é um centro para operações criminosas com base nos Estados Unidos e em outros lugares. Os “Triades” (gânguesteres chineses originários de Hong Kong e do sudeste da Ásia) e os “Yardies” (traficantes de drogas que possuem ligações com o Caribe) são duas das maiores redes criminosas; mas outros grupos pertencentes ao crime organizado vindos do Leste Europeu, da América do Sul e do oeste da África estão envolvidos em lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e esquemas fraudulentos.

O crime organizado na Grã-Bretanha é mais complexo hoje em dia do que há alguns anos. Não existe uma única organização nacional ligando diferentes grupos criminosos, mas esse tipo de crime tornou-se mais sofisticado do que já fora anteriormente. Por exemplo, algumas das maiores organizações criminosas descobrem maneiras de lavar dinheiro por meio dos grandes bancos, para compensação, apesar dos procedimentos destinados a frustrar-lhes os planos; e, utilizando seu dinheiro “limpo”, elas, então, investem em negócios legais. A polícia acredita que um valor em dinheiro entre 2,5 e 4 bilhões de libras, gerado criminalmente, passa pelos bancos do RII a cada ano.

### A face flexível do crime organizado

Em *End of Millennium* (1998), Manuel Castells afirma que as atividades dos grupos do crime organizado estão ganhando um alcance cada vez mais internacional. Ele observa que a coordenação das atividades criminosas que atravessam fronteiras com o auxílio das novas tecnologias da informação — está se tornando um aspecto central da nova economia global. Com participação em atividades que variam do comércio de narcóticos à falsificação e ao transporte clandestino de imigrantes e órgãos humanos, os grupos do crime organizado estão agora

operando em redes internacionais flexíveis, e não dentro do domínio dos seus próprios territórios.

Segundo Castells, os grupos criminosos estabelecem alianças estratégicas entre si. O comércio internacional de narcóticos, o tráfico de armas, a venda de material nuclear e a lavagem de dinheiro tornaram-se “ligados” através de fronteiras e grupos criminosos. As organizações criminosas tendem a basear suas operações em países “de baixo risco”, onde suas atividades estão menos ameaçadas. Nos últimos anos, a antiga União Soviética tem sido um dos principais pontos de convergência para o crime organizado internacional. A natureza flexível desse crime em rede proporciona certa facilidade para os grupos criminosos escaparem do alcance das iniciativas de aplicação e cumprimento da lei. Se um desses “portos seguros” do crime passam a ser mais acriscados, a “geometria organizacional” pode mudar para formar um novo padrão.

A natureza internacional do crime está se tornando visível no Reino Unido. As gangues japonesas da Yakuza e os operadores italianos e norte-americanos da máfia estabeleceram-se na Grã-Bretanha, e, entre os recém-chegados, estão criminosos da antiga União Soviética. Alguns comentaristas acreditam que a nova máfia russa é a mais perigosa associação do crime organizado. As redes criminosas russas estão profundamente envolvidas na lavagem de dinheiro, ligando suas atividades a bancos russos não-regulamentados. Para alguns, os grupos russos podem vir a ser as maiores redes criminosas do mundo. A base desses bancos fica em um Estado russo encoberto pela máfia, onde a “proteção” do submundo é hoje rotina para muitas empresas. O que mais preocupa é a possibilidade de que os mais novos membros de quadrilhas da Rússia estejam contrabandando materiais nucleares em escala internacional, materiais retirados do arsenal soviético.

Apesar das numerosas campanhas por parte do governo e da polícia, o comércio de narcóticos é uma das indústrias criminosas internacionais de mais rápida expansão, apresentando uma taxa de crescimento anual de mais de 10%, nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, e um nível extremamente alto de lucratividade. As redes de heroína espalham-se pelo Extremo Oriente, particularmente no sul da Ásia, localizando-se também no norte da África, no Oriente Médio e na América Latina. As linhas de fornecimento também passam por Paris e Amsterdã, de onde é comum virem as drogas que abastecem a Grã-Bretanha.

### Cibercrime

Não apenas o crime organizado internacional é enormemente facilitado pelos avanços recentes na tecnologia da informação, como também parece claro que a revolução da informação e das telecomunicações mudará a face do crime em aspectos fundamentais. Os avanços na tecnologia oferecem oportunidades e benefícios novos e instigantes, mas também aumentam a vulnerabilidade ao crime. Embora seja difícil quantificar a extensão do cibercrime — atos criminosos cometidos com o auxílio

da tecnologia da informação –, é possível delinear algumas das principais formas que ele parece estar tomando. P. N. Grabosky e Russell Smith (1998) identificaram nove tipos principais de crimes com base na tecnologia:

- A interceptação ilegal de sistemas de telecomunicação significa que a *escuta clandestina* está mais fácil, o que traz implicações que vão desde o “monitoramento do cônjuge” até a espionagem.
- Há um aumento da vulnerabilidade ao *vandalismo eletrônico* e ao *terrorismo*. As sociedades ocidentais dependem cada vez mais dos sistemas computadorizados; a interferência nesses sistemas – como os ataques DDoS (Ataques Distribuídos de Negação de Serviço), lembrados anteriormente – poderia representar sérios riscos para a segurança.
- A habilidade para *mubar serviços de telecomunicação* significa que as pessoas podem controlar negócios ilícitos sem serem detectadas, ou simplesmente manipular serviços de telecomunicação e de telefonia móvel a fim de receber chamadas telefônicas gratuitas ou com desconto.
- A *privacidade das telecomunicações* é um problema crescente. Tornou-se relativamente fácil violar as regras dos direitos autorais por meio da cópia de materiais, software, filmes e CDs.
- É difícil controlar a *pornografia* e o *conteúdo ofensivo* no ciberespaço. Material com conteúdo sexual explícito, propaganda racista e instruções para a construção de equipamentos incendiários podem ser apresentados e baixados da internet. A “ciberperseguição” pode representar um problema não apenas virtual, mas também uma ameaça real aos usuários *on-line*.
- Observou-se um crescimento das *fraudes de telemarketing*. Esquemas de caridade e oportunidades de investimento fraudulentos são difíceis de regular.
- Há um risco acentuado de *crimes envolvendo a transferência de fundos eletrônica*. O uso difundido de caixas de saque automático, do comércio eletrônico e do “dinheiro eletrônico” na internet aumenta a possibilidade de que algumas transações sejam interceptadas.
- A *lavagem eletrônica de dinheiro* pode ser empregada para “deslocar” os lucros ilegais provenientes de um crime a fim de ocultar suas origens.
- As telecomunicações podem ser empregadas para promover *conspirações criminosas*. Os sistemas sofisticados de criptografia e as transferências de dados de alta velocidade dificultam o trabalho de interceptação das informações sobre atividades criminosas realizado por agências responsáveis pelo cumprimento da lei, o que é de especial relevância para as novas atividades criminosas internacionais.

Há indícios de que o cibercrime já está em ascensão. A fraude com base na internet foi a categoria de crime que mais cresceu na Grã-Bretanha no final da década de 1990. No ano de 1999, até o mês de setembro, a fraude e a falsificação cresceram em até 29% – um aumento de 70 mil delitos durante o curso de um ano. A alta tem sido atribuída ao crescimento no número de crimes com base na internet.

O alcance global do crime das telecomunicações apresenta desafios singulares para o cumprimento da lei. Atos criminosos perpetrados em um país têm o poder de afetar vítimas do outro lado do globo. Como observam Grabosky e Smith, esse aspecto traz implicações preocupantes para a investigação de crimes e a instauração de processos criminais, fazendo-se necessário que a polícia dos países em questão determine a jurisdição na qual o ato ocorreu e concorde em extraditar os transgressores e oferecer as evidências necessárias à acusação. Embora a cooperação da polícia através das fronteiras nacionais possa melhorar com o aumento do cibercrime, no momento, os cibercriminosos dispõem de um espaço considerável para exercerm suas manobras.

Numa época em que os sistemas financeiros, comerciais e de produção dos países estão sendo integrados eletronicamente, os níveis crescentes de fraudes na internet e de intrusões eletrônicas não autorizadas, tais como os ataques DDoS, estão servindo como avisos potentes da vulnerabilidade dos sistemas de segurança existentes para computadores. Do FBI norte-americano à força policial anti *hacker* do governo japonês, os governos estão lutando para combater as formas novas e ardilosas de atividade transnacional de computação.

### Prisões: a resposta ao crime?

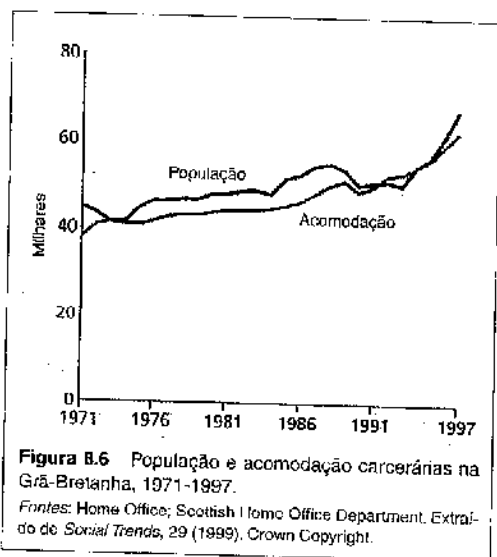
O princípio fundamental das prisões modernas é “melhorar” os indivíduos e prepará-los para desempenharem um papel adequado e correto na sociedade quando forem libertados. As prisões e a confiança nas sentenças de prisão com longa duração também são vistas como um poderoso meio de intimidação ao crime. É por essa razão que muitos políticos, ávidos para “darem uma de durões” em relação aos índices crescentes de criminalidade, preferem um sistema de justiça mais punitivo e a ampliação das instalações carcerárias. Será que as prisões produzem o efeito pretendido de “reformatar” criminosos condenados e de evitar que novos crimes sejam cometidos? Como veremos, essa é uma questão complexa, mas a evidência parece sugerir que não.

Faz poucos anos que o sistema de justiça criminal britânico tornou-se mais punitivo. Conforme demonstra a Figura 8.6, a população carcerária tem aumentado de modo constante; em 1997, havia 67 mil pessoas nas instalações de serviços carcerários, um crescimento de 10% em relação ao ano anterior (HM-SO, 1999). Há mais pessoas na cadeia na Inglaterra e no País de Gales, em proporção à população, do que em todos os outros países do oeste europeu, com exceção de Portugal (*Guar-*

## Os crimes do futuro

Imagine um mundo no qual o dinheiro em seu aspecto físico não mais exista, onde todas as posses pessoais sejam etiquetadas com *chips* eletrônicos e sua identidade pessoal seja seu bem mais valioso. De acordo com um relatório intitulado *Just around the Corner*, publicado pelo *Department of Trade and Industry* (Departamento de Comércio e Indústria, DTI, 2000), em breve, o crime passará por transformações completas proporcionadas pelos avanços da tecnologia. Dentro de duas décadas, sugere o relatório, muitos bens – como carros, câmeras e computadores – serão alvos menos atraentes ao roubo, pois estarão progra-

mados para funcionarem apenas nas mãos de seus donos legais. "Identidades" personalizadas – como *chips* de computadores, números de identificação pessoal e códigos de segurança – se tornarão ubíquos. Serão essenciais para a realização de transações *on-line*, para a utilização de "cartões de crédito inteligentes" (dinheiro virtual) e para a passagem através de sistemas de segurança. De acordo com o relatório, os casos de "fraude de identidade" e de roubos de identidades pessoais proliferarão à medida que aumentar a quantidade de aspectos da vida que necessitem da alta tecnologia.



*Mail*, 23 de fevereiro de 2000). Os tribunais ingleses e galeses também estão mais inclinados a fixar sentenças mais longas aos transgressores do que os tribunais dos outros países da Europa. Alguns críticos temem que a Grã-Bretanha esteja seguindo muito de perto o caminho dos Estados Unidos – de longe a nação mais punitiva do mundo (veja o quadro na p. 199).

De modo geral, os prisioneiros não são mais maltratados fisicamente, como já foi uma prática comum, mas, na verdade, sofrem outros tipos de privação. São privados não apenas de sua liberdade, mas também de uma renda apropriada, da companhia de suas famílias e de velhos amigos, de relacionamento heterossexuais, de suas próprias roupas e de outros itens pessoais. Vivem, freqüentemente, em condições de superlotação, tendo de aceitar procedimentos disciplinares severos e a regulação de sua vida diária.

Viver nessas condições tende a "erguer um muro" entre os internos e a sociedade exterior, em vez de ajustar seu comportamento às normas da sociedade. Os prisioneiros devem resignar-se a um ambiente muito diferente do "exterior", e os hábitos e as atitudes que eles aprendem na prisão são, na maioria das vezes, exatamente o oposto daqueles que devem adquirir. Por exemplo, eles podem desenvolver um rancor contra os cidadãos comuns em sua coletividade, aprender a aceitar a violência como algo normal, conhecer criminosos muito experientes com quem eles mantêm contatos após serem libertados e adquirir habilidades criminosas sobre as quais eles antes pouco sabiam. Por esse motivo, as prisões são, às vezes, denominadas "universidades do crime". Logo, não é surpreendente que os índices de *reincidência* – repetição do delito por parte daqueles que já estiveram presos – sejam perturbadoramente altos. Mais de 60% de todos os homens libertados após cumprirem sentenças de prisão no RU voltam à cadeia em um período de quatro anos após seus crimes originais. Como vimos anteriormente (p. 189), hoje em dia, é menos provável que os transgressores "saíam do crime" do que no passado.

Embora as evidências pareçam mostrar que as prisões não têm sucesso na reabilitação dos prisioneiros, ainda existe enorme pressão no sentido de aumentar o número de prisões e de endurecer as sentenças de prisão em relação a muitos crimes. O sistema prisional está superlotado, intensificando os apelos pela construção de novas instalações. Todavia, os críticos argumentam que os programas de construção de prisões não apenas representam um fardo exorbitantemente caro para os contribuintes suportarem, como também produzirão um impacto pequeno sobre o índice de criminalidade.

Alguns defensores da reforma penal defendem que haja uma substituição da justiça punitiva em direção a formas de **justiça restaurativa**. A "justiça restaurativa" procura conscientizar os transgressores dos efeitos de seus crimes com "sentenças" cumpridas dentro da comunidade. Os transgressores podem ser chamados a contribuir em projetos de serviço comunitário ou a participar de sessões mediadas de reconciliação com vítimas.

## Justiça punitiva: o caso dos Estados Unidos

Os Estados Unidos possuem, sem dúvida, o sistema de justiça mais punitivo do mundo. Neste momento, mais de 2 milhões de pessoas estão encarceradas nas prisões norte-americanas; e outros 4 milhões estão sob a jurisdição do sistema penal. Embora os Estados Unidos componham apenas 5% de toda a população mundial, o país responde por 25% dos prisioneiros do mundo.

O sistema prisional norte-americano emprega mais de 500 mil pessoas e sua manutenção custa 35 bilhões de dólares anuais. Foi também parcialmente privatizado, o que possibilita que as empresas privadas agora ganhem contratos de construção e de administração das prisões para acomodar a crescente população carcerária. Os críticos acusam o surgimento de um "complexo industrial-prisional": grande número de pessoas – incluindo burocratas, políticos e empregados da prisão – possuem interesses em jogo na existência e na promoção da expansão do sistema prisional.

O apoio à **pena capital** (a "pena de morte") é alto nos Estados Unidos. Em 1999, 71% dos adultos pesquisados disseram acreditar na pena capital e 21% se opunham a ela, o que representa uma alteração significativa em relação a 1965, quando 38% dos pesquisados eram a favor da pena de morte e 47% eram contra. O número de indivíduos que aguardam a execução está em uma escalada constante desde 1977, quando o Supremo Tribunal manteve as leis da pena capital do Estado (veja a Figura 8.7). No final de 1997, mais de 3 mil prisioneiros estavam no "corredor da morte"; desses, 99% eram homens, 56% eram brancos e 42% eram negros (*US Bureau of Justice, 1998*).

Os proponentes das condenações severas apontam a queda geral da criminalidade nos Estados Unidos ao longo da última década como prova de que as prisões funcionam. Os críticos discordam, alegando que a redução da crimina-

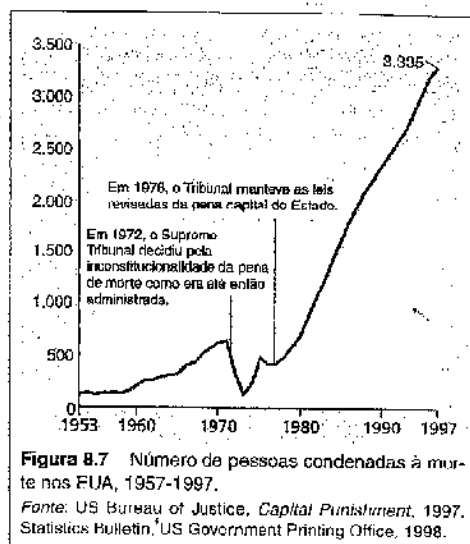


Figura 8.7 Número de pessoas condenadas à morte nos EUA, 1957-1997.

Fonte: US Bureau of Justice, *Capital Punishment, 1997*. Statistics Bulletin, US Government Printing Office, 1998.

lidade pode ser explicada por outros fatores, como a economia forte e o baixo índice de desemprego. Eles afirmam que os altos índices de encarceramento estão dissolvendo famílias e comunidades desnecessariamente. Mais de um quarto dos homens afro-americanos ou estão na prisão, ou estão sob o controle do sistema penal. Cerca de 60% dos indivíduos presos nos Estados Unidos estão cumprindo sentenças devido a crimes não-violentos relacionados a drogas. Os críticos acusam que esses desequilíbrios brutais provam que o encarceramento não é mais um "último recurso" – atualmente, a prisão virou a solução para todos os problemas sociais.

Em lugar de serem separados da sociedade e protegidos das consequências de seus atos criminosos, eles precisam ser expostos aos custos do crime de uma forma significativa.

Não existem respostas fáceis para esta controvérsia: as prisões "funcionam" ou não? Embora pareça que as prisões não conseguem ter sucesso na tarefa de reabilitar os prisioneiros, é possível que impeçam as pessoas de cometerem crimes. Mesmo que aqueles que de fato estão presos não tenham sido intimidados, o desagrado da vida na prisão pode bem deter outros. Existe aqui um problema quase intratável para os reformadores carcerários. Fazer das prisões lugares completamente desagradáveis provavelmente auxilia a intimidar transgressores potenciais, mas torna extremamente difícil alcançar as metas de reabilitação das prisões. Porém, quanto menos ri-

gorosas forem as condições das prisões, maior será a perda do efeito intimidador da detenção.

A pesar de as prisões, de fato, manterem alguns indivíduos perigosos longe das ruas, as evidências sugerem que precisamos encontrar outros meios de deter o crime. Uma interpretação sociológica do crime esclarece que não existem "mágicas". As causas do crime estão em ligação estreita com as condições estruturais da sociedade, incluindo a pobreza, a condição das áreas urbanas decadentes e as circunstâncias de vida decrepitas de muitos homens jovens. Embora as medidas de curto prazo (como as reformas que tornam as prisões lugares de reabilitação, em vez de simplesmente encarceramento) e as experiências com alternativas para a prisão (tais como os esquemas de trabalho comunitário) precisem ser mais exploradas, para que as soluções

sejam eficazes, é necessário que essas medidas estejam voltadas ao longo prazo (Currie, 1998b).

### Conclusão: crime, desvio e ordem social

Seria um erro olhar para o crime e o desvio por um ângulo inteiramente negativo. Qualquer sociedade que reconheça que os seres humanos possuem valores e interesses distintos deve encontrar espaço para os indivíduos e os grupos cujas atividades não estejam de acordo com as normas seguidas pela maioria. As pessoas que desenvolvem novas idéias na política, na ciência, na arte ou em outros campos são, em geral, vistas com suspeita ou hostilidade por aqueles que seguem meios ortodoxos. Os ideais políticos desenvolvidos na revolução norte-americana, por exemplo – liberdade do indivíduo e igualdade de oportunidade – encontraram uma forte resistência por parte de muitas pessoas da época, porém, hoje em dia, são aceitos em todo o mundo. Desviar-se das normas dominantes de uma sociedade requer coragem e resolução, mas é, com frequência, crucial para assegurar os processos de mudança que mais tarde serão vistos como de interesse geral.

Será que o “desvio prejudicial” é o preço que a sociedade deve pagar quando permite que as pessoas tenham uma margem de ação considerável para envolver-se em atividades

não-conformistas? Por exemplo, os altos índices de violência criminal são um custo cobrado de uma sociedade em troca das liberdades individuais das quais desfrutam seus cidadãos? Alguns certamente assim o sugerem, sustentando que os crimes que envolvem violência são inevitáveis em uma sociedade à qual não se aplicam definições rígidas de conformidade. Porém, quando examinada de perto, essa é uma opinião não muito convincente. Em algumas sociedades que reconhecem ampla variedade de liberdades individuais e toleram atividades desviantes (como a Holanda), os índices de crimes violentos são baixos; e, ao contrário, países onde o escopo de liberdade individual é restrito (como algumas sociedades latino-americanas) podem revelar altos níveis de violência.

Uma sociedade tolerante em relação ao comportamento desviante não implica perturbação social. Entretanto, é provável que um bom resultado somente possa ser alcançado no ponto em que as liberdades individuais estejam unidas à justiça social – em uma ordem social na qual as desigualdades não sejam desmesuradas, que dê a cada um a chance de levar uma vida plena e gratificante. Se a liberdade não estiver em equilíbrio com a igualdade, e se muitas pessoas constatarem que suas vidas estão, em grande parte, privadas de auto-realização, é provável que o comportamento desviante seja canalizado para fins socialmente destrutivos.

### Pontos Principais

1. O comportamento desviante refere-se a ações que transgridem as normas comumente defendidas. A noção de desviante pode variar conforme a época e o lugar; o comportamento “normal” em um cenário cultural pode ser rotulado de “desviante” em outro. O conceito de desvio é mais amplo que o de crime, o qual se refere apenas à conduta não-conformista que transgridem a lei.
2. As sanções, formais ou informais, são aplicadas pela sociedade para reforçar as normas sociais. As leis são normas definidas e aplicadas pelos governos.
3. As teorias biológica e física foram desenvolvidas com a pretensão de mostrar que o crime e as outras formas de desvio são geneticamente determinadas; porém, essa idéia foi amplamente desacreditada. Os sociólogos afirmam que a conformidade e o desvio são definidos de modos diferentes em contextos sociais distintos. As discrepâncias quanto à riqueza e ao poder na sociedade influem nas oportunidades que se abrem para os diferentes grupos de indivíduos e nos tipos de atividades que são consideradas criminosas. As atividades criminosas são aprendidas quase da mesma forma que aquelas que estão dentro da lei e, de um modo geral, estão voltadas para as mesmas necessidades.
4. As teorias funcionalistas vêem o crime e o desvio como produtos das tensões estruturais e de uma falta de regulação moral dentro da sociedade. Durkheim introduziu o termo “anomia” para referir-se a um sentimento de ansiedade e de-

orientação proveniente do colapso da vida tradicional na sociedade moderna. Robert Merton estendeu o conceito incluindo a pressão que os indivíduos sentem sempre que as normas entram em conflito com a realidade social. As explicações subculturais, isto é, em termos de subculturas chamam a atenção para grupos (como as gangues) que rejeitam os valores dominantes, substituindo-os por normas que celebram o desvio, a delinqüência ou a não-conformidade.

5. A teoria da rotulação (que supõe que rotular alguém de desviante reforçará seu comportamento desviante) é importante porque parte da suposição de que nenhum ato é intrinsecamente criminoso (ou normal). Os teóricos da rotulação interessam-se pela forma como alguns comportamentos vêm a ser definidos como desviantes e pelas razões que levam determinados grupos, mas não outros, a serem rotulados como desviantes.
6. As teorias de conflito analisam o crime e o desvio em termos da estrutura da sociedade, dos interesses concorrentes existentes entre os grupos sociais e da preservação do poder entre as elites. O Novo Realismo de Esquerda (NRE) é uma tendência da criminologia que é influenciada por essa tradição, mas que dela se afasta em aspectos importantes. O NRE atrai a atenção para as vítimas do crime, exigindo mudanças políticas práticas para que a aplicação da lei responda melhor às comunidades, particularmente nas áreas urbanas decadentes.

7. As teorias de controle postulam que o crime ocorre quando existem controles sociais ou físicos inadequados para impedi-lo de acontecer. O aumento da criminalidade está ligado ao crescente número de oportunidades e alvos para o crime nas sociedades modernas. A teoria das janelas quebradas sugere que há uma conexão direta entre a aparência da desordem e o crime de fato.
8. Em qualquer sociedade, é difícil avaliar a extensão do crime, pois nem todos os crimes são denunciados. Os "números ocultos" do crime não-registrado referem-se aos delitos não-captados nas estatísticas oficiais. Os estudos de vitimização (levantamentos que perguntam a entrevistados se estes foram vítimas de algum tipo de crime durante o ano anterior) revelam a discrepância entre os índices de criminalidade oficiais e as experiências reais das pessoas.
9. Os índices de crimes registrados na Grã-Bretanha estão em elevação desde a década de 1950, e os cidadãos percebem que os riscos em relação ao crime são bem maiores do que no passado. As reações políticas ao crime incluem uma intensificação da atividade de cumprimento à lei, técnicas situacionais de prevenção do crime (como a vigilância e o endurecimento em relação ao alvo), serviços de segurança privados e iniciativas de policiamento comunitário.
10. Os índices da criminalidade feminina são bem menores do que os da masculina, provavelmente devido a diferenças na socialização entre homens e mulheres, de modo geral, além do maior envolvimento dos homens nas esferas não-domésticas. O desemprego e a "crise da masculinidade" associam-se aos índices da criminalidade masculina. Em alguns tipos de crime, as mulheres são predominantemente as vítimas. O estupro é, com certeza, muito mais comum do que revelam as estatísticas oficiais. Há uma opinião geral segundo a qual todas as mulheres são vítimas de estupro, uma vez que elas devem tomar precauções especiais para sua proteção e vivem com medo de serem estupradas. Os homens e as mulheres homossexuais sofrem altos níveis de vitimização criminal e assédio, embora sejam, freqüentemente, vistos como "melecadores" do crime, em vez de como vítimas inocentes, por causa de sua posição marginalizada na sociedade.
11. O temor popular em relação ao crime, em geral, concentra-se nos crimes de rua – tais como o roubo, o arrombamento e a agressão – cujo domínio é, em grande parte, de jovens do sexo masculino, pertencentes à classe trabalhadora. As estatísticas oficiais revelam altos índices de delitos entre os jovens, no entanto, devemos ser cautelosos quanto ao pânico moral em relação ao crime juvenil. Muitos tipos de comportamento desviante encontrados entre os jovens, como o comportamento anti-social e a não-conformidade, na verdade, não são criminosos.
12. O crime do colarinho-branco e o crime das corporações referem-se aos crimes executados por indivíduos pertencentes aos setores mais afluentes da sociedade. As consequências desse tipo de crime podem ter um alcance bem maior do que no caso dos crimes menores cometidos por pessoas pobres; porém, o cumprimento da lei presta menos atenção a esses crimes. O crime organizado refere-se às formas institucionalizadas de atividade criminosa, nas quais aparecem muitas das características das organizações ortodoxas, mas que empregam atividades sistematicamente ilegais. O cibercrime representa a atividade criminosa executada com o auxílio da tecnologia da informação, como a lavagem eletrônica de dinheiro e a fraude na internet.
13. O desenvolvimento das prisões visa em parte à proteção da sociedade, tendo também a intenção de "reformatar" os criminosos. Aparentemente, as prisões não conseguem impedir o crime, e é dúbio o grau de reabilitação que elas proporcionam para que os prisioneiros possam enfrentar o mundo exterior sem recaírem na criminalidade. A reincidência refere-se à repetição do delito por parte dos indivíduos que já estiveram presos. Há sugestões de alternativas para a prisão, como as sentenças de prestação de trabalhos à comunidade.

### Questões para Reflexão

- |   |  |
|---|--|
| <p>1. Como a conduta de um indivíduo rotulado como "desviante" pode ser interpretada de um modo diferente da conduta de uma pessoa "normal"?</p> <p>2. Por que os levantamentos das vítimas podem oferecer um quadro da extensão do crime que tenha maior validade do que as estatísticas oficiais?</p> <p>3. Hoje em dia, a função dos policiais é, principalmente, prestar informações?</p> | <p>4. Com o crescente ingresso das mulheres na esfera pública, as mudanças na criminalidade feminina são inevitáveis?</p> <p>5. O executivo das corporações é um criminoso mais representativo do que um jovem desempregado?</p> <p>6. De que forma os processos de globalização afetam o crime?</p> |
|---|--|

### ***Leitura Complementar***

---

**Erich Goude**, *Deviant Behaviour* (Upper Saddle River, N.J.: Prentice Hall, 1997).

**Simon Holdaway e Paul Rock** (eds), *Thinking about Criminology* (London: UCL Press, 1998).

**Paul Walton e Jock Young** (eds), *The New Criminology Revisited* (London: Macmillan, 1998).

### ***Endereços na Internet***

---

Australian Institute of Criminology (Instituto Australiano de Criminologia)

[www.aic.gov.au](http://www.aic.gov.au)

*British Journal of Criminology* (Periódico Britânico sobre Criminologia)

[www3.oup.co.uk/crimin](http://www3.oup.co.uk/crimin)

Home Office (UK) (Ministério dos Negócios Interiores) (RU)

[www.homeoffice.gov.uk](http://www.homeoffice.gov.uk)

Institute of Criminology, da University of Cambridge (Instituto de Criminologia da Universidade de Cambridge)

<http://www.law.cam.ac.uk/crim/CRIMLINK.ITM>

NACRO – interessado na prevenção do crime e no bem-estar dos transgressores

[www.nacro.org.uk](http://www.nacro.org.uk)

# Raça, Etnicidade e Migração

# 9

<b>Compreendendo a raça e a etnicidade</b>			
Raça	205	<b>A imigração para o Reino Unido</b>	219
Etnicidade	206	Mudanças na política de imigração da Grã-Bretanha	219
<b>Preconceito, discriminação e racismo</b>	208	<b>A diversidade étnica no Reino Unido</b>	220
Racismo	209	Empregos e sucesso econômico	222
<b>Explicando o racismo e a discriminação étnica</b>	210	Habitação	224
Interpretações psicológicas	210	Raça e crime	225
Interpretações sociológicas	211	<b>A imigração e as relações étnicas no continente</b>	227
<b>Integração étnica e conflito étnico</b>	213	A migração e a União Europeia	227
Modelos de integração étnica	213	Refugiados, pessoas em busca de asilo e migrantes por motivos econômicos	228
Conflito étnico	214	<b>Conclusão</b>	230
<b>Migração global</b>	214	Pontos principais	230
Movimentos migratórios	215	Questões para reflexão	231
Diásporas globais	216	Leitura complementar	231
		Endereços na internet	232





## 9: Raça, Etnicidade e Migração

**A**té a década passada, a África do Sul era governada pelo *apartheid* – um sistema de segregação racial forçada. Sob o *apartheid*, todo sul-africano era classificado em uma das quatro categorias: branco (descendentes dos imigrantes europeus), “de cor” (pessoas cuja descendência é traçada a partir de membros de mais de uma “raça”), asiáticos e negros. A minoria branca sul-africana, compreendendo aproximadamente 13% da população, dominava a maioria não-branca. Os não-brancos não tinham direito ao voto nem à representação no governo central. A segregação era imposta a todos os níveis da sociedade, desde os locais públicos, como banheiros e vagões de trem, até os bairros residenciais e as escolas. Milhões de negros eram arrebanhados nos chamados “*homelands*”\*, bem afastados das principais cidades, vivendo como trabalhadores-migrantes em minas de ouro e de diamantes.

O *apartheid* era codificado em lei, mas imposto por meio da violência e da brutalidade. O Partido Nacional, que formalizou o *apartheid* após a chegada ao poder, em 1948, aproveitou os órgãos responsáveis pelo cumprimento da lei e pela segurança para reprimir toda a resistência ao regime. Os grupos de oposição foram declarados ilegais, e os dissidentes políticos detidos sem julgamento e, muitas vezes, torturados. As manifestações pacíficas frequentemente acabavam em violência. Após anos de condenação internacional, de sanções econômicas e culturais e de uma resistência doméstica crescente, o regime do *apartheid* começou a se enfraquecer. Quando F.W. De Klerk tornou-se presidente da África do Sul, em 1989, herdou um país afundado em uma profunda crise e praticamente ingovernável.

Em 1990, De Klerk suspendeu a interdição ao African National Congress (ANC), Partido Congresso Nacional Africano, o principal partido de oposição, e libertou seu líder, Nelson Mandela, após 27 anos de prisão. Na sequência, houve uma série de negociações complexas que abriram caminho para a primeira eleição nacional da África do Sul com a participação de brancos e não-brancos. Em 27 de abril de 1994, o ANC recebeu um total esmagador de 62% dos votos, e Nelson Mandela tornou-se o primeiro presidente pós-*apartheid* da África do Sul.

A tarefa que Mandela e o ANC tiveram de enfrentar era enorme. Em um país de 38 milhões de pessoas, 9 milhões eram analfabetas e 20 milhões viviam sem eletricidade. O desemprego estava difundido. Mais da metade da população negra era analfabeta e as taxas de mortalidade infantil eram dez vezes maiores entre os negros do que entre os brancos. Mas, além de ser uma sociedade profundamente desigual em termos materiais, a África do Sul também era extremamente dividida. Décadas de dominação ideológica, que tinham como premissa a crença na superioridade racial, deixaram cicatrizes no país e a

necessidade desesperada de reconciliação. As atrocidades do regime do *apartheid* exigiram a reparação, e a cultura da opressão racial precisou ser desmantelada. As tensões étnicas dentro da população africana culminavam em explosões de violência, ameaçando o desencadeamento de uma guerra civil.

Durante o seu mandato de presidente, o qual se encerrou em 1999, Mandela diligentemente estabeleceu a base para a construção de uma sociedade multiétnica equitativa. A constituição adotada em 1996 é uma das mais progressistas do mundo, declarando ilegal todo o tipo de discriminação com base em raça, origem étnica ou social, ou em religião e crença, além das discriminações baseadas em orientação sexual, incapacidade e gravidez. Os apelos repetidos de Mandela por um “novo patriotismo” buscaram agrupar tanto os “brancos nervosos” quanto os “negros impacientes” em um projeto comum para a construção de uma nação. Grupos políticos dissidentes, como o *Inkatha Freedom Party* (IFP), com base zulu, foram introduzidos no governo a fim de reduzir tensões étnicas e políticas que pudessem levar à violência.

Um dos eventos mais notáveis que ocorreram durante a presidência de Mandela teve por finalidade lidar com o legado do passado do *apartheid*. Com início em abril de 1996 e encerramento em julho de 1998, a *Truth and Reconciliation Commission* (TRC) (Comissão Verdade e Reconciliação) realizou audiências em comunidades espalhadas pela África do Sul, com o intuito de investigar os abusos aos direitos humanos que ocorreram sob o *apartheid*. O arcebispo e Prêmio Nobel Desmond Tutu conduziu a TRC na investigação dos atos e dos abusos cometidos entre 1960 e 1994. Mais de 21 mil testemunhos foram dados e registrados; as sessões foram abertas ao público e tiveram ampla cobertura da mídia. As audiências da TRC foram planejadas para revelar a todos as realidades da era do *apartheid* – das mais horríveis às mais banais; elas não se destinavam a servir de julgamento ou a ordenar punições. Àqueles que cometeram crimes durante o *apartheid*, incluindo policiais e autoridades de segurança, ofereceu-se anistia em troca de testemunhos honestos e da “revelação completa” de todas as informações relevantes.

Em 1998, a *Truth and Reconciliation Commission* publicou um relatório de 3.500 páginas sobre as suas descobertas. Não é de se surpreender que o governo do *apartheid* tenha sido identificado como o principal perpetrador de abusos aos direitos humanos, embora as transgressões cometidas por outras organizações, incluindo o ANC, também tenham sido observadas. Algumas pessoas criticaram a TRC por não passar de um arquivo dos crimes da era do *apartheid*, incapaz de “corrigir os erros” que ocorreram. Porém, outros acreditam que o simples processo de reunir testemunhos – daqueles que cometeram os abusos e daqueles que foram vítimas deles – pôs em foco as injustiças da era *apartheid*.

Sozinha, a TRC certamente não pode superar as décadas de divisão e discriminação raciais. A África do Sul continua sendo uma sociedade com rupturas, que luta contra o extremis-

\* N. de T. *Homelands* eram as áreas reservadas às pessoas negras na África do Sul.

mo e a intolerância. Uma sucessão de “projetos de lei para a transformação”, aprovados em 2000, declarou a ilegalidade do discurso de incentivo ao ódio e estabeleceu uma série de “tribunais de igualdade” para ouvirem acusações de discriminação racial. No entanto, as audiências da TRC foram um poderoso episódio da história sul-africana pós *apartheid*, estabelecendo um novo padrão de abertura e de honestidade para tratar das divisões raciais. A TRC forçou a atenção para as conseqüências perigosas do ódio racial e, por meio de seu próprio exemplo, demonstrou o poder da comunicação e do diálogo no processo de reconciliação.

Neste capítulo, investigaremos as noções de “raça” e etnicidade, questionando por que as divisões raciais e étnicas frequentemente geram conflitos sociais – como ocorreu na África do Sul e em muitas outras sociedades. Após observarmos como os cientistas sociais entendem e empregam os conceitos de raça e etnicidade, voltaremos nossa atenção para tópicos sobre o preconceito, a discriminação e o racismo e discutiremos as interpretações psicológicas e sociológicas que ajudam a explicar sua recorrência. A partir desse ponto, lidaremos com modelos de integração étnica e exploraremos exemplos de conflitos étnicos, antes de passarmos para padrões de migração global que estão promovendo uma integração entre as populações humanas. Nas seções finais deste capítulo, nos concentraremos na diversidade e nas relações étnicas no Reino Unido e na Europa, prestando atenção especial às tendências imigratórias e aos padrões de desigualdade étnica.

## Compreendendo a raça e a etnicidade

### Raça

O conceito de raça é um dos mais complexos da sociologia, especialmente devido à contradição entre seu uso cotidiano e sua base científica (ou inexistência desta). Muitas pessoas, hoje em dia, enganam-se ao acreditar que os seres humanos possam ser facilmente separados em raças biologicamente diferentes; o que não é uma surpresa, considerando-se as numerosas tentativas feitas pelos estudiosos de estabelecer categorizações raciais entre os povos. Alguns autores distinguem quatro ou cinco raças principais, enquanto outros chegam a reconhecer três dúzias.

As teorias científicas sobre a raça surgiram no final do século XVIII e início do século XIX, sendo utilizadas para justificar a ordem social emergente à medida que a Inglaterra e outras nações da Europa tornavam-se potências imperiais que submetiam territórios e populações ao seu domínio. O conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), às vezes chamado de “pai do racismo moderno”, propôs a existência de três raças: brancos (*Caucasianos*), negros (*Negróides*) e amarelos (*Mongolóides*). Segundo De Gobineau, a raça branca possui inteligência, moralidade e força de vontade superiores; são essas qualidades herdadas que subjazem à expansão da influência ocidental pelo mundo. Os negros, em contraste, são os menos capazes, marcados por uma natureza animal, uma falta de mo-

ralidade e uma instabilidade emocional. As idéias de De Gobineau, e de proponentes da mesma linha do racismo científico, mais tarde influenciaram Adolf Hitler, que as transformou na ideologia do partido nazista, e outros grupos de supremacia branca, como a Ku Klux-Klan (nos Estados Unidos) e os arquitetos do *apartheid* (na África do Sul).

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a “ciência racial” foi completamente desacreditada. Em termos biológicos, não existem “raças” com contornos definidos, apenas uma gama de variações físicas nos seres humanos. As diferenças de tipos físicos entre os grupos humanos surgem da procriação consanguínea da população, que varia de acordo com o grau de contato existente entre diferentes grupos sociais ou culturais. Os grupos de população humana são um *continuum*. A diversidade genética encontrada dentro de populações que compartilham traços físicos visíveis é tão grande quando a diversidade entre estes. Em virtude desses fatos, a comunidade científica praticamente abandonou o conceito de raça. Muitos cientistas sociais concordam nessa questão, argumentando que a raça não passa de um constructo ideológico cuja utilização nos círculos acadêmicos apenas perpetua a convicção comum da existência de um fundamento biológico (Miles, 1993). Outros cientistas sociais discordam, alegando que a raça, enquanto conceito, possui significado para muitas pessoas, mesmo que sua base biológica tenha sido desconsiderada. Para a análise sociológica, eles sustentam, a raça continua sendo um conceito vital, ainda que altamente contestado; por isso, alguns estudiosos preferem utilizar a palavra “raça” entre aspas a fim de refletir seu uso enganoso, porém corriqueiro.

O que é a raça, então, se não se refere às categorias biológicas? Existem diferenças físicas claras entre os seres humanos, e algumas delas são herdadas. Mas a questão que busca explicar por que algumas diferenças, e não outras, tornam-se casos de discriminação social e de preconceito não tem nenhuma relação com a biologia. Logo, as diferenças raciais devem ser entendidas como variações físicas que os membros de uma comunidade ou sociedade selecionam como socialmente significativas. Diferenças de cor de pele, por exemplo, são tratadas como significativas, ao passo que diferenças na cor dos cabelos não o são. A raça pode ser entendida como um conjunto de relações sociais que permitem situar os indivíduos e os grupos e determinar vários atributos ou competências com base em aspectos biologicamente fundamentados. As distinções raciais representam mais do que formas de descrever as diferenças humanas – são também fatores importantes na reprodução de padrões de poder e de desigualdade dentro da sociedade.

O processo pelo qual as interpretações de raça são empregadas na classificação de indivíduos ou de grupos de pessoas é denominado **racialização**. O significado histórico do conceito de racialização está ligado ao fato de que certos grupos de pessoas acabavam sendo rotulados como se constituíssem grupos biologicamente distintos, com base em aspectos físicos de ocorrência natural (como nas idéias divulgadas por De Gobineau). A partir do período da história que teve início no século XV, à medida que os europeus intensificaram o contato com povos provenientes de diferentes regiões do mundo, tentou-se

sistematizar o conhecimento através da categorização e da explicação dos fenômenos naturais e sociais. Populações não-europeias foram "racializadas", em oposição à "raça branca" europeia. Em algumas situações, essa racialização assumiu formas institucionais "codificadas", como no caso da escravidão, nas colônias norte-americanas, e do *apartheid*, na África do Sul. O mais comum, no entanto, foi a racialização *de facto* das instituições sociais cotidianas. Dentro de um sistema racializado, aspectos referentes à vida diária dos indivíduos – incluindo emprego, relações pessoais, habitação, serviços de saúde, educação e representação legal – são moldados e constringidos pelas próprias posições racializadas destes dentro do sistema.

### Etnicidade

Enquanto a idéia de raça implica, erroneamente, a noção de algo definitivo e biológico, o conceito de "etnicidade" tem um significado puramente social. A **etnicidade** refere-se às práticas e às visões culturais de determinada comunidade de pessoas que as distinguem de outras. Os membros dos grupos étnicos consideram-se culturalmente distintos de outros grupos da sociedade, e, em troca, são vistos dessa forma por esses outros grupos. Diferentes características podem servir para distinguir um grupo étnico do outro, mas as mais comuns são língua, história ou linhagem (real ou imaginada), religião e estilos de roupas ou de adornos. As diferenças étnicas são completamente aprendidas, um ponto que parece evidente até nos lembrar

mos de como é comum alguns grupos serem considerados "soberanos natos" ou "preguiçosos", "ignorantes" e assim por diante. Na verdade, não há nada de inato na etnicidade; é um fenômeno puramente social, produzido e reproduzido ao longo do tempo. Através da socialização, os jovens assimilam os estilos de vida, as normas e as crenças de suas comunidades.

Para muitas pessoas, a etnicidade é central para a identidade do indivíduo e do grupo. Ela consegue oferecer uma importante linha de continuidade com o passado, sendo, normalmente, mantida viva através da prática das tradições culturais. A cada ano, a vibração e a engenhosidade dos desfiles de carnaval evocam o Caribe nas ruas de Notting Hill, em Londres. Outro exemplo é a terceira geração de norte-americanos descendentes de irlandeses, que, com orgulho, pode identificar-se como anglo-americano\*, apesar de seus integrantes terem vivido a vida inteira nos Estados Unidos. As tradições e os costumes irlandeses são normalmente passados de uma geração de família para a outra e dentro da comunidade irlandesa mais ampla. Embora seja mantida dentro da tradição, a etnicidade não é estática nem imutável, mas, sim, variável e adaptável a circunstâncias inconstantes. No caso dos anglo-americanos, por exemplo, é possível perceber como costumes populares originados na Irlanda foram mantidos, embora transformados no contexto da sociedade norte-americana. Os animados desfiles do St.

\* N. de R. T. Relativo à Grã-Bretanha e aos EUA. Os anglos constituem um povo germânico antigo que colonizou o centro e o norte da Inglaterra e a elite do norte. A Grã-Bretanha compreende, além da Inglaterra, do País de Gales e da Escócia, a Irlanda do Norte aqui referida.



A celebração do Ano Novo Chinês, com suas apresentações e decorações, não é apenas um evento pitoresco que ocorre todos os anos em Soho, mas é um importante símbolo de continuidade cultural para a comunidade chinesa de Londres.

## Identidade "negra"

O uso do termo "negro" para descrever indivíduos e populações tem sofrido transformações fundamentais ao longo dos anos e continua sendo extremamente contestado. Durante muito tempo, a palavra "negro" era um rótulo pejorativo atribuído por brancos. Foi somente na década de 1960 que os norte-americanos e os britânicos de origem africana "reclamaram" o termo e aplicaram-no a si mesmos de modo positivo. A palavra "negro" tornou-se uma fonte de orgulho e de identidade, em vez de um estigma racial. O lema "negro é lindo" e o conceito motivacional do "poder negro" foram centrais para o movimento de liberação negra. Essas idéias foram aproveitadas em oposição à dominação simbólica da "branquidade" sobre a "negritude". À medida que o termo "negro" ganhou maior aceitação dentro da sociedade, este começou a ser aplicado a não-brancos sem origem africana – particularmente asiáticos. Porém, o termo "negro" era mais do que simplesmente um rótulo, continha também uma mensagem política subjacente. Como todo o povo "negro" vivenciou o racismo e a exclusão nas mãos da população branca, havia um apelo para que eles se mobilizassem em torno de sua identidade negra comum na pressão por mudanças.

No final dos anos de 1980, alguns estudiosos e membros de grupos étnicos minoritários começaram a contestar a utilização do termo "negro" na referência ao conjunto da população não-branca. Embora reconhecessem que os não-brancos compartilham da mesma opressão, eles sustentam que o termo "negro" obscurece as diferenças existentes entre os grupos étnicos. De acordo com aqueles que se opõem ao ter-

mo, deve-se prestar mais atenção às experiências distintas dos grupos étnicos minoritários, em vez de presumir uma experiência compartilhada. Tariq Modood tem sido um dos principais críticos, afirmando que o termo "negro" é empregado de um jeito muito vago – de vez em quando significando apenas pessoas com origem africana, e outras vezes referindo-se também aos asiáticos coletivamente. Ele acredita que o termo confere uma ênfase exagerada à opressão baseada na cor da pele, desprezando boa parte do racismo estabelecido culturalmente. De acordo com Modood, os asiáticos, em geral, tendem a não se considerar "negros" devido às fortes conotações que há entre o termo "negro" e a experiência das pessoas de origem africana. Por fim, Modood (1994) chama atenção para o fato de que a palavra "negro" implica uma identidade essencial que é inerentemente falsa. As populações não-brancas possuem muitas identidades diversas, da mesma forma que os grupos pertencentes à chamada população "branca".

Não há um consenso claro quanto à utilização do termo "negro" na sociologia. Embora as críticas levantadas por Modood e por outros certamente sejam válidas, o termo "negro" continua sendo útil para expressar a experiência compartilhada do racismo branco com a qual a maioria dos não-brancos se depara. Correntes recentes dentro da sociologia, contudo, parecem justificar as preocupações de Modood. Escritores ligados à escola pós-moderna tendem a salientar as diferenças entre os grupos étnicos minoritários, em lugar de discorrerem sobre o significado de uma identidade "negra" coletiva.

Patrick's Day, em muitas cidades dos EUA, são um exemplo de como a herança irlandesa foi remodelada de um jeito claramente norte-americano. Exemplos semelhantes podem ser encontrados em todo o globo nos casos em que as populações – como resultado da migração, da guerra, do deslocamento dos mercados de trabalho ou de outros fatores – se misturam para gerar comunidades etnicamente diversas.

Os sociólogos normalmente preferem o termo "etnicidade" por se tratar de um conceito de significado eminentemente social. Entretanto, as referências à etnicidade e às diferenças étnicas podem ser problemáticas, especialmente se sugerirem contraste com uma norma "não-étnica". Na Grã-Bretanha, por exemplo, é comum empregar a etnicidade para referir-se às práticas e tradições culturais que diferem das práticas britânicas "nativas". O termo genérico "étnico" aplica-se a domínios tão diversos como cozinha, roupas, música e bairros para designar práticas "não-britânicas". Utilizando-se rótulos étnicos dessa forma coletiva, corre-se o risco de criar divisões entre "nós" e "eles", nas quais certos elementos da população são vistos como "étnicos" e outros não. Na verdade, a etnici-

dade é um atributo que todos os membros de uma população possuem, e não apenas determinados segmentos desta. Contudo, conforme veremos, na prática, a etnicidade está, com maior frequência, associada a grupos minoritários dentro de uma população.

### Grupos minoritários

A noção de **grupos minoritários** (geralmente *minorias étnicas*) é amplamente empregada na sociologia, sendo mais do que uma distinção meramente numérica. Em um sentido estatístico, existem muitas minorias – tais como as pessoas que medem mais de 1,80 m, ou que pesam mais de 100 kg –, porém essas não são minorias segundo o conceito sociológico. Na sociologia, os membros de um grupo minoritário estão em desvantagem se comparados com a população majoritária e possuem um senso de solidariedade de grupo, i.e., de que juntos formam um grupo. A experiência de ser objeto de preconceito e discriminação normalmente reforça os sentimentos de lealdade e de interesses em comum.

Assim, é comum os sociólogos empregarem o termo "minoria" em um sentido não-literal quando se referem à posição subordinada de um grupo dentro da sociedade, e não à sua representação numérica. Há muitos casos nos quais uma "minoria" é, na verdade, a maioria! Em algumas regiões geográficas, como em áreas urbanas decadentes, os grupos de minorias étnicas compõem a maioria da população, mas, no entanto, são citados como "minorias", já que o termo "minoria" expressa sua situação de desamparo. As mulheres, às vezes, são descritas como um grupo minoritário, embora constituam a maioria numérica em muitos países. Porém, como, em comparação com os homens (os "majoritários"), as mulheres tendem a ser desfavorecidas, o termo também se aplica a elas.

Os membros dos grupos minoritários, muitas vezes, tendem a se ver como pessoas distanciadas da maioria, estando normalmente isoladas física e socialmente da comunidade em um sentido mais amplo. Costumam concentrar-se em certos bairros, cidades ou regiões de um país. Há poucos casamentos entre pessoas do grupo majoritário e membros do grupo minoritário, ou entre grupos minoritários. Os indivíduos pertencentes à minoria, às vezes, promovem ativamente a *endogamia* (casamento realizado dentro do grupo) a fim de manter viva sua distinção cultural.

Alguns estudiosos preferem falar de "minorias" para referirem-se coletivamente a grupos que tenham sofrido preconceito nas mãos da sociedade "majoritária". O termo "minorias" atrai a atenção para a difusão da discriminação, realçando a existência de atributos comuns entre as experiências de vários grupos subordinados dentro da sociedade. Um exemplo está no fato de o anti-semitismo, a homofobia e o racismo possuírem muitos aspectos em comum, revelando como a opressão contra grupos diferentes pode assumir formas semelhantes. Ao mesmo tempo, entretanto, quando se fala coletivamente em "minorias", pode-se acabar fazendo generalizações em termos de discriminação e opressão que não refletem com precisão as experiências de grupos individuais. Apesar de os homossexuais e os paquistaneses serem ambos grupos minoritários em Londres, o modo como eles sofrem a segregação na sociedade está longe de ser idêntico.

Muitas minorias distinguem-se étnica e fisicamente do resto da população. Esse é o caso dos nativos da Índia Ocidental e dos asiáticos que vivem na Grã-Bretanha, por exemplo, e dos afro-americanos, chineses e de outros grupos nos Estados Unidos. Conforme observamos acima, na prática, a denominação de um grupo ou de um conjunto de tradições como "étnico" ocorre de uma forma um tanto seletiva. Enquanto os nativos das Índias Ocidentais, na Grã-Bretanha, e os afro-americanos, nos Estados Unidos, são exemplos claros de minorias étnicas, é menos provável que os britânicos e os norte-americanos de origem italiana ou polonesa sejam considerados minorias étnicas. Diferenças físicas, como a cor da pele, são, com frequência, o fator decisivo para designar uma minoria étnica. Como veremos neste capítulo, as distinções étnicas raramente são neutras, mas é comum estarem associadas a de-

sigualdades em relação à riqueza e ao poder, assim como a antagonismos entre grupos.

## Preconceito, discriminação e racismo

O conceito de raça é moderno, mas o preconceito e a discriminação têm se difundido há muito pela história humana. Em primeiro lugar, é necessário que tracemos uma distinção clara entre eles. O **preconceito** refere-se a opiniões ou atitudes defendidas por membros de um grupo em relação a outro grupo. Os pontos de vista preconcebidos de uma pessoa preconceituosa, em geral, se baseiam em boatos, ao invés de em evidências diretas, e resistem a mudanças, mesmo diante de novas informações. As pessoas podem nutrir preconceitos favoráveis em relação a grupos com os quais se identificam e preconceitos negativos contra outros. Quem é preconceituoso em relação a um grupo específico se recusará a escutá-lo de maneira justa.

Os preconceitos estão freqüentemente embasados em estereótipos, em caracterizações líxas e inflexíveis de um grupo de pessoas, sendo, em geral, aplicados a grupos étnicos minoritários – como a noção de que todos os homens negros possuem naturalmente um porte atlético, ou a de que todos os orientais são estudantes aplicados e esforçados. Em alguns estereótipos, há um traço de verdade, mas são extremamente exagerados. Outros são simplesmente um mecanismo de **deslocamento**, nos quais sentimentos de hostilidade ou de raiva são direcionados contra objetos que não constituem a verdadeira origem desses sentimentos. Os estereótipos ficam incrustados nas interpretações culturais, e seu desgaste é difícil, mesmo quando se trata de distorções grosseiras da realidade. A convicção de que as mães solteiras são dependentes da previdência social e recusam-se a trabalhar é um exemplo de estereótipo persistente sem embasamento efetivo. Na realidade, é grande o número de mães solteiras que trabalham, e muitas das que recebem os benefícios da previdência prefeririam trabalhar, mas não têm acesso a creches públicas.

Se o preconceito define as atitudes e as opiniões, a **discriminação** refere-se ao comportamento concreto em relação a um grupo ou indivíduo. A discriminação pode ser percebida em atividades que excluem membros de um grupo das oportunidades abertas a outras pessoas, como quando um britânico negro é recusado em um emprego disponibilizado para uma pessoa branca. Apesar de o preconceito ser, com frequência, a base da discriminação, ambos podem existir separadamente. As pessoas podem ter atitudes preconceituosas involuntárias, e, igualmente importante, a discriminação não deriva necessariamente do preconceito. Por exemplo, brancos que queiram comprar casas podem evitar comprá-las em bairros predominantemente negros não por causa das atitudes de hostilidade que eles possam ter em relação a quem vive lá, mas devido a preocupações quanto à queda de valor da propriedade. Nesse caso, as atitudes preconceituosas influenciam a discriminação, porém de uma maneira indireta.

## O caso Stephen Lawrence

Em 1993, um adolescente negro, chamado Stephen Lawrence, foi morto em um ataque por motivos raciais, nas mãos de cinco jovens brancos, quando ele esperava o ônibus, na parada, com um amigo, no sudeste de Londres. Sem ser provocado, o rapaz lançou-se sobre Lawrence, apunhalou-o duas vezes e deixou-o estendido na calçada para morrer. O fato de ninguém ter sido condenado por seu assassinato é visto como um grave erro judicial e um testemunho da difusão do racismo nos sistemas de aplicação das leis e de justiça criminal.

A comissão de inquérito do caso concluiu que a investigação sobre o assassinato de Lawrence foi mal-conduzida desde o princípio (Macpherson, 1999). Os policiais que chegaram à cena do crime pouco se esforçaram para perseguir os agressores de Lawrence e demonstraram falta de respeito com relação a seus pais, negando o acesso destes a informações sobre o caso às quais eles tinham direito. Supôs-se, erroneamente, que Lawrence estivesse envolvido em uma briga de rua, e não que fosse uma vítima inocente de um ataque racista não-provocado. A vigilância dos suspeitos, por parte da polícia, foi mal-organizada e conduzida com "falta de urgência"; as buscas nos domicílios dos suspeitos, por exemplo, não foram executadas com rigor, apesar das dicas que descreviam onde as armas poderiam estar escondidas. Servidores mais antigos que tinham condições de intervir no caso para corrigir esses erros não o fizeram. Durante o curso da investigação e dos inquéritos subsequentes, os policiais retiveram informações vitais, protegeram uns aos outros e recusaram-se a assumir responsabilidade pelos erros.

Graças à perseverança dos pais de Lawrence, três dos suspeitos foram levados a julgamento em 1996, mas o caso desabou quando um juiz decretou que a evidência apresentada por uma testemunha era inadmissível. Em 1997, Jack Straw, o secretário dos Negócios Interiores, anunciou que o inquérito do caso Lawrence estava completo; e os resultados

foram publicados em 1999, no Relatório Macpherson. Os autores do relatório foram claros:

As conclusões a serem extraídas a partir de todas as evidências relacionadas à investigação do assassinato de um homem racista de Stephen Lawrence são claras. Não restam dúvidas de que houve erros fundamentais. A investigação foi arruinada por uma combinação de incompetência profissional, racismo institucional e um fracasso de liderança por parte dos servidores mais antigos.

A acusação de *racismo institucional* foi uma das consequências mais importantes do inquérito. Os autores do relatório concluíram que não apenas a Polícia Metropolitana, mas muitas outras instituições, incluindo o sistema de justiça criminal, estão implicadas em um "fracasso coletivo (...) em oferecer um serviço profissional e apropriado às pessoas, por causa de sua cor, cultura ou origem étnica, o que pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamento e equivale à discriminação através do preconceito inconsciente, da ignorância, do descuido e da formação de um estereótipo racista que prejudica os indivíduos pertencentes à minoria étnica" (Macpherson, 1999).

O Relatório Macpherson concluiu que "é incumbência de cada instituição examinar suas políticas e o resultado destas" para assegurar que nenhum segmento da população seja prejudicado. Foram divulgadas 70 recomendações para melhorar a forma como os crimes racistas são controlados, incluindo o treinamento de policiais para uma consciência de raça, poderes disciplinares mais fortes para remover servidores racistas, definições mais claras do que constitui um incidente racista e um compromisso na ampliação do número total de servidores negros e asiáticos na força policial.

## Racismo

O conceito de raça é fundamental para a existência do **racismo** — o preconceito baseado em distinções físicas socialmente significativas. Uma pessoa racista é aquela que acredita que alguns indivíduos são superiores ou inferiores a outros com base em diferenças racializadas. O racismo é geralmente considerado o comportamento ou as atitudes manifestados por determinados indivíduos ou grupos. Um indivíduo pode professar suas convicções racistas ou pode participar de um grupo, como uma organização de supremacia branca, que promove uma agenda racista. Todavia, muitos defendem a noção de que o racismo é mais do que simplesmente um conjunto de idéias nas quais um pequeno número de indivíduos extremistas acreditam, mas an-

tes encontra-se incorporado na própria estrutura e no funcionamento da sociedade. A idéia do **racismo institucional** sugere que o racismo permeia todas as estruturas da sociedade de um modo sistemático. De acordo com essa visão, instituições como a polícia, o serviço de saúde e o sistema educacional, todas elas promovem políticas que favorecem certos grupos enquanto discriminam outros.

A idéia do racismo institucional foi desenvolvida nos Estados Unidos, no final da década de 1960, pelos defensores dos direitos civis que acreditavam que o racismo sustenta o próprio tecido da sociedade, em vez de ser um mero representante das opiniões de uma pequena minoria. Nos anos seguintes, a existência do racismo institucional acabou sendo amplamente aceita e abertamente reconhecida em muitos lugares. Uma investi-

gação recente sobre as práticas do Serviço de Polícia Metropolitana de Londres, à luz do assassinato de Stephen Lawrence (veja quadro na página anterior), descobriu que o racismo institucional está difundido dentro da força policial e do sistema de justiça criminal. Na cultura e nas artes, o racismo institucional tem se revelado em esferas como a transmissão de programas de televisão (com um retrato negativo ou limitado das minorias étnicas na programação) e na indústria internacional de modelos (preconceito que se estende a toda a indústria contra as modelos que não sejam brancas).

### Do "velho racismo" ao "novo racismo"

Assim como houve um descrédito em relação ao conceito de raça biológica, o racismo "biológico" em seu velho estilo, baseado em diferenças quanto a traços físicos, é raramente expresso de forma aberta na sociedade de hoje. O fim da segregação legalizada nos Estados Unidos e a queda do *apartheid* na África do Sul foram pontos decisivos importantes na rejeição do "racismo biológico". Em ambos os casos, as atitudes racistas foram proclamadas pela associação direta dos traços físicos à inferioridade biológica. Atualmente, essas idéias ostensivamente racistas raramente são ouvidas, exceto nos casos de crimes violentos de ódio, ou nas plataformas de determinados grupos extremistas. Porém, isso não significa que as atitudes racistas tenham desaparecido das sociedades modernas. Segundo alguns estudiosos, em lugar de desaparecerem, essas atitudes foram substituídas por um **novo racismo** mais sofisticado (ou *racismo cultural*), que aproveita a idéia das diferenças culturais para excluir certos grupos (Barker, 1981).

Aqueles que acreditam no surgimento de um "novo racismo" afirmam que, agora, em vez dos argumentos biológicos, são empregados argumentos culturais a fim de promover a discriminação contra determinados segmentos da população. De acordo com esse ponto de vista, as hierarquias de superioridade e inferioridade são construídas conforme os valores da cultura majoritária. Os grupos que se mantêm afastados da maioria podem se tornar marginalizados ou difamados por recusarem a assimilação. Alega-se que o "novo racismo" possui uma dimensão política clara. Na Grã-Bretanha, ele pode ser visto no conteúdo dos currículos educacionais nacionais, que ressaltam a história e os escritores britânicos "essenciais", em vez de uma agenda "multicultural", e pelas políticas restritivas de imigração que visam a limitar o número de imigrantes não-brancos. Outros exemplos proeminentes do "novo racismo" podem ser percebidos nos esforços de alguns políticos norte-americanos no sentido de decretarem políticas oficiais "restritas à língua inglesa" e nos conflitos ocorridos na França envolvendo meninas que desejavam usar lenços islâmicos para cobrir a cabeça na escola. O fato de o racismo ser mais praticado por motivos culturais, e não biológicos, leva alguns estudiosos a sugerirem que vivemos em uma época de "racismos múltiplos", na qual a discriminação é sofrida de diferentes maneiras por meio dos segmentos da população (Modood et al., 1997).

## Explicando o racismo e a discriminação étnica

### Interpretações psicológicas

As teorias psicológicas podem nos ajudar a entender a natureza das atitudes preconceituosas, e também por que as diferenças étnicas têm tanta importância para as pessoas. Sob esse aspecto, há duas abordagens psicológicas úteis. A primeira parte do fato de que o preconceito funciona principalmente por meio do pensamento estereotípico. De vez em quando, os indivíduos utilizam estereótipos e descarregam seu antagonismo em "bodes expiatórios", pessoas acusadas de coisas das quais não têm culpa. Transformar alguém em **bode expiatório** é uma prática comum quando dois grupos étnicos carentes concorrem entre si por recompensas econômicas. As pessoas que direcionam ataques raciais contra os negros, por exemplo, com frequência, estão em uma situação econômica semelhante a destes. Elas responsabilizam os negros por mágoas cujos verdadeiros motivos se encontram em outros fatos. A escolha de bodes expiatórios está normalmente voltada contra grupos que sejam distintos e relativamente impotentes, pois constituem um alvo fácil. Protestantes, católicos, judeus, italianos, negros africanos, ciganos e outros têm desempenhado o papel indesejado de bodes expiatórios em vários momentos ao longo da história ocidental.

A segunda abordagem sugere que deve haver alguns tipos de pessoas que, como resultado da primeira socialização, estejam particularmente propensas ao pensamento estereotípico e à *projeção* – a atribuição inconsciente dos próprios desejos e ódios a outras pessoas. Um trecho famoso de uma pesquisa realizada nos anos de 1940 por Theodor Adorno e seus sócios diagnosticou um tipo de caráter denominado **personalidade autoritária** (Adorno et al., 1950). Os pesquisadores desenvolveram diversas escalas de medição para avaliar os níveis de preconceito. Em uma escala, por exemplo, pediu-se que as pessoas concordassem com ou discordassem de uma série de afirmações que expressavam visões profundamente anti-semitas. Aqueles cujo diagnóstico revelou preconceito contra os judeus também tenderam a expressar atitudes negativas em relação a outras minorias. Quem tem uma personalidade autoritária, concluíram os investigadores, tende a ser rigidamente conformista, submisso a seus superiores e a repudiar seus inferiores. Essas pessoas são também altamente intolerantes em suas atitudes religiosas e sexuais.

As características de uma personalidade autoritária, sugeriram os pesquisadores, são resultado de um padrão de educação no qual os pais não conseguem expressar um amor direto aos seus filhos e são distantes e disciplinadores. Quando adultos, esses indivíduos sofrem de ansiedades que somente podem ser controladas com a adoção de uma perspectiva rígida. São incapazes de lidar com situações ambíguas e ignoram inconsistências, estando inclinados a pensar de forma estereotípica.

A pesquisa de Adorno foi submetida a uma enxurrada de críticas. Alguns duvidaram do valor das escalas de medição empregadas, outros sustentaram que o autoritarismo não é uma

## A permanência do racismo

O que fez o racismo prosperar? Muitas razões. Uma delas é que a oposição entre branco e negro, enquanto símbolos culturais, esteve profundamente enraizada na cultura europeia. Durante muito tempo, o branco esteve associado à pureza, e o preto à maldade (um simbolismo nada natural; em algumas culturas, ocorre o contrário). O símbolo da negritude possuía significados negativos antes de o Ocidente estabelecer amplos contatos com os povos negros. Esses significados simbólicos tenderam a infundir as reações dos europeus aos negros quando chegaram pela primeira vez à costa africana. A noção de que havia uma diferença radical entre os povos brancos e os negros, combinada ao "paganismo" dos africanos — o desconhecimento do Cristianismo —, levou muitos europeus a desprezar e temer os negros. Apesar de as expressões mais extremas dessas atitudes terem desaparecido hoje em dia, é difícil não acreditar que os elementos desse simbolismo cultural negro-branco continuam difundidos.

Um segundo fator importante a influenciar o racismo moderno foi simplesmente a invenção e a difusão do pró-

prio conceito de raça. Há centenas de anos, todos sabem da existência de atitudes quase-racistas, porém a noção de raça como um conjunto de traços permanentes surgiu com a ascensão da "ciência racial", que já discutimos. A noção da superioridade da raça branca, embora não tenha nenhum valor fático, continua sendo um elemento-chave do racismo branco.

Uma terceira razão para o avanço do racismo moderno está nas relações de exploração que os europeus estabeleceram com os povos não-brancos. Não haveria como dar prosseguimento ao tráfico de escravos se os europeus não acreditassem piamente que os negros pertenciam a uma raça inferior, e até mesmo subumana. O racismo ajudou a justificar o domínio colonial sobre os povos não-brancos, negando-lhes os direitos de participação política que estavam sendo adquiridos pelos brancos em suas pátrias europeias. Alguns sociólogos afirmam que a exclusão da cidadania continua sendo um aspecto central do racismo também nos dias de hoje.

característica da personalidade, mas reflete os valores e as normas de subculturas específicas dentro da sociedade mais ampla. A investigação pode ser mais valiosa enquanto contribuição ao entendimento dos padrões autoritários do pensamento em geral do que para a distinção de um tipo particular de personalidade. Por fim, essas abordagens supõem que o racismo seja um conjunto de convicções de um pequeno número de indivíduos, os quais revelam traços psicológicos particulares. Em contraste, muitas interpretações sociológicas procuram situar as causas do racismo e do preconceito na cultura ou nas estruturas da própria sociedade.

### Interpretações sociológicas

Os mecanismos psicológicos acima esboçados são encontrados entre os membros de todas as sociedades e ajudam a explicar por que o antagonismo étnico é um elemento tão comum em diferentes culturas. No entanto, pouco nos dizem a respeito dos processos sociais envolvidos na discriminação. Para estudar tais processos, precisamos utilizar idéias sociológicas.

#### *Etnocentrismo, fechamento de grupo e alocação de recursos*

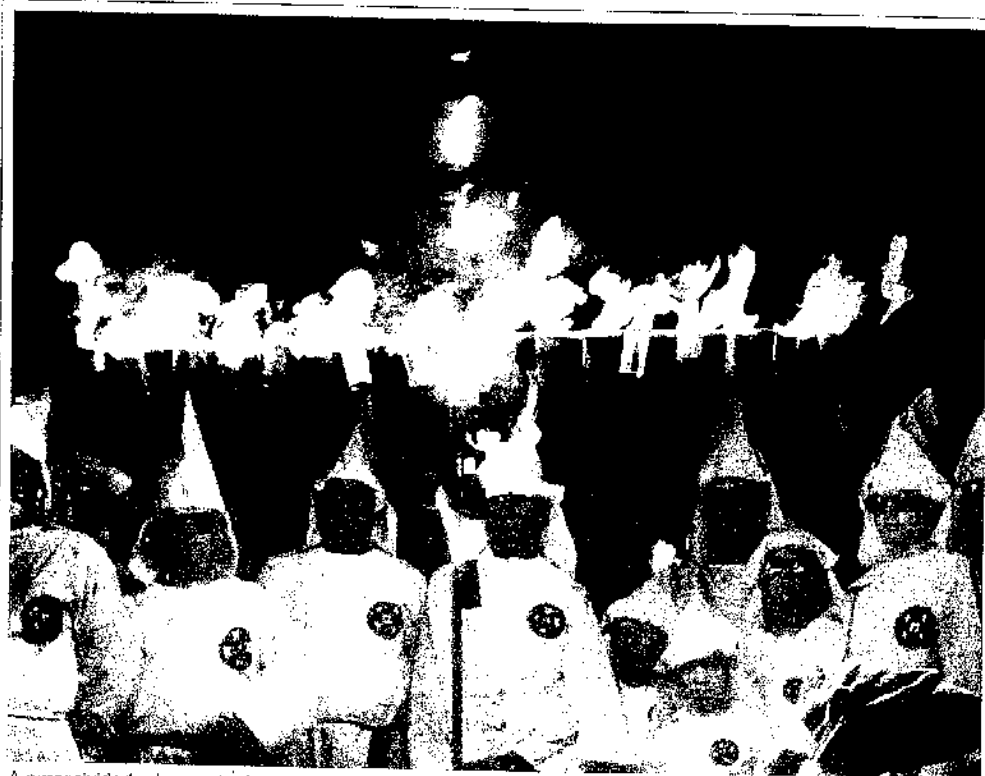
Os conceitos sociológicos relevantes para os conflitos étnicos em um nível geral são os de etnocentrismo, fechamento de grupo étnico e alocação de recursos.

*Etnocentrismo* — uma desconfiança em relação às pessoas de fora, combinada a uma tendência a avaliar a cultura dos outros relacionando-a à sua própria cultura — é um conceito que encontramos anteriormente (Capítulo 2, p. 37). Praticamente todas as culturas têm sido etnocêntricas até certo ponto, e é fácil perceber como o etnocentrismo se combina com o pensamento estereotípico. As pessoas que vêm de fora são imaginadas como estranhas, bárbaros ou moral e mentalmente inferiores. Essa era a forma como a maioria das civilizações enxergava os membros de culturas menores, por exemplo — uma atitude que serviu de estopim para inúmeros conflitos étnicos na história.

O etnocentrismo e o **fechamento de grupo** frequentemente andam juntos. O "fechamento" refere-se ao processo pelo qual os grupos mantêm fronteiras que os separam de outros. Essas fronteiras são formadas por meio de dispositivos de exclusão, que aguçam as divisões entre um grupo étnico e outro e que incluem a limitação ou a proibição do casamento entre os grupos, as restrições ao contato social ou a relações econômicas, como o comércio, e a separação física de grupos (como no caso dos guetos étnicos). Os afro-americanos dos EUA sofreram todos esses três dispositivos de exclusão: o casamento entre raças foi ilegal em alguns estados, a segregação econômica e social foi aplicada pela lei no sul e guetos negros vivem segregados ainda existem na maioria das grandes cidades.

Às vezes, grupos que possuem o mesmo nível de poder aplicam mutuamente linhas de fechamento: seus membros se mantêm separados uns dos outros, mas um grupo não domina o outro. Entretanto, o mais comum é um grupo étnico ocupar uma posição de poder acima do outro. Nessas circunstâncias, o





A agressividade demonstrada por estes partidários da supremacia branca da Ku Klux Klan - que chegaram a fazer com que seus filhos participassem da reunião em Birmingham, no Alabama, na década de 1950 - deu origem a explicações científicas que vão desde conceitos psicológicos e econômicos e até a conceitos de fechamento de grupo.

fechamento de grupo coincide com a **alocação de recursos**, que institui desigualdades na distribuição da riqueza e dos bens materiais.

Alguns dos conflitos mais violentos entre grupos étnicos concentram-se nas linhas de fechamento entre eles, precisamente porque essas linhas sinalizam desigualdades de riqueza, poder ou posição social. O conceito de fechamento de grupo étnico nos ajuda a entender tanto as diferenças dramáticas que separam comunidades de pessoas quanto as mais insidiosas - não apenas os motivos pelos quais membros de alguns grupos são baleados, linchados, espancados ou assediados, mas também porque eles não conseguem ter acesso a um emprego, a uma boa educação ou a um lugar agradável para morar. A riqueza, o poder e o *status* social são recursos escassos - alguns grupos possuem uma quantidade maior desses recursos do que outros. Para defenderem suas posições distintivas, os grupos privilegiados, às vezes, empreendem atos extremos de violência contra outros grupos. De um modo semelhante, membros que pertençam a grupos desprivilegiados também podem se voltar para a violência como um meio de tentar melhorar sua própria situação.

### *Teorias de conflito*

Alguns estudiosos tentam situar o racismo dentro da cultura geral da sociedade, sustentando a idéia de que este é um tipo de conservadorismo natural que surge em épocas de mudança e de instabilidade. As explicações culturais vêem o racismo como um tipo de defesa contra a introdução de novos costumes, línguas e estilos de vida que ameacem a ordem existente (Cashmore, 1987). Porém, tais argumentos são um tanto insatisfatórios, já que deixam de explicar como o racismo está relacionado às estruturas e às forças no nível da sociedade, em vez de no nível do indivíduo.

As teorias de conflito, em contraste, interessam-se, por um lado, pelos elos entre o racismo e o preconceito e, por outro, pelas relações de poder e de desigualdade. As antigas abordagens de conflito sobre o racismo eram bastante influenciadas pelas idéias de Marx, para o qual o sistema econômico era o fator determinante de todos os outros aspectos da sociedade. Alguns teóricos marxistas acreditavam que o racismo fosse um produto do sistema capitalista, argumentando que a classe dominante utilizava a escravidão, a coloniza-

ção e o racismo como ferramentas para a exploração do trabalho (Cox, 1959).

Mais tarde, estudiosos neomarxistas consideraram essas antigas formulações muito rígidas e simplistas e sugeriram que o racismo não era o produto apenas de forças econômicas. Um conjunto de artigos publicados em 1982, pelo *Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies, The Empire Strikes Back*, assume uma visão mais ampla da ascensão do racismo. Embora concordem que a exploração capitalista da mão-de-obra seja um fator, John Solomos, Paul Gilroy e outros apontam uma variedade de influências históricas e políticas que levaram ao aparecimento de um tipo específico de racismo na Grã-Bretanha nos anos de 1970 e 1980. Eles sustentam que o racismo é um fenômeno complexo e multifacetado que envolve a interação das identidades e das convicções das minorias étnicas e da classe trabalhadora. Na sua visão, o racismo é muito mais do que um simples conjunto de idéias opressivas decretadas pelas elites poderosas contra a população não-branca (S. Hall, et al., 1982).

### Integração étnica e conflito étnico

Muitos países de hoje caracterizam-se por populações multiétnicas. Na maioria das vezes, sua evolução nesse sentido se deu no decorrer de séculos. Algumas nações do Oriente Médio e da Europa Central, como a Turquia e a Hungria, são etnicamente diversas devido a longas histórias de mudança de fronteiras, ocupações por potências estrangeiras e migração regional. Outras sociedades tornaram-se multiétnicas com maior rapidez, como resultado de políticas deliberadas de encorajamento à migração, ou por meio de legados coloniais e imperiais.

Em uma era de globalização e de mudança social rápida, cresce o número de estados a defrontarem-se com os preciosos benefícios e os desafios complexos da diversidade étnica. A migração internacional está acelerando seu ritmo com a maior integração da economia global; nos próximos anos, parece evidente uma intensificação do deslocamento e da mistura das populações humanas. Entretanto, as tensões e os conflitos étnicos continuam a eclodir nas sociedades de todo o mundo, ameaçando levarem à desintegração alguns países multiétnicos e sugerindo o prolongamento da violência em outros. Como é possível acomodar a diversidade étnica e evitar a explosão do conflito étnico? Dentro das sociedades multiétnicas, qual deve ser a relação entre os grupos étnicos minoritários e a população majoritária? Há três modelos fundamentais de integração étnica que foram adotados por sociedades multiétnicas em relação a esses desafios: a assimilação, o *melting pot* e o pluralismo.

#### Modelos de integração étnica

A primeira via é a da **assimilação**, o que significa que os imigrantes abandonam seus costumes e suas práticas originais, moldando seu comportamento aos valores e às normas da maioria.

Uma abordagem assimilacionista exige que os imigrantes mudem idioma, modo de vestir, estilos de vida e visões culturais como parte de uma integração a uma nova ordem social. Nos Estados Unidos, que se formaram como uma "nação de imigrantes", gerações de imigrantes sujeitaram-se à pressão de se tornarem "assimiladas" dessa maneira, o que fez com que muitos de seus filhos virassem quase que completamente "norte-americanos". A maioria das políticas oficiais do RU têm visado à assimilação dos imigrantes dentro da sociedade britânica.

Um segundo modelo é o do *melting pot*. Em vez de as tradições dos imigrantes serem dissolvidas em favor daquelas tradições dominantes da população preexistente, elas se misturam para formar novos padrões culturais em expansão. Não são apenas os valores e as normas culturais divergentes que são "trazidos" de fora para dentro da sociedade, mas a diversidade também é criada à medida que os grupos étnicos se adaptam aos ambientes sociais mais amplos nos quais eles se encontram.

Muitos acreditam que o modelo do *melting pot* é o resultado mais desejável da diversidade étnica. As tradições e os costumes das populações imigrantes não são abandonados, mas auxiliam, moldando um ambiente social em constante transformação e contribuindo para este. Formas híbridas de culinária, moda, música e arquitetura são manifestações da abordagem do *melting pot*. Até certo ponto, esse modelo é uma expressão precisa dos aspectos do desenvolvimento cultural norte-americano. Apesar de a cultura "Anglo" ter permanecido como preminente, seu caráter, em algum momento, reflete o impacto da grande quantidade de diferentes grupos que atualmente compõem a população norte-americana.

Um terceiro modelo é o do **pluralismo cultural**. Nessa visão, o caminho mais apropriado é cultivar o desenvolvimento de uma sociedade genuinamente plural, na qual se reconheça a igual validade de numerosas subculturas diferentes. Uma abordagem pluralista atribui igual valor à colaboração de cada grupo étnico minoritário dentro da sociedade, o que significa que eles usufruem dos mesmos direitos que a população majoritária. As diferenças étnicas são respeitadas e celebradas como componentes vitais da vida nacional em um sentido mais amplo. Os Estados Unidos e outros países ocidentais são pluralistas em muitos sentidos, mas as diferenças étnicas têm sido, em sua maioria, associadas a desigualdades, e não a uma condição de membro igualitária, porém independente, dentro da comunidade nacional.

Na Grã-Bretanha e em outras partes da Europa, os líderes da maioria dos grupos étnicos minoritários enfatizam, cada vez mais, o caminho do pluralismo. Alcançar um *status* "distinto porém igual" exigirá grandes lutas e, até agora, essa é uma opção muito distante. Muitas pessoas ainda vêem as minorias étnicas como uma ameaça: uma ameaça ao seu emprego, à sua segurança e à "cultura nacional". O uso das minorias étnicas como bode expiatório é uma tendência que persiste. Com os jovens na Europa Ocidental muitas vezes ainda defendendo preconceitos semelhantes àqueles das velhas gerações, as minorias étnicas enfrentam um futuro de discriminação constante.

na maior parte dos países, em um clima social que se caracteriza pela tensão e pela ansiedade.

### Conflito étnico

A diversidade étnica pode enriquecer muito as sociedades. Os estados multiétnicos são, com frequência, lugares vibrantes e dinâmicos, fortalecidos pelas contribuições variadas de seus habitantes. Porém, essas nações também podem ser frágeis, especialmente diante de convulsão interna ou ameaça externa. Diferentes formações linguísticas, religiosas e culturais podem se tornar cisões que resultam em um antagonismo aberto entre os grupos étnicos. Às vezes, sociedades que possuem uma longa história de tolerância e integração étnica podem ser, rapidamente, tragadas por *conflitos étnicos* - hostilidades entre grupos ou comunidades étnicas diferentes.

Recentemente, esse foi o caso da antiga Iugoslávia, uma região famosa pela riqueza de sua herança multiétnica. Há muito tempo que os Bálcãs são a encruzilhada da Europa. Séculos de migração e o domínio de sucessivos impérios produziram uma população variada, mista, composta predominantemente de eslavos (como os sérvios ortodoxos orientais), os croatas (católicos), os muçulmanos e os judeus. Desde 1991, conflitos mortais têm ocorrido em diversas áreas da antiga Iugoslávia, juntamente com grandes transformações políticas e sociais que se seguiram à queda do comunismo.

Os conflitos na antiga Iugoslávia envolvem tentativas de *limpeza étnica*, a criação de áreas etnicamente homogêneas com a expulsão em massa de outras populações étnicas. A Croácia, por exemplo, tornou-se um Estado "monoétnico" independente após uma guerra dispendiosa, na qual milhares de sérvios foram expulsos do seu país. A guerra que explodiu na Bósnia, em 1992, entre sérvios, croatas e muçulmanos, envolveu a limpeza étnica da população muçulmana bósniana nas mãos dos sérvios. Milhares de homens muçulmanos foram forçados a entrar em campos de prisioneiros, e realizou-se uma campanha de estupro sistemático contra as mulheres muçulmanas. A Guerra do Kosovo, em 1999, foi incitada por acusações de que as forças sérvias estavam promovendo a limpeza étnica da população albanesa kosovar (muçulmanos) da província.

Tanto na Bósnia quanto no Kosovo, os conflitos étnicos se tornaram internacionais. Centenas de milhares de refugiados espalharam-se por áreas vizinhas, desestabilizando ainda mais a região. Os estados ocidentais intervieram diplomática e militarmente para proteger os direitos humanos dos grupos que se tornaram alvos da limpeza étnica. Em curto prazo, essas intervenções obtiveram sucesso em reprimir a violência sistemática, porém tiveram também consequências impensadas. A frágil paz na Bósnia foi mantida, mas somente com a presença de tropas de manutenção da paz e a divisão do país em enclaves étnicos separados. Em Kosovo, ocorreu um processo de "limpeza étnica reversa" após a campanha de bombardeio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Os kosovares-albaneses étnicos começaram a expulsar do Kosovo a população sérvia local; a presença

das tropas "KFOR", controladas pelas Nações Unidas, foi insuficiente para impedir o predomínio das tensões étnicas.

A limpeza étnica implica a relocação forçada de populações étnicas através de uma violência direcionada, de assédio, ameaças e campanhas de terror. O *genocídio*, em contraste, representa a eliminação sistemática de um grupo étnico pelas mãos de outro. O termo "genocídio" foi bastante empregado para descrever o processo pelo qual as populações indígenas da América do Norte e do Sul foram dizimadas após a chegada dos exploradores e dos colonizadores europeus. Doenças, relocação forçada e campanhas de violência destruíram muitas populações nativas, embora ainda se discuta sobre até que ponto houve um planejamento sistemático para tanto.

O século XX testemunhou o aparecimento do genocídio "organizado" e carrega a distinção suspeita de ser o século mais "genocida" da história. No genocídio armênio de 1915 a 1923, mais de um milhão de armênios foram mortos nas mãos dos turcos-otomanos. O holocausto nazista resultou na morte de mais de 6 milhões de judeus e permanece sendo o exemplo mais horrível de extermínio planejado por um grupo étnico contra outro. Há pouco tempo, a maioria étnica Hutu, em Ruanda, lançou uma campanha genocida contra a minoria étnica Tutsi, em 1994, custando a vida de mais de 800 mil indivíduos dentro de um período de três meses. Mais de 2 milhões de refugiados de Ruanda espalharam-se em estados vizinhos, fortalecendo as tensões étnicas em países como Burundi e Zaire (atual Congo).

Observamos que os conflitos violentos em todo o globo se baseiam, cada vez mais, em divisões étnicas. Hoje em dia, apenas uma proporção bem pequena das guerras ocorre entre estados; a vasta maioria está compreendida por guerras civis com dimensões étnicas. Em um mundo de interdependência e competição crescentes, os fatores internacionais assumem ainda mais importância nos ajustes das relações étnicas, ao passo que os efeitos dos conflitos étnicos "internos" são sentidos bem além dos limites das fronteiras nacionais. Como vimos, os conflitos étnicos atraem a atenção internacional e, às vezes, provocam intervenção física. Os tribunais internacionais de crimes de guerra foram convocados para investigar e julgar os responsáveis pela limpeza étnica e pelo genocídio promovidos na Iugoslávia e em Ruanda. Reagir aos conflitos étnicos e evitá-los tornaram-se grandes desafios para as nações individuais e as estruturas políticas internacionais enfrentarem. Apesar de as tensões étnicas serem geralmente vividas, interpretadas e representadas em nível local, suas dimensões nacionais e internacionais estão cada vez maiores.

### Migração global

O expansionismo europeu de séculos atrás deu início a um deslocamento das populações em larga escala, o qual formou a base de muitas das sociedades multiétnicas do mundo. Porém, desde essas ondas iniciais de migração global, as populações humanas continuaram a interagir e misturar-se de forma que

moldaram fundamentalmente a composição étnica de muitos países. Nesta seção, consideraremos alguns conceitos relacionados aos padrões de migração global antes de partirmos para os efeitos da imigração no Reino Unido especificamente.

### Movimentos migratórios

Apesar de a migração não ser um fenômeno novo, ela parece estar andando em ritmo acelerado como parte do processo de integração global. Os padrões de migração mundiais podem ser vistos como um reflexo dos laços econômicos, políticos e culturais que estão em rápida mudança entre os países. Estima-se que, em 1990, a população migrante do mundo foi de mais de 80 milhões de pessoas, 20 milhões das quais eram refugiadas. Esse número parece prestes a aumentar nos primeiros anos do século XXI, induzindo alguns estudiosos a rotularem essa época como a "era da migração" (Castles e Miller, 1993).

A **imigração**, o movimento de pessoas que entram em um país para fixar residência, e a **emigração**, o processo pelo qual pessoas deixam um país para residirem em outro, combinam-se para gerar os padrões de migração global que ligam os países de origem aos países de destino. Os movimentos migratórios somam-se à diversidade étnica e cultural em muitas sociedades, auxiliando a moldar as dinâmicas demográfica, econômica e social. A intensificação da migração global desde a Segunda Guerra Mundial e, particularmente, durante as duas últimas décadas, transformou a imigração em uma questão política importante em muitos países. O crescimento dos índices de imigração em muitas sociedades ocidentais desafia noções comumente defendidas de identidade nacional, forçando uma reconsideração dos conceitos de cidadania.

Para descrever os principais deslocamentos globais de populações desde 1945, os estudiosos identificaram quatro modelos de migração. O *modelo clássico* de migração aplica-se a países como Canadá, Estados Unidos e Austrália, os quais se desenvolveram tomando-se "nações de imigrantes". Nesses casos, a imigração é, em grande parte, estimulada, e a promessa de cidadania estende-se aos recém-chegados, apesar de as restrições e as cotas ajudarem a limitar a entrada anual de imigrantes. O *modelo colonial* de migração, seguido por países como a França e o Reino Unido, tende a favorecer mais os imigrantes vindos de antigas colônias do que os de outros países. O grande número de imigrantes na Grã-Bretanha provenientes de países da *New Commonwealth* (Nova Comunidade Britânica de Nações) reflete essa tendência.

Países como Alemanha, Suíça e Bélgica seguem uma terceira política – o *modelo de trabalhadores-visitantes*. Nesse esquema, os imigrantes são admitidos temporariamente em um país, geralmente a fim de preencher as demandas existentes dentro do mercado de trabalho, mas não recebem os direitos de cidadão, mesmo após residirem longos períodos no país. Por último, os *modelos ilegais* de migração estão se tornando cada vez mais comuns, devido ao endurecimento das leis de imigração em muitos países industrializados. Os imigrantes que conseguem entrar em um país, secretamente ou

sob um pretexto de "não-imigração", em geral, conseguem viver ilegalmente fora do domínio da sociedade oficial. Exemplos disso podem ser vistos no grande número de "estrangeiros ilegais" mexicanos encontrados em muitos estados do sul da América, ou no número crescente de negócios envolvendo o transporte ilegal de refugiados pelas fronteiras nacionais (veja a p. 228).

Quais são as forças que estão por trás da migração global? Como elas estão mudando em consequência da globalização? Muitas teorias antigas sobre a migração concentraram-se nos chamados **fatores de expulsão e de atração**. Os "fatores de expulsão" referiam-se à dinâmica dentro de um país de origem que forçava as pessoas a emigrarem, como a guerra, a fome, a opressão política ou as pressões da população. Já os "fatores de atração" eram os aspectos dos países de destino que atraíam imigrantes: mercados de trabalho prósperos, condições de vida de um modo geral melhores e menor densidade populacional, por exemplo, podiam "atrair" imigrantes de outras regiões.

Recentemente, as teorias de "expulsão e de atração" da migração foram criticadas por oferecerem explicações excessivamente simplistas de um processo complexo e multifacetado. Em lugar de aceitarem essas teorias, os estudiosos de migração estão observando mais os padrões de migração global como "sistemas" produzidos por meio de interações entre processos de macro e de microníveis. Embora essa ideia possa soar complicada, é, na verdade, bastante simples. Os fatores de macronível referem-se a questões essenciais, como a situação política de uma área, as leis e as regulações que controlam a imigração e a emigração, ou as mudanças na economia internacional. Os fatores de micronível, por outro lado, dizem respeito aos recursos, ao conhecimento e às interpretações que as próprias populações migrantes possuem.

A intersecção entre os macro e microprocessos pode ser vista no caso da grande comunidade imigrante turca na Alemanha. No macronível estão fatores como a necessidade econômica que a Alemanha tem de trabalho, sua política de aceitação de "trabalhadores-visitantes" estrangeiros e a situação da economia turca, que impede muitos turcos de verem seus rendimentos chegarem no nível de que gostariam. Em um micronível, estão as redes informais e os canais de apoio mútuo dentro da comunidade turca na Alemanha e os fortes vínculos com a família e os amigos que ficaram na Turquia. Entre os imigrantes turcos potenciais, o conhecimento sobre a Alemanha e o "capital social" – recursos humanos ou comunitários que podem ser aproveitados – ajudam a fazer da Alemanha um dos países de destino mais populares. Os partidários da abordagem dos sistemas de migração enfatizam que não há apenas um fator que possa explicar o processo de migração. Cada movimento migratório particular, como esse que há entre a Turquia e a Alemanha, é, sim, o produto de uma interação entre processos de macro e de microníveis.

Examinando correntes recentes de migração global, Stephen Castles e Mark Miller (1993) identificaram quatro ten-



Padrões históricos de migração e colonialismo transformaram alguns grupos étnicos em minorias dentro de seus próprios países: esses australianos aborígenes estavam entre os muitos que se reuniram em Amata, região central da Austrália, em sinal de protesto e para proteger seus direitos à terra da mineração e do desenvolvimento mineral.

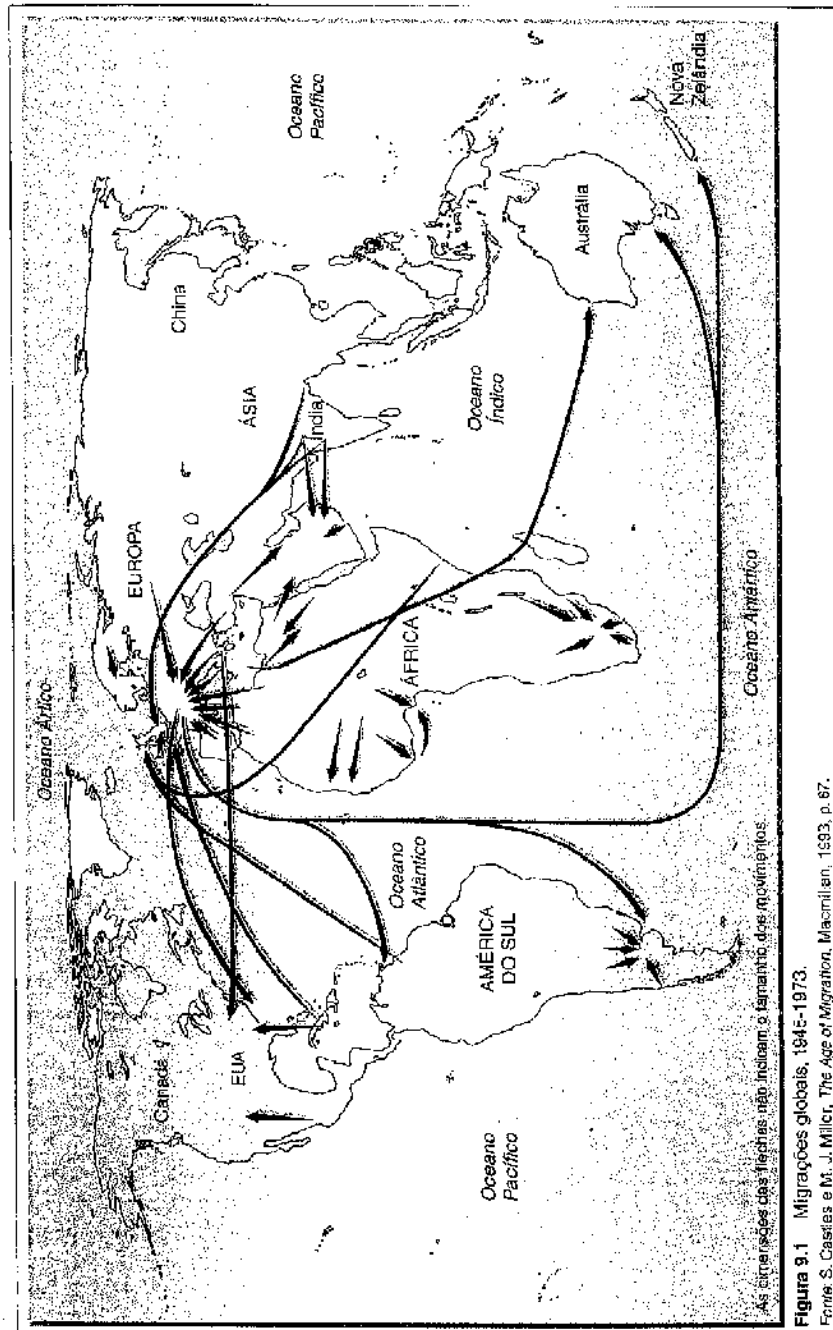
dências que, eles alegam, irão caracterizar os padrões de migração nos próximos anos:

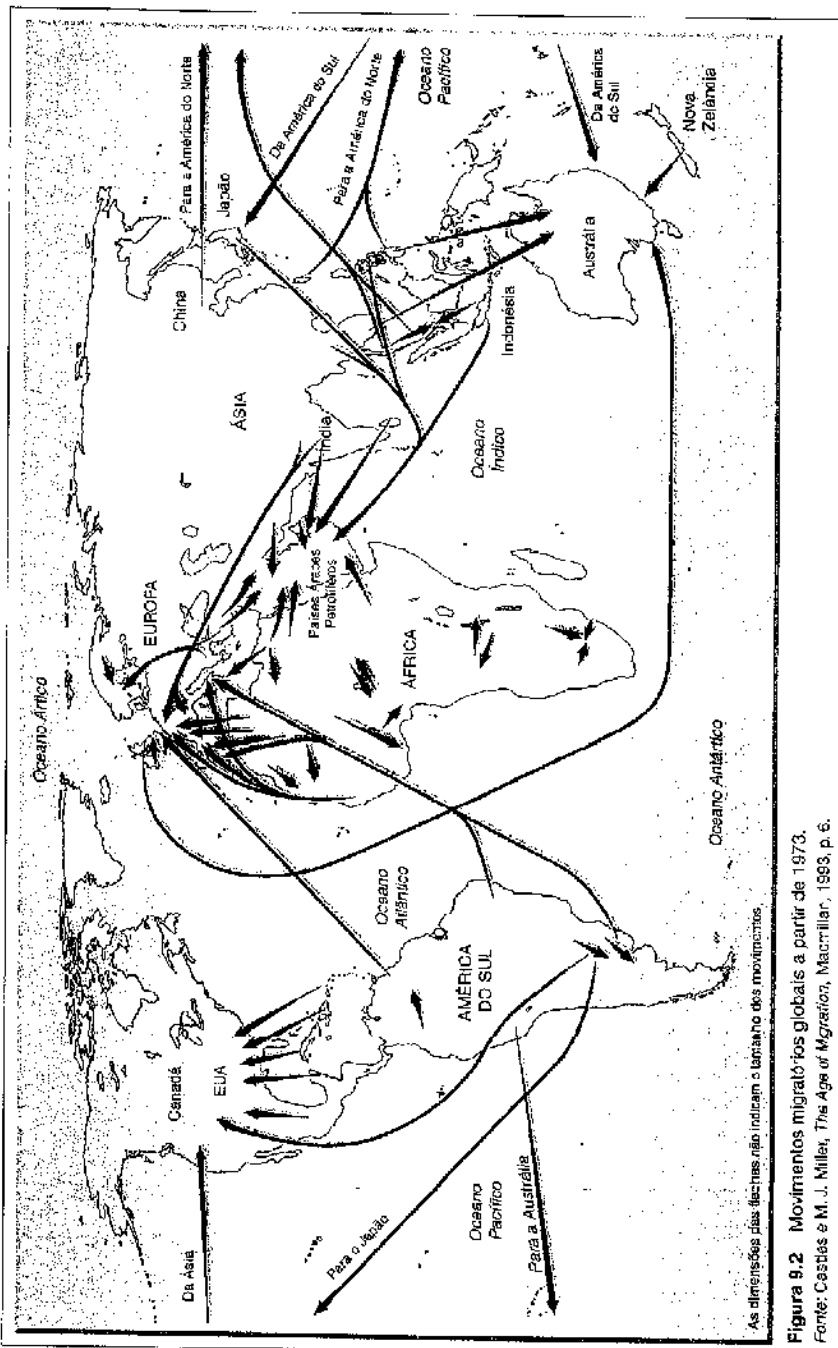
- **Aceleração** – A migração através de fronteiras está ocorrendo em números maiores do que já ocorreu anteriormente.
- **Diversificação** – Atualmente, a maioria dos países recebe imigrantes de muitos tipos diferentes, ao contrário de antigamente, quando predominavam formas específicas de migração, como a migração de trabalho ou dos refugiados.
- **Globalização** – A migração tornou-se mais global por natureza, envolvendo um número maior de países como emissores e receptores (veja as Figuras 9.1 e 9.2).
- **Feminização** – Um número crescente de migrantes é formado por mulheres, o que faz com que a migração contemporânea seja bem menos dominada pelo sexo masculino do que o foi em épocas anteriores. O aumento no número de migrantes mulheres está intimamente relacionado a mudanças no mercado de trabalho global, incluindo a demanda cada vez maior de trabalhadoras domésticas, a expansão do turismo sexual e do “tráfico” de mulheres (veja o Capítulo 5, “Gênero e Sexualidade”, p. 101) e o fenômeno das noivas por catálogo.

## Diásporas globais

Outro modo de entender os padrões de migração global é por meio do estudo das “diásporas”. O termo “diáspora” refere-se à dispersão, em áreas estrangeiras, de uma população étnica que provém de uma terra natal, ocorrendo, na maioria das vezes, de uma maneira forçada ou sob circunstâncias traumáticas. Geralmente, fazem-se referências às diásporas judaica e africana para descrever a forma como ocorreu a redistribuição dessas populações pelo globo como resultado da escravidão e do genocídio. Embora os membros de uma diáspora sejam, por definição, espalhados geograficamente, eles se mantêm unidos por fatores como uma história em comum, uma memória coletiva da terra natal ou uma identidade étnica comum que é nutrida e preservada.

Robin Cohen sustenta que as diásporas acontecem de diversas formas, embora os exemplos citados com maior frequência sejam aqueles que ocorreram involuntariamente como resultado de perseguição e violência. Em *Global Diasporas* (1997), Cohen adota uma abordagem histórica e identifica cinco categorias diferentes de diásporas, de acordo com as forças subjacentes à dispersão original da população: de *vítimas* (por exemplo, africanos, judeus e armênios), *imperial* (britânicos), de *mão-de-obra* (indianos), de *comércio* (chineses) e *cultural* (caribenhos).





Em alguns desses casos, como o dos chineses, os movimentos de populações em larga escala ocorreram voluntariamente, e não como consequência de um evento traumático decisivo.

Entretanto, apesar de sua diversidade de formas, todas as diásporas possuem determinados aspectos-chave em comum. Cohen sugere que todas as diásporas preenchem os seguintes critérios:

- um movimento forçado ou voluntário de uma terra natal para uma nova região ou novas regiões;
- uma memória compartilhada sobre a terra natal, um compromisso em relação à sua preservação e a crença na possibilidade de um retorno final;
- uma forte identidade étnica que ultrapassa os limites do tempo e da distância;
- um senso de solidariedade com os membros do mesmo grupo étnico que também moram nas áreas da diáspora;
- um grau de tensão em relação às sociedades-anfitriãs;
- o potencial de contribuições valiosas e criativas para sociedades-anfitriãs pluralistas.

Alguns estudiosos acusaram Cohen de tentar simplificar experiências complexas e distintas de migração em uma tipologia restrita, por meio da associação de "categorias" de diásporas a grupos étnicos específicos. Outros afirmam que sua conceitualização de diáspora não é precisa o suficiente para a análise que ele empreende. No entanto, apesar dessas críticas, o estudo de Cohen é valioso por demonstrar que as diásporas não são estáticas, mas sim processos contínuos de manutenção da identidade coletiva e de preservação da cultura étnica em um mundo que se globaliza rapidamente.

## A imigração para o Reino Unido

Embora possamos pensar na imigração para a Grã-Bretanha como um fenômeno do século XX, as raízes desse processo chegam a ultrapassar os primórdios da história escrita. O número considerável de nomes irlandeses, galeses e escoceses que hoje em dia estão espalhados entre o ingleses é uma lembrança do fluxo tradicional de pessoas das "periferias celtas" para os centros urbanos da Inglaterra. No início do século XIX, bem antes do advento das grandes imigrações vindas das colônias distantes, cidades inglesas em desenvolvimento atraíram migrantes das áreas menos prósperas das Ilhas Britânicas.

A expansão da industrialização, contudo, acabaria transformando drasticamente os padrões de migração dentro do país, assim como a imigração internacional para a Inglaterra. O aumento do número de oportunidades de trabalho em áreas urbanas, aliado ao declínio da produção familiar no campo, estimulou a corrente de migração na direção rural-urbana. As demandas existentes dentro do mercado de trabalho também conferiram um novo ímpeto à imigração vinda do exterior. Embora existissem comunidades irlandesas, judaicas e negras na Grã-Bretanha bem antes da Revolução Industrial, a enxurrada

de oportunidades alterou radicalmente a escala e o escopo da imigração internacional. Novas ondas de imigrantes holandeses, chineses, irlandeses e negros ajudaram a transformar o clima socioeconômico na Inglaterra.

Uma grande onda de imigração para a Grã-Bretanha mais recente ocorreu quando as perseguições nazistas do início da década de 1930 enviaram uma geração de judeus europeus que fugiam em direção ao oeste em busca de segurança. Um levantamento estimou que 60 mil judeus fixaram residência no RU, entre os anos de 1933 e 1939, mas é bem possível que os números tenham sido maiores. De 1933 a 1939, cerca de 80 mil refugiados chegaram da Europa Central, e outros 70 mil vieram durante a própria guerra. Até maio de 1945, a Europa enfrentou um problema sem precedentes em relação aos refugiados: milhões de pessoas buscavam refúgio. Centenas de milhares dessas pessoas estabeleceram-se na Grã-Bretanha.

No período após a Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha sentiu a imigração em uma escala sem precedentes – a maioria dos novos residentes provinha de países da *Commonwealth* (Comunidade Britânica de Nações) para suprir às oportunidades de emprego. Na Grã-Bretanha do pós-guerra, houve uma visível escassez de mão-de-obra, e, por algum tempo, os empregadores atraíram com entusiasmo o trabalho dos imigrantes. Além de reconstruir o país e a economia após a destruição da guerra, a expansão industrial oferecia aos trabalhadores britânicos uma mobilidade inédita e criava uma necessidade de trabalho em ocupações não-profissionalizadas e manuais. Aqueles que faziam parte dos círculos de governantes estavam influenciados pela noção da grande herança imperial da Grã-Bretanha e, por isso, pensavam que os povos das Índias Ocidentais, da Índia, do Paquistão e das antigas colônias da África eram todos súditos britânicos, tendo direito a se estabelecerem na Grã-Bretanha. O influxo de imigrantes foi auxiliado pela adoção do *British Nationality Act* de 1948, o qual concedeu direitos de imigração que favoreciam os cidadãos dos países da *Commonwealth* (Comunidade Britânica de Nações).

## Mudanças na política de imigração da Grã-Bretanha

A década de 1960 marcou o início de um recuo gradual da noção de que os habitantes do império britânico tinham o direito de imigrar para a Grã-Bretanha e reivindicar sua cidadania. Embora os contornos variáveis do mercado de trabalho possam ter desempenhado algum papel nas novas restrições à imigração, foi também uma reação à revolta contra o influxo de imigrantes, por parte de muitos britânicos brancos. Especialmente os trabalhadores residentes nas áreas mais pobres, para as quais os novos imigrantes se dirigiam, eram suscetíveis aos transtornos que os imigrantes provocavam em suas rotinas. As atitudes para com os recém-chegados eram, muitas vezes, hostis. Os tumultos de Notting Hill, em 1958, nos quais moradores brancos atacaram imigrantes negros, foram uma prova clara da força das atitudes racistas.



O coro crescente de pedidos por um controle da imigração ecoou em uma frase famosa de Enoch Powell, líder partidário conservador e ministro. Em um discurso feito em Birmingham, em 1992, Powell previu um aumento extraordinário da população não-branca da Grã-Bretanha: "Como os romanos, parece que estou vendo 'as águas do rio Tíber correndo com muito sangue'". Uma pesquisa do Gallup mostrou que 75% da população concordava, de um modo geral, com as opiniões de Powell.

Escritores e defensores da causa anti-racista argumentam que a política de imigração britânica é racista e discriminatória contra os não-brancos. A partir de 1962, com o *Commonwealth Immigrants Act*, aprovou-se uma série de medidas que restringiram a entrada e os direitos de residência a não-brancos, embora protegessem o poder dos brancos de entrarem na Grã-Bretanha com relativa liberdade. Mesmo entre os cidadãos dos estados pertencentes à *Commonwealth* (Comunidade Britânica de Nações), as leis de imigração discriminavam os habitantes dos estados predominantemente não-brancos da *New Commonwealth* (Nova Comunidade Britânica de Nações), enquanto preservavam os direitos dos imigrantes dos países da antiga Comunidade Britânica de Nações, como o Canadá e a Austrália. A introdução *patriality principle*, no *Commonwealth Immigrants Act* de 1968, significava que, para requerer a cidadania britânica, um cidadão de um país da *Commonwealth* deveria ter nascido, ter sido adotado ou naturalizado no RU, ou ter pai ou mãe ou um dos avós que preenchesse esses critérios. De um modo geral, essas exigências abriram mais possibilidades de imigração para os brancos do que para os não-brancos (Skellington, 1996).

Um *British Nationality Act* aprovado em 1981 restringiu as condições sob as quais as pessoas vindas de territórios que tivessem sido ou que continuassem sendo dependentes pudessem entrar no RU. A cidadania britânica foi separada da cidadania dos territórios dependentes britânicos. Criou-se uma categoria de "Cidadãos Britânicos Ultramarinos", referindo-se principalmente às pessoas que moram em Hong Kong, na Malásia e em Singapura, as quais ficaram sem o direito de fixar residência no RU, e seus filhos sem a possibilidade de herdarem sua cidadania. Os cidadãos da *Commonwealth*, que anteriormente poderiam registrar-se como cidadãos britânicos após viverem no país por cinco anos, passaram a ter que solicitar sua naturalização sob as mesmas condições das pessoas vindas de outros lugares do mundo. Acrescentaram-se também outras restrições para a entrada e o direito à residência. A legislação introduzida em 1988 e 1996 aumentou ainda mais o número de restrições.

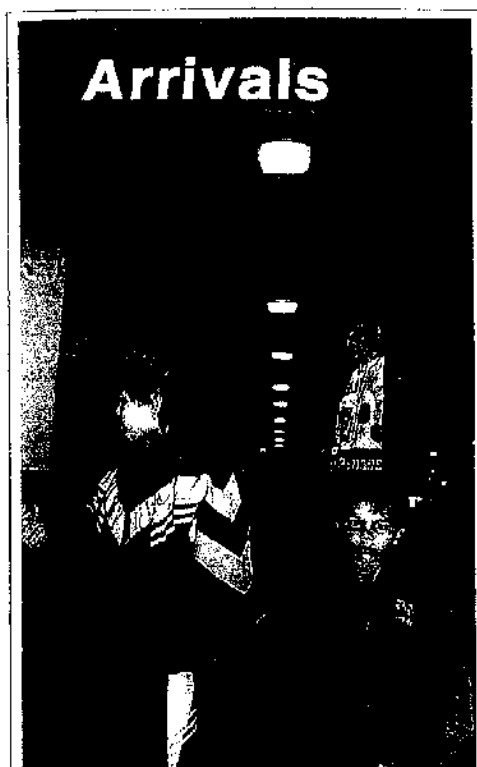
As acusações de racismo na política de imigração também podem incidir nos índices de admissão de visitantes estrangeiros para curta temporada. De acordo com os números de 1992 do *Home Office* (Ministérios dos Negócios Interiores), o controle da imigração recusou um em cada 63 jamaicanos e um em cada 82 bangladeshianos em visita à Grã-Bretanha. Para os visitantes norte-americanos e suecos, os índices foram um em cada 3.011 e um em cada 4.319 respectivamente (Skellington, 1996).

A Grã-Bretanha também reduziu as possibilidades de refugiados por perseguição política ou religiosa entrarem no país. A legislação sobre asilo foi aprovada em 1991, introduzindo controles rigorosos em relação às pessoas que reivindicam a condição de refugiado, incluindo a impressão digital, uma redução no acesso ao aconselhamento legal gratuito e a duplicação no valor das multas cobradas das empresas aéreas que trazem passageiros sem vistos válidos. O *Asylum and Immigration Appeals Act* de 1993 levou a uma elevação no número de recusas e a uma escalada do número de pessoas em busca de asilo mantidas em centros de detenção durante longos períodos. Em abril de 2000, novas leis entraram em vigor, impondo penas severas a caminhoneiros que entrassem na Grã-Bretanha trazendo clandestinos em busca de asilo. Além do mais, quem está à procura de asilo na Grã-Bretanha e aguarda as decisões sobre sua solicitação enfrenta a ameaça de deportação caso seja apanhado mendigando e, atualmente, recebe vales, em vez de dinheiro, para serem utilizados na compra de comida e de outros artigos essenciais.

As acusações de políticas de imigração racistas foram particularmente veementes durante a era do Partido Conservador no governo de Margaret Thatcher, apesar de alegações semelhantes ainda ocorrerem também no Novo Governo Trabalhista. Os defensores da causa anti-racista observam a tendência de alguns políticos de entrarem em um "jogo racial" nos discursos e debates públicos. Empregando estereótipos ou citando informações imprecisas sobre padrões de imigração, os políticos conseguem inflamar a opinião pública quanto à "enxurrada" de imigrantes que tentam se infiltrar na Grã-Bretanha. Por exemplo, a sugestão de que a maioria das pessoas que buscam asilo é composta primeiramente por desamparados e migrantes sem qualificações, tentando burlar os procedimentos-padrão de imigração, é enganosa, mas possui um alto poder de ressonância entre aqueles que são céticos em relação às políticas de imigração e de asilo.

## A diversidade étnica no Reino Unido

Os grupos étnicos minoritários, hoje em dia, constituem mais de 6% de toda a população britânica. Conforme vimos, a imigração foi um fator significativo para moldar a composição étnica do país. Porém, é importante notar que, no momento histórico atual, a imigração é responsável pelo declínio da proporção da população étnica minoritária. A maioria dos membros dos grupos étnicos minoritários nasceu no RU, o que pode ser percebido com clareza ao observarmos a estrutura etária das populações étnicas minoritárias – para cada grupo étnico, é bem maior a probabilidade de que as crianças tenham nascido na Grã-Bretanha do que as pessoas mais velhas (Tabela 9.1). Dentro da população indiana britânica, por exemplo, mais de 96% dos que têm até 16 anos nasceram na Grã-Bretanha, enquanto apenas 1% dos que têm 35 anos ou mais nasceram nesse país (HMSO, 1999), o que indica uma importante mudança de uma "população imigrante" para uma população não-branca britânica com plenos direitos à cidadania.



Deixando para trás a confusão na antiga Iugoslávia, as crianças de famílias rom (famílias ciganas), vindas das Repúblicas Tcheca e Eslovaca, chegam ao terminal do *tery*, em Dover, na esperança de um asilo, mas enfrentando um futuro hostil.

O Censo de 1991 marcou a primeira ocasião em que se pediu que os entrevistados se classificassem em termos étnicos. Antes disso, os dados relativos à composição étnica da população eram determinados segundo as informações sobre o local de nascimento do "chefe da família". Porém, como um percentual crescente da população étnica minoritária acabou nascendo na Grã-Bretanha, essa abordagem foi considerada inadequada. As medidas de "autoclassificação" da condição de membro de um grupo étnico agora se tornaram padrão para a maior parte dos levantamentos e dos estudos oficiais, como no caso do *Labour Force Survey* (LFS). No entanto, a comparação dos dados através dos estudos pode ser difícil, já que as classificações étnicas utilizadas nos estudos nem sempre correspondem entre si (Mason, 1995). Como sempre, é necessário cautela em relação à precisão das estatísticas oficiais. Por exemplo, as interpretações dos entrevistados quanto à sua própria etnicidade podem ser mais complexas do que as "opções" ou as categorias expressas em um levantamento (Moore, 1995), o que pode ser verificado especialmente no caso dos indivíduos de origens étnicas mistas.

A população étnica minoritária da Grã-Bretanha, que agora conta com mais de 3 milhões de pessoas, se concentra principalmente nas áreas urbanas mais densamente povoadas da Inglaterra. O Censo de 1991 revelou altas concentrações de minorias étnicas em Londres e no centro-oeste da Inglaterra (44,8 e 14% da população étnica minoritária respectivamente), com as áreas suburbanas e rurais sendo representadas em níveis bem mais baixos (Owen, 1992). A maioria das pessoas negras não mora em áreas urbanas decadentes por escolha própria, mas mudou-se para esses locais porque eles interessavam menos à população branca, e as propriedades vazias ficaram disponíveis após a saída dos brancos. As comparações dos dados do Censo de 1991 com censos anteriores revelaram que a tendência geral de deslocamentos populacionais de áreas urbanas para rurais não é uma característica das minorias étnicas. Parece, sim, contribuir para que haja uma concentração ainda maior de grupos

**Tabela 9.1** Percentual de pessoas nascidas no RU, por grupo étnico e etário, Grã-Bretanha, 1997-1998

	Abaixo de 16	16-24	25-34	acima de 35	Todas as idades
Branco	98	96	95	95	96
Caribenhos negros	94	87	86	17	56
Africanos negros	61	36	27	6	33
Outros grupos negros	97	94	88	57	87
Indianos	96	81	37	1	44
Paquistaneses	93	65	35	5	51
Bangladeshianos	84	40	-	-	47
Chineses	77	41	-	-	26
Nenhum dos grupos acima mencionados	87	61	35	16	56
Todos os grupos étnicos	97	93	91	92	93

A categoria "Nenhum dos grupos acima mencionados" abrange aqueles indivíduos de origem mista; "Todos os grupos étnicos" abrange aqueles que não especificam seu grupo étnico.

Fontes: Labour Force Survey, Office for National Statistics. Extraído de *Social Trends*, 29 (1998), p. 33. Crown Copyright.

étnicos minoritários nas áreas urbanas que apresentam uma diminuição da população branca (Owen, 1992).

Dos grupos étnicos minoritários da Grã-Bretanha, a população bangladeshiana é a mais jovem, 45% dos seus membros tem até 16 anos. (HMSO, 1999). Em termos de gênero, a composição da maioria dos grupos étnicos minoritários apresenta um equilíbrio maior entre os sexos do que em momentos anteriores. Antigamente, o volume de imigrantes, em particular dos países da *New Commonwealth*, era de homens. Mais tarde, surgiram políticas com o propósito da reunificação familiar, uma mudança que ajudou a igualar as proporções de homens e mulheres em muitos grupos étnicos minoritários.

As descrições acima sobre a diversidade étnica na Grã-Bretanha podem ser consideradas apenas como os indicadores mais amplos de padrões extremamente complexos e diversificados dentro da população. Cada vez mais, os sociólogos e os estudiosos de outras disciplinas vêm enfatizando a necessidade de focalizar as diferenças entre os grupos étnicos minoritários da Grã-Bretanha, em lugar de um discurso geral sobre a experiência das minorias étnicas. Como veremos na próxima seção a respeito de raça e desigualdade, os negros e os asiáticos na Grã-Bretanha estão, de um modo geral, em desvantagem, se comparados à população branca, mas há muita diferenciação entre os grupos étnicos minoritários que requer um exame cuidadoso.

### Empregos e sucesso econômico

Os empregos constituem uma área crucial para o monitoramento dos efeitos das desvantagens sociais e econômicas provocadas por fatores como gênero, idade, classe e etnicidade. Estudos sobre a posição das minorias étnicas no mercado de trabalho revelaram padrões de desvantagem em termos de distribuição ocupacional, níveis salariais, discriminação nos processos de contratação e de promoção e índices de desemprego. Nesta seção, observaremos alguns desses temas.

#### *Tendências dos padrões ocupacionais de minorias étnicas desde 1960*

O levantamento nacional sobre as minorias étnicas mais antigo da Grã-Bretanha, o qual foi realizado pelo *Policy Studies Institute* (PSI), na década de 1960, constatou que os imigrantes recém-chegados aglomeravam-se desproporcionalmente em ocupações manuais dentro de um pequeno número de indústrias. Mesmo aqueles que vieram qualificados de seus países de origem acabavam trabalhando em empregos inadequados às suas habilidades. A discriminação com base na origem étnica era uma prática comum e manifesta: alguns empregadores recusavam-se a contratar trabalhadores que não fossem brancos, ou somente resolviam contratá-los quando havia uma escassez de trabalhadores brancos adequados às funções.

Até a década de 1970, os padrões de emprego haviam mudado um pouco. Membros de grupos étnicos minoritários continuavam a ocupar posições manuais semiprofissionalizadas ou

não-profissionalizadas, embora um número crescente tivesse empregos manuais profissionalizados. Poucas minorias étnicas estavam representadas em cargos profissionais e gerenciais. Apesar das mudanças na legislação no sentido de impedir a discriminação racial nos processos de contratação, a pesquisa descobriu que aos brancos era dada preferência, com o oferecimento constante de oportunidades de emprego e entrevistas, em comparação com os candidatos não-brancos que possuíam as mesmas qualificações.

O terceiro levantamento nacional do PSI sobre minorias étnicas, feito em 1982, constatou que, com exceção dos homens afro-asiáticos e indianos, as minorias étnicas suportavam índices de desemprego duas vezes maiores do que os brancos, devido à recessão econômica geral, que produziu um forte impacto no setor manufatureiro. Indivíduos não-brancos com qualificações e que tivessem fluência na língua inglesa, entretanto, ingressaram, cada vez mais, em cargos de colarinho branco, e, de modo geral, houve uma redução da distância salarial existente entre as minorias étnicas e os brancos. A partir do final da década de 1970, um número crescente de minorias étnicas começou a trabalhar de forma autônoma, contribuindo para maiores salários e níveis mais baixos de desemprego, especialmente entre indianos e afro-asiáticos.

#### *Descobertas recentes*

O mais recente levantamento nacional da Grã-Bretanha sobre minorias étnicas, realizado pelo PSI, teve por base uma amostra representativa de 5.196 britânicos de origem asiática e caribenha (além de 2.867 brancos), e seus resultados foram publicados em *Ethnic Minorities in Britain: Diversity and Disadvantage* (Modood et al., 1997). O levantamento revelou, mais do que nunca, as trajetórias divergentes das minorias étnicas no mercado de trabalho. Enquanto as minorias étnicas continuam a sofrer uma desvantagem em termos de salários, processos discriminatórios de contratação e altos índices de desemprego, a população britânica não-branca é heterogênea, e certos grupos étnicos encontram maior sucesso em suas ocupações do que outros. Continua sendo exagerado o número de homens paquistaneses e bangladeshianos, por exemplo, a trabalharem em empregos manuais; a probabilidade de que ocupem cargos profissionais e gerenciais é de menos de dois terços em relação aos homens brancos. Se comparadas com outras mulheres, apenas um terço das paquistanesas e um décimo das bangladeshianas exercem uma atividade remunerada fora de suas casas (Modood et al., 1997).

No outro extremo, estão os indivíduos de descendência afro-asiática e chinesa. Entre esses grupos, os níveis de rendimento são agora praticamente equivalentes aos dos brancos, e os índices de desemprego também são comparáveis. A probabilidade de os homens afro-asiáticos trabalharem como profissionais, gerentes ou empregadores é a mesma dos seus correspondentes brancos, ao passo que as mulheres chinesas têm duas vezes mais chances do que as brancas. Os autores do levantamento nacional concluíram que não é mais apropriado considerar esses grupos como se estivessem em desvantagem

## As minorias étnicas e a "nova economia"

Tendo em vista a alta concentração de trabalhadores pertencentes às minorias étnicas na manufatura e na indústria, muitos observadores sugerem que o declínio da economia industrial teve um impacto desproporcional sobre esse segmento da população. Índices mais altos de desemprego, afirmam eles, são um reflexo dos efeitos da reestruturação econômica sobre os trabalhadores pertencentes às minorias étnicas, já que estes são menos profissionalizados e mais vulneráveis. A mudança da economia britânica, que era baseada na indústria, para uma economia impulsionada pela tecnologia e pelo setor de serviços foi prejudicial para os trabalhadores pertencentes às minorias étnicas, que não estão bem equipados para fazer a transição para as novas ocupações.

No entanto, essa visão convencional foi desafiada por descobertas como as dos levantamentos PSI e por comparações do *Labour Force Survey* e das estatísticas do censo (Iganski e Payne, 1999). Esses estudos demonstraram que, nas últimas décadas, determinados grupos não-brancos, na verdade, atingiram altos níveis de sucesso econômico e ocupacional, quase da mesma forma que os trabalhadores brancos bem-sucedidos. O processo de reestruturação econômica, afirmam eles, na realidade, contribuiu para reduzir a distância entre a minoria étnica e as populações brancas no mercado de trabalho. Isso se deve ao fato de as transformações de larga escala ocorridas dentro da economia acabarem acolhendo as populações de minorias étnicas e as brancas.

Utilizando dados extraídos de três décadas de levantamentos do *Labour Force Survey* e de censos (1971, 1981 e 1991), Paul Iganski e Geoff Payne descobriram que, no conjunto, os grupos étnicos minoritários sofreram níveis mais baixos de perda de emprego do que o resto da força de trabalho industrial. Entre 1971 e 1991, os empregos na manufatura que foram perdidos por não-brancos representavam 12% daqueles economicamente ativos em 1971, enquanto, entre a força de trabalho total, o número era de 14,4%. Iganski e Payne observam que houve disparidades significativas dentro dessa tendência geral — entre os homens e as mulheres, por exemplo, e também entre setores industriais. Porém, de um modo geral, eles constataram que a mudança em direção à "nova economia" acabou varrendo não-brancos e brancos da mesma forma, reduzindo a distância entre eles. Para Iganski e Payne, existe, hoje em dia, na Grã-Bretanha, uma população não-branca substancial, cuja estrutura ocupacional tem apresentado mudanças indistinguíveis daquelas da população branca majoritária.

Iganski e Payne são cautelosos em apontar que não se deve confundir os ganhos substanciais obtidos por certos grupos étnicos minoritários com o fim da desvantagem ocupacional. Ao contrário, argumentam eles, essa "mobilidade social coletiva" demonstra que as forças da reestruturação pós-industrial são *mais fortes* do que as da discriminação racial e as da desvantagem persistente (1999).

em relação aos brancos, já que, na verdade, eles superam a população branca, segundo alguns indicadores socioeconômicos (Modood et al., 1997).

As experiências dos jovens caribenhos do sexo masculino no mercado de trabalho diferem significativamente das experiências dos indianos e dos brancos. Um estudo baseado em 11 anos de dados do *Labour Force Survey* constatou que a probabilidade de os homens caribenhos ficarem desempregados era mais do que o dobro de seus correspondentes brancos, e a tendência era de que ganhassem menos do que outros grupos. Outra variação impressionante pode ser vista nas perspectivas de emprego para homens africanos graduados, que, apesar do sucesso em obterem qualificações educacionais, ainda correm um risco sete vezes maior de ficarem desempregados do que um graduado branco. (Berthoud, 1999).

Entre as mulheres não-brancas, os padrões de emprego também variam profundamente. É muito menos provável que uma mulher caribenha desenvolva um trabalho manual, em comparação com as mulheres brancas, enquanto as mulheres indianas, assim como as paquistanesas, tendem a ocupar principalmente as vagas dos empregos manuais. Há um nível de atividade econômica bem maior entre as mulheres caribenhas e

as indianas, ao passo que as paquistanesas e as bangladeshianas são menos ativas no mercado de trabalho. Na média, as caribenhas e as indianas tendem a ter rendimentos de turno integral um pouco mais elevados do que as mulheres brancas, apesar de existir entre as indianas uma nítida polarização entre as mulheres que possuem rendimentos relativamente altos e as que ganham pouco (Modood et al., 1997).

### "O sucesso econômico indiano"

Os indivíduos não-brancos mais bem-sucedidos, em uma avaliação de nível de renda, foram os sul-asiáticos que trabalham como autônomos ou como pequenos empregadores. A proporção de pessoas nessa categoria tem aumentado de modo constante ao longo dos últimos 20 anos: os indianos e as indianas têm agora duas vezes mais chances de serem autônomos do que os brancos. As lojas de esquina asiáticas e outras formas de negócios administrados por asiáticos tornaram-se um aspecto tão proeminente da sociedade britânica que algumas pessoas sugerem que eles poderiam liderar um renascimento econômico das áreas urbanas decadentes. Tariq Modood explicou o "sucesso econômico indiano" como o resultado de trabalho duro,

apoio comunitário e familiar e alta prioridade dada à educação (1991).

Entretanto, é importante não exagerar a prosperidade e o impacto potencial das pequenas empresas sul-asiáticas. Muitos autônomos asiáticos trabalham em uma carga horária extremamente longa – chegam a 60 ou 80 horas por semana – para níveis relativamente baixos de renda total. São registrados como autônomos, mas, na verdade, trabalham como empregados de outros membros da família que dirigem o negócio; e não possuem as vantagens habituais usufruídas pelos empregados – como auxílio-doença, feriados remunerados e contribuições do empregador para a seguridade social.

### *Os problemas enfrentados na subida ao topo*

Os avanços dentro da estrutura ocupacional nem sempre coincidem com uma ampliação da representação nos altos níveis do poder. Apesar de o fato de o número de minorias étnicas a ocuparem cargos profissionais de colarinho-branco ser maior do que anteriormente, parece que existe um “teto de vidro” impedindo todos que vêm de minorias étnicas, exceto algumas pessoas, de progredirem até altos cargos dentro de grandes companhias e organizações. De maneira geral, os homens pertencentes a minorias étnicas – até mesmo os que possuem altíssimas qualificações – têm a metade das chances dos homens brancos de serem representados por poder, *status* e rendimentos entre os 10% dos empregos que estão no topo (Modood et al., 1997).

Um relatório recente do *Trades Union Congress* (TUC), intitulado “Qualifying for racism” (2000), observa o aumento da “distância” em termos de gerenciamento e de supervisão entre brancos e não-brancos durante os anos de 1990. O TUC exige o monitoramento obrigatório de todos os empregadores a fim de impedir a discriminação racial contra trabalhadores negros e asiáticos altamente qualificados, cujas chances de promoção estão sendo limitadas com base em sua etnicidade. Parece evidente que a barreira para o gerenciamento irá enfraquecer com o passar do tempo, porém, no momento, ela continua sendo uma forte lembrança da permanência do preconceito e do racismo que enfrentam os indivíduos provenientes das minorias étnicas.

### **Habitação**

Na Grã-Bretanha, as minorias étnicas tendem a sofrer discriminação, assédios e privação material no mercado da habitação. Desde as primeiras exigências pelos controles de imigração, a habitação está à frente das lutas por recursos entre os grupos e as tendências voltadas ao fechamento étnico. Um dos motivos desse problema pode estar no fato de a habitação ser uma questão altamente simbólica – indica *status*, oferece segurança, entrelaçando-se com todo o sustento. Assim como ocorre com os padrões de emprego, diferenciais na qualidade e no tipo de habitação variam de acordo com os grupos étnicos. Embora a população não-branca como um todo esteja mais desamparada do

que os brancos em termos de habitação, esse quadro está longe de ser uniforme. O número de representantes de certos grupos, como os de origem indiana, que possuem casa própria é bem alto; já outros grupos aglomeram-se desproporcionalmente em acomodações que estão abaixo do padrão, ou no setor de habitação social (Ratcliffe, 1999).

Diversos fatores contribuem para os diferenciais na área da habitação entre as populações não-brancas e as brancas, e entre os grupos não-brancos. O assédio racial e os ataques violentos, cada vez mais frequentes não apenas na Grã-Bretanha, mas por toda a Europa, provavelmente estimulam um certo grau de segregação étnica nos padrões de habitação. As famílias não-brancas que dispõem de recursos para se mudarem para bairros mais prósperos, predominantemente brancos, podem ser dissuadidas de assim o fazêrem devido à hostilidade étnica. Outro fator está relacionado à condição física da moradia, que, geralmente, quando ocupada por grupos étnicos minoritários, tende a estar em pior estado de conservação do que as da população branca. Uma grande proporção dos paquistaneses e dos bangladeshianos moram em acomodações superlotadas (pois, em média, suas famílias são grandes); sua moradia também acaba sendo mais suscetível à umidade, e é menos provável que possua aquecimento central (veja a Tabela 9.2).

Já as pessoas de origem indiana têm a mesma probabilidade de ocuparem casas não-geminadas e geminadas que os brancos, sendo menos provável que residam em bairros localizados em áreas urbanas decadentes do que os demais grupos étnicos. Quanto às famílias caribenhas, por outro lado, é bem mais provável que aluguem uma moradia no setor de habitação social, do que venham a adquirir a casa própria – um fato que pode estar relacionado à alta proporção, encontrada nesse grupo étnico, de famílias formadas por um pai ou uma mãe solteiros.

Preocupado com as desigualdades e a “pressão habitacional” que as minorias étnicas enfrentam em sua comunidade, o *Bradford Housing Forum* realizou, em 1995, um estudo localizado sobre as necessidades na área da habitação. Os resultados foram relevantes em aspectos que ultrapassam os limites da própria cidade. A partir do levantamento envolvendo mil famílias não-brancas, houve duas descobertas principais. Em primeiro lugar, em aproximadamente metade das famílias paquistanesas e bangladeshianas entrevistadas, ninguém trabalhava em turno integral. O declínio da indústria manufatureira em Bradford produziu um forte impacto sobre as comunidades étnicas minoritárias, levando a altos índices de desemprego. Em segundo lugar, os índices de doenças de longa duração e de invalidez nas famílias não-brancas mais desamparadas eram extremamente altos. Os dados referentes à morbidez extraídos do Censo de 1991 haviam demonstrado, de forma semelhante, que os grupos étnicos minoritários sofriam desproporcionalmente de condições crônicas, como doenças respiratórias e problemas pulmonares e cardíacos. As descobertas do Bradford confirmaram o argumento de que moradia e saúde física estão intimamente ligadas.

**Tabela 9.2** Famílias que enfrentam problemas habitacionais de ordem material, na Grã-Bretanha, por grupo étnico, 1991

Grupo étnico	Mais de uma pessoa por peça (%)	Acomodação não-independente (%)	Sem uso exclusivo de banheiro		Sem aquecimento central	
			(%)	(pessoas por família)	(%)	(pessoas por família)
Branco	1,8	0,9	1,2	1,50	18,9	2,16
Minorias étnicas	13,1	2,4	2,1	2,09	17,8	3,33
Negros	7,2	3,1	2,3	1,69	17,4	2,33
Negros caribenhos	4,7	2,0	1,4	1,65	17,4	2,30
Negros africanos	15,1	6,5	5,1	1,73	15,8	2,46
Negros de outras origens	5,6	3,2	2,4	1,67	20,2	2,27
Sul-asiáticos	20,5	1,1	1,4	3,08	19,5	4,43
Indianos	12,8	1,0	1,1	2,65	12,4	3,59
Paquistaneses	29,7	1,2	1,7	3,31	34,2	4,95
Bangladeshianos	47,1	1,3	2,0	4,17	23,6	5,19
Chineses e outros	9,4	3,6	3,0	1,78	15,0	2,62
Chineses	10,6	3,5	3,2	1,95	16,0	2,82
Outros asiáticos	11,0	3,7	3,0	1,79	12,1	2,83
Outros	7,4	3,7	3,0	1,67	16,7	2,39
População total	2,2	1,0	1,3	1,54	18,9	2,21

Fonte: D. Owen em David Mason, *Race and Ethnicity in Modern Britain*, Oxford University Press, 1995.

Como é possível entender os diferenciais étnicos na habitação? Alguns sociólogos afirmam que as minorias étnicas aparecem como uma "classe habitacional" distinta, como resultado dos processos competitivos no mercado da habitação (Rex e Moore, 1967). De acordo com essa abordagem, os desafios que os grupos minoritários enfrentam – da desvantagem econômica até a discriminação racial – significam que eles possuem poucas opções e uma pequena chance de exercerem controle sobre sua situação habitacional. As minorias étnicas são basicamente forçadas a sobreviver em uma moradia inadequada, já que possuem poucas ou nenhuma alternativa em relação à questão. Embora haja certamente muitas circunstâncias restritivas que ponham as minorias étnicas em desvantagem no mercado habitacional, seria errado inferir que elas sejam meramente vítimas passivas de forças discriminatórias ou racistas. Os padrões e as práticas variam ao longo do tempo por meio das escolhas feitas pelos atores sociais. A discriminação também pode se transformar em um ímpeto para a ação criativa.

### Raça e crime

Desde a década de 1960, houve um aumento da representação dos membros de grupos étnicos minoritários dentro do sistema de justiça criminal – tanto como transgressores quanto como vítimas. Se comparadas à sua distribuição na população total, as minorias étnicas estão super-representadas nas prisões. Em 1997, um em cada oito prisioneiros do sexo masculino, na Inglaterra e no País de Gales, era proveniente de um grupo étnico minoritário (HMSO, 1999). Os índices de detenção entre

afro-caribenhos também são desproporcionalmente altos – os afro-caribenhos representam 7% de 1,3 milhão de detenções feitas entre os anos de 1998 e 1999, apesar de compreenderem apenas 2% da população total.

Há razões para se acreditar que os membros de grupos étnicos minoritários sofrem tratamento discriminatório quando se encontram dentro do sistema de justiça criminal. O índice de custódias é maior entre os não-brancos, mesmo nos casos em que há poucas condenações anteriores ou nenhuma. É também mais provável que as minorias étnicas sofram discriminação ou ataques raciais quando presas. Alguns estudiosos chamam atenção para o fato de a administração do sistema de justiça criminal ser predominantemente branca. O percentual de advogados negros em exercício é pequeno, e os negros constituem menos de 2% da força policial (Denney, 1998).

Os grupos não-brancos são todos vulneráveis ao racismo de um tipo ou de outro – incluindo os ataques motivados pelo racismo. Muitos escapam desse tratamento, mas, para uma minoria, a experiência pode ser perturbadora e brutal. O levantamento do *Policy Studies Institute* (Modood et al., 1997) revelou que 12% dos entrevistados haviam sido assediados, insultados ou atacados por motivos raciais no ano anterior. Desse número, 25% havia sido vitimizado cinco vezes ou mais durante o mesmo ano. Um quarto dos entrevistados pesquisados admitiu estar preocupado com o fato de ser uma vítima de assédio racial.

Nos últimos anos, tem-se prestado mais atenção aos crimes motivados pelo racismo praticados contra as minorias étnicas. Estudos de vitimização revelaram uma probabilidade maior de as vítimas interpretarem ameaças, vandalismo e ataques violentos como crimes motivados pelo racismo do que os

arrombamentos. O *British Crime Survey* de 1998 constatou que os entrevistados paquistaneses e os bangladeshianos foram os mais propensos a reconhecerem nos crimes uma motivação racial (26% de todos os crimes), enquanto os indianos (13%) e os entrevistados negros (9%) interpretavam uma motivação de certa forma menos racial nos incidentes criminosos. Em contraste, apenas 1% dos brancos enxergou motivos raciais nos crimes praticados contra eles (HMSO, 1999).

Como podemos explicar esses padrões de crime e de vitimização? Conforme observamos no Capítulo 8 ("Crime e Desvio"), o crime não está uniformemente distribuído entre a população. Parece que existe um elemento espacial distinto para os padrões de crime e de vitimização. Áreas que sofrem privações materiais geralmente possuem índices mais altos de criminalidade, e os indivíduos que moram nessas regiões correm um risco maior de serem vítimas de crimes.

As privações às quais são submetidas as pessoas expostas ao racismo tanto auxiliam a gerar o ambiente decadente de áreas urbanas como são geradas por esse ambiente (veja também o Capítulo 18, "Cidades e Espaços Urbanos"). Aqui, há correlações claras entre raça, desemprego e crime, que tendem a se concentrar particularmente na situação dos jovens negros do sexo masculino. Através do "pânico moral" em relação ao crime (veja p. 177), criado pela política e pela mídia, estabeleceu-se um elo público entre raça e crime. O *Daily Telegraph* comentou: "Na Grã-Bretanha, muitos jovens nativos das Índias Ocidentais, e, por um processo de conexão, números cada vez maiores de jovens brancos, não têm idéia de que a nação na qual eles vivem é parte deles. Assim, para eles, seus cidadãos tornam-se meros objetos de uma exploração violenta" (citado em Solomos e Rackett, 1991, p. 44). Todavia, a experiência de muitos jovens negros mostra serem eles, precisamente, os "objetos de uma exploração violenta", ao se depararem com os brancos e, infelizmente, também, em parte, com a polícia.

### Racismo policial

Os estudos sociológicos têm sido um instrumento para revelar atitudes racistas entre os policiais. Em seu estudo sobre a polícia, Roger Graef concluiu que esta era "ativamente hostil em relação a todos os grupos minoritários". Ele observou a frequência com que os policiais utilizavam estereótipos e insultos raciais ao falarem a respeito de minorias étnicas (1989). Durante a década de 1990, diversos incidentes de grande repercussão na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos atraíram atenção para o racismo policial como nenhum estudo jamais conseguiu. O assassinato de Stephen Lawrence, ocorrido em 1993, o qual foi discutido anteriormente neste capítulo, alterou significativamente a natureza do debate sobre o racismo na Grã-Bretanha ao demonstrar que o racismo não se restringe a determinados indivíduos, podendo, sim, permear instituições inteiras.

Após a publicação do *Macpherson Report*, em 1999, o secretário dos Negócios Interiores, Jack Straw, desafiou a polícia a se tornar "defensora de uma sociedade multicultural". Muitas das 70 recomendações do relatório tiveram efeito dentro de um

ano após sua publicação, embora os críticos aleguem que a mudança não está ocorrendo com a devida rapidez. No primeiro ano após o relatório, mais de um terço das forças policiais não havia contratado nenhum outro policial negro ou asiático, e o número de policiais pertencentes a minorias étnicas havia caído em 9 das 43 forças policiais da Inglaterra e do País de Gales. Houve também indícios de uma "revolta anti-Macpherson" entre alguns segmentos da comunidade responsável pelo cumprimento da lei que acreditam que o relatório foi injusto ao ter como alvo a polícia.

Ao longo da última década, preocupações semelhantes em relação ao racismo institucional têm surgido, nos EUA, em resposta a um série de incidentes violentos envolvendo policiais brancos e cidadãos negros. A surra violenta aplicada por integrantes do Departamento de Polícia de Los Angeles no motorista Rodney King, em 1991, foi captada em um vídeo caseiro e transmitida várias vezes a uma nação em choque. Quando, em 1992, a polícia foi considerada não-culpada, irromperam rebeliões em algumas partes de Los Angeles que, no decorrer de aproximadamente uma semana, resultaram em 40 mil mortes, 5 mil prisões e mais de um bilhão de dólares em danos materiais. Na cidade de Nova York, quatro policiais brancos foram absolvidos após Amadou Diallo ser morto a tiros em 1999, provocando novas acusações de racismo policial. Diallo, um imigrante guineano, foi morto na entrada do seu bloco de apartamentos quando apanhava sua carteira. Pensando que ele estivesse armado, a polícia atirou nele 43 vezes. O prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, e a autoridade encarregada da polícia da cidade, William Safir, foram duramente criticados por apoiarem políticas severas de "lei e ordem" que, desproporcionalmente, elegiam como alvo nova-iorquinos não-brancos. A ênfase dada aos altos números de prisões, acusam os críticos, levou a uma situação em que policiais mal-treinados, excessivamente entusiastas, acabavam "atirando primeiro e fazendo perguntas depois".

À luz desses incidentes, não é de se surpreender que a pesquisa confirme que a hostilidade em relação à polícia seja um fenômeno comum entre os grupos negros — tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos. Essas atitudes são, até certo ponto, simplesmente o resultado da experiência direta; as atitudes dos jovens negros, em particular, são moldadas pelas estratégias de policiamento que eles encontram. O levantamento do PSI descobriu que apenas um quarto dos entrevistados que havia sido vítima de um ataque racial no ano anterior resolveu denunciar esse ataque à polícia. Metade dos que recorreram à polícia ficou satisfeita com o tratamento recebido. Muitos sentiram que a reação da polícia demonstrava sua falta de interesse real em tomar conhecimento do incidente ou investigá-lo (Moodood et al., 1997).

As minorias étnicas são as que mais necessitam da proteção da polícia e do sistema de justiça criminal, já que a probabilidade de que venham a ser vítimas de crimes é maior do que a dos brancos; porém, há indícios de que as políticas de aplicação da lei parecem ter um cunho racial que elege não-brancos como alvos. A prática do "perfil racial" pela polícia significa que, se

comparados aos brancos, os membros de grupos étnicos estão, em geral, sujeitos a um exame mais rigoroso, ou a um grau elevado de suspeita de má conduta. As políticas do "detenha e investigue" tendem a considerar um número bem maior de não-brancos como alvos – em Londres, por exemplo, os negros correm seis vezes mais riscos de serem detidos pela polícia, e é também mais provável que sejam presos. Outros apontam para o fato de que os pedidos por auxílio policial feitos por não-brancos podem acabar não sendo atendidos com a mesma rapidez e eficiência quanto o são para os cidadãos brancos.

### A imigração e as relações étnicas no continente

Assim como a Grã-Bretanha, durante o século XX, a maioria dos demais países europeus passou por profundas transformações em função da migração. Na Europa, ocorreram migrações em larga escala ao longo das duas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial. Os países do Mediterrâneo forneceram mão-de-obra barata às nações do norte e do oeste. Os migrantes que deixavam áreas como a Turquia, o norte da África, a Grécia e o sul da Espanha e da Itália foram, por um tempo, ativamente encorajados por países-anfitriões que enfrentavam grande escassez de mão-de-obra. Países como Suíça, Alemanha, Bélgica e Suécia possuem populações consideráveis de trabalhadores migrantes. Ao mesmo tempo, países que foram potências coloniais sofreram um influxo de imigrantes vindos de suas antigas colônias: primeiramente para a França (argelinos) e para os Países Baixos (indonésios), assim como para o RU.

A migração da mão-de-obra para a Europa Ocidental e dentro desta diminuiu sensivelmente há duas décadas, assim que o boom transformou-se em recessão. Porém, desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, e as transformações que ocorreram nos países do Leste Europeu e na antiga União Soviética, a Europa testemunha o nascimento do que foi denominado *nova migração*. Essa "nova migração" foi marcada por dois eventos principais: em primeiro lugar, a abertura das fronteiras entre o leste e o oeste levou à migração de cerca de 5 milhões de pessoas na Europa entre os anos de 1989 e 1994; em segundo lugar, a guerra e o conflito étnico na antiga Iugoslávia teve como resultado uma onda de aproximadamente 5 milhões de refugiados para outras regiões da Europa (Koser e Lutz, 1998). Os padrões geográficos da migração europeia também foram alterados – os limites entre países de origem e países de destino tornaram-se cada vez mais obscuros. Países localizados no sul e no centro da Europa passaram a ser o destino de muitos migrantes, afastando-se notavelmente das antigas correntes de imigração.

Outro aspecto da "nova migração" é a "falta de mistura" étnica. Na antiga União Soviética, na antiga Iugoslávia e em algumas nações do centro da Europa, o deslocamento de fronteiras, a mudança de regimes políticos ou a deflagração de conflitos têm provocado migrações com base no princípio da "afini-

dade étnica". Uma ilustração clara desse fato pode ser percebida no caso dos milhares de russos étnicos que se encontram em países de independência recente – como a Letônia, o Cazaquistão e a Ucrânia – após a dissolução da União Soviética. Muitos deles preferem migrar de volta para a Rússia, como parte de um processo de pureza étnica (Brubaker, 1998).

### A migração e a União Européia

Como parte das mudanças rumo à integração europeia, muitas das antigas barreiras para o movimento livre de mercadorias, capital e empregados foram removidas, o que levou a um aumento dramático da migração regional entre os países europeus. Os cidadãos de países da União Européia têm agora o direito de trabalhar em qualquer país da UE. Profissionais altamente experientes e qualificados juntam-se às fileiras de pessoas que procuram asilo e àqueles que migraram por motivos econômicos, formando os maiores grupos de migrantes europeus. Com essa mudança, os estudiosos notaram uma crescente polarização, dentro da população, migrante, entre os que possuem recursos e os que não os possuem.

A migração de pessoas vindas de países não-pertencentes à UE para esta tornou-se um dos temas mais urgentes na agenda política em diversos estados europeus. Com a continuidade do processo de integração europeia, vários países dissolveram os controles de fronteiras internas com estados vizinhos como parte do acordo de Schengen. Os signatários do acordo agora monitoram apenas suas fronteiras externas (veja a Figura 9.3) e permitem a livre entrada no país de pessoas que venham de estados-membros vizinhos. Essa reconfiguração dos controles de fronteiras europeias produziu um impacto enorme sobre a imigração ilegal dentro da UE e sobre o crime que atravessa a fronteira. Imigrantes ilegais que conseguem entrar em um estado signatário do acordo de Schengen podem se deslocar livremente por toda a zona de abrangência do acordo.

Como atualmente a maioria dos países da UE limitaram a imigração legal aos casos de reunificação familiar, as ocorrências de imigração ilegal têm apresentado um crescimento. Alguns indivíduos em situação ilegal entram legalmente na UE, como estudantes ou visitantes, ficando mais tempo do que seus vistos permitem; porém, é cada vez maior o número de imigrantes ilegais que são transportados clandestinamente através das fronteiras (veja a Figura 9.4). O *International Centre for Migration Policy Development* estima que, a cada ano, 40 mil pessoas são transportadas clandestinamente para dentro da UE. A longa fronteira costeira da Itália é considerada uma das mais porosas da Europa, atraindo imigrantes ilegais da vizinha Albânia, da antiga Iugoslávia, da Turquia e do Iraque. Desde que aderiu ao acordo de Schengen, a Itália restringiu significativamente sua fronteira externa. A Alemanha, que recebe uma porção exagerada dos imigrantes ilegais e dos pedidos de asilo, mantém um trabalho conjunto com os governos da Polônia e da República Tcheca, no sentido de fortalecer os controles sobre as fronteiras orientais. Como





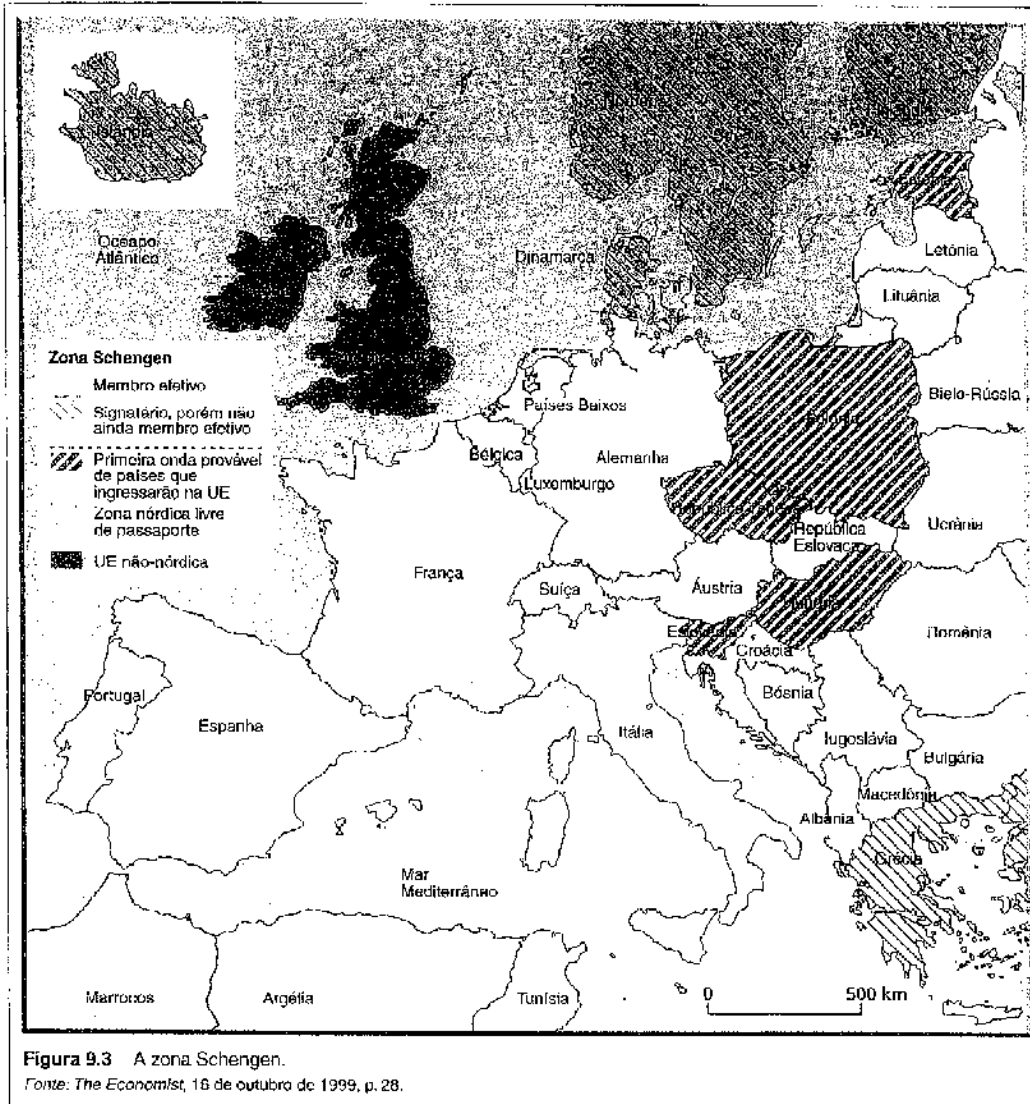
Em média, os jovens negros correm bem mais riscos de serem abordados e investigados pela polícia nas ruas de Londres do que os jovens brancos de faixa etária ou de status semelhante.

candidatos a “rotas rápidas” para a UE, esses países, dentro de poucos anos, farão parte do limite oriental da UE; suas longas fronteiras com a Eslováquia, a Ucrânia, a Bielorrússia e o Kaliningrado russo podem se transformar no novo “elo fraco” no controle de migração da UE.

No entanto, o aumento no rigor do controle sobre os “novos migrantes” não ocorre sozinho. Reações informais às mudanças nas políticas de imigração surgem nas redes de tráfico e de transporte de clandestinos. O comércio envolvendo a migração humana tornou-se uma das categorias do crime organizado na Europa que apresenta um crescimento mais acelerado. Da mesma maneira que os grupos criminosos conseguem cruzar fronteiras transportando drogas, armas e mercadorias roubadas, eles são também capazes de realizar o transporte de imigrantes ilegais através de vários meios. Os migrantes e os transportadores de clandestinos unem-se para utilizar o conhecimento e a experiência de outros migrantes na decisão de seus movimentos. Nesse sentido, as restrições apresentadas pelas políticas parecem estar provocando novas formas de resistência (Koser e Lutz, 1998).

### Refugiados, pessoas em busca de asilo e migrantes por motivos econômicos

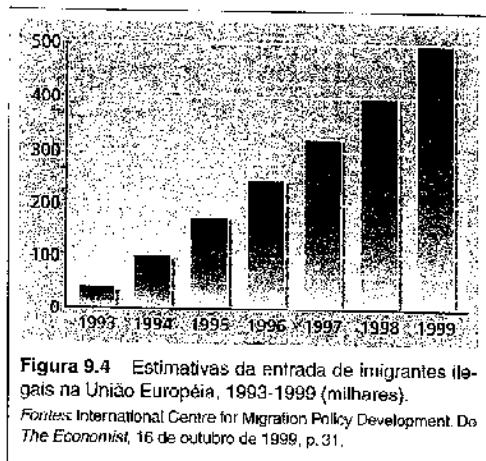
Com o maior rigor das fronteiras da UE, apresentar um pedido de asilo passou a ser um dos canais que restam aos cidadãos não-pertencentes à União Europeia para ganharem permissão para se estabelecerem na UE. Uma **pessoa em busca de asilo** é aquela que solicita refúgio em um país estrangeiro por temer perseguição em seu país de origem. O direito de requerer asilo é reconhecido como universal, porém as políticas que pretendem revisar os casos de asilo têm gerado grandes controvérsias em muitos estados que compõem a UE. De acordo com as acusações dos críticos, o tratamento dedicado aos candidatos a asilo não é melhor do que o dispensado aos criminosos — forçados a viver em centros de detenção superlotados, que se assemelham a prisões, durante o andamento de seus processos de pedido de asilo. Pilhas de casos têm se acumulado em muitos países, incluindo o RU, onde, no início do ano 2000, mais de 100 mil pessoas que buscavam asilo esperavam as decisões em relação ao seu pedido.



Os governos da UE, entretanto, ressaltam a necessidade de prevenir os "falsos" pedidos de asilo enquanto protegem os direitos daqueles cujo temor de perseguição em seu país de origem é genuíno e bem-fundamentado. Como na UE, estão alguns dos salários mais altos e dos melhores serviços de assistência social e padrões de vida do mundo, alguns "migrantes por motivos econômicos", que não temem perseguições, mas que buscam uma vida melhor, e que não conseguem entrar por outros meios, podem procurar ingressar através do pedido de asilo. As políticas severas de concessão de asilo levam muitos a falar de uma **Europa fortificada** – uma zona protegida que

age coletivamente para proteger seus bens e seu alto padrão de vida contra um "ataque" de migrantes vindos de outras partes do mundo, que buscam compartilhar de sua prosperidade.

Muitos países europeus ocidentais têm testemunhado campanhas que defendem o retorno dos migrantes a seus países de origem e ameaças de deportação caso esses indivíduos estejam desempregados ou cometam um delito. O pânico moral que retrata os migrantes como criminosos e dependentes da previdência social incita um aumento ainda maior no rigor das políticas de imigração de muitos países. Robin Cohen (1994) utiliza a expressão "fronteiras da identidade" para se referir ao modo



como os debates públicos promovem uma visão particular do patrimônio nacional e criam barreiras contra pessoas que sejam "estrangeiras" ou "diferentes".

O racismo associado ao sentimento antimigração gerou alguns incidentes explosivos na Europa nos anos de 1990. Em 1991 e 1992, na recém-unificada Alemanha, ocorreram centenas de ataques contra estrangeiros – e contra trabalhadores turcos, alguns dos quais residentes no país há mais de 20 anos. Ataques violentos contra as populações *rom* (ciganos) em muitos países do centro e do leste da Europa tornaram-se mais frequentes.

### Pontos Principais

1. O termo "raça" refere-se às características físicas, como cor da pele, consideradas etnicamente significativas pelos membros de uma comunidade ou sociedade – indicio de características culturais distintas. Muitas crenças populares a respeito da raça são míticas. Não existem características nítidas pelas quais seja possível distribuir os seres humanos em raças diferentes.
2. As seções de uma população formam grupos étnicos em virtude de compartilharem características culturais comuns que as separam de outras seções nessa população. A etnicidade refere-se às diferenças culturais que distinguem um grupo do outro. As principais características distintivas de um grupo étnico são a língua, a história ou a linhagem, a religião e os estilos de vestuário ou de adornos. As diferenças étnicas são totalmente aprendidas, embora, às vezes, imagine-se que sejam "naturais".
3. Um grupo minoritário é aquele cujos membros são discriminados pela população majoritária de uma sociedade. Os membros de grupos minoritários geralmente possuem um forte senso de solidariedade grupal, que se origina, em parte, na experiência coletiva de exclusão.
4. O deslocamento e a transformação de um indivíduo em bode expiatório são mecanismos psicológicos associados ao preconceito e à discriminação. No deslocamento, os sentimentos de hostilidade direcionam-se contra objetos que não são a verdadeira origem dessas ansiedades. As pessoas projetam suas ansiedades e inseguranças sobre os bodes expiatórios. O preconceito envolve a defesa de idéias preconcebidas sobre um indivíduo ou um grupo; a discriminação refere-se ao comportamento efetivo que priva os membros de um grupo das oportunidades abertas aos outros.
5. O racismo significa atribuir falsamente características herdadas de personalidade ou de comportamento a indivíduos que possuem uma aparência física específica. Uma pessoa racista é aquela que acredita que possa haver uma explicação biológica para características de inferioridade que algumas pessoas de um tipo físico ou de outro supostamente possuam. O racismo institucional refere-se aos padrões de discriminação baseados na etnicidade que passaram a ser estruturados dentro das instituições sociais existentes. O novo racismo descreve atitudes racistas que

### Conclusão

Em nosso mundo globalizante, o fluxo de idéias – e de pessoas – pelas fronteiras é bem maior do que em qualquer outra fase da história. Tais processos estão alterando profundamente as sociedades nas quais vivemos: muitas ganham diversidade étnica pela primeira vez; outras vão descobrindo que os padrões existentes de multicnicidade estão sendo transformados ou intensificados. Porém, em todas as sociedades, os indivíduos estão entrando em contato regular com pessoas que pensam de modo diferente e cuja aparência e modo de vida também diferem de si mesmos. Essas interações ocorrem pessoalmente, como resultado da migração global, e também através de imagens que são transmitidas pela mídia e pela internet.

Alguns dão as boas-vindas a essa nova complexidade étnica e cultural como um componente vital de uma sociedade **cosmopolita**. Já outros consideram-na perigosa e ameaçadora. Os indivíduos que mantêm uma perspectiva fundamentalista sobre o mundo buscam refúgio na tradição estabelecida e rejeitam o diálogo com aqueles que são diferentes (veja o Capítulo 7, "Religião"). Muitos dos conflitos étnicos que assolam o mundo de hoje podem ser vistos como expressões desse tipo de abordagem fundamentalista. Um dos principais desafios enfrentados por nosso mundo globalizante é descobrir como gerar uma sociedade de natureza mais cosmopolita. Como demonstraram os esforços pacíficos da *Truth and Reconciliation Commission*, na África do Sul, criar um fórum para a comunicação aberta e respeitosa é um passo difícil, porém eficaz, para dar início à reconciliação racial.

- são expressas por meio de noções de diferença cultural, em vez de inferioridade biológica.
6. O fechamento de grupos e o acesso privilegiado a recursos são parte importante de muitas situações de antagonismo étnico. Entretanto, alguns dos aspectos fundamentais dos conflitos étnicos modernos, especialmente as atitudes racistas dos brancos contra os negros, devem ser entendidos em termos da história da expansão do Ocidente e do colonialismo.
  7. Três modelos de integração étnica têm sido adotados pelas sociedades multiétnicas. No modelo da assimilação, os novos grupos de imigrantes adotam as atitudes e a língua da comunidade dominante. Em um cadinho, as diferentes culturas e visões dos grupos étnicos de uma sociedade sofrem uma fusão. O pluralismo significa que os grupos étnicos existem separadamente e são vistos como participantes de igual valor na vida econômica e política.
  8. Os estados multiétnicos podem ser frágeis e, algumas vezes, passar por episódios de conflito étnico. A limpeza étnica é uma forma de conflito étnico na qual se criam áreas etnicamente homogêneas por meio da expulsão em massa de outros grupos étnicos. O genocídio descreve a eliminação sistemática de um grupo étnico pelas mãos de outro.
  9. Migração é o movimento de pessoas de uma região ou sociedade para outra com o propósito de fixar residência. A migração global – movimento de indivíduos que atravessam fronteiras nacionais – aumentou nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial e vem se intensificando ainda mais com a globalização. A diáspora refere-se à dispersão, dentro de áreas estrangeiras, de uma população étnica com origem em uma terra natal e ocorre, geralmente, de maneira forçada ou sob circunstâncias traumáticas.
  10. A imigração levou à existência de numerosos grupos étnicos diferentes dentro da Grã-Bretanha, dos EUA e de outros países industriais. Na Grã-Bretanha, os grupos étnicos minoritários, de um modo geral, sofrem desvantagens em relação à população branca – em áreas como emprego, renda, habitação e crime. No entanto, os padrões de desigualdade estão mudando, e, hoje em dia, há muitas diferenças entre os grupos étnicos minoritários – alguns grupos já chegaram quase a uma paridade com a população branca.
  11. A nova migração refere-se aos padrões modificados de migração na Europa resultantes do final da Guerra Fria, do conflito étnico prolongado na antiga Iugoslávia e do aprofundamento da integração europeia. A imigração ilegal tem aumentado à medida que as oportunidades de imigração legal para a UE têm sido gradualmente limitadas.

### Questões para Reflexão

1. Como é possível uma pessoa sem preconceitos se surpreender agindo de maneira discriminatória?
2. Precisamos entender de história para compreendermos os padrões contemporâneos de migração e o antagonismo étnico?
3. Qual o valor da noção de multiculturalismo?
4. Qual a vantagem de se viver em uma cultura de *melting pot*?
5. O conceito de raça deveria ser descartado na sociologia?
6. Você conseguiria viver e trabalhar em qualquer lugar do mundo?

### Leitura Complementar

**Martin Bulmer e John Solomos** (eds), *Ethnic and Racial Studies Today* (New York: Routledge, 1999).

**Phil Cohen** (ed.), *New Ethnicities, Old Racisms?* (London: Zed Books, 1999).

**Stephen Cornell e Douglas Hartmann**, *Ethnicity and Race: Making Identities in a Changing World* (Thousand Oaks, Calif.: Pine Forge Press, 1998).

**Liz Fawcett**, *Religion, Ethnicity and Social Change* (Basingstoke: Macmillan, 2000).

**Michael Ignatieff**, *Blood and Belonging* (Toronto: Viking, 1993).

**Will Kymlicka**, *The New Debate over Minority Rights* (Toronto: University of Toronto, 1997).

**Ross Poole**, *Nation and Identity* (London: Routledge, 1999).

### ***Endereços na Internet***

---

Black and Asian History Map (Mapa da História Negra e Asiática)

[www.blackhistorymap.com](http://www.blackhistorymap.com)

Centre for Research in Ethnic Relations, Warwick University  
(Centro de Pesquisa sobre Relações Étnicas)

[www.csv.warwick.ac.uk/fac/soc/CRER\\_RC](http://www.csv.warwick.ac.uk/fac/soc/CRER_RC)

Commission for Racial Equality (Comissão pela Igualdade Racial)

<http://www.cre.gov.uk>

United Nations Commissioner for Refugees (Comissário das Nações Unidas para Refugiados)

<http://unhcr.ch>

# Classe, Estratificação e Desigualdade

# 10

<b>As teorias de classe e a estratificação</b>	234	<b>Gênero e estratificação</b>	246
A teoria de Karl Marx	234	Determinando a posição de classe das mulheres	246
A teoria de Max Weber	236	O impacto do emprego das mulheres nas divisões de classe	247
A teoria de Erik Olin Wright sobre classe	237	<b>Mobilidade social</b>	248
<b>A mensuração da classe</b>	238	Estudos comparativos sobre mobilidade	248
John Goldthorpe: classe e ocupação	238	Mobilidade descendente	249
A avaliação dos esquemas de classes	239	A mobilidade social na Grã-Bretanha	249
<b>As divisões de classe social na sociedade ocidental de hoje</b>	240	Gênero e mobilidade social	250
A questão da classe alta	240	<b>Conclusão</b>	251
A classe média	242	Pontos principais	251
A natureza mutante da classe trabalhadora	243	Questões para reflexão	252
Classe e estilo de vida	244	Leitura complementar	253
A classe baixa	246	Endereços na internet	253



## 10: Classe, Estratificação e Desigualdade

Para descreverem as desigualdades existentes entre os indivíduos e os grupos dentro das sociedades humanas, os sociólogos falam da **estratificação social**. É comum pensarmos na estratificação em termos de bens ou de propriedade, mas sua ocorrência também pode se dar com base em outros atributos, como gênero, idade, afiliação religiosa ou posto militar.

Os indivíduos e os grupos usufruem de um acesso diferencial (desigual) às recompensas, com base em sua posição dentro do esquema de estratificação. Assim, a estratificação pode ser definida, de um modo mais simples, como as desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas. É preferível comparar a estratificação ao assentamento geológico de rochas em camadas na superfície da terra. As sociedades podem ser vistas como constituídas de “estratos” em uma hierarquia, na qual os mais favorecidos encontram-se no topo, e os menos privilegiados estão mais próximos da base.

Historicamente, existiram quatro sistemas básicos de estratificação nas sociedades humanas: a escravidão, a casta, o estamento e a classe. A **escravidão** é uma forma extrema de desigualdade na qual alguns indivíduos são literalmente propriedade de outros. Enquanto instituição formal, a escravidão foi gradualmente erradicada, tendo quase que completamente desaparecido do mundo atual. A **casta** associa-se sobretudo às culturas do subcontinente indiano e da crença hindu no renascimento. Acredita-se que os indivíduos que não forem fiéis aos rituais e aos deveres de sua casta renascerão em uma posição inferior na próxima encarnação. Os sistemas de castas estruturam o tipo de contato que pode ocorrer entre membros de diferentes *status* sociais. Os **estamentos** fizeram parte de muitas civilizações tradicionais, incluindo o feudalismo europeu. Os estamentos feudais consistiam em estratos que possuíam diferentes obrigações e direitos entre si. Na Europa, o estamento mais alto era composto pela aristocracia e pela pequena nobreza, o clero formava outro estamento, e os plebeus (servos, mercadores e artesãos) compunham o chamado “terceiro estamento”.

Os sistemas de classes diferem em muitos aspectos da escravidão, das castas e dos estamentos. Podemos definir uma classe como um agrupamento, em larga escala, de pessoas que compartilham recursos econômicos em comum, os quais influenciam profundamente o tipo de estilo de vida que podem levar. A posse de riquezas, juntamente com a profissão, são as bases principais das diferenças de classe. As classes diferem das antigas formas de estratificação em muitos sentidos:

- Ao contrário de outros tipos de estratos, as classes não são estabelecidas por providências legais ou religiosas; a condição de membro não se baseia em uma posição herdada especificada legalmente ou por costume. Os sistemas de classes são normalmente mais mutáveis do que os outros tipos de estratificação, e as fronteiras entre as classes nun-

ca são claras. Não existe nenhuma restrição formal quanto ao casamento entre pessoas de diferentes classes.

- A classe de um indivíduo é, pelo menos de alguma forma, *conquistada*, e não simplesmente “determinada” no nascimento, como é comum em outros tipos de sistema de estratificação. A mobilidade social – movimento ascendente e descendente na estrutura de classes – é muito mais comum do que nos outros tipos. (No sistema de castas, a mobilidade individual de uma casta para outra é impossível.)
- As classes dependem de diferenças *econômicas* entre agrupamentos de indivíduos – desigualdades na posse e no controle de recursos materiais. Nos outros tipos de sistema de estratificação, os fatores não-econômicos (como a influência da religião no sistema indiano de castas) são geralmente os mais importantes.
- Nos demais tipos de sistemas de estratificação, as desigualdades são expressas primeiramente nas relações pessoais de dever ou de obrigação – entre o servo e o senhor, o escravo e o amo, ou entre os indivíduos de castas mais baixas e os de castas mais altas. Os sistemas de classes, em contraste, funcionam principalmente por meio de conexões de larga escala com caráter impessoal. Por exemplo, o ingrediente principal das diferenças de classe encontra-se nas desigualdades de condições de pagamento e de trabalho; estas afetam todas as pessoas em categorias ocupacionais específicas, como resultado de circunstâncias econômicas que prevalecem em toda a economia.

### As teorias de classe e a estratificação

As idéias desenvolvidas por Karl Marx e Max Weber formam a base da maioria das análises sociológicas de classe e estratificação. Os estudiosos inseridos na tradição marxista desenvolveram ainda mais as idéias apresentadas pelo próprio Marx; outros tentaram aperfeiçoar os conceitos de Weber. Iniciaremos examinando as teorias divulgadas por Marx e Weber antes de analisarmos a abordagem neomarxista proposta por Erik Olin Wright.

#### A teoria de Karl Marx

A maior parte da obra de Marx envolvia a estratificação e, sobretudo, a classe social, ainda que, surpreendentemente, ele não tenha conseguido oferecer uma análise sistemática do conceito de classe. O manuscrito no qual Marx trabalhava na época de sua morte (posteriormente publicado como parte de sua obra principal, *O Capital*) foi interrompido justamente no ponto em que ele



Estes trabalhadores da fábrica de tijolos de Bihar, na Índia, nasceram na casta dos Intocáveis.\* A eles são designadas as tarefas "imundas" atribuídas a sua casta, sem a oportunidade de mobilidade que até mesmo um sistema de classes permite.

\* N. de T. Costa mais baixa da Índia.

apresenta a pergunta: "O que constitui uma classe?". Assim, o conceito de classe de Marx deve ser reconstruído a partir do conjunto de seus escritos. Uma vez que as diversas passagens nas quais ele discutiu o tema classe nem sempre são completamente consistentes, houve muita controvérsia entre os estudiosos em relação a "o que Marx realmente queria dizer". Os principais esboços de suas opiniões, entretanto, são razoavelmente claros.

### *A natureza da classe*

Para Marx, uma classe é um grupo de pessoas que se encontram em uma relação comum com os meios de produção — os meios pelos quais elas extraem seu sustento. Antes do avanço da indústria moderna, os meios de produção consistiam primeiramente na terra e nos instrumentos utilizados para cuidar das colheitas ou dos animais no campo. Logo, nas sociedades pré-industriais, as duas classes principais eram aquelas que possuíam a terra (os aristocratas, a pequena nobreza ou os donos de escravos) e aqueles que se envolviam ativamente na produção a partir da terra (os servos, os escravos e os camponeses livres). Nas sociedades industriais modernas, as fábricas, os escritórios, o maquinário e a riqueza, ou o capital necessário para comprá-los, tornaram-se mais importantes. As duas classes principais são formadas por aqueles que possuem esses novos meios de produção — os industrialistas ou capitalistas — e aqueles que ganham a vida vendendo seu trabalho para eles — a clas-

se operária, ou, no termo hoje em dia um tanto arcaico às vezes preferido por Marx, o "proletariado".

De acordo com Marx, existe, entre as classes, uma relação de exploração. Nas sociedades feudais, a exploração geralmente assumiu a forma da transferência direta de produtos da classe camponesa para a aristocracia. Os servos eram forçados a darem determinada proporção de sua produção a seus amos aristocratas, ou tinham que trabalhar vários dias por mês nos campos de seu senhor para plantarem alimentos consumidos por este e seu séquito. Nas sociedades capitalistas modernas, a fonte de exploração é menos óbvia, e Marx dedicou muita atenção tentando esclarecer sua natureza. No decorrer de um dia de trabalho, raciocinava Marx, os trabalhadores produzem mais do que, na verdade, os empregadores necessitam para compensar o custo de sua contratação. Essa **mais-valia** é a fonte do lucro que os capitalistas conseguem juntar para o seu próprio proveito. Digamos que um grupo de operários em uma fábrica de roupas seja capaz de produzir cem ternos por dia. A venda de 75% dos ternos proporciona ao fabricante uma renda suficiente para pagar os salários dos operários e o custo da fábrica e do equipamento. O rendimento proveniente da venda do resto das peças é tomado como lucro.

Marx ficava perplexo diante das desigualdades criadas pelo sistema capitalista. Embora antigamente os aristocratas vivessem uma vida cheia de luxos, completamente diferente daquela dos camponeses, as sociedades agrárias eram relativa-





Os operários das indústrias, como estes mineradores, estavam no centro das teorias de Marx sobre o capitalismo, a pauperização e a exploração.

mente pobres. Mesmo se a aristocracia não tivesse existido, os padrões de vida seriam inevitavelmente pobres. Com o avanço da indústria moderna, entretanto, a riqueza é produzida em uma escala que ultrapassa tudo o que já foi visto anteriormente, mas o acesso dos trabalhadores à riqueza gerada pelo seu trabalho é pequeno. Continuam relativamente pobres, enquanto a riqueza acumulada pelo proprietariado cresce. Marx empregou o termo *pauperização* para descrever o processo segundo o qual a classe operária fica cada vez mais pobre em relação à classe capitalista. Mesmo que os trabalhadores fiquem mais ricos em termos absolutos, a distância que os separa da classe capitalista continua avançando. Essas desigualdades entre a classe capitalista e a operária não eram de natureza estritamente econômica. Marx observou como o desenvolvimento das fábricas modernas e a mecanização da produção trazem como resultado um trabalho que, com frequência, se torna extremamente enfadonho e opressivo. O trabalho, fonte de nossa riqueza, é, em geral, fisicamente desgastante e mentalmente tedioso — como no caso de um operário de fábrica, cujo emprego consiste em executar tarefas rotineiras diariamente, em um ambiente imutável.

### A teoria de Max Weber

A abordagem de Weber para a estratificação foi construída sobre a análise desenvolvida por Marx, porém ele a modificou e aperfeiçoou. Assim como Marx, Weber considerava que a sociedade caracterizava-se por conflitos sobre o poder e os recursos. Contudo, onde Marx enxergava a polarização das relações

de classe e os temas econômicos como o centro de todo o conflito social, Weber desenvolveu uma visão mais complexa, multidimensional da sociedade. Para Weber, a estratificação social não é simplesmente uma questão de classe, mas é moldada por mais dois aspectos: *status* e partido. Esses três elementos de estratificação, que se sobrepõem parcialmente, produzem um número enorme de posições possíveis dentro da sociedade, diferentemente do modelo bipolar mais rígido proposto por Marx.

Apesar de Weber aceitar a opinião de Marx de que a classe baseia-se em condições econômicas objetivamente determinadas, ele observou a importância de uma variedade maior de fatores econômicos na formação da classe do que aqueles reconhecidos por Marx. De acordo com Weber, as divisões de classe originam-se não apenas no controle ou na falta de controle dos meios de produção, mas em diferenças econômicas que não possuem nenhuma relação direta com a propriedade. Tais recursos incluem especialmente as aptidões e as credenciais, ou qualificações, que influenciam no tipo de emprego que as pessoas são capazes de conseguir. Weber acreditava que a *posição de mercado* do indivíduo exerce uma forte influência sobre suas "oportunidades de vida". Aqueles que desenvolvem ocupações gerenciais ou profissionais ganham mais, e dispõem de condições mais favoráveis de trabalho, do que, por exemplo, os operários. As qualificações que possuem, como títulos, diplomas e habilidades adquiridas, os tornam mais "negociáveis" do que outros que não possuem tais qualificações. Em um nível mais baixo, entre os operários, os artesãos profissionalizados conseguem arranjar ordenados mais altos do que os semi ou não-profissionalizados.

Na teoria de Weber, o *status* refere-se às diferenças existentes entre os grupos sociais quanto à honra ou ao prestígio social conferido pelos demais. Nas sociedades tradicionais, o *status* era, em geral, determinado com base no conhecimento direto de uma pessoa, adquirido por múltiplas interações em diferentes contextos ao longo de um período de anos. No entanto, com o aumento da complexidade das sociedades, criou-se a impossibilidade de o *status* ser sempre concedido dessa forma e, em vez disso, de acordo com Weber, o *status* passou a ser expresso por meio dos *estilos de vida* das pessoas. Sinais e símbolos de *status* – como a moradia, o vestir, o modo de falar e a ocupação – ajudam a moldar a posição social do indivíduo aos olhos dos outros. As pessoas que compartilham do mesmo *status* formam uma comunidade na qual existe uma noção de identidade conjunta.

Embora Marx acreditasse que as distinções de *status* fossem resultado das divisões de classe dentro da sociedade, Weber defendia que o *status* geralmente sofre variações que independem das divisões de classe. A posse de riquezas normalmente tende a conferir um *status* elevado, mas existem muitas exceções. O termo “pobreza gentil” refere-se a um exemplo. Na Grã-Bretanha, os indivíduos provenientes de famílias aristocratas continuam a desfrutar de um apreço social considerável mesmo com o fim de suas fortunas. Já os “novos ricos” são geralmente olhados com desdém pelos ricos bem-estabelecidos.

Nas sociedades modernas, assinalou Weber, a formação do partido é um aspecto importante do *poder*, podendo influenciar a estratificação independentemente da classe e do *status*. O *partido* define um conjunto de indivíduos que trabalham juntos por terem formações, objetivos e interesses comuns. É usual um partido trabalhar de maneira organizada em prol de uma meta específica que seja de interesse dos membros do partido. Marx costumava explicar tanto as diferenças de *status* quanto a organização do partido em termos de classe. Nenhuma delas, no entanto, pode ser reduzida a divisões de classe, como sustentou Weber, mesmo que cada uma delas seja influenciada por essas divisões; ambas podem, por sua vez, exercer influência sobre as circunstâncias econômicas dos indivíduos e dos grupos, afetando, assim, a classe. Os partidos podem apelar para preocupações que ignoram diferenças de classe; por exemplo, podem basear-se em afiliação religiosa ou ideais nacionalistas. Um marxista pode tentar explicar os conflitos entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte em termos de classe, já que há mais católicos do que protestantes em empregos da classe trabalhadora. Um seguidor de Weber defenderia a ideia de que essa explicação é ineficaz, pois muitos protestantes também vêm de uma classe trabalhadora. Os partidos aos quais as pessoas se afiliam expressam diferenças de religião e também de classe.

Os escritos de Weber sobre estratificação são importantes porque mostram que, além da classe, outras dimensões de estratificação influenciam profundamente a vida das pessoas. Enquanto Marx tentou reduzir a estratificação social às divisões de classe exclusivamente, Weber chamou atenção para a interação complexa da classe, do *status* e do partido enquanto aspectos separados da estratificação social. A maioria dos sociólogos acredita que o esquema de Weber fornece uma base mais flexí-

vel e sofisticada para a análise da estratificação do que aquela oferecida por Marx.

### A teoria de Erik Olin Wright sobre classe

O sociólogo norte-americano Erik Olin Wright desenvolveu uma teoria influente sobre classe que combina aspectos das abordagens de Marx e de Weber (Wright, 1978, 1985, 1997). Segundo Wright, há três dimensões de controle sobre os recursos econômicos na produção capitalista moderna, as quais nos permitem identificar as principais classes existentes.

1. O controle sobre os investimentos ou o capital em dinheiro.
2. O controle sobre os meios físicos de produção (terra ou fábricas e escritórios).
3. O controle sobre o poder de mão-de-obra.

Quem pertence à classe capitalista exerce controle sobre cada uma dessas dimensões no sistema de produção. Os membros da classe trabalhadora não controlam nenhuma delas. Entre essas duas classes principais, no entanto, estão os grupos cuja posição é mais ambígua – os gerentes e os colarinhos-brancos mencionados anteriormente. Essas pessoas situam-se no que Wright denominou *situações de classe contraditórias*, pois são capazes de influenciar alguns aspectos da produção, mas o controle sobre outros aspectos lhes é negado. Para se sustentarem, os colarinhos-brancos e os profissionais, por exemplo, devem submeter seu poder de mão-de-obra a um contrato com empregadores da mesma forma que o fazem os trabalhadores manuais. No entanto, possuem, ao mesmo tempo, um grau maior de controle sobre o ambiente de trabalho do que a maioria dos operários. Wright define como “contraditória” a situação de classe desses trabalhadores, pois eles não são nem capitalistas nem trabalhadores, manuais, ainda que compartilhem de certos aspectos de cada uma dessas classes.

Um amplo segmento da população – 85 a 90%, de acordo com Wright (1997) – encontra-se na categoria daqueles que são obrigados a vender sua mão-de-obra por não controlarem os meios de produção. Entretanto, dentro dessa população, existe uma diversidade considerável, que vai desde a classe trabalhadora manual tradicional até os colarinhos-brancos. Para diferenciar as posições de classe dentro dessa grande população, Wright leva em conta dois fatores: a relação com a autoridade e a posse de aptidões ou de especialização. Em primeiro lugar, Wright argumenta que muitos trabalhadores de classe média, como gerentes ou supervisores, mantêm *ligações com a autoridade* que são mais privilegiadas do que as da classe trabalhadora. Os capitalistas recorrem a esses indivíduos para auxílio no controle da classe trabalhadora – por exemplo, através de um monitoramento do trabalho do empregado ou da administração de revisões e avaliações pessoais –, recompensando-os por sua “lealdade” com o pagamento de salários mais altos e a oferta de promoções regulares. Todavia, ao mesmo tempo, esses indivíduos permanecem sob o controle dos donos capitalistas, sendo, em outras palavras, exploradores e explorados.

O segundo fator que diferencia as posições de classe dentro das classes médias é a *posse de aptidões e de especialização*. De acordo com Wright, os empregados de classe média que possuem aptidões muito procuradas no mercado de trabalho conseguem exercer uma forma específica de poder dentro do sistema capitalista. Com a escassez dessa sua especialização no mercado, eles conseguem ganhar um salário mais alto. Os cargos lucrativos à disposição dos especialistas em tecnologia da informação, nessa economia do conhecimento que vem ganhando destaque, ilustram esse ponto. Além disso, afirma Wright, como é mais difícil monitorar e controlar empregados que possuam conhecimentos e aptidões, os empregadores obrigam-se a assegurar sua lealdade e cooperação por meio de recompensas à altura.

### A mensuração da classe

Estudos teóricos e empíricos têm investigado o elo existente entre a posição das classes e as demais dimensões da vida social, como os padrões de votação, a realização educacional e a saúde física. No entanto, como vimos, o conceito de classe está longe de ser claro. Tanto nos círculos acadêmicos quanto no uso generalizado, o termo "classe" é entendido e empregado em uma ampla variedade de formas. Então, como poderiam os sociólogos e os pesquisadores mensurarem um conceito impreciso como o de classe para fins de estudos empíricos?

Quando um conceito abstrato como o de classe é transformado em uma variante mensurável em um estudo, dizemos que o conceito foi *operacionalizado*, o que significa que foi definido de forma clara e concreta o suficiente para ser testado através de uma pesquisa empírica. Os sociólogos operacionalizaram a classe por meio de uma variedade de esquemas que tentam mapear a estrutura de classes dentro da sociedade. Esses esquemas fornecem um arcabouço teórico pelo qual são atribuídas categorias de classes sociais aos indivíduos.

Um aspecto comum à maioria dos esquemas de classes é o de que sua origem se baseia na estrutura ocupacional. Os sociólogos entendem as divisões de classe em correspondência geral com as desigualdades materiais e sociais que estão relacionadas aos tipos de emprego. O avanço do capitalismo e do industrialismo foi marcado por uma crescente divisão da mão-de-obra e uma estrutura ocupacional cada vez mais complicada. Embora isso não se verifique tanto quanto antigamente, a ocupação é um dos fatores mais críticos na posição social do indivíduo, nas oportunidades de vida e no nível de conforto material. Os cientistas sociais utilizaram amplamente a ocupação como um indicador da classe social por acreditarem que os indivíduos que possuíam a mesma ocupação tendessem a experimentar graus semelhantes de vantagem ou desvantagem social, manter estilos de vida comparáveis e compartilhar de oportunidades similares na vida.

Os esquemas de classes baseados na estrutura ocupacional assumem várias formas diferentes. Alguns são de natureza sobretudo descritiva – refletem a forma da estrutura ocupacional e de classes na sociedade sem lidar com as relações entre as classes sociais. Esses modelos são preferidos por estudiosos que vêem a estratificação como não-problemática e como parte da ordem social natural, como no caso daqueles que trabalham dentro da tradição funcionarista. Outros esquemas são mais permeados pela teoria – aproveitam, com frequência, as idéias de Marx ou de Weber – e interessam-se em explicar as relações existentes *entre* as classes na sociedade. Os esquemas "relacionais" de classes tendem a ganhar a preferência dos sociólogos que trabalham dentro de paradigmas de conflito a fim de demonstrar as divisões e as tensões dentro da sociedade. O mapa de classes de Erik Olin Wright é um exemplo de um esquema relacional de classes, pois procura representar os processos de exploração de classes a partir de uma perspectiva marxista.

O *Registrar General's Social Class* (RGSC) é utilizado na Grã-Bretanha pelos estatísticos como uma das duas classificações ocupacionais oficiais – um exemplo de esquema de classes "descritivo", e não teoricamente embasado. O RGSC consiste em uma hierarquia de seis categorias ocupacionais: profissional, intermediária (predominantemente não-manual), não-manual profissionalizada, manual profissionalizada, parcialmente profissionalizada e não-profissionalizada. Acredita-se que essas categorias reflitam noções de vantagem e de desvantagem ocupacional geralmente presentes na sociedade britânica. Dentro do esquema RGSC, determina-se a classe social de um indivíduo rigorosamente de acordo com a sua ocupação. Há mais de 500 ocupações na listagem oficial *Classification of Occupations*, sendo que cada uma delas é atribuída a uma das seis categorias. Atualmente, o RGSC está sendo examinado em antecipação ao Censo de 2001. Espera-se que o esquema continue a ser empregado para fins de política social, podendo, entretanto, sofrer algumas modificações.

### John Goldthorpe: classe e ocupação

Alguns sociólogos ficaram insatisfeitos com os esquemas descritivos de classes, como o RGSC, alegando que esses apenas refletem as desigualdades sociais e materiais entre as classes, em vez de buscarem uma explicação para os processos de classe que as originam. Tendo em mente essas preocupações, o sociólogo John Goldthorpe criou um esquema para ser utilizado na pesquisa empírica sobre mobilidade social. O *esquema de classes de Goldthorpe* foi projetado não como uma hierarquia, mas como uma representação da natureza "relacional" da estrutura de classes contemporânea.

Embora, hoje em dia, Goldthorpe menospreze qualquer influência teórica explícita sobre seu esquema (Erikson e Goldthorpe, 1993), é comum os sociólogos indicarem a classificação de Goldthorpe como um exemplo de um esquema de classes neoweberiano, pelo fato de o esquema original de

Goldthorpe ter identificado as posições de classe com base em dois fatores principais: situação de mercado e situação de trabalho. A *situação de mercado* de um indivíduo diz respeito ao seu nível de pagamento, segurança no emprego e perspectivas de avanço; enfatiza as recompensas materiais e as "oportunidades de vida" de um modo geral. Já a *situação de trabalho* concentra-se em questões de controle, poder e autonomia dentro da ocupação. A situação de trabalho de um indivíduo diz respeito ao grau de autonomia no local de trabalho e ao conjunto das relações de controle que afetam um empregado.

Goldthorpe inventou seu esquema por meio da avaliação de ocupações com base em suas situações relativas de mercado e de trabalho. A classificação resultante encontra-se na Tabela 10.1. Por abranger 11 posições de classe, o esquema de Goldthorpe é mais detalhado do que muitos outros. Entretanto, no uso generalizado, as posições de classe são condensadas em três estratos de classes principais: Uma classe "de serviços" (Classes 1 e 2), uma "classe intermediária" (Classes 3 e 4) e uma "classe trabalhadora" (Classes 5, 6 e 7). Goldthorpe também reconhece a presença de uma classe de elite de proprietários bem no topo do esquema, mas afirma que esse segmento da sociedade é tão pequeno que não é significativo enquanto categoria nos estudos empíricos.

Em escritos recentes, Goldthorpe enfatiza as *relações empregatícias* dentro desse esquema, em lugar da noção de situação de trabalho descrita acima (Goldthorpe e Marshall, 1992), atraindo atenção para diferentes tipos de contratos de emprego. Um contrato de trabalho supõe uma troca envolvendo salários e esforço, a qual está especificamente definida e delimitada, ao passo que um contrato de serviço possui um elemento "futuro", como a possibilidade de aumento salarial ou de promoção. De acordo com Goldthorpe, a classe trabalhadora caracteriza-se pelos contratos de trabalho e a classe de serviços pelos contratos de serviço. As posições de classe intermediária experimentam tipos intermediários de relações empregatícias.

### A avaliação dos esquemas de classes

Tanto os esquemas de classes do *Registrar General* quanto os de Goldthorpe têm sido amplamente empregados na pesquisa empírica, sendo úteis para salientar as desigualdades relacionadas à classe social, e também à saúde e à educação, bem como para refletir as dimensões baseadas na classe em padrões de votação, panoramas políticos e atitudes sociais gerais. Contudo, é importante observar diversas limitações significativas no tocante a esses esquemas, as quais devem nos servir de cautela contra a sua aplicação irrefletida.

Os esquemas ocupacionais de classes são difíceis de serem aplicados aos *economicamente inativos*, como os desempregados, os estudantes, os pensionistas e as crianças. Os desempregados e os aposentados são normalmente classificados com base em sua atividade de trabalho anterior, embora isso possa ser problemático no caso das pessoas que estão

desempregadas há muito tempo ou daquelas que possuem uma história de trabalhos esporádicos. Os estudantes podem ser, às vezes, classificados de acordo com sua área de estudo, mas é mais provável que essa classificação dê certo nos casos em que o campo de estudo esteja estreitamente correlacionado a uma ocupação específica (como na engenharia ou na medicina).

Os esquemas de classes baseados em distinções ocupacionais também não conseguem refletir a importância da *riqueza e da posse de propriedades* para a classe social. Sozinhos, os títulos ocupacionais não são indicadores suficientes da riqueza de um indivíduo e do seu conjunto de bens - fato esse que se verifica especialmente entre os membros mais ricos da sociedade, incluindo os empresários, os financeiros e os "novos ricos", cujos títulos ocupacionais de "diretor" ou de "executivo" os colocam na mesma categoria de muitos profissionais de meios bem mais limitados. Em outras palavras, os esquemas de classes derivados de categorias ocupacionais não refletem com precisão a enorme concentração de riqueza entre a "elite econômica". Ao classificar tais indivíduos ao lado de outros profissionais de classe alta, os esquemas ocupacionais de classes diluem o peso relativo das relações de propriedade na estratificação social.

John Westergaard é um sociólogo que contestou a visão - que Goldthorpe defende, de que como os ricos estão em um número tão pequeno, eles podem ser excluídos dos esquemas de detalhamento da estrutura de classes. Conforme argumenta Westergaard, "É a concentração intensa do poder e dos privilégios em tão poucas mãos que faz com que essas pessoas estejam no topo. Seu peso socioestrutural, como um todo, infinitamente desproporcional em relação a seu número reduzido, transforma a sociedade que encabeçam em uma sociedade de classes, não importando qual possa ser o padrão de divisões existente abaixo delas" (1995, p. 127).

Como vimos, há diversas complicações envolvidas no planejamento de esquemas de classes que possam "mapear" com segurança a estrutura de classes da sociedade. Mesmo dentro de uma estrutura ocupacional relativamente "estável", medir e mapear a classe social são atividades repletas de dificuldades. Porém, as rápidas transformações econômicas que ocorrem nas sociedades industriais tornaram a mensuração da classe ainda mais problemática, levando algumas pessoas a até mesmo questionarem a utilidade do conceito de classe. Novas categorias de ocupações estão surgindo - notou-se uma mudança geral, com um deslocamento em direção à prestação de serviços e ao trabalho que envolva o conhecimento, afastando-se da produção industrial - além de um incrível aumento da mão-de-obra feminina nas últimas décadas. Os esquemas ocupacionais de classes não são necessariamente bem apropriados para captarem os processos dinâmicos da formação, da mobilidade e da mudança de classes provocados por essas transformações sociais.

Tabela 10.1 Esquema de classes de Goldthorpe

Classe			Relação empregatícia
Serviços	1	Profissionais de grau superior, administradores e funcionários públicos. Grandes gerentes e proprietários.	Empregador ou relação de serviços
	2	Profissionais de grau inferior, administradores e funcionários públicos. Pequenos gerentes e proprietários.	Relação de serviços
Intermediária	3	Empregados não-manuais que desenvolvam atividades de rotina na administração e no comércio (sobretudo no escritório). A massa dos empregados das indústrias de prestação de serviços.	Intermediária
	3b	Empregados não-manuais que desenvolvam atividades de rotina (vendas e serviços) de grau inferior.	Intermediária (homens) contrato de trabalho (mulheres)
	4	Pequenos proprietários e artífices autônomos.	Empregador
	4b	Pequenos proprietários e artífices sem empregados.	Autônoma
	4c	Fazendeiros e pequenos proprietários de terras, outros trabalhadores autônomos da área da agricultura.	Empregador ou autônomo
Trabalhadora	5	Técnicos de grau inferior, supervisores de trabalhadores manuais.	Intermediária
	6	Trabalhadores manuais profissionalizados.	Contrato de trabalho
	7	Trabalhadores semiprofissionalizados e não-profissionalizados.	Contrato de trabalho
	7h	Trabalhadores da Área da agricultura.	Contrato de trabalho

Fonte: Adaptado de R. Crompton, *Class and Stratification*, segunda edição, Polity, 1998, p. 67.

## As divisões de classe social na sociedade ocidental de hoje

### A questão da classe alta

Quem tem a razão: Westergaard ou Goldthorpe? Ainda existe uma classe alta que se distingue, edificada sobre a posse de propriedades e de riquezas? Ou deveríamos estar falando de uma classe mais ampla de serviços, como sugere Goldthorpe? Uma forma de tratar desses assuntos é observando até que ponto a riqueza e a renda estão concentradas nas mãos de poucos.

É difícil obter informações confiáveis a respeito da distribuição da riqueza. Alguns países mantêm estatísticas mais precisas do que outros, mas há sempre um volume considerável de conjecturas. Os ricos não costumam tomar público o alcance completo de seus bens; e normalmente comenta-se que sabemos bem mais sobre os pobres do que sobre os ricos. Não restam dúvidas de que a riqueza está, de fato, concentrada nas mãos de uma pequena minoria. Na Grã-Bretanha, o 1% do topo possui aproximadamente 19% de toda a riqueza pessoal (aquela que está em posse de indivíduos e não de organizações). Os 10% mais ricos da população são donos de cerca da metade de toda a riqueza doméstica, enquanto a metade da população menos rica possui apenas 8% da riqueza total (veja a Tabela 10.2).

De modo geral, a posse de títulos privados e títulos públicos é mais desigual do que a de ações de riquezas. No Reino Unido, o 1% do topo possui aproximadamente 75% das ações das corporações de domínio privado; os 5% que estão no topo

possuem mais de 90% do total. Porém, houve mais variações a esse respeito. Cerca de 25% da população tem ações, em comparação com os 14% de 1986. Muitas pessoas compraram ações pela primeira vez durante o programa de privatizações do governo conservador. O aumento do número de acionistas é ainda mais dramático quando observado por um período mais longo, já que, em 1979, apenas 5% da população possuía ações. A maior parte dessas ações é de pequeno valor (menos de 1.000 libras a preços de 1991), e a posse de ações institucionais – ações mantidas por companhias em outras empresas – apresenta um crescimento mais acelerado do que a posse de ações individuais.

“Os ricos” não constituem um grupo homogêneo, nem formam uma categoria estática. Os indivíduos seguem trajetórias diversas para ficarem ricos e deixarem de ser ricos. Algumas pessoas ricas nasceram em famílias de “velhos ricos” – uma expressão que se refere a uma riqueza que existe há muito tempo e que foi passada através de gerações. Outros indivíduos abastados venceram na vida por esforço próprio, conseguindo construir riqueza a partir de um começo mais humilde. Os perfis dos membros mais ricos da sociedade variam enormemente. Junto aos membros das tradicionais famílias abastadas estão as celebridades da música e do cinema, os atletas e os representantes da “nova elite” que geraram fortunas desenvolvendo e promovendo computadores, telecomunicações e a internet. Assim como a pobreza, a riqueza deve ser considerada no contexto de ciclos de vida. Alguns indivíduos enriquecem muito rápido, apenas para perder muito ou todo o dinheiro; outros podem passar por um crescimento ou um declínio gradual em seus bens ao longo do tempo.

Tabela 10.2 Distribuição da riqueza no Reino Unido

	1976	1981	1986	1991	1994	1995
<b>Riqueza negociável</b>						
Percentual da riqueza em posse de:						
1% mais rico	21	18	18	17	19	19
5% mais ricos	38	36	36	35	39	38
10% mais ricos	50	50	50	47	52	50
25% mais ricos	71	73	73	71	74	73
50% mais ricos	92	92	90	92	93	92
Total da riqueza negociável (em bilhões de libras)	280	565	955	1.711	1.950	2.033
<b>Riqueza negociável após a dedução do valor das residências</b>						
Percentual da riqueza em posse de:						
1% mais rico	29	26	25	29	29	27
5% mais ricos	47	45	46	51	53	51
10% mais ricos	57	56	58	64	66	64
25% mais ricos	73	74	75	80	83	81
50% mais ricos	88	87	89	93	94	93

Fontes: Fisco. De *Social Trends*, 29 (1999), p. 100.

Embora seja difícil reunir informações precisas quanto aos bens e à vida dos ricos, é possível traçar mudanças gerais na composição do segmento mais opulento da sociedade. Vale a pena observar algumas tendências que surgiram recentemente na Grã-Bretanha. Em primeiro lugar, os "milionários por seus próprios méritos" parecem compor uma proporção maior dos indivíduos mais ricos. No ano 2000, mais de 70% dos 1.000 britânicos mais ricos havia construído a sua própria riqueza, em vez de herdá-la. Alguns desses milionários ganharam dinheiro na "nova economia" – *softwares*, mídia, internet e telecomunicações. Em segundo lugar, as mulheres vêm ingressando cada vez mais no grupo dos ricos. Em 1989, apenas 6 mulheres estavam representadas entre os britânicos mais ricos. Até o ano 2000, o número havia subido para 64 – 10 vezes maior. Em terceiro lugar, muitos dos membros mais ricos da sociedade são bastante jovens – na casa dos 20 ou 30 anos. Dezesseis britânicos com menos de 30 anos dispunham de mais de 30 mi-

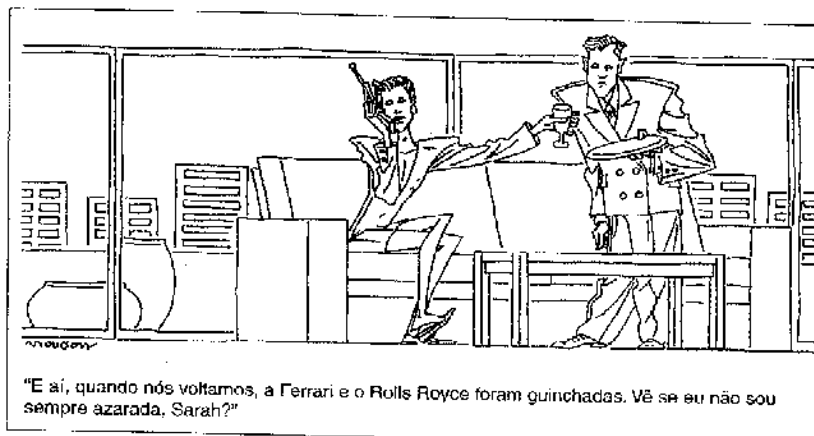
lhões de libras em 2000. Por último, as minorias étnicas, particularmente as de origem asiática, estão ampliando a sua presença entre os super-ricos (*Sunday Times*, 2000, *Rich List*). Somadas, as fortunas dos 200 asiáticos mais ricos da Grã-Bretanha aumentaram até 40% entre 1999 e 2000.

Apesar de a composição dos ricos estar certamente sofrendo alterações, a visão de que não existe mais uma classe alta distinguível é questionável. John Scott afirma que a classe alta de hoje mudou seu formato, mas conserva sua posição distinta (1991). Ele indica três grupos distintos que, em conjunto, formam uma *constelação de interesses* em controlar – e lucrar com – os grandes negócios. Executivos sêniores de grandes corporações podem não ter suas próprias empresas, mas geralmente conseguem acumular ações, as quais os relacionam aos antigos empresários industriais e aos "capitalistas de finanças". Os capitalistas de finanças, uma categoria que inclui as pessoas que administram as seguradoras, os bancos, os fundos de inves-

Tabela 10.3 Os dez indivíduos mais ricos da Grã-Bretanha

Posição	Nome	Valor líquido estimado	Fonte de riqueza
1	Hans Rausing	4 bilhões de libras	Embalagens de alimentos
2	Duque de Westminster	3,75 bilhões de libras	Propriedades
3	Sir Richard Branson	2,4 bilhões de libras	Turismo, varejo, telefonia móvel
4	Lorde Sainsbury e família	2,2 bilhões de libras	Alimentos
=	Lakshmi Mittal	2,2 bilhões de libras	Aço
6	Joseph Lewis	2 bilhões de libras	Finanças e internet
=	Bernie e Slavica Ecclestone	2 bilhões de libras	Corrida de carros
8	Sri e Gopi Hinduja	1,95 bilhão de libras	Comércio e indústria
9	Bruno Schroder e família	1,5 bilhão de libras	Negócios bancários
=	Philippe Foriel-Destezet	1,5 bilhão de libras	Serviços de recrutamento

Fonte: *Sunday Times*, 2000, *Rich List*.



timento e outras organizações que são grandes acionistas institucionais, estão, segundo a opinião de Scott, no centro da classe alta de hoje.

As políticas que encorajaram o empresariado durante a década de 1980, e o *boom* da tecnologia da informação da década de 1990, levaram a uma nova onda de ingresso na classe alta – pessoas que fizeram fortuna com negócios e avanços tecnológicos. Ao mesmo tempo, o aumento no número de acionistas de corporações, entre as famílias de classe média, ampliou o perfil do domínio empresarial. Porém, a concentração do poder e das riquezas na classe alta permanece intacta. Embora os padrões de domínio empresarial possam estar mais difundidos do que no passado, ainda existe uma pequena minoria que se beneficia substancialmente da divisão por ações.

Com base no que foi exposto, podemos concluir que é preciso estabelecer um conceito de *classe alta* e de *classe de serviços*. A *classe alta* consiste em uma pequena minoria de indivíduos que dispõem de riqueza e de poder e que conseguem passar seus privilégios para seus filhos. A classe alta pode ser identificada, em linhas gerais, como o 1% do topo, os donos das riquezas. Abaixo dessa classe, está a classe de serviços, que, segundo Goldthorpe, é composta por profissionais, gerentes e altos administradores, que totalizam cerca de 5% da população. Aqueles a quem Goldthorpe chama de “classe intermediária” talvez possam ser simplesmente denominados *classe média*. Observemos essa classe com mais detalhes.

### A classe média

A expressão *classe média* engloba um amplo espectro de pessoas que trabalham em muitas ocupações diferentes – desde empregados da indústria de prestação de serviços até professores de escolas e profissionais da área médica. Alguns autores preferem falar das “classes médias”, chamando atenção

para a diversidade de ocupações, de situações de classe e de *status* e de oportunidades de vida que caracterizam seus membros. De acordo com a maioria dos observadores, atualmente, a *classe média* abrange a maior parte da população da Grã-Bretanha e da maioria dos demais países industrializados, um fato que resulta do visível aumento, ao decorrer do século, da proporção de empregos de colarinho-branco em relação aos empregos de produção (veja o Capítulo 13, “Trabalho e Vida Econômica”, p. 304).

Por mérito de suas credenciais educacionais ou de suas qualificações técnicas, os membros da classe média ocupam posições que lhes proporcionam vantagens materiais e culturais maiores do que aquelas desfrutadas pelos trabalhadores manuais. Ao contrário da classe trabalhadora, para ganharem seu sustento, os membros da classe média podem vender seu poder de mão-de-obra mental e físico. Embora essa distinção seja útil para imaginar uma divisão superficial entre as classes média e trabalhadora, a natureza dinâmica da estrutura ocupacional e a possibilidade de uma mobilidade social ascendente e descendente dificultam uma definição mais precisa dos limites da classe média.

Não existe uma coesão interna na classe média e é improvável que venha a existir, dada a diversidade de seus membros e seus interesses divergentes (Butler e Savage, 1995). É verdade que a classe média não é tão homogênea quanto a classe trabalhadora; nem seus membros possuem uma origem social ou uma perspectiva cultural em comum, como ocorre em grande parte com as camadas que estão no topo da classe alta. A composição “livre” da classe média, entretanto, não é um fenômeno recente, mas uma característica permanente desde o aparecimento dessa classe no início do século XIX.

As ocupações profissionais, gerenciais e administrativas estão entre os setores da classe média que apresentam um crescimento mais acelerado. Há diversas razões para isso. A primeira está relacionada à importância das organizações de larga escala nas sociedades modernas (veja o Capítulo 12, “Organi-

zações Modernas"). A difusão das burocracias criou oportunidades e uma procura por empregados que trabalhassem dentro de cenários institucionais. Indivíduos como médicos e advogados, que antigamente eram autônomos, agora tendem a trabalhar em ambientes institucionais. A segunda razão está no fato de o aumento na quantidade de profissionais ser um reflexo do crescente número de pessoas que trabalham em setores da economia nos quais o governo desempenha papel principal. A criação do estado de bem-estar social levou a um enorme crescimento de muitas profissões com mandato a cumprir, tais como assistentes sociais, professores e profissionais dos serviços de saúde. Por último, com o aprofundamento do desenvolvimento econômico e industrial, há uma demanda sempre crescente por serviços de especialistas nos campos do direito, das finanças, da contabilidade, da tecnologia e dos sistemas de informação. Nesse sentido, as profissões podem ser vistas tanto como um produto da era moderna quanto como colaboradoras centrais para sua evolução e expansão.

Os profissionais, os gerentes e os administradores de níveis mais altos conquistam seus cargos sobretudo por possuírem *credenciais* – graus, diplomas e outras qualificações, desfrutando, de um modo geral, de carreiras relativamente seguras e bem-remuneradas, distanciando-se, de um modo mais acentuado nos últimos anos, das pessoas que possuem empregos não-manuais que envolvem atividades mais rotineiras. Alguns autores entendem que os profissionais e outros grupos de colarinhos-brancos em cargos mais elevados formam uma classe específica – a “classe profissional-gerencial” (Ehrenreich e Ehrenreich,

1979). O grau de divisão existente entre eles e os trabalhadores de colarinho-branco, no entanto, não parece ser nem profundo nem definido o suficiente para justificar essa posição.

Outros autores examinaram as formas pelas quais os profissionais de colarinho-branco unem-se para maximizar seus próprios interesses e para assegurar altos níveis de recompensa material e de prestígio. O caso da profissão médica ilustra esse ponto com clareza (Parry e Parry, 1976). A profissão médica conseguiu organizar-se, com sucesso, a fim de proteger sua posição na sociedade e de garantir seu alto nível de retorno material. Três dimensões principais de *profissionalismo* permitiram que isso ocorresse: o ingresso na profissão restringe-se àqueles que atendem a um conjunto de critérios definidos (qualificações); uma associação profissional monitora e disciplina a conduta e o desempenho de seus membros; aceita-se amplamente o fato de que apenas os membros da profissão são qualificados para o exercício da medicina. Por meio desses canais, as associações profissionais autônomas conseguem excluir os indivíduos indesejados da profissão e elevar a posição de mercado de seus próprios membros.

### A natureza mutante da classe trabalhadora

Marx acreditava que a classe trabalhadora – as pessoas que trabalhavam como operárias na manufatura – apresentaria um crescimento progressivo cada vez maior. Essa era a base para a sua concepção de que a classe trabalhadora geraria o impulso

### A ascensão dos “teletrabalhadores”

A globalização, os avanços na área da tecnologia da informação e as mudanças na natureza do trabalho somam-se na geração de um novo tipo de economia, à qual geralmente nos referimos como a *economia do conhecimento* (veja o Capítulo 13, “Trabalho e Vida Econômica”). Os setores mais dinâmicos dessa nova economia – computadores, finanças, *software*, telecomunicações – são aqueles que dependem de trabalhadores que lidam com o conhecimento: empregados de colarinho-branco que, em vez de ocuparem-se de mercadorias físicas, trabalham com *informações* e as produzem.

Um dos segmentos da classe média que apresenta um crescimento mais acelerado é o que abrange as pessoas que trabalham no setor “infotécnico”. Os chamados “teletrabalhadores” estão empregados em um amplo espectro de cargos, como *webpage designers*, funcionários do comércio eletrônico, marqueteiros e anunciantes *online*, analistas de dados, analistas de sistemas, profissionais do desenvolvimento de *softwares*, *designers* gráficos e consultores financeiros. Apesar dessa diversidade de ocupações, os teletraba-

lhadores estão ligados por diversos atributos comuns. Costumam passar a maior parte dos seus dias diante de computadores, trabalhando em ambientes não-hierárquicos. Em lugar de desempenharem tarefas repetitivas, os teletrabalhadores dedicam-se a atividades dinâmicas que envolvam a resolução de problemas. É difícil estimar com precisão o número de teletrabalhadores, mas há quem o classifique como até um terço da mão-de-obra existente nos países que compõem a UE, sendo um pouco mais elevado nos Estados Unidos. Para a opinião geral, a economia do conhecimento ainda está em seu estado emergente e o crescimento da população de teletrabalhadores parece uma certeza.

Os “teletrabalhadores” estão na vanguarda da adoção da nova cultura política que transcende a política tradicional “de esquerda e direita”. Nessa nova ordem, as perspectivas políticas baseiam-se menos em temas de classe tradicionais, como a política fiscal e o Estado-Providência, e mais em “questões relacionadas ao estilo de vida” que reflitam preocupações e valores pessoais (Clark e Hoffman-Martinet, 1998).



para a transformação revolucionária da sociedade. Na verdade, a classe trabalhadora foi diminuindo. Há apenas 25 anos, aproximadamente 40% da população trabalhadora exercia atividades operárias. Atualmente, no RU, o número é de apenas cerca de 18%, e essa proporção ainda está baixando. Além disso, as condições nas quais a classe trabalhadora vive e os estilos de vida que segue vêm sofrendo variações.

A sociedade britânica, assim como a maioria dos outros países industrializados, possui um volume considerável de pessoas pobres. Porém, a maioria dos indivíduos que trabalham como operários não vive mais na pobreza. Como foi mencionado anteriormente, houve um grande aumento na renda dos trabalhadores manuais desde esta virada de século. Esse padrão de vida ascendente expressa-se na maior disponibilidade de bens de consumo para todas as classes. Hoje em dia, cerca de 50% dos operários têm casa própria, e é bastante grande a proporção de famílias que possuem carros, lavadoras de roupa, televisores e telefones.

O fenômeno da prosperidade da classe trabalhadora sugere ainda outro caminho em direção a uma "sociedade mais classe média". À medida que ficam mais ricos, será que os operários se tornam mais classe média? Essa ideia, juntamente com a predileção dos sociólogos por nomes incômodos, acabou sendo conhecida como a *tese do aburguesamento*. O aburguesamento significa "tornar-se mais burguês", um termo ao estilo de Marx para "tornar-se mais classe média". Na década de 1950, na ocasião em que a tese foi apresentada, seus defensores afirmaram que muitos operários que ganhavam salários de classe média também passariam a adotar valores, perspectivas e estilos de vida de classe média. Defendeu-se amplamente a crença de que o progresso dentro da sociedade industrial estava tendo um poderoso efeito sobre os contornos da estratificação social.

Nos anos de 1960, John Goldthorpe e seus colegas puseram em prática o que acabou sendo um estudo bem conhecido a fim de testar a hipótese do aburguesamento. Ao incumbirem-se do estudo, seu argumento era de que, caso a tese do aburguesamento fosse verdadeira, praticamente não haveria distinção entre os operários ricos e os colarinhos-brancos no que diz respeito às suas atitudes em relação ao trabalho, ao seu estilo de vida e à política. Baseada em entrevistas feitas com trabalhadores em indústrias automobilísticas e químicas de Luton, a pesquisa foi publicada em três volumes. É geralmente referida como o estudo *Affluent Worker* (Goldthorpe et al., 1968-1969). Para fins de comparação, foram estudados um total de 229 trabalhadores manuais, juntamente com 54 colarinhos-brancos. Muitos dos operários haviam migrado para a área em busca de empregos bem-remunerados; se comparados à maioria dos outros trabalhadores manuais, eles, de fato, tinham um alto salário, ganhando mais do que a maior parte dos colarinhos-brancos que ocupam cargos mais baixos.

Goldthorpe e seus colegas focalizam três dimensões das atitudes da classe trabalhadora, encontrando pouquíssimo suporte para a tese do aburguesamento. Quanto às perspectivas econômicas e às atitudes em relação ao trabalho, os autores concordavam que muitos trabalhadores haviam alcançado um padrão de vida de classe média fundamentado em sua renda e

na posse de bens de consumo. Contudo, essa relativa prosperidade foi conseguida através de posições caracterizadas por baixos benefícios, poucas chances de promoção e pouca satisfação intrínseca ao trabalho. Os autores do estudo descobriram que os trabalhadores ricos possuíam uma *orientação instrumental* para seu trabalho: entendiam o trabalho como um meio para determinado fim, o de ganhar bons salários. Seu trabalho era, na maioria das vezes, repetitivo e enfadonho, e eles demonstravam pouco compromisso direto em relação a ele.

Apesar de chegarem a níveis de riqueza comparáveis àqueles dos empregados de colarinho-branco, os trabalhadores do estudo não se juntavam a eles nos momentos de lazer e não aspiravam à escalada de classes. Goldthorpe e seus colegas perceberam que a maior parte da socialização ocorria em casa, com os membros imediatos da família ou com parentes, ou ainda com outros vizinhos pertencentes à classe trabalhadora. Havia pouca indicação de deslocamento dos trabalhadores em direção às normas e aos valores da classe média. Em termos de visões políticas, os autores descobriram a inexistência de correlação entre a prosperidade da classe trabalhadora e o apoio ao Partido Conservador. Os defensores da tese do aburguesamento haviam lançado o prognóstico de que um maior enriquecimento da classe trabalhadora enfraqueceria o apoio tradicional ao Partido Trabalhista.

Os resultados do estudo, aos olhos de seus autores, estavam claros: a tese do aburguesamento era falsa. Esses trabalhadores não estavam em processo de se tornarem mais classe média. No entanto, Goldthorpe e seus colegas de fato admitiram a possibilidade de alguma convergência em certos pontos entre a classe média mais baixa e a classe trabalhadora mais alta. Os trabalhadores ricos e seus correspondentes de colarinho-branco compartilhavam padrões semelhantes de consumo econômico, uma visão privada centralizada no lar e o apoio ao *coletivismo instrumental* (ação coletiva através de sindicatos para a melhoria de salários e de condições) no local de trabalho.

Nesse meio tempo, nenhuma pesquisa exatamente comparável foi realizada, não ficando claro até que ponto, caso as conclusões a que Goldthorpe e seus colaboradores chegaram fossem válidas na época, elas continuariam verdadeiras. Todos geralmente concordam que as antigas e tradicionais comunidades da classe trabalhadora acabaram tornando-se fragmentadas, ou sucumbiram completamente, com o declínio da indústria manufatureira e o impacto do consumismo. Porém, determinar exatamente até onde avança essa fragmentação é uma discussão que permanece em aberto.

## Classe e estilo de vida

Ao analisar a posição de classe, os sociólogos tradicionalmente contam com indicadores convencionais de posição de classe, tais como a posição de mercado, as relações com os meios de produção e a ocupação. Alguns autores recentes, contudo, afirmam que devemos avaliar a posição de classe do indivíduo não apenas, ou mesmo essencialmente, quanto à economia e ao emprego, mas também em relação a fatores culturais como estilo de vida e padrões de consumo. De acordo com essa abor-

dagem, nos dias de hoje, os "símbolos" e os sinais relacionados ao consumo desempenham um papel cada vez mais importante no cotidiano. As identidades individuais estruturam-se, em maior escala, em torno das escolhas de estilo de vida – como o modo de vestir, o que comer, como cuidar do corpo e onde relaxar – e menos em torno de indicadores de classe mais tradicionais, como o emprego.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu entende que os grupos de classe são identificáveis de acordo com seus níveis variados de *capital cultural e econômico* (1986). Cada vez mais, os indivíduos distinguem-se uns dos outros não com base em fatores econômicos ou ocupacionais, mas pelos gostos culturais e pelas atividades de lazer, sendo auxiliados, nesse processo, pela proliferação de "mercadores de necessidades", o número crescente de pessoas que lidam com a apresentação e a representação de mercadorias e serviços – quer sejam esses simbólicos ou verdadeiros – para o consumo dentro do sistema capitalista. Anunciantes, marqueteiros, *designers* de moda, consultores de estilo, *designers* de interiores, *personal trainers*, terapeutas e *webpage designers*, para citar apenas alguns, todos influenciam os gostos culturais e promovem as escolhas de estilo de vida entre uma comunidade de consumidores em ampla expansão.

Outros estudiosos concordam com Bourdieu de que as divisões de classe podem ser associadas ao estilo de vida e a padrões de consumo distintos. Dessa forma, citando agrupamentos dentro da classe média, Savage e colaboradores (1992) identificam três setores, com base em gostos culturais e "bens". Os profissionais do serviço público, os quais possuem um alto

"capital cultural" e um baixo "capital econômico", tendem a buscar estilos de vida saudáveis, ativos, que envolvam exercícios, baixo consumo de álcool e participação em atividades culturais e comunitárias. Os gerentes e os burocratas, em contraste, tipificam-se por padrões "indistintos" de consumo que implicam médios ou baixos níveis de exercícios, pouco empenho em atividades culturais e uma preferência por estilos tradicionais nos móveis da casa e na moda. O terceiro agrupamento, os "pós-modernos", busca um estilo de vida que careça de qualquer princípio definidor e que possa trazer, lado a lado, elementos que não façam parte do gosto tradicional. Assim, andar a cavalo e um interesse por literatura clássica podem vir acompanhados de uma fascinação por esportes radicais, como o alpinismo, e uma paixão por *raves* e *Ecstasy*.

De um modo geral, seria difícil questionar o fato de que a estratificação dentro das classes, assim como entre as classes, acaba dependendo não apenas de diferenças ocupacionais, mas de diferenças em consumo e estilo de vida – o que se confirma observando-se as tendências existentes dentro da sociedade como um todo. A rápida expansão da economia de prestação de serviços e da indústria de entretenimentos e de lazer, por exemplo, reflete uma ênfase crescente sobre o consumo dentro dos países industrializados. As sociedades modernas passaram a ser sociedades consumistas, ajustadas à aquisição de bens materiais. Em alguns aspectos, uma sociedade consumista é uma "sociedade de massas", na qual as diferenças de classe são, até certo ponto, ignoradas; desse modo, pessoas vindas de diferentes meios podem assistir a programas de TV semelhantes ou



O enriquecimento da educação, incrementando o capital cultural, é visto por muitos como o caminho para minar a estratificação de classes imposta pelas desigualdades econômicas.

comprar roupas nas mesmas lojas de grife. Porém, as diferenças de classe também podem se *intensificar* com as variações de estilo de vida e de "gosto" (Bourdieu, 1986).

Contudo, mesmo tendo em mente essas mudanças, é impossível ignorar o papel crítico que os fatores econômicos desempenham na reprodução das desigualdades sociais. Na maioria dos casos, os indivíduos que sofrem privações materiais e sociais extremas não estão nessa situação por escolherem esse estilo de vida, mas tais circunstâncias são forçadas por fatores relacionados à estrutura econômica e ocupacional (Crompton, 1998).

### A classe baixa

O termo "classe baixa" é geralmente empregado para descrever o segmento da população que está situado na parte mais baixa da estrutura de classes. Os membros da classe baixa possuem padrões de vida significativamente mais baixos do que a maioria das pessoas na sociedade. É um grupo que se caracteriza por desvantagens múltiplas. Muitos deles são indivíduos que estão desempregados há muito tempo, ou que não param em empregos. Alguns são sem-teto, ou não dispõem de um lugar permanente para morar. Os membros da classe baixa podem depender dos benefícios da previdência social por longos períodos. A classe baixa é freqüentemente descrita como "marginalizada" ou "excluída" do modo de vida mantido pela maior parte da população.

A classe baixa é normalmente associada aos grupos étnicos minoritários desprivilegiados. Grande parte do debate sobre essa classe teve origem nos Estados Unidos, onde a preponderância de negros pobres morando em áreas urbanas decadentes levou à discussão de uma "classe baixa negra" (W. J. Wilson, 1978; Murray, 1984, 1990). Porém, esse não é um fenômeno meramente norte-americano. Na Grã-Bretanha, a representação dos negros e dos asiáticos na classe baixa é preponderante. Em alguns países europeus, trabalhadores migrantes que conseguiram empregos em épocas de maior prosperidade, 20 anos atrás, agora compõem uma grande fração desse setor, como ocorre no caso dos argelinos, na França, e dos imigrantes turcos, na Alemanha.

A natureza – e, na verdade, a própria existência – da classe baixa gera debates calorosos na sociologia. Abordaremos, com mais detalhes, o tópico da classe baixa no Capítulo 11, "Pobreza, Previdência Social e Exclusão Social", p. 254.

### Gênero e estratificação

Durante muitos anos, a pesquisa sobre estratificação não enxergou o gênero – sendo feita como se as mulheres não existissem, ou como se, para fins de análise das divisões do poder, da riqueza e do prestígio, as mulheres fossem insignificantes e desinteressantes. Porém, o gênero, propriamente dito, é um dos exemplos mais profundos de estratificação. Não há nenhuma sociedade na qual os homens não tenham, em alguns as-

pectos da vida social, mais riqueza, *status* e influência do que as mulheres.

Um dos principais problemas propostos pelo estudo sobre gênero e estratificação nas sociedades modernas – que parece simples, mas que se mostra difícil de ser resolvido – é a questão relativa a até que ponto podemos entender as desigualdades de gênero nos tempos modernos essencialmente em termos de divisões de classe. As desigualdades de gênero encontram raízes históricas mais profundas do que os sistemas de classes; a posição dos homens em relação às mulheres era superior até mesmo nas sociedades caçadoras e coletoras, nas quais não existiam classes. No entanto, as divisões de classe estão tão marcadas nas sociedades modernas que não há dúvidas de que elas se "sobrepõem" substancialmente às desigualdades de gênero. A posição material da maioria das mulheres tende a refletir a de seus pais ou maridos; conseqüentemente, pode-se afirmar que devemos explicar as desigualdades de gênero principalmente em termos de classe.

### Determinando a posição de classe das mulheres

Até bem pouco tempo, a visão de que as desigualdades entre as classes influenciam enormemente a estratificação de gênero era, com freqüência, uma suposição não-declarada. Entretanto, as críticas feministas e as incôgnitas mudanças no papel econômico da mulher em muitas sociedades ocidentais abriram esse tema para o debate.

Segundo a "postura convencional" da análise de classe, o trabalho remunerado das mulheres é relativamente insignificante se comparado ao dos homens, e, portanto, pode-se dizer que as mulheres pertencem à mesma classe de seus maridos (Goldthorpe, 1983). Para Goldthorpe, cujo próprio esquema de classes foi originalmente declarado com base nessa idéia, essa visão não está fundamentada em uma ideologia sexista. Ao contrário, ela reconhece a posição subordinada da maior parte da mão-de-obra feminina. Comparadas aos homens, as mulheres têm mais chances de terem empregos de meio-turmo e tendem a ter maior experiência intermitente com empregos remunerados, já que é possível que se afastem do trabalho por períodos prolongados para darem à luz e cuidarem dos filhos (veja o Capítulo 13, "Trabalho e Vida Econômica", p. 304). Uma vez que, por tradição, a maioria das mulheres ocupa uma posição de dependência econômica em relação a seus maridos, conclui-se que a sua posição de classe recebe, na maioria das vezes, influência da situação de classe do marido.

O argumento de Goldthorpe foi criticado de muitas maneiras. Primeiramente, em uma proporção substancial dos lares, a renda das mulheres é essencial para manter a situação econômica da família e o seu modo de vida. Nessas circunstâncias, o emprego remunerado das mulheres, em alguns casos, determina a posição de classe dos âmbitos domésticos. Em segundo lugar, a ocupação de uma esposa pode, às vezes, estabelecer o padrão da posição de toda a família. Mesmo nos casos em que uma mulher ganha menos do que o marido, sua

situação de trabalho pode ainda ser o fator que servirá de "guia" para influenciar a classe do marido. O que poderia ocorrer, por exemplo, se o marido fosse um operário não-profissionalizado ou semiprofissionalizado, e sua esposa, digamos, a gerente de uma loja.

Em terceiro lugar, onde houver famílias que apresentem um "entrecruzamento de classes" - nas quais as atividades do marido e da esposa pertençam a categorias diferentes - para algumas finalidades, pode acabar sendo mais realista tratar homens e mulheres, mesmo dentro da mesma família, como se estivessem em diferentes posições de classe. Um quarto aspecto diz respeito ao aumento da proporção de lares nos quais as mulheres provêem sozinhas o sustento da família. O número crescente de mulheres sem filhos e de mães solteiras que trabalham é a prova clara desse fato. Essas mulheres são, por definição, a influência determinante sobre as posições de classe de suas famílias, exceto nos casos em que os pagamentos de pensão colocam a mulher no mesmo nível social de seu ex-marido (Stanworth, 1984; Walby, 1986).

Goldthorpe e outros defenderam a postura convencional, porém algumas mudanças importantes também foram incorporadas em seu esquema. Para fins de pesquisa, o cônjuge (seja este homem ou mulher) que pertencer à classe mais alta pode servir para classificar uma família. Em vez da classificação

baseada no "homem provedor", a classificação doméstica agora é determinada pelo "provedor dominante". Além disso, a classe 3 do esquema de Goldthorpe foi dividida em duas subcategorias para refletir a preponderância das mulheres nos cargos de colarinho-branco de nível inferior. Ao aplicar-se o esquema às mulheres, a classe 3b (trabalhadoras não-manuais em vendas e serviços) é tratada como classe 7, o que é visto como uma representação mais precisa da posição das mulheres não-profissionalizadas ou semiprofissionalizadas no mercado de trabalho.

### *Além do âmbito doméstico?*

Dando prosseguimento ao debate a respeito da atribuição de posições de classe, alguns autores sugeriram que a posição de classe de um indivíduo deveria ser determinada sem referência ao âmbito doméstico. Em outras palavras, a classe social seria avaliada a partir da ocupação de modo independente para cada indivíduo, sem referências específicas às circunstâncias domésticas dessa pessoa. Essa abordagem foi adotada, por exemplo, na obra de Gordon Marshall e de seus colegas, em um estudo sobre o sistema de classes do RU (Marshall et al., 1988).

Entretanto, essa é uma perspectiva que também traz algumas dificuldades, deixando de lado aqueles que não possuem um emprego remunerado - o que inclui não apenas as donas de casa em tempo integral, mas também os aposentados e os desempregados. Os últimos dois grupos podem ser categorizados em termos das últimas ocupações desenvolvidas, porém isso pode ser problemático caso eles não tenham trabalhado durante um tempo. Além do mais, parece um erro em potencial ignorar totalmente o âmbito doméstico. As oportunidades que se abrem aos indivíduos solteiros podem ser bem diferentes daquelas que surgem àqueles que mantêm uma parceria doméstica.

### *O impacto do emprego das mulheres nas divisões de classe*

O ingresso das mulheres em atividades remuneradas teve um impacto significativo sobre as rendas familiares. Porém, esse impacto foi sentido de maneira desigual e pode estar acentuando as divisões de classe entre as famílias. É cada vez maior o número de mulheres que se deslocam para posições profissionais e gerenciais e que recebem altos salários, um fato que vem contribuindo para uma polarização doméstica: de um lado, estão as famílias de dupla renda, nas quais marido e mulher trabalham, que possuem um alto rendimento; e de outro, as famílias com "renda única" ou sem "nenhuma renda" (veja o Capítulo 13, "Trabalho e Vida Econômica", p. 304).

A pesquisa mostra que as mulheres que possuem uma alta renda tendem a contar com parceiros de alta renda, e que as esposas de homens que têm ocupações profissionais e gerenciais possuem rendimentos mais altos do que outras esposas empre-



A ascensão da mulher bem-sucedida no trabalho e a figura do "dono de casa" contrariaram as classificações tradicionais de classe compatíveis com o papel do provedor masculino e de sua família dependente.

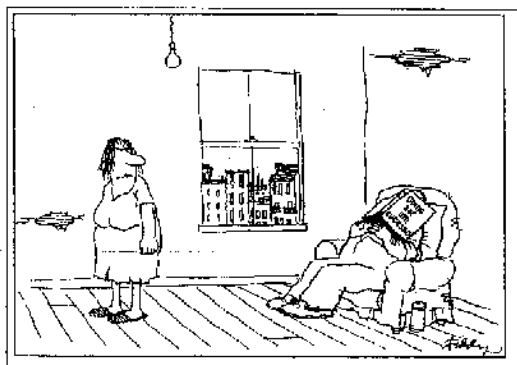
gadas. O casamento tende a gerar parcerias nas quais ambos os indivíduos são relativamente privilegiados ou desfavorecidos em termos de realização ocupacional (Bonney, 1992).

O impacto dessa parceria de dupla renda acentua-se com a elevação da idade média para engravidar, especialmente entre as profissionais. O número crescente de casais sem filhos que possuem dupla renda está ajudando a estimular a disparidade cada vez maior entre a renda doméstica mais alta e a mais baixa.

## Mobilidade social

Ao estudarmos a estratificação, precisamos considerar não apenas as diferenças entre as posições econômicas ou as ocupações, mas o que acontece com os indivíduos que as preenchem. O termo **mobilidade social** refere-se ao deslocamento de indivíduos e grupos entre posições socioeconômicas diferentes. A **mobilidade vertical** significa o movimento de subida ou de descida dentro da escala socioeconômica. Aqueles que apresentam ganhos em propriedade, renda ou *status* são os que demonstram **mobilidade ascendente**, enquanto os que se deslocam para a direção oposta possuem **mobilidade descendente**. Nas sociedades modernas, existe também bastante **mobilidade lateral**, a qual refere-se ao deslocamento geográfico entre bairros, cidades ou regiões. As mobilidades vertical e lateral geralmente se combinam. Por exemplo, uma pessoa que trabalhe em uma empresa situada em uma cidade pode ser promovida para ocupar um cargo mais alto em uma filial localizada em outra cidade, ou até mesmo em um país diferente.

Existem duas maneiras de estudar a mobilidade social. Na primeira, podemos observar as próprias carreiras dos indivíduos – até que ponto eles se deslocam para cima e para baixo na escala social, no decorrer de sua vida de trabalho, o que é normalmente chamado de **mobilidade intrageracional**. Outra alternativa é analisar até que ponto os filhos ingressam no mesmo tipo de profissão de seus pais ou avós. A mobilidade através de gerações recebe o nome de **mobilidade intergeracional**.



## Estudos comparativos sobre mobilidade

O volume de mobilidade vertical em uma sociedade é um grande indicador de seu grau de "abertura", que aponta até que ponto indivíduos talentosos nascidos em estratos mais baixos conseguem subir na escalada socioeconômica. Nesse aspecto, a mobilidade social representa uma questão política importante, especialmente em estados comprometidos com a visão liberal da igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Qual o grau de "abertura" dos países industrializados em termos de mobilidade social? Existe maior igualdade de oportunidades na Grã-Bretanha do que em outro lugar?

Há mais de 50 anos, são realizados estudos sobre mobilidade social que, com frequência, envolvem comparações internacionais. Um primeiro estudo de importância foi conduzido por Peter Blau e Otis Dudley Duncan em 1960. Sua investigação continua sendo o estudo mais detalhado sobre mobilidade social já executado em qualquer país. (Mesmo sendo um estudo extensivo, como a maior parte dos demais estudos de mobilidade, ele confirma os pontos levantados anteriormente – todos os indivíduos pesquisados eram homens.) Blau e Duncan colheram informações sobre uma amostra nacional de 20 mil homens e concluíram que existe muita mobilidade vertical nos Estados Unidos, mas quase toda ela ocorre entre posições ocupacionais que estejam bem próximas entre si. A mobilidade "de longo alcance" é rara. Apesar da ocorrência do deslocamento descendente, tanto dentro das carreiras dos indivíduos quanto intergeracionalmente, isso é bem menos comum do que a mobilidade ascendente, e o motivo disso é que os empregos de colarinho-branco e seus profissionais apresentaram um crescimento bem mais rápido do que os da produção – uma mudança que criou vagas para o deslocamento dos filhos dos operários para cargos de colarinho-branco. Blau e Duncan enfatizaram a importância da educação e do treinamento nas chances de sucesso de um indivíduo. Em sua opinião, a mobilidade social ascendente é geralmente uma característica de todas as sociedades industriais e contribui para a estabilidade e a integração sociais.

O mais famoso estudo internacional sobre mobilidade social talvez seja o realizado por Seymour Martin Lipset e Reinhard Bendix (1959). Eles analisaram dados provenientes de nove sociedades industrializadas – Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental, Suécia, Suíça, Japão, Dinamarca, Itália e Estados Unidos –, concentrando-se na mobilidade de homens que deixavam de ser operários para tornarem-se colarinhos-brancos. Contrariando suas expectativas, autores não encontraram evidências de que os Estados Unidos estivessem mais abertos do que as sociedades européias. A mobilidade vertical total através da linha operário/colarinho-branco era de 30% nos Estados Unidos, e nas outras sociedades a variação ficou entre 27 e 31%. Lipset e Bendix concluíram que todos os países industrializados estavam passando por mudanças semelhantes em relação à expansão dos empregos de colarinho-branco, que levaram a uma "onda de mobilidade ascendente" de dimensões comparáveis em todos eles. Outros questionaram suas desco-

bertas, afirmando que diferenças significativas entre os países são constatadas caso se dedique mais atenção à mobilidade descendente, e se a mobilidade de longo alcance também for levada em consideração (Heath, 1981; Grusky e Hauser, 1984).

A maioria dos estudos sobre mobilidade social, como os aqui descritos, concentrou-se nas dimensões "objetivas" da mobilidade - isto é, qual o volume de mobilidade que parece existir, em quais direções e para quais partes da população. Gordon Marshall e David Firth (1999) assumiram uma abordagem diferente em seu estudo comparativo sobre mobilidade social; investigaram as impressões "subjetivas" das pessoas sobre a mudança de posições de classe. Os autores planejaram sua pesquisa em resposta ao que denominam "especulação não-fundada" entre os sociólogos sobre os prováveis efeitos da mobilidade social na sensação de bem-estar dos indivíduos. Embora haja quem afirme que a mobilidade social gere um senso de desequilíbrio, de isolamento e de desenraizamento, outros adotaram uma visão mais otimista, sugerindo ser inevitável a ocorrência de um processo gradual de adaptação para uma nova classe.

Aproveitando dados extraídos de 9 países - Bulgária, a antiga Tchecoslováquia, Estônia, Alemanha, Polônia, Rússia, Eslovênia, Estados Unidos e Reino Unido -, Marshall e Firth examinaram se a mobilidade de classe estava ligada a um aumento na sensação de satisfação ou de descontentamento com aspectos da vida cotidiana tais como a família, a comunidade, o trabalho, a renda e a política. De modo geral, os autores encontraram poucas evidências de que haja uma associação entre as experiências de classe dos entrevistados e sua satisfação de vida, um fato que se verificou em indivíduos com origem na classe operária que passaram para posições de classe média, assim como naqueles que revelaram uma mobilidade descendente.

### Mobilidade descendente

Apesar de a mobilidade descendente ser menos comum do que a mobilidade ascendente, ela é ainda um fenômeno difundido. A mobilidade descendente intrageracional é também comum. Esse tipo de mobilidade está geralmente associado a problemas psicológicos e ansiedades, nos quais os indivíduos perdem a capacidade de manter os estilos de vida que estão acostumados a ter. Outra fonte principal de mobilidade descendente é a dispensa por excesso de pessoal. Pessoas de meia-idade, por exemplo, que perdem seus empregos, encontram dificuldades em conseguir uma nova colocação, ou apenas conseguem um trabalho que ofereça uma remuneração menor do que antes.

Até o momento, existem poucos estudos sobre mobilidade descendente no RU, mas é provável que essa mobilidade, em termos inter e intrageracionais, esteja em crescimento na Grã-Bretanha assim como está nos Estados Unidos, país onde foram realizados vários estudos recentes sobre o fenômeno. Durante os anos de 1980 e início dos 1990, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, houve um declínio ge-

ral na média dos rendimentos reais (rendimentos após o ajuste pela inflação) dos empregados de colarinho-branco em cargos médios nos EUA. Assim, mesmo que esses empregos continuem a se expandir, se comparados a outros, eles podem não mais suportar as mesmas aspirações de um estilo de vida anterior.

A reestruturação e a redução do tamanho das empresas são as principais razões dessas mudanças. Diante do aumento da competição global, muitas empresas fizeram cortes em sua mão-de-obra. Os empregos de colarinho-branco, assim como os de produção em tempo integral, acabaram - para serem substituídos por ocupações mal-remuneradas de meio-turno.

Hoje em dia, a mobilidade descendente nos EUA é particularmente comum entre as mulheres com filhos que sejam divorciadas ou separadas. Mulheres que, quando casadas, desfrutaram de um certo conforto em sua vida de classe média, geralmente descobrem-se vivendo precariamente após o divórcio. Em muitos casos, as pensões são escassas ou inexistentes; e as mulheres que tentam fazer malabarismos com o trabalho, os cuidados com os filhos e as responsabilidades domésticas encontram dificuldades para pagar as contas (Schwarz e Volgy, 1992).

### A mobilidade social na Grã-Bretanha

Níveis globais de mobilidade foram extensamente estudados na Grã-Bretanha durante o período pós-guerra - embora, mais uma vez, quase toda a pesquisa estivesse concentrada nos homens. Um primeiro estudo foi realizado por David Glass (1954), e analisava a mobilidade intergeracional por um período bastante longo até a década de 1950. Suas descobertas correspondem àquelas apontadas acima em relação aos dados internacionais (cerca de 30% da mobilidade ocorreu dos empregos de produção para os de colarinho-branco). A pesquisa de Glass foi amplamente aproveitada em comparações internacionais. De um modo geral, Glass concluiu que a Grã-Bretanha não era uma sociedade particularmente "aberta". Embora ocorresse muita mobilidade, a maior parte desta era de curto alcance. A mobilidade ascendente era muito mais comum do que a descendente, concentrando-se principalmente nos níveis médios da estrutura de classes. Havia uma tendência de que as pessoas que se encontrassem na parte mais baixa permanecessem nessa situação; quase 50% dos filhos de trabalhadores que ocupavam cargos profissionais e gerenciais desenvolviam também ocupações semelhantes. Glass também descobriu um alto grau de "auto-recrutamento" desse tipo nas posições de elite dentro da sociedade.

Outra pesquisa importante, conhecida como o *Oxford Mobility Study*, foi realizada por John Goldthorpe e seus colegas, com base nas descobertas extraídas de um levantamento de 1972 (Goldthorpe em conjunto com Llewellyn e Payne, 1980). Eles procuraram investigar até que ponto os padrões de mobilidade social haviam sofrido alterações desde a época do trabalho de Glass, concluindo que o nível global de mobilidade dos homens havia, de fato, crescido em relação ao pe-

riodo anterior, notando-se um volume um pouco maior de deslocamento de longo alcance. A principal razão para isso, entretanto, novamente não era o fato de o sistema ocupacional ter se tornado mais igualitário. As mudanças originaram-se, sim, na aceleração contínua do crescimento de empregos de colarinho-branco em cargos mais elevados em relação aos de produção. Os pesquisadores constataram que dois terços dos filhos de trabalhadores não-profissionalizados ou semi-profissionalizados desenvolviam também ocupações manuais. As origens de cerca de 30% dos profissionais e dos gerentes estavam na classe trabalhadora, ao passo que aproximadamente 4% dos homens operários vinham de ambientes profissionais ou gerenciais.

Apesar de encontrar evidências de altos índices de mobilidade social absoluta, o *Oxford Mobility Study* concluiu que as chances relativas de mobilidade entre diferentes segmentos da população na Grã-Bretanha continuavam sendo extremamente desiguais, e que as desigualdades de oportunidades ainda se baseavam diretamente na estrutura de classes.

O *Oxford Mobility Study* original foi atualizado com base no novo material reunido cerca de dez anos depois (Goldthorpe e Payne, 1986). As principais descobertas do antigo trabalho foram confirmadas, mas outros avanços ainda foram constatados. As chances de os meninos provenientes de meios operários conseguirem empregos profissionais ou gerenciais, por exemplo, haviam aumentado. Novamente, isso foi atribuído a mudanças na estrutura ocupacional, que geraram uma redução das ocupações de produção em relação aos empregos de colarinho-branco de nível mais alto.

Nos anos de 1980, Marshall e colaboradores apresentaram resultados que, em grande parte, confirmaram as desco-

bertas de Goldthorpe e outros. No *Essex Mobility Study*, os autores descobriram que cerca de um terço das pessoas empregadas em cargos profissionais mais altos ou de colarinho-branco provinha de meios operários. Descobertas como essa demonstram um volume substancial de fluidez na sociedade britânica: para muitas pessoas, é naturalmente possível ascender na hierarquia social, tanto em termos de mobilidade intra-geracional quanto intergeracional. Porém, as escalas ainda são tendenciosas contra as mulheres, cujas chances de mobilidade são obstruídas pela representação excessiva em empregos não-manuais que envolvam tarefas de rotina. O caráter mutável da sociedade moderna é resultado principalmente de sua propensão à melhoria das ocupações. Marshall e seus colaboradores (1983, p. 138) concluem: "O aumento de 'espaço no topo' não veio acompanhado de maior igualdade de oportunidades para se chegar até lá". No entanto, é preciso que se tenha em mente uma questão levantada inicialmente: a mobilidade é um processo de longo prazo e, se a sociedade está se "abrindo", os efeitos só serão sentidos em sua plenitude após uma geração.

#### Gênero e mobilidade social

Apesar de um grande volume da pesquisa sobre mobilidade social ter se concentrado nos homens, nos últimos anos começou a se prestar mais atenção aos padrões de mobilidade entre as mulheres. Em um momento em que o desempenho das meninas na escola se sobressai ao dos meninos, e o número de representantes do sexo feminino excede o do sexo masculino no ensino superior, estamos tentados a concluir que as desigualda-

#### Grã-Bretanha: uma meritocracia?

Peter Saunders (1990, 1996) tem sido um dos críticos mais veementes da tradição britânica da pesquisa sobre mobilidade social que abrange estudos como os de Glass e Goldthorpe. De acordo com Saunders, a Grã-Bretanha é uma verdadeira meritocracia, pois as recompensas se dirigem naturalmente àqueles mais capazes em seu "desempenho" e em suas conquistas. Para ele, a habilidade e o esforço, e não a classe de origem, são os fatores-chave do sucesso ocupacional. O autor utiliza dados empíricos do *National Child Development Study* para demonstrar que crianças que forem brilhantes e aplicadas serão bem-sucedidas, independentemente das vantagens ou desvantagens sociais que elas possam encontrar. Em sua avaliação, a Grã-Bretanha pode até ser uma sociedade desigual, mas é uma sociedade justa.

Em resposta a essas alegações, Richard Breen e John Goldthorpe criticam Saunders por razões teóricas e metodológicas (1999). Eles acusam Saunders de apresentar visões tendenciosas na sua análise dos dados do levantamento, como a exclusão de entrevistados desempregados. Breen e Goldthorpe oferecem uma análise alternativa dos mesmos dados utilizados por Saunders e mostram resultados radicalmente diferentes, que substanciam sua própria convicção da importância das barreiras de classe para a mobilidade social. Os autores concluem que o mérito individual é certamente um fator que contribui para determinar as posições de classe dos indivíduos, mas que a "classe de origem" continua sendo uma forte influência. Para Breen e Goldthorpe, as crianças vindas de ambientes desfavorecidos precisam demonstrar *mais* mérito do que aquelas que são privilegiadas na conquista de posições de classe semelhantes.

des de gênero, que há muito existem na sociedade, possam estar "baixando guarda". Será que a estrutura ocupacional tornou-se mais "aberta" para as mulheres, ou será que suas chances de mobilidade ainda são direcionadas, em grande parte, pela família e pelo meio social?

Um estudo de segmento populacional feito pelo *Economic and Social Research Council*, denominado *Twenty-Something in the 1990s*, investigou a vida de 9 mil britânicos nascidos na mesma semana de 1970. No levantamento dos entrevistados, quando tinham 26 anos, constatou-se que, tanto para os homens quanto para as mulheres, o meio familiar e a classe de origem continuavam exercendo fortes influências. O estudo concluiu que os jovens que estavam lidando melhor com a transição para a idade adulta eram aqueles que tiveram uma educação melhor, adiaram a chegada dos filhos e o casamento e cujos pais exerciam ocupações profissionais. Indivíduos provenientes de meios desfavorecidos tinham uma tendência maior a permanecerem nessa condição.

O estudo descobriu que, de modo geral, as mulheres de hoje estão vivenciando oportunidades bem melhores do que as da geração anterior. As mulheres pertencentes à classe média foram as que mais se beneficiaram com as mudanças acima mencionadas: tinham exatamente as mesmas chances dos rapazes de seu grupo social de frequentarem a universidade e de conseguirem empregos bem-remunerados na graduação. Essa tendência em direção a uma igualdade maior também se refletiu na elevação do grau de confiança e da noção de auto-estima, em comparação com um estudo de segmento semelhante de mulheres nascidas apenas 12 anos antes.

As chances de as mulheres ingressarem em uma boa carreira estão melhorando, mas ainda existem dois grandes obstáculos. Gerentes e empregadores do sexo masculino continuam discriminando as candidatas, e assim o fazem, pelo menos em parte, por pensarem que "as mulheres não estão realmente interessadas em carreiras", e que é provável que deixem de trabalhar quando iniciarem uma família. Ter filhos, de fato, ainda produz um efeito bastante substancial sobre as oportunidades de carreira das mulheres, menos por elas não terem interesse em seguir uma carreira do que por serem muitas vezes efetivamente forçadas a escolherem entre progredir no trabalho e ter

filhos. Raramente os homens se dispõem a dividir toda a responsabilidade pelo trabalho doméstico e a atenção aos filhos. Apesar de ser bem maior o número de mulheres que organizam sua vida doméstica a fim de seguirem uma carreira, ainda há grandes obstáculos em seu caminho.

## Conclusão

Apesar de o domínio tradicional da classe estar, sob certos aspectos, indubitavelmente em processo de enfraquecimento, especialmente no que diz respeito à identidade das pessoas, as divisões de classe permanecem no âmago das desigualdades econômicas centrais das sociedades modernas. A classe continua exercendo uma grande influência em nossas vidas, e a condição de membro de uma classe está correlacionada a uma variedade de desigualdades, que vão desde a expectativa de vida e a saúde física de um modo geral até o acesso à educação e aos empregos bem-remunerados.

As desigualdades entre os pobres e os mais ricos difundiram-se na Grã-Bretanha ao longo dos últimos 20 anos. Será que a crescente desigualdade entre as classes é o preço a ser pago para assegurar o desenvolvimento econômico? Essa suposição foi particularmente proeminente durante o período do governo Thatcher. A busca da riqueza, segundo o raciocínio, gera desenvolvimento econômico, pois é uma força motivadora que encoraja a inovação e a propulsão. Muitos afirmam que, atualmente, a globalização e a desregulação dos mercados econômicos estão provocando um aumento da distância que separa os ricos dos pobres e um "endurecimento" das desigualdades de classe.

Porém, é importante lembrar que nossas atividades nunca são totalmente determinadas pelas divisões de classe: muitas pessoas realmente experimentam a mobilidade social. A expansão do ensino superior, o maior acesso às qualificações profissionais e o surgimento da internet e da "nova economia" estão mostrando novos canais para a mobilidade ascendente. Esses avanços vêm corroendo ainda mais os velhos padrões de classe e de estratificação e contribuindo para uma ordem mais fluida, meritocrática.

## Pontos Principais

1. A estratificação social refere-se à divisão da sociedade em camadas ou estratos. Quando falamos em estratificação social, chamamos atenção para as posições desiguais que os indivíduos ocupam na sociedade. A estratificação por gênero e idade está presente em todas as sociedades. Nas maiores sociedades tradicionais e nos países industrializados de hoje, existe estratificação em termos de riqueza, propriedade e acesso a bens materiais e produtos culturais.
2. É possível distinguir quatro tipos principais de sistema de estratificação: escravidão, casta, estamento e classe. En-

quanto os três primeiros dependem de desigualdades sancionadas pela lei ou pela religião, as divisões de classe não são "oficialmente" reconhecidas, mas provêm de fatores econômicos que afetam as circunstâncias materiais da vida das pessoas.

3. As teorias mais proeminentes e influentes sobre estratificação são as desenvolvidas por Marx e Weber. Marx enfatizou primeiramente a classe, que ele entendia ser uma característica objetivamente determinada da estrutura econômica da sociedade. Ele percebeu uma cisão fundamental entre os detentores do capital e os trabalhadores



- que não possuem capital. Weber aceitava uma visão semelhante, mas distinguia dois outros aspectos da estratificação – *status* e partido. O *status* refere-se ao apreço, ou a “hora social”, concedido a indivíduos ou a grupos; o partido refere-se à mobilização ativa de grupos para garantir objetivos definidos.
4. A ocupação geralmente serve como um indicador da classe social. Os indivíduos que desempenham a mesma ocupação tendem a conhecer graus semelhantes de vantagem ou de desvantagem social e a usufruir de oportunidades similares de vida. Por tradição, os sociólogos têm empregado esquemas ocupacionais de classes para mapear a estrutura de classes da sociedade. Os esquemas de classes são valiosos para investigar as desigualdades e os padrões gerais que se relacionam à classe, mas são limitados em outros aspectos. Por exemplo, os esquemas de classes não refletem a importância da posse de riquezas e da propriedade para a classe social, e é difícil aplicá-los aos indivíduos economicamente inativos.
  5. Atualmente, a maioria das pessoas nas sociedades modernas está mais rica do que há várias gerações, porém a riqueza permanece extremamente concentrada em um número relativamente pequeno de mãos. A classe alta consiste em uma pequena minoria de pessoas que dispõem de riqueza e poder, além da chance de transmitir seus privilégios para a geração seguinte. Os ricos formam um grupo diverso e variável; nos últimos anos, milionários que enriqueceram por seus próprios méritos, mulheres e jovens estão entrando, em maior número, nesse grupo.
  6. Em linhas gerais, a classe média é composta pelos indivíduos que desenvolvem ocupações de colarinho-branco, como médicos, profissionais da área médica e empregados da indústria de prestação de serviços. Na maior parte dos países industrializados, a classe média agora abrange a maioria da população – um fato que se deve, em grande parte, ao desenvolvimento de ocupações profissionais, gerenciais e administrativas. Ao contrário da classe trabalhadora, os membros da classe média geralmente possuem credenciais educacionais ou qualificações técnicas que lhes permitem vender seu trabalho mental, assim como seu trabalho físico, para ganhar a vida.
  7. A classe trabalhadora é composta por pessoas que exercem ocupações de produção ou manuais. Durante o século XX, a classe trabalhadora encolheu significativamente, com o declínio do trabalho manufatureiro. Os membros dessa classe estão mais ricos do que há um século.
  8. Alguns autores recentes sugerem que fatores culturais como estilo de vida e padrões de consumo são influências importantes na posição de classe. De acordo com essa visão, as identidades individuais de hoje estão mais estruturadas em torno das escolhas de estilo de vida do que dos indicadores de classe tradicionais, como a ocupação.
  9. Por tradição, as análises sobre estratificação têm sido escritas a partir de um ponto de vista masculino, em parte porque se supõe que as desigualdades de gênero refletem as diferenças de classe – uma suposição altamente questionável. O gênero influencia a estratificação nas sociedades modernas, até certo ponto, independentemente da classe.
  10. A posição de classe de um indivíduo é, ao menos de certa forma, conquistada, e não simplesmente “determinada” a partir do nascimento. A mobilidade social ascendente e descendente é um aspecto razoavelmente comum na estrutura de classes.
  11. No estudo sobre a mobilidade social, faz-se uma distinção entre a mobilidade intrageracional e a intergeracional. A primeira refere-se ao movimento de subida ou de descida dentro da escala social na vida de trabalhador de um indivíduo. A segunda diz respeito ao deslocamento através de gerações, como o que ocorre quando um filho ou uma filha que venha de um meio operário torna-se um(a) profissional. Na maioria dos casos, a mobilidade social possui um alcance limitado. Grande parte das pessoas permanece próxima do nível das famílias de origem, embora a expansão de empregos de colarinho-branco, nas últimas décadas, tenha oferecido a oportunidade para um volume considerável de mobilidade ascendente de curto alcance.

### Questões para Reflexão

1. Quais das abordagens teóricas para a estratificação parecem mais relevantes para suas experiências cotidianas?
2. Por que tantos sociólogos medem a classe social pela ocupação?
3. Por que, nas sociedades modernas, a mobilidade descendente é menos comum do que a ascendente?
4. Para os sociólogos, o que significam os esquemas “relacionais” de classe?
5. Qual é a unidade mais adequada para a análise de classe, o indivíduo ou o âmbito doméstico?
6. A desigualdade dentro da sociedade é ruim, contanto que todos estejam adequadamente alimentados e vestidos?

---

### Leitura Complementar

---

**Rosemary Crompton**, *Class and Stratification: An Introduction to Current Debates* (Cambridge: Polity, 1998).

**Michael Lavalette e Gerry Mooney** (eds), *Class Struggle and Social Welfare* (New York: Routledge, 2000).

**T. H. Marshall**, *Citizenship and Social Class, and Other Essays* (Cambridge: Cambridge University Press, 1950).

**Sally R. Munt** (ed.), *Cultural Studies and the Working Class* (London: Cassell, 2000).

**Christine Zmroczek e Pat Mahony** (eds), *Women and Social Class: International Feminist Perspectives* (London: UCL Press, 1999).

---

### Endereços na Internet

---

Bibliografia sobre classe social (University of Amsterdam)

<http://www.pscw.uva.nl/sociosite/CLASS/bibA.html>

Pesquisas sobre desigualdades sociais

<http://www.trinity.edu/mkearl/strat.html>

Marxists Internet Archive (Arquivo dos marxistas na internet)

<http://www.marxists.org>

Multidisciplinary Program in Inequality and Social Policy at the Kennedy School of Government (Programa Multidisciplinar em Desigualdade e Política Social da Kennedy School of Government)

<http://www.ksg.harvard.edu/inequality/>

The Progress of Nations 2000 Unicef Report (O Progresso das Nações, 2000, Relatório da Unicef)

<http://www.unicef.org/pon00/>

# 11

## Pobreza, Previdência Social e Exclusão Social



P  
v  
c  
ã  
r  
e  
c

<b>Pobreza</b>	255	<b>Exclusão social</b>	265
O que é a pobreza?	255	Formas de exclusão social	267
A mensuração da pobreza	257	Os sem-teto	269
Tendências recentes da pobreza no Reino Unido	257	Crime e exclusão social	270
Quem são os pobres?	259	<b>A Previdência Social e a reforma do Estado Assistencial</b>	272
Como explicar a pobreza?	260	Teorias do Estado Assistencial	272
Pobreza e mobilidade social	262	A ascensão do Estado Assistencial britânico	273
<b>A controvérsia da classe baixa</b>	263	A reforma do Estado Assistencial	274
O pano de fundo para o debate sobre a classe baixa	263	<b>Conclusão: repensando a igualdade e a desigualdade</b>	279
A classe baixa, a UE e a migração	264	Pontos principais	279
Existe uma classe baixa na Grã-Bretanha?	264	Questões para reflexão	280
		Leitura complementar	280
		Endereços na internet	281

## 11: Pobreza, Previdência Social e Exclusão Social

Carol é uma moça de 24 anos que trabalha em um centro de chamadas telefônicas, prestando informações e serviços de atendimento a consumidores que desejem programar viagens por telefone. Ela trabalha bastante, muitas vezes noite a dentro. As pessoas que trabalham ao seu lado no centro de chamadas são todas mulheres, acomodadas em uma ampla sala, em longas fileiras, separadas umas das outras por repartições cinzentas. Falam através de telefones com *headset*<sup>1</sup> enquanto registram e acessam informações nos terminais dos computadores à sua frente.

Assim como muitas de suas colegas de trabalho que são mães, Carol está separada. Ela sustenta seus dois filhos pequenos com os baixos salários que ganha. A cada mês, ela recebe uma pequena quantia em dinheiro do ex-marido para ajudar na criação dos filhos, mas o valor nunca parece suficiente para cobrir as despesas. Carol vive contando os dias para receber o salário. Três manhãs por semana, ela arranja um trabalho extra como faxineira em um prédio de escritórios próximo de seu apartamento. O dinheiro que ganha com mais esse trabalho serve para pagar a maioria das contas em dia, comprar roupas para os filhos e cobrir os custos da creche. Apesar dessas horas extras, a cada mês, Carol enfrenta uma luta para equilibrar o orçamento. Ela mora com os filhos num apartamento popular de um conjunto habitacional. Sua primeira meta é progredir o suficiente para conseguir se mudar com seus filhos para uma área mais segura e agradável.

Nas noites em que Carol fica até tarde no centro de chamadas, ela apressa-se em deixar o trabalho para pegar os filhos na casa da mãe, que fica cuidando deles após o encerramento das atividades da creche todas as tardes. Quando tem sorte, os filhos pegam no sono assim que ela os traz para casa, mas muitas noites é uma luta colocá-los na cama. Até eles dormirem, Carol fica tão exausta que não consegue fazer outra coisa senão ligar a televisão. O tempo é escasso para comprar comida ou para preparar refeições adequadas; então, ela e os filhos comem muita comida congelada. Ela sabe dos benefícios de uma dieta mais balanceada, mas não existem lojas perto do conjunto habitacional e, de qualquer forma, Carol não tem dinheiro para comprar muitos produtos frescos.

Ela se preocupa com o fato de passar muito tempo longe das crianças, mas não vê outra saída para esse dilema. Após divorciar-se do marido, passou os primeiros 18 meses em casa com os filhos, às custas dos benefícios do governo. Apesar de estar lutando para lidar com a situação que está vivendo, ela não quer depender da previdência. Carol espera que, após alguns anos de experiência no centro de chamadas, consiga subir para uma posição de maior responsabilidade e melhor remuneração.

Ao se deparar com pessoas como Carol, há muita gente que faz certas suposições a respeito da vida dessas pessoas, po-

doendo chegar à conclusão de que a pobreza de Carol e sua baixa posição na sociedade sejam resultados de suas habilidades naturais ou uma consequência da própria formação pessoal. Outros podem culpar Carol por não dar duro o suficiente para superar sua situação difícil. Será que essas opiniões estão corretas? É tarefa da sociologia analisar essas suposições e desenvolver uma visão mais ampla de nossa sociedade, capaz de entender as experiências de pessoas como Carol.

Carol e seus filhos são apenas um exemplo das muitas famílias do Reino Unido que vivem em condições de pobreza. De acordo com a *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD), Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento, é da Grã-Bretanha um dos piores recordes relacionados à pobreza no mundo desenvolvido. Muitas pessoas podem estar chocadas em saber que a Grã-Bretanha carrega uma distinção tão dúbia. As pessoas mais abastadas normalmente têm uma vaga noção da dimensão exata da pobreza de seu meio.

### Pobreza

#### O que é a pobreza?

O que é a pobreza e como ela deveria ser definida? Os sociólogos e os pesquisadores preferem utilizar duas abordagens diferentes para a pobreza: *pobreza absoluta* e *pobreza relativa*. O conceito de *pobreza absoluta* fundamenta-se na idéia da *subsistência* – as condições básicas que devem ser preenchidas para que se mantenha uma existência fisicamente saudável. Quem

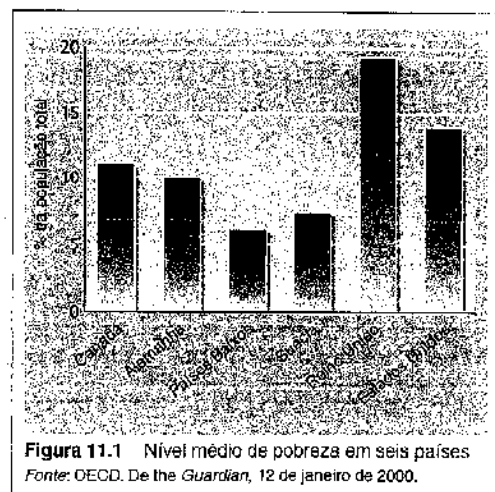


Figura 11.1 Nível médio de pobreza em seis países  
Fonte: OECD. De the Guardian, 12 de janeiro de 2000.

<sup>1</sup> N. de R. T. Conjunto de fones de ouvido.

carece dessas necessidades fundamentais para a existência humana – como alimentos suficientes, abrigo e roupas – é classificado como um indivíduo que vive na pobreza. O conceito de pobreza absoluta é visto como universalmente aplicável. Acredita-se que os padrões de subsistência humana sejam mais ou menos iguais para todas as pessoas que tiverem idade e porte físico equivalentes, independentemente de onde morem. Pode-se dizer que qualquer indivíduo que se enquadre nesse padrão universal, em qualquer parte do mundo, vive na pobreza.

Porém, nem todos aceitam a idéia de que um tal padrão possa ser identificado. De acordo com essas pessoas, seria mais apropriado empregar o conceito de **pobreza relativa**, o qual relaciona a pobreza ao padrão de vida geral predominante em uma sociedade específica. Os defensores do conceito de pobreza relativa acreditam que a pobreza seja definida culturalmente, não devendo ser medida segundo um padrão universal de privação. É errado supor que as necessidades humanas sejam idênticas em todos os lugares – na verdade, elas diferem tanto dentro quanto através das sociedades. Coisas que são vistas como essenciais em uma sociedade podem ser consideradas artigos de luxo em outra. Por exemplo, na maioria dos países industrializados, a água corrente, os vasos sanitários com descarga e o consumo regular de frutas e verduras são considerados necessidades básicas para uma vida saudável; poderia se dizer que quem vive sem esses itens vive na pobreza. No entanto, em muitas sociedades em desenvolvimento, esses itens não representam o padrão entre a maior parte da população, e não faria sentido medir a pobreza de acordo com a presença ou a falta deles.

Existem dificuldades nas formulações da pobreza absoluta e da relativa. Uma técnica comum para medir a pobreza absoluta é através da determinação de uma **linha da pobreza**, com base no preço das mercadorias básicas necessárias à sobrevivência humana em uma sociedade particular. Considera-se que vivem na pobreza os indivíduos ou os lares que apresentarem uma renda abaixo da linha da pobreza. Contudo, empregar um único critério de pobreza pode ser problemático, pois essas definições não conseguem levar em conta variações nas necessidades humanas existentes dentro de uma sociedade e entre sociedades. É muito mais caro morar em algumas áreas do país do que em outras, por exemplo; o custo das necessidades básicas será diferente de região para região. Outro exemplo está nos indivíduos que exercem trabalhos braçais ao ar livre, os quais provavelmente terão mais necessidades nutricionais do que, digamos, os funcionários de escritório, que passam os dias sentados desempenhando tarefas internas. A aplicação de um critério único de pobreza tende a avaliar alguns indivíduos como se estivessem acima da linha da pobreza quando, na verdade, a renda destes não consegue nem sequer suprir suas necessidades básicas de subsistência.

No entanto, o conceito de pobreza relativa apresenta suas próprias complexidades. Uma das principais é o fato de que, com o desenvolvimento das sociedades, as interpretações da pobreza relativa também precisarão sofrer variações. À medida que as sociedades tornam-se mais afluentes, os padrões de pobreza

relativa passam por uma elevação gradual. Antigamente, carros, refrigeradores, aquecimento central e telefones eram considerados artigos de luxo. Porém, na maioria das sociedades industrializadas de hoje, eles são vistos como necessidades para uma vida plena e ativa. Alguns críticos advertem que a utilização do conceito de pobreza relativa tende a desviar a atenção do fato de que, atualmente, até mesmo os membros menos abastados da sociedade estão em uma situação financeira bem melhor do que antigamente. Eles questionam a existência da “verdadeira” pobreza em uma sociedade como a Grã-Bretanha atual, onde bens de consumo como televisores e máquinas de lavar roupas são agora encontrados em praticamente todos os lares.

É verdade que, mesmo entre as famílias de mais baixa renda, existe, hoje em dia, um acesso bem maior a bens e serviços do que se verificava há duas décadas (veja a Figura 11.2). Contudo, seria errado supor que isso indica a ausência da pobreza. Embora a sociedade britânica como um todo tenha se tornado mais próspera, a distância que separa os membros mais ricos da sociedade dos mais pobres é cada vez mais marcante. Os lares que se encontram em uma posição mais baixa na distribuição de renda, como o de Carol, ainda enfrentam dificuldades para equilibrar o orçamento. Utilizando uma tabela de privações que mede a presença ou a falta de itens necessários para a educação de uma criança, os sociólogos descobriram que muitas famílias lutam para oferecer “o básico” para os filhos – como frutas frescas ao menos uma vez ao dia, uma capa impermeável, ou a chance de terem um hobby ou uma atividade de lazer (Middleton et al., 1997). A desnutrição, a saúde debilitada, o acesso limitado à educação e aos serviços públicos, além das condições precárias de moradia, continuam difundidos entre as famílias de baixa renda. Tais indicadores sugerem que,

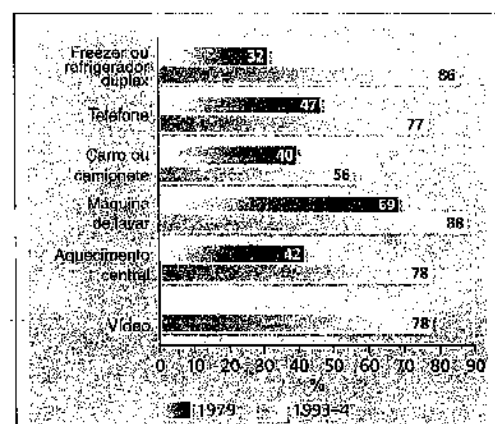


Figura 11.2 Percentual de pessoas em lares que têm acesso a recursos e serviços domésticos, entre os 10% que ocupam a posição mais baixa da distribuição de renda, 1979 e 1993-1994.

Fonte: Family Expenditure Survey. De *Sociology Review*, 8.1 (setembro de 1996), p. 19.

em termos relativos, a pobreza permanece profundamente arraigada na sociedade britânica.

## A mensuração da pobreza

### Medições oficiais da pobreza

Ao contrário dos Estados Unidos e muitos outros países, onde existe uma "linha da pobreza" oficial, na Grã-Bretanha as interpretações da pobreza propriamente dita não são fornecidas pelo governo. Devido à ausência de uma definição oficial da pobreza, os pesquisadores no RU confiavam em outros indicadores estatísticos, como a provisão de benefícios, para medir os níveis de pobreza. A pessoa cuja renda estivesse no nível do benefício suplementar, ou abaixo deste, era definida pelos estudos como alguém que vive "na pobreza". O benefício suplementar referia-se aos benefícios pagos em dinheiro às pessoas cuja renda não atingisse um nível julgado necessário para a subsistência. Quem tivesse um rendimento entre 100 e 140% do nível do benefício suplementar era definido como um indivíduo que vive "às margens da pobreza". Há pouco tempo, o benefício suplementar foi substituído pelo auxílio financeiro, e agora é mais comum medir a pobreza com referência ao número de lares que continuam vivendo com uma renda abaixo da média (mediana), ou com metade ou menos da metade da renda média.

O volume de pessoas que vivem na pobreza assim definida, ou às suas margens, aumentou dramaticamente ao longo da década de 1980 (Blackburn, 1991), afetando números cada vez maiores de crianças. Em 1979, 10% das crianças (abaixo dos 15 anos de idade) moravam em lares que tinham uma renda 50% inferior à média nacional; até 1991, essa proporção havia subido para 31% (Kumar, 1993). Após o aumento dramático da pobreza nos anos de 1980, os níveis de pobreza permaneceram razoavelmente constantes durante a década de 1990. Dados do final dessa década revelaram que aproximadamente 10,7 milhões de britânicos continuavam vivendo com menos da metade da renda média, e esse número subia para 14 milhões quando considerados os custos de moradia (Howarth et al., 1999).

### Medições subjetivas da pobreza

Alguns pesquisadores acreditam que medir a pobreza exclusivamente em termos de renda é uma forma de subestimar a real dimensão das privações entre as famílias de baixa renda. Diversos estudos importantes tiveram como objetivo medir a pobreza de acordo com critérios subjetivos, em vez de objetivos, como o nível de renda.

Peter Townsend é um estudioso do assunto que acredita que as medidas oficiais da pobreza são inadequadas. Em lugar de confiar nas estatísticas relacionadas à renda, os estudos de Townsend voltaram-se para as interpretações subjetivas das pessoas quanto à pobreza (1979; Townsend et al., 1987). Aos

entrevistados pediu-se que estipulassem qual a renda necessária para manterem sua família adequadamente e que respondessem se a sua renda atual excedia esse valor, se encaixava nele ou estava abaixo dele. Em uma ampla faixa dos lares, as estimativas dos entrevistados sobre a renda necessária estavam, em média, 61% acima do valor mínimo do governo para a provisão de benefícios. Os entrevistados também forneceram informações detalhadas quanto a estilos de vida, incluindo as condições de vida, os hábitos de alimentação, o trabalho, o lazer e as atividades cívicas. Tais dados revelaram que era comum haver discrepâncias significativas entre as necessidades percebidas pelas famílias e a habilidade destas para satisfazê-las. Abaixo de determinado nível de renda, as famílias sofriam "privações múltiplas", ou seja, viviam sem vários dos itens ou das atividades que julgavam ser essenciais. Com base nessas descobertas, Townsend concluiu que os índices do governo para os benefícios destinados a cobrir a carência de recursos eram mais de 50% inferiores, ficando bem abaixo do valor mínimo necessário para que uma família participe plena e significativamente da sociedade.

Baseados na pesquisa de Townsend, Joanna Mack e Stewart Lansley realizaram dois estudos importantes sobre a pobreza relativa na Grã-Bretanha. Mack e Lansley conduziram uma pesquisa de opinião, para um programa de televisão chamado *Breadline Britain*, a fim de determinar o que as pessoas consideravam como "necessidades" para uma padrão de vida "aceitável". A partir dessas respostas, eles elaboraram uma lista de 21 necessidades básicas que mais de 50% dos entrevistados consideravam importantes para uma vida normal. Mais de 90% dos entrevistados chegaram a um acordo quanto à importância de mais outras cinco necessidades: aquecimento, um banheiro com chuveiro dentro de casa, uma cama para cada membro da família e uma moradia livre de umidade. De acordo com essas 26 necessidades – e a presença ou a falta destas nos lares britânicos –, Mack e Lansley mediram os níveis de pobreza em 1983 e, novamente, em 1990. Seus resultados revelaram uma elevação significativa da pobreza durante os anos de 1980, com uma elevação do número de pessoas que vivem na pobreza (definida como a falta de três ou mais dessas 26 necessidades) de 7,5 para 11 milhões, e daqueles que vivem na pobreza severa (falta de sete necessidades ou mais) de 2,6 para 3,5 milhões (Mack e Lansley, 1985, 1992).

Indicadores de privação semelhantes baseados em critérios subjetivos têm sido utilizados para medir a pobreza infantil e para realizar comparações internacionais dos níveis de pobreza relativa (veja a Tabela 11.1).

## Tendências recentes da pobreza no Reino Unido

A *Joseph Rowntree Foundation* e o *New Policy Institute* compilaram uma lista de 50 indicadores da pobreza e da exclusão social que são monitorados anualmente a fim de permitirem uma avaliação da eficácia dos programas de combate à pobre-

**Tabela 11.1** Percentual de famílias que acreditavam não ter condições financeiras para determinados itens, comparação entre países da UE, 1995

	Carne em dias alternados	Roupas novas	Uma semana de férias
Portugal	6	47	59
Grécia	35	32	51
Espanha	2	9	49
Reino Unido	10	15	40
República Irlandesa	4	7	38
Itália	6	15	38
França	5	10	34
Bélgica	4	10	26
Áustria	8	10	24
Dinamarca	2	5	16
Países Baixos	2	13	15
Luxemburgo	3	5	14
Alemanha	5	15	12

Fonte: *Social Trends*, 29 (1999), Tabela 5.12. Crown copyright.

za (Howarth et al., 1999). Os indicadores incluem renda doméstica, mas abrangem também fatores como saúde, acesso à educação, padrões de emprego e atividade comunitária. Entre algumas das principais descobertas de 1999, estão as seguintes:

- Mais de 2 milhões de crianças vivem em lares nos quais nenhum adulto desenvolve uma atividade remunerada. Mais de 3 milhões de crianças vivem em lares com renda inferior à metade da média nacional.
- Mais de dois terços dos chefes de família que vivem em habitação popular não desenvolvem atividades remuneradas.
- Mais de 1 milhão de pensionistas depende totalmente da pensão e dos benefícios do Estado para sobreviver. Ainda é grande o número de pensionistas concentrados na metade inferior da distribuição de renda.
- As desigualdades relacionadas à saúde são visíveis na população britânica. Desde 1991, houve um aumento de 40% no número de áreas da autoridade local que apresentam índices de mortalidade significativamente acima da média.

Como explicar a disseminação das privações em nações afluentes como a Grã-Bretanha? Um ponto de partida lógico é considerar o crescimento das desigualdades entre os indivíduos que possuem e os que não possuem recursos na Grã-Bretanha e em outras sociedades industriais. A distância que separa os membros mais ricos da sociedade dos mais pobres aumentou dramaticamente durante os anos de 1980: a Grã-Bretanha ficou em segundo lugar, perdendo apenas para a Nova Zelândia, como a nação industrializada que apresentou o aumento de desigualdade econômica mais abrupto no período compreendido entre 1977 e 1990. Uma combinação de fatores levou a essa

mudança dramática, muitos dos quais estão vinculados a políticas governamentais específicas que visavam à revitalização de uma economia estagnada.

A teoria subjacente às políticas do governo de Margaret Thatcher era de que o corte nos impostos dos indivíduos e das corporações geraria altos níveis de crescimento econômico, cujos efeitos repercutiriam entre os pobres. Políticas semelhantes foram implementadas nos Estados Unidos durante a presidência de Ronald Reagan, tendo resultados comparáveis. Mas as evidências não confirmam essa tese. É possível que tal política econômica gere ou deixe de gerar uma aceleração do desenvolvimento econômico, porém a consequência é o aumento das diferenças entre os pobres e os ricos, o que, na realidade, acaba engrossando os números de indivíduos que vivem na pobreza.

As políticas governamentais iniciadas durante a década de 1980 e no começo da década de 1990 tenderam a beneficiar os mais ricos ao mesmo tempo que aprofundavam as desvantagens sofridas pelos pobres. A privatização de indústrias que antes eram estatais proporcionou oportunidades lucrativas para investidores das classes média e alta. Enquanto isso, trabalhadores que exerciam atividades manuais e não-profissionalizadas perceberam seus ordenados reduzidos assim como os dos direitos constantes da *Employment Protection Act* (Lei de Proteção ao Emprego).

Outras mudanças na estrutura ocupacional e na economia global também contribuíram para a tendência em direção a uma polarização social na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e em outros lugares. Como notamos no Capítulo 10, o aumento dos empregos profissionais e gerenciais foi acompanhado de um declínio relativo na mão-de-obra manual, produzindo um importante efeito tanto sobre os padrões de distribuição de renda como de desemprego. Normalmente, verifica-se que trabalhadores em empregos não-profissionalizados ou semiprofissionalizados têm encontrado dificuldades para reingressarem em um mercado de trabalho que apresenta mudanças aceleradas, no qual as qualificações educacionais e a competência tecnológica são uma demanda crescente. Apesar de ter havido uma visível expansão nas oportunidades do setor de serviços, limitou-se a cargos de baixos salários e com pouca perspectiva de ascensão.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho significou um divisor de águas crescente entre as famílias "ricas em trabalhos", caracterizadas pela dupla renda (em que marido e mulher trabalham fora), e as famílias "pobres em trabalhos", nas quais ninguém está ativo no mercado de trabalho. Os rendimentos das mulheres tornaram-se mais decisivos para a renda doméstica do que o foram antigamente, e, com a maior presença das mulheres em cargos influentes e de alta remuneração, o impacto de seus rendimentos assumiu um peso enorme. O sucesso das famílias com dupla renda, particularmente daquelas que não possuem filhos, é, sem dúvida, um dos fatores mais importantes no padrão mutável da distribuição de renda. As diferenças entre as famílias com dupla renda, com renda única e sem renda estão se tornando cada vez mais visíveis.

Talvez a maior influência sobre a pobreza esteja no desemprego. Parece auto-evidente, mas esse é um fato, muitas vezes, pouco enfatizado. Uma renda constante não é o suficiente para garantir uma vida livre da pobreza, porém é um pré-requisito importante. As famílias "pobres em trabalhos" e as que não possuem nenhum rendimento têm poucas chances de escapar da penúria. A conexão entre a pobreza e a falta de um emprego fica evidente nos números da pobreza infantil. Uma pesquisa recente demonstrou que aproximadamente um quinto das crianças no RU – mais de 2 milhões – vive em famílias nas quais nenhum adulto exerce uma atividade remunerada (veja a Figura 11.3).

Para os propósitos do governo de combater a pobreza, um mercado de trabalho dinâmico que permita um bom acesso aos empregos é prioridade máxima. Se mais pessoas estiverem empregadas, haverá mais recursos disponíveis no orçamento nacional para serem destinados aos serviços de saúde, à educação e a

outros serviços sociais. Como veremos em nossa discussão sobre a reforma da previdência, os programas de emprego que possibilitam o ingresso das pessoas desempregadas no mercado de trabalho encontram-se no centro de muitas estratégias atuais contra a pobreza.

### Quem são os pobres?

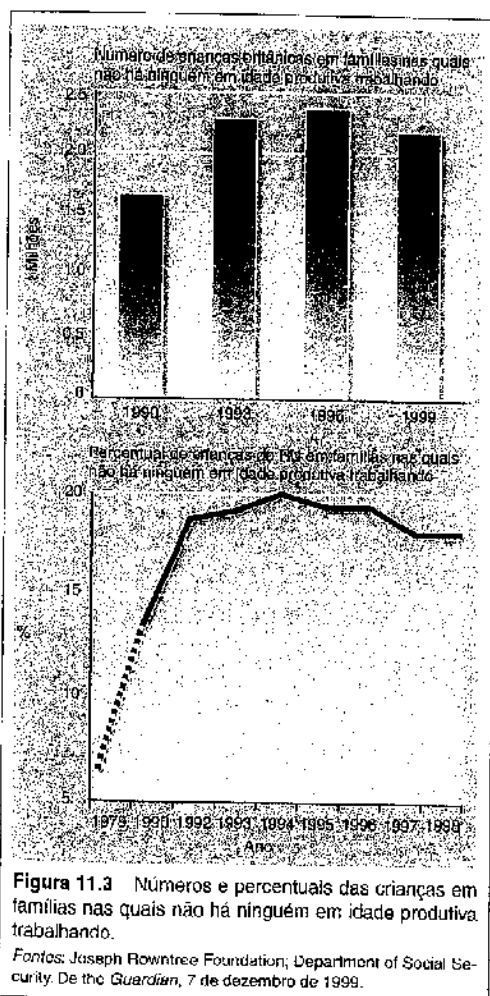
Apresentar um perfil capaz de descrever "os pobres" é uma tarefa impossível; a face da pobreza é diversa e está em constante mutação. Porém, há determinadas categorias de pessoas que correm mais riscos de viver na pobreza. Em geral, quem for desfavorecido em outros aspectos da vida tem a possibilidade maior de ser pobre. Os desempregados, os indivíduos que trabalham meio expediente ou que possuem empregos instáveis, os idosos, os doentes e os deficientes, as crianças, as mulheres, os membros de famílias grandes e/ou famílias com pai ou mãe solteiros e as minorias étnicas têm alta probabilidade de viverem na pobreza em algum momento de suas vidas.

A pobreza está difundida entre os idosos que vivem de pensões (veja a Figura 11.4). Muitas pessoas que, quando estavam na ativa, recebiam salários razoáveis sofrem uma redução brusca na renda quando aposentadas. Ao chegarem a uma idade avançada, alguns idosos passam a depender cada vez mais do apoio material, físico e emocional – de outras pessoas. No Reino Unido, os indivíduos com mais de 65 anos representam o maior grupo a receber os benefícios destinados a cobrir a carência de recursos; 1,3 milhão dependiam unicamente das pensões e dos benefícios administrados pelo Estado em 1998 (Howarth et al., 1999). Dois quintos de todas as despesas com proteção social do período de 1996-1997 foram destinados a esse grupo (HMSO, 1999).

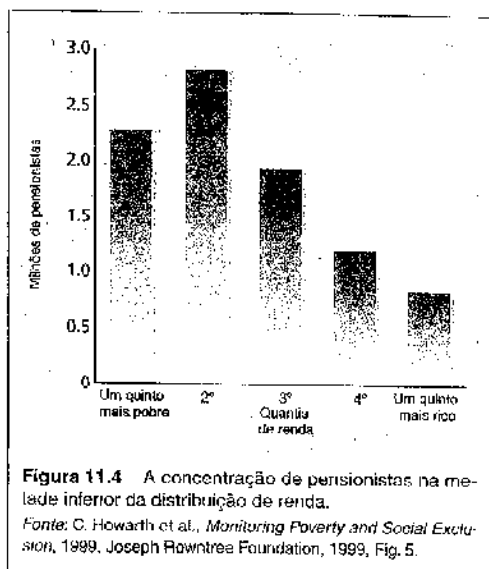
Nos últimos anos, aumentou a proporção de crianças (abaixo de 15 anos de idade) morando em lares nos quais a renda era inferior à metade da média nacional. Em 1979, era de 10%, e, até 1991, havia subido para 31%. As principais influências na propagação da pobreza infantil são os altos índices de desemprego, o aumento na proporção dos empregos com baixa remuneração e o crescimento no número de famílias constituídas por pai ou mãe solteiros.

Os efeitos da pobreza sobre as chances de vida das crianças são visíveis: os bebês que nascem nas classes sociais 4 e 5 têm probabilidade 20% maior de estar abaixo do peso do que os que nascem nas classes 1, 2 e 3; os índices de morte acidental são mais altos entre as crianças que estão nas duas classes inferiores do que entre aquelas que estão nas três classes superiores; e as conseqüências em termos educacionais continuam refletindo a classe social de origem das crianças (Howarth et al., 1999).

Os membros dos grupos étnicos minoritários também possuem uma representação desproporcional entre os pobres. A pesquisa sobre a pobreza na Grã-Bretanha, realizada na década de 1990, observou com alarme os altos índices de pobreza existentes nos lares paquistaneses e bangladeshianos, nos quais o







desemprego é particularmente alto. O predomínio de mães solteiras afro-caribenhas atraiu atenção semelhante (*Joseph Rowntree Foundation*, 1995). Nos Estados Unidos, a etnicidade e a pobreza andam estreitamente entrelaçadas; o índice de pobreza entre os negros norte-americanos é de 26,1% (9,1 milhões de pessoas) e, entre os hispânicos, é de 25,6% (8,1 milhões de pessoas) – quase três vezes mais alto do que o índice encontrado entre a população branca.

### Como explicar a pobreza?

As explicações para a pobreza podem ser agrupadas em dois tópicos principais: as teorias que vêem os indivíduos pobres como responsáveis por sua própria pobreza; e as teorias que enxergam a pobreza como algo produzido e reproduzido por forças estruturais da sociedade. Essas abordagens concorrentes são, às vezes, descritas como a teoria que “responsabiliza a vítima” e a teoria que “responsabiliza o sistema”. Vamos examinar brevemente uma por vez.

Existe uma longa história de atitudes que julgam os pobres responsáveis por suas próprias condições desfavoráveis. Os primeiros esforços no sentido de lidar com os efeitos da pobreza, como no caso dos albergues para os pobres do século XIX, baseavam-se na crença de que a pobreza fosse resultado de uma inadequação ou patologia dos indivíduos. Os pobres eram vistos como incapazes de prosperarem na sociedade – devido a uma falta de aptidões, a uma fraqueza moral ou física, a uma ausência de motivação ou a uma habilidade abaixo da média. A posição social era tomada como um reflexo do talento e do esforço de uma pessoa; aqueles que mereciam o sucesso conseguiram, enquanto outros, menos capazes, estavam condenados ao fracasso. A existência de “vencedores” e de “perdedores” era considerada um fato da vida.

O renascimento dessas perspectivas começou nas décadas de 1970 e 1980, assim que a ênfase política sobre o empresariado e a ambição individual passou a recompensar quem fosse “bem-sucedido” na sociedade e a considerar quem não o fosse responsável pelas circunstâncias em que se encontrava. As explicações para a pobreza foram, muitas vezes, buscadas nos estilos de vida dos pobres, juntamente com as atitudes e as visões que estes supostamente adotavam. Oscar Lewis (1961) divulgou uma das mais influentes dessas teorias, afirmando existir entre muitos pobres uma **cultura da pobreza**. Segundo Lewis, a pobreza não é resultado de inadequações individuais, mas de uma atmosfera social e cultural mais ampla na qual as crianças pobres são socializadas. A cultura da pobreza é transmitida de geração a geração, pois, desde pequenos, os jovens vêem pouco sentido em aspirar por algo maior. Em vez disso, resignam-se de um modo fatalista a uma vida de empobrecimento.

O sociólogo norte-americano Charles Murray explorou ainda mais a tese da cultura da pobreza. Os indivíduos que são pobres mas “não por sua própria culpa” – como as viúvas ou os viúvos, os órfãos, ou os inválidos – estão em uma categoria diferente daqueles que fazem parte da **cultura da dependência**. Com esse termo, Murray refere-se às pessoas pobres que contam com o auxílio da previdência em vez de ingressarem no mercado de trabalho. Ele afirma que o crescimento do Estado Assistencial criou uma subcultura que enfraquece a ambição pessoal e a capacidade de auto-ajuda. Em lugar de buscarem um rumo para o futuro e esforçarem-se para conquistar uma vida melhor, os dependentes da previdência se contentam em receber ajuda. Para ele, a previdência erodiu o ânimo que as pessoas tinham para trabalhar (1984).

Teorias como essa parecem repercutir entre a população britânica. Levantamentos mostram que a maioria dos britânicos considera os pobres responsáveis por sua própria pobreza e suspeitam daqueles que vivem “de graça” das “doações do governo”. Muitos acreditam que as pessoas que recebem auxílio da previdência poderiam encontrar um trabalho se estivessem determinadas a encontrá-lo. Contudo, essas visões não estão de acordo com as realidades da pobreza. De qualquer maneira, cerca de um quarto dos indivíduos que vivem na pobreza no RU estão trabalhando, mas recebe muito pouco para sair do limiar da pobreza. Dos restantes, a maioria é de crianças abaixo dos 14 anos, pessoas com 65 anos ou mais e doentes ou inválidos. Apesar da opinião popular a respeito do alto índice de fraudes na previdência, menos de 1% dos pedidos de auxílio envolve reivindicações fraudulentas – bem menor do que no caso das restituições do imposto de renda, nas quais estima-se que mais de 10% do imposto seja perdido por informações incorretas ou por evasão. (Veja também o quadro sobre a “dependência assistencial”, a seguir, na p. 276.)

A segunda abordagem para explicar a pobreza enfatiza processos sociais mais amplos que geram as condições para a pobreza as quais os indivíduos têm dificuldade de superar. De acordo com essa visão, as forças estruturais dentro da sociedade – fatores como classe, gênero, etnicidade, posição occu-

### Globalização social: culpa da globalização?

Numa época em que as forças globalizantes tornaram-se o aspecto central deste mundo em mudança, normalmente supõe-se que a globalização seja a grande responsável pelo aumento da desigualdade econômica. A expansão dos acordos de livre-comércio é vista como um fator a permitir que empregados não-profissionalizados em alguns países façam o mesmo trabalho de empregados não-profissionalizados de outros países, por uma remuneração inferior. Os operários de fábricas têxteis das Filipinas, por exemplo, exigem salários e benefícios mais baixos do que os da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos. Como resultado, os empregos são "enviados além-mar" assim que as corporações passam um contrato de parte do processo de produção para mercados de trabalho internacionais.

Devemos ser cautelosos, entretanto, ao creditarmos à globalização a responsabilidade pela desigualdade econômica. Um exame das tendências de distribuição de renda mostra que as disparidades não estão necessariamente mais visíveis nas indústrias em que o comércio internacional é mais significativo. As mudanças tecnológicas são, sem dúvida, mais importantes, aumentando a demanda de trabalhadores profissionalizados e reduzindo a demanda de trabalhadores não-profissionalizados, cujos salários e segurança no emprego sofrem um declínio correspondente. Enquanto isso, os trabalhadores que possuem habilidades na esfera da tecnologia de informação passam a ser mais negociáveis, conseguindo assegurar melhores rendimentos.

pacional, realização em termos educacionais e assim por diante – ajustam a forma de distribuição dos recursos. Os autores que defendem explicações estruturais para a pobreza afirmam que a falta de ambição entre os pobres, a qual normalmente é interpretada como a "cultura da dependência", é, na verdade, uma *consequência* de suas situações restritivas, e não a sua causa. Eles alegam que a redução da pobreza não é

uma questão de mudança de perspectivas individuais, mas exige mudanças políticas que visem a uma distribuição de renda e de recursos mais igualitária em toda a sociedade. Subsídios para a assistência à infância, um valor mínimo para o salário-hora e a garantia dos níveis de renda para as famílias são exemplos de medidas políticas que buscam reparar as desigualdades sociais persistentes.



Tempo livre em um conjunto habitacional no norte de Peckham, em Londres: nada para fazer e nada para gastar.

### Avaliação

Essas duas teorias têm tido amplo apoio, e, nos debates públicos sobre a pobreza, encontramos regularmente variações de cada um desses pontos de vista. Aqueles que criticam a cultura da pobreza acusam seus defensores de "individualizarem" a pobreza e culpam os pobres por circunstâncias que estão bem além do seu controle. Eles entendem que os pobres são vítimas, e não sanguessugas que estejam abusando do sistema. Todavia, é preciso cautela quanto à aceitação inquestionável dos argumentos daqueles que vêem as causas da pobreza como se estivessem exclusivamente na estrutura da própria sociedade. Essa abordagem implica o fato de que os pobres simplesmente aceitam passivamente as situações difíceis nas quais se encontram, o que está longe de ser verdade, como observaremos a seguir.

### Pobreza e mobilidade social

Antigamente, a maior parte da pesquisa sobre a pobreza concentrava-se no ingresso das pessoas nessa camada social, medindo os níveis agregados da pobreza ano após ano. Tradicionalmente, prestou-se menos atenção ao "ciclo de vida" da pobreza – as trajetórias das pessoas ao saírem da pobreza (e muitas vezes ao retornarem a ela) ao longo do tempo.

Uma visão muito difundida a respeito da pobreza é a de que ela seja uma condição permanente; porém, ser pobre não necessariamente significa estar imobilizado na pobreza. Uma proporção considerável de pessoas que em determinada época viveram na pobreza já usufruiu de condições superiores de vida anteriormente ou pode vir a ascender na sociedade, saindo da pobreza futuramente. Pesquisas recentes revelam um volume significativo de mobilidade para dentro e para fora da pobreza: um número surpreendente de pessoas consegue escapar da pobreza, mas cresceu o número de indivíduos a perceberem que viveram na pobreza em determinado ponto de suas vidas.

As descobertas estatísticas extraídas do *British Household Panel Survey* (BHPS) mostram que mais da metade dos indivíduos que estavam no quinto (quantil) inferior por renda, em 1991, esteve na mesma categoria em 1996 (veja a Tabela 11.2). Porém, isso não necessariamente significa uma permanência

regular dessas pessoas no quantil inferior ao longo desse período de cinco anos. Embora algumas delas possam ter permanecido, outras podem ter subido, deixando o quantil inferior e retornado a ele durante esse tempo. O BHPS também revela que um em cada dez adultos continuou ocupando regularmente uma posição entre os 20% mais pobres durante cinco dos seis anos da administração do levantamento. Sessenta por cento dos adultos nunca esteve no grupo dos 20% com renda inferior entre os anos de 1991 e 1996. De um modo geral, essas descobertas sugerem que cerca da metade dos adultos que, em um dado momento, estão no grupo dos 20% mais pobres esteja em um estado constante de baixa renda, enquanto a outra metade entra e sai do grupo de renda inferior de um ano para o outro (HMSO, 1999).

Os dados sobre os padrões de renda alemães entre os anos de 1984 e 1994 também revelaram uma mobilidade significativa de pessoas entrando na pobreza e saindo dela. Mais de 30% dos alemães eram pobres (ganhando menos da metade da renda média [mediana]) por um período de, no mínimo, um ano durante a década em exame, o que representa um número três vezes maior do que o total máximo de pobres em qualquer ano apresentado (Leisering e Leibfried, 1999). Entre os que "escaparam" da pobreza, o nível médio de renda atingido esteve cerca de 30% acima da linha da pobreza. Contudo, mais de metade desses indivíduos caiu de volta na pobreza durante pelo menos um ano desse período de dez anos.

Os estudiosos desse tema ressaltam que devemos interpretar essas descobertas com cuidado, visto que elas podem ser facilmente aproveitadas por aqueles que desejam voltar a depender dos auxílios da previdência ou evitar a pobreza tratando-a como uma questão inteiramente política e social. John Hills, do *Centre for Analysis of Social Exclusion*, adverte contra a aceitação de uma visão tipo "modelo de loteria" da determinação da renda. Com isso, ele pretende que sejamos céticos em relação aos argumentos que apresentam a pobreza como um resultado único vivenciado quase que aleatoriamente pelas pessoas à medida que elas se deslocam na hierarquia da renda. Essa visão sugere que as desigualdades entre os ricos e os pobres na sociedade não são tão críticas; que, em algum momento, todos têm uma chance de serem vencedores ou perdedores, dessa forma, a idéia da pobreza deixa de ser um motivo de séria preocu-

**Tabela 11.2** O movimento dos adultos dentro do quadro da distribuição de renda entre os anos de 1991 e 1996, Grã-Bretanha (%)

	Agrupamento da renda de 1996					Todos os adultos
	Quinto inferior	Quinto seguinte	Quinto do meio	Quinto seguinte	Quinto superior	
<b>Agrupamento de renda de 1991</b>						
Quinto inferior	52	26	12	7	4	100
Quinto seguinte	25	35	22	12	6	100
Quinto do meio	11	21	33	23	12	100
Quinto seguinte	7	12	20	37	23	100
Quinto superior	4	6	11	21	59	100

Fontes: British Household Panel Survey, Institute for Social and Economic Research. De *Social Trends*, 29 (1999), p. 98. Crown copyright.

pação. Alguns indivíduos desafortunados podem acabar tendo baixos rendimentos por anos a fio, prossegue o argumento, mas a baixa renda é um fenômeno essencialmente aleatório.

Conforme aponta Hills, o BHPS, de fato, revela um bom volume de mobilidade de *curto alcance* dos indivíduos que vivem na pobreza. Por exemplo, entre aqueles que estão no decil (10%) mais pobre, 46% ainda estavam lá no ano seguinte, sugerindo que mais da metade das pessoas que se encontravam no decil mais baixo conseguiram escapar da pobreza. Porém, observando-se mais de perto, verificaremos que 67% dos indivíduos permanecem nos dois decis inferiores; apenas um terço avança mais do que isso. Entre o quantil da população que possui uma renda inferior, 65% ainda estavam nesse quantil após um ano; 85% continuavam nos dois quantis inferiores. Tais descobertas sugerem que cerca de um terço dos que possuem baixa renda é "transitório" por natureza, ao contrário dos outros dois terços. De acordo com Hills, é um engano pensar que, com o tempo, a população se "misture" gradualmente ao longo dos decis de renda. Na verdade, muitos dos que saem da pobreza não avançam muito e acabam sendo levados de novo para lá; os "índices de escape" para aqueles que permanecem na camada inferior por mais de um ano ficam progressivamente mais baixos (Hills, 1998).

Embora deixar a pobreza seja certamente um caminho cheio de desafios e obstáculos, descobertas de pesquisas indicam que o movimento de indivíduos que entram na pobreza e que dela saem é mais fluido do que normalmente se imagina. A pobreza não é simplesmente o resultado de forças sociais que atuam sobre uma população passiva. Mesmo os indivíduos que ocupam posições seriamente desfavoráveis podem aproveitar oportunidades para melhorar suas posições; o poder que a ação humana tem de realizar mudanças não deveria ser subestimado. A política social pode desempenhar um papel importante, maximizando o potencial de ação das comunidades e dos indivíduos desfavorecidos. Em nossa discussão a respeito da previdência, mais adiante neste capítulo, chamaremos atenção para as medidas políticas projetadas para aliviar a pobreza por meio do fortalecimento do mercado de trabalho, da educação e das oportunidades de treinamento além da coesão social.

### A controvérsia da classe baixa

No Capítulo 10, mencionamos a noção do que vem a ser a **classe baixa** – um segmento da população que vive em condições seriamente desfavoráveis, às margens da sociedade. São pessoas que passam por longos períodos de desemprego (ou histórias de trabalho altamente fragmentadas) e que, em sua maioria, dependem dos benefícios do Estado para pagarem suas despesas. Ao centro de um furioso debate sociológico, o termo "classe baixa" é contestado. Embora já tenha sido incorporado à fala cotidiana, muitos estudiosos e comentaristas são bastante cautelosos quanto ao seu emprego! É um conceito que abrange um amplo espectro de significados, e alguns desses possuem uma carga política e uma conotação negativa.

Vem de longe o conceito de uma classe baixa. Marx escreveu sobre um *lumpemproletariado* composto por indivíduos que se fixam permanentemente fora das formas dominantes da produção e das operações econômicas. Anos mais tarde, a noção foi aplicada às "classes perigosas" de indigentes, ladrões e vagabundos que se recusavam a trabalhar e sobreviviam às margens da sociedade como "parasitas sociais". Nos últimos anos, houve um renascimento da ideia de uma classe baixa dependente dos benefícios da previdência e sem iniciativa, novamente devido, sobretudo, aos escritos de Charles Murray, de cujas opiniões a respeito desse assunto voltaremos a tratar brevemente.

### O pano de fundo para o debate sobre a classe baixa

Diversas obras importantes, publicadas por sociólogos norte-americanos, sobre a posição dos negros pobres que vivem em áreas urbanas decadentes inspiraram debates recentes a respeito da classe baixa. Em *The Declining Significance of Race* (1978), que utiliza pesquisas feitas em Chicago, William Julius Wilson revela o surgimento, ao longo das três ou quatro últimas décadas, de uma classe média negra considerável nos Estados Unidos, composta por colarinhos-brancos e profissionais. Nem todos os afro-americanos continuam morando nos guetos das cidades, e aqueles que moram são mantidos lá, sustenta Wilson, nem tanto pela discriminação ativa, mas pelos fatores econômicos – em outras palavras, pela classe e não pela raça. As velhas barreiras racistas estão desaparecendo; os negros estão presos nos guetos em função de desvantagens econômicas.

Charles Murray estava de acordo quanto à existência de uma classe baixa negra na maioria das grandes cidades. Entretanto, segundo Murray, os afro-americanos ocupavam uma posição inferior na sociedade em consequência das mesmas políticas previdenciárias que foram projetadas para auxiliarem a melhorar sua situação – uma reiteração da tese da cultura da pobreza. As pessoas passam a depender das ajudas assistenciais, tendo, então, pouco ânimo para procurar empregos, construir comunidades sólidas ou casamentos estáveis (Murray, 1984).

Em resposta às alegações de Murray, Wilson repetiu e ampliou seus argumentos anteriores, utilizando, novamente, pesquisas realizadas em Chicago. O deslocamento de muitos brancos que saem das cidades em direção aos bairros, o declínio das indústrias urbanas e outros problemas econômicos urbanos, sugeriu ele, geraram altos índices de desemprego entre os homens afro-americanos. As formas de desintegração social apontadas por Murray, incluindo a grande proporção de mães negras solteiras, foram explicadas por Wilson em termos de uma redução na oferta de homens (empregados) "em condições para o casamento".

Em uma obra mais recente, Wilson examinou o papel desses processos sociais na criação de bolsões de áreas concentradas de privação urbana povoados pelos chamados "pobres dos guetos" – indivíduos predominantemente afro-americanos e

hispânicos que passam por privações múltiplas (desde poucas qualificações educacionais e baixos padrões de saúde até altos níveis de vitimização criminal). Também são desfavorecidos por causa de uma infra-estrutura urbana deficiente – incluindo a falta de instalações comunitárias, instituições educacionais e transporte público adequados –, a qual reduz ainda mais as chances de essas pessoas se integrarem social, política e economicamente na sociedade (Wilson, 1999).

### A classe baixa, a UE e a migração

Grande parte do debate a respeito da classe baixa nos Estados Unidos concentra-se em torno da sua dimensão étnica, o que também se verifica cada vez mais na Europa. As tendências em direção à divisão econômica e à exclusão social, que agora são uma característica da América, parecem estar passando por um endurecimento tanto na Grã-Bretanha quanto em outros países da Europa Ocidental. A classe baixa está intimamente relacionada às questões de raça, etnicidade e migração. Em cidades como Londres, Manchester, Roterdã, Frankfurt, Paris e Nápoles, existem bairros marcados por uma grave privação econômica. Hamburgo é a cidade mais rica da Europa, medindo-se a renda pessoal média, e tem a maior proporção de milionários da Alemanha; tem também a maior proporção de pessoas que recebem auxílios da previdência e de desempregados – 40% acima da média nacional.

A maioria das pessoas pobres e desempregadas nos países da Europa Ocidental nasceu nesses países, mas há também muitos imigrantes de primeira e de segunda gerações que vivem na pobreza e encurralados em bairros urbanos em processo de deterioração. Populações relativamente grandes de turcos na Alemanha, argelinos na França e albaneses na Itália, por exemplo, cresceram nesses países. Os migrantes em busca de um padrão de vida melhor são geralmente relegados a empregos ocasionais que oferecem baixos salários e poucas perspectivas de carreira. Além disso, o dinheiro que os migrantes recebem é muitas vezes mandado para a família para auxiliar seus membros que ficaram para trás. O padrão de vida para os imigrantes recentes pode ser precariamente baixo.

Nos casos em que os membros da família tentam se juntar ilegalmente ao migrante a fim de reconstruir a unidade familiar, o potencial de exclusão e marginalização é particularmente alto. Não tendo direito aos benefícios da previdência, os migrantes sem *status* oficial não conseguem aproveitar o amparo do Estado para manter um padrão mínimo de vida, ficando extremamente vulneráveis, encurralados em condições altamente limitadas que oferecem poucos canais de recurso no caso de uma crise ou de adversidades.

### Existe uma classe baixa na Grã-Bretanha?

Desde seus primeiros escritos sobre os Estados Unidos, Charles Murray vem aplicando seus argumentos ao RU (1990). Segundo ele, ainda não existe uma classe baixa com contornos

claramente definidos no RU, mas seu desenvolvimento está em um processo acelerado. Essa classe incluirá não apenas os membros das minorias étnicas, mas os brancos vindos de áreas empobrecidas onde a desintegração social esteja avançando. Entretanto, o trabalho de Murray foi duramente criticado por outros sociólogos que desenvolvem pesquisas no país.

Duncan Gallie é um sociólogo que afirma haver pouca base para a idéia de uma classe baixa com uma cultura distinta. Analisando os dados da *Social Change and Economic Life Initiative*, Gallie (1994) declara que, em termos de visões políticas ou histórias de trabalho, existem poucas diferenças entre os indivíduos pertencentes à classe trabalhadora e aqueles que estão desempregados há muito tempo. Em sua opinião, as pessoas que estão desempregadas há muito tempo podem sofrer grande isolamento e empobrecimento, mas continuam a se identificar com a classe trabalhadora em um sentido mais amplo. Ele descobriu que os indivíduos que ficam desempregados por longos períodos possuem um compromisso maior com o conceito de trabalho do que os demais.

Lydia Morris examinou as dimensões espaciais da pobreza em Hartlepool (nordeste da Inglaterra). Em áreas como Hartlepool, onde houve um declínio da indústria manufatureira e um aumento de larga escala no nível do desemprego, criam-se as condições para o surgimento de uma classe baixa. Porém, a pesquisa de Morris não confirma o aparecimento de uma classe baixa distinta. Em sua avaliação, o conceito de classe baixa é muito simplista (e politizado) para refletir a complexidade da pobreza e da desvantagem social na sociedade contemporânea.

Morris estudou três grupos de trabalhadores desempregados: o primeiro, composto por casais em que o homem havia estado desempregado por, no mínimo, 12 meses; no segundo, estavam casais nos quais o homem estava no mesmo emprego nos últimos 12 meses; e no terceiro, casais nos quais o homem havia ingressado em um novo emprego nesse mesmo período.

Quanto à existência ou não de redes de amparo com as quais os indivíduos e as famílias possam contar, Morris constatou poucas diferenças entre os três grupos. Aqueles que estavam desempregados há mais de um ano ainda estavam preocupados em arranjar um trabalho; não haviam produzido uma cultura antitrabalho. A situação desses homens era consequência de um longo período de declínio econômico da área, da falta de experiência e de uma relativa ausência de contatos informais de trabalho que poderiam tê-los ajudado a encontrar um emprego em nível local. No entanto, o que Morris descobriu foi que a maioria dos indivíduos que estavam desempregados há muito tempo tinha parceiros que também estavam desempregadas e a maior proporção de amigos desempregados. Apesar disso, ela concluiu: "não há evidências diretas em meu estudo de que exista uma cultura distintiva da 'classe baixa'" (Morris, 1993, p. 410).

A pesquisa de Morris não é, de modo algum, conclusiva. Foi realizada em apenas uma região do país, em um local onde as minorias étnicas não possuíam uma grande representação. Os homens asiáticos e os nativos das Índias Ocidentais concen-

tram-se mais em trabalhos semi-especializados, e seus índices médios de desemprego são maiores do que os dos homens brancos.

### Avaliação

Como podemos entender essas abordagens contrastantes da classe baixa? Será que existe um suporte na pesquisa sociológica para a idéia de uma classe distinta composta por pessoas desfavorecidas que estejam unidas por chances de vida semelhantes?

A idéia da classe baixa veio dos Estados Unidos e continua fazendo muito sentido naquele país. Nos EUA, os extremos da riqueza e da pobreza são mais visíveis do que na Europa Ocidental. Especialmente nos locais onde as privações econômica e social convergem com as divisões raciais, grupos de desprivilegiados acabam percebendo que estão do lado de fora da sociedade mais ampla. Nessas circunstâncias, o conceito da classe baixa tem uma aplicação clara. Nos países europeus, é provável que não o tenha. Embora haja condições de desvantagem semelhantes na Europa, estas parecem menos marcantes do que nos EUA. Não existe, ou até o momento não existia, o mesmo nível de separação entre aqueles que vivem em condições de visível privação e o resto da sociedade.

### Exclusão social

Em vez de empregar o conceito de classe baixa, a maioria dos pesquisadores europeus prefere a noção de **exclusão social**. A idéia da exclusão social foi adotada pelos políticos, mas foi introduzida inicialmente por autores da sociologia para se referirem às novas fontes de desigualdade. A exclusão social diz respeito às formas pelas quais os indivíduos podem acabar isolados, sem um envolvimento integral na sociedade mais ampla. Mais abrangente do que o conceito de classe baixa, tem ainda a vantagem de enfatizar os *processos* – mecanismos de exclusão. Por exemplo, pessoas que moram em um conjunto habitacional dilapidado, com escolas de baixa qualidade e poucas chances de emprego no local, podem não encontrar efetivamente as oportunidades de auto-aperfeiçoamento da maioria das pessoas na sociedade. Também é diferente da pobreza propriamente dita, concentrando sua atenção sobre uma ampla variedade de fatores que impedem que os indivíduos ou os grupos tenham as mesmas oportunidades que estão abertas para a maioria da população.

Para usufruírem de uma vida plena e ativa, os indivíduos não apenas precisam se alimentar, se vestir e se abrigar, mas também devem ter acesso a mercadorias e serviços essenciais como transporte, telefone, seguros e serviços bancários. Para que haja integração social em uma comunidade ou sociedade, é importante que seus membros compartilhem escolas, serviços de saúde e transporte público. Essas instituições compartilhadas contribuem para um sentimento de solidariedade social dentro da população.

A exclusão social pode assumir uma série de formas, do modo que pode ocorrer em comunidades rurais isoladas que vivem afastadas de muitos serviços e oportunidades, ou em bairros localizados em áreas urbanas decadentes marcadas por altos índices de criminalidade e moradias abaixo do padrão. A exclusão e a inclusão podem ser analisadas em termos econômicos, em termos políticos e em termos sociais.

**Exclusão econômica** Indivíduos e comunidades podem ser excluídos da economia no que diz respeito à produção e ao consumo. Quanto ao aspecto da produção, o emprego e a participação no mercado de trabalho são centrais para a inclusão. Em comunidades que apresentem altas concentrações de privação material, é menor o número de pessoas que trabalham em tempo integral, e as redes informais de informações, capazes de auxiliar os desempregados a ingressarem no mercado de trabalho, são ineficientes. As taxas de desemprego são, com frequência, altas, e as oportunidades ocupacionais são, de modo geral, limitadas. Uma vez excluídas do mercado de trabalho, as pessoas podem achar seu reingresso extremamente difícil.

A exclusão da economia também pode se dar em termos de padrões de consumo, ou seja, com relação ao que as pessoas adquirem, consomem e utilizam na sua vida diária. A falta de um telefone pode contribuir para a exclusão social – o telefone representa um dos principais pontos de contato entre os indivíduos e o mundo mais amplo dos amigos, da família, dos vizinhos e dos membros da comunidade. Não possuir uma conta bancária é outro sinal de exclusão social, já que as pessoas não conseguem aproveitar os diversos serviços oferecidos pelos bancos aos seus clientes. Como veremos brevemente, a falta de um lar é um dos exemplos mais críticos de exclusão social. As pessoas que não dispõem de uma residência permanente descobrem ser praticamente impossível participar em condições de igualdade da sociedade.

**Exclusão política** A participação popular e contínua na política é o alicerce dos estados democráticos liberais. Os cidadãos são estimulados a manterem uma atitude consciente quanto às questões políticas, a levantarem sua voz em apoio ou em protesto, a contatarem seus representantes eleitos para assuntos importantes, e a participarem do processo político em todos os níveis. Porém, uma participação política ativa pode estar fora do alcance dos indivíduos socialmente excluídos, a quem podem faltar as informações, as oportunidades e os recursos necessários para o envolvimento no processo político. Fazer *lobby*, participar de comícios e comparecer a reuniões políticas, tudo isso exige um grau de mobilidade, tempo e acesso a informações que podem estar faltando em comunidades excluídas. Tais desafios crescem em espiral, à medida que as vozes e as necessidades dos socialmente excluídos não conseguem ser incorporadas às agendas políticas.

**Exclusão social** A exclusão também pode ser sentida no domínio da vida social e comunitária. Áreas que sofram de um alto grau de exclusão social podem contar com instalações comunitárias limitadas, como parques, quadras de esportes, centros culturais e teatros. Os níveis de participação cívica são

## Os efeitos econômicos da gravidez na adolescência

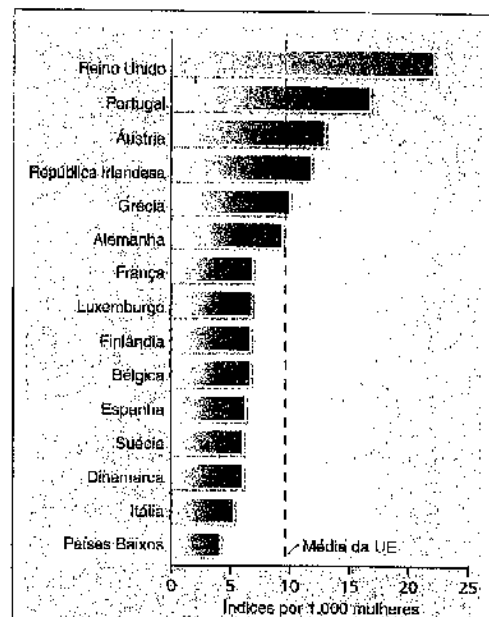
Muitas discussões sobre a classe baixa mencionam os altos índices de gravidez entre as jovens adolescentes. O enorme crescimento no número de mães solteiras criando seus filhos é um fator que contribui para a pobreza e o aumento dos gastos da previdência na Grã-Bretanha. Casos de meninas de 12 e 13 anos que dão à luz bebês cujos pais são meninos da mesma idade se juntam a um pânico moral em relação aos pais e às mães adolescentes. Apesar da queda no índice de gravidez na adolescência durante a década de 1990, ele ainda continua sendo, de longe, o mais alto da Europa (veja a Figura 11.5). Em 1996, houve 63 concepções para 1.000 mulheres em idade inferior a 20 anos na Inglaterra e no País de Gales. É mais provável que ocorram nascimentos extra-conjugais que envolvam mães adolescentes do que mães mais velhas – 89% dos nascimentos envolvendo adolescentes foram de meninas solteiras. Em 29% dos casos, os nascimentos foram registrados apenas pela mãe (HMSO, 1999).

A *Social Exclusion Unit* (Unidade de Exclusão Social) do governo, fundada pelo primeiro-ministro Tony Blair em 1997, abordou o fenômeno da paternidade e da maternidade na adolescência em seu relatório *Single Pregnancy* (1999). As descobertas sugerem que os adolescentes não estão recebendo informações adequadas e precisas sobre sexo através dos programas de educação sexual na escola. Quando os adolescentes iniciam suas experiências sexuais, sua ignorância a respeito das consequências das relações sexuais resulta em uma quantidade enorme de casos de gravidez indesejada. O fato de que apenas a metade dos adolescentes britânicos com menos de 16 anos utilizam proteção em sua primeira relação sexual reforça a visão de que é necessário melhorar a qualidade da educação sexual. Porém, não são todos que concordam que a resposta esteja na educação. Críticos pertencentes à direita política argumentam que oferecer mais informações sobre sexo na escola apenas ajudará a estimular esses jovens a tornarem-se sexualmente ativos prematuramente.

Outros concentram-se na exclusão social, na pobreza e nas expectativas culturais do comportamento sexual como os principais fatores que estão por trás do alto índice de gravidez na adolescência no RU. Essa abordagem alega que a atitude que muitos rapazes demonstram em relação ao sexo e à paternidade não é moldada pela educação ou pela influência de pessoas que sirvam de exemplo para esses adolescentes, mas pelos perfis que a mídia veicula de conquista sexual e comportamento machista. O fato de o RU liderar os

índices europeus de gravidez na adolescência é simplesmente um reflexo da amplitude da privação e da exclusão na Grã-Bretanha.

Um estudo longitudinal envolvendo 9 mil jovens nascidos em 1970 lança luz sobre as implicações potenciais da maternidade e da paternidade durante a vida. Até os 26 anos de idade, um quarto das entrevistadas que haviam se tornado mães na adolescência estava criando seus filhos sozinhas. Entre os homens que foram pais na adolescência, 25% estavam desempregados e apenas 4% tinham um emprego profissional ou gerencial, comparados aos 25% dos homens que se tornaram pais na casa dos 20 anos (ESRC, 1997).



**Figura 11.5** Nascimentos de bebês vivos de mulheres adolescentes, comparação com a União Europeia, 1995 (índice para 1.000 mulheres com idades entre 15 e 19 anos).

Fontes: Eurostat; Office for National Statistics. De *Social Trends*, 30 (2000), p. 43. Crown copyright.

muitas vezes baixos. Além disso, famílias e indivíduos excluídos podem ter menos oportunidades de lazer, viagens e atividades fora de casa. A exclusão social também pode significar uma rede social limitada ou frágil, que leva ao isolamento e a um contato mínimo com os outros.

O conceito de exclusão social levanta a questão da ação. Afinal, a palavra "exclusão" implica que alguém ou algo está sendo alijado por outro. Certamente, há casos nos quais os indivíduos são excluídos através de decisões que estejam fora de seu próprio controle. Os bancos podem se recusar a conceder uma conta corrente ou cartões de crédito a indivíduos que moram em determinada área de código postal. As companhias de seguro podem rejeitar um pedido de apólice com base na história pessoal e na origem do requerente. Um empregado que tenha sido dispensado por excesso de pessoal, quando já estava com uma certa idade, pode deixar de conseguir outros empregos por não ser mais jovem.

Mas a exclusão social não é apenas o resultado de pessoas sendo excluídas – pode resultar também da atitude de pessoas que resolvem se excluir de aspectos da sociedade dominante. Os indivíduos podem optar por desligarem-se da educação, recusarem uma oportunidade de emprego e tornarem-se economicamente inativos, ou ainda por se absterem de votar em eleições políticas. Ao considerar o fenômeno da exclusão social,

mais uma vez, é preciso que tenhamos consciência, por um lado, da interação que há entre a ação e responsabilidade humanas; e, por outro, do papel das forças sociais que moldam as circunstâncias para as pessoas.

### Formas de exclusão social

Os sociólogos têm pesquisado a respeito das diferentes maneiras pelas quais os indivíduos e as comunidades sofrem exclusão. As investigações concentram-se em tópicos tão diversos como a habitação, a educação, o mercado de trabalho, o crime, os jovens e os idosos. Examinaremos agora, brevemente, os três exemplos de exclusão que têm atraído atenção na Grã-Bretanha, assim como em outras sociedades industriais.

#### Moradia e bairros

A natureza da exclusão social pode ser percebida claramente dentro do setor da habitação. Enquanto, nas sociedades industrializadas, muitas pessoas vivem em moradias confortáveis, espaçosas, outras residem em habitações superlotadas, mal aquecidas, ou com defeitos estruturais. Ao entrarem no mercado da habitação, os indivíduos conseguem garantir uma moradia com base em seus recursos existentes e planejados. Assim,



Um Serviço Nacional de Saúde quase que totalmente gratuito desde o parto é visto como uma das jóias da coroa do Estado Assistencial britânico.



um casal sem filhos que tenha dupla renda terá mais chances de obter uma hipoteca para uma casa em uma área atracente, ao passo que uma família com adultos desempregados ou que tenham empregos de baixa remuneração pode ficar restrita a opções menos desejáveis de aluguéis ou do setor público da habitação.

A estratificação dentro do mercado da habitação ocorre tanto no âmbito doméstico quanto no nível comunitário. Assim como os indivíduos desfavorecidos são excluídos de opções atracentes na habitação, comunidades inteiras podem ser excluídas de oportunidades e de atividades que sejam normas para o resto da sociedade. A exclusão pode assumir uma dimensão espacial: os bairros variam muito em termos de segurança, condições ambientais e disponibilidade de serviços e instalações públicas. Por exemplo, os bairros pouco procurados tendem a oferecer menos serviços básicos, como bancos, mercearias e agências do correio, do que as áreas mais desejadas. Espaços comunitários, como parques, campos de esportes e bibliotecas, também podem ser limitados. Porém, quem mora em locais desfavorecidos geralmente depende das poucas instalações disponíveis, pois, ao contrário daqueles que residem em áreas mais ricas, eles podem não ter acesso ao transporte (ou a fundos) que lhes permitam fazer compras ou utilizar serviços em qualquer lugar.

Em comunidades carentes, as pessoas podem ter dificuldades para superar a exclusão e para tomar medidas que garantam uma participação mais integral na sociedade. As redes sociais podem ser ineficazes, o que reduz a circulação de informações a respeito de empregos, atividades políticas e eventos comunitários. O alto índice de desemprego e os baixos níveis de renda tensionam a vida em família; o crime e a delinquência juvenil enfraquecem a qualidade total da vida no bairro. As áreas habitacionais pouco procuradas freqüentemente sofrem altos índices de rotatividade à medida que muitos residentes tentam se mudar para moradias mais agradáveis, enquanto continuam chegando novos e desfavorecidos estrcantes nessa fatia do mercado da habitação.

### Jovens

Não se deve pensar nos jovens como prováveis candidatos à exclusão social. Afinal, os adolescentes e os jovens adultos estão entrando no vigor dos anos, dando início à carreira e à família e construindo o futuro. Entretanto, a transição da juventude para a idade adulta é um desafio. Muitos jovens lutam para se integrar à sociedade, encontrando-se excluídos desta em uma variedade de formas.

Nos últimos anos, diversas mudanças transformaram a exclusão da juventude em um problema importante. A primeira está relacionada ao mercado de trabalho inconstante. Antigamente, a transição para a idade adulta normalmente ocorria no começo da carreira profissional do indivíduo. Atualmente, o mercado de trabalho para os jovens é menos seguro do que o foi, o que faz com que a transição da casa dos pais para uma vida adulta independente seja menos simples.

Muitos jovens têm dificuldades em encontrar um trabalho; empregos não-profissionalizados estão dando lugar a posições que exigem experiência ou especialização na área da nova tecnologia. Em 1997, na Grã-Bretanha, aproximadamente 160 mil rapazes com idade entre 16 e 18 anos estavam afastados da educação, do treinamento ou do trabalho (Howarth et al., 1999).

A mudança nos benefícios da previdência também afetou os padrões de exclusão entre os jovens. Embora ainda herdem direitos políticos e *status*, os direitos sociais dos jovens ao emprego, à educação e à habitação estão sendo reduzidos, o que os torna mais dependentes (e por mais tempo) da família. No passado, os jovens podiam contar com um apoio financeiro e com o benefício da habitação durante a transição para a vida adulta. Os cortes no Estado Assistencial, que vêm ocorrendo desde a década de 1980, fizeram com que alguns jovens se sentissem mais vulneráveis do que outrora, especialmente numa época em que os níveis salariais entre muitos jovens vêm decrescendo. Na primavera de 1999, 1,25 milhão de jovens adultos na Grã-Bretanha, com idades entre 16 e 24 anos, recebiam índices inferiores à metade da média masculina do salário-hora (Howarth et al., 1999).

Existe também a preocupação de que o sistema educacional esteja excluindo um número crescente de jovens tanto formal quanto informalmente. Os padrões variáveis em termos de empregos fizeram com que a educação parecesse irrelevante para muitos jovens. As políticas atuais que promovem a seleção dentro das escolas e entre escolas tendem a colocar em desvantagem aqueles jovens que já estão situados às margens da sociedade (France e Wiles, 1998).

A falta de um lar é uma das principais expressões da exclusão entre os jovens. A elevação do número de jovens sem-teto desde a década de 1980 sugere que o atual setor da habitação está mal-equipado para lidar com os padrões inconstantes da mobilidade dos jovens. Em uma comparação com épocas anteriores, os jovens de hoje deixam a casa de sua família mais cedo – muitas vezes em busca de educação ou de treinamento em outra cidade, para iniciar uma família, para assumir um emprego em outra região, ou simplesmente para começar uma vida independente. Entretanto, como muitas pessoas possuem recursos limitados, há poucas opções de moradia a preços razoáveis disponíveis para elas. Investigações do *Family Expenditure Survey* revelaram a existência de um número cada vez maior de sistemas de habitação "transicionais" e "substitutos", como albergues e repúblicas, nos quais diversos jovens dividem um cômodo. As necessidades dos jovens por uma moradia flexível e com preço razoável, no entanto, não são necessariamente supridas por um mercado da habitação que é dominado por opções privadas e públicas de moradia. Enquanto alguns jovens podem acabar optando por retornar à casa dos pais para evitar as pressões do mercado da habitação, outros voltam-se para as ruas (Jones, 1997).

### Áreas rurais

Apesar de grande parte da atenção à exclusão social estar concentrada nos ambientes urbanos, as pessoas que moram em regiões rurais também podem sofrer exclusão. Alguns assistentes sociais e voluntários acreditam que os desafios da exclusão no campo sejam tão grandes quanto nas cidades, se não maiores. Em pequenos vilarejos e em áreas de escassez populacional, o acesso a mercadorias, serviços e instalações não é tão abrangente quanto em áreas mais urbanizadas. Na maioria das sociedades industriais, a proximidade de serviços básicos, como médicos, correio, escolas, igrejas, bibliotecas e serviços do governo, é considerada uma necessidade para quem quer levar uma vida ativa, plena e saudável. Mas os habitantes do meio rural normalmente possuem acesso limitado a esses serviços e dependem das instalações disponíveis dentro de sua comunidade local.

O acesso ao transporte é um dos maiores fatores que afetam a exclusão rural. Se uma família possui um carro ou tem acesso a um, é mais fácil continuar integrada à sociedade. Por exemplo: os membros da família podem pensar em conseguir um emprego em outras cidades; é possível planejar passeios periódicos para fazer compras, em áreas que contêm com uma variedade maior de lojas, e agilizar visitas a amigos ou à família em outras regiões; pode-se buscar os jovens em festas. Porém, as pessoas que não têm acesso ao seu próprio transporte dependem do transporte público, e, no interior, esses serviços têm um alcance limitado. Alguns vilarejos, por exemplo, podem ser atendidos por ônibus apenas algumas vezes por dia, com horários reduzidos nos finais de semana e feriados e sem nenhum horário tarde da noite.

### Os sem-teto

A maioria das pessoas pobres mora em algum tipo de moradia ou abrigo permanente. Aqueles que não se enquadram nessa regra, os sem-teto, tornaram-se bastante visíveis nas ruas das cidades ao longo dos últimos 20 anos. A falta de um lar é uma das formas mais extremas de exclusão. As pessoas que não possuem uma residência permanente podem acabar excluídas de muitas atividades cotidianas que outros consideram triviais, como ir para o trabalho, ter uma conta bancária, receber visita de amigos e até mesmo cartas pelo correio.

Alguns sem-teto estão nessa condição por terem decidido deliberadamente perambular pelas ruas, dormir ao relento, libertar-se das limitações da propriedade e das posses. Porém, a vasta maioria não tem esse desejo; foram empurrados para essa vida por fatores que estavam além do seu controle. Sem uma moradia permanente, a vida dessas pessoas às vezes deteriora-se em uma espiral de miséria e privação.

Quem são os sem-teto da Grã-Bretanha? Na verdade, essa é uma categoria mista. Cerca de um quarto é composto por pessoas que passaram um período em um hospital psiquiátrico. Acredita-se que pelo menos alguns desses indivíduos tenham permanecido muito tempo como internos antes da década de

1960, quando as pessoas que sofriam de doenças mentais crônicas começaram a ser liberadas das instituições em consequência das mudanças na política da saúde. Esse processo de **desinstitucionalização** (veja mais informações a seguir) foi induzido por diversos fatores. Um deles foi o desejo do governo de poupar dinheiro – o custo para manter as pessoas em hospitais psiquiátricos, assim como em outros tipos de hospitais, é alto. Outro motivo, mais louvável, foi a idéia, por parte dos líderes no meio psiquiátrico, de que a hospitalização prolongada era geralmente mais prejudicial do que benéfica. Portanto, qualquer um que pudesse ser cuidado como um paciente de ambulatório deveria sê-lo. Os resultados não confirmaram as expectativas daqueles que viam a desinstitucionalização como um passo positivo; alguns hospitais deram alta a pessoas que não tinham para onde ir e que talvez estivessem afastadas do mundo exterior há anos; muitas vezes, poucas providências concretas foram de fato tomadas no sentido de dar uma atenção adequada aos pacientes.

A maioria dos sem-teto, no entanto, não é composta por ex-pacientes com problemas mentais, nem por alcoólatras ou consumidores regulares de drogas ilegais. São pessoas que se encontram nas ruas por terem sofrido desastres pessoais, normalmente vários de uma única vez. O processo de transformação de um indivíduo em um sem-teto é raramente o resultado de uma sequência direta de "causa e efeito". Diversas adversidades podem ocorrer rapidamente, uma após a outra, resultando em uma forte espiral decrescente. Pode acontecer, por exemplo, de uma mulher se divorciar e, ao mesmo tempo, perder não apenas o seu lar, mas também o seu emprego. Um jovem pode ter problemas em casa e partir para a cidade grande sem ter como se sustentar. As pesquisas mostram que os indivíduos mais vulneráveis à falta de um lar são aqueles que vêm da classe baixa trabalhadora, que não possuem experiências específicas em emprego e que têm renda muito baixa. A falta de emprego por um longo período é um indicador principal. Rupturas familiares e de relacionamento também parecem ser influências determinantes.

Para o *Shelter*, um grupo de ação na área da habitação, o número de indivíduos sem-teto subiu até 300% ao longo do período de 1978 a 1992. As estatísticas do governo indicam que havia 132.300 pessoas sem-teto vivendo na Grã-Bretanha e no País de Gales em 1998. Porém, grupos de defesa aos sem-teto, como o *Shelter*, acreditam que, na realidade, esse número seja consideravelmente maior. Entre os sem-teto, os indivíduos que dormem ao relento são os que atraem maior atenção dos assistentes de caridade, da mídia e da população como um todo. Estimativas atuais indicam um total de 2 mil pessoas vivendo nessa situação na Grã-Bretanha, sendo que destas mais de 600 apenas nas ruas de Londres.

Dormir ao relento é uma alternativa perigosa. Uma pesquisa do *Institute for Public Policy Research* (IPPR) sobre os sem-teto e o crime de rua, realizada em Londres, Glasgow e Swansea, oferece o primeiro indício do grau de vitimização sofrido pelos sem-teto nas ruas. O *British Crime Survey*, o principal indicador estatístico do crime na Grã-Bretanha, não

## A exclusão social na camada do topo

Todos os exemplos de exclusão que consideramos até agora dizem respeito a indivíduos ou grupos que, não importando por que razão, não conseguem participar plenamente das instituições e das atividades desfrutadas pela maioria da população. Porém, nem todos os casos de exclusão ocorrem entre os desfavorecidos que estão nas camadas inferiores da base da sociedade. Nos últimos anos, surgiram novas dinâmicas de "exclusão social na camada do topo", o que significa que existe uma minoria de indivíduos bem no topo da sociedade que pode "optar" por não participar das instituições dominantes em virtude de sua riqueza, influência ou de suas amizades.

A exclusão no topo pode assumir uma variedade de formas. Os ricos podem se afastar completamente do domínio da educação pública e dos serviços de saúde, preferindo pagar pela atenção e por serviços privados. Comunidades resi-

denciais afluentes vêm se isolando cada vez mais do resto da sociedade — as chamadas "comunidades gradeadas", situadas atrás de muros altos e postos de controle de segurança. Os pagamentos de impostos e as obrigações financeiras podem sofrer uma redução drástica com o controle cuidadoso e o auxílio de planejadores financeiros particulares. Especialmente nos Estados Unidos, a participação política ativa da elite é, com frequência, substituída por grandes doações feitas a candidatos políticos que são vistos como representantes de seus interesses. Os indivíduos bem ricos conseguem fugir, de várias maneiras, de suas responsabilidades sociais e financeiras para um domínio fechado, privado, quase que totalmente separado do resto da sociedade. Assim como a exclusão social na "base" enfraquece a solidariedade e a coesão sociais, a exclusão no "topo" prejudica, de modo semelhante, uma sociedade integrada.

inclui os sem-teto entre seus entrevistados. Em *Unsafe Streets* (1999), o IPPR revelou que, a cada cinco pessoas que dormem nas ruas, quatro foram vítimas de crime ao menos uma vez. Cerca da metade delas foi agredida, entretanto, apenas um quinto preferiu denunciar os crimes à polícia. A imagem que fica é a de pessoas sem-teto que são vítimas de altos níveis de violência nas ruas, mas que também são excluídas dos sistemas de proteção legal e policial que poderiam oferecer alguma assistência.

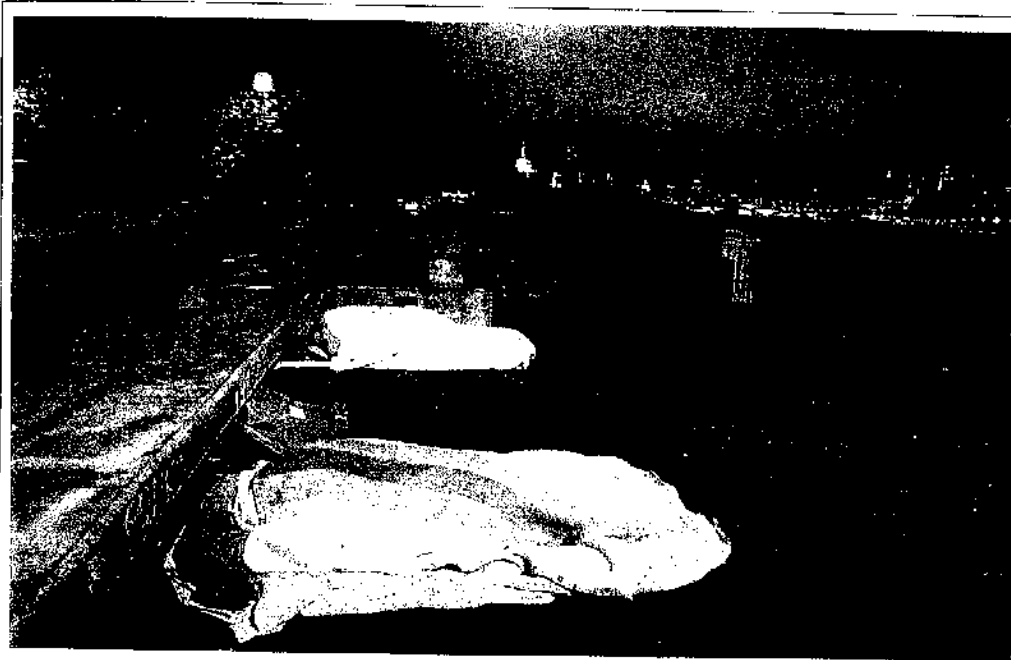
Em 1999, o governo anunciou que, até o ano de 2002, pretendia reduzir a quantidade de indivíduos que dormem nas ruas em até dois terços. Embora cleger os sem-teto como prioridade máxima seja uma atitude universalmente elogiada, há pouco consenso em relação à forma de retirar essas pessoas das ruas para colocá-las em moradias permanentes a fim de levarem uma vida mais estável. Os defensores dos sem-teto concordam que é necessária uma abordagem de longo prazo — que inclua aconselhamento, serviços de mediação, treinamento para o trabalho e esquemas de amparo. Porém, nesse meio tempo, muitos grupos de caridade são contrários à idéia de suspender as medidas de curto prazo — como a distribuição de sopa, sacos de dormir e agasalhos para os sem-teto que vivem nas ruas. É uma questão controversa. Em uma tentativa de deslocar a atenção para a necessidade de soluções permanentes, o "czar dos sem-teto", Louise Casey, observa que "pessoas bem-intencionadas estão gastando dinheiro atendendo o problema nas ruas e o mantendo lá" (citado em Gillan, 1999). Muitos grupos de ação na área da habitação concordam. Contudo, grupos de caridade e de promoção social, como o Exército da Salvação, tomam um caminho diferente: contanto que haja pessoas vivendo nas ruas, eles continuarão indo até elas e oferecendo a assistência que puderem.

Mesmo que isso não solucione o problema completamente, a maioria dos sociólogos que estudaram esse tema concorda que o oferecimento de formas mais adequadas de moradia é de extrema importância para atacar os múltiplos problemas dos sem-teto, seja esta diretamente patrocinada pelo governo ou não. Como Christopher Jencks conclui em seu livro, *The Homeless* (1994): "Independentemente do motivo que leva as pessoas a estarem nas ruas, dar a elas um local para morar que ofereça o mínimo de privacidade e estabilidade é normalmente o que podemos fazer de mais importante para melhorar sua vida. Sem uma moradia estável, é provável que nada mais fu- tido."

em discordo, ressaltando que a falta de um lar está apenas 20% relacionada a "tijolos e argamassa" e 80% ao trabalho e à promoção sociais no sentido de combater os efeitos das rupturas familiares, da violência e do abuso, dos vícios de drogas e de álcool e da depressão. Mike, um sem-teto com quase 60 anos, concorda: "Acho que, para a maioria das pessoas, a situação é bem mais complicada do que parece. Na maioria das vezes, o problema está relacionado ao fato de o indivíduo acreditar em si mesmo, se valorizar. Muita gente nas ruas tem baixa auto-estima. As pessoas não acreditam que sejam capazes de fazer nada melhor." (Citado em Bamforth, 1999.)

## Crime e exclusão social

Alguns sociólogos afirmam que, em sociedades industrializadas como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, existem fortes elos entre o crime e a exclusão social. Segundo eles, entre as sociedades modernas recentes, há uma tendência ao afasta-



Excluídos da prosperidade econômica, os sem-teto fazem sua casa onde podem.

mento das metas inclusivas (baseadas nos direitos da cidadania) rumo a programas que aceitem, e até mesmo promovam, a exclusão de alguns cidadãos (Young, 1998, 1999). O que os índices de criminalidade podem estar refletindo é um aumento no número de pessoas que não se sintam valorizadas pela sociedade na qual vivem – ou que não se sintam investindo nessa sociedade.

Elliott Currie é um sociólogo norte-americano que investigou as conexões entre a exclusão social e o crime nos Estados Unidos, particularmente entre os jovens. Currie argumenta que a sociedade norte-americana é um “laboratório natural” que já demonstra a “face ameaçadora” dessa política social voltada para o mercado: aumento da pobreza e do número de sem-teto, uso abusivo de drogas e elevação brusca dos crimes violentos. Ele observa que, cada vez mais, os jovens estão crescendo sozinhos, sem a orientação e o amparo da população adulta de que necessitam. Ao mesmo tempo que encaram a atração tentadora do mercado e dos bens de consumo, os jovens também se defrontam com a redução das oportunidades de sustento no mercado de trabalho. O resultado pode ser uma profunda sensação de privação relativa e uma disposição ao envolvimento em meios ilegais de manter o estilo de vida desejado.

De acordo com Currie, existem diversos elos principais entre o crescimento da criminalidade e a exclusão social. Em primeiro lugar, mudanças no mercado de trabalho, na tributação do governo e nas políticas de salário mínimo levaram a

um aumento enorme da pobreza relativa e da pobreza absoluta dentro da população norte-americana. Em segundo lugar, essa elevação da exclusão social é sentida nas comunidades locais, que sofrem com a perda de meios de sustento estáveis, populações transitórias, moradias cada vez mais caras e um enfraquecimento da coesão social. Em terceiro lugar, a privação econômica e a fragmentação da comunidade tensionam a vida familiar. Em muitas famílias pobres, os adultos são forçados a arranjar vários empregos para sobreviver – uma situação que gera estresse e ansiedade permanentes, além do afastamento constante do lar. Conseqüentemente, a socialização e a criação dos filhos são prejudicadas; todo esse “empobrecimento social” da comunidade significa que os pais têm poucas oportunidades de reconectarem a outras famílias ou a parentes que os auxiliem. Em quarto lugar, o Estado retirou muitos dos programas e dos serviços públicos que poderiam “reincorporar” os indivíduos socialmente excluídos, como a intervenção na primeira infância, a assistência à infância e a atenção à saúde mental.

Por fim, a população socialmente excluída não consegue satisfazer por meios legítimos os padrões de *status* econômico e de consumo que são promovidos dentro da sociedade. Segundo Currie, uma das dimensões mais problemáticas dessa conexão entre a exclusão social e o crime é que os canais legítimos de mudança são preteridos em favor dos ilegais. Prefere-se o crime aos meios alternativos, como o sistema político ou a organização comunitária (Currie, 1998a).

## A Previdência Social e a reforma do Estado Assistencial

A maior parte dos países industrializados e em processo de industrialização de hoje são **Estados Assistenciais** – ou seja, estados nos quais o governo desempenha papel central na redução das desigualdades dentro da população, providenciando ou subsidiando certas mercadorias e serviços. O objetivo da previdência social é neutralizar os efeitos negativos do mercado para as pessoas que, por diversas razões, lutam para pagar suas necessidades básicas. É uma forma de controlar os riscos que as pessoas enfrentam no decorrer de suas vidas: doença, incapacidade, perda do emprego e velhice. Os serviços prestados pelo Estado Assistencial variam conforme o país, mas geralmente incluem providências nos domínios da educação, da saúde, da habitação, do auxílio financeiro, da deficiência, do desemprego e das pensões. O nível de gastos com a previdência também varia: alguns países possuem sistemas previdenciários altamente desenvolvidos, dedicando a estes uma grande proporção do orçamento nacional. Na Suécia, por exemplo, os gastos com o Estado Assistencial representam aproximadamente 50% do Produto Interno Bruto (PIB).

Uma das principais diferenças entre os modelos assistenciais está na disponibilidade de benefícios para a população. Nos sistemas previdenciários que oferecem **benefícios universais**, a previdência social, sempre que necessária, é um direito a ser usufruído igualmente por todos, independentemente do nível de renda ou do *status* econômico. Os sistemas previdenciários baseados em benefícios universais são planejados para assegurar a satisfação contínua das necessidades assistenciais básicas a todos os cidadãos. O sistema sueco possui uma proporção maior de benefícios universais do que o do RU, o qual depende mais de **benefícios destinados a cobrir a carência de recursos**.<sup>\*</sup> Através do “exame da carência de recursos” julga-se se os requerentes aos auxílios da previdência têm ou não direito ao serviço. O exame da carência é normalmente realizado com base na renda. Por exemplo, o benefício da habitação pode ser oferecido apenas às pessoas que possuem baixa renda.

Essa distinção entre os benefícios universais e os benefícios destinados a cobrir a carência de recursos está expressa politicamente em duas abordagens contrastantes da previdência social. Os partidários da visão *institucional* da previdência social afirmam que o acesso aos serviços assistenciais deveria ser oferecido como um direito para todos. Aqueles que assumem uma visão *residualista* acreditam que a previdência social deveria estar disponível apenas aos membros da sociedade que verdadeiramente necessitem de auxílio e que não tenham condições de satisfazer suas próprias necessidades assistenciais.

Esta é também uma discussão que envolve impostos. Os serviços assistenciais precisam ser financiados através da tributação. Alguns sentem que os níveis de tributação deveriam ser altos, pois o Estado Assistencial precisa receber bastante dinheiro. Eles afirmam que o Estado Assistencial deve ser mantido e até mesmo ampliado para que o Estado limite os efeitos polarizadores seve-

ros do mercado, mesmo que isso signifique um grande fardo fiscal. Eles alegam ser responsabilidade de cada Estado civilizado sustentar e proteger seus cidadãos. Os defensores dessa abordagem do “Estado Assistencial tipo rede de segurança” ressaltam que apenas os mais necessitados – conforme ficar demonstrado pelo exame da carência de recursos – deveriam receber os benefícios da previdência. Eles consideram o Estado Assistencial caro, ineficaz e muito burocrático, e exigem a sua redução.

Essa divergência de opiniões acerca de modelos assistenciais institucionais e residuais está no centro dos debates atuais sobre a reforma da previdência. Em todos os países industrializados, o futuro do Estado Assistencial vem passando por um exame intenso. À medida que a face da sociedade sofre modificações – através da globalização, da migração, das mudanças na família e no trabalho, além de outras alterações fundamentais – a natureza da previdência social também deve mudar. Nesta seção, examinaremos a ascensão do Estado Assistencial na Grã-Bretanha, os desafios que enfrenta atualmente e as tentativas de reformá-lo.

### Teorias do Estado Assistencial\*\*

Por que razão os Estados Assistenciais se desenvolveram na maioria dos países industrializados? Como podemos explicar as variações nos modelos de previdência escolhidos por diversos estados? A face da previdência é diferente em cada país, porém, de um modo geral, as sociedades industriais dedicam grande fatia de seus recursos para tratar das necessidades públicas.

O avanço de muitas teorias permite explicar a evolução do Estado Assistencial. Os marxistas vêem a necessidade da previdência para a manutenção do sistema capitalista, ao passo que os teóricos funcionalistas defendiam a idéia de que os sistemas previdenciários auxiliavam na integração da sociedade de um modo ordenado sob as condições de uma industrialização avançada. Embora esta e outras visões tenham se fortalecido ao longo dos anos, os escritos de T. H. Marshall e Gösta Esping-Andersen foram talvez as contribuições que mais influenciaram as teorias do Estado Assistencial.

#### Marshall: direitos da cidadania

Na década de 1960, Marshall escreveu que a previdência social era um resultado do desenvolvimento progressivo dos direitos da cidadania lado a lado com o crescimento das sociedades industriais. Tomando um caminho histórico, Marshall traçou a evolução da cidadania na Grã-Bretanha, identificando três estágios-chave. O século XVIII, segundo Marshall, foi a época da aquisição dos *direitos civis*, os quais abrangeram liberdades pessoais importantes como a liberdade de expressão, de pensamento e de religião, o direito à propriedade e o direito a um tratamento legal justo. No século XIX, houve a conquista dos *direitos políticos*: o direito de votar, de ter um ofício e de participar no processo político. A aquisição do terceiro conjunto de direitos – os *direitos civis* – ocorreu somen-

\* N. de R. T. *Means-tested benefits* pode ser ainda traduzido por “benefícios por carência comprovada”

\*\* N. de R. T. Aqui o *welfare state* pode ser traduzido pelo correspondente estado previdenciário ou previdencial.

te no século XX. O direito dos cidadãos à segurança econômica e social através da educação, da saúde, da habitação, das pensões, além de outros serviços, foram assegurados pelo Estado Assistencial. A incorporação dos direitos civis à noção de cidadania significou o direito de todos à vida plena e ativa e a uma renda razoável, independentemente da posição na sociedade. Nesse aspecto, os direitos associados à cidadania social impulsionaram muito o progresso do ideal da igualdade para todos (Marshall, 1973).

As opiniões de Marshall influenciaram os debates sociológicos a respeito da natureza da cidadania e das questões relativas à inclusão e à exclusão social. O conceito de direitos e de responsabilidades está entrelaçado à noção de cidadania; essas idéias têm ganhado destaque nas discussões atuais sobre as formas de promover uma "cidadania ativa". No entanto, apesar de o trabalho de Marshall sobre os direitos da cidadania continuar sendo relevante para as discussões contemporâneas, sua utilidade é limitada. Os críticos observaram que, ao desenvolver suas concepções sobre esses direitos, Marshall concentrou-se exclusivamente no RU; não ficando claro que a evolução para a previdência tenha ocorrido da mesma forma em outras sociedades.

#### Esping-Andersen: as três esferas da previdência social

A obra do autor dinamarquês Gøsta Esping-Andersen *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (1990) é um acréscimo recente às teorias do Estado Assistencial. Nela, Esping-Andersen faz uma comparação entre os sistemas assistenciais ocidentais, apresentando uma tipologia dos "regimes previdenciários" composta por três partes. Ao criar essa tipologia, Esping-Andersen avaliou o nível de *decommodification*\* – um termo que significa simplesmente o grau de liberdade dos serviços assistenciais em relação ao mercado. Em um sistema com alta *decommodification*, a previdência social é pública e não está vinculada, de nenhuma forma, à renda ou aos recursos econômicos do indivíduo. Em um sistema *commodified*, os serviços assistenciais são tratados quase como se fossem *commodities* –, ou seja, são vendidos no mercado como qualquer outra mercadoria ou serviço. Comparando políticas relativas a pensões, desemprego e auxílio financeiro entre os países, Esping-Andersen identificou os três tipos de regimes previdenciários a seguir:

- **Socialdemocrata** – Os regimes previdenciários socialdemocratas são altamente *decommodified*. Os serviços assistenciais são subsidiados pelo Estado e estão disponíveis a todos os cidadãos (benefícios universais). A maioria dos países escandinavos são exemplos de um regime previdenciário socialdemocrata.
- **Conservador-corporativista** – Em estados conservadores-corporativistas, como a França e a Alemanha, os serviços assistenciais podem ser altamente *decommodified*, mas não necessariamente universais. A quantidade de

benefícios aos quais um cidadão tem direito depende de sua posição na sociedade. Esse tipo de regime previdenciário pode não visar à eliminação das desigualdades, mas à manutenção da estabilidade social, da solidez familiar e da lealdade ao Estado.

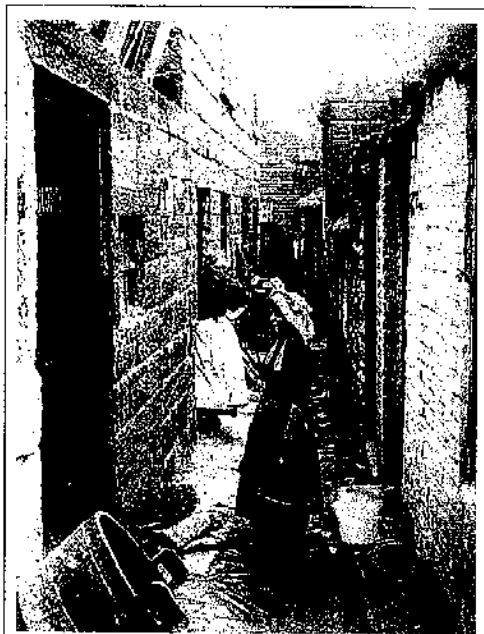
- **Liberal** – Os Estados Unidos são um exemplo de um regime previdenciário liberal. A previdência é altamente *commodified* e vendida no mercado. Benefícios destinados a cobrir a carência de recursos são disponibilizados aos indivíduos muito necessitados, mas passam a ser extremamente *estigmatizados*, pois espera-se que a maioria da população adquira seu próprio plano de previdência por meio do mercado.

O Reino Unido não se enquadra facilmente em nenhum desses três "tipos ideais". Antigamente, estava mais próximo de um modelo socialdemocrata, mas as reformas da previdência que vêm ocorrendo desde a década de 1970 têm feito com que ele se aproxime mais de um regime previdenciário liberal com altos níveis de *commodification*.

#### A ascensão do Estado Assistencial britânico

O Estado Assistencial, como hoje o conhecemos, foi criado em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), porém suas raízes remontam à era elisabetana. Como parte da transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial, as formas tradicionais de sustento informal dentro das famílias e das comunidades começaram a sumir. Para a manutenção da ordem social e a redução das desigualdades geradas pelo capitalismo, era necessário que se oferecesse assistência àqueles membros da sociedade que se encontravam na periferia da economia de mercado. As *Poor Laws* foram a primeira tentativa do governo de impor um pouco de ordem na provisão de auxílio e assistência aos pobres e aos doentes. Naquela época, a principal fonte de assistência social era uma rede livre de casas de caridade privadas, muitas das quais vinculadas à igreja. Com o tempo, como parte do processo de construção da nação, o Estado acabou desempenhando um papel mais central na ajuda aos necessitados. A legislação que estabeleceu a administração nacional da educação e da saúde pública nos últimos anos do século XIX foi precursora de programas mais amplos que seriam introduzidos 60 anos depois.

Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial testemunharam uma forte pressão pela reforma e pela expansão do sistema previdenciário. Pode-se dizer que o atual Estado Assistencial data desse período. Em lugar de se concentrar unicamente nos destituídos e nos doentes, o foco da previdência social foi ampliado a fim de incluir todos os membros da sociedade. A guerra foi uma experiência intensa e traumática para a nação inteira – ricos e pobres –, gerando um senso de solidariedade e a compreensão de que a adversidade e a tragédia não se restringiam apenas aos desfavorecidos.



As favelas do século XIX abrigavam uma vida dura e precária, porém sociável.

A mudança de visão da previdência social, que deixou de ser selectiva para se tornar universalista, foi resumida no *Beveridge Report* de 1942, muitas vezes considerado o projeto do Estado Assistencial moderno. O *Beveridge Report* destinava-se a erradicar os cinco maiores males: a Carência, a Doença, a Ignorância, a Miséria e o Ócio. Sob o governo trabalhista do pós-guerra, uma série de medidas legislativas começaram a traduzir essa visão em ação concreta. Diversas leis principais apontam para o centro do Estado Assistencial universalista. O *Education Act* de 1944 atacou o problema da falta de escolas, ao passo que o *National Health Act* de 1946 preocupou-se com o aumento da qualidade da saúde entre a população. A "Carência" foi abordada através do *National Insurance Act* de 1946, o qual estabeleceu um esquema de proteção contra a perda de rendimentos devido ao desemprego, a problemas de saúde, à aposentadoria ou à viuvez. O *National Assistance Act* de 1948 oferecia um auxílio destinado a cobrir a carência de recursos àqueles que não estavam amparados pelo *National Insurance Act*. Outra legislação tratou das necessidades das famílias (*Family Allowances Act* de 1945) e da demanda por melhores condições de moradia (*New Towns Act* de 1946).

O Estado Assistencial britânico surgiu sob um conjunto de condições específicas e ao lado de determinadas noções predominantes sobre a natureza da sociedade. As premissas sobre as quais se edificou o Estado Assistencial compunham-se de três partes. Em primeiro lugar, o Estado Assistencial equiparou o trabalho à mão-de-obra remunerada, fundamentando-se na crença da possibilidade do emprego integral. O objetivo final era uma sociedade em que o trabalho remunerado desempenhasse um papel central para a maioria das pessoas, mas na

qual a previdência social preenchesse as necessidades dos indivíduos que estivessem situados fora da economia de mercado pelo azar do desemprego ou da incapacidade. Relacionando-se a essa idéia, a visão do Estado Assistencial baseava-se em uma concepção patriarcal das famílias – o homem provedor devia sustentar a família enquanto a esposa tomava conta da casa. Os programas da previdência foram planejados em torno desse modelo tradicional de família, e uma segunda série de serviços destinava-se àquelas famílias que não contavam com a figura do homem provedor.

Em segundo lugar, o Estado Assistencial era visto na função de promover a solidariedade nacional. Integraria a nação através do envolvimento de toda a população em um conjunto comum de serviços. A previdência social era um modo de fortalecer a ligação entre o Estado e a população. Em terceiro lugar, estava a preocupação do Estado Assistencial com o controle dos riscos que ocorrem como um elemento natural do curso da vida. Nesse sentido, a previdência social era entendida como um tipo de seguro que poderia ser empregado contra os problemas potenciais de um futuro imprevisível. O desemprego, a doença e outras adversidades na vida social e econômica do país poderiam ser controlados pelo Estado Assistencial.

Esses princípios sustentaram a enorme expansão do Estado Assistencial nas três décadas que sucederam a guerra. Com o crescimento da economia manufatureira, o Estado Assistencial representou um "contrato" de classes bem-sucedido que satisfiz as necessidades da classe trabalhadora assim como as da elite econômica que dependia de uma mão-de-obra saudável e com alto desempenho. Contudo, conforme veremos nas próximas seções, a partir da década de 1970, a fragmentação da opinião política em grupos previdenciários institucionais e residualistas tornou-se cada vez mais visível. Até os anos de 1990, tanto a esquerda quanto a direita reconheciam que as condições sob as quais o Estado Assistencial se formou haviam mudado, o que fez com que a visão do *Beveridge* sobre a previdência social ficasse antiquada e necessitasse de uma reforma significativa.

## A reforma do Estado Assistencial

### A redução conservadora\*

O consenso político sobre as finalidades do Estado Assistencial começou a se dissipar na década de 1970, intensificando-se durante os anos de 1980, quando os governos de Margaret Thatcher no RU e Ronald Reagan nos EUA tentaram renunciar ao Estado Assistencial. Diversas críticas essenciais estavam no centro das tentativas de reduzir a previdência social. A primeira relacionava-se aos custos financeiros crescentes do Estado Assistencial. A recessão econômica geral, o aumento do desemprego e o surgimento de um enorme volume de burocracias previdenciárias significavam que as despesas da previdência continuavam em um cres-

\* N. de T. *Roll-back* = Redução a um nível anterior mais baixo como, p. ex., de preços/gastos, também enxugamento, retração.

cimento constante – e em uma taxa mais alta do que a da expansão econômica total. Seguiu-se um debate sobre os gastos da previdência, no qual os defensores de um recuo apontaram para a pressão financeira que inflava o sistema previdenciário. Os elaboradores de políticas enfatizaram o impacto potencialmente arrasador da “bomba-relógio demográfica” sobre o sistema da previdência: com o envelhecimento da população, o número de dependentes dos serviços assistenciais estava crescendo; porém, o número de jovens em idade produtiva contribuindo para o sistema estava diminuindo – um sinal de uma crise financeira potencial.

O envelhecimento da população é discutido em “Saúde e envelhecimento”, p. 144, no Capítulo 6.

Uma segunda linha de críticas relacionava-se à noção da **dependência assistencial**. Os críticos das instituições assistenciais existentes argumentavam que as pessoas tornavam-se dependentes dos mesmos programas que deveriam permitir-lhes forjar uma vida independente e significativa. Passavam a depender não apenas materialmente mas também psicologicamente da chegada do pagamento da previdência. Em lugar de assumirem uma atitude ativa em relação à vida, tendiam a adotar uma postura resignada e passiva, confiando no amparo do sistema previdenciário.

Na Grã Bretanha, o debate sobre a dependência assistencial esteve ligado às críticas ao *nanny state*,\* uma expressão que sugere que o governo cuidava zelosamente (porém desnecessariamente) de cada necessidade dos cidadãos. O governo conserva-

dor, sob a liderança de Margaret Thatcher, promoveu a iniciativa individual e a auto-suficiência como valores essenciais. Como parte da guinada em direção a uma economia de mercado totalmente livre, houve um desencorajamento em relação à dependência dos benefícios do governo por intermédio de uma série de reformas previdenciárias. O Estado passou a oferecer assistência apenas àqueles que não tinham condições de pagá-la. O *Social Security Act* de 1988 permitiu ao Estado um corte nas despesas da previdência, aumentando o grau de exigência quanto aos critérios de aceitação de candidatos ao auxílio financeiro, ao crédito familiar e aos esquemas de benefícios à habitação.

O governo conservador implementou uma série de reformas previdenciárias que começaram a deslocar a responsabilidade em relação à previdência social pública do Estado para o setor privado, o setor do voluntariado e as comunidades locais. Serviços que eram anteriormente oferecidos pelo Estado em índices altamente subsidiados foram privatizados ou foram submetidos a um exame de carência de recursos mais rigoroso. Um exemplo disso pode ser visto na privatização das moradias populares na década de 1980. O *Housing Act* de 1980 permitiu o aumento significativo dos aluguéis da habitação popular, preparando o terreno para uma grande liquidação dos títulos da habitação popular. Esse deslocamento em direção ao residualismo na provisão da habitação foi particularmente prejudicial àqueles indivíduos situados logo abaixo da linha de aceitação que avalia a carência de recursos para conceder o benefício habitacional, à medida que essas pessoas deixaram de ter acesso ao setor público da habitação e mal puderam arcar com o aluguel de uma moradia nos índices do mercado. Os críticos afirmam que a privatização da ha-

\* N. de T. Literalmente, Estado-babá.



Para alguns idosos, a linha que separa uma independência digna da exclusão social pode ser tênue.



## A dependência assistencial

A ideia da dependência assistencial é controversa, e algumas pessoas negam a sua difusão. "Depender da previdência social" é algo normalmente considerado vergonhoso; dizem eles, e é provável que a maioria dos que se encontram nessa situação esteja fazendo o possível para superá-la.

Carol Walker analisou uma pesquisa sobre o modo como as pessoas que vivem de auxílio financeiro conseguem organizar suas vidas e descobriu um retrato bem diferente daquele pintado pelos que afirmam que viver de assistência é uma opção fácil. Dos entrevistados desempregados que fazem parte de um estudo, 80% haviam sentido uma piora em seu padrão de vida desde que passaram a depender da previdência. Para quase todos, a vida parece mais uma luta. Por outro lado, para uma minoria, a assistência social pode trazer melhorias nos padrões de vida. Por exemplo, quem estiver desempregado e completar 60 anos é reclassificado como "requerente à pensão"; podendo solicitar benefícios 30% mais altos do que os que recebia anteriormente.

A categoria dos indivíduos que podem ter uma melhora em sua situação, de fato, inclui os pais solteiros. A pes-

quisa indica que um terço dos pais solteiros – em sua maioria mães – melhorou sua situação financeira após o final do seu casamento. Para a grande maioria, entretanto, a situação piorou.

Apenas 12% das pessoas que dependiam da assistência social na década de 1990 responderam que estava contornando bem o problema. A maioria afirmou estar "se virando" ou estar "tendo dificuldades". O planejamento antecipado é difícil. Não se consegue reservar dinheiro para o futuro, e as contas são um motivo de preocupação constante. Mesmo sendo importante, a comida é geralmente tratada como um item que pode ser cortado quando o dinheiro é curto. Walker conclui: "Apesar do que dizem as manchetes sensacionalistas dos jornais, viver de assistência social não é a opção que a maioria das pessoas escolheria se a elas fosse oferecida uma alternativa genuína. A maior parte das pessoas se encontra nessa situação devido a algum acontecimento traumático em suas vidas: perda de um emprego, perda de um companheiro ou o princípio de uma doença" (Walker, 1994, p. 9).

bitação popular contribuiu de modo significativo para a elevação do número de sem-teto nas décadas de 1980 e 1990.

O governo conservador também promoveu a privatização da previdência social negligenciando parte da responsabilidade na oferta de serviços para as organizações de voluntariado. Em lugar de gerir serviços diretamente por meio de grandes burocracias, o Estado, cada vez mais, canalizou fundos para a previdência social através de grupos individuais, com o argumento de que haveria grandes ganhos em termos de eficiência e qualidade. A redução conservadora da previdência social também abrangia o apoio à desinstitucionalização, processo pelo qual os indivíduos sob responsabilidade do Estado (em instituições) são devolvidos às suas famílias e comunidades (veja na p. 269). Os inválidos e os doentes mentais estavam entre os grupos mais afetados diretamente pela desinstitucionalização, embora o processo também tenha trazido implicações significativas para as comunidades e os membros familiares que assumiram a responsabilidade de cuidar dessas pessoas.

Outra tentativa de reduzir os gastos com a previdência social e aumentar sua eficiência veio com a introdução de princípios de mercado no oferecimento de serviços públicos. O governo conservador assegurava que injetar um grau de competição em serviços assistenciais, como a saúde e a educação, proporcionaria um maior número de escolhas e garantiria um serviço de alta qualidade ao público. Os consumidores poderiam, de fato, eleger o melhor, escolhendo entre os estabelecimentos de ensino ou de saúde. As instituições que oferecessem servi-

ços abaixo do padrão seriam obrigadas a melhorá-los ou forçadas a fecharem suas portas, como uma empresa, pois os fundos destinados a elas teriam por base o número de alunos, ou de pacientes, que escolhessem utilizar seus serviços. Os críticos acusam que os "mercados internos" dentro dos serviços públicos levariam a uma menor qualidade nos serviços e a um sistema estratificado de oferecimento de serviços, e não à proteção do valor de um serviço igual a todos os cidadãos.

### *Avaliando a redução conservadora*

Até que ponto os governos conservadores da década de 1980 foram bem-sucedidos em sua redução do Estado Assistencial? Em *Dismantling the Welfare State?* (1994), Christopher Pierson compara o processo de "redução de despesas" com a previdência social na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, nos governos de Thatcher e de Reagan, e conclui que os Estados Assistenciais saíram relativamente ilesos da era conservadora. Apesar de esses dois governos tomarem posse com o plano expresso de reduzir drasticamente os gastos da previdência, Pierson afirma que os obstáculos para a redução da previdência social acabaram sendo mais numerosos do que cada um desses governos poderia superar. O motivo disso está no modo de desdobramento da política social ao longo do tempo: desde o começo, o Estado Assistencial e suas instituições deram origem a eleitorados específicos que defendiam ativamente os benefícios que recebiam contra os esforços políticos no sentido de reduzi-los. De sindicatos trabalhistas organizados a associações de

aposentados, uma rede intrincada de grupos de interesse mobilizou-se em apoio à previdência social.

Segundo Pierson, as decisões quanto à redução das despesas da previdência foram direcionadas primeiramente por um temor ao protesto e à revolta pública. Os políticos descobriram que a redução do Estado Assistencial estava muito longe de ser o oposto da expansão previdenciária. O resultado foi o surgimento de um novo tipo de atividade política: tentou-se minimizar a oposição, compensando-se grupos "derrotados" ou trabalhando no sentido de impedir a formação de alianças entre grupos de interesse. "Bem mais do que na era da expansão do Estado Assistencial", escreve Pierson, "as lutas pela política social tornam-se lutas pela informação sobre as causas e as consequências da mudança política" (1994, p. 8). Os programas sociais que sofreram uma redução de despesas, como a política habitacional e o auxílio-desemprego, de um modo geral, foram aqueles em que se conseguiu impedir a mobilização dos grupos de interesse.

Na opinião de Pierce, o Estado Assistencial está sob uma forte pressão, mas ele rejeita a noção de um Estado "em crise". Os gastos sociais têm se mantido até certo ponto constantes, afirma ele, e todos os componentes centrais do Estado Assistencial permanecem em seus lugares. Mesmo sem negar o grande avanço das desigualdades resultante das reformas da previdência da década de 1980, ele chama atenção para o fato de que, no geral, a política social não sofreu uma reforma na mesma extensão que as relações industriais ou a política reguladora. Na Grã-Bretanha, uma imensa maioria da população ainda confia na saúde pública e nos serviços de educação, enquanto, nos Estados Unidos, os serviços assistenciais seguem um padrão mais residualista.

### *Prioridades recentes na reforma da previdência*

A reforma da previdência continuou sendo prioridade máxima para o Novo Governo Trabalhista que tomou posse no RU em 1997. Concordando em alguns aspectos com as críticas conservadoras em relação à previdência social (e rompendo com os políticos tradicionais de esquerda), o Novo Trabalhismo argumenta que as novas políticas assistenciais são necessárias para lidar com a pobreza e a desigualdade, bem como para melhorar a saúde e a educação. O próprio Estado Assistencial é muitas vezes parte do problema, criando dependências e "oferecendo o peixe sem ensinar a pescar". O resultado disso é uma burocracia imensa que agora luta para controlar problemas sociais disseminados, em vez de lidar com eles antecipadamente em sua origem. Essa abordagem mostrou-se ineficaz na redução da pobreza ou na redistribuição da renda para toda a população. Acredita-se que a maior parte da redução da pobreza seja resultado de melhorias gerais em termos de riqueza, e não de uma política social.

Uma das principais dificuldades do sistema previdenciário é que as condições sob as quais ele foi criado mudaram significativamente. Até a década de 1990, o sonho do emprego integral já havia dado espaço ao desemprego persistente. As mu-

danças na estrutura familiar fizeram com que a visão patriarcal do homem provedor se tornasse inaplicável. Uma enorme quantidade de mulheres havia ingressado na mão-de-obra e o aumento de lares chefiados por um pai ou uma mãe solteiros estabeleceu novas exigências sobre o sistema previdenciário. Houve também uma alteração distinta nos tipos de risco que o Estado Assistencial precisava combater. Como exemplo, o Estado Assistencial revelou-se um instrumento inadequado para lidar com as consequências nocivas da poluição ambiental ou de escolhas de estilo de vida como o tabagismo.

O *New Ambitions for our country: a new contract for welfare*, um Green Paper de 1998, editado pelo governo para discussão, apresentou uma avaliação do Estado Assistencial, descrevendo uma visão da "previdência social ativa", cujo objetivo era capacitar os indivíduos tanto na carreira como na vida pessoal. Com o argumento de que as velhas soluções para a pobreza e a desigualdade não eram mais aplicáveis, o Novo Trabalhismo apresentou a idéia de um *contrato assistencial* entre o Estado e os cidadãos, baseado em direitos e responsabilidades. O papel do Estado é ajudar as pessoas no trabalho e na renda estável, e não simplesmente auxiliá-las quando estão fora do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, é dever dos cidadãos construir seu potencial de ação a fim de modificar suas circunstâncias, em vez de ficarem esperando a distribuição dos benefícios da previdência.

O emprego passou a ser um dos alicerces da política social do Novo Trabalhismo, dedicando-se muita atenção ao papel dos mercados de trabalho dinâmicos na reforma previdenciária. Por trás dessa abordagem, está a idéia de que o mercado não apenas gera desigualdades, mas também pode participar na redução delas. Levar as pessoas ao trabalho e a renda às famílias é um dos principais passos que podem ser tomados na redução da pobreza. Entre as reformas previdenciárias mais significativas introduzidas no Novo Trabalhismo estão os programas que visam ao deslocamento da previdência para o trabalho, que têm a forte intenção de deslocar as pessoas que recebem a assistência pública para os empregos remunerados. Os benefícios que visam ao deslocamento da previdência para o trabalho são voltados a encorajar o ingresso de diversos grupos no mercado de trabalho. Aos jovens com menos de 25 anos oferece-se treinamento e oportunidades de emprego, em vez de dar-lhes auxílio financeiro do Estado; aos pais solteiros concede-se um crédito tributário para auxiliar nos custos dos cuidados com os filhos; e aos indivíduos que estão desempregados há bastante tempo oferecem-se lições de como apresentarem-se aos empregadores durante as entrevistas de emprego.

O Novo Trabalhismo também se encarregou de ampliar a capacidade social dos indivíduos e das comunidades de "se virarem sozinhas", amparando iniciativas locais que visavam à redução da pobreza. Por todo o país, foram criadas zonas de capacitação comunitária nas áreas de ação de saúde, do desemprego e da educação, permitindo aos elaboradores de políticas locais planejar soluções que se adequassem às necessidades dos residentes locais. Essa abordagem traz diversos be-

## Uma avaliação dos programas que visam ao deslocamento da previdência para o trabalho

Faz pouco tempo que os programas que visam ao deslocamento da previdência para o trabalho foram introduzidos na Grã-Bretanha, não sendo ainda possível julgar adequadamente todas as suas consequências. Os primeiros resultados demonstram que, até o final de 1999, os programas de emprego *New Deal*<sup>\*</sup> haviam ajudado mais de 1 milhão de pessoas a conseguirem um trabalho, e, desse número, 170 mil eram pessoas desempregadas há muito tempo. Programas semelhantes foram aplicados durante um tempo nos Estados Unidos, onde se teve alguma oportunidade de estudar suas implicações. Daniel Friedlander e Gary Burtless estudaram quatro programas diferentes iniciados pelo governo, projetados para estimular os indivíduos que recebem auxílio da previdência a encontrarem um emprego remunerado. Os programas eram bem parecidos, ofereciam benefícios financeiros aqueles que procurassem ativamente um emprego, assim como orientação em técnicas de caça ao emprego, além de oportunidades para educação e treinamento. O público-alvo era composto principalmente por pais ou mães solteiro(a)s que fossem chefes de família e que recebessem o *Aid to Families with Dependent Children* (auxílio-família), o maior programa da previdência em dinheiro do país. Friedlander e Burtless descobriram que os programas de fato atingiram os resultados. As pessoas envolvidas nesses programas ou conseguiram ingressar em um emprego, ou começaram a trabalhar antes daquelas que não participaram. Nos quatro programas, os rendimentos gerados foram várias vezes maiores

do que o custo líquido do programa. Entretanto, foram menos eficazes para auxiliar aqueles que mais precisavam – as pessoas que estavam afastadas do trabalho por um longo período (Friedlander e Burtless, 1994).

Apesar do sucesso dos programas que visam ao deslocamento da previdência para o trabalho, os quais proporcionaram uma redução dos pedidos de auxílio da previdência em até cerca de 40%, algumas estatísticas sugerem que os resultados não sejam inteiramente positivos. Nos EUA, aproximadamente 20% dos que param de receber auxílios não trabalham e não possuem nenhuma fonte de renda independente; cerca de um terço daqueles que realmente conseguem arranjar um emprego retorna a pedir auxílio dentro de um ano. Dos indivíduos que deixaram a previdência e estão trabalhando, entre um terço e a metade descobre que sua renda é menor do que os níveis de benefício anteriores. Em Wisconsin, Estado norte-americano que foi um dos primeiros a introduzir os programas que visam ao deslocamento da previdência para o trabalho, dois terços dos indivíduos que param de receber auxílios vivem abaixo da linha da pobreza (Evans, 2000). Apontando essas descobertas, os críticos sustentam que o aparente sucesso das iniciativas de deslocamento da previdência para o trabalho na redução do número absoluto de casos de auxílio da previdência esconde alguns padrões problemáticos nas experiências efetivas daqueles que perdem seus benefícios.

nefícios. A destinação da assistência é mais direta, é possível introduzir esquemas inovadores em pequena escala, e há um aumento da participação local na tomada de decisões. Esses programas promovem uma forma mais ativa de previdência social na qual os cidadãos envolvem-se integralmente na construção de uma vida melhor para si mesmos em parceria com o Estado.

O debate sobre a reforma da previdência não se acalmou, apesar do consenso geral quanto à necessidade de mudanças. A abordagem do Novo Trabalhismo não fica livre de críticas. Alguns vêem os programas que visam ao deslocamento da previdência para o trabalho como uma maneira cruel de cortar despesas sociais. As pessoas que não conseguem ingressar no mercado de trabalho, apesar do treinamento e dos incentivos para o cuidado dos filhos, correm o risco de perder seus benefícios da previdência. Apesar de os programas terem o objetivo de redu-

zir as condições que levam à dependência assistencial, eles podem acabar empurrando esses indivíduos que perdem seus benefícios a uma vida de crimes, de prostituição, ou transformando-os em sem-teto.

Outros questionam a eficácia das “zonas” de capacitação local no combate à exclusão social. Eles afirmam que a pobreza e a privação não se concentram apenas nessas áreas designadas; entretanto, para os propósitos dos programas, é como se todos os pobres vivessem juntos. As descobertas da própria Unidade de Exclusão Social do governo endossam essa afirmação: em 1997, dois terços de todos os desempregados viviam em áreas localizadas fora das 44 regiões mais carentes do país. Iniciativas focalizadas, apontam os críticos, não podem substituir uma estratégia contra a pobreza em âmbito nacional, porque são muitas as pessoas que ficam fora dos limites das zonas de capacitação designadas.

\* N. de T. Programa de reforma política, social e econômica.

## Conclusão: repensando a igualdade e a desigualdade

A desigualdade econômica é um aspecto que persiste em todos os sistemas sociais, incluindo as democracias liberais que possuem um compromisso aberto com a idéia da igualdade como parte integrante da cidadania. Na prática, porém, a igualdade revela-se difícil de ser atingida. Em um sistema de livre-mercado, as desigualdades são um resultado inevitável.

No passado, os políticos de esquerda aplicavam-se em erradicar a desigualdade com a redistribuição da riqueza dos ricos para os necessitados. O Estado Assistencial e os altos níveis de tributação foram as duas formas de tentativa. Porém, essas abordagens fracassaram na erradicação da pobreza, e a assistência nem sempre alcança aqueles que dela necessitam. Cada vez mais apresentam-se novas visões de igualdade que se diferenciam da antiga agenda "de direita" e "de esquerda" para a política social. O conceito de igualdade vem sendo revisado de um modo mais dinâmico, dando-se ênfase à igualdade de oportunidade e à importância do pluralismo e da diversidade de estilos de vida.

Nossas interpretações da desigualdade também estão começando a mudar. Apesar da permanência das desigualdades econômicas, nossa sociedade está se tornando mais igualitária

sob outros aspectos. Existe mais igualdade entre as mulheres em termos econômicos, sociais e culturais do que nas gerações anteriores, e notam-se avanços legais e sociais significativos entre as minorias. No entanto, contra esse pano de fundo, as sociedades estão diante de novos riscos e ameaças. Riscos estes que não fazem distinção entre ricos e pobres. A poluição, a destruição do meio ambiente e o crescimento descontrolado das áreas urbanas são problemas fabricados por nós mesmos. São ameaças pelas quais somos todos responsáveis e que exigem mudanças no estilo de vida de cada indivíduo, se quisermos controlá-las.

Assim que começamos a lidar com esses novos desafios, o papel do Estado e dos serviços assistenciais passa necessariamente por uma revisão. A previdência social não é simplesmente uma questão que envolva a prosperidade material, mas o bem-estar geral da população. A política social diz respeito à promoção da coesão social, à criação de redes de interdependência e à maximização das habilidades das pessoas para tomarem iniciativas. Os direitos e as responsabilidades estão assumindo uma nova importância – não apenas para aqueles que pertencem às camadas inferiores, que tentam sair da previdência para o trabalho –, mas para aqueles que estão no topo, cuja riqueza não lhes dá o direito de escaparem de seus deveres cívicos, sociais e fiscais.

## Pontos Principais

1. Há duas formas diferentes de entendermos a pobreza. A pobreza absoluta refere-se à falta dos recursos básicos necessários para manter a saúde e o bom funcionamento do corpo. A pobreza relativa envolve a avaliação das distâncias entre as condições de vida de alguns grupos e aquelas desfrutadas pela maioria da população.
2. Em muitos países, as medições oficiais da pobreza são produzidas em relação à linha da pobreza, nível abaixo do qual se considera que as pessoas vivam na pobreza. As medições subjetivas da pobreza baseiam-se no que as pessoas interpretam como necessário para um padrão de vida aceitável.
3. A pobreza está difundida nos países ricos; um dos piores recordes do mundo desenvolvido pertence à Grã-Bretanha. As desigualdades entre ricos e pobres têm aumentado dramaticamente, como resultado de políticas governamentais, mudanças na estrutura ocupacional e desemprego. Os pobres formam um grupo diverso, porém os indivíduos desfavorecidos em outros aspectos da vida (como os idosos, os doentes, as crianças, as mulheres e as minorias étnicas) correm um risco maior de se tornarem pobres.
4. Duas abordagens principais têm sido adotadas para explicar a pobreza. Segundo os argumentos da "cultura da pobreza" e da "cultura da dependência", os pobres são responsáveis por suas próprias situações de desvantagem. Devido a uma falta de aptidões e de motivação ou a uma fraqueza moral, os pobres são incapazes de alcançar o sucesso na sociedade. Alguns passam a depender da assistência externa, como o auxílio da previdência, em vez de construírem a vida sozinhos. A segunda abordagem afirma que a pobreza é resultado de processos sociais maiores que distribuem os recursos de forma desigual, criando condições difíceis de serem combatidas. A pobreza não é consequência de inadequações individuais, mas de desequilíbrios estruturais abrangentes.
5. A pobreza não é uma condição permanente. Muitas pessoas que vivem na pobreza conseguirão escapar dela, embora sua mobilidade de saída da pobreza possa ter apenas um curto alcance. O movimento de entrada e saída da pobreza parece ser mais fluido do que se acreditava anteriormente.
6. A classe baixa é um segmento da população que vive em condições severamente desfavoráveis, às margens da sociedade. A idéia da classe baixa foi desenvolvida primeiramente nos Estados Unidos como forma de descrever a posição das minorias étnicas pobres que residiam em áreas urbanas. Apesar de a noção da classe baixa ter sido aplicada para a Grã-Bretanha, o conceito parece mais aplicável nos EUA, onde é bem maior a separação entre os indivíduos muito carentes e o resto da sociedade.
7. A exclusão social refere-se aos processos pelos quais os indivíduos podem ficar isolados, sem um envolvimento

pleno na sociedade mais ampla. Aos indivíduos que são excluídos socialmente devido a condições precárias de habitação, escolas de qualidade inferior ou transporte limitado, podem ser negadas as oportunidades de auto-aperfeiçoamento oferecidas à maioria das pessoas da sociedade. Os sem-teto representam uma das formas mais extremas de exclusão social. As pessoas que não possuem uma residência permanente podem acabar sendo barradas de muitas atividades cotidianas que a maioria das pessoas consideram triviais.

8. Os Estados Assistenciais são estados nos quais o governo desempenha papel central na redução das desigualdades da população, oferecendo ou subsidiando certos bens e serviços. Os serviços assistenciais variam conforme o país, mas, em geral, abrangem a educação, a saúde, a habitação, o auxílio financeiro, os deficientes, o desemprego e as pensões.
9. Nos Estados Assistenciais que oferecem benefícios universais, a previdência social, quando necessária, é um direito a ser gozado igualmente por todos, independentemente do nível de renda ou do *status* econômico. Já os benefícios destinados a cobrir a carência de recursos são disponibilizados apenas a alguns indivíduos, cujo direito a recebê-los é determinado com base na renda e nas economias que essas pessoas possuem. O futuro do auxílio da previdência está sendo debatido na maioria dos países industrializados. De um lado, estão aqueles que pensam

que a previdência social deva receber bastante dinheiro e ser universal; de outro, estão as pessoas que acreditam que ela deva servir apenas como uma rede de segurança àqueles que realmente não conseguem ser ajudados de outra forma.

10. O desenvolvimento do atual Estado Assistencial britânico ocorreu nos anos que se sucederam à Segunda Guerra Mundial, estando orientado para uma visão mais ampla da previdência social que incluía todos os membros da sociedade. Até a década de 1970, o Estado Assistencial foi criticado por ser ineficaz, burocrático e muito dispendioso. Havia uma preocupação quanto à dependência assistencial – quando as pessoas passam a depender dos próprios programas que devem auxiliá-las a levarem uma vida independente.
11. O governo conservador tentou reduzir o Estado Assistencial, transferindo a responsabilidade em relação à previdência pública do Estado para o setor privado, o setor do voluntariado e as comunidades locais. A desinstitucionalização é o processo pelo qual os indivíduos que estão sob a responsabilidade do Estado (em instituições) são devolvidos às suas famílias e comunidades. O Novo Governo Trabalhista conduziu reformas previdenciárias, incluindo programas que visam ao deslocamento da previdência para o trabalho com o objetivo de encaminhar os indivíduos que recebem auxílios da previdência a empregos remunerados.

### Questões para Reflexão

1. Por que a Carol é pobre?
2. De que nível de renda você precisaria para uma participação “plena e significativa” na sociedade?
3. Por que os índices de pobreza aumentaram no RU após o ano de 1977?
4. A dependência assistencial consegue explicar a permanência da pobreza?
5. Quais as causas do problema dos sem-teto e qual a melhor maneira de resolvê-lo?
6. Por que os esforços no sentido de reduzir os gastos da previdência, em grande parte, fracassaram?

### Leitura Complementar

**Jet Bussemaker** (ed.), *Citizenship and Welfare State Reform in Europe* (London: Routledge, 1999)

**Gordon Hughes e Ross Ferguson** (eds), *Ordering Lives: Family, Work and Welfare* (London: Routledge, 2000)

**David Miller**, *Principles of Social Justice* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999)

**Anne Phillips**, *Which Equalities Matter?* (Cambridge: Polity, 1999)

**Robert Walker** (ed.), *Ending Child Poverty: Popular Welfare for the Twenty-First Century?* (Bristol: Policy Press, 1999)

---

**Endereços na Internet**

---

Joseph Rowntree Foundation  
[www.jrf.org.uk](http://www.jrf.org.uk)

Social Disadvantage Research Group, University of Oxford  
<http://marx.apsoc.ox.ac.uk/sdrgdocs/>

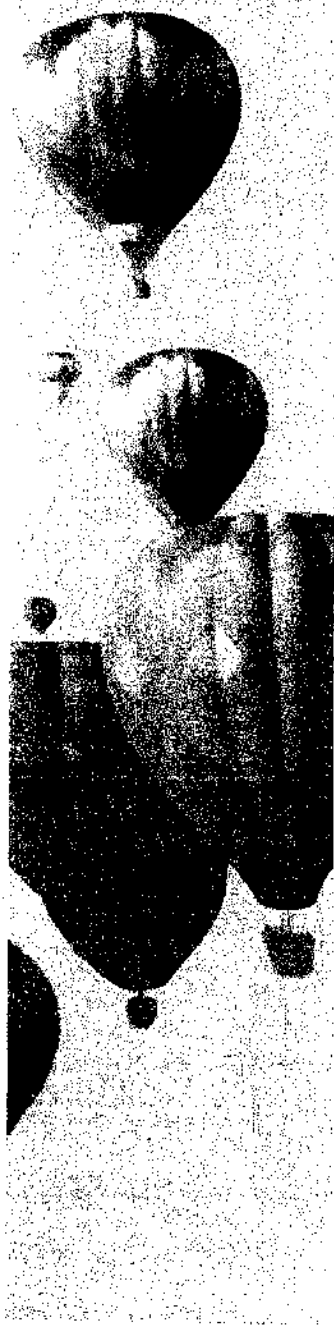
Social Exclusion Unit  
[www.cabinet-office.gov.uk/seu](http://www.cabinet-office.gov.uk/seu)

UNDP sobre meios de vida sustentáveis  
<http://www.undp.org/sl/>

# 12

## Organizações Modernas

<b>As organizações e a vida moderna</b>	283	A transformação do gerenciamento	297
<b>Teorias da organização</b>	284	A tecnologia e as organizações modernas	298
A visão de Weber sobre a burocracia	284	As organizações em formato de redes	299
A teoria das organizações de Michel Foucault: o controle do tempo e do espaço	290	O debate em torno da desburocratização	300
Burocracia e democracia	292	<b>Conclusão</b>	301
<b>O gênero e as organizações</b>	293	Pontos principais	302
As mulheres na gerência	294	Questões para reflexão	303
<b>Ultrapassando os limites da burocracia?</b>	296	Leitura complementar	303
Mudança organizacional: o modelo japonês	296	Endereços na Internet	303



## 12: Organizações Modernas

**H**ouve um tempo em que todos nós nascíamos em nossas casas. As mulheres quase sempre davam à luz no local onde moravam, e as pessoas atribuíam uma enorme importância ao ponto exato onde tinham nascido – na comunidade ou no vilarejo local, nesta ou naquela casa, nesta ou naquela sala. O nascimento normalmente acontecia no quarto comum – o principal quarto da casa da mãe. Assim que começassem as primeiras contrações, as mulheres do local reuniam-se para ajudar. O trabalho de parto geralmente ocorria em frente à lareira, especialmente se o tempo lá fora estivesse frio. Trazia-se palha para espalhar no chão, de um jeito bem parecido com o que se fazia no estábulo quando um bezerro nascia.

As mulheres em trabalho de parto não dispunham de outros recursos que não aqueles que a comunidade pudesse oferecer. Durante séculos, a idéia de chamar ajuda fora da comunidade contrariava o modo de pensar das mulheres dos vilarejos. “Mulheres ajudando outras mulheres” e “prestando assistência mútua” são expressões que brotam constantemente nos escritos dos padres e conselheiros que faziam os relatos dos partos do século XVIII e início do século XIX. A figura principal era a da parteira, uma mulher com experiência em auxiliar em nascimentos, originalmente conhecida como “a boa mãe”: alguém que conseguia lidar com as dores e os problemas das jovens em ocasiões decisivas da gravidez e no momento do nascimento. Um documento escrito na França, na década de 1820, indica as qualidades exigidas de uma parteira. Ela precisava ser “forte, robusta, ágil, cortês, sem defeitos físicos e ter mãos longas e flexíveis”. Não menos importante era o lado espiritual: deveria ser “virtuosa, discreta, prudente, ter boa conduta e hábitos regulares” (Gelis, 1991).

Quase na década de 1950, a maioria das pessoas na Grã-Bretanha ainda nascia em suas próprias casas, e a parteira continuava desempenhando um papel importante. Hoje em dia, no entanto, é mais comum as mulheres darem à luz em um hospital – uma mudança que trouxe por consequência outras transformações importantes. Poucos de nós ainda sentimos algum vínculo emocional com o lugar onde nascemos. E por que deveríamos? Esse local é agora um grande e impessoal hospital. Após muitos séculos de existência, as parteiras independentes ou já desapareceram completamente ou simplesmente desempenham um papel auxiliar. O processo do nascimento propriamente dito é controlado e monitorado pelos profissionais do hospital.

### As organizações e a vida moderna

Um hospital moderno é um bom exemplo de organização. Uma **organização** é um grande agrupamento de pessoas, estruturada em linhas impessoais e estabelecida a fim de atingir objeti-

vos específicos; no caso do hospital, tais objetivos são a cura de doenças e o oferecimento de outras formas de atenção médica.

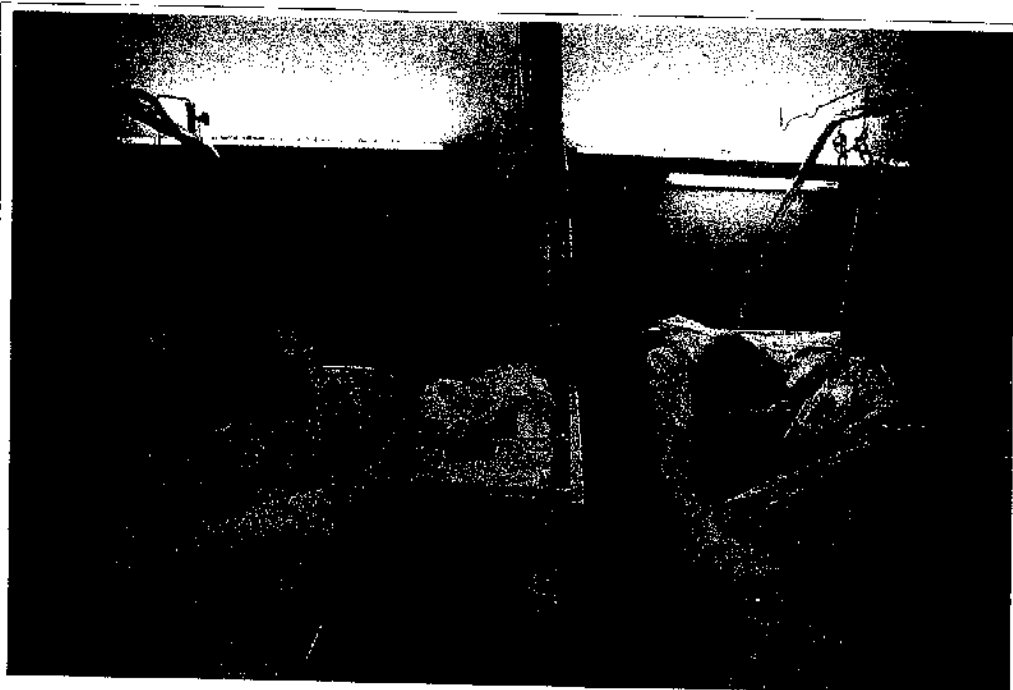
Atualmente, as organizações desempenham um papel bem mais importante em nosso cotidiano do que jamais se verificou anteriormente. Além de nos colocarem no mundo, elas também observam nosso progresso através dele, e nos atendem quando o deixamos ao morrerem. Mesmo antes de nascermos, nossa mãe, e provavelmente nosso pai também, participaram de aulas, exames pré-natais, e assim por diante, que são realizados dentro de hospitais e de outras organizações médicas. Hoje, toda criança que nasce é registrada por organizações governamentais, que reúnem informações a nosso respeito desde o nascimento até a morte. Hoje em dia, é mais comum as pessoas morrerem em um hospital ou em um abrigo de doentes do que em casa, como ocorria antigamente; e cada morte deve também ser registrada formalmente junto ao governo.

Cada vez que utiliza o telefone, abre a torneira, liga a TV, ou entra no carro, você está em contato com as organizações e, até certo ponto, dependendo delas. E, normalmente, não apenas com uma organização, mas com várias, todas interagindo regularmente entre si e com você. A companhia de águas, por exemplo, possibilita a garantia de que a água irá jorrar da torneira ao abri-la – e de que também jorrará das torneiras de outras milhões de pessoas. No entanto, a companhia de águas também depende de outras organizações, como as que constroem e consertam reservatórios, que por sua vez dependem de outras (...) e assim por diante, quase que indefinidamente. Você pode multiplicar esse processo dezenas de vezes, já que contar com um fornecimento regular de água é apenas uma das nossas formas de dependência em relação às organizações.

É preciso lembrar que, durante a maior parte da história da humanidade, antes de o nível de desenvolvimento organizacional assumir as proporções atuais, as pessoas não podiam contar com aspectos da vida nos quais agora mal pensamos duas vezes. Há um século, por exemplo, poucas casas na Grã-Bretanha estavam equipadas com o fornecimento regular de água encanada, e a maior parte da água consumida era poluída, sendo responsável por numerosas doenças e epidemias. Mesmo nos dias de hoje, em vastas regiões do mundo em desenvolvimento, não existe água encanada; as pessoas buscam água todos os dias em fontes ou em poços, e uma grande quantidade dessa água contém bactérias que transmitem doenças. Nas sociedades modernas, a água potável é cuidadosamente analisada para evitar contaminação, o que envolve um número ainda maior de organizações – as autoridades responsáveis pelos padrões de saúde.

Mas a tremenda influência que as organizações acabam exercendo sobre nossas vidas não pode ser considerada total





Os hospitais modernos são organizações complexas, com estruturas e procedimentos impessoais – porém projetados para um propósito bastante pessoal.

mente benéfica. As organizações muitas vezes têm o efeito de retirar as coisas das nossas mãos e colocá-las sob o controle de funcionários ou especialistas sobre os quais temos pouca influência. Por exemplo, o governo *exige* que façamos determinadas coisas – que paguemos impostos, acatemos as leis, partamos para lutar em guerras – ou enfrentamos a punição. Enquanto fontes de poder social, as organizações têm a capacidade de submeter os indivíduos a ordens a que eles podem ser impotentes para resistir.

Neste capítulo, examinaremos o avanço das organizações modernas e as consequências desse desenvolvimento para nossa vida hoje em dia. Analisaremos primeiro as idéias de dois autores que produziram um impacto especialmente forte sobre a forma como os sociólogos imaginam as organizações: Max Weber e Michel Foucault. Observaremos, então, alguns modos de funcionamento das organizações – sejam elas corporações empresariais ou hospitais, escolas ou repartições do governo, faculdades ou prisões – e estudaremos quais as diferenças entre esses diversos tipos. Daremos atenção especial às grandes organizações empresariais, que acabam operando cada vez mais globalmente. Nas seções finais, consideraremos até que ponto as corporações empresariais e outras organizações das sociedades modernas vêm se submetendo aos principais processos de mudança.

## Teorias da organização

Max Weber desenvolveu a primeira interpretação sistemática sobre o avanço das organizações modernas. As organizações, afirma ele, são formas de coordenar as atividades dos seres humanos, ou os bens que produzem, de uma maneira estável, através do tempo e do espaço. Weber enfatizou a idéia de que o desenvolvimento das organizações depende do controle das informações, ressaltando a importância central do registro escrito nesse processo: uma organização precisa de regras escritas para o seu funcionamento e de arquivos nos quais sua “memória” seja armazenada. Para Weber, as organizações eram profundamente hierárquicas, havendo uma tendência de o poder ficar concentrado no topo. Neste capítulo, examinaremos se Weber tinha razão. Em caso afirmativo, essa é uma questão bastante significativa para todos nós, já que Weber detectou um conflito, assim como uma conexão, entre as organizações modernas e a democracia que ele acreditava que traria amplas consequências para a vida social.

### A visão de Weber sobre a burocracia

Todas as organizações de larga escala, de acordo com Weber, tendem a ser burocráticas por natureza. A palavra “bureau-

cracy" (burocracia) foi cunhada por um certo Senhor De Gournay, em 1745, o qual acrescentou à palavra "bureau", cujo significado tanto pode ser "escritório" quanto "escrivania", um termo derivado do verbo grego "dominar". Logo, a burocracia é o domínio dos funcionários. Em um primeiro momento, o termo "burocracia" foi aplicado apenas aos funcionários públicos do governo, porém foi gradualmente estendido, referindo-se às grandes organizações de um modo geral.

Desde o princípio, o conceito foi empregado de uma forma depreciativa. De Gournay falava do avanço do poder entre os funcionários como "uma doença chamada *bureaumanie*". O romancista francês Honoré de Balzac via a burocracia como "o poder gigante exercido pelos pigmeus". Esse tipo de visão ainda persiste na atualidade: a burocracia é frequentemente associada à papelada, à ineficiência e ao desperdício. Outros autores, entretanto, vêem a burocracia por um ângulo diferente – como um modelo de cautela, de precisão e de administração eficaz. Eles sustentam que a burocracia é, na verdade, a forma mais eficiente de organização inventada pelos seres humanos, pois todas as tarefas são reguladas por regras rigorosas de procedimento. O relato de Weber sobre a burocracia conduz a um caminho entre esses dois extremos.

Weber chamou atenção para o número limitado de organizações burocráticas que existiram em civilizações tradicionais. Na China imperial, por exemplo, um funcionalismo burocrático era responsável pelos assuntos gerais do governo. Mas foi somente nos tempos modernos que as burocracias se desenvolveram plenamente. Weber via a burocracia como um elemento central da racionalização da sociedade (veja a p. 34 que afetava todas as facetas da vida – da ciência até a educação e o governo. Em vez de confiarem nas crenças e nos costumes tradicionais, as pessoas da era moderna tomaram decisões racionais direcionadas a um objetivo claro. O caminho melhor, mais eficiente, seria o escolhido para se chegar a determinado resultado.

Para Weber, a expansão da burocracia é inevitável nas sociedades modernas; a autoridade burocrática é a única forma de lidar com as exigências administrativas dos sistemas sociais de larga escala. À medida que as tarefas ganharam maior complexidade, foi necessário o avanço dos sistemas de controle e de gerenciamento para lidar com elas, e a burocracia surgiu como uma resposta racional e altamente eficiente para essas necessidades. No entanto, Weber também acreditava que a burocracia exibía várias deficiências maiores, conforme veremos, que trazem importantes implicações para a natureza da vida social moderna.

Com o intuito de estudar as origens e a natureza da expansão das organizações burocráticas, Weber construiu um *tipo ideal* de burocracia. (Aqui, "ideal" não se refere ao que é mais desejável, mas a uma forma pura de organização burocrática.) Weber listou estas características particulares (1976):

1. *Existe uma hierarquia definida de autoridade* – Uma burocracia assemelha-se a uma pirâmide, na qual os cargos de maior autoridade estão no topo. Há uma corrente de comando que se estende de cima para baixo, possibi-

litando que a tomada de decisões seja feita de forma coordenada. As tarefas na organização são distribuídas como "deveres oficiais", e cada repartição superior controla e supervisiona a que se encontra abaixo dela na hierarquia.

2. *Regras escritas regem a conduta dos funcionários em todos os níveis da organização* – Isso não significa que os deveres burocráticos sejam apenas uma questão de rotina. Quanto mais alta for a posição da repartição, maior será a tendência de as regras abrangerem uma ampla variedade de casos e exigirem flexibilidade em sua interpretação.
3. *Os funcionários trabalham em tempo integral e são assalariados* – A cada cargo da hierarquia atribui-se um salário definido e fixo. Espera-se que os indivíduos construam uma carreira dentro da organização. Há possibilidade de promoção com base em capacidade, tempo de serviço, ou ambas.
4. *Existe uma separação entre as tarefas de um funcionário dentro da organização e a vida externa deste* – A vida doméstica do funcionário difere das atividades que ele realiza no local de trabalho, havendo também uma separação física entre elas.
5. *Nenhum membro da organização possui os recursos materiais utilizados no trabalho* – O desenvolvimento da burocracia, segundo Weber, afasta os trabalhadores do controle dos seus meios de produção. Nas comunidades tradicionais, era comum os agricultores e os artesãos terem controle sobre seus processos de produção e trabalharem com suas próprias ferramentas. Nas burocracias, os funcionários não são donos dos escritórios nos quais trabalham, nem das mesas às quais se sentam ou do maquinário que utilizam.

Weber acreditava que, quanto mais uma organização se aproximasse do tipo ideal de burocracia, mais eficaz ela se tornaria na busca dos objetivos para os quais fora estabelecida. Para Weber, a burocracia demonstrava uma "superioridade técnica" em relação a outras formas de organização. Ele, muitas vezes, comparava as burocracias a máquinas sofisticadas; a burocracia maximiza a habilidade, a precisão e a velocidade na conclusão de tarefas definidas.

Passados mais de 80 anos de sua morte, os escritos de Weber sobre a burocracia continuam sendo o ponto de partida para a maioria das análises sobre as organizações. Até que ponto as expectativas e os temores de Weber em relação à burocracia estavam corretos é uma questão que tem sido bastante discutida por gerações de sociólogos organizacionais. Vamos agora considerar diversas reações a Weber as quais abordam dimensões particulares de sua teoria.

#### *Blau: relações formais e informais dentro das burocracias*

As análises de Weber sobre a burocracia colocam em primeiro lugar as **relações formais** dentro das organizações, as rela-

ções que ocorrem entre as pessoas conforme determinam as regras da organização (veja os exemplos na Figura 12.1). Weber pouco tinha a dizer a respeito das ligações informais e das relações entre pequenos grupos que podem existir em todas as organizações. Porém, nas burocracias, os caminhos informais para a realização de tarefas normalmente proporcionam uma flexibilidade que não poderia ser conseguida de outra maneira.

Em um estudo clássico, Peter Blau analisou as **relações informais** em uma agência do governo cuja função era investigar possíveis violações no imposto de renda (1963). Os agentes que não se sentissem seguros quanto à forma de lidar com alguns problemas encontrados deviam discutir-os com seu supervisor imediato; as regras de conduta determinavam que eles não consultassem colegas que trabalhassem no mesmo nível que eles. A maioria dos funcionários, entretanto, era cautelosa ao recorrer aos seus supervisores, pois tinha a impressão de que essa atitude poderia sugerir falta de competência, reduzindo suas chances de promoção. Conseqüentemente, era comum eles consultarem uns aos outros, violando as regras oficiais, o que não apenas auxiliava em um aconselhamento concreto, como também reduzia as ansiedades de se trabalhar sozinho. Em um primeiro nível de **grupo social**, desenvolveu-se um conjunto coeso de lealdades entre aqueles que trabalhavam no mesmo nível. Os problemas que esses empregados enfrentavam, Blau conclui, acabavam sendo tratados de forma bem mais eficaz. O grupo conseguiu desenvolver procedimentos informais que levavam em conta uma iniciativa e uma responsabilidade maiores do que as regras formais da organização proporcionavam.

As redes informais tendem a se desenvolver em todos os níveis da organização. Bem no topo, os laços pessoais e as amizades podem ser mais importantes do que as situações formais nas quais se espera que as decisões sejam tomadas. Por exemplo, as reuniões dos conselhos de diretores e de acionistas supostamente determinam as políticas das corporações empresariais. Na prática, são normalmente alguns membros do conselho que, de fato, dirigem a corporação, tomando decisões informalmente e esperando que o conselho as aprove. Redes informais desse tipo também podem atravessar diferentes corporações. Líderes empresariais de diferentes firmas freqüentemente fazem consultas entre si de maneira informal, podendo pertencer aos mesmos clubes e associações de lazer.

Não é fácil julgar até que ponto os procedimentos informais geralmente favorecem ou impedem a eficácia das organizações. Os sistemas que se assemelham ao tipo ideal de Weber tendem a originar uma selva de caminhos extra-oficiais para a realização de tarefas, o que se deve, em parte, ao fato de que é possível alcançar a flexibilidade remendando extra-oficialmente as regras formais. Para aqueles que têm empregos enfadonhos, os procedimentos informais também podem ajudar na criação de um ambiente de trabalho mais agradável. As ligações informais entre os funcionários de postos superiores podem ser úteis em casos que auxiliem toda a organização. Por outro lado, esses funcionários podem estar mais preocupados em favorecer ou proteger seus próprios interesses do que em promover os da organização como um todo.

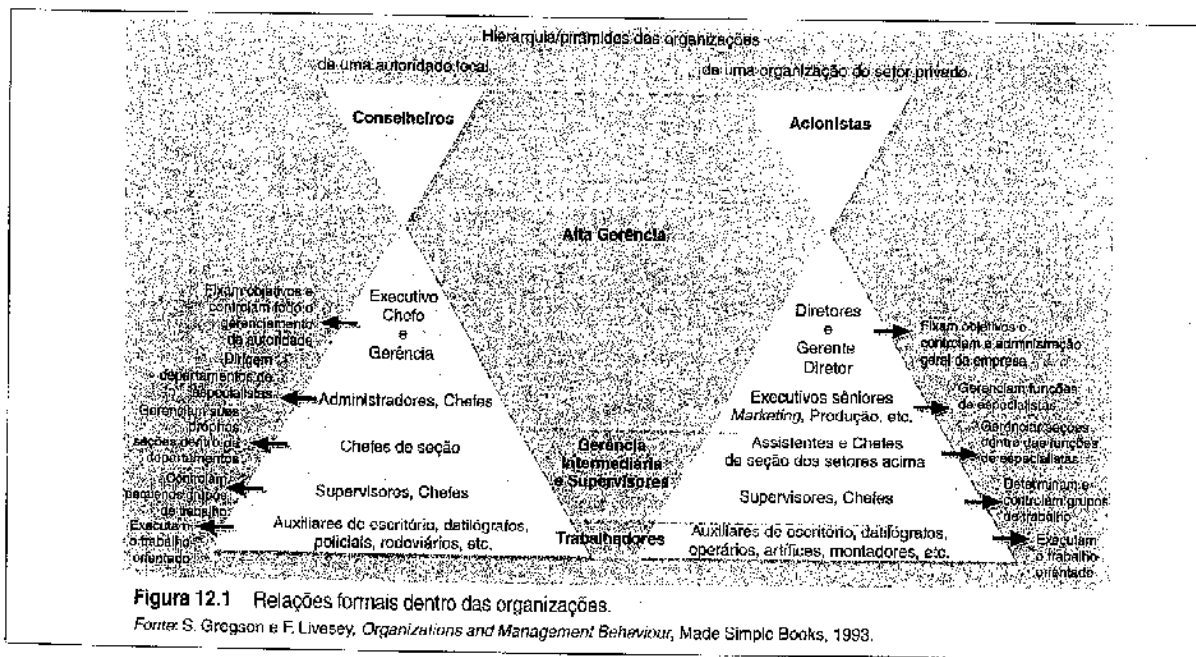
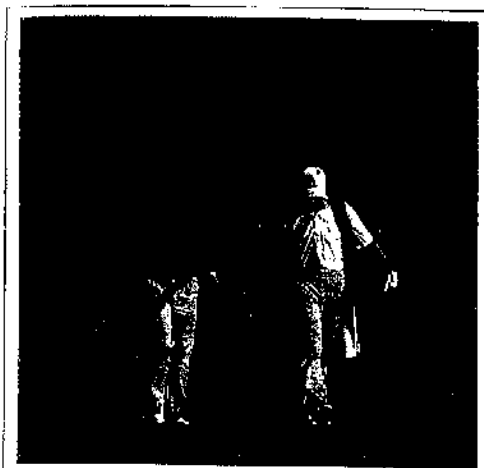


Figura 12.1 Relações formais dentro das organizações.

Fonte: S. Gregson e F. Livesey, *Organizations and Management Behaviour*, Made Simple Books, 1993.



Uma reunião de negócios?

### Merton: as disfunções da burocracia

Robert Merton, um estudioso funcionalista norte-americano, examinou o tipo ideal de Weber e concluiu que diversos elementos inerentes à burocracia poderiam levar a conseqüências prejudiciais para o funcionamento tranquilo da própria burocracia (1957). A esses elementos ele referiu-se como *disfunções da burocracia*. Primeiramente, Merton observou que os burocratas são treinados para confiar estritamente em regras e procedimentos escritos, não sendo estimulados a serem flexíveis, a empregarem seu próprio julgamento na tomada de decisões, ou a buscarem soluções criativas; a burocracia ocupa-se do controle de casos seguindo um conjunto de critérios objetivos. Merton temia que essa rigidez pudesse levar a um *ritualismo burocrático*, uma situação na qual as regras são conservadas a qualquer custo, até mesmo nos casos em que outra solução pode ser melhor para a organização como um todo.

Uma segunda preocupação de Merton diz respeito ao fato de que a adesão às regras burocráticas poderia acabar tendo prioridade sobre as metas organizacionais fundamentais. Dando-se muita ênfase ao procedimento correto, é possível que se perca de vista o "quadro inteiro". Um burocrata responsável por processos de sinistro de seguros pode, por exemplo, se recusar a compensar um segurado por danos legítimos, citando a falta de um formulário, ou um formulário que tenha sido preenchido de maneira incorreta. Ou seja, processar o pedido corretamente acabaria tendo prioridade sobre as necessidades do cliente que sofreu a perda.

Nesses casos, Merton previu a possibilidade de que haja uma tensão entre o público e a burocracia – uma preocupação que não era totalmente inadequada. A maioria de nós interage com grandes burocracias regularmente – do Serviço Nacional de Saúde a autoridades de conselhos e auditores fiscais. Não raras vezes, nos deparamos com situações nas quais servidores

públicos e burocratas parecem não se preocupar com nossas necessidades. Um dos principais pontos fracos da burocracia é a sua dificuldade em lidar com casos que necessitem de tratamento e consideração especiais.

### Burns e Stalker: sistemas mecanicista e orgânico

Os procedimentos burocráticos podem ser aplicados de maneira eficaz a todos os tipos de trabalho? Alguns estudiosos sugerem que a burocracia tem um caráter lógico na execução de tarefas de rotina, mas que pode ser problemática em contextos nos quais as exigências do trabalho variam de modo imprevisível. Em sua pesquisa sobre inovação e mudança nas companhias eletrônicas, Tom Burns e G. M. Stalker constataram a eficácia limitada das burocracias em indústrias nas quais ter flexibilidade e estar na vanguarda são as principais preocupações (Burns e Stalker, 1966).

Burns e Stalker fazem uma distinção entre dois tipos de organização: a *mecanicista* e a *orgânica*. As organizações mecanicistas são sistemas burocráticos nos quais existe uma cadeia hierárquica de comando, em que o fluxo da comunicação ocorre verticalmente através de canais definidos. Os empregados são responsáveis por uma tarefa discreta; uma vez completada essa tarefa, a responsabilidade é transmitida ao próximo empregado. O trabalho dentro de um sistema como esse é anônimo, e quem está "no topo" e aqueles que estão "na base" raramente se comunicam.

Já as organizações orgânicas caracterizam-se por uma estrutura mais livre, na qual dá-se prioridade às metas gerais da organização, e não às responsabilidades minuciosamente definidas. A comunicação flui, e as "ordens oficiais" são mais difusas, seguindo várias trajetórias, não simplesmente verticais. Todos os que participam da organização são vistos como possuidores de conhecimentos legítimos e energia que podem ser aproveitados na resolução de problemas; as decisões não são domínio exclusivo dos que estão "no topo".

De acordo com Burns e Stalker, as organizações orgânicas estão bem mais equipadas para lidar com as demandas variáveis de um mercado inovador, como telecomunicações, *software* para computadores ou biotecnologia. Com uma estrutura interna mais fluida, essas organizações conseguem reagir com maior rapidez e de forma mais adequada às variações no mercado, podendo propor soluções mais criativas e ágeis. As organizações mecanicistas são mais apropriadas a formas de produção mais tradicionais, estáveis, que sejam menos suscetíveis às oscilações do mercado. Apesar desse estudo ter sido publicado há 30 anos, continua sendo altamente relevante para as discussões atuais sobre mudança organizacional (veja, mais adiante, "Ultrapassando os limites da burocracia?", p. 296). Burns e Stalker renunciaram muitas das questões que ganharam destaque central nos debates recentes sobre a globalização, a especialização flexível e a desburocratização.

## Instituições totais

Um dos estudos de maior influência sobre as organizações foi realizado pelo sociólogo norte-americano Erving Goffman, no final da década de 1950, e publicado no livro *Asylums* (1968). Aprofundando-se na tradição interacionista, Goffman investigou fenômenos sociais a partir da perspectiva dos próprios atores sociais, considerando os significados atribuídos por eles ao mundo que os cerca. Nesse estudo, em particular, Goffman buscou compreender as operações das **instituições totais** por meio das experiências dos indivíduos que por elas passam. As instituições totais são instalações como hospitais psiquiátricos, campos de treinamento de recrutas e mosteiros que impõem aos seus residentes um sistema de existência violentamente ordenado, em completo isolamento do mundo exterior. Goffman estava particularmente entusiasmado pela ideia de compreender as mudanças profundas que ocorriam na noção que o indivíduo tem de seu eu em tais condições.

As instituições totais podem ser consideradas exemplos de burocracias elaboradas, guiadas por procedimentos complexos e rígidos que são compulsórios aos seus membros. Nas instituições totais, os indivíduos encontram-se cercados por um mundo rigorosamente organizado, completamente planejado e meticulosamente supervisionado. Goffman descobriu que diferentes tipos dessas instituições possuem certos aspectos em comum. Em todos os casos, os recém-chegados são privados de sua "percepção do eu" e de sua individualidade enquanto pessoas, sendo "reconstruídos" de acordo com as regras da instituição. Removem-se os objetos pessoais e neutralizam-se os traços identificadores: as roupas são trocadas por uniformes regulamentares, são feitos cortes de cabelo padronizados, dá-se um novo nome ou número de identificação e rompem-se as ligações com o mundo exterior, incluindo os relacionamentos com a família e os amigos. O recluso é lembrado, de várias formas, de que não é mais a mesma pessoa que era antes, mas assumiu uma nova identidade como membro da instituição.

Existem linhas definidas que separam os residentes das instituições totais do quadro de funcionários. As rotinas diárias são planejadas e supervisionadas pelos empregados, que têm autoridade para punir e recompensar os residentes de acordo com o grau de obediência que eles demonstrarem. Esse processo de garantia da submissão é auxiliado, em parte, pelo que Goffman chamou de *mortificação do eu*. Os recém-chegados às instituições totais são sistematicamente humilhados e rebaixados diante de seus superiores e de seus iguais até a destruição do conceito que

tinham de si mesmos. A mortificação do eu pode ocorrer de várias maneiras, incluindo práticas como exames de saúde e procura por objetos que possam estar escondidos nas cavidades do corpo, atribuição de tarefas servis, coleta de impressões digitais, falta constante de privacidade e a exigência de um pedido de permissão antes da execução de qualquer tarefa.

Goffman identificou cinco reações dos reclusos às suas experiências nas instituições totais, as quais variavam de um retraimento completo a uma resistência aberta à acomodação e ao "desempenho de um papel". No entanto, ele concluiu que, de um modo geral, a maioria dos reclusos resiste à pressão de abandonar sua percepção do eu desenvolvendo uma frieza — protegendo-se psicologicamente através de uma atitude de reduzir suas atividades ao mínimo necessário para conseguir sobreviver e ficar longe do cárcere. Em vez de resistirem abertamente ao sistema, muitos reclusos descobriram formas pragmáticas de ajustarem-se a ele.

### A resistência às instituições totais: críticas de Goffman

Assim como a maioria dos trabalhos pioneiros, o estudo de Goffman sobre as instituições totais também atraiu elogios e críticas. Alguns sociólogos alegam que Goffman conferiu uma ênfase exagerada à "adaptação", e que, na verdade, existe bem mais resistência dentro dessas instituições do que ele sugere. Em seu estudo sobre uma penitenciária em Durham (1972), Stanley Cohen e Laurie Taylor encontraram mais evidências de resistência à autoridade do que Goffman. Enquanto Goffman via uma intransigência teimosa como a forma mais direta de resistência à autoridade, Cohen e Taylor testemunharam formas de resistência que ultrapassavam a mera proteção da percepção do eu. Eles afirmam que muitas formas de resistência nas prisões baseiam-se em objeções coletivas ao sistema e visam a provocar mudanças na operação da instituição. Assim, greves de fome, campanhas de envio de cartas, tentativas de fuga e motins nas prisões podem ser vistos como exemplos de reações ativas à experiência da detenção. Uma forma de resistência com caráter menos público, observada por Cohen e Taylor, foi a tendência de os presidiários rejeitarem os rótulos atribuídos a eles pelas autoridades carcerárias, recusando-se a se enxergarem como "criminosos" ou a terem uma visão inferior de si mesmos em função de sua posição no sistema de justiça criminal.

## As prisões enquanto instituições modernas

Michel Foucault prestou muita atenção a organizações como as prisões, nas quais os indivíduos são separados fisicamente do mundo exterior por longos períodos. Ele empregava o termo **organizações carcerárias** para referir-se às instalações onde as pessoas eram encarceradas – escondidas – do ambiente social externo. Segundo Foucault, as prisões e o encarceramento constituem um aspecto principal da “sociedade disciplinar”, expressão que utilizava para descrever as sociedades modernas nas quais a disciplina é gerada monitorando-se, controlando-se e punindo-se a população humana. Foucault acreditava que muitas das técnicas desenvolvidas nas prisões são também aplicadas a outras áreas da vida, como as escolas, os locais de trabalho e até mesmo os bairros.

### O desenvolvimento das prisões modernas

Antes do início do século XIX, a detenção era raramente empregada para punir o crime. A maioria das cidades de qualquer porte contava com uma cadeia local, porém essas prisões eram normalmente muito pequenas, não tendo capacidade para manter mais de três ou quatro prisioneiros por vez. Eram utilizadas para “resfriar os ânimos” dos bebados por uma noite, ou, de vez em quando, como lugares onde os acusados aguardavam julgamento. Nas grandes cidades europeias, havia prisões de tamanho razoável, e a maioria das pessoas nelas internadas era de criminosos condenados que aguardavam a execução. Essas instituições eram bem diferentes daquelas que começaram a ser construídas em grandes quantidades a partir da virada do século XIX. A disciplina carcerária era relaxada ou inexistente, e os direitos à visita para os membros da família eram bem menos rigorosos do que o são atualmente. Os prisioneiros não ficavam isolados uns dos outros; para os padrões modernos, a atmosfera na prisão era espantosamente informal.

Até o século XIX, as principais formas de punição para os crimes eram o tronco, o açoite, o ferrete e o enforcamento. Eram normalmente executadas em público em ocasiões muito concorridas. As punições em público eram uma forma de os governantes demonstrarem simbolicamente sua autoridade sobre a população, e não o resultado de uma aplicação sistemática da lei.

A origem das prisões modernas não está nas cadeias de antigamente, mas nas casas de trabalho. As casas de traba-

lho (*workhouses*) da maioria dos países europeus datam do século XVII e foram estabelecidas durante o período da queda do feudalismo. Não conseguindo trabalho nas terras, muitos camponeses tornavam-se andarilhos, sendo-lhes oferecida comida em troca de um trabalho físico pesado nessas casas. Esses locais, no entanto, não se destinavam apenas aos pobres. Eles passaram a internar outros grupos – como doentes, idosos e pessoas com problemas mentais – caso não houvesse ninguém de fora preparado para tomar conta deles.

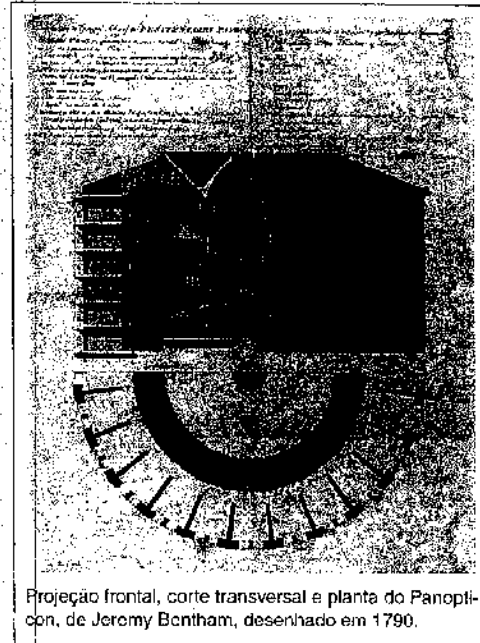
Durante o século XVIII, as prisões, os manicômios e os hospitais tornaram-se gradualmente distintos. Os reformadores passaram a discordar das punições tradicionais, enxergando na privação da liberdade um caminho mais eficaz para lidar com as atividades criminosas. Como se esperava que as prisões produzissem o efeito de exercitar hábitos moderados de disciplina e de conformidade nos criminosos, a idéia de punir as pessoas em público foi progressivamente afastada.

### A burocratização das prisões

A punição tornou-se bem mais sistemática na era industrial. O crescimento das áreas urbanas e o surgimento de uma classe trabalhadora industrial trouxeram novos desafios à ordem social. A população deslocou-se das regiões rurais para as urbanas, o que fez com que as pessoas recém-chegadas não estivessem totalmente integradas à vida da cidade, mas também deixassem de ser governadas por estruturas sociais rurais. Essas flutuações constantes da população e as condições sociais que variavam rapidamente geraram certa desordem e instabilidade. A prisão moderna foi uma instituição que surgiu para lidar com os indivíduos que rompessem a nova ordem social. Assim como muitas instituições da sociedade moderna, as prisões passaram a ficar cada vez mais burocratizadas, sendo vinculadas a uma complexa rede administrativa de agências do Estado que incluíam os sistemas de justiça legal e criminal.

Durante o século XIX, houve uma enxurrada de construções de instalações carcerárias. De acordo com Foucault, o projeto da prisão moderna teve origem no *Panopticon*, uma organização planejada pelo filósofo e pensador social Jeremy Bentham, no século XIX. “Panopticon” foi o nome dado por Bentham a uma prisão ideal que ele projetou; Bentham nunca conseguiu vender o modelo na íntegra

para o governo britânico, porém alguns dos aspectos do projeto foram incorporados às prisões nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Europa. O Panopticon reunia diversos aspectos estruturais distintos, os quais permitiam às autoridades carcerárias o controle do tempo, do espaço e dos movimentos dos prisioneiros. Apesar de ainda restarem áreas comuns para a prática de exercícios e para as refeições, os detentos eram isolados em celas individuais que tinham uma única janela com visibilidade para uma torre de vigia central. As celas eram dispostas em um padrão circular, de forma que os guardas que estivessem na torre de vigia pudessem monitorar todas as celas a partir de um único local. Porém, dentro das celas, os detentos não poderiam saber se estavam sendo observados em algum momento, pois as persianas das janelas da torre tornavam os guardas invisíveis. O Panopticon destinava-se a maximizar o controle sobre o comportamento dos internos através de uma vigilância real ou imaginária. Como podiam estar sendo monitorados a qualquer momento, os prisioneiros eram obrigados a ajustar o próprio comportamento.



Projeção frontal, corte transversal e planta do Panopticon, de Jeremy Bentham, desenhado em 1790.

### A teoria das organizações de Michel Foucault: o controle do tempo e do espaço

A maioria das organizações modernas funciona em ambientes físicos especialmente planejados. Um prédio que abriga uma organização particular possui aspectos específicos que são relevantes para as atividades dessa organização, mas tem também características arquitetônicas importantes em comum com prédios de outras organizações. A arquitetura de um hospital, por exemplo, difere, em alguns pontos, da arquitetura de uma empresa ou da de uma escola. As diferentes enfermarias, salas de consulta, salas de operações e escritórios de um hospital dão ao conjunto do prédio um *layout* definido, ao passo que uma escola pode consistir em salas de aula, laboratórios e um ginásio de esportes. Entretanto, existe uma semelhança geral: é provável que ambos contenham salas e corredores com portas de acesso e utilizem decoração e mobiliários padronizados por toda a parte. Desconsiderando-se a diversidade no modo de vestir das pessoas que andam pelos corredores, existe uma clara semelhança entre os prédios que abrigam as organizações modernas.

Michel Foucault demonstrou um envolvimento direto da arquitetura de uma organização na sua composição social e no seu sistema de autoridade (Foucault, 1970, 1979). Seus escritos influentes sobre as prisões modernas (veja quadro, p. 289) diziam respeito, em grande parte, ao *layout* físico das instala-

ções carcerárias. Sua obra demonstra que, estudando-se as características físicas das organizações, podemos lançar novas luzes sobre os problemas analisados por Weber. Os escritórios discutidos por Weber, em linhas abstratas, são também cenários arquitetônicos — às vezes, os prédios de grandes firmas são, de fato, construídos fisicamente como uma hierarquia, de forma que, quanto mais elevada for a posição da pessoa na hierarquia de autoridade, mais próximo do topo estará seu escritório; às vezes, utiliza-se a expressão “estar no topo” no sentido daquelas que detêm o poder máximo na organização.

A geografia de uma organização irá afetar seu funcionamento de muitas outras maneiras, especialmente nos casos em que os sistemas dependem profundamente das relações informais. A proximidade física facilita a formação de grupos primários, ao passo que a distância física pode polarizar os grupos, resultando em uma atitude distintiva entre departamentos: “eles” e “nós”.

Não há como as organizações operarem de forma eficaz se o trabalho dos empregados for desordenado. Nas empresas, conforme ressaltou Weber, as pessoas devem trabalhar em períodos regulares. As atividades precisam ser coordenadas consistentemente quanto ao tempo e ao espaço, algo que seja promovido tanto pelos ambientes físicos quanto pelo planejamento preciso de horários detalhados. Os quadros de horários regularizam as atividades através do tempo e do espaço — nas palavras de Foucault, eles “distribuem grupos de pessoas de manei-

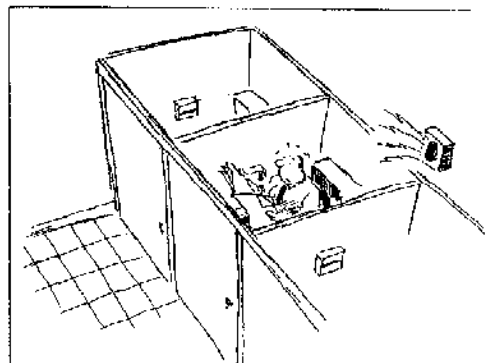
ra eficiente" na organização. Os horários são a condição da disciplina organizacional, pois eles fazem com que as atividades de um grande número de pessoas se encaixem. Se uma universidade não cumprir rigorosamente um horário de aulas, por exemplo, logo ela virará um caos completo. O quadro de horários possibilita o uso intensivo do tempo e do espaço: cada um deles pode ser preenchido com várias pessoas e atividades.

### A vigilância nas organizações

A disposição das salas, dos corredores e dos espaços abertos nos prédios de uma organização podem oferecer pistas fundamentais do modo de operação de seu sistema de autoridade. Em algumas organizações, grupos de pessoas trabalham coletivamente em ambientes abertos. Devido à natureza monótona e repetitiva de certos tipos de trabalho industrial, como a produção na linha de montagem, existe a necessidade de uma supervisão regular a fim de garantir que os trabalhadores mantenham o ritmo do trabalho. O mesmo geralmente se verifica no caso do trabalho de rotina executado por digitadores que se sentam juntos no setor de digitação, onde suas atividades são visíveis aos seus superiores. Foucault enfatizou bastante o modo como a visibilidade, ou a falta desta, nos cenários arquitetônicos das organizações modernas influencia e expressa padrões de autoridade. A visibilidade determina com que facilidade os subordinados podem se sujeitar ao que Foucault denomina **vigilância**, a supervisão das atividades nas organizações. Nas organizações modernas, todos, mesmo aqueles que ocupam posições de autoridade relativamente elevadas, submetem-se à vigilância; porém, quanto mais humilde for o indivíduo, maior a tendência de o seu comportamento ser escrutado de perto.

A vigilância assume duas formas. Uma é a supervisão direta do trabalho dos subordinados pelos superiores. Considere o exemplo de uma sala de aula em uma escola: os alunos sentam-se às mesas ou carteiras, normalmente dispostas em fileiras, todos em função do professor. As crianças devem parecer alertas, ou então estar absorvidas em seu trabalho. É claro que, na prática, isso dependerá das habilidades do professor e das inclinações das crianças no sentido de agirem de acordo com o que se espera delas.

O segundo tipo de vigilância é mais sutil, porém igualmente importante. Consiste em manter arquivos, fichas e histórias sobre a vida das pessoas. Weber percebia a importância dos registros escritos (hoje, muitas vezes computadorizados) nas organizações modernas, mas não explorou completamente como eles poderiam ser aproveitados para regular o comportamento. As fichas dos empregados normalmente oferecem histórias de trabalho completas, registrando detalhes pessoais e, frequentemente, avaliações do caráter. São utilizadas para monitorar o comportamento dos empregados e avaliar as recomendações de promoção. Em muitas empresas, os indivíduos de cada nível da organização elaboram relatórios anuais sobre o desempenho daqueles que ocupam níveis imediatamente inferiores. Os registros da escola e da faculdade também são utilizados para



"Os sensores indicam que a cabine nº 2 está sendo ocupada há 18 minutos. Você necessita de assistência?"

monitorar o desempenho dos indivíduos em sua mobilidade dentro da organização.

A difusão da tecnologia da informação no local de trabalho despertou novas preocupações importantes sobre a vigilância. Os empregadores conseguem monitorar os empregados em seu uso do correio eletrônico e da internet, por meio de programas que escaneiam *e-mails* pessoais e registram os *sites* visitados na internet e o tempo de permanência nestes. Os empregadores enfatizam que essa atitude não passa de uma questão de produtividade do trabalhador. Como o acesso ao e-mail e à internet tornaram-se quase que um padrão nas áreas de trabalho de todos os empregados, existe uma preocupação quanto ao gasto excessivo de tempo de trabalho com correspondências pessoais, compras *on-line*, jogos de computador, ou visitas a *sites* pornográficos. Os empregados, por outro lado, afirmam que o fato de a gerência vigiar o uso da internet é uma invasão de privacidade e uma violação aos seus direitos. Informações privadas que não dizem respeito ao empregador – como a condição de soropositivo do empregado ou sua intenção de aceitar um emprego em outra companhia – acabam sendo reveladas por meio dessas técnicas de vigilância.

### Os limites da vigilância

Para Weber e Foucault, a forma mais eficaz de dirigir uma organização é através da maximização da vigilância – divisões de autoridade claras e consistentes. Porém, essa é uma visão equivocada, especialmente quando a aplicamos às empresas, as quais não exercem controle completo (como as instituições totais o fazem) sobre a vida das pessoas em ambientes fechados. As prisões e outras instituições semelhantes, na verdade, não constituem um bom modelo para todas as organizações. A supervisão direta pode funcionar razoavelmente bem quando se aceita, de antemão, que é provável que as pessoas nela envolvidas sejam hostis em relação a quem tiver um grau de autoridade superior e não queiram estar em sua posição. Po-



rém, nas organizações em que os gerentes desejam a cooperação dos outros na conquista de objetivos comuns, a situação é diferente. Uma supervisão direta excessiva aliena os empregados, que se sentem impedidos de terem qualquer oportunidade de envolvimento no trabalho que realizam (Grint, 1991; Sabel, 1982).

Esse é um dos motivos principais pelos quais as organizações fundadas nos tipos de princípios formulados por Weber e Foucault, como as grandes fábricas que incluem a produção na linha de montagem e as hierarquias de autoridades rígidas, acabaram encontrando grandes dificuldades. Os trabalhadores não estavam inclinados a se dedicar ao trabalho nesses ambientes; a supervisão contínua era, de fato, uma exigência para fazê-los trabalhar com mais afinco, mas promovia o ressentimento e a hostilidade.

As pessoas também estão propensas a rejeitar níveis elevados de vigilância no segundo aspecto mencionado por Foucault: o conjunto de informações escritas a seu respeito. Na realidade, essa foi uma das principais razões da queda das sociedades comunistas que seguiam o modelo soviético. Nessas sociedades, as pessoas eram espionadas regularmente tanto pela polícia secreta quanto por outros indivíduos a serviço da polícia secreta – até mesmo parentes e vizinhos. O governo também mantinha informações detalhadas sobre os cidadãos coletivamente a fim de suprimir uma possível oposição ao seu domínio. O resultado foi uma forma de sociedade politicamente autoritária e, no final, economicamente ineficiente. A sociedade inteira quase chegou mesmo a se parecer com uma prisão gigante, com todos os descontentamentos, os conflitos e os

modos de oposição que as prisões geram – um sistema do qual as pessoas, finalmente, libertaram-se.

### Burocracia e democracia

Foucault tinha razão quanto ao papel central da vigilância nas sociedades modernas, um tema que ganhou ainda mais importância agora com o crescente impacto das tecnologias da informação e das comunicações. Vivemos na chamada sociedade da vigilância (Lyon, 1994) – uma sociedade na qual as informações a respeito da nossa vida são obtidas por todos os tipos de organizações, não apenas por empregadores.

Como mencionamos anteriormente, as organizações governamentais mantêm um volume enorme de informações sobre nós, que vão desde registros da data do nosso nascimento, das escolas e dos empregos aos dados sobre a renda utilizados na cobrança de impostos e informações utilizadas na emissão de carteiras de motorista e na determinação dos números da seguridade social. Com o desenvolvimento dos computadores e de outras formas de equipamentos eletrônicos para o processamento de dados, a vigilância ameaça entrar em todos os domínios da nossa vida. Imagine que você tenha ouvido falar de um país, com uma população de 26 milhões de pessoas, no qual o governo opere 2.220 bancos de dados, contendo uma média de 20 arquivos sobre cada cidadão. Dez por cento da população tem seus nomes no computador central da polícia. Você pode pensar que esse país sofre sob uma ditadura. Na verdade, estamos falando do Canadá (Lyon, 1994).

### A lei de ferro da oligarquia

Roberto Michels (1967), aluno de Weber, inventou uma expressão que, desde então, se tornou famosa para se referir à perda do poder de baixo para cima: nas organizações de grande escala e, de um modo mais geral, em uma sociedade dominada pelas organizações, afirma ele, existe uma **lei de ferro da oligarquia**. Oligarquia significa o domínio exercido por poucos. Segundo Michels, o fluxo do poder em direção ao topo é simplesmente uma parte inevitável de um mundo cada vez mais burocratizado – daí o termo “lei de ferro”.

Para compreender por que Michels considera inevitável a tendência rumo à oligarquia, é necessário entender um paradoxo fundamental que ele aborda em seus escritos. Michels afirma que as organizações são essenciais para a democracia, mas que, ao mesmo tempo, garantem o final derradeiro da própria democracia. De acordo com Michels, as organizações são necessárias para a democracia, pois são o único caminho possível pelo qual uma grande quantidade de

pessoas podem participar do processo político e fazer com que suas opiniões sejam ouvidas. Porém, uma vez estabelecidas, passa a ser impossível, em termos práticos, ter diversas pessoas *dirigindo* uma organização. Esse é o ponto em que se acelera o processo de “perda de poder em direção ao topo”: os modelos de “democracia representativa” abrem caminho para líderes e burocracias em tempo integral, os quais, por sua vez, abrem caminho para o domínio de elites, ou oligarquia. Uma vez estabelecida, a liderança oligárquica investe mais em manter seu próprio poder do que em agir sobre as metas e os valores de seus defensores democratas. Michels acreditava que essa mesma dinâmica era inevitável tanto dentro das organizações quanto dentro das sociedades democráticas como um todo.

Para saber mais a respeito das questões levantadas aqui, veja “Democracia”, na p. 343.

A noção dos policiais como "trabalhadores que lidam com o conhecimento" é investigada em "Policando a sociedade de risco", na p. 186.

O enfraquecimento da democracia com o avanço das formas modernas de organização e de controle das informações foi um ponto de grande preocupação para Weber. O que especialmente o incomodava era a perspectiva de um governo feito por burocratas anônimos. Como é possível a sobrevivência da democracia diante do poder cada vez maior que as organizações burocráticas exercem sobre nós? Afinal de contas, argumentava Weber, as burocracias são necessariamente especializadas e hierárquicas. Os que estão em níveis inferiores na organização inevitavelmente sentem-se reduzidos à execução de tarefas mundanas, não tendo poder sobre o que fazem; o poder é transmitido a quem está no topo. Weber preocupava-se com os efeitos alienantes das burocracias sobre os indivíduos que nelas trabalham. Privados da chance de exercitarem a iniciativa e a criatividade, os burocratas podem simplesmente resignar-se à execução do seu papel definido e à defesa da segurança de suas posições contra qualquer desafio de fora.

Weber também previu um conflito potencial entre os burocratas de carreira e os políticos eleitos democraticamente. Apesar de os burocratas serem, na verdade, servidores do governo, seus cargos estáveis e seu conhecimento de especialistas lhes conferem uma base de poder próprio de proporções consideráveis. Os mesmos políticos que devem controlar o poder burocrático das democracias modernas são, ao mesmo tempo, dependentes da burocracia para informações e para a especialização. Aos olhos de Weber, seria essencial que a burocracia se submetesse a fortes controles políticos que garantissem sua abertura e transparência. As preocupações de Weber não estavam totalmente deslocadas. Nos antigos países comunistas, houve a formação de enormes burocracias para administrar a economia centralizada e a rede de serviços sociais. Essas burocracias evoluíram para blocos próprios fortificados de poder, os quais foram controlados, somente com muita dificuldade, até o último instante da era comunista, pelas forças políticas. Esses fenômenos, entretanto, não se restringem aos antigos estados comunistas. Até mesmo no Ocidente, existem episódios documentados de conflitos ocorridos nos níveis mais altos entre os interesses burocráticos e os interesses políticos.

## O gênero e as organizações

Há até umas duas décadas, os estudos organizacionais não dedicavam muita atenção à questão do gênero. A teoria de Weber sobre a burocracia e muitas das influentes reações a Weber que surgiram nos anos seguintes foram escritas por homens e presumiam um modelo de organização que colocava os homens diretamente no centro. Porém, o aumento da cultura feminista, na década de 1970, levou a uma investigação das relações de gênero em todas as principais instituições da sociedade, incluindo as organizações e a burocracia. As sociólogas feminis-

tas não apenas se concentraram no desequilíbrio existente entre os papéis de gênero dentro das organizações, mas exploraram as formas pelas quais as próprias organizações modernas haviam se desenvolvido de um modo voltado para o gênero.

As feministas afirmam que o surgimento da organização moderna e da carreira burocrática dependia de uma configuração específica de gênero. Elas apontam dois aspectos nos quais o gênero está embutido na própria estrutura das organizações modernas. Em primeiro lugar, as burocracias caracterizam-se por uma segregação ocupacional de gênero. A partir do momento em que um volume maior de mulheres começou a ingressar no mercado de trabalho, houve uma tendência a segregá-las em categorias de ocupações de baixa remuneração e que envolvessem atividades rotineiras. Essas posições estavam subordinadas àquelas ocupadas pelos homens, sem proporcionar oportunidades de promoção para as mulheres. As mulheres foram usadas como fonte de trabalho barato e confiável, mas a elas não foram oferecidas as mesmas oportunidades de construir carreiras como aos homens.

Em segundo lugar, a idéia de uma carreira burocrática era, na verdade, uma carreira masculina, na qual as mulheres desempenhavam um papel coadjuvante crucial. No trabalho, as mulheres realizavam as tarefas de rotina – como auxiliares de escritório, secretárias e gerentes de repartições – as quais permitiam que os homens progredissem em suas carreiras. Os homens podiam concentrar-se na obtenção de promoções ou na conquista de grandes clientes, porque a equipe auxiliar feminina tratava da maior parte do trabalho exaustivo não-valorizado. Na esfera doméstica, as mulheres também amparavam a carreira burocrática, tomando conta da casa, das crianças e do bem-estar cotidiano do homem. As mulheres "serviam" às necessidades do homem burocrata permitindo-lhe trabalhar durante um longo expediente, viajar e concentrar-se unicamente em seu trabalho sem preocupações com questões pessoais ou domésticas.

Como resultado dessas duas tendências, sustentavam as primeiras escritoras feministas, as organizações modernas desenvolveram-se como terrenos dominados pelos homens, nos quais as mulheres são excluídas do poder, vêem negadas suas oportunidades de progresso na carreira e são vitimizadas com base em seu gênero, por meio do assédio sexual e da discriminação (veja o quadro, p. 294).

Apesar de a maioria das primeiras análises feministas ter se concentrado em um conjunto comum de questões – salário desigual, discriminação e o controle masculino sobre o poder –, não havia consenso quanto à melhor abordagem a ser adotada na luta pela igualdade das mulheres. Duas das principais obras feministas sobre as mulheres e as organizações exemplificaram a separação entre as perspectivas feministas liberais e as radicais (veja a seção que trata das "Abordagens feministas", na p. 153).

*Men and Women of the Corporation* (1977), de Rosabeth Moss Kanter, foi uma das primeiras investigações sobre as mulheres nos ambientes burocráticos. Kanter investigou a posição das mulheres nas corporações e analisou as formas de

sua exclusão do poder, tendo por foco a "homossociabilidade masculina" – o modo como os homens conseguiram manter o poder dentro de um círculo fechado, permitindo o acesso apenas àqueles que pertencessem ao mesmo grupo de pessoas com interesses comuns. As mulheres e as minorias étnicas eram excluídas das redes sociais e das relações pessoais cruciais para as promoções, sendo-lhes negadas oportunidades de ascensão.

Apesar de Kanter ter uma postura crítica quanto a esses desequilíbrios de gênero dentro das corporações modernas, ela não era completamente pessimista em relação ao futuro. Aos seus olhos, o problema estava no poder, e não no gênero. As mulheres estavam em uma posição desfavorável não pelo fato intrínseco de serem mulheres, mas por não exercerem poder suficiente dentro das organizações. Para Kanter, aumentando o número de mulheres a assumirem papéis influentes, os desequilíbrios seriam eliminados. Sua análise pode ser descrita como uma abordagem feminista liberal, pois sua principal preocupação está na igualdade de oportunidade e na garantia de que às mulheres seja permitido atingir posições comparáveis às dos homens.

A abordagem feminista radical apresentada por Kathy Ferguson em *The Feminist Case Against Bureaucracy* (1984) é bastante diferente da visão de Kanter. Ferguson não entendia o desequilíbrio de gênero dentro das organizações como algo que

pudesse ser resolvido com a promoção de um número maior de mulheres a posições de poder. Em sua opinião, as organizações modernas estavam fundamentalmente contaminadas por valores e padrões de dominação masculinos. As mulheres estariam sempre relegadas a papéis subalternos dentro dessas estruturas, afirma Ferguson. A única solução eficaz para as mulheres seria construir suas próprias organizações com base em princípios bem diferentes dos masculinos. Ela argumenta que as mulheres são capazes de se organizar de forma mais democrática, participativa e cooperativa do que os homens, os quais estão propensos a táticas autoritárias, a procedimentos inflexíveis e a um estilo gerencial insensível.

### As mulheres na gerência

Com o ingresso de um número cada vez maior de mulheres em ocupações profissionais nas últimas décadas, o debate a respeito do gênero e das organizações toma novos rumos. Muitos estudiosos vêem agora uma oportunidade para avaliar o impacto das mulheres em cargos de chefia e de gerência sobre as organizações nas quais trabalham. Será que Kanter tinha razão ao prever a redução dos desequilíbrios de gênero com o ingresso de mais mulheres em posições influentes? Uma das questões que atualmente geram um debate mais caloroso é a que

### Assédio sexual

A difusão do assédio sexual no ambiente de trabalho é um reflexo das marcas do gênero nas organizações. O assédio sexual refere-se às investidas, ao comportamento ou aos comentários de cunho sexual indesejáveis ou repetidos que sejam ofensivos ao receptor e que provoquem desconforto ou interfiram no desempenho do trabalho. Os desequilíbrios em termos de poder facilitam o assédio sexual. Apesar de as mulheres serem capazes e cometerem assédio sexual contra subordinados, como os homens normalmente controlam posições de autoridade, é mais comum que eles assediem as mulheres (Reskin e Padavic, 1994).

Nas organizações ou no local de trabalho, os homens podem acabar empregando sua autoridade ou seu poder ocupacional para tentar impor exigências sexuais – uma atitude que pode assumir formas descaradas, como quando se sugere que a mulher consinta em um encontro sexual sob pena de ser demitida. Todavia, a maior parte dos tipos de assédio sexual é, de certa forma, mais sutil, envolvendo, por exemplo, insinuações de que o oferecimento de favores sexuais traria outras recompensas; ou de que, caso esses favores não sejam oferecidos, o resultado será algum tipo de punição, como o bloqueio de uma promoção.

Obviamente, não é fácil traçar uma linha que diferencie o assédio sexual daquela atitude que pode ser considerada uma abordagem legítima de um homem em relação a uma mulher. Contudo, tomando-se por base relatos espontâneos, estima-se que sete em cada dez mulheres do RU sejam afetadas pelo assédio sexual no decorrer de sua vida de trabalho. O assédio sexual pode ocorrer uma única vez ou ser um padrão consistente de comportamento (L. Kelly, 1988). Quando se trata de um padrão consistente, é comum as mulheres terem dificuldades para manter sua produtividade normal, podendo pedir licença para tratamento de saúde ou abandonar completamente o emprego.

O assédio sexual é agora proibido por lei na maioria dos países ocidentais, mas acredita-se que muitos casos ainda não sejam denunciados. Apesar da campanha de conscientização em relação ao assédio sexual, muitas mulheres que sofreram assédio – e ficaram traumatizadas pela experiência – podem acabar não categorizando a experiência como um caso de assédio sexual. É grande o número de mulheres que preferem não apresentar queixa, com medo de terem de enfrentar desconfiança, de que suas acusações não sejam tomadas com seriedade, ou de estarem expostas a represálias (Giuffrè e Williams, 1994).

procura definir se as gerentes mulheres estão “fazendo a diferença” em suas organizações ao introduzir um estilo “feminino” de gerência em contextos que vêm sendo dominados há muito tempo pela cultura, pelos valores e pelo comportamento masculinos.

Como veremos mais adiante neste capítulo, todos os tipos de organização defrontam-se com a necessidade de se tornarem mais flexíveis, eficientes e competitivas na economia global atual. Esse desafio está afetando as organizações em todos os níveis, dos processos de produção e das relações entre os operários até o uso da tecnologia e as práticas de gerenciamento. Nos últimos anos, muitas qualidades de liderança normalmente associadas às mulheres têm sido apresentadas como exemplos de recursos essenciais para as organizações que tentam ganhar maior flexibilidade em suas operações. Em vez de confiar em estilos gerenciais rígidos de cima para baixo, as organizações são estimuladas a adotar políticas que assegurem o compromisso do empregado, o entusiasmo coletivo pelas metas organizacionais, o compartilhamento de responsabilidades e o foco sobre as pessoas. A comunicação, o consenso e o trabalho de equipe são citados pelos teóricos do gerenciamento como as principais abordagens a distinguirem as organizações de sucesso na nova era global. Essas chamadas habilidades “suaves” de gerência são tradicionalmente associadas às mulheres.

Alguns autores alegam que já é possível sentir uma mudança em direção a um estilo gerencial mais “feminino”. As mulheres vêm alcançando uma influência sem precedentes nos níveis do topo do poder, afirmam eles, e assim o fazem seguindo suas próprias “regras”, em vez de adotarem técnicas de gerenciamento tipicamente masculinas (Rosener, 1997). Como o sucesso da liderança das mulheres tem sido cada vez mais percebido por todo o mundo organizacional, existe o prognóstico do surgimento de um novo paradigma do gerenciamento, no qual os homens adotarão também muitas das técnicas preferidas há muito tempo pelas mulheres, como delegar responsabilidade, compartilhar informações e recursos e fixar metas coletivas.

Outros não concordam com a visão de que as mulheres estejam exercendo com sucesso uma marca distintamente “feminina” de gerenciamento. Em *Managing Like a Man* (1998), Judy Wajcman discorda dessa abordagem por diversas razões. Em primeiro lugar, ela argumenta que o número de mulheres que, de fato, conseguem chegar ao topo do poder é extremamente limitado. É verdade, afirma ela, que as mulheres têm feito um progresso considerável dentro dos grupos de gerência intermediária, mas apesar de seus números terem aumentado, elas ainda estão, em grande parte, impedidas de terem acesso ao poder nos níveis mais altos. Mais de 90% dos alto-executivos no RU são homens. Os homens continuam a receber níveis salariais mais altos por um trabalho equivalente, sendo empregados em maior gama de papéis do que as mulheres, que tendem a aglomerar-se em campos como os recursos humanos e o *marketing*.

Quando as mulheres conseguem chegar aos postos de alta gerência, elas tendem a “administrar como os homens”. Embora tenha havido grandes avanços nas duas últimas décadas quanto à igualdade de empregos, às políticas relativas ao assédio sexual e à consciência geral em relação às questões de gênero, Wajcman afirma que a cultura organizacional e o estilo gerencial continuam sendo predominantemente masculinos. Em seu estudo envolvendo 324 gerentes de nível sênior de corporações multinacionais, ela constatou que as técnicas de gerenciamento são dominadas muito mais pela cultura organizacional geral do que pelo gênero ou pelo estilo pessoal dos gerentes individuais. Para que as mulheres tenham acesso ao poder e mantenham sua influência, elas precisam se adaptar ao estilo gerencial dominante que enfatiza a liderança agressiva, as táticas duras e a tomada de decisões de cima para baixo.

Wajcman afirma vigorosamente que as organizações são completamente marcadas pelo gênero, tanto em aspectos óbvios quanto nos sutis. A cultura organizacional cotidiana – incluindo o modo como as pessoas conversam – é dominada por interações rápidas e competitivas. Apesar da diminuição da incidência do assédio sexual manifesto – não mais tolerado na maioria das organizações –, relações com conotações sexuais mais sutis continuam proeminentes no ambiente de trabalho e normalmente cooperam para a desvantagem das mulheres. As redes sociais e os laços informais são os elementos cruciais que estão por trás das promoções e do progresso no emprego, mas continuam sendo dirigidos ao estilo de uma rede de “velhos amigos”. Muitas mulheres acham que esse domínio é alienante ou desconfortável, conforme explicou uma das entrevistadas de Wajcman:

Você tem que ser um dos camaradas (...) Eu não me importo em dar uma passada no bar com os camaradas (...) não me ofendo com as piadas (...) é assim que se chega ao topo (...) você começa a ver as falhas, ou onde uma coisa não está indo bem, e você se aproveita disso (...) Pessoalmente, eu não gosto desse jogo. Não vale o esforço. (1998, p. 128)

Existem também motivos para se acreditar que seja difícil para as mulheres alterar repentinamente os padrões de orientação baseados na figura de um mentor, que são uma prática comum dentro das organizações. Por tradição, o modelo do mentor é o de um homem de mais idade que emprega um jovem protegido no qual ele enxerga traços de si mesmo quando mais jovem. O mentor agiria por trás dos bastidores no sentido de favorecer os interesses do jovem empregado e facilitar os futuros movimentos na carreira. Esta é uma dinâmica mais difícil de ser reproduzida entre chefes de mais idade do sexo masculino e funcionárias mais jovens, além do fato de não haver um número suficiente de mulheres que ocupem posições de nível sênior para servir de mentoras para mulheres mais jovens. Entre os entrevistados por Wajcman, era mais provável que as mulheres, e não os homens, citassem a falta de orientação na carreira como a principal barreira na sua ascensão.

Wajcman é cética quanto às afirmações de que estejamos diante de uma nova era de organizações flexíveis, descentrali-



À medida que mais mulheres chegam ao topo, será que elas mudam os métodos assim como a face da gerência – ou será que elas aprendem a “administrar como homens”?

zadas. Suas descobertas revelam que formas tradicionais de gerenciamento autoritário ainda estão muito presentes. Em sua opinião, certos atributos superficiais das organizações podem ter se transformado, porém as marcas do gênero – e o poder hegemônico do sexo masculino sobre essas organizações – não foram desafiadas.

### Ultrapassando os limites da burocracia?

Durante muito tempo no desenvolvimento das sociedades ocidentais, confirmou-se o modelo de Weber, refletido de perto pelo de Foucault. No governo, na administração hospitalar, nas universidades e nas organizações empresariais, a burocracia parecia dominante. Ainda que, como mostrou Peter Blau, as seleções sociais informais sempre se desenvolvem em ambientes burocráticos e sejam, de fato, eficazes, ora como se o futuro pudesse ser exatamente o que Weber havia previsto: uma burocratização em crescimento constante.

As burocracias ainda existem em abundância no Ocidente, mas a idéia de Weber de uma hierarquia clara de autoridade, com o poder e o conhecimento concentrados no topo, como a única forma de dirigir uma grande organização começa a parecer arcaica. Inúmeras organizações estão passando por uma revisão com o intuito de tornarem-se menos, e não mais, hierárquicas. Há mais de três décadas, Burns e Stalker concluíram

que as estruturas burocráticas tradicionais podem sufocar a inovação e a criatividade nas indústrias de “vanguarda” (1966); na economia eletrônica de hoje, poucas pessoas contestariam a importância dessas descobertas. Afastando-se de estruturas de comando vertical rígidas, muitas organizações voltam-se para modelos “horizontais”, colaborativos, a fim de ganharem maior flexibilidade e responderem melhor aos mercados flutuantes. Nesta seção, examinaremos algumas das principais forças que estão por trás dessas mudanças, incluindo a globalização e o crescimento da tecnologia da informação, além de considerarmos alguns caminhos pelos quais as organizações modernas recentes estão se reinventando à luz das circunstâncias variáveis.

### Mudança organizacional: o modelo japonês

Há décadas, as empresas japonesas foram as pioneiras de muitas das mudanças que hoje são testemunhadas em organizações espalhadas pelo mundo. Apesar da recessão da economia japonesa nos últimos anos, ela apresentou um sucesso fenomenal durante a década de 1980. Esse sucesso econômico foi muitas vezes atribuído às características distintas das grandes corporações japonesas – as quais diferiam substancialmente da maioria das empresas do Ocidente. Como veremos, muitas das características organizacionais exclusivas das corporações japo-

nessas têm sido adaptadas e modificadas em outros países nos últimos anos.

As empresas japonesas divergem em vários aspectos das características que Weber associava à burocracia:

- *Tomada de decisões de baixo para cima* – As grandes corporações japonesas não formam uma pirâmide de autoridade igual à retratada por Weber, na qual cada nível responsabiliza-se apenas pelo que está acima dele. Em vez disso, são feitas consultas aos trabalhadores que ocupam posições inferiores na organização a respeito das políticas que vêm sendo consideradas pela gerência; e até mesmo os alto-executivos fazem reuniões regulares com essas pessoas.
- *Menos especialização* – Nas organizações japonesas, os empregados especializam-se bem menos do que no Ocidente. Empregados jovens que estejam ingressando em uma firma, em uma posição de treinamento gerencial, passarão o primeiro ano aprendendo, de um modo geral, sobre o funcionamento dos diversos departamentos da empresa. Após esse período, eles passarão por um rodízio através de várias posições, tanto nas filiais locais quanto nas sedes nacionais, a fim de adquirirem experiência nas diversas dimensões de atividades da empresa. Até atingirem o pico de suas carreiras, cerca de 30 anos após o início como estagiários, os empregados terão dominado todas as tarefas importantes.
- *Segurança no emprego* – As grandes corporações no Japão têm um compromisso com o emprego vitalício dos indivíduos contratados; o empregado tem a garantia do emprego. Os pagamentos e a responsabilidade ajustam-se à antiguidade – tempo de firma de um empregado –, e não a uma luta competitiva por promoção.
- *Produção voltada para o grupo* – Em todos os níveis da corporação, as pessoas participam de pequenas “equipes” cooperativas, ou grupos de trabalho. Os grupos, ao invés dos membros individuais, são avaliados quanto ao seu desempenho. Ao contrário do que acontece no Ocidente, os “organogramas” das empresas japonesas – mapas do sistema de autoridade – mostram apenas os grupos, não as posições individuais.
- *Fusão da vida profissional com a vida privada* – Na apresentação de Weber sobre a burocracia, existe uma divisão clara entre o trabalho das pessoas dentro da organização e suas atividades externas, o que pode ser verificado na maioria das corporações do Ocidente, nas quais a relação entre a firma e o empregado é de ordem econômica. As corporações japonesas, em contraste, sustentam muitas das necessidades de seus empregados, esperando, em troca, um alto grau de lealdade à empresa. Além dos salários, os empregados recebem benefícios materiais da corporação. A empresa do setor de eletrônicos Hitachi, por exemplo, estudada por Ronald Dore (1973), oferecia moradia a todos os trabalhadores solteiros e a cerca da metade dos casados. A empresa concedia empréstimos

para a educação das crianças e para auxiliar nos custos de casamentos e funerais.

Estudos realizados em usinas controladas por japoneses na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos indicam que a tomada de decisões de baixo para cima funciona bem fora do Japão. Os trabalhadores parecem responder de forma positiva ao maior nível de envolvimento que essas usinas proporcionam (White e Trevor, 1983). Logo, parece sensato concluir que o modelo japonês deixa, de fato, algumas lições relevantes para o conceito weberiano de burocracia. As organizações que se assemelham demais ao tipo ideal de Weber são provavelmente bem menos eficazes do que aparentam ser no papel, pois não permitem que empregados de posições inferiores desenvolvam um senso de envolvimento e autonomia em relação às tarefas do seu trabalho.

Aproveitando o exemplo das corporações japonesas, Ouchi (1979, 1981) sustenta que existem limites definidos para a eficácia da hierarquia burocrática, como Weber enfatizou. As organizações claramente burocratizadas levam a “fracassos internos” de funcionamento devido à rigidez, à inflexibilidade e à falta de uma natureza envolvente. As formas de autoridade que Ouchi chama de *clãs* – grupos de pessoas que possuem vínculos pessoais próximos entre si – são mais eficientes do que os tipos burocráticos de organização. Os grupos de trabalho nas empresas japonesas são um exemplo, mas os sistemas do tipo *clã* são também, muitas vezes, desenvolvidos informalmente dentro das organizações ocidentais.

### A transformação do gerenciamento

A maioria dos componentes do “modelo japonês” descrito acima pode ser resumida a questões de gerenciamento. Embora seja impossível ignorar práticas específicas no nível da produção desenvolvidas pelos japoneses, grande parte da abordagem japonesa esteve concentrada nas relações entre a gerência e os trabalhadores, assegurando que os empregados de todos os níveis sentissem um vínculo pessoal com a empresa. A ênfase sobre o trabalho de equipe, as abordagens que permitam construir um consenso e a ampla participação dos empregados estão em evidente contraste com as formas ocidentais tradicionais de gerenciamento mais hierárquicas e autoritárias.

Na década de 1980, muitas organizações ocidentais começaram a introduzir novas técnicas de gerenciamento a fim de impulsionar a produtividade e a competitividade. Duas linhas populares da teoria do gerenciamento – o *gerenciamento de recursos humanos* e a abordagem da *cultura empresarial* – indicavam que o modelo japonês não havia passado despercebido pelo Ocidente. O *gerenciamento de recursos humanos* (GRH) é um estilo de gerenciamento que considera a mão-de-obra de uma empresa vital para a competitividade econômica; se não houver uma dedicação completa dos empregados em relação à firma e ao seu produto, esta nunca será uma líder em sua área. Para gerar entusiasmo e compromisso nos empregados, toda a cultura organizacional deve ser reestruturada a fim

de que os empregados sintam que há investimento em seu local de trabalho e no processo de trabalho. De acordo com o GRH, as questões de recursos humanos não deveriam ser de domínio exclusivo dos "funcionários do departamento pessoal" designados, mas, sim, prioridade máxima de todos os membros da gerência da empresa.

A segunda corrente de gerenciamento – da criação de uma (corpore culture) **cultura corporativa** distinta – está intimamente relacionada ao gerenciamento de recursos humanos. Com o intuito de promover a lealdade em relação à empresa e o orgulho no trabalho, a gerência da empresa trabalha com os empregados no sentido de construir uma cultura organizacional que envolva rituais, eventos ou tradições exclusivas daquela empresa. Essas atividades culturais são planejadas no sentido de unir todos os membros da firma – dos mais antigos gerentes aos mais novos empregados – para que juntos busquem os mesmos objetivos e fortaleçam a solidariedade dentro do grupo. Piqueniques da empresa, "sextas-feiras casuais" (dias em que os empregados podem vestir roupas casuais) e projetos de serviço comunitário patrocinados pela companhia são exemplos de técnicas para a construção de uma cultura empresarial.

Nos últimos anos, diversas empresas ocidentais foram fundadas seguindo os princípios de gerenciamento descritos acima. Em vez de formarem-se com base em um modelo burocrático tradicional, empresas automobilísticas como a Saturn, nos Estados Unidos, organizaram-se segundo essas novas linhas gerenciais. Na Saturn, por exemplo, os empregados de todos os níveis têm a oportunidade de trabalhar turnos em posições de outras áreas da companhia a fim de adquirirem uma noção melhor da operação da empresa como um todo. Os operários passam um tempo com a equipe de *marketing*, dividindo o seu conhecimento sobre como os veículos são produzidos. Os funcionários responsáveis pelas vendas fazem um rodízio pelo departamento de manutenção para ficarem a par de problemas comuns que podem preocupar os futuros compradores. Representantes das vendas e também dos operários participam de equipes voltadas para o planejamento de produtos a fim de discutir falhas que a gerência pode não ter percebido nos primeiros modelos. Uma cultura empresarial com foco em um serviço de atendimento ao cliente amigável e inteligente unifica os empregados e aumenta a sensação de orgulho da empresa.

### A tecnologia e as organizações modernas

As organizações modernas ocupam-se em reordenar o espaço e o tempo. Atualmente, a tecnologia da informação e a comunicação eletrônica vêm possibilitando a transcendência do espaço e o controle do tempo de maneiras que eram desconhecidas mesmo em um passado relativamente recente. O fato de que informações complexas, armazenadas em computadores, podem ser enviadas através do mundo está alterando muitos aspectos da nossa vida. Os processos globalizantes que tanto são gerados por essas tecnologias, como são a força motriz que está por trás delas, estão servindo também para transformar o próprio formato de muitas organizações – um aspecto que se verifica

especialmente nas corporações empresariais, as quais devem competir entre si em um mercado global.

Mais do que nunca, a assimilação acelerada da tecnologia é decisiva para o sucesso, o que pode ser percebido claramente no caso do comércio eletrônico, relativamente desconhecido até o final dos anos de 1990. Hoje em dia, são poucas as pessoas que alegariam desconhecer esse tipo de atividade – estima-se que em 2002 o comércio eletrônico global ultrapasse o valor de 1 trilhão de dólares. Muitas vezes, até esquecemos que a internet, a rede mundial de computadores e o comércio eletrônico são inovações tecnológicas relativamente recentes. Em um curto espaço de tempo, esses avanços tecnológicos adquiriram um papel central em muitos aspectos de nossa vida cotidiana.

As organizações agora encontram-se diante de novos desafios e oportunidades para as quais os velhos procedimentos parecem antiquados ou irrelevantes. Toda uma gama de tarefas básicas – como a comunicação com parceiros de negócios, os pedidos aos fornecedores e os produtos de *marketing* – está sendo transformada pelo potencial da nova tecnologia. Livros contábeis, faturas em papel, impressos promocionais e viagens de negócios vêm dando espaço à emissão de faturas e aos pagamentos *on-line*, a elaborados *sites* na *web* contendo informações sobre o produto e a teleconferências que atravessam continentes e fusos horários.

As organizações precisam *estar* em algum lugar, não é mesmo? Certamente, era isso que Foucault imaginava. Uma vi são válida em um ponto importante. A área empresarial de qualquer cidade grande, com seu conjunto de prédios imponentes que se erguem em direção ao céu, é um testemunho suficiente dessa verdade. Esses prédios, que abrigam os executivos e os quadros de funcionários das grandes corporações, dos bancos e das casas de financiamento tendem a se apinhar em uma pequena área.

No entanto, ao mesmo tempo, as grandes organizações de hoje "não estão em nenhum lugar", consistindo em tamanha quantidade de indivíduos e grupos espalhados como de agrupamentos de pessoas que trabalham no mesmo espaço físico em prédios de escritórios. Isso se deve, em parte, ao fato de que hoje a comunicação entre as pessoas acontece com facilidade – atravessando o mundo imediatamente – e também à sempre crescente importância da informação, em lugar dos bens físicos, a moldar a nossa existência social.

Os locais e os bens físicos podem não ocupar o mesmo espaço, mas os locais e as informações, uma série de sinais eletrônicos, podem. Por isso, as organizações propriamente ditas não se limitam tanto a "estar" em algum lugar como antigamente. Onde fica a Bolsa de Valores, por exemplo? No centro de Londres, onde os negociantes correm trocando tiras de papel entre si? Hoje em dia, não é mais lá. A Bolsa de Valores não é mais, assim como os mercados o foram um dia, um local físico para a compra de títulos e ações. Pode-se dizer que ela fica em todos os lugares e em nenhum lugar. A Bolsa de Valores consiste em um grande número de negociantes, muitos dos quais trabalham diante de uma tela de computador, em escritórios e ambientes diversos, estabelecendo um contato contínuo

por todo o mundo com seus semelhantes em Nova York, Paris, Tóquio e Frankfurt.

O comércio eletrônico e as finanças *on-line* representam outro exemplo de como as organizações podem estar localizadas simultaneamente em todos os lugares e em nenhum lugar. Apesar de muitas empresas *on-line* contarem com uma base física a partir da qual elas são administradas, ou onde seus produtos são armazenados, é cada vez maior o número de empreendimentos da internet, como os negócios bancários *on-line* e os corretores virtuais para negócios interempresariais, a conduzirem suas operações exclusivamente por meio do ciberespaço. Embora possuam um registro oficial, para fins de controle e de impostos, quase todas as interações com clientes e fornecedores ocorrem *on-line*. Para os clientes que utilizam os serviços da firma, é praticamente irrelevante saber onde a companhia está situada fisicamente, desde que possam acessá-la facilmente na internet de qualquer ponto do globo.

Os estados-nações ainda tentam exercer influência sobre os fluxos de informações, de recursos e de dinheiro que atravessam suas fronteiras. Porém, as modernas tecnologias de comunicações têm dificultado cada vez mais, e até impossibilitado, essa atividade. O conhecimento e as finanças podem ser transferidos pelo mundo na forma de sinais eletrônicos que se movem à velocidade da luz.

A ampliação do poder das multinacionais é examinada em "As corporações transnacionais", na p. 65.

### As organizações em formato de redes

Por tradição, identificar os limites das organizações é uma tarefa bastante simples. As organizações geralmente localizavam-se em espaços físicos definidos, como em um prédio de escritórios, um conjunto de salas ou, no caso de um hospital ou de uma universidade, em um campus. A missão ou as tarefas que uma organização buscava realizar também eram habitualmente claras. Um aspecto central das burocracias, por exemplo, consistia em aderir a um conjunto definido de responsabilidades e de procedimentos para executá-las. Para Weber, a burocracia era uma unidade fechada que se cruzava com entidades externas em pontos limitados e designados.

Já vimos como os limites físicos das organizações vêm sendo desgastados pela capacidade da nova tecnologia da informação de transcender países e fusos horários. Porém, esse mesmo processo está afetando também o trabalho das organizações e o modo de coordená-lo. Muitas organizações não funcionam mais como unidades independentes, como antigamente, e é cada vez maior o número de organizações a descobrirem que suas operações funcionam melhor quando estão ligadas a uma rede de relações complexas com outras organizações e empresas. Não existe mais uma linha divisória clara entre a organização e os grupos externos. A globalização, a tecnologia da informação e as tendências nos padrões ocupacionais signi-

ficam que os limites organizacionais são hoje mais abertos e variáveis do que o foram no passado.

Em *The Rise of the Network Society* (1996), Manuel Castells afirma que o "empreendimento em rede" é a forma organizacional mais adequada a uma economia global, informacional. Com isso, ele quer dizer que se torna cada vez mais impossível para as organizações – sejam elas grandes corporações ou pequenas empresas – sobreviver sem fazer parte de uma rede. O que permite o estabelecimento de uma rede de contatos é o crescimento da tecnologia da informação: organizações espalhadas pelo mundo conseguem localizar-se, entrar em contato prontamente e coordenar atividades conjuntas através de um meio eletrônico. Castells cita vários exemplos de redes organizacionais de contato, enfatizando sua origem em contextos culturais e institucionais diversos. Entretanto, para Castells, todas elas representam "diferentes dimensões de um processo fundamental" – a desintegração da burocracia tradicional, racional.

Apesar de haver muitos exemplos de organizações em formato de redes, consideremos dois casos ilustrativos. O primeiro envolve a famosa loja de roupas Benetton, que possui 5 mil pontos-de-venda em cidades de todo o mundo. À primeira vista, você pode não imaginar que a Benetton seja particularmente diferente de qualquer outra marca da moda vendida no mercado global. Porém, na realidade, a Benetton é um exemplo de um tipo específico de organização de rede de contatos que os avanços na tecnologia da informação possibilitam. Os pontos de venda da Benetton espalhados pelo mundo são franquias licenciadas dirigidas por indivíduos que não são empregados diretamente pela Benetton, mas que fazem parte de um complexo mais amplo dedicado à produção e à venda dos produtos Benetton.

A operação inteira baseia-se em um princípio de rede: na Itália, a central da Benetton subcontrata uma variedade de fabricantes para executarem pedidos de produtos com base na demanda das suas franquias em todo o globo. Computadores conectam os diversos componentes da rede a fim de que a loja em Moscou, por exemplo, possa retransmitir *feedback* e informações específicas à sede na Itália sobre a remessa das mercadorias de que necessita. Enquanto os outros varejistas da moda internacional introduzem conjuntos idênticos de produtos em todas as suas lojas espalhadas pelo mundo inteiro, a estrutura da Benetton permite que os pedidos sejam alterados de acordo com as especificações das franquias individuais. Em lugar de estabelecerem contratos regulares com fornecedores, a Benetton pode reagir ao mercado e recorrer à sua rede livre, de parceiros colaboradores que oferecem seus serviços quando necessário (Clegg, 1990).

Um segundo exemplo de organizações em formato de redes pode ser percebido nas poderosas alianças estratégicas formadas entre as empresas de ponta. Cada vez mais, a grande corporação deixa de ser uma grande empresa para tornar-se uma "rede de empreendimentos" – uma organização central que une firmas menores. A International Business Machines (IBM), por exemplo, já foi uma corporação extremamente auto-suficiente, que demonstrava cautela com relação às parcerias com outras



empresas. Todavia, nos anos de 1980 e início dos de 1990, a IBM uniu-se a dezenas de empresas com base nos Estados Unidos e a mais de 80 firmas estrangeiras para compartilhar de um planejamento estratégico e lidar com problemas de produção.

Recentes fusões de grande repercussão da mídia e das empresas de telecomunicações mostram que até mesmo corporações grandes e lucrativas sentem a pressão de manter-se à frente desse mercado em rápida transformação. Em suas propostas de fusão, as intenções da AOL, o provedor *on-line* popular, e da Time-Warner, a gigante da televisão e da mídia impressa, eram produzir a maior corporação do mundo unindo a internet aos produtos de mídia tradicionais. Em uma época em que a inovação tecnológica é essencial para a permanência da competitividade, fica difícil, até mesmo para as principais firmas, manter sua posição no topo sem utilizar as habilidades e os recursos dos outros.

A “descentralização” é outro processo que contribui para que as organizações funcionem como redes. Quando a mudança ganha maior profundidade e rapidez, as burocracias extremamente centralizadas ao estilo weberiano são incômodas e fortificadas demais em seus padrões de tratamento. Stanley Davis afirma que, à medida que aumenta o número de empresas e também de outras organizações a tornarem-se redes, elas atravessam um processo de *descentralização* no qual o poder é transmitido em direção aos níveis inferiores da organização, em vez de permanecer concentrado no topo (1988).

### O debate em torno da desburocratização

Um dos principais debates que existem dentro da sociologia das organizações procura definir se o que estamos testemunhando é o declínio das burocracias ao estilo weberiano – o processo de *desburocratização* – ou se as burocracias continuam sendo a típica forma organizacional dentro da sociedade. Entre os sociólogos, há pouco consenso em relação ao modo de interpretar as mudanças nas estruturas organizacionais e, de fato, até que ponto tais mudanças representam transformações reais. A seguir, consideraremos as opiniões de três colaboradores nessa discussão: Henry Mintzberg, Stuart Clegg e George Ritzer.

#### O avanço da “adocracia”

Para Henry Mintzberg, não existe nenhum modelo burocrático único (1979). Há, sim, uma variedade de estruturas organizacionais que se adaptam a diferentes necessidades – desde burocracias complexas que lidam com as exigências do comércio multinacional até burocracias profissionais compostas por especialistas treinados como assistentes sociais e professores. Ele cita quatro tipos de burocracia “tradicional” que se adaptam bem à execução de tarefas específicas em ambientes de mercado estáveis; essas formas organizacionais são todas variações do modelo weberiano de burocracia.

Mintzberg também identifica uma quinta forma organizacional – a “adocracia” – sugerindo que esta vem se tornando mais comum com o tempo e as circunstâncias variáveis. Ao contrário das outras formas de burocracia, a adocracia não desempenha tarefas padronizadas seguindo procedimentos estabelecidos. Na verdade, tanto suas funções quanto sua composição estão em constante mudança! Na visão de Mintzberg, a adocracia conta com o trabalho de equipe entre pequenos grupos de profissionais de diversos meios que se reúnem para trabalhar em projetos discretos ou para resolver problemas específicos. A adocracia está desempenhando um papel cada vez mais importante em campos como a publicidade e a consultoria: indivíduos são convidados para contribuir com seu conhecimento especializado em projetos específicos, sem serem necessariamente empregados regulares da organização. A adocracia é, por definição, mutável e flexível. Como tal, adapta-se bem à inovação e à solução criativa de problemas, sendo menos apropriada à execução de funções especializadas de forma regular.

Mintzberg admite que a adocracia não pode substituir a eficiência estável das formas tradicionais de burocracia, representando, ao invés disso, uma alternativa dinâmica em uma época na qual os mercados estão em transformação acelerada, havendo uma procura constante por novas abordagens.

Veja também a discussão em “Tendências do sistema ocupacional”, na p. 306.

#### A organização pós-moderna

Se o modelo de burocracia de Weber tipificou as organizações durante a era moderna, alguns sociólogos sustentam que as mudanças que ocorreram dentro das burocracias estão dando origem à “organização pós-moderna” (quanto às implicações teóricas do termo “pós-moderno”, veja a “A teoria pós-modernista”, na p. 536). Stuart Clegg é um estudioso que acredita que o prognóstico de Weber de uma racionalização e uma centralização sempre crescentes não se realizou. Para explicar o porquê disso, ele aponta diversas tendências nas organizações contemporâneas.

O interesse de Clegg está na influência dos contextos culturais sobre as formas organizacionais. Ele sugere que valores e estilos de vida inerentes a culturas específicas afetam o modo de funcionamento das organizações, podendo impedir o domínio por parte de estruturas burocráticas de larga escala. No caso das padarias francesas, por exemplo, ignoram-se as técnicas padronizadas de produção em massa, dando-se preferência a operações em pequena escala, as quais são responsáveis pela produção de pão fresco para as comunidades locais. O processo não é particularmente eficiente – os empregados trabalham em turnos longos por baixos salários, e os clientes devem comprar pão todos os dias em função do curto prazo de validade dos produtos. Entretanto, os alimentos recém-saídos do forno são um elemento essencial da cultura e do dia-a-dia franceses;

os esforços no sentido de introduzir a produção de pães em quantidade no mercado foram totalmente infrutíferos. Nesse caso, as preferências culturais esmagaram o impulso em direção à racionalização e à eficiência, prevalecendo as pequenas padarias (1990).

Outro aspecto das organizações pós-modernas, segundo Clegg, é o da des-diferenciação – a tendência ao abandono de tarefas minuciosamente especializadas em direção ao desenvolvimento de habilidades mais amplas, mais diversas. Nesse caso, os empregados de organizações modernas responsabilizavam-se por funções especificamente definidas, como a conclusão de determinada etapa em uma linha de montagem ou a inserção de dados de documentos específicos em um banco de dados, os trabalhadores das organizações pós-modernas envolvem-se em um número bem maior de estágios do processo. O exemplo dado da corporação automobilística Saturn, no qual os operários participam de equipes que lidam com o planejamento dos produtos, ilustra a idéia da des-diferenciação. Na organização pós-moderna, ser competente em muitas áreas de um emprego é mais importante do que desenvolver uma especialidade restrita. Talvez não seja uma surpresa o fato de Clegg e outros que acreditam no surgimento da organização pós-moderna considerarem os japoneses como os pioneiros dessa forma organizacional.

### A “McDonaldização” da sociedade?

Nem todos concordam que nossa sociedade e suas organizações estejam se afastando da visão weberiana das burocracias rígidas, ordeiras. Alguns críticos ressaltam que diversos casos de grande repercussão – como o da corporação automobilística Saturn ou o da Benetton – são aproveitados pela mídia e pelos comentaristas, os quais, por sua vez, anunciam o nascimento de uma tendência que, na realidade, não existe. A idéia de que estejamos testemunhando um processo de desburocratização é um exagero, afirmam eles.

Em uma contribuição para o debate sobre a desburocratização, George Ritzer desenvolveu uma metáfora vívida para expressar sua opinião a respeito das transformações que estão ocorrendo nas sociedades industriais. Ele argumenta que, apesar de algumas tendências voltadas à desburocratização terem, de fato, surgido, o que estamos testemunhando, de um modo geral, é a “McDonaldização” da sociedade! A McDonaldização, segundo Ritzer, é “o processo pelo qual os princípios dos restaurantes de fast-food vêm dominando um número crescente de setores da sociedade norte-americana, assim como o resto do mundo”. Ritzer utiliza os quatro princípios que orientam os restaurantes McDonald’s – eficiência, calculabilidade, uniformidade e controle através da automação – para demonstrar que, com o passar do tempo, a nossa sociedade está se tornando cada vez mais racionalizada (1996).

Se você já foi alguma vez a restaurantes McDonald’s de duas cidades ou países diferentes, você terá percebido poucas diferenças entre eles. A decoração interior pode variar ligeiramente, e a língua provavelmente não será a mesma de um

país para outro, porém o layout, o menu, o modo de fazer o pedido, os uniformes dos funcionários, as mesas, as embalagens e o “o sorriso que acompanha o serviço” são praticamente idênticos. A “experiência McDonald’s” é projetada para ser a mesma em Bogotá ou em Beijing. Não importa o local, quem vai ao McDonald’s sabe que pode contar com um serviço rápido, feito com o menor rebuliço, e um produto padronizado que é tranquilizantemente consistente. O sistema McDonald’s é deliberadamente construído para maximizar a eficiência e minimizar a responsabilidade e o envolvimento humanos no processo. Com exceção de certas tarefas-chave, como anotar os pedidos e apertar os botões de ligar e de desligar no equipamento da cozinha, as funções do restaurante são extremamente automatizadas, controlando-se quase que por conta própria.

Ritzer afirma que a sociedade como um todo está se deslocando em direção a esse modelo altamente padronizado e regulado para a realização das coisas. Muitos aspectos do nosso cotidiano, por exemplo, agora envolvem interações com sistemas automatizados e computadores, em vez de seres humanos. As mensagens eletrônicas escritas e sonoras estão substituindo as cartas e os telefonemas, o comércio eletrônico ameaça ultrapassar a frequência às lojas, o número de caixas bancários eletrônicos está excedendo o de pessoas que trabalham como caixas em bancos e as refeições pré-embaladas oferecem uma opção mais rápida do que cozinhar. Caso, recentemente, você tenha tentado ligar para uma grande organização, como uma empresa aérea ou uma companhia de seguros de automóveis, você saberá que é praticamente impossível falar com um ser humano! Os serviços automatizados que prestam informações seguindo os comandos das teclas do telefone são projetados para atenderem às suas solicitações; apenas em certos casos, sua ligação será transmitida para um empregado da empresa que responderá ao vivo. Sistemas computadorizados de todos os tipos estão desempenhando um papel cada vez mais importante em nosso dia-a-dia. Ritzer, assim como Weber antes dele, teme os efeitos prejudiciais da racionalização sobre a criatividade e o espírito humanos. Ele afirma que a “McDonaldização” está tornando a vida social mais homogênea, mais rígida e menos pessoal.

### Conclusão

Será que as redes, a tomada de decisões de baixo para cima e a tecnologia da informação estão nos afastando completamente da visão pessimista de Weber sobre o futuro da burocracia? Há quem sugira que sim, porém é preciso que tenhamos cautela em relação a essa visão. Os sistemas burocráticos são mais mutáveis internamente do que acreditava Weber e são cada vez mais desafiados por outras formas de organização, menos hierárquicas. Porém, é provável que eles não desapareçam por completo, como os dinossauros. Em um futuro próximo, haverá provavelmente um “empurra-empurra” constante entre as tendências, que, de um lado, buscam ampliar o tamanho, a impessoalidade e a hierarquia das organizações e, de outro, exercer suas influências de oposição.

### Pontos Principais

1. Atualmente, as organizações desempenham papel central em nossa vida. Pode-se definir uma organização como uma grande associação de pessoas, estabelecida no sentido de atingir objetivos específicos. Entre os exemplos de organizações, estão as corporações empresariais, as agências governamentais, as escolas, as universidades, os hospitais e as prisões.
2. Todas as organizações modernas são, até certo ponto, burocráticas por natureza. A burocracia envolve uma hierarquia de autoridade clara; regras escritas que controlam a conduta de funcionários (que trabalham em tempo integral em troca de um salário); e uma separação entre as tarefas do funcionário dentro da organização e sua vida fora desta. Os membros da organização não são donos dos recursos materiais que utilizam para trabalhar. Max Weber afirmava que a burocracia moderna constitui um meio altamente eficaz de organizar um grande número de pessoas, assegurando que as decisões sejam tomadas de acordo com critérios comuns.
3. As redes informais tendem a se desenvolver em todos os níveis, tanto dentro da organização como entre organizações. O estudo desses laços informais é tão importante quanto as características mais formais sobre as quais Weber se concentrou.
4. Alguns elementos inerentes à burocracia podem interferir na tranquilidade do seu funcionamento. O ritualismo burocrático é uma situação na qual os procedimentos oficiais são mantidos por serem procedimentos oficiais, mesmo quando pode haver outra solução mais apropriada. Outra dificuldade potencial está no fato de que as regras burocráticas às vezes podem ter prioridade sobre metas organizacionais fundamentais. A burocracia parece mais adequada à conclusão de tarefas de rotina, e não a ambientes de trabalho imprevisíveis.
5. A obra de Michel Foucault aborda a forma como os ambientes físicos das organizações influenciam profundamente seus aspectos sociais. A arquitetura das organizações modernas está intimamente relacionada à vigilância como meio de assegurar a obediência em relação àqueles que detêm o poder. Por vigilância, entende-se supervisionar as atividades dos indivíduos, assim como manter arquivos e registros sobre eles. As organizações carcerárias são instalações, como as prisões e os manicômios, nas quais os indivíduos são separados fisicamente do mundo exterior por longos períodos.
6. A lei de ferro da oligarquia sugere que, em grandes organizações, e em toda a sociedade, o poder torna-se inevitavelmente centralizado, dificultando a democracia. Algumas pessoas identificaram a existência de uma tensão entre a burocracia e a democracia. Por um lado, processos de longo prazo que centralizam a tomada de decisões estão associados ao desenvolvimento das sociedades modernas. Por outro lado, uma das principais características dos últimos dois séculos foi a crescente pressão em direção à democracia. Há um conflito entre as tendências, e nenhuma delas está em uma posição de domínio.
7. A evolução das organizações modernas transformou-as em instituições marcadas pelo gênero. Tradicionalmente, as mulheres foram segregadas a determinadas categorias ocupacionais de apoio ao avanço dos homens em suas carreiras. Nos últimos anos, houve um crescimento no número de mulheres a ingressarem em cargos profissionais e gerenciais, mas algumas pessoas acreditam que as mulheres têm que adotar um estilo gerencial tipicamente masculino a fim de obterem sucesso nos níveis mais elevados.
8. Recentemente, as grandes organizações começaram a se reestruturar no sentido de ficarem menos burocráticas e mais flexíveis. Muitas firmas ocidentais adotaram aspectos dos sistemas de gerenciamento japoneses: os executivos da gerência promovem mais consultas a empregados que trabalham em posições inferiores; o pagamento e a responsabilidade são vinculados à antiguidade; e avalia-se o desempenho de grupos, e não de indivíduos.
9. A nova tecnologia da informação está mudando o modo de funcionamento das organizações. Muitas tarefas agora podem ser concluídas eletronicamente, um fato que permite que as organizações transcendam o tempo e o espaço. Os limites físicos das organizações estão sofrendo um desgaste em função das capacidades da nova tecnologia. Muitas organizações agora trabalham como redes livres, em vez de unidades independentes e fechadas.
10. A desburocratização refere-se ao processo de declínio gradual das burocracias ao estilo weberiano como a forma organizacional predominante.

---

### Questões para Reflexão

---

1. Quais as vantagens do tratamento burocrático?
2. Por que é comum, nas organizações, as pessoas afastarem-se de procedimentos formais?
3. O que as escolas, os hospitais e as prisões têm em comum?
4. As grandes organizações estão "fundamentalmente contaminadas" por valores masculinos?
5. Como as organizações em formato de redes conseguem estar em todos os lugares e em nenhum lugar?
6. Por que existe uma relação tão complexa entre a burocracia e a democracia?

---

### Leitura Complementar

---

**Manuel Castells**, *The Rise of the Network Society* (Oxford: Blackwell, 1996)

**Stuart Clegg**, *Modern Organizations: Organization Studies in the Postmodern World* (London: Sage, 1990)

**David Lyon**, *The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society* (Cambridge: Polity, 1994)

---

### Endereços na Internet

---

Center for the Sociology of Organizations (CNRS, Paris)  
<http://www.cso.edu>

Electronic Journal of Radical Organisation Theory, incluindo números atrasados *on-line*  
<http://www.mngt.waikato.ac.nz/research/ejrot/>

Foucault *site*  
<http://www.qut.edu.au/edu/cpol/foucault/links.html>

# 13

## Trabalho e Vida Econômica



<b>O que é o trabalho?</b>	305	Será que as desigualdades de gênero em termos ocupacionais estão desaparecendo?	323
A atividade remunerada e a não-remunerada	306	A divisão doméstica do trabalho	324
<b>Tendências do sistema ocupacional</b>	306	<b>O trabalho e a família</b>	326
A economia do conhecimento	308	O desafio de conciliar trabalho e família	326
<b>A divisão do trabalho e a dependência econômica</b>	309	Políticas de trabalho de amparo à família	329
O taylorismo e o fordismo	309	<b>Desemprego</b>	332
As limitações do taylorismo e do fordismo	313	Uma análise do desemprego	332
<b>A transformação do trabalho</b>	313	As tendências do desemprego na Grã-Bretanha	332
Pós-fordismo	313	A experiência do desemprego	333
Produção flexível	314	<b>A insegurança no emprego</b>	334
Produção em grupo	314	O aumento da insegurança no emprego	335
"Habilidades múltiplas"	315	Os efeitos nocivos da insegurança no emprego	336
As críticas ao pós-fordismo	315	É o fim do "emprego para a vida inteira"?	337
<b>As mulheres e o trabalho</b>	316	<b>O trabalho passa a ser menos importante?</b>	338
As mulheres e o local de trabalho: visão histórica	316	Pontos principais	339
O crescimento da atividade econômica das mulheres	316	Questões para reflexão	340
O gênero e as desigualdades no trabalho	317	Leitura complementar	340
A disparidade salarial	320	Endereços na Internet	340

## 13: Trabalho e Vida Econômica

Assim como tantos outros aspectos do nosso mundo social, o trabalho e a vida econômica vêm sofrendo uma enorme transformação. A cada momento, parece que estamos diante de declarações anunciando a “morte das carreiras”, notícias envolvendo fusões e reduções no tamanho de corporações e rumores contraditórios a respeito do impacto da tecnologia da informação sobre o local de trabalho. Porém, além de estudarem esses aspectos de domínio bastante público dos padrões contemporâneos do trabalho, os sociólogos interessam-se pelo modo como as mudanças no trabalho estão afetando a vida privada dos indivíduos e das famílias.

Uma forma de compreendermos o alcance das mudanças na vida econômica atual é considerando as trajetórias de trabalho radicalmente diferentes que surgiram no período de apenas uma geração. Foi o que fez o sociólogo Richard Sennett, ao explorar recentemente os efeitos do trabalho contemporâneo sobre o caráter pessoal. Sennett (1998) faz uma comparação e um contraste entre as vidas e as carreiras de pai e filho, a fim de salientar a transformação na experiência do trabalho.

Há 25 anos, em um estudo envolvendo operários em Boston, Sennett redigiu o perfil de Enrico, um imigrante italiano que trabalhou a vida inteira como zelador em um prédio de escritórios do centro da cidade. Embora Enrico não gostasse das condições precárias de seu trabalho e do ordenado escasso, seu emprego proporcionava uma sensação de auto-respeito, além de representar uma forma “honestá” de sustentar sua esposa e seus filhos. Passou 15 anos limpando banheiros e lavando o chão todos os dias antes de ter condições para adquirir uma casa em um subúrbio da cidade. Apesar de não ser um emprego glamoroso, era um trabalho seguro, protegido por um sindicato, e Enrico e sua esposa podiam planejar confiantes seu futuro e o de seus filhos. Bem antes de se aposentar, ele já sabia exatamente quando isso aconteceria e quanto dinheiro teria à sua disposição. Conforme observou Sennett, o trabalho de Enrico “tinha uma finalidade única e permanente: servir à sua família”. Mesmo se orgulhando desse trabalho duro e honesto, não era esse o futuro que Enrico queria para os filhos; era importante criar condições de ascensão social para eles.

Como Sennett acabou descobrindo 15 anos depois, quando, por acaso, encontrou Rico (filho de Enrico), os filhos de fato conseguiram mudar de vida. Rico concluiu seu primeiro curso superior em Engenharia antes de partir para uma *business school* em Nova York. Nos 14 anos que se seguiram à sua graduação, Rico construiu uma carreira extremamente lucrativa, subindo para o grupo dos 5% que ocupam o topo da escala salarial. Rico e sua esposa, Jeanette, mudaram de endereço não menos do que quatro vezes durante o casamento, a fim de progredirem em suas respectivas carreiras. Arriscando-se e estando abertos a mudanças, Rico e Jeanette adaptaram-se aos períodos turbulentos e, como resultado, enriqueceram. Contudo, apesar do sucesso, essa não é uma história totalmente feliz. Ri-

co e sua esposa preocupam-se por estarem quase “perdendo o controle de suas vidas”. Como consultor, Rico sente uma falta de controle sobre o tempo e o seu trabalho: os contratos são incertos e estão sempre mudando, ele não tem um papel definido, e seu destino depende, em grande parte, da sorte e dos imprevistos das redes de contatos. De um modo semelhante, Jeanette sente que o poder que tem sobre seu emprego é apenas tênue. Ela gerencia uma equipe de contadores que estão geograficamente divididos: alguns trabalham em casa, outros no escritório, e os demais a milhares de quilômetros de distância em outra filial da empresa. Ao gerenciar uma equipe “flexível” como essa, Jeanette não pode contar com interações cara a cara, nem com o conhecimento pessoal do trabalho de cada indivíduo. Em vez disso, ela administra seu serviço de longe, utilizando o e-mail e fazendo ligações por telefone.

Em suas jornadas pelo país, as amizades de valor de Rico e de Jeanette ficaram pelo caminho; os novos vizinhos e as novas comunidades nada sabem a respeito do seu passado, de onde eles vêm, ou de como eles são enquanto pessoas. Como escreve Sennett, “o caráter fugaz da amizade e da comunidade local formam o pano de fundo para aquilo que mais aflige a alma de Rico: sua família”. Em casa, Rico e Jeanette constatarem que a vida profissional interfere na habilidade de realizarem suas metas como pais. Dedicam muito tempo ao trabalho e se preocupam com o fato de estarem negligenciando os filhos. Entretanto, mais problemático do que fazer malabarismos com os horários é a preocupação de estarem dando um exemplo desorientador. Embora tentem ensinar aos seus filhos o valor da dedicação ao trabalho, do compromisso e das metas de longo prazo, eles temem que suas próprias vidas contem uma história diferente: Rico e Jeanette são exemplos de uma abordagem de curto prazo e flexível em relação ao trabalho, que tem ganhado um destaque cada vez maior na recente sociedade moderna. Suas histórias de trabalho caracterizam-se pelo movimento constante; pelos compromissos temporários e pelos investimentos a curto prazo naquilo que fazem. O casal percebe que, nessa sociedade descontrolada em que vivemos, “as qualidades de um bom trabalho não são as qualidades de um bom caráter”. Neste capítulo, analisaremos a natureza do trabalho nas sociedades modernas e observaremos as grandes mudanças que afetam a atual vida econômica. Ao fazermos essa análise, estudaremos em mais detalhes alguns dos desafios e das oportunidades diante das quais se encontram Rico, Jeanette e muitos outros indivíduos que tentam aceitar as novas condições “flexíveis” do local de trabalho.

### O que é o trabalho?

Para a maioria de nós, o trabalho ocupa um espaço maior da vida do que qualquer outro tipo de atividade. É comum asso-

ciarmos a noção de trabalho a uma atividade maçante – a um conjunto de tarefas que queremos minimizar e do qual, se possível, procuramos escapar. No entanto, há mais implicações no trabalho do que nessa atividade maçante; não fosse assim, as pessoas não se sentiriam tão perdidas e desorientadas ao ficarem desempregadas. Como você se sentiria se imaginasse que nunca mais arranjará um emprego? Nas sociedades modernas, ter um emprego é importante para manter a auto-estima. Mesmo nos lugares em que as condições de trabalho são relativamente desagradáveis, e as tarefas monótonas, o trabalho tende a representar um elemento estruturador na composição psicológica das pessoas e no ciclo de suas atividades diárias. Diversas características do trabalho são relevantes neste ponto.

- *Dinheiro* – Um ordenado ou salário é o principal recurso do qual muitas pessoas dependem para satisfazer suas necessidades. Sem uma renda, multiplicam-se as ansiedades em relação ao modo de lidar com o dia-a-dia.
- *Nível de atividade* – O trabalho, em geral, proporciona uma base para a aquisição e o exercício das aptidões e das habilidades. Mesmo nos casos em que o trabalho consiste em uma rotina, ele oferece um ambiente estruturado no qual as energias do indivíduo podem ser absorvidas. Sem ele, é possível que se reduza a oportunidade de exercer tais aptidões e capacidades.
- *Variedade* – O trabalho proporciona um acesso a contextos que contrastam com o meio doméstico. No ambiente de trabalho, mesmo quando as tarefas são relativamente monótonas, as pessoas podem acabar gostando de executá-las por serem diferentes dos afazeres domésticos.
- *Estrutura temporal* – Para quem tem um emprego regular, o dia normalmente se organiza em torno do ritmo do trabalho. Embora este aspecto às vezes possa parecer opressivo, ele oferece um senso de direção nas atividades diárias. Aqueles que não têm um emprego geralmente acham que o tédio é um grande problema e desenvolvem um senso de apatia em relação ao tempo.
- *Contatos sociais* – O ambiente de trabalho muitas vezes proporciona amizades e oportunidades de participação em atividades comuns com as outras pessoas. Fora do cenário profissional, é provável que se restrinja o círculo de possibilidades em termos de fazer amigos e conhecer pessoas.
- *Identidade pessoal* – Normalmente, valoriza-se o trabalho pela sensação de identidade social estável que ele oferece. No caso dos homens, em particular, a auto-estima está em geral estreitamente relacionada à sua contribuição econômica para o sustento do lar.

Diante dessa lista impressionante, não é difícil perceber porque a falta de um emprego pode enfraquecer a confiança do indivíduo em seu valor social.

## A atividade remunerada e a não-remunerada

Muitas vezes, estamos inclinados a pensar no trabalho como se ele equivalêsse ao emprego remunerado; porém, essa é uma visão muito simplificada. As tarefas não-remuneradas (como o trabalho doméstico ou o conserto do carro) avultam na vida de muitas pessoas. Vários tipos de trabalho não se ajustam às categorias ortodoxas do emprego remunerado. Grande parte do trabalho feito na economia informal, por exemplo, não possui um registro direto nas estatísticas oficiais de empregos. O termo **economia informal** refere-se às transações que ocorrem fora da esfera do emprego regular, as quais às vezes envolvem a troca de dinheiro por serviços prestados, mas que geralmente também envolvem a troca direta de mercadorias ou serviços.

Alguém que aparece para arrumar a televisão pode ser pago em dinheiro, sem a emissão de nenhum recibo, nem um registro dos detalhes do serviço. As pessoas trocam mercadorias “baratas” – ou seja, furtadas ou roubadas – com amigos ou colegas por outros favores. A economia informal abrange não apenas as transações em dinheiro feitas “às escondidas”, como também muitas formas de *auto-suprimento* realizadas pelas pessoas dentro e fora de casa. As atividades do tipo “faça você mesmo”, o maquinário e as ferramentas domésticas, por exemplo, proporcionam mercadorias e serviços que, de outra forma, seriam obtidos mediante pagamento (Gershuny e Miles, 1983). A atividade doméstica, que, por tradição, tem sido executada principalmente pelas mulheres, geralmente não é remunerada; entretanto, não deixa de ser um trabalho – em geral, muito pesado e exaustivo. O trabalho voluntário, para casas de caridade ou outras organizações, possui um papel social importante. Ter um emprego remunerado é importante por todas as razões expostas anteriormente – porém a categoria “trabalho” é ainda mais ampla.

Podemos definir o trabalho, quer seja ele remunerado ou não-remunerado, como a execução de tarefas que requerem o emprego de esforço mental e físico, cujo objetivo é a produção de mercadorias e serviços que satisfaçam as necessidades humanas. Uma ocupação, ou um emprego, consiste no trabalho executado em troca de um ordenado ou salário regular. Em todas as culturas, o trabalho é a base da economia. O sistema econômico consiste em instituições que cuidam da produção e da distribuição de mercadorias e serviços.

## Tendências do sistema ocupacional

O trabalho está sempre incrustado no sistema econômico mais amplo. Nas sociedades modernas, esse sistema depende da produção industrial. Como foi enfatizado em outros trechos deste livro, a indústria moderna difere em um aspecto fundamental dos sistemas pré-modernos de produção, os quais baseavam-se, sobretudo, na agricultura – a maioria das pessoas trabalhava nos campos ou cuidava de rebanhos. Já, nas sociedades modernas, apenas uma ínfima proporção da população trabalha na agricultura, e a própria lavoura tornou-se industria-

lizada – sendo administrada, em grande parte, por intermédio de máquinas, e não por mãos humanas.

A própria indústria moderna está em constante transformação – a mudança tecnológica é uma de suas principais características. A tecnologia refere-se ao aproveitamento da ciência nos maquinários com o intuito de atingir uma eficiência produtiva maior. A natureza da produção industrial também varia em relação a influências sociais e econômicas mais amplas. Se considerarmos o sistema ocupacional dos países industrializados durante o século XX, podemos enxergar esse fenômeno com bastante clareza: mudanças na economia global e avanços tecnológicos provocaram transformações profundas no tipo de trabalho que realizamos. No início do século, o mercado de trabalho era dominado pelos empregos de produção na manufatura, mas, com o tempo, houve um deslocamento para os cargos de colarinho-branco do setor de serviços (veja as Figuras 13.1 e 13.2).

Em 1900, mais de três quartos da população empregada desempenhavam atividades manuais (de produção). Desses, 28% eram trabalhadores profissionalizados, 35% semiprofissionalizados e 10% não-profissionalizados. Os empregos profissionais e os de colarinho-branco somavam um número relativamente pequeno. Até a metade do século, os trabalhadores manuais representavam menos de dois terços da população que fazia parte da mão-de-obra remunerada, e o trabalho não-manual havia apresentado uma expansão semelhante.

Um censo da população do RU foi realizado em 1971, e outro em 1981. Ao longo desse período, houve um declínio na proporção de pessoas em ocupações de produção de 62% para 56% (no grupo dos homens), e de 43% para 36% (no caso das mulheres). Os cargos profissionais e gerenciais ocupados pelos homens aumentaram em até 1 milhão. Até o ano de 1981, havia 170 mil homens a menos exercendo atividades de rotina de colarinhos-brancos, mas 250 mil mulheres a mais em empregos desse tipo. O declínio dos empregos manuais correspondeu diretamente à diminuição das proporções das pessoas envolvidas na indústria manufatureira. Em 1981, houve uma redução

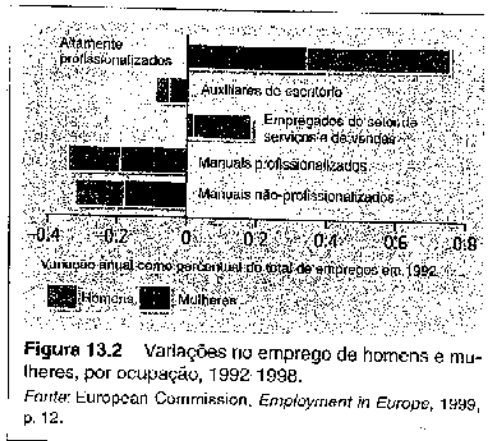


Figura 13.2 Variações no emprego de homens e mulheres, por ocupação, 1992-1998. Fonte: European Commission, *Employment in Europe*, 1999, p. 12.

de 700 mil homens e 420 mil mulheres no trabalho manufatureiro em relação a 1971.

Essas tendências ainda são percebidas hoje em dia, mas, até certo ponto, se estabilizaram. Um *Labour Force Survey* (Levantamento da Força de Trabalho) realizado pelo governo em 1998 mostrou que apenas 25% dos homens e 10% das mulheres trabalhavam na indústria manufatureira, percentuais que demonstram um contraste evidente com a disparada no número de pessoas empregadas nos serviços financeiros e empresariais: em 1981, apenas 10% dos homens estavam empregados nesse setor, mas, até 1998, esse percentual havia subido para 16%. Entre as mulheres, houve um aumento de 12% (em 1981) para 19% (em 1998).

Existe um debate considerável em torno dos motivos que levaram a essas mudanças. Aparentemente, há várias razões. Uma delas é a introdução contínua de um maquinário capaz de poupar trabalho, o que, nos últimos anos, culminou com a difusão da tecnologia da informação na indústria. Outro motivo

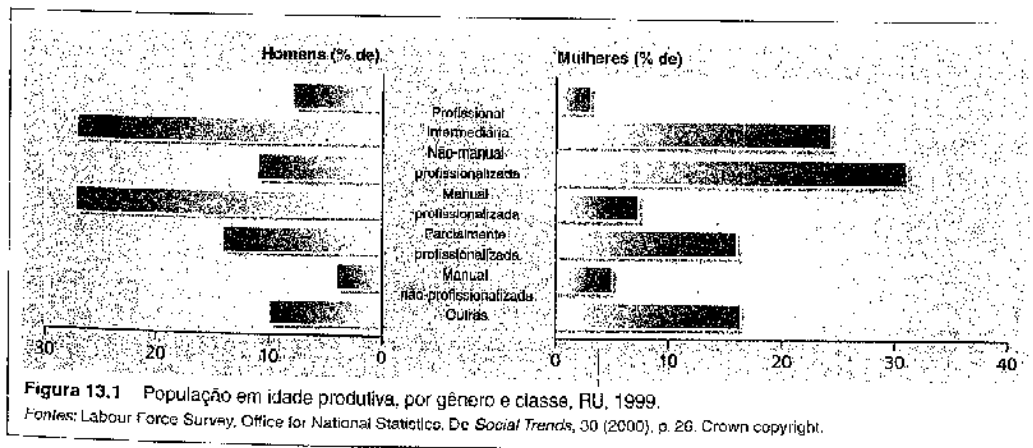


Figura 13.1 População em idade produtiva, por gênero e classe, RU, 1999. Fontes: Labour Force Survey, Office for National Statistics. De *Social Trends*, 30 (2000), p. 26. Crown copyright.



é o crescimento da indústria manufatureira fora do Ocidente, especialmente no Extremo Oriente. As indústrias mais antigas das sociedades ocidentais sofreram grandes cortes em função de sua inabilidade para competir com os produtores mais eficientes do Extremo Oriente, que possuem custos de mão-de-obra mais baixos.

Para saber mais a respeito dos contrastes no crescimento econômico do mundo em desenvolvimento, veja "Os novos países industrializados (NPI)", na p. 52.

### A economia do conhecimento

Levando em consideração esses números, alguns observadores do tema sugerem que o que atualmente vem ocorrendo é uma transição para um novo tipo de sociedade que não mais se baseia primeiramente no industrialismo. Estamos entrando em uma fase de desenvolvimento que ultrapassa completamente a era industrial, alegam eles. Para descrever essa nova ordem social, cunharam-se uma variedade de termos, tais como *sociedade pós-industrial*, *era da informação*, e "*nova*" *economia*, porém o mais utilizado tem sido **economia do conhecimento**.

Para saber mais a respeito da infra-estrutura tecnológica da economia do conhecimento, veja "Fatores que contribuem para a globalização", na p. 61, e veja também o quadro sobre "A ascensão dos teletrabalhadores", na p. 243.

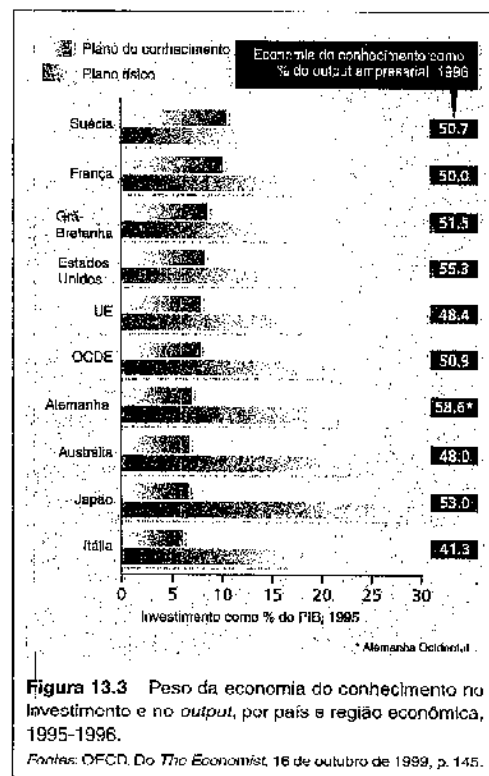
É difícil formularmos uma definição precisa da economia do conhecimento, mas, em termos gerais, esta refere-se a uma economia na qual as idéias, as informações e as formas de conhecimento sustentam a inovação e o crescimento econômico. Uma economia do conhecimento é aquela em que grande parte da mão-de-obra está envolvida não na produção ou na distribuição físicas dos bens materiais, mas no planejamento, no desenvolvimento, na tecnologia, no *marketing*, na venda e na manutenção desses bens. Esses empregados podem ser denominados *trabalhadores do conhecimento*. A economia do conhecimento é dominada pelo fluxo constante de informações e opiniões e pelos poderosos potenciais da ciência e da tecnologia. Como observou Charles Leadbeater:

A maioria de nós ganha dinheiro do nada: nada do que produzimos pode ser pesado, tocado ou medido com facilidade. Nosso *output* não é estocado em portos, armazenado em depósitos de mercadorias ou transportado em vagões. A maioria de nós ganha a vida prestando serviços, julgamentos, informações e análises, quer seja em um centro de chamadas telefônicas, em um escritório de Direito, em um departamento do governo ou em um laboratório científico. Estamos todos nesse ramo dos negócios do nada. (1999, p. vii)

O caso de Enrico e seu filho Rico, descrito no início deste capítulo, serve para ilustrar claramente essa mudança em dire-

ção a uma economia do conhecimento. Enrico tinha um emprego típico da era industrial, pois envolvia um trabalho físico que produzia resultados tangíveis (um prédio de escritórios limpo e organizado). Já Rico é um trabalhador que lida com o conhecimento – seu trabalho como consultor concentra-se no uso e na aplicação das informações. Não envolve a produção direta de algo que possa ser observado ou medido de forma tradicional.

Como está a difusão da economia do conhecimento no início do século XXI? Um estudo recente da *Organization for Economic Cooperation and Development* (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) tentou avaliar a extensão da economia do conhecimento entre as nações desenvolvidas, medindo o percentual do *output* empresarial total de cada país que pode ser atribuído às indústrias baseadas no conhecimento (veja a Figura 13.3). Em termos gerais, entende-se que as indústrias baseadas no conhecimento abrangem alta tecnologia, educação e treinamento, pesquisa e desenvolvimento, além do setor financeiro e de investimento. Entre o conjunto de países que formam a OCDE, as indústrias baseadas no conhecimento representavam mais da metade de todo o *output* empresarial de meados dos anos de 1990. A Alemanha Ocidental teve um percentual alto de 58,6, enquanto os Estados Unidos, o Japão, a Grã-Bretanha, a Suécia e a França estiveram todos com mais de 50%.



Os investimentos na economia do conhecimento – sob a forma de educação pública, gastos com desenvolvimento de softwares, pesquisa e incremento – agora abrangem uma porção significativa dos orçamentos de muitos países. Em 1995, a Suécia, por exemplo, investiu 10,6% de todo o seu produto interno bruto na economia do conhecimento. A França aparece imediatamente em segundo lugar, devido a suas grandes despesas com a educação pública.

É preciso reconhecer que a economia do conhecimento continua sendo um fenômeno de difícil investigação – tanto quantitativa quanto qualitativamente! É mais fácil medir o valor do que é físico do que de idéias impalpáveis. Contudo, não se pode negar que a geração e a aplicação do conhecimento têm assumido uma posição central nas economias das sociedades ocidentais, como veremos ao longo deste capítulo.

### A divisão do trabalho e a dependência econômica

Uma das características mais distintivas do sistema econômico das sociedades modernas é a existência de uma **divisão do trabalho** extremamente complexa: o trabalho passou a ser dividido em um número enorme de ocupações diferentes nas quais as pessoas se especializam. Nas sociedades tradicionais, o trabalho que não fosse agrário implicava o domínio de um ofício. As habilidades do ofício eram adquiridas em um período prolongado de aprendizagem, e o trabalhador normalmente realizava todos os aspectos do processo de produção, do início ao fim. Por exemplo, quem trabalhava com metal e tivesse que fazer um arado iria forjar o ferro, dar-lhe forma e montar o próprio implemento. Com o progresso da produção industrial moderna, a maioria dos ofícios tradicionais desapareceu completamente, sendo substituída por habilidades que fazem parte de processos de produção de maior escala. Um eletricitista que hoje trabalhe em um ambiente industrial, por exemplo, pode examinar e consertar apenas alguns componentes de um tipo de máquina; diferentes pessoas lidarão com os demais componentes e com outras máquinas.

A sociedade moderna também testemunhou uma mudança na localização do trabalho. Antes da industrialização, a maior parte do trabalho ocorria em casa, sendo concluído coletivamente por todos os membros da família. Os avanços na tecnologia industrial, como o uso de maquinários que funcionam a eletricidade e carvão, contribuíram para a separação entre trabalho e casa. As fábricas de propriedade de empresários tornaram-se o foco do desenvolvimento industrial: maquinários e equipamentos concentraram-se dentro destas, e a **produção em massa** de mercadorias começou a ofuscar a habilidade artesanal em pequena escala, que tinha a casa como base. As pessoas que procurassem emprego em fábricas eram treinadas para se especializarem em uma tarefa, recebendo um ordenado por esse trabalho. O desempenho do empregado era supervisionado pelos gerentes, os quais se preocupavam em implementar técnicas para ampliar a produtividade e a disciplina dos trabalhadores.

O contraste que existe na divisão do trabalho entre as sociedades tradicionais e as modernas é verdadeiramente extraordinário. Mesmo nas maiores sociedades tradicionais, geralmente havia não mais que 20 ou 30 ofícios, contando funções especializadas como as de mercador, soldado e padre. Em um sistema industrial moderno, existem literalmente milhares de ocupações distintas. O censo do RU lista cerca de 20 mil empregos diferentes na economia britânica. Nas comunidades tradicionais, a maior parte das pessoas trabalhava na agricultura, sendo economicamente auto-suficiente. Produziam seus próprios alimentos, suas roupas, além de outros artigos de que necessitassem. Um dos aspectos principais das sociedades modernas, em contraste, é uma enorme expansão da **interdependência econômica**. Para termos acesso aos produtos e aos serviços que nos mantêm vivos, todos nós dependemos de um número imenso de trabalhadores – que, hoje em dia, estão bem espalhados pelo mundo. Com raras exceções, a vasta maioria dos indivíduos nas sociedades modernas não produz o alimento que come, as casas onde mora ou os bens materiais que consome.

Os primeiros sociólogos escreveram extensivamente a respeito das conseqüências potenciais da divisão do trabalho – tanto para os trabalhadores em termos individuais, quanto para toda a sociedade. Para Marx, a mudança para a industrialização e a mão-de-obra assalariada certamente resultaria em uma **alienação** entre os trabalhadores. Uma vez que estivessem empregados em uma fábrica, os trabalhadores perderiam todo o controle sobre seu trabalho, sendo obrigados a desempenhar tarefas monótonas, de rotina, que despojariam seu trabalho do valor criativo intrínseco. Em um sistema capitalista, os trabalhadores acabam adotando uma orientação instrumental para o trabalho, afirmava ele, vendo-o como nada mais do que uma maneira de ganhar a vida.

Durkheim tinha uma visão mais otimista sobre a divisão do trabalho, embora ele também reconhecesse seus efeitos potencialmente prejudiciais. Segundo Durkheim, a especialização de papéis serviria para fortalecer a **solidariedade social** dentro das comunidades. Em vez de viverem em unidades isoladas, auto-suficientes, as pessoas estariam ligadas através de sua dependência mútua. A solidariedade seria intensificada por meio de relações multidirecionais de produção e consumo. Para Durkheim, este seria um acordo altamente funcional, embora ele também estivesse ciente de que a solidariedade social poderia ser interrompida se a mudança ocorresse rápido demais. A sensação da ausência de normas resultante dessa situação ele denominou **anomia** (veja p. 31).

### O taylorismo e o fordismo

Há mais de dois séculos, Adam Smith, um dos fundadores da economia moderna, já escrevia sobre as vantagens que a divisão do trabalho proporciona em termos do aumento da produtividade. Sua obra mais famosa, *The Wealth of Nations* (1776), inicia com uma descrição da divisão do trabalho em uma fábrica de alfinetes. Trabalhando sozinha, uma pessoa talvez conse-

## Trabalho e tecnologia

Não é de hoje que a relação entre a tecnologia e o trabalho desperta o interesse dos sociólogos. De que maneira o tipo de tecnologia envolvida em nosso trabalho afeta nossa experiência profissional? Com o progresso da industrialização, a tecnologia assumiu um papel cada vez maior no local de trabalho – desde a automação das fábricas até a computadorização do trabalho nos escritórios. A atual revolução da tecnologia da informação tem renovado o interesse sobre essa questão. A tecnologia pode levar a uma maior eficiência e produtividade, mas como isso afeta a forma como o trabalho é vivenciado pelos indivíduos que o executam? Para os sociólogos, uma das principais questões está no modo como a mudança em direção a sistemas mais complexos influencia a natureza do trabalho e as instituições nas quais ele é desempenhado.

### Automação

O conceito de automação, ou maquinário programável, foi introduzido em meados do século XIX, quando o norte-americano Christopher Spencer inventou o *Automat*, um torno programável que fazia parafusos, porcas e engrenagens. O impacto da automação aumentou com o desenvolvimento dos

robôs – aparelhos automáticos que desempenham funções geralmente realizadas por trabalhadores humanos. Os robôs começaram a ser introduzidos em grande quantidade na indústria em 1946, com a invenção de um equipamento que regulava automaticamente o maquinário da indústria de engenharia. Os robôs de maior complexidade, entretanto, datam somente da década de 1970, quando foram adaptados com microprocessadores. Atualmente, os robôs conseguem executar numerosas tarefas, como a soldagem, a pintura com spray, o içamento e o transporte de peças. Alguns robôs são capazes de distinguir peças pelo tato ou toque, enquanto outros podem diferenciar determinada gama de objetos visualmente.

A difusão da automação gerou um debate caloroso entre sociólogos e especialistas nas relações industriais a respeito do impacto da nova tecnologia sobre os trabalhadores, sobre suas habilidades e seu nível de comprometimento com o trabalho. Em sua obra influente *Alienation and Freedom* (1964), Robert Blauner examinou a experiência dos trabalhadores em quatro indústrias diferentes que utilizam níveis variados de tecnologia. A partir das idéias de Durkheim e Marx, Blauner operacionalizou o conceito de *alienação*, avaliando o quanto os trabalhadores de cada indústria vivenciavam-na sob a forma de impotência, falta de sentido, isolamento e auto-estranhamento, concluindo que os indivíduos



que trabalhavam em linhas de montagem eram os mais alienados, mas que os níveis de alienação eram um pouco menores nos locais de trabalho que utilizavam a automação. Em outras palavras, Blauner afirmou que a introdução da automação nas fábricas foi responsável pela *reversão* da tendência de outra forma constante da alienação crescente dos trabalhadores. A automação auxiliou na integração da mão-de-obra e deu aos trabalhadores uma sensação de controle sobre o trabalho, que faltava nas outras formas de tecnologia.

Harry Braverman divulgou uma tese bem diferente no famoso *Labour and Monopoly Capital* (1974). Aos olhos de Braverman, a automação fazia parte da "desespecialização" total da força de trabalho industrial. Impondo técnicas organizacionais tayloristas (veja a p. 309) e dissolvendo o processo de trabalho em tarefas especializadas, os gerentes conseguiram exercer controle sobre a mão-de-obra. Tanto nos ambientes industriais quanto nos escritórios modernos, a introdução da tecnologia contribuiu para essa "degradação" geral do trabalho ao limitar a necessidade do *input* criativo humano. Tudo o que se exigiu, ao invés disso, foi um "corpo" irracional, irrefletido, capaz de executar incessantemente uma mesma tarefa que não demandasse profissionalização.

### Tecnologia da informação

As perspectivas opostas de Blauner e Braverman sobre os efeitos da automação hoje ecoam nas discussões em torno do impacto da tecnologia da informação (TI) no local de trabalho. Certamente, há poucas dúvidas quanto ao fato de que a internet, o e-mail, a teleconferência e o comércio eletrônico estão mudando o modo de as empresas fecharem negócios. Porém, esses instrumentos também afetam o trabalho diário dos empregados. Aqueles que assumem uma abordagem otimista, como Blauner, argumentam que a tecnologia da informação irá revolucionar o mundo do trabalho por permitir o surgimento de formas novas e mais flexíveis de trabalhar; oportunidades que nos permitirão ultrapassar os limites dos aspectos rotineiros e alienantes do trabalho industrial e ingressar em uma era informacional mais libertadora, que proporcione aos trabalhadores um controle maior sobre o processo de trabalho e mais *input* para acrescentar a esse processo. Os defensores entusiastas dos avanços tecnológicos às vezes são chamados de *deterministas tecnológicos*, pois acreditam no poder da tecnologia para determinar a natureza e a forma do trabalho propriamente dito.

Outros não estão convencidos de que a tecnologia da informação irá provocar uma transformação inteiramente positiva do trabalho. Como concluiu Shoshana Zuboff (1988) em sua pesquisa sobre a utilização da TI nas empresas, a gerência pode optar pelo uso da TI para finalidades bem diferentes. Quando adotada como uma força criativa, descentralizadora, a tecnologia da informação pode auxiliar a derrubar hierarquias rígidas, a envolver mais empregados na tomada de decisões e a fazer com que os trabalhadores participem mais de perto dos negócios diários da companhia. Por outro lado, pode ser aproveitada com a mesma facilidade para fortalecer as hierarquias e as práticas de vigilância. A adoção da TI no local de trabalho pode abreviar as interações cara a cara, bloquear os canais de responsabilidade e transformar um escritório em uma rede de módulos fechados e isolados. Tal abordagem considera que o impacto da tecnologia da informação é influenciado pelas aplicações para as quais ela é proposta e pelo modo como os indivíduos que a utilizam entendem o papel dessa tecnologia.

Não restam dúvidas de que a expansão da tecnologia da informação gerará oportunidades instigantes e mais intensas a alguns segmentos da força de trabalho. Nos campos da mídia, da publicidade e do design, por exemplo, a TI amplia a criatividade no domínio profissional e introduz a flexibilidade nos estilos pessoais de trabalho. E para os empregados qualificados, importantes, que ocupam cargos de responsabilidade, que a visão dos "teletrabalhadores" e do "teletrabalho" está mais próxima de se realizar. Contudo, no outro extremo, encontram-se milhares de indivíduos não-profissionalizados mal-remunerados, que trabalham em centros de chamadas telefônicas e em empresas de inserção de dados. Esses cargos, os quais, em grande parte, são um produto da explosão das telecomunicações dos últimos anos, caracterizam-se por graus de isolamento e de alienação que concorrem com os dos trabalhadores "desespecializados" de Braverman. Os empregados dos centros de chamadas telefônicas que lidam com reservas de viagens e transações financeiras trabalham seguindo formatos rigorosamente padronizados nos quais há pouco ou não há nenhuma espaço para a liberdade de ação do empregado ou para seu *input* criativo. Os empregados são monitorados de perto, e suas interações com os clientes são gravadas em fitas para a "garantia da qualidade". Aparentemente, a "revolução da informação" produziu um grande número de empregos iguais aos da economia industrial: não-profissionalizados e que envolvem atividades de rotina.

guisse produzir 20 alfinetes por dia. Porém, dividindo-se essa tarefa em diversas operações simples, se 10 empregados executassem funções especializadas em cooperação mútua, produziriam coletivamente 48 mil alfinetes por dia. Ou seja, a média de produção por empregado aumentaria de 20 para 4.800 alfinetes; cada operador especialista produziria 240 vezes mais do que se trabalhasse sozinho.

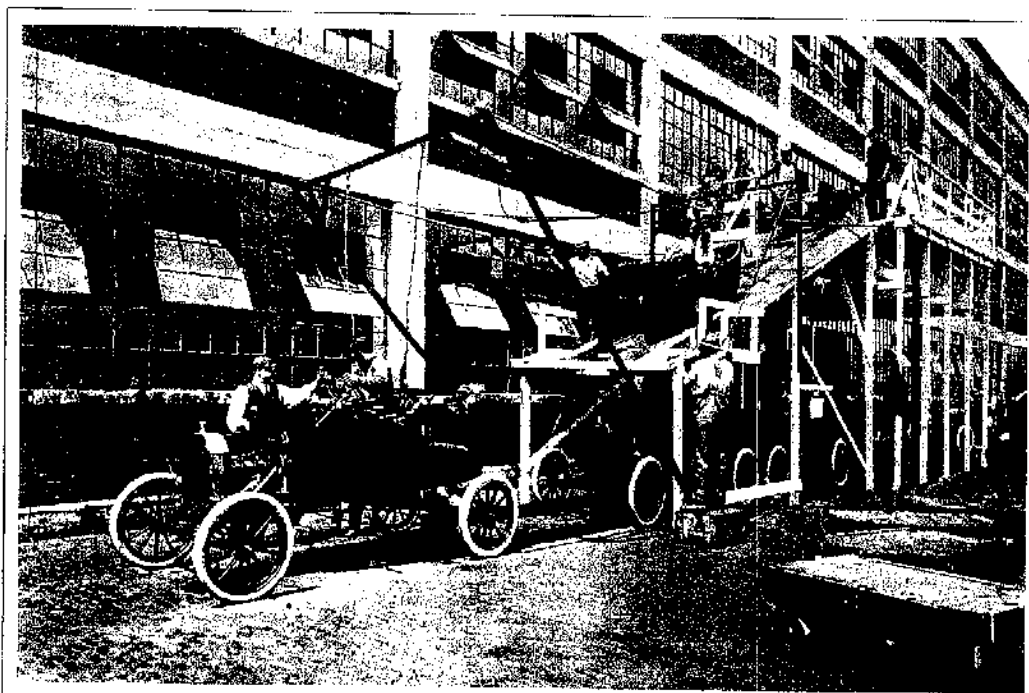
Mais de um século depois, essas idéias alcançaram sua maior expressão nos escritos de Frederick Winslow Taylor, um consultor gerencial norte-americano. A abordagem de Taylor ao que ele denominou *gerenciamento científico* envolvia o estudo detalhado dos processos industriais a fim de dividi-los em operações simples que pudessem ser cronometradas e organizadas com precisão. De acordo com Taylor, cada tarefa pode ser examinada rigorosa e objetivamente a fim de determinar "a melhor maneira" de executá-la.

O **taylorismo**, como o gerenciamento científico veio a ser chamado, não foi apenas um estudo acadêmico – seu impacto difundiu-se sobre a organização da produção e da tecnologia industriais. Muitas fábricas passaram a empregar as técnicas tayloristas a fim de maximizar o *output* industrial e aumentar o nível de produtividade dos trabalhadores. Os empregados eram monitorados de perto pela gerência para assegurar a conclusão rápida e precisa do trabalho, seguindo as especificações exatas transmitidas pelos superiores. Com o intuito de estimular a eficiência no trabalho, introduziu-se um sistema de pagamento de

incentivos por meio do qual os ordenados dos trabalhadores correspondiam aos seus índices de produtividade.

Taylor preocupava-se em melhorar a eficiência industrial, mas deu pouca importância às consequências de tal eficiência. A produção em massa exige mercados em massa: foi o industrialista Henry Ford quem primeiro percebeu essa ligação. O **fordismo** – uma extensão dos princípios do gerenciamento científico de Taylor – é o termo utilizado para designar o sistema de produção em massa atrelado ao desenvolvimento dos mercados em massa.

Ford projetou sua primeira fábrica de automóveis em Highland Park, no Michigan, em 1908, para fabricar apenas um produto – o Ford Modelo T –, permitindo assim a introdução de ferramentas e maquinário especializados projetados para a velocidade, a precisão e a simplificação da operação. Onde o taylorismo se concentrou em encontrar o modo mais eficiente de completar tarefas distintas, o fordismo avançou mais uma etapa, unindo essas tarefas isoladas dentro de um sistema de produção contínua, corrente. Uma das inovações mais significativas de Ford foi a construção de uma linha de montagem com esteira rolante. Cada empregado da linha de montagem de Ford especializava-se em uma tarefa, como colocar a maçaneta da porta do lado esquerdo enquanto as carrocerias dos carros deslizavam ao longo da linha. Até 1929, quando cessou a produção do Modelo T, mais de 15 milhões de carros haviam sido produzidos.



Linha de montagem final na fábrica Ford Motor Company de Highland Park, em 1913; a carroceria de cada carro era deslizada pela rampa de madeira e baixada sobre o chassi assim que este cruzasse a rampa.

## As limitações do taylorismo e do fordismo

Houve um tempo em que se pensou que o fordismo representasse o futuro provável de toda a produção industrial - mas esta teoria não se confirmou. Esse sistema pode ser aplicado apenas em indústrias, como a da manufatura de veículos, que fabricam produtos padronizados para grandes mercados. O estabelecimento de linhas de produção mecanizadas é extremamente caro, e uma vez que se estabelece um sistema fordista, tem-se um sistema bastante rígido: para alterar um produto, por exemplo, é necessário um reinvestimento considerável. Havendo a disponibilidade de verba suficiente para instalar a fábrica, é fácil copiar a produção fordista; porém, as empresas situadas em países onde a mão-de-obra é cara encontram dificuldades para competir com aquelas localizadas em países onde os ordenados são baixos. Esse foi um dos fatores que originalmente levaram ao avanço da indústria automobilística japonesa (embora, atualmente, os níveis salariais japoneses tenham deixado de ser baixos) e posteriormente da sul-coreana.

Todavia, as dificuldades relacionadas ao fordismo e ao taylorismo vão além da necessidade de equipamentos caros. O fordismo e o taylorismo consistem no que alguns sociólogos industriais definem como **sistemas de baixa confiança**. Os empregos são determinados pela gerência e adaptados às máquinas. Aqueles que executam as tarefas do trabalho são supervisionados de perto, sendo-lhes permitida pouca autonomia de ação. Para manter a disciplina e os altos padrões de qualidade na produção, os empregados são monitorados continuamente através de vários sistemas de vigilância. No entanto, essa supervisão constante tende a produzir um resultado oposto ao esperado: muitas vezes, há um desgaste no compromisso e no moral dos trabalhadores, já que estes têm pouca voz ativa em seus empregos e no modo de executar suas tarefas. Nos locais de trabalho onde existem muitos cargos de baixa confiança, é alto o nível de insatisfação dos trabalhadores e de absentismo\*, sendo comum o conflito industrial.

Um **sistema de alta confiança**, ao contrário, é aquele no qual se permite que os empregados controlem o ritmo e até mesmo o conteúdo de seu trabalho dentro de diretrizes gerais. Esses sistemas normalmente concentram-se nos níveis superiores das organizações industriais. Como veremos, os sistemas de alta confiança tornaram-se mais comuns em muitos locais de trabalho nas últimas décadas, transformando o próprio modo de imaginarmos a organização e a execução do trabalho.

## A transformação do trabalho

Do início da década de 1970 em diante, empresas da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do Japão fizeram experiências alternativas para os sistemas de baixa confiança. As práticas fordistas passaram a ser vistas como limitantes, por serem mais apropriadas à manufatura de grandes quantidades de mercadorias padronizadas. Além disso, importantes mudanças ocorriam

nos padrões globais de consumo: os mercados de massa, responsáveis pelo sucesso do fordismo, estavam sendo suplantados por "mercados de nicho" distintos para mercadorias inovadoras e de alta qualidade. As técnicas fordistas eram inflexíveis demais para responder à rápida variação dessas demandas de mercado, e, com o tempo, muitas companhias tentaram modificar seus rígidos padrões de produção e operar com maior flexibilidade.

As inovações do Japão no campo gerencial são examinadas em "Mudança organizacional: o modelo japonês", na p. 296.

## Pós-fordismo

Ao longo das três últimas décadas, foram introduzidas práticas flexíveis em diversas esferas, incluindo o desenvolvimento de produtos, as técnicas de produção, o estilo gerencial, o ambiente de trabalho, o envolvimento dos empregados e o *marketing*. A produção em grupo, as equipes formadas para solucionar problemas, a atribuição de "tarefas múltiplas" e o "*marketing* de nichos" são apenas algumas das estratégias adotadas pelas companhias que tentavam reestruturar-se em condições inconstantes. Alguns comentaristas sugeriram que, tomadas coletivamente, essas mudanças representam um afastamento radical dos princípios do fordismo; e a melhor maneira de entender o período atual é através do termo **pós-fordismo**. O pós-fordismo, uma expressão popularizada por Michael Piore e Charles Sabel em *The Second Industrial Divide* (1984), define uma nova era da produção econômica capitalista na qual a flexibilidade e a inovação são maximizadas a fim de satisfazer as demandas que o mercado tem de produtos diversos, que atendam ao gosto dos clientes.

No entanto, a ideia do pós-fordismo é um tanto problemática. Emprega-se esse termo para denominar um conjunto de transformações sobrepostas que estejam ocorrendo não apenas no domínio do trabalho e da vida econômica, mas em toda a sociedade. Alguns autores afirmam que a tendência em direção ao pós-fordismo pode ser percebida em esferas tão diversas quanto a política partidária, os programas da previdência e as escolhas dos consumidores e de estilos de vida. Embora os observadores das recentes sociedades modernas muitas vezes apontem muitas dessas mesmas mudanças, não se chegou a nenhum consenso quanto ao que exatamente significa o pós-fordismo, nem mesmo se, de fato, ele representaria a melhor maneira de compreendermos o fenômeno que estamos testemunhando.

Apesar da confusão em torno do termo "pós-fordismo", surgiram, nas últimas décadas, várias correntes distintas dentro do mundo do trabalho, as quais parecem se afastar nitidamente das antigas práticas fordistas. Entre elas, estão a ideia da "produção flexível", a descentralização do trabalho em grupos formados por equipes não-hierárquicas, o abandono das habilidades especializadas, o treinamento para habilidades gerais e o treinamento contínuo, além da introdução de padrões de trabalho mais flexíveis. Consideraremos agora alguns exemplos das

\* N. de R. T. Prática habitual de abandonar o cumprimento de deveres e funções de determinado posto ou cargo. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 30.

três primeiras correntes; o surgimento de padrões de trabalho flexíveis será analisado mais adiante neste capítulo.

### Produção flexível

Apesar do sucesso do taylorismo e do fordismo na fabricação de produtos padronizados em massa, destinados a mercados de massa, esses sistemas eram incapazes de produzir pequenas encomendas de mercadorias, e menos ainda mercadorias feitas especificamente para determinado cliente. Designs elaborados com o auxílio do computador, juntamente com outros tipos de tecnologias baseadas na computação, alteraram radicalmente essa situação. Pela idéia da produção flexível, ou *especialização flexível*, pequenas equipes compostas por empregados altamente profissionalizados utilizam técnicas de produção inovadoras e novas formas de tecnologia para produzir quantidades menores de mercadorias que sejam mais individualizadas do que aquelas produzidas em massa. Mudanças em termos de designs, opções e características podem ser introduzidas com maior frequência, sem precisarem seguir o ritmo mais lento dos movimentos de vendas, comum aos métodos fordistas de produção.

À medida que os segmentos do mercado de consumo procuram tipos específicos de mercadorias, a especialização flexível permite às empresas diversificarem sua linha de produtos a fim de atender a essas necessidades. Por exemplo, o aumento no número de mulheres e jovens a adquirirem carros nos países do Ocidente inspirou muitos fabricantes de automóveis a introduzirem veículos com "pacotes opcionais" direcionados especificamente a esses mercados. Algumas linhas de veículos ostentam aspectos adicionais de segurança e um design mais compacto do lado da motorista, direcionado para as compradoras; outras empresas introduziram modelos baratos com alto aproveitamento de combustível para os jovens que estão comprando seu primeiro carro, na esperança de construir com o cliente uma relação de lealdade por toda a vida. Os resultados da produção flexível também podem ser percebidos na infinidade de tipos de empresas que introduziram linhas de produtos "que não agridem o meio ambiente" — desde detergentes até xampus e cosméticos — ao lado de suas mercadorias comuns.

### Produção em grupo

A produção em grupo é às vezes utilizada em combinação com a automação como forma de reorganizar o trabalho. A idéia fundamental é aumentar a motivação do trabalhador ao deixar que grupos de trabalhadores colaborem nos processos de produção, em vez de exigir que cada um deles passe um dia inteiro realizando uma única tarefa repetitiva, como inserir parafusos na maçaneta de um carro.

Um exemplo de produção em grupo são os círculos de qualidade (CQs): grupos de 5 a 20 trabalhadores que fazem reuniões regulares para estudar e resolver problemas da produção. Os trabalhadores que pertencem aos CQs recebem um treinamento extra, que os habilita a contribuir com conhecimento

técnico para a discussão das questões relacionadas à produção. Esses círculos foram lançados nos Estados Unidos, adotados por diversas empresas japonesas e depois repopularizados no Ocidente na década de 1980. Representam um rompimento com as suposições do taylorismo, pois reconhecem que os trabalhadores possuem conhecimento especializado para contribuir na definição e no método das tarefas que executam.

### Trabalho em equipe

Nos locais não-automatizados, as equipes colaborativas também estão ganhando popularidade como forma de aumentar a eficiência e a relação entre o custo e a eficácia do desenvolvimento do produto e da solução de problemas. Em lugar da atribuição de um cargo fixo com um conjunto definido de responsabilidades, muitos empregados agora devem trabalhar em um ambiente de mudanças, fazendo reuniões com colaboradores e consultores externos para projetos de curto prazo, passando, em seguida, para outra tarefa colaborativa. Essa abordagem é muitas vezes utilizada na publicidade e na indústria do *marketing*: é comum formar uma equipe para montar uma campanha e "lançar" determinado produto e logo após dissolver essa equipe e deslocar seus membros para novos projetos.

Muitos empregados especializados na tecnologia da informação tendem a desenvolver rotinas extremamente variáveis, participando temporariamente de um pequeno grupo de trabalho ou *pod* a fim de acrescentar sua especialização técnica. O período intenso de trabalho em uma equipe interdisciplinar termina, então, de forma abrupta, e a atenção concentra-se sobre o próximo projeto urgente. Como expressa um funcionário responsável pelo recrutamento de uma consultoria de mídia do RU: "Um dos inimigos do pensamento criativo é o hábito. Trabalhar em um *pod* é como encenar uma peça. Durante esse período de seis semanas você tem uma nova família" (citado em Phillips, 1999). Juntando empregados de diferentes formações, as pequenas equipes conseguem maximizar as habilidades e as contribuições de cada membro e chegar a uma solução mais criativa para os problemas.

### "Habilidades múltiplas"

Uma das convicções dos comentaristas pós-fordistas é a de que novas formas de trabalho permitem aos empregados uma amplitude maior de suas habilidades por meio da participação em uma variedade de tarefas, em vez da realização de uma tarefa específica repetidas vezes. A produção em grupo e o trabalho em equipe são vistos como caminhos para promover uma mão-de-obra que tenha "habilidades múltiplas", capaz de executar um conjunto mais amplo de responsabilidades; o que, por sua vez, leva a um crescimento na produtividade e na qualidade de mercadorias e serviços. Empregados que conseguem prestar contribuições múltiplas aos seus empregos terão mais sucesso na hora de resolverem problemas e proporem abordagens criativas.

O movimento em direção às “habilidades múltiplas” traz implicações para o processo de contratação. Se houve um tempo em que as decisões em relação à contratação de funcionários eram tomadas quase que exclusivamente com base na educação e nas qualificações, muitos empregadores agora procuram indivíduos que sejam capazes de se adaptar e de adquirir novas habilidades com rapidez. Assim, quem for um especialista na aplicação de um software específico pode não ser tão valorizado quanto alguém que demonstrar facilidade em ter idéias. As especializações são geralmente tratadas como bens, mas se os empregados têm dificuldades em aplicar habilidades restritas criativamente em novos contextos, essas mesmas especializações podem não ser vistas como uma vantagem em um local de trabalho flexível, inovador.

Um estudo da *Joseph Rowntree Foundation* intitulado *The Future of Work* (Meadows, 1996) investigou os tipos de habilidades buscados atualmente pelos empregadores. Os autores chegaram à conclusão de que, tanto nos setores ocupacionais profissionalizados quanto nos não-profissionalizados, as “habilidades pessoais” são cada vez mais valorizadas. A capacidade de colaborar e de trabalhar de forma independente, de tomar iniciativas e de escolher caminhos criativos diante de desafios estão entre as melhores habilidades que um indivíduo pode trazer a um emprego. Em um mercado no qual as necessidades individuais dos consumidores são cada vez melhor satisfeitas, é essencial que os empregados de uma variedade de ambientes, desde o setor de serviços até a consultoria financeira, consigam aproveitar as “habilidades pessoais” no local de trabalho. Segundo os autores do estudo, esse “rebaixamento” das habilidades técnicas pode ser mais difícil para aqueles que há muito tempo trabalham em funções repetitivas, de rotina, nas quais as “habilidades pessoais” não tiveram vez.

### O treinamento no emprego

As “habilidades múltiplas” estão intimamente relacionadas à idéia do treinamento e do retreinamento dos empregados. Em lugar de empregar especialistas limitados, muitas empresas preferem contratar pessoas competentes que não sejam especialistas, mas que tenham capacidade de desenvolver novas habilidades no emprego. Como a tecnologia e o mercado exigem mudanças, as empresas retrainam seus próprios empregados conforme a necessidade, em vez de trazerem consultores caros ou substituírem os funcionários existentes por novos. Investir em um núcleo de empregados que possam se tornar trabalhadores valiosos para toda a vida é uma forma estratégica de acompanhar esses tempos de rápidas mudanças.

Algumas empresas organizam um treinamento no emprego por meio de equipes de patrulha de cargo. Essa técnica permite que o treinamento de habilidades e a orientação através de um mentor ocorram ao mesmo tempo que se executa o trabalho: um especialista em TI pode formar uma dupla com um gerente da empresa, por várias semanas, para que cada um aprenda algumas tarefas do outro. Essa é uma forma de treinamento com baixo custo e alta eficácia, já que não diminui significati-

vamente as horas de trabalho e permite que todos os empregados envolvidos ampliem sua base de habilidades.

O treinamento no emprego pode ser um caminho importante para que os trabalhadores desenvolvam suas habilidades e suas perspectivas de carreira. Porém, é importante observar que as oportunidades de treinamento não estão disponíveis da mesma forma a todos os trabalhadores. Os estudos de segmentos da população do ESRC com jovens que nasceram em 1958 e 1970 constataram que os empregados que já possuíam qualificações tinham bem mais chances de receberem treinamento no emprego do que aqueles sem qualificações. Tais estudos sugerem que existe um investimento mais contínuo naqueles que já possuem as mais altas qualificações, enquanto os empregados sem qualificações ficam em desvantagem, com menos oportunidades. O treinamento também produz um impacto sobre os níveis salariais: no segmento de 1970, o treinamento realizado no trabalho aumentou os rendimentos dos empregados em uma média de até 12%.

### As críticas ao pós-fordismo

Apesar de reconhecerem que o mundo do trabalho está passando por transformações, alguns comentaristas rejeitam o rótulo do “pós-fordismo”. Uma crítica comum é a de que os analistas do pós-fordismo estão exagerando a dimensão do abandono das práticas fordistas. O que estamos testemunhando não é uma transformação em grande escala, como querem nos fazer crer os defensores do pós-fordismo, mas a integração de algumas abordagens novas às técnicas fordistas tradicionais. Esse é o argumento adotado por aqueles que afirmam que, na verdade, estamos passando por um período de “neo-fordismo” — ou seja, de modificações para as técnicas fordistas tradicionais (Wood, 1989).

Já se sugeriu que a idéia de uma transição linear suave das técnicas fordistas para as pós-fordistas oferece uma visão exagerada da verdadeira natureza do trabalho nos dois extremos. Anna Pollert sustenta que as técnicas fordistas nunca estiveram tão arraigadas como algumas pessoas nos fariam acreditar. É também um exagero, afirma ela, a idéia de que a era da produção em massa tenha transcorrido a favor da flexibilidade total. Ela chama atenção para o fato de que as técnicas de produção em massa ainda são dominantes em muitas indústrias, especialmente aquelas que visam aos mercados de consumo. De acordo com Pollert, a produção econômica sempre se caracterizou pela diversidade de técnicas empregadas, e não por uma abordagem-padrão, unificada (1988).

### As mulheres e o trabalho

Durante toda a história, homens e mulheres contribuíram para produzir e reproduzir o mundo social que os cerca, tanto diariamente quanto através de longos períodos. Entretanto, com o tempo, a natureza dessa parceria e a distribuição de responsabilidades dentro desta assumiu diferentes formas. Até recente-



mente, o trabalho remunerado nos países ocidentais era uma esfera predominantemente masculina. Nas últimas décadas, essa situação mudou radicalmente: um volume crescente de mulheres tem se deslocado para a força de trabalho. Atualmente, entre 35% e 60% das mulheres com idades entre 16 e 60 anos que vivem na maioria dos países europeus possuem empregos remunerados fora de casa (veja a Figura 13.4).

Nas próximas seções deste capítulo, examinaremos as origens e as implicações desse fenômeno – uma das transformações mais importantes que ocorreram na sociedade moderna de hoje. Consideraremos também como algumas mudanças atuais no mundo do trabalho, como a nova tecnologia da informação e a flexibilidade dos padrões empregatícios, vêm influenciando as experiências das mulheres no mercado de trabalho.

### As mulheres e o local de trabalho: visão histórica

Para a vasta maioria da população nas sociedades pré-industriais (e para muitas pessoas no mundo em desenvolvimento), não havia uma separação entre as atividades produtivas e as atividades domésticas. A produção acontecia em casa ou nas proximidades, e todos os membros da família participavam do trabalho na terra ou dos trabalhos manuais. As mulheres geralmente exerciam uma influência considerável dentro do lar, em consequência de sua importância nos processos econômicos, ainda que fossem excluídas dos domínios masculinos da política e da guerra. As mulheres de artesãos e de agricultores normalmente mantinham registros dos negócios, e era um fato bastante comum que viúvas fossem proprietárias ou gerentes de empresas.

Essa situação mudou bastante quando o desenvolvimento da indústria moderna provocou a separação entre a casa e o local de trabalho. O deslocamento da produção para as fábricas mecanizadas foi provavelmente o maior fator individual. O trabalho era feito ao ritmo da máquina por indivíduos contratados especificamente para as tarefas em questão. Assim, aos poucos, os empregadores passaram a contratar trabalhadores individualmente, e não famílias.

Com o tempo e o progresso da industrialização, estabeleceu-se uma divisão cada vez maior entre a casa e o local de trabalho. A idéia de *esferas distintas* – pública e privada – arraigou-se nas atitudes populares. Os homens, em virtude de seu emprego fora de casa, passavam mais tempo no domínio público, envolvendo-se mais em assuntos locais, na política e no mercado. As mulheres acabaram sendo associadas aos valores “domésticos”, sendo responsáveis por tarefas como cuidar dos filhos, manter a casa em ordem e preparar comida para a família. A idéia de que o “lugar de uma mulher é em casa” trouxe diferentes implicações para as mulheres em diversos níveis da sociedade. As mulheres ricas contavam com os serviços das faxineiras, babás e empregadas domésticas; o fardo foi mais cruel para as mulheres mais pobres, que tiveram de enfrentar os afazeres domésticos, além de se lançarem no trabalho industrial para completar a renda do marido.

Os índices de mulheres trabalhando fora de casa, em todas as classes, foram bem baixos até o início do século XX. Ainda

no ano de 1910, mais de um terço das mulheres que desenvolviam uma atividade lucrativa na Grã-Bretanha era faxineira ou empregada doméstica. A força de trabalho feminina consistia principalmente em mulheres solteiras jovens cujos ordenados, quando trabalhavam em fábricas ou escritórios, eram, com frequência, enviados diretamente aos seus pais pelos empregadores. Uma vez casadas, elas geralmente afastavam-se da força de trabalho e concentravam-se nas obrigações familiares.

### O crescimento da atividade econômica das mulheres

Desde então, a participação das mulheres na força de trabalho assalariada sofreu um aumento mais ou menos constante. Uma grande influência foi a escassez de mão-de-obra sentida durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nos anos da guerra, as mulheres executaram muitas tarefas que anteriormente eram consideradas de competência exclusiva dos homens. Ao retornarem da guerra, os homens voltaram a assumir a maioria dos empregos, mas o padrão preestabelecido havia sido rompido. Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a divisão do trabalho entre os gêneros sofreu uma mudança dramática. Se em 1945 as mulheres representavam apenas 29% da força de trabalho, nos anos subsequentes o número chegou a 45%. Em 1997, mais de 75% das mulheres entre 25 e 44 anos na Grã-Bretanha eram economicamente ativas, ou seja, tinham um emprego remunerado ou estavam em busca de um; em 1971, apenas a metade das mulheres eram economicamente ativas.

O aumento mais significativo ocorreu entre as mulheres casadas. Atualmente, 60% das mulheres casadas, ou que vivem junto com um parceiro, que possuem filhos com menos de 3 anos de idade, têm um emprego remunerado. Entre as mães solteiras, esses números são significativamente mais baixos – apenas 36% das mães solteiras com filhos em idade pré-escolar são economicamente ativas (HMSO, 1999).

Os índices masculinos de atividade econômica continuam sendo mais altos do que os femininos. Porém, à medida que cresce a proporção de mulheres na força de trabalho remunerada, diminui a proporção de homens economicamente ativos. Em 1981, 98% dos homens com idades entre 45 e 54 anos eram economicamente ativos; mas, até 1997, o número havia caído para 91%. No futuro, é provável que esse estreitamento da distância que separa um gênero do outro continue.

Há diversas razões para o fim dessa disparidade nos índices de atividade econômica entre os homens e as mulheres. Em primeiro lugar, houve mudanças no alcance e na natureza das tarefas que tradicionalmente eram associadas às mulheres e à “esfera doméstica”. Com a diminuição do índice de natalidade e o aumento da média de idade na qual as mulheres têm seus filhos, hoje em dia, muitas mulheres assumem um emprego remunerado quando jovens, retornando ao trabalho após o nascimento dos filhos. Famílias menores significam uma redução no tempo que muitas mulheres gastavam em casa cuidando dos filhos pequenos. A mecanização de muitas tarefas domésticas

também ajudou a diminuir o volume de tempo necessário para manter a casa. Lavadoras de louças automáticas, aspiradores de pó e máquinas de lavar roupas tornaram a carga de trabalhos domésticos menos desgastante. Fica também evidente que a divisão doméstica do trabalho entre homens e mulheres vem sofrendo um desguste constante ao longo do tempo, embora as mulheres certamente ainda executem mais tarefas domésticas do que os homens (veja a seguir).

Existem ainda motivos financeiros que levam um número cada vez maior de mulheres a ingressar no mercado de trabalho. O modelo tradicional da família nuclear – composto pelo homem provedor, a dona de casa e os filhos dependentes – agora representa apenas um quarto das famílias na Grã-Bretanha. Pressões econômicas sobre o âmbito doméstico, incluindo um aumento no nível de desemprego masculino, fizeram com que mais mulheres procurassem uma atividade remunerada. Para manter o estilo de vida desejado, muitas famílias percebem a necessidade de uma dupla renda. Outras mudanças na estrutura doméstica, incluindo os altos índices de mulheres solteiras e de mulheres sem filhos, bem como um crescimento no número de lares formados por mães solteiras, significam que as mulheres que não pertencem aos padrões tradicionais de família também estão ingressando no mercado de trabalho – quer por opção quer por necessidade. Além disso, os esforços recentes no sentido de reformar as políticas da previdência, tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos, visam a auxiliar as mulheres – incluindo as mães solteiras e as mulheres casadas que tenham filhos pequenos – a ingressarem em uma atividade remunerada.

Por fim, é importante observar que muitas mulheres optam por entrar no mercado de trabalho por um desejo de satisfação pessoal e em resposta à pressão por igualdade impulsionada pelo movimento feminista das décadas de 1960 e 1970. Tendo conquistado a igualdade legal em relação aos homens, muitas mulheres aproveitaram as oportunidades para concretizar esses direitos em suas próprias vidas. Como já notamos, o trabalho ocupa papel central na sociedade contemporânea, e o emprego é quase sempre um pré-requisito para uma vida independente. Nas últimas décadas, as mulheres fizeram grandes progressos em direção à paridade com os homens; a ampliação da atividade econômica tem sido fundamental para esse processo (Crompton, 1997).

## O gênero e as desigualdades no trabalho

Apesar da igualdade formal em relação aos homens, as mulheres ainda passam por diversas situações de desigualdade no mercado de trabalho. Nesta seção, observaremos três das principais formas de desigualdade em relação ao papel das mulheres no trabalho: segregação ocupacional, concentração nos empregos de meio turno e disparidade salarial.

### Segregação ocupacional

As mulheres que trabalham fora sempre se concentraram em ocupações mal remuneradas, que envolvem atividades de roti-

na. Muitos desses empregos são extremamente marcados pelo gênero – ou seja, são comumente vistos como “trabalho de mulher”. O cargo de secretária ou as atividades relacionadas ao cuidado de pessoas (como trabalhar com enfermagem, assistência social e cuidado de crianças) são um domínio predominantemente feminino, sendo geralmente consideradas ocupações “femininas”. A *segregação ocupacional dos gêneros* refere-se ao fato de homens e mulheres estarem concentrados em tipos diferentes de empregos, baseados nas interpretações dominantes do que vem a ser uma atividade adequada para cada sexo.

Acredita-se que, na segregação ocupacional, existam componentes verticais e horizontais. A *segregação vertical* refere-se à tendência de as mulheres se concentrarem em empregos que ofereçam um pequeno grau de autoridade e poucas oportunidades de progresso, enquanto os homens ocupam postos de maior poder e influência. Por *segregação horizontal* entende-se a tendência de os homens e as mulheres ocuparem categorias diferentes de empregos. Por exemplo, as atividades domésticas e os cargos de escritório que envolvam funções de rotina são quase sempre dominados pelas mulheres, ao passo que os homens se agrupam em posições manuais semiprofissionalizadas e profissionalizadas. A segregação horizontal pode ser marcada. Em 1991, mais de 50% dos empregos femininos no RU (comparados com os 17% masculinos) foram classificados em quatro categorias ocupacionais: de escritório, de secretariado, serviços pessoais e “outras funções elementares” (Crompton, 1997). Em 1998, 26% das mulheres exerciam cargos de colarinho-branco que envolviam atividades de rotina, comparadas a apenas 8% dos homens; enquanto 17% dos homens desempenhavam funções manuais profissionalizadas, comparados a apenas 2% das mulheres (HMSO, 1999).

Mudanças na organização do emprego, bem como a definição de papéis sexuais estereotipados contribuíram para a segregação ocupacional. As alterações no prestígio e nas tarefas dos “auxiliares de escritório” são um bom exemplo disso. Em 1850, 99% dos auxiliares de escritório do RU eram homens. Ser um auxiliar de escritório significava ter um cargo de responsabilidade que envolvia o conhecimento de habilidades contábeis, implicando às vezes responsabilidades gerenciais. Mesmo o auxiliar de escritório que ocupasse a posição hierárquica mais baixa tinha um certo *status* no mundo exterior. O século XX assistiu a uma mecanização geral do trabalho de escritório (que começou com a introdução da máquina de escrever no final do século XIX), acompanhada por um visível rebaixamento na importância das habilidades e do *status* desse cargo – juntamente com outra ocupação semelhante, a de “secretário” –, surgindo, assim, uma ocupação de baixo *status* e mal remunerada. Com a diminuição do salário e do prestígio associados a essas funções, as mulheres começaram a preencher as vagas existentes. Em 1998, quase 90% dos cargos de auxiliar de escritório e 98% dos postos de secretariado no RU eram exercidos por mulheres. No entanto, nas duas últimas décadas, houve uma diminuição na proporção de secretário(a)s. Os computadores vieram para substituir



Figura 13.4 As mulheres na força de trabalho mundial.  
 Fonte: World Bank, *World Development Indicators*, 1998.



as máquinas de escrever; e, hoje em dia, muitos gerentes redigem suas correspondências e realizam outras tarefas diretamente no computador.

### A concentração nos empregos de meio turno

Apesar do crescimento no número de mulheres que atualmente trabalham fora em tempo integral, é grande a proporção de mulheres a concentrarem-se nos empregos de meio turno. Nas últimas décadas, houve um aumento enorme nas oportunidades de emprego de meio turno, até certo ponto em consequência de reformas no mercado de trabalho que visam a estimular políticas empregatícias flexíveis, e também devido à expansão do setor de serviços (Crompton, 1997).

Os empregos de meio turno são vistos como capazes de oferecer uma flexibilidade bem maior aos empregados do que o trabalho de turno integral. Por essa razão, é comum ter a preferência de mulheres que estejam tentando equilibrar o trabalho com as obrigações familiares. Em muitos casos, esse equilíbrio pode ser alcançado com sucesso, e mulheres que, de outra forma, poderiam ter desistido de trabalhar fora, tornam-se economicamente ativas. Contudo, o trabalho de meio turno traz certas desvantagens, como baixos salários, insegurança no emprego e oportunidades limitadas de ascensão.

O emprego de meio turno atrai muitas mulheres, podendo-se atribuir a esse tipo de trabalho a maior parte do crescimento da atividade econômica feminina do período compreendido entre a década de 1950 até a década de 1980. Até 1994, as mulheres ocupavam 78% de todos os empregos de meio turno na Grã-Bretanha (Crompton, 1997; veja também a Figura 13.5). Nesse aspecto, a Grã-Bretanha é um tanto distinta: entre as nações industrializadas, o RU possui um dos índices mais altos de empregos femininos de meio turno.

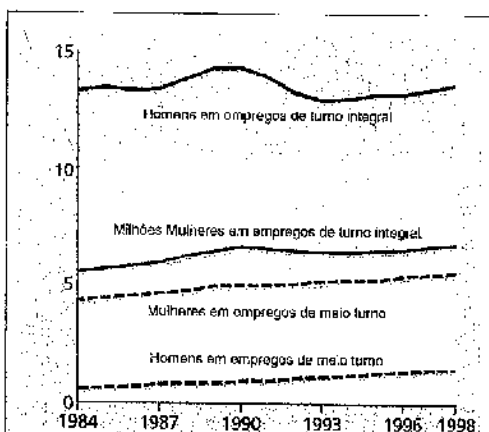


Figura 13.5 Empregos de turno integral e de meio turno distribuídos entre homens e mulheres, RU, 1984-1998.

Fontes: Labour Force Survey, Office for National Statistics. De *Social Trends*, 29 (1999), p. 76. Crown Copyright.

Por que existem bem mais mulheres trabalhando meio turno do que homens? Há muito tempo que os sociólogos discutem o fenômeno do emprego feminino de meio turno e buscam explicar a força desse padrão na Grã-Bretanha em comparação com outros países. Levantamentos revelam que os empregos de meio turno são mal remunerados, inseguros e geralmente mais flexíveis para o empregador do que para o empregado! Entretanto, quando questionadas, muitas mulheres que trabalham meio turno se dizem satisfeitas com esse tipo de emprego. A principal razão que apresentam é o fato de preferirem não trabalhar em turno integral.

Alguns estudiosos argumentam que existem diferentes "tipos" de mulheres – aquelas que têm um compromisso com o trabalho fora de casa e aquelas que não possuem esse compromisso, que enxergam a divisão sexual tradicional do trabalho como algo inquestionável (Hakim, 1996). De acordo com essa abordagem, muitas mulheres escolhem de bom grado trabalhar meio turno a fim de cumprir as obrigações domésticas tradicionais. No entanto, em um sentido importante, as mulheres têm poucas escolhas: os homens, de modo geral, não assumem a responsabilidade principal pela criação dos filhos. As mulheres que têm essa responsabilidade (assim como outras obrigações domésticas, veja a seguir), mas que ainda desejem, ou precisem, exercer atividades remuneradas, inevitavelmente acham o trabalho de meio turno uma opção mais flexível. (Estudaremos as discussões em torno das "orientações das mulheres para o trabalho" no quadro "O debate em torno dos empregos de meio turno", p. 322.)

### A disparidade salarial

O ordenado médio das mulheres empregadas na Grã-Bretanha é bem menor do que o dos homens, embora a diferença tenha diminuído, até certo ponto, ao longo dos últimos 30 anos. Em 1970, as mulheres que trabalhavam em turno integral ganhavam 63 pence para cada libra recebida por um homem que trabalhasse em período integral; até 1999, esse valor havia subido para 84 pence. Entre as mulheres que trabalham meio turno, durante o mesmo período, houve uma redução nessa diferença de 51 para 58 pence. Essa tendência geral rumo ao fim da "disparidade salarial" é corretamente entendida como uma etapa significativa no movimento em direção à igualdade com os homens.

Há diversos processos afetando essas tendências. Um fator significativo é que atualmente há mais mulheres se deslocando para cargos profissionais com melhor remuneração do que se verificava antigamente. Mulheres jovens que tenham boas qualificações têm hoje as mesmas chances de homens com essas mesmas condições de arranjar empregos lucrativos. Porém, esse progresso no topo da estrutura ocupacional é compensado pelo crescimento enorme no número de mulheres com empregos mal remunerados de meio turno dentro desse setor de serviços em rápida expansão.

A segregação ocupacional por gênero é um dos principais fatores responsáveis pela permanência da disparidade salarial

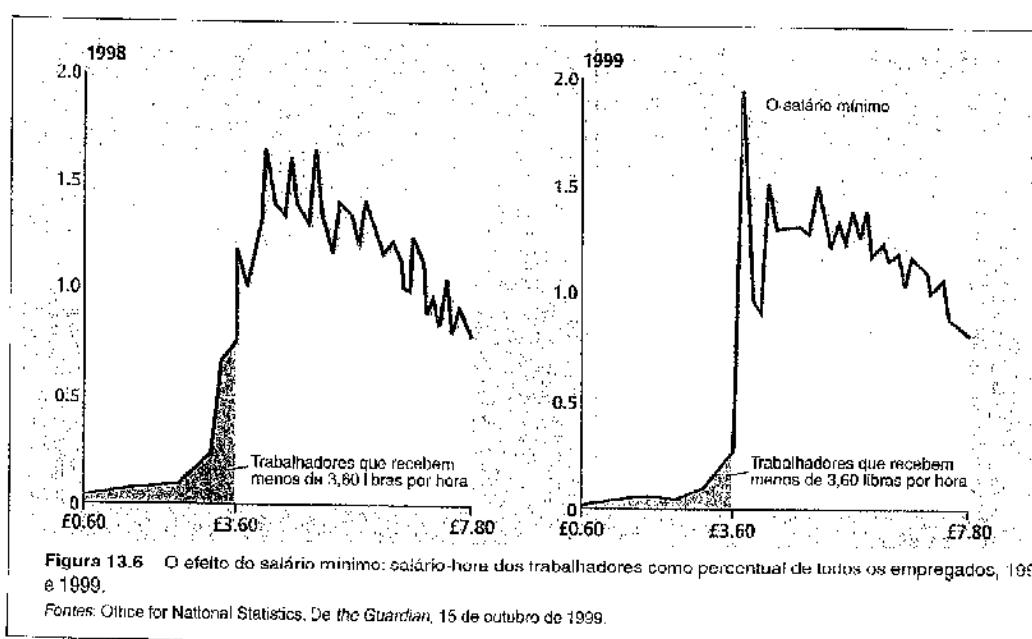
entre homens e mulheres. As mulheres figuram em grande número nos setores empregatícios de mais baixa remuneração: mais de 45% das mulheres ganham menos de 100 libras por semana, comparadas a apenas um pouco mais que 20% dos homens. Apesar de alguns ganhos, as mulheres também continuam tendo uma representação inferior no topo da distribuição de renda. Dez por cento dos homens recebem mais de 500 libras por semana, comparados a apenas 2% das mulheres (Rake, 2000).

A introdução de um salário mínimo nacional, em 1999, também ajudou a restringir a disparidade de ordenados entre homens e mulheres, já que muitas mulheres concentram-se em ocupações como as de cabelzeira e de garçonete, que durante muito tempo rendiam ordenados inferiores ao salário mínimo corrente. Estima-se que quase 2 milhões de pessoas tenham se beneficiado com um aumento de aproximadamente 30% em função do novo salário mínimo (veja a Figura 13.6). As vantagens do novo salário mínimo, no entanto, não anulam o fato de que ainda existe uma grande proporção de mulheres exercendo atividades que pagam um salário mínimo ou um pouquinho mais que esse valor – rendimentos com os quais uma pessoa dificilmente consegue sobreviver, quanto mais alguém que tenha filhos dependentes.

Uma das manifestações desse problema está no fato de haver uma proporção considerável de mulheres no RU vivendo na pobreza, o que se verifica particularmente nos casos daquelas que são chefes de família. Ao longo das duas últimas décadas, houve uma elevação constante no percentual das mulheres entre a classe pobre. A pobreza tende a ser especialmente crítica para aquelas mulheres com filhos muito pequenos que precisam de cuidado contínuo. Nesse aspecto, existe um círculo

vicioso: uma mulher que consegue arranjar um emprego que garanta um rendimento razoável pode ser prejudicada em termos financeiros ao ter de pagar uma creche para os filhos; porém, se ela partir para um emprego de meio turno, seus rendimentos serão reduzidos, desaparecerão quaisquer perspectivas de carreira que ela possa ter, além de que ela também perderá outros benefícios econômicos – como os direitos à aposentadoria – garantidos àquelas que trabalham em turno integral.

Analisada ao longo da vida de uma mulher, a disparidade salarial gera diferenças impressionantes em termos de rendimentos totais. Um estudo recente intitulado *Women's Income over the Lifetime* (Rake, 2000) constatou que uma mulher com profissionalização média, por exemplo, sofrerá uma “perda por ser mulher” de mais de 240 mil libras ao longo de sua vida. Essa perda refere-se a quanto uma mulher deixará de ganhar durante a vida em comparação com um homem que tenha qualificações similares, mesmo que ela não tenha filhos. O volume de dinheiro que uma mulher irá receber ao longo da vida varia de acordo com suas qualificações. Por exemplo, uma mulher sem filhos e sem qualificações deve receber 518 mil libras ao longo da vida; se tiver nível superior, ela pode esperar receber mais do que o dobro dessa quantia – sua “perda por ser mulher” será relativamente baixa, e ela não sofrerá com a “disparidade em função da maternidade” (a distância existente entre os rendimentos de uma mulher sem filhos e os de uma mulher com filhos) (veja a Figura 13.7). Já uma mãe de dois filhos que tenha baixo nível de profissionalização estará sujeita a uma “disparidade em função da maternidade” de aproximadamente 285 mil libras (em comparação com o que um homem nas mesmas condições ganharia), contra as 140 mil libras de uma mulher com profissionalização média e as 19 mil libras de outra



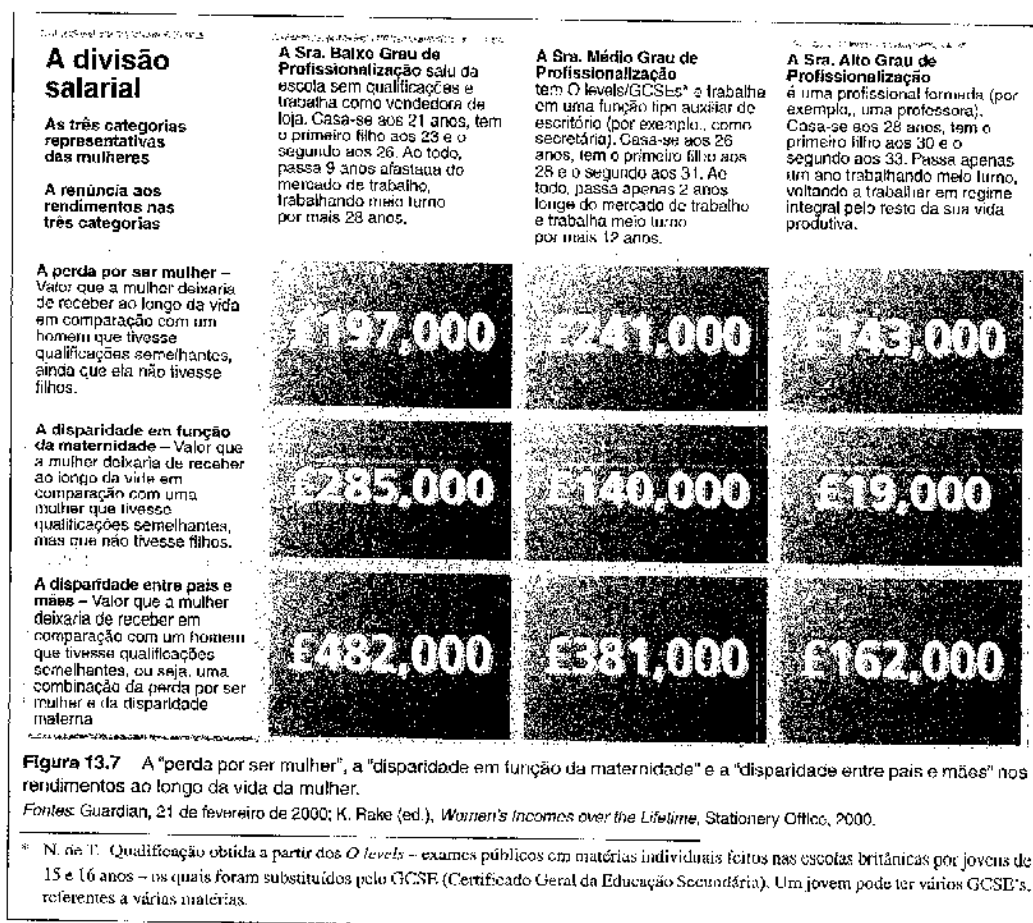
## O debate em torno dos empregos de meio turno

Uma das discussões mais controversas dentro da sociologia do trabalho envolve a alta concentração de mulheres em empregos mal remunerados de meio turno. Várias explicações já foram apresentadas no sentido de esclarecer essa posição relativamente desfavorecida das mulheres dentro do mercado de trabalho. Muitos sociólogos ressaltam as restrições das forças sociais, como a segregação ocupacional, o número limitado de creches e a discriminação persistente em relação ao gênero, para explicar por que as mulheres assumem empregos de meio turno – e aparentam estarem satisfeitas com eles. Entretanto, outros seguem um caminho visivelmente diferente, afirmando que a posição das mulheres no mercado de trabalho é um resultado das escolhas racionais que elas próprias fizeram. A principal proponente dessa visão é Catherine Hakim (1995, 1996, 1998).

Segundo Hakim, existem atualmente dois tipos essenciais de mulheres que trabalham fora de casa: as “compro-

metidas” com o trabalho, que o exercem em tempo integral; e aquelas que “não têm um compromisso” com o trabalho, que dão prioridade às responsabilidades domésticas e que trabalham apenas meio turno fora de casa. Hakim refuta o argumento de que o acesso às creches seja uma barreira para as mulheres que desejam trabalhar em período integral, além de não acreditar que as mulheres sejam exploradas nos empregos de meio turno. Ela alega que esses e outros “muitos” são promovidos por feministas que estudam essa questão seguindo uma agenda política. Para Hakim, muitas mulheres simplesmente possuem orientações para o trabalho que diferem das masculinas. Conseqüentemente, elas escolhem racionalmente eleger o lar como prioridade máxima e ficam satisfeitas com a flexibilidade oferecida pelo emprego de meio turno.

Os escritos de Hakim têm provocado respostas veementemente por parte de muitos sociólogos que discordam da



idéia de que os padrões do mercado de trabalho sejam um resultado exclusivo das escolhas das mulheres (Ginn et al., 1996; Crompton e Harris, 1998). Aqueles que se opõem à sua tese acreditam ser um erro ignorar as diversas restrições que pesam sobre as escolhas das mulheres. Rosemary Crompton e Fiona Harris discordam da explicação de Hakim de que as mulheres possuem "orientações para o trabalho" diferentes das dos homens. De acordo com Crompton e Harris, as mulheres podem estar comprometidas com o trabalho e com a família, e esses compromissos podem apresentar variações no decorrer da vida. Conforme revelaram estudos feitos com operárias nas décadas de 1960 e 1970 (Goldthorpe et al., 1968-1969), as trabalhadoras podem ter caminhos diversos e cheios de empecilhos em relação às suas atividades, apreciando-as tanto em função da satisfação intrínseca quanto das recompensas externas. Para as autoras, o mesmo se verifica no caso das mulheres contemporâneas que tentam encontrar um equilíbrio entre as demandas concorrentes do trabalho e a família, em diferentes contextos culturais e ocupacionais (Crompton e Harris, 1998).

Aproveitando uma amostra transnacional de entrevistas feitas com mulheres que trabalham fora na Rússia, na Grã-Bretanha, na Noruega, na França e na República Tcheca, Crompton e Harris concluem que as biografias das mulheres revelam que as atitudes em relação à família e ao trabalho são complexas e variáveis. Por exemplo, uma mulher que, quando bem jovem, seguia uma carreira com entusiasmo pode optar por transferir sua ênfase para ter filhos e mais tarde retornar ao trabalho com o mesmo vigor. Esse comportamento, em vez de demonstrar o seu "compromisso" ou sua "falta de compromisso" diante do trabalho, revela que as mulheres "construem" suas biografias individuais em relação às possibilidades e às restrições que elas enfrentam em diferentes estágios da vida.

Muitos dos críticos de Hakim concordam que as mulheres, de fato, fazem escolhas no que diz respeito ao emprego, e que tais escolhas influenciam a sua posição no mercado de trabalho mais amplo. No entanto, eles rejeitam a idéia de que as mulheres tomam essas decisões "racionalmente", de forma isolada, acreditando, sim, que tais decisões sejam moldadas por desafios práticos, atitudes da família e normas culturais.

altamente profissionalizada – para acrescentar à sua "perda por ser mulher". As mulheres que pertencem às duas últimas categorias têm mais chances de retornarem ao trabalho rapidamente e de utilizarem os recursos de uma creche enquanto os filhos são pequenos (Rake, 2000).

Será que as desigualdades de gênero em termos ocupacionais estão desaparecendo?

*Mais oportunidades para as mulheres no topo...*

Apesar de a segregação ocupacional e a disparidade salarial estarem incrustadas em nossa sociedade, há sinais de que as desigualdades extremas entre os gêneros estão se tornando menos críticas e de que as atitudes que as sustentam continuam mudando. Entre os jovens formados que estão hoje ingressando no mercado de trabalho, a segregação ocupacional por gênero é menos marcante. Um estudo de segmento da população do ESRC envolvendo jovens nascidos no ano de 1970 constatou que as mulheres jovens estão beneficiando-se com os programas destinados à igualdade de oportunidades implementados durante a década de 1980 (ESRC, 1997). As mulheres de classe média têm agora as mesmas chances que seus colegas homens de serem admitidas em boas universidades e de encontrarem empregos bem remunerados na graduação.

O fato de as mulheres terem ou não filhos dependentes produz um grande impacto sobre sua participação na força de trabalho assalariada. Em todos os grupos socioeconômicos, a

probabilidade de as mulheres trabalharem em tempo integral é maior se elas não tiverem filhos para cuidar em casa. Entretanto, hoje em dia, é bem mais provável que as mães retornem ao trabalho em regime integral, ao mesmo tipo de emprego e ao mesmo empregador, do que há duas décadas. Atualmente, para ter filhos, as mulheres fazem intervalos menores em suas carreiras do que ocorria antigamente, o que se verifica particularmente nas ocupações de maior remuneração – um fator que contribui para a força financeira das famílias "ricas em trabalhos", nas quais marido e mulher possuem rendimentos.

Profundas transformações parecem estar ocorrendo nos dias de hoje: muitos sociólogos concordam que houve um aumento de tamanho considerável no número de mulheres com sólidas formações educacionais e qualificações. A pesquisa sugere que há mais mulheres entrando em cargos profissionais e gerenciais do que nas décadas anteriores. Entre os anos de 1991 e 1998, por exemplo, a proporção de gerentes e administradoras femininas subiu de 30% para 33% (HMSO, 1999).

É preciso lembrar, contudo, que aqueles que estão iniciando uma carreira terão uma longa trajetória até atingirem o auge da realização e que resultados plenos podem ser comprovados somente após alguns anos. Estudos demonstram que, para as mulheres, o acesso aos grupos de poder revela-se bem mais difícil do que o encaminhamento para os cargos profissionais de nível médio (veja as descobertas de Judy Wajcman, na p. 295). Menos de 5% dos cargos de diretor nas companhias britânicas são ocupados por mulheres; quatro em cada cinco empresas não possuem nenhuma diretora. Infelizmente, uma história semelhante se repete em muitos domínios da economia.



### *Mas as mulheres que estão na base da pirâmide social continuam em desvantagem...*

Porém, esses avanços em termos de oportunidades profissionais para as mulheres não são compartilhados da mesma forma por todas elas. As tendências na "economia da informação" parecem estar exacerbando o cisna existente entre as que estão no topo e as que estão na base. Há um contraste brutal entre o conjunto dinâmico de novas ocupações privilegiadas e o enorme número de cargos de baixa profissionalização necessários para manter o funcionamento da "economia da informação". Já notamos que a maior expansão do trabalho assalariado feminino ocorre nos empregos de meio turno do setor de serviços, o qual oferece baixos salários: as mulheres representam um importante recurso de mão-de-obra na economia inconstante. No entanto, o fato de haver tantos empregos pagando valores iguais ou apenas um pouco superiores ao salário mínimo transforma a pobreza em um problema bastante real para muitas mulheres, especialmente aquelas que são mães solteiras.

O número de empregos vem crescendo a um índice elevado entre as mães que têm filhos pequenos, um grupo para quem o cuidado das crianças é a principal preocupação. A demanda de serviços nessa área deve ser vista como um dos desafios mais significativos a afetarem a capacidade de as mulheres ingressarem em empregos remunerados. Para trabalhar em tempo integral, as mulheres precisam garantir o cuidado dos filhos – formal ou informal (a ajuda de amigos, parentes ou vizinhos). O relatório *Meeting the Childcare Challenge* (DfEE, 1998) realizado pelo Departamento de Educação e Emprego indicou que, a cada cinco mães que não trabalham, quatro trabalhariam se conseguissem um local satisfatório para deixar seus filhos. Uma em cada sete mães citou o cuidado dos filhos como a principal razão para não entrarem no mercado de trabalho. Apesar de o número de serviços privados nessa área estar aumentando, o preço é um fator geralmente proibitivo. As mulheres que possuem poucas qualificações normalmente descobrem que, trabalhando fora, mal conseguem cobrir os custos desses serviços.

### A divisão doméstica do trabalho

#### *O trabalho doméstico*

O trabalho doméstico, em sua forma atual, nasceu da separação entre o lar e o local de trabalho (Oakley, 1974). Com a industrialização, a casa tornou-se um local de consumo, e não de produção de mercadorias. O trabalho doméstico tornou-se "invisível" assim que o "trabalho de verdade" passou a ser aquele que garante um pagamento direto. Por tradição, o trabalho doméstico sempre foi visto como um território feminino, enquanto o domínio do "trabalho de verdade", fora de casa, era reservado aos homens. Nesse modelo convencional, a *divisão doméstica do trabalho* – o modo como as responsabilidades em casa são divididas pelos membros que compõem um lar – era bastante simples. As mulheres assumiam a maioria das tarefas

domésticas, se não todas, ao passo que os homens "sustentavam" a família recebendo um salário.

O período do desenvolvimento do conceito de "lar" independente também assistiu a outras mudanças. Antes de as invenções e os recursos proporcionados pela industrialização influenciarem a esfera doméstica, o trabalho doméstico era duro e difícil. O banho semanal, por exemplo, era uma tarefa pesada que demandava bastante esforço. A introdução da água corrente quente e fria dentro das casas eliminou muitas das tarefas demoradas; antigamente, a própria água tinha de ser carregada para dentro de casa e lá aquecida sempre que se precisasse de água quente. As tubulações de eletricidade e de gás fizeram os fogões a lenha tornarem-se obsoletos, e tarefas como cortar lenha, carregar carvão e limpar constantemente o fogão praticamente acabaram.

Apesar desses avanços, surpreendentemente, o volume médio de tempo que as mulheres gastam no trabalho doméstico não apresentou uma diminuição visível, mesmo após a introdução de equipamentos que poupam trabalho como os aspiradores de pó e as máquinas de lavar roupas. A quantidade de tempo que as mulheres britânicas que não possuem empregos remunerados dedicam ao trabalho doméstico continuou praticamente inalterável ao longo dos últimos 50 anos. Os utensílios domésticos eliminaram algumas das atividades mais pesadas, porém novas tarefas foram criadas no lugar dessas. O tempo dedicado a cuidar dos filhos, fazer compras para a casa e preparar comida aumentou.

O trabalho doméstico não-remunerado tem um significado enorme para a economia. Estima-se que represente algo em torno de 25% a 40% da riqueza gerada nos países industrializados. Ele sustenta o resto da economia prestando serviços gratuitos dos quais depende grande parte da população que tem empregos remunerados. Entretanto, as tarefas domésticas propriamente ditas possuem dimensões problemáticas. A pesquisa de Anne Oakley sobre o trabalho doméstico como forma de trabalho demonstrou que a devoção em tempo integral aos afazeres domésticos pode resultar em isolamento, alienação e em uma falta de satisfação intrínseca. As donas de casa de seu estudo achavam as tarefas domésticas extremamente monótonas e tinham dificuldades para escapar da pressão psicológica que impunham a si mesmas no sentido de atender a certos padrões que estabeleciam para seu trabalho (1974).

Existe uma ligação muito estreita entre as formas de trabalho remunerado e as de não-remunerado, como demonstra a contribuição das tarefas domésticas para a economia geral. Uma das principais questões que despertam o interesse dos sociólogos diz respeito a como o crescente envolvimento das mulheres no mercado de trabalho afeta a divisão doméstica do trabalho. Se não houve uma redução no volume do trabalho doméstico, embora atualmente haja menos donas de casa em tempo integral, logo, as questões domésticas dos lares hoje devem ser organizadas de uma forma um tanto diferente.



homens vêm assumindo um volume maior de responsabilidades no funcionamento da casa, mas o fardo ainda não é dividido com igualdade.

Um levantamento conduzido por Wardle e Heatherington (1993), em Manchester, revelou que a divisão doméstica do trabalho era mais igualitária entre casais jovens do que entre casais das velhas gerações. Os autores concluíram que, com o tempo, os estereótipos vinculados ao gênero estão cedendo. Jovens que foram criados em lares nos quais os pais tentavam dividir as tarefas domésticas estavam mais inclinados a implementarem essas práticas em suas vidas.

Vogler e Pahl examinaram outro aspecto da divisão doméstica do trabalho – o dos sistemas domésticos de “administração” financeira (1994). O estudo deles buscou explicar se o acesso das mulheres ao dinheiro e ao controle sobre as decisões em relação aos gastos havia se tornado mais igualitário com o aumento no número de mulheres empregadas. Através de entrevistas com casais em seis comunidades britânicas diferentes, eles descobriram que a distribuição dos recursos financeiros é, de modo geral, mais regular do que no passado, mas continua atrelada a questões de classe. Entre os casais com nível de renda mais alto, notou-se uma tendência a administrar as finanças do “fundo comum” em conjunto, e houve um grau maior de igualdade no acesso ao dinheiro e na tomada de decisões em relação aos gastos. Quanto mais uma mulher contribui financeiramente em casa, maior é o nível de controle que ela exerce sobre as decisões financeiras.

Nas famílias com rendimentos menores, as mulheres eram geralmente as responsáveis pela administração diária das finanças domésticas, mas não necessariamente encarregadas das decisões estratégicas relativas ao orçamento e às despesas. Nesses casos, Vogler e Pahl notaram uma tendência de as mulheres protegerem a tendência dos maridos aos gastos ao mesmo tempo que se privavam do mesmo direito. Em outras palavras, houve aparentemente uma disjunção entre o controle diário feminino das finanças e o seu acesso ao dinheiro.

## O trabalho e a família

Até agora examinamos algumas das principais transformações que ocorreram no mundo do trabalho – a mudança em direção a uma economia do conhecimento, a introdução de técnicas de produção “pós-fordistas” flexíveis e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Como essas alterações no trabalho estão sendo vivenciadas dentro da família? As transformações no local de trabalho não ocorrem de forma isolada – elas produzem efeitos significativos sobre os lares e as famílias dos trabalhadores. Nesta seção, consideraremos alguns dos desafios e das estratégias possíveis para conciliar as demandas do trabalho e da família nessa era de transformações aceleradas.

## O desafio de conciliar trabalho e família

O declínio do formato tradicional do lar chefiado pelo “homem provedor” veio acompanhado de uma igualdade maior em relação às mulheres, tanto na esfera doméstica quanto na profissional. Mas esse processo também gerou efeitos complicados dentro do âmbito doméstico e entre as famílias: a polarização social e a pobreza estão crescendo à medida que se amplia a distância entre as famílias “ricas em trabalhos” e aquelas “pobres em trabalhos”. O distanciamento entre as famílias nas quais o marido e a mulher trabalham e aquelas que possuem renda única, ou que não contam com nenhuma renda, vem se acentuando (veja a Figura 13.8).

Essas alterações nas estruturas domésticas coincidiram com enormes transformações na economia e no local de trabalho. As empresas estão tentando ficar mais eficientes e enxutas, há uma redução no número de empregos ou na duração das jornadas, e muitos empregados ficam ansiosos em relação à segurança de seus cargos. Altas expectativas de desempenho no trabalho (sejam essas impostas pelo próprio indivíduo ou por seus superiores) significam que os empregados estão dedicando mais energia e tempo ao trabalho. O trabalho está exigindo mais tempo das pessoas; e, especialmente nos casos dos casais de dupla renda e dos pais solteiros, quanto mais tempo se gasta trabalhando, menos tempo disponível sobra para a vida em família e as interações com os filhos. A distribuição do tempo tornou-se um problema central para muitas famílias que simplesmente “trabalham demais”.

## O prolongamento da jornada de trabalho semanal

Um estudo realizado pela *Joseph Rowntree Foundation* descobriu que 60% dos empregados têm a impressão de estar se es-

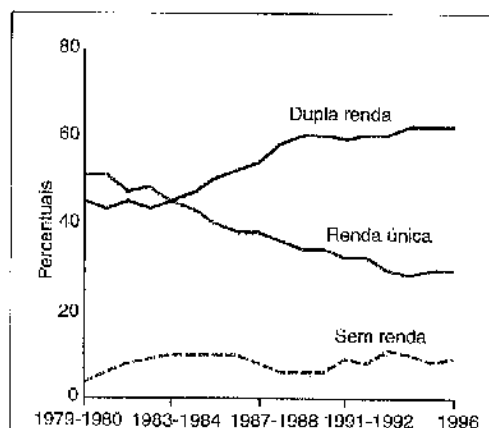


Figura 13.8 Volume de renda nos casais que têm filhos dependentes, Grã-Bretanha, 1979-1996.

Fontes: General Household Survey, Office for National Statistics. De *Social Trends*, 30 (2000), p. 66. Crown copyright.

forçando mais na execução de suas atividades ao longo dos últimos cinco anos, além de trabalhar em um ritmo mais acelerado do que antigamente. Os homens britânicos que trabalham em tempo integral têm uma jornada em média maior do que em praticamente qualquer outro país europeu: 45,7 horas por semana, comparado a uma média na UE de 41,3 (HMSO, 2000, p. 74). Estatísticas oficiais do *Labour Force Survey* (Levantamento da Força de Trabalho) demonstram que aproximadamente 20% da mão-de-obra britânica trabalha mais de 48 horas por semana em seu emprego principal. Trinta por cento dos homens afirmaram dedicar mais de 48 horas semanais ao trabalho, em comparação com 7% das mulheres (HMSO, 1999). Estudos sobre os padrões de trabalho verificados entre gerentes e consultores demonstram que está se tornando cada vez mais comum trabalhar 50, 60 ou até mesmo mais horas por semana regularmente.

Será que os "longos expedientes" passaram a ser uma norma? Alguns acreditam que sim, e que essa é uma tendência claramente prejudicial à saúde. Os críticos afirmam que a "sobrecarga de trabalho" conduz a um grave desequilíbrio entre a vida profissional e a pessoal. Pais que trabalham e chegam em casa ansiosos e exaustos têm menos condições de passar um tempo de qualidade com seus filhos e cônjuges, fazendo do casamento e do desenvolvimento dos filhos um esforço descomunal. Eles também têm menos tempo para as atividades de lazer e para envolverem-se em ações comunitárias como a política local ou o controle da escola. Para os críticos, a jornada de trabalho está invadindo cada vez mais o valioso "tempo ocioso" do qual as pessoas necessitam para continuarem sendo indivíduos saudáveis.

### *O emprego dos pais e o desenvolvimento dos filhos*

Com o volume cada vez maior de mães a entrarem no mercado de trabalho, surgem dúvidas quanto aos efeitos de longo prazo dessa tendência sobre o bem-estar dos filhos. Será que as mães que trabalham fora estão "enganando" seus filhos? Essa é uma questão que suscita opiniões contrastantes – muitas das quais controversas – as quais implicam que os filhos cujos pais (pai e mãe) trabalham fora podem estar em desvantagem em relação àqueles que têm o pai ou a mãe presentes em casa durante os primeiros anos de vida.

Um estudo realizado pelo *Institute of Education* (Instituto de Educação) utilizou dados do *National Child Development Survey* (Levantamento Nacional sobre o Desenvolvimento Infantil), que forneceu uma amostra de 11 mil pessoas nascidas em 1958, bem como de seus filhos. A pesquisa preocupou-se com os efeitos do retorno de uma mãe ao trabalho sobre os filhos que tenham menos de um ano de idade. As descobertas revelaram um elo entre o emprego das mulheres e o posterior sucesso acadêmico dos filhos: descobriu-se que, dos 8 aos 10 anos de idade, as habilidades de leitura dos filhos de mães que retornaram ao trabalho dentro do período de um ano após o nascimento eram ligeiramente inferiores às das outras crianças.

Entretanto, a pesquisa também mostrou que, de modo geral, os filhos de mães que voltaram a trabalhar (especialmente em turno integral) adaptavam-se melhor, eram menos ansiosos e mais tarde revelavam maior maturidade social (Joshi e Verropoulou, 1999). Estudos como esse são destacados pelos defensores da tese de que as mulheres deveriam ter o direito legal de retornarem ao trabalho um ano após o nascimento de um filho, e não mais cedo, como é a prática comum.

Um recente estudo de caso realizado em Barking e Dagenham, no leste de Londres, também encontrou elos entre as conquistas dos filhos em termos educacionais e os padrões de emprego dos pais (O'Brien e Jones, 1999). Em 1994, Margaret O'Brien e Deborah Jones fizeram um levantamento envolvendo 620 estudantes com idades entre 13 e 15 anos para examinar a interação existente entre sua vida em família e sua experiência educacional. Além de preencherem questionários, pediu-se às crianças que, durante uma semana, registrassem em diários suas rotinas diárias, incluindo a quantidade de tempo que passaram com o pai e com a mãe. O'Brien e Jones então colheram os dados de acompanhamento sobre os resultados educacionais dois anos após a pesquisa.

Barking e Dagenham foi o local de um importante estudo sociológico conduzido por Peter Willmott na década de 1950; na época, a área era caracterizada por famílias brancas da classe trabalhadora que possuíam fortes laços de parentesco e um baixo nível de conquistas em termos educacionais. Willmott descreveu o lugar como uma "colônia de uma só classe", com uma cultura homogênea e valores orientados para o trabalho manual (1963). Mais de duas décadas após o estudo, a região permanecia praticamente inalterada (a maioria dos homens ainda têm empregos manuais), embora o número de mulheres no mercado de trabalho seja bem maior. Na amostra de O'Brien e Jones, 40% dos lares tinham duplo rendimento porque o pai e a mãe trabalhavam em turno integral, 34% tinham duplo rendimento, pois o pai trabalhava em turno integral e a mãe em meio turno, e os outros 23% tinham rendimento único (o pai trabalhava em turno integral e a mãe ficava em casa).

Baseados nos dados do levantamento, O'Brien e Jones conseguiram fazer uma comparação entre o período de tempo que os filhos passavam com seus pais em diferentes tipos de famílias. Eles constataram que, de modo geral, o acesso dos filhos à mãe era maior quando esta trabalhava meio turno (veja a Tabela 13.1). Surpreendentemente, nos lares em que o pai trabalhava em turno integral e a mãe ficava em casa, os filhos passavam o menor período de tempo com seus pais. A julgar pelos relatos das crianças, as mães que não trabalhavam fora não necessariamente passavam mais tempo com os filhos mesmo que estivessem em casa – fato esse que se verificava particularmente nos fins de semana. O'Brien e Jones sugerem que essas mães podem não ter percebido a necessidade de passar um tempo extra com os filhos no final de semana, ou ainda podem não ter tido dinheiro para pagar atividades de lazer, se comparadas às mães que trabalhavam fora.

**Tabela 13.1** Relatório dos filhos sobre o tempo passado com os pais, por situação de emprego dos pais (horas e minutos)

Situação de emprego		Dia útil (5 dias)	Fim de semana (2 dias)	Total dos pais	Soma do tempo dos pais
Ambos trabalham:					
mãe (meio turno)	Mãe	26,50	15,70	42,20	75,20
pai (turno integral)	Pai	18,00	15,00	33,00	
Ambos trabalham:					
mãe (turno integral)	Mãe	22,30	16,00	38,30	74,75
pai (turno integral)	Pai	20,65	15,60	36,25	
Apenas um trabalha:					
	Mãe	22,25	13,00	38,00	68,00
pai (turno integral)	Pai	18,00	12,00	30,00	

Não houve diferenças significativas entre o tipo de ocupação do pai nesses três grupos de situação de emprego.

Fonte: M. O'Brien e D. Jones. "Children, parental employment and educational attainment: an English case study", *Cambridge Journal of Economics*, 23 (1999).

Quanto à qualidade das relações entre pais e filhos, os filhos de mães que trabalhavam meio turno mostraram-se um pouco mais satisfeitos do que aqueles cujas mães trabalhavam turno integral, embora a diferença não fosse significativa. Por exemplo, 81% dos filhos cujas mães têm empregos de meio turno achavam que elas tinham tempo para conversar com eles sobre assuntos importantes; entre aqueles cujas mães trabalhavam turno integral, o número foi de 73%.

Ao observar as conquistas educacionais em termos gerais entre as crianças que fizeram parte do estudo, O'Brien e Jones notaram diversos fatores que influenciam esses resultados: bem-estar material, aspirações educacionais, elogio materno e padrões de emprego dos pais. Eles concluíram que o desempenho das crianças na escola é melhor quando pai e mãe trabalham fora, mas que os resultados são um pouco inferiores quando pai e mãe trabalham em tempo integral. No entanto, de modo geral, o deslocamento das mulheres de Barking e Dagenham para o mercado de trabalho produziu um impacto positivo na transição dos filhos para a vida (O'Brien e Jones, 1999).

### *A pressão sobre as mães que trabalham fora*

As mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos, embora esse quadro pareça estar mudando um pouco à medida que a figura do pai assume um papel mais ativo na criação deles. Assim, as mães que trabalham fora e que possuem filhos pequenos têm que enfrentar diariamente a tarefa de fazer malabarismos para conciliar as aparentemente intermináveis exigências domésticas e profissionais. Para muitas mães que trabalham fora, o dia é tão cheio de atividades que elas não vêem o tempo passar: acordar os filhos e aprontá-los todas as manhãs, deixá-los aos cuidados de alguém, trabalhar um dia inteiro, buscar os filhos no final do dia, passar um tempo com eles à noite, encarregar-se dos assuntos domésticos e ainda arruajar tempo para as próprias necessidades. No caso das mães solteiras, esses desafios parecem ainda maiores, já que contam com um auxílio e um amparo menores, especialmente nos dias em que os filhos estão doentes ou precisam de alguém que tome conta deles.

Para conciliar as diversas dimensões de suas vidas, essas mães se vêem forçadas a encontrar um ponto de equilíbrio.

Uma entrevistada do estudo de Judy Wajcman sobre gerentes do sexo feminino comentou:

Eu tenho a impressão de que existem três componentes na vida: família, vida social e trabalho. Em uma família com duas carreiras, é preciso desprezar um desses componentes, que, no meu caso, é a vida social. Quando não estou trabalhando, sou mãe em tempo integral; e depois de colocar meus filhos pra dormir, eu desmaio!

Mesmo as mães que trabalham fora e podem pagar uma pessoa para ajudar nas tarefas domésticas descobrem que sua responsabilidade de combinar e supervisionar esses serviços é maior do que a do seu parceiro masculino. "Se você perguntar à babá quem é que manda, ela dirá que sou eu", disse outra gerente entrevistada no estudo. "Eu acabo tendo um contato melhor com ela em relação a detalhes, e ela fala mais comigo do que com o meu marido" (citado em Wajcman, 1998, p. 152).

Alguns estudos recentes mostram que a pressão de equilibrar o trabalho e a casa está levando um grande número de mulheres que trabalham fora a abandonarem completamente os empregos de turno integral ou a começarem a trabalhar meio turno. Pesquisadores da Universidade de Bristol realizaram um estudo envolvendo 560 mães britânicas que haviam retornado ao trabalho integral após o nascimento do primeiro filho, e descobriram que mais de um terço havia desistido de trabalhar em tempo integral no período de dois anos. Muitas citaram a inflexibilidade dos empregadores que não estão dispostos a levar em consideração o fato de que as mães que estão voltando ao trabalho possuem novas obrigações com o bebê (J. Wilson, 2000).

Embora essas descobertas sejam importantes no sentido de revelar os grandes desafios enfrentados pelas mães que trabalham fora no mundo contemporâneo, é preciso também que tenhamos cautela ao interpretá-las. A criação dos filhos é, por natureza, um esforço complexo e que envolve um trabalho intenso; não é de se surpreender que haja tantas dificuldades para equilibrar a criação dos filhos e as responsabilidades profissionais. Entretanto, é perigoso enxergarmos o desafio de conciliar trabalho e família como uma "questão feminina". Ao refletirmos sobre como encontrar um equilíbrio mais saudável entre a casa e o local de trabalho, precisamos também prestar atenção

aos respectivos papéis do pai, do empregador e do governo no apoio ao processo de criação dos filhos. Examinaremos agora exemplos de políticas de amparo à família que estão sendo desenvolvidas em alguns locais de trabalho a fim de aliviar as pressões desse desafio de conciliar trabalho e família.

### Políticas de trabalho de amparo à família

Se realmente entramos em uma era na qual o ritmo do trabalho é mais acelerado, as empresas são mais flexíveis e os estilos gerenciais mais "suaves", será que as condições do emprego também estão mudando a fim de que os empregados tenham mais facilidade para lidar com o desafio de conciliar o trabalho e a família? Com a ajuda da tecnologia da informação, há sinais de que diversas políticas de trabalho de amparo à família vêm sendo adotadas, por parte dos empregadores, no sentido de auxiliar famílias em que os pais trabalham fora a equilibrarem os compromissos profissionais e os não-profissionais.

Não há consenso em relação aos critérios exatos para que uma política seja considerada de amparo à família. Porém, no levantamento que fez dos diversos tipos de políticas de amparo à família as quais atualmente estão em vigor na Europa, Lisa Harker (1996) observou quatro objetivos-chave que devem ser alcançados:

1. As políticas devem ter o objetivo de capacitar os empregados a atenderem às exigências domésticas e profissionais.
2. As políticas deveriam auxiliar na igualdade entre os gêneros e na distribuição das obrigações familiares entre homens e mulheres.
3. As políticas não podem ser discriminatórias; deveriam ser implementadas em condições de trabalho razoáveis e ser sensíveis às necessidades dos empregados.
4. O sucesso de uma política de amparo à família depende de um equilíbrio — um "contrato invisível" — entre as necessidades do trabalhador e as do empregador.

Os defensores das políticas de amparo à família afirmam que elas são uma proposição que só traz benefícios. Em primeiro lugar, políticas flexíveis são positivas para os empregados, proporcionando-lhes um controle maior sobre suas vidas ao permitir-lhes que tomem decisões sobre as melhores formas de trabalhar. Conseqüentemente, os trabalhadores atingem melhor equilíbrio entre os compromissos do trabalho e os de fora do trabalho. Políticas flexíveis reconhecem as diferentes necessidades dos trabalhadores em vários momentos da vida. Por exemplo, um empregado jovem pode passar dez anos trabalhando intensivamente para construir uma carreira, optar por reduzir sua jornada por um período de cinco anos (quando nascem seus filhos), retornar ao mesmo nível de atividade na metade da vida e, mais tarde, começar a trabalhar um pouco em casa para cuidar de um pai ou de uma mãe com idade avançada.

Um segundo ponto forte nas políticas de amparo à família está no fato de elas serem positivas para a empresa. Ao trabalharem com os empregados na criação de padrões de trabalho

mais favoráveis, os empregadores descobrem que seus empregados são mais leais e dedicados; tendem a ser também mais eficientes e produtivos, já que ocupam menos tempo do trabalho tentando coordenar as diversas facetas da vida. Para os defensores das políticas flexíveis, quando os trabalhadores são indivíduos mais equilibrados, menos ansiosos, seu desempenho no emprego é melhor.

As políticas de trabalho de amparo à família estão longe de ser universais, porém algumas abordagens estão ganhando popularidade com a difusão da tecnologia da informação:

### Flexibilidade de horários

Esta é uma das opções de mais ampla adoção por parte dos empregados. Como o nome sugere, a flexibilidade de horários permite que os trabalhadores escolham o horário do seu expediente dentro de limites definidos. Assim, uma mãe que trabalhe fora, por exemplo, pode começar o dia às sete da manhã para poder estar em casa na hora em que seus filhos saem da escola, à tarde. Outros empregados podem preferir começar cedo, sair tarde e ter um intervalo de três horas, na metade do dia, para tomar conta de um parente doente. Outra versão da flexibilidade de horários que tem a preferência de muitos trabalhadores é a que comprime a jornada de trabalho semanal em quatro dias, em vez de cinco. Expedientes mais longos de segunda a quinta-feira permitem às pessoas finais de semana de três dias.

Embora seja popular a flexibilidade de horários entre muitos empregados — especialmente entre os casais em que o homem e a mulher trabalham fora e aproveitam os horários flexíveis para coordenar suas escalas de trabalho e as necessidades dos filhos —, esse sistema não é aplicável a todos os tipos de trabalho. Os críticos também argumentam que essa flexibilidade não consegue *criar* nenhum tempo extra para o empregado passar com a família: serve simplesmente para deslocar a carga de trabalho para um novo padrão. Por fim, alguns gerentes demonstram uma posição hostil em relação a essa flexibilidade, alegando que os empregados precisam estar no escritório durante o horário de expediente para prestar serviços aos clientes e colaborar com os colegas. Em um estudo sobre as políticas de amparo à família, um gerente explicou uma desvantagem potencial desse sistema:

Minha meta principal é elaborar um programa que satisfaça as necessidades da Tina e que também seja aceito por outras pessoas no escritório (...). Se eles a vissem voltando para casa cedo todos os dias, isso seria um desastre para a moral. É mais aceitável que ela não esteja aqui um dia por semana. (Citado em Lewis e Taylor, 1996, p. 121.)

### Partilha de cargo

A partilha de cargo é uma abordagem que serve para repensar o modo de organização do trabalho, permitindo que duas pessoas dividam a responsabilidade e os rendimentos de um posto. Para um homem e uma mulher casados, ou que morem juntos, que tenham qualificações ou habilidades comparáveis, esse sistema



Equilibrando a família e o trabalho em uma única mesa.

pode representar uma opção atraente, pois permite que o pai ou a mãe sempre esteja disponível para cuidar dos filhos. Essa partilha também pode ser planejada entre dois empregados que trabalhem meio turno e que precisem de flexibilidade para atenderem a certos compromissos fora do trabalho. Duas mulheres que sejam mães, por exemplo, podem compartilhar um cargo administrativo, coordenando suas jornadas de trabalho.

Para o andamento tranquilo da partilha de cargo, é preciso vencer desafios práticos, pois é necessário que ambos os indivíduos se mantenham atualizados quanto às tarefas que foram concluídas e as que ainda restam a ser feitas. Contudo, estabelecendo-se um sistema eficiente de registros e de comunicação, as partilhas de cargo oferecem grande flexibilidade tanto para os empregados quanto para as empresas.

### Trabalho em casa

O trabalho em casa (às vezes referido como "teletrabalho"\*) permite aos empregados desempenharem algumas de suas responsabilidades, ou todas elas, em casa, com o auxílio de um computador e de um modem. Em empregos que não requerem um contato regular com clientes ou colaboradores, como no caso dos trabalhos de design gráfico feito por computador ou da redação de material para publicidade, os empregados descobrem que tra-

balhar em casa possibilita um equilíbrio das responsabilidades que não estão relacionadas ao trabalho, além de um desempenho mais produtivo. Ao que parece, o fenômeno dos "teletalhadadores" certamente crescerá nos próximos anos.

Mesmo que, nos últimos anos, o trabalho em casa tenha ganhado maior aceitação, ele não caiu necessariamente na preferência de todos os empregadores. É bem mais difícil monitorar o trabalho de um empregado quando ele não está no escritório; por esse motivo, é comum a aplicação de novos tipos de controle aos empregados que trabalham em casa, como garantia de que eles não abusem da "liberdade" que possuem. Espera-se que os trabalhadores mantenham contatos regulares com o escritório, por exemplo, ou apresentem novos dados sobre sua evolução com maior frequência do que os outros empregados.

Embora haja um grande entusiasmo em relação ao potencial desses "escritórios domésticos", alguns estudiosos do assunto advertem para a probabilidade de uma polarização significativa entre empregados profissionais, que, de casa, seguem projetos criativos, desafiadores, e empregados não-profissionalizados, que desempenham tarefas de rotina, como digitação ou inserção de dados, em casa. Se esse cisma se desenvolvesse, as mulheres provavelmente ficariam concentradas entre os grupos que ocupam posições inferiores nessa classificação dos empregados que trabalham em casa (Phizacklea e Wolfowitz, 1995).

\* N. R. T. Ou *e-commuting*, pois refere-se ao trabalho processado e entregue regularmente por meios eletrônicos, executado fora do local de trabalho.

### Licença-maternidade e licença-paternidade

O nível de amparo à família proporcionado por uma empresa pode ser medido em relação às políticas de licença-maternidade e de licença-paternidade. Como parte da mudança em direção a políticas mais preocupadas com o empregado, muitas empresas do RU estão aproveitando as abordagens descritas acima para aliviar o fardo que pesa sobre os pais jovens. Entretanto, pela lei do RU, as mães e os pais que trabalham fora têm direito a apenas 13 semanas de licença não-remunerada. Embora alguns empregadores possam concordar em oferecer pacotes de licença-maternidade e de licença-paternidade mais generosos, a lei não exige que eles assim o façam.

Políticas que estipulam esse tipo de licença têm sido implementadas em muitos outros países europeus a fim de estimular principalmente o pai a ter um tempo livre para ajudar na criação do filho. Na Noruega, por exemplo, os empregados podem tirar a licença-maternidade ou a licença-paternidade durante 42 semanas (com remuneração integral), ou 52 semanas (recebendo 80% do salário). Exige-se que o pai utilize no mínimo 4 semanas da licença. A cada ano, um pai e uma mãe podem ficar em casa de 10 a 15 dias para cuidar de um filho doente; os pais solteiros têm direito a um pouco mais de tempo — 20 a 30 dias (UNDP, 1999).

A situação na Suécia é apresentada por alguns ativistas e elaboradores de políticas como um modelo ao qual o RU deveria aspirar. A Suécia é líder no mundo ocidental em termos de legislação destinada a promover a igualdade dos sexos (Scriven, 1984). Programas de licença bem-remunerados e igualitários são garantidos por lei, proporcionando ao pai e à mãe a oportunidade de permanecerem no mercado de trabalho sem deixar de dispor do tempo e do espaço necessários para o cumprimento de suas obrigações de pais.

Na Suécia, é grande a proporção de mulheres que possuem um emprego assalariado — 80% a 90% das mulheres que têm entre 16 e 64 anos exercem algum tipo de atividade remunerada. As mulheres têm direito a 15 meses de licença-maternidade: durante esse período, os benefícios do Estado cobrem 80% a 90% dos seus rendimentos normais. Pai e mãe têm direito a 10 dias de licença remunerada a partir do nascimento do filho, e a mais 150 dias de licença recebendo 80% do salário. Até a criança completar 8 anos de idade, o pai e a mãe têm direito a uma redução de 25% da jornada de trabalho. Além disso, há diversos centros de cuidados infantis que oferecem serviços após o horário escolar e na época de férias para crianças de até 12 anos de idade (UNDP, 1999).

### Avaliação

Será que esse movimento em direção às políticas trabalhistas de amparo à família deve ser recebido sem reservas? Em um plano, essas tentativas inovadoras que visam a auxiliar os empregados na administração do trabalho e da vida familiar podem ser vistas como uma reação dinâmica e positiva às mudanças na economia e na natureza do trabalho. Contudo, da forma como são atualmente implementadas, há diversos aspectos nos

quais essas políticas não chegam a alcançar o cerne da questão das famílias contemporâneas.

Em primeiro lugar, as políticas trabalhistas não estão disponíveis em muitos ambientes de trabalho, sendo, com frequência, oferecidas apenas a certos empregados privilegiados. Em muitos casos, fica a critério da gerência conceder, ou não, ao empregado a permissão de trabalhar de um modo mais flexível. A maioria das políticas ainda visa às necessidades das mulheres que trabalham fora e que têm filhos pequenos, e não a um público mais amplo que inclua os homens e os empregados que precisam tomar conta de parentes idosos ou inválidos. O índice de participação dos homens nessas políticas continua sendo decepcionantemente baixo. Por exemplo, apenas 5% da mão-de-obra masculina na UE abrangendo países nos quais as políticas são relativamente generosas trabalhava meio turno ou havia tirado licença-paternidade em 1995. Conforme observou o Comissário para Emprego e Questões Sociais da UE: “Mesmo onde existem instrumentos políticos que visam a acabar com os desequilíbrios entre os gêneros na área do cuidado de pessoas (...) persiste a suposição de que essa é uma atividade de responsabilidade das mulheres” (UNDP, 1999, p. 82).

Em segundo lugar, o índice de participação em políticas flexíveis varia enormemente, o que pode estar relacionado ao temor que certas mulheres sentem de que o fato de concordarem com essas políticas possa ser interpretado como se o seu “compromisso” em relação ao local de trabalho fosse insuficiente — um receio que não é injustificado. Em um levantamento realizado com seus membros, o *Institute of Directors* (Instituto dos Diretores) descobriu que 45% deles tinham um interesse menor em contratar mulheres em idade fértil do que outros grupos, em função de possíveis conflitos de interesse entre o trabalho e a casa. De acordo com o diretor de políticas do instituto: “Quando os empregadores admitem funcionários, eles têm noção dos compromissos familiares dessas pessoas, mas esperam que elas sejam adultas o suficiente a ponto de conseguirem lidar sozinhas com essas pressões. A responsabilidade não é nossa”. (Citado em Lynch, 2000.)

Em terceiro lugar, alguns comentaristas argumentam que, isoladamente, as políticas de amparo à família jamais conseguirão promover a completa integração das mulheres no mercado de trabalho e assegurar sua independência econômica. Essas políticas também fracassarão em aliviar o peso do desafio de conciliar trabalho e família — quando muito conseguirão “reconfigurá-lo” de uma nova maneira. Para alguns, a resposta está na redução da jornada de trabalho semanal para todos como uma das medidas para desafiar a cultura dos longos expedientes (Creighton, 1999). Uma jornada semanal mais curta levaria à criação de um “pacto” entre o trabalho e a família, em substituição àquele modelo tão desgastado do homem provedor. Levava em conta melhor equilíbrio entre o trabalho e a casa, a promoção de um nível maior de igualdade entre os gêneros e a redução da polarização social ao difundir o trabalho com mais uniformidade entre os adultos.

Outros estudiosos do assunto concordam que uma transformação significativa exigirá mudanças na cultura e nas atitu-



des, e não simplesmente um menu de políticas flexíveis a partir do qual fazemos nossa escolha. As políticas de amparo à família ganharam popularidade, em parte, porque as empresas as vêem como benefícios atraentes para oferecer aos empregados que valorizam. Porém, até que os ideais que estão por trás dessas políticas façam parte da agenda geral e da missão da empresa, existe um risco de que essas oportunidades continuem marginais.

## Desemprego

Os índices de desemprego apresentaram uma flutuação considerável ao longo do século XX. Nos países do Ocidente, o auge do desemprego ocorreu no início da década de 1930, quando cerca de 20% da força de trabalho estava desempregada na Grã-Bretanha. As idéias do economista John Maynard Keynes tiveram uma forte influência sobre a política pública na Europa e nos Estados Unidos durante o período do pós-guerra. Keynes acreditava que o desemprego fosse resultado de um poder aquisitivo insuficiente, de forma que não existe um estímulo à produção e há a necessidade de um número menor de trabalhadores. Os governos podem intervir a fim de aumentar o nível de demanda em uma economia, levando à criação de outros empregos. Muitos passaram a acreditar que a administração da vida econômica pelo Estado significaria que os altos índices de desemprego seriam coisa do passado. O compromisso com o *pleno emprego* tornou-se parte da política do governo em praticamente todas as sociedades ocidentais. Até a década de 1970, essas políticas aparentemente tiveram sucesso, e o crescimento econômico se deu de modo mais ou menos contínuo.

Durante os anos de 1970 e 1980, ficou evidente a dificuldade de controlar os índices de desemprego em muitos países, e o keynesianismo, como meio de tentar regular a atividade econômica, foi quase que completamente abandonado. Cerca de 25 anos após a Segunda Guerra Mundial, o índice de desemprego na Grã-Bretanha estava em menos de 2%. No início dos anos de 1980, atingiu os 12%, apresentando então uma queda, mas elevando-se no final da década. O índice de desemprego na Grã-Bretanha começou a cair novamente desde meados dos anos de 1990 até o fim dessa década; no final dos anos de 1990, manteve-se um pouco acima de 6%.

## Uma análise do desemprego

Interpretar as estatísticas de desemprego oficiais, no entanto, não é uma tarefa simples (veja a Figura 13.9). Não é fácil definir o desemprego: significa "estar sem trabalho". Porém, para nós, o "trabalho" significa uma atividade remunerada em uma "ocupação reconhecida". Pessoas que estejam devidamente registradas como desempregadas podem estar exercendo muitas formas de atividade produtiva, como pintar a casa ou cuidar do jardim. Muitas têm um emprego remunerado de meio turno, ou apenas arranjam trabalhos remunerados esporádicos; os aposentados não estão incluídos no grupo dos "desempregados".

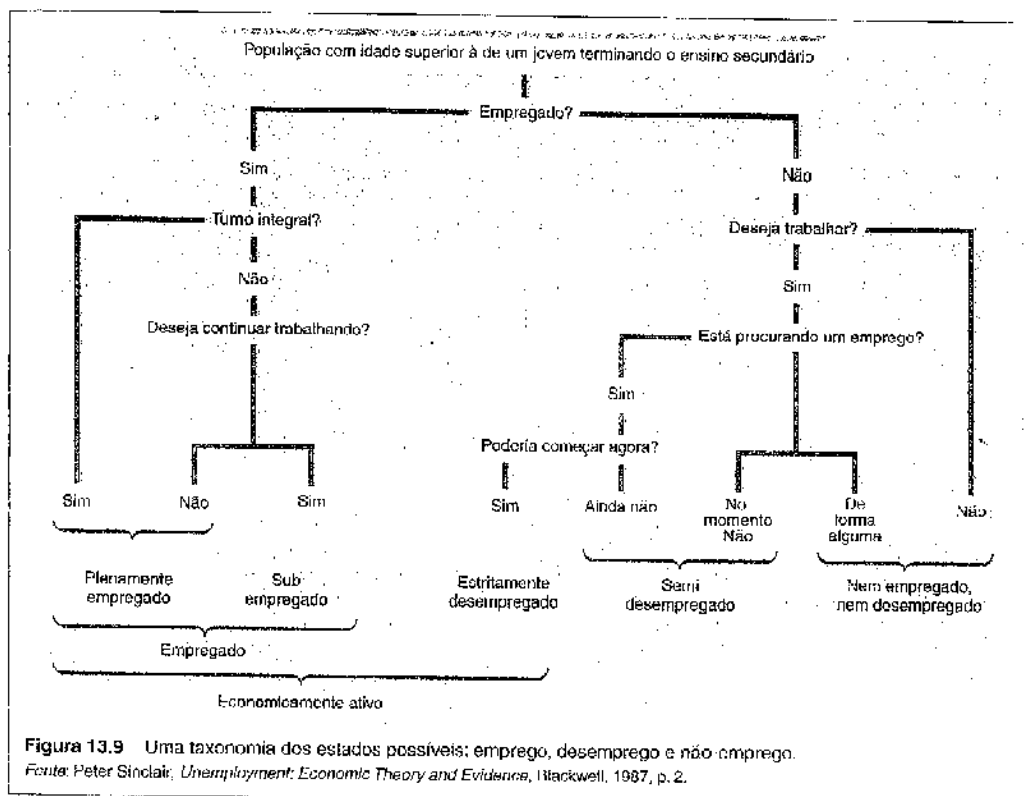
O cálculo de muitas estatísticas oficiais é feito de acordo com a definição de desemprego utilizada pela Organização Internacional do Trabalho. Para a OIT, a medida do desemprego refere-se aos indivíduos que não possuem um emprego, que têm disponibilidade para começar a trabalhar dentro de duas semanas e que tentaram encontrar um emprego no mês anterior. Muitos economistas acreditam que seja necessário acrescentar duas outras medidas a esse índice-padrão de desemprego. Os "trabalhadores desestimulados" são aqueles que gostariam de ter um emprego, mas que perderam as esperanças de conseguir um e, por isso, desistiram de procurá-lo. Os "trabalhadores involuntários de meio turno" são indivíduos que, mesmo querendo trabalhar em tempo integral, não conseguem arranjar um emprego desse tipo.

As estatísticas gerais do desemprego são também dificultadas pelo fato de abrangerem dois "tipos" diferentes de desemprego. O *desemprego friccional*, às vezes denominado "desemprego temporário", o qual se refere a uma entrada dos indivíduos no mercado de trabalho e a uma saída desse mercado que ocorrem naturalmente, em um curto espaço de tempo, por razões como a troca de empregos, a busca de um cargo após a graduação, ou um período de saúde precária. Já o *desemprego estrutural* descreve a falta de emprego que é resultado de grandes mudanças na economia, e não de circunstâncias que afetem indivíduos em particular. O declínio da indústria pesada na Grã-Bretanha, por exemplo, contribuiu para um aumento no nível do desemprego estrutural.

## As tendências do desemprego na Grã-Bretanha

As variações na distribuição do que o governo define como desemprego dentro da Grã-Bretanha estão bem documentadas. O desemprego atinge mais os homens do que as mulheres: em 1998, o índice de desemprego entre os homens era de 6,8%, em comparação com 5,3% entre as mulheres. A probabilidade de os homens desempregados terem tido um emprego anterior foi de quase o dobro em relação às mulheres, e a de as mulheres que fazem seu registro na lista do desemprego terem estado em casa cuidando dos filhos ou da família foi de dez vezes em relação aos homens (HMSO, 1999).

Na média, os índices de desemprego entre as minorias étnicas são maiores do que entre os brancos. As minorias étnicas também apresentam índices bem mais altos de desemprego por longos períodos do que o resto da população. No entanto, essas tendências gerais escondem um grande volume de diversidade nos índices de desemprego entre os grupos étnicos minoritários (veja a Tabela 13.2). O desemprego entre a população branca permaneceu em cerca de 6% nos anos de 1997 e 1998. No caso dos indianos, o índice foi de 8% — um dos fatores que levam algumas pessoas a sugerirem que a população indiana britânica está próxima de atingir uma paridade socioeconômica com a população branca. Porém, em contraste com esses números, o índice de desemprego entre os afro-caribenhos foi de 19%, e entre os paquistaneses e bangladeshianos, 21%. Entre os grupos étnicos minoritários, o índice mais alto de desemprego ficou



com os afro-caribenhos que estão na faixa etária dos 16 aos 24 anos (39%) e os paquistaneses e bangladeshianos a partir dos 45 anos até a idade de se aposentarem (26%) (HMSO, 1999).

Os jovens são especialmente afetados pelo desemprego. Para aqueles que têm entre 18 e 24 anos, o índice de desemprego é quase o dobro do índice total. Em 1998, cerca de 13% dos jovens do sexo masculino e 9% das jovens estavam desempregados. Esse é um número, até certo ponto, artificialmente alto, pois inclui diversos estudantes que trabalham meio turno ou que têm um emprego ocasional enquanto estão estudando ou concluindo cursos de treinamento.

Uma proporção considerável dos jovens, especialmente os membros de grupos minoritários, estão entre os indivíduos desempregados há muito tempo; e mais da metade do desemprego dos adolescentes do sexo masculino envolve aqueles que estão sem trabalho há seis meses ou mais. As iniciativas do novo governo são direcionadas aos jovens com idades entre 18 e 24 anos que há mais de seis meses solicitam auxílio para procurar emprego. Aqueles que estão desempregados há muito tempo têm agora direito a treinamento profissional, assistência para procurar emprego e oportunidades de trabalho subsidiado.

Há uma correlação entre a classe social e os índices de desemprego. De acordo com o estudo do segmento da população do ESRC envolvendo jovens que nasceram no ano de 1970, aqueles cujo pai pertencia às classes sociais 1 e 2 sofreram os

menores índices de desemprego. Os indivíduos cujo pai pertencia à classe social 5, ou que foram criados por mãe solteira, tiveram os índices mais altos de desemprego, incluindo uma grande proporção de pessoas que nunca trabalharam (ESRC, 1997).

Os índices de desemprego também estão relacionados às qualificações educacionais. O *Labour Force Survey* (Levantamento da Força de Trabalho) demonstrou que quanto mais alto o nível de qualificação, menor será o de desemprego. Na primavera de 1998, o índice de desemprego entre os indivíduos que não tinham qualificações foi quatro vezes superior ao daqueles que tinham melhores qualificações educacionais (HMSO, 1999).

### A experiência do desemprego

O desemprego pode ser uma experiência bastante perturbadora para aqueles que estão acostumados a terem um emprego seguro. Obviamente, a consequência mais imediata é a perda da renda, cujos efeitos variam conforme o país, em função dos contrastes no nível dos auxílios-desemprego. Nos países em que há uma garantia de acesso aos serviços de saúde e a outros benefícios assistenciais, os desempregados podem até sofrer grandes dificuldades financeiras, mas continuam sob a proteção do Estado. Em alguns países do Ocidente, como os Estados

**Tabela 13.2** Índices de desemprego por grupo étnico e idade, Grã-Bretanha, 1997-1998

	16-24	25-34	35-44	45-59/64	Todos os que têm entre 16-59/64
Branco	13	6	5	5	6
Negros	39	18	12	16	19
Indianos	18	7	6	7	8
Paquistaneses/bangladeshianos	29	16	13	26	21
Outros grupos, incluindo os indivíduos de origem mista	22	13	10	8	13
Todos os grupos étnicos	14	7	5	5	7

O desemprego com base na definição da OIT, como percentual do total de indivíduos economicamente ativos; homens até os 64 anos, mulheres até os 59.  
Fonte: Social Trends, 29 (1999), p. 82. Crown copyright.

Unidos, o período de pagamento do auxílio-desemprego é menor, e o sistema de saúde não é universal, fazendo com que a pressão econômica sobre aqueles que não têm um emprego seja correspondentemente maior.

Estudos sobre os efeitos do desemprego em termos emocionais observaram que as pessoas que estão desempregadas geralmente vivenciam uma série de fases até se ajustarem à sua nova condição. Apesar de esta ser, sem dúvida, uma experiência individual, aqueles que enfrentaram a perda recente do emprego normalmente passam por uma sensação de choque, que vem seguida de um otimismo diante das novas oportunidades. Quando não há uma recompensa por esse otimismo, como frequentemente acontece, os indivíduos podem cair em períodos de depressão e de profundo pessimismo em relação a si mesmos e a suas perspectivas de emprego. Se esse período de desemprego se prolongar, o processo de ajuste acaba se completando com a resignação dos indivíduos às realidades de sua situação (Ashton, 1986).

Altos níveis de desemprego podem provocar o enfraquecimento das comunidades e dos laços sociais. Em um estudo sociológico clássico realizado na década de 1930, Marie Jahoda e seus colegas investigaram o caso de Marienthal, uma pequena cidade austríaca que estava atravessando uma situação de desemprego em massa após o fechamento da fábrica local (Jahoda et al., 1972). Os pesquisadores notaram como uma experiência de desemprego de longa duração acaba desgastando muitas das estruturas sociais e das redes de contatos da comunidade. As pessoas ficaram menos ativas nas questões cívicas, seu convívio social diminuiu e até iam menos à biblioteca.

É importante observar que a experiência do desemprego também varia conforme a classe social. Para aqueles que estão situados no nível mais baixo da escala de renda, as consequências do desemprego podem ser sentidas principalmente em termos financeiros. Como já foi sugerido, os indivíduos da classe média acreditam que o desemprego prejudica primeiramente seu *status* social, e não o financeiro. Um conferencista de 45 anos de idade, quando dispensado, pode já ter adquirido bens suficientes para sobreviver confortavelmente durante as primeiras fases do desemprego, mas, para ele, pode ser muito difícil compreender as dimensões do desemprego para o futuro da sua carreira e para seu valor enquanto profissional.

## A insegurança no emprego

Como parte da mudança de uma economia manufatureira para outra voltada à prestação de serviços, o mercado de trabalho vem sendo submetido a profundas alterações. A difusão da tecnologia da informação também está provocando transformações na forma como as organizações se estruturam, no tipo de estilo gerencial que é empregado e na maneira como as tarefas



O declínio de suas fontes tradicionais de emprego provocou um sentimento de ansiedade que se propagou entre os operários da produção, não apenas no que diz respeito aos seus próprios empregos, como também em relação às perspectivas dos seus filhos.

ção delegadas ou executárias. Embora novos métodos de trabalho representem oportunidades instigantes para muitas pessoas, eles também podem gerar uma profunda ambivalência para outras, que se sentem presas em um mundo em descontrole – como no caso de Rico e Jeanette, cujos perfis foram traçados no início deste capítulo. Mudanças aceleradas podem ser desestabilizantes; trabalhadores em diversos tipos de ocupações sofrem agora com a **insegurança no emprego**, uma sensação de apreensão quanto à segurança futura de seu cargo e também de seu papel dentro do ambiente de trabalho.

Nas últimas décadas, o fenômeno da insegurança no emprego tornou-se um tópico de discussão essencial dentro da sociologia do trabalho. Muitos comentaristas e fontes da mídia sugeriram que, por cerca de 30 anos, houve um aumento constante da insegurança no emprego, e que esta agora atinge níveis sem precedentes nos países industrializados. Os jovens deixaram de contar com uma carreira segura com um único empregador, afirmam eles, pois a economia em rápida globalização está levando a um número cada vez maior de fusões entre as empresas e de redução em seu tamanho. O direcionamento para a eficiência e o lucro significa que aqueles indivíduos com poucas habilidades – ou com habilidades “erradas” – são relegados a empregos que não oferecem segurança, marginais, vulneráveis às variações que ocorrem nos mercados globais. Apesar dos benefícios da flexibilidade no local de trabalho, a discussão continua; hoje vivemos na cultura do “admita e demita”, na qual não cabe mais a idéia de um “emprego que dure a vida inteira”.

### O aumento da insegurança no emprego

Em 1999, a *Joseph Rowntree Foundation* publicou os resultados do *Job Insecurity and Work Intensification Survey (JIWIS)* (Levantamento sobre a Insegurança no Emprego e a Intensificação do Trabalho), o qual aproveitou entrevistas detalhadas envolvendo 340 trabalhadores britânicos, desde operários até gerentes de nível sênior. O estudo foi projetado para avaliar a dimensão da insegurança no emprego e medir seu impacto, tanto no local de trabalho quanto nas famílias e nas comunidades. Os autores do estudo constataram um aumento da insegurança no trabalho na Grã-Bretanha desde 1966, sendo que o período mais intenso desse crescimento ocorreu entre os operários da produção no final dos anos de 1970 e início dos 1980. Ainda que em meados da década de 1980 tenha começado uma recuperação econômica geral, a insegurança no emprego continuou a crescer. O estudo conclui que a insegurança no emprego atingiu hoje seu ponto mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial (Burchell et al., 1999).

O levantamento também examinou os tipos de trabalhadores que sofreram níveis de insegurança maiores e menores com o passar do tempo. Os autores descobriram que, em meados dos anos de 1990, o maior aumento da insegurança no trabalho ocorreu entre os trabalhadores que exercem atividades não-manuais. De 1986 a 1999, os profissionais deixaram de ser o grupo ocupacional mais seguro para se tornarem o menos seguro

(veja a Tabela 13.3), ao passo que os trabalhadores manuais sofreram níveis de certo modo mais baixos de insegurança no emprego. Uma das principais fontes de insegurança parece ter sido a falta de confiança na gerência. Quando questionados sobre se a gerência se preocupava em fazer o melhor pelos empregados, 44% dos entrevistados responderam que “apenas um pouco” ou “de forma alímbra” (Burchell et al., 1999).

A maioria dos estudiosos concorda que a insegurança no emprego não é um fenômeno recente. A discordância envolve a definição de suas dimensões nos últimos anos e, o mais importante, a determinação dos segmentos da população trabalhadora para os quais a insegurança no emprego representa uma experiência mais crítica. Alguns críticos afirmam que estudos como o projeto JIWIS não passam de uma reação injustificada à insegurança no emprego *percebida* entre as classes médias.

### A “insegurança da classe média”: houve um exagero na questão da insegurança no emprego?

No final dos anos de 1970 e 1980, a Grã-Bretanha passou por uma recessão econômica que prejudicou especialmente as indústrias manufatureiras tradicionais. Nessa época, cerca de 1 milhão de empregos foram perdidos em setores como o do aço, da construção naval e da mineração de carvão. Foi apenas nos anos de 1980 e início dos de 1990 que, pela primeira vez, os trabalhadores com função profissional e gerencial foram expostos em grande escala ao problema da insegurança no emprego. Tomadas de empresas e dispensas temporárias de trabalhadores afetaram o setor bancário e financeiro; a difusão da era da informação custou o emprego de muitos funcionários públicos, com o enxugamento dos sistemas pelo uso da tecnologia da computação.

Se os trabalhadores do setor manufatureiro estavam, de certa forma, acostumados a viverem sob a ameaça da dispensa por excesso de pessoal, os colarinhos-brancos estavam menos preparados para alterações que afetassem suas ocupações. Essa ansiedade entre os profissionais levou algumas pessoas a falarem da “insegurança da classe média”, termo utilizado para descrever os trabalhadores de colarinho-branco cuja crença na estabilidade de seus empregos se traduzia em importantes compromissos financeiros, como hipotecas de valores consideráveis, educação particular para os filhos ou hobbies caros. Como a dispensa por excesso de pessoal jamais havia passado por suas cabeças, o fantasma

**Tabela 13.3** Variação percentual da insegurança no emprego, 1986 versus 1997

Profissionais	+28
Funções de escritório	+10
Gerentes	+9
Profissionais associados	+9
Artífices	-4
Operários	-7

Fontes: Social Change and Economic Life Initiative (1986) and Skills Survey (1997); de G. J. Burchell et al., *Job Insecurity and Work Intensification*, YPS, 1999.

inesperado do desemprego levou-os a sentir uma ansiedade e uma insegurança enormes. A insegurança no emprego avançou até se tornar um chavão na mídia e nos círculos profissionais – embora algumas pessoas acreditem que se tratasse de uma reação exagerada, se comparada ao nível mais crônico de insegurança que as classes trabalhadoras sofriam.

Entretanto, outras fontes de dados contradizem as descobertas do estudo IIWIS, sugerindo que a insegurança no emprego seja um “mito” que se apoderou das classes profissionais. Esse “mito”, afirmam os críticos, não é confirmado pelas grandes pesquisas de opinião. A proporção de pessoas efetivamente preocupadas com a dispensa – menos de 10% – se manteve constante desde a década de 1970, e o desemprego continua a afetar apenas um em cada cinco britânicos ao longo da vida. Além disso, a média de permanência em um emprego, hoje em dia, é um pouco inferior a cinco anos – uma estatística que, há 20 anos, continua praticamente inalterada (Jowell et al., 1996).

Os resultados do *British Social Attitudes Survey* (Levantamento Britânico sobre as Atitudes Sociais), uma amostra representativa de âmbito nacional realizada entre adultos a partir dos 18 anos de idade, constatou que a rotatividade no emprego segue duas tendências divergentes. Algumas ocupações experimentam altos índices de rotatividade, porém uma porção considerável da força de trabalho continua trabalhando em cargos estáveis: em 1995, 33% dos entrevistados estavam no atual emprego há mais de dez anos; e 13% há 20 anos ou mais. O levantamento também avaliou a confiança dos entrevistados em relação ao futuro, ao perguntar às pessoas se o local onde trabalhavam iria contratar novos trabalhadores ou dispensar empregados no próximo ano. Embora, no início dos anos de 1990, o número de “pessimistas” tenha sido maior do que o de “otimistas”, até 1995, houve essencialmente um empate, com 23% apostando na expansão de sua empresa e 22% no encolhimento.

Os analistas do *British Social Attitudes Survey* concluíram que eram exageradas as alegações populares de uma insegurança no emprego quase universal. Enquanto alguns segmentos da força de trabalho estavam passando por altos níveis de rotatividade no emprego, outros permaneciam razoavelmente estáveis. Além disso, apesar de os trabalhadores com funções profissionais e gerenciais enfrentarem agora uma ameaça maior de dispensa por excesso de pessoal do que anteriormente, o risco de perderem o emprego ainda era menor para eles do que para outros indivíduos menos qualificados (Lilley et al., 1996).

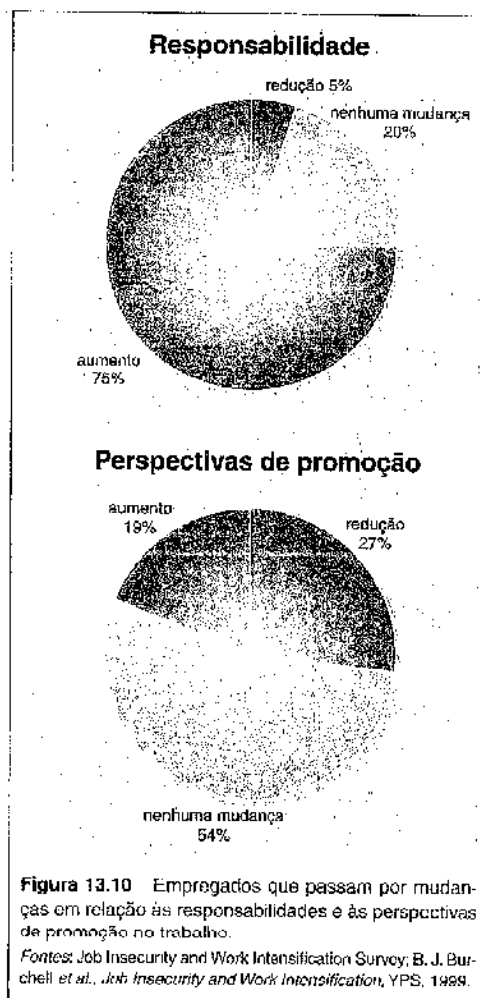
### Os efeitos nocivos da insegurança no emprego

O *Job Insecurity and Worker Intensification Survey* (Levantamento sobre a Insegurança no Emprego e a Intensificação do Trabalho) constatou que, para muitos trabalhadores, a insegurança no emprego é muito mais do que um medo da dispensa, envolvendo também ansiedades relacionadas à transformação do próprio trabalho, além dos efeitos dessa transformação na saúde e na vida pessoal dos empregados.

O estudo revelou a exigência de que os trabalhadores assumam cada vez mais responsabilidades no trabalho, à medida que

as estruturas organizacionais tornam-se menos burocráticas e o processo de tomada de decisões é espalhado por todo o ambiente de trabalho. Porém, ao mesmo tempo que as exigências sobre eles estão aumentando, muitos trabalhadores percebem uma redução nas suas chances de promoção (veja a Figura 13.10). Essa é uma combinação que leva os trabalhadores a terem a impressão de estarem “perdendo o controle” sobre aspectos importantes do seu emprego, como o ritmo do trabalho e a confiança na sua progressão geral na carreira (Burchell et al., 1999).

Uma segunda dimensão que prejudica a segurança no emprego pode ser observada na vida pessoal dos empregados. O estudo descobriu uma forte correlação entre a insegurança no emprego e uma saúde precária – um elo confirmado por dados do *British Household Panel Survey* (Levantamento do Painel Doméstico Britânico) o qual demonstra que a saúde mental e física apresenta uma deterioração contínua diante dos episódios de insegurança prolongada no emprego. Em vez de se



ajustarem às condições de insegurança, os trabalhadores permanecem ansiosos e sob um estresse constante. Parece que há uma transferência dessa pressão do trabalho para o ambiente doméstico: os trabalhadores que relataram altos níveis de insegurança no emprego também acabavam sofrendo tensões em casa (Burchell et al., 1999).

### A "corrosão do caráter"

Iniciamos este capítulo salientando alguns dos efeitos dos padrões de trabalho contemporâneos sobre a vida pessoal e a familiar. As experiências de Rico e de sua esposa, Jeanette, descritas por Richard Sennett em seu livro *The Corrosion of Character* (1998), ilustram algumas das consequências de uma abordagem flexível para o trabalho na vida pessoal e no caráter dos empregados. Sennett é enérgico ao afirmar que a ênfase crescente dada à flexibilidade de comportamento e de estilos de trabalho pode produzir resultados exitosos, mas também acarreta, inevitavelmente, confusão e danos. Isso ocorre porque as expectativas que se colocam sobre os trabalhadores de hoje – de serem flexíveis, adaptáveis, de terem mobilidade e de estarem dispostos a correr riscos – entram em contradição direta com muitos dos aspectos centrais de uma personalidade forte: lealdade, perseguição de metas de longo prazo, compromisso, confiança e determinação.

Sennett sugere que esses tipos de tensão são inevitáveis nessa nova era da flexibilidade. Embora a flexibilidade seja elogiada por permitir maior liberdade aos trabalhadores para que eles molde suas trajetórias individuais de vida, Sennett sustenta que ela também impõe restrições novas e rígidas. Em lugar de se empenharem em uma carreira vitalícia, os empregados agora devem trabalhar com liberdade em equipes, entrando e saindo delas, deslocando-se de uma tarefa para outra. A lealdade passa a ser uma desvantagem, em vez de uma vantagem. Quando a vida se torna uma série de empregos distintos, e não uma carreira coerente, há um desgaste nas metas de longo prazo, uma falha no desenvolvimento dos vínculos sociais, e a confiança é um sentimento fugaz. As pessoas não são mais capazes de avaliar quais os riscos que trarão bons resultados, e as velhas "regras" para promoções, demissões e recompensas aparentemente deixam de ser aplicadas. Para Sennett, o desafio central dos adultos na era atual é descobrir como levar uma vida com metas de longa duração em uma sociedade que enfatiza o curto prazo. Aos olhos desse escritor, as características do "novo capitalismo" corroem elementos do caráter pessoal responsáveis pela união das pessoas.

### É o fim do "emprego para a vida inteira"?

À luz do impacto da economia global e da demanda de uma força de trabalho "flexível", alguns sociólogos e economistas sustentam que, no futuro, será cada vez maior o número de **trabalhadores de portfólio**. Eles terão um "portfólio de habilidades" – diversas experiências de emprego e qualificações – que

utilizarão para se deslocarem entre vários empregos e tipos de emprego ao longo de sua vida produtiva. Apenas uma proporção relativamente pequena de trabalhadores terá "carreiras" contínuas, como hoje as definimos. Na verdade, afirmam os proponentes, a idéia de um "emprego para a vida inteira" está se tornando uma coisa do passado.

Alguns vêem essa mudança para a figura do trabalhador de portfólio por um ângulo positivo: os trabalhadores não ficarão presos ao mesmo emprego anos a fio e terão condições de planejar sua vida profissional de maneira criativa (Handy, 1994). Outros acreditam que, na prática, a "flexibilidade" significa que as organizações podem admitir e demitir pessoas mais ou menos à vontade, enfraquecendo qualquer noção de segurança que seus empregados possam ter. Os empregadores terão apenas um compromisso de curto prazo com sua mão-de-obra, podendo minimizar o pagamento de benefícios extras ou os direitos à pensão. Um estudo recente sobre o Vale do Silício, na Califórnia, alega que o sucesso econômico da região já se baseia nas habilidades de portfólio de sua mão-de-obra. O índice de falências das empresas no Vale do Silício é bastante alto: a cada ano, estabelecem-se cerca de 300 novas companhias, mas um número equivalente também abre falência. A mão-de-obra, que conta com uma proporção bem grande de profissionais e técnicos, aprendeu a se ajustar a essa realidade. Como resultado, dizem os autores, há uma rápida migração de talentos e habilidades de uma empresa para outra e, nessa trajetória, um ganho em termos de adaptação. Especialistas técnicos tornam-se consultores, consultores tornam-se gerentes, empregados tornam-se capitalistas empreendedores – e depois retornam à sua função (Bahrami e Evans, 1995).

Entre os jovens, especialmente os consultores e os especialistas na área da tecnologia da informação, há aparentemente uma tendência crescente em direção ao trabalho de portfólio. Segundo algumas estimativas, jovens graduados no RU podem esperar trabalhar em 11 empregos diferentes utilizando três diferentes bases de habilidades no decorrer de sua vida produtiva! Entretanto, essa é uma situação que ainda não corresponde à regra, mas à exceção. De acordo com estatísticas de emprego recentes, trabalhadores de turno integral na Grã-Bretanha e nos EUA – que, entre os países industriais, são os que possuem os mercados de trabalho mais desregulamentados – atualmente permanecem no emprego o mesmo período de tempo que há dez anos (*The Economist*, 21 de maio de 1995). Os motivos dessa permanência parecem estar relacionados ao fato de que os gerentes reconhecem que um alto grau de rotatividade entre os trabalhadores custa caro, além de ser prejudicial para o moral, preferindo, assim, retreinar os próprios empregados a contratar novos, mesmo que isso signifique o pagamento de salários acima do índice do mercado. James Collins e Jerry Porras, em seu livro *Built to Last* (1994), analisaram 18 companhias norte-americanas que, desde 1926, apresentaram um desempenho contínuo que superou a média do mercado de ações. Eles descobriram que essas empresas, longe de admitirem e demitirem à vontade, haviam seguido políticas extremamente protetórias em relação aos seus funcionários. Durante o período es-

tudado, apenas duas dessas empresas trouxeram um executivo-chefe de fora, em comparação com 13 das corporações com o menor grau de sucesso incluídas na pesquisa.

Essas descobertas não refutam as idéias daqueles que falam do advento do trabalhador de portfólio. A redução no tamanho das organizações é uma realidade que joga no mercado de trabalho milhares e milhares de trabalhadores os quais talvez acreditassem ter um emprego para a vida inteira. Para arranjar um emprego novamente, eles podem se ver forçados a desenvolverem e diversificarem suas habilidades. Pode ser que muitos, especialmente os mais velhos, nunca consigam encontrar um emprego comparável àquele que tinham, ou talvez nem sequer um emprego remunerado.

### O trabalho passa a ser menos importante?

Os números persistentes do desemprego, a insegurança no emprego, a redução no tamanho das empresas, as carreiras de portfólio, o trabalho de meio turno, a flexibilidade dos padrões empregatícios, a partilha de cargo... Parece que, mais do que nunca, as pessoas estão desviando-se dos padrões de trabalho, ou nem sequer têm um emprego remunerado! Talvez este seja o momento de reconsiderarmos a natureza do trabalho e, particularmente, a posição dominante que ele normalmente ocupa na vida das pessoas.

Por associarmos tanto o "trabalho" com o "emprego remunerado", às vezes fica difícil perceber as oportunidades que podem existir fora dessa perspectiva. O sociólogo francês e crítico social André Gorz é um analista que afirma que, no futuro, o trabalho remunerado irá desempenhar um papel cada vez menos importante em nossa vida. Gorz baseia seus pontos de vista em uma avaliação crítica dos escritos de Marx. Marx acreditava que a classe trabalhadora – à qual um número cada vez maior de pessoas supostamente iria pertencer – lideraria uma revolução que levaria a um tipo mais humano de sociedade, na qual o trabalho seria fundamental para os prazeres que a vida tem a oferecer. Mesmo escrevendo como um esquerdista, Gorz rejeita essa visão. A classe trabalhadora, em vez de estar se tornando o maior grupo da sociedade (como sugeriu Marx) e liderando uma revolução de sucesso, na verdade, está encolhendo. Os operários representam agora uma minoria da força de trabalho – e uma minoria em declínio.

Para Gorz, não faz mais muito sentido supor que os trabalhadores possam assumir a direção das empresas das quais fazem parte, quanto mais tomar o poder do Estado. Não existe nenhuma esperança concreta de se transformar a natureza do trabalho remunerado, já que ele está organizado de acordo com considerações técnicas que são inevitáveis para a eficiência de

uma economia. "O essencial agora", como explica Gorz, é "que nos libertemos do trabalho" (Gorz, 1982, p. 67). Essa idéia é particularmente necessária nas situações em que a organização do trabalho segue as linhas tayloristas, ou ainda nos casos em que ele é opressivo ou monótono.

O aumento do desemprego, juntamente com a difusão do trabalho de meio turno, afirma Gorz, já criou o que ele define como uma "não-classe de não-trabalhadores" ao lado daqueles que possuem um emprego estável. Na verdade, a maioria das pessoas está nessa "não-classe" porque a proporção da população que possui empregos remunerados estáveis é sempre relativamente pequena – se excluirmos os jovens, os aposentados, os docentes e as donas de casa, bem como aquelas pessoas que trabalham meio turno ou que estão desempregadas. Gorz acredita que o avanço da tecnologia da informação irá reduzir ainda mais a disponibilidade de empregos em turno integral. O resultado provavelmente será um impulso no sentido de rejeitar a visão "produtivista" da sociedade ocidental, a qual enfatiza a riqueza, o crescimento econômico e os bens materiais. Nos próximos anos, uma diversidade de estilos de vida, fora da esfera do emprego remunerado, permanentemente, será seguida pela maioria da população.

Segundo Gorz, estamos nos transformando em uma "sociedade dual". Em um setor, a produção e a administração política serão organizadas para a maximização da eficiência. O outro setor será uma esfera na qual os indivíduos se ocuparão de uma variedade de atividades que não envolvam o trabalho e que ofereçam divertimento ou realização pessoal. Talvez aumente o número de pessoas a se envolverem com o *planejamento da vida*, por meio do qual elas programem o trabalho de maneiras diferentes nas diferentes fases da vida.

Qual a validade desse ponto de vista? Não restam dúvidas de que há grandes mudanças ocorrendo na natureza e na organização do trabalho nos países industrializados. De fato, é bem possível que um número cada vez maior de pessoas se desiludam com o "produtivismo" – a ênfase sobre o crescimento econômico constante e o acúmulo de bens materiais. Como sugeriu Gorz, realmente vale a pena enxergar o desemprego por um ângulo que não seja completamente negativo: como uma situação capaz de oferecer aos indivíduos oportunidades de saírem em busca de seus interesses e de desenvolverem seus talentos. Porém, ao menos até o momento, avançou-se pouco nessa direção; parece que estamos bem longe da situação prevista por Gorz. Com a pressão das mulheres para a ampliação das oportunidades de emprego, houve um aumento, e não uma redução, no número de pessoas efetivamente interessadas em arranjar um emprego remunerado. Para a geração dos recursos materiais necessários a fim de manter uma vida diversificada.

## Pontos Principais

1. O trabalho é a execução de tarefas, envolvendo o emprego de esforço mental e físico, cujo objetivo é a produção de mercadorias e serviços que satisfaçam às necessidades humanas. Muitos tipos importante de trabalho -- como o doméstico e o voluntário -- não são remunerados. Uma ocupação consiste no trabalho executado em troca de um ordenado regular. Em todas as culturas, o trabalho é a base do sistema econômico.
2. Grandes mudanças ocorreram no sistema ocupacional no decorrer do século XX, das quais foi especialmente importante o relativo aumento no número de ocupações não-manuais à custa das manuais. Atualmente, são muitos os que acreditam que estamos testemunhando a mudança de uma economia industrial para uma economia do conhecimento, na qual as idéias, as informações e as formas de conhecimento sustentam o crescimento econômico.
3. Uma característica distintiva do sistema econômico das sociedades modernas é o desenvolvimento de uma divisão do trabalho extremamente complexa e diversa. Por divisão do trabalho entende-se que o trabalho é dividido em diferentes ocupações que exigem especialização. Um resultado desse processo é a interdependência econômica: todos nós dependemos uns dos outros para nos sustentarmos.
4. A produção industrial ganhou maior eficiência com a introdução do taylorismo, ou gerenciamento científico -- a crença de que é possível dividir todos os processos industriais em tarefas simples que podem ser cronometradas e organizadas. O fordismo ampliou os princípios do gerenciamento científico para a produção em massa aplicada aos mercados de massa. O fordismo e o taylorismo podem ser vistos como sistemas de baixa confiança que aumentam o grau de alienação entre os trabalhadores. Um sistema de alta confiança permite que os trabalhadores tenham o controle sobre o ritmo e o conteúdo do seu trabalho.
5. Nos últimos anos, as práticas fordistas, em muitos países industrializados, foram substituídas por técnicas operacionais mais flexíveis. Algumas pessoas preferem empregar o termo "pós-fordismo" para descrever o atual período de produção econômica no qual a flexibilidade e a inovação são maximizadas a fim de satisfazer às demandas que o mercado tem de produtos diversos, que atendam ao gosto dos clientes. A especialização flexível, o trabalho em equipe e as habilidades múltiplas são três abordagens pós-fordistas populares.
6. A natureza do trabalho feminino foi muito afetada pela separação entre a casa e o local de trabalho. O domínio do trabalho remunerado sempre esteve associado aos homens, embora, hoje em dia, haja bem mais mulheres com empregos remunerados do que há algumas décadas. Entretanto, as mulheres continuam a ter um tratamento desigual no mercado de trabalho. A segregação ocupacional dos gêneros refere-se ao fato de homens e mulheres estarem concentrados em diferentes tipos de emprego; muitos empregos "femininos" estão agrupados em categorias ocupacionais mal-remuneradas. As mulheres figuram em números excessivos nos empregos de meio turno, embora haja diversas explicações para essa questão. A disparidade salarial entre os gêneros refere-se ao fato de que, na média, os salários das mulheres ao longo da vida são menores do que os de homens que possuem as mesmas qualificações.
7. A divisão doméstica do trabalho representa o modo como as responsabilidades são divididas entre os membros de uma família. Apesar do percentual de mulheres que compõem a mão-de-obra assalariada, elas ainda são as responsáveis pela maior parte do trabalho não-remunerado concentrado nas atividades de manter a casa em ordem e de cuidar dos filhos. No entanto, esses padrões podem estar mudando; especialmente entre os casais mais jovens, os homens vêm contribuindo mais nas tarefas domésticas do que no passado.
8. Transformações no mundo do trabalho e mudanças nas estruturas domésticas vêm se sobrepondo a fim de produzir novos desafios para o equilíbrio entre o trabalho e a família. Os empregados têm jornadas mais longas do que antigamente e têm menos tempo para dedicar à família ou às atividades de lazer. As pressões são particularmente severas no caso das mães que trabalham fora. Com o intuito de auxiliarem as famílias de empregados a encontrarem um ponto de equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional, algumas empresas introduziram políticas trabalhistas de amparo à família -- como a flexibilidade de horários, a partilha de cargo, o trabalho em casa e a licença-maternidade/paternidade.
9. O desemprego é um problema recorrente nos países industrializados. Sendo o trabalho um elemento estrutural na vida do ser humano, a experiência do desemprego, em termos psicológicos, é geralmente desorientadora.
10. A insegurança no emprego pode produzir efeitos tão debilitantes quanto a experiência real do desemprego. Essa insegurança traduz-se na sensação de apreensão do empregado em relação à segurança futura do seu emprego e do seu papel no local de trabalho. Esse tipo de insegurança apresentou um crescimento brusco entre as classes médias, embora alguns acreditem que haja muitos exageros na ansiedade em torno desse tema.
11. Há quem fale na "morte das carreiras" e no advento do trabalhador de portfólio -- aquele que possui um "portfólio" de diferentes habilidades e que terá condições de se deslocar prontamente de um emprego para outro. Esse tipo de trabalhador realmente existe, mas, para muitos indivíduos que compõem a mão-de-obra, é mais provável



que a "flexibilidade" esteja associada aos empregos mal remunerados que têm poucas perspectivas de carreira.

12. Atualmente, grandes mudanças vêm ocorrendo na natureza e na organização do trabalho, e tudo indica que estas

ganharão ainda mais importância no futuro. Apesar disso, para muitas pessoas, o trabalho remunerado continua sendo o modo fundamental de gerar os recursos necessários para manter uma vida diversificada.

### Questões para Reflexão

1. Por que a vida de Rico é tão diferente da de Enrico?
2. As sociedades modernas conseguiriam funcionar sem a divisão do trabalho?
3. Por que algumas atividades são consideradas trabalho e outras não?
4. Se o taylorismo e o fordismo eram tão eficientes, por que recentemente eles entraram em declínio?
5. Por que é um desafio conciliar o trabalho e a família, e o que pode ser feito para vencer esse desafio?
6. Se você fosse um trabalhador de portfólio, seu portfólio seria amplo o suficiente a ponto de garantir um emprego?

### Leitura Complementar

Keith Grint, *The Sociology of Work: An Introduction* (Cambridge: Polity, 1991)

Neil J. Smelser and Richard Swedberg (eds), *The Handbook of Economic Sociology* (Princeton: Princeton University Press, 1994)

### Endereços na Internet

Institute for Public Policy Research  
<http://www.ippr.org.uk/research/index.html>  
Institute of Economic Affairs  
<http://iea.org.uk/>

International Labour Organization  
<http://www.ilo.org>

# Governo e Política

# 14

<b>Governo, política e poder</b>	342	<b>Mudança política e social</b>	356
<b>O conceito de Estado</b>	342	A globalização e os movimentos sociais	357
<b>Tipos de regime político</b>	343	A tecnologia e os movimentos sociais	359
Monarquia	343	<b>Movimentos nacionalistas</b>	359
Democracia	343	Teorias sobre o nacionalismo e a nação	359
Autoritarismo	344	Nações sem Estado	361
<b>O avanço global da democracia liberal</b>	345	As nações e o nacionalismo nos países em desenvolvimento	361
A queda do comunismo	345	<b>Conclusão: Estado-nação, identidade nacional e globalização</b>	363
Como explicar a popularidade da democracia liberal	347	Pontos principais	363
O paradoxo da democracia	347	Questões para reflexão	364
<b>Os partidos políticos e a votação nos países do Ocidente</b>	351	Leitura complementar	365
Sistemas partidários	351	Endereços na internet	365
Os partidos e a votação na Grã-Bretanha	353		
Durante e depois do thatcherismo	354		
O "Novo Trabalhismo"	354		
A política da terceira via	355		



## 14: Governo e Política

O Timor-Leste é a metade oriental da ilha do Timor, localizada entre a Indonésia e a Austrália. É uma área pequena, apenas um pouco maior do que a metade do tamanho do País de Gales. O Timor-Leste, que originalmente era uma colônia portuguesa, tem uma fronteira comum com o Timor-Oeste, que faz parte da Indonésia. Com a saída dos portugueses, em 1975, os indonésios invadiram e anexaram o país. Muitas pessoas morreram durante a ocupação – talvez umas 200 mil – um terço da população original.

Movimentos de protesto no Timor-Leste buscaram conquistar a independência e a democracia no país, mas, por muitos anos, fracassaram. Muitos ativistas foram presos; outros, torturados ou executados. Apesar disso, o movimento pela autodeterminação para o Timor-Leste ganhou mais força, ao invés de se enfraquecer, e o Timor-Leste tornou-se um foco de atenção dentro da comunidade internacional.

O presidente Suharto, da Indonésia, a principal figura envolvida na repressão do Timor-Leste, foi afastado à força do poder por manifestações lideradas por estudantes em maio de 1999. Em um plebiscito realizado em agosto daquele ano, os timorenses orientais obtiveram uma vitória esmagadora na eleição pela independência de seu país da Indonésia. O exército indonésio respondeu violentamente, forçando a saída de centenas de milhares de habitantes do país à mira de fuzis. Contudo, em outubro de 1999, os timorenses orientais conquistaram sua independência. Uma força das Nações Unidas foi enviada para dar proteção ao povo e garantir a transição para um governo autônomo e para a democracia.

É impossível sabermos ao certo até que ponto essa transição será bem-sucedida. Mas as forças que impulsionaram a independência – o nacionalismo e o desejo de um governo democrático – estão entre as influências mais importantes no mundo de hoje. Avançam em quase todos os lugares. Em muitas partes do mundo, os movimentos pró-democracia têm conseguido derrubar regimes autoritários. Na antiga União Soviética e na Europa Oriental, o comunismo foi derrotado por esses movimentos. Há poucos anos, também foram estabelecidas formas democráticas de governo em grande parte da América Latina e em alguns países da África e da Ásia. Governos democráticos já existem há bastante tempo na Europa Ocidental, na América do Norte, na Austrália e na Nova Zelândia.

### Governo, política e poder

Assim como outros tantos aspectos das sociedades contemporâneas, o domínio do governo e da política também vem passando por grandes mudanças. O **governo** refere-se à representação regular de políticas, decisões e assuntos de Estado por parte dos servidores que compõem um mecanismo político. A **política** diz respeito aos meios pelos quais o poder é utilizado

para influenciar o alcance e o conteúdo das atividades governamentais. A esfera *política* pode ultrapassar em muito os limites do campo das próprias instituições do Estado.

O estudo do poder é de fundamental importância para a sociologia. O **poder** consiste na habilidade de os indivíduos ou grupos fazerem valer os próprios interesses ou as próprias preocupações, mesmo diante da resistência de outras pessoas. Às vezes, essa postura envolve o emprego direto da força, como no caso em que as autoridades indonésias se opuseram violentamente ao movimento democrático no Timor-Leste. O poder é um elemento que está presente em quase todas as relações sociais, incluindo aquela que existe entre o empregador e o empregado. Este capítulo concentra-se em um aspecto mais restrito do poder, o governamental. Sob essa forma, o poder está quase sempre acompanhado de ideologias utilizadas para justificar as ações dos poderosos. Por exemplo, o emprego da força no Timor-Leste, por parte do governo indonésio, contra o movimento a favor da democracia foi uma defesa da integridade territorial indonésia contra um movimento regional pela independência.

A **autoridade** é o emprego legítimo do poder. Por **legitimidade** entende-se que aqueles que se submetem à autoridade de um governo consentem nessa autoridade. Assim, o poder é diferente da autoridade. Quando as manifestações pró-democracia no Timor-Leste ganharam força, e o governo respondeu prendendo e matando os ativistas, isso foi um exercício de poder, mas também um sinal da perda de autoridade do governo.

### O conceito de Estado

Um **Estado** existe onde há um mecanismo político de governo (instituições como um Parlamento ou Congresso, além de servidores públicos) controlando determinado território, cuja autoridade conta com o amparo de um sistema legal e da capacidade de utilizar a força militar para implementar suas políticas. Todas as sociedades modernas são *estados-nações*, ou seja, estados nos quais a grande massa da população é composta por cidadãos que se consideram parte de uma única nação. Os estados-nações surgiram em vários momentos em diferentes partes do mundo (por exemplo: os Estados Unidos, em 1776; e a República Tcheca, em 1993). Suas principais características contrastam nitidamente com as características das civilizações não-industriais ou tradicionais, como as que foram descritas no Capítulo 2 (“Cultura e Sociedade”). São elas:

- **Soberania** – Os territórios governados pelos estados tradicionais sempre foram maldefinidos, e o nível de controle exercido pelo governo central bastante fraco. A noção de **soberania** – de que o governo possui autoridade

de sobre uma área que tenha uma fronteira clara, dentro da qual ele representa o poder supremo – tinha pouca relevância. Contrastando com essa visão, todos os estados-nações são estados soberanos.

- **Cidadania** Nos estados tradicionais, a maior parte da população governada pelo rei ou imperador demonstrava pouca consciência, ou interesse, em relação aos seus governantes. Também não tinha nenhum direito político ou influência sobre esse aspecto. Normalmente, apenas as classes dominantes ou os grupos mais ricos tinham a sensação de pertencer a uma comunidade política global. Já nas sociedades modernas, a maioria das pessoas que vivem dentro dos limites de um sistema político é **cidadã**, os quais possuem direitos e deveres comuns e se consideram parte de uma nação. Embora algumas pessoas sejam refugiadas políticas ou “apátridas”, quase todos os que vivem no mundo de hoje são membros de uma ordem política nacional definida.
- **Nacionalismo** – Os estados-nações estão relacionados ao crescimento do **nacionalismo**, o qual pode ser definido como um conjunto de símbolos e convicções responsáveis pelo sentimento de pertencer a uma única comunidade política. Assim, ao serem britânicos, norte-americanos, canadenses ou russos, os indivíduos têm a sensação de orgulho e de pertencer a essas comunidades. Esses são os sentimentos que deram ímpeto à busca dos timorenses orientais pela independência. É provável que, de uma forma ou de outra, as pessoas tenham sempre sentido algum tipo de identidade com grupos sociais – a família, o vilarejo ou a comunidade religiosa. O nacionalismo, contudo, surgiu apenas com o desenvolvimento do estado moderno, sendo a principal expressão dos sentimentos de identidade em uma comunidade soberana distinta. Mais para o fim deste capítulo, exploraremos em detalhes o fenômeno do nacionalismo.

Após termos discutido algumas características importantes dos estados modernos, consideraremos agora os principais tipos de sistema político existentes dentro desses estados.

## Tipos de regime político

Ao longo da história, as sociedades dependeram de uma variedade de sistemas políticos. Mesmo hoje, no início do século XXI, os países continuam a se organizar segundo padrões e configurações diferentes. Enquanto a maioria das sociedades agora se declara democrática – o que equivale a dizer que são governadas pelo povo –, outras formas de regime político ainda existem. Nesta seção, traçaremos um perfil de três tipos fundamentais de sistema político: a monarquia, a democracia liberal e o autoritarismo.

## Monarquia

A **monarquia** é um sistema político liderado por uma única pessoa cujo poder é legado à sua família através de gerações. Na Antiguidade e na Idade Média, as monarquias tinham a preferência de muitas regiões do mundo, desde a Ásia até a Europa e partes da África, e as famílias reais exerciam o domínio sobre seus “súditos” com base na tradição e no direito divino. A autoridade das monarquias é legitimada pela força do costume, e não da lei.

Embora alguns estados modernos, como a Grã-Bretanha e a Bélgica ainda tenham monarcas, estes tornaram-se um pouco mais do que figuras decorativas. Os monarcas podem continuar a cumprir certas responsabilidades simbólicas e a servir como um foco para a identidade nacional, porém eles raramente influenciam no curso dos eventos políticos. Em um número restrito de países, como a Arábia Saudita, a Jordânia e o Marrocos, os monarcas ainda exercem certo grau de controle sobre o governo. O mais comum, entretanto, é a figura dos **monarcas constitucionais** – como a rainha do Reino Unido, o rei da Suécia e até mesmo o imperador do Japão –, cujo poder efetivo encontra severas restrições na Constituição, a qual confere autoridade àqueles que foram eleitos como representantes do povo.

A vasta maioria dos estados modernos são **republicanos**, ou seja, não possuem nem rei, nem rainha. Quase todos, incluindo as monarquias constitucionais, professam adesão à democracia.

## Democracia

A palavra “democracia” tem suas raízes no termo grego *demokratia*, cujos componentes individuais são *demos* (“povo”) e *kratos* (“poder”). Logo, o significado fundamental de **democracia** é um sistema político no qual quem governa é o povo, e não os monarcas ou os aristocratas. Um conceito que parece bastante simples, mas não é (veja o quadro na p. 345). Em diversos momentos e em diferentes sociedades, o regime democrático assumiu formas contrastantes, dependendo da maneira como interpretamos esse conceito. Por exemplo, “povo” é um termo interpretado de várias maneiras: donos de propriedades, homens brancos, homens cultos, homens e mulheres adultos. Em algumas sociedades, a versão oficialmente aceita da democracia limita-se à esfera política, ao passo que, em outras, estende-se a âmbitos mais amplos da vida social.

A forma que a democracia assume em determinado contexto é sobretudo um resultado de como seus valores e metas são entendidos e priorizados. A democracia é geralmente vista como o sistema político mais capaz de assegurar a igualdade política, de proteger a liberdade e os direitos, de defender o interesse comum, de satisfazer às necessidades dos cidadãos, de promover o autodesenvolvimento moral e de permitir uma tomada de decisões eficaz que leve em consideração os interesses de todos (Held, 1996). O peso que se confere a essa diver-

cidade de metas pode influenciar no fato de a democracia ser, ou não, considerada, antes de mais nada, uma forma de poder popular (governo e regulação autônomos), ou ainda de ela ser, ou não, vista como uma estrutura de apoio a outros na tomada de decisões (como um grupo de representantes eleitos).

### *Democracia participativa*

Na **democracia participativa** (ou democracia direta), as decisões são tomadas em comunidade por aqueles que são afetados por elas. Era esse o tipo original de democracia praticado na Grécia antiga. Os indivíduos que fossem cidadãos, uma pequena minoria da sociedade, reuniam-se regularmente para julgar políticas e tomar grandes decisões. A democracia participativa tem uma importância limitada nas sociedades modernas, nas quais a massa da população possui direitos políticos, sendo impossível para cada indivíduo participar ativamente da tomada de decisões que os afetem.

No entanto, alguns aspectos da democracia participativa contribuem de fato nas sociedades modernas. Comunidades pequenas de New England, situada no nordeste dos Estados Unidos, dão continuidade à prática tradicional das "reuniões municipais" anuais. Nesses dias marcados, todos os moradores da cidade se reúnem para discutir e fazer votações a respeito de questões locais que não estejam sob a jurisdição dos governos estadual ou federal. Outro exemplo de democracia participativa é o emprego de plebiscitos nos quais o povo expressa suas opiniões a respeito de uma questão específica. Simplificando-se a questão para uma ou duas perguntas, é possível realizar uma consulta direta envolvendo um grande volume de pessoas. Alguns países europeus utilizam regularmente os plebiscitos em nível nacional a fim de informar sobre decisões políticas importantes, como o ingresso na *European Monetary Union* (EMU) [União Monetária Europeia (UME)]. Também são empregados em decisões a respeito de questões controversas relativas à secessão de regiões nacionalistas étnicas, como o Quebec, a província do Canadá onde há o predomínio do idioma francês.

### *Democracia representativa*

Alguns aspectos práticos dificultam a aplicação da democracia participativa em larga escala, exceto em casos particulares, como em um plebiscito específico. Hoje em dia, o mais comum é a **democracia representativa** – sistemas políticos nos quais as decisões que afetam a comunidade não são tomadas pelo conjunto de seus membros, mas pelas pessoas que eles elegeram para essa finalidade. Na área do governo nacional, a democracia representativa assume a forma de eleições para os Congressos, Parlamntos ou organismos nacionais similares. A democracia representativa também existe em outros níveis nos quais as decisões coletivas são tomadas, como nas províncias ou nos estados que estão dentro de uma comunidade nacional global, nas cidades, nos condados, nos distritos e em outras regiões. Muitas organizações de grande porte

aproveitam a democracia representativa na direção dos negócios, elegendo um pequeno comitê executivo responsável pelas principais decisões.

Os países onde os eleitores têm a possibilidade de escolher entre dois partidos ou mais e nos quais a massa da população adulta tem direito ao voto são geralmente chamados **democracias liberais**. A Grã-Bretanha e os demais países da Europa Ocidental, os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia estão todos nessa categoria. Alguns países do Terceiro Mundo, como a Índia, também contam com sistemas democrático-liberais. Os mais novos acréscimos a essa lista são as nações da Europa Central e Oriental e a antiga União Soviética, que estão caminhando para a democracia desde a queda do domínio comunista, há mais de uma década. A democracia liberal continua frágil em alguns desses estados, como nas antigas repúblicas da União Soviética localizadas na Ásia Central, na Iugoslávia e até mesmo na Rússia. Em outros países, como na Polônia, na República Tcheca, na Hungria e nos Estados Bálticos parece que a democracia está consolidando-se.

### **Autoritarismo**

Enquanto a democracia estimula o envolvimento ativo dos cidadãos nas questões políticas, nos **estados autoritários** a participação popular é repudiada ou severamente restringida. Nessas sociedades, as necessidades e os interesses do Estado ganham prioridade sobre os dos cidadãos comuns, e nenhum mecanismo legal de resistência ao governo, ou para remover um líder do poder, é instituído.

Atualmente, há vários países que têm governos autoritários, alguns dos quais alegam ser democráticos. O Iraque, sob o comando de Saddam Hussein\*, é um exemplo de Estado autoritário onde a dissensão é abalada e uma porção excessiva dos recursos nacionais é desviada para benefício de uma seleta minoria. As poderosas monarquias da Arábia Saudita e do Kuwait e a liderança de Mianmar (Birmânia) reduzem severamente as liberdades civis dos cidadãos, negando-lhes uma participação significativa nos assuntos do governo.

A nação asiática de Cingapura é muitas vezes citada como um exemplo do chamado "autoritarismo suave", porque o *People's Action Party* (Partido da Ação do Povo), partido da situação, mantém um controle rigoroso do poder, mas assegura um alto nível de qualidade de vida para os cidadãos ao intervir em quase todos os aspectos da sociedade. Cingapura é reconhecida pela segurança, ordem civil e inclusão social de todos os cidadãos. Apesar dos inegáveis efeitos do recente declínio econômico, a economia de Cingapura está em ampla expansão, as ruas estão limpas, as pessoas têm empregos e a pobreza é praticamente desconhecida. Até mesmo transgressões menores, como jogar lixo no chão ou fumar em público, são punidas com duras multas; a polícia possui poder extraor-

\* N. R. T. O ditador Saddam Hussein atualmente fora do poder está sob julgamento e detido pelas forças de ocupação norte-americanas e da coalizão.

## Explorando o conceito de democracia: no que consiste o "governo do povo"?

A ideia que está por trás da democracia é bastante clara – o povo deve ser o responsável pelo seu próprio governo, sob condições de igualdade política, em vez de se submeter a um domínio que venha de cima, por parte de líderes que não se responsabilizam por ele. Porém, ao observarmos a expressão mais de perto, não fica totalmente claro o que significa ser "dominado pelo povo". Como apontou David Held, cada uma das partes da expressão pode dar margem a dúvidas (Held, 1996).

### "Povo"

- Quem é o povo?
- Que tipo de participação é permitida a essas pessoas?
- Que condições são aceitas como conducentes à participação?

### "Domínio"

- O alcance desse domínio deveria ser amplo ou restrito? Até que ponto? Deveria ficar limitado, por exemplo, à esfera governamental, ou pode haver democracia em outras esferas, como a democracia industrial?
- O domínio pode cobrir as decisões administrativas do dia-a-dia que devem ser tomadas pelo governo, ou se-

rá que ele deveria se restringir às grandes decisões políticas?

### "Governo Do"

- É preciso obedecer ao governo do povo? Qual é o lugar da obrigação e da dissensão?
- Algumas pessoas desrespeitariam a lei se acreditassem que as leis existentes fossem injustas?
- Sob quais circunstâncias, se houver alguma, os governos democráticos deveriam fazer uso da coerção contra os indivíduos que discordam de suas políticas?

Como enfatiza Held, as discussões em torno do "governo do povo" ultrapassam essas questões básicas. Existem opiniões contrastantes a respeito das condições necessárias para o sucesso de uma democracia. É possível manter a democracia durante períodos de guerra ou crises civis? É necessário que a sociedade democrática seja sobretudo alfabetizada, ou que ela possua um certo volume de riqueza social? Não há consenso a respeito desses aspectos fundamentais que envolvem a democracia, quanto mais em relação às numerosas dúvidas que surgem com o ritmo acelerado da globalização e da mudança social. Assim como há séculos, ainda hoje, a democracia continua sendo um tema intenso, porém contestado.

diário, podendo deter cidadãos suspeitos de terem cometido delitos. Apesar desse controle manifesto, o nível de satisfação popular com o governo tem sido alto, e as desigualdades sociais são mínimas, em comparação com muitos outros países. Embora Cingapura deixe a desejar em termos de liberdades democráticas, o tipo de autoritarismo que se vê nesse país é notadamente diferente daquele encontrado em regimes mais ditatoriais.

## O avanço global da democracia liberal

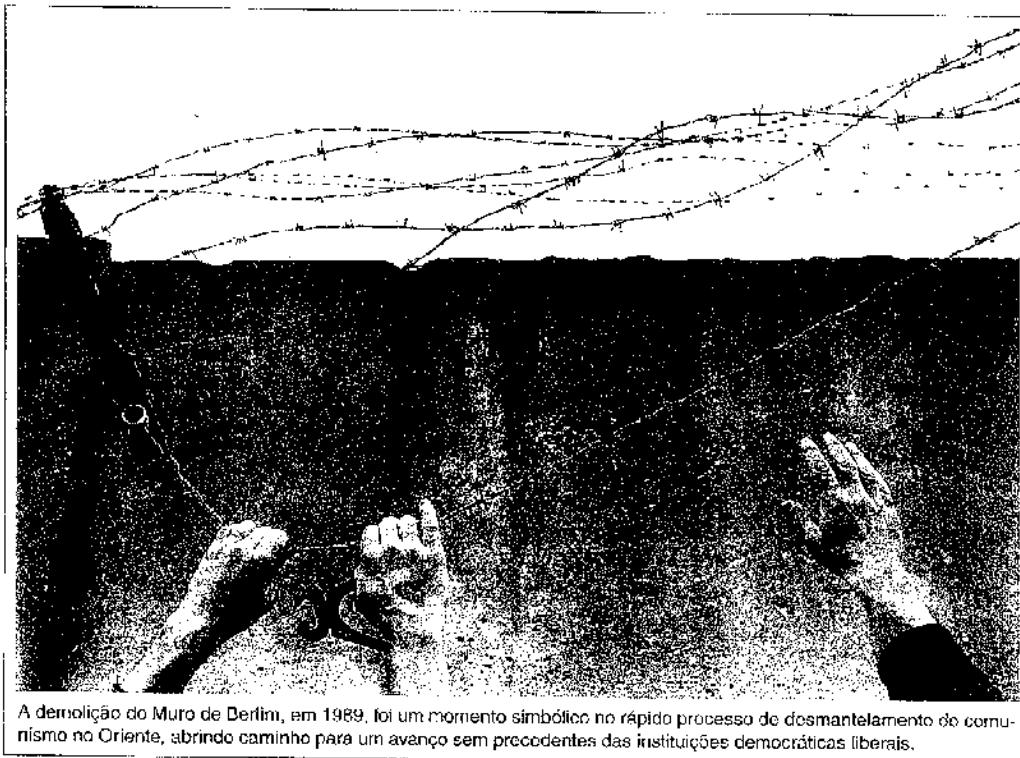
Em meados dos anos de 1970, mais de dois terços de todas as sociedades do mundo poderiam ser considerados autoritários. Desde aquela época, a situação mudou visivelmente – agora, menos de um terço das sociedades é de natureza autoritária. A democracia não está mais concentrada principalmente nos países ocidentais, mas agora é defendida, ao menos em princípio, como a forma de governo desejada em muitas regiões do mundo. Conforme observou David Held (1996), a "demo-

cracia tornou-se o padrão fundamental da legitimidade política na era atual".

Nesta seção, consideraremos o avanço global da democracia liberal e apresentaremos algumas explicações possíveis para sua popularidade. A seguir, partiremos para um estudo de alguns dos principais problemas que a democracia enfrenta no mundo contemporâneo.

### A queda do comunismo

Durante muito tempo, os sistemas políticos do mundo dividiam-se em democracia liberal e comunismo, como o que existia na antiga União Soviética e na Europa Oriental (e que ainda existe na China e em alguns outros países). Por um longo período do século XX, uma grande proporção da população do mundo vivia sob sistemas políticos de orientação comunista ou socialista. Os 100 anos que se seguiram à morte de Marx, em 1883, pareciam confirmar seu prognóstico do avanço do socialismo e das revoluções dos trabalhadores em todo o globo.



A demolição do Muro de Berlim, em 1989, foi um momento simbólico no rápido processo de desmantelamento do comunismo no Oriente, abrindo caminho para um avanço sem precedentes das instituições democráticas liberais.

A p. 49 traz mais detalhes a respeito do "Segundo Mundo" das economias de planificação centralista do bloco soviético em "O Primeiro, o Segundo e o Terceiro Mundos".

Os estados comunistas julgavam-se democracias, embora os sistemas que vigorassem nesses países fossem bastante diferentes da idéia que as pessoas do Ocidente têm de democracia. O comunismo era essencialmente um sistema de governo com um partido único. Os eleitores tinham a chance de escolha entre diferentes candidatos do mesmo partido – o Partido Comunista, e não entre diferentes partidos; era comum existir apenas um candidato à eleição. Nesse caso, não havia uma escolha de fato. O Partido Comunista era, sem dúvida, o poder dominante nas sociedades que seguiam o estilo soviético: controlava não apenas o sistema político, mas também a economia.

Quase todos no Ocidente, desde estudiosos experientes até os cidadãos comuns, acreditavam que os sistemas comunistas estivessem profundamente arraigados e que tivessem se tornado um aspecto permanente da política global. Poucas pessoas, se é que alguma, previram o dramático rumo dos eventos que começaram a se desenrolar em 1989 com a queda de um regime comunista após o outro em uma série de "revoluções de ve-

ludo". O que parecia ser um sistema de domínio sólido e universalmente estabelecido na Europa Oriental foi descartado quase que de um dia para o outro. Os comunistas perderam o poder em uma seqüência acelerada, nos países que dominavam há meio século – Hungria, Polônia, Bulgária, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia e Romênia. Por fim, o Partido Comunista perdeu o controle do poder dentro da própria União Soviética: quando as 15 repúblicas que compunham a URSS declararam independência em 1991, Mikhail Gorbachev, o último líder soviético, tornou-se um "presidente sem Estado".

Desde a queda da União Soviética, os processos de democratização continuaram a avançar (veja a Figura 14.1). Mesmo entre alguns dos países mais autoritários, é possível detectar sinais de democratização. No Irã, o Estado islâmico mais combativo, o descontentamento popular com os mulás (líderes religiosos) está levando a medidas experimentais em direção a reformas em alguns níveis do governo. O presidente iraniano Mohammed Khatami foi comparado a Mikhail Gorbachev como um líder que reconhece que os anseios populares pela democracia – se não forem atendidos – trarão como resultado a queda do próprio sistema. Na China, que abrange cerca de um quinto da população do planeta, o governo comunista vem enfrentando fortes pressões pela democratização. Milhares de pessoas permanecem presas na China por expressarem de forma não-violenta seu desejo de democracia. Ainda existem, po-

rém, grupos de resistência ao governo comunista, que trabalham ativamente para assegurar uma transição para um sistema democrático. Nos últimos anos, outros estados asiáticos que possuíam regimes autoritários, como Myanmar, Indonésia e Malásia, também testemunharam o crescimento dos movimentos democráticos. Alguns desses gritos por mais liberdade receberam respostas violentas. Entretanto, a "globalização da democracia" continua a rodar o mundo em ritmo acelerado.

Essa tendência geral pela democracia não é imutável. Na realidade, em diversos momentos da história, ficaram comprovadas a fragilidade e a vulnerabilidade das instituições políticas democráticas. Não devemos supor que a democratização seja um processo irreversível; porém, o fato de a democratização estar atrelada a forças globalizantes maiores é motivo para estarmos otimistas em relação ao futuro da democracia.

### Como explicar a popularidade da democracia liberal

Por que a democracia tornou-se tão popular? Uma explicação dada freqüentemente é a da tentativa e do fracasso dos outros tipos de regime político – a democracia demonstrou ser o "melhor" sistema político (veja o quadro, p. 350). Tudo indica que a democracia é a melhor forma de organização política, mas, sozinha, essa afirmação não é suficiente para explicar as ondas recentes de democratização.

Os motivos estão relacionados às mudanças em termos sociais e econômicos discutidas ao longo deste livro. Primeiramente, há uma tendência a associarmos a democracia a uma economia de mercado, a qual tem se mostrado mais eficaz enquanto sistema de geração de riquezas do que o comunismo. Como sistema de gerenciamento e de planejamento econômicos, o comunismo revelou sua falta de competitividade e de eficiência. Em segundo lugar, quanto mais a atividade social se globaliza e as pessoas percebem que seu cotidiano está sendo influenciado por eventos que estão acontecendo bem longe, mais essas pessoas começam a exigir abundantes informações sobre a maneira como são governadas – determinando, assim, a ampliação da democracia. A globalização está promovendo a difusão de idéias e visões através das fronteiras nacionais, fazendo com que, em muitas regiões do mundo, os cidadãos assumam uma postura mais ativa.

Em terceiro lugar está a influência dos meios de comunicação em massa, particularmente da televisão e da internet. A reação em cadeia do avanço da democracia foi provavelmente bastante afetada pela visibilidade dos eventos do mundo de hoje. Com o surgimento das novas tecnologias voltadas à televisão, especialmente o satélite e o cabo, os governos não conseguem mais manter um controle sobre o que os seus cidadãos estão vendo. Assim como na China, o Partido Comunista na União Soviética e os do Leste Europeu costumavam controlar rigorosamente as redes de televisão, as quais eram todas de propriedade do governo e administradas por ele. Porém, o avanço da transmissão via satélite proporcionou a muitas pes-

soas o acesso a programas de TV ocidentais. Dessa forma, elas puderam entrar em contato com diferentes pontos de vista a respeito de suas condições de vida e avaliar a veracidade da propaganda do governo.

A crescente popularidade da internet vem intensificando essa tendência ao facilitar a comunicação direta entre os indivíduos e os grupos espalhados pelo mundo. A internet e os sistemas sofisticados de telecomunicações permitem a transmissão instantânea de imagens e de material escrito. Vivemos agora em um "mundo informacional aberto" – um mundo em que governos autoritários terão bem menos condições de controlar o fluxo das informações (embora muitos ainda tentem – veja o quadro, p. 351). Esse ambiente "mediatizado" faz com que seja cada vez mais difícil para os governos contar com as velhas formas de poder; isso enfraquece a legitimidade dos governos cujo poder está fundamentado no simbolismo tradicional ou depende do respeito incontestado. Sob essas condições, o governo autoritário distingue-se de outras experiências de vida, como a flexibilidade e o dinamismo necessários para competir na economia eletrônica global.

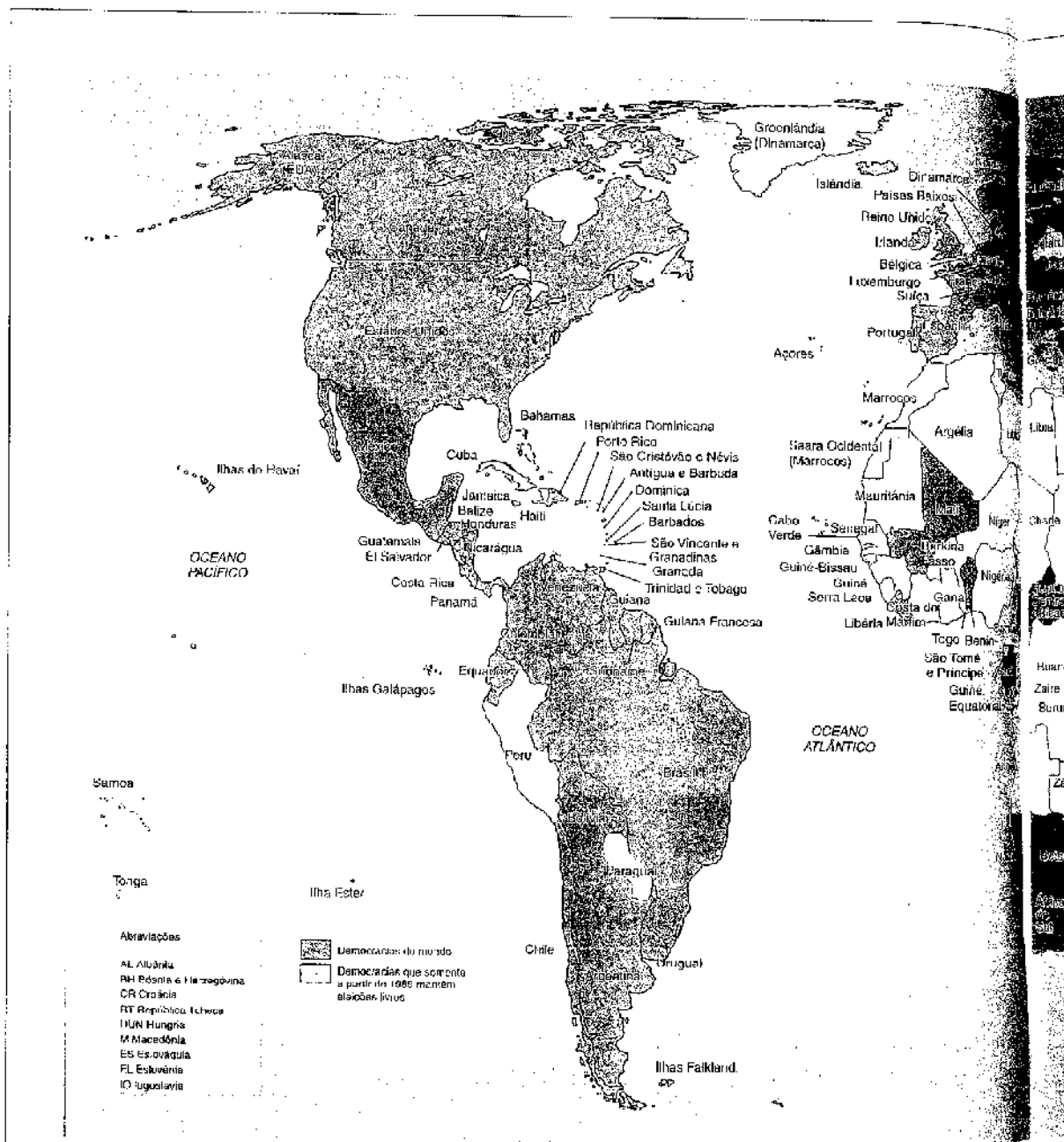
### O paradoxo da democracia

Diante da grande difusão da democracia liberal, era de se esperar que ela estivesse funcionando com muito sucesso. Entretanto, a democracia vem enfrentando dificuldades em quase todos os lugares. O "paradoxo da democracia" é intrincado: por um lado, ela está avançando em todo o globo; mas, por outro, nas sociedades democráticas maduras que há muito tempo contam com instituições democráticas, notam-se altos níveis de desilusão em relação aos processos democráticos. A democracia enfrenta problemas em seus principais países de origem – na Grã-Bretanha, na Europa e nos EUA, por exemplo, levantamentos mostram que proporções cada vez maiores de pessoas estão insatisfeitas com o sistema político, ou expressam indiferença em relação a ele.

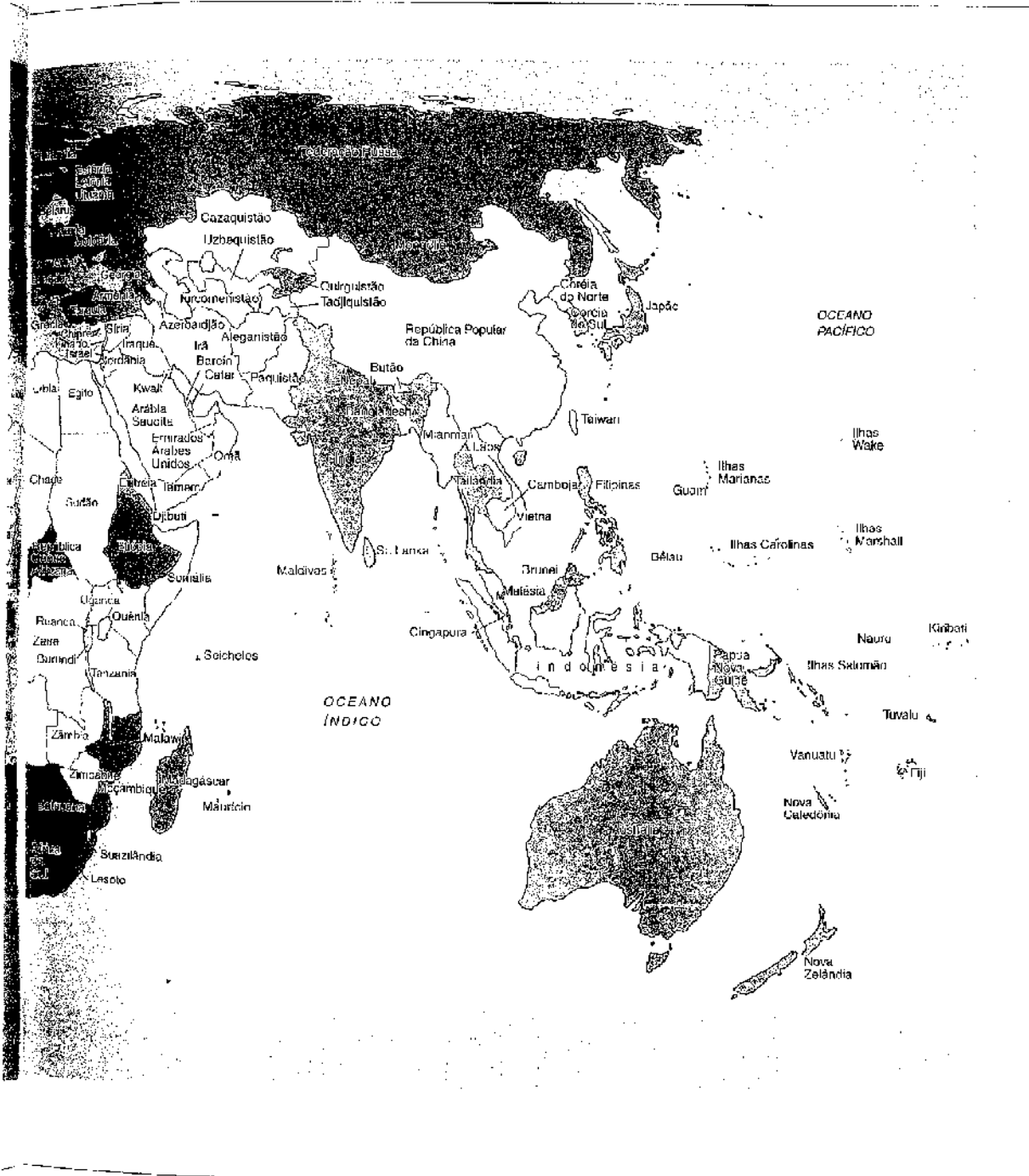
Por que há tantas pessoas descontentes com o mesmo sistema político que parece estar arrebatando o mundo inteiro? As respostas para essa questão estão curiosamente relacionadas aos fatores que auxiliaram na difusão da democracia – o impacto das novas tecnologias na área das comunicações e a globalização da vida social.

Conforme observou o sociólogo norte-americano Daniel Bell, o governo nacional tornou-se "pequeno demais para responder às grandes questões" – como a influência da concorrência econômica global ou a destruição do meio ambiente; porém, "grande demais para lidar com as pequenas questões" – problemas que afetam cidades ou regiões específicas. Os governos têm um poder restrito, por exemplo, sobre as atividades dos gigantes das corporações empresariais – atores principais da economia global. Uma corporação dos EUA pode decidir pelo fechamento de suas usinas de produção na Grã-Bretanha, abrindo uma nova fábrica no México em seu lugar, a fim de diminuir custos e competir de forma mais eficaz com outras cor-





**Figura 14.1** O avanço da democracia desde 1989.  
 Fonte: *Freedom in the World, 1997-1998* (New York: Freedom House, 1998).



## O triunfo da democracia: o fim da história?

O autor cujo nome passou a ser um sinônimo da expressão "fim da história" chama-se Francis Fukuyama. A concepção de Fukuyama sobre o fim da história baseia-se no triunfo mundial do capitalismo e da democracia liberal. Como consequência das revoluções de 1989 no Leste Europeu, da dissolução da União Soviética e de um movimento em direção à democracia multipartidária em outras regiões, afirma Fukuyama, as batalhas ideológicas de antigamente acabaram. O fim da história é o fim das alternativas. Ninguém defende mais o monarquismo, e o fascismo é um fenômeno do passado. O mesmo ocorre com o comunismo, que durante tanto tempo foi o principal rival da democracia ocidental. O capitalismo venceu essa longa luta contra o socialismo, contrariando o prognóstico de Marx, e a democracia liberal agora encontra-se incontestada. Chegamos ao "ponto final da evolução ideológica do gênero humano e à universalização da democracia ocidental como a última forma de governo humano" (1989).

A tese de Fukuyama provocou reações críticas, porém, de certa forma, ele salientou um fenômeno-chave de nossa época. No momento, não existe nenhum eleitorado com proporções consideráveis, nem um movimento de massas, capaz de prever formas de organização política e econômica que ultrapassem os limites da democracia liberal e de mercado. Mesmo que, aparentemente, esse seja o quadro atual, é de se duvidar que a história tenha chegado a um ponto final no sentido de termos esgotado todas as alternativas que estão à nossa frente. Quem poderá prever os novos modelos de ordem econômica, política ou cultural que podem surgir no futuro? Da mesma forma que os pensadores da Idade Média não tinham a menor idéia do que viria a ser a sociedade industrial que surgiria com o declínio do feudalismo, neste momento também não temos condições de antever quais as mudanças que o mundo sofrerá ao longo do próximo século.

porações. O resultado é a demissão de milhares de trabalhadores britânicos, os quais provavelmente esperarão que o governo faça alguma coisa; mas os governos nacionais não têm capacidade para controlarem processos que estejam relacionados à economia mundial.

Em muitas democracias, os cidadãos demonstram pouca confiança em seus representantes eleitos, concluindo que a política nacional produz um impacto cada vez menor sobre suas vidas. Há um cinismo crescente em relação aos políticos que alegam ter a habilidade de prever ou de controlar questões globais que estejam ocorrendo em níveis que ultrapassem os limites do Estado-nação. Muitos cidadãos entendem que os políticos são praticamente impotentes para influenciar mudanças globais, e, portanto, suspeitam muito das proclamações de triunfalistas. Pesquisas públicas de opinião realizadas em diversos países do Ocidente revelam que os políticos têm um sério problema de imagem! É cada vez maior o número de cidadãos a julgarem que eles agem em interesse próprio e que não estão comprometidos com questões que preocupam o eleitorado.

Algumas evidências que levam a essa conclusão foram extraídas dos resultados de dois estudos de segmentos da população recentes. Segundo os levantamentos, as atitudes políticas encontradas entre os britânicos jovens e os de meia-idade caracterizam-se mais pelo cinismo do que por qualquer outro fator. Entre os entrevistados no coorte de 1970, 44% acreditavam que os políticos estavam na política em benefício próprio. Trinta por cento daqueles que nasceram em 1958 concordavam que o partido político que está no poder é praticamente irrelevante, já que há poucas vantagens diretas para os cidadãos comuns. Os levantamentos revelaram que o cinismo político é mais pronunciado

entre os indivíduos que não possuem qualificações educacionais (ESRC, 1997).

Ao mesmo tempo que houve um encolhimento do poder dos governos em relação às questões globais, as autoridades políticas também se distanciaram da vida da maioria dos cidadãos. Muitos cidadãos ficam indignados com o fato de que as decisões que afetam suas vidas sejam tomadas por "intermediários do poder" – funcionários a serviço do partido, grupos de interesse, lobistas e servidores burocratas. Ao mesmo tempo, eles acabam acreditando na incapacidade do governo em lidar com questões locais importantes como o crime e os sem-teto. O resultado é a queda substancial da confiança no governo, o que, por sua vez, afeta a disposição das pessoas de participarem no processo político.

Os efeitos da "era da informação aberta" são sentidos não apenas nos estados autoritários, mas também nas democracias. Vivemos em um mundo no qual os cidadãos e o governo têm acesso a praticamente as mesmas informações. Até mesmo os governos democráticos dependem há muito tempo de certos caminhos "não-democráticos" de operação – que vão desde a corrupção até o favorecimento, os acordos secretos e as redes formadas por velhos amigos – que hoje são rápida e freqüentemente revelados graças aos avanços na tecnologia da informação. Alguns processos que costumavam ficar escondidos agora vêm à luz, provocando indignação e desilusão entre o eleitorado democrático. Cada vez mais, os "velhos métodos" vão enfraquecendo, e as estruturas políticas existentes deixam de ser uma garantia.

Hoje em dia, alguns observadores lamentam que os cidadãos dos estados democráticos estejam apáticos e tenham perdido o interesse pelo processo político. É verdade que os índices de votação têm apresentado uma queda nas últimas décadas e que a afiliação, nos principais partidos políticos, também esteja em declínio. Contudo, é um erro sugerir que as pessoas te-

## A internet e a democratização

A internet é uma poderosa força de democratização que transcende as fronteiras nacionais e culturais, facilita a difusão de idéias pelo mundo e permite que pessoas que compartilham das mesmas opiniões se encontrem no domínio do ciberespaço. Em todos os países, é cada vez maior o número de pessoas que acessam a internet regularmente e a consideram um instrumento importante para seus estilos de vida. Entretanto, o avanço dinâmico da internet é visto como uma ameaça pelos governos – especialmente os autoritários –, que reconhecem o potencial da atividade *on-line* para subverter a autoridade do Estado. Apesar de a internet existir com certa liberdade na maioria dos países, alguns estados começaram a tomar medidas no sentido de restringir seu uso pelos cidadãos.

A China, por exemplo, viu o número de usuários da internet quadruplicar – de 2,1 milhões para 8,9 milhões, apenas no ano de 1999. Estima-se que o número de usuários chineses continuará dobrando anualmente. Em resposta a esse crescimento acelerado, o governo chinês anunciou regras rigorosas banindo a publicação de “segredos de Estado” na internet, bloqueou *links* diretos e indiretos entre *websites* domésticos chineses e estrangeiros e deu início a um sistema de censores da *web* para monitorar o conteúdo das notícias e das informações trocadas na internet.

Aos olhos da liderança comunista chinesa, a internet representa uma perigosa ameaça para a segurança do Estado ao permitir que grupos políticos de oposição coordenem suas atividades. Em abril de 1999, por exemplo, milhares de defensores do Falun Gong – um movimento espiritual cujos membros acreditam no poder dos exercícios de respiração para prolongar a vida – mobilizaram-se pela internet e reuniram-se em Beijing para um protesto silencioso. Informações delicadas a respeito das capacidades militar e tecnológica da China teriam sido publicadas em *websites* chineses. Esses acontecimentos servem para confirmar ao governo chinês a suspeita de que a internet é um poderoso meio de comunicação que precisa ser controlado.

Outros governos chegaram a conclusões semelhantes. O governo birmanês anunciou a proibição da disseminação de informações “prejudiciais ao governo” através da internet ou de e-mails. As autoridades malaias exigiram que os cibercafés mantivessem listas especificando o nome de todos os indivíduos que utilizam seus computadores. Na Rússia, exige-se que os provedores locais de serviços na internet participem de um esquema de monitoramento eletrônico supervisionado pelo serviço de segurança federal.

nam perdido o interesse e a fé na própria democracia. As pesquisas de opinião mostram que a imensa maioria dos habitantes dos países democráticos citam a democracia como forma preferida de governo. Além disso, há sinais de que, na verdade, o interesse na política vem aumentando, mas simplesmente está sendo canalizado para outras direções, diferentes dos partidos políticos ortodoxos. O número de filiados a grupos e associações cívicas está crescendo, e os ativistas estão dedicando suas energias para novos movimentos sociais concentrados em torno de questões isoladas, como o meio ambiente, os direitos dos animais, a política comercial e a não-proliferação nuclear (veja adiante, na p. 356).

Qual é então o destino da democracia em uma época na qual a governança democrática parece estar despreparada para lidar com o fluxo dos eventos? Alguns observadores sugerem que haja pouco a ser feito, que o governo não pode esperar controlar as mudanças que ocorrem em ritmo acelerado à nossa volta e que o modo de ação mais prudente esteja na redução do papel do governo, permitindo que as forças de mercado mostrem o caminho. Entretanto, essa é uma abordagem suspeita. Em nosso mundo descontrolado, precisamos de um governo *mais*, e não menos, atuante. Porém, um governo eficaz em nossa era exige que a democracia seja aprofundada no nível do Estado-nação, bem como acima e abaixo desse nível.

Examinaremos brevemente como algumas dessas dinâmicas estão se fazendo reconhecer na política britânica. Por definição, a democracia liberal envolve a existência de diversos partidos políticos. Primeiramente, observaremos os diferentes tipos de sistema partidário que podem ser agrupados sob o rótulo geral de democracia liberal.

## Os partidos políticos e a votação nos países do Ocidente

### Sistemas partidários

Podemos definir um **partido político** como uma organização voltada para a conquista do controle legítimo do governo por meio de um processo eleitoral. Existem muitos tipos de sistema partidário. O sucesso de um sistema bipartidário ou de um sistema que envolva mais de dois partidos depende, em grande parte, da natureza dos procedimentos eleitorais de determinado país. Dois partidos tendem a dominar o sistema político nos lugares em que as eleições se baseiam no princípio de “o vencedor leva tudo”. O candidato que obtém o maior número de votos em um distrito eleitoral vence a eleição nesse local e representa todo o eleitorado no Parlamento. Nos casos em que as eleições se baseiam em princípios diferentes,

como na *representação proporcional* (em que as cadeiras de uma assembleia representativa são determinadas em função das proporções de votos obtidos), os sistemas bipartidários são menos comuns.

Nos países da Europa Ocidental, encontram-se vários tipos de organização partidária, sendo que nem todas elas existem na política britânica. Alguns partidos baseiam-se na denominação religiosa (como os partidos belgas, o *Parti Social Chrétien* e o *Katholieke Volkspartij*); alguns são partidos étnicos, representando grupos nacionalistas ou lingüísticos específicos (como o *Scottish National Party*, Partido Nacional Escocês, na Grã-Bretanha, ou o *Svenska folkpartiet*, na Finlândia); outros são partidos rurais, representando interesses agrários (por exemplo, o *Centerpartiet*, na Suécia, ou o *Schweizerische Volkspartei*, na Suíça); e outros ainda são partidos ligados ao meio ambiente, voltados para objetivos ecológicos (como os Verdes, na Alemanha). Muitos países europeus também possuem partidos nacionalistas de extrema direita que têm posturas hostis em relação aos imigrantes e aos estrangeiros (veja a seguir).

Os partidos socialistas ou trabalhistas formaram governos na maioria das sociedades da Europa Ocidental em determinado momento após a Segunda Guerra Mundial. Até bem pouco tempo, havia partidos comunistas reconhecidos oficialmente em quase todos esses países, alguns bastante grandes (como na Itália, na França e na Espanha). Seguindo as mudanças que ocorreram no Leste Europeu, vários trocaram seus nomes. Existem muitos partidos conservadores (como o *Parti Républicain*, na França, ou o *Conservative and Unionist Party* [Partido Conservador e Unionista], na Grã-Bretanha) e partidos "de centro", os quais ocupam uma posição de "meio-termo" entre a esquerda e a direita (como os Democratas-Liberais, na Grã-Bretanha). (Emprega-se o termo "esquerda" para denominar os grupos políticos radicais ou progressistas; e "direita" em referência aos grupos mais conservadores.)

Em alguns países, o líder do partido majoritário, ou de um dos partidos que estão em coalizão, assume automaticamente o lugar de primeiro-ministro, o símbolo político mais alto da nação. Em outros casos (como nos Estados Unidos), a eleição do presidente e as eleições partidárias para os principais organismos representativos ocorrem separadamente. Dificilmente existe algum sistema eleitoral nos países ocidentais que seja exatamente idêntico ao outro, sendo que a maioria é mais complicada do que o do Reino Unido. A Alemanha pode servir como um exemplo. Nesse país, elegem-se os membros para o *Bundestag* (Parlamento) através de um sistema que combina a ideia de "o vencedor leva tudo" e as regras da eleição proporcional. A metade dos membros desse Parlamento é eleita em distritos eleitorais nos quais vence o candidato que consegue a maioria dos votos. Os outros 50% são eleitos de acordo com as proporções dos votos que eles recebem em áreas regionais específicas. Foi esse sistema que permitiu ao Partido Verde ganhar cadeiras no Parlamento. Estabeleceu-se um limite de 5% a fim de impedir uma proliferação excessiva de partidos pequenos — essa proporção é o mí-

nimo que deve ser atingido para que um partido obtenha representação parlamentar. Um sistema semelhante também é utilizado nas eleições locais.

Os sistemas que possuem dois partidos dominantes, como na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, tendem a levar a uma concentração de posições de "meio-termo", a qual retine a maioria dos votos, e excluir as opiniões mais radicais. Nesses países, os partidos geralmente cultivam uma imagem moderada, chegando às vezes a serem tão parecidos entre si que a escolha que oferecem é insignificante. Em princípio, cada partido pode representar uma pluralidade de interesses, mas, muitas vezes, eles se combinam em um programa ameno com poucas políticas distintas. Os sistemas multipartidários permitem que interesses e pontos de vista divergentes sejam expressados de maneira mais direta, oferecendo um espaço para a representação de alternativas radicais; por outro lado, sozinho, nenhum partido conseguirá atingir maioria total. Essa é uma situação que leva a coalizões que podem enfrentar certa inabilidade na hora da tomada de decisões em função de grandes conflitos internos, ou a uma rápida sucessão de eleições e novos governos, sendo que nenhum com capacidade para permanecer no poder durante muito tempo, produzindo, portanto, resultados bastante limitados.

### *Os partidos europeus "de extrema direita"*

As conquistas políticas dos partidos de direita em diversos países europeus refletem um sentimento crescente de indignação com a imigração, o qual assumiu sua forma mais dramática na Áustria, onde o *Freedom Party* (Partido da Liberdade), liderado até bem pouco tempo pelo controverso Jörg Haider, atraiu 27% dos votos nacionais nas eleições de outubro de 1999, entrando em um governo de coalizão com o conservador *People's Party* (Partido Popular Austríaco). Haider, que no passado elogiara abertamente as "políticas empregatícias" nazistas e os veteranos da SS de Hitler, dirigiu sua campanha sobre a plataforma virulenta da "estrangeirização excessiva", nitidamente antiimigrantista e antieuropeia. Apesar de a Áustria ser há muito tempo um dos países mais estáveis e prósperos da Europa, a mensagem de Haider repercutiu entre vários eleitores. Na última década, a Áustria absorveu milhares de imigrantes vindos do Leste Europeu e dos Balcãs; atualmente, os imigrantes compõem 10% da população total. Após o anúncio do novo governo de coalizão, em fevereiro de 2000, Viena recebeu uma enxurrada de protestos. Estados-membros da União Européia anunciaram sua intenção de promover um isolamento diplomático da Áustria e Israel retirou seu embaixador de Viena.

Seguindo de perto os passos das eleições austríacas, na Suíça, o *People's Party* (Partido do Povo da Suíça), partido de direita, atraiu 23% dos votos, transformando-se na força política mais influente dentro do país. Na Suíça, país que não é membro da União Européia nem das Nações Unidas, um em cada cinco habitantes é imigrante. O *People's Party* conseguiu mobilizar os sentimentos antiimigrantistas entre a população, aumentando a própria reputação ao exigir um endurecimento das leis de asilo durante a Guerra do Kosovo, no início de 1999.

Em outras nações europeias, os partidos de extrema direita contam com algum apoio, mas continuam à margem da política (veja a Figura 14.2). Na Itália, a *Lombard League* (Liga Norte) tem um forte apoio eleitoral no norte. A Frente Nacional, de Jean-Marie Le Pen, na França, chegou a reunir 15% dos votos nas eleições, voltando-se para uma plataforma antiimigrantista. Mesmo nos países escandinavos, que há muito tempo são os bastiões do liberalismo nas relações raciais, surgiram grupos de direita que contam com um apoio substancial.

Muitos grupos de direitos humanos e organizações de imigração na Europa e em nível internacional consternaram-se diante do que consideraram o crescimento de uma corrente de racismo vinculada ao suporte para a construção de uma "Europa fortificada" (veja a p. 229). Entretanto, nem todas as tendências seguem o rumo da diminuição da tolerância. A Figura 14.2 mostra quedas no apoio aos partidos de extrema direita em alguns países entre o período de 1994-1995 e 1999. Organizações de combate ao racismo vêm se desenvolvendo solidamente em todos os países descritos acima, e a maioria dos governos tem promovido medidas destinadas a reduzir a discriminação.

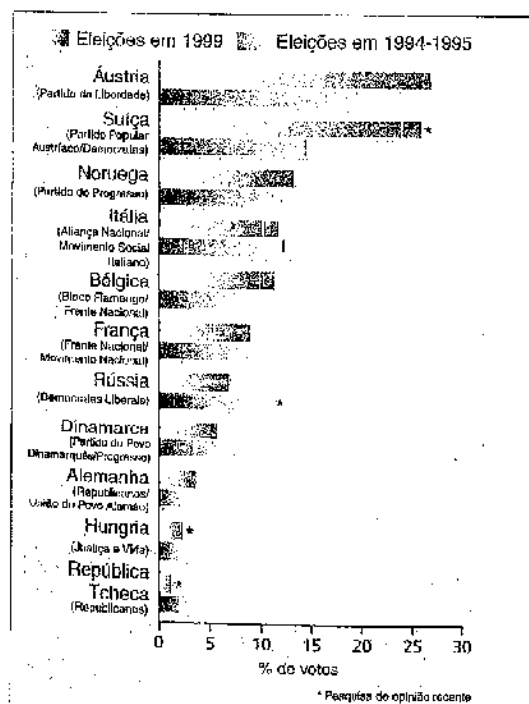


Figura 14.2 Apoio eleitoral aos partidos de extrema direita na Europa, 1994-1995 e 1999 (percentual de votos).

Fontes: Estatísticas sobre eleições nacionais. De *The Economist*, 9 de outubro de 1999, p. 53.

## Os partidos e a votação na Grã-Bretanha

Até o século XIX, os partidos na Grã-Bretanha eram considerados meros dispositivos temporários, necessários para a mobilização do apoio em relação a eventos específicos ou crises. À medida que os partidos se transformaram em organizações mais estáveis, eles começaram a conviver com a idéia de que o apoio à sua liderança poderia trazer recompensas específicas. A afiliação e a lealdade partidárias passaram a ser vinculadas a várias formas de patronagem segundo as quais quem demonstrasse fidelidade receberia uma recompensa através de cargos específicos dentro de uma nova administração. Durante a maior parte do século XX, dois partidos principais (o Trabalhista e o Conservador) dominaram a cena política nacional, e houve um desenvolvimento da *política adversária* com o crescimento do apoio às duas equipes alternativas de governo, cada uma delas composta por membros de um único partido.

A política eleitoral britânica sofreu mudanças significativas mais ou menos nas duas últimas décadas. Os partidos Trabalhista e Conservador enfrentaram, cada um, uma pressão crescente devido à diminuição nos índices de afiliação, à redução de recursos e a uma perda de apoio eleitoral. O Partido Trabalhista conseguiu reestruturar-se com sucesso, retornando ao poder em 1997, ao passo que o Partido Conservador continua a enfrentar níveis baixos recordes de afiliação e um envelhecimento de sua base partidária. Diversos fatores são importantes para entendermos a experiência dos principais partidos ao longo das duas últimas décadas. O primeiro é de ordem estrutural: a proporção da população economicamente ativa envolvida em ocupações tradicionais da área da produção diminuiu consideravelmente, o que, quase certamente, promoveu um desgaste de algumas fontes tradicionais de apoio ao Trabalho, como as comunidades da classe trabalhadora e os sindicatos trabalhistas. Um segundo fator diz respeito à cisão que ocorreu dentro do Partido Trabalhista no início dos anos de 1980, a qual levou à fundação do *Social Democratic Party* (SDP; Partido Social Democrata). Embora o SDP não exista mais, a fusão mais recente dos Democratas-Liberais conseguiu um apoio significativo, retirando votos dos dois partidos principais.

Uma terceira influência foi a de Margaret Thatcher, a primeira-ministra Conservadora que esteve no poder entre 1979 e 1990. O programa enérgico de mudanças iniciado por Thatcher e seus ministros expressou um afastamento significativo da antiga filosofia *tory*. O *thatcherismo* enfatizava primeiramente a restrição do papel do Estado na vida econômica, fazendo da crença nas forças do mercado a base das liberdades individuais e do crescimento econômico. Um quarto fator está relacionado ao surgimento do "Novo Trabalho" em meados dos anos de 1990 (veja a seguir), marcando um caminho realmente novo para a política britânica.

## Durante e depois do thatcherismo

Durante o primeiro período do mandato de Margaret Thatcher, suas políticas concentraram-se principalmente no "monetarismo". Acreditou-se que o controle da oferta de moeda seria a chave para reduzir a inflação e promover um gerenciamento seguro da economia. Entretanto, as metas determinadas para o controle monetário revelaram-se impossíveis de serem alcançadas, e, posteriormente, o monetarismo foi praticamente abandonado.

Após a eleição de 1983, a privatização das empresas públicas manteve o impulso do thatcherismo nos assuntos econômicos. A venda de ações da British Telecom, British Gas, British Steel, British Airways e British Petroleum atraiu uma ampla reação. Alega-se que as vantagens de uma privatização desse tipo sejam diversas: reintroduzir uma concorrência econômica saudável no lugar de burocracias públicas desajustadas e ineficazes, reduzir os gastos públicos e acabar com a interferência política nas decisões gerenciais. As políticas de privatização iniciadas por Margaret Thatcher produziram um impacto duradouro. Em um primeiro momento, o Partido Trabalhista contestou-as em discussões calorosas, porém, mais tarde, abandonou sua postura hostil chegando a aceitar o fato de que grande parte das privatizações era irreversível.

"A dama não quer mudar!" – declarou Thatcher em um de seus pronunciamentos públicos mais célebres. Talvez o mais forte elemento de continuidade no thatcherismo tenha sido a personalidade e o estilo moral da própria Margaret Thatcher. Sua cruzada não ganhou a simpatia de muitos eleitores, mas deu a Thatcher respeito por suas qualidades enquanto líder nacional. A sua recusa em recuar diante da ocupação argentina das Ilhas Falkland (Malvinas) pareceu a muitos uma expressão concreta dessas qualidades, e seu papel dominante dentro do governo foi também reforçado pelas características demissões dos membros do conselho ministerial que não concordassem com suas idéias.

Contudo, após uma vitória esmagadora na eleição de 1987, a popularidade de Thatcher entre o eleitorado começou a diminuir bruscamente. Os principais fatores foram a impopularidade do *poll tax* (o Encargo Comunitário, um imposto cobrado não pela renda, nem pela propriedade, mas "por pessoa") e o fato de a economia entrar em recessão. O nível de insatisfação com a liderança de Thatcher dentro do Partido Conservador chegou a tal ponto que os colegas mais velhos convenceram-na a afastar-se durante a disputa para a liderança do partido em 1990. Seu sucessor foi John Major (Kingdom, 1999).

No governo de Major, os Conservadores continuaram a privatizar as estatais, mesmo nos casos em que esses planos estavam longe de ser populares entre o eleitorado. A *British Rail*, por exemplo, foi dividida e liquidada por oferta privada, embora levantamentos provassem que a maioria da população não apoiava esse programa.

## O "Novo Trabalhismo"

O Partido Trabalhista começou a mudar sua visão ideológica, em parte para responder ao impacto do thatcherismo e em parte para reagir a eventos globais mais amplos, incluindo a intensificação da concorrência econômica global. Esse processo teve início com Neil Kinnock, que renunciou à liderança Trabalhista após a derrota do partido, em 1992, continuando com John Smith, até a sua morte prematura. Tony Blair tornou-se líder do partido em 1994, envolvendo-se imediatamente em mais reformas internas que trariam amplas consequências. Batizando seu partido reformado de **Novo Trabalhismo**, Blair liderou uma campanha de sucesso dentro desse partido para abolir a Cláusula 4 – uma cláusula da constituição do partido que o comprometia à difusão do domínio público da indústria.

Assim, o Trabalhismo reconheceu formalmente a importância central da economia de mercado, que Thatcher estava tão determinada a expandir. Agindo dessa forma, o partido realizou mudanças semelhantes às que haviam ocorrido na maioria dos demais partidos socialistas da Europa Ocidental. Uma influência decisiva nesse ponto foi a dissolução do comunismo na União Soviética e no Leste Europeu. A visão do Partido Trabalhista sempre foi bastante diferente da do comunismo – o nível de domínio estatal de empreendimentos industriais nas sociedades comunistas era muito maior do que o jamais previsto pelo Partido Trabalhista. Porém, a maioria das pessoas aceitou o fato de que a desintegração do comunismo fosse também um sinal de que idéias socialistas menos extremas também precisassem passar por uma revisão radical. A idéia de que uma economia moderna possa ser "administrada" pelo controle direto do Estado – que era central tanto para o comunismo quanto para o socialismo do "Velho Trabalhismo" – agora parece obsoleta.

## A eleição de 1997

A eleição de 1997, que levou o Novo Trabalhismo ao poder, representou uma das maiores mudanças eleitorais do século XX na Grã-Bretanha – uma oscilação de 10,3% dos Conservadores para os Trabalhistas –, pondo um fim nos 18 anos de governo do Partido Conservador. O Partido Trabalhista atraiu 419 cadeiras no Parlamento (em comparação com as 165 dos Conservadores), o que lhe garantiu a mais folgada maioria já alcançada, de 179 cadeiras. A porção de votos recebida pelos *tories* (31,4%) foi a menor desde o ano de 1832. Essa situação marcou uma queda brusca nos níveis razoavelmente estáveis de apoio com os quais os Conservadores contavam mesmo no início dessa década. Em 1992, por exemplo, os *tories* ganharam 42,8% dos votos. Outro resultado importante da eleição de 1997 foi a forte atuação dos Democratas-Liberais, que conquistaram 46 cadeiras, o resultado mais vigoroso de um partido liberal na era do pós-guerra.

Como explicar essa dramática reviravolta eleitoral? Diversos fatores parecem ter influenciado nesse resultado. Muitos

observadores sugeriram que o baixo nível de comparecimento dos eleitores às urnas – 71,3% o dos eleitores registrados – foi um indicativo de que seus votos não eram tanto a favor do Novo Trabalhismo, mas “contrários” à situação, por mudanças. As estimativas são de que cerca de 2 milhões de eleitores do Partido Conservador ficaram em casa no dia da eleição (veja a Figura 14.3), um fato que parece ter sido decisivo para impulsionar o forte desempenho dos Trabalhistas.

A cobertura que a mídia fez da campanha também pode ter afetado esse resultado. Enquanto os Trabalhistas promoviam com sucesso a imagem de um Tony Blair jovem, ativo e reformista, os *torres* eram arruinados por alegações de negócios corruptos, havendo aparentemente uma divisão interna a respeito de questões cruciais como o papel da Grã-Bretanha na Europa. Uma análise da cobertura diária da imprensa sobre John Major e Tony Blair revelou uma atenção maior à personalidade de cada candidato do que às suas habilidades profissionais, o que prejudicou John Major. Embora ele frequentemente fosse caracterizado como um indivíduo honesto e corajoso, era duramente criticado por ser um líder incompetente e ineficaz. Blair, por outro lado, era visto tanto por seus opositores quanto por seus apoiadores como veemente e forte (Seymour-Ure, 1998). Jornais que, em eleições anteriores, haviam apoiado os temas e os políticos Conservadores, em 1997 incentivaram mais os Trabalhistas.

Essas mudanças no eleitorado do Novo Trabalhismo refletem-se na composição do grupo de membros que ingressaram no Parlamento. Os membros trabalhistas do Parlamento são relativamente jovens; na época da eleição, 10 tinham menos de 30 anos, e mais da metade até 50 anos. Esse novo grupo ganhou também um toque diferente pela presença de mais colarinhos-brancos, com uma proporção maior de acadêmicos

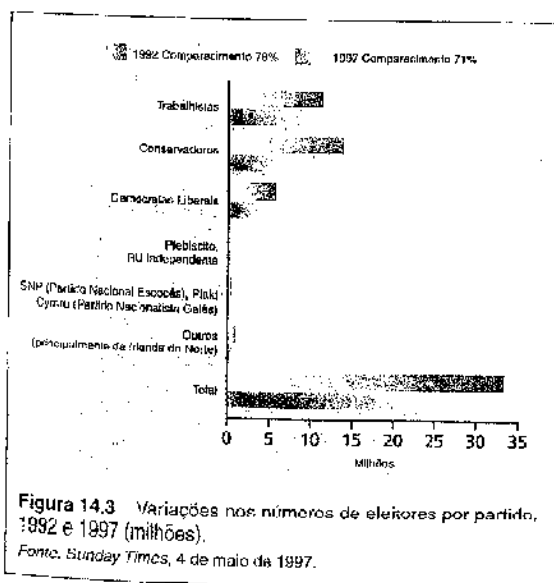
e professores (veja a Figura 14.4). E, por fim, um número recorde de 101 mulheres trabalhistas no Parlamento, o que em 1992 era de 37. Esse quadro é, em parte, resultado de uma política deliberada dos trabalhistas para aumentar o número de mulheres no Parlamento. Durante algum tempo, até a política ser derrubada no tribunal, todas as mulheres suplentes ocuparam a metade das cadeiras “conquistáveis” pelos trabalhistas.

### A política da terceira via

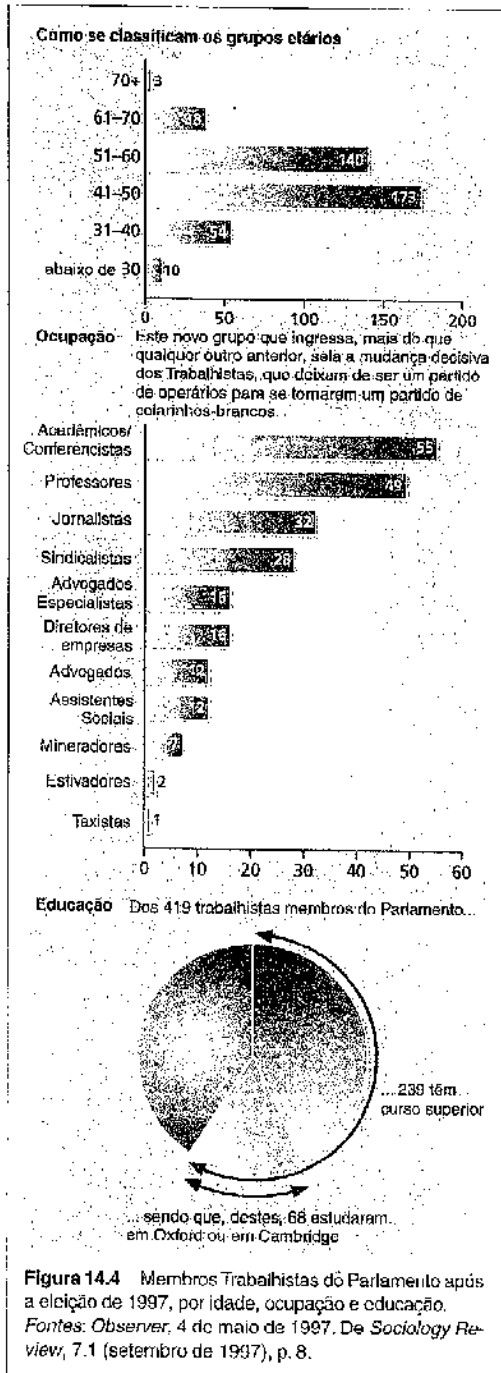
Após a chegada ao poder, o Novo Trabalhismo iniciou um caminho ambicioso de reforma e de modernização políticas. Ao mesmo tempo que manteve um compromisso com os valores da justiça social e da solidariedade, o governo buscou um envolvimento com as realidades da nova ordem global. Reconheceu que a velha política andava em desarmonia com os desafios da nova era. Assim como mais de uma dúzia de governos europeus, o Novo Trabalhismo queria ultrapassar os limites das categorias políticas tradicionais de esquerda e de direita e inaugurar um novo tipo de política do centro-esquerda. Como essa é uma abordagem que tenta evitar as habituais separações políticas, ela muitas vezes é chamada de **política da terceira via**.

Existem seis dimensões principais para a política da terceira via:

- 1 *Reconstrução do governo* – Um governo ativo é uma exigência para atender às necessidades de um mundo em rápida transformação, porém esse governo não deve estar exclusivamente associado a burocracias que atuem de cima para baixo e a políticas nacionais. Formas dinâmicas de gerenciamento e de administração, como as que são eventualmente encontradas no setor empresarial, podem trabalhar em conjunto com o governo na defesa e na revitalização da esfera pública.
- 2 *O desenvolvimento da sociedade civil* – Sozinhos, o governo e o mercado não são suficientes para resolver os diversos desafios das recentes sociedades modernas. É preciso fortalecer a sociedade civil – o domínio externo ao Estado e ao mercado – e juntá-la ao governo e aos negócios. Grupos de voluntários, famílias e associações cívicas podem desempenhar papéis vitais para lidar com questões relacionadas à comunidade, desde o crime até a educação.
- 3 *Reconstrução da economia* – A terceira via prevê uma nova economia mista que se caracteriza por um equilíbrio entre a regulamentação e a desregulamentação do governo. Ela rejeita a visão neoliberal de que a desregulamentação seja o único caminho para assegurar a liberdade e o crescimento.
- 4 *Reforma do Estado Assistencial* – Embora seja essencial proteger os indivíduos vulneráveis através do oferecimento de serviços assistenciais eficazes, o Estado Assistencial







**Figura 14.4** Membros Trabalhistas do Parlamento após a eleição de 1997, por idade, ocupação e educação.  
 Fontes: *Observer*, 4 de maio de 1997. De *Sociology Review*, 7.1 (setembro de 1997), p. 8.

precisa passar por uma reforma para ganhar eficiência. A política da terceira via é voltada para uma “sociedade da assistência” ao mesmo tempo que reconhece que as velhas formas de assistência social foram muitas vezes mal-sucedidas na redução das desigualdades, e controlaram os pobres em vez de os capacitarem.

**5 Modernização ecológica** A política da terceira via rejeita a visão de que a proteção ambiental e o crescimento econômico sejam incompatíveis. Existem muitas maneiras de se fazer com que um compromisso de defesa do meio ambiente possa gerar empregos e estimular o desenvolvimento econômico.

**6 Reforma do sistema global** – Em uma era de globalização, a política da terceira via depende de novas formas de governança global. Associações transnacionais podem levar a uma democracia que ultrapasse o nível do Estado-nação, possibilitando uma governança maior da economia internacional volátil.

A política da terceira via surgiu diante de uma dupla crise política. Como observamos anteriormente, as revoluções de 1989 revelaram que o socialismo não era um caminho viável para a organização econômica, entretanto o entusiasmo irreprimido em relação ao livre-mercado, que tinha a preferência dos neoliberais conservadores, também falhou. A agenda modernizante da política da terceira via, adotada na Grã-Bretanha e em outros lugares, foi uma tentativa de reagir criativamente às forças da globalização, buscando aproveitar a energia que estava por trás dessas transformações no sentido de revitalizar as operações do governo e da democracia.

Contudo, essa idéia de encontrar uma terceira via na política tem sido amplamente criticada. Para muitos Conservadores, essa nova política é praticamente vazia em termos de conteúdo, representando uma política de fachada em vez de um programa político que produza um efeito real. Alguns indivíduos que pertencem à esquerda mais tradicional, por outro lado, acreditam que a terceira via faz muito pouco para tratar dos problemas da desigualdade e da insegurança. Para eles, o “Velho Trabalhismo” ainda supera essa nova versão.

### Mudança política e social

A vida política não acontece apenas dentro do esquema ortodoxo dos partidos políticos, da votação e da representação em organismos legislativos e governamentais. O que geralmente ocorre é que alguns grupos percebem que esse esquema impossibilita a concretização de seus objetivos ou ideais, ou mesmo os bloqueia efetivamente. Apesar do avanço da democracia, co-

## A participação política das mulheres

O voto tem um significado especial para as mulheres diante do contexto de sua luta pela conquista do sufrágio universal — um voto para cada um, mulheres e homens — que demorou muito para se concretizar em praticamente todos os lugares. Em muitos países, a proporção atual de eleitoras está bem próxima da de eleitores. Mudanças nas divisões sociais entre os sexos provocaram alterações na participação política das mulheres. Com a redução das diferenças entre homens e mulheres, em termos de poder e de *status*, houve uma elevação no nível de eleitoras.

Antes de as mulheres ganharem o direito ao voto, surgiram opiniões fortemente divergentes sobre o impacto potencial do sufrágio feminino na política. Os que eram favoráveis ao direito das mulheres ao voto acreditavam que o ingresso delas na política transformaria a atividade política radicalmente, trazendo um novo senso de altruísmo e de moralidade. Os que se opunham à extensão desse direito argumentavam que o envolvimento das mulheres na política acabaria trivializando a vida política, ao mesmo tempo que enfraqueceria a estabilidade da família.

Na verdade, nenhuma dessas conseqüências extremas ocorreu conforme o esperado. O fato de as mulheres terem obtido o direito ao voto não produziu grandes alterações na

natureza da política. Os padrões eleitorais femininos, assim como os masculinos, são moldados por preferências partidárias, opções em termos de políticas e pela variedade de candidatos disponíveis. Entretanto, em eleições recentes, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, as mulheres têm sido vistas como um eleitorado-chave que precisa ser atraído para que se conquiste o resto dos eleitores. Nas eleições dos anos de 1990, tanto Bill Clinton quanto Tony Blair foram bem-sucedidos ao investirem na persuasão das eleitoras, dando prioridade a questões que fossem de interesse específico do público feminino. As autoridades políticas falam das “mães de jogadores de futebol” e da “mulher de Worcester” para descrever esse eleitorado vital composto pelas mulheres que pertencem à classe média trabalhadora, cujo apoio político agora é capaz de originar ou de mudar lances políticos. Ao que parece, ficou claro que muitos problemas e preocupações que afetam as mulheres em particular, e que anteriormente eram desprezados ou julgados “alheios à política”, são agora centrais para os debates políticos. Entre esses temas, estão os cuidados com os filhos, a igualdade de direitos no trabalho, a disponibilidade do aborto, a pesquisa sobre o câncer de mama, o controle das armas, as mudanças nas leis da família e do divórcio e os direitos das lésbicas.

no vimos anteriormente, a permanência dos regimes autoritários em muitos países — como China, Cuba e a antiga Iugoslávia — nos faz lembrar que nem sempre é possível uma mudança que produza efeitos dentro das estruturas políticas existentes. Às vezes, a mudança política e social só pode ser realizada recorrendo-se a formas não-ortodoxas de ação política.

O exemplo mais dramático de ação política não-ortodoxa e que traz maiores conseqüências é o da **revolução** — a derrubada de uma ordem política existente por meio de um movimento de massas, com o uso da violência. As revoluções são eventos tensos, instigantes e fascinantes; é de se compreender por que elas atraem tanta atenção. Porém, mesmo sendo altamente dramáticas, as revoluções ocorrem raramente. O tipo de atividade política não-ortodoxa mais comum se dá através dos **movimentos sociais** — tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora da esfera das instituições estabelecidas. As sociedades modernas assistiram a uma grande variedade de movimentos sociais além desses revolucionários — alguns duradouros, outros transitórios. Eles constituem um aspecto tão evidente do mundo contemporâneo quanto o são as organizações burocráticas formais, às quais eles normalmente se opõem. Muitos movimentos sociais contemporâneos têm uma abrangência internacional e apostam muito no uso da tecnologia da informação para ligar os defensores locais às questões globais.

## A globalização e os movimentos sociais

Existem movimentos sociais de todos os moldes e tamanhos. Alguns são bem pequenos, contando com não mais que algumas dezenas de membros; outros podem incluir milhares ou até milhões de pessoas. Enquanto alguns movimentos sociais conduzem suas atividades dentro das leis da sociedade na qual existem, há outros que operam como grupos ilegais ou secretos. Porém, é típico dos movimentos de protesto operarem às margens do que é definido como legalmente admissível pelos governos de um local ou de uma época.

Os movimentos sociais geralmente surgem com o objetivo de provocar mudanças em uma questão pública, como a expansão dos direitos civis para um segmento da população. Em resposta aos movimentos sociais, aparecem às vezes contramovimentos em defesa do *status quo*. A campanha pelos direitos das mulheres ao aborto, por exemplo, foi clamorosamente desafiada por ativistas contrários ao aborto (“pró-vida”), que acreditam que o aborto deveria ser ilegal.

Muitas vezes, as leis ou as políticas sofrem alterações em conseqüência da ação dos movimentos sociais. Essas mudanças na legislação podem produzir efeitos de amplo alcance. Por exemplo, houve um tempo em que era ilegal grupos de trabalhadores reunirem seus membros para uma greve, e a punição para isso seguia vários graus de severidade em diversos países. Por fim, as leis acabaram sendo aperfeiçoadas, fazendo com

que a greve passasse a ser uma tática admissível do conflito industrial.

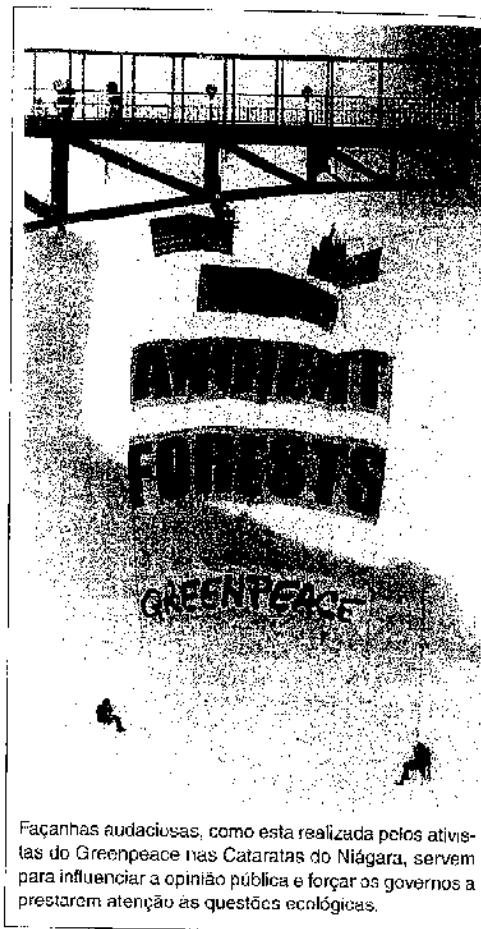
Os movimentos sociais estão entre as mais poderosas formas de ação coletiva. Campanhas bem-organizadas e persistentes podem gerar resultados impressionantes. O movimento norte-americano pelos direitos civis, por exemplo, conseguiu levar a cabo trechos essenciais da legislação que declaram a ilegalidade da segregação racial nas escolas e nos locais públicos. O movimento feminista conquistou vitórias importantes para as mulheres em termos de igualdade econômica e política. Nos últimos anos, os ativistas ambientais venceram concessões importantes dos governos e das corporações, como no caso dos alimentos geneticamente modificados (veja o Capítulo 19, "Crescimento Populacional e Crise Ecológica").

### *Novos movimentos sociais*

Ao longo das três últimas décadas, houve uma explosão de movimentos sociais nos países espalhados pelo mundo. Essa diversidade de movimentos — que vão desde os movimentos por direitos civis e os movimentos feministas dos anos de 1960 e 1970, até os antinucleares e ecológicos dos anos de 1980 e a campanha pelos direitos dos homossexuais da década de 1990 — é normalmente denominado pelos comentaristas do tema de **novos movimentos sociais**. Essa descrição procura diferenciar os movimentos sociais contemporâneos daqueles que os precederam em décadas anteriores. Muitos observadores acreditam que os novos movimentos sociais são um produto exclusivo da recente sociedade moderna, sendo profundamente diferentes, em seus métodos, suas motivações e orientações, das formas de ação coletiva do antigamente.

O avanço recente dos novos movimentos sociais é um reflexo dos riscos variáveis que afetam as sociedades humanas. As condições são perfeitas para os movimentos sociais — as instituições políticas tradicionais têm uma capacidade cada vez menor de lidar com os desafios que encontram; constata-se a impossibilidade de reagirem criativamente às ameaças ao meio ambiente, aos perigos potenciais da energia nuclear e dos organismos geneticamente modificados, bem como aos poderosos efeitos da tecnologia da informação. Esses novos problemas são questões que as instituições políticas democráticas existentes não podem esperar resolver. Conseqüentemente, esses desafios que se revelam são freqüentemente ignorados ou evitados até que seja tarde demais e estejamos diante de uma crise já instalada.

Os efeitos cumulativos desses novos desafios e riscos traduzem-se em uma sensação de "falta de controle" da vida em meio à mudança acelerada. Os indivíduos sentem-se menos seguros e mais isolados — uma combinação que leva a um sentimento de impotência. Já as corporações, os governos e a mídia parecem estar dominando um volume cada vez maior de aspectos da vida das pessoas, aumentando a sensação de um mundo em descontrole. Cresce a noção de que, entregue à



Façanhas audaciosas, como esta realizada pelos ativistas do Greenpeace nas Cataratas do Niágara, servem para influenciar a opinião pública e forçar os governos a prestarem atenção às questões ecológicas.

sua própria lógica, a globalização trará riscos cada vez maiores à vida dos cidadãos.

Veja a discussão sobre "Globalização e risco", na p. 71.

Podemos enxergar os novos movimentos sociais em termos do "paradoxo da democracia" mencionado anteriormente. Embora a confiança na política tradicional esteja diminuindo, o crescimento dos novos movimentos sociais é uma evidência de que os cidadãos das recentes sociedades modernas não estão apáticos nem desinteressados em relação à política, como às vezes se alega. Existe, sim, uma convicção de que a ação e a participação diretas são mais úteis do que a confiança nos políticos ou nos sistemas políticos. Mais do que nunca, as pessoas estão apoiando os movimentos sociais como forma de realçar questões morais complexas, colocando-as no centro da vida social. Nesse aspecto, os novos movimentos sociais estão ajudando a revitalizar a democracia em muitos países. Encontram-se no coração de uma forte cultura cívica ou **sociedade civil** — a esfera entre o Estado e o mercado ocupada pela famí-

lia, pelas associações comunitárias e por outras instituições não-econômicas.

### A tecnologia e os movimentos sociais

Há poucos anos, duas das mais influentes forças das recentes sociedades modernas – a tecnologia da informação e os movimentos sociais – uniram-se, produzindo resultados surpreendentes. Nesta era da informação em que vivemos, os movimentos sociais espalhados pelo globo conseguem se unir em imensas redes regionais e internacionais que abrangem organizações não-governamentais, grupos religiosos e humanitários, associações que lutam pelos direitos humanos, defensores dos direitos de proteção ao consumidor, ativistas ambientais e outros que agem em defesa do interesse público. Essas redes eletrônicas de contatos agora têm uma capacidade nunca vista de reagir imediatamente aos acontecimentos, de acessar e compartilhar fontes de informação, além de pressionar corporações, governos e organismos internacionais como parte de suas estratégias de campanha. Os enormes protestos contra a Organização Mundial do Comércio, por exemplo, que ocorreram em Seattle, foram organizados, em grande parte, através de redes de contatos estabelecidas na internet.

A internet esteve na vanguarda dessas mudanças, embora os telefones celulares, as máquinas de fax e a transmissão via satélite também tenham apossado sua evolução. Ao apertar um botão, histórias locais são disseminadas internacionalmente. Do Japão à Bolívia, os ativistas das bases têm a chance de estabelecer contatos *on-line* para compartilhar de recursos informacionais, trocar experiências e coordenar ações conjuntas.

Esta última dimensão – a habilidade de coordenar campanhas políticas internacionais – é a mais inquietante para os governos e a mais estimulante para aqueles que participam de movimentos sociais. Na década passada, o número de “movimentos sociais internacionais” apresentou um crescimento constante com a difusão da internet. Dos protestos a favor do cancelamento da dívida do Terceiro Mundo à campanha internacional em proibição das minas terrestres explosivas (que culminou em um Prêmio Nobel da Paz), a internet comprovou sua capacidade de unir defensores através de fronteiras nacionais e culturais. Alguns observadores afirmam que a era da informação está testemunhando uma “migração” do poder, que se desloca dos estados-nações em direção às novas alianças e coalizões não-governamentais.

Consultores de política que trabalham em comissões de pesquisa para o desenvolvimento de idéias em temas específicos, como a RAND Corporation (nos Estados Unidos), falam de *netwars* (guerras em rede) – conflitos internacionais de larga escala nos quais se disputam informações e opinião pública, em vez de recursos ou um território. Os participantes das guerras em rede utilizam a mídia e os recursos *on-line* para moldar o conhecimento de determinadas populações a respeito do mundo social. Esses movimentos *on-line*, com frequência, visam à difusão de informações sobre corporações, políticas go-

vernamentais ou efeitos de acordos internacionais para públicos que, de outra forma, poderiam não estar a par desses assuntos. Para muitos governos mesmo os democráticos as guerras em rede são uma ameaça assustadora e ardilosa. Como adverte um relatório do exército norte-americano: “Uma nova geração de revolucionários, radicais e ativistas está começando a gerar ideologias da era da informação nas quais as identidades e as lealdades do Estado-nação podem ser transferidas para o nível transnacional da sociedade global” (citado em *the Guardian*, 19 de janeiro de 2000).

Será que esses temores são injustificados? Existem motivos que nos levam a acreditar que os movimentos sociais, de fato, sofreram uma transformação radical nos últimos anos. Em *The Power of Identity* (1997), Manuel Castells examina os casos de três movimentos sociais que, embora sejam completamente dessemelhantes em seus interesses e objetivos, atraíram atenção internacional à sua causa com o uso efetivo da tecnologia da informação. Os rebeldes zapatistas mexicanos, o movimento norte-americano de “milícia” e o culto japonês Aum Shinrikyo, todos eles utilizam as habilidades da mídia para propagar sua mensagem de oposição aos efeitos da globalização e para expressar sua raiva diante da perda de controle sobre os próprios destinos.

Segundo Castells, cada um desses movimentos depende dos meios da tecnologia da informação como uma infra-estrutura organizacional. Sem a internet, por exemplo, os rebeldes zapatistas continuariam sendo um movimento de guerrilha isolado no sul do México. Em vez disso, horas após sua insurreição armada, em janeiro de 1994, grupos de apoio locais, nacionais e internacionais, apareceram *on-line* para promover a causa dos rebeldes e condenar a repressão brutal do governo mexicano à rebelião. Os zapatistas utilizaram meios de telecomunicações, vídeos e entrevistas na mídia para declarar suas objeções às políticas comerciais, como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), o qual exclui ainda mais dos benefícios da globalização os índios empobrecidos das áreas Oaxaca e Chiapas. Como sua causa foi empurrada para a vanguarda das redes *on-line* dos defensores sociais, os zapatistas conseguiram forçar as negociações com o governo mexicano e atrair atenção internacional para os efeitos prejudiciais do livre-comércio sobre as populações indígenas.

### Movimentos nacionalistas

#### Teorias sobre o nacionalismo e a nação

Alguns dos movimentos sociais mais importantes do mundo contemporâneo são movimentos nacionalistas. Os pensadores da sociologia do século XIX e do início do século XX manifestavam pouco interesse ou preocupação em relação ao nacionalismo. Marx e Durkheim viam o nacionalismo, sobretudo, como uma tendência destrutiva e acreditavam que a crescente integração econômica gerada pela indústria moderna provocaria seu rápido declínio. Somente Max Weber dedicou bastante

tempo à análise do nacionalismo ou esteve preparado para declarar-se um nacionalista. Mas até mesmo Weber fracassou na hora de estimar a importância que o nacionalismo e o conceito de nação teriam no século XX.

Neste início do século XXI, o nacionalismo não apenas vive, como também – ao menos em algumas partes do mundo – prospera. Apesar de o mundo ter se tornado mais interdependente, especialmente ao longo dos últimos 30 ou 40 anos, essa interdependência não significou o fim do nacionalismo. Em alguns aspectos, é provável que ela tenha até mesmo ajudado a intensificá-lo.

O ressurgimento do nacionalismo na antiga Iugoslávia é descrito em "Conflito étnico", na p. 214.

Pensadores modernos aparecem com idéias contrastantes para explicar essa questão. Não existe consenso também quanto à fase da história em que o nacionalismo, a nação e o Estado-nação se formaram. Alguns pensadores julgam que suas origens sejam bem mais antigas do que outros.

### *O nacionalismo e a sociedade moderna*

O principal teórico do nacionalismo talvez seja Ernest Gellner (1925-1995). Gellner afirma que o nacionalismo, a nação e o Estado-nação são todos produtos da civilização moderna, cujas origens se encontram na Revolução Industrial do fim do século XVIII. O nacionalismo e os sentimentos ou opiniões associados a ele não estão profundamente enraizados na natureza humana; são produtos da nova sociedade de larga escala que o industrialismo produz. De acordo com Gellner, o nacionalismo como tal é desconhecido nas sociedades tradicionais, assim como a idéia da nação (1983).

Existem vários aspectos das sociedades modernas que levaram ao surgimento desses fenômenos. Em primeiro lugar, uma sociedade industrial moderna está associada ao rápido desenvolvimento econômico e a uma complexa divisão do trabalho. Gellner chama atenção para o fato de que o industrialismo moderno cria a necessidade de um sistema de Estado e de governo muito mais eficaz do que existia anteriormente. Em segundo lugar, no estado moderno, os indivíduos precisam interagir o tempo inteiro com estranhos, já que a base da sociedade não é mais o vilarejo local ou a cidade, mas uma unidade muitíssimo maior. A educação em massa, fundamentada em uma "língua oficial" ensinada nas escolas, é o principal meio pelo qual é possível organizar uma sociedade de larga escala e mantê-la unificada.

A teoria de Gellner foi criticada em mais de um aspecto. É uma teoria funcionalista, dizem os críticos, que indica que a função da educação é produzir a unidade social. Assim como ocorre com a abordagem funcionalista de um modo geral, essa visão tende a subestimar o papel da educação na produção do conflito e da divisão. Na realidade, a teoria de Gellner não explica as paixões que o nacionalismo pode, e geralmente consegue, despertar. É provável que o poder do nacionalismo não es-

teja relacionado apenas à educação, mas à sua capacidade de criar uma *identidade* para as pessoas – sem a qual os indivíduos não conseguem viver.

A necessidade de uma identidade certamente não nasce apenas com o surgimento da sociedade industrial moderna. Por essa razão, os críticos afirmam que Gellner está errado ao separar tão vigorosamente o nacionalismo e a nação dos tempos pré-modernos. Em alguns aspectos, o nacionalismo é bastante moderno, mas emprega também opiniões e formas de simbolismo que promovem um longo retorno ao passado. Segundo Anthony Smith, um dos mais conhecidos estudiosos do nacionalismo na atualidade, as nações tendem a apresentar linhas diretas de continuidade com comunidades étnicas mais antigas, ou o que ele chama de *etnias*. Uma *etnia* é um grupo que compartilha noções de uma linhagem comum, uma identidade cultural em comum e um elo com uma pátria específica.

Muitas nações, ressalta Smith, de fato, apresentam continuidades pré-modernas, havendo, em épocas anteriores da história, comunidades étnicas que se assemelhavam a nações. Os judeus, por exemplo, formam uma etnia distinta há mais de 2 mil anos. Em certos períodos, os judeus agruparam-se em comunidades que possuíam algumas das características das nações. Porém, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que todos esses elementos foram reunidos na forma do Estado-nação de Israel. Assim como a maioria dos estados-nações, Israel não se formou a partir de apenas uma única etnia; a minoria palestina em Israel relaciona suas origens a uma formação étnica bastante diferente, alegando que a criação do Estado de Israel deslocou os palestinos de suas antigas pátrias – sendo esse o motivo de suas tensões permanentes com os judeus em Israel e das tensões entre Israel e a maioria dos Estados Árabes que estão à sua volta.

Diferentes nações seguiram padrões divergentes de desenvolvimento em relação às etnias. Em algumas, entre elas a maioria das nações da Europa Ocidental, houve casos em que uma única etnia se expandiu a ponto de expulsar antigas rivais. Assim, na França do século XVII, falavam-se muitas outras línguas, e diferentes histórias étnicas estavam associadas a elas. À medida que o francês tornou-se a língua dominante, muitos desses rivais acabaram desaparecendo; porém, seus vestígios permanecem em algumas áreas. O País Basco, que se sobrepõe às fronteiras da França e da Espanha, é um desses remanescentes. A língua basca é bem diferente do francês ou do espanhol, e os bascos reivindicam uma história cultural independente. Alguns bascos desejam um Estado-nação próprio, completamente desligado da França e da Espanha. Embora o nível de violência não se assemelhe ao que é visto em outras áreas – como o Timor-Leste, ou a Chechênia (no sul da Rússia) –, os grupos separatistas do País Basco fazem esporadicamente campanhas, com o uso de bombas, para promover sua meta de independência.

## Nações sem Estado

A permanência de etnias bem-definidas dentro de nações estabelecidas leva ao fenômeno das **nações sem Estado**. Nessas situações, existe a presença de muitas das características essenciais da nação, mas falta uma comunidade política independente que compreendem a nação. Movimentos separatistas, como os que ocorrem na Chechênia e no País Basco, assim como em muitas outras regiões do mundo – como na Caxemira (no norte da Índia) –, são impulsionados pelo desejo de estabelecer um estado autônomo, com governo próprio.

Diversos tipos de nação sem Estado podem ser reconhecidos, dependendo da relação que há entre a etnia e o Estado-nação na qual esta vive (Guibernau, 1999).

(1) Em algumas situações, um Estado-nação pode aceitar as diferenças culturais encontradas entre sua(s) minoria(s), permitindo a estas um certo volume de desenvolvimento ativo. Assim, na Grã-Bretanha, a Escócia e o País de Gales são reconhecidos por terem histórias e aspectos culturais que divergem, em parte, do resto do RU, possuindo, até certo ponto, suas próprias instituições. A maioria dos escoceses, por exemplo, são presbiterianos, e, há muito tempo, a Escócia possui um sistema educacional independente do inglês e do galês. A Escócia e o País de Gales conquistaram uma autonomia maior dentro de todo o RU, com o estabelecimento do Parlamento Escocês e de uma Assembleia Galesa em 1999.

De modo semelhante, o País Basco e a Catalunha (região ao redor de Barcelona, no norte da Espanha) são reconhecidos como “comunidades autônomas” dentro da Espanha. Possuem Parlamentos próprios, os quais têm um certo número de direitos e de poderes. Contudo, tanto na Grã-Bretanha quanto na Espanha, a maior parte do poder ainda está concentrada nas mãos dos governos e dos Parlamentos nacionais, localizados em Londres e Madri, respectivamente.

(2) Algumas nações sem Estado contam com um grau maior de autonomia. Em Quebec (a província do Canadá onde se fala francês) e em Flanders (a região localizada no norte dos Países Baixos, onde se fala holandês), organismos políticos regionais têm o poder de tomar grandes decisões, sem serem, na verdade, completamente independentes. Assim como nos casos mencionados no ponto anterior, nesses locais há também movimentos nacionalistas em agitação pela independência total.

(3) Por outro lado, existem nações em que praticamente há uma falta de reconhecimento por parte do Estado no qual elas se encontram. Nesses casos, o Estado-nação maior emprega a força para não reconhecer a minoria. Até o avanço recente do processo de paz no Oriente Médio, os palestinos eram um exemplo claro desse tipo de grupo. Outros incluem os tibetanos, na China, e os curdos, cuja terra natal está situada sobre partes da Turquia, da Síria, do Irã e do Iraque.

A história cultural dos tibetanos e dos curdos data de muitos séculos atrás. A história do Tibet possui uma forte e estreita ligação com formas específicas do budismo de muita influência na região. O líder tibetano exilado Dalai Lama é a li-

gura central de movimentos que vêm desenrolando-se fora do Tibet, os quais visam à conquista de um Estado Tibetano independente através de meios não-violentos. Entre os curdos, por outro lado, diversos movimentos pela independência, a maioria dos quais também são estrangeiros, proclamam a violência como um meio de atingirem seus objetivos. Os curdos possuem um “Parlamento no exílio”, em Bruxelas, mas este não conta com o apoio de todos os movimentos separatistas.

No caso dos tibetanos e dos curdos, existem poucas chances de alcançarem sequer uma autonomia limitada – a menos que, em um certo ponto, os governos dos estados-nações envolvidos decidam mudar suas políticas existentes. Mas há outros casos em que é possível que as minorias nacionais venham a optar pela autonomia dentro dos estados nos quais estão localizadas, em vez da completa independência. No País Basco, na Catalunha e na Escócia, por exemplo, atualmente, apenas uma minoria da população apóia a independência total. No Quebec, um plebiscito feito recentemente na província sobre a possibilidade de torná-la independente do Canadá foi derrotado por não conseguir os votos populares necessários.

## As minorias nacionais e a União Européia

No caso das minorias nacionais da Europa, a União Européia tem um papel significativo a desempenhar. A União Européia formou-se através das lealdades criadas pelas maiores nações da Europa Ocidental. No entanto, um elemento-chave da filosofia da UE é a devolução do poder às localidades e às regiões. Uma de suas metas explícitas é a criação de uma “Europa das regiões” – uma ênfase muito apoiada pela maioria dos bascos, escoceses, catalães e outros grupos nacionais minoritários. Os membros desses grupos muitas vezes ficam indignados pelo modo como elementos de sua cultura ou de suas instituições se perderam, e desejam recuperá-los. Eles enxergam na UE um caminho para promoverem suas identidades distintas. Seu direito de relacionarem-se diretamente com as organizações da UE, como o Parlamento Europeu ou os tribunais de justiça europeus, pode conferir-lhes uma autonomia suficiente para que se convençam de que detêm o controle dos próprios destinos. Por essa razão, é, no mínimo, concebível a noção de que a existência da UE significará a possibilidade de as minorias nacionais desistirem do ideal da independência total a favor de uma relação de cooperação tanto com as grandes nações, das quais elas fazem parte, como com a UE.

## As nações e o nacionalismo nos países em desenvolvimento

Na maioria dos países em desenvolvimento, o nacionalismo, a nação e o Estado-nação seguiram caminhos diferentes daqueles das sociedades industriais. A maior parte dos países menos desenvolvidos foi algum dia colonizada pelos europeus, conquistando a independência em algum momento da segunda metade do século XX. Em muitos desses países, as fronteiras entre as administrações coloniais foram estabelecidas arbitra-



A vontade dos escoceses de se separarem do resto do Reino Unido, que já era visível em determinadas instituições próprias, foi confirmada pelo "sim" no plebiscito pela devolução e na instituição do Parlamento Escocês em 1999.

riamente na Europa, não levando em conta as divisões econômicas, culturais ou étnicas existentes entre a população. Os poderes da colônia derrotaram ou subjugaram os reinos e agrupamentos tribais existentes no subcontinente africano, na Índia e em outras partes da Ásia, estabelecendo suas próprias administrações ou protetorados coloniais. Conseqüentemente, cada colônia transformou-se em "uma coleção de povos e antigos estados, ou fragmentos destes, reunidos dentro das mesmas fronteiras" (Akintoye, 1976, p. 3). A maioria das áreas colonizadas continha um mosaico de etnias e outros grupos.

Quando as antigas colônias conquistavam sua independência, elas geralmente constatavam que era difícil criar um sentido de nação e um sentimento de pertencer a uma nação. Apesar do grande papel desempenhado pelo nacionalismo na garantia da independência das áreas colonizadas, este limitou-se sobretudo aos pequenos grupos de ativistas. As idéias nacionalistas não influenciaram a maioria da população. Mesmo nos dias de hoje, muitos estados pós-coloniais continuam sendo ameaçados por rivalidades internas e reivindicações concorrentes pela autoridade política.

O continente onde a colonização ocorreu de forma mais integral foi a África. Os movimentos nacionalistas que promoviam a independência na África, após a Segunda Guerra Mundial, buscaram libertar as áreas colonizadas da dominação europeia. Uma vez atingido seu objetivo, os novos líderes, em to-

dos os lugares, enfrentaram problemas enormes para tentarem criar uma unidade nacional. Muitos dos líderes dos anos de 1950 e de 1960 haviam sido educados na Europa ou nos EUA, havendo um grande abismo entre eles e os cidadãos, a maioria dos quais eram analfabetos, pobres e não estavam familiarizados com os direitos e as obrigações da democracia. Sob o colonialismo, alguns grupos étnicos haviam prosperado mais do que outros: todos esses grupos tinham interesses e metas diferentes, enxergando-se legitimamente como inimigos.

Gueras civis rebentaram em diversos estados pós-coloniais da África, como o Sudão, o Zaire e a Nigéria, enquanto rivalidades e antagonismos étnicos eram uma característica em muitos outros, tanto na África quanto na Ásia. No caso do Sudão, o árabe era o idioma de cerca de 40% da população, que também reivindicava suas origens étnicas árabes. Em outras regiões do país, especialmente no sul, o árabe era uma língua muito pouco falada. Uma vez no poder, os nacionalistas estabeleceram um programa para a integração nacional baseado no idioma árabe como língua nacional. Foi uma tentativa apenas em parte bem-sucedida, e os desgastes e as pressões que gerou são ainda visíveis. Os graves problemas enfrentados por grande parte do continente africano são uma conseqüência direta de dificuldades desse tipo.

A Nigéria é outro exemplo dessas questões. O país tem uma população de aproximadamente 120 milhões de pessoas:

pode-se dizer que, a cada quatro africanos, um é nigeriano. No passado, a Nigéria foi uma colônia britânica e conquistou sua independência em 1<sup>a</sup> de outubro de 1960. O inglês continua sendo a língua oficial do país; ainda se restringe sobretudo a pequenos grupos de indivíduos mais cultos. A maior parte da população fala três línguas principais, que recebem o nome dos povos que as falam: ioruba, ibo e hauçá. Existem mais de 300 dialetos, que aparecem tanto dentro das línguas principais quanto através delas. Na realidade, muitos desses dialetos são como idiomas – assim, alguns dialetos do ioruba não são compreendidos por outros falantes de ioruba.

Logo após a independência, em 1966, lutas armadas avançaram pelo país entre grupos étnicos diferentes. Estabeleceu-se um governo militar, e, desde então, períodos de governo civil foram alternados com fases de regime militar. Em 1967, estourou uma guerra civil na qual uma região, Biafra, buscava se tornar independente do resto do país. O movimento separatista foi suprimido pelo uso da força militar e muitas vidas foram perdidas. Governos sucessivos tentaram desenvolver uma percepção mais clara de identidade nacional em torno do tema “pátria Nigéria”, mas ainda é difícil criar um sentimento de unidade nacional e de determinação. O país possui grandes reservas de petróleo, mas continua praticamente atolado na pobreza e ainda sob o controle do regime autoritário.

Em resumo, a origem da maioria dos estados em desenvolvimento é resultado de processos de formação de nação que diferem daqueles que ocorreram no mundo industrializado. Os estados foram impostos externamente sobre regiões que muitas vezes não possuíam uma unidade prévia, cultural ou étnica. Em todos os lugares, verifica-se que é difícil superar esses problemas. As nações modernas conseguiram efetivamente erguer-se em regiões que não haviam sido completamente colonizadas, ou naquelas onde já havia uma unidade cultural considerável – como Japão, Coreia ou Tailândia.

### Pontos Principais

1. O termo “governo” refere-se a um mecanismo político pelo qual os servidores aprovam políticas e tomam decisões. A política é o meio pelo qual o poder é empregado e contestado para afetar o alcance e o conteúdo das atividades do governo.
2. O poder é a capacidade de atingir objetivos mesmo diante da resistência dos outros, envolvendo muitas vezes o emprego da força. Diz-se que um governo tem autoridade quando faz uso legítimo do poder. Essa legitimidade origina-se no consentimento daqueles que são governados. O modelo mais comum de governo legítimo é o democrático, mas existem outras formas legítimas possíveis.
3. Um Estado existe onde haja um mecanismo político governando determinado território, cuja autoridade conta

### Conclusão: Estado-nação, identidade nacional e globalização

Em algumas partes da África, nações e estados-nações ainda não estão completamente formados. Porém, em outras regiões do mundo, alguns autores já falam do “fim do Estado-nação” em virtude da globalização. Segundo o escritor japonês Kenichi Ohmae, em consequência da globalização, vivemos, cada vez mais, em um “mundo sem fronteiras”, no qual a identidade nacional está se enfraquecendo (1995; veja também a p. 67).

Qual a validade desse ponto de vista? Não há dúvidas de que todos os estados estão sendo afetados pelos processos de globalização. É provável que o próprio aumento do número de “nações sem Estado” esteja estreitamente ligado a esses processos. Diante do progresso da globalização, a reação das pessoas normalmente é reavivar as identidades locais, no esforço de alcançar certo grau de segurança em um mundo que passa por rápida transformação. Como resultado da difusão do mercado global, as nações passam a ter menos poder econômico do que costumavam.

Contudo, não seria correto afirmar que estejamos testemunhando o fim do Estado-nação. Em certos aspectos, o contrário é que é verdadeiro. Hoje em dia, cada país é um Estado-nação ou aspira a essa condição – o Estado-nação tornou-se uma forma política universal. Há até bem pouco tempo, ele ainda tinha rivais. Durante a maior parte do século XX, áreas colonizadas e impérios existiram ao lado dos estados-nações. É questionável que o último império tenha desaparecido apenas em 1990 com a queda do comunismo soviético. A União Soviética estava efetivamente no centro de um império que abrangia seus estados-satélites do Leste Europeu. Agora, todos eles tornaram-se nações independentes, assim como muitas regiões localizadas dentro dos limites do que antigamente era a União Soviética. Na verdade, hoje existem bem mais nações soberanas do que há 20 anos.

com o amparo de um sistema legal e da habilidade de utilizar a força para implementar suas políticas. Os estados modernos são estados-nações, caracterizados pela idéia de cidadania – o reconhecimento de que as pessoas possuem direitos e deveres comuns e estão cientes de seu papel no Estado – e pelo nacionalismo, a sensação de pertencer a uma comunidade política unificadora mais ampla.

4. A monarquia é um sistema político no qual o poder é legado a uma única família através de suas gerações. Em uma monarquia constitucional, os poderes da família real são severamente restritos por uma Constituição, que coloca a autoridade nas mãos de representantes eleitos democraticamente.



5. A democracia é um sistema político no qual quem governa é o povo. Na democracia participativa (ou democracia direta), as decisões são tomadas por aqueles que são afetados por elas. Uma democracia liberal é uma democracia representativa na qual todos os cidadãos têm direito ao voto, podendo escolher entre pelo menos dois partidos.
6. Nos estados autoritários, a participação popular é repudiada ou severamente restringida. As necessidades e os interesses do Estado ganham prioridade sobre os dos cidadãos comuns, e não existem mecanismos legais adequados de resistência ao governo ou para remover um líder do poder.
7. Nos últimos anos, o número de países com governos democráticos aumentou rapidamente, devido, em grande parte, aos efeitos da globalização, das comunicações em massa e do capitalismo competitivo. Mas a democracia também tem seus problemas: em todos os lugares, as pessoas começam a perder a confiança na capacidade de os políticos e os governos solucionarem problemas e administrarem economias, havendo uma diminuição da participação política no sistema eleitoral.
8. Um partido político é uma organização voltada para a conquista do controle legítimo do governo por meio de um processo eleitoral. Na maioria dos países do Ocidente, os maiores partidos são aqueles associados a interesses políticos gerais – geralmente alinhados com o socialismo, o liberalismo ou o conservadorismo. Os partidos de extrema direita têm recebido apoio em vários países europeus, sobretudo em função das controvérsias em relação à imigração.
9. Há bem pouco tempo, a política britânica sofreu o impacto do *thatcherismo* – um conjunto de doutrinas associadas a Margaret Thatcher. O *thatcherismo* acredita no desejo de reduzir o papel do Estado e no reinado do empreendimento de livre mercado.
10. O Partido Trabalhista passou por grandes mudanças ao longo dos últimos 25 anos. Sob a liderança de Tony Blair, em particular, o “Novo Trabalhismo” afastou-se das velhas noções socialistas, incluindo a nacionalização e o empreendimento econômico planejado. Após chegar ao poder, em 1997, o Novo Trabalhismo seguiu um caminho de reformas políticas e de modernização que ultrapassa os limites da política tradicional de esquerda e de direita. Esse novo tipo de política de centro-esquerda é normalmente chamado de política da terceira via.
11. A revolução é a derrubada de uma ordem política existente por meio de um movimento de massas, com o uso da violência. Já os movimentos sociais envolvem uma tentativa coletiva de promover interesses comuns através de uma ação colaborativa fora da esfera de instituições estabelecidas. O termo “novos movimentos sociais” é aplicado a um conjunto de movimentos sociais que surgiram nos países ocidentais desde a década de 1960 em resposta aos riscos variáveis que afetam as sociedades humanas. Ao contrário dos movimentos sociais anteriores, os novos movimentos sociais são campanhas de tema único, voltadas para fins não-materiais, e atraem o apoio através das linhas de classe. A tecnologia da informação tornou-se um poderoso instrumento de organização para muitos dos novos movimentos sociais.
12. O nacionalismo refere-se a um conjunto de símbolos e convicções que proporcionam a sensação de pertencer a uma única comunidade política. Surgiu juntamente com o desenvolvimento do Estado moderno. Embora os fundadores da sociologia acreditassem que o nacionalismo iria desaparecer nas sociedades industriais, ele parece estar prosperando neste início do século XXI. O termo “nações sem Estado” refere-se aos casos nos quais um grupo nacional não possui soberania política em relação à área que reivindica.

### Questões para Reflexão

1. Por que a sociologia deveria se interessar pelo estudo da política?
2. Por que é tão comum a união da democracia liberal com o capitalismo?
3. Se as nações ocidentais são tão comprometidas com a democracia, por que será que, em muitos países, um número tão pequeno de eleitores aparecem para votar?
4. O que há de novo no “Novo Trabalhismo”?
5. Como os movimentos sociais aproveitam as instituições sociais e políticas existentes?
6. Com o avanço da globalização, os estados-nações estão perdendo a importância?

---

**Leitura Complementar**

---

**Robert A. Dahl**, *On Democracy* (New Haven: Yale University Press, 1998)

**Patrick Dunleavy e Brendan O'Leary**, *Theories of the State: The Politics of Liberal Democracy* (Basingstoke: Macmillan Education, 1987)

**Elaine Ciulla e Joseph S. Nye, Jr.**, *Democracy.com? Governance in a Networked World* (Hollis, N.H.: Hollis, 1999)

**Walter J. M. Kickert e Richard J. Stillman II** (eds), *The Modern State and its Study: New Administrative Sciences in a*

*Changing Europe and United States* (Northampton, Mass.: Edward Elgar, 2000)

**Steven Lukes**, *Power: A Radical View* (London: Macmillan, 1974)

**Alberto Melucci**, *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society* (London: Hutchinson Radius, 1989)

**Cornelia Navari**, *Internationalism and the State in the Twentieth Century* (New York: Routledge, 2000)

---

**Endereços na Internet**

---

International Institute for Democracy and Electoral Assistance  
<http://www.idea.int/>

Internet Modern History Sourcebook: nationalism  
<http://www.fordham.edu/halsall/mod/modsbook17.html>

Political Studies Association  
[www.sa.ac.uk](http://www.sa.ac.uk)

# 15

## A Mídia e as Comunicações de Massa



<b>Os jornais e a televisão</b>	367	<b>A internet</b>	380
Os jornais	367	As origens da internet	380
A transmissão de programas de televisão	368	O impacto da internet	382
<b>O impacto da televisão</b>	371	<b>A globalização e a mídia</b>	383
TV e violência	371	Música	385
Os sociólogos analisam os noticiários da TV	372	Cinema	385
A televisão e o gênero	373	As "superempresas" de mídia	386
<b>Teorias da mídia</b>	374	<b>O imperialismo da mídia</b>	387
As primeiras teorias	374	A mídia global e a democracia	388
Jürgen Habermas: a esfera pública	374	Resistência e alternativas à mídia global	389
Baudrillard: o mundo da hiper-realidade	375	<b>A questão da regulamentação da mídia</b>	391
John Thompson: a mídia e a sociedade moderna	375	<b>Conclusão</b>	392
<b>A nova tecnologia das comunicações</b>	377	Pontos principais	392
Telefones celulares: a onda do futuro?	379	Questões para reflexão	393
		Leitura complementar	393
		Endereços na internet	393

## 15: A Mídia e as Comunicações de Massa

Vivemos nessa era interligada em que pessoas de todo o planeta participam de uma única ordem informacional — uma situação que é, em grande parte, resultado do alcance internacional das comunicações modernas. Graças à globalização e ao poder da internet, quem estiver em Caracas ou no Cairo conseguirá receber as mesmas músicas populares, notícias, filmes e programas de televisão. Canais de televisão que exibem noticiários 24 horas por dia trazem informações dos fatos assim que eles ocorrem, e transmitem coberturas sobre o desenrolar dos eventos que serão vistas por telespectadores do mundo inteiro. Filmes produzidos em Hollywood ou em Hong Kong chegam a públicos de todo o mundo e celebridades, como as Spice Girls e o Tiger Woods, tornam-se nomes familiares em todos os continentes.

Ao longo de várias décadas, temos testemunhado um processo de convergência na produção, distribuição e no consumo das informações. Se houve um tempo em que meios de comunicação como a imprensa, a televisão e o cinema eram esferas relativamente fechadas, eles agora estão nitidamente entrelaçados. As divisões existentes entre as formas de comunicação não são mais tão impressionantes como o foram no passado: a televisão, o rádio, o jornal e a telefonia estão passando por profundas transformações em função dos avanços na tecnologia e da difusão acelerada da internet. Embora os jornais e demais meios de comunicação continuem tendo o mesmo papel central em nossa vida, a maneira como eles se organizam e distribuem seus serviços está mudando. Os jornais podem ser lidos *on-line*, o uso do telefone celular está explodindo, e a televisão digital e os serviços de transmissão via satélite permitem uma diversidade de escolhas sem precedentes para os telespectadores. Porém, no coração dessa revolução das comunicações, está a internet. Com a expansão de tecnologias como as que possibilitam o reconhecimento da voz, a transmissão em banda larga, o *webcasting* e as conexões a cabo, a internet ameaça acabar com as distinções entre as formas tradicionais da mídia e tornar-se o condutor para distribuição de informações, entretenimento, propaganda e comércio às audiências da mídia.

Neste capítulo, estudaremos as transformações que afetam a mídia e as comunicações de massa como parte da globalização. A **mídia de massa** abrange uma ampla variedade de formas — incluindo a televisão, os jornais, o cinema, as revistas, o rádio, a publicidade, os *video games* e os CDs. O nome mídia de “massa” deve-se ao fato de esse tipo de mídia chegar a audiências de massa — que consistem em volumes enormes de pessoas. Essas formas são, às vezes, denominadas também de *comunicações de massa*.

É comum associarmos a mídia de massa apenas ao entretenimento, enxergando-a, assim, como se estivesse à margem da vida da maioria das pessoas. Entretanto, essa é uma visão par-

cial: as comunicações de massa também estão envolvidas em muitos outros aspectos de nossas atividades sociais. Tipos de mídia como os jornais ou a televisão têm uma ampla influência sobre nossa experiência e sobre a **opinião pública**, não apenas por afetarem nossas atitudes em modos específicos, mas por serem o *meio de acesso* ao conhecimento do qual dependem muitas atividades sociais.

Iniciaremos este estudo da mídia de massa considerando dois de seus formatos mais antigos — os jornais e a televisão. Abordaremos questões como o impacto da televisão e o papel da radiodifusão pública, para então fazermos uma análise de algumas das principais teorias do campo e do papel da mídia na proteção do espaço público. No encerramento do capítulo, exploraremos o surgimento da mídia eletrônica e das telecomunicações, incluindo a internet, e discutiremos a globalização da mídia nas últimas décadas.

### Os jornais e a televisão

#### Os jornais

Os jornais, em seu formato moderno, tiveram origem nos panfletos e nos folhetos informativos impressos que circulavam no século XVIII, ganhando uma tiragem “diária”, lida por milhares ou milhões de leitores, a partir do final do século XIX. O jornal representou um avanço de importância fundamental na história da mídia moderna, pois reuniu vários tipos diferentes de informações em um formato limitado e de fácil reprodução. Em um único pacote, os jornais concentravam informações sobre assuntos da atualidade, entretenimento e bens de consumo.

Os Estados Unidos foram os pioneiros da imprensa diária de baixo custo. O diário de um centavo estabeleceu-se originalmente em Nova York, sendo então copiado em outras grandes cidades do leste. Até o início do século XX, os jornais citadinos ou regionais cobriam a maioria dos estados norte-americanos (diferentemente do que ocorreu com os pequenos países europeus, os jornais de circulação nacional não progrediram). A invenção de um papel barato para a impressão de jornais foi a chave da difusão de massa desse veículo de comunicação a partir do final do século XIX.

Os dois primeiros exemplos de jornais de prestígio da virada do século foram o *New York Times* e o *The Times*, de Londres. A maioria dos jornais influentes nos outros países os tomou como modelos. Os jornais do segmento mais importante do mercado assumiram um destaque de grande força política que continuam a exercer até hoje.

Durante meio século, ou mais, os jornais representaram a principal maneira de transmitir informações com rapidez e abrangência a um público de massa. Com o avanço do rádio,

do cinema e — muito mais importante — da televisão, sua influência diminuiu. Seu número de leitores, na Grã-Bretanha, sugere que, desde o início da década de 1980, houve uma queda na proporção de pessoas que lêem um jornal diário de circulação nacional. Entre os homens, essa proporção caiu de 76%, em 1981, para 60%, em 1998-1999. Os níveis de leitores são, de certa forma, mais baixos entre as mulheres, mas a queda nesse grupo também foi semelhante — de 68% para 51% (HMSO, 2000).

É bem provável que a comunicação eletrônica venha a abocanhar uma parcela ainda maior da circulação dos jornais: as notícias agora estão quase que instantaneamente disponíveis *on-line*, sendo constantemente atualizadas ao longo do dia. Também é possível acessar e ler *on-line* vários jornais sem pagar nada.

### A transmissão de programas de televisão

Ao lado do progresso da internet, a influência crescente da televisão é, provavelmente, o maior avanço da mídia nos últimos 40 anos. A julgar pelas tendências atuais de permanência diante da TV, uma criança que nasce hoje terá dedicado, até os 18 anos, mais tempo a ver TV do que a qualquer outra atividade, exceto dormir. Hoje em dia, praticamente todos os lares possuem um aparelho de TV. No RU, a média de tempo em que os aparelhos de TV ficam ligados é de cinco a seis horas por dia; um período semelhante ao verificado nos demais países europeus ocidentais e nos Estados Unidos. No Reino Unido, a partir dos 4 anos de idade, os indivíduos passam uma média de 25 horas por semana vendo televisão! Os mais velhos dedicam a essa atividade o dobro do tempo dispendido pelas crianças que têm entre 4 e 15 anos de idade, e as mulheres, um pouco mais do que os homens (veja a Figura 15.1).

O número de canais de televisão disponíveis aos telespectadores britânicos vem crescendo em função dos avanços na tecnologia de satélites e de cabos. Em 1998, cerca de 13% dos lares britânicos tinham uma assinatura de TV por satélite, enquanto 9% assinavam a TV a cabo (HMSO, 2000). Em 1998, a televisão digital tornou-se disponível comercialmente no RU.

### Rádiodifusão pública

Na maioria dos países, o Estado envolve-se diretamente na administração da transmissão de programas de TV. Na Grã-Bretanha, a *British Broadcasting Corporation*, a primeira a produzir programas de televisão, é uma organização pública, financiada pelas taxas de licença pagas por cada família que possui um aparelho em casa. Por alguns anos, a BBC foi a única organização na Grã-Bretanha com permissão para transmitir tanto os programas de rádio quanto os de televisão, mas, hoje em dia, além dos dois canais de TV da BBC, o BBC 1 e o 2, existem três canais de TV comerciais terrestres (o ITV, o *Channel 4* e o *Channel 5*). A frequência e a duração das propagandas é con-

trolada por lei — o tempo máximo é de 6 minutos por hora. Esses regulamentos também se aplicam aos canais por satélite, amplamente disponibilizados aos assinantes na década de 1980.

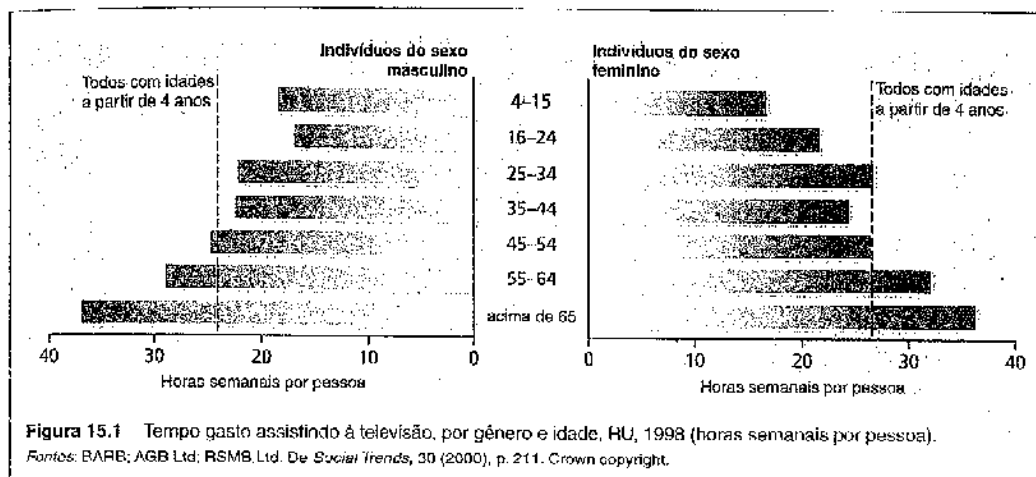
Nos Estados Unidos, as três principais organizações de TV são redes comerciais de comunicações — a *American Broadcasting Company* (ABC), a *Columbia Broadcasting System* (CBS) e a *National Broadcasting Company* (NBC). Por lei, as redes de comunicações não podem ter mais do que cinco estações licenciadas, que, no caso dessas três organizações, localizam-se nas maiores cidades norte-americanas. Juntas, as “três grandes” chegam a mais de um quarto dos lares através de suas próprias estações. A cada rede de comunicações estão ligadas também umas 200 estações filiadas, compreendendo 90% das cerca de 700 estações de TV do país. A renda dessas redes depende da venda de espaço publicitário. A *National Association of Broadcasters* (Associação Nacional dos Radiodifusores), um grupo privado, formula diretrizes para a definição da proporção do tempo de exibição por hora a ser dedicado à propaganda: 9,5 minutos por hora durante o “horário nobre”, e 16 minutos por hora nos demais períodos. As empresas de televisão utilizam estatísticas colhidas regularmente (índices de audiência) que indicam quantas pessoas assistem a programas específicos para determinar o valor das taxas publicitárias. Esses índices, é claro, também exercem uma forte influência nas decisões que envolvem a escolha dos programas que devem continuar a ser exibidos.

O poder das grandes redes de comunicações sofreu uma redução com o advento da TV a cabo e via satélite. Em muitos países europeus (entre eles o RU) e nas principais cidades norte-americanas, pagando uma taxa de assinatura, o telespectador tem direito a escolher entre uma multiplicidade de canais e programas. Nessas circunstâncias, ainda mais com a influência dos vídeos, cresce o número de pessoas que fazem a própria “programação”, montando horários pessoais de exibição ao invés de dependerem daqueles preestabelecidos pela rede.

Os sistemas por satélite e cabo estão alterando a natureza da televisão em praticamente todos os lugares. Uma vez que eles começaram a invadir os domínios dos canais ortodoxos terrestres de televisão, ficará ainda mais difícil para os governos controlarem o conteúdo da TV, como costumavam fazer no passado. Como vimos, o alcance da mídia ocidental parece ter influenciado as circunstâncias que produziram as revoluções de 1989 no Leste Europeu (veja o Capítulo 14 “Governo e Política”, p. 342).

### O futuro da BBC

A situação da BBC — assim como a dos radiodifusores públicos da maioria dos países — está tensa e tem sido o tema de muita controvérsia. O futuro da BBC tornou-se problemático devido à proliferação das novas formas de tecnologia da mídia. Novos canais estão sempre aparecendo. Com o desenvolvimento da tecnologia digital, há literalmente centenas de canais a cabo e via satélite sendo disponibilizados. O sistema *pay-per view*, a



televisão por assinatura e a “TV interativa” ameaçam enfraquecer o contingente de telespectadores da BBC. Em 1995, o percentual de audiência da BBC esteve um pouco acima dos 40%, sendo acompanhada por apenas 33% das pessoas que possuem televisão a cabo ou por satélite – e muitos passaram a questionar por que teriam de pagar a taxa de licença.

Há quem sugira que a BBC devesse ser privatizada. Em outras palavras, deveria extrair sua receita da publicidade, assim como os outros canais o fazem, e acabar com a taxa de licença. Até o momento, existem resistências contra a idéia de uma privatização total: muitas pessoas acreditam que é importante que a BBC permaneça no domínio público. No entanto, medidas têm sido tomadas no sentido de comercializar parte das atividades internacionais da BBC, a fim de ampliar os fundos destinados aos seus serviços públicos domésticos. A BBC é uma das “marcas” mais conhecidas e respeitadas no mundo. Nos últimos anos, ela vem tentando tirar partido dessa vantagem, ingressando em empreendimentos conjuntos para a criação de novos canais de televisão voltados aos mercados globais (Herman e McChesney, 1997). Como observam alguns comentaristas, os efeitos da desregulamentação em seu ambiente de operação e das pressões financeiras transformaram a BBC em um sistema comercial que preserva parte daquele seu elemento original de serviço público.

O futuro da BBC é incerto. Por um lado, o sistema de taxas de licença não conseguirá suportar uma queda ainda maior da audiência da emissora, pois haverá um movimento de resistência popular em relação a aumentos de valor. Nos próximos anos, a renda proveniente das taxas de licença será insuficiente para atender às despesas cada vez maiores de produção e de aquisição dos direitos de uma programação de alta qualidade. A renda publicitária ganhará cada vez mais importância no financiamento de programas (Currie e Siner, 1999). Por outro lado, o valor do serviço público prestado pela BBC não deveria ser subestimado. Com a desregulamentação do setor de televisão, o papel da BBC assume uma importância nunca vista, es-

pecialmente na hora de manter um alto padrão de qualidade na programação e – agora que as pessoas com mais de 75 anos têm direito à isenção da taxa de licença para a TV – atingir as parcelas socialmente excluídas da população. Como comentou o Diretor de Política e Planejamento da BBC:

Existem fortes temores de que o aumento da quantidade significará uma falta de qualidade, de que a concorrência promoverá uma fragmentação das audiências e dos investimentos através de múltiplos pontos-de-venda, que levarão a valores de tablete e a uma nação que ficará dividida entre aqueles que adotam os novos serviços e aqueles que, ou não podem, ou preferem não arcar com seus custos. O desafio da política pública é resgatar o que houver de melhor nesses dois mundos: impulsionar o crescimento e manter a qualidade (Currie e Siner, 1999).

### A televisão em nível global

Nos últimos 20 anos, mudanças importantes vêm ocorrendo tanto na tecnologia quanto na política, fazendo com que a programação de TV abranja um nível mais global. Muitas regiões do mundo onde os sistemas de transmissão de programas de televisão e o número de aparelhos de TV sempre foram limitados – como no Leste Europeu, na antiga União Soviética e em partes da Ásia e da África – sofreram uma enorme expansão em suas capacidades de transmissão. O volume crescente de canais de televisão e o aumento da popularidade desse aparelho incentivaram a demanda de uma programação mais extensa – uma demanda que geralmente não consegue ser suprida pelos recursos domésticos de produção, exigindo a importação de programas de televisão. À medida que os governos liberalizaram as regulamentações relativas à transmissão de programas de televisão, as empresas de mídia estrangeiras passaram a se inscrever em mercados antes fechados (veja o quadro p. 370). Esse fato, aliado aos avanços na tecnologia de satélites e de cabos, facilitou em muito

## Televisão e globalização: o caso da Índia

Os efeitos da globalização da mídia podem ser percebidos claramente no caso da Índia, onde, na última década, houve um crescimento exponencial na transmissão de programas de TV. Em 1991, a Índia possuía um canal de TV controlado pelo Estado, mas, até 1998, já contava com quase 70 canais – incluindo a maior rede de televisão asiática do mundo, a Zee TV.

Nos últimos anos, o panorama da mídia tem apresentado mudanças profundas na Índia, país cuja enorme classe média (composta por 250 milhões de pessoas) de falantes de inglês o transforma em um dos mercados mundiais da mídia em que se verifica um crescimento mais acelerado (Thussu, 1999). Atualmente, a Índia é vista por muitas empresas internacionais do setor como um mercado vibrante, já que o volume imenso da população e a diversidade de culturas e de línguas traduzem-se em uma ampla demanda de muitos tipos de programa e canal.

Enquanto era um Estado pós-colonial com altos índices de analfabetismo e uma frágil senso de identidade, a Índia foi dominada pela radiodifusora nacional *Doordarshan*. Para o governo indiano, a *Doordarshan* representava um meio de construir a unidade nacional, promover certos objetivos de “desenvolvimento” entre a população e educar os cidadãos coletivamente. Apesar da histórica liberdade

da mídia impressa na Índia, a *Doordarshan* era submetida a uma censura e a um controle rigorosos. Um dos momentos decisivos da radiodifusão indiana ocorreu durante a liderança de Indira Gandhi (1967-1978 e 1980-1984), que considerava a televisão um instrumento crucial para promover as idéias de construção da nação entre o povo. Ela supervisionou a expansão no número de estações emissoras de televisão, além de introduzir aparelhos de TV em cores no país.

Em 1991, o governo indiano liberalizou o setor da mídia, abrindo a porta para que corporações estrangeiras dessa área transmitissem uma programação dentro de um sistema anteriormente fechado. A radiodifusão via satélite – como a que é realizada pela *STAR TV* de Hong Kong e pela *CNN* dos Estados Unidos – ganhou bastante popularidade entre a elite culta urbana, induzindo a um rápido crescimento das conexões a cabo e das antenas de satélite. Ainda que no início da década de 1990 esses modos de exibição estivessem restritos a uma pequena minoria rica, os anunciantes interessaram-se por essa minoria, enxergando na transmissão de programas de televisão na Índia um caminho excelente para promover seus produtos.

Até o ano de 1998, todos os principais canais mundiais de TV a cabo – incluindo a *BBC*, a *CNN*, o *Discovery*, a



STAR, a MTV e a CNBC estavam transmitindo seus programas na Índia ao lado de empresas indianas. Embora essas empresas de mídia transmitissem um material cujo conteúdo era praticamente todo estrangeiro, elas muitas vezes "situavam" os programas acrescentando legendas em hindi, ou colocando no ar programas que tratassem de tópicos de interesse específico para o país.

A *Zee TV* foi o maior e mais bem-sucedido canal da TV indiana a surgir ao lado da *Doordarshan*. Lançado em 1992, o primeiro canal de TV privado da Índia em língua hindi conseguiu superar a *Doordarshan*, até 1996, com seus 37% de audiência, contra 28% da estatal (Herman e McChesney, 1997). A popularidade da *Zee TV* parece estar relacionada a uma combinação de fatores, entre eles, uma programação inovadora que é novidade para os telespectadores indianos, além do amplo uso do "hínglês" (uma mistura do hindi com o inglês que caiu na preferência dos jovens urbanos). A programação da *Zee TV* demonstrou o sucesso de remodelar produtos globais com temas locais: os telespectadores indianos não estavam familiarizados com programas de entrevistas e *game shows*, mas a *Zee TV* conseguiu adaptar com sucesso os formatos dessas atrações ocidentais para um público especificamente indiano (Thussu, 1999).

À medida que as forças globais firmaram-se na área de transmissão de programas de TV na Índia, a *Doordarshan* se viu obrigada a reagir à concorrência ampliando a própria

oferta. A exemplo da mudança que ocorreu em muitos países, a missão da *Doordarshan*, de comprometimento com a prestação de um serviço público, foi gradualmente substituída por políticas voltadas para o lucro e o mercado. Além de oferecer um conteúdo educacional, a *Doordarshan* começou a incluir programas de entretenimento em sua programação para reforçar seus índices de audiência. Essa mudança em direção à privatização da mídia na Índia – a maior democracia do mundo – foi criticada por muitos observadores que afirmam que a TV indiana está se transformando em uma corporação e seu controle está sendo assumido pelas gigantes da mídia ocidental. Essa discussão chega a alegar que, quando o jornalismo, a produção de notícias e o conteúdo da TV são impulsionados por interesses de mercado, cai a qualidade do conteúdo e a programação passa a ser dominada pelas necessidades e pelas visões dos anunciantes (Thussu, 1999).

Outros afirmam que a globalização da mídia na Índia foi importante para quebrar o controle do Estado na área da transmissão de programas de TV e para expandir a esfera pública. A *Zee TV*, por exemplo, dedica uma atenção bem maior às opiniões dos políticos da oposição do que a *Doordarshan*, forçando esta última a liberalizar sua cobertura política (Herman e McChesney, 1997). Nesse aspecto, o aparecimento de novos radiodifusores comerciais serviu para ampliar e revitalizar a esfera pública indiana.

a transmissão dos programas de televisão, que assim puderam ultrapassar as fronteiras dos estados-nações.

## O impacto da televisão

Um volume imenso de pesquisa tem sido produzido para tentar avaliar os efeitos dos programas de televisão. A maioria desses estudos diz respeito às crianças – o que é bastante compreensível, pela quantidade de tempo que elas passam em frente ao aparelho e pelas possíveis implicações desse comportamento para a socialização. Dois dos tópicos mais pesquisados são o impacto da televisão no âmbito do crime e da violência e a natureza das notícias exibidas na televisão.

### TV e violência

A incidência da violência nos programas de televisão está bem-documentada. Os estudos mais abrangentes foram realizados por Gerbner e seus colaboradores, e trazem uma análise de amostras da programação exibida em horário nobre e dos programas diurnos dos fins de semana de todas as grandes redes de comunicações norte-americanas em todos os anos a partir de 1967. O número e a frequência de atos vio-

lentos e episódios de violência foram demonstrados graficamente em uma variedade de tipos de programas. Na pesquisa, a violência é definida como a ameaça ou o uso efetivo de força física, que o indivíduo dirige contra si mesmo, ou contra outras pessoas, envolvendo um dano físico ou a morte. A dramaturgia na TV despontou com um caráter altamente violento: em média, 80% desses programas continham violência, com um índice de 7,5 episódios violentos por hora. Os programas infantis mostraram níveis ainda maiores de violência, embora geralmente retratassem menos casos de assassinatos. De todos os tipos de programas de televisão, os desenhos animados foram os que contiveram o maior número de atos e episódios violentos (Gerbner et al., 1979, 1980; Gunter, 1985).

Em que aspectos, se houver algum, a representação da violência influencia os telespectadores? F.S. Anderson reuniu as descobertas de 67 estudos realizados ao longo de 20 anos (de 1956 a 1976) que investigaram a influência da violência apresentada na TV sobre a tendência de agressividade entre as crianças. Cerca de três quartos dos estudos alegaram ter encontrado alguma associação. Em 20% dos casos, não houve resultados claros, ao passo que em 3% das pesquisas, os investigadores concluíram que presenciar a violência na televisão na verdade diminui o nível de agressividade (F.S. Anderson, 1977; Liebert et al., 1982).



O estudos examinados por Anderson, entretanto, são bastante divergentes em relação aos métodos empregados, à intensidade da associação supostamente revelada, e à definição do "comportamento agressivo". Nas histórias criminais que retratam a violência (e em muitos desenhos animados infantis) existem temas subjacentes de justiça e de retribuição. Nessas histórias, a proporção de canalhas que são levados aos tribunais é bem maior do que acontece na vida real com as investigações policiais; e, nos desenhos animados, os personagens maus ou ameaçadores normalmente tendem a ter "o que merecem". Logo, altos níveis de representação da violência não necessariamente geram padrões diretamente imitativos entre os indivíduos que assistem a ela, que talvez sejam mais influenciados pelos temas morais subjacentes. De modo geral, a pesquisa referente aos efeitos da televisão sobre as audiências tende a tratar os telespectadores – crianças e adultos – como pessoas que reagem de maneira passiva e sem discernimento ao que vêem.

Robert Hodge e David Tripp (1986) enfatizam a idéia de que as reações das crianças à televisão envolvem uma interpretação ou *leitura* do que vêem, e não apenas um registro do conteúdo dos programas. Eles sugerem que a maior parte da pesquisa não considerou a complexidade dos processos mentais infantis. Assistir à TV, mesmo aos programas triviais, não é uma atividade inerente a um baixo nível de desempenho intelectual; as crianças "lêem" os programas ao relacioná-los a outros sistemas de significado presentes em sua vida cotidiana. Por exemplo, até mesmo as crianças bem pequenas reconhecem que a violência mostrada na mídia "não é real". De acordo com Hodge e Tripp, não é exatamente a violência exibida em programas de televisão que produz efeitos sobre o comportamento, mas, sim, o esquema geral de atitudes dentro do qual essa violência é apresentada e "lida".

### Os sociólogos analisam os noticiários da TV

Os estudos sociológicos sobre a televisão têm dedicado uma enorme atenção aos noticiários. Uma fatia considerável da população não lê jornais; assim, os noticiários da TV representam uma fonte essencial de informações sobre o que acontece no mundo. Algumas das pesquisas mais conhecidas – e controversas – relacionadas aos noticiários da televisão foram executadas pelo *Glasgow Media Group* (Grupo de Mídia de Glasgow) da Universidade de Glasgow. O grupo publicou uma série de obras críticas sobre a apresentação das notícias: *Bad News*, *More Bad News*, *Really Bad News* e *War and Peace News*. Em cada um desses livros, os autores seguiram estratégias de pesquisa semelhantes, apesar de alterarem o foco de suas investigações.

O primeiro e mais influente livro do grupo, *Bad News* (Glasgow Media Group, 1976), baseou-se em uma análise das transmissões de noticiários de TV em todos os três canais do RU (na época, o *Channel 4* não existia) entre os meses de janeiro e junho de 1975. O objetivo era oferecer uma análise sis-

temática e imparcial do conteúdo das notícias e do modo como elas eram apresentadas. *Bad News* concentrou-se em retratar as disputas industriais. Os livros seguintes concentraram-se mais na cobertura política e na Guerra das Malvinas.

*Bad News* conclui que as notícias sobre as relações industriais foram sempre apresentadas de maneira seletiva e tendenciosa. Termos como "desordem", "radical" e "greve inútil" sugeriram visões anti-sindicalistas. Os efeitos das greves, provocando transtornos para o público, foram bem mais relatados do que suas causas. As imagens utilizadas faziam muitas vezes com que as atividades dos manifestantes parecessem irracionais e agressivas. Por exemplo, um filme exibindo grevistas que detinham a entrada de pessoas na fábrica focava qualquer confronto que ocorresse, mesmo que essas situações fossem raras.

O livro também chamou atenção para o fato de que aqueles que constroem as notícias agem como "porteiros" do que entra na agenda – em outras palavras, de tudo que o público ouve. Greves em que tenham ocorrido situações de confronto ativo entre os empregados e a gerência, por exemplo, acabam sendo amplamente divulgadas; já as disputas industriais de maiores conseqüências e de longa duração podem ser praticamente ignoradas. As opiniões dos jornalistas dos noticiários, sugere o *Glasgow Media Group*, refletem a visão dos grupos dominantes da sociedade, que inevitavelmente vêem os grevistas como indivíduos perigosos e irresponsáveis.

### Reações críticas

As obras do *Glasgow Media Group* foram muito discutidas nos círculos da mídia, assim como na comunidade acadêmica. Alguns produtores de noticiários acusaram os pesquisadores de simplesmente estarem sendo parciais, colocando-se ao lado dos grevistas. Eles ressaltaram que, embora o *Bad News* contivesse um capítulo sobre "Os sindicatos trabalhistas e a mídia", não havia nenhum capítulo sobre "A gerência e a mídia" – um fato que deveria ter sido discutido, argumentam os críticos da mídia, já que muitas vezes os jornalistas de noticiários são acusados pelos componentes da gerência de serem tendenciosos em relação a estes, e não aos grevistas.

Os críticos acadêmicos abordam pontos semelhantes. Martin Harrison (1985) teve acesso às transcrições dos noticiários do *Independent Television News* durante o período de abrangência do estudo original. Com base nesse material, ele afirmou que os cinco meses analisados no estudo não foram representativos. Durante esse período, houve um número anormal de dias perdidos em função da ação industrial. Seria impossível para os noticiários fazer um registro completo, logo, a tendência de focar os episódios mais interessantes era compreensível.

Na opinião de Harrison, foi um erro do *Glasgow Media Group* afirmar que os noticiários estiveram muito concentrados nos efeitos das greves. Afinal, normalmente há bem mais pessoas afetadas pelas greves do que participando delas. Às vezes, as ações de um pequeno número de pessoas causam um trans-

torno à vida de milhões de pessoas. Por fim, segundo a análise de Harrison, algumas das declarações do *Media Group* eram simplesmente falsas. Por exemplo, contrariando o que foi afirmado pelo grupo, as notícias normalmente citavam os sindicatos envolvidos nas disputas e informavam se as greves eram oficiais ou não-oficiais.

Em resposta a essa crítica, os membros do grupo observaram que parte da pesquisa de Harrison havia sido patrocinada pelo ITN, o que possivelmente comprometia sua imparcialidade acadêmica. Os transcritos escritos por Harrison não estavam completos, e alguns trechos incluídos, na verdade, nem haviam sido transmitidos pelo ITN.

Desde então, os membros do *Glasgow Media Group* vêm realizando uma série de pesquisas adicionais. Em um artigo intitulado "*Seeing is believing*" (Ver é acreditar), um de seus membros, Greg Philo (1991) registrou uma pesquisa sobre o que as pessoas guardam na memória em relação aos eventos passados. Em termos específicos, ele perguntou qual a lembrança que ficou da greve dos mineradores de 1984-1985, um confronto prolongado, de larga escala, entre o sindicato dos mineradores, liderado por Arthur Scargill, e o governo Conservador de Margaret Thatcher.

Philo mostrou fotografias da greve para diferentes grupos de pessoas, pedindo que estas redigissem notícias sobre as fotos como se fossem jornalistas. Ele também perguntou o que elas lembravam a respeito da greve, e se, por exemplo, esta havia sido essencialmente pacífica ou não. Ele constatou uma enorme semelhança entre as histórias escritas e os itens originais exibidos na TV na ocasião da greve; muitas das frases eram as mesmas.

Mais da metade das pessoas acreditava que o piquete ocorrido durante a greve fora essencialmente violento (quando, na verdade, as cenas de violência foram raras). Philo (1991, p. 177) concluiu que "pode ser muito difícil criticar um relato da mídia dominante quando existe pouco acesso a fontes alternativas de informações. Nessas circunstâncias, não deveríamos subestimar o poder da mídia".

Em *Getting the Message*, o *Glasgow Media Group* reuniu pesquisas recentes sobre noticiários. O editor do volume, John Eldridge, ressalta que o debate provocado pela obra original do grupo ainda continua (1993). Definir o que seria considerado objetividade em um noticiário é uma tarefa que será sempre difícil. Em contrapartida àqueles que dizem que a noção de objetividade não faz sentido (veja "Baudrillard: o mundo da hiper-realidade", na p. 375), Eldridge afirma que é importante continuar tendo um olhar crítico para os produtos da mídia. A precisão nos noticiários pode e deve ser estudada. Afinal, quando ouvimos os resultados das partidas de futebol, esperamos que sejam precisos. Um exemplo simples como esse, defende Eldridge, serve para nos lembrar de que questões relacionadas à verdade estão sempre presentes nos noticiários.

Porém, o ponto é que as notícias nunca são apenas uma "descrição" do que "de fato ocorreu" em determinado dia ou em determinada semana. As "notícias" são uma construção

complexa que exerce uma influência regular sobre o seu conteúdo. Por exemplo, quando um político aparece em um noticiário e faz um comentário sobre uma questão controversa – digamos, o estado da economia e o que pode ser feito a esse respeito – o próprio comentário passa a ser uma "notícia" nos programas seguintes.

## A televisão e o gênero

A televisão de hoje funciona em um fluxo constante. A publicidade pode até fragmentar os programas, mas não existem lacunas. Se, por um momento, a tela deixar de exibir imagens, a companhia de televisão sempre se sentirá na obrigação de pedir desculpas. Tanto os produtores quanto os telespectadores presumem que a televisão seja ininterrupta e, de fato, agora há muitos canais que nunca saem do ar.

A televisão é um fluxo, mas sua programação é uma confusão. A relação de programas de uma única noite, por exemplo, geralmente contará com um conjunto completo de programas bem diferentes, um após o outro. Vale a pena empregarmos a idéia do gênero para entendermos a natureza aparentemente caótica da programação de TV (Abercrombie, 1996). O gênero refere-se à maneira como os produtores de programas e os telespectadores entendem "o que" está sendo visto, refere-se a como os programas são categorizados em função desses grupos – por exemplo: notícias, novelas, *game shows*, musicais ou suspense. Cada gênero possui suas regras e convenções que os distinguem dos demais.

Essas regras são, até certo ponto, relacionadas ao conteúdo. Por exemplo, as novelas ocorrem em um cenário doméstico, os filmes de faroeste aproveitam o tema da América do século XIX. Também envolvem personagens e contextos. Para as novelas, os personagens (talvez famílias em um ambiente doméstico) sejam as figuras centrais, mas é provável que estas fiquem subordinadas à trama no caso dos *thrillers*. Os gêneros também geram diferentes expectativas: o suspense e o mistério são um elemento necessário dos contos policiais, mas não é comum fazerem parte das novelas.

De modo geral, os produtores de TV sabem o que esperam os telespectadores e trabalham dentro desses limites. Agindo dessa forma, eles conseguem definir rotinas no que fazem. Equipes de produção envolvendo atores, diretores e escritores que se especializam em determinado gênero podem ser montadas; objetos de cena, cenários e figurinos podem ser reutilizados várias vezes. A audiência torna-se fiel à medida que as pessoas se acostumam a acompanhar regularmente programas de determinado gênero.

## Novela

Este gênero, criado pelo rádio e pela televisão, é o tipo de programação mais popular, hoje em dia, da TV. Das atrações semanais da TV com maiores índices de audiência na Grã-Bretanha, quase todas são novelas – *EastEnders*, *Coronation*

*Street* e muitas outras. As novelas, ao menos as reproduzidas na TV britânica, classificam-se em vários tipos diferentes, ou subgêneros. Novelas produzidas no RU, como *Coronation Street*, tendem a fazer uma exposição da realidade, referindo-se, muitas vezes, à vida dos mais pobres. Em segundo lugar, estão as novelas importadas dos Estados Unidos, das quais muitas, como *Dallas* ou *Dynasty* (década de 1980), retratam indivíduos que têm uma vida mais glamourosa. Uma terceira categoria é formada pelas importações australianas, como *Neighbours*. Estas geralmente são produções de baixo orçamento, que retratam lares e estilos de vida da classe média.

De modo geral, as novelas são como a televisão: ininteruptas. Histórias individuais podem chegar ao final, e diferentes personagens podem aparecer e desaparecer, mas a novela em si não acabará até que seja totalmente retirada do ar. Cria-se uma tensão entre os episódios através dos chamados "ganchos". O episódio termina repentinamente um pouco antes de algo muito importante acontecer – o telespectador precisa esperar o próximo episódio para ver como tudo vai se desenrolar.

Um componente básico do gênero novela é a necessidade de um público que o acompanha regularmente. Individualmente, os episódios não fazem muito sentido. As novelas presumem uma história, que o telespectador regular conhece – ele familiariza-se com os personagens, suas personalidades e suas experiências de vida. Os fios que se tramam na criação dessa história são, sobretudo, pessoais e emocionais – na maioria das vezes, as novelas não consideram estruturas sociais ou econômicas mais amplas, que as afetam apenas externamente.

Os sociólogos apresentam visões divergentes sobre as razões da popularidade das novelas – um fenômeno que ocorre no mundo inteiro, não apenas na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, como também na África, na Ásia e na América Latina. Alguns acreditam que as novelas representem um meio de fuga, particularmente nos lugares em que as mulheres (que constituem um público mais numeroso do que o masculino) consideram a vida que levam monótona e sufocante. Porém, essa é uma visão não muito convincente, já que muitas novelas retratam pessoas cuja vida é tão problemática quanto a de alguns telespectadores. O mais plausível é a idéia de que as novelas lidam com os domínios universais da vida pessoal e emocional. Exploram dilemas que todos podem enfrentar e talvez cheguem até a ajudar alguns telespectadores a pensarem de maneira mais criativa a respeito das próprias vidas.

Como devemos avaliar as grandes implicações da mídia? Essa é uma das principais preocupações daqueles que desenvolveram interpretações teóricas sobre o papel da mídia no estabelecimento dos contornos do desenvolvimento e da organização sociais; e é para essas teorias que nós nos voltaremos agora.

## Teorias da mídia

### As primeiras teorias

A **comunicação** – transferência de informações de um indivíduo ou grupo para outro, seja através da fala ou por meio da mídia de massa dos tempos modernos – é crucial em qualquer sociedade. Dois nomes influentes na teoria dos meios de comunicação foram os autores canadenses Harold Innis e Marshall McLuhan. Innis (1950, 1951) afirmou que o caráter da mídia de uma sociedade exerce uma forte influência sobre a organização dessa sociedade. Ele cita os hieróglifos em pedra – inscrições gravadas em pedra – encontrados em algumas civilizações antigas. Essas obras têm uma longa duração, mas não podem ser transportadas facilmente; são um meio precário de manter contato com lugares distantes. Assim, sociedades que dependam dessa forma de comunicação não conseguem se expandir.

McLuhan (1964) desenvolveu algumas das idéias de Innis, aplicando-as particularmente à mídia das sociedades industrializadas modernas. Para McLuhan, "o meio é a mensagem", o que equivale a dizer que, a natureza da mídia encontrada em uma sociedade exerce uma influência bem maior sobre sua estrutura do que o seu conteúdo, ou as mensagens, que a mídia transmite. A televisão, por exemplo, é um meio bem diferente do livro impresso: é eletrônica, visual e composta por imagens mutáveis. O cotidiano é vivido de maneiras diferentes em uma sociedade na qual a televisão desempenha um papel fundamental, em comparação com outra que conte apenas com os meios impressos. Dessa maneira, os noticiários de TV transmitem informações globais instantaneamente a milhões de pessoas. A mídia eletrônica, de acordo com McLuhan, está criando uma **aldeia global** – pessoas espalhadas pelo mundo inteiro assistem ao desenrolar dos principais eventos e por isso participam juntas desses acontecimentos. Em vários países, milhões de pessoas acompanharam, por exemplo, a intriga envolvendo o presidente norte-americano Bill Clinton e a ex-estagiária da Casa Branca, Monica Lewinsky. Após um ano cheio de revelações, acusações e de uma cobertura implacável da mídia, o escândalo finalmente cessou depois do fracasso de uma proposta de *impeachment* contra o presidente. Telespectadores do mundo inteiro haviam participado de um dos mais dramáticos e influentes episódios da política e da mídia da recente era moderna.

### Jürgen Habermas: a esfera pública

O filósofo alemão e sociólogo Jürgen Habermas é um nome associado à Escola de Frankfurt do pensamento social. A Escola de Frankfurt foi um grupo de autores inspirados pela obra de Marx, mas que, no entanto, acreditavam que as opiniões dele precisavam passar por uma revisão radical que as atualizasse. Entre outras coisas, eles acreditavam que Marx não havia dado atenção suficiente à influência da cultura na sociedade capitalista moderna.

A Escola de Frankfurt realizou um estudo abrangente do que ela denominava "indústria da cultura", ou seja, as indústrias de entretenimento relacionadas ao cinema, à TV, à música popular, ao rádio, nos jornais e às revistas. Afirmavam que a difusão da indústria da cultura, com seus produtos complacentes e padronizados, enfraquece a capacidade de os indivíduos desenvolverem um pensamento crítico e independente. A arte desaparece, inundada pela comercialização – *Mozart's Greatest Hits* (os maiores sucessos de Mozart).

Habermas discute alguns desses temas, porém os desenvolve de um modo diferente. Ele analisa o avanço da mídia desde o início do século XVIII até os dias de hoje, traçando o surgimento – e a queda subsequente – da "esfera pública" (1989). A **esfera pública** é uma arena de debates públicos na qual é possível discutir temas de interesse geral e formar opiniões.

A esfera pública, segundo Habermas, desenvolveu-se primeiro nos salões e nos cafés de Londres, Paris e de outras cidades europeias. As pessoas costumavam se reunir para discutir as questões do momento, e os assuntos debatidos geralmente provinham dos folhetos de notícias e dos jornais que recém começavam a aparecer. O debate político tornou-se uma questão de especial importância. Habermas defende que os salões foram vitais na primeira fase da evolução da democracia, mesmo contando com a participação de um número apenas restrito da população, pois introduziram a ideia da resolução de problemas políticos através da discussão pública. A esfera pública – ao menos em princípio – envolve a reunião de indivíduos em situação de igualdade em um fórum para debate público.

Entretanto, a promessa assumida nessa primeira fase da evolução da esfera pública, conclui Habermas, não se concretizou totalmente. O debate democrático nas sociedades modernas está sufocado pelo avanço da indústria da cultura. A difusão da mídia de massa e do entretenimento de massa basicamente transforma a esfera pública em uma fraude. A política é encenada no parlamento e na mídia, enquanto os interesses comerciais triunfam sobre os interesses do público. A "opinião pública" não é formada por meio de uma discussão racional, aberta, mas através da manipulação e do controle – como no caso da publicidade.

### Baudrillard: o mundo da hiper-realidade

Um dos teóricos da mídia mais influentes da atualidade é o autor pós-modernista francês Jean Baudrillard, cujo trabalho demonstra uma forte influência das ideias de Innis e McLuhan. Baudrillard considera que a mídia de massa moderna produz um impacto bastante diferente, e também muito mais profundo, do que o de qualquer outra tecnologia. O advento da mídia de massa, particularmente da mídia eletrônica, como a televisão, transformou a própria natureza de nossas vidas. A TV não apenas "representa" o mundo para nós, mas, na verdade, serve, cada vez mais, para definir como é este mundo em que vivemos.

Como exemplo, consideremos o julgamento de O.J. Simpson, um célebre caso de tribunal que se desenrolou em Los Angeles entre os anos de 1994 e 1995. Simpson tornou-se famoso originalmente como astro do futebol norte-americano e, mais tarde, ficou conhecido no mundo inteiro em função de aparecer em diversos filmes populares, incluindo a série *Naked Gun*. Ele foi acusado do assassinato de sua esposa, Nicole, sendo absolvido após um longo julgamento, que foi televisionado ao vivo e acompanhado em muitos países, entre eles a Grã-Bretanha. Nos Estados Unidos, seis canais de televisão fizeram uma cobertura contínua desse julgamento.

O julgamento não ocorreu apenas na sala do tribunal. Foi um evento televisual que reuniu milhões de telespectadores e comentaristas da mídia e ilustra o que Baudrillard chama de **hiper-realidade**. Não existe mais uma "realidade" (o que aconteceu na sala do tribunal) a que a televisão nos permita assistir. A "realidade" é, na verdade, a série de imagens exibidas nas telas de TV do mundo inteiro, que definiram o julgamento como um evento global.

Pouco tempo antes da deflagração das hostilidades no Golfo Pérsico, em 1991, Baudrillard escreveu um artigo de jornal intitulado "*The Gulf War cannot happen*" ("A Guerra do Golfo não vai acontecer"). Quando a guerra foi declarada e ocorreu um conflito sangrento, podia parecer óbvio que Baudrillard estava errado. De forma alguma. Após o final da guerra, ele escreveu um segundo artigo, "*The Gulf War did not happen*" ("A Guerra do Golfo não aconteceu"). O que ele quis dizer com isso? Para Baudrillard, essa era uma guerra diferente das outras que a história registra: uma guerra da era da mídia, um espetáculo televisual, no qual, junto com outros telespectadores espalhados pelo mundo, George Bush e Saddam Hussein assistiam à cobertura da CNN para verem o que de fato estava "acontecendo".

Baudrillard sustenta que, em uma era na qual a mídia de massa está em toda a parte, na verdade, cria-se uma nova realidade – hiper-realidade – composta pelo amalgamamento do comportamento das pessoas com as imagens exibidas pela mídia. O mundo da hiper-realidade é feito de **simulacros** – imagens cujo significado só pode ser revelado a partir de outras imagens e que, por isso, não possuem nenhum embasamento em uma "realidade externa". Uma famosa série de propagandas dos cigarros Silk Cut, por exemplo, não fazia absolutamente nenhuma referência aos cigarros, mas apenas aos anúncios publicitários anteriores que haviam aparecido em uma longa série. Hoje em dia, nenhum líder político que não apareça constantemente na televisão consegue ganhar uma eleição: a imagem do líder exibida na TV é a "pessoa" que a maior parte dos telespectadores conhece.

### John Thompson: a mídia e a sociedade moderna

Aproveitando em parte os escritos de Habermas, John Thompson analisou a relação que há entre a mídia e o desenvolvi-

mento das sociedades industriais (1990, 1995). Das antigas formas de impressão até a comunicação eletrônica, argumenta Thompson, a mídia tem desempenhado papel central no desenvolvimento das instituições modernas. Ele acredita que os principais fundadores da sociologia, entre eles Marx, Weber e Durkheim, tenham dado pouca atenção ao papel da mídia, mesmo quando ela moldava a primeira fase da evolução da sociedade moderna.

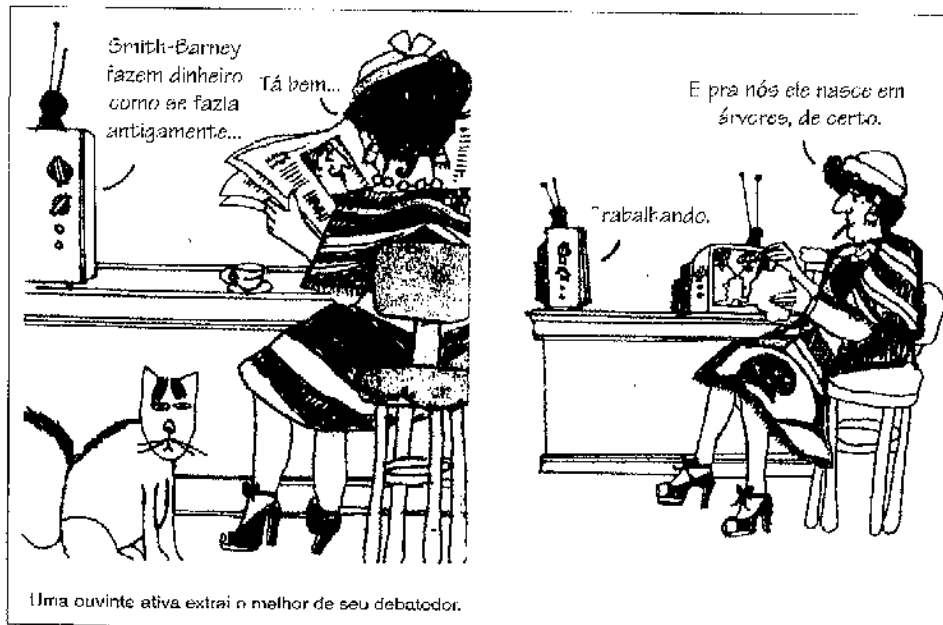
Mesmo sendo favorável a algumas das idéias de Habermas, Thompson também faz críticas a ele, assim como à Escola de Frankfurt e a Baudrillard. A Escola de Frankfurt teve uma atitude bastante negativa em relação à indústria da cultura. Para Thompson, a mídia de massa moderna não nos nega a possibilidade de termos um pensamento crítico; na verdade, ela nos proporciona muitas formas de informações às quais antes não poderíamos ter tido acesso. Assim como a Escola de Frankfurt, Habermas também exagera ao nos julgar receptores passivos das mensagens da mídia. Nas palavras de Thompson:

É comum os indivíduos discutirem as mensagens da mídia durante e após a recepção delas (...) [Essas mensagens] são transformadas através de um processo contínuo de narração e de repetição da narração, de interpretação e de reinterpretção, de comentários, de risos e de críticas (...) Ao pegarmos as mensagens incorporando-as rotineiramente em nossas vidas (...) estaremos sempre modelando e remodelando nossas habilidades e nossas reservas de conhecimento, testando nossos

sentimentos e gostos e expandindo os horizontes de nossa experiência.

A teoria de Thompson sobre a mídia depende de uma distinção entre três tipos de interação (veja o quadro). A *interação face a face*, como a que ocorre quando as pessoas conversam em uma festa, é rica em vestígios que os indivíduos utilizam para entender o que os outros dizem (veja o Capítulo 4, "Interação social e vida cotidiana"). A *interação mediada* envolve o uso de uma tecnologia da mídia – papel, conexões elétricas, impulsos eletrônicos. Uma característica da interação mediada está no fato de ela se estender no tempo e no espaço, ultrapassando, em muito, os contextos da simples interação face a face. A interação mediada ocorre entre indivíduos de forma direta – por exemplo, duas pessoas conversando ao telefone – mas sem deixar uma oportunidade para os mesmos tipos de vestígio.

Um terceiro tipo de interação é a *quase-interação mediada*, a qual refere-se aos tipos de relação social criados pela mídia de massa. Essa interação estende-se no tempo e no espaço, mas não estabelece uma ligação direta entre os indivíduos: daí o termo "quase-interação". Os dois primeiros tipos são "dialogicos": os indivíduos comunicam-se de maneira direta. A quase-interação mediada é "monológica": um programa de TV, por exemplo, é uma forma unilateral de comunicação. As pessoas que assistem a ele podem discuti-lo e talvez dirigir alguns comentários ao aparelho de TV – mas é claro que ele não irá responder.



## TIPOS DE INTERAÇÃO

Características interativas	Interação face a face	Interação mediada	Quase-interação mediada
Constituição espaço-tempo	Contexto da co-presença; sistema de referência espacial-temporal compartilhado	Separação de contextos; disponibilidade ampliada em tempo e espaço	Separação de contextos; disponibilidade ampliada em tempo e espaço
Variedade de dicas simbólicas	Multiplicidade de dicas simbólicas	Restrição na variedade de dicas simbólicas	Restrição na variedade de dicas simbólicas
Orientação para a ação	Orientada para outras pessoas específicas	Orientada para outras pessoas específicas	Orientada para uma variedade indefinida de receptores potenciais
Dialógica/monológica	Dialógica	Dialógica	Monológica

Fonte: John B. Thompson, *The Media and Modernity*, Polity, 1995.

O essencial, na teoria de Thompson, não é a idéia de que o terceiro tipo venha a dominar os outros dois – basicamente, a visão assumida por Baudrillard –, mas, sim, mostrar que, hoje em dia, todos esses três aspectos estão amalgamados em nossa vida. A mídia de massa, sugere Thompson, interfere no equilíbrio entre o público e o privado em nossas vidas. Ao contrário do que disse Habermas, bem mais coisas passam a entrar para o domínio público do que antes, o que muitas vezes gera discussões e controvérsias.

### A ideologia e a mídia

O estudo da mídia está intimamente relacionado ao impacto da ideologia na sociedade. A ideologia refere-se à influência das idéias sobre as convicções e as ações das pessoas. O conceito tem sido amplamente empregado nos estudos da mídia, assim como em outras áreas da sociologia, mas também faz muito tempo que provoca controvérsias. Quem cunhou esse termo foi um escritor francês chamado Destutt de Tracy, no final do século XVIII, ao empregá-lo com o significado de uma “ciência de idéias”.

Nas mãos de autores posteriores, entretanto, a palavra passou a ser utilizada em um sentido mais crítico. Para Marx, por exemplo, a ideologia era uma “falsa consciência”. Grupos poderosos conseguem controlar as idéias dominantes que circulam em uma sociedade a fim de justificarem a própria postura. Assim, segundo Marx, a religião frequentemente é ideológica: ensina os pobres a se contentarem com sua sina. O analista social deve revelar as distorções da ideologia para que os fracos possam adquirir uma perspectiva real de suas vidas – e agirem no sentido de melhorar suas condições.

A visão de Tracy é chamada por Thompson (1990, p. 53-54) de concepção neutra da ideologia, e a de Marx, concepção crítica da ideologia. Concepções neutras “dão um caráter de ideologia, ou ideológico, aos fenômenos, sem implicarem que esses fenômenos necessariamente sejam enganadores, ilusórios ou alinhados com os interesses de qualquer grupo específico”. As noções críticas da ideologia “exprimem um sentido

negativo, crítico ou pejorativo”, trazendo “uma crítica ou uma censura implícitas”.

Thompson defende a preferência à noção crítica, pois esta liga a ideologia ao poder. A ideologia refere-se ao exercício do poder simbólico – a maneira como as idéias são aproveitadas para esconder, justificar ou legitimar os interesses de grupos dominantes na ordem social.

Em seus estudos, o *Glasgow Media Group* estava, na verdade, fazendo uma análise dos aspectos ideológicos das reportagens do noticiário. As notícias tendiam a favorecer o governo e a gerência às custas dos grevistas. Thompson acredita que, de modo geral, a mídia de massa – incluindo não apenas os noticiários, mas todos os tipos de conteúdo e gênero de programas – expande muito o alcance da ideologia nas sociedades modernas. Atinge as audiências de massa e, em suas palavras, baseia-se na “quase-interação” – uma resposta direta dos telespectadores é impossível.

### A nova tecnologia das comunicações

Ainda que, até o momento, tenhamos nos concentrado nos jornais e na televisão, não devemos pensar que a mídia se resume a esses meios. Um dos aspectos mais fundamentais da mídia diz respeito à própria infra-estrutura pela qual ocorrem a transmissão e a troca de informações. Alguns avanços tecnológicos importantes registrados durante a segunda metade do século XX transformaram completamente a face das telecomunicações – a transmissão de informações, sons ou imagens em longa distância através de um meio tecnológico.

As novas tecnologias das comunicações, por exemplo, estão por trás de mudanças profundas nos sistemas monetários e nos mercados de ações mundiais. O dinheiro deixou de ser ouro, ou a moeda que você carrega no bolso, passando a ser cada vez mais eletrônico, armazenado em computadores de bancos do mundo. O valor de qualquer moeda que você por acaso tiver em seu bolso é determinado pelas atividades de negociadores em mercados monetários conectados eletronicamente. Esses mercados foram criados há cerca de apenas 10 ou 15 anos: são

o produto de um casamento entre os computadores e a tecnologia das comunicações por satélite. Há quem diga que a "tecnologia" está transformando rapidamente a Bolsa de Valores em um mercado global ininterrupto, aberto 24 horas por dia" (Gibbons, 1990, p. 111).

Quatro tendências tecnológicas contribuíram para esses avanços: a melhoria constante das capacidades dos computadores, juntamente com a queda dos custos; a digitalização dos dados, possibilitando uma integração entre o computador e as tecnologias das telecomunicações; o desenvolvimento das transmissões via satélite; a fibra ótica, que possibilita o transporte de várias mensagens diferentes através de um único pequeno cabo. Essa impressionante explosão dos últimos anos nas comunicações não mostra sinais de cansaço.

Em seu livro *Being Digital* (1995), o fundador do laboratório de mídia do *Massachusetts Institute of Technology*, Nicholas Negroponte, analisa a profunda importância dos dados digitais nas atuais tecnologias das comunicações. Qualquer informação, incluindo fotografias, imagens em movimento e sons, pode ser traduzida para "bits". Um bit tanto pode ser 1 quanto 0. Por exemplo, a representação digital de 1, 2, 3, 4, 5 é 1, 10, 11, 100, 101, etc. A digitalização — e a velocidade — está na origem do desenvolvimento da **multimídia**: o que no passado eram meios de comunicação distintos que necessitavam de diferentes tecnologias (como as visuais e as sonoras) agora podem ser combinados em um único meio (CD-ROM/computador, etc). A velocidade dos computadores dobra a cada 18 meses, e a tecnologia já chegou a um estágio em que é possível transformar uma fita de vídeo em uma fotografia na tela de um PC e revertê-la. A digitalização também permite o desenvolvimento da mídia interativa, dando às pessoas a possibilidade de participarem ativamente e de estruturarem o que elas vêem ou ouvem.

Um resultado desses avanços tecnológicos, e uma primeira manifestação da globalização, é o crescimento astronômico no número de chamadas telefônicas internacionais. Se em 1982 o volume de minutos de ligação superava os 12 bilhões, até 1996 esse número havia subido para mais de 67 bilhões. Desse volume incrível de chamadas internacionais, cerca de 50% originaram-se em apenas cinco países: Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido e Suíça! O movimento telefônico internacional distribui-se de forma desigual pelo mundo: enquanto a média mundial de ligações internacionais *per capita* é 7,8

minutos, entre os países desenvolvidos (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, OCDE) a média é de 36,6 minutos. Na África Subsaariana, a média é de 1 minuto por pessoa (Ueld, et al., 1999).

A estratificação nas ligações telefônicas internacionais reflete uma discrepância ainda maior entre a penetração das novas tecnologias nas sociedades mais desenvolvidas e nas menos desenvolvidas (veja a Tabela 15.1). No ano de 1995, nos países desenvolvidos, havia uma média de 546 linhas telefônicas a cada 1.000 pessoas, ao passo que, nas economias de baixa renda, a média mal ultrapassava 25 linhas telefônicas. Porém, há também indícios de que tais discrepâncias um dia possam ser compensadas exatamente *através* das capacidades dessas novas tecnologias. Como demonstra a Figura 15.2, algumas nações menos desenvolvidas têm feito pesados investimentos em avançadas infra-estruturas de telecomunicações, cose-

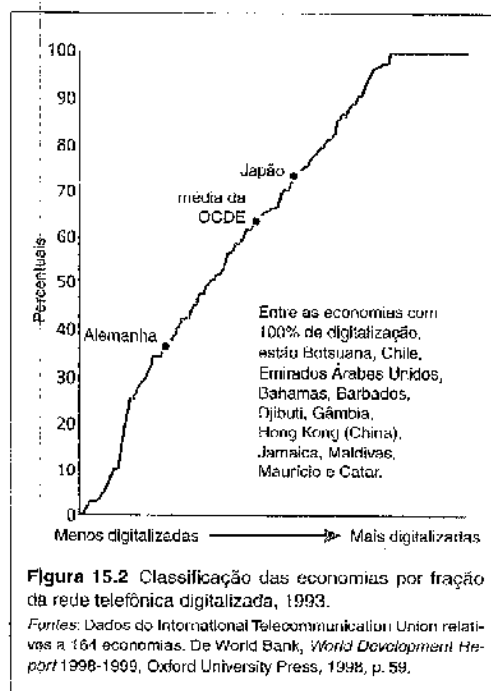


Figura 15.2 Classificação das economias por fração da rede telefônica digitalizada, 1993.

Fontes: Dados do International Telecommunication Union relativos a 164 economias. De World Bank, *World Development Report 1998-1999*, Oxford University Press, 1998, p. 59.

Tabela 15.1 Seleção dos indicadores da penetração das informações e das telecomunicações por nível de renda nacional

Grupo	Linhas telefônicas principais por 1.000 pessoas. (1995)	Computadores individuais por 1.000 pessoas. (1995)	Usuários da internet por 1.000 pessoas. (1996)
Economias de baixa renda	25,7	1,6	0,01
Economias de renda média baixa	94,5	10,0	0,7
Economias de renda média alta	130,1	24,2	3,5
Novas economias industrializadas (NEI)	448,4	114,8	12,9
Economias de alta renda (excluídas as NEI)	546,1	199,3	111,0

Fonte: World Bank, *World Development Report*, 1998, p. 63.

guindo concluir suas redes telefônicas digitais antes dos países desenvolvidos. Embora os avanços tecnológicos possam levar a uma ampliação da estratificação e da desigualdade, eles também mantêm a promessa de reduzir tais desigualdades ao possibilitar a comunicação para as pessoas que moram em regiões isoladas ou empobrecidas.

Como veremos, a utilização da internet deverá ser responsável, no futuro, pela maior parte do crescimento do movimento telefônico internacional. O acesso à internet e o número de usuários espalhados pelo mundo inteiro dispararam na última década, à medida que os avanços na tecnologia tornaram a atividade *on-line* mais acessível em termos técnicos e financeiros.

### Telefones celulares: a onda do futuro?

A década de 1990 testemunhou o desenvolvimento de um novo fenômeno importante das telecomunicações – o aumento da popularidade dos telefones celulares. As estimativas são de que, em 1990, havia 11 milhões de telefones celulares espalhados pelo mundo e de que, uma década mais tarde, mais de 400 milhões de pessoas já utilizavam esses telefones! Comparando-se esse volume com as 180 milhões de pessoas que possuem computadores individuais, fica claro por que, cada vez mais, os telefones celulares representam o futuro das telecomunicações.

Na verdade, os telefones celulares não são uma novidade, mas a tecnologia responsável pelo impulso que os transformou em um fenômeno global é bastante recente. A chamada “primeira geração” de telefones celulares, que utilizava a tecnologia analógica, foi a pioneira ao demonstrar a possibilidade de combinar as comunicações com a mobilidade. A tecnologia digital produziu uma “segunda geração” de telefones, mais rápidos, menores, menos incômodos e mais convenientes. Como os preços continuaram a baixar e a capacidade de recepção se estendeu a distâncias cada vez maiores, a popularidade desses telefones aumentou: as novas conexões telefônicas dos celulares agora ultrapassaram em muito as conexões das linhas de telefonia fixa (veja a Figura 15.3). Em alguns países onde há escassez de linhas fixas e a infra-estrutura telefônica é subdesenvolvida, os telefones celulares prestam um serviço confiável e bastante necessário (veja a Figura 15.4).

A tecnologia raramente combina com lentidão, e, no caso dos telefones celulares, ela saiu em disparada. A tão esperada “terceira geração” da tecnologia celular irá preannunciar a era da “internet sem fio”. Com o auxílio de um *Wireless Application Protocol* (WAP, Protocolo para Aplicações sem Fio), as informações em formato de texto extraídas dos *websites* serão filtradas e exibidas em palavras na tela do telefone. Os usuários conseguirão acessar a internet através de seus telefones celulares para efetuar tarefas que vão desde negócios bancários, compra de ingressos e passagens até a leitura das manchetes dos jornais e o controle dos preços das ações. Para o acesso *on-line*, não serão mais necessários computadores e conexões *dial up*, em

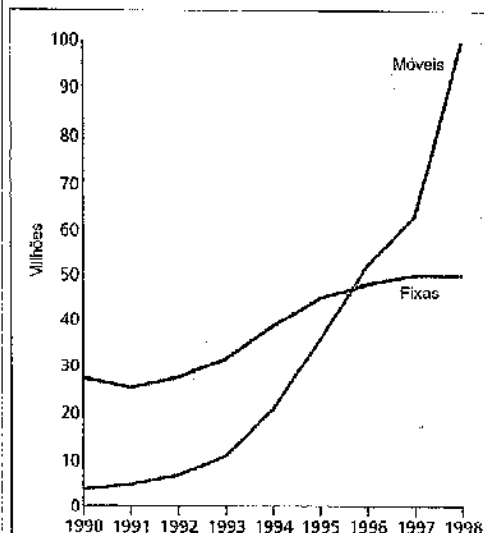


Figura 15.3 Uma comparação mundial entre as novas conexões para telefones celulares e as linhas fixas, 1990-1998 (milhões somados a cada ano)

Fontes: Dados do International Telecommunication Union. De *The Economist*, 9 de outubro de 1999.

hora seja provável que elas continuem a ser bastante utilizadas em navegações mais longas. Mas no caso de transações mais rápidas, os telefones celulares ajustados no “i mode” (modo internet) oferecerão um caminho mais ágil e conveniente de acessar a internet.

“A portabilidade dos telefones celulares os transforma em instrumentos maravilhosos para a liberação pessoal”, afirma um comentarista (*The Economist*, 9 de outubro de 1999). É inegável que os telefones celulares são uma grande vantagem em uma era marcada pela mobilidade constante, pelo deslocamento para o trabalho, pelas viagens frequentes e pelas agendas chejas. As tarefas podem ser administradas com maior eficiência; pais podem manter contato com os filhos adolescentes; o tempo gasto em deslocamentos ou longe de uma linha telefônica fixa agora pode ser aproveitado para as exigências pessoais e profissionais. Muitas pessoas apreciam essa flexibilidade proporcionada pelos telefones celulares.

No entanto, algumas pessoas advertem que os telefones celulares são também um indicativo de alguns aspectos problemáticos de nossa época. Nesta era de marcha acelerada, em que a jornada diária torna-se mais longa e exige um esforço maior dos indivíduos, os telefones celulares parecem aumentar ainda mais esse ritmo frenético da vida ao violar os momentos de privacidade das pessoas, significando um acesso contínuo, confundindo os limites entre a vida pessoal e a profissional. O valioso tempo “do intervalo”, que antigamente era dedicado a recolocar as idéias em ordem, é cada vez mais invadido pelos ruídos dos celulares tocando e pelos esforços frenéticos de úl-



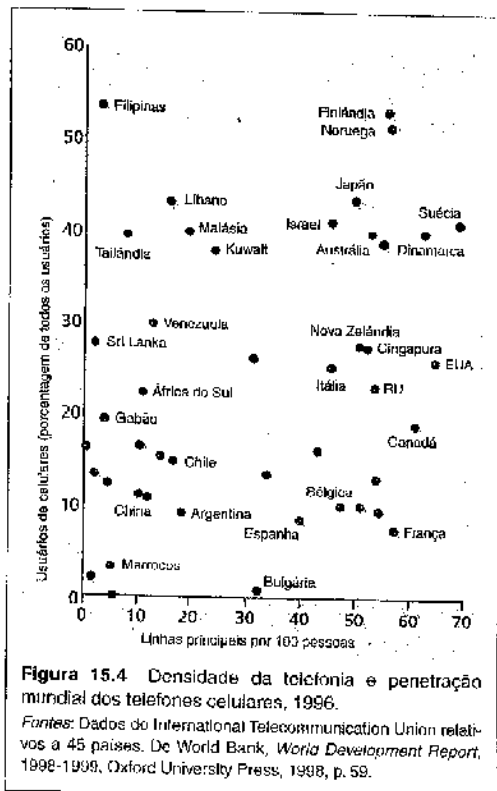


Figura 15.4 Densidade da telefonia e penetração mundial dos telefones celulares, 1996.

Fontes: Dados do International Telecommunication Union relativos a 45 países. De World Bank, *World Development Report*, 1998-1999, Oxford University Press, 1998, p. 59.

tima hora para organizar detalhes que haviam sido deixados de lado. Em alguns lugares públicos, como trens e restaurantes, os telefones celulares passaram a ser vistos como um estorvo, e algumas medidas vêm sendo tomadas no sentido de restringir seu uso.

## A internet

Até o início da década de 1990, muitos especialistas das indústrias da computação e da tecnologia já admitiam que o reinado do computador pessoal havia chegado ao fim. Para eles, ficava cada vez mais claro que o futuro não estava no computador individual, mas em um sistema global de computadores interligados – a **internet**. Embora, naquela época, muitos usuários de computadores talvez não tenham percebido essa situação, não demorou muito para o PC se tornar um pouco mais do que um ponto de acesso aos acontecimentos do mundo – eventos que ocorrem em uma rede estendida pelo planeta, que não é propriedade de nenhum indivíduo e de nenhuma empresa.

O potencial da Internet para o crescimento do ativismo internacional é explorado em "A tecnologia e os movimentos sociais", na p. 359.

## As origens da internet

A internet surgiu de forma espontânea. É o produto de um mundo sem divisões – um mundo após a queda do Muro de Berlim. Porém, suas origens remontam exatamente ao período da Guerra Fria anterior a 1989. A rede iniciou no Pentágono, o quartel-general dos militares norte-americanos. Estabelecida em 1969, seu primeiro nome foi rede ARPA em função da *Advanced Research Projects Agency* (Agência de Projetos de Pesquisas Avançadas) do Pentágono. Seu objetivo era limitado, buscava permitir que cientistas contratados pelo exército em diferentes pontos dos Estados Unidos juntassem seus recursos e compartilhassem os equipamentos caros que utilizavam. A idéia de também projetar uma forma de enviar mensagens surgiu quase que como uma reflexão tardia na mente de seus criadores – e assim nasceu o correio eletrônico, "e-mail".

Até o início da década de 1980, a internet do Pentágono consistia em 500 computadores, localizados em laboratórios militares e em departamentos de ciências da computação de universidades. Outras pessoas do meio universitário então começaram a entender o sistema, passando a utilizá-lo em benefício próprio. Até o ano de 1987, a internet já havia se expandido para 28 mil computadores centrais, espalhados por diferentes universidades e laboratórios de pesquisa.

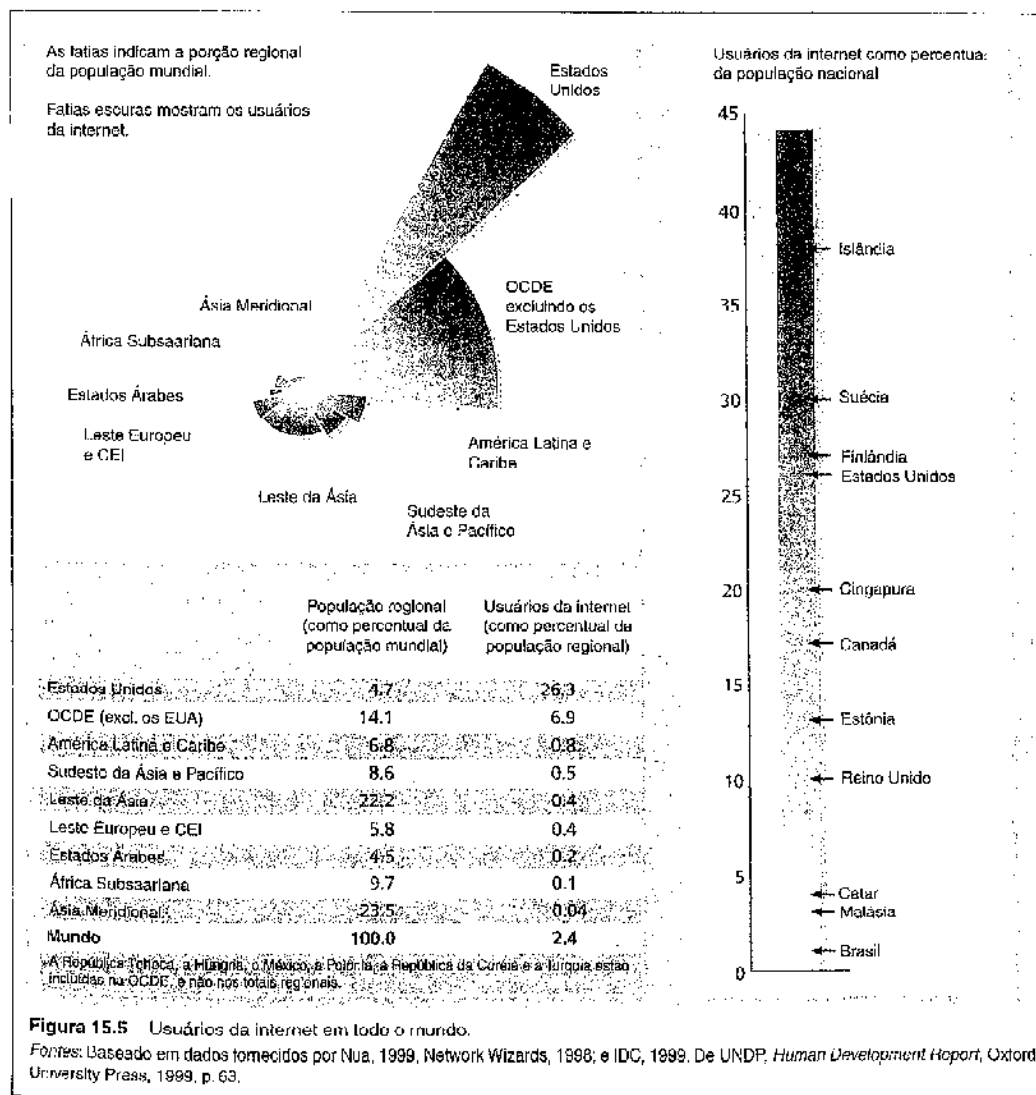
Durante vários anos, a internet permaneceu confinada às universidades. Porém, com a difusão dos computadores pessoais domésticos, ela começou a avançar para um domínio externo – entrando, então, em um período de crescimento explosivo. Entre 1988 e 1998, o volume de lares britânicos com computadores saltou de 18 para 34%. Entre as famílias com filhos, o percentual foi de 49% (HMSO, 2000). A difusão dos provedores comerciais de serviços na internet que oferecem o acesso *dial-up* através de modems serviu para ampliar a proporção de lares com capacidades *on-line*. Serviços *on-line*, quadros de aviso eletrônicos, salas de bate-papo e bibliotecas de *software* foram colocados na rede por uma variedade espantosa de pessoas, não mais apenas na América do Norte, mas em todo o mundo. As corporações também aderiram imediatamente. Em 1994, as empresas desbancaram as universidades, transformando-se nas usuárias dominantes da rede.

O elemento mais conhecido da internet é a *World Wide Web* (WWW) (Rede Mundial de Computadores). De fato, assim como um cuco em um ninho, ela ameaça assumir o controle da casa. A *web* é, na verdade, uma biblioteca multimídia global. Foi inventada por um engenheiro de *software* em um laboratório de física suíço, em 1992; o *software* que a popularizou no mundo inteiro foi criado por um aluno de graduação da Universidade de Illinois. Os usuários navegam na *web* com o auxílio de um "browser" – um programa de *software* que possibilita aos indivíduos buscar informações, localizar *sites* ou páginas específicas na *web* e marcá-las para referência futura. Por meio dela é possível transferir uma ampla variedade de documentos e programas, que vão desde documentos sobre a política gover-

namental, até *softwares* antivírus para jogos de computador. A sofisticação desses *sites* passou a deleitar seus visitantes: muitos são enfeitados com gráficos intrincados e fotografias, ou contêm arquivos de vídeo, ou de áudio. A *web* também serve como principal interface para o comércio eletrônico – transações empresariais realizadas *on-line*.

Não se sabe o número exato de pessoas que, de fato, estão conectadas à internet, mas, no início do século XXI, bem mais de 100 milhões de pessoas espalhadas pelo mundo inteiro poderiam acessá-la. O crescimento da internet está estimado em uma taxa de 200% ao ano desde 1985! Em um futuro próximo, com os novos avanços na tecnologia da computação e das telecomunicações, tudo indica que esse índice exponencial de crescimento se manterá constante.

O acesso à internet é extremamente desigual (veja a Figura 15.5). Em 1998, 88% dos usuários mundiais da internet viviam nos países desenvolvidos. A América do Norte concentrou mais de 50% de todos os usuários, embora ela compreenda apenas 5% de toda a população mundial. Os Estados Unidos são o país com o maior número de pessoas que têm computadores e acesso *on-line*. Mais de 100 milhões de norte-americanos utilizam a internet, enquanto a Alemanha e a Grã-Bretanha possuem, cada uma, 10 milhões de usuários. No Japão, país onde a febre da internet chegou um pouco mais tarde, mais de 14% da população (18,3 milhões de pessoas) utilizavam a internet em 1999 – um número que deve crescer rapidamente nos próximos anos.



## O impacto da internet

Neste mundo de mudanças tecnológicas bastante surpreendentes, ninguém consegue saber ao certo o que o futuro nos reserva. Muitos vêem na internet um exemplo da nova ordem global que está surgindo nesse final do século XX. Os usuários da internet vivem no "ciberespaço". O **ciberespaço** é o espaço de interação formado pela rede global de computadores que compõem a internet. No ciberespaço, como Baudrillard talvez dissesse, deixamos de ser "pessoas" para nos tornarmos mensagens escritas nas telas dos computadores dos outros. Com exceção dos e-mails, que levam a identificação dos usuários, ninguém na internet consegue saber ao certo a verdadeira identidade do outro, se está se comunicando com um homem ou com uma mulher, ou em que lugar do mundo a pessoa está. Existe um famoso cartum sobre a internet que traz um cachorro sentado diante de um computador e a seguinte legenda: "O melhor da internet é que ninguém fica sabendo que você é um cachorro."

A difusão da internet pelo globo trouxe questões fundamentais para os sociólogos. A internet está transformando os contornos da vida diária – confundindo os limites entre o global e o local, apresentando novos canais de comunicação e de interação e permitindo que um número cada vez maior de tarefas cotidianas seja executado *on-line*. Porém, ao mesmo tempo que ela oferece novas e instigantes oportunidades para explorarmos o mundo social, ela também ameaça enfraquecer as relações humanas e as comunidades. Apesar de a "era da informação" ainda estar em seus estágios iniciais, muitos sociólogos já estão discutindo as complexas implicações da internet para as recentes sociedades modernas.

As opiniões a respeito dos efeitos da internet sobre a interação social dividem-se em duas grandes categorias. Em um lado, estão os observadores que enxergam nesse mundo *on-line* a capacidade de promover novas formas de relacionamentos eletrônicos que tanto servem para melhorar quanto para completar as interações face a face existentes. Enquanto estão viajando ou trabalhando no exterior, os indivíduos podem aproveitar a internet para se comunicarem regularmente com os amigos e com os parentes em casa. A distância e a separação passaram a ser mais toleráveis. A internet também permite a construção de novos tipos de relacionamento: usuários *on-line* "anônimos" podem se encontrar em salas de bate-papo e discutir tópicos de interesse mútuo. Esses cibercontatos às vezes evoluem para verdadeiras amizades eletrônicas, ou mesmo resultam em encontros que ocorrem pessoalmente. Muitos usuários da internet passam a fazer parte de animadas comunidades *on-line* que são qualitativamente diferentes daquelas em que eles habitam no mundo físico. Os estudiosos que consideram a internet um acréscimo positivo à interação humana defendem a idéia de que ela expande e enriquece as redes de contatos sociais das pessoas.

Entretanto, nem todos assumem uma postura tão entusiástica. À medida que as pessoas passam mais tempo se comunicando *on-line* e lidando com suas tarefas diárias no cibe-



"Adorei o teu e-mail, mas eu pensei que você fosse mais velho."

© The New Yorker Collection, 1998, Robert Weber de cartoonbank.com. Todos os direitos reservados.

respaço, é possível que elas estejam dedicando menos tempo à interação com os outros no mundo físico. Alguns sociólogos temem que a difusão da tecnologia da internet acabe levando a um isolamento social e a uma atomização cada vez maiores. Eles sustentam que um efeito da ampliação do acesso à internet nos lares é que as pessoas estão dedicando menos "tempo de qualidade" à vida com a família e com os amigos. Diante da confusão nos limites entre o trabalho e a casa, a internet invade a vida doméstica: muitos empregados continuam trabalhando em casa após o expediente – verificando o e-mail ou concluindo tarefas que não tenham conseguido terminar durante o dia. Reduz-se o contato humano, sofrem os relacionamentos pessoais, esquecem-se as formas tradicionais de entretenimento, como o teatro e os livros, e enfraquece-se a estrutura da vida social.

Para saber mais a respeito de algumas das nuances que fazem falta na comunicação a distância, veja "Rosto, corpo e discurso na interação", na p. 91.

Como podemos avaliar essas posturas contrastantes? Certamente existem fundamentos de verdade em ambos os lados desse debate. Não há dúvidas de que a internet está ampliando nossos horizontes, além de apresentar oportunidades sem precedentes para o estabelecimento de contatos com os outros. Entretanto, o ritmo frenético de sua expansão também introduz desafios e ameaças às formas tradicionais de interação humana. Será que a internet irá transformar radicalmente a sociedade em um domínio fragmentado, impessoal, onde os seres humanos raramente se arrisquem a sair de suas casas e percam a habilidade de se comunicarem? Parece improvável.

## Uma nova era de isolamento social?

Embora seja muito cedo para julgar com precisão todas as implicações da explosão da internet nas sociedades modernas recentes, alguns estudos sociológicos já tentam avaliar seus efeitos. Em um estudo de grande escala envolvendo mais de 4 mil adultos norte-americanos, publicado em fevereiro de 2000, pesquisadores da Universidade de Stanford constataram que usuários regulares da internet dedicam menos tempo às suas famílias e a atividades comunitárias do que não-usuários ou usuários não-frequentes.

O estudo descobriu que 55% dos entrevistados tinham acesso à internet em casa ou no trabalho; 20% dos indivíduos que compõem o levantamento foram classificados como "usuários regulares" que passavam no mínimo cinco horas por semana conectados à internet.

O estudo observou duas tendências significativas. Primeiramente, a internet parece estar fazendo com que as pes-

soas abandonem outras formas de mídia de massa. Entre os usuários regulares da internet, 60% disseram que agora passam menos tempo assistindo à televisão, e um terço relatou uma redução no tempo de leitura de jornais.

Em segundo lugar, a internet está confundindo os limites entre a casa e o local de trabalho. Um quarto dos usuários regulares informou que passam mais tempo trabalhando em casa, embora o número de horas de sua jornada no local de trabalho continue igual, ou mesmo tenha aumentado. De acordo com o autor do estudo, a vida tornou-se um "fluxo constante" que se organiza em torno da internet. Os empregados agora utilizam mais a internet durante o expediente "oficial" e, conseqüentemente, acabam levando projetos para casa em vez de deixarem suas mesas limpas até o final do dia.

Há cerca de 50 anos, temores bastante semelhantes foram manifestados assim que a televisão estourou no cenário da mídia. Em *The Lonely Crowd* (1961), uma influente análise sociológica da sociedade norte-americana da década de 1950, David Riesman e seus colegas mostraram-se preocupados com os efeitos da TV sobre a vida familiar e comunitária. Embora alguns de seus temores fossem bem justificáveis, a televisão e a mídia de massa também enriqueceram o mundo social de muitas maneiras.

Da mesma forma como ocorrera anteriormente com a televisão, a internet também despertou esperanças e temores. Será que perderemos nossa identidade no ciberespaço? Seremos dominados pela tecnologia computadorizada ou a dominaremos? Os seres humanos irão se refugiar em um mundo *on-line* anti-social? Tudo indica que a resposta para essas dúvidas, felizmente, seja "não". Como vimos anteriormente, na discussão acerca de "A compulsão da proximidade" (p. 98), as pessoas não utilizam a videoconferência se puderem se reunir da maneira habitual. Atualmente, os executivos das empresas têm uma variedade bem maior de formas de comunicação eletrônica disponíveis do que no passado, mas, mesmo assim, houve uma disparada no número de conferências de negócios realizadas à moda tradicional.

## A globalização e a mídia

Como vimos ao longo deste livro, a internet é uma das mais importantes colaboradoras dos atuais processos de globalização, além de ser uma das principais manifestações de tais processos. Entretanto, a globalização também está transformando

o alcance e o impacto internacionais de outras formas de mídia. Nesta seção, estudaremos algumas das mudanças que afetam a mídia de massa sob as condições da globalização.

Ainda que a mídia sempre tenha tido dimensões internacionais – colhendo histórias para notícias e distribuindo filmes para outros países, por exemplo – até a década de 1970, a maioria das empresas de mídia operava dentro de mercados domésticos específicos, seguindo os regulamentos estipulados pelos governos nacionais. A indústria da mídia também apresentava setores distintos – na maioria dos casos, o cinema, a mídia impressa, o rádio e a transmissão de programas de televisão funcionavam de forma independente.

Nas três últimas décadas, contudo, ocorreram profundas transformações dentro da indústria da mídia. Os mercados nacionais deram lugar a um mercado global mutável, enquanto as novas tecnologias fizeram com que formas da mídia que antes eram distintas se fundissem. Até o início do século XXI, o mercado da mídia global era dominado por um grupo de cerca de 20 corporações multinacionais, cujo papel na produção, na distribuição e no *marketing* das notícias e do entretenimento podia ser sentido em praticamente todos os países.

Em seu trabalho sobre a globalização, David Held e seus colegas (1999) apontam cinco grandes mudanças que contribuíram para a ordem da mídia global:

1. *Maior concentração da propriedade* – Atualmente, a mídia global é dominada por um pequeno número de corporações poderosas. Empresas de mídia independentes, de pequena escala, têm sido gradualmente incorporadas a conglomerados de mídia extremamente centralizados.

2. *Transferência do domínio público para o privado* - É uma tradição em quase todos os países o domínio parcial ou completo do Estado sobre as empresas de mídia e de telecomunicações. Nas últimas décadas, a liberalização do ambiente empresarial e o relaxamento das regulamentações levaram à privatização (e comercialização) das empresas de mídia em muitos países.
3. *Estruturas corporativas transnacionais* - As empresas de mídia não operam mais estritamente dentro das fronteiras nacionais. Da mesma maneira, as regras de propriedade da mídia foram afrouxadas para que os investimentos e as aquisições ultrapassem as fronteiras.
4. *Diversificação em torno de uma variedade de produtos da mídia* - A indústria da mídia passou por uma diversificação e está bem menos segmentada do que no passado. Conglomerados de mídia enormes, como o AOL-Time Warner, cujo perfil é traçado a seguir, produzem e distribuem uma mistura de conteúdos de mídia que inclui música, notícias, mídia impressa e programação de televisão.
5. *Aumento no número de fusões de corporações de mídia* - Existe uma tendência em direção às alianças entre companhias de diferentes segmentos da indústria da mí-

dia. Empresas de telecomunicações, fabricantes de *hardware* e de *software* para computadores e produtoras responsáveis pelo "conteúdo" da mídia estão envolvendo-se cada vez mais nas fusões de corporações, com a crescente integração entre as formas da mídia.

A globalização da mídia conferiu destaque às formas "horizontais" de comunicações. Se as formas tradicionais da mídia garantiam uma comunicação dentro dos limites dos estados-nações, em um estilo "vertical", a globalização está levando à integração horizontal das comunicações. Não são apenas as pessoas comuns que fazem contatos entre si, mas também os produtos da mídia estão sendo amplamente disseminados graças a novos esquemas reguladores harmonizados, políticas de propriedade e estratégias transnacionais de *marketing*. As comunicações e a mídia agora podem expandir-se com maior facilidade, ultrapassando os confins de cada país (Srebrenny-Mohammadi et al., 1997).

No entanto, assim como ocorre com outros aspectos da sociedade global, a nova ordem da informação desenvolveu-se de maneira desigual, refletindo divisões entre as sociedades desenvolvidas e os países menos desenvolvidos. Nesta seção, exploraremos as dimensões da globalização da mídia antes de considerarmos os argumentos expostos por alguns estudiosos

## A internet irá transformar a indústria da música?

A internet já está mudando muitos aspectos do nosso cotidiano - das nossas atividades de lazer à maneira como os negócios são feitos. Para empresas de mídia "tradicionais", como a indústria da música, a internet representa uma enorme oportunidade, mas também uma séria ameaça.

Embora a indústria da música esteja se concentrando cada vez mais nas mãos de alguns conglomerados internacionais, alguns observadores acreditam que ela seja o elo mais vulnerável dentro da "indústria da cultura". O motivo dessa preocupação está no fato de a internet permitir o download digital de músicas, que deixam de ser adquiridas nas lojas de discos locais sob a forma de CDs ou cassetes. Atualmente, a indústria global da música abrange uma complexa rede de fábricas, cadeias de distribuição, lojas de discos e vendedores. Se a internet eliminar a necessidade de todos esses elementos, ao permitir que a música seja comercializada e baixada diretamente, o que restará da indústria da música? E como impedir empresas concorrentes estabelecidas na internet de entrarem no mercado e tirarem proveito da crescente demanda de "nichos" de gêneros musicais e do trabalho de artistas locais? Para uma indústria que atingiu níveis astronômicos de crescimento na demanda global da principal corrente da música popular, as tendências são ameaçadoras: de 1988 a 1998, a fatia do mercado para os dois maiores gêne-

ros musicais - o rock e o pop - caiu de 62% para 45% (*The Economist*, 29 de janeiro de 2000). Novos sons - como o hip-hop, o trip-hop, o lounge e o acid jazz - estão minando esse mercado musical.

A indústria da música já está lutando contra os efeitos da digitalização. A *International Federation of the Phonographic Industry* (Federação Internacional da Indústria Fonográfica) estima que a cada momento são enviadas ilegalmente mais de 100 milhões de faixas musicais na internet, que ficam disponíveis para *download* (*The Economist*, 29 de janeiro de 2000). A pirataria *on-line* já é um dos maiores desafios enfrentados pela indústria global da música. Embora se tente impor controles rígidos sobre as cópias de músicas adquiridas por meios legais, o ritmo das mudanças tecnológicas está superando a habilidade da indústria de reduzir a pirataria.

Um exemplo que atraiu muita atenção no ano 2000 foi o caso Napster. O Napster é um programa de *software* que possibilita às pessoas a troca de arquivos através da internet - incluindo cópias ilegais de músicas. A indústria fonográfica entrou com diversas ações judiciais contra a pequena empresa que está por trás da Napster. Mas o gênio está fora da lâmpada.

que comentam esse tema, os quais acreditam que a melhor maneira de descrever a nova ordem da mídia global seria através da expressão "imperialismo da mídia".

## Música

Como observam David Held e seus colegas em sua pesquisa sobre a globalização da mídia e das comunicações, "o formato musical é o que se ajusta melhor à globalização" (Held et al., 1999, p. 351). Isso acontece porque a música consegue transcender os limites da língua escrita e falada para alcançar e atrair uma audiência de massa. A indústria global da música, dominada por um pequeno número de corporações multinacionais, foi construída sobre sua capacidade de descobrir, produzir, comercializar e distribuir as habilidades musicais de milhares de artistas para um público espalhado pelo mundo. O desenvolvimento da tecnologia – desde os aparelhos estéreos tipo *walkman*, os canais de música (como a MTV) até o *compact disc* (CDs) – oferece caminhos mais novos e sofisticados para distribuir as músicas globalmente. Ao longo das últimas décadas, desenvolveu-se um "complexo institucional" de empresas que fazem parte do *marketing* e da distribuição globais da música.

A indústria mundial fonográfica é uma das mais concentradas. As cinco maiores empresas – *Universal* (que absorveu a *PolyGram* em 1998), *Time Warner*, *Sony*, *EMI* e *Bertelsmann* – controlam entre 80 e 90% de todas as vendas na área da música internacionalmente (Herman e McChesney, 1997). Até janeiro de 2000, quando anunciou a fusão com a *Time Warner*, a *EMI* era a única empresa entre as cinco maiores que não fazia parte de um conglomerado de mídia mais amplo. A indústria global da música teve um crescimento considerável em meados da década de 1990, com um aumento de 38% nas vendas entre os anos de 1992 e 1995. Nos países em desenvolvimento, as vendas foram particularmente intensas, inspirando muitas das grandes empresas a contratarem mais artistas locais na expectativa de que o mercado crescerá ainda mais.

O crescimento da indústria global da música deve-se primeiramente ao sucesso da música popular – que teve origem principalmente na América e na Grã-Bretanha – e à propagação das culturas e subculturas jovens que se identificam com essa música (Held et al., 1999). A globalização da música, portanto, tem sido uma das principais forças na difusão dos estilos e gêneros musicais norte-americanos e britânicos aos públicos internacionais. Os EUA e o RU são líderes mundiais de exportação da música popular. Em outros países, os níveis de produção musical doméstica são bem mais baixos. Embora alguns críticos afirmem que o domínio desses dois países na indústria da música enfraquece o sucesso dos sons e das tradições musicais locais. É importante lembrar que a globalização é uma estrada de duas vias. A crescente popularidade da *world music* – como no caso do sucesso fenomenal que fazem nos Estados Unidos os sons inspirados na América Latina – é um testemunho do fato de que a globalização conduz a uma difusão cultural em todas as direções.

## Cinema

Existem diferentes formas de avaliar a globalização do cinema: uma delas é considerar o local da produção dos filmes e as fontes de financiamento que os patrocinam. A julgar por esses critérios, certamente houve um processo de globalização na indústria cinematográfica. Segundo estudos realizados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), muitas nações têm capacidade para produzir filmes. Na década de 1980, cerca de 25 países produziram 50 filmes ou mais por ano, ao passo que um grupo restrito de países – Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Hong Kong e Índia – esteve na liderança ao produzir mais de 150 filmes por ano (Held et al., 1999).

Outro modo de avaliar a globalização do cinema é considerando o volume de exportações dos filmes produzidos nacionalmente. Na década de 1920, com o nascimento dos longas-metragens, Hollywood produzia quatro quintos de todos os filmes exibidos no mundo; hoje em dia, os Estados Unidos continuam a ser a maior influência da indústria do cinema. (Depois dos Estados Unidos, os maiores exportadores de filmes são a Índia, a França e a Itália.) Em muitos países, o governo oferece subsídios para auxiliar suas próprias indústrias cinematográficas, mas nenhum outro país se iguala aos Estados Unidos como exportador de longas-metragens. Na Grã-Bretanha, por exemplo, os filmes norte-americanos representam 40% de todos os filmes exibidos a cada ano nos cinemas. A maioria dos demais países que possuem uma indústria cinematográfica em nível de exportação, como a Itália, o Japão e a Alemanha, também importa grandes quantidades de filmes norte-americanos. Na América do Sul, a proporção é geralmente superior a 50%, e um percentual semelhante é encontrado em muitas regiões da Ásia, da África e do Oriente Médio. Ao longo de toda a União Européia, a proporção das receitas de bilheteria relacionadas a filmes norte-americanos subiu de 60%, em 1984, para quase 72% em 1991; até o ano de 1996, a fatia das receitas relativas aos filmes norte-americanos havia caído novamente para cerca de 63% (Held et al., 1999). Os EUA são também os maiores exportadores de filmes para as nações que mais adquiriam filmes da indústria cinematográfica soviética.

Até o ano de 1993, mais de 50% dos rendimentos dos estúdios de Hollywood provinham da distribuição de filmes no exterior. Até o ano 2001, esse número deveria atingir 60 a 70%. Essa tendência gerou várias conseqüências específicas. Muitos estúdios de Hollywood estão envolvidos na construção de cinemas *multiplex* em outros países para ampliar os públicos estrangeiros. Em segundo lugar, a difusão dos aparelhos de videocassete em vários mercados recentes aumentou a demanda de filmes em vídeo, que, em 1995, renderam 8,8 bilhões de dólares – mais da metade da receita dos estúdios cinematográficos (Herman e McChesney, 1997).



Nem mesmo a China escapou de *O Exterminador do Futuro* e do alcance globalizante do cinema de Hollywood.

### As “superempresas” de mídia

Em janeiro de 2000, duas das mais influentes empresas de mídia em nível mundial uniram-se na maior fusão de corporações jamais vista no mundo. Em um acordo valendo 337 bilhões de dólares, a *Time Warner*, maior empresa de mídia do mundo, e o *America Online* (AOL), maior provedor mundial de serviços na internet, anunciaram sua intenção de criar a “primeira empresa do mundo a realizar uma completa integração entre a mídia e as comunicações no século da internet”. A fusão reúne o enorme “conteúdo” de mídia da *Time Warner* – incluindo jornais e revistas, estúdios de cinema e estações de TV – e as poderosas competências de distribuição na internet do AOL, cuja base de assinantes na época da fusão ultrapassava o número de 25 milhões de pessoas em 15 países.

A fusão provocou um enorme alvoroço nos mercados financeiros, diante da criação da quarta maior empresa do mundo. Porém, esse acordo atraiu uma grande atenção nem tanto por seu tamanho, mas por se tratar da primeira grande união entre a “velha mídia” e a “nova mídia”. As origens da *Time Warner* remontam ao ano de 1923, quando Henry Luce fundou a revista *Time*, uma publicação semanal que resumia e interpretava o grande volume de informações contidas nos jornais diários. O sucesso esmagador da *Time* foi logo repetido pela criação da revista de negócios *Fortune*, em 1930, e pela revista fotográfica *Life*, em 1936. Ao longo do século XX, a Time, Inc. transformou-se em uma corporação de mídia, abarcando estações de rádio e de TV, a indústria da música, o imenso império

do cinema e dos desenhos animados da *Warner Brothers*, e a CNN, primeiro canal de notícias do mundo a permanecer 24 horas por dia no ar. Na época da fusão, o faturamento anual da *Time Warner* era de 26 bilhões de dólares; suas revistas eram lidas por 120 milhões de pessoas a cada mês, e a empresa detinha os direitos de um arquivo de 5.700 filmes, bem como de alguns dos programas mais populares da cadeia de emissoras de televisão.

Se a história da *Time Warner* foi um reflexo perfeito da evolução geral das comunicações no século XXI, o avanço do *America Online* é característico da “nova mídia” da era da informação. Fundado em 1982, o AOL inicialmente oferecia acesso *dial-up* à internet cobrado a uma taxa horária. Até 1994, contava com 1 milhão de usuários assinantes; após introduzir o acesso ilimitado à internet por uma taxa-padrão mensal, em 1996, o número de assinantes elevou-se para 4,5 milhões. Como o número de usuários continuava a crescer – 8 milhões de pessoas, até 1997, utilizavam o AOL –, a empresa se envolveu em uma série de fusões, aquisições e alianças que consolidaram sua posição de preeminente provedor de serviços na internet. A *CompuServe* e a *Netscape* foram adquiridas pelo AOL; uma joint venture com a empresa alemã *Bertelsmann*, em 1995, levou à criação do *AOL Europe*, e uma aliança com a *Sun Microsystems* possibilitou o ingresso do AOL no domínio do comércio eletrônico.

Vai levar algum tempo para que implicações da fusão *AOL Time Warner* sejam esclarecidas; porém, já é possível demarcar duas posições distintas: existem aqueles que vêem no acordo a

capacidade de desencadear potenciais tecnológicos novos e instigantes, e aqueles que se preocupam com o fato de a mídia estar sendo dominada por grandes corporações. Para os entusiastas, a fusão representa um importante passo em direção à criação das "superempresas" de mídia que, através da internet, podem enviar, diretamente para a casa das pessoas, todos os noticiários, programas de TV, filmes e músicas que elas quiserem e quando quiserem. Com o progresso da tecnologia, as conexões dial-up pela internet serão substituídas por ligações feitas por cabos de alta velocidade conectados 24 horas por dia e *handsets* para internet que caberão na palma da mão. Como disse Steve Case, ao anunciar a fusão: "Este é um momento histórico em que a nova mídia atinge a maioria de fato. Sempre dissemos que a missão do *America Online* é transformar a internet em um instrumento tão central na vida das pessoas quanto o telefone e a televisão, e até mesmo mais valioso" (*Guardian*, 16 de janeiro de 2000).

No entanto, nem todos concordam que a idéia das superempresas de mídia seja um exemplo ao qual se deva aspirar. Onde os entusiastas enxergam uma miragem, os críticos percebem um pesadelo. À medida que as corporações de mídia passam a ficar cada vez mais concentradas, centralizadas e a ter um alcance global, há motivos para preocupações de que o importante papel da mídia enquanto fórum de livre discurso, expressão e debate acabe sendo reduzido. Uma única empresa controlando tanto o conteúdo – programas de TV, música, filmes, fontes de notícias – quanto os meios de distribuição fica em uma posição de grande poder. Pode promover seu próprio material (os cantores e celebridades que tornou famosos), pode exercer autocensura (omitindo reportagens que possam deixar suas ações ou os patrocinadores da corporação em uma situação desfavorável) e ainda pode fazer propaganda de produtos de dentro do seu próprio império às custas dos produtos externos.

A visão da internet nas mãos de vários conglomerados de mídia entra em um nítido contraste com a idéia de um domínio eletrônico livre e irrestrito proposta pelos pioneiros da internet há apenas alguns anos. No começo, muitos viam a internet como um território individualista que os usuários podiam percorrer livremente, buscando e compartilhando informações, fazendo amizades e interagindo fora do domínio do poder das corporações. Contudo, a presença crescente de corporações gigantes da mídia e de anunciantes veio ameaçar essa situação. Os críticos estão preocupados com o fato de que o aumento do poder das corporações na internet acabe submergindo tudo, deixando somente a "mensagem da corporação", podendo transformar a internet em um domínio restrito, acessível apenas aos assinantes.

É difícil avaliar essas opiniões divergentes; não há dúvidas de que ambas as perspectivas possuem um fundo de verdade. As fusões da mídia e o avanço tecnológico certamente expandirão a forma de organização e de distribuição das comunicações e do entretenimento. Assim como os antigos pioneiros da mídia, no cinema e na música, foram influenciados pelo avanço das cadeias de emissoras de TV e pela indústria da música,

a era da internet irá provocar mais mudanças impressionantes na mídia de massa: nos próximos anos, as audiências terão bem mais escolhas em relação aos produtos que consomem e a quando os consomem. Porém, as inquietações a respeito do domínio da mídia por parte das corporações não são injustificadas. Já existem relatos de conglomerados de mídia que evitam cobrir notícias desfavoráveis que estejam relacionadas a suas empresas associadas. Os argumentos a favor da internet livre e aberta baseiam-se em importantes convicções quanto ao valor de um espaço público irrestrito no qual as idéias possam ser compartilhadas e discutidas.

Vale lembrar que, no mundo social, poucas coisas são inevitáveis. Tentativas de se obter um controle total das fontes de informações e dos canais de distribuição raramente são bem-sucedidas, tanto em função de uma legislação antitruste que visa a impedir a formação de monopólios, como através das reações persistentes e criativas dos usuários da mídia que buscam rotas alternativas para obterem informações. Os consumidores da mídia não são "pessoas culturalmente imbecis" que possam ser facilmente manipuladas pelos interesses das corporações; com a expansão do alcance e do volume das formas e do conteúdo da mídia, os indivíduos estão mais hábeis para interpretar e avaliar as mensagens e o material que encontram.

## O imperialismo da mídia

A posição suprema dos países industrializados, sobretudo dos Estados Unidos, na produção e na difusão da mídia tem levado muitos observadores a falarem no **imperialismo da mídia**. De acordo com essa visão, vivemos em um império cultural. Países menos desenvolvidos são considerados especialmente vulneráveis por não possuírem os recursos necessários à manutenção de sua própria independência cultural.

As sedes dos 20 maiores conglomerados mundiais da mídia estão todas localizadas nas nações industrializadas, sendo que a maioria delas se encontra nos Estados Unidos. Impérios da mídia como o *AOL Time Warner*, a *Disney/ABC* e a *Viacom* todos têm sua base nos EUA. Outras grandes corporações de mídia – com exceção do império Murdoch descrito a seguir – incluem a japonesa *Sony Corporation*, proprietária da *CBS Records* e da *Columbia Pictures*; o grupo alemão *Bertelsmann*, dono da *RCA Records* e de um grande conjunto de editoras com base nos EUA; e o *Mondadori*, a corporação de televisão de Silvio Berlusconi, ex-primeiro ministro da Itália.

Não há dúvidas de que foi através da mídia eletrônica que os produtos culturais ocidentais se espalharam pelo globo. Pico Iyer fala das *video nights* de Katmandu, de freqüentar dançeterias em Bali (1989). Os vídeos norte-americanos são banais na República Islâmica do Irã, assim como as fitas de áudio da música popular ocidental, que entram e são vendidas no mercado negro (Sreberny-Mohammadi, 1992). Em 1999, foram anunciados os planos de construção de um parque temático da Disney em Hong Kong – o qual será praticamente uma réplica das atrações norte-americanas, em vez de refletir a cul-



## A cobertura que a televisão faz sobre o mundo em desenvolvimento

Um relatório encomendado para instituições beneficentes da Grã-Bretanha que lidam com auxílio, desenvolvimento e questões ambientais internacionais revelou que a qualidade e a quantidade da cobertura que a TV exibe sobre o mundo em desenvolvimento sofreram uma queda dramática ao longo da última década: o número total de horas de programação efetiva sobre os países em desenvolvimento caiu em até 50%. Alguns canais aderiram à onda dos programas sobre vida selvagem e viagens, enquanto outros simplesmente reduziram as horas de programação – a ITV diminuiu sua cobertura em mais de 70%. O relatório, intitulado *Losing*

*Perspective*, constatou que grande parte da programação que aborda temas sérios, como direitos humanos, pobreza e meio ambiente, vai ao ar tarde da noite ou de manhã bem cedo, quando o número de telespectadores sempre é menor. Diante dessa situação em que mais de 60% dos programas a respeito do mundo em desenvolvimento concentram-se nos temas da vida selvagem e das viagens, os críticos afirmam que é praticamente impossível os cidadãos ocidentais desenvolverem uma compreensão da vida desses 80% da população humana que não vivem no “Primeiro Mundo” (Stone, 2000).

tura local. Como indicou o presidente dos parques temáticos da Disney, isso pode ser apenas o começo: “Se existe somente um parque temático da Disney em um país que tem 1,3 bilhões de habitantes, e cinco parques temáticos nos EUA, cuja população é de apenas 280 milhões de pessoas, temos uma comparação um pouco difícil”. (Citado em Gittings, 1999.)

A atração global dos filmes de Hollywood é examinada em “Cultura popular”, na p. 70.

Todavia, não são apenas as formas mais populares de entretenimento que estão em questão. O controle que as principais agências ocidentais exercem sobre os noticiários mundiais, como já foi sugerido, significa o predomínio de uma “visão de Primeiro Mundo” nas informações que são transmitidas. Assim, há quem alegue que a atenção nos noticiários volta-se ao mundo em desenvolvimento principalmente nos momentos de desastre, nas crises ou nos confrontos militares, e que os registros diários de outros tipos de notícias reservados ao mundo industrializado não são mantidos para a cobertura do mundo em desenvolvimento.

Herbert Schiller afirmou que o controle das comunicações globais por parte das empresas norte-americanas deve ser observado no que diz respeito a vários fatores. Ele argumenta que a TV norte-americana e a cadeia de emissoras de rádio estão sendo cada vez mais influenciadas pelo governo federal e, particularmente, pelo Departamento de Defesa dos EUA. Ele chama atenção para o fato de que a RCA, proprietária das redes de televisão e de rádio NBC, é também a principal subempreiteira de defesa do Pentágono, o quartel-general das forças armadas dos EUA. Os produtos de exportação da televisão norte-americana, juntamente com a publicidade, propagam uma cultura comercializada que corrói as formas locais de expressão cultural. Mesmo nos lugares onde o governo proíbe a transmissão de canais comerciais dentro de suas fronteiras, os sinais do rádio e da televisão dos países vizinhos muitas vezes podem ser recebidos diretamente.

Schiller sustenta que, apesar de os norte-americanos terem sido os primeiros afetados pelo “casulo que protege a mensagem das corporações (...) o que está acontecendo agora é a criação e a extensão global de um novo ambiente cultural-informacional totalmente corporativo” (Schiller, 1989, p. 128, 168). Desde que as corporações e a cultura dos EUA passaram a dominar o planeta, elas “têm oprimido uma boa parte do mundo”, tanto que “A dominação cultural norte-americana (...) determina os limites para o discurso nacional” (Schiller, 1991, p. 22).

## A mídia global e a democracia

Em sua obra que trata da mídia global, Edward Herman e Robert McChesney (1997) exploram os efeitos da mídia internacional sobre as atividades dos estados democráticos. Por um lado, a difusão das fontes de mídia globais consegue exercer com sucesso uma pressão sobre os governos autoritários para que eles afrouxem o controle sobre os meios de radiodifusão controlados pelo Estado. Com a crescente dificuldade em conter os produtos da mídia dentro das fronteiras nacionais, muitas sociedades “fechadas” estão descobrindo que a mídia pode se tornar uma poderosa força de apoio à democracia (veja o quadro). Mesmo em um sistema político multipartidário, como no caso da Índia, vimos que a comercialização da televisão conferiu maior proeminência às opiniões dos políticos de oposição (veja o quadro da p. 370). A mídia global tem possibilitado a disseminação geral de pontos de vista como o individualismo, o respeito aos direitos humanos e a promoção dos direitos das minorias.

No entanto, Herman e McChesney também enfatizam os perigos da ordem da mídia global e a ameaça que ela representa ao exercício natural da democracia. Com a crescente concentração e comercialização da mídia global, esta invade o funcionamento da importante “esfera pública” ao modo descrito por Habermas (veja a p. 375). A mídia comercializada, alegam

## A televisão na China: o "centro de um ciclone cultural"

Há mais de uma década dos eventos dramáticos de 1989, da queda do Muro de Berlim e do fim da Guerra Fria entre o Oriente e o Ocidente, a televisão assume lugar de destaque nas lutas em torno da democratização na República Popular da China. A natureza contraditória da globalização está ilustrada claramente na China, país que vem passando por uma rápida transformação cultural e econômica sob o olhar vigilante do Partido Comunista Chinês.

Como parte de sua agenda modernizante lançada há mais de duas décadas, o governo chinês supervisionou a expansão de um sistema nacional de televisão e estimulou os cidadãos chineses a comprarem aparelhos de TV. O governo viu, na transmissão de programas de televisão, um meio de unir o país e promover a autoridade partidária. Entretanto, a televisão pode ser um veículo volátil: nessa era de canais por satélite, não apenas é impossível um controle rígido da transmissão dos programas, como também os telespectadores chineses têm demonstrado sua disposição em interpretar o conteúdo exibido na TV de maneiras que contrariam as intenções do governo (Lull, 1997).

Em entrevistas realizadas com cem famílias chinesas, James Lull constatou que os telespectadores chineses, assim como outras populações que vivem sob regimes comunistas, eram "mestres da interpretação, sabendo ler nas entrelinhas a fim de captar as mensagens menos óbvias". Em suas entrevistas, Lull observou que seus entrevistados não apenas descreviam o que viam, mas *como* viam. "Sabendo que o gover-

no muitas vezes veicula distorções e exageros em suas notícias, os telespectadores ficaram craques em imaginar a situação real. O que é apresentado, o que é deixado de fora, o que é priorizado, como as coisas são ditas – todos esses modos são minuciosamente observados e interpretados" (1997, p. 266-267).

Lull concluiu que muitas das mensagens acompanhadas na TV pelos telespectadores chineses – principalmente em filmes e comerciais importados – estão em desacordo com o modo de vida e as oportunidades disponíveis em sua própria sociedade. Ao verem o conteúdo da televisão enfatizar a individualidade e a sociedade consumista, muitos telespectadores chineses perceberam uma restrição em suas opções na vida real. A televisão transmitiu aos telespectadores chineses a idéia de que outros sistemas sociais pareciam funcionar mais tranquilamente, além de oferecer uma liberdade maior do que eles possuem.

Lull conclui que a televisão salienta a contradição fundamental entre a voz monolítica do Partido Comunista dominante e as "realidades alternativas" que podem ser vistas na TV. Para ele, a televisão encontra-se no "centro de um ciclone cultural" que está sobre o futuro da China. A televisão tornou-se um veículo de agitação que serve para confirmar e incentivar o descontentamento popular em relação à falta de liberdade pessoal, à instabilidade na economia e à fortificação da burocracia.

eles, tem uma dívida com o poder da receita publicitária, sendo forçada a privilegiar um conteúdo que garanta altos índices de audiência e de vendas. Conseqüentemente, o entretenimento triunfará necessariamente sobre a controvérsia e o debate. Essa forma de *autocensura* por parte da mídia enfraquece a participação dos cidadãos nos assuntos de domínio público e as interpretações que as pessoas têm das questões públicas. Segundo Herman e McChesney, a mídia global não passa de um grupo de "novos missionários do capitalismo global": o espaço não-comercial dentro da mídia vem sendo constantemente tomado por aqueles que anseiam destinar a ele "o melhor aproveitamento econômico" (Herman, 1998). Aos seus olhos, a "cultura do entretenimento" promovida pelas instituições da mídia está acarretando um encolhimento constante da esfera pública e um enfraquecimento dos mecanismos da democracia.

### Resistência e alternativas à mídia global

Ainda que o poder e a abrangência da mídia global sejam inegáveis, todos os países contam com forças que podem servir

para retardar os ataques violentos da mídia e moldar a natureza dos produtos desta de forma a refletir as tradições, as culturas e as prioridades locais. A religião, a tradição e as visões populares são todos instrumentos poderosos para frear a globalização da mídia, ao passo que os regulamentos locais e as instituições nacionais da mesma também podem desempenhar um papel limitador no impacto das fontes da mídia global.

Ali Mohammadi examinou a reação de países islâmicos às forças da globalização da mídia (1998). O avanço dos impérios eletrônicos internacionais que atuam através das fronteiras dos estados é visto como uma ameaça à identidade cultural e aos interesses nacionais de muitos estados islâmicos. De acordo com Mohammadi, a resistência contra a incursão de formas externas de mídia varia desde a crítica silenciosa até a total proibição dos satélites ocidentais. A reação à globalização da mídia e as atuações dos países individualmente refletem, em grande parte, todas as suas respostas em relação ao legado do colonialismo ocidental e à invasão da modernidade. Na análise que faz sobre as reações islâmicas à globalização da mídia, Mohammadi divide os estados em três categorias gerais: modernistas, mistos e tradicionais.

## Empresários da mídia: Rupert Murdoch

Rupert Murdoch, empresário nascido na Austrália, lidera um dos maiores impérios mundiais da mídia. As ações da *News Corporation* incluem nove meios de comunicação diferentes que operam nos seis continentes. Em 1996, a corporação movimentou um valor de 10 bilhões de dólares em vendas.

Murdoch fundou a *News Corporation* na Austrália antes de entrar nos mercados britânico e norte-americano na década de 1960. Suas primeiras aquisições – o *News of the World* e o *Sun*, na Grã-Bretanha (em 1969), e o *New York Post* (em meados dos anos de 1970) – abriram caminho para uma impressionante expansão de seu domínio. As ações da *News Corporation* agora incluem mais de 130 jornais em San Antonio, Boston, Chicago e outras cidades. Em muitos desses jornais, ele adotou uma linha de jornalismo sensacionalista, fundamentada nos três temas – sexo, crime e esporte. O *Sun*, por exemplo, tornou-se um grande sucesso, com uma tiragem de mais de 4 milhões de exemplares diários.

Nos anos de 1980, Murdoch começou a expandir seu império para a televisão, fundando a *Sky TV*, uma cadeia de transmissão por satélite e cabo que, após alguns contratempos iniciais, demonstrou ser um sucesso comercial. Ele também detém 64% da rede *Star TV*, com base em Hong Kong, cuja estratégia declarada é “controlar os céus” na transmissão via satélite de uma área compreendida entre o Japão e a Turquia, abrangendo os mercados gigantes da Índia e da China. Ela transmite cinco canais, um dos quais é a *BBC World News*.

Em 1985, Murdoch comprou metade da participação na *Twentieth-Century Fox*, uma companhia de cinema que detém os direitos de mais de 2 mil filmes, dando início a sua *Fox Broadcasting Company* em 1987 – empresa que se tornou a quarta maior rede de televisão dos Estados Unidos, depois da ABC, da CBS e da NBC. Murdoch é dono de 22 estações de TV norte-americanas que representam mais de 40% dos grupos de televisão dos Estados Unidos. Ele controla 25 revistas, incluindo a famosa *TV Guide*, e, em 1987, comprou as editoras norte-americanas *Harper e Row* – cujo nome atual é *HarperCollins*.

Nos últimos anos, Murdoch tem feito investimentos pesados na lucrativa indústria da televisão digital por satélite, especialmente na cobertura de eventos esportivos ao vivo, como jogos de basquete e de futebol. De acordo com Murdoch, a cobertura de esportes é o “aríete” necessário para invadir os novos mercados da mídia (Herman e McChesney, 1997). Como é melhor assistir a eventos esportivos ao vivo, estes prestam-se ao formato “pay-per-view”, o qual é lucrativo tanto para Murdoch quanto para os anunciantes. A concorrência pelos direitos de transmissão das

principais competições esportivas programadas é acirrada entre a *News Corporation* e outros impérios da mídia à medida que a demanda global de esportes supera outros tipos de evento.

Os governos podem causar problemas para Murdoch, já que, ao menos dentro dos limites das suas fronteiras, eles podem introduzir uma legislação que limite a propriedade cruzada na mídia, ou seja, uma situação em que a mesma empresa é dona de diversos jornais e estações de TV. A União Européia também expressou sua preocupação em relação à posição dominante de empresas de mídia muito grandes. Porém, não é fácil conter o poder de Murdoch, dada a sua difusão global. Ele é importante o bastante para influenciar governos, mas é da natureza do negócio das telecomunicações estar em todos os lugares e em nenhum lugar. A base de poder de Murdoch é bem ampla, mas também indefinível.

Em um discurso feito em outubro de 1994, Murdoch aceitou o desafio daqueles que vêem o império da mídia como uma ameaça à democracia e à liberdade de discussão. “Porque os capitalistas estão sempre tentando apunhalar uns aos outros pelas costas,” argumentou Murdoch, “os livres mercados não levam a monopólios. Basicamente, os monopólios só podem existir quando os governos os mantêm”. “Nós, da *News Corporation*”, continuou Murdoch, “somos esclarecidos”. Ele descobriu que na Índia, onde as transmissões da televisão *Star* podiam ser captadas, milhares de operadores particulares haviam investido em antenas de satélite e vendiam ilegalmente a programação da *Star*. Bem, o que deveríamos fazer, defendeu Murdoch, era aplaudir! A *News Corporation*, concluiu ele, aguarda com interesse por “uma longa parceria com esses empresários esplêndidos” (Murdoch, 1994).

Durante algum tempo, Murdoch foi o chefe da maior organização de mídia que o mundo conheceu. Em 1995, contudo, ele foi surpreendido pela fusão da *Disney Company* com a ABC. Michael Eisner, o presidente da Disney, deixou claro a intenção de competir com Murdoch nos mercados que se expandiam rapidamente na Ásia. A resposta de Murdoch à fusão foi: “Agora eles têm o dobro do meu tamanho”. Logo após, ele acrescentou: “Um alvo maior”. A recente fusão do AOL com a *Time Warner* representou outro alvo para Murdoch, mas tudo indica que ele não se encolherá diante desse desafio. Todos os executivos-chefes da *Disney*, *Time Warner* e *Viacom* dizem que Murdoch é o executivo da mídia que eles mais respeitam e temem – e que estudam seus movimentos com o maior cuidado (Herman e McChesney, 1997).

Até meados da década de 1980, a maior parte da programação da televisão do mundo islâmico era produzida e distribuída dentro das fronteiras nacionais ou pela Arabsat – a cadeia pan-arábica de emissoras via satélite que abrangia 21 estados. A liberalização da transmissão e o poder da TV global por satélite mudaram os contornos da televisão no mundo islâmico. Os acontecimentos da Guerra do Golfo, em 1991, transformaram o Oriente Médio em um centro de atenção para a indústria da mídia global, afetando de forma significativa a transmissão e o consumo de programas de televisão também nessa região. Os satélites espalharam-se rapidamente, e, até 1993, Barein, Egito, Arábia Saudita, Kuwait, Dubai, Tunísia e Jordânia lançaram canais por satélite. Até o final da década, a maioria dos estados islâmicos havia estabelecido seus próprios canais por satélite, assim como já acessava os programas da mídia global.

Em alguns estados islâmicos, porém, os temas e o material apresentados na televisão ocidental geraram tensões. Programas que envolvam questões relacionadas ao gênero e aos direitos humanos são particularmente controversos; a Arábia Saudita, por exemplo, deixou de manter a *BBC Arabic* devido a preocupações quanto à cobertura de temas voltados aos direitos humanos. Três estados islâmicos – Irã, Arábia Saudita e Malásia – proibiram o acesso por satélite à televisão ocidental. O Irã tem sido o mais fiel oponente da mídia ocidental, estigmatizando-a como fonte de “poluição cultural” e promotora dos valores consumistas ocidentais.

No entanto, reações fortes como essa são uma minoria. Mohammadi conclui que, embora os países islâmicos tenham reagido à globalização da mídia ao tentarem resistir ou oferecer uma alternativa, a maioria deles percebeu a necessidade de aceitar certas modificações em sua cultura a fim de manterem sua própria identidade cultural. Para o autor, a “abordagem tradicionalista”, como a que é preferida pelo Irã e pela Arábia Saudita, está perdendo terreno para reações baseadas na adaptação e na modernização (Mohammadi, 1998).

### A questão da regulamentação da mídia

O avanço e a influência dos empresários da mídia e das grandes empresas de mídia preocupam muitas pessoas, já que essas corporações estão em um ramo de negócios que não é voltado apenas à venda de mercadorias, mas à influência de opiniões. Os proprietários dessas corporações, como Murdoch, não fazem segredo de suas visões políticas, que, inevitavelmente, são um motivo de preocupação para os partidos políticos e outros grupos de defendem posições políticas diferentes.

Há um fundo de verdade nessa visão de Murdoch de que apenas os governos criam monopólios. Murdoch não é um gerador de monopólios e teve que enfrentar riscos financeiros enormes – e perdas – para chegar à posição que ele agora ocupa. Ele resiste à concorrência não apenas das outras gigantes da mídia, como a liderada por Eisner, mas de inúmeros rivais. Entretanto, a idéia de que a concorrência no mercado impede as

grandes empresas de dominarem as indústrias é, no mínimo, questionável.

Reconhecendo esse fato, todos os países possuem disposições legais que buscam controlar o domínio da mídia. Mas até que ponto essas determinações devem ser rigorosas? E, considerando-se o caráter global dos empreendimentos da mídia, será que, em todo o caso, os governos nacionais podem ter muitas esperanças de controlá-los?

A questão da **regulamentação da mídia** é mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Parece óbvia a idéia de que, para o interesse público, deveria haver uma diversidade de organizações de mídia, já que assim seria provável que se assegurasse a possibilidade de vários grupos e perspectivas políticas diferentes serem atendidos. Contudo, a disposição de limites sobre quem pode ser dono do que e que formas de tecnologia de mídia eles podem utilizar talvez afete a prosperidade econômica do setor da mídia. Países restritivos demais podem acabar ficando para trás – as indústrias da mídia são um dos setores da economia moderna que apresentam um crescimento mais acelerado.

Aqueles que criticam a concentração da mídia dizem que as grandes empresas de mídia exercem um poder excessivo. Já a parte empresarial contesta, afirmando que, se eles se sujeitarem à regulamentação, será impossível tomar decisões comerciais eficazes, e eles sofrerão perdas na concorrência global. Além do mais, perguntam eles, quem ficaria encarregado dessa regulamentação? Quem regulará os reguladores?

Uma linha norteadora da política de regulamentação da mídia pode ser o reconhecimento de que, se duas ou três grandes empresas de mídia dominarem o mercado simultaneamente, tanto a concorrência econômica local quanto a democracia estarão ameaçadas – uma vez que os donos da mídia não são eleitos. Neste caso, a legislação antimonopólio existente pode ser acionada, ainda que apresente enormes diferenças na Europa e em outros países industrializados.

A concorrência é sinônimo de pluralismo, ou deveria ser – e presume-se que o pluralismo seja bom para a democracia. Mas será que o pluralismo é suficiente? Muitos apontam os EUA ao defenderem a idéia de que a pluralidade dos canais de mídia não é uma garantia de qualidade e de precisão dos conteúdos. Alguns enxergam a importância de se manter um forte setor público de radiodifusão para bloquear o domínio das grandes empresas de mídia. Entretanto, os sistemas públicos de radiodifusão, que na Grã-Bretanha equivalem à BBC, geram seus próprios problemas. Na maioria dos países, eles costumavam ser monopólios, e em muitos, de fato, foram utilizados como veículo de propaganda do governo. A dúvida sobre quem deve regular os reguladores surge aqui com mais força.

Um ponto que vem complicar a questão da regulamentação da mídia é o nível bastante acelerado das mudanças tecnológicas. A mídia vem sendo constantemente transformada por inovações tecnológicas; e formas de tecnologia que já foram distintas agora estão em processo de fusão. Se os programas de televisão forem vistos pela internet, por exemplo, que tipo de regulamentação de mídia deve ser aplicada? Entre os estados-

membros da União Européia, a questão da *convergência* da mídia e das telecomunicações lidera as discussões. Embora algumas pessoas percebam a necessidade de uma legislação coordenada que harmonizaria as telecomunicações, a radiodifusão e a tecnologia da informação por toda a Europa, essa é uma situação difícil de se realizar. A UE continua desempenhando mal o seu papel na regulamentação da mídia, e o texto da atual política "Televisão sem fronteiras" deverá ser reificado novamente apenas no ano 2002.

## Conclusão

Enquanto indivíduos, não exercemos controle sobre as mudanças tecnológicas, e o simples ritmo dessas transformações ameaça atolar nossas vidas. Aquela idéia geralmente recorrente da "auto-estrada da informação" sugere um mapa rodoviário

organizado, ao passo que o impacto das novas tecnologias muitas vezes parece caótico e perturbador.

De qualquer forma, o advento do mundo plugado até o momento não produziu nenhum dos quadros opressivamente negativos prognosticados por alguns céticos. O "Big Brother" não surgiu como resultado da internet: muito pelo contrário, esta promoveu a descentralização e o individualismo. Apesar de toda a onda em torno do possível colapso da infraestrutura da computação global na virada do milênio – a partir do chamado "bug do milênio" –, o momento se passou sem maiores problemas. Por fim, é improvável que os livros e outros meios de comunicação "pré-eletrônicos" venham a desaparecer. Ainda que seja volumoso, este livro está mais à mão para ser utilizado do que estaria uma versão computadorizada. Até mesmo Bill Gates percebeu a necessidade de escrever um livro para descrever o novo mundo da alta tecnologia que ele prevê.

## Pontos Principais

1. A mídia de massa veio desempenhar um papel fundamental na sociedade moderna. Por mídia de massa entende-se a mídia das comunicações - jornais, revistas, televisão, rádio, cinema, vídeos, CDs e outras formas - que atingem audiências de massa. Esse tipo de mídia exerce profunda influência sobre nossas vidas, proporcionando não apenas entretenimento, mas fornecendo e moldando muitas das informações que utilizamos em nosso cotidiano.
2. Os jornais ocuparam lugar de destaque na antiga mídia de massa. Seu papel continua sendo significativo, porém outros veículos mais recentes, particularmente a televisão e a internet, vieram suplementá-los.
3. Ao lado da internet, a televisão representa o mais importante avanço da mídia ao longo dos últimos 40 anos. Na maioria dos países, o Estado envolve-se diretamente na administração da transmissão de programas de TV. A tecnologia das transmissões por satélite e cabo está alterando a natureza da televisão em aspectos fundamentais: a transmissão pública de programas de TV está perdendo sua fatia da audiência à medida que se disponibiliza uma multiplicidade de canais e diminuiu o controle dos governos sobre o conteúdo dos programas de televisão.
4. Uma série de teorias diferentes sobre a mídia tem sido desenvolvida. Innis e McLuhan defendem a idéia de que a influência que a mídia exerce sobre a sociedade é maior em relação ao modo de sua comunicação do que ao conteúdo do que é transmitido. Nas palavras de McLuhan, "o meio é a mensagem": a televisão, por exemplo, influencia o comportamento e a atitude das pessoas porque suas características são bem diferentes daquelas de outros meios, como os jornais e os livros.
5. Outros teóricos importantes são Habermas, Baudrillard e Thompson. Habermas aponta o papel da mídia na criação de uma "esfera pública" - uma esfera de opinião pública e de debate público. Baudrillard foi fortemente influenciado por McLuhan. Ele acredita que a nova mídia, especialmente a televisão, de fato muda a "realidade" que vivenciamos. Thompson afirma que a mídia de massa é responsável pela criação de uma forma de interação social - a "quase-interação mediada" - que é mais limitada, restrita e unilateral do que a interação social cotidiana.
6. Nos últimos anos, os avanços da nova tecnologia das comunicações transformaram o cenário das telecomunicações - a transmissão de texto, sons ou imagens a distância através de um meio tecnológico. A digitalização, a fibra ótica e os sistemas por satélite trabalham juntos para facilitar a multimídia - a combinação de diversas formas de mídia em um único meio de comunicação - e a mídia interativa, que permite a participação ativa dos indivíduos naquilo que vêem e ouvem. Os telefones celulares atualmente estão na vanguarda das inovações nas telecomunicações.
7. A internet está permitindo níveis de interligação e de interatividade sem precedentes. O número de usuários da internet espalhados pelo mundo vem crescendo rapidamente, e a variedade de atividades que podem ser concluídas *on-line* continua em expansão. A internet tem proporcionado novas e instigantes possibilidades, mas há quem se preocupe com o fato de que ela possa enfraquecer as relações humanas e as comunidades ao estimular o isolamento social e o anonimato.
8. Nas três últimas décadas, a indústria da mídia passou por um processo de globalização. Diversas tendências podem

\* N. de T. Figura inventada pelo escritor George Orwell em seu livro 1984 que simboliza a vigilância do poder autoritário sobre os cidadãos.

ser observadas: o domínio da mídia está cada vez mais concentrado nas mãos dos grandes conglomerados de mídia; o domínio privado da mídia vem superando o domínio público; as empresas de mídia ultrapassam as fronteiras nacionais; as empresas de mídia diversificaram suas atividades; e as fusões da mídia tornaram-se mais frequentes. A indústria global da mídia – música, televisão, cinema, notícias – é dominada por um pequeno número de corporações multinacionais.

9. Atualmente, a sensação de pertencermos ao mundo é, em grande parte, um resultado do âmbito internacional da

mídia e das comunicações. Assistimos ao surgimento de uma ordem da informação mundial – um sistema internacional de produção, distribuição e consumo de bens informacionais. Diante da posição suprema dos países industriais na ordem da informação mundial, muitos acreditam que os países em desenvolvimento estão sujeitos a uma nova forma de imperialismo da mídia. Muitos críticos estão preocupados com o fato de que a concentração do poder da mídia nas mãos de algumas empresas ou indivíduos poderosos venha a enfraquecer os mecanismos da democracia.

### Questões para Reflexão

1. Os governos deveriam limitar a expansão da TV a cabo e por satélite para tentar proteger as culturas nacionais?
2. Se as novelas fossem a sua única fonte de informação, de que maneiras a visão que você tem de seu país ficaria distorcida ou incompleta?
3. A mídia de massa amplia ou reduz a possibilidade de um debate público aberto?
4. Quem você poderia ser na internet?
5. A concentração no domínio da indústria da música levou a uma redução da variedade de produtos ao consumidor?
6. Será que a globalização das comunicações irá melhorar nossa compreensão das diferenças culturais ou aniquilar essas diferenças?

### Leitura Complementar

**Chris Barker**, *Television, Globalization and Cultural Identities* (Buckingham: Open University Press, 1999)

**Timothy E. Cook**, *Governing with the News: The News Media as a Political Institution* (Chicago: The University of Chicago Press, 1998)

**Nick Lacey**, *Narrative and Genre* (Houndmills: Macmillan Press, 2000)

**James Slevin**, *The Internet and Society* (Cambridge: Polity, 2000)

**Daya Kishan Thussu**, *Electronic Empires* (London: Arnold, 1998)

### Endereços na Internet

Foundation for Information Policy Research (UK)  
<http://www.fipr.org>

The Modernist Journals Project  
[www.modjourn.brown.edu](http://www.modjourn.brown.edu)

News Watch  
<http://www.newswatch.org>

OECD and the information economy  
[www.oecd.org/dsti/sti/it](http://www.oecd.org/dsti/sti/it)

University of California at Los Angeles: Cultural Studies West

<http://www.qseis.ucla.edu/courses/cd253a/253WEBB.htm>

# 16

## Educação

<b>As mudanças no papel da educação</b>	396	Bourdieu: educação e reprodução cultural	413
Educação e industrialização	396	Willis: uma análise da reprodução cultural	413
<b>Educação britânica: origens e evolução</b>	397	<b>O gênero e a educação</b>	415
Educação e política	398	O gênero e as conquistas na escola	415
Comparações internacionais	400	O gênero e o ensino superior	418
<b>Ensino superior</b>	401	<b>Educação e etnicidade</b>	418
O sistema na Grã-Bretanha	401	Exclusão social e educação escolar	419
Universidades eletrônicas	406	<b>Q.I. e sucesso educacional</b>	419
<b>A educação e a nova tecnologia das comunicações</b>	407	No que consiste a inteligência?	419
A tecnologia dentro da sala de aula	407	Inteligência emocional e interpessoal	421
A educação e a disparidade tecnológica	408	<b>Conclusão: um aprendizado que se estende por toda a vida</b>	421
<b>A privatização da educação</b>	409	Pontos principais	423
Estados Unidos: empresários da educação	409	Questões para reflexão	424
Grã-Bretanha: o resgate das "escolas reprovadas"	411	Leitura complementar	424
Avaliação	411	Endereços na internet	424
<b>Teorias sobre a educação escolar e a desigualdade</b>	412		
Bernstein: códigos de linguagem	412		
Illich: o currículo oculto	412		

## 16: Educação

Muitos de vocês que estão lendo este livro são provavelmente estudantes universitários, ou logo ingressarão na universidade. Seu estudo de sociologia deverá envolver trabalho independente e tempo em sala de aula. Presumo que você estude ao lado de colegas, os quais você encontra uma ou mais vezes por semana, e seja introduzido às principais idéias da sociologia por um professor ou instrutor que dê aulas teóricas, conduza discussões e esteja disponível para consultas ou aulas particulares com hora marcada. Na realidade, é provável que grande parte da sua educação seja orientada dessa forma – uma combinação de interação pessoal, trabalho colaborativo e estudo independente.

Porém, o que aconteceria caso a sua educação deixasse de incluir componentes de contato pessoal, e você pudesse concluir cursos inteiros sem jamais encontrar pessoalmente seus colegas ou seus instrutores? Até bem pouco tempo, era difícil sequer imaginar uma possibilidade dessas. Embora os cursos por correspondência já permitam, há bastante tempo, que as pessoas estudem fora de ambientes educacionais formais, eles não são muito completos ou interativos. A *Britain's Open University* (Universidade Aberta da Grã-Bretanha), fundada em 1971, foi pioneira no uso da televisão para o aprendizado a distância na educação de nível superior. Seus programas são transmitidos pela BBC nas primeiras horas da manhã e tarde da noite. Os estudantes combinam esses programas com materiais escritos, trabalhos por correspondência, reuniões com um tutor pessoal e cursos de verão com outros estudantes. Dessa forma, eles conseguem fazer cursos de graduação de alta qualidade em casa – e, muitas vezes, enquanto ainda estão em um emprego. A *Open University* tornou-se a maior universidade do Reino Unido e, cada vez mais, ela vem inserindo a internet em seu raio de ação – porém mantendo seu compromisso por meio de uma mistura de encontros com seus alunos.

Outro exemplo da nova geração de instituições educacionais que estão aproveitando o poder da internet para revolucionar a face tradicional da educação é a *University of Phoenix* (Universidade de Phoenix), nos Estados Unidos. Fundada em 1989, é a maior universidade oficialmente reconhecida dos EUA. No entanto, ao contrário da maioria das grandes universidades norte-americanas, ela não pode orgulhar-se de ter um campus gramado, uma vasta biblioteca, um time de futebol ou um centro de estudantes. Os 68 mil alunos matriculados na universidade encontram-se e interagem predominantemente através da internet – o “campus *on-line*” da Universidade de Phoenix – ou em um dos mais de 50 “centros de aprendizado” localizados em grandes cidades por toda a América do Norte.

A Universidade de Phoenix oferece mais de uma dúzia de programas de graduação que podem ser concluídos integralmente *on-line*, o que torna irrelevante a efetiva localização geográfica dos alunos. Caixas de correio *on-line* para os grupos substituem as salas de aula de verdade: em vez de fazerem suas

apresentações ou discutirem idéias pessoalmente, os alunos colocam seus trabalhos na sala de aula eletrônica para serem lidos pelos demais alunos e pelo instrutor. Existe uma biblioteca eletrônica à disposição para os estudantes completarem suas pesquisas e tarefas de leitura. No início de cada semana, o instrutor do curso distribui eletronicamente a lista de leitura e os tópicos de discussão da semana. Os alunos concluem a tarefa exigida de acordo com seus próprios horários – podendo acessar a “sala de aula eletrônica” a qualquer hora do dia ou da noite –, e os instrutores marcam tarefas e as devolvem aos estudantes com comentários.

A Universidade de Phoenix não se distingue apenas pelo seu meio de aprendizado. A universidade somente admite estudantes acima de 23 anos e que estejam empregados. Tanto a estrutura quanto o conteúdo do que a universidade tem a oferecer destinam-se a profissionais adultos que desejam adquirir novas experiências e qualificações, mas que precisam dar continuidade a essa educação de uma forma que não atrapalhe a vida pessoal e a profissional. É por essa razão que os cursos são ministrados em blocos intensivos de cinco a oito semanas, estendendo-se ininterruptamente ao longo do ano, em vez de seguirem um calendário acadêmico.

Existe ainda mais um aspecto importante que faz com que a Universidade de Phoenix seja diferente das universidades tradicionais – ela é uma instituição com fins lucrativos pertencente a uma corporação chamada *Apollo Communications*. Uma década após a sua criação, a Universidade de Phoenix já rende um lucro médio de 12,8 milhões de dólares por trimestre. Como veremos brevemente, um número crescente de instituições educacionais nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e em outros lugares tem uma administração privada, e não pública. Organizações externas com especialização no controle ou na produção e na distribuição da tecnologia estão envolvendo-se no sistema educacional como consultores ou administradores.

A flexibilidade e a conveniência do aprendizado através da internet são inegáveis, porém essa é uma abordagem que não está livre de críticas. Muitas pessoas defendem a idéia de que não há nada que substitua o aprendizado face a face em um ambiente verdadeiramente interativo. Será que as futuras gerações de aprendizes não serão muito mais que redes de estudantes anônimos que se conhecem apenas pelos nomes que possuem como usuários *on-line*? Será que os estudos práticos voltados para a experiência irão minar a importância do raciocínio abstrato e do aprendizado “pelo próprio aprendizado”?

Neste capítulo, examinaremos algumas das formas pelas quais a educação está sendo transformada através de mudanças na área da tecnologia e das novas demandas da economia do conhecimento global. Investigaremos as origens e a evolução do sistema educacional na Grã-Bretanha e consideraremos as discussões políticas provocadas pela educação. Discutiremos os argumentos a favor da privatização da educação e estudare-



mos o papel da nova tecnologia da informação nas escolas. Após revisarmos algumas das principais abordagens teóricas para a educação, trataremos da questão das desigualdades na educação, considerando sua interseção com o gênero, a etnicidade e a classe. O encerramento do capítulo traz algumas reflexões quanto à natureza da inteligência e a importância de um aprendizado que se estenda por toda a vida.

### As mudanças no papel da educação

Ainda que, para a maioria dos cidadãos dos países industrializados, a educação moderna seja algo trivial, demorou muito tempo para o aparecimento desse modelo de instrução de alunos em estabelecimentos especialmente construídos para o ensino. Durante séculos, a educação formal esteve disponível apenas para uma minoria que dispunha de tempo e de dinheiro para dedicar-se aos estudos. Antes da invenção da imprensa, em 1454, os livros eram laboriosamente copiados à mão, sendo, portanto, escassos e caros. A leitura não era uma atividade necessária e nem mesmo útil na rotina diária de muitas pessoas. Para a vasta maioria da população, crescer significava aprender, por meio da imitação, os mesmos hábitos sociais e experiências práticas de trabalho dos mais velhos. Desde muito pequenas, as crianças começavam a trabalhar auxiliando nas atividades domésticas, rurais e manuais e, quando chegavam à metade da adolescência, já haviam adquirido um alto nível de conhecimentos acerca da terra ou da produção de um ofício. Os costumes locais eram transmitidos através das gerações, enquanto a tradição oral da narração de histórias assegurava a preservação das lendas e dos contos épicos em uma forma dinâmica.

Os tempos pré-modernos deram início a mudanças dramáticas. Nos países industrializados de hoje, é alto o grau de alfabetização – ou seja, quase todos têm a habilidade de ler e escrever em um nível básico. Praticamente todos os indivíduos têm consciência de que pertencem à sociedade e possuem, no mínimo, algum conhecimento a respeito da posição geográfica de seu país, bem como da história dele. Após a infância, nossa vida passa a ser influenciada, em todas as idades, pelas informações que captamos por meio de livros, jornais, revistas e da televisão. Todos nós nos submetemos a um processo de educação escolar formal. A palavra impressa e a comunicação eletrônica, combinadas com o ensino formal oferecido pelas escolas e faculdades, assumiram um papel fundamental em nosso modo de vida.

### Educação e industrialização

O processo da industrialização e a expansão das cidades influenciaram, em muito, o desenvolvimento do sistema educacional. Até as primeiras décadas do século XIX, a maioria da população não tinha acesso a nenhum tipo de educação escolar. Porém, com a rápida expansão da economia industrial,

houve uma enorme demanda de um ensino especializado capaz de formar uma mão-de-obra instruída, hábil. À medida que as ocupações foram se diferenciando e se afastando cada vez mais do ambiente doméstico, tornou-se impossível para os pais transmitir as experiências de trabalho diretamente aos filhos.

Assim que os sistemas educacionais passaram a ser universais, um número crescente de pessoas foi iniciado no ensino abstrato (de disciplinas como matemática, ciências, história, literatura e assim por diante), em vez de receberem os ensinamentos práticos de ofícios específicos. Em uma sociedade moderna, as pessoas precisam munir-se de habilidades básicas – como ler, escrever e calcular –, além de um conhecimento geral sobre o seu ambiente físico, social e econômico; mas é também importante que elas saibam como aprender, para que estejam aptas a dominarem novas modalidades de informações, às vezes bastante técnicas. Uma sociedade avançada também precisa da pesquisa “pura” e de *insights* sem valor prático imediato que ampliem os limites do conhecimento.

Na era moderna, a educação e as qualificações transformaram-se em um importante trampolim para oportunidades de emprego e carreiras. As escolas e as universidades não apenas servem para ampliar a mente e os horizontes das pessoas, como também devem preparar novas gerações de cidadãos para participarem da vida econômica. É difícil chegar a um ponto de equilíbrio entre uma educação generalista e experiências de trabalho específicas. Formas especializadas de treinamento técnico, vocacional e profissional, muitas vezes, representam um suplemento para a educação “liberal” dos alunos e facilitam a transição da escola para o trabalho. Monitorias e esquemas para a aquisição de experiência em algumas funções, por exemplo, possibilitam aos jovens desenvolverem um conhecimento específico aplicável a suas futuras carreiras.

Embora muitos professores de escolas e de universidades busquem, sobretudo, oferecer uma educação abrangente, os elaboradores de políticas e os empregadores preocupam-se com a garantia de que a educação e os programas de treinamento coincidam com o perfil econômico e as demandas de emprego do país. Porém, em momentos de mudanças econômicas e técnicas aceleradas, nem sempre há um casamento perfeito entre as prioridades do sistema educacional e a disponibilidade das oportunidades profissionais. A rápida expansão do sistema de saúde de um país, por exemplo, produziria um aumento dramático na demanda de profissionais treinados da área da saúde, técnicos de laboratório, administradores competentes e analistas de sistemas de computação familiarizados com questões ligadas à saúde pública. Transformações de grande porte que ocorressem no setor da indústria, envolvendo a tecnologia utilizada pelos operários na produção, exigiriam uma mão-de-obra com uma série de habilidades que talvez fosse difícil de ser encontrada.

## Educação britânica: origens e desenvolvimento

Embora o sistema educacional moderno tenha primeiramente se formado na maioria das sociedades ocidentais do início do século XIX, a Grã-Bretanha relutou bem mais do que a maior parte dos outros países para instituir um sistema nacional integrado. Até meados do século XIX, Holanda, Suíça e Alemanha já haviam alcançado um padrão universal de matrículas no ensino primário, mas a Inglaterra e o País de Gales ficaram bem longe dessa meta. Na Escócia, a educação era um pouco mais avançada.

Entre 1870 (ano em que se estabeleceu a educação obrigatória na Grã-Bretanha) e a Segunda Guerra Mundial, governos sucessivos aumentaram seus gastos com a educação. A idade mínima para se deixar a escola subiu de 10 para 14 anos, e um número cada vez maior de escolas foi construído, mas a educação não chegava a ser considerada uma árca importante para a intervenção do governo (Chapman, 1986). A maioria das escolas era administrada por autoridades privadas ou eclesiásticas sob a supervisão das juntas do governo local. A Segunda Guerra Mundial veio mudar essa atitude. Os resultados dos testes de habilidades e de conhecimentos aplicados a recrutas das forças armadas chocaram as autoridades, revelando um baixo nível de habilidades educacionais. Preocupado com as perspectivas diante da recuperação do pós-guerra, o governo começou a repensar o modelo do sistema educacional existente.

Até 1944, a grande maioria das crianças inglesas frequentava um único tipo de escola gratuita, a escola primária, até completar 14 anos. Ao lado do sistema primário, estavam as escolas secundárias, mas estas eram pagas. Esse sistema dividia claramente as crianças em classes sociais – quase todas as crianças de origens mais pobres limitavam-se ao ensino escolar primário. Menos de 2% da população frequentava a universidade. O *Education Act* (Lei da Educação) de 1944 marcou o início de diversas grandes mudanças, entre as quais: a educação secundária gratuita para todos, a elevação da idade de se deixar a escola para 15 anos e um compromisso com a igualdade de oportunidades na educação. A educação tornou-se uma responsabilidade fundamental dos governos locais eleitos.

Em consequência dessa lei, a maioria das autoridades educacionais locais adotou a seleção acadêmica como um meio de oferecer uma educação secundária adaptada às necessidades das crianças. A seleção acadêmica aos 11 anos – idade da transição da escola primária para a secundária – deveria separar das demais as crianças com mais aptidões, independentemente do seu ambiente social de origem. Para a maioria dos alunos, os resultados de seus exames *eleven-plus\** determinavam se eles prosseguiriam seus estudos nas *grammar schools* (que ofereciam um currículo extremamente acadêmico) ou nas *escolas secundárias modernas* (que eram uma combinação entre o ensino geral e o vocacional). Uma minoria também ingressava nas escolas técnicas ou nas escolas especiais. A opção de per-

manência na escola até os 17 anos abria-se a todos aqueles que fossem considerados qualificados e que desejassem dar continuidade aos seus estudos.

Até a década de 1960 – devido, em parte, à pesquisa sociológica – ficou claro que os resultados do sistema *eleven-plus* não correspondiam às expectativas. O *Crowther Report* (Relatório Crowther) de 1959 mostrou que apenas 12% dos alunos continuavam na escola até os 17 anos, ficando evidente que a saída precoce da escola estava mais ligada ao meio social do que ao desempenho acadêmico. O governo trabalhista, que havia retornado ao poder em 1964, comprometeu-se em instituir as *escolas inclusivas*, abolindo a divisão existente entre a *grammar school* e a escola secundária moderna, acabando assim com os testes de seleção realizados com as crianças de 11 anos. Dessa forma, as escolas juntariam crianças provenientes de diversas classes sociais. Entretanto, houve confusões a respeito do que essa *escola inclusiva* deveria oferecer: seria uma “*grammar school* aberta para todos” ou um tipo completamente novo de educação? Não se chegou a nenhuma solução para esse problema, e diferentes escolas e regiões desenvolveram abordagens próprias. Algumas autoridades locais resistiram à mudança, e, em alguns lugares, ainda existem *grammar schools*.

Desde o início da década de 1970, a educação oferecida pelo Estado passou a ser fortemente influenciada pela transição conturbada de uma situação de mão-de-obra escassa e de exigências no sentido de que as escolas fornecessem as habilidades necessárias para a economia, para outro quadro de mão-de-obra excessiva – uma época de desemprego crescente e de receita reduzida no governo. De uma hora para outra, a expansão educacional, que caracterizou todo o período do pós-guerra, foi substituída pelo retraimento e pelas tentativas de redução das despesas do governo. De meados da década de 1970 até o início dos anos de 1990, os gastos do Estado na área da educação caíram de 6,3% das despesas públicas totais para apenas um pouco mais de 5%. Em 1998, as despesas totais com educação representavam 4,8% do PIB.

Um *Education Act* (Lei da Educação) aprovado em 1988 introduziu diversas reformas significativas – algumas das quais enfrentaram uma grande resistência. Em combinação com suas políticas em outras esferas, o governo conservador buscou introduzir um elemento de concorrência de mercado na educação. Os diretores de escolas passaram a ter maiores responsabilidades financeiras, e as escolas puderam “optar” por deixar de ser controladas pelas autoridades educacionais locais, tornando-se, assim, “escolas independentes do Estado”. Houve a instituição de um currículo nacional especificando um esquema universal de ensino para o setor público (Johnson, 1991). A introdução do currículo nacional encontrou uma forte resistência de alguns grupos de profissionais da área do ensino os quais se opunham a um exame tão padronizado e tinham a impressão de que o currículo era desnecessariamente limitante. Os professores entraram em greve contra os testes no verão de 1993.

Em 1992, fundou-se uma nova agência de financiamento que deveria assumir gradualmente o oferecimento de vagas nas escolas que tinham optado por não serem controladas. No

\* N. de T. Exame prestado pela criança aos 11 anos.

## As "public" schools

As *public schools* da Grã-Bretanha causam estranheza por vários motivos. Para começar, nem são instituições públicas, mas, sim, particulares, mantidas mediante o pagamento de taxas. Seu grau de independência em relação ao resto do sistema educacional e o papel-chave que exercem em toda a sociedade as distinguem dos sistemas presentes em outros países. Em todas as sociedades ocidentais, encontramos algumas escolas particulares, normalmente vinculadas a denominações religiosas, mas em nenhuma outra sociedade essas escolas são tão exclusivas ou importantes quanto no RU.

As *public schools* estão nominalmente sujeitas à supervisão do Estado, mas, na verdade, poucas das principais leis relativas à educação as afetaram. Não foram atingidas pela Lei de 1944, nem pela instituição das *escolas inclusivas*; e, até bem pouco tempo, a grande maioria dessas escolas continuava sendo exclusiva para meninos ou para meninas. Existem aproximadamente 2.300 escolas pagas na Inglaterra, que educam cerca de 6% da população. Entre elas, estão uma diversidade de organizações – desde estabelecimentos de prestígio, como Eton, Rugby e Charterhouse, até *public schools* menores cujos nomes seriam desconhecidos para a maioria das pessoas.

Alguns educadores propõem uma limitação do termo *public school* para definir o grupo das principais escolas par-

ticulares, membros da *Headmasters' Conference* (HMC) (Conferência dos Diretores de Escolas), formada originalmente em 1871. Em um primeiro momento, a HMC contava com apenas 50 escolas, mas agora esse número já subiu para 233; seu quadro de membros inclui as escolas citadas acima – Eton, Rugby, entre outras.

Indivíduos que tenham passado pelas escolas da HMC dominam os mais altos postos da sociedade britânica. Um exemplo disso está em um estudo realizado por Ivan Reid e outros, publicado em 1991, que mostrou que 84% dos juizes, 70% dos diretores de bancos e 49% dos funcionários públicos em cargos superiores frequentaram as escolas da HMC (Reid et al., 1991).

Como resultado do *Education Reform Act* (Lei da Reforma Educacional) de 1988, todas as escolas do Estado devem seguir um currículo nacional padrão, o qual envolve a aplicação de testes para alunos de 7, 11, 14 e 16 anos. Representantes das escolas particulares participaram da criação do currículo nacional, porém essas escolas não precisam segui-lo. As escolas particulares podem ensinar o que quiserem e não estão obrigadas a aplicar testes para as crianças. A maioria optou por seguir o currículo nacional, mas algumas simplesmente o ignoraram.

*White Paper\**, que detalha as funções da agência, o governo afirmou esperar que "com o tempo, todas as escolas sejam mantidas pelo governo central" – ou seja, que optassem por não ser controladas pelo poder local. Até o ano de 1995, contudo, do total das 23 mil escolas do Estado, apenas mil haviam seguido esse caminho.

## Educação e política

Há muito tempo que a educação transformou-se em um campo de batalha política, e, neste início de século, essa situação continua idêntica. Um arrastado debate tem se concentrado no impacto da educação escolar inclusiva – nos padrões educacionais e nas desigualdades da sociedade mais ampla. Originalmente, a educação inclusiva atraiu o apoio de ambos os extremos do espectro político. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, foi o governo trabalhista que colocou em ação o sistema inclusivo, e, assim, o apoio para a educação inclusiva acabou sendo bem mais associado à ala esquerda da política do que à direita. Os criadores da educação inclusiva acreditavam

que as novas escolas proporcionariam um nível maior de igualdade e de oportunidades do que a educação seletiva possibilitava. Eles não pensaram muito no currículo propriamente dito, concentrando-se mais na igualdade de acesso.

Quando Margaret Thatcher tornou-se primeira-ministra, os conservadores não pouparam críticas à educação escolar inclusiva. Eles acreditavam que havia sido um erro deixar que as *grammar schools* praticamente desaparecessem, como ocorreu quando o sistema inclusivo foi introduzido, e estavam determinados a criar uma variedade maior de escolas de nível secundário, com um alcance correspondentemente mais amplo para que os pais pudessem escolher o tipo de educação de seus filhos.

No final dos anos de 1980, Margaret Thatcher começou a falar em fazer uma "revolução" na administração das escolas. Esperava-se que essa revolução desmantelasse as gigantescas escolas inclusivas e reduzisse o poder das autoridades educacionais locais responsáveis pela administração daquelas. Além de estabelecer o currículo nacional, o *Education Act* (Lei da Educação) de 1988 introduziu um novo sistema de controle escolar, chamado "controle local das escolas". A finalidade da restituição da administração das escolas era equilibrar a inevitável centralização envolvida no currículo nacional. Um novo grupo de *City Technology Colleges* (CTCs) (Faculdades Muni-

\* N. de T. Relatório a respeito de um tema específico que traz detalhes sobre o conteúdo de leis que podem ser implementadas no futuro.

cipais de Tecnologia) e de escolas mantidas pelo governo central deveria ser estabelecido. As escolas mantidas pelo governo central teriam a escolha de "optar" por deixarem de ser controladas pela autoridade local, recebendo verbas diretamente do Estado. Teriam também o direito de selecionar até 50% dos novos estudantes com base em seu nível de habilidade. Os críticos alegavam que esse critério serviria para agravar a desigualdade entre as escolas e minar o princípio da igualdade das escolas inclusivas.

### O sistema inclusivo e seus críticos

Aqueles que criticam o sistema inclusivo acreditam que ele tenha fracassado em dois aspectos. Para esses críticos, as escolas inclusivas não promoveram uma igualdade maior de oportunidades, mas, sim, o contrário. Crianças brilhantes provenientes de meios mais pobres poderiam prosperar na época do *eleven-plus*; nas escolas inclusivas, o progresso dessas crianças é barrado. Outro ponto igualmente importante, dizem os críticos, é que as escolas inclusivas só conseguem oferecer um padrão precário de educação, pois não há uma recompensa pelo mérito, nem um estímulo à especialização.

Antes da introdução do sistema escolar inclusivo, 20% dos alunos passavam no *eleven-plus* e continuavam seus estudos na *grammar school*. Com a reforma, teve-se a idéia de criar escolas que misturassem crianças talentosas com outras menos talentosas. Em cada escola inclusiva, 20% dos alunos pertenceriam também à faixa que reúne crianças com nível superior de habilidade.

Mas as coisas não correram conforme esperado. Como mostraram os resultados dos exames, apenas 27% das escolas inclusivas possuem 20% ou mais alunos que pertencem a essa faixa de nível superior de habilidade. Seguindo esse padrão, os alunos dessa faixa estão mais concentrados do que seria de se esperar: 18% das escolas inclusivas possuem mais de 20% das crianças nessa faixa. Na realidade, mesmo que tenham outro nome, essas escolas transformaram-se em *grammar schools*. Escolas menos exitosas nesse sistema se confundem, hoje em dia, com as velhas escolas secundárias modernas. Em 38% das escolas, a proporção de alunos que estão na faixa de nível superior de habilidade é de 10% ou menos, ao passo que em 16% das escolas a proporção está em menos de 5%.

Os processos de seleção responsáveis por essa situação funcionam de diversas maneiras. Em primeiro lugar, o *eleven-plus* nunca desapareceu completamente. Restaram 95 *grammar schools*, que ainda empregam o teste, afastando das outras escolas as crianças mais talentosas de sua região. As *grammar schools* continuam sendo comuns na Irlanda do Norte. Dentro do sistema inclusivo, espera-se que as escolas respeitem as proporções corretas de cada faixa de habilidade, mas há ainda outros processos de seleção que atuam informalmente e que não são menos decisivos nessa situação. As escolas precisam dar prioridade às crianças que moram na região. Assim, os pais

conseguem "comprar" o acesso de seus filhos às escolas preferidas ao assegurarem um endereço adequado.

Os críticos alegam que, atualmente, o sistema de educação da Inglaterra é dividido em duas camadas: "vencedores" e "perdedores". Os pais pertencentes à classe média tornaram-se peritos em garantir que seus filhos sejam aceitos na escola que escolheram. Crianças vindas de ambientes mais favorecidos tendem a se beneficiar mais com a seleção escolar, ao passo que as desfavorecidas descobrem que sua situação fica ainda mais delicada.

Um percentual considerável das escolas que optaram por deixar de ser controladas pela autoridade local levam em consideração fatores pessoais e médicos na hora de decidirem pelo ingresso da criança. Um desses fatores pode ser, por exemplo, avaliar se a criança é considerada, ou não, "difícil". Segundo um estudo recente, mais de 50% dessas escolas aplicam critérios seletivos nesse sentido (Hugill, 1996). Propostas introduzidas pelos Conservadores em 1996 darão a todas as escolas do Estado a possibilidade de selecionarem até 15% de seus alunos, seja pelo nível de habilidade ou por disciplina específica, como ciências ou música, podendo selecionar uma proporção maior com a permissão especial do governo.

A opção pela independência em relação à autoridade local deveria ampliar as alternativas de escolha dos pais ao criar uma diversidade no sistema escolar. Porém, não se podia imaginar que esse sistema pudesse trazer como consequência a redução dessas alternativas: cresce o número de crianças recusadas na primeira escola que procuram.

### A política educacional durante o Novo Trabalhismo

A educação tem sido prioridade central do Novo Governo Trabalhista -- de fato, ao se tornar primeiro-ministro, Tony Blair afirmou que "educação, educação e educação" encabeçariam sua agenda política. Blair reconheceu que os padrões da educação escolar britânica, como avaliam as comparações internacionais, não são altos, e que promover a reforma educacional é uma prioridade necessária. Em seu *White Paper* de 1997, *Excellence in Schools*, o Novo Trabalhismo comprometeu-se em defender e modernizar as escolas inclusivas. O *White Paper* exigiu que, no caso de escolas bem-sucedidas e que encontram caminhos criativos para atingir bons resultados, a aplicação de intervenções fosse limitada, mas reconheceu a necessidade de o governo intervir naquelas escolas que obtivessem um desempenho cronicamente abaixo do padrão.

Para a surpresa de alguns, até mesmo dos sindicatos de professores, muitos elementos das reformas educacionais dos Conservadores continuaram intactos durante o Novo Trabalhismo. Por exemplo, as escolas mantidas pelo governo central ainda funcionam e têm direito a selecionar os alunos com base em seu nível de habilidade. As *grammar schools* também não sofreram alterações, uma decisão que despertou dúvidas entre estudiosos do tema e educadores os quais acreditam que as *grammar schools* reduzem substancialmente o de-

sempenho das escolas inclusivas locais ao reterem os estudantes mais talentosos (Benn e Chitty, 1996). Por fim, o Novo Trabalhismo concorda com os líderes Conservadores reconhecendo que o ensino de habilidades mistas dentro das escolas deve ser abandonado para que as crianças que possuam habilidades distintas possam progredir no ritmo mais acelerado possível.

O Novo Trabalhismo introduziu uma série de iniciativas novas e controversas, visando ampliar o desempenho das escolas britânicas mantidas pelo Estado. Agindo dessa forma, ele rejeitou muitos dos argumentos convencionais dos sindicatos de professores e dos comentaristas de esquerda no sentido de que o baixo desempenho educacional seja resultado de despesas inadequadas e de altas concentrações de estudantes desfavorecidos em determinadas escolas. Chris Woodward, supervisor-chefe de escolas, é contrário a essa opinião, afirmando que existe uma grande disparidade nos resultados obtidos entre escolas que recebem novos alunos com características bastante semelhantes. Ele observou:

Em um grupo de escolas que se assemelham nos altos níveis de desvantagem em uma série de indicadores, a proporção de alunos que atingiram o nível 4 ou superior (em testes nacionais padronizados para avaliar o grau de alfabetização) variou de cerca de 65 para 15%. Contrariando as expectativas, algumas escolas saem-se bem, enquanto outras, em circunstâncias semelhantes, têm um desempenho abaixo do seu potencial. (Citado em *The Economist*, 10 de abril de 1999).

Em vez de se concentrar no aumento de despesas e na melhoria dos resultados, o Novo Trabalhismo enfatizou a importância de haver bons métodos de ensino e uma forte liderança por parte dos diretores como soluções para a reforma educacional. Entre algumas das principais iniciativas do governo estão:

1. O *Fresh Start Programme* (Programa Recomeçar) busca uma melhoria das escolas cujo desempenho está sempre abaixo do seu potencial, fechando-as e reabrindo-as com uma nova equipe sob a liderança de um "superdiretor". Os professores que desejarem permanecer na escola deverão candidatar-se novamente aos cargos divulgados nacionalmente. Escolas que por três anos consecutivos não consigam aprovar no mínimo 15% de seus alunos nos exames GCSE com cinco boas notas (que equivalem a um conceito C ou superior) entram na mira desse programa.
2. Uma estratégia contra as faltas escolares visa reduzir as faltas em um terço até o ano de 2002. Em 1998, a cada dia letivo, aproximadamente 50 mil alunos estiveram ausentes da escola sem autorização. Como parte da estratégia, serão nomeados centenas de "mentores do aprendizado" com formação na área da assistência social para trabalharem nas escolas. Os mentores do aprendizado concentram-se naquelas crianças que correm risco de alienação ou de expulsão, auxiliando-as a lidarem com pressões pessoais e familiares. Dessa forma, os professores conseguem concentrar-se no ensino

em sala de aula, havendo menos necessidade de se envolverem nas atividades de aconselhamento e de assistência social.

3. O *salário vinculado ao desempenho* possibilita aos diretores autorizar aumentos salariais para professores excelentes. O esquema é projetado para recompensar professores dinâmicos, criativos, que atinjam bons resultados, e encorajar jovens talentosos a ingressarem no ensino. O salário vinculado ao desempenho tem sido alvo de duras críticas por parte de muitos professores, que alegam que esse sistema provoca divisões e prejudica a profissão. Vincular o pagamento a indicadores de desempenho como resultados de exames é uma atitude que tem sido criticada por ser injusta em relação àqueles professores que trabalham com alunos provenientes de ambientes desfavorecidos.
4. O Novo Trabalhismo apóia, em escala limitada, o *controle privado das escolas* (veja a seguir). Grupos de controle do setor privado podem requerer ao governo o controle do funcionamento das escolas reprovadas e transformá-las com a aplicação de métodos extraídos de escolas bem-sucedidas.

Muitas das políticas continuam sendo controversas e levará algum tempo até que os efeitos gerais das iniciativas do Novo Trabalhismo se tornem evidentes. Passemos a analisar brevemente algumas comparações internacionais antes de considerarmos os sistemas do ensino superior.

### Comparações internacionais

Quais as semelhanças entre as escolas britânicas e as estrangeiras? É difícil fazer comparações diretas das escolas em nível internacional, já que existem enormes diferenças entre os países, tanto no número de anos que uma criança deve permanecer na escola quanto nas formas de organização dos sistemas educacionais.

Entre os estados da União Européia, as escolas britânicas chamam atenção por ensinarem aos alunos um número de línguas estrangeiras abaixo da média. Na Inglaterra e na Irlanda, cada aluno aprende em média uma língua estrangeira na escola, ao passo que, nas escolas de Luxemburgo, dos Países Baixos e da Finlândia, eles aprendem mais de duas línguas. A razão para as línguas estrangeiras não serem tão enfatizadas nos currículos escolares da Grã-Bretanha é atribuída ao fato de o inglês ter se transformado na língua efetivamente empregada nos negócios, no comércio e no meio acadêmico em todo o mundo. Entretanto, conhecer uma língua estrangeira é cada vez mais importante, especialmente dentro de uma Europa unificada. Em 1995, um *White Paper* da UE sobre a educação declarou como objetivo principal que todos os cidadãos da União Européia devam ser capazes de se comunicar em três línguas européias, impondo a que todos os jovens aprendam, no mínimo, duas línguas.

Os estudantes do Reino Unido passam uma média de 11,7 anos na escola – ligeiramente inferior à dos Estados Unidos e à do Canadá, onde essa média é um pouco superior a 12 anos. Outras nações desenvolvidas exigem menos anos de educação escolar: na Rússia e em outras regiões da antiga União Soviética, por exemplo, os estudantes freqüentam a escola por um período de nove anos.

No Reino Unido, cresce o número de jovens que optam por continuar seus estudos além dos anos obrigatórios de ensino (veja a seguir); porém, comparada ao resto da Europa, a Grã-Bretanha possui um dos índices mais baixos de alunos com 16, 17 e 18 anos que estudam em período integral (veja a Figura 16.1). Esse fato pode ser explicado, em parte, pelas diferenças na idade com que os jovens deixam a escola nos países europeus – o RU é um dos poucos países em que jovens de 16 anos possuem uma qualificação reconhecida para o mercado de trabalho. Entretanto, esse é um quadro provavelmente mais complexo. Um estudo de 1998 da OCDE envolvendo os 29 países mais desenvolvidos constatou que, em apenas quatro países – Espanha, Hungria, México e RU –, um percentual dos jovens igual ou superior a 20% deixa a escola um ano antes de concluírem o ensino obrigatório. A OCDE descobriu que os estudantes do RU e de Portugal eram os que corriam os maiores “riscos” de não encontrarem nem trabalho nem treinamento após abandonarem a escola. O estudo declarou que 40% dos

jovens britânicos com idades entre 19 e 24 anos não haviam atingido um nível mínimo de qualificação.

## Ensino superior

Existem grandes diferenças entre as sociedades na organização do **ensino superior** (ensino após a escola, geralmente na universidade ou faculdade). Em alguns países, todas as universidades ou faculdades são agências públicas, recebem verbas diretamente de fontes do governo. A organização do ensino superior na França, por exemplo, ocorre nacionalmente – o controle centralizado é quase tão visível quanto na educação primária e secundária. Todas as estruturas dos cursos precisam ser aprovadas por um organismo nacional regulador que está sob a responsabilidade do Ministro do Ensino Superior. Dois tipos de diploma podem ser obtidos: um conferido pela universidade e outro pelo Estado. Os diplomas nacionais geralmente são mais prestigiados e valorizados do que os das universidades, pois espera-se que eles sigam padrões uniformes seguros. Existem determinadas ocupações no governo que são destinadas apenas a aqueles que possuem um diploma nacional, o qual tem também a preferência da maioria dos empregadores do setor industrial. Praticamente todos os professores de escolas, faculdades e universidades da França são funcionários públicos. Os índices salariais e o esquema geral das atribuições de ensino são determinados em nível central.

Os Estados Unidos distinguem-se dos demais países desenvolvidos quanto à alta proporção de faculdades e universidades que pertencem ao setor privado. As organizações privadas compõem 54% das organizações de ensino superior nos Estados Unidos, estando entre elas algumas das universidades de maior prestígio, como Harvard, Princeton e Yale. A distinção entre o público e o privado no ensino superior norte-americano, contudo, não é tão clara quanto em outros países. Os alunos de universidades privadas têm direito a bolsas e empréstimos concedidos pelo governo, e essas universidades recebem verbas públicas para pesquisa. As universidades públicas normalmente possuem dotações consideráveis, podendo receber doações de empresas privadas e obter também bolsas de pesquisa de fontes industriais privadas.

## O sistema na Grã-Bretanha

O sistema britânico de ensino superior é bem mais descentralizado do que o francês, porém mais unitário do que o norte-americano. As universidades e as faculdades são financiadas pelo governo, e os salários dos professores de todos os níveis do sistema educacional são determinados de acordo com escalas salariais nacionais. Entretanto, existe uma diversidade considerável na organização das instituições e dos currículos.

Pouco tempo antes da guerra, a Grã-Bretanha contava com 21 universidades. Nessa época, a maioria das universidades era muito pequenas se comparadas aos padrões atuais. Em 1937, o número total de estudantes universitários era ape-

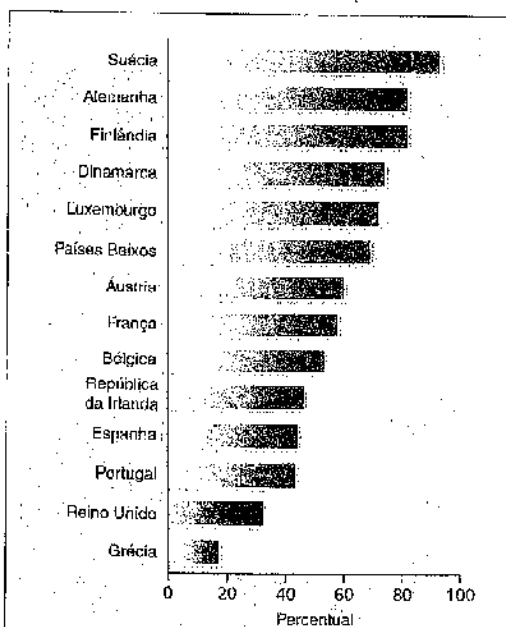


Figura 16.1 Índices de participação de jovens de 18 anos na educação secundária em período integral, comparação europeia, 1996 (%).

Fontes: OCDE. De *Social Trends*, 30 (2000), p. 55. Crown copyright.

## A alfabetização em foco global

Em 1996, o Reino Unido participou do primeiro *International Adult Literacy Survey* (Levantamento Internacional sobre a Alfabetização de Adultos) realizado pela OCDE. Embora muitas vezes se imagine que o analfabetismo seja um problema que afete países menos desenvolvidos, o estudo revelou que o **analfabetismo funcional** – falta de habilidades para realizar cálculos simples e para ler e escrever, necessárias às tarefas da vida diária – é um problema em muitas sociedades ocidentais.

A OCDE avaliou o grau de alfabetização dos entrevistados ao longo de um *continuum*, definindo como nível 1 o mais baixo grau e nível 5 o mais alto. As pessoas que participaram do levantamento foram testadas em sua habilidade de leitura e de compreensão do material escrito, de localização e de aplicação das informações em um gráfico ou tabela de horários, e de realização de cálculos matemáticos básicos. O nível 3 foi considerado o nível mínimo de alfabetização exigido para enfrentar a vida e o trabalho dos tempos modernos.

Os resultados (mostrados na Tabela 16.1) revelaram que pelo menos um quarto da população adulta dos países participantes não conseguiu atingir o nível 3 de alfabetização. A Suécia teve o índice mais baixo (27,8%), enquanto que no RU o número ficou acima de 50%. Conforme observou o relatório da OCDE, os altos níveis de analfabetismo funcional nas sociedades ocidentais são perturbadores se levarmos em consideração o movimento em direção à economia do conhecimento, na qual indivíduos com graus mais deficientes de alfabetização correm o risco de ficar para trás em função da crescente importância da informação (UNPD, 1998).

A falta de um nível básico de alfabetização é um problema muito maior nos países em desenvolvimento, onde cerca de 30% da população não sabe ler nem escrever (veja a Figura 16.2). Só na Índia, mais de 250 milhões de pessoas são analfabetas. Em alguns países, apenas uma pequena minoria da população tem alguma experiência com a leitura ou a escrita. Essa situação deve-se, em parte, ao fato de alguns países não possuírem uma educação universal. Todavia, mesmo que, com o nível de crescimento populacional, houvesse uma ampliação no oferecimento de vagas no ensino escolar primário, muitos anos se passariam e o

**Tabela 16.1** População de adultos em cada nível redacional, 1994-1995 (dos 16 aos 65 anos, percentual)

País	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4/5
Suécia	7,5	20,3	39,7	32,4
Países Baixos	10,5	30,1	44,1	15,3
Alemanha	14,4	34,2	38,0	13,4
Canadá	16,6	25,6	35,1	22,7
Austrália	17,0	27,1	36,9	18,9
Suíça (falantes de francês)	17,6	33,7	38,6	10,0
Bélgica (falantes de flamengo)	18,4	28,2	39,0	14,3
Nova Zelândia	18,4	27,3	35,0	19,2
Suíça (falantes de alemão)	19,3	35,7	36,0	8,9
EUA	20,7	25,9	32,4	21,1
Reino Unido	21,8	30,3	31,3	16,6
Irlanda	22,8	29,8	34,1	13,5
Polônia	42,6	34,5	19,8	3,1

Fontes: OCDE, Human Resources Development Canada and Statistics Canada 1997. Do UNDP, *Human Development Report*, 1998. Crown copyright.

analfabetismo não teria sido muito reduzido, pois é grande a proporção de analfabetos adultos. Na verdade, o número absoluto de indivíduos que não sabem ler nem escrever vem aumentando.

O analfabetismo tem uma forte dimensão relacionada ao gênero, especialmente nos países mais pobres, onde ele incide quase duas vezes mais sobre as mulheres do que sobre os homens. Dos 150 milhões de crianças entre os 6 e os 11 anos que não estão na escola, 90 milhões são meninas. Altos índices de analfabetismo feminino estão muito ligados à pobreza, à mortalidade infantil, aos altos índices de fertilidade e aos baixos níveis de desenvolvimento econômico. A cultura tradicional e as pressões econômicas, combinadas, afastam muitas meninas da escola: famílias rurais tendem a ser mais tradicionais, incentivando menos a educação das mulheres. Mas, nas famílias maiores, custa caro educar todos os filhos – nelas é comum ver meninas sacrificando sua educação em favor dos meninos.

nas um pouco maior do que o de pessoas que, em 1981, acompanhavam a equipe acadêmica que trabalhava em regime integral nas universidades (Carswell, 1985). Entre 1945 e 1970, o sistema de ensino superior da Grã-Bretanha quadruplicou seu tamanho. Houve uma expansão das antigas universidades e uma construção de novas universidades – rotuladas de *red-*

*brick\** (como Sussex, Kent, Stirling e York). Estabeleceram-se um sistema binário com a criação das politécnicas. Essa se-

\* N. de T. O nome *red-brick*, cuja tradução literal seria "tijolos vermelhos", distingue essas universidades das outras mais antigas, como as de Oxford e Cambridge.

gunda camada do ensino superior tornou-se relativamente ampla, compreendendo aproximadamente 400 faculdades que oferecem uma grande variedade de cursos. As politécnicas concentraram-se mais nos cursos vocacionais do que as universidades. Criou-se o *Council for National Academic Awards* como um organismo validador que assegura o padrão uniforme dos diplomas desses cursos.

Atualmente, as instituições britânicas de ensino superior possuem o que é, às vezes, chamado de "cunhagem padrão", o que significa que um diploma de Leicester ou de Leeds está, ao menos teoricamente, no mesmo nível de um expedido pelas Universidades de Cambridge, de Oxford ou de Londres. Porém, Oxford e Cambridge são reconhecidas pela seleção rigorosa dos novos alunos – cerca da metade deles vem de escolas particulares. Um diploma de Oxford ou de Cambridge confere maiores chances de uma carreira lucrativa do que uma qualificação obtida na maioria das demais universidades.

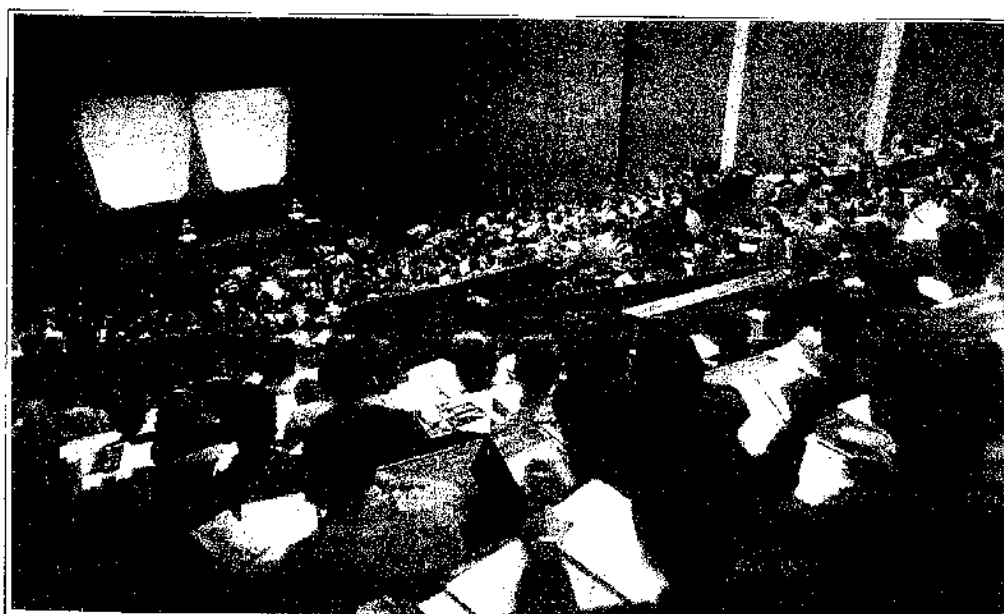
O número de estudantes britânicos no ensino superior apresentou um crescimento considerável em relação a cem anos atrás, quando apenas 25 mil alunos estudavam em regime integral. Até 1962 e 1963, esse número aumentara dez vezes, chegando a 216 mil, dobrando novamente até 1972 e 1973, com 453 mil. Os números do ensino superior continuaram a crescer regularmente. Em 1997 e 1998 havia 1,2 milhão de alu-

nos matriculados em período integral no ensino superior. O aumento foi impressionante para ambos os sexos, mas especialmente no caso das mulheres. Entre os anos de 1970 e 1997, as matrículas de estudantes universitários do sexo masculino cresceram em até 83%, enquanto as de estudantes do sexo feminino tiveram uma elevação excepcional de até 400% (HMSO, 2000).

A classe social de origem é um fator que influencia a continuidade dos estudos em nível superior. No caso dos jovens provenientes de famílias cujos membros não são profissionalizados, o índice de participação no ensino superior subiu de 6 para 13% entre os anos de 1991 e 1998. Mesmo que estejamos diante de um aumento significativo, esse percentual continua representando menos de um quinto do índice encontrado entre os jovens vindos de meios profissionais (HMSO, 2000).

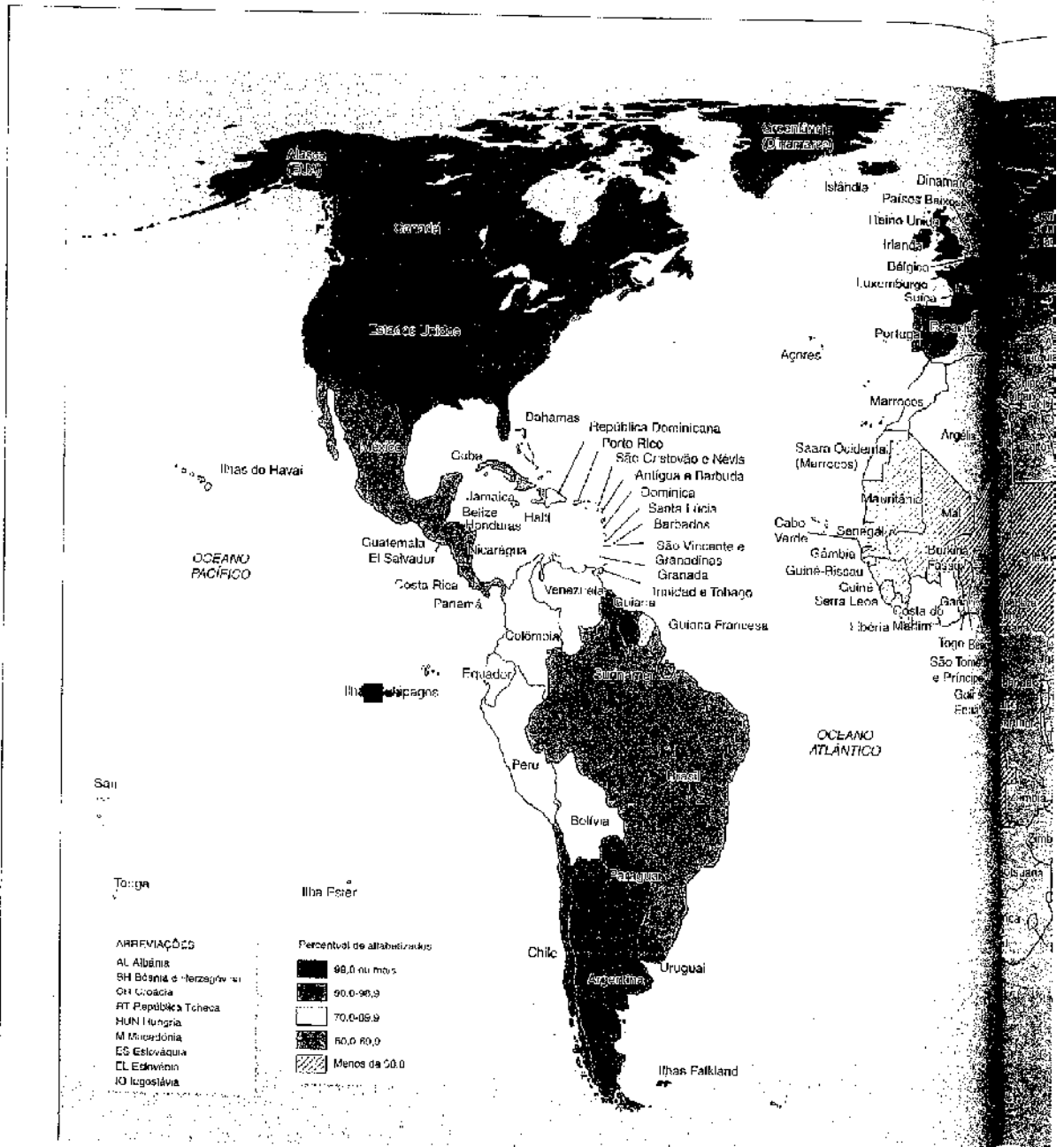
#### *A crise no financiamento do ensino superior*

Ainda que as universidades estejam se expandindo, esse crescimento vem ocorrendo ao mesmo tempo que elas têm que lidar com um volume igual ou mesmo reduzido de verbas repassadas pelo governo. O resultado desse quadro é uma crise no financiamento do ensino superior. Um relatório emitido

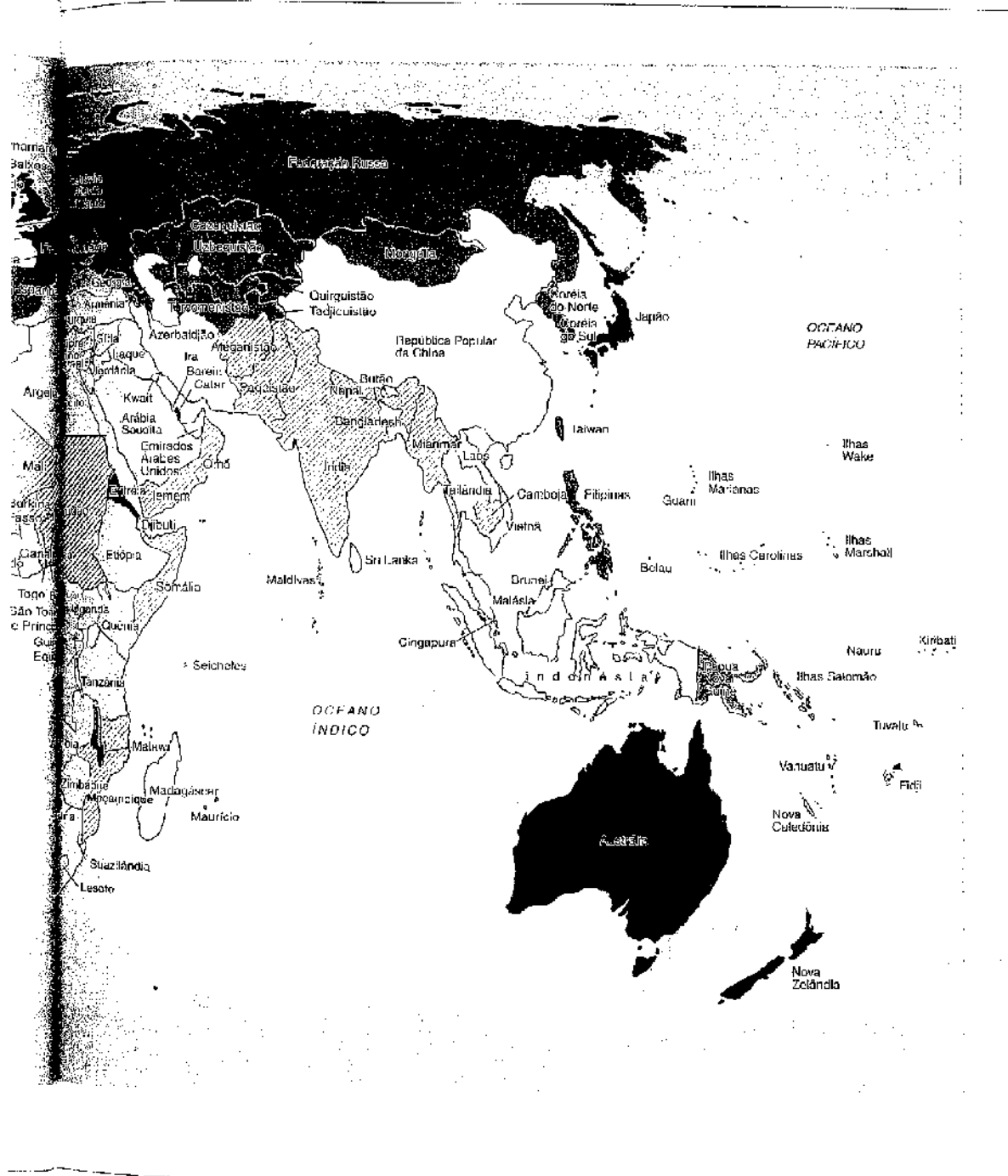


Estudantes universitários do primeiro ano em uma aula de química na Universidade de Cambridge – alguns dos mais de mil alunos matriculados no ensino superior da Grã-Bretanha.





**Figura 16.2** Índices de alfabetização de adultos no mundo inteiro.  
 Fonte: World Bank, *World Development Report*, Oxford University Press, 1994.



em 1997 pelo *National Committee of Inquiry into Higher Education* (Comitê Nacional de Investigação do Ensino Superior) concluiu que a expansão e a melhoria do ensino superior seriam impossíveis no programa de financiamento atual. A partir do ano acadêmico de 1998-1999 poderão ser exigidos dos estudantes que se matricularem em instituições de ensino superior no RU o pagamento de uma contribuição de até 1.000 libras (relativa aos custos de ensino). As bolsas de subsistência destinadas a cobrir as despesas com o sustento foram extintas em outubro de 1999. As bolsas para os estudantes vêm sendo gradualmente substituídas pelos empréstimos estudantis (veja a Tabela 16.2). Em 1990-1991, apenas três em cada dez estudantes do RU retiravam empréstimos para financiar suas despesas com o ensino superior e, até 1997-1998, mais de seis. Muitos estudantes estão arranjando empregos de meio turno para financiar sua educação.

As mudanças no financiamento estudantil dão sinais de que possam vir a ocasionar efeitos prejudiciais na diversidade de candidatos às vagas e de ingressos nas universidades. O governo Trabalhista menciona a necessidade de se ampliar o acesso às universidades para grupos que normalmente são pouco encontrados no ensino superior - minorias étnicas, estudantes adultos e membros da classe trabalhadora -, porém os aumentos no custo do ensino superior podem acabar impedindo os indivíduos pertencentes a esses grupos de solicitarem seu ingresso. Um relatório de 1999 do *University and Colleges Admissions Service* (UCAS) (Serviço de Ingressos em Universidades e Faculdades) revelou uma queda percentual particularmente alta, entre os anos de 1997 e 1998, nos números já reduzidos de candidatos provenientes da classe social manual não-profissionalizada aos cursos de graduação e a outros cursos nacionais de nível superior (veja a Figura 16.3). As solicitações de ingresso no ensino superior por parte de pessoas vindas de famílias profissionais também foram baixas, porém não tanto quanto as daquele grupo.

### Universidades eletrônicas

Um dos resultados da globalização e do avanço tecnológico foi a criação de um mercado global no ensino superior. Embora o

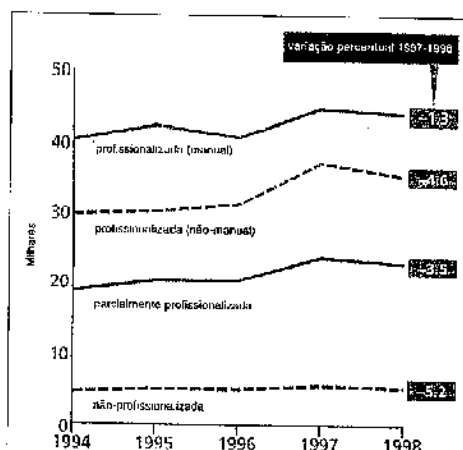
ensino superior sempre tenha tido uma dimensão internacional - graças aos estudantes estrangeiros, aos projetos de pesquisa transnacionais e às conferências acadêmicas internacionais - oportunidades radicalmente novas estão surgindo para a colaboração entre estudantes e instituições educacionais e acadêmicas espalhadas pelo mundo. Por meio do aprendizado pela internet e da formação das "universidades eletrônicas", a educação e as qualificações estão se tornando mais acessíveis para um público global. Qualificações, certificados e diplomas agora podem ser conquistados fora do mundo físico das salas de aula e dos estabelecimentos de ensino tradicionais. Uma série de instituições e empresas concorrentes - algumas do ramo do comércio - vem ingressando rapidamente no mercado da educação global. Mais do que nunca o conhecimento e o aprendizado estão à disposição.

Já descrevemos a Universidade Aberta e também como a Universidade de Phoenix desenvolveu, com enorme sucesso, o potencial do **aprendizado através da internet**. Utilizando aplicativos da *web*, a universidade elevou o conceito de aprendizado a distância para novos patamares de interatividade. O aprendizado a distância não é recente: na verdade, é um fenômeno difundido e extremamente popular. Porém, na forma tradicional - em que os estudantes completam tarefas de modo independente e enviam-nas a tutores para serem avaliadas -, o aprendizado a distância exige altos níveis de compromisso e de automotivação para a sua eficácia. Ao se depararem com problemas ou confusões, os estudantes não têm a quem recorrer para uma orientação imediata: muitos ficam frustrados e abandonam seus estudos.

**Tabela 16.2** Estudantes fazem empréstimos no RU, como um percentual dos estudantes que têm direito a esse empréstimo

1990-1991	28
1991-1992	36
1992-1993	41
1993-1994	47
1994-1995	55
1995-1996	59
1996-1997	62
1997-1998	64

Fontes: Department for Education and Employment, *De Social Trends*, 30 (2000), p. 63, Crown copyright.



**Figura 16.3** Variação no número de candidatos aos cursos de graduação e a outros cursos nacionais de nível superior, pela classe social da família, 1997-1998.

Fontes: UCAS. De *The Economist*, 30 de outubro de 1999, p. 38.

O aprendizado a distância por meio da internet evita alguns desses desafios básicos. Formam-se pequenos grupos de estudo, reunindo entre 10 a 15 pessoas, que trocam idéias entre si regularmente. Os instrutores do curso têm condições de oferecer uma assistência individual e de responder a perguntas por e-mail, diminuindo assim a sensação de isolamento dos estudantes. Os cursos por meio da internet tentam reproduzir todos os elementos do aprendizado tradicional em um ambiente *on-line*.

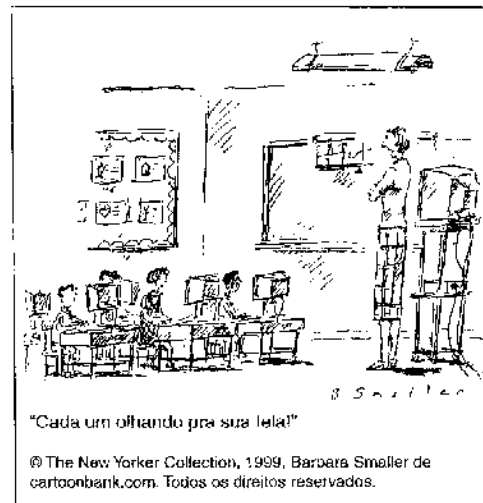
Até mesmo as universidades convencionais vêm adotando medidas para também funcionarem como "universidades eletrônicas" – consórcios de instituições estão partilhando *on-line* recursos acadêmicos, instalações para pesquisa, equipe docente e alunos. As universidades de todo o mundo estão reconhecendo os benefícios dessas parcerias com outras instituições, cujas contribuições complementar as suas próprias. Com a proliferação das bolsas de estudo e da inovação tecnológica, é impossível, mesmo para as instituições de elite, continuarem liderando os avanços em todas as disciplinas. Por meio das parcerias *on-line*, elas podem somar seu conhecimento especializado, disponibilizando-o a estudantes e pesquisadores dentro do consórcio. Os estudantes de Londres, por exemplo, podem acessar bibliotecas *on-line* em São Francisco, nos Estados Unidos, enviar *e-mails* para equipes acadêmicas especializadas de qualquer lugar quando quiserem esclarecer dúvidas e colaborar em projetos de pesquisa.

No RU, há também mudanças no sentido de se criarem programas distintamente novos de aprendizado na internet para uma rede global de estudantes. Em fevereiro de 2000, David Blunkett, secretário da Educação e do Emprego do RU, anunciou os planos para a criação de uma universidade no RU com base na *web*, que reuniria elementos do melhor da educação britânica, disponibilizando-os para estudantes do mundo inteiro.

### A educação e a nova tecnologia das comunicações

A difusão da tecnologia da informação já está influenciando de diversas maneiras a educação nas escolas. A economia do conhecimento requer uma mão-de-obra familiarizada com a computação, e está cada vez mais claro que a educação pode, e deve, exercer um papel decisivo para suprir essa necessidade. Embora o número de computadores domésticos tenha disparado nos últimos anos, muitas crianças ainda não têm acesso a esse equipamento em casa. É por essa razão que as escolas são um foro crucial para os jovens aprenderem e se familiarizarem com as capacidades dos computadores e com a tecnologia *on-line*.

Ao longo da última década, houve uma completa transformação no emprego da tecnologia nas escolas, com uma série de iniciativas nacionais que visaram à modernização e à computadorização das escolas britânicas. O número médio de com-



putadores por escola sofreu um aumento impressionante – cerca de 96% das crianças com idades entre 5 e 15 anos têm acesso a computadores na escola. Até 1998, as escolas secundárias britânicas tinham uma média de 101 computadores cada uma, ao passo que, nas escolas primárias, a média era de 16 (HMSO, 2000).

Até 1998-1999, 93% das escolas britânicas secundárias e 62% das primárias podiam acessar a internet. A *National Grid for Learning* (Rede Nacional de Aprendizado), lançada em 1998, foi projetada para que, até 2002, todas as escolas, faculdades, universidades e bibliotecas do país estejam conectadas. Segundo o documento oficial de política do governo (de 1997) *Connecting the Learning Society*, essa rede possibilitará que as instituições educacionais espalhadas pelo país coletem e compartilhem dados entre si. Os professores poderão discutir o desenvolvimento dos currículos e compartilhar experiências bem-sucedidas com professores de outras escolas. Os estudantes podem acessar a rede – mesmo a partir de computadores domésticos – para procurar material adicional que auxilie no desenvolvimento das habilidades de leitura, redação e matemática. Escolas localizadas em regiões isoladas poderão criar links com instituições em outros pontos do país e compartilhar atividades relacionadas ao aprendizado. Estudantes de línguas estrangeiras poderão acessar falantes nativos para praticarem o idioma e pedirem auxílio.

### A tecnologia dentro da sala de aula

O avanço da concepção moderna da educação esteve relacionado a várias outras grandes mudanças que ocorreram no século XIX. Uma delas foi o desenvolvimento da impressão e o advento da "cultura dos livros". A distribuição em massa de livros, jornais e outros meios impressos foi um aspecto tão ca-

racterístico da evolução da sociedade industrial quanto o foram as máquinas e as fábricas. A educação trouxe as habilidades da leitura, da escrita e da aritmética, abrindo o acesso ao mundo da mídia impressa. Nada representa melhor a escola do que o livro escolar ou livro-texto.

Para muitos, tudo isso está destinado a mudar com o uso crescente dos computadores e das tecnologias de multimídia na educação. Será que a internet, o CD-ROM e o vídeo irão substituir cada vez mais o livro didático? E será que as escolas continuarão existindo em um formato semelhante ao atual se, na hora de aprender, as crianças ligarem o computador em vez de ouvirem o professor? Há quem diga que as novas tecnologias não apenas se somarão ao currículo existente, como acabarão enfraquecendo-o e transformando-o, pois os jovens de hoje já estão crescendo em uma sociedade voltada para a informação e para a mídia, estando bem mais familiarizados com as tecnologias desta do que a maioria dos adultos – inclusive seus professores.

Alguns estudiosos que observam esse fenômeno falam de uma “revolução na sala de aula” – o advento da “realidade virtual do *desktop*” e da sala de aula sem paredes. Poucas dúvidas restam em relação ao fato de que os computadores ampliaram as oportunidades na educação. Eles oferecem às crianças a chance de trabalharem de forma independente, de pesquisarem tópicos com a ajuda de recursos *on-line* e de aproveitarem softwares educativos que permitem a elas progredirem em seu ritmo. No entanto, a visão (ou pesadelo) de salas de aula com crianças que aprendem exclusivamente através de computadores individuais ainda não se transformou em realidade. Na verdade, a imagem da “sala de aula sem paredes” parece bastante distante por uma simples razão: não existem computadores suficientes na escola ou em casa! Mesmo escolas que possuem muitos recursos precisam desenvolver programas de revezamento que estabeleçam horários para que os alunos possam utilizar as estações de trabalho. Em escolas que contam com um número limitado de computadores, é provável que os alunos passem apenas alguns minutos por semana diante de um computador, ou tenham aulas de tecnologia da informação em pequenos grupos. A maioria dos lares ainda não possui um computador.

Em segundo lugar, a maior parte dos professores ainda vê os computadores como um suplemento para as aulas tradicionais, e não como um instrumento para substituí-las. Os alunos podem utilizar os computadores para concluir tarefas que estejam dentro do currículo-padrão, como produzir um projeto de pesquisa ou investigar os acontecimentos do dia. Mas são poucos os educadores que encontram na tecnologia da informação um meio capaz de substituir o aprendizado e a interação com professores humanos. O desafio para os professores é aprender a integrar as novas tecnologias da informação às aulas de uma forma significativa e sensata em termos educacionais.

## A educação e a disparidade tecnológica

Ainda não se sabe se as novas tecnologias trarão as implicações radicais para a educação alegadas por algumas pessoas. Os críticos chamam atenção para o fato de que, mesmo que elas gerem resultados importantes, estes podem servir para reforçar as desigualdades educacionais. A **pobreza informacional** pode se somar às privações materiais que atualmente produzem esse efeito sobre a educação escolar. O simples ritmo das mudanças tecnológicas e a demanda que os empregadores têm de trabalhadores que estejam familiarizados com a computação podem significar que os indivíduos que forem tecnologicamente competentes sairão na frente daqueles que têm pouca experiência com computadores.

Algumas pessoas já temem o surgimento de um grupo de “excluídos digitais” dentro das sociedades ocidentais. Embora os países desenvolvidos registrem os mais altos níveis mundiais de uso de computadores e da internet, dentro dessas sociedades existem desigualdades brutais quanto a esse aspecto. Há bastante tempo, muitas escolas e faculdades vêm sofrendo com a insuficiência de verbas e a negligência; mesmo que essas instituições se beneficiem com esquemas de distribuição de hardwares de segunda mão para escolas, elas precisam adquirir conhecimento técnico especializado e capacitar-se para ensinar as habilidades da tecnologia da informação aos seus alunos. Como o mercado para especialistas da computação é muito forte, várias escolas lutam para atrair e manter professores dessa área, que receberiam salários bem maiores no setor privado.

Todavia, a disparidade tecnológica existente dentro das sociedades ocidentais parece menos relevante se comparada ao “abismo digital” que separa as salas de aula do Ocidente das salas de aula do mundo em desenvolvimento (veja o Capítulo 15 “A Mídia e as Comunicações de Massa”, p. 367). À medida que a economia global passa a se fundamentar cada vez mais no conhecimento, existe um risco real de que os países pobres fiquem ainda mais marginalizados em função da disparidade existente entre os ricos e os pobres em termos de informação.

De acordo com o *Human Development Report* (Relatório de Desenvolvimento Humano) do UNDP (1999) (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o acesso à internet transformou-se na nova linha demarcatória entre os ricos e os pobres. A Ásia Meridional, com 23% de toda a população mundial, possui menos de 1% dos usuários da internet do mundo inteiro. Na África, existem apenas sete *hosts* na internet por milhão de habitantes, e uma grande proporção deles concentra-se na África do Sul, que é, sem dúvida, a mais desenvolvida e próspera nação africana.

Os entusiastas da tecnologia da informação sustentam que o uso de computadores não precisa trazer como resultado o aumento das desigualdades nacionais e globais – que sua força reside exatamente na habilidade de unir as pessoas e de abrir novas oportunidades. Escolas na Ásia e na África que estejam enfrentando a falta de livros-texto e de professores qua-

fificados podem tirar proveito da internet. Os programas de aprendizado a distância e a colaboração com colegas estrangeiros poderiam ser a chave para a superação da pobreza e da desvantagem. Quando a tecnologia é colocada nas mãos de pessoas inteligentes e criativas, afirmam eles, o potencial é ilimitado.

Ainda que a tecnologia possa ser empolgante e abrir portas importantes, é preciso reconhecer que ela não traz nenhuma "fórmula mágica". Regiões subdesenvolvidas que travam batalhas contra o analfabetismo em massa e não possuem linhas telefônicas e eletricidade necessitam de uma infra-estrutura educacional aperfeiçoada antes de poderem aproveitar realmente os programas de aprendizado a distância. Nessas condições, a internet não pode substituir o contato direto entre professor e aluno.

### A privatização da educação

Como vimos, atualmente a educação é um dos temas políticos mais contestados na Grã-Bretanha. Sucessivos governos têm introduzido extensas reformas na tentativa de obter resultados em termos educacionais e preparar melhor os jovens para a vida adulta. O Reino Unido não está sozinho nesse trabalho de dar grande prioridade à melhoria do sistema educacional do Estado; nos Estados Unidos e em outros países industrializados, a educação é um dos assuntos que mais preocupam políticos e também cidadãos. Um dos motivos está nas altas expectativas em relação ao sistema educacional. As escolas exercem um papel decisivo na socialização das crianças, oferecendo oportunidades iguais, produzindo uma mão-de-obra capaz e formando cidadãos informados e ativos.

Contudo, mesmo nos países mais ricos, onde há muitos recursos para a educação, esses objetivos não são sempre cumpridos. Exames nacionais revelam níveis surpreendentemente baixos de alfabetização funcional (veja o quadro da p. 402) – habilidades de leitura e de escrita necessárias à vida diária – e existem temores de que os padrões acadêmicos, de modo geral, tenham diminuído com o tempo. Na maioria dos sistemas educacionais de Estado, algumas escolas alcançam bons resultados, ao passo que outras continuam demonstrando um desempenho abaixo de seu potencial. Em muitas regiões, pais e filhos expressam a mesma insatisfação diante da qualidade da educação recebida através das escolas do Estado, enquanto os professores e outros profissionais responsáveis pela educação geralmente se deparam com turmas grandes, recursos limitados e condições de trabalho difíceis. Embora alguns pais consigam oferecer uma educação particular a seus filhos, a vasta maioria das famílias depende das escolas do Estado e espera que o sistema educacional financiado pelo pagamento de seus próprios impostos proporcione uma educação de qualidade aos seus filhos.

Uma das principais tarefas que enfrentam os responsáveis pelas reformas educacionais é definir como reproduzir os bons resultados das melhores escolas naquelas que estão pas-

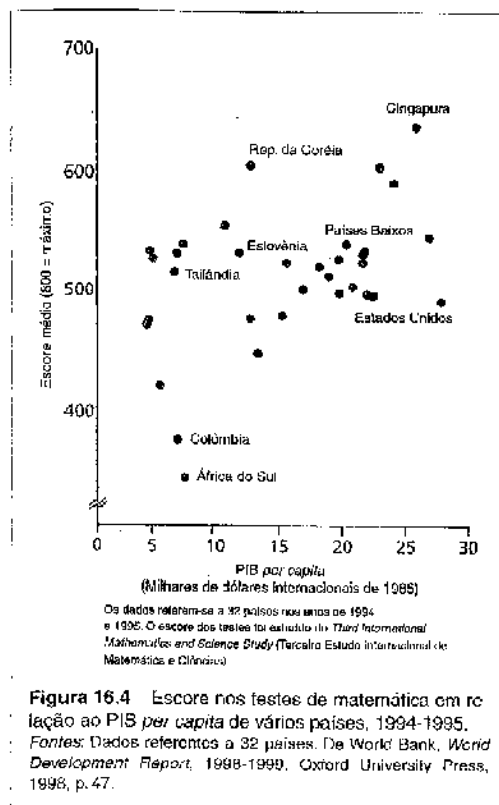
sando por dificuldades. Em resposta a esse desafio, na última década, o Reino Unido e os Estados Unidos têm se mostrado cada vez mais dispostos a fazerem experiências com novas formas de administração escolar que combinem o financiamento público (do Estado) das escolas com as técnicas de controle privadas. Nos casos das escolas que não conseguem melhorar seus resultados, as autoridades educacionais locais têm solicitado aos contratantes privados a formulação de propostas para assumirem o controle e a administração diária dos sistemas escolares do Estado. Com o aumento do número de empresas privadas e "organizações de controle educacional" a se envolverem na administração de atividades educacionais, alguns observadores acreditam que estejamos testemunhando uma mudança em direção à **privatização da educação**.

### Estados Unidos: empresários da educação

Apesar de os Estados Unidos gastarem um percentual maior do PIB em educação do que outros países, testes internacionais padronizados mostram que a qualidade de suas escolas públicas é inferior à de muitos outros países (veja a Figura 16.4). Aproximadamente 40% dos norte-americanos com 10 anos não têm condições de passar em um teste básico de leitura; os níveis de analfabetismo funcional entre os adultos são altos. Levantamentos revelam que muitos estudantes norte-americanos sabem pouco a respeito de sua própria história e estão mal-informados sobre os acontecimentos do dia-a-dia. No famoso relatório *Nation at Risk*, publicado em 1983, a *National Commission on Excellence in Education* (Comissão Nacional de Excelência na Educação) chocou o país ao afirmar: "Se uma força estrangeira hostil tivesse tentado impor à América esse desempenho educacional medíocre de hoje, é bem provável que tivéssemos interpretado sua atitude como um ato de guerra".

A preocupação com a "crise na educação" tomou conta do país, abrindo a porta para *parcerias entre o público e o privado* que tinham o objetivo de injetar o *know-how* do setor privado em escolas públicas deficientes. Em 1994, o presidente Clinton aprovou a Lei "*Goals 2000: Educate America Act*" (Metas para o Ano 2000: Educação da América), que autorizava os estados a utilizarem fundos federais para as experiências referentes à privatização escolar. Distritos escolares locais podem optar pela contratação de serviços educacionais específicos – ou da administração integral da escola – realizados por empresas privadas, sem perderem o financiamento federal. Na última década, diversos distritos escolares dos EUA – incluindo grandes sistemas urbanos, como os de Hartford, Baltimore e Minneapolis – convidaram empresas com fins lucrativos da área da educação para dirigirem seus sistemas escolares.

Os defensores da privatização das escolas argumentam que as autoridades estaduais e federais da educação demonstraram sua incapacidade de melhorar a qualidade das escolas nacio-



nais. O sistema educacional, afirmam eles, é dispendioso e burocrático: gasta uma quantidade desproporcional de suas verbas em custos administrativos sem qualquer relação com o ensino. Diante dessa falta de equilíbrio, é praticamente impossível encontrar sistemas escolares flexíveis e inovadores. Com a força dos sindicatos dos docentes, é difícil afastar professores incompetentes.

Para resolver esses problemas, alegam os partidários da privatização escolar, é necessária uma boa dose da ideologia do setor privado: concorrência, experimentação e incentivo. Aplicando a lógica do setor privado, as empresas com fins lucrativos conseguem administrar sistemas escolares com maior eficiência e produzir resultados melhores. Bons professores seriam atraídos para a profissão – e nela mantidos – por meio de esquemas salariais vinculados ao desempenho, ao passo que professores cujo desempenho não fosse satisfatório seriam afastados com maior facilidade. A concorrência dentro das escolas e entre escolas levaria a níveis maiores de inovação; escolas privatizadas teriam mais liberdade para institucionalizar os resultados de experiências bem-sucedidas.

Um dos principais nomes do mercado norte-americano a apostar na privatização da educação é a *Edison Project*, uma empresa da área do ensino que controla uma cadeia de

80 escolas públicas em 16 estados. A *Edison* foi fundada por Christopher Whittle, um empresário da mídia famoso pela criação do controverso *Channel One*, um programa de televisão diário de 12 minutos (incluindo 2 minutos de comerciais) que apresenta os “acontecimentos do dia”, transmitido gratuitamente aos alunos dessas escolas espalhadas pelo país. Em 1991, Whittle uniu-se a Benno Schmidt, ex-presidente da Universidade de Yale, para lançar uma série de escolas com fins lucrativos. Logo eles descobriram que o forte mercado do ensino particular nos EUA atrapalhava essa visão, embora o potencial para o controle das escolas do setor público que demonstravam um fraco desempenho mal houvesse começado a ser explorado.

As opiniões dividem-se quanto aos resultados, em termos educacionais, das escolas administradas pela *Edison Project*, e a própria empresa tem recebido duras críticas em diversas áreas, entre as quais a do controle financeiro – considerado precário. Os críticos apressam-se em salientar que a visão da *Edison Project* para as escolas não é muito diferente de uma “reembalagem” engenhosa das melhores e bem-conhecidas práticas empregadas pela educação pública – tais como o aprendizado cooperativo e o ensino centrado no aluno (Molnar, 1996). A empresa exige que todos os alunos das escolas Edison tenham um computador em casa – e auxilia aquelas famílias que não têm condições de adquirir um –, mas o que não fica muito claro é como esse entusiasmo pela tecnologia está relacionado de uma maneira significativa com o currículo. Aqueles que se opõem à privatização das escolas defendem a ideia de que empresas como a *Edison Project* têm uma postura menos séria diante da reforma da educação e da redução das desigualdades do que diante da promoção dessa reforma como um mercado lucrativo para investidores ricos.

De fato, muitos investidores nos Estados Unidos acreditam que o “mercado” da educação com fins lucrativos esteja prestes a explodir. Já existem inúmeras empresas lucrativas oferecendo serviços na área da educação – como programas de treinamento, cursos preparatórios para exames e softwares educativos. A Universidade de Phoenix tem demonstrado o tamanho e a força do mercado do treinamento profissional e dos certificados. As corporações e consultorias enxergam na “indústria” da educação um mercado perfeito para o investimento. Embora a educação e os serviços de treinamento representem cerca de 10% de toda a economia dos EUA, seu valor no mercado de ações interno é de apenas 0,2%. Corporações gigantes como a *Microsoft*, a *Sun Microsystems*, a *Intel* e outras passaram a auxiliar empresas recém-abertas da área da educação, de olho em uma fatia desse mercado em expansão.

Dos novos “empresários da educação” norte-americanos, um dos mais poderosos e famosos é Michael Milken, ex-negociador da Bolsa de Valores preso por negociar títulos de alto risco. Milken marcou presença no mercado da educação particular como diretor das empresas *Knowledge Universe*, que abrangiam desde uma cadeia de pré-escolas particulares até programas de treinamento empresarial para profissionais que

estavam na metade de suas carreiras. Após uma reunião com Milken, em 1998, Arthur Levine, o presidente do *Columbia University's Teachers College*, de Nova York, disse aos repórteres: "O recado foi este, 'Rapazes, vocês estão em apuros, e nós vamos estragar o banquete de vocês'". De acordo com Levine, a empresa de Milken e outros empreendimentos semelhantes são "os atores mais agressivos e criativos que estão em cena no ensino superior de hoje. Alguns comprovaram que conseguem obter lucros, e isso significa que grande parte dessa indústria está à disposição" (citado em Wyatt, 1999).

### Grã-Bretanha: o resgate das "escolas reprovadas"

O movimento de privatização das escolas do Reino Unido não atingiu as mesmas proporções do que ocorreu nos Estados Unidos. Porém, o novo governo Trabalhista tem apoiado a idéia de transferir para as empresas privadas o controle das escolas que apresentam um mau desempenho, o qual originalmente ficava a cargo das autoridades educacionais locais. O secretário da Educação, David Blunkett, anunciou que "escolas reprovadas" que não conseguem atingir o índice de aprovação no GCSE proposto pelo governo serão fechadas, e novos "super-diretores" ou contratantes externos serão trazidos para reabrir as e aplicar métodos de sucesso extraídos de outras escolas a fim de obter resultados.

O governo já adotou medidas quanto à privatização de elementos da educação pública em diversas áreas, incluindo Liverpool, Leicester e Hackney e Islington em Londres. A intervenção pode ser bastante limitada – contratação de serviços específicos, como componentes da administração escolar – ou mais substancial. No caso de Islington, o setor privado foi contratado para realizar todos os serviços da autoridade educacional local nas escolas. Em 1999, o ministro responsável pelos padrões escolares chamou atenção para possíveis "grandes intervenções" em mais 15 autoridades locais. Em março de 2000, o governo anunciou novas metas de desempenho para as escolas secundárias. Até o ano de 2003, todas as escolas secundárias devem ter no mínimo 15% dos alunos com cinco aprovações no GCSE; até 2006, o índice deve subir para 25%. As escolas que não conseguirem atingir essas metas poderão ser fechadas.

### Avaliação

Assim como em muitas outras áreas da vida social contemporânea, os mercados e a tecnologia da informação são influências decisivas na mudança educacional. A mercantilização do ensino é também um reflexo das pressões da globalização pela redução de custos. As escolas estão passando por um "replanejamento" semelhante ao das corporações empresariais.

Alguns observadores acreditam que o controle privado das escolas é a melhor maneira de garantir que escolas bem-sucedidas, populares, compartilhem suas fórmulas de sucesso com outras escolas. O argumento é que, se as forças do mercado puderem seguir seu caminho, as escolas reprovadas, aos poucos, serão fechadas e reabertas seguindo projetos mais prósperos. Pais e filhos resolverão mudar, dando preferência às escolas de sucesso; e as escolas cujo desempenho for precário serão obrigadas a se aperfeiçoarem ou a encerrarem suas atividades – exatamente como acontece no setor privado.

Mas os críticos afirmam que essa é uma análise extremamente simplista que ignora o principal desafio enfrentado pelas escolas que não têm um desempenho satisfatório. Em muitas escolas que produzem resultados ruins (de acordo com indicadores padronizados), os alunos chegam com habilidades limitadas e malpreparados em disciplinas centrais. Os níveis de pobreza e de privação são altos em muitas das comunidades onde essas "escolas reprovadas" estão situadas. Muitas vezes, toma-se o tempo da aula para resolver as dificuldades pessoais ou familiares dos alunos; além de ensinarem, os professores também dão conselhos. O comportamento violento e destrutivo não é incomum. Aqueles que se opõem aos esquemas de privatização argumentam que uma reforma educacional *de verdade* precisa estar associada à assistência à pobreza, aos programas de combate ao racismo, a melhorias nas instalações escolares e à expansão dos serviços sociais na comunidade.

Para os críticos, há poucos indícios de que as empresas com fins lucrativos estejam produzindo resultados melhores em termos educacionais, ou assegurando aos estudantes uma transição mais tranquila da escola para o trabalho. O lugar do "motivo lucro", alegam eles, não é nas redes de educação do Estado. O fato de a privatização ter avançado até onde chegou é um sinal do triunfo da mentalidade de mercado nessa nossa recente era moderna.

Muitos dos que provavelmente serão atraídos para o campo da educação são líderes empresariais que anteriormente, ou não possuíam nenhum vínculo com a educação escolar, ou tinham apenas uma ligação insignificante. Suas companhias abrangerão empresas de TV a cabo, organizações responsáveis pela produção de software, grupos de telecomunicações, produtoras de filmes e fornecedores de equipamentos. A influência que levarão para as escolas ou universidades acabará por associá-los ao chamado ramo do *edu-tainment*<sup>4</sup> – uma espécie de indústria de educação paralela, ligada à indústria de software de um modo geral, a museus, parques industriais e áreas de patrimônio.

<sup>4</sup> N. de T. Termo formado pela fusão de *education* (educação) e *entertainment* (entretimento).



## Teorias sobre a educação escolar e a desigualdade

### Bernstein: códigos de linguagem

Existem várias perspectivas teóricas sobre a natureza da educação moderna e suas implicações para a desigualdade. Uma dessas abordagens é a que enfatiza as habilidades linguísticas. Na década de 1970, Basil Bernstein defendeu a tese de que crianças de origens diversas desenvolvem códigos diferentes, ou tipos de fala, na fase inicial da vida, as quais afetam suas experiências posteriores na escola (Bernstein, 1975). Seu interesse não está nas diferenças de vocabulário ou de habilidades verbais, como normalmente se sugere, mas nas diferenças sistemáticas no emprego da linguagem, especialmente no contraste entre as crianças mais pobres e as mais ricas.

O modo de falar das crianças pertencentes à classe trabalhadora, afirma Bernstein, representa um **código restrito** — uma forma de utilizar a linguagem que contém muitas suposições não-declaradas que os falantes esperam que os outros reconheçam. Um código restrito é uma espécie de discurso vinculado ao seu próprio cenário cultural. Muitos indivíduos da classe trabalhadora vivem em uma cultura muito voltada à família ou ao bairro, na qual se parte do pressuposto de que todos conhecem os valores e as normas sem expressá-los através da linguagem. Os pais tendem a socializar seus filhos empregando diretamente recompensas ou repreensões para corrigir seu comportamento. Em um código restrito, a linguagem adapta melhor à comunicação de experiências práticas do que à discussão de idéias, processos ou relações mais abstratas. Assim, o discurso do código restrito é típico de crianças que crescem em famílias de classe baixa e dos grupos sociais com os quais elas convivem. O discurso é orientado para as normas do grupo, sem que ninguém consiga explicar facilmente o motivo de estar seguindo os padrões de comportamento que segue.

Bernstein acredita que o desenvolvimento da linguagem das crianças da classe média, em contraste, envolve a aquisição de um **código elaborado** — um estilo de discurso em que os significados das palavras podem ser individualizados para satisfazer às demandas de situações específicas. Os modos pelos quais as crianças da classe média aprendem a utilizar a linguagem são menos vinculados a contextos particulares; as crianças conseguem fazer generalizações e expressar idéias abstratas com maior facilidade. Dessa forma, quando mães de classe média controlam seus filhos, elas frequentemente explicam os motivos e os princípios que estão por trás de suas reações ao comportamento da criança. Enquanto uma mãe da classe trabalhadora pode repreender seu filho por querer comer muitos doces dizendo simplesmente "Chega de doces!", é mais provável que uma mãe da classe média explique que exagerar nos doces faz mal à saúde e estraga os dentes.

Crianças que adquiriram códigos elaborados de fala, sugere Bernstein, têm mais condições de lidar com as exigências da

educação acadêmica formal do que aquelas que se limitaram a códigos restritos. Isso não significa que o tipo de discurso das crianças da classe trabalhadora seja "inferior", ou que seus códigos de linguagem sejam "pobres", mas, sim, que o seu modo de falar não combina com a cultura acadêmica da escola. Aqueles que dominam códigos elaborados se adaptam com muito mais facilidade ao ambiente escolar.

Há evidências que fortalecem a teoria de Bernstein, mesmo que sua validade ainda seja discutida. Joan Tough (1976) estudou a linguagem das crianças da classe trabalhadora e da classe média, encontrando diferenças sistemáticas. Ela confirma a tese de Bernstein de que as crianças da classe trabalhadora geralmente têm menos oportunidades de ouvir respostas para suas perguntas ou explicações sobre o raciocínio dos outros. À mesma conclusão chegaram Barbara Tizard e Martin Hughes (1984) em uma pesquisa posterior.

As idéias de Bernstein nos auxiliam a entender por que pessoas que provêm de determinados meios socioeconômicos tendem a ter um desempenho abaixo do seu potencial na escola. São estes os traços associados ao discurso do código restrito que inibem as chances de uma criança em termos educacionais:

- A criança provavelmente recebe respostas limitadas às perguntas que faz em casa; logo, é provável que ela fique menos bem-informada e menos curiosa em relação ao mundo em um sentido mais amplo do que aquelas que dominam códigos elaborados.
- A criança encontrará dificuldades para responder à linguagem impassível e abstrata empregada no ensino, bem como aos apelos em relação aos princípios gerais da disciplina escolar.
- É provável que muito do que o professor disser seja incompreensível para a criança, pois ele empregará a linguagem de uma forma com a qual a criança não está acostumada. Para lidar com esse problema, a criança talvez tente traduzir a linguagem do professor para algo que lhe seja familiar — mas, nesse caso, é possível que ela deixe de compreender justamente os princípios que o professor pretende transmitir.
- Embora decorar ou repetir não sejam atividades muito difíceis para a criança, ela pode encontrar grandes dificuldades para entender distinções conceituais que envolvam generalização e abstração.

### Illich: o currículo oculto

Um dos autores mais controversos da teoria educacional é Ivan Illich. É reconhecido por suas críticas ao desenvolvimento econômico moderno, que ele descreve como um processo por meio do qual as pessoas, que anteriormente eram auto-suficientes, são privadas de suas habilidades tradicionais e obrigadas a dependerem de médicos que tratam de sua saúde, professores que as ensinam, televisão que as diverte e patrões que garantam sua subsistência. Illich argumenta que a própria noção

da obrigatoriedade da educação escolar – hoje aceita no mundo inteiro – deveria ser questionada (1973). O autor enfatiza o elo existente entre o desenvolvimento da educação e as exigências da economia por disciplina e hierarquia. Illich afirma que as escolas evoluíram para lidar com quatro tarefas básicas: o cuidado custodial, a distribuição dos indivíduos em papéis ocupacionais, o aprendizado de valores dominantes e a aquisição de habilidades e conhecimento que sejam socialmente aprovados. Quanto ao primeiro item, a escola tornou-se uma organização *custodial*, pois a frequência nas aulas é obrigatória, e as crianças são “mantidas longe das ruas” desde a primeira infância até o ingresso no mercado de trabalho.

Muito do que se aprende na escola não tem nada a ver com o conteúdo formal das aulas. As escolas tendem a inculcar o que Illich (1973) definiu como *consumo passivo* – uma aceitação irrefletida da ordem social existente – por meio da natureza da disciplina e da arregimentação que envolvem. Essas lições não são ensinadas conscientemente, estando implícitas nos procedimentos e na organização escolares. O *currículo oculto* ensina à criança que seu papel na vida é “conhecer o seu lugar e ficar sentada quietinha nele”.

Illich defende uma sociedade *sem escolas*. A obrigatoriedade da educação escolar é uma invenção relativamente recente, salienta ele; não há por que aceitá-la como se fosse algo de certa forma inevitável. Já que as escolas não promovem a igualdade ou o desenvolvimento de habilidades criativas individuais, por que não abolirmos o seu formato atual? Com isso, Illich não quer dizer que todas as formas de organização educacional devam ser extintas. Tudo aquele que quiser aprender deve ter acesso aos recursos disponíveis – em qualquer momento da vida, não apenas na infância ou na adolescência. Um sistema assim possibilitaria a ampla difusão e divisão do conhecimento, que não ficaria limitado aos especialistas. Os estudantes não deveriam ter de se submeter a um currículo-padrão, devendo ter possibilidade de escolha em relação ao que estudam.

O que tudo isso significa em termos práticos não está totalmente claro. No lugar das escolas, entretanto, Illich sugere que haja diversos tipos de *estrutura educacional*. Recursos materiais para o aprendizado formal seriam guardados em bibliotecas, locadoras, laboratórios e bancos de armazenamento de informações, disponíveis a qualquer estudante. Seriam instaladas “redes de comunicações” que ofereceriam dados a respeito das habilidades de vários indivíduos e de sua disposição para ensinar outras pessoas ou se envolver em atividades de aprendizado mútuo. Os estudantes receberiam vales que lhes possibilitariam utilizar os serviços educacionais quando e como eles desejassem.

Será que essas propostas são completamente utópicas? Muitos diriam que sim. Mas caso, no futuro, haja uma redução ou uma reestruturação substanciais do trabalho remunerado, como aparentemente é possível, essas idéias parecerão menos irrealistas. Se o emprego assalariado adquirisse um papel menos central na vida social, as pessoas poderiam se envolver em uma variedade maior de atividades. Diante desse quadro, algumas das idéias de Illich fazem bastante sentido. A educação não se-

ria apenas um primeiro treinamento, limitado a instituições especiais, mas ficaria à disposição de quem quisesse aproveitá-la.

As idéias de Illich, divulgadas na década de 1970, entraram novamente na moda nos anos de 1990 com o avanço das novas tecnologias das comunicações. Como vimos, algumas pessoas acreditam que os computadores e a internet possam revolucionar a educação e reduzir as desigualdades.

### Bourdieu: educação e reprodução cultural

A maneira mais esclarecedora de associarmos alguns dos temas dessas perspectivas teóricas talvez seja por meio do conceito de **reprodução cultural** (Bourdieu, 1986, 1988; Bourdieu e Passeron, 1977). A reprodução cultural refere-se às formas pelas quais as escolas, juntamente com outras instituições sociais, ajudam a perpetuar desigualdades econômicas e sociais ao longo de gerações. O conceito direciona nossa atenção aos meios pelos quais as escolas, através do currículo oculto, influenciam o aprendizado de valores, atitudes e hábitos. As escolas reforçam as variações nos valores culturais e nas visões selecionadas nos primeiros anos da vida; quando as crianças deixam a escola, essas variações têm o efeito de limitar as oportunidades de algumas crianças ao mesmo tempo que facilitam as de outras.

Não há dúvidas de que os modos de emprego da linguagem identificados por Bernstein estão relacionados a essas óbvias diferenças culturais, que subjazem às variações de interesses e de gostos. Crianças provenientes da classe baixa, e muitas vezes de grupos minoritários, desenvolvem formas de conversar e de agir que estão em desarmonia com aquelas que imperam na escola. As escolas impõem regras de disciplina aos alunos, a autoridade dos professores volta-se para o aprendizado acadêmico. As crianças da classe trabalhadora sofrem um baque cultural bem maior ao entrarem na escola do que aquelas que vêm de lares mais privilegiados – na realidade, as primeiras têm a impressão de estarem em um ambiente cultural estrangeiro. Não apenas é menos provável que elas encontrem motivação em alcançar um alto nível de desempenho acadêmico, mas também sua maneira habitual de falar e de agir, como defende Bernstein, não combina com a dos professores, mesmo que cada um faça o melhor para se comunicar.

As crianças passam bastante tempo na escola. Como enfatiza Illich, elas aprendem muito mais lá do que é oficialmente ensinado nas aulas. Bem cedo, as crianças têm uma amostra do que vai ser o mundo do trabalho, aprendendo que deverão ser pontuais e diligentes nas tarefas determinadas por aqueles que estão em posição de autoridade (Webb e Westergaard, 1991).

### Willis: uma análise da reprodução cultural

Uma célebre discussão a respeito da reprodução cultural aparece no relatório do estudo de trabalho de campo executado por Paul Willis em uma escola de Birmingham (1977). Mesmo ten-

do sido realizado há mais de duas décadas, esse estudo continua sendo um clássico da investigação sociológica.

Willis propôs a seguinte questão para investigação: como ocorre a reprodução cultural – ou, como ele a colocou, “como os filhos da classe trabalhadora arranjam empregos na classe trabalhadora”. Normalmente se imagina que, durante o processo da educação escolar, crianças que provêm de meios de classe baixa ou de minorias simplesmente acabem percebendo que “não são inteligentes o bastante” para esperar conseguir empregos que garantam um *status* elevado e altos salários no futuro. Em outras palavras, a experiência do fracasso acadêmico as ensina a reconhecer suas limitações intelectuais; aceitando sua “inferioridade”, elas partem para ocupações com perspectivas de carreira limitadas.

Como enfatiza Willis, essa interpretação não está absolutamente de acordo com a realidade da vida e das experiências das pessoas. A “sabedoria das ruas” dos indivíduos que vêm de bairros pobres pode ter pouca ou nenhuma relevância para o sucesso acadêmico, porém envolve um conjunto de habilidades tão sutil, engenhoso e complexo quanto qualquer outra prática intelectual ensinada na escola. Poucas crianças, se é que alguma, saem da escola pensando “sou tão burra que mereço passar o dia empilhando caixas em uma fábrica”. Se as crianças de origem menos privilegiada aceitam trabalhos braçais, e não se sentem fracassadas pelo resto da vida, é porque deve haver outros fatores envolvidos nessa questão.

Willis concentrou-se em um grupo específico de garotos na escola, passando bastante tempo com eles. Os membros dessa turma, que se autodenominavam “os caras”, eram brancos; a escola também tinha muitas crianças de famílias das Índias Ocidentais e da Ásia. Willis descobriu que esses rapazes tinham uma compreensão crítica e perspicaz do sistema de autoridade da escola – mas a utilizavam para combater esse sistema, e não para trabalhar a seu favor. Eles viam na escola um ambiente hostil, mas que poderia ser manipulado para seus próprios objetivos. Tiravam prazer dos conflitos constantes – que, na maioria das vezes, eles mantinham em função de pequenas rixas – com os professores. Tornavam-se peritos em enxergar os pontos fracos das reclamações dos professores por autoridade, assim como os seus pontos vulneráveis enquanto indivíduos.

Na sala de aula, por exemplo, as crianças deveriam ficar sentadas e quietas e dar continuidade aos seus trabalhos. Mas “os caras” passavam o tempo todo se mexendo, exceto nos momentos em que o olhar fixo do professor pudesse imobilizá-los por um instante; ficavam fofocando dissimuladamente, ou faziam comentários em voz alta que beiravam à insubordinação, mas que poderiam ser explicados caso fossem contestados.

“Os caras” reconheciam que o trabalho seria bem parecido com a escola, mas não viam a hora de começarem a trabalhar. Não esperavam obter uma satisfação direta com o ambiente de trabalho, mas aguardavam com impaciência o momento de receberem um salário. Longe de considerarem as funções que exerciam – em trabalhos de borracharia, colocação de carpetes,

encanamentos, pintura e decoração – atividades inferiores, eles demonstravam a mesma atitude de superioridade diante do trabalho que tinham em relação à escola. Gostavam do *status* de adulto que o trabalho proporcionava, mas não estavam interessados em “construir uma carreira”. Como salienta Willis, o trabalho em ambientes de produção, muitas vezes, envolve aspectos culturais bem semelhantes àqueles criados por esses rapazes em sua cultura de oposição à escola – brincadeiras, raciocínio rápido e habilidade para subverter as exigências das figuras de autoridade quando necessário. Só depois de muito tempo é que eles podem acabar percebendo que estão presos em um trabalho árduo, que não traz recompensas. Quando possuem uma família, é possível que olhem para o passado e percebam – sem esperanças – que a educação teria sido sua única saída. Entretanto, se tentam passar essa visão para seus próprios filhos, estes provavelmente não terão mais sucesso na vida do que seus pais o tiveram.

#### *Aprendendo a não trabalhar: os “machões” dos anos de 1990*

Mais de duas décadas após o estudo de Willis sobre “os caras” de Birmingham, outro sociólogo, Mártin Mac an Ghail, pesquisou as experiências de rapazes pertencentes à classe trabalhadora na *Parnell School*, no centro-oeste da Inglaterra (1994). Mac an Ghail interessava-se particularmente pelo modo como os estudantes do sexo masculino desenvolvem formas específicas de masculinidade na escola, como parte de sua passagem para a idade adulta (veja o quadro da p. 115). Estava também decidido a compreender como os meninos da classe trabalhadora do início da década de 1990 enxergavam a própria transição para a vida adulta e suas perspectivas de futuro. Diferentemente dos “caras” do estudo de Willis, os garotos da *Parnell School* cresciam com o fantasma do alto nível de desemprego, da queda da base manufatureira na região e dos cortes nos benefícios do governo destinados aos jovens.

Mac an Ghail descobriu que a transição dos jovens da *Parnell School* para a fase adulta foi muito mais fragmentada do que aquela vivida pelos rapazes pesquisados por Willis 25 anos antes. Não existia mais uma trajetória clara entre a escola e o trabalho assalariado. Muitos dos garotos da escola viam essa fase pós-escolar como um período caracterizado pela dependência (especialmente em relação à família), por esquemas “inúteis” de treinamento do governo, e por um mercado de trabalho inseguro que não é favorável a trabalhadores manuais jovens. Notou-se uma confusão generalizada entre grande parte dos estudantes quanto à relevância da educação para o futuro, a qual se manifestou em reações bem diferentes à educação escolar – enquanto alguns dos grupos sociais masculinos tentavam traçar caminhos de ascensão social para si mesmos como realizadores acadêmicos ou “novos empreendedores”, outros tinham uma postura abertamente hostil para com a educação escolar de modo geral.

Dos quatro grupos sociais identificados por Mac an Ghail na *Parnell School*, os "machões" eram o grupo mais típico da classe trabalhadora na escola. Seu grupo foi formado quando eles entraram na adolescência; seus membros faziam parte dos dois grupos que obtinham os piores rendimentos escolares em todas as matérias. Suas atitudes em relação à educação eram publicamente hostis – tinham uma opinião comum de que a escola fazia parte de um sistema autoritário que estabelecia exigências sem sentido aos seus alunos cativos. Onde "os caras" de Willis haviam encontrado formas de manipular o ambiente escolar a seu favor, os machões desafiavam seu papel dentro desse ambiente.

A administração da escola considerava os machões o grupo social antiescola mais "perigoso" da *Parnell School*. Os professores eram encorajados a empregarem métodos manifestamente mais autoritários para lidar com eles do que usariam com outros alunos. As exposições simbólicas que faziam da masculinidade da classe trabalhadora – como determinados tipos de roupas, penteados e brincos – eram proibidas pela administração da escola. Os professores participavam da "vigilância" aos alunos, monitorando-os constantemente nos corredores, instruindo-os com frases do tipo "olhe para mim quando eu estiver falando com você" e avisando a eles que "andassem direito no corredor".

Para os machões, o ensino secundário era uma "escola" para aprenderem a ser durões. Os três verbos que a escola deveria ensinar não eram ler, escrever e calcular, mas brigar, transar e jogar futebol. "Cuidar dos amigos" e "manter-se unidos" eram valores fundamentais no mundo social dos machões. A escola tornou-se um território disputado, semelhante ao das ruas. Os machões tratavam os professores da mesma forma como tratavam as autoridades responsáveis pelo cumprimento das leis (com desdém) e acreditavam que eles eram a principal fonte de conflitos dentro da escola. Recusavam-se a confirmar a autoridade dos professores dentro do ambiente escolar e estavam convencidos de que eram constantemente "logrados" para serem punidos, disciplinados ou humilhados.

Assim como "os caras" do estudo de Willis, os machões também associavam o trabalho e as conquistas acadêmicas a algo inferior e efeminado. Os alunos que se distinguiam em termos escolares eram rotulados de "empreendedores idiotas". As lições escolares eram, de saída, desprezadas, como se fossem atividades inadequadas para homens. Conforme comentou Leon, um desses machões: "O trabalho que a gente tem aqui é trabalho pra menina. Não é um trabalho de verdade. É coisa pra criança. Eles [os professores] tentam fazer você escrever sobre como você se sente. Não é da conta deles, porra!" (Mac an Ghail, 1994, p. 59).

O trabalho de Mac an Ghail demonstra como os "machões", mais do que os outros grupos sociais masculinos, estavam atravessando sua própria "crise de masculinidade". Isso ocorria porque eles vinham desenvolvendo ativamente um tipo de masculinidade de classe trabalhadora "ultrapassada", centralizada em torno do trabalho manual assalariado – numa época em que a ideia de um futuro seguro no trabalho manual ha-

via quase desaparecido. Segundo Mac an Ghail, os machões continuavam a fantasiar a sociedade do "pleno emprego" à qual seus pais e tios pertenciam. Embora alguns de seus comportamentos dessem uma impressão de hipermasculinidade e, portanto, de defesa, eles fundamentavam-se diretamente em uma visão de mundo típica da classe trabalhadora que havia sido herdada de antigas gerações.

Passemos agora para a discussão da desigualdade na educação – incluindo o gênero, a etnicidade e a classe – para então analisarmos mais algumas teorias sobre o desempenho.

## O gênero e a educação

Exceto nas atividades que envolvem a participação em jogos, o currículo formal das escolas não faz mais distinções sistemáticas entre meninos e meninas. Todavia, existem vários outros "pontos de entrada" para o desenvolvimento de diferenças de gênero na educação que incluem as expectativas dos professores, os rituais escolares e outros aspectos de um currículo oculto. Ainda que as regras venham cedendo gradualmente, regulamentos que obrigam meninas a usarem vestidos ou saias na escola representam um dos caminhos mais óbvios de caracterização de gêneros. As consequências ultrapassam a mera aparência: em função das roupas que usa, uma menina perde a liberdade de se sentar à vontade, de participar de jogos mais violentos, ou às vezes de correr na velocidade que poderia.

Os livros-texto da escola também ajudam a perpetuar imagens relacionadas ao gênero. Apesar de essa característica também estar mudando, os livros de histórias das escolas primárias geralmente retratam meninos que demonstram iniciativa e independência, enquanto as meninas, quando aparecem, são mais passivas e cuidam de seus irmãos. As histórias escritas especialmente para meninas geralmente trazem um elemento de aventura, mas esse normalmente assume a forma de intrigas ou mistérios que ocorrem em um ambiente doméstico ou escolar. Os contos de aventuras dos meninos são mais diversificados, com heróis que viajam para lugares distantes, ou são vigorosamente independentes em outros aspectos (Statham, 1986). No ensino secundário, as mulheres tendem a ficar "invisíveis" para a maioria dos livros de ciências e de matemática, eternizando a visão de que essas são "disciplinas masculinas".

## O gênero e as conquistas na escola

Durante muitos anos, o desempenho das meninas em termos de resultados escolares até a metade do ensino secundário era, em média, melhor do que o dos meninos. A partir daí, elas começavam a ficar para trás: os meninos obtinham melhores resultados nos exames *O-level* e *A-level* e na universidade. Até o final dos anos de 1980, a probabilidade de as meninas atingirem os três *A-levels* necessários para serem admitidas na universidade era menor do que a dos meninos, e elas estavam ingressando no ensino superior em menores números do que os meninos. Preocupadas com essas desigualdades, pesquisadoras feministas

realizaram diversos estudos importantes para definir como o gênero influencia o processo de aprendizado. Elas constataram que os currículos escolares eram, com frequência, dominados pelo sexo masculino e que os professores dedicavam maior atenção em sala de aula aos meninos do que às meninas.

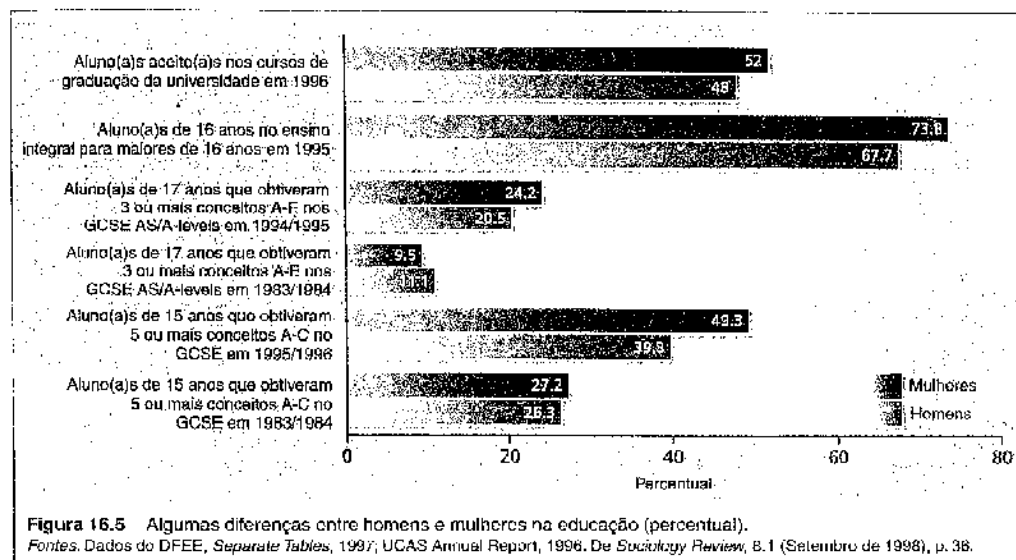
Nos últimos anos, contudo, o debate sobre o gênero nas escolas sofreu uma reversão dramática. Meninos com um desempenho abaixo do esperado são agora o principal assunto das conversas entre educadores e também entre elaboradores de políticas. Desde o início da década de 1990, as meninas começaram a superar constantemente o desempenho dos meninos em todas as áreas e em todos os níveis do sistema educacional britânico (veja a Figura 16.5). Em 1995, as escolas exclusivas para mulheres assumiram as 5 primeiras colocações, e 14 das 20 primeiras colocações, em uma relação de escolas. Em 1999, as meninas alcançaram ou superaram os meninos em avaliações de professores em todas as fases decisivas. Apesar de as meninas estarem igualando-se aos meninos ou superando-os em todas as principais disciplinas, a disparidade entre os gêneros na língua inglesa em nível GCSE é particularmente grande: dois terços das meninas, mas menos da metade dos meninos, atingem um conceito entre A e C. Essas tendências parecem estar se fortalecendo: a proporção de estudantes do último ano que tiram cinco ou mais conceitos de A\* a C no GCSE vem crescendo em ritmo mais acelerado entre as meninas do que entre os meninos.

Constatações semelhantes foram relatadas a partir de dados coletados nos Estados Unidos, onde é duas vezes mais provável que os meninos venham a estudar em uma escola especial e que também abandonou completamente o segundo grau. Essa diferença é agora transferida para o ensino superior. Nos EUA, a probabilidade de que mulheres jovens entrem na universidade é maior do que a dos rapazes, e estas têm ainda mais chances de se formarem e de chegarem a fazer uma pós-graduação ("Career opportunities", *The Economist*, 8 de julho de 1995).

O problema do "fracasso dos meninos" tem sido abordado com grande inquietação, pois acredita-se que esteja associado a inúmeras questões sociais maiores, como o crime, o desemprego, as drogas e a monoparentalidade. Meninos que abandonam cedo a escola, ou que obtêm resultados ruins em termos educacionais, terão menos chances de encontrar bons empregos e criar famílias estáveis. Como o perfil econômico da Grã-Bretanha continua mudando, existem menos empregos manuais não-profissionalizados disponíveis para jovens do sexo masculino que tenham tido uma formação educacional deficiente. Os trabalhos de aprendiz, que costumavam ser os pontos de entrada na manufatura e nos ofícios, estão em declínio. Enquanto isso, uma grande proporção dos empregos — até 70% — que vêm sendo criados nessa área de crescimento acelerado, que é o setor de serviços, está sendo preenchida pelas mulheres.



Durante muito tempo, houve inquietações no sentido de que os professores em sala de aula estivessem reagindo com maior rapidez aos meninos do que às meninas; porém, com o avanço das meninas, as preocupações deslocaram-se para o baixo desempenho dos meninos.



### Explicações para a disparidade entre os gêneros

Diversas explicações têm sido dadas para justificar a reviravolta que ocorreu no desempenho dos gêneros ao longo da última década. Um fator que deve ser levado em conta para explicar as conquistas das meninas na escola é a influência do movimento feminista sobre a auto-estima e as expectativas das meninas. Muitas delas que hoje frequentam a escola cresceram cercadas por exemplos de mulheres que exercem uma atividade remunerada – na realidade, em muitos casos, suas próprias mães trabalham fora. A exposição a esses modelos positivos serve para aumentar sua consciência em relação às oportunidades de carreira e desafiar os estereótipos tradicionais que retratam as mulheres como donas de casa. Outro resultado do feminismo é que os professores e os educadores estão mais conscientes quanto à discriminação entre os gêneros existente dentro do sistema educacional. Nos últimos anos, muitas escolas adotaram medidas para evitar a formação de estereótipos de gênero dentro da sala de aula, para estimular as meninas a explorarem disciplinas tradicionalmente consideradas “masculinas” e para promover materiais educativos isentos de preconceitos em relação à questão dos gêneros.

Algumas teorias para explicar a disparidade entre os gêneros nas escolas concentram-se na diferença de estilos de aprendizado que há entre meninos e meninas. As meninas são, muitas vezes, consideradas mais organizadas e motivadas do que os meninos, além de serem vistas como capazes de amadurecerem mais cedo. Uma manifestação desse aspecto está no fato de que, para se relacionarem entre si, as meninas tendem a conversar e empregar habilidades verbais. Já os meninos sociali-

zam-se de maneira mais ativa – através do esporte, de jogos de computador e se encontrando no *playground* da escola – e normalmente são mais bagunceiros em sala de aula. Esses padrões gerais de comportamento parecem ser reiterados pelos professores em sala de aula, os quais podem acabar esperando menos dos meninos do que das meninas, sendo condescendentes com a bagunça dos meninos ao prestar mais atenção a eles.

Outra linha de raciocínio tem por foco o comportamento machista que, na escola, é reproduzido em uma série de atitudes e opiniões contrárias à educação e ao aprendizado compartilhadas por muitos meninos. Muitos acreditam que os altos índices de expulsão e de faltas entre os meninos originam-se na ideia de que aprender é “chato”. Em 1998, Stephen Byers, ministro do Ensino, comentou: “precisamos desafiar essa cultura machista que combate o aprendizado, cujo avanço foi permitido nesses últimos anos. Não deveríamos simplesmente encolher os ombros e aceitar o dito de que meninos são assim mesmo”.

Já descrevemos a análise de Paul Willis a respeito do machismo em seu famoso estudo *Learning to Labour*. Mais de duas décadas se passaram, e o machismo continua tendo uma forte influência entre os meninos, mas contra um pano de fundo bastante diferente daquele pintado por Willis. Os conceitos de masculinidade estão mudando na sociedade à medida que o domínio dos homens passou a ser desafiado em muitas áreas. Há mais homens desempregados do que mulheres, e o antigo papel do homem provedor é constantemente derrubado. A própria natureza do trabalho está sendo transformada; cada vez mais, os meninos voltados para os empregos manuais descobrem que suas visões do futuro não correspondem às priorida-

des impelidas pelas escolas ou às realidades da economia do conhecimento. Quando as perspectivas de emprego são limitadas, as qualificações – e a própria escola – parecem inúteis e uma perda de tempo.

### *O baixo desempenho está realmente relacionado ao gênero?*

Alguns estudiosos questionam o volume enorme de atenção – e de recursos – que vem sendo dirigido aos meninos que obtêm um desempenho abaixo do esperado. Se comparados às meninas, os meninos não apenas tiveram sempre um desempenho inferior até certo ponto, afirmam eles, como também a disparidade entre os gêneros, no que diz respeito às habilidades linguísticas, é uma característica de abrangência mundial. Diferenças que costumavam ser atribuídas à “ociosidade saudável” dos meninos agora provocam uma avalanche de controvérsias e tentativas frenéticas de melhorar resultados. Com a proliferação das metas nacionais de desempenho, das relações de classificação escolar e das comparações entre as formas internacionais de alfabetização – expondo as diferenças para todos –, a “igualdade de resultados” na educação tornou-se prioridade máxima.

Toda essa atenção concentrada sobre os meninos, sustentam os críticos, serve para esconder outras formas de desigualdade dentro da educação. Apesar de as meninas terem tomado a dianteira em muitas áreas, a probabilidade de elas escolherem disciplinas na escola que levem a carreiras na tecnologia, nas ciências e na engenharia continua sendo menor do que a dos meninos. Até mais ou menos os 11 anos de idade, os meninos se sobressaem em ciências e continuam a ter um desempenho melhor do que as meninas durante a universidade; disciplinas como química e ciências da computação – centrais para o crescimento econômico da economia atual – continuam sendo dominadas por eles. Embora possa ser maior o número de mulheres a ingressarem no ensino superior, elas continuam em desvantagem no mercado de trabalho se comparadas a homens que possuem os mesmos níveis de qualificação (Epstein et al., 1998).

Mais do que o gênero, afirmam os críticos, fatores como classe e etnicidade são responsáveis pelas maiores desigualdades dentro do sistema educacional. Por exemplo, comparações em termos de conquistas de estudantes através de classes sociais revelam que 70% das crianças pertencentes à classe profissional do topo obtêm cinco ou mais conceitos de aprovação, contra apenas 14% dos que vêm da classe trabalhadora. Concentrar-se no fracasso dos meninos é um procedimento enganoso, sustentam os críticos, já que os homens continuam a ter um papel dominante nas posições de poder da sociedade. O baixo desempenho dos meninos da classe trabalhadora, afirmam elas, pode estar menos relacionado ao seu gênero do que às desvantagens de sua classe social.

### O gênero e o ensino superior

Organizações feministas da Grã-Bretanha e de outros países frequentemente atacam a discriminação sexual na escola e no ensino superior. As mulheres continuam figurando em números extremamente reduzidos no corpo docente das faculdades e das universidades. Em 1990, havia apenas cerca de 120 professoras universitárias na Grã-Bretanha, representando 4% do total. Em 1988, as mulheres compunham 31% do quadro de pesquisadores contratados, mas não mais do que 7% da equipe estável (Bogdanor, 1990). Em seu livro *Storming the Tower* (1990), Suzanne Lie e Virginia O'Leary analisaram estatísticas comparativas sobre a situação da mulher no ensino superior de todos os países, incluindo RU, Estados Unidos, Alemanha, Noruega, Índia e Israel. Em todos os países estudados, a proporção de mulheres estudantes teve um aumento regular ao longo do período do pós-guerra. Nos EUA, em Israel e na Noruega, as mulheres representavam cerca da metade do total de estudantes universitários. Porém, no tocante às posições acadêmicas, o quadro era bem mais desanimador. Apenas um pequeno percentual dos professores universitários desses países era de mulheres, e, em todos os lugares, elas estavam espalhadas desproporcionalmente nas séries iniciais e nas funções não-estáveis.

Há pouco tempo, no RU, uma investigação independente sobre os salários e as condições do meio acadêmico, presidida por Sir Michael Bett, encomendou uma pesquisa do *Office of Manpower Economics* (*Guardian*, 4 e 5 de maio de 1999). Nessa pesquisa, ficou constatado que os professores universitários do sexo masculino que trabalhavam em tempo integral nas universidades mais antigas recebiam uma média de 4.259 libras a mais do que as professoras. Mesmo dentro de cada série, as mulheres ganhavam menos do que os homens – o salário das professoras universitárias era em média 1.807 libras inferior ao dos professores. Mais de 90% dos professores universitários eram homens.

### Educação e etnicidade

Os sociólogos têm realizado um bom volume de pesquisas sobre os destinos, em termos educacionais, das minorias étnicas na Grã-Bretanha. O governo também patrocinou uma série de investigações, entre elas o relatório da *Swann Committee - Education for All*. O relatório da *Swann* (1985) constatou diferenças significativas nos níveis médios de sucesso educacional entre grupos de diferentes origens étnicas. Em uma avaliação de conquistas acadêmicas formais, verificou-se que as crianças de famílias das Índias Ocidentais tendiam a sair-se pior na escola. Entretanto, houve uma melhora em relação aos resultados obtidos dez anos antes. As crianças asiáticas tiveram o mesmo desempenho das crianças brancas, apesar do fato de que, na média, suas famílias estavam em uma situação econômica pior do que a das famílias brancas.

Contudo, uma pesquisa posterior indica alterações nesse quadro. Trevor Jones (1993) realizou uma pesquisa que mostrou uma probabilidade maior de que crianças vindas de todos os grupos minoritários seguissem seus estudos em tempo integral dos 16 aos 19 anos do que as crianças brancas. Entre os anos de 1988 e 1990, apenas 37% das crianças brancas continuaram a estudar, comparadas aos 43% das crianças provenientes de famílias das Índias Ocidentais, 50% das sul-asiáticas e 77% das chinesas. Apesar desse quadro aparentemente positivo, Jones sugeriu um motivo até certo ponto negativo: é possível que muitos membros de grupos étnicos minoritários continuem a estudar pelas dificuldades em arranjar um emprego.

De modo geral, os membros dos grupos étnicos minoritários não estão mal representados no ensino superior britânico. Em 1998, 13% dos estudantes com menos de 20 anos que estavam matriculados no ensino superior eram provenientes de minorias étnicas. Entre a população total da mesma faixa etária, as minorias étnicas representam apenas 9% desse total. Jovens de origem indiana e chinesa têm uma probabilidade maior de seguirem o ensino superior, ao passo que as mulheres e os homens negros caribenhos, as bangladeshianas e as paquistanesas continuam marcando pouca presença na universidade (HMSO, 2000).

### Exclusão social e educação escolar

Como vimos em algum ponto deste livro, a exclusão social tornou-se um tópico de grande interesse para os sociólogos ao longo da última década. Dentro da sociologia da educação, muitas vezes traçam-se elos entre a expulsão de alunos da escola e outros fenômenos – como as faltas, a delinquência, a pobreza, a supervisão limitada dos pais e os frágeis compromissos em relação à educação.

Os índices de expulsão vêm aumentando nestes últimos anos. Em 1997-1998, mais de 12 mil alunos foram permanentemente expulsos das escolas britânicas. Os meninos representaram 84% das expulsões. Os índices de expulsão também diferem de acordo com a etnicidade (veja a Tabela 16.3). Enquanto o índice total de expulsão entre os alunos foi de 0,18%

**Tabela 16.3** Índices de expulsão escolar em caráter permanente, por grupo étnico, Inglaterra, janeiro de 1998

Branco	0,17
Caribenhos negros	0,76
Africanos negros	0,29
Negros de outras origens	0,57
Indianos	0,06
Paquistaneses	0,13
Bangladeshianos	0,09
Chineses	0,05
Todos	0,18

Número de expulsões em caráter permanente como um percentual do número de alunos de todas as idades que estudam em período integral e em meio turno.

Fonte: Department for Education and Employment.  
De: *Social Trends*, 30 (2000), p. 52. Crown copyright.

em 1998, entre os estudantes negros caribenhos o índice chegou a 0,76%. Os alunos chineses e os indianos tiveram os menores índices de expulsão – 0,05 e 0,09%, respectivamente. Descobertas de escolas norte-americanas refletem uma disparidade semelhante nos índices de expulsão entre alunos negros e estudantes de outras origens étnicas.

Como explicar o alto índice de expulsões entre os alunos negros? Existem, provavelmente, diversos fatores envolvidos nessa questão. Em cenários individuais, a aplicação das políticas de expulsão talvez seja racialmente discriminatória. Nos EUA, após uma série de tiroteios nas escolas, mais de 80% dos estabelecimentos escolares adotaram as políticas de “tolerância zero” para lidar com estudantes bagunceiros. Uma investigação nacional sobre os resultados dessas políticas revelou que os estudantes negros estão sendo expulsos das escolas em índices desproporcionais à sua representação no corpo estudantil – e a um índice improvável de ser atribuído simplesmente à bagunça na escola. Em São Francisco, os estudantes negros representam 52% das expulsões, ainda que compoñam apenas 16% das matrículas escolares. Em Phoenix, onde a população negra é de 4%, os estudantes negros somam 21% das expulsões.

Também é importante avaliar como os índices de expulsão escolar podem refletir padrões bem mais amplos de exclusão e de desvantagem dentro da sociedade. Como já vimos anteriormente, muitos jovens estão crescendo em condições desafiadoras, sem a orientação e o apoio de adultos. Noções tradicionais de masculinidade estão ameaçadas, e não existe uma visão estável do futuro. Para os jovens que crescem diante desse cenário de turbulência, as escolas podem parecer irrelevantes ou muito autoritárias – e não um local de oportunidades e de ascensão.

### Q.I. e sucesso educacional

Até o momento, a discussão não considerou a questão das diferenças hereditárias nos níveis de habilidades e a afirmação de que as variações na realização educacional e na posição ocupacional e renda futuras sejam um reflexo direto de uma inteligência diferencial. Nessas circunstâncias, alega-se que, de fato, pode haver uma igualdade de oportunidades no sistema escolar – as pessoas podem encontrar um nível equivalente ao seu potencial inato.

### No que consiste a inteligência?

Há muitos anos, os psicólogos discutem esse tema, tentando descobrir se existe uma única habilidade humana que possa ser chamada de **inteligência**; e, em caso afirmativo, até que ponto esta se baseia em diferenças determinadas naturalmente. É difícil definir a inteligência, pois ela abrange muitas qualidades diferentes, que, muitas vezes, não apresentam relações entre si. Poderíamos supor, por exemplo, que a forma “mais pura” de inteligência é a habilidade de solucionar quebra-cabeças mate-



máticos. Entretanto, pessoas que são muito boas em resolver esses problemas têm pouca habilidade, às vezes, em outras áreas, como entender fatos narrados da história ou interpretar a arte. Diante da dificuldade em se aprovar uma definição para esse conceito, alguns psicólogos propuseram (e muitos educadores aceitaram à revelia) que a inteligência possa ser simplesmente considerada aquilo que for "medido pelos testes de Q.I." (Q.I., cociente intelectual, ou seja, uma medida da inteligência). É óbvio que essa é uma noção insatisfatória, pois a definição de inteligência torna-se completamente circular.

A maioria dos testes de Q.I. consiste em uma combinação de problemas conceituais e computacionais. Os testes são elaborados de forma que o escore médio seja igual a 100 pontos: qualquer pessoa que obtiver um escore inferior à média é então rotulada como se tivesse uma "inteligência abaixo da média", e daquelas que obtiverem um escore superior à média diz-se que possuem uma "inteligência acima da média". Apesar da dificuldade fundamental de se medir a inteligência, os testes de Q.I. são amplamente empregados em estudos de pesquisa, assim como em escolas e empresas.

### Q.I. e fatores genéticos

Na realidade, existe uma grande correlação entre o escore nos testes de Q.I. e o desempenho acadêmico (o que não deve causar surpresa, já que os testes de Q.I. foram criados para prever o sucesso acadêmico). Por essa razão, há também uma estreita correlação entre esses testes e as diferenças sociais, econômicas e étnicas, visto que essas estão associadas a variações nos níveis das conquistas educacionais. Na média, os estudantes brancos conseguem escores melhores do que os negros ou do que os membros de outras minorias desfavorecidas. Um artigo publicado por Arthur Jensen, em 1969, provocou furor ao atribuir as diferenças de Q.I. encontradas entre os negros e os brancos, em parte, a variações genéticas (Jensen, 1967, 1979).

Há pouco tempo, o psicólogo Richard J. Herrnstein e o sociólogo Charley Murray reabriram o debate sobre Q.I. e educação de uma forma controversa. Em seu livro *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life* (1994), eles argumentam que o acúmulo de evidências a relacionarem o Q.I. à herança genética tornou-se indiscutível. As diferenças significativas no grau de inteligência entre vários grupos raciais e étnicos, afirmam eles, devem, em parte, ser explicadas em termos de hereditariedade. Grande parte das evidências citadas por eles foi extraída de estudos realizados nos EUA. De acordo com Herrnstein e Murray, essas evidências indicam que alguns grupos étnicos têm, em média, um Q.I. superior ao de outros grupos. Os norte-americanos de origem asiática, particularmente os norte-americanos de origem japonesa e os de origem chinesa, possuem, em média, Q.I.s mais altos do que os brancos, embora essa diferença não seja grande. Os Q.I.s médios dos asiáticos e dos brancos, porém, são substancialmente superiores em relação aos dos negros. Resumindo as descobertas de 156 estudos, Herrnstein e Murray constatam que existe uma diferença média de 16 pontos entre os Q.I.s desses dois

grupos raciais. Os autores sustentam que essas diferenças na inteligência herdada contribuem de um modo importante para as divisões sociais na sociedade norte-americana. Quanto mais inteligente for um indivíduo, mais chances ele terá de ascensão na escala social. Aqueles que ocupam o topo da pirâmide social estão lá, em parte, por serem mais inteligentes do que o resto da população - a partir do que se depreende que os que se encontram na base continuam nessa situação porque, em média, não são tão inteligentes.

Os críticos de Herrnstein e Murray rejeitam a idéia de que as diferenças de Q.I.s entre grupos raciais e étnicos tenham origem genética. Eles alegam que essas diferenças são resultado de diferenças sociais e culturais. Os testes de Q.I., apontam eles, trazem questões - relacionadas com o raciocínio abstrato, por exemplo - que provavelmente fazem mais parte da experiência de estudantes brancos mais ricos do que dos estudantes negros e de minorias étnicas. É também possível que os escores nos testes de Q.I. sejam influenciados por fatores que não tenham nada a ver com as habilidades que supostamente estão sendo avaliadas, como no caso de o teste ser vivenciado como uma situação estressante. Uma pesquisa demonstrou que o escore nos testes de Q.I. dos afro-americanos é seis pontos mais baixo quando o examinador é branco do que quando ele é negro (Kamin, 1977).

Observações feitas com grupos étnicos minoritários carentes de outros países - como os "intocáveis", na Índia, os maoris, na Nova Zelândia, e os burakumin, do Japão - são um forte indício de que as variações de Q.I. entre os afro-americanos e os brancos nos Estados Unidos são um resultado de diferenças sociais e culturais. Os escores dos testes de Q.I. das crianças de todos esses grupos são, em média, de 10 a 15 pontos mais baixos do que os daquelas pertencentes à maioria étnica. Essa conclusão é ainda confirmada por um estudo comparativo envolvendo 14 nações (incluindo os Estados Unidos), que mostra que a média dos escores dos testes de Q.I. aumentaram consideravelmente, ao longo dos últimos 50 anos, para toda a população (Coleman, 1987). Os testes de Q.I. são atualizados regularmente. Quando versões antigas e recentes dos testes são aplicadas ao mesmo grupo de pessoas, o escore destas nos testes antigos é significativamente mais alto. O escore das crianças de hoje que fazem os testes de Q.I. aplicados na década de 1930 foi, em média, 15 pontos superior ao dos grupos dessa época - exatamente o mesmo tipo de diferença média que atualmente separa os negros dos brancos. Isso não significa que hoje as crianças estejam nascendo com uma inteligência superior a de seus pais ou avós; presume-se que essa alteração seja uma consequência do aumento da prosperidade e das vantagens sociais. A distância média que separa os brancos dos afro-americanos em termos sociais e econômicos é, no mínimo, tão grande quanto aquela que se percebe entre diferentes gerações, e é suficiente para explicar a variação nos escores dos testes de Q.I. Ao mesmo tempo, os escores médios de grupos inteiros não conseguem prever o nível de inteligência de nenhum membro específico desse grupo. Ainda que as variações entre os indivíduos que influenciam os escores nos testes de Q.I. possam

ser, em parte, genéticas, a idéia de que algumas raças são, em média, mais inteligentes do que outras continua sendo improvável e improvável.

### *The Bell Curve Wars*

Em *The Bell Curve Wars*, diversos estudiosos renomados uniram-se a fim de examinar as idéias de Herrnstein e Murray. O editor do volume descreve *The Bell Curve* como "a obra de ciência social mais incendiária da última década". As alegações e declarações presentes nessa obra "provocaram uma avalanche de cartas ao editor em todas as principais revistas e jornais, sem falar nos comentários que foram ao ar durante inúmeros programas de rádio e de televisão" (Fraser, 1995, p. 3).

Segundo Stephen Jay Gould, um dos colaboradores de *The Bell Curve Wars*, Herrnstein e Murray estão errados em quatro pontos principais. Ele contesta suas alegações de que a inteligência possa ser descrita por meio de um único número de Q.I.; de que as pessoas possam ser classificadas de um modo significativo ao longo de uma única escala de inteligência; de que a inteligência se origine essencialmente na herança genética; e de que ela não sofra alterações. Ele mostra que cada uma dessas suposições é questionável.

Howard Gardner, outro colaborador, sustenta que um século de pesquisa serviu para dissipar a noção da "inteligência" como uma categoria geral. Existem apenas "inteligências múltiplas" - inteligência prática, musical, espacial, matemática e assim por diante. Outros colaboradores de *The Bell Curve Wars* alegam que não há uma relação sistemática entre os escores dos testes de Q.I. e o posterior desempenho profissional, e sua reação comum é chamar essa teoria de "pseudociência racista".

Gould conclui (1995, p. 22): "Devemos combater a doutrina do *The Bell Curve* porque ela está errada e porque, se ativada, ela irá acabar com todas as possibilidades de que a inteligência do ser humano venha a se desenvolver de forma adequada. É claro que nem todos nós podemos ser cientistas espaciais ou cirurgiões neurovasculares, mas, para aqueles que não conseguem ter essas profissões, fica a possibilidade de se tornarem músicos de rock ou atletas profissionais (e ganhar muito mais prestígio social e dinheiro com isso)..."

### Inteligência emocional e interpessoal

Em seu livro que tem por título o próprio tema, Daniel Goleman (1996) argumenta que a "inteligência emocional" pode ser, no mínimo, tão importante quanto o Q.I. para determinar se nos daremos bem ou mal na vida. A **inteligência emocional** refere-se ao modo como as pessoas utilizam suas emoções - as habilidades da automotivação, do autocontrole, do entusiasmo e da persistência. De modo geral, essas qualidades não são herdadas, e quanto mais as ensinarmos para as crianças, maiores serão as suas chances de aproveitarem suas capacidades intelectuais.

Segundo Goleman (1996, p. 34), "Mesmo o mais brilhante dos homens pode afundar-se em mares de paixões desenfreadas e impulsos incontroláveis; pessoas que têm Q.I.s altos podem ser péssimos marinheiros de suas próprias vidas". Esse é um dos motivos pelos quais não há uma boa correlação entre as avaliações da inteligência comum e as conquistas posteriores.

Assim, um estudo acompanhou 95 alunos de Harvard que se formaram na década de 1940. Até a maturidade, aqueles que haviam obtido os escores mais altos no teste de Q.I. na faculdade tinham apenas um pouco mais de sucesso em suas carreiras do que os alunos que tiveram escores mais baixos. Outra pesquisa observou o outro extremo da escala dos testes de Q.I. Foram estudados 450 meninos - dois terços deles provenientes de famílias que recebiam auxílio da previdência e todos vindos de um região pobre situada próximo a Harvard. Um terço dos meninos tinha Q.I.s inferiores a 90. Mais uma vez, o Q.I. teve apenas uma pequena ligação com suas carreiras posteriores. Por exemplo, 7% dos homens que tinham Q.I.s inferiores a 80 estavam desempregados, mas essa era a mesma situação de 7% daqueles cujo Q.I. estava acima de 100. Habilidades da infância, como lidar com as emoções e dar-se bem com os outros, foram prognósticos melhores. Como explica Howard Gardner (1993, p. 9):

Inteligência interpessoal é a habilidade de entender os outros; o que os motiva, como eles trabalham, como trabalhar cooperativamente com eles. Vendedores, políticos, professores, clínicos e líderes religiosos de sucesso provavelmente são indivíduos com alto grau de inteligência interpessoal. **Inteligência intrapessoal** (...) é uma capacidade que o ser humano tem de criar um modelo preciso, verídico de si mesmo e poder utilizar esse modelo para operar com eficácia na vida.

Precisamos revisar nossas opiniões a respeito da inteligência para incluir a diversidade de fatores que contribuem para o sucesso na vida. Uma idéia semelhante também se aplica à própria educação. A educação é um conceito mais amplo do que o ensino escolar formal, e também pode deixar de ser considerada um estágio de preparação que antecede o ingresso do indivíduo no mercado de trabalho. À medida que muda a tecnologia, mudam as habilidades, e mesmo se a educação for vista a partir de um ponto de vista puramente vocacional - como capaz de proporcionar habilidades relevantes para o trabalho - a maioria dos observadores concorda que, no futuro, os indivíduos precisarão de uma educação que se estenda por toda a vida.

### Conclusão: um aprendizado que se estende por toda a vida

Novas tecnologias e o avanço da economia do conhecimento estão transformando idéias tradicionais referentes ao trabalho e à educação. O simples ritmo das mudanças tecnológicas está gerando uma rotatividade bem mais acelerada dos empregos do que se verificava antigamente. Como vimos neste capítulo, e

no Capítulo 13 ("Trabalho e Vida Econômica"), hoje em dia, o treinamento e a obtenção de qualificações vêm ocorrendo ao longo da vida, e não apenas uma vez, na juventude. Profissionais que estão na metade de suas carreiras passaram a optar por investir na atualização de suas habilidades por meio de programas de educação continuados e do aprendizado por meio da internet. Muitos empregadores agora abrem a possibilidade de treinamentos no emprego aos seus trabalhadores como forma de intensificar o sentimento de lealdade e ampliar a base de habilidades da empresa.

Assim como nossa sociedade continua se transformando, as convicções e instituições tradicionais que a sustentam também sofrem mudanças. A idéia da educação – que implica a transmissão estruturada do conhecimento dentro de uma instituição formal – vem dando passagem a uma noção mais ampla de "aprendizado" que ocorre em uma diversidade de ambientes. O deslocamento da "educação" para o "aprendizado" não é irrelevante. Os aprendizes são atores sociais curiosos, ativos, que podem extrair *insights* de uma multiplicidade de fontes, não apenas dentro de um cenário institucional. A ênfase sobre o aprendizado reconhece que as habilidades e o conhecimento podem ser adquiridos por meio de todos os tipos de contato – com amigos e vizinhos, em seminários e museus, em conversas no bar da esquina, através da internet e de outros meios de comunicação, e assim por diante.

Essa mudança de ênfase em direção a um **aprendizado que se estende por toda a vida** já pode ser percebida dentro das próprias escolas, onde cresce o número de oportunidades para os alunos aprenderem *fora* dos limites da sala de aula. As

fronteiras entre as escolas e o mundo exterior estão sendo derubadas, não apenas via ciberespaço, mas também no mundo físico. O "aprendizado assistencial", por exemplo, transformou-se no esteio de muitas escolas secundárias norte-americanas. Como parte dos requisitos para se formarem, os alunos dedicam um certo número de horas para o trabalho voluntário na comunidade. Parcerias com o empresariado local também tornaram-se comuns nos EUA e no RU, promovendo a interação e as ligações entre estudantes e profissionais adultos que exercem o papel de mentores.

Com o intuito de estimular os cidadãos a darem continuidade no seu processo de aprendizado, lançou-se um inovador "banco de aprendizado" na Grã-Bretanha. Uma vez que o indivíduo tenha feito um pequeno investimento inicial em sua Conta de Aprendizado Individual (CAI), o Estado contribui com uma quantia maior. As pessoas podem utilizar suas CAIs para o pagamento de cursos educativos de qualquer tipo, incluindo o retreinamento para a aquisição de novas habilidades técnicas ou profissionais. Uma "universidade para a indústria" – composta por centros de aprendizado locais situados em lugares como igrejas, supermercados e clubes de futebol – servirá para estimular as pessoas a continuarem buscando uma educação para si mesmas dentro de suas próprias comunidades.

Essa idéia de um aprendizado que se estenda por toda a vida é fundamental para as mudanças em direção a uma sociedade do conhecimento. Além de ser essencial para uma mão-de-obra bem especializada e motivada, o aprendizado também deve ser visto em relação a valores humanos mais amplos. O



Um aprendizado que dure toda a vida para que a vida dure muito.

aprendizado é tanto um meio quanto uma finalidade para o progresso de um autodidatismo pleno e autônomo a serviço do autodesenvolvimento e da autocompreensão. Não há nada de utópico nessa idéia; na verdade, ela reflete os ideais humanistas da

educação desenvolvidos pelos filósofos educacionais. Um exemplo atual é a "universidade da terceira idade", que oferece aos aposentados a oportunidade de se instruírem como preferirem, desenvolvendo os interesses que desejarem seguir.

### Pontos Principais

1. A educação, em seu formato moderno, envolvendo a instrução de alunos em estabelecimentos escolares especialmente designados para essa finalidade, começou a surgir com a difusão dos materiais impressos e com o aumento nos níveis de alfabetização. O conhecimento pôde ser guardado, reproduzido e consumido por um número maior de pessoas em mais lugares. Com a industrialização, o trabalho tornou-se mais especializado, e mais pessoas passaram a somar o conhecimento abstrato às habilidades práticas da leitura, da escrita e da matemática.
2. A expansão da educação no século XX esteve intimamente relacionada à evidente necessidade de uma mão-de-obra alfabetizada e disciplinada. Com as mudanças em direção a uma economia do conhecimento, a educação ganha cada vez mais importância. À medida que diminuem as oportunidades para os trabalhadores manuais não-profissionalizados, o mercado de trabalho passa a exigir trabalhadores familiarizados com as novas tecnologias, com capacidade para adquirir novas habilidades e para trabalharem com criatividade.
3. Após o *Education Act* (Lei da Educação) de 1944, todas as pessoas no RU ganharam a oportunidade de acesso ao ensino secundário gratuito, e a idade para deixar a escola foi elevada para 15 anos. O ensino secundário do Estado ficou dividido entre as *grammar schools*, as escolas secundárias modernas e um pequeno número de escolas técnicas. O exame *eleven-plus* tornou-se o meio de separar os alunos entre os tipos de escola do Estado de acordo com suas habilidades.
4. Nos anos de 1960, introduziu-se o sistema escolar inclusivo para o ensino secundário. O exame *eleven-plus* foi extinto, juntamente com a maioria das *grammar schools* e todas as escolas secundárias modernas. Nos últimos anos, o próprio sistema inclusivo tem sido alvo de muitos ataques. Os críticos acreditam que as escolas inclusivas não atingiram os padrões educacionais almejados por seus iniciadores.
5. Desde a Segunda Guerra Mundial, o ensino superior expandiu-se significativamente na Grã-Bretanha: construíram-se novas instituições (as universidades "*red brick*") e aumentou o número de matrículas de estudantes, particularmente das mulheres. Contudo, o ensino superior da Grã-Bretanha vem enfrentando uma crise financeira. Atualmente, muitos estudantes obtêm empréstimos para financiar seus custos com a educação em nível superior.
6. A tecnologia da informação está sendo integrada aos processos educacionais – na sala de aula, com a instituição das "universidades eletrônicas" e com a expansão do aprendizado através da internet. Existem preocupações no sentido de que aqueles que não estiverem familiarizados com o uso do computador, ou que não tiverem acesso à nova tecnologia, possam sofrer os efeitos de um tipo de "pobreza informacional".
7. A privatização da educação refere-se ao envolvimento de empresas privadas na administração de atividades educacionais. Para tentar melhorar o desempenho de escolas que demonstravam problemas crônicos, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos recorreram a uma privatização limitada desse setor. Aqueles que defendem essa abordagem acreditam que a abertura dos sistemas educacionais para as forças de mercado terá como resultado uma melhoria na qualidade das escolas; para os críticos desse sistema, o lugar dos interesses comerciais não é na educação.
8. Diversas teorias sociológicas têm produzido um impacto sobre as interpretações da educação e do ensino escolar. Segundo a teoria de Bernstein, as crianças que adquiriram códigos elaborados de discurso são mais capazes de lidar com as exigências da educação formal do que aquelas que se limitaram a códigos restritos.
9. O currículo escolar formal é apenas um dos componentes de um processo mais geral de reprodução cultural influenciado por muitos aspectos informais do aprendizado, da educação e dos ambientes escolares. O "currículo oculto" exerce um papel significativo na reprodução cultural.
10. A organização das escolas e o seu sistema de ensino tendem a manter as desigualdades de gênero. Regras que especificam roupas distintas para meninos e meninas estimulam a caracterização de gêneros, assim como textos contendo imagens que veiculam idéias estabelecidas sobre os gêneros. Apesar dessas tendências persistentes, na última década, as meninas superaram constantemente o desempenho dos meninos em todos os níveis do sistema educacional. As preocupações com o "fracasso dos meninos" têm sido vinculadas a questões sociais maiores, como o crime, o desemprego e a ausência da figura

paterna – embora algumas pessoas acreditem que seja um engano concentrar a atenção nesse tema.

11. Diante da dificuldade em se definir a inteligência, existe muita controvérsia em relação a esse assunto. Alguns afirmam que os Q.I.s médios dos grupos são determinados pelos genes; já outros acreditam que são as influências sociais que os determinam. As evidências parecem pesar para o lado daqueles que defendem as influências sociais e culturais.
12. As novas tecnologias e a economia do conhecimento estão mudando a maneira de enxergarmos a educação e o ensino escolar: a educação formal está dando lugar à noção de um aprendizado que se estende por toda a vida. Ao longo de suas vidas, os indivíduos têm mais oportunidades de se envolverem em atividades relacionadas ao aprendizado e ao treinamento fora das salas de aula tradicionais.

### Questões para Reflexão

1. Qual a finalidade da educação?
2. A educação pode superar as desigualdades sociais?
3. Que políticas deveriam ser adotadas para estimular uma participação mais ampla no ensino superior?
4. As tecnologias modernas transformam a idéia de uma sociedade sem escolas em um sistema provável ou recomendável?
5. Como o currículo oculto pode aparecer na sala de aula eletrônica?
6. As escolas e faculdades deveriam enfatizar mais o desenvolvimento da inteligência emocional?

### Leitura Complementar

**Carlone Benn e Clyde Chitty**, *Thirty Years On: Is Comprehensive Education Alive and Well or Struggling to Survive?* (London: David Fulton, 1996)

**Debbie Epstein et al.**, *Failing Boys: Issues in Gender and Achievement* (Buckingham: Open University Press, 1998)

**A. H. Halsey et al.**, *Education, Culture, Economy and Society* (Oxford: Oxford University Press, 1997)

### Endereços na Internet

21st Century Learning Initiative  
<http://www.21learn.org>

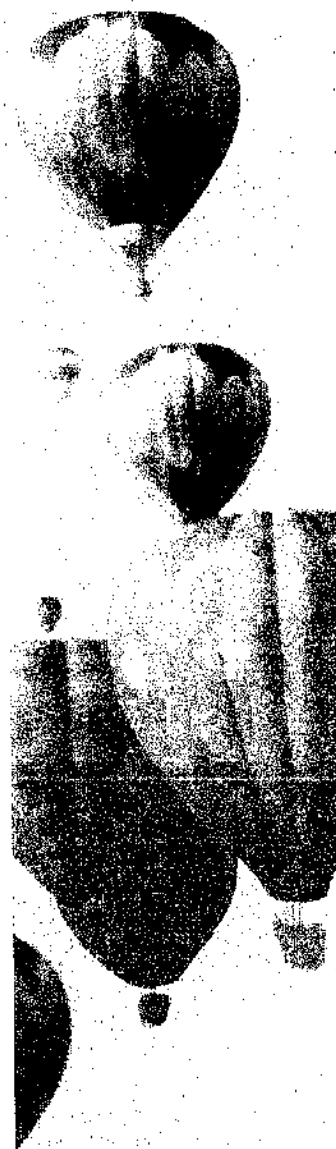
Department for Education and Employment (UK)  
[www.dfes.gov.uk](http://www.dfes.gov.uk)

Encyclopedia of Philosophy of Education  
<http://www.educacao.pro.br/>  
UNESCO – education  
<http://www.unesco.org/education>

# Religião

# 17

<b>Como definir a religião</b>	427	<b>Religião, secularização e transformação social</b>	437
O que não é a religião	427	As dimensões da secularização	437
O que é a religião	427	A religião no Reino Unido	438
<b>A diversidade de religiões</b>	427	A religião nos Estados Unidos	439
Totemismo e animismo	428	Uma avaliação da tese da secularização	442
Judaísmo, cristianismo e islamismo	429	<b>Os novos movimentos religiosos</b>	443
As religiões do Extremo Oriente	430	Tipos de novos movimentos religiosos	444
<b>Teorias sobre a religião</b>	430	Os NMRs e a secularização	445
Marx e a religião	431	<b>Movimentos milenaristas</b>	445
Durkheim e o ritual religioso	431	Os seguidores de Joaquim	446
Weber: as religiões do mundo e a transformação social	432	O <i>Ghost Dance</i>	446
Avaliação	433	A natureza dos movimentos milenaristas	446
<b>Tipos de organização religiosa</b>	433	O apocaliptismo	447
Igrejas e seitas	433	<b>O fundamentalismo religioso</b>	447
Denominações e cultos	434	O fundamentalismo islâmico	447
Avaliação	434	O fundamentalismo cristão	449
<b>O gênero e a religião</b>	434	<b>Conclusão</b>	452
Imagens religiosas	434	Pontos principais	452
As mulheres nas organizações religiosas	435	Questões para reflexão	453
		Leitura complementar	453
		Endereços na Internet	453



## 17: Religião

**H**á milhares de anos, a religião tem exercido uma forte influência sobre a vida dos seres humanos, estando presente, de uma forma ou de outra, em todas as sociedades humanas de que se tem notícia. Os registros das primeiras sociedades, cujas evidências encontramos somente em ruínas arqueológicas, deixam vestígios claros de símbolos e cerimônias religiosas. No decorrer da história, a religião continuou a desempenhar papel central na experiência humana, influenciando nossa forma de perceber os ambientes deste mundo em que vivemos e de reagir a eles.

A visão religiosa e o pensamento racionalista moderno, contudo, vivem em um alarmante estado de tensão. Com o aprofundamento da modernidade, uma perspectiva racionalista passou a dominar muitos aspectos de nossa existência, e, aparentemente, seu controle não deve ceder em um futuro próximo. Porém, sempre haverá reações contrárias à ciência e ao pensamento racionalista diante de seu silêncio em relação a questões fundamentais, como o sentido e o propósito da vida. São esses os temas que sempre estiveram no cerne da religião, alimentando a noção de fé – transição emocional para a crença.

Houve ocasiões em que a religião e a ciência pareceram estar em desacordo entre si. As discussões em torno das visões evolucionista e criacionista, por exemplo, enfatizam duas maneiras bastante diferentes de interpretar as origens do ser humano. Já, em outros momentos, a religião e a ciência conseguem encontrar combinações estranhas e interessantes – como ocorreu no caso do extraordinário episódio de 21 de setembro de 1995, na Índia, quando divindades de alguns santuários hindus teriam, aparentemente, bebido o leite oferecido por seus adoradores.

Até o final do dia, à medida que as notícias do milagre corriam de boca em boca e eram transmitidas através da mídia, estima-se que milhões de pessoas tenham tentado pessoalmente oferecer leite aos deuses. Multidões se formaram nas ruas em frente aos templos em quase todas as grandes e pequenas cidades indianas. Os espaços públicos pareciam um "festival religioso improvisado". Escolas, escritórios e outras instituições ficaram praticamente desertos ao longo do dia à medida que mais pessoas se juntavam ao evento. Entretanto, no dia seguinte, quando devotos e meros curiosos retornaram aos templos, o milagre havia acabado. Ao que parece, os deuses haviam deixado de beber as oferendas.

Para Denis Vidal (1998), antropólogo que detalhou esse fenômeno, é impossível propor uma estimativa exata do número de pessoas que ofereceram leite às divindades nesse dia 21 de setembro. Pesquisas realizadas após o evento sugerem que cerca de 50% dos adultos de Deli, 59% dos de Calcutá e 49% dos de Bombaim fizeram essa experiência. Se considerarmos o grande volume de pessoas que fizeram essa ten-

tativa em casa, em pequenas cidades e no exterior, esse fenômeno abarcou facilmente diversos milhões de indivíduos.

Nas semanas que se seguiram a esse acontecimento, um levantamento realizado em Bombaim revelou que as opiniões estavam igualmente divididas entre aqueles que aceitavam as explicações científicas e os que acreditavam na autenticidade do milagre. As descobertas da investigação desmentiram a expectativa de muitos de que a origem social, a educação e a perspectiva cultural seriam determinantes nas reações das pessoas a esse evento. O fato de uma proporção considerável de indianos cultos do meio urbano acreditarem no milagre serviu para demonstrar, nas palavras de Vidal (1998, p. 168), "a quantidade de pessoas – especialmente nas áreas urbanas – que atualmente, na Índia, combinam, em seu cotidiano, atitudes e opiniões que evidenciam sua devoção religiosa juntamente com um claro pragmatismo e um racionalismo".

Por que a religião é um aspecto tão universal das sociedades humanas? Como o seu papel está se transformando nas recentes sociedades modernas? Sob que condições a religião promove a união das comunidades e sob que condições ela é responsável por sua divisão? Como a religião pode proporcionar tanta segurança à vida das pessoas a ponto de fazer com que elas se disponham prontamente a se sacrificarem por ideais religiosos? Essas são as dúvidas que tentaremos esclarecer neste capítulo. Para isso, é necessário questionarmos o que, na verdade, é a religião, observando algumas das diferentes formas assumidas pelas crenças e práticas religiosas. Estudaremos também as principais teorias sociológicas sobre a religião e analisaremos os diversos tipos de organização religiosa distintos. Ao longo deste capítulo, consideraremos o destino da religião no mundo moderno, pois a muitos observadores parece que, com o avanço da ciência e da indústria moderna, atualmente a religião perdeu parte do poder central que exercia, antes da era moderna, na vida social.

Estudar a **religião** é um desafio que exige esforços especiais da imaginação sociológica. Ao analisarmos as práticas religiosas, precisamos compreender a imensa diversidade de crenças e rituais encontrados nas variadas culturas humanas. É fundamental que tenhamos sensibilidade em relação aos ideais que inspiram uma convicção profunda entre aqueles que neles crêem, porém sem deixarmos de examiná-los com rigor. É necessário que confrontemos idéias que envolvem a busca do eterno, ao mesmo tempo que reconhecemos que os grupos religiosos também promovem metas bastante mundanas – como angariar fundos ou procurar seguidores. Precisamos reconhecer a diversidade de crenças religiosas e modos de conduta, mas também investigar a natureza da religião enquanto fenômeno geral.

## Como definir a religião

A variedade de crenças e organizações religiosas é tão imensa que estudiosos desse tema têm encontrado grandes dificuldades para chegar a uma definição de religião que seja amplamente aceita. No Ocidente, a maior parte das pessoas identifica a religião ao cristianismo – crença em um ser supremo, que nos ordena um comportamento moral na terra, prometendo uma vida após a morte. No entanto, é claro que não podemos definir toda religião nesses termos. Tais crenças, e muitos outros aspectos do cristianismo, não fazem parte da maioria das religiões do mundo.

## O que não é a religião

O melhor caminho para escaparmos das armadilhas de um pensamento culturalmente tendencioso sobre a religião provavelmente seja através de uma exposição, em termos gerais, do que *não* é a religião. Em primeiro lugar, a religião não deveria ser identificada com o **monoteísmo** (a crença em um único Deus). A maior parte das religiões envolve várias divindades. Mesmo em algumas versões do cristianismo, existem diversas figuras com qualidades sagradas: Deus, Jesus, Maria, o Espírito Santo, anjos e santos. Algumas religiões não têm nenhum deus.

Em segundo lugar, a religião não deveria ser identificada com *preceitos morais* que controlam o comportamento de seus fiéis – como os mandamentos que Moisés teria recebido de Deus. A idéia de que os deuses estão interessados no modo como nos comportamos na terra é estranha a muitas religiões. Para os gregos antigos, por exemplo, os deuses eram quase que totalmente indiferentes às atividades da humanidade.

Em terceiro lugar, a religião não está necessariamente preocupada em *explicar como o mundo acabou se transformando no que é hoje*. No cristianismo, o mito de Adão e Eva pretende explicar a origem da existência humana; muitas religiões têm esses *mitos de origem*, mas há também muitas que não os têm.

Em quarto lugar, a religião não pode ser identificada com o *sobrenatural*, embora envolva intrinsecamente a crença em um universo que “ultrapassa o domínio dos sentidos”. O confucionismo, por exemplo, trata da aceitação da harmonia natural do mundo, e não da descoberta de verdades que “existam por trás” dele.

## O que é a religião

Aparentemente, as características que todas as religiões têm em comum são as seguintes. As religiões envolvem um conjunto de *símbolos*, que invocam sentimentos de *reverência* ou de *temor*, e estão ligadas a *rituais* ou cerimoniais (como os serviços religiosos) dos quais participa uma comunidade de fiéis. Cada um desses elementos necessita de alguma elaboração. Mesmo que as crenças de uma religião possam envolver deuses, ou não, quase sempre existem seres ou objetos que inspi-

ram atitudes de temor ou de admiração. Em algumas religiões, por exemplo, as pessoas acreditam em uma “força divina” – e não em deuses personalizados – e a reverenciam. Em outras religiões, existem imagens que não são deuses, mas que são veneradas – como Buda ou Confúcio.

Os rituais associados à religião são bastante diversos. Os atos rituais podem incluir rezas, cânticos, canções, a ingestão de certos tipos de alimento – ou sua abstenção –, o jejum em determinados dias e assim por diante. Por estarem voltados para os símbolos religiosos, os atos rituais são geralmente considerados bastante diferentes dos hábitos e dos procedimentos da vida comum. Acender uma vela para honrar ou aplacar um deus tem um significado completamente diferente de acendê-la para iluminar uma sala. Os rituais religiosos, muitas vezes, são executados pelos indivíduos, isoladamente, mas todas as religiões também incluem cerimoniais que contam com a participação coletiva dos fiéis. Cerimoniais regulares normalmente ocorrem em lugares especiais: igrejas, templos ou santuários – como aquele indiano onde ocorreu o “milagre” dos deuses que bebiam leite.

A existência de um cerimonial coletivo é geralmente vista pelos sociólogos como um dos principais fatores que distinguem a religião da magia, embora os limites entre uma e outra não sejam nem um pouco claros. A **magia** é a influência sobre os acontecimentos por meio de poções, cânticos ou práticas rituais. Em geral, ela é praticada por indivíduos, e não por uma comunidade de fiéis. As pessoas, muitas vezes, recorrem à magia em situações adversas ou em caso de perigo. Assim, o estudo clássico de Bronislaw Malinowski (1982) sobre os ilhéus de Trobriand, no Pacífico, descreve uma variedade de ritos de magia executados antes de qualquer viagem arriscada de canoa. Quando estão apenas saindo para pescar nas águas seguras e plácidas de uma lagoa da região, os ilhéus desprezam esses ritos.

Mesmo que as práticas de magia tenham, em sua maioria, desaparecido das sociedades modernas, o emprego de superstições que lembram magias ainda é comum em situações de perigo. Muitos indivíduos que exercem funções perigosas, ou nas quais os fatores de risco podem afetar drasticamente seu desempenho – como mineradores, pescadores de alto mar ou esportistas –, entregam-se a pequenos rituais supersticiosos ou carregam artigos próprios em momentos de estresse. Como exemplo desse tipo de comportamento, podemos mencionar um tenista que insiste em usar determinado anel durante as principais partidas. A vidência através dos signos do zodíaco, baseada em crenças astrológicas herdadas das noções de magia presentes nas sociedades pré-modernas, ainda comanda seus adeptos, embora a maioria das pessoas não a leve muito a sério.

## A diversidade de religiões

Nas sociedades tradicionais, é comum a religião desempenhar papel central na vida social. Símbolos e rituais religiosos estão freqüentemente integrados à cultura material e artística da so-





Em Calcutá, rituais como as cerimônias Puja servem para distinguir o espiritual do comum.

cidade – música, pintura ou escultura, dança, narração de histórias e literatura. Em culturas pequenas, não existe um sacerdócio profissional, mas há sempre certos indivíduos que se especializam no conhecimento de práticas religiosas (e muitas vezes de magia). Embora haja diversas classes de especialistas, um tipo comum é o *xamã* (palavra que se originou entre os índios norte-americanos). O xamã é um indivíduo que se acredita seja capaz de controlar espíritos ou forças sobrenaturais por meio de rituais. Às vezes, os xamãs são basicamente feiticeiros, e não líderes religiosos, sendo geralmente consultados por indivíduos que estejam descontentes com o que os rituais religiosos da comunidade oferecem.

### Totemismo e animismo

Dois formas de religião encontradas frequentemente em culturas menores são o **totemismo** e o **animismo**. A palavra “totem” surgiu entre as tribos indígenas norte-americanas, mas tem sido amplamente utilizada em referência a espécies de animais ou plantas que, se acredita, possuam poderes sobrenaturais. Em geral, cada grupo de parentesco ou clã dentro de uma sociedade tem o seu próprio totem específico, ao qual diversas atividades rituais são associadas. As crenças totêmicas podem parecer estranhas àqueles que vivem nas sociedades industrializadas, porém, em certos contextos relativamente menores, símbolos semelhantes aos do totemismo são familiares – como no caso de

um time esportivo que tenha um animal ou uma planta em seu emblema. Os mascotes são totems.

O *animismo* é a crença em espíritos ou fantasmas, os quais, imagina-se, habitam o mesmo mundo dos seres humanos. Esses espíritos tanto podem ser vistos como benévolos quanto como malévolos, podendo influenciar o comportamento humano em numerosos aspectos. Em algumas culturas, por exemplo, acredita-se que os espíritos provoquem doenças ou loucura, podendo também *possuir* ou dominar indivíduos de tal forma que cheguem a controlar seu comportamento. As crenças animistas não se limitam às pequenas culturas, sendo, até certo ponto, encontradas em muitos ambientes religiosos. Na Europa medieval, quando se acreditava que alguém estivesse possuído pelos espíritos do mal, essa pessoa era geralmente perseguida, acusada de feitiçaria ou bruxaria.

Sociedades pequenas, aparentemente “simples”, muitas vezes possuem sistemas complexos de credo religioso. O totemismo e o animismo são mais comuns nessas sociedades do que nas maiores, porém algumas sociedades menores possuem religiões bem mais complexas. Um exemplo disso está nos Nuer do sul do Sudão, descritos por E.E. Evans-Pritchard (Evans-Pritchard, 1956), que contam com uma elaborada série de idéias teológicas centralizadas em um “deus superior” ou “espírito do céu”. As religiões inclinadas ao monoteísmo, entretanto, são raramente encontradas em culturas tradicionais menores. A maioria é **politeísta** – acredita em vários deuses.

## Judaísmo, cristianismo e islamismo

As três religiões monoteístas mais influentes da história mundial são o *judaísmo*, o *cristianismo* e o *islamismo*. Todas elas originaram-se no Oriente Médio, e cada uma delas influenciou as demais.

### Judaísmo

O judaísmo é a mais antiga dessas três religiões, remonta a cerca de 1.000 AEC. Os primeiros hebreus eram nômades que viviam no antigo Egito e em suas proximidades. Seus profetas, ou líderes religiosos, extraíram parte de suas idéias dos credos religiosos existentes na região, porém diferenciando-se destes no que diz respeito ao seu compromisso diante de um único Deus, todo-poderoso. A maior parte de seus vizinhos era politeísta. Os hebreus acreditavam que Deus exige uma obediência a códigos morais rigorosos e insistiam no seu direito a um monopólio da verdade, enxergando, em suas crenças, a única religião verdadeira (Zeitlin, 1984, 1988).

Até a criação de Israel, que ocorreu não muito tempo após o final da Segunda Guerra Mundial, não havia nenhum Estado que tivesse o judaísmo como religião oficial. As comunidades judaicas sobreviveram na Europa, no norte da África e na Ásia, embora tenham sido, com frequência, alvo

de perseguição que culminou com o assassinato de milhões de judeus pelos nazistas nos campos de concentração durante a guerra.

### Cristianismo

O cristianismo tomou muitos aspectos do judaísmo, incorporando os à sua estrutura. Jesus era um judeu ortodoxo, e o cristianismo iniciou como uma seita do judaísmo; não está clara a idéia de que Jesus desejasse fundar uma religião distinta. Seus discípulos passaram a considerá-lo o *Messias* – palavra hebraica cujo significado é “o ungido”, que em grego era traduzida para “Cristo” – aguardado pelos judeus. Paulo, um cidadão romano que falava grego, foi um dos principais iniciadores da difusão do cristianismo, fazendo pregações ao longo de toda a Ásia Menor e a Grécia. Apesar de, em um primeiro momento, os cristãos terem sido brutalmente perseguidos, o imperador Constantino acabou adotando o cristianismo como a religião oficial do império romano. Nos 2 mil anos seguintes, o cristianismo difundiu-se até se tornar uma força dominante na cultura ocidental.

Atualmente, o cristianismo domina um número maior de adeptos, estando mais espalhado pelo mundo do que qualquer outra religião. Mais de um bilhão de indivíduos consideram-se cristãos, mas existem muitas divisões em termos de teologia e de organização eclesial; as principais ramificações são o catolicismo romano, o protestantismo e a ortodoxia oriental.

### Islamismo

As origens do islamismo, que atualmente é a segunda maior religião do mundo (veja a Tabela 17.1), em parte coincidem com as do cristianismo. O islamismo iniciou-se a partir dos ensinamentos do profeta Maomé no século VII EC e baseia-se na crença de que o seu único deus, Alá, detém o controle sobre toda a vida humana e natural. Os *Pilares do islamismo* são os cinco deveres religiosos essenciais dos muçulmanos (como são chamados aqueles que acreditam no islã). O primeiro é a recitação do credo islâmico: “Não há outro deus além de Alá, e Maomé é o apóstolo de Alá”. O segundo são as orações formais feitas cinco vezes ao dia, precedidas pela cerimônia da lavagem. Nas rezas, o fiel deve voltar seu rosto em direção à cidade sagrada de Meca, na Arábia Saudita, independentemente da distância a que ela estiver.

O terceiro pilar é a observância do Ramadã, mês de jejum no qual nenhum alimento ou bebida pode ser ingerido entre o nascer e o pôr-do-sol. O quarto é o oferecimento de esmolas (dinheiro para os pobres), dispostas na lei islâmica, que muitas vezes têm sido empregadas como fonte de impostos por parte do Estado. E, por último, espera-se que, ao menos uma vez na vida, todo fiel procure fazer uma peregrinação a Meca.

Os muçulmanos acreditam que Alá tenha falado através dos antigos profetas – entre eles Moisés e Jesus – antes de



Um devoto judeu lê a Torá.

Tabela 17.1 As populações religiosas do mundo, 1993

Religião	Número	Percentual do total
Cristãos	1.869.262.470	33,5
Católicos romanos	1.042.501.000	18,7
Protestantes	382.374.000	6,9
Ortodoxos	173.560.000	3,1
Anglicanos	75.847.000	1,4
Outros cristãos	195.000.470	3,5
Muçulmanos	1.014.372.000	18,2
Não-religiosos	912.874.000	16,4
Hindus	751.360.000	13,5
Budistas	334.002.000	6,0
Ateus	242.852.000	4,3
Religiões do povo chinês	140.956.000	2,6
Novos religionários	123.765.000	2,2
Religionários tribais	99.736.000	1,8
Siques	19.853.000	0,4
Judeus	18.153.000	0,3
Outros	49.280.000	1,0

Fonte: *Statistical Abstract of the United States*, 1994, p. 855.

Maomé, cujos ensinamentos são uma expressão mais direta de sua vontade. O islamismo acabou difundindo-se bastante, e hoje conta com cerca de um bilhão de adeptos em todo o mundo. A maioria está concentrada no norte e no leste da África, no Oriente Médio e no Paquistão. (Para uma breve discussão a respeito das crenças muçulmanas, veja a seção sobre o fundamentalismo islâmico, na p. 447.)

## As religiões do Extremo Oriente

### Hinduísmo

Existem grandes contrastes entre o grupo das religiões judaica, cristã e islâmica, e as religiões do Extremo Oriente. A mais antiga de todas as principais religiões que ainda se destacam no mundo de hoje é o *hinduísmo*, cujas crenças centrais remontam a aproximadamente 6 mil anos atrás - a religião citada em nosso primeiro exemplo deste capítulo. O hinduísmo é uma religião politeísta. Apresenta uma diversidade interna tão marcante que alguns estudiosos sugeriram considerá-lo um agrupamento de religiões relacionadas entre si, e não uma única orientação religiosa; muitos cultos locais e práticas religiosas estão ligados por algumas crenças geralmente defendidas.

A maioria dos hindus aceita a doutrina do ciclo da *reencarnação* - a crença de que todos os seres vivos fazem parte de um processo eterno de nascimento, morte e renascimento. Um segundo aspecto fundamental é o sistema de castas, baseado na crença de que os indivíduos vêm ao mundo ocupando uma posição específica de uma hierarquia social e ritual, de acordo com a natureza de suas atividades em encarnações anteriores. Para cada casta, existe um conjunto de deveres e de rituais, e o

destino de uma pessoa em sua próxima vida é determinado sobretudo pelo modo como esses deveres são cumpridos nesta vida. O hinduísmo aceita a possibilidade de numerosos pontos de vista religiosos diferentes, sem traçar uma linha divisória clara entre fiéis e não-fiéis. Existem mais de 750 milhões de hindus, e praticamente todos vivem no subcontinente indiano. Ao contrário do cristianismo e do islamismo, o hinduísmo não procura converter as pessoas em "verdadeiros crentes".

### Budismo, confucionismo, taoísmo

As religiões éticas do Oriente abrangem o budismo, o confucionismo e o taoísmo. Essas religiões não possuem deuses, mas enfatizam ideais éticos que relacionam o fiel à coesão natural e à unidade do Universo.

A origem do *budismo* está nos ensinamentos de Siddhartha Gautama, o Buda (*o iluminado*), que era um príncipe hindu de um pequeno reino do sul do Nepal no século VI AEC. Segundo Buda, os seres humanos podem escapar do ciclo da reencarnação se renunciarem ao desejo. O caminho da salvação encontra-se em uma vida de autodisciplina e meditação, separada das tarefas mundanas. O objetivo geral do budismo é alcançar o *Nirvana*, a completa realização espiritual. Buda rejeitava o ritual hindu e a autoridade das castas. Assim como o hinduísmo, o budismo também permite muitas variações locais, incluindo a crença nas divindades da região, sem insistir em uma visão única. Atualmente, o budismo exerce uma grande influência em diversos países do Extremo Oriente, entre eles a Tailândia, a Birmânia, o Sri Lanka, a China, o Japão e a Coreia.

O *confucionismo* foi a base da cultura dos grupos dominantes da China tradicional. "Confúcio" (forma latinizada do nome K'ung Fu-tzu) viveu no século VI AEC, no mesmo período de Buda. Assim como Lao-tzu, fundador do taoísmo, Confúcio era professor, e não um profeta religioso à moda dos líderes religiosos do Oriente Médio. Confúcio não é visto como um deus pelos seus seguidores, mas, sim, como "o mais sábio dos sábios". O confucionismo procura ajustar a vida humana à harmonia interior da natureza, enfatizando a veneração dos ancestrais. O *taoísmo* compartilha princípios semelhantes, realçando os meios da meditação e da não-violência para se atingir um plano de vida superior. Embora alguns componentes do confucionismo e do taoísmo sobrevivam nas crenças e nas práticas de muitos chineses, essas religiões perderam grande parte de sua influência na China em decorrência de sua oposição firme ao governo.

## Teorias sobre a religião

As abordagens sociológicas da religião ainda são fortemente influenciadas pelas idéias dos três teóricos "clássicos" da sociologia: Marx, Durkheim e Weber. Nenhum dos três era religioso, e todos imaginavam que, nos tempos modernos, a religião passaria a ser menos importante. Para eles, a religião era fundamentalmente uma ilusão. Os defensores de diferentes religiões talvez estejam totalmente convencidos da validade de

suas crenças e dos rituais dos quais participam, porém a própria diversidade de religiões e sua ligação óbvia com diversos tipos de sociedade, defendiam esses três pensadores, fazem com que essas afirmações sejam em si improváveis. Um indivíduo nascido em uma comunidade de caçadores e coletores na Austrália obviamente terá crenças religiosas diferentes de alguém que tenha nascido em um sistema de castas da Índia ou na Igreja Católica da Europa medieval.

### Marx e a religião

Apesar de sua influência sobre esse assunto, Karl Marx nunca estudou a religião detalhadamente. Suas idéias originam-se principalmente nos escritos de diversos autores de teologia e filosofia do início do século XIX. Um deles foi Ludwig Feuerbach, que escreveu uma obra famosa intitulada *The Essence of Christianity* (1957; publicada originalmente em 1841). Segundo Feuerbach, a religião consiste em idéias e valores produzidos por seres humanos no decorrer de seu desenvolvimento cultural, mas que são equivocadamente projetados nas forças divinas ou nos deuses. Como os seres humanos não têm uma compreensão plena de sua própria história, eles tendem a atribuir valores e normas gerados socialmente às atividades dos deuses. Assim, a história dos dez mandamentos dados por Deus a Moisés é uma versão mítica da origem dos preceitos morais que controlam a vida de judeus e de cristãos.

Se não entendermos a natureza dos símbolos religiosos que nós mesmos criamos, sustenta Feuerbach, estaremos condenados a ser prisioneiros das forças da história que não conseguimos controlar. Feuerbach emprega o termo *alienação* para se referir à instituição de deuses ou forças divinas distintas dos seres humanos. Idéias e valores humanamente criados acabam sendo vistos como o produto de seres *alienados* ou independentes – forças religiosas e deuses. Ainda que os efeitos da alienação tenham sido negativos no passado, entender a religião como alienação, segundo Feuerbach, é um caminho bastante promissor para o futuro. Uma vez que os seres humanos tenham compreendido que os valores projetados na religião são, na verdade, seus próprios valores, será possível concretizá-los na terra, em vez de adiá-los para uma vida após a morte. Os próprios seres humanos podem apropriar-se dos poderes atribuídos a Deus no cristianismo. Os cristãos acreditam que, enquanto Deus é todo-poderoso e todo-amor, os seres humanos têm defeitos e imperfeições. Contudo, o potencial para o amor e a bondade e o poder para controlar nossas próprias vidas, pensava Feuerbach, estão presentes nas instituições humanas, e podemos aproveitá-los assim que tivermos compreendido sua verdadeira natureza.

Marx concordava com a visão de que a religião representa a auto-alienação humana. Muitas vezes, acreditou-se que Marx rejeitasse a religião, mas essa idéia está longe de ser verdade. A religião, escreve ele, é o “coração de um mundo sem coração” – um refúgio da dureza da realidade cotidiana. Sua opinião é a de que a concepção tradicional da religião irá, e deverá, desaparecer, mas somente porque os valores positivos incorporados na religião podem se transformar em ideais que orientem a melho-

ria do destino da humanidade nesta terra, e não porque esses mesmos ideais e valores estejam errados. Não deveríamos temer os deuses que nós mesmos criamos, e deveríamos parar de dotá-los de valores que nós mesmos podemos concretizar.

Em uma frase famosa, Marx declarou que a religião é o “ópio do povo”. A religião adia a alegria e as recompensas para a vida após a morte, ensinando a aceitar resignadamente as condições da existência nesta vida. Dessa forma, desvia-se a atenção das desigualdades e das injustiças encontradas neste mundo em razão da promessa do que virá no próximo. A religião possui um forte elemento ideológico: as crenças e os valores religiosos muitas vezes servem para justificar desigualdades em termos de riqueza e de poder. Por exemplo, o ensinamento de que “os mansos herdarão a terra” sugere atitudes de humildade e de não-resistência diante da opressão.

### Durkheim e o ritual religioso

Ao contrário de Marx, Émile Durkheim dedicou boa parte de sua carreira intelectual ao estudo da religião, concentrando-se particularmente na religião de sociedades tradicionais de pequena escala. A obra de Durkheim, *The Elementary Forms of the Religious Life* (As Formas Elementares da Vida Religiosa), publicada primeiramente em 1912, talvez seja o estudo mais influente da sociologia da religião (Durkheim, 1976). Durkheim não associa a religião essencialmente às desigualdades sociais ou ao poder, mas a relaciona com a natureza geral das instituições de uma sociedade. Ele baseia seu trabalho em um estudo sobre o totemismo praticado pelas sociedades aborígenes australianas, afirmando que o totemismo representa a religião em sua forma mais “elementar” ou simples – daí o título do livro.

Um totem, conforme já foi mencionado, é um animal ou planta escolhido por possuir, em sua origem, um significado simbólico específico para um grupo. É um objeto *sagrado*, venerado e cercado de várias atividades rituais. Durkheim descreve a religião em termos de uma distinção entre o *sagrado* e o *profano*. Os objetos e os símbolos sagrados, defende ele, são tratados como se estivessem *afastados* dos aspectos rotineiros da existência, que fazem parte do domínio do profano. Normalmente, é proibido comer o animal ou a planta totêmica, exceto em ocasiões cerimoniais especiais; por ser um objeto sagrado, acredita-se que o totem tenha propriedades divinas que os distinguem completamente dos outros animais que podem ser caçados, ou das lavouras que podem ser colhidas e consumidas.

Por que o totem é sagrado? Para Durkheim, a explicação está no fato de ele ser o símbolo do próprio grupo, representando valores centrais para o grupo ou a comunidade. A reverência das pessoas em relação ao totem deriva, na verdade, do respeito que sentem pelos principais valores sociais. Na religião, o objeto do culto, na verdade, é a própria sociedade.

Durkheim enfatizou bastante o fato de que as religiões jamais se resumem a uma questão de crença. Toda a religião envolve atividades cerimoniais e rituais regulares, nos quais há reuniões de grupos de fiéis. Nas cerimônias coletivas, confirma-se e intensifica-se um sentimento de solidariedade de grupo. Os

cerimoniais afastam os indivíduos das preocupações da vida social profana, elevando-os a uma esfera na qual eles se sentem em contato com forças superiores. Essas forças - atribuídas a totens, influências divinas ou deuses - são, na realidade, a expressão da influência da coletividade sobre o individual.

Na opinião de Durkheim, a cerimônia e o ritual são essenciais para promover a união entre os membros dos grupos, razão pela qual não são encontrados apenas em situações comuns de adoração, mas nas diversas crises da vida - momentos em que as pessoas vivenciam grandes transições sociais, como o nascimento, o casamento e a morte. Em quase todas as sociedades, observam-se procedimentos rituais e cerimoniais nessas ocasiões. Durkheim conclui que os cerimoniais coletivos reafirmam a solidariedade de grupo em um momento em que as pessoas se vêem forçadas a ajustarem-se a grandes mudanças em suas vidas. Os funerais demonstram que os valores do grupo sobrevivem à passagem do próprio ser humano, oferecendo, portanto, um meio para que as pessoas enlutadas se adaptem a circunstâncias diferentes. O luto não é a expressão espontânea da dor - ou, pelo menos, da dor de quem é pessoalmente afetado pela morte. O luto é um dever imposto pelo grupo.

Nas pequenas culturas tradicionais, sustenta Durkheim, quase todos os aspectos da vida são permeados pela religião. Os cerimoniais religiosos tanto originam novas idéias e categorias de pensamento, quanto reafirmam os valores existentes. A religião não é apenas uma série de sentimentos e atividades; na verdade, ela condiciona os *modos de pensar* dos indivíduos nas culturas tradicionais. Mesmo as categorias mais básicas do pensamento, incluindo a maneira como imaginamos o tempo e o espaço, foram primeiro moldadas em termos religiosos. O conceito de "tempo", por exemplo, teve sua origem na contagem dos intervalos dos cerimoniais religiosos.

Com o desenvolvimento das sociedades modernas, Durkheim acreditava que a religião se tornaria menos influente. Cada vez mais, o pensamento científico substitui a explicação religiosa, e as atividades cerimoniais e rituais passam a ocupar apenas uma pequena parte da vida das pessoas. Durkheim concorda com Marx que a religião tradicional - ou seja, a religião que envolve forças divinas e deuses - está prestes a desaparecer. "Os velhos deuses estão mortos", escreve Durkheim. No entanto, ele afirma que há um aspecto em que a religião, com alterações, provavelmente terá continuidade. Para manter sua coesão, até mesmo as sociedades modernas dependem de rituais que reafirmem seus valores; assim, é de se esperar que surjam novas atividades cerimoniais em substituição às antigas. Durkheim não deixa claro quais seriam essas atividades, mas ele parece estar se referindo à celebração de valores humanistas e políticos, como a liberdade, a igualdade e a cooperação social.

### Weber: as religiões do mundo e a transformação social

Durkheim baseava seus argumentos em um conjunto bem pequeno de exemplos, ainda que ele alegasse que suas idéias aplicavam-se à religião como um todo. Max Weber, ao contrário, ini-

ciou um estudo substancial sobre as religiões do mundo inteiro. Nenhum estudioso, antes ou depois dele, assumiu uma tarefa de tamanha abrangência. A maior parte de sua atenção concentrou-se no que ele denominou as *religiões do mundo* - aquelas que atraíram grande número de fiéis e afetaram decisivamente o rumo da história global. Estudou detalhadamente o hinduísmo, o budismo, o taoísmo e o antigo judaísmo (Weber, 1951, 1952, 1958, 1963) e, em *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (1976; originalmente publicado em 1904-1905) e em outros trabalhos, ele escreveu extensivamente sobre o impacto do cristianismo na história ocidental, não conseguindo concluir, contudo, o estudo que planejava a respeito do islamismo.

Os escritos de Weber sobre a religião diferem dos de Durkheim no modo como relacionam a religião à transformação social, um ponto ao qual Durkheim havia dado pouca atenção. Contrastam com a obra de Marx, pois Weber argumenta que a religião não é necessariamente uma força conservadora; ao contrário, movimentos inspirados na religião muitas vezes geram transformações sociais impressionantes. Assim, o protestantismo - particularmente o puritanismo - foi a fonte da visão capitalista presente no Ocidente moderno. Os primeiros empresários foram, em sua maioria, calvinistas. Seu ímpeto para o sucesso, que auxiliou no início do desenvolvimento econômico ocidental, foi originalmente induzido pelo desejo de servir a Deus. Para eles, o sucesso material era um sinal do favor divino.

Weber via sua pesquisa sobre as religiões do mundo como um projeto individual. Sua discussão a respeito do impacto do protestantismo no desenvolvimento do Ocidente é parte de um esforço abrangente para entender a influência da religião na vida social e econômica em diversas culturas. Ao analisar as religiões orientais, Weber concluiu que elas ofereciam barreiras insuperáveis para o desenvolvimento do capitalismo industrial da forma como ele ocorreu no Ocidente; não porque as civilizações não-ocidentais fossem atrasadas, mas porque estas simplesmente aceitaram valores diferentes dos que acabaram predominando na Europa.

Na China tradicional e na Índia, Weber ressaltou um desenvolvimento significativo do comércio, da manufatura e do urbanismo em determinados períodos, mas que não geraram os padrões radicais de transformação social envolvidos no avanço do capitalismo industrial do Ocidente. A religião foi uma grande influência para inibir essa transformação. Por exemplo, o hinduísmo é o que Weber chama de religião de um "outro mundo", o que equivale a dizer que seus valores supremos enfatizam uma fuga das armadilhas do mundo material para um plano superior da existência espiritual. As motivações e os sentimentos religiosos apresentados pelo hinduísmo não têm por foco controlar ou moldar o mundo material; ao contrário, o hinduísmo enxerga a realidade material como um véu que esconde os verdadeiros interesses para os quais a humanidade deveria se voltar. O confucionismo também atuava desviando os esforços do desenvolvimento econômico - segundo a sua concepção ocidental -, enfatizando a harmonia com o mundo, em vez de promover o domínio ativo desse mundo. Apesar de a

China ter sido, durante muito tempo, a mais poderosa civilização do mundo e a mais desenvolvida em termos culturais, seus valores religiosos dominantes freavam um compromisso forte com o desenvolvimento econômico motivado pelo próprio desenvolvimento.

Weber considerava o cristianismo uma *religião da salvação*, que envolve a convicção de que os seres humanos podem ser "salvos" caso adotem as crenças da religião e sigam seus princípios morais. As noções do pecado e da libertação do pecaminoso por meio da graça de Deus são importantes nesse ponto. Elas geram uma tensão e um dinamismo emocional que inexistem na essência das religiões orientais. As religiões da salvação possuem um aspecto "revolucionário". Enquanto as religiões do Oriente fazem com que o fiel cultive uma atitude de passividade em relação à ordem existente, o cristianismo envolve uma luta constante com o pecado, podendo estimular, portanto, uma revolta contra essa ordem. Surgem líderes religiosos como Jesus -, que reinterpretam doutrinas existentes de forma a desafiar a estrutura de poder dominante.

### Avaliação

Marx, Durkheim e Weber, individualmente, identificaram algumas características gerais importantes da religião, e, em certos aspectos, suas opiniões são complementares. Marx tinha razão ao declarar que a religião, muitas vezes, tem implicações ideológicas, servindo para justificar os interesses dos grupos dominantes às custas dos demais: existem inúmeros exemplos desse fato na história – como no caso da influência do cristianismo sobre os esforços dos colonialistas em subjugar outras culturas. Não há dúvidas de que os missionários que procuraram converter os povos "pagãos" ao cristianismo estavam sendo sinceros, porém o efeito de sua doutrina acabou reforçando a destruição de culturas tradicionais e a imposição do domínio branco. Até o século XIX, praticamente todas as diversas denominações cristãs toleraram, ou defenderam, a escravidão nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Desenvolveram-se doutrinas que alegavam que a escravidão se baseava na lei divina e que, ao afrontarem seus amos, os escravos desobedientes seriam considerados culpados por também ofenderem a Deus.

Todavia, Weber certamente tinha razão em enfatizar o inquietante, e muitas vezes revolucionário, impacto dos ideais religiosos sobre as ordens sociais preestabelecidas. Apesar do apoio inicial das igrejas à escravidão nos Estados Unidos, mais tarde muitos líderes religiosos exerceram um papel fundamental na luta pela sua abolição. Os credos religiosos incitaram muitos movimentos sociais que buscavam derrubar sistemas injustos de autoridade, desempenhando um papel de destaque, por exemplo, nos movimentos pelos direitos civis nos EUA durante a década de 1960. A religião também influenciou a transformação social – provocando muitas vezes um enorme derramamento de sangue – por meio dos conflitos armados e das guerras travadas por motivos religiosos.

Essas influências conflituosas da religião, tão proeminentes na história, são pouco mencionadas na obra de Durkheim.

Ele enfatizou, sobretudo, o papel da religião em promover a coesão social. Porém, não é difícil redirecionar suas idéias para explicar a divisão, o conflito e a transformação religiosas, bem como a solidariedade. Afinal, grande parte da força do sentimento que pode ser gerado *contra* outros grupos religiosos provém do compromisso diante de valores religiosos gerados *dentro* de cada comunidade de fiéis.

Entre os aspectos mais valiosos dos escritos de Durkheim estão a sua ênfase sobre o ritual e o cerimonial. Todas as religiões envolvem reuniões regulares de fiéis, nas quais se observam preceitos rituais. Como Durkheim acertadamente salienta, as atividades rituais também marcam as principais transições da vida – nascimento, ingresso na fase adulta (os rituais associados à puberdade são encontrados em muitas culturas), casamento e morte (Van Gennep, 1977).

Ainda neste capítulo, aproveitaremos algumas idéias desenvolvidas por esses três autores. Em primeiro lugar, examinaremos diferentes tipos de organização religiosa, e consideraremos a questão da religião e do gênero. A seguir, partiremos para a discussão sociológica em torno da secularização, a idéia de que a religião está se tornando menos significativa nas sociedades industriais. A partir desse ponto, estudaremos algumas das novidades da religião no mundo as quais desafiam a idéia da secularização – isto é, o avanço dos novos movimentos religiosos e o poder do fundamentalismo religioso.

## Tipos de organização religiosa

### Igrejas e seitas

Todas as religiões envolvem comunidades de fiéis, mas essas comunidades organizam-se de maneiras diversas. Um modo de classificar as organizações religiosas foi proposto primeiramente por Max Weber e seu colega, o historiador religioso Ernst Troeltsch (Troeltsch, 1981). Weber e Troeltsch traçaram uma distinção entre as igrejas e as seitas. Uma *igreja* é um organismo religioso grande e bem-estabelecido – como a Igreja Católica ou a Igreja Anglicana. Uma *seita* é um agrupamento menor de fiéis, não tão organizado, geralmente iniciado em sinal de protesto contra o que a igreja se tornou – como fizeram os calvinistas ou os metodistas. A igreja normalmente possui uma estrutura formal, burocrática, com uma hierarquia de funções eclesiais, e, por estar integrada à ordem institucional existente, tende a representar o lado conservador da religião. Muitos de seus adeptos tornaram-se membros dela por seguirem os passos de seus pais.

As seitas são menores do que as igrejas e, freqüentemente, têm o objetivo de descobrir e seguir "o caminho da verdade", afastando-se da sociedade que as cerca por meio da criação de comunidades próprias. Os membros das seitas acreditam que as igrejas oficiais são corruptas. A maior parte delas conta com poucos funcionários (ou nenhum), e todos os seus membros participam delas em igualdade de condições. É pequena a proporção de pessoas que nascem fazendo parte de seitas, a maioria ingressa nelas para expandir suas crenças.

## Denominações e cultos

Outros autores ampliaram ainda mais a tipologia igreja/seita originalmente apresentada por Weber e Troeltsch. Um deles foi Howard Becker, que acrescentou dois outros tipos: a **denominação** e o **culto** (1950). Uma denominação é uma seita que "se acalmou" e se transformou em um organismo institucionalizado, e não em um grupo de protestos ativos. Seitas que sobrevivem durante algum tempo inevitavelmente acabam tornando-se denominações. Assim, o calvinismo e o metodismo eram seitas quando se formaram, época em que despertaram grande fervor entre seus membros; porém, com os anos, elas ganharam mais "respeitabilidade". As igrejas reconhecem, nas denominações, uma certa legitimidade, e estas convivem ao lado das igrejas, muitas vezes em uma cooperação harmônica.

Os cultos assemelham-se às seitas, mas têm ênfases diferentes. São as organizações religiosas menos coesas e mais transitórias, sendo compostas por indivíduos que rejeitam valores que eles julgam pertencerem à sociedade exterior. Têm por foco a experiência individual, unindo pessoas que compartilham das mesmas opiniões. As pessoas não *ingressam* formalmente em um culto, mas, sim, seguem teorias específicas ou tipos de comportamento determinados. Aos membros geralmente permite-se que mantenham outros vínculos religiosos. Assim como no caso das seitas, os cultos, muitas vezes, são formados em torno de um líder inspirador. Entre os exemplos de cultos que atualmente existem no Ocidente, estão os grupos de pessoas que acreditam no espiritualismo, na astrologia ou na meditação transcendental.

## Avaliação

Esses quatro conceitos de igreja, seitas, denominações e cultos são úteis para uma análise dos aspectos da organização religiosa, devendo, contudo, ser aplicados com cautela, em parte, por refletirem especificamente as tradições cristãs. Como mostra o caso do islamismo, nem sempre existe uma *igreja* distinta separada das demais instituições nas religiões não-cristãs, e outras religiões oficiais não desenvolveram uma hierarquia burocrática. O hinduísmo, por exemplo, é uma religião tão heterogênea internamente que fica difícil encontrar nela traços de uma organização burocrática. Nem faria muito sentido chamar as diversas subdivisões do hinduísmo de "denominações".

Os conceitos de seita e culto talvez tenham uma ampla aplicação, mas também aqui é necessária uma certa cautela. Os agrupamentos que se assemelham a seitas existem, com frequência, dentro das principais religiões do mundo e revelam a maioria dos atributos — compromisso, exclusividade, divergência da ortodoxia — característicos das seitas ocidentais. No entanto, muitos desses grupos (no hinduísmo, por exemplo) lembram mais comunidades étnicas tradicionais do que seitas cristãs (B. Wilson, 1982). A muitos desses grupos falta o fervor dos "verdadeiros crentes", comum no cristianismo, pois, nas "religiões éticas" do Oriente, há uma tolerância maior em relação à diversidade de visões. Um grupo pode "seguir o seu pró-

prio rumo" sem que necessariamente se depare com uma posição contrária de outras organizações mais oficiais. O termo "culto" é amplamente utilizado, podendo ser empregado, por exemplo, no caso de alguns tipos de movimento milenarista, ainda que estes se assemelhem mais às seitas do que aos tipos de culto imaginados por Becker ao formular o conceito.

Os conceitos de igreja, seita e denominação podem estar de certa forma, voltados para a cultura, mas eles, de fato, nos auxiliam a analisar a tensão que todas as religiões tendem a gerar entre o despertar e a institucionalização. As organizações religiosas que existem há algum tempo tendem a tornar-se burocráticas e inflexíveis. Porém, os símbolos religiosos possuem um extraordinário poder emotivo para os fiéis e resistem a ser reduzidos ao nível da rotina. Novas seitas e novos cultos estão sempre aparecendo. Aqui, podemos aproveitar a distinção feita por Durkheim entre o sagrado e o profano. Quanto mais as atividades religiosas ficarem padronizadas, um tema que volta a ser encenado irrefletidamente, mais se perderá o elemento do sagrado, e o ritual religioso e a crença acabarão assemelhando-se a componentes mundanos do mundo cotidiano. Por outro lado, os cerimoniais podem auxiliar a revitalizar uma compreensão das qualidades distintas da experiência religiosa e levar a experiências inspirativas que talvez divirjam da ortodoxia oficial. Os grupos podem abandonar a comunidade principal, mobilizar protestos ou movimentos separatistas, ou, senão, discordar dos padrões do ritual e da crença oficiais.

## O gênero e a religião

Como vimos na discussão anterior, as igrejas e denominações são organizações religiosas com sistemas definidos de autoridade. Nessas hierarquias, assim como em outras áreas da vida social, as mulheres são, na maioria das vezes, excluídas do poder. Esse é um ponto muito claro no cristianismo, mas é também uma característica presente em todas as principais religiões.

## Imagens religiosas

A religião cristã é um tema decididamente masculino, tanto em seu simbolismo quanto em sua hierarquia. Ainda que Maria, mãe de Jesus, seja às vezes tratada como se tivesse qualidades divinas, Deus é o *Pai*, uma figura masculina, e Jesus assumiu a forma humana de um homem. A mulher é retratada como se tivesse sido criada a partir de uma costela do homem. Os textos bíblicos trazem muitas personagens femininas, e algumas são descritas como se agissem caridosamente ou com bravura, porém os papéis principais são reservados aos homens. Não existe nenhum equivalente feminino para Moisés, por exemplo, e no Novo Testamento todos os apóstolos são homens.

Esses fatos não passaram despercebidos por quem participa dos movimentos feministas. Em 1985, Elizabeth Cady Stanton publicou uma série de comentários referentes às escrituras, intitulada *The Woman's Bible*. Em sua visão, a divindade criou



Hare Krishna, nome de uma seita hindu, é uma expressão que inicia o canto de um mantra — e também um modo de vida para esses membros da comunidade hare Krishna no RU.

as mulheres e os homens como seres que possuem o mesmo valor, e a Bíblia deveria refletir plenamente esse fato. O caráter masculino desta, acredita ela, não é um reflexo da visão autêntica de Deus, mas do fato de ela ter sido escrita por homens. Em 1870, a Igreja Anglicana estabeleceu uma comissão para fazer o que já havia sido feito muitas vezes antes — revisar e atualizar os textos bíblicos —, mas, nessa comissão, conforme ressaltou Stanton, não havia nem uma única mulher. Ela declarou que não há motivos para supor que Deus seja masculino, já que as escrituras deixam claro que *todos* os seres humanos foram moldados à imagem de Deus.

Divindades femininas são muito encontradas em religiões do mundo inteiro. Às vezes, imagina-se que essas divindades sejam “femininas”, delicadas e amorosas; em outros casos, as deusas surgem como temíveis destruidoras. Deusas guerreiras, por exemplo, são figuras até certo ponto frequentes, mesmo que, na realidade da vida social, apenas ocasionalmente as mulheres desempenhem o papel de líderes militares. Até o momento, não se empreendeu nenhum estudo extensivo sobre o envolvimento simbólico e material das mulheres em diferentes religiões, mas, aparentemente, existem poucas religiões, se é que alguma, em que as mulheres sejam as figuras dominantes, quer simbolicamente quer enquanto autoridades religiosas (Bynum et al., 1986).

Tomemos como exemplo o budismo. As mulheres surgem como figuras importantes nas doutrinas de algumas ordens budistas. Em uma ramificação dessa religião em especial, o bu-

dismo Mahayana, as mulheres são representadas por um ângulo particularmente favorável. Porém, como comentou um estudioso proeminente ao escrever sobre o assunto, o budismo, de um modo geral — assim como o cristianismo —, é “uma instituição predominantemente criada pelos homens, dominada por uma estrutura de poder patriarcal” na qual o feminino está essencialmente “associado ao secular, à fraqueza, ao profano e à imperfeição” (Paul, 1985, p. xix). Os textos budistas revelam imagens contrastantes de mulheres, em um nítido reflexo das atitudes ambivalentes dos homens em relação às mulheres no mundo secular. Por um lado, as mulheres aparecem como sábias, maternas e delicadas; e, por outro, misteriosas, impuras e destrutivas — a maldade ameaçadora.

#### As mulheres nas organizações religiosas

No budismo, sempre se concedeu às mulheres o papel de monjas; e, dentro do cristianismo, a função de freira tem sido a principal oportunidade para a expressão direta da convicção religiosa feminina. A vida monástica tem origem nas práticas dos primeiros grupos cristãos, que viveram uma vida de extrema pobreza dedicada à meditação. Esses indivíduos (muitos dos quais eram eremitas) e grupos, às vezes, possuíam poucas ligações com a Igreja oficial, mas, até o início da Idade Média, a Igreja havia conseguido assumir o controle da maioria das ordens fundadas por eles. Os mosteiros transformaram-se em



prédios permanentes, e seus internos tiveram que se submeter ao sistema de autoridade da Igreja Católica.

Algumas das ordens monásticas masculinas de maior influência, como a dos cistercienses e a dos agostinianos, foram fundadas nos séculos XII e XIII — mesma época das Cruzadas, expedições militares com o objetivo de retomar a Terra Santa, retirando a dos muçulmanos. A maioria das ordens de mulheres foi estabelecida apenas cerca de dois séculos depois, mas o seu número de membros manteve-se relativamente restrito até o século XIX. Nessa época, muitas mulheres tomaram-se freiras em parte em função das carreiras que assim se abriam para elas no ensino e na enfermagem, já que essas ocupações eram controladas pelas ordens religiosas. À medida que as profissões passaram a se desligar da Igreja, diminuiu a proporção de mulheres nessas ordens.

Ainda que os rituais e observâncias de diferentes ordens variem, todas as freiras são consideradas “noivas de Cristo”. Até as mudanças que ocorreram em algumas ordens nas décadas de 1950 e 1960, realizavam-se, às vezes, cerimônias de “casamento” elaboradas, durante as quais a noviça cortava o cabelo, recebia um nome religioso e uma aliança. Uma noviça tem a liberdade para abandonar o convento, ou pode ser dispensada. Entretanto, depois de vários anos, fazem-se os votos perpétuos.

Atualmente, as ordens de mulheres demonstram uma diversidade considerável de crenças e modos de vida. Em alguns conventos, as irmãs vestem hábitos totalmente tradicionais e obedecem a rotinas oficiais. Já outras comunidades não apenas estão abrigadas em prédios modernos, como também renunciaram a muitos dos antigos regulamentos, e as irmãs usam roupas comuns. Houve um relaxamento das restrições nas conversas em determinados períodos do dia, assim como das regras referentes à postura corporal, como caminhar com as mãos unidas e escondidas sob o hábito. Essas mudanças foram possibilitadas por éditos das autoridades eclesiásticas expedidos na década de 1960.

Os indivíduos que pertencem às ordens monásticas geralmente exercem pouca ou nenhuma autoridade dentro da hierarquia da Igreja, mesmo que estejam sujeitos a esta. A existência de ordens de mulheres não garantiu nunca nenhum tipo de poder direto às mulheres nas organizações religiosas maiores, as quais, nas Igrejas Católica e Anglicana, continuam sendo quase que exclusivamente dominadas pelos homens.

### As mulheres e o catolicismo

A religião cristã originou-se em um movimento basicamente revolucionário; porém, em suas atitudes em relação às mulheres, algumas das principais igrejas cristãs estão entre as organizações mais conservadoras das sociedades modernas. Há muito tempo que algumas seitas e denominações aceitam ministras, mas a Igreja Católica insiste em defender formalmente a ideia das desigualdades de gênero. Os ensinamentos da Igreja estimulam as mulheres a recordarem seus papéis tradicionais de esposas e mães, enquanto políticas de proibição ao aborto e

ao uso de métodos contraceptivos limitam ainda mais a liberdade feminina.

Com o avanço do movimento feminista, as organizações de mulheres começaram a pressionar as autoridades católicas no sentido de assumirem uma atitude mais liberal perante o papel das mulheres na igreja. Uma reforma pretendida é a ordenação de mulheres para a função de padre. Aquelas que defendem a ordenação feminina argumentam que as mulheres têm a mesma competência que os homens para representar Cristo, pois também foram feitas à imagem e semelhança de Deus. Contudo, os pedidos pela ordenação das mulheres têm sido sempre rejeitados pelas autoridades católicas. Em 1977, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, de Roma, declarou formalmente que as mulheres não poderiam ser aceitas para exercer o sacerdócio na Igreja Católica. A razão alegada foi de que Jesus não chamou uma mulher para ser um de seus discípulos (Noel, 1980).

Em uma carta publicada em maio de 1994, o Papa João Paulo II reafirmou a proibição da Igreja Católica Romana quanto à ordenação das mulheres. A carta determinou: “Assim, para que não reste nenhuma dúvida em relação a uma questão de grande importância (...) eu declaro que a Igreja não tem nenhuma autoridade para conferir a ordenação sacerdotal às mulheres, e que esse julgamento deve ser definitivamente defendido por todos os fiéis da Igreja”.

A freira britânica Lavinia Byrne discutiu o caso das mulheres ordenadas padres em seu livro *Women at the Altar* (1994). Em 1964, quando tinha 17 anos, Byrne ingressou no *Institute of the Blessed Virgin Mary* (Instituto da Santa Virgem Maria) e ganhou notoriedade no RU como teóloga, escritora e locutora de rádio. Suas contribuições para a BBC Radio 4 transformaram-na em uma figura bem conhecida dos católicos romanos de toda a Inglaterra e do País de Gales. Porém, seu apoio aberto à ordenação das mulheres acabou por colocá-la em conflito com as autoridades católicas. Em 1998, a *Congregation for the Doctrine of the Faith* (CDF, Congregação para a Doutrina da Fé) exigiu que ela se retratasse publicamente em relação à ordenação das mulheres e declarasse sua solidariedade à doutrina católica referente ao aborto, à contracepção e à ordenação sacerdotal.

Em janeiro de 2000, Byrne afastou-se de sua ordem, afirmando que o destino das mulheres católicas, na atual liderança conservadora, era ser “uma subespécie invisível”. “A sina da maioria das mulheres católicas”, declarou ela, “é ser profundamente devota, rezar, freqüentar a igreja aos domingos e não ter valor. Fica evidente que apenas os homens podem representar Cristo” (citado em Meek, 2000). Byrne preocupava-se com o fato de que, na virada do século, a igreja ainda não tinha um modelo dinâmico para as mulheres católicas. Em uma entrevista que concedeu a jornalistas após deixar a Igreja, ela comentou: (citado na *Newsweek*, 24 de janeiro de 2000, p. 64)

[As mulheres] voltam seus olhos para a igreja em busca de uma imagem instigante do que representa ser uma mulher profissional e culta no ano 2000 e, muitas vezes, vêem que suas aspirações são alvo de escárnio e suas contribuições são denegridas. Precisamos desesperadamente de lições positivas sobre a vida em família, o trabalho, a diversão, o lugar do ho-



Depois de ganhar a luta pelo direito de serem ordenadas padres na igreja da Inglaterra, as mulheres estão conseguindo aceitação por parte dos paroquianos e da hierarquia da Igreja.

mem e o lugar da mulher na vida social e política. É essa a tarefa da Igreja.

### As mulheres na Igreja Anglicana

A Igreja Anglicana também é quase que completamente dominada pelos homens, embora tenha passado por uma liberalização maior do que a Igreja Católica. Na Igreja Anglicana, até 1992, as mulheres tinham permissão para serem diaconisas, mas não pastoras. Participavam oficialmente como leigas e não tinham autorização para conduzirem alguns rituais religiosos básicos, como proclamar bênçãos e celebrar casamentos. Por outro lado, no comando de um ministro, uma diaconisa poderia ministrar certos sacramentos e conduzir batismos, entre outros ofícios. Em 1986, o comitê permanente do Sínodo Geral, o órgão administrativo da Igreja Anglicana, emitiu um relatório para examinar a legislação que seria necessária caso as mulheres fossem admitidas no sacerdócio. O grupo consistia em dez homens e duas mulheres. Sua tarefa era considerar a "salvaguarda" necessária para enfrentar as objeções dos "membros da Igreja Anglicana que, quer por um motivo ou por outro, são incapazes de aceitar a ordenação das mulheres como pastoras" (citado em Aldridge, 1987, p. 377). Pouca atenção foi dispensada aos sentimentos e às aspirações das mulheres.

Quando, em um programa de rádio, em agosto de 1987, o Bispo anglicano de Londres, Graham Leonard, foi ques-

tionado se a noção cristã de Deus seria afetada diante da presença regular da mulher no altar, ele respondeu: "Acho que seria. Diante dela, meu instinto seria tomá-la em meus braços...". A possibilidade de atração sexual entre uma pastora e os membros da congregação, alegou ele, era uma razão para que as mulheres não fossem admitidas como membros efetivos do clero. Na religião, assim como em outros âmbitos, "é o homem que toma a iniciativa e a mulher que recebe" (Jenkins, 1987).

Em 1992, a Igreja Anglicana finalmente votou pela abertura do sacerdócio para as mulheres. Muitos grupos se opuseram à decisão, incluindo a organização *Women Against the Ordination of Women* (Mulheres Contra a Ordenação de Mulheres), formada por Margaret Brown. Para ela, assim como para alguns grupos anglicanos masculinos, a efetiva aceitação das mulheres é um desvio blasfemo da verdade revelada na Bíblia. Alguns grupos afastaram-se da Igreja em consequência dessa determinação. Acompanhado de outros membros, Graham Leonard anunciou sua decisão de deixar a Igreja Anglicana e ingressar na Igreja Católica.

### Religião, secularização e transformação social

Como vimos, uma visão comum aos primeiros pensadores da sociologia foi a de que a religião tradicional viria a se tornar cada vez mais marginal para o mundo moderno. Marx, Durkheim e Weber acreditavam que um processo de secularização certamente ocorreria à medida que as sociedades se modernizassem e passassem a depender mais da ciência e da tecnologia para controlar e explicar o mundo social. A **secularização** representa o processo por meio do qual a religião perde sua influência sobre as diversas esferas da vida social.

O debate em torno da *tese da secularização* é uma das áreas mais complexas da sociologia da religião. Basicamente, o que existe é um desentendimento entre os defensores da tese da secularização — que concordam com os pais fundadores da sociologia e enxergam a perda do poder e da importância da religião no mundo moderno — e aqueles que se opõem ao conceito, os quais sustentam que a religião continua sendo uma força significativa, ainda que muitas vezes utilize formas novas e desconhecidas.

#### As dimensões da secularização

A secularização é um conceito sociológico complexo, em parte, porque há pouco consenso quanto ao modo de avaliar esse processo. Além disso, muitos sociólogos empregam definições de religião que não coincidem — em que alguns argumentam que a igreja tradicional é a melhor definição para a religião, outros defendem a idéia da necessidade de uma visão muito mais ampla, que inclua dimensões como a espiritualidade pessoal e o compromisso profundo com certos valores. Essas percepções

diferentes influenciarão necessariamente os argumentos favoráveis ou contrários à secularização.

A secularização pode ser avaliada de acordo com diversos aspectos ou dimensões. Alguns desses aspectos e dimensões são de natureza objetiva, como o *nível de membros* das organizações religiosas. Estatísticas e registros oficiais podem revelar a quantidade de pessoas que pertencem a uma igreja ou a outro organismo religioso e são frequentadoras ativas dos serviços religiosos e de outras cerimônias. Como vemos, com a exceção dos EUA, todos os países industrializados passaram por uma secularização considerável segundo esse indicador. O padrão do declínio religioso observado na Grã-Bretanha é encontrado na maior parte da Europa Ocidental, incluindo países católicos, como a França ou a Itália. O número de italianos que frequentam a igreja regularmente, e participam dos principais rituais (como a comunhão da Páscoa), é maior do que o de franceses, mas o padrão geral de declínio da observância religiosa é semelhante em ambos os casos.

Uma segunda dimensão da secularização procura definir até que ponto as igrejas e outras organizações religiosas mantêm sua *influência social, sua riqueza e seu prestígio*. Antigamente, as organizações religiosas podiam exercer uma influência considerável sobre os governos e as agências sociais e impunham um alto respeito da comunidade. Até que ponto essa situação ainda ocorre? A resposta para essa questão está clara. Mesmo que nos limitemos ao século XX, perceberemos que as organizações religiosas sofreram uma perda progressiva de grande parte da influência social e política que tinham anteriormente – uma tendência que ocorre mundialmente, embora haja algumas exceções. Os líderes eclesiásticos não podem mais esperar exercer automaticamente influência sobre os poderosos. Embora algumas igrejas oficiais continuem sendo bastante ricas sob qualquer padrão, e novos movimentos religiosos possam construir fortunas rapidamente, as circunstâncias materiais de muitas organizações religiosas que existem há muito tempo são inseguras, fazendo com que igrejas e templos precisem ser liqüidadados, ou estejam em um estado de degradação.

A terceira dimensão da secularização está relacionada às crenças e aos valores. Podemos chamá-la de dimensão da *religiosidade*. Os níveis de comparecimento à igreja e o grau de influência social das igrejas obviamente não são uma expressão direta das crenças e dos ideais das pessoas. Muita gente que acredita na religião não vai regularmente aos serviços religiosos, nem participa das cerimônias públicas; já a regularidade no comparecimento ou na participação nem sempre é uma garantia de fortes valores religiosos – as pessoas podem frequentar a igreja por hábito, ou porque esse é um comportamento esperado pela comunidade.

Assim como nas demais dimensões da secularização, é necessária uma interpretação precisa do passado para percebermos até que ponto atualmente houve uma diminuição da religiosidade. Os defensores da tese da secularização afirmam que, no passado, a religião era muito mais importante na vida diária das pessoas do que é hoje em dia. A igreja ocupava destaque central nas questões locais, e era uma forte influência dentro da família e da vida pessoal. Entretanto, os críticos da tese contestam essa idéia,

argumentando que o simples fato de as pessoas frequentarem mais a igreja não é necessariamente uma prova de que elas eram mais religiosas. Em muitas sociedades tradicionais, incluindo a Europa medieval, o compromisso com a crença religiosa era menos firme e menos importante no cotidiano do que se poderia supor. Pesquisas feitas na história inglesa, por exemplo, demonstram que, entre as pessoas simples, era comum haver um sentimento de indiferença quanto ao comprometimento com as crenças religiosas. Parece que os céticos em relação à religião estiveram presentes na maioria das culturas, particularmente nas maiores sociedades tradicionais (Ginzburg, 1980).

Contudo, não restam dúvidas de que hoje o apego às idéias religiosas é bem menor do que se verificava de um modo geral no mundo tradicional – particularmente se incluirmos no termo “religião” todo o alcance do sobrenatural no qual as pessoas acreditavam. A maioria de nós simplesmente deixou de sentir a presença de entidades divinas ou espirituais permeando nosso ambiente. Algumas das principais tensões do mundo de hoje – como as que afligem o Oriente Médio e os Bálcãs – resultam principalmente, ou em parte, de diferenças religiosas. Porém, a maioria dos conflitos e das guerras atuais é de natureza sobretudo secular – envolvendo credos políticos ou interesses materiais divergentes.

Tendo em mente essas três dimensões da secularização, passemos a uma revisão de algumas tendências recentes da religião na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, avaliando como elas confirmam ou contradizem a idéia da secularização.

### A religião no Reino Unido

A maior parte da população adulta da Grã-Bretanha julga-se pertencente a uma organização religiosa. Apenas cerca de 5% dos britânicos alegam não ter nenhum tipo de filiação religiosa. Quase 70% da população total identifica-se como membro da Igreja Anglicana, mesmo que a maioria dessas pessoas talvez não tenha frequentado a igreja mais do que algumas vezes ao longo da vida, se é que alguma vez. Além da Igreja Anglicana, da Igreja Presbiteriana escocesa e da Igreja Católica, a variedade de grupos religiosos na Grã-Bretanha inclui judeus, mórmons, muçulmanos, siques e hindus. Entre as seitas menores, estão os Plymouth Brethren, os rastafáris e a *Divine Light Mission* (Missão da Luz Divina).

Desde 1851, o censo não traz perguntas sobre religião, portanto, é difícil traçar um quadro preciso da extensão das denominações religiosas na Grã-Bretanha. Essa situação está prestes a se modificar – o censo de 2001 pediu aos britânicos que especificassem sua religião além de dar outras informações sobre suas vidas. Esses dados propiciarão um retrato muito mais detalhado da religião na Grã-Bretanha, já que as estimativas atuais baseiam-se nos relatórios emitidos pelas denominações, além de oferecerem uma avaliação mais exata da população muçulmana na Grã-Bretanha, a qual se estima que esteja entre 1 e 3 milhões de pessoas.

Segundo o levantamento *British Social Attitudes* (Atitudes Sociais Britânicas) de 1998, muitas pessoas na Grã-Bretanha

professam uma crença em algum tipo de divindade (veja a Tabela 17.2). Vinte e um por cento dos indivíduos que participaram do levantamento concordaram com a afirmação: "Eu sei que Deus realmente existe, e não tenho dúvidas disso". Apenas um em cada dez entrevistados respondeu que não acreditava em Deus. Metade dos que responderam à pesquisa disse que "provavelmente" ou "decididamente" acreditava na vida após a morte (HMSO, 2000). A Figura 17.1 mostra os padrões variáveis das crenças tradicionais e não-tradicionais.

Apesar de muita gente ainda afirmar que acredita em Deus ou em algum tipo de ser supremo, é bem menor o número de pessoas que, de fato, frequenta a igreja (veja a Figura 17.2). De acordo com o censo de 1851 sobre religião, aproximadamente 40% dos adultos na Inglaterra e no País de Gales iam à igreja aos domingos; até o ano de 1900, o volume havia caído para 35%; até 1950, para 20%; e hoje esse total beira os 10%. Durante a década de 1980, as principais denominações britânicas perderam uma média de 5% dos seus devotos – a diminuição mais substancial (8%) ocorreu entre os católicos romanos (HMSO, 1992). Em 1997, a Igreja Anglicana notou que, pela primeira vez, o seu número médio de fiéis havia caído para menos de 1 milhão de pessoas.

Entretanto, esse é um padrão, de certa forma, desigual. Existe uma diferença, por exemplo, entre as igrejas trinitárias e as não-trinitárias. As igrejas trinitárias – que incluem as anglicanas, as católicas, as metodistas e as presbiterianas, entre outras – são aquelas que acreditam na unidade da Trindade em um Deus. O número de membros das igrejas trinitárias caiu de 8,8 milhões em 1970 para 6,5 milhões em 1994. Todavia, nesse mesmo período, houve um aumento na quantidade de membros de algumas igrejas não-trinitárias, como a dos mórmons e dos testemunhas de Jeová (veja a Tabela 17.3). Entre as populações étnicas minoritárias, também aumentou o comparecimento à igreja e aos serviços religiosos. Um grande número de novos movimentos religiosos (veja a seguir) também tem atraído seguidores na Grã-Bretanha.

Existe um padrão perceptível em relação à religião no RU, em termos de idade, sexo, classe e geografia. Em geral, as pessoas mais velhas são mais religiosas do que as que fazem parte dos grupos étnicos mais jovens. Entre os jovens, o auge do comparecimento à igreja ocorre aos 15 anos, após o que há uma queda nos níveis médios de frequência até as pessoas chegarem na casa dos 30 e dos 40, quando há um novo entusias-

mo. Daí em diante, o comparecimento à igreja aumenta com a idade. As mulheres tendem a ter um envolvimento maior na organização religiosa do que os homens. Nas Igrejas Anglicanas, essa não é uma tendência muito forte, mas, nas Igrejas da ciência cristã, por exemplo, o número de mulheres ultrapassa o de homens em uma proporção de quatro para um.

De modo geral, as pessoas mais ricas vão mais à igreja e professam mais sua crença religiosa do que os mais pobres. A Igreja Anglicana já foi chamada de "o Partido Conservador em oração", e ainda há um fundo de verdade nessa idéia. Os católicos tendem a pertencer à classe trabalhadora. Essa orientação de classe é percebida nos padrões eleitorais: os anglicanos costumam votar nos Conservadores e os católicos, nos Trabalhistas, assim como muitos metodistas – originalmente o metodismo esteve intimamente relacionado ao avanço do Partido Trabalhista. A participação religiosa também varia enormemente conforme a região onde as pessoas moram: 35% dos adultos em Merseyside e 32% em Lancashire são membros de igrejas, comparados a apenas 9% em Humber-side e 11% em Nottinghamshire. Uma explicação para esse fato está na imigração – Liverpool tem uma grande população de católicos irlandeses, assim como o norte de Londres é um centro de judeus, e Bradford, de muçulmanos e síques.

Quanto às conseqüências para o comportamento cotidiano, as diferenças religiosas são muito mais marcantes na Irlanda do Norte do que em qualquer outro lugar da Grã-Bretanha. Os conflitos que ocorrem nessa região entre protestantes e católicos envolvem apenas uma minoria de cada uma dessas religiões, mas geralmente são intensos e violentos. Não é fácil desvencilhar a influência da religião na Irlanda do Norte de outros fatores envolvidos nesses antagonismos. Os católicos da região, de modo geral, acreditam em uma "Irlanda unida", na qual o Eire\* e a Irlanda do Norte formariam um Estado – uma noção rejeitada pelos protestantes. Mas as considerações políticas e as idéias nacionalistas exercem um papel importante ao lado das crenças religiosas.

## A religião nos Estados Unidos

A situação das organizações religiosas nos Estados Unidos é incomum em vários aspectos. A liberdade de expressão religiosa foi transformada em um artigo da constituição norte-ameri-

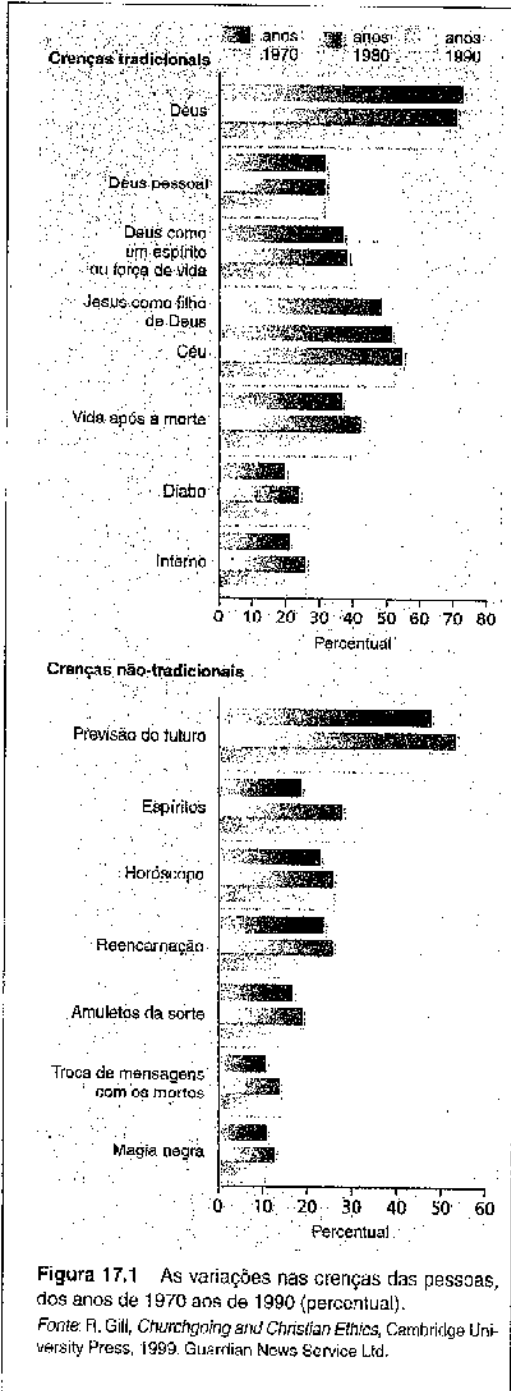
\* N. de T. Antigo nome da República da Irlanda.

**Tabela 17.2** A crença em Deus, Grã-Bretanha, 1998 (percentual)

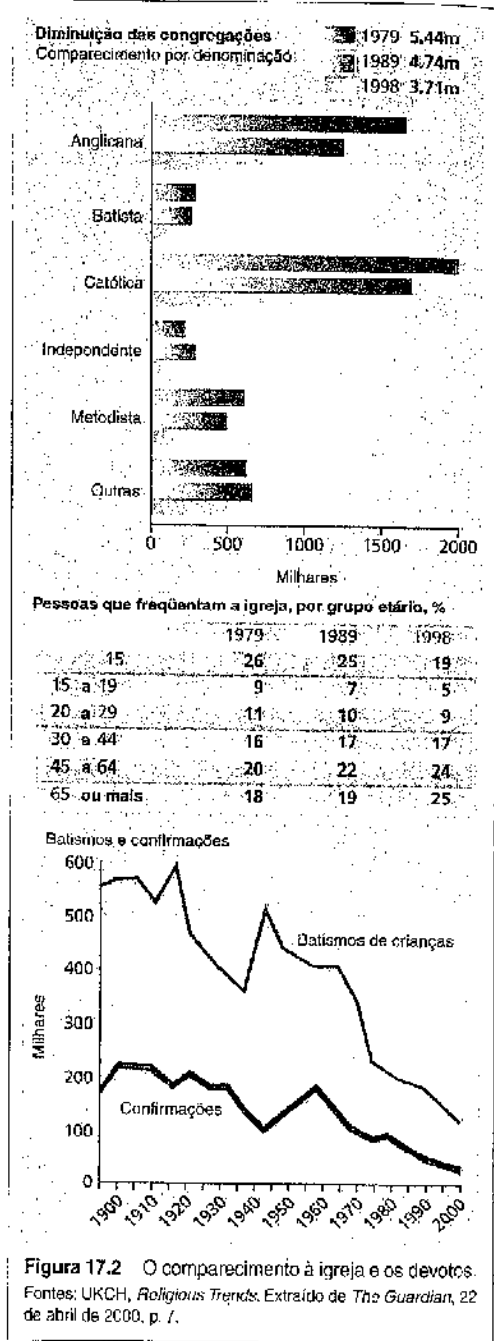
Eu sei que Deus realmente existe, e não tenho dúvidas disso.	21
Embora tenha algumas dúvidas, sinto que acredito em Deus.	23
Em certos momentos, percebo que acredito em Deus, mas em outras ocasiões isso não acontece.	14
Não acredito em um Deus pessoal, mas, sim, em algum tipo de Poder Supremo.	14
Não sei se existe um Deus e não acredito que haja alguma maneira de descobrir.	15
Não acredito em Deus.	10
Não responderam	3
Total	100

Pediu-se aos entrevistados que identificassem qual afirmação se aproximava mais de sua crença em Deus.

Fontes: British Social Attitudes Survey, National Centre for Social Research. De *Social Trends*, 30 (2000), p. 219. Crown copyright.



**Figura 17.1** As variações nas crenças das pessoas, dos anos de 1970 aos de 1990 (percentual).  
 Fonte: R. Gill, *Churchgoing and Christian Ethics*, Cambridge University Press, 1999. Guardian News Service Ltd.



**Figura 17.2** O comparecimento à igreja e os devotos.  
 Fontes: UKCH, *Religious Trends*. Extraído de *The Guardian*, 22 de abril de 2000, p. 7.

Tabela 17.3 Número de membros da igreja no Reino Unido (milhões)

	1970	1980	1992	1994
<b>Igrejas trinitárias</b>				
Católica romana (comparecimento à missa)	2,7	2,4	2,1	2,0
Anglicana	2,6	2,2	1,8	1,8
Presbiteriana	1,8	1,4	1,2	1,1
Metodista	0,7	0,5	0,4	0,4
Batista	0,3	0,2	0,2	0,2
Outras igrejas livres	0,5	0,5	0,6	0,7
Ortodoxa	0,2	0,2	0,3	0,3
Todas as Igrejas trinitárias	8,8	7,4	6,6	6,5
<b>Igrejas não-trinitárias</b>				
Mórmons	0,1	0,1	0,2	0,2
Testemunhas de Jeová	0,1	0,1	0,1	0,1
Outras igrejas não-trinitárias	0,1	0,2	0,2	0,2
Todas as igrejas não-trinitárias	0,3	0,4	0,5	0,5
<b>Outras religiões</b>				
Muçulmanos	0,1	0,3	0,5	0,6
Siques	0,1	0,2	0,3	0,3
Hindus	0,1	0,1	0,1	0,1
Judeus	0,1	0,1	0,1	0,1
Outras	0,0	0,1	0,1	0,1
Todas as outras religiões	0,4	0,8	1,1	1,2

Fonte: Christian Research, De *Social Trends*, 1996. Crown copyright.

cana bem antes de a tolerância das diversas crenças e práticas religiosas ter se difundido em qualquer outra sociedade ocidental. Os primeiros colonizadores eram refugiados da opressão religiosa exercida pelas autoridades políticas e insistiam na separação entre o Estado e a Igreja. Os EUA não têm uma Igreja "oficial", como a Igreja Anglicana na Inglaterra.

Nos Estados Unidos, também há uma diversidade bem maior de grupos religiosos do que em qualquer outro país industrializado. Na maioria das sociedades ocidentais, a maior parte da população filia-se formalmente a uma única igreja, como a Igreja Anglicana, na Grã-Bretanha, ou a Igreja Católica Romana, na Itália. Cerca de 90% da população norte-americana é cristã, mas pertencem a uma diversidade de igrejas e denominações. Muitos grupos contam com apenas centenas de participantes, porém mais de 90 organizações religiosas alegam ter um número de membros que ultrapassa os 50 mil, sendo que 22 destas relatam um total de mais de um milhão de membros. Ao longo dos últimos 25 anos, os grupos fundamentalistas cristãos têm construído um movimento social e político poderoso nos Estados Unidos (veja a seguir, na p. 449).

O maior organismo dos Estados Unidos é, sem dúvida, a Igreja Católica, a qual possui por volta de 50 milhões de membros. No entanto, esta compõe apenas cerca de 27% do volume total de membros das organizações religiosas. Aproximadamente 60% da população é protestante, dividida entre numerosas denominações. A *Southern Baptist Convention* (Convenção Batista do Sul) é a maior, contando com mais de 13 milhões de membros, seguida pela *United Methodist Church* (Igreja Metodista Unida), a *National Baptist Convention* (Convenção Batis-

ta Nacional) e as Igrejas luterana e episcopal. Entre os grupos não-cristãos, o maior consiste nas congregações judaicas, que abrangem em torno de 6 milhões de membros.

Cerca de 40% da população norte-americana freqüenta a igreja toda a semana. Quase 70% faz parte de igrejas, sinagogas ou outras organizações religiosas, sendo que a maioria afirma exercer um papel ativo dentro de suas congregações.

O capitão Scott O'Grady, da Força Aérea norte-americana, teve seu avião atingido quando sobrevoava a Bósnia em 1995. Ele passou seis dias em perigo, evitando ser capturado pelas forças sérvias, antes de ser encontrado e salvo. "De cara", disse ele à mídia mundial, "a primeira coisa que eu quero fazer é agradecer a Deus. Não fosse o amor que Deus tem por mim e o meu amor por Ele, eu não teria conseguido enfrentar essa situação. Foi Ele que me colocou aqui, e eu trago essa certeza no coração." Se um piloto britânico ou um francês fizesse essa mesma declaração, haveria uma certa surpresa. Vindas de um norte-americano, essas palavras parecem bastante normais. Os Estados Unidos têm um nível de religiosidade bem maior do que o que se encontra na maioria das sociedades européias.

Resultados de levantamentos mostram que 95% dos norte-americanos afirmam acreditar em Deus, 80% em milagres e na vida após a morte, 72% acreditam em anjos e 65% no diabo (Stark e Bainbridge, 1985). Um *World Values Survey* (Levantamento dos Valores Mundiais) publicado em 1994 revelou que 82% dos entrevistados consideravam-se "pessoas religiosas", comparados a 55% na Grã-Bretanha, 54% na Alemanha Ocidental e 48% na França. A mesma pesquisa demonstrou que, nos EUA, 44% das pessoas afirmaram freqüentar a igreja no



A cruz é trazida para os adoradores do sol e os ciclistas na Praia de Daytona, na Flórida, durante o encontro anual da Semana do Ciclismo.

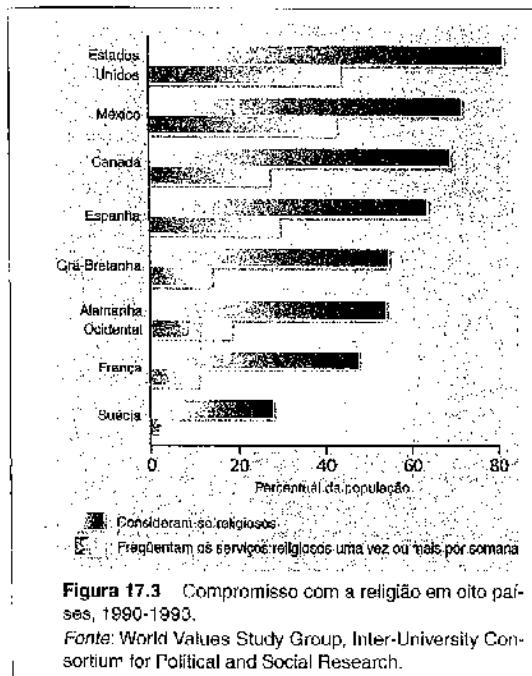
mínimo uma vez por semana, comparados a 14% no RU, 10% na França e apenas 4% na Suécia (veja a Figura 17.3 e *The Economist*, de 8 de julho de 1995, p. 20).

No debate em torno da secularização, os Estados Unidos representam uma importante exceção à visão do declínio da religião nas sociedades ocidentais. Se, por um lado, os EUA são um dos países mais plenamente “modernizados”, outra de suas características é possuir um dos mais altos níveis de crença religiosa popular e uma das maiores quantidades de membros religiosos no mundo. Steve Bruce (1996), um dos principais defensores da tese da secularização, argumenta que a permanência da religião nos EUA pôde ser interpretada em termos de uma *transição cultural*. Nos casos em que as sociedades passam por mudanças demográficas ou econômicas rápidas e profundas, Bruce sugere que a religião pode exercer um papel decisivo ao auxiliar as pessoas a ajustarem-se às novas condições e a sobreviver à instabilidade. A industrialização chegou com um certo atraso aos Estados Unidos e avançou muito rápido, afirma ele, entre uma população composta por uma grande diversidade de grupos étnicos. Nos EUA, a religião foi importante para estabilizar a identidade das pessoas e permitir uma transição cultural mais branda para o “melting pot” norte-americano.

### Uma avaliação da tese da secularização

Entre os sociólogos, pouco se discute a tendência do enfraquecimento da religião a longo prazo na igreja tradicional da maioria dos países do Ocidente – com a notável exceção dos EUA. A religião tornou-se menos influente ao longo de cada uma das três dimensões da secularização, lembrando muito a previsão dos sociólogos do século XIX. Será que eles e aqueles que mais tarde propuseram a tese da secularização estavam certos? Será que os atrativos da religião perderam seu domínio com a intensificação da modernidade? Uma conclusão dessas seria questionável por diversas razões.

Primeiramente, a atual situação da religião na Grã-Bretanha e em outros países ocidentais é muito mais complexa do que sugerem os defensores da tese da secularização. A crença religiosa e espiritual continua intensa e acordando forças na vida de muitas pessoas, mesmo que elas não escolham o caminho do culto formal através da estrutura da igreja tradicional. Alguns estudiosos sugerem que houve uma mudança em direção à postura de “acreditar sem participar” (Davie, 1994) – as pessoas continuam acreditando em Deus ou em uma força supe-



rior, mas praticam e desenvolvem sua fé fora das formas institucionalizadas da religião.

Em segundo lugar, é impossível avaliar a secularização unicamente através do número de membros nas igrejas trinitárias predominantes. Essa atitude ignora o papel cada vez mais importante das crenças não-ocidentais e dos novos movimentos religiosos, tanto internacionalmente quanto dentro das sociedades industrializadas. Na Grã-Bretanha, por exemplo, houve uma queda na participação ativa das pessoas como membros de igrejas tradicionais, que não foi sentida entre os muçulmanos, os hindus, os siques, os judeus, os crentes evangélicos "renascidos" e os cristãos ortodoxos.

Em terceiro lugar, aparentemente há poucas evidências da secularização nas sociedades não-ocidentais. No Irã e em outras regiões do Oriente Médio, da África e da Índia existe um fundamentalismo islâmico vital e dinâmico desafiando a ocidentalização. O Papa viaja pela América do Sul e milhões de católicos de lá acompanham sua jornada com grande admiração. A ortodoxia oriental foi readotada com entusiasmo pelos cidadãos de algumas regiões da antiga União Soviética após décadas de repressão da liderança comunista sobre a Igreja. Infelizmente, esse apoio entusiasta à religião em todo o mundo também se reflete em conflitos inspirados por motivos religiosos. Da mesma forma que a religião pode ser uma fonte de conforto e amparo, ela também foi e continua sendo a causa de lutas e conflitos sociais intensos.

Podemos apontar evidências favoráveis e contrárias à idéia da secularização. Parece claro que a secularização, enquanto conceito, serve mais para explicar as mudanças que estão ocorrendo dentro das igrejas tradicionais de hoje – tanto em termos

do declínio do poder e da influência quanto em relação aos processos de secularização internos que afetam, por exemplo, o papel das mulheres e dos homossexuais. As forças modernizantes de toda a sociedade estão sendo sentidas dentro de muitas instituições religiosas tradicionais.

Mas, acima de tudo, uma avaliação da religião nessa sociedade moderna recente deve ter como pano de fundo as mudanças aceleradas, a instabilidade e a diversidade. Mesmo que as formas tradicionais da religião estejam enfrentando um certo retrocesso, a religião continua sendo uma força decisiva em nosso mundo social. É provável que esse interesse pela religião, em suas formas tradicionais e recente, seja duradoura. A religião faz com que muitas pessoas vislumbrem questões complexas sobre a vida e encontrem um sentido que não pode ser explicado satisfatoriamente através das perspectivas racionalistas.

Portanto, não é de se surpreender que, nesses tempos de transformações aceleradas, muitas pessoas procurem – e descubram – respostas e tranquilidade na religião. O fundamentalismo talvez seja o exemplo mais claro desse fenômeno. Porém, cada vez mais, as reações religiosas às mudanças vêm ocorrendo em novos e estranhos formatos: novos movimentos religiosos, cultos, seitas e atividades da "Nova Era" (*New Age*). Embora externamente esses grupos possam não parecer formas de religião, muitos críticos da hipótese da secularização acreditam que eles representam transformações da crença religiosa diante das profundas mudanças sociais.

## Os novos movimentos religiosos

Apesar de as igrejas tradicionais estarem enfrentando uma diminuição na quantidade de seus membros nas últimas décadas, outras formas de atividades religiosas estão em ascensão. Os sociólogos empregam o termo **novos movimentos religiosos** (NMRs) para referirem-se coletivamente à ampla variedade de cultos, seitas e grupos religiosos e espirituais que surgiram nos países do Ocidente, incluindo o RU, ao lado das religiões predominantes. Os NMRs abrangem uma diversidade enorme de grupos – dos grupos espirituais e de auto-ajuda do movimento Nova Era (*New Age*) a seitas exclusivas como as do Hare Krishnas (*International Society for Krishna Consciousness/Sociedade Internacional para a Consciência de Krishna*)

Muitos desses novos movimentos religiosos tiveram sua origem nas principais correntes das tradições religiosas – hinduísmo, cristianismo e budismo –, ao passo que outros surgiram a partir de tradições que, até bem pouco tempo, eram praticamente desconhecidas no Ocidente. Alguns dos NMRs são basicamente novas criações dos líderes carismáticos que encabeçam as atividades desses movimentos. É o caso da Igreja da Unificação, liderada pelo Reverendo Sun Myung Moon. Os membros desses novos movimentos religiosos são, na maioria das vezes, pessoas que se converteram a eles e não que foram criadas seguindo essa crença. Neles, é comum encontrar indivíduos bastante cultos e que provêm da classe média.



A maior parte dos novos movimentos religiosos da Grã-Bretanha teve sua origem nos Estados Unidos ou no Oriente, embora alguns, como a *Aestherius Society* e a *Emin Foundation*, já existissem anteriormente na Grã-Bretanha. Desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos têm testemunhado uma proliferação bem maior de movimentos religiosos do que jamais ocorrerá em sua história, incluindo uma série nunca vista de fusões e divisões entre as denominações. Muitas tiveram pouca duração, mas algumas conquistaram um número notável de adeptos.

Diversas teorias têm surgido para explicar a popularidade dos NMRs. Alguns observadores sustentam que os novos movimentos religiosos deveriam ser vistos como uma reação ao processo da liberalização e de secularização dentro da sociedade e até mesmo dentro das igrejas tradicionais. Pessoas que sentem que as religiões tradicionais tornaram-se ritualistas e desprovidas de um sentido espiritual podem acabar encontrando conforto e uma noção mais ampla de comunidade em NMRs menores, menos impessoais.

Outros, como o proeminente estudioso Bryan Wilson (1982), apontam os NMRs como uma consequência das rápidas transformações sociais. Com o rompimento das normas sociais tradicionais, as pessoas procuram encontrar explicações e tranquilizar-se. O avanço de grupos e seitas que enfatizam a espiritualidade pessoal, por exemplo, sugere que, diante da instabilidade e da incerteza, muitos indivíduos sentem uma necessidade de se "religarem" aos seus próprios valores e às suas próprias crenças.

Outro fator talvez seja a atração que os NMRs exercem sobre pessoas que se sentem alienadas da sociedade dominante. Alguns autores afirmam que as seitas e os cultos, com suas abordagens coletivas voltadas à comunidade, conseguem oferecer amparo ao indivíduo, fazendo com que este tenha a sensação de pertencer a algo. Roy Wallis explorou mais essa idéia ao examinar a participação de jovens da classe média nos NMRs. Embora esses jovens não estejam à margem da sociedade em termos materiais, eles talvez se sintam emocional e espiritualmente isolados. O fato de participarem de um culto pode auxiliá-los a superar esse sentimento de alienação.

### Tipos de novos movimentos religiosos

Em seu livro *The Elementary Forms of New Religious Life* (1984), Roy Wallis propôs uma interpretação desses novos movimentos religiosos em três categorias gerais. Apesar de sua tipologia ter cerca de duas décadas, ela continua sendo um instrumento útil para traçar distinções entre os NMRs. A maneira como ele divide os NMRs em movimentos de *afirmação do mundo*, de *rejeição do mundo* e de *acomodação no mundo* baseia-se no relacionamento de cada grupo individualmente com o mundo social mais amplo.

#### *Movimentos de afirmação do mundo*

Os movimentos de afirmação do mundo assemelham-se mais aos grupos de "auto-ajuda" ou de "terapia" do que aos grupos religiosos convencionais. São movimentos nos quais geralmen-

te não existem rituais, igrejas nem teologias formais, concentrando-se no bem-estar espiritual de seus membros. Como o nome sugere, em vez de rejeitarem o mundo exterior ou seus valores, os movimentos de afirmação do mundo buscam aumentar as habilidades de desempenho e de sucesso de seus seguidores nesse mundo revelando o potencial humano.

A Igreja da Cientologia é um exemplo desse tipo de grupo. Fundada por L. Ron Hubbard, a Igreja da Cientologia desenvolveu-se a partir de sua base original na Califórnia, abrangendo um grande contingente de membros do mundo inteiro. Os cientologistas acreditam que somos todos seres espirituais, mas que descuramos de nossa natureza espiritual. Através de um treinamento que as conscientize de suas verdadeiras capacidades espirituais, as pessoas podem recuperar poderes sobrenaturais esquecidos, limpar suas mentes e revelar todo o seu potencial.

Muitas linhas do chamado movimento Nova Era (*New Age*) pertencem à categoria dos movimentos de afirmação. O movimento Nova Era surgiu a partir da contracultura das décadas de 1960 e 1970 e abrange um amplo espectro de crenças, práticas e modos de vida. Doutrinas pagãs (celta, druida, dos índios norte-americanos e outras), xamanismo, formas do misticismo asiático, rituais wiccan e meditação Zen são apenas algumas das atividades relacionadas à Nova Era. No entanto, apesar de seu aparente ecletismo, as diversas formas de atividade da Nova Era estão unidas por uma visão comum a respeito da condição humana e do potencial para sua transformação. Para o sociólogo Paul Heelas, o movimento da Nova Era compromete-se, sobretudo, com a idéia da "espiritualidade do eu" – a crença de que o eu é sagrado (1996). Os grupos da Nova Era estimulam seus seguidores a redescobrirem sua espiritualidade interior e abandonarem um modo contaminado de ser – adquirido através da socialização – em favor de uma existência mais autêntica.

Um dos principais progressos do movimento Nova Era nas três últimas décadas é o que Heelas chama de "espiritualidade em seminário". Os indivíduos que buscam desenvolver sua própria espiritualidade e explorar as profundezas de sua própria natureza podem conseguir isso dentro de ambientes estruturados separados de seu cotidiano e de suas atividades. Observe um anúncio publicitário de um curso desse tipo (citado em Heelas, 1996, p. 60):

#### WORKSHOP DE OITO DIAS

Planejado para auxiliar você a romper suas barreiras  
A conhecer o valor

do AMOR, do PODER, da SUA AUTO-EXPRESSIONE  
CRIATIVA, CAPACITANDO VOCÊ PARA

1) Realizar todos aqueles desejos e objetivos pessoais que  
constituem suas metas de vida.

2) Agir com eficácia ao servir a comunidade humana  
– pessoas, famílias, grupos, organizações, corporações, etc.  
– em uma época de instabilidade socioeconômica  
e rápidas mudanças;

em outras palavras, ter uma contribuição eficaz para uma

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL  
PROFUNDAMENTE NECESSÁRIA  
neste planeta

Observado superficialmente, o misticismo do movimento Nova Era parece estar em um evidente contraste com as sociedades modernas que o elegem. Para enfrentarem os desafios da modernidade, os seguidores dos movimentos Nova Era buscam e desenvolvem formas alternativas de vida. Contudo, Heelas sugere que as atividades da Nova Era não devem ser interpretadas como se fossem simplesmente uma ruptura radical com o presente, devendo ser vistas também como parte de uma trajetória cultural mais ampla que *ilustra* aspectos da cultura dominante. Nas recentes sociedades modernas, os indivíduos possuem graus incomparáveis de autonomia e de liberdade para traçar os rumos de suas próprias vidas. Nesse aspecto, os objetivos do movimento Nova Era coincidem estreitamente com a era moderna: as pessoas são estimuladas a irrem dos valores e das expectativas tradicionais e a terem uma vida ativa e reflexiva.

#### Movimentos de rejeição do mundo

Ao contrário dos grupos de afirmação do mundo, os **movimentos de rejeição do mundo** são extremamente críticos em relação ao mundo exterior, exigindo, muitas vezes, mudanças significativas de estilo de vida por parte de seus seguidores — pode-se esperar que os membros vivam asceticamente, mudem seu modo de vestir ou estilo de cabelo ou sigam determinada dieta. Os movimentos de rejeição do mundo são frequentemente excludentes, em contraste com os movimentos de afirmação do mundo, que geralmente são de natureza inclusiva. Alguns movimentos de rejeição do mundo exibem características de *Instituições Totais* (veja a p. 288); dos membros espera-se que subsumam suas identidades individuais à identidade do grupo, que cumpram regras ou códigos éticos rigorosos e que se afastem de atividades no mundo externo.

A maioria dos movimentos de rejeição do mundo impõe bem mais exigências sobre seus membros, em termos de tempo e compromisso, do que as religiões oficiais mais antigas. Alguns grupos ficaram conhecidos pelo emprego da técnica do “bombardeio de amor” para conquistar a adesão total do indivíduo. Pessoas que tenham o potencial para serem convertidas são sufocadas com atenção e demonstrações constantes de uma afeição instantânea até serem atraídas emocionalmente para dentro do grupo. Na verdade, alguns desses novos movimentos religiosos foram acusados de promover uma “lavagem cerebral” em seus adeptos — procurando controlar a mente dessas pessoas de tal maneira que chegavam a privá-las da capacidade de tomarem decisões de modo independente.

Muitos cultos e seitas de rejeição do mundo passaram pelo escrutínio intenso das autoridades do Estado, da mídia e do público. Certos casos extremos de cultos de rejeição do mundo têm despertado muitas preocupações. Em 1995, o grupo japonês *Aum Shinrikyo* soltou gás letal sarin no metrô de Tóquio, ferindo milhares de pessoas que se deslocavam para o trabalho naquela hora da manhã. Em 1993, nos Estados Unidos, o culto *Branch Davidian*, com base em Waco, Texas, envolveu-se em um confronto mortal com as autoridades federais norte-americanas após acusações de abuso infantil e armazenamento de armas.

#### Movimento de acomodação no mundo

O terceiro tipo desses novos movimentos religiosos é o que mais se assemelha às religiões tradicionais. Os **movimentos de acomodação no mundo** tendem a enfatizar a importância da vida religiosa interior sobre as preocupações mais terrenas. Os membros desses grupos buscam recuperar a pureza espiritual que eles acreditam tenha se perdido nos ambientes religiosos tradicionais. Enquanto os seguidores dos grupos de rejeição e de afirmação do mundo geralmente modificam seus estilos de vida de acordo com sua atividade religiosa, muitos adeptos dos movimentos de acomodação no mundo tocam adiante suas carreiras e seu cotidiano com poucas mudanças visíveis. Um exemplo de um movimento de acomodação no mundo é o pentecostalismo. Os pentecostais acreditam que o Espírito Santo pode ser ouvido por meio de indivíduos que tenham o “dom de línguas”<sup>26</sup>.

#### Os NMRs e a secularização

A popularidade duradoura dos novos movimentos religiosos traz outro desafio para a tese da secularização. Aqueles que se opõem a essa tese chamam atenção para a diversidade e o dinamismo dos NMRs, argumentando que a religião e a espiritualidade continuam sendo uma faceta central da vida moderna. Com a perda do domínio das religiões tradicionais, a religião não está desaparecendo, mas está sendo canalizada para novas direções. Entretanto, nem todos os estudiosos concordam com essa visão. Os proponentes da ideia da secularização enfatizam que os NMRs permanecem à margem da sociedade como um todo, mesmo quando geram um impacto profundo na vida de seus seguidores individualmente. Os novos movimentos religiosos são fragmentados e relativamente inorganizados, e também enfrentam altos índices de rotatividade à medida que as pessoas se sentem atraídas por um movimento durante algum tempo e depois mudam para algo novo. Para aqueles que propõem a noção de secularização, se compararmos os novos movimentos religiosos com um compromisso religioso sério, veremos que a participação nestes parece pouco mais do que um *hobby* ou uma escolha de estilo de vida.

#### Movimentos milenaristas

A existência do **milenarismo** e dos movimentos que defendem crenças milenaristas demonstra, com muita clareza, que a religião frequentemente inspira o ativismo e a transformação social. Um grupo milenarista é aquele que prevê a salvação imediata e coletiva de seus fiéis em virtude de alguma mudança cataclísmica que ocorra no presente, ou por meio do restabelecimento de uma idade de ouro que supostamente teria existido no passado. (O termo “milenarista”, na verdade, é derivado do reinado de mil anos de

<sup>26</sup> N. de J.: Também conhecido como “glossolalia”, termo definido pelo Dicionário Houaiss da língua portuguesa como “a suposta capacidade de falar línguas desconhecidas quando em transe religioso (como no milagre do dia de Pentecostes)”.

Cristo, o milênio profetizado na Bíblia.) Os movimentos milenaristas estão profundamente entrelaçados na história do cristianismo, e seu surgimento se deu em dois grandes contextos – no passado, entre os pobres do Ocidente e, mais recentemente, entre os povos colonizados de outras regiões do mundo.

### Os seguidores de Joaquim

Um movimento milenarista medieval que floresceu no século XIII na Europa ficou conhecido como joaquimismo (Cohn, 1970a, 1970b). Nessa época, a prosperidade econômica da Europa aumentava rapidamente e a Igreja Católica dominante enriquecia. Muitos abades transformaram seus mosteiros em castelos luxuosos, bispos construíram palácios nos locais onde moravam, tão magníficos quanto os dos lordes feudais seculares, e os Papas mantiveram cortes esplêndidas. O joaquimismo desenvolveu-se em sinal de protesto a essas tendências da Igreja oficial.

Em meados do século XIII, diversos frades franciscanos (cuja ordem expressava a recusa ao prazer material e à riqueza) começaram a protestar contra os hábitos indulgentes do corpo eclesiástico. Seu movimento baseava-se nos escritos proféticos do abade Joaquim de Flora, que havia morrido cerca de 50 anos antes. As interpretações dos escritos de Joaquim previam que, no ano de 1260, os "Espirituais", como eles se autodenominavam, inaugurariam a Terceira e Última Era da cristandade, a qual levaria ao milênio, período em que todos os seres humanos, independentemente de sua filiação religiosa anterior, se uniriam em uma vida de devoção cristã e pobreza voluntária. Segundo a profecia, a igreja existente seria dispersada e o clero massacrado pelo imperador germânico.

Como o ano de 1260 transcorreu sem que ocorresse esse cataclisma, transferiu-se a data do milênio – que foi adiada muitas e muitas vezes. O fervor dos seguidores de Joaquim não diminuiu. Condenados pelas autoridades religiosas, os Espirituais Joaquinistas acabaram considerando a igreja oficial a "Prostituta da Babilônia", e o Papa, o "Anticristo e a Besta do Apocalipse". Eles esperavam que, de seus próprios grupos, surgisse um salvador, para subir ao trono papal como o "Papa Angélico", escolhido por Deus para converter o mundo inteiro a uma vida de pobreza voluntária. Entre os grupos que pertenciam a esse movimento, estava um liderado por Fra Dolcino. Com mais de mil homens armados, ele travou uma guerra contra os exércitos do Papa no norte da Itália até que sua força acabou sendo derrotada e massacrada. Dolcino foi considerado herege e queimado vivo na fogueira, mas, por muitos anos após a sua morte, apareceram outros grupos que afirmavam buscar nele sua inspiração.

### O *Ghost Dance*

Um exemplo bastante diferente de movimento milenarista é o culto *Ghost Dance*, que surgiu entre os índios das planícies da América do Norte no final do século XIX. Os profetas pregavam que uma catástrofe geral iria ocorrer, anunciando o milê-

nio, na qual tempestades, terremotos, vendavais e enchentes destruiriam todos os brancos invasores. Os índios sobreviveriam para ver novamente as planícies cobertas de manadas de búfalos e outros animais selvagens. Após a catástrofe, todas as divisões étnicas seriam dissolvidas, e os brancos que viessem à terra viveriam amigavelmente com os índios. O ritual do *Ghost Dance* espalhou-se na região, de uma comunidade para a outra, da mesma forma como os cultos religiosos na Nova Guinéa espalharam-se mais recentemente entre os vilarejos. Os rituais do *Ghost Dance*, os quais incluíam canções, cânticos e estados de transe, baseavam-se, em parte, em idéias extraídas do contato com o cristianismo e também na tradicional Dança do Sol, que os índios costumavam executar antes da chegada dos brancos. O *Ghost Dance* desapareceu após o massacre em Wounded Knee, no qual 370 índios – entre eles, homens, mulheres e crianças – foram mortos por soldados brancos.

### A natureza dos movimentos milenaristas

Por que ocorrem os movimentos milenaristas? É possível identificar diversos elementos comuns à maioria ou a todos esses movimentos. Praticamente todos parecem envolver atividades de profetas (líderes ou mestres "inspirados"), que aproveitam idéias religiosas oficiais e proclamam a necessidade de revitalizá-las. Eles conseguem aumentar seu grupo de adeptos quando expressam em palavras o que os outros apenas sentem vagamente e quando exploram emoções que instigam as pessoas a agir. A profecia sempre teve uma forte ligação com as religiões da salvação, especialmente o cristianismo, e a maioria daqueles que conduzem movimentos milenaristas em áreas colonizadas demonstra familiaridade com as práticas e as crenças cristãs. Na verdade, muitos já foram mestres missionários que utilizaram a religião adotada contra aqueles que os doutrinaram.

Os movimentos milenaristas geralmente surgem onde existe uma mudança cultural radical ou um aumento repentino da pobreza (Worsley, 1970). Eles tendem a atrair pessoas que tenham uma forte sensação de privação em consequência dessas mudanças, o que as leva a abandonar sua antiga concepção positiva do *status quo*. Na Europa medieval, os movimentos milenaristas eram, com frequência, o último e desesperado recurso daqueles que empobreciam de uma hora para a outra. Em épocas de escassez, por exemplo, os camponeses eram atraídos por profetas que ofereciam uma visão de um "mundo de pernas para o ar", no qual os pobres finalmente herdariam a terra. Os movimentos milenaristas entre os povos colonizados costumam se desenvolver quando uma cultura tradicional é destruída pelo impacto dos colonizadores ocidentais, como ocorreu no caso do *Ghost Dance*.

O milenarismo já foi algumas vezes interpretado como se fosse essencialmente uma rebelião dos pobres contra os privilegiados (Intenari, 1963) ou dos oprimidos contra os poderosos, o que, em muitos casos, é um fator claro, mas demasiadamente simplista: alguns movimentos milenaristas, como o dos Espirituais Joaquinistas, são moldados através de influências e opiniões que inicialmente pouco têm a ver com a privação material.

## O apocaliptismo

Os movimentos milenaristas estão relacionados ao **apocaliptismo**, a crença nos ensinamentos revelados pelo divino sobre os acontecimentos finais da história. Para os movimentos apocalípticos, certos eventos do mundo social são sinais de que o fim do mundo é iminente. Nas últimas décadas, com a chegada do novo milênio, os movimentos apocalípticos cresceram em tamanho e em quantidade. Fatos como o aparecimento da AIDS, a queda do comunismo, a Guerra do Golfo, a ameaça de um aquecimento global e de desastres ecológicos e o avanço da poderosa tecnologia da informação estimularam as visões apocalípticas da chegada dos “últimos dias” (Robbins e Palmer, 1997).

O apocaliptismo pode assumir tanto formas religiosas quanto seculares; alguns estudiosos desse tema sugerem que, na preparação para o novo milênio, as fronteiras entre o apocaliptismo religioso e o secular estão cada vez menos nítidas. Alguns movimentos apocalípticos do final do século XX eram ramificações diretas de grupos religiosos oficiais, como o adventismo do Sétimo Dia, o mormonismo e o catolicismo. Outros, como os *Branch Davidians*, o *Aum Shinrikyo*, o *Heaven's Gate* (Portão do Céu) e a Ordem do Templo Solar, continham elementos claros das imagens e do discurso religioso, mas também demonstravam uma forte preocupação com outros fatores como expansão da tecnologia. Da mesma maneira, nota-se que “movimentos seculares como o ambientalismo e o feminismo, muitas vezes, parece que se tornam apocalípticos, ao passo que outros fenômenos como o paramilitarismo para a sobrevivência, o feminismo radical, ou a campanha pela proibição do aborto aparentemente possuem dimensões religiosas e seculares” (Robbins e Palmer, 1997, p. 12).

## O fundamentalismo religioso

A força do fundamentalismo religioso é mais um sinal de que a secularização não triunfou no mundo moderno. O termo **fundamentalismo** pode ser aplicado em muitos contextos diferentes para descrever uma adesão rigorosa a um conjunto de princípios ou de crenças. O *fundamentalismo religioso* representa a abordagem assumida por grupos religiosos que exigem a interpretação literal das escrituras ou dos textos fundamentais e acreditam que as doutrinas surgidas a partir dessas leituras devem se aplicar a todos os aspectos da vida social, econômica e política.

Para os fundamentalistas religiosos, apenas uma visão do mundo é possível - a deles é a correta: não há espaço para ambigüidades ou múltiplas interpretações. Dentro dos movimentos fundamentalistas religiosos, o acesso aos significados exatos das escrituras restringe-se a um grupo de “intérpretes” privilegiados - como padres, o clero ou outros líderes religiosos -, o que faz com que esses líderes tenham muita autoridade - não apenas nos assuntos religiosos, como também nos seculares. Os fundamentalistas religiosos tornaram-se figuras políticas poderosas nos movimentos de oposição, dentro dos partidos políti-

cos dominantes (inclusive nos Estados Unidos) e como chefes de Estado (como no caso do Irã).

O fundamentalismo religioso é um fenômeno relativamente recente - foi somente nas duas ou três últimas décadas que o termo entrou para o domínio comum. Surgiu sobretudo como uma reação à globalização. À medida que as forças da modernização enfraquecem progressivamente os elementos tradicionais do mundo social - como a família nuclear e a dominação das mulheres pelos homens -, o fundamentalismo ergue-se em defesa das crenças tradicionais. Neste mundo globalizante, que exige explicações racionais, o fundamentalismo insiste em oferecer respostas com base na fé e em fazer referências à verdade ritual: é a tradição defendida de forma tradicional. O fundamentalismo está mais relacionado ao *modo* como as crenças são defendidas e justificadas do que ao conteúdo das crenças propriamente ditas.

Apesar de o fundamentalismo se colocar em oposição à modernidade, ele também segue caminhos modernos para defender suas crenças. Os fundamentalistas cristãos nos Estados Unidos, por exemplo, foram um dos primeiros grupos a utilizar a televisão como um veículo para difundir suas doutrinas. Os fundamentalistas islâmicos que lutavam contra as forças russas na Chechênia desenvolveram sites na *web* para divulgar suas opiniões; os militantes Hindutwa utilizam a internet e o correio eletrônico para promoverem um sentimento de “identidade hindu”.

Nesta seção, examinaremos duas das mais proeminentes formas de fundamentalismo religioso. Nos últimos 30 anos, o fundamentalismo islâmico e o cristão fortaleceram-se, moldando os contornos da política nacional e da internacional.

## O fundamentalismo islâmico

Dos antigos pensadores da sociologia, é possível que apenas Weber tenha suscitado que um sistema religioso tradicional como o islamismo pudesse passar por um grande despertar, transformando-se na base para importantes avanços políticos do final do século XX; mas foi exatamente isso que ocorreu nos anos de 1980 no Irã. Nos últimos anos, o despertar islâmico espalhou-se, produzindo um impacto significativo sobre outros países, entre eles o Egito, a Síria, o Líbano, a Argélia, o Afeganistão e a Nigéria. Como explicar essa renovação em larga escala do islamismo?

Para entendermos esse fenômeno, precisamos observar tanto aspectos do islamismo como religião tradicional quanto transformações seculares que afetaram os estados modernos onde sua influência é difusa. O islamismo, assim como o cristianismo, é uma religião que sempre estimulou o ativismo: o Alcorão - a escritura sagrada islâmica - está repleto de instruções para os fiéis “lutarem no caminho de Deus”. Essa luta destina-se a combater os infiéis e aqueles que introduzem a corrupção na comunidade muçulmana. Ao longo dos séculos, surgiram sucessivas gerações de reformadores muçulmanos, e o islamismo passou a apresentar tantas divisões internas quanto o cristianismo.

O xiismo cindiu-se do grupo principal do islamismo ortodoxo logo após a sua formação e continua exercendo bastante influência. Desde o século XVI, o xiismo é a religião oficial do Irã (antigamente chamado de Pérsia), tendo sido também a fonte de idéias que esteve por trás da revolução iraniana. As origens dos xiitas remontam a Imam Ali, um líder religioso e político do século VII que, se acredita, tenha demonstrado qualidades extraordinárias de devoção pessoal a Deus e de virtude entre os governantes terríveis de sua época. Os descendentes de Ali passaram a ser vistos como líderes legítimos do islamismo, pois acreditava-se que, ao contrário das dinastias que efetivamente ocupavam o poder, eles pertenciam à família do profeta Maomé. Para os xiitas, o governo do herdeiro legítimo de Maomé acabaria sendo instituído, eliminando as tiranias e injustiças associadas aos regimes existentes. O herdeiro de Maomé seria um líder guiado diretamente por Deus, e seu governo seguiria o Alcorão.

Existem grandes populações xiitas em outros países do Oriente Médio - incluindo o Iraque, a Turquia e a Arábia Saudita - e na Índia e no Paquistão. No entanto, a liderança islâmica, nesses países, está nas mãos da maioria, os *sunitas*. Os muçulmanos sunitas seguem o "Beaten Path" "velho caminho", uma série de tradições extraídas do Alcorão que toleram a existência de uma diversidade considerável de opiniões, em contraste com as visões dos xiitas, definidas com maior rigidez.

### O islamismo e o Ocidente

Durante a Idade Média, houve uma luta mais ou menos constante entre a Europa Cristã e os Estados Muçulmanos, a qual controlou grandes regiões que viriam a se transformar na Espanha, na Grécia, na Jugoslávia, na Bulgária e na Romênia. A maioria das terras conquistadas pelos muçulmanos foi recuperada pelos europeus, e muitas de suas posses no norte da África foram efetivamente colonizadas com o crescimento do poder do Ocidente nos séculos XVIII e XIX. Essas reviravoltas foram catastróficas para a religião e a civilização muçulmanas, que os fiéis islâmicos acreditavam serem as maiores e mais avançadas, superando todas as demais. No final do século XIX, a inabilidade do mundo muçulmano de promover uma resistência eficaz à difusão da cultura ocidental levou a movimentos de reforma que buscavam devolver ao islamismo sua pureza e sua força originais. Uma idéia essencial nesses movimentos era a de que o islamismo deveria reagir ao desafio ocidental afirmando a identidade de suas próprias crenças e práticas.

No século XX, essa idéia foi desenvolvida de diversas maneiras, formando um pano de fundo para a "revolução islâmica" no Irã de 1978-1979. Em um primeiro momento, a revolução foi incentivada pela oposição interna ao xá do Irã, que havia aceitado e tentado promover formas de modernização nos moldes ocidentais - por exemplo, reforma agrária, extensão do direito ao voto para as mulheres e desenvolvimento de uma educação secular. O movimento que derrubou o xá reuniu pessoas de interesses diversos, as quais absolutamente não esta-

vam todas ligadas ao fundamentalismo islâmico, mas uma figura dominante foi a do aiatolá Khomeini, que oferecia uma reinterpretação radical das idéias xiitas.

Após a revolução, Khomeini estabeleceu um governo organizado de acordo com a lei islâmica tradicional. A religião, da forma especificada no Alcorão, tornou-se a base direta de toda a vida política e econômica. Sob a lei islâmica - *sharia* -, do modo como ela foi restabelecida, os homens e as mulheres são mantidos em uma segregação rigorosa: as mulheres são obrigadas a cobrirem o corpo e a cabeça em público; os praticantes de homossexualismo são mandados ao pelotão de fuzilamento; e os adúlteros são apedrejados até a morte. O código severo é acompanhado por uma visão bastante nacionalista, que se coloca especificamente contra as influências ocidentais.

O objetivo da República Islâmica no Irã era islamizar o Estado - organizar o governo e a sociedade de forma que os ensinamentos islâmicos passassem a dominar todas as esferas. Porém, esse processo não foi, de forma alguma, concluído, e existem forças contrárias a ele. Zubaida (1996) distingue três tipos de grupos que travam conflitos entre si. Os *radicais* desejam dar continuidade à revolução islâmica e aprofundá-la. Eles também acreditam que a revolução deveria ser ativamente exportada para outros países islâmicos. O grupo dos *conservadores* é composto principalmente por servidores religiosos, que acham que a revolução já avançou o bastante, garantindo a eles uma posição de poder na sociedade que eles desejam preservar. Os *pragmáticos* dão preferência às reformas do mercado e à abertura da economia para o investimento e o comércio estrangeiros. Eles se opõem à imposição rigorosa dos códigos islâmicos sobre as mulheres, a família e o sistema legal.

Essas cisões dentro da sociedade iraniana vieram à tona com bastante nitidez sob a liderança de Mohammed Khatami, um presidente preocupado com reformas. Seus aliados retomaram o controle do Parlamento nas eleições de fevereiro de 2000. A morte do aiatolá Khomeini, em 1989, foi um golpe para os elementos radicais e conservadores do Irã; seu sucessor, aiatolá Ali Khamenei, conserva a lealdade dos poderosos mulás (líderes religiosos) do Irã, mas perde a popularidade entre os cidadãos comuns iranianos, que ficaram ressentidos com o regime repressor e com os males sociais persistentes.

### A disseminação do despertar islâmico

Ainda que se imaginasse que as idéias que subjazem à revolução iraniana promoveriam uma união de todo o mundo islâmico contra o Ocidente, os governos dos países em que os xiitas representam uma minoria não se aliaram intimamente à revolução islâmica no Irã. Entretanto, o fundamentalismo islâmico conquistou uma popularidade significativa na maior parte desses estados, estimulando diversas formas do despertar islâmico em outros lugares.

Apesar de nos últimos 10 a 15 anos os movimentos fundamentalistas islâmicos terem adquirido influência em muitos países do norte da África, do Oriente Médio e do sul da Ásia, eles conseguiram chegar ao poder apenas em dois outros estados (vo-

ja a Figura 17.4). O Sudão é governado, desde 1989, pela Frente Nacional da Salvação, de Hassan al-Turabi, e, em 1996, o regime fundamentalista do Talibã consolida seu controle sobre o Estado fragmentado do Afeganistão. Em muitos outros estados, os grupos fundamentalistas islâmicos ganharam influência, mas foram impedidos de subirem ao poder. No Egito, na Turquia e na Argélia, por exemplo, as insurreições fundamentalistas islâmicas foram reprimidas pelo Estado ou pelos militares.

Muitos se preocupam com o fato de o mundo islâmico estar indo na direção de um confronto com aquelas regiões do mundo que não compartilham de suas crenças. O cientista político Samuel Huntington (1993) afirma que as divergências entre as visões ocidental e a islâmica podem acabar fazendo parte de um "conflito de civilizações" em nível mundial, com o final da Guerra Fria e com a ampliação da globalização. O Estado-nação deixou de ser a principal influência nas relações internacionais; portanto, rivalidades e conflitos ocorrerão entre culturas ou civilizações maiores.

Já vimos exemplos desses conflitos na antiga Iugoslávia, na Bósnia e no Kosovo, onde bósnios muçulmanos e kosovares albaneses lutaram contra os sérvios, que representam uma cultura cristã ortodoxa. Esses acontecimentos colocaram a comunidade muçulmana mundial em evidência; como notaram os observadores: "A Bósnia passou a ser um ponto de concentração para os muçulmanos de todo o mundo islâmico (...) criando e aguçando um senso de polarização e de radicalização nas sociedades muçulmanas, ao mesmo tempo que faz crescer no indivíduo o sentimento de ser muçulmano" (Ahmed e Donnan, 1994, p. 78).

Outros observadores afirmaram que a situação está melhorando e que o fundamentalismo islâmico está em retirada. Aqueles que concordam com essa idéia acreditam que agora há poucas chances de o fundamentalismo islâmico correr para o poder nos estados islâmicos. Nos casos em que ele conseguiu, como no Irã, ele fracassou em oferecer um modelo viável e atraente para ser copiado por outros estados. Atualmente, até mesmo o Irã parece estar fazendo experiências com uma democratização limitada.

Contudo, seria um erro afirmar que o fundamentalismo islâmico está desaparecendo. Neste início do século XXI, a oposição islâmica ainda está se estabelecendo em Estados como a Malásia e a Indonésia; diversas províncias da Nigéria implementaram recentemente a lei *sharia*, e a guerra na Chechênia atraiu a participação de militantes islâmicos que apoiam a instauração de um Estado islâmico no Cáucaso. O simbolismo e as vestimentas islâmicas transformaram-se em importantes sinais de identidade para o volume crescente de muçulmanos que vivem fora do mundo islâmico. Acontecimentos como a Guerra do Golfo e a crise envolvendo a publicação do livro *Satanic Verses* (Versos Satânicos), de Salman Rushdie, provocaram reações variáveis mas intensas dentro do mundo islâmico – tanto contrárias quanto em resposta ao Ocidente.

Obviamente, o despertar islâmico não pode ser completamente interpretado em termos religiosos; ele representa, em parte, uma reação contrária ao impacto do Ocidente, sendo um movimento de afirmação nacional ou cultural. Resta a dúvida

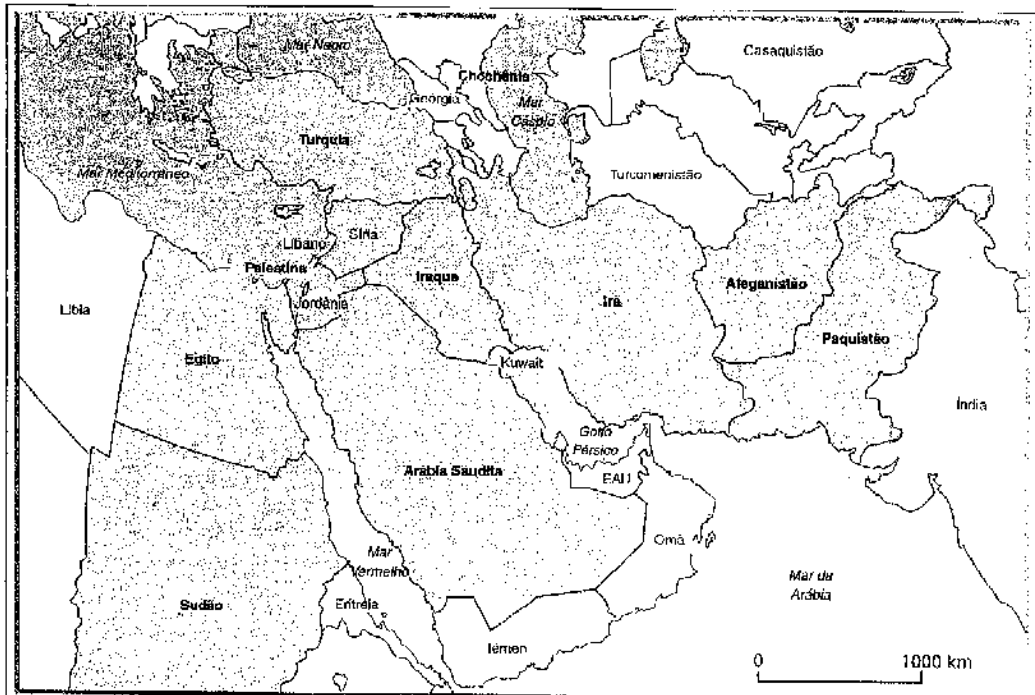


Os três líderes mais proeminentes da "revolução islâmica" no Irã – Alatollah Khomeini (no primeiro plano), Alatollah Ali Khamenei e, ao lado, o presidente Hashemi Rafsanjani – olhando para baixo, em um pôster montado sobre uma rua em Teerã.

sobre se esse despertar, mesmo em suas formas mais fundamentalistas, deveria ser visto apenas como uma renovação das idéias defendidas pela tradição. O que ocorreu é algo mais complexo. Houve um restabelecimento das práticas e dos modos de vida tradicionais, que, no entanto, se somaram a preocupações relacionadas especificamente aos tempos modernos.

### O fundamentalismo cristão

O crescimento das organizações religiosas fundamentalistas cristãs no RU e na Europa, particularmente marcante nos EUA, é uma das características mais notáveis dos últimos 30 anos. Os fundamentalistas acreditam que "a Bíblia é, sem rodeios, um guia viável para a política, o governo, os negócios, a família e todos os assuntos do gênero humano" (Capps, 1990). Para os fundamentalistas, a Bíblia é infalível – seus conteúdos são expressões da Verda-



**O islamismo no poder**

- 1. **Irã:** Aiatolá Khomeini derrubou o xá em 1979.
- 2. **Sudão:** governado desde 1989 pela Frente Nacional da Salvação, de Hassan al-Turabi.
- 3. **Afeganistão:** o Talibã consolidou seu domínio a partir de 1996.

**A oposição islâmica**

- 4. **Iraque e Síria:** regimes totalitários reprimem brutalmente insurreições islamitas.
- 5. **Palestina:** os militantes do Hamas unem o zelo religioso ao patriótico.
- 6. **Paquistão:** islamitas "moderados" destruíram o mais longo acesso à política constitucional encontrado em qualquer país muçulmano.
- 7. **Chechênia:** uma dolorosa luta por sua independência de Moscou oferece um refúgio para os extremistas islâmicos.
- 8. **Nigéria e Malásia:** dois dos países que estão "à margem" do mundo muçulmano, onde o islamismo é uma força crescente.

Figura 17.4 O islamismo no poder e a oposição islâmica. Extraído de: *The Guardian*, 15 de fevereiro de 2000, p. 18.

de Divina. Os cristãos fundamentalistas acreditam na divindade de Cristo e na possibilidade da salvação da alma por meio da aceitação de Cristo como salvador pessoal. Os cristãos fundamentalistas têm um compromisso com a difusão de sua mensagem e a conversão daqueles que ainda não adotaram as mesmas crenças.

O fundamentalismo cristão é uma reação contrária à teologia liberal e aos defensores do "humanismo secular" – aqueles que "defendem a emancipação da razão, dos desejos e dos instintos em oposição à fé e à obediência à autoridade de Deus" (Kepel, 1994, p. 133). O fundamentalismo cristão coloca-se em uma posição contrária à "crise moral" provocada pela modernização – o declínio da família tradicional, a ameaça à moralidade individual, o enfraquecimento da relação entre o homem e Deus.

Nos EUA, Jerry Falwell, fundador da *Moral Majority* (Maioria Moral), e outros expuseram programas aos seus seguidores. Campanhas contra o aborto e a favor das orações na escola e dos valores da família tornaram-se gradualmente esteios de um movimento conhecido como *New Christian Right* (Nova Direita Cristã). Com a ascensão de Ronald Reagan à presidência em 1980, a Nova Direita Cristã começou a se envolver na política de maneira mais direta. A idéia de influenciar as decisões políticas passou a ser vista como a forma mais oportuna de recriar a sociedade norte-americana e de proteger os indivíduos da ameaça do secularismo. Falwell observou "cinco problemas principais que trazem consequências e implicações políticas os quais os norte-americanos da Maioria Moral deveriam estar preparados para enfrentar: o aborto, o homossexualismo, a pornografia, o humanismo e o rompimento da unidade familiar" (Kepel, 1994). Agindo de maneira concreta, a Nova Direita Cristã teve como primeiro alvo as escolas do Estado, fazendo lobby com os legisladores em relação ao conteúdo dos currículos escolares e tentando derrubar a proibição das orações nas escolas, passando rapidamente a apoiar a *Operation Rescue* (Operação Resgate), organização militante que bloqueia as clínicas de aborto.

Pregadores famosos da Nova Direita Cristã fundaram diversas universidades com o intuito de produzir uma nova geração de "contra-élite", instruída nas crenças cristãs fundamentalistas, capaz de adotar posições de projeção na mídia, no meio acadêmico, na política e nas artes. A *Liberty University*, a *Oral Roberts University*, a *Bob Jones University*, além de outras, conferem graus em disciplinas-padrão de nível acadêmico, cujo ensino segue o esquema da infalibilidade bíblica. No campus, a vida privada dos alunos preserva padrões éticos rigorosos, e a sexualidade é voltada unicamente para o casamento:

Qualquer um que tenha passado um tempo no campus da *Liberty* perceberá um espetáculo impressionante. Há alojamentos exclusivos para homens e outros exclusivos para mulheres, e uma vigilância rigorosa – uma mistura de coerção e autodisciplina. O beijo na boca é proibido, e qualquer relação sexual entre estudantes solteiros é punida com expulsão. (Os estudantes casados vivem na cidade.) Mas o beijo na bochecha é permitido, e os casais têm a liberdade de ficarem de mãos dadas, porém um não pode abraçar o outro pela cintura. Os estudan-

tes defendem prontamente essa autodisciplina sexual quando algum visitante os questiona a respeito desse tema; eles afirmam que uma repressão total com certeza levaria a práticas desviantes, principalmente ao homossexualismo, que (segundo eles) é comum em uma universidade fundamentalista concorrente, na qual todo o tipo de fierte é proibido. Por outro lado, a expressão do desejo sexual estaria em desacordo com o espírito dos objetivos educacionais da universidade (Kepel, 1994, p. 135).

O movimento fundamentalista cristão nos Estados Unidos atrai o apoio do país inteiro, mas há nele um forte elemento regional. O sul passou a ser conhecido como a "Zona da Bíblia" – uma faixa de terra localizada abaixo da "zona do gado", da "zona do milho" e da "zona do algodão". Muitos dos mais conhecidos e influentes evangelistas da América estabeleceram-se nos estados do sul e do centro-oeste da Virgínia, de Oklahoma e da Carolina do Norte. Os grupos fundamentalistas mais influentes dos Estados Unidos são a *Southern Baptist Convention* (Convenção Batista do Sul), as Assembléias de Deus e os adventistas do Sétimo Dia.

#### A "igreja eletrônica"

Para Gilles Kepel, os fundamentalistas norte-americanos notabilizaram-se por demonstrarem uma habilidade extraordinária no emprego de uma linguagem e uma tecnologia modernas na difusão de sua mensagem (1994). Essa não é uma tradição recente – pregadores fundamentalistas e evangélicos percorreram o interior dos Estados Unidos antes da era do rádio, presidindo enormes encontros pelo despertar religioso realizados em campos e em tendas. Com o advento do rádio, os pregadores conseguiram alcançar audiências de massa fazendo sermões semanais. No entanto, foi a televisão que representou a grande bênção para o avanço das visões fundamentalistas.

A mídia eletrônica teve um envolvimento central nas mudanças que afetaram a religião nos Estados Unidos a partir da década de 1960. O reverendo Billy Graham foi o primeiro a fazer pregações regulares pelas ondas do rádio e, através do uso eficaz da mídia, esse pregador batista reuniu muitos adeptos. Ao longo dos últimos 20 anos, temos assistido a um emprego cada vez mais sofisticado e sistemático da mídia na difusão de mensagens religiosas e na angariação de dinheiro para os ministérios. Nasce a "igreja eletrônica" – organizações religiosas que operam principalmente através da mídia, e não por reuniões da congregação local. Por meio das comunicações por satélite, os programas religiosos agora podem ser transmitidos no mundo inteiro, chegando aos países em desenvolvimento assim como às demais sociedades industrializadas.

Os grupos fundamentalistas e os outros grupos que procuram converter infiéis foram os principais pioneiros da igreja eletrônica. Um dos motivos está no "sistema do estrelato", pregadores inspirativos que atraem seguidores com base em seu carisma pessoal. Alguns desses pregadores têm o perfil ideal para a mídia eletrônica, por meio da qual suas qualidades carismáticas podem ser projetadas a uma audiência de milhares ou



mesmo de milhões de pessoas. Além de Billy Graham, outros "pregadores eletrônicos" dos EUA, como Oral Roberts, Jerry Falwell, Jimmy Swaggart, Pat Robertson e Jim Bakker e sua ex-esposa Tammy Faye, fizeram da mídia sua principal preocupação, contando quase que integralmente com a radiodifusão na conquista de seus adeptos.

Alguns locutores religiosos, entre eles Jim e Tammy Bakker e Jimmy Swaggart, envolveram-se em escândalos sexuais ou financeiros que prejudicaram seriamente sua reputação. Como sua reputação foi afetada, algumas pessoas sugeriram que o apogeu da influência da igreja eletrônica houvesse passado. É possível que os grupos voltados ao despertar religioso e os fundamentalistas estejam perdendo sua posição dominante, mas é improvável que as ligações gerais entre as organizações religiosas e a mídia eletrônica se extingam. Como mostra o Capítulo 15, a TV, o rádio e outras formas de comunicação eletrônica constituem uma influência fundamental no mundo moderno, o que certamente continuará estimulando a programação religiosa.

A pregação eletrônica da religião prevalece particularmente na América Latina, onde são exibidos os programas norte-americanos, e é por isso que os movimentos protestantes, a maioria do tipo pentecostal, têm gerado um impacto impressio-

nante em países como o Chile e o Brasil, que são predominantemente católicos.

## Conclusão

Nessa era globalizante que busca desesperadamente a compreensão mútua e o diálogo, o fundamentalismo religioso pode representar uma força destrutiva. O fundamentalismo vem cercado pela sombra da violência — no caso dos fundamentalismos islâmico e cristão, não são incomuns os exemplos da violência inspirados pela lealdade religiosa. Ao longo dos últimos anos, ocorreram diversos conflitos violentos entre os grupos islâmicos e os cristãos no Líbano, na Indonésia e em outros países. Porém, nesse mundo cada vez mais cosmopolita, pessoas que possuem tradições e crenças contrastantes passaram a estabelecer um contato maior do que jamais se verificou na história. Ao abandonarmos aquela postura de aceitação incontestável das idéias tradicionais, devemos todos viver de maneira mais aberta e reflexiva: a discussão e o diálogo são essenciais entre pessoas de crenças divergentes — são o principal caminho para o controle e a dissolução da violência.

## Pontos Principais

1. A religião existe em todas as sociedades de que se tem notícia, embora as crenças e as práticas religiosas variem conforme a cultura. Todas as religiões envolvem um conjunto de símbolos que implicam sentimentos de reverência, relacionados a rituais praticados por uma comunidade de fiéis.
2. O totemismo e o animismo são dois tipos comuns de religião presentes em culturas menores. No totemismo, uma espécie de animal ou de planta é vista como se possuísse poderes sobrenaturais. O animismo significa uma crença em espíritos ou fantasmas que habitam o mesmo mundo dos seres humanos, e às vezes possuem a estes.
3. As três religiões monoteístas mais influentes (religiões em que existe apenas um Deus) na história mundial são o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. O politeísmo (crença em diversos deuses) é comum em outras delas. Em algumas delas, como no confucionismo, não existem deuses nem seres sobrenaturais.
4. As abordagens sociológicas para a religião têm sido muito influenciadas pelas idéias dos três pensadores "clássicos": Marx, Durkheim e Weber. Todos eles defendiam a idéia de que a religião era fundamentalmente uma ilusão. Eles acreditavam que o "outro" mundo criado pela religião é o nosso mundo, distorcido pelas lentes do simbolismo religioso.

Para Marx, a religião contém um forte elemento ideológico: a religião serve para justificar as desigualda-

des, em termos de riqueza e de poder, encontradas na sociedade.

Para Durkheim, a religião é importante por suas funções coesivas, especialmente ao garantir que as pessoas se encontrem regularmente para afirmarem crenças e valores comuns.

Para Weber, a religião é importante pelo papel que desempenha na transformação social, particularmente no desenvolvimento do capitalismo ocidental.

5. Existem quatro tipos principais de organização religiosa. As igrejas são organismos religiosos grandes e oficiais, que normalmente possuem uma estrutura burocrática formal e uma hierarquia de funções eclesiásticas. As seitas são grupos menores e menos formais de fiéis, geralmente estabelecidos para revitalizar uma igreja oficial. Se uma seita sobrevive por determinado período de tempo e se institucionaliza, ela passa a se chamar denominação. Os cultos assemelham-se às seitas, mas, em vez de pertencerem a organizações, são grupos menos coesos que seguem práticas similares.
6. As organizações religiosas geralmente estão sob o domínio dos homens. Na maioria das religiões, particularmente no cristianismo, as imagens e os símbolos são sobretudo masculinos; entretanto, as divindades femininas são também comuns em algumas religiões. As mulheres sempre foram excluídas das hierarquias religiosas, embora sejam ordenadas pastoras dentro da Igreja Anglicana.

7. O termo "secularização" refere-se à perda de influência da religião. Medir o nível de secularização é uma tarefa complicada, já que há diversas dimensões de mudança envolvidas: volume de membros das organizações religiosas, seu *status* social e a religiosidade pessoal das pessoas. Embora o nível de influência da religião tenha decididamente apresentado uma queda, o certo é que a religião não está prestes a desaparecer e continua a unir e também a dividir pessoas no mundo moderno.
8. O RU e a maioria dos demais países europeus registram baixos índices de comparecimento à igreja. Já nos Estados Unidos é bem maior a proporção de pessoas que vão à igreja regularmente. No RU, na Europa e nos EUA, a quantidade de pessoas que dizem acreditar em Deus é bem maior do que a que frequenta a igreja regularmente.
9. Ainda que, nas últimas décadas, as igrejas tradicionais estejam assistindo a uma diminuição no número de membros, muitos dos novos movimentos religiosos vêm surgindo ao lado das religiões predominantes. Os novos movimentos religiosos abrangem uma ampla gama de grupos religiosos e espirituais, cultos e seitas. De modo geral, podemos dividi-los em movimentos de afirmação do mundo, os quais se assemelham aos grupos de auto-ajuda; movimentos de rejeição do mundo, que se afastam do mundo externo e o criticam; e movimentos de acomodação no mundo, que enfatizam a importância da vida religiosa interior sobre as preocupações terrenas.
10. Um movimento milenarista é aquele que prevê a salvação coletiva, imediata - seja por causa de alguma mudança fundamental ocorrida no presente, seja pelo restabelecimento de uma idade de ouro há muito tempo perdida. O apocaliptismo é a crença nos ensinamentos revelados pelo divino sobre os últimos acontecimentos da história.
11. O fundamentalismo tornou-se comum entre alguns fiéis em diferentes grupos religiosos espalhados pelo mundo. Os "fundamentalistas" são assim chamados pois acreditam no retorno aos fundamentos de suas doutrinas religiosas. O fundamentalismo islâmico tem afetado muitos países no Oriente Médio desde a revolução islâmica de 1979, no Irã, a qual instituiu um governo inspirado na religião. O fundamentalismo cristão dos Estados Unidos é uma reação aos valores seculares e a uma visível crise moral que se instalou na sociedade norte-americana. Em seus esforços no sentido de converter os não-fiéis, os fundamentalistas cristãos foram os pioneiros da "igreja eletrônica" - o emprego da televisão, do rádio e das novas tecnologias na formação de um grupo de adeptos.

### Questões para Reflexão

1. Milagres podem acontecer no mundo moderno?
2. Como é possível distinguir uma religião de um sistema político ou de convicção moral?
3. Será que a religião pode ter um significado para as mulheres e outro para os homens?
4. De que formas a religião pode representar uma força tanto para a estabilidade social quanto para a transformação social?
5. Até que ponto é sensato caracterizar a religiosidade na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos como a postura do "acreditar sem participar"?
6. Quais os aspectos do mundo moderno que ocasionaram o crescimento dos novos movimentos religiosos?

### Leitura Complementar

Edward I. Bailey, *Implicit Religion in Contemporary Societies* (Kampen: Kok Pharos, 1997)

Eileen Barker and Margit Warburg (eds), *New Religions and New Religiosity* (Aarhus: Aarhus University Press, 1998)

Hugh McLeod, *Religion and the People of Western Europe, 1789-1989* (Oxford: Oxford University Press, 1997)

David Westerlund (ed.), *Questioning the Secular State: The Worldwide Resurgence of Religion in Politics* (London: C. Hurst, 1996)

### Endereços na Internet

Academic Info Religion Gateway  
[www.academicinfo.net/religindex.html](http://www.academicinfo.net/religindex.html)

American Religion Data Archive  
<http://www.arda.tnu/>

Journal for Cultural and Religious Theory (online)  
[www.jcrt.org](http://www.jcrt.org)

# 18

## As Cidades e os Espaços Urbanos

<b>Aspectos do urbanismo moderno</b>	455	<b>As cidades e a globalização</b>	471
O desenvolvimento das cidades modernas	456	As cidades globais	472
<b>As teorias do urbanismo</b>	457	A cidade e a periferia	472
A Escola de Chicago	457	A desigualdade e a cidade global	473
O urbanismo e o ambiente criado	460	<b>Governando as cidades em uma era global</b>	473
<b>As tendências no desenvolvimento urbano do Ocidente</b>	461	Administrando o nível global	474
Suburbanização	462	As cidades enquanto agentes políticos, econômicos e sociais	474
A decadente área urbana	462	<b>Conclusão: as cidades e a governança global</b>	475
Conflito urbano	463	Pontos principais	476
Renovação urbana	464	Questões para reflexão	477
<b>A urbanização no mundo em desenvolvimento</b>	468	Leitura complementar	477
Os desafios da urbanização no mundo em desenvolvimento	469	Endereços na internet	477
O futuro da urbanização no mundo em desenvolvimento	470		



## 18: As Cidades e os Espaços Urbanos

As áreas residenciais que circundam o coração do Greenwich Village, em Nova York, ostentam alguns dos maiores valores imobiliários de todos os Estados Unidos. Prédios estreitos vendidos por bem mais de um milhão de dólares, enquanto pequenos condomínios podem valer a metade dessa quantia. A renda média das famílias da região ultrapassa os 65 mil dólares por ano. É um bairro famoso pela riqueza de suas contribuições culturais, que abrangem cafés, galerias de arte, sebos e teatros. Há muito tempo que o Greenwich Village é o “quartelão boêmio” de Nova York - lar de gerações de intelectuais, artistas e escritores. Seus residentes são predominantemente profissionais e estudantes brancos de classe média alta.

Todavia, o Greenwich Village tem outro lado. Nas ruas desse bairro, o zunzun e o corre-corre nem de longe lembram a riqueza descrita acima. Mendigos, traficantes, vendedores de rua e pessoas sem-teto também elegeram o Greenwich Village como lar. Há várias décadas, pessoas vindas de zonas muito pobres descobriram que a calçada pode render oportunidades de sustento. A vibração da vida na rua, o fluxo constante de pedestres e a mistura da riqueza com a pobreza formam um mosaico caótico no qual os nova-iorquinos marginalizados conseguem se integrar. Para o sociólogo Mitchell Duneier, esse é um bairro que “serve ao rico e a quem não tem um lar, ao PhD e a quem não tem instrução, na mesma calçada, ao mesmo tempo” (Duncier, 1999).

Duneier começou a investigar a vida nas calçadas do Greenwich Village estudando a vida dos pobres, em sua maioria homens negros que moram e trabalham no local (veja o Capítulo 20, “Métodos de Pesquisa Sociológica”, p. 507). Ao longo de um período de cinco anos, ele observou a vida econômica informal da calçada - e participou dela -, trabalhando ao lado de vendedores de revistas e de livros, os “catadores”, que encontram mercadorias no lixo e as revendem nas ruas, e pessoas que mendigam perto de caixas eletrônicas de bancos. Ele foi testemunha do modo como o alvo das leis eram os homens que viviam nas calçadas, através de campanhas de “qualidade de vida” que visavam à redução dos sinais de desordem social. Em *Sidewalk*, Duneier retrata um quadro complexo de vidas marcadas pelo uso de drogas e o vício, o alcoolismo, a falta de um lar, a deficiência, o analfabetismo, as sentenças de prisão e a perniciosidade do racismo. Ele também faz uma descrição da poderosa comunidade que existe nas calçadas - os sistemas informais de auto-ajuda, de apoio mútuo, de aconselhamento e de sobrevivência.

As calçadas do Greenwich Village são um microcosmo dos contrastes e das desigualdades brutais que caracterizam as maiores cidades do mundo. A globalização e a difusão da tecnologia da informação vêm intensificando o processo de urbanização, atraindo números enormes de pessoas para as cidades,

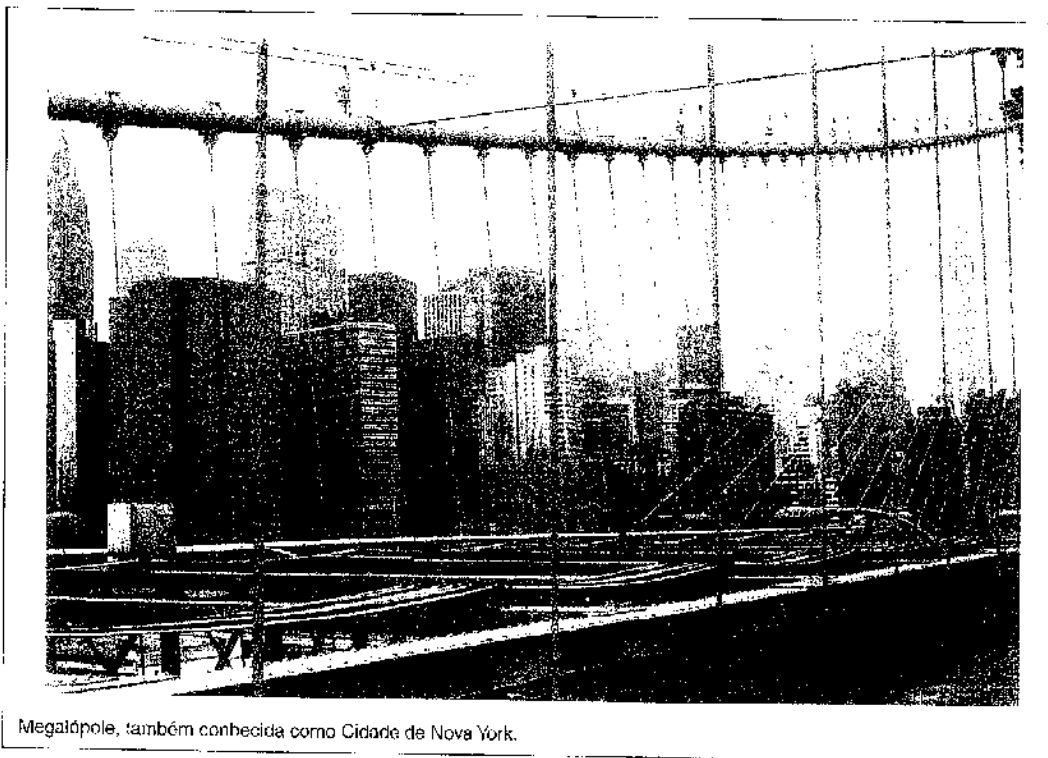
fazendo com que a atividade econômica se concentre nesses locais. Mais do que nunca, as cidades se transformaram em encruzilhadas para uma confusão de culturas, línguas e origens. Uma nova elite internacional cruza continentes, ligando uma rede de “cidades globais”. Dentro dessas cidades, as sedes das corporações multinacionais elevam-se sobre os bairros pobres; indivíduos extremamente ricos e pessoas privadas de sua cidadania são “usuários” das mesmas cidades, mas suas realidades diárias não poderiam ser mais diferentes.

A quem pertencem as cidades? Por um lado, vemos a cidade como uma “zona de encantamento urbano” - um circuito vertiginoso de restaurantes e hotéis chiques, prédios de escritórios, aeroportos e teatros, frequentados pelos arquitetos e administradores da nova economia global. Com o avanço da globalização, essa população de “usuários da cidade” continuará a crescer. Por outro lado, existem aqueles milhares de “usuários da cidade” que estão à margem do crescimento econômico, que possuem direitos igualmente legítimos em relação à cidade, mas que geralmente são menos acolhidos. Imigrantes, pessoas pobres e desfavorecidas estão cada vez mais presentes nos centros urbanos do mundo. Mais do que nunca, as maiores cidades sediam concentrações enormes de poder e de riqueza, além de um volume chocante de pessoas desfavorecidas e carentes. A justaposição das vidas e dos meios de sustento fica cada vez mais visível em cidades do mundo inteiro.

Neste capítulo, estudaremos os processos de urbanização que deram origem às cidades modernas - e que continuam a moldá-las. Em primeiro lugar, discutiremos o enorme aumento do número de habitantes das cidades ocorrido durante o século passado, além de considerarmos algumas das principais teorias do urbanismo que foram desenvolvidas para a compreensão desse processo. A seguir, faremos uma comparação entre diferentes padrões de urbanização encontrados em todo o mundo, investigando, primeiramente, a urbanização ocidental através de exemplos extraídos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, para então partirmos para a urbanização do mundo em desenvolvimento. Não há nada de surpreendente nesse enorme impacto da globalização sobre as cidades - observaremos algumas das dimensões desse processo nos trechos finais deste capítulo.

### Aspectos do urbanismo moderno

Todas as sociedades industriais modernas são fortemente urbanizadas. As maiores cidades dos países industrializados chegam a contar com até 25 milhões de habitantes, e as conurbações - agrupamentos de cidades que formam grandes áreas construídas - podem compreender números bem maiores. A mais extrema forma de vida urbana da atualidade está representada no que alguns chamam de megalópole, a “cidade das cidades”. O ter-



Megalópole, também conhecida como Cidade de Nova York.

mo foi originalmente cunhado na Grécia antiga e referia-se a uma cidade-Estado planejada para fazer inveja a todas as civilizações, mas seu emprego atual guarda poucas lembranças desse sonho. Nos tempos modernos, essa palavra foi utilizada pela primeira vez em uma referência à costa nordeste dos Estados Unidos, uma comurbação que desce por aproximadamente 450 milhas do território – do norte de Boston até Washington DC. Nessa região, vivem cerca de 40 milhões de pessoas, em uma densidade de mais de 700 pessoas por milha quadrada.

A Grã-Bretanha, primeira sociedade a passar pela industrialização, foi também a precursora da transformação de um país rural para outro predominantemente urbano. Em 1800, um percentual bem inferior a 20% da população residia em cidades de mais de 10 mil habitantes. Até 1900, essa proporção já havia chegado a 74%. No ano de 1800, a capital, Londres, abrigava cerca de 1,1 milhão de pessoas; e sua população expandiu-se para mais de 7 milhões de pessoas até o início do século XX. Londres era então, de longe, a maior cidade que o mundo jamais havia visto, um vasto centro manufatureiro, comercial e financeiro no coração de um império britânico ainda em expansão.

A urbanização da maioria dos demais países europeus e dos Estados Unidos ocorreu um pouco mais tarde – mas, em alguns casos, uma vez em andamento, seu desenvolvimento foi até mesmo mais acelerado. Em 1800, os Estados Unidos eram uma sociedade mais rural do que os principais países europeus. Menos de 10% da população morava em comunidades de mais de 2.500 pessoas. Hoje, bem mais de três quartos dos norte-

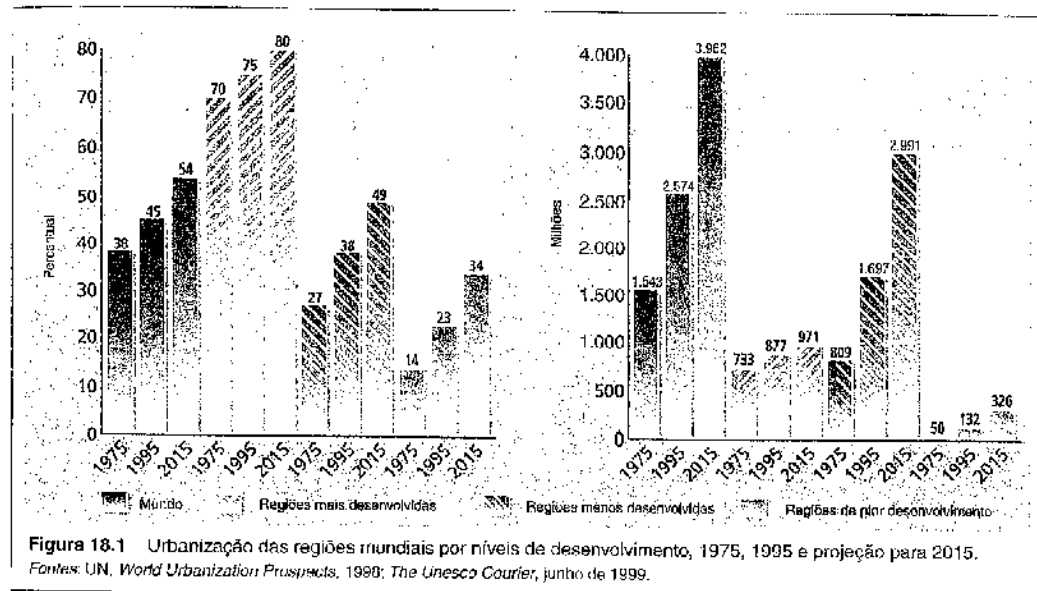
americanos vivem dessa forma. Entre 1800 e 1900, a população de Nova York saltou de 60 mil pessoas para 4,8 milhões!

A urbanização do século XX é um processo global que atrai cada vez mais os países em desenvolvimento (veja a Figura 18.1). Antes de 1900, quase todo o crescimento das cidades concentrava-se no Ocidente: nos 50 meses seguintes, houve certa expansão nas cidades do mundo em desenvolvimento, porém o seu principal período de crescimento ocorreu por volta dos últimos 50 anos. Entre 1960 e 1992, o número de habitantes nas cidades de todo o mundo subiu até 1,4 bilhões. Nos próximos 20 anos, ele deve crescer em até mais 2 bilhões.

As populações urbanas vêm crescendo em um ritmo bem mais acelerado do que a população global: 39% da população mundial, em 1975, vivia em localidades urbanas; segundo as estimativas das Nações Unidas, a previsão é de que esse número passe para 50% em 2000; e 63% em 2025. No ano de 2025, o leste e o sul da Ásia reunirão cerca de metade da população mundial, e, até essa data, tanto as populações urbanas da África quanto as da América do Sul ultrapassarão a europeia.

### O desenvolvimento das cidades modernas

As cidades expandiram-se em virtude do aumento populacional, acrescido da migração de pessoas de fora vindas de fazendas, vilarejos e pequenas cidades. Essa migração, muitas vezes, ocorreu em nível internacional – pessoas de meios rurais mu-



davam-se diretamente para as cidades de outros países. A imigração para os Estados Unidos de uma imensa massa de europeus provenientes de meios rurais empobrecidos é o exemplo mais óbvio, porém a imigração transnacional para as cidades também se difundiu entre países da própria Europa. Camponeses e aldeões migraram para as cidades (como atualmente acontece, em grande escala, nos países em desenvolvimento) devido à falta de oportunidades nas áreas rurais, aliada às aparentes vantagens e atrações das cidades, onde as ruas eram “cobertas com ouro” (empregos, riqueza, uma ampla gama de mercadorias e serviços). Além do mais, as cidades transformaram-se em centros de concentração do poder financeiro e industrial, e os empresários, às vezes, criavam outras áreas urbanas quase que do nada.

O desenvolvimento das cidades modernas teve um impacto enorme não apenas sobre os hábitos e os modos de comportamento, como também nos padrões de pensamento e de sensibilidade. Desde a época da formação das grandes aglomerações urbanas, no século XVIII, as opiniões acerca dos efeitos das cidades sobre a vida social têm se polarizado. Alguns enxergavam nas cidades uma representação da “virtude civilizada”, a fonte do dinamismo e da criatividade cultural. Para esses autores, as cidades maximizam as oportunidades para o desenvolvimento econômico e cultural, proporcionando um meio para uma existência confortável e satisfatória. Outros rotularam a cidade de inferno fumegante apinhado de multidões agressivas e portadoras de uma desconfiança mútua, cheio de crimes, violência e corrupção.

Com o inchaço das cidades, muitas pessoas ficaram horricizadas ao perceberem que as desigualdades e a pobreza urbana pareciam intensificar-se na mesma proporção. A extensão da pobreza urbana e as enormes diferenças entre os bairros

da cidade estiveram entre os principais fatores que motivaram as primeiras análises sociológicas da vida urbana. Como era de se esperar, os primeiros grandes estudos sociológicos das condições urbanas modernas e as teorias a esse respeito surgiram em Chicago, uma cidade marcada por um índice fenomenal de desenvolvimento – onde uma área praticamente desabitada na década de 1830 passou a contar com uma população de bem mais de 2 milhões de pessoas até o ano de 1900 – e por desigualdades bastante pronunciadas.

## As teorias do urbanismo

### A Escola de Chicago

Diversos autores ligados à Universidade de Chicago entre as décadas de 1920 e 1940, especialmente Robert Park, Ernest Burgess e Louis Wirth, desenvolveram idéias que, por muitos anos, foram a base principal da teoria e da pesquisa na sociologia urbana. Dois conceitos desenvolvidos pela “Escola de Chicago” merecem uma atenção especial. Um deles é a chamada **abordagem ecológica** na análise urbana; o outro, a caracterização do urbanismo como *modo de vida*, desenvolvido por Wirth (Park, 1952; Wirth, 1938).

### Ecologia urbana

*Ecologia* é um termo extraído de uma das ciências naturais: o estudo da adaptação de plantas e organismos animais ao seu ambiente. (Esse é o sentido em que a palavra “ecologia” é usada no contexto de problemas do meio ambiente em geral, veja o Capítulo 19, “Crescimento Populacional e Crise Ecológica”,

p. 478.) No mundo natural, os organismos tendem a se distribuir de modo sistemático sobre o terreno, de tal forma que se chegue a um equilíbrio entre espécies diferentes. A Escola de Chicago acreditava que é possível empregar princípios semelhantes para interpretar o posicionamento dos principais povoados urbanos e a distribuição dos diferentes tipos de bairro dentro destes. As cidades não crescem ao acaso, mas como uma resposta a aspectos vantajosos do ambiente. Por exemplo, as grandes áreas urbanas nas sociedades modernas tendem a se desenvolver às margens dos rios, nas planícies férteis ou na interseção de rotas comerciais ou ferroviárias.

"Uma vez estabelecida", nas palavras de Park (1952, p. 79), "uma cidade assemelha-se a um grande mecanismo de escolha que (...) inevitavelmente vai selecionar, entre toda a população, os indivíduos que melhor se adaptam à vida em uma região ou ambiente social específicos". As cidades ordenam-se em "áreas naturais", através de processos de competição, invasão e sucessão – todos esses processos também estão presentes na ecologia biológica. Se observarmos a ecologia de um lago do ambiente natural, notaremos que a competição entre várias espécies de peixes, insetos e outros organismos funciona no sentido de propiciar uma distribuição razoavelmente estável entre eles. Esse equilíbrio é perturbado se novas espécies "invadem" – tentam transformar o lago em lar. Alguns dos organismos que proliferavam na área central do lago são expulsos e acabam tendo uma existência mais precária em suas margens. As espécies invasoras são suas sucessoras nas zonas centrais.

Para a visão ecológica, os padrões de localização, deslocamento e realocização nas cidades têm um formato similar. Bairros diferentes evoluem através dos ajustes feitos por seus moradores em sua luta pela sobrevivência. Uma cidade pode ser retratada como um mapa de áreas com características sociais distintas e contrastantes. Nos estágios iniciais do crescimento das cidades modernas, as indústrias reúnem-se em terrenos apropriados às matérias-primas de que necessitam, próximos às linhas de fornecimento. A população aglomera-se em torno desses locais de trabalho, que passam a se diversificar cada vez mais, à medida que cresce o número de habitantes da cidade. Assim, as comodidades desenvolvidas também ficam mais atrativas, e intensifica-se a competição para adquiri-las. Há um aumento nos valores das terras e nos impostos das propriedades, dificultando a vida das famílias no bairro central, exceto em condições restritas ou em moradias decadentes onde os aluguéis ainda são baixos. O centro é dominado pelos negócios e pelo entretenimento, e seus residentes mais ricos mudam-se para subúrbios recém-construídos localizados em torno do perímetro. Esse processo é acompanhado de rotas de transporte, já que estas minimizam o tempo gasto no deslocamento para o trabalho; as áreas localizadas entre essas rotas apresentam um desenvolvimento mais lento.

Podemos dizer que a formação das cidades obedece a um padrão de anéis concêntricos, separados em segmentos. No centro, estão as áreas urbanas, uma mistura de grande prosperidade empresarial e casas decadentes. Depois delas, estão os bairros antigos, que abrigam trabalhadores que exercem ocupa-

ções manuais estáveis. Ainda mais afastados, encontram-se os subúrbios, onde geralmente moram os grupos com renda mais elevada. Dentro dos segmentos dos anéis concêntricos, ocorrem processos de invasão e de sucessão. Dessa forma, a partir do momento em que a propriedade se torna decadente em uma área central ou próximo a esta, grupos étnicos minoritários podem acabar se mudando para lá. À medida que isso acontece, um número maior de antigos moradores dessas regiões passa a deixá-las, precipitando uma debandada para todos os bairros da cidade ou para o subúrbio.

Ainda que por um tempo a abordagem da *ecologia urbana* tenha sido alvo de descrédito, ela foi posteriormente revitalizada e aperfeiçoada nos trabalhos de diversos autores, particularmente no de Amos Hawley (1950, 1968). Em vez de se concentrar na competição por recursos escassos, como fizeram seus predecessores, Hawley enfatizou a *interdependência* de diferentes áreas da cidade. A *diferenciação* – especialização de grupos e papéis ocupacionais – é o principal modo de adaptação dos seres humanos ao seu ambiente. Grupos dos quais muitos outros dependem terão um papel dominante, que muitas vezes se reflete em sua posição geográfica central. Os grupos empresariais, por exemplo, como grandes bancos ou seguradoras, oferecem serviços essenciais para muitas pessoas em uma comunidade e, por isso, é natural que se encontrem nas áreas centrais dos povoados. Porém, as zonas que se formam nas áreas urbanas, destaca Hawley, surgem a partir de relações não apenas de espaço, mas de tempo. O domínio empresarial, por exemplo, expressa-se não apenas nos padrões de uso da terra, como também no ritmo das atividades do cotidiano – uma ilustração disso está na hora do rush. A disposição do tempo no dia-a-dia das pessoas é um reflexo da hierarquia dos bairros na cidade.

A abordagem ecológica tem sido tão importante pelo volume de pesquisa empírica que ajuda a promover seu valor enquanto perspectiva teórica. Muitos estudos envolvendo cidades inteiras e bairros específicos são motivados pelo pensamento ecológico – o qual se interessa, por exemplo, pelos processos de "invasão" e de "sucessão" há pouco mencionados. No entanto, diversas críticas são justificáveis. A perspectiva ecológica tende a dar pouca ênfase à importância do esquema e do planejamento conscientes na organização da cidade, considerando o desenvolvimento urbano um processo "natural". Os modelos de organização espacial desenvolvidos por Park, Burgess e seus colegas foram extraídos da experiência norte-americana, e não se ajustam a todas as cidades dos Estados Unidos, apenas a alguns tipos, o que dirá a cidades da Europa, do Japão ou do mundo em desenvolvimento.

### *O urbanismo como um modo de vida*

A tese de Wirth sobre o urbanismo como um *modo de vida* está mais preocupada em explicar o que *significa* o urbanismo enquanto forma de existência social do que em abordar a diferenciação interna das cidades. Como observa Wirth (1938, p. 342):

Não há como avaliar completamente ou com precisão a intensidade com que o mundo contemporâneo pode ser definido

como "urbano" pela proporção da população total que vive nas cidades. As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que indicaria a razão numérica da população urbana, pois a cidade não é apenas, cada vez mais, a morada e a oficina do homem moderno, mas o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural, que atrai as comunidades mais remotas do mundo para sua órbita e entrelaça diversas áreas, pessoas e atividades em um cosmos.

Wirth chama atenção para o fato de que, nas cidades, um imenso volume de pessoas vive muito próximo um do outro, sem que as pessoas se conheçam pessoalmente – um contraste fundamental com os pequenos vilarejos tradicionais. A maioria dos contatos entre os habitantes das cidades é curto e parcial, e é feita com um propósito; não são relacionamentos satisfatórios por si mesmos. As interações com vendedores de lojas, caixas de banco e cobradores em trens são encontros passageiros, que ocorrem não pelo contato propriamente dito, mas por haver, por trás deles, uma finalidade.

Como os habitantes das áreas urbanas tendem a se deslocar bastante, os elos que os unem são relativamente fracos. A cada dia, as pessoas envolvem-se em muitas atividades e situações diferentes – o "ritmo da vida" é mais acelerado do que nas áreas rurais. A competição prevalece sobre a cooperação. Wirth reconhece que a densidade da vida social nas cidades leva à formação de bairros com características distintas, sendo que alguns destes podem até preservar características de pequenas comunidades. Nas áreas que concentram imigrantes, por exemplo, encontramos tipos tradicionais de ligações familiares – a maioria das pessoas se conhece pessoalmente. No entanto, quanto mais essas áreas são absorvidas por padrões mais amplos da vida na cidade, menos essas características sobrevivem.

Merecidamente, as idéias de Wirth têm encontrado ampla aceitação. A impessoalidade de muitos contatos cotidianos nas cidades modernas é inegável – esse é um fato que se verifica, até certo ponto, em toda a vida social das cidades modernas. A teoria de Wirth é importante por reconhecer que o urbanismo não é apenas *parte* de uma sociedade, mas expressa e influencia a natureza de um sistema social mais amplo. Aspectos do modo de vida urbano são característicos da vida social em todas as sociedades modernas, e não apenas as atividades daqueles que por acaso passam a morar em grandes cidades. Contudo, as idéias de Wirth também demonstram limitações visíveis. Assim como a perspectiva ecológica, com a qual suas idéias têm muito em comum, a teoria de Wirth também se baseia principalmente nas observações das cidades norte-americanas, porém generalizando para o urbanismo em todos os pontos. O urbanismo não é igual em todos os momentos e lugares. Como já foi mencionado, as antigas cidades, por exemplo, eram bastante diferentes, em muitos aspectos, das cidades das sociedades modernas. Para a maioria dos habitantes das primeiras cidades, a vida não era muito mais anônima ou impessoal do que para aqueles que viviam nas comunidades dos vilarejos.

Wirth também tem uma visão exagerada sobre a impessoalidade das cidades modernas. As comunidades que envolvem

laços apertados de amizade ou de parentesco são mais persistentes dentro das comunidades urbanas modernas do que ele supunha. Everett Hughes, colega de Wirth na Universidade de Chicago, escreveu o seguinte a respeito de seu parceiro: "Louis vivia dizendo um monte de coisas sobre como a cidade é impessoal – ao mesmo tempo que estava rodeado por um bando de parentes e amigos em um contato bem pessoal" (citado em Kasarda e Janowitz, 1974). Grupos como os que Herbert Gans (1962) chama de "aldeões urbanos" são comuns nas cidades modernas. Seus "aldeões urbanos" são italo-americanos que vivem em um bairro na área urbana de Boston. É provável que essas áreas "étnicas brancas" estejam se tornando menos significativas nas cidades norte-americanas do que uma vez o foram, mas estão sendo substituídas por comunidades urbanas que abrangem novos imigrantes.

O mais importante é que bairros que envolvem uma proximidade de parentesco e laços pessoais muitas vezes parecem ter sido efetivamente *criados* pela vida da cidade, não sendo apenas vestígios de um modo de vida preexistente que sobrevive por um tempo na cidade. Claude Fischer propôs uma interpretação de por que o urbanismo em larga escala, na verdade, tende a promover diversas subculturas, em vez de atolar a todos em uma massa anônima. Aqueles que vivem na cidade, salienta ele, conseguem colaborar com pessoas de origens ou interesses semelhantes, desenvolvendo amizades locais, podendo participar de diferentes grupos religiosos, étnicos, políticos e de outras subculturas. Uma cidade pequena ou vilarejo não permite o desenvolvimento dessa diversidade subcultural (Fischer, 1984). Os indivíduos que formam comunidades étnicas dentro das cidades, por exemplo, talvez mal se conhecessem, ou nem tenham se conhecido, em sua terra natal. Ao chegarem à cidade, eles concentram-se nas áreas onde moram pessoas vindas de grupos lingüísticos e culturais semelhantes, formando novas estruturas subcomunitárias. Um artista pode encontrar poucas pessoas com quem se relacionar em um vilarejo ou em uma cidade pequena, mas, em uma cidade grande, ele pode fazer parte de uma importante subcultura artística e intelectual.

Uma cidade grande é um "mundo de estranhos", mas auxilia e cria relações pessoais – uma situação que não é paradoxal. Precisamos traçar uma divisão entre a experiência urbana dentro da esfera pública dos encontros com estranhos e o mundo mais privado da família, dos amigos e dos colegas de trabalho. No primeiro momento após a mudança para uma cidade grande, pode ser difícil conhecer pessoas. Mas qualquer um que se muda para uma pequena comunidade rural estabelecida pode achar que a amabilidade dos habitantes é mais uma questão de polidez no trato público – pode levar anos até a pessoa ser "aceita". Isso não acontece na cidade. Como comentou Edward Krupat (1985, p. 36):

O ovo urbano (...) tem uma casca mais difícil de quebrar. Por falta de uma ocasião e de circunstâncias que possibilitem o ingresso nesse domínio, muitas pessoas que se vêem diariamente no ônibus ou na estação de trem, em uma cafeteria ou de passagem nos corredores do local de trabalho, nunca vão se tornar mais do que "estranhos familiares". Além disso, al-



gumas pessoas podem continuar totalmente de fora, pois as elas faltam habilidades sociais ou iniciativa. Todavia, a evidência incontestável é que, devido à diversidade de estranhos – cada um é um *amigo em potencial* – e à ampla gama de estilos de vida e de interesses encontrados na cidade, as pessoas conseguem romper essa casca. E uma vez estando dentro de um grupo ou rede, as possibilidades de expandir suas amizades multiplicam-se enormemente. Assim, as evidências indicam que as oportunidades positivas que a cidade oferece parecem, muitas vezes, superar as forças limitadoras, permitindo às pessoas desenvolverem e manterem relações satisfatórias.

As idéias de Wirth preservam alguma validade; porém, diante das contribuições posteriores, fica clara sua generalização excessiva. As cidades modernas frequentemente envolvem relações sociais impessoais, anônimas, mas são também fontes de diversidade – e, algumas vezes, de intimidade.

### O urbanismo e o ambiente criado

Teorias mais recentes do urbanismo enfatizam o fato de que este não é um processo autônomo, mas, sim, um processo que deve ser analisado em relação aos grandes padrões de mudança política e econômica. Os dois principais autores de análise urbana, David Harvey e Manuel Castells, foram ambos fortemente influenciados por Marx (Harvey, 1973, 1982, 1985; Castells, 1977, 1983).

#### *Harvey: a reestruturação do espaço*

O urbanismo, enfatiza Harvey, é um aspecto do **ambiente criado** gerado pela difusão do capitalismo industrial. Nas sociedades tradicionais, havia uma distinção clara entre a cidade e a zona rural; no mundo moderno, a indústria obscurece essa divisão. A agricultura passa a ser mecanizada e sua administração obedece simplesmente às considerações do preço e do lucro, exatamente como acontece no trabalho industrial – um processo que diminui as diferenças nos modos de vida social entre o povo urbano e o rural.

No urbanismo moderno, enfatiza Harvey, o espaço é continuamente *reestruturado*. Esse processo é determinado pelo local onde as grandes firmas escolhem instalar suas fábricas, centros de pesquisa e de desenvolvimento e assim por diante; pelos controles defendidos pelos governos sobre a terra e a produção industrial; e pelas atividades de investidores privados, de compra e venda de casas e de terras. As empresas comerciais, por exemplo, estão sempre pesando as vantagens relativas das novas localizações em relação às existentes. A partir do momento em que a produção se torna mais barata em uma área do que em outra, ou que a empresa muda de um produto para outro, escritórios e fábricas são fechados em um lugar e abertos em outro local. Assim, em um momento, quando há uma perspectiva de lucros consideráveis, os prédios de escritórios podem começar a encher os centros das grandes cidades. Após serem construídos,

e a área central “remodelada”, os investidores procuram o potencial para mais construções especulativas em outros lugares. Em geral, o que é rentável em um momento deixa de ser em outro, quando há uma mudança no clima financeiro.

As atividades dos compradores de imóveis particulares são fortemente influenciadas pelas atitudes dos interesses empresariais – seu volume de compras de terras e a localização destas –, assim como pelos índices dos empréstimos e das taxas fixados pelo governo local e central. Após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, houve uma enorme expansão do desenvolvimento suburbano nas principais cidades norte-americanas, o que se deu, em parte, devido à discriminação étnica e à tendência de os brancos abandonarem as áreas urbanas. Entretanto, isso só foi possível, afirma Harvey, por causa das decisões do governo de oferecer concessões fiscais aos compradores de imóveis e às construtoras, e por meio do estabelecimento de acordos de crédito especiais pelas organizações financeiras. Essas medidas serviram de base para a construção e a compra de novas casas nas periferias das cidades, promovendo, ao mesmo tempo, uma demanda de produtos industriais como o carro. O crescimento – em termos de tamanho e de prosperidade – de pequenas e grandes cidades no sul da Inglaterra desde a década de 1960 está diretamente associado ao declínio das antigas indústrias do norte e ao consequente deslocamento dos investimentos para novas oportunidades industriais.

#### *Castells: o urbanismo e os movimentos sociais*

Assim como Harvey, Castells ressalta que a forma espacial de uma sociedade está intimamente associada aos mecanismos gerats de seu desenvolvimento. Para entendermos as cidades, precisamos compreender os processos através dos quais as formas espaciais são criadas e transformadas. O desenho e os aspectos arquitetônicos das cidades e dos bairros são uma expressão das lutas e dos conflitos entre diferentes grupos da sociedade. Em outras palavras, os ambientes urbanos representam manifestações simbólicas e espaciais de forças sociais mais amplas. Os arranha-céus, por exemplo, talvez sejam construídos por se esperar que gerem lucros, mas esses edifícios gigantes também “simbolizam o poder do dinheiro sobre a cidade através da tecnologia e da autoconfiança e são as catedrais do período da ascensão do capitalismo das corporações” (Castells, 1983, p. 103).

Contrastando com os sociólogos de Chicago, Castells enxerga a cidade não apenas como uma *localização* distinta – a área urbana – mas como uma parte integral dos processos de **consumo coletivo**, os quais são, por sua vez, um aspecto inerente ao capitalismo industrial. As escolas, os serviços de transporte e as atrações de lazer são formas por meio das quais as pessoas “consomem” coletivamente os produtos da indústria moderna. O sistema fiscal determina quem pode comprar ou alugar em que lugar, e quem constrói em que lugar. As grandes corporações, os bancos e as seguradoras, que

fornece capital para os projetos de construção, têm um enorme poder sobre esses processos. Mas as agências do governo também afetam diretamente muitos aspectos da vida na cidade, ao construir estradas e moradias públicas, planejarem áreas verdes e assim por diante. Portanto, o formato físico das cidades é um produto das forças de mercado e do poder do governo.

Porém, a natureza do ambiente criado não é apenas resultado das atividades de pessoas ricas e poderosas. Castells enfatiza a importância das lutas dos grupos desprivilegiados para modificarem suas condições de vida. Os problemas urbanos estimulam uma série de movimentos sociais preocupados em melhorar as condições em habitação, em protestar contra a poluição do ar, em defender os parques e as áreas verdes e em combater as construções que venham a alterar a natureza de uma região. Por exemplo, Castells estudou o movimento *gay* em São Francisco, o qual teve sucesso na reestruturação de bairros voltados para os seus próprios valores culturais – que permitiam a prosperidade de uma grande quantidade de organizações, clubes e bares *gays* – e conquistaram uma posição de destaque na política local.

As cidades, como enfatizam Harvey e Castells, são ambientes quase que totalmente artificiais, construídos por pessoas. Nem mesmo a maioria das áreas rurais escapa da influência da intervenção humana e da tecnologia moderna, pois a atividade humana remodelou e reordenou o mundo da natureza. O alimento não é mais produzido para os habitantes locais, mas para os mercados nacionais e internacionais, e, na agricultura mecanizada, a terra é rigorosamente subdividida e especializada em seu uso, ordenada dentro de padrões físicos pouco relacionados aos aspectos naturais do meio ambiente. Os indivíduos que vivem em fazendas e em áreas rurais isoladas estão econômica, política e culturalmente ligados à sociedade mais ampla, independentemente de como alguns de seus modos de comportamento possam ser diferentes daqueles dos habitantes das cidades.

### Avaliação

As opiniões de Harvey e Castells têm passado por um amplo debate, e seu trabalho tem sido importante no redirecionamento da análise urbana. Diferentemente da abordagem dos ecologistas, essa visão enfatiza não os processos espaciais “naturais”, mas o modo como a terra e o ambiente criado refletem os sistemas sociais e econômicos do poder, marcando uma mudança significativa de ênfase. No entanto, as idéias de Harvey e Castells são muitas vezes expostas de maneira extremamente abstrata e não têm estimulado uma variedade tão grande de pesquisas quanto o trabalho da Escola de Chicago.

Em alguns aspectos, os pontos de vista de Harvey e Castells e os da Escola de Chicago são convenientemente complementares, podendo ser combinados para que se obtenha um quadro abrangente dos processos urbanos. Os contrastes entre as áreas da cidade, descritos pela ecologia urbana, de fato ocorrem, as-

sim como a impessoalidade geral da vida urbana. Porém, essas características são mais variáveis do que acreditavam os membros da Escola de Chicago e são determinadas primeiramente pelas influências sociais e econômicas analisadas por Harvey e Castells. John Logan e Harvey Molotch (1987) sugeriram um caminho que estabelece uma ligação direta entre as perspectivas de autores como Harvey e Castells e alguns aspectos do ponto de vista ecológico. Eles concordam com Harvey e Castells na idéia de que aspectos gerais do desenvolvimento econômico, de abrangência nacional e internacional, afetam a vida urbana de um modo bastante direto. Mas esses fatores econômicos extensivos, sustentam eles, são enfocados pelas organizações locais, as quais incluem as empresas do bairro, os bancos e as agências do governo, juntamente com as atividades de cada comprador de imóveis.

Para Logan e Molotch, os lugares – terras e construções – são comprados e vendidos exatamente da mesma maneira que as demais mercadorias das sociedades modernas, mas os mercados que estruturam os ambientes das cidades são influenciados pela forma como diferentes grupos de pessoas desejam utilizar a propriedade comprada e vendida. São muitas as tensões e os conflitos que surgem em decorrência desse processo – e estes são os principais fatores que agem na estruturação dos bairros da cidade. Por exemplo, nas cidades modernas, salientam Logan e Molotch, grandes empresas financeiras e comerciais estão sempre tentando intensificar o uso da terra em áreas específicas. Quanto mais elas conseguem, mais oportunidades se abrem para a especulação da terra e para a construção rentável de novos prédios. Essas empresas pouco se preocupam com os efeitos sociais e físicos de suas atividades em determinado bairro – se, por exemplo, belas residências antigas estão sendo destruídas para dar lugar a novos prédios de escritórios. Os processos de crescimento promovidos pelas grandes empresas envolvidas no desenvolvimento imobiliário geralmente são contrários aos interesses das empresas locais ou dos residentes, que talvez tentem resistir ativamente a eles. As pessoas reúnem-se em grupos de bairro a fim de defender seus interesses enquanto residentes. Essas associações locais podem lutar pela extensão das restrições de zoneamento, bloquear novas construções que estejam invadindo a área de parques, ou fazer pressões por regulamentos mais favoráveis para os alugueis.

### As tendências no desenvolvimento urbano do Ocidente

Nesta seção, estudaremos alguns dos principais padrões do desenvolvimento urbano ocidental no período do pós-guerra, utilizando como exemplos a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. A atenção ficará concentrada no avanço das áreas suburbanas e no declínio das áreas urbanas, no conflito urbano, nas crises financeiras e nas estratégias que visam à renovação urbana.

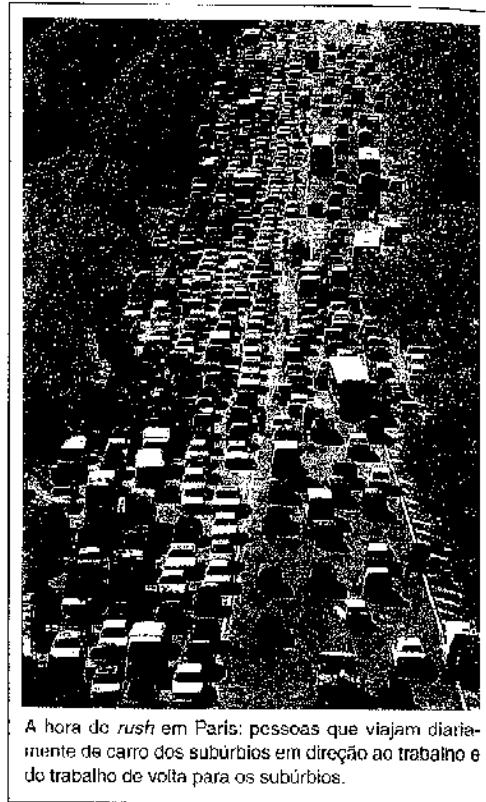
## Suburbanização

Alguns dos adeptos da vida nas grandes cidades olham com desdém para as vastas extensões dos *subúrbios*, com suas casas semigerminadas e seus jardins bem-cuidados que se estendem às margens das cidades inglesas. Outros, como o poeta John Betjeman, festejam a modesta excentricidade da arquitetura dos subúrbios e o impulso de combinarem as oportunidades de emprego da cidade com um modo de vida que, na prática, está associado à idéia da casa própria e da posse de um carro e, em termos de valores, à vida familiar tradicional.

Muitos dos subúrbios que cercam a cidade de Londres desenvolveram-se entre as duas Guerras Mundiais, aglomerando-se em torno das novas estradas e das conexões do metrô que permitiam o transporte de trabalhadores para o centro. Nos EUA, o processo da *suburbanização* teve seu ápice nas décadas de 1950 e de 1960. Durante essas décadas, o índice de crescimento dos centros das cidades esteve em 10%, enquanto o das áreas suburbanas foi de 48%. A maior parte do deslocamento para os subúrbios envolveu famílias brancas. O cumprimento da lei que estabelecia a mistura racial nas escolas pode ser visto como um grande fator que pesou na decisão de muitos brancos de escaparem das áreas urbanas. Mudar-se para os subúrbios era uma alternativa que atraía as famílias que desejavam colocar seus filhos em escolas exclusivas para brancos. Mesmo nos dias de hoje, os subúrbios norte-americanos continuam sendo regiões onde predominam pessoas brancas. Os grupos minoritários constituíam apenas 18% do total da população suburbana em 1990. A cada quatro afro-americanos, três continuam a morar nas áreas urbanas, em comparação com a proporção de um branco para cada quatro. A maior parte dos moradores suburbanos negros vive em bairros de maioria negra, em cidades pequenas que margeiam uma grande cidade.

O domínio branco dos subúrbios, contudo, vem sofrendo um desgaste à medida que um número cada vez maior de membros de minorias raciais e étnicas deixam os centros das cidades. De 1980 a 1990, a população suburbana de negros cresceu em até 34,4%; a de latinos em até 69,3%, e a de asiáticos em 125,9%. Já a população branca suburbana apresentou um crescimento de apenas 9,2%. Os membros de grupos minoritários mudam-se para os subúrbios por razões semelhantes às daqueles que os precederam: melhores moradias, escolas e atrativos. Assim como aqueles que deram início ao êxodo para os subúrbios nos anos de 1950, esses indivíduos são, em sua maioria, profissionais de classe média. Segundo o presidente da *Chicago Housing Authority* (Autoridade de Habitação de Chicago): "Atualmente, a suburbanização não diz respeito à raça, mas, sim, à classe. Ninguém quer ficar perto dos pobres em função de todos os problemas que acompanham as pessoas pobres: escolas precárias, ruas sem segurança, gangues" (citado em De Witt, 1994).

No período compreendido entre a década de 1970 e o início dos anos de 1980, a migração da população residencial na Grã-Bretanha – das áreas centrais da cidade para os subúrbios



A hora do *rush* em Paris: pessoas que viajam diariamente de carro dos subúrbios em direção ao trabalho e de trabalho de volta para os subúrbios.

afastados e *cidades-dormitórios* (cidades pequenas localizadas ao redor de outras maiores, que eram habitadas principalmente por pessoas que trabalhavam nessas grandes cidades) ou os vilarejos – significou uma queda na população da Grande Londres de cerca de meio milhão de pessoas. Ao mesmo tempo, muitas cidades de médio e pequeno portes cresceram rapidamente – por exemplo, Cambridge, Ipswich, Norwich, Oxford e Leicester. Nas cidades industriais do norte, as perdas aceleradas na indústria manufatureira também atingiram a área urbana, enquanto a população dos subúrbios e a das pequenas cidades – e o deslocamento em direção ao sudeste – ampliaram-se novamente durante o *boom* econômico do final dos anos de 1990.

### A decadente área urbana

A "fuga para os subúrbios" trouxe implicações dramáticas para a saúde e a vitalidade dos centros urbanos britânicos e norte-americanos. A grave decadência da área urbana, que tem marcado todas as grandes cidades norte-americanas ao longo das últimas décadas, é uma consequência direta do crescimento dos subúrbios. O deslocamento de grupos de pessoas com alta renda para fora da cidade significa a perda da receita de seus impostos locais. Como entre os residentes que permanecem na

regi  
suas  
rene  
los  
rão

nas  
bét  
de  
cia  
lic  
ve  
su  
ec  
na  
de  
D  
pt  
na  
ha  
p  
b

v  
u  
c  
l  
e  
:

região ou entre aqueles que os substituem existem muitas pessoas que vivem na pobreza, há poucas chances de se repor essa renda perdida; e caso haja um aumento nas alíquotas de impostos da área central, os grupos mais ricos e as empresas acabam se afastando ainda mais.

Essa situação piora pelo fato de que a oferta de imóveis nas áreas centrais é mais precária do que nos subúrbios e também pelo aumento nos índices de criminalidade e nos níveis de desemprego. Conseqüentemente, os serviços da previdência, as escolas, a conservação dos prédios e os serviços da polícia e dos bombeiros passam a exigir mais gastos. Desenvolve-se um ciclo de deterioração em que, quanto mais a vida suburbana se expande, maiores tornam-se os problemas dos centros das cidades. Em muitas áreas urbanas norte-americanas, esse efeito tem sido horripilante – particularmente em cidades mais antigas, como Nova York, Boston e Washington DC. Em alguns bairros dessas cidades, a deterioração da propriedade é provavelmente pior do que nas grandes áreas urbanas de qualquer região do mundo industrializado. Blocos de habitações populares decadentes e construções cobertas com papelões e incendiadas alternam-se com terrenos baldios cobertos de entulhos.

Na Grã-Bretanha, a decadência da área central é menos visível do que nos Estados Unidos. No entanto, algumas áreas urbanas – por exemplo, em Liverpool – estão tão arruinadas quanto muitos bairros de cidades norte-americanas. Um motivo está na influência das crises financeiras sobre muitas áreas urbanas da Grã-Bretanha. A partir do final dos anos de 1970, houve uma grande pressão sobre as autoridades locais no sentido de que estas limitassem seus orçamentos e cortassem serviços locais, mesmo nas áreas urbanas mais propensas à decadência. As autoridades locais que excedessem os níveis de despesa fixados nacionalmente poderiam ser penalizadas. Essa medida levou a intensos conflitos entre o governo e muitos conselhos que administravam áreas urbanas desamparadas, quando eles não conseguiam cumprir o que estava determinado em seus orçamentos. A introdução do *Poll Tax* durante o governo de Margaret Thatcher afetou ainda mais as finanças dos governos locais. Apesar de o *Poll Tax* ser finalmente revogado, diante de uma ampla oposição, muitos conselhos municipais acabaram tendo uma renda menor do que antes, sendo obrigados a realizar cortes em serviços praticamente essenciais.

O relatório de 1985 da Igreja Anglicana (p. 18), *Faith in the City (A Fé na Cidade)*, utilizou termos desanimadores para descrever as áreas urbanas: “Paredes cinzentas, lixo nas ruas, janelas cobertas por papelões, grafite, demolição e ruínas são os padrões sombrios que caracterizam os bairros e as paróquias com os quais nos preocupamos (...) as moradias das áreas urbanas são mais velhas do que em qualquer outro lugar. Cerca de um quarto das casas da Inglaterra foi construído antes de 1919, mas, nas áreas urbanas, essa proporção ficou entre 40 e 60%”.

Ao descrever Hackney, um dos distritos mais pobres de Londres, Paul Harrison (1983, p. 369) relatou uma atmosfera de desespero:

A força policial enfrenta a tarefa virtualmente impossível de manter tampada a mistura explosiva de ingredientes que as dinâmicas da sociedade britânica reuniram na área urbana. Essa mistura, aquecida pela recessão e pelo elevado volume de desemprego, gera inevitavelmente um alto nível de criminalidade, o qual, por sua vez, exige uma presença policial bem mais numerosa e ubíqua do que em outras áreas, uma frequência bem maior de contatos desagradáveis que tratam o público como suspeitos potenciais, além de riscos bem maiores de a polícia cometer julgamentos incorretos ou abuso.

Cria-se um círculo vicioso. Os mais carentes não são apenas vítimas de mais crimes do que os demais grupos, como também precisam tolerar uma presença policial muito mais enérgica, e, assim, um número maior de pessoas desse grupo ingressa em atividades criminosas do que se verificaria em outra situação. Em áreas como Hackney, adverte Harrison, está começando a surgir “uma sociedade de autodefesa entrincheirada”, também marcada por um “desgaste constante das liberdades civis”.

Malos sociais semelhantes vêm afetando as grandes cidades tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha: o consumo abusivo de drogas, o crime e a delinquência, o desemprego, a falta de um lar, a intolerância racial e étnica, a exclusão social, a insuficiência de serviços públicos, a deficiência escolar e a tensão gerada entre o cumprimento das leis e os cidadãos. Às vezes, essas desvantagens múltiplas sobrepõem-se de tal forma que explodem abertamente na forma de conflitos urbanos e tumultos.

### Conflito urbano

Nesta era de globalização, deslocamentos e mudanças aceleradas, as grandes cidades transformaram-se em expressões concentradas e intensificadas dos problemas sociais que afligem a sociedade como um todo. Muitas vezes, as crises “invisíveis” que existem dentro das cidades passam por situações equivalentes a terremotos sociais. Tensões iminentes vêm à tona, às vezes com violência, na forma de tumultos, saques e destruição geral.

Foi o que ocorreu em Los Angeles, na primavera de 1992, quando parte da cidade foi engolfada em tumultos. Henry Cisneros, então secretário do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano, voou para a cidade a fim de investigar, em primeira mão, o que estava acontecendo:

O que vi foi uma cidade onde a fumaça tomava conta de tudo. O cheiro era de fio e plástico queimados. A fumaça era tão espessa que encobria as luzes de um helicóptero que dava voltas bem acima. As sirenes soavam quase que sem parar, à medida que as equipes de combate a incêndios dos carros de bombeiros, escoltados pelos carros da patrulha rodoviária da Califórnia – literalmente comboios de 20 veículos de patrulheiros que protegiam os bombeiros –, corriam de um incêndio para outro (...) Naquela noite de quinta-feira, Los Angeles era um verdadeiro apocalipse urbano em um tom laranja esfumado, uma agressão a todos os sentidos; as pessoas tinham os olhos arregalados, e bastava um estrondo a distância para o pânico tomar conta de todos (Cisneros, 1993).



A morte de um sonho: apartamentos populares oferecidos pelas autoridades locais em Londres — construídos para serem lares modernos para as pessoas, acabaram se transformando em um foco de descontentamento e de decadência urbana.

Tumultos também têm afligido as cidades britânicas — no Brixton, no conjunto habitacional Broadwater Farm (em Tottenham, no norte de Londres, onde um policial foi morto), em Oxford, em Bristol e em outras cidades.

O que faz essas tensões iminentes e as privações múltiplas estourarem na forma de conflitos urbanos? Um fator é, sem dúvida, a pobreza; outro é a divisão étnica e o antagonismo, particularmente entre brancos e negros; um terceiro fator é a criminalidade; e um quarto fator é simplesmente a insegurança. As inseguranças e incertezas resultam dos três primeiros fatores, mesmo que os indivíduos não sejam diretamente afetados por eles.

Assim como no RU, a pobreza nos EUA espalhou-se mais durante as últimas décadas. A proporção da população que estava abaixo da linha oficial da pobreza em meados dos anos de 1990 foi a maior já vista em mais de 25 anos. Grandes segmentos da população são separados de uma sociedade mais ampla pela pobreza, especialmente quando esta passa a criar classes baixas carentes; muitos dos grupos mais pobres concentram-se em áreas urbanas que estão em processo de desagregação ou em favelas. Nesse caso, o elemento espacial da exclusão social pode ser claramente percebido.

A privação na área urbana faz parte da discussão de "A controvérsia da classe baixa", na p. 263 e "Formas de exclusão social", na p. 267.

## Renovação urbana

Que tipo de abordagem os governos locais, regionais e nacionais deveriam adotar para lidarem com os problemas complexos que provocam um sério enfraquecimento das áreas urbanas? Como é possível controlar a rápida expansão dessas áreas suburbanas afastadas a ponto de impedir a destruição de áreas verdes e da zona rural? Uma política de **renovação urbana** de sucesso é um desafio em particular, pois exige uma ação simultânea em múltiplas frentes.

No RU, uma série de esquemas nacionais — envolvendo, por exemplo, auxílios para que os proprietários restaurem suas casas, ou incentivos fiscais para atrair negócios — foi introduzida no sentido de tentar reavivar o destino das áreas urbanas. O programa de Ação para as Cidades do governo Conservador, de 1988, por exemplo, dependia mais do investimento privado e das forças de livre-mercado na geração de melhorias do que da intervenção do Estado. No entanto, a reação das empresas foi bem mais fraca do que se havia previsto.

Estudos indicam que, com a exceção desse projeto estranhamente exemplar, oferecer incentivos e esperar que a iniciativa privada faça o serviço é uma forma ineficaz de atacar os problemas sociais básicos gerados pelas áreas centrais. São tantas as circunstâncias opressivas que se somam na área urbana que, em todos os casos, é extremamente difícil reverter processos de decadência que estejam em andamento. Investigações a respeito da decadência nas áreas urbanas, como o *Scarman Report* sobre os

turmentos do Brixton, em 1981, têm observado a falta de uma abordagem coordenada para os problemas das áreas urbanas (Scarman, 1982). Na verdade, sem grandes gastos públicos – que dificilmente virão do governo – as perspectivas de uma melhoria radical são tênues (Macgregor e Pimlott, 1991).

### *Rumo a um Renascimento Urbano: o relatório da Urban Task Force (Força-Tarefa Urbana)*

A renovação urbana não diz respeito apenas à revitalização das áreas urbanas, mas também ao desenvolvimento sustentável de regiões afastadas. As áreas urbanas e suburbanas da Grã-Bretanha continuam a se desenvolver em um ritmo acelerado. As previsões do governo são de que mais 3,8 milhões de lares se formarão entre os anos de 1996 e 2021. O tráfego de carros deve aumentar em um terço nas próximas duas décadas; e o tempo médio que os trabalhadores britânicos levam para se deslocar de suas casas para o trabalho já é 40% mais longo do que há 20 anos. A cada quatro residentes urbanos, um acredita que sua área entrou em declínio nos últimos anos, ao passo que apenas um em dez sentem que tenha havido uma melhoria (Urban Task Force, 1999).

Diante dos desafios já existentes nas áreas urbanas e suburbanas, bem como da promessa de uma expansão maior nos próximos anos, o governo convocou a Força-Tarefa Urbana, sob a liderança do arquiteto e planejador urbano Lord Rogers, para a elaboração de recomendações para a melhoria da qualidade de vida nas áreas urbana e rural da Grã-Bretanha. No relatório emitido em junho de 1999, a força-tarefa expôs mais de cem recomendações que visavam provocar um “renascimento urbano” na Grã-Bretanha. “Desde a Revolução Industrial, perdemos o domínio de nossas cidades, permitindo que elas fossem estragadas por um projeto precário, pela dispersão econômica e pela polarização social”, observou a força-tarefa. Segundo os autores do relatório, esse início do século XXI apresenta três grandes oportunidades de mudança. A *revolução tecnológica* produziu novas formas de tecnologia da informação e novos caminhos para a troca de informações; a crescente *ameaça ecológica* tem reforçado a necessidade do desenvolvimento sustentável; e a difusão da *transformação social* pode ser percebida no aumento da expectativa de vida e na importância das escolhas de estilo para a vida profissional e pessoal do indivíduo.

Em seu relatório, a força-tarefa enfatizou diversos temas-chave considerados essenciais para a proteção contra a erosão da zona rural e para a promoção de áreas urbanas saudáveis e vibrantes. Sem os seguintes princípios fundamentais, afirmam os autores, existe um risco real de que as cidades venham a se fragmentar, de que as áreas rurais sejam engolidas, e de que os níveis de poluição, o congestionamento de trânsito e a privação social venham a piorar.

- *Reciclagem da terra e das construções* – O maior volume possível de construções de novas casas deve ser feito em terrenos urbanizados, e não em áreas verdes. Segundo o relatório, atualmente existem 1,3 milhão de construções residenciais e comerciais vazias na Grã-Breta-

nha. A meta do governo é de que 60% das novas casas previstas sejam construídas em terrenos “reciclados” (veja a seguir).

- *Melhoria do ambiente urbano* – É preciso tomar mais atencões às áreas urbanas existentes, a fim de que as pessoas escolham esses lugares para viver, trabalhar e se socializar. As áreas urbanas deveriam cultivar um sentimento de comunidade e de segurança pública. As ligações entre os bairros devem ser melhoradas para estimular as pessoas a se deslocarem a pé, de bicicleta ou utilizando o transporte público.
- *Conquista de um grau de excelência na administração das áreas locais* – O renascimento urbano dependerá de uma forte liderança local e de uma ampla participação democrática dos cidadãos. O moradores devem ter um papel cada vez maior nos processos de tomada de decisões.
- *Cumprimento da regeneração* – Às autoridades locais deveria ser dado um poder e uma responsabilidade maiores para que sejam destinados recursos à regeneração das áreas carentes a longo prazo. Fundos públicos deveriam ser utilizados para atrair investimentos privados por meio do mercado.

O relatório da Força Tarefa Urbana (1999) ressaltou que a renovação urbana não pode ser apenas um esforço político, exigindo, sim, mudanças em termos de cultura, habilidades, crenças e valores por parte dos políticos, das autoridades locais e dos cidadãos comuns. A educação, o debate e a troca de informações serão cruciais para se chegar a um “renascimento urbano”.

### *Enobrecimento e “reciclagem urbana”*

A *reciclagem urbana* – a renovação ou substituição de construções antigas e a destinação de novos usos para as terras já urbanizadas – tornou-se relativamente comum nas grandes cidades. Ocasionalmente, as tentativas de se empregar essa medida fazem parte de programas de planejamento, porém o mais freqüente é que a reciclagem urbana resulte do **enobrecimento** – a restauração de prédios em bairros urbanos arruinados para serem utilizados por indivíduos que pertencem aos grupos de alta renda, além do oferecimento de atrativos, como lojas e restaurantes, para servi-los.

O enobrecimento das áreas urbanas ocorreu em muitas cidades da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, do Canadá e aparentemente deve continuar nos próximos anos. Alguns motivos desse fenômeno são o econômico e o demográfico. Os jovens profissionais estão optando por se casarem e constituírem famílias mais tarde. Como suas carreiras geralmente exigem longos expedientes em escritórios localizados nas áreas urbanas, a vida nos subúrbios passa a ser mais um inconveniente do que uma vantagem. Casais ricos e sem filhos têm condições financeiras para adquirir moradias caras em áreas urbanas restauradas e, inclusive, talvez prefiram construir estilos de vida em torno da alta qualidade das opções de cultura, gastronomia e entretenimento disponíveis na área central. Casais mais velhos,

## Docklands: renovação urbana ou desastre urbano?

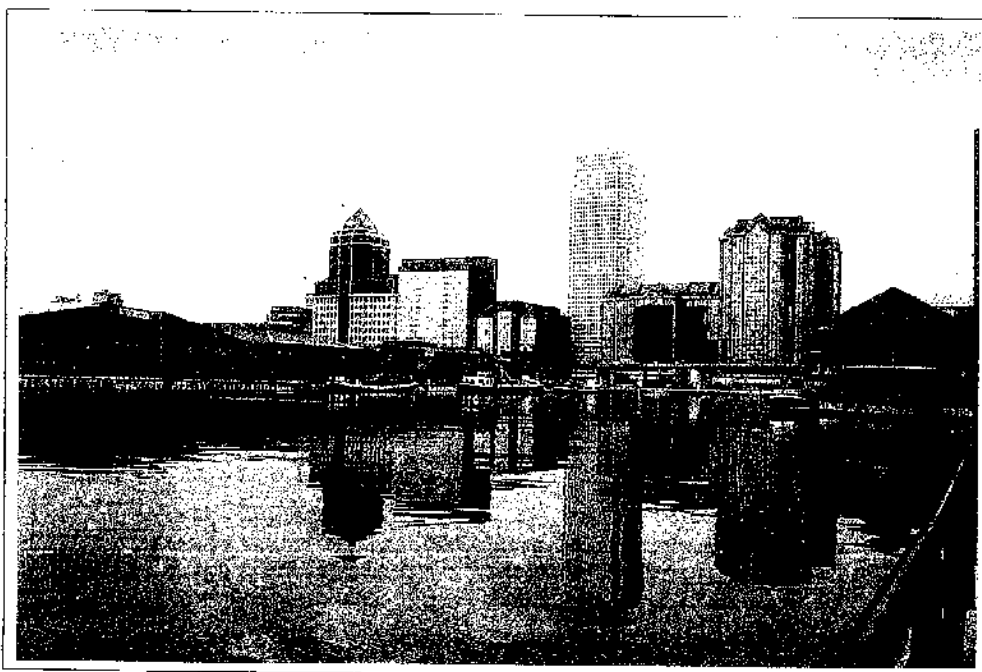
Um primeiro exemplo de "reciclagem urbana" é o de Docklands, em Londres. A área de Docklands ocupa aproximadamente 13 quilômetros quadrados do território situado a leste de Londres, ao lado do Tâmesa, e perdeu sua função econômica com o fechamento das docas e o declínio industrial. Foi chamada de "a maior área reconstruída da Europa Ocidental" e "a melhor oportunidade desde o Incêndio de Londres".

Docklands está situado próximo ao bairro financeiro da City de Londres, mas, no outro lado, também faz divisa com áreas pobres, habitadas por indivíduos da classe trabalhadora. A partir da década de 1960, ocorreram intensas disputas — que se estendem até hoje — para resolver qual seria o destino dessa área. Muitas das pessoas que residiam em Docklands ou nas proximidades optaram pela reconstrução por meio de projetos de desenvolvimento comunitário que protegeriam os interesses dos moradores mais pobres. Na ocasião, com a instalação da *Docklands Development Corporation*, em 1981, a região assumiu destaque central na estratégia de estímulo à iniciativa privada, à qual foi destinado o papel principal na regeneração urbana. Houve um relaxamento deliberado das restrições nas exigências de planejamento e de regulamentos.

Hoje em dia, essa área apresenta diferenças visíveis e impressionantes em relação aos bairros pobres que as cercam. Nota-se uma abundância de prédios modernos, muitas

vezes com um *design* ousado; depósitos foram transformados em apartamentos de luxo, e novos blocos foram construídos ao lado destes. Em Canary Wharf, ergueu-se uma enorme construção que abriga salas de escritórios e que possui um prédio central que pode ser visto de muitos pontos de Londres. Contudo, no meio de tanto esplendor, existem prédios arruinados e trechos abandonados, com terrenos baldios. Geralmente sobram vagas no espaço destinado aos escritórios, assim como em algumas das novas moradias, cuja venda mostrou-se impossível aos preços que seus projetos originais propunham render. Os distritos de Docklands possuem algumas das habitações mais pobres do país, mas as pessoas que vivem nesses lugares tiveram poucas vantagens com a construção que ocorreu à sua volta. Ofereceu-se um volume considerável de moradias "com preços razoáveis"; entretanto, apenas uma pequena fatia dos moradores locais teve condições ou vontade de comprá-las.

Uma história única de sucesso na regeneração urbana ou um desastre quase que completo? Há defensores para cada um desses pontos de vista. As divisões entre aqueles que possuem e os que não possuem recursos, em Docklands, são mais marcantes do que as que se observam em muitos outros lugares. Ainda que o volume de renovação e de novas construções produzido nessa área tenha sido enorme, não restam dúvidas de que Docklands não conseguiu produzir um bairro integrado.



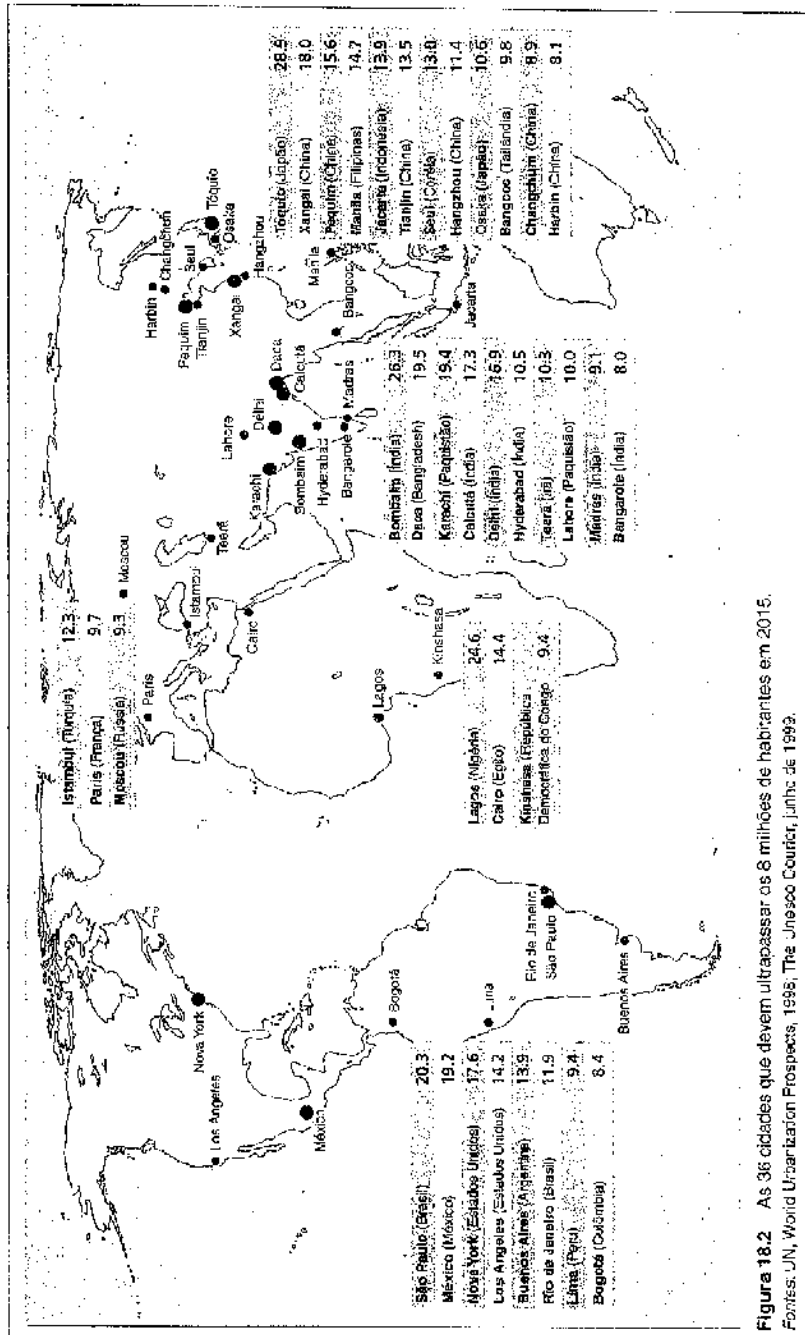


Figura 18.2 As 36 cidades que devem ultrapassar os 8 milhões de habitantes em 2015. Fontes: UN, World Urbanization Prospects, 1998; The Jhnesco Courier, junho de 1992.



cujos filhos já saíram de casa, também podem se sentir tentados a retornarem às áreas urbanas por motivos semelhantes.

Um fator que promove o enobrecimento nos Estados Unidos é a queda nos níveis de criminalidade. Desde 1991, a incidência de crimes violentos caiu uma média de 34% nas dez maiores cidades norte-americanas. Mesmo diante das fortes críticas de racismo, de arbitrariedade e de excesso de rigor à lei de "tolerância zero" e às políticas de estabelecimento da ordem que caíram na preferência de muitas cidades norte-americanas – com destaque para Nova York – não há dúvidas de que tais medidas resultaram em uma sensação de menos perigo nos centros urbanos.

Por fim, o perfil econômico da nova economia do conhecimento é altamente favorável às áreas urbanas. Muitas das empresas envolvidas em tecnologia, comunicações, publicidade e *marketing* localizam-se em bairros comerciais centrais. Um número cada vez maior de empresas que se expandem dentro desse domínio está preferindo estabelecer seus negócios nos centros urbanos e não nos subúrbios. O congestionamento do trânsito nas rodovias e a grande quantidade de tempo dispendido para o deslocamento da casa para o trabalho transformaram-se em um modo de vida para muitos moradores suburbanos; na nova economia, há evidências de que está crescendo o número de trabalhadores que talvez optem por romper esse padrão ao morarem e trabalharem em centros urbanos.

Em Londres, Docklands é um exemplo notável de "reciclagem urbana" (veja o quadro). Nos Estados Unidos, de Milwaukee a Filadélfia, as incorporadoras imobiliárias estão comprando todos os depósitos industriais abandonados e transformando-os em caros *lofts* residenciais e quitinetes. A criação de espaços públicos vibrantes dentro dos centros urbanos arruinados de Baltimore e Pittsburgh foi anunciada como um triunfo da renovação urbana. Todavia, fica difícil ocultar a pobreza que continua a habitar alguns bairros localizados a apenas poucas quadras desses centros revitalizados.

Nos argumentos contrários a construções como as de Docklands, presentes em seu livro sobre a história da cidade, *The Conscience of the Eye* (1993), Richard Sennett afirma que os planejadores urbanos devem tentar preservar o que ele chama de "cidade humana", ou retornar à essa condição. Muitas cidades possuem construções grandes e impessoais que fazem com que as pessoas se voltem para dentro, distanciando-se umas das outras. Mas as cidades podem fazer com que seus habitantes se voltem para fora, colocando-os em contato com uma variedade de culturas e modos de vida. Nossa busca deveria ser pela criação de ruas que não apenas deixem de ser perigosas, mas que sejam "cheias de vida", de uma maneira que as "artérias de trânsito, por todo o seu movimento de veículos apressados, não são". Os shopping centers suburbanos, com seus corredores e lojas padronizados, estão distantes da "cidade humana" tal como as rodovias. Nossa inspiração deveria antes vir de áreas urbanas mais antigas, como as que encontramos em muitos centros urbanos

da Itália, que estão em uma escala humana e combinam diversidade com um projeto elegante.

## A urbanização no mundo em desenvolvimento

Até 2025, a população urbana mundial pode chegar a 5,2 bilhões de pessoas. De acordo com algumas estimativas, 4 milhões desses moradores urbanos estarão vivendo em cidades de países em desenvolvimento. Como mostra o mapa das "megacidades" do mundo (veja a Figura 18.2), a maioria das 36 cidades projetadas para terem mais de 8 milhões de habitantes em 2015 estão localizadas nesses países.

Manuel Castells refere-se às megacidades como um dos principais aspectos da urbanização do terceiro milênio (1996). Essa definição não se deve unicamente ao tamanho dessas cidades – embora elas sejam imensas aglomerações de pessoas – mas também em função de seu papel enquanto pontos de ligação entre enormes populações humanas e a economia global. As megacidades são bolsões intensamente concentrados de atividades por meio dos quais a política, a mídia, as comunicações, as finanças e a produção fluem. Para Castells (1996, p. 404), as megacidades funcionam como ímãs para os países ou regiões onde elas estão localizadas. As pessoas são atraídas para as grandes áreas urbanas por diversos motivos; dentro das megacidades, existem aqueles que conseguem explorar com sucesso o sistema global e aqueles que não conseguem. Além de servir como um ponto nodal na economia global, a megacidade também passa a ser um "depósito de todos esses segmentos da população que lutam para sobreviver".

Por que o índice de crescimento urbano das regiões menos desenvolvidas do mundo é tão maior do que o de outros lugares? Para responder a essa questão, é preciso levar em conta dois fatores em particular. Primeiramente, os índices de crescimento populacional são mais elevados nos países em desenvolvimento do que nas nações industrializadas (veja o Capítulo 19, "Crescimento Populacional e Crise Ecológica", p. 478). O crescimento urbano é impulsionado pelos altos índices de fertilidade entre as pessoas que já vivem nas cidades.

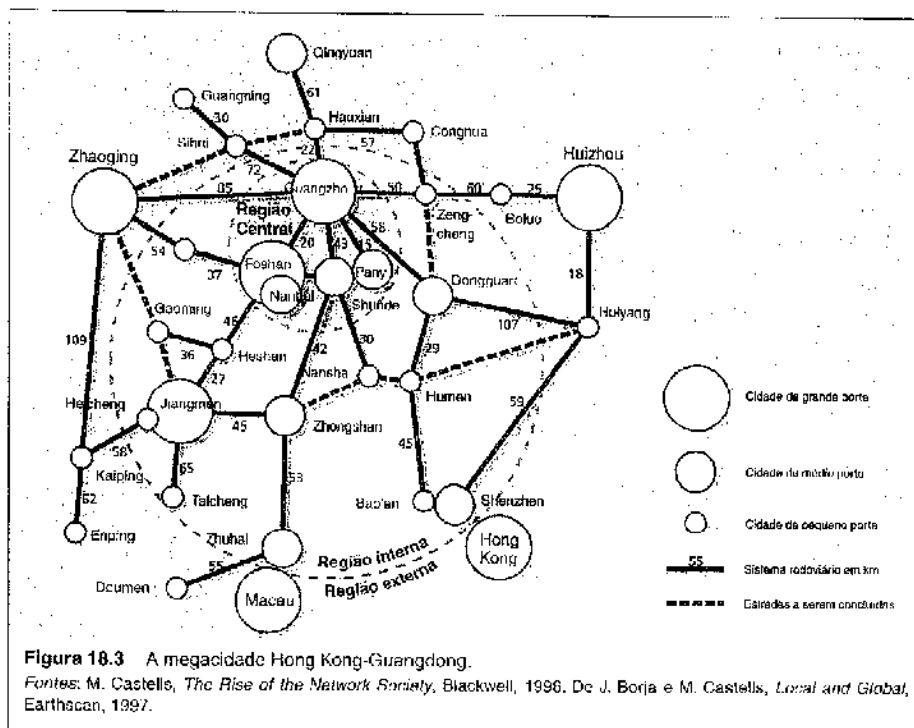
Em segundo lugar, existe uma migração interna difundida das áreas rurais para as urbanas – como no caso da megacidade em desenvolvimento Hong Kong-Guangdong (descrita a seguir). As pessoas são atraídas para as cidades do mundo em desenvolvimento quer pela desintegração de seus sistemas tradicionais de produção rural, quer porque as áreas urbanas oferecem oportunidades de emprego superiores. A pobreza rural impele muitas pessoas a experimentarem a vida na cidade. Talvez sua intenção seja migrar para a cidade apenas por um período relativamente curto de tempo e retornar aos seus vilarejos após ganharem dinheiro suficiente. Alguns de fato retornam, mas muitos se vêem obrigados a ficar, porque, por uma razão ou por outra, perderam o seu lugar em suas antigas comunidades.

## A formação de uma megacidade

Uma das maiores povoações urbanas da história hoje está se formando na Ásia, em uma área de 50 mil quilômetros quadrados, que se estende de Hong Kong à China continental, o Pearl River Delta e Macau (veja a Figura 18.3). Embora a região ainda não tenha um nome formal nem uma estrutura administrativa, até 1995 sua população já abrangia os 50 milhões de pessoas. De acordo com Manuel Castells, ela está prestes a se tornar um dos centros industriais, empresariais e culturais mais significativos do século.

Castells aponta diversos fatores correlacionados que ajudam a explicar o surgimento dessa enorme conurbação. Em primeiro lugar, a China está passando por uma transfor-

mação econômica, e Hong Kong é um dos mais importantes "pontos nodais" que ligam a China à economia global. Outro fator está no crescimento do papel de Hong Kong como centro empresarial e financeiro global à medida que a base econômica se afasta da manufatura em direção aos serviços. Por fim, entre meados dos anos de 1980 e 1990, os industrialistas de Hong Kong deram início a um impressionante processo de industrialização dentro do Pearl River Delta. Mais de 6 milhões de pessoas estão empregadas em 20 mil fábricas e 10 mil empresas. O resultado desses processos sobrepostos tem sido uma "explosão urbana sem precedentes" (Castells, 1996).



Os desafios da urbanização no mundo em desenvolvimento

### Implicações econômicas

À medida que um volume crescente de trabalhadores rurais e não-profissionalizados migra para os centros urbanos, a economia formal, muitas vezes, luta para absorver esse influxo dentro da mão-de-obra. Na maioria das cidades do mundo em de-

seenvolvimento, é por meio da *economia informal* que as pessoas que não conseguem encontrar um trabalho formal podem pagar suas contas. Do trabalho ocasional na manufatura e na construção às atividades comerciais de pequena escala, o setor informal desregulamentado oferece oportunidades de ganhos para trabalhadores pobres e não-profissionalizados.

A importância das oportunidades econômicas informais está em auxiliar na sobrevivência de milhares de famílias que vivem em condições urbanas, mas essa informalidade também

revela aspectos problemáticos. A economia informal não paga impostos e não é regulamentada. Também é menos produtiva do que a economia formal. Países que concentram a atividade econômica nesse setor deixam de arrecadar em impostos uma receita muito necessária. O baixo nível de produtividade também prejudica a economia de modo geral – a proporção do PIB gerada pela atividade econômica informal é bem menor do que o percentual da população envolvida no setor.

As estimativas da OCDE são de que, até 2025, serão necessários um bilhão de novos empregos para sustentar o crescimento populacional estimado nas cidades do mundo em desenvolvimento. É pouco provável que todos esses empregos sejam criados dentro da economia formal. Alguns analistas de desenvolvimento defendem a necessidade de uma atenção à formalização ou à regulamentação da grande economia informal, a qual provavelmente aglomerará grande parte do “excesso” de mão-de obra nos próximos anos.

### *Os desafios em termos ambientais*

As áreas urbanas dos países em desenvolvimento, em sua rápida expansão, apresentam diferenças impressionantes em relação às cidades do mundo industrializado. Ainda que, no mundo inteiro, as cidades enfrentem problemas ambientais, os riscos são particularmente graves nos países em desenvolvimento. A poluição, a falta de moradias, o saneamento inadequado e a precariedade no sistema de abastecimento de água são problemas crônicos para as cidades nos países menos desenvolvidos.

A habitação é um dos problemas mais críticos de muitas áreas urbanas. Cidades como Calcutá e São Paulo estão extremamente congestionadas; o índice de migração interna é alto demais para o oferecimento de moradias permanentes. Os migrantes apinham-se em zonas de possíeis que se multiplicam na periferia das cidades. Nas áreas urbanas do Ocidente, é mais comum os recém-chegados instalarem-se próximo aos pontos centrais da cidade, mas, nos países em desenvolvimento, tende a acontecer o inverso – os migrantes povoam a chamada “margem séptica” das áreas urbanas. Barracos feitos com juta ou folhas de papelão são erguidos nas periferias das cidades, em qualquer espaço que houver.

Em São Paulo, no ano de 1996, as estimativas foram de um déficit habitacional de 5,4 milhões de lares habitáveis. Alguns estudiosos avaliam que essa falta de moradias chegue a 20 milhões, se a definição de “moradia habitável” for interpretada com maior rigor. Desde a década de 1980, esse déficit crônico da habitação em São Paulo gerou uma onda de “ocupações” não oficiais de prédios vazios. Grupos de famílias sem-teto dão início a “invasões em massa” de hotéis abandonados, escritórios e prédios do governo. Muitas famílias acreditam que é melhor dividir o espaço limitado de uma cozinha e um banheiro com centenas de outras pessoas do que viver nas ruas ou nas favelas da periferia.

Nos países menos desenvolvidos, os governos municipais e regionais sobrecarregam-se para acompanhar a demanda interminável de moradias. Em cidades como São Paulo, há divergências entre as autoridades habitacionais e os governos locais quanto à forma de lidar com o problema habitacional. Alguns

afirmam que o caminho mais plausível é o da melhoria das condições dentro das favelas – o fornecimento de energia elétrica e água corrente, a pavimentação das ruas e a determinação de endereços postais. Outros têm a falta de condições de habitação dessas cidades de barracos improvisados e acreditam que elas devam ser demolidas para dar lugar a moradias adequadas para as famílias pobres.

O congestionamento e o desenvolvimento excessivo dos centros das cidades levam a sérios problemas ambientais em muitas áreas urbanas. A Cidade do México é um excelente exemplo disso. Noventa e quatro por cento da Cidade do México abrange áreas construídas, e apenas 6% da terra é de espaços abertos. O nível de “espaços verdes” – parques e faixas abertas de vegetação – está bem abaixo do encontrado, mesmo nas cidades norte-americanas e europeias mais densamente povoadas. A poluição é um grande problema, oriunda principalmente dos carros, dos ônibus e dos caminhões, que enchem as estradas inadequadas da cidade, e também de poluentes industriais. As estimativas são de que viver na Cidade do México equivale a fumar 40 cigarros por dia. Em março de 1992, a população atingiu seu mais alto nível da história. Considerando que um nível de ozônio um pouco abaixo de 100 pontos seria “satisfatório” para a saúde, o nível subiu naquele mês para 398 pontos. O governo teve que ordenar o fechamento temporário das fábricas, as escolas não funcionaram e 40% dos carros foram proibidos de circular nas ruas em qualquer dia.

### *Efeitos sociais*

No mundo em desenvolvimento, muitas áreas urbanas apresentam um quadro de superlotação e de escassez de recursos. A pobreza estende-se por toda a parte e os serviços sociais existentes não conseguem atender as demandas de saúde, aconselhamento para o planejamento familiar, educação e treinamento. O desequilíbrio etário nos países em desenvolvimento soma-se às dificuldades sociais e econômicas. Se compararmos esses países com os industrializados, veremos que neles há uma proporção bem maior da população com idade inferior a 15 anos. Uma população jovem necessita auxílio e educação, e, durante essa época, seus membros não seriam economicamente produtivos. Mas muitos países em desenvolvimento não dispõem de recursos para oferecer uma educação universal. Quando nascem em famílias pobres, muitas crianças são obrigadas a trabalhar em turno integral, e outras precisam dar duro para sobreviver nas ruas, mendigando por qualquer coisa. Quando essas crianças chegam à maturidade, a maioria está desempregada, sem-teto, ou as duas coisas juntas.

### *O futuro da urbanização no mundo em desenvolvimento*

Ao considerarmos o alcance dos desafios que enfrentam as áreas urbanas nos países em desenvolvimento, pode ser difícil vislumbrar perspectivas de mudança e de evolução. Em muitas das maiores cidades do mundo, é provável que haja um declí-



O ambiente construído representa, em termos concretos e mais provisórios, a pobreza e a prosperidade que coexistem em cidades como o Rio de Janeiro.

nio ainda maior nas condições de vida nos próximos anos. Mas esse quadro não é completamente negativo.

Em primeiro lugar, mesmo que as taxas de natalidade continuem altas em muitos países, é provável que nos próximos anos elas sofram uma queda com o andamento da urbanização, o que, por sua vez, se traduzirá em uma diminuição gradual no índice da própria urbanização. Na África Ocidental, por exemplo, o índice de urbanização deve cair para 4,2% por ano até 2020, uma diminuição em relação ao índice de crescimento anual de 6,3% das três décadas anteriores.

Para mais informações a respeito desse tema, veja "O crescimento populacional no mundo em desenvolvimento", na p. 480, e "A transição demográfica", na p. 481.

Em segundo lugar, a globalização vem apresentando importantes oportunidades para as áreas urbanas nos países em desenvolvimento. Com a integração econômica, cidades do mundo inteiro conseguem entrar nos mercados internacionais, promoverem-se como locais de investimento e desenvolvimento e criar laços econômicos que atravessam as fronteiras dos estados-nações. A globalização representa uma das mais dinâmicas aberturas para que centros urbanos em crescimento se transformem em grandes forças de desenvolvimento econômico e de inovação. Na realidade, muitas cidades do mundo em desenvolvimento já estão entrando no grupo das "cidades globais" do mundo, conforme veremos em breve.

## As cidades e a globalização

Nos tempos pré-modernos, as cidades eram entidades fechadas que ficavam isoladas das áreas predominantemente rurais nas quais elas estavam situadas. Sistemas rodoviários, às vezes, ligavam os principais centros urbanos, mas a viagem era um negócio para mercadores, soldados e outros profissionais que precisassem cruzar distâncias com certa regularidade. A comunicação entre as cidades era limitada. A situação do início do século XXI não poderia ser mais diferente. A globalização teve um efeito profundo sobre as cidades, tornando-as mais interdependentes e estimulando a proliferação de ligações horizontais entre as cidades que atravessavam as fronteiras nacionais. Conexões físicas e virtuais entre as cidades são agora abundantes e surgem as redes globais de cidades.

Segundo algumas previsões, a globalização e a tecnologia das novas comunicações podem levar à extinção das cidades como hoje as conhecemos. Isso ocorre porque muitas das funções tradicionais das cidades agora podem ser executadas no ciberespaço em vez de em áreas urbanas densas e congestionadas. Por exemplo: os mercados financeiros tornaram-se eletrônicos; por meio do comércio eletrônico, produtores e consumidores passam a depender menos dos centros das cidades; e o "teletrabalho" permite que um número cada vez maior de empregados trabalhe em casa, e não em um prédio de escritórios.

Porém, até agora, essas previsões não se confirmaram. Em vez de enfraquecer as cidades, a globalização está transformando-as em centros vitais dentro da economia global. Os centros urbanos tornaram-se decisivos na coordenação dos fluxos de informação, no gerenciamento das atividades empresariais e na inovação de novos serviços e tecnologias. Há uma *dispersão* e uma *concentração* simultâneas de atividade e de poder dentro de uma série de cidades do mundo inteiro (Castells, 1996).

### As cidades globais

O papel das cidades na nova ordem global tem atraído uma enorme atenção dos sociólogos. Normalmente, a globalização é imaginada em termos de uma dualidade entre o nível nacional e o global, porém são as maiores *cidades* do mundo que compreendem os principais circuitos por meio dos quais a globalização acontece (Sassen, 1998). O funcionamento da nova economia global depende de um conjunto de localizações centrais que contem com infra-estruturas informacionais desenvolvidas e uma "hiperconcentração" de instalações. Esses são pontos de execução e de direção do "trabalho" da globalização. À medida que os negócios, a produção, a publicidade e o marketing assumem uma escala global, há um volume enorme de atividade organizacional que precisa ser feito para que se mantenham e se desenvolvam essas redes globais.

Saskia Sassen é uma das principais colaboradoras na discussão sobre as cidades e a globalização. Ela utiliza o termo *cidade global* em referência aos centros urbanos que abrigam as sedes das grandes corporações transnacionais e uma superabundância de serviços financeiros, tecnológicos e de consultoria. Em *The Global City* (1991), Sassen baseia seu trabalho no estudo de três cidades desse tipo: Nova York, Londres e Tóquio. O desenvolvimento contemporâneo da economia mundial, afirma ela, criou um papel estratégico para as principais cidades. Há muito tempo que a maioria dessas cidades são centros de comércio internacional, mas agora elas possuem quatro novas características específicas:

1. Elas evoluíram para a condição de "postos de comando" – centros de direção e de elaboração de políticas – para a economia global.
2. Essas cidades são pontos-chave para empresas financeiras e de serviços especializados, que adquiriram uma importância maior para influenciar o desenvolvimento econômico do que a manufatura.
3. São locais de produção e de inovação nessas indústrias de expansão recente.
4. Essas cidades constituem mercados para os indivíduos comprarem, venderem ou, por outro lado, se desfazerem dos "produtos" das indústrias financeiras e de serviços.

As cidades de Nova York, Londres e Tóquio têm histórias bastante diferentes, entretanto, podemos reconhecer mudanças comparáveis em sua natureza ao longo das últimas duas ou três décadas. Dentro dessa atual economia mundial altamente dis-

persa, cidades como essas sustentam o controle central de operações cruciais. As cidades globais são muito mais do que meros locais de coordenação, contudo; são também contextos de produção. Neste caso, o importante não é a produção de bens materiais, mas a produção dos serviços especializados exigidos pelas organizações empresariais para a administração de escritórios e fábricas espalhados pelo mundo e a produção de mercados e inovações financeiras. Os serviços e os bens financeiros são as "coisas" que a cidade global produz.

As áreas de comércio centrais das cidades globais oferecem uma concentração de espaços dentro dos quais agrupamentos inteiros de "produtores" podem trabalhar interagindo de perto, muitas vezes estabelecendo contatos pessoais entre si. Na cidade global, as empresas locais misturam-se com as organizações nacionais e multinacionais, incluindo uma multiplicidade de empresas estrangeiras. Assim, 350 bancos estrangeiros possuem escritórios na Cidade de Nova York, além de 2.500 outras corporações financeiras estrangeiras; a cada quatro bancários na cidade, um trabalha para um banco estrangeiro. As cidades globais competem entre si, mas também constituem um sistema interdependente, parcialmente separado das nações em que estão situadas.

Outros autores baseiam-se no trabalho de Sassen e observam que, com o progresso da globalização, é cada vez maior o número de cidades que se juntam a Nova York, Londres e Tóquio na categoria de "cidade global". Castells descreve a criação de uma disposição hierárquica em fileiras, envolvendo as cidades do mundo, na qual lugares como Hong Kong, Cingapura, Chicago, Frankfurt, Los Angeles, Milão, Zurique e Osaka servem como grandes centros globais para serviços empresariais e financeiros. Abaixo dessas cidades, outros "centros regionais" estão se desenvolvendo como pontos nodais dentro da economia global. Cidades como Madri, São Paulo, Moscou, Seul, Jacarta e Buenos Aires estão se transformando em importantes centros de atividades dentro dos chamados "mercados emergentes".

### A cidade e a periferia

A globalização vem alterando a relação existente entre os grandes centros urbanos e as regiões nos quais eles estão localizados. Houve um tempo em que as cidades representavam a base das economias regionais. Elas encaixavam-se no perfil econômico do território à sua volta, refletindo-o – uma situação que, até certo ponto, ainda pode ser verificada: cidades de médio e pequeno portes, no norte da Itália, refletem a presença vizinha de uma indústria italiana da moda extremamente concentrada. São Francisco é uma cidade muito conhecida como centro de alta tecnologia em função de sua proximidade com o Vale do Silício. Entretanto, na nova economia global, a relação entre as cidades e as áreas afastadas está se transformando. As cidades não necessariamente se encontram no coração da economia regional. Antes disso, ao servirem para ligar pontos espalhados de produção, distribuição e finanças em torno do planeta, elas

estão, sim, cada vez mais afastadas das áreas que as cercam, as quais são praticamente periféricas a esses processos de crescimento econômico.

Um exemplo claro está na Cidade de Nova York, um centro urbano que avulta como um gigante sobre o Estado de Nova York. As relações entre a cidade e o Estado são, na melhor das hipóteses, frias, e, na pior, abertamente antagônicas. Os residentes do Estado afirmam que um volume desproporcional das receitas fiscais converge para a cidade e que os problemas enfrentados pela cidade de Nova York tendem a dominar a agenda política do Estado.

Moscou e algumas regiões afastadas da Rússia servem de exemplo para ilustrar a desarticulação entre uma cidade global emergente e todo o resto da nação. Para a vasta maioria dos russos que estão empobrecendo desde a queda do comunismo, a relativa prosperidade de Moscou – a única cidade verdadeiramente “global” da Rússia – é um motivo de indignação. Na última década, Moscou transformou-se na principal ligação da Rússia dentro da economia global; a imensa maioria dos novos investimentos no país tem se centralizado em Moscou, às custas das áreas mais afastadas. À medida que as ligações horizontais entre as cidades globais assumem uma importância maior, parece que diminui o significado relativo das ligações entre a cidade e a região.

### A desigualdade e a cidade global

A nova economia global é extremamente problemática em muitos sentidos. Nenhum aspecto pode revelar esse fato com maior clareza do que as novas dinâmicas da desigualdade que ficam evidentes dentro da cidade global. A justaposição entre os bairros comerciais centrais e as áreas urbanas empobrecidas de muitas cidades globais deveria ser vista como fenômeno correlacionado, como lembram Sassen e outros autores. Os “setores de crescimento” da nova economia – serviços financeiros, marketing, alta tecnologia – estão colhendo lucros bem maiores do que jamais renderam os setores econômicos tradicionais. Com a escalada contínua dos salários e das bonificações dos mais ricos, caem os ordenados dos indivíduos empregados em serviços de limpeza e de vigilância. Sassen sustenta a idéia de que o que estamos testemunhando é a “valorização” do trabalho que está na vanguarda da nova economia global e a “desvalorização” do trabalho que se desenrola atrás dos bastidores (1998).

As economias de mercado prevêem disparidades nas capacidades de gerar lucros, mas a magnitude das disparidades da nova economia global está produzindo um efeito negativo sobre muitos aspectos do mundo social, que vão desde a habitação até o mercado de trabalho. Aqueles que trabalham com finanças ou com serviços globais recebem salários elevados, e os locais onde moram transformam-se em áreas nobres. Ao mesmo tempo, perdem-se empregos ortodoxos na manufatura, e o próprio processo de enobrecimento cria uma ampla oferta de empregos mal remunerados – em restaurantes, hotéis e boutiques. Nas áreas que são submetidas a esse processo, há uma escassez de

moradias que possam ser adquiridas por valores razoáveis, obrigando à expansão dos bairros de baixa renda. Enquanto os bairros comerciais centrais recebem enormes influxos de investimento no setor imobiliário, de desenvolvimento e de telecomunicações, às áreas marginalizadas sobram poucos recursos.

Dentro das cidades globais, está se formando uma geografia da “centralidade e da marginalidade” – como revelou o estudo de Mitch Duncier no Greenwich Village de Nova York. Ao lado do resplendor da riqueza está a severidade da pobreza. No entanto, ainda que esses dois mundos coexistam lado a lado, é surpreendente como o contato que efetivamente ocorre entre eles pode ser mínimo. Como observou Mike Davis (1990, p. 232) em seu estudo sobre Los Angeles, “a cidade expressa um ‘endurecimento’ consciente contra os pobres”. Espaços públicos de livre acesso têm sido substituídos por áreas muradas, bairros que contam com sistemas de vigilância eletrônica e “fortalezas comerciais”. Nas palavras de Davis (1990, p. 226):

Para reduzir o contato com os intocáveis, a reconstrução urbana converteu as ruas, que um dia foram vitais para os pedestres, em vias de trânsito e transformou os parques públicos em recipientes temporários de sem-teto e miseráveis. A cidade norte-americana (...) vem sendo sistematicamente virada de dentro para fora – ou melhor, de fora para dentro. Os espaços valorizados das novas megaestruturas e super shopping centers concentram-se no centro, desnuda-se a fachada da rua, a atividade pública é dividida em compartimentos estritamente funcionais, e a circulação é internalizada em corredores vigiados pelo policiamento privado.

De acordo com Davis, a idéia é dificultar ao máximo a vida dos moradores mais pobres e marginalizados de Los Angeles. Os bancos das paradas de ônibus têm um formato cilíndrico para evitar que as pessoas durmam neles; o número de banheiros públicos é inferior aos que existem em qualquer outra cidade norte-americana; e sistemas regadores de plantas foram instalados em muitos parques para impedir os sem-teto de morarem nesses lugares. A polícia e os planejadores urbanos têm tentado conter a população sem-teto dentro de determinadas regiões da cidade, mas, ao periodicamente varrê-los e confiscar seus abrigos provisórios, o que eles efetivamente conseguiram foi criar uma população de “beduínos urbanos”.

### Governando as cidades em uma era global

Assim como a globalização, a urbanização é uma faca de dois gumes e também é contraditória. Os efeitos que produz sobre as cidades tanto podem ser criativos quanto destrutivos. Por um lado, prevê a concentração de pessoas, mercadorias, serviços e oportunidades. Mas, ao mesmo tempo, ela fragmenta e enfraquece a coesão entre os lugares, as tradições e as redes existentes. Junto com os novos potenciais criados pela centralização e pelo crescimento econômico, estão os perigosos efeitos da marginalização. Não apenas nos países em desenvolvimento, mas também nos industrializados, é grande o número de mora-

dores de cidades que trabalham à margem do domínio do emprego formal, do controle da lei e da cultura municipal (Borja e Castells, 1997).

### Administrando o nível global

Apesar de a globalização estar agravando muitos dos desafios enfrentados por cidades do mundo inteiro, ela também está dando espaço para que as cidades e os governos locais exerçam um papel político revitalizado. As cidades passaram a ganhar uma importância maior do que jamais tiveram à medida que os estados-nações têm cada vez menos condições de administrar as tendências globais. Questões como o risco ecológico e os mercados financeiros voláteis estão atuando em níveis que estão muito acima do Estado-nação; individualmente, os países – mesmo os mais poderosos – são “pequenos” demais para agir contra essas forças. Todavia, os estados-nações também continuam “grandes” demais para lidar adequadamente com a abundante diversidade de necessidades encontrada dentro das áreas urbanas cosmopolitas. Onde o Estado-nação não consegue agir com eficácia, os governos local e municipal podem representar formas mais “ágeis para administrar o nível global” (Borja e Castells, 1997).

Vea também o avanço dos movimentos sociais em reação à “Mudança política e social”, na p. 356.

Jordi Borja e Manuel Castells defendem a existência de três domínios principais nos quais as autoridades locais podem agir com eficácia para administrar as forças globais (1997). Em primeiro lugar, as cidades podem contribuir para a *produtividade e a competitividade econômicas* administrando o “hábitat” local – as condições e os recursos que formam a base social para a produtividade econômica. A competitividade econômica na nova economia depende de uma mão-de-obra produtiva qualificada; para ser produtiva, essa mão-de-obra precisa oferecer um sistema educacional forte aos seus filhos, um bom transporte público, moradias adequadas e com preços razoáveis, habilidade no cumprimento da lei, serviços de emergência eficazes e recursos culturais instigantes.

Em segundo lugar, as cidades desempenham um papel importante assegurando a *integração sociocultural* dentro de uma diversidade de populações multiétnicas. As cidades globais reúnem indivíduos de dezenas de países, de meios religiosos e lingüísticos variados e de diferentes níveis socioeconômicos. Se a esse pluralismo intenso encontrado dentro das cidades cosmopolitas não se opuserem as forças de integração, o resultado pode ser a fragmentação e a intolerância. Especialmente nos casos em que a eficácia dos estados-nações em promover a coesão social estiver comprometida por razões históricas, lingüísticas ou outras, as cidades, individualmente, podem ser forças positivas para a *integração social*.

Em terceiro lugar, as cidades são foros importantes para a *representação política e a administração*. As autoridades locais possuem duas vantagens inerentes sobre o Estado-nação na administração das questões globais: elas gozam de uma legitimidade maior em relação àqueles que representam e possuem mais flexibilidade e espaço de manobra do que as estruturas nacionais. Como vimos no Capítulo 14 (“Governo e Política”, p. 341), muitos cidadãos sentem que os sistemas políticos nacionais não representam adequadamente seus interesses e suas preocupações. Nos casos em que o Estado-nação está muito longe de representar interesses culturais ou regionais específicos, a cidade e as autoridades locais são foros mais acessíveis para a atividade política.

### As cidades enquanto agentes políticos, econômicos e sociais

As trajetórias de diversas organizações, instituições e grupos cruzam-se dentro das cidades. Negócios internos e internacionais, investidores em potencial, organismos do governo, associações municipais, grupos profissionais, sindicatos e outros reúnem-se e estabelecem ligações nas áreas urbanas. Essas ligações podem evoluir para ações coletivas e conjuntas nas quais as cidades atuam como agentes sociais nas esferas política, econômica, cultural e da mídia.

Nos últimos anos, cresceram os exemplos de cidades que agem como atores econômicos. Na Europa, desde a recessão dos anos de 1970, as cidades passaram a se unir para promover investimentos e gerar novas formas de emprego. O movimento das eurocidades, que agora abrange as 50 maiores cidades da Europa, formou-se em 1989. Cidades asiáticas como Seul, Cingapura e Bangcoc têm sido particularmente eficazes enquanto atores econômicos, reconhecendo a importância da rapidez das informações sobre os mercados internacionais e a necessidade de estruturas produtivas e comerciais flexíveis.

Algumas cidades elaboram planos estratégicos de médio e de longo prazos para lidarem com os desafios complexos que estão à sua frente. Nesses planos, as autoridades do governo local, os grupos municipais e os agentes econômicos privados podem trabalhar em conjunto para renovar a infra-estrutura urbana, organizar um evento de classe mundial ou deslocar a base empregatícia dos empreendimentos industriais para outros que sejam baseados no conhecimento. Birmingham, Amsterdã, Lyon, Lisboa, Glasgow e Barcelona são exemplos de cidades europeias que executaram projetos de renovação urbana de sucesso com a ajuda de planos estratégicos.

Vale a pena destacar o caso especial de Barcelona. Lançado em 1988, o *Barcelona 2000 Economic and Social Strategic Plan* (Plano Estratégico Social e Econômico Barcelona 2000) reuniu organizações públicas e privadas sob uma visão comum e um plano de ação para transformar a cidade. O governo municipal de Barcelona e dez outros organismos (entre eles, a câmara de comércio, a universidade, a autoridade portuária da ci-

dade e sindicatos) estão supervisionando a implementação dos três objetivos principais do plano: ligar Barcelona a uma rede de cidades européias através da melhoria das comunicações e da infra-estrutura de transportes; melhorar a qualidade de vida dos habitantes de Barcelona; e tornar mais competitivos o setor industrial e de serviços, ao mesmo tempo que se promovem novos setores econômicos promissores.

Uma das bases do Plano Barcelona 2000 foi construída em 1992, na ocasião em que a cidade sediou os Jogos Olímpicos. A realização das Olimpíadas possibilitou a "internacionalização" de Barcelona; as qualidades e as imagens da cidade foram exibidas para todo o mundo. No caso de Barcelona, organizar um evento de classe mundial foi crucial sob dois aspectos: realçou o perfil da cidade aos olhos do mundo e gerou novo ânimo dentro da cidade para a conclusão do processo de transformação urbana (Borja e Castells, 1997).

### O papel dos prefeitos

À medida que as cidades assumem nova importância no sistema global, o papel de seus prefeitos também sofre alterações. Os prefeitos das grandes cidades têm o poder de oferecer um tipo de liderança personalizada que pode ser crucial para promover agendas urbanas e erigir um perfil internacional da cidade. Em diversos casos de projeção nos quais as cidades obtiveram êxito na transformação de sua imagem, o papel do prefeito foi decisivo. Os prefeitos de Lisboa e de Barcelona, por exemplo, estavam concentrando seus esforços em elevar a classificação de suas cidades para a categoria dos principais centros urbanos mundiais. Da mesma forma, prefeitos de cidades menores podem exercer um papel crucial fazendo com que a cidade seja conhecida internacionalmente e atraindo novos investimentos econômicos.

Na Grã-Bretanha, a importância cada vez maior dos prefeitos das cidades não passa despercebida. Após sua chegada ao poder, em 1997, o Novo Governo Trabalhista anunciou sua intenção de transferir a autoridade sobre as questões de Londres para um prefeito eleito. Desde a extinção do *Greater London Council* (Conselho da Grande Londres) por Margaret Thatcher, a cidade deixou de ter sua própria administração local. Como parte do sistema de transferência do poder às autoridades regionais do RU, o governo reconheceu que as necessidades específicas da capital da Inglaterra seriam mais bem administradas por meio de um sistema prefeitural.

Nos Estados Unidos, os prefeitos das cidades tornaram-se uma poderosa força econômica e política nos últimos anos. Os prefeitos das cidades norte-americanas sempre foram obrigados a trabalharem dentro dos parâmetros financeiros e políticos determinados pelo governo federal em Washington. Em vez de serem os pioneiros de novas políticas em suas próprias cidades, os prefeitos geralmente lutavam para proteger os programas federais e faziam *lobby* com grupos de interesse envolvidos nas questões urbanas. Porém, à medida que o alcance dos problemas urbanos foi ficando cada vez mais intenso sob

a liderança conservadora dos presidentes Reagan e Bush, os prefeitos das cidades começaram a se unir com a finalidade de chamar atenção para as necessidades específicas das grandes cidades. A Conferência dos Prefeitos reúne prefeitos das maiores cidades do país para promover questões como a aplicação das leis e a necessidade de parcerias entre as empresas e o governo local.

Prefeitos como Richard Daly, de Chicago, e Dennis Archer, de Detroit, lançaram individualmente reformas educacionais ambiciosas a fim de melhorar a qualidade das escolas municipais e evitar mais uma "fuga para os subúrbios". O prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, provocou uma avalanche de controvérsias – mas o respeito relutante de muitos – ao implementar políticas duras de "lei e ordem" que visavam à diminuição dos índices de criminalidade. O índice de crimes violentos em Nova York apresentou uma queda impressionante durante a década de 1990; políticas rigorosas de "qualidade de vida" destinadas à população sem-teto transformaram a face das movimentadas ruas de Nova York. Com a elevação da violência provocada pelo uso de armas nas cidades norte-americanas, mais de 20 prefeitos deixaram de confiar nas tentativas do governo federal de aprovar uma legislação de controle às armas e entraram com ações judiciais contra os fabricantes de armas em nome de suas cidades.

Nos EUA e em outros países, os prefeitos estão gozando de uma influência cada vez maior como porta-vozes de suas cidades e regiões. Os prefeitos das cidades, muitas vezes, conseguem definir a agenda política de áreas que se encontram fora dos limites de suas cidades, estabelecendo acordos com as comunidades da área metropolitana geral. Esses tipos de parceria podem ser utilizados na atração de investimentos estrangeiros, por exemplo, ou nas ofertas para sediar um evento de classe mundial.

### Conclusão: as cidades e a governança global

A cooperação entre as cidades não se restringe ao nível regional. Cada vez mais, se reconhece que as cidades podem e devem exercer um papel significativo na hora de lidar com questões internacionais de ordem política, econômica e social. Redes informais e formais de cidades estão despontando à medida que as forças globalizantes promovem uma aproximação maior entre regiões díspares do mundo. Os problemas enfrentados pelas maiores cidades do mundo não são problemas isolados; eles estão encaixados no contexto mais amplo de uma economia global, da migração internacional, dos novos padrões de comércio e do poder da tecnologia da informação.

Já observamos, em outro ponto, que as complexidades de nosso mundo em transformação estão exigindo novas formas de governança internacional democrática. As redes de cidades devem figurar com destaque entre esses novos mecanismos. Uma dessas estruturas já existe – uma *World Assembly of Cities*



and Local Authorities (Assembleia Mundial de Cidades e Autoridades Locais) é convocada paralelamente à conferência das Nações Unidas para a Habitação. Organismos como a Assembleia Mundial prometem possibilitar a integração gradual das organizações municipais em estruturas que atualmente são compostas por governos nacionais.

O envolvimento maior das cidades tem o potencial de democratizar as relações internacionais, podendo, também, torná-las mais eficientes. Como a população urbana mundial continua a crescer, haverá a necessidade de direcionar um número cada vez maior de políticas e de reformas para as populações que vivem nas áreas urbanas. Os governos municipais serão parceiros necessários e vitais nesses processos.

### Pontos Principais

1. Nas sociedades tradicionais, apenas uma pequena minoria da população vivia em áreas urbanas. Nos países industrializados de hoje, entre 60 e 90% dos indivíduos vivem nessas regiões. O urbanismo vem se desenvolvendo com muita rapidez também no mundo em desenvolvimento.
2. As primeiras abordagens da sociologia urbana foram dominadas pelo trabalho da Escola de Chicago. Os membros dessa Escola interpretavam os processos urbanos em termos dos modelos ecológicos obtidos a partir da biologia. Louis Wirth desenvolveu o conceito de urbanismo como modo de vida, sustentando a ideia de que a vida na cidade reproduz a impessoalidade e o distanciamento social — abordagens que têm sido contestadas sem serem totalmente descartadas. Os críticos enfatizam que a vida na cidade nem sempre é impessoal: nos bairros urbanos é possível estabelecer e manter laços íntimos e pessoais.
3. A obra mais recente de David Harvey e Manuel Castells relaciona os padrões de urbanismo à sociedade mais ampla, em vez de considerar os processos urbanos isoladamente. Os modos de vida que as pessoas desenvolvem nas cidades, assim como o traçado físico de diferentes bairros, expressam características gerais da evolução do capitalismo industrial.
4. A expansão dos subúrbios e das cidades-dormitórios contribuiu para o declínio das áreas urbanas. Os grupos mais ricos tendem a se mudar do centro das cidades para moradias de um ou dois andares em bairros mais homogêneos. Um ciclo de deterioração se desenrola, de modo que, quanto mais o subúrbio se expande, maiores são os problemas enfrentados por aqueles que moram nas áreas urbanas. A reciclagem urbana — incluindo a renovação de construções antigas para serem reaproveitadas — tornou-se comum em muitas cidades grandes.
5. Enormes processos de desenvolvimento urbano estão ocorrendo nos países em desenvolvimento. Nessas sociedades, as cidades diferenciam-se daquelas das sociedades ocidentais em seus aspectos principais, havendo nelas, muitas vezes, o predomínio de habitações ilegais provisórias, nas quais as condições de vida são extremamente precárias. A economia informal é um traço marcante em muitas cidades do mundo em desenvolvimento. Os governos geralmente não conseguem atender às demandas crescentes da população, no sentido de oferecer educação, saúde e planejamento familiar.
6. As cidades estão sendo fortemente influenciadas pela globalização. As cidades globais são centros urbanos, como Nova York, Londres e Hong Kong, que abrigam as sedes das grandes corporações e uma superabundância de serviços financeiros, tecnológicos e de consultoria. Uma série de cidades regionais, como Seul, Moscou e São Paulo, estão se desenvolvendo como pontos nodais essenciais da economia global.
7. À medida que as cidades ganham mais importância dentro da economia global, sua relação com as regiões afastadas sofre alterações. As cidades passam a se desligar da região ou da nação em que estão inseridas, e as ligações horizontais com outras cidades globais assumem uma importância maior. As cidades globais caracterizam-se por seus altos níveis de desigualdade. O esplendor da riqueza e a degradação da pobreza coexistem lado a lado, mas o contato entre esses dois mundos pode ser mínimo.
8. O papel das cidades enquanto agentes políticos e econômicos está crescendo. Os governos municipais estão em uma posição melhor de controlar os efeitos de algumas questões globais do que os governos nacionais. As cidades podem contribuir para a produtividade e a competitividade econômicas, promover a integração social e cultural e servir como foros de acesso para a atividade política. Algumas cidades elaboram planos estratégicos para promover seu perfil, sediando um evento de classe mundial, ou executando programas de renovação urbana e de desenvolvimento econômico. Os prefeitos estão assumindo o papel de forças políticas importantes para dar prosseguimento às agendas urbanas.
9. Com o progresso da globalização, é provável que se amplie o papel das cidades na abordagem de questões internacionais. Isso se deve ao fato de que muitos dos problemas enfrentados pelas grandes cidades estão vinculados a temas globais, como a integração econômica, a migração, o comércio, a saúde pública e a tecnologia da informação. Redes regionais e internacionais de cidades estão surgindo, e é possível que passem a se envolver mais ativamente em formas de governança global, que atualmente são compostas por estados-nações.

### Questões para Reflexão

1. Por que o Greenwich Village de Nova York desperta tudo o que o espaço urbano tem de melhor e de pior?
2. Qual a influência da Escola de Chicago sobre a nova maneira de pensar a vida urbana?
3. Por que os grupos entram em conflito por recursos nas cidades?
4. Por que as tentativas de renovação urbana no RU não tiveram um sucesso maior?
5. As "inegacidades" do Terceiro Mundo deveriam interromper seu processo de urbanização por causa das condições sociais opressivas por ele geradas?
6. Como se justifica esse novo entusiasmo pela eleição para prefeitos?

### Leitura Complementar

**John Caulfield e Linda Peake** (eds), *City Lives and City Forms: Critical Research and Canadian Urbanism* (Toronto: University of Toronto Press, 1996)

**James Donald**, *Imagining the Modern City* (London: Athlone, 1999)

**Nan Ellin**, *Postmodern Urbanism* (Oxford: Blackwell, 1995)

**Setha M. Low** (ed.), *Theorizing the City: The New Urban Anthropology Reader* (New Brunswick: Rutgers University Press, 1999)

**William J. Mackey, Janet Fredericks e Marcel A. Fredericks**, *Urbanism as Delinquency: Compromising the Agenda for Social Change* (Lanham: University Press of America, 1993)

**Peter Marcuse e Ronald van Kempen** (eds), *Globalizing Cities: A New Spatial Order?* (Oxford: Blackwell, 2000)

### Endereços na Internet

London Research Centre

[www.london-research.gov.uk/Lrcinf.htm](http://www.london-research.gov.uk/Lrcinf.htm)

OneWorld International Foundation - the city

[www.oneworld.org/guides/thecity](http://www.oneworld.org/guides/thecity)

Sustainable architecture, building and culture

[www.sustainableabc.com](http://www.sustainableabc.com)

University of Leicester, Centre for Urban History

<http://www.le.ac.uk/urbanhist/index.html>

Urban Institute (Washington DC)

<http://www.urban.org>

# 19

## Crescimento Populacional e Crise Ecológica



<b>O crescimento da população mundial</b>	479	<b>Fontes de ameaça</b>	488
Análise populacional: demografia	480	A poluição e os resíduos	488
A dinâmica da variação populacional	480	O esgotamento dos recursos	491
O crescimento populacional no mundo em desenvolvimento	480	<b>Risco e meio ambiente</b>	494
A transição demográfica	481	O aquecimento global	495
Projeções do futuro crescimento populacional	484	Alimentos geneticamente modificados	499
<b>O impacto humano sobre o mundo natural</b>	485	<b>Cuidando do futuro</b>	503
As preocupações em relação ao meio ambiente: há limites para o crescimento?	485	<b>Meio ambiente: um tema para a sociologia?</b>	504
O desenvolvimento sustentável	486	Pontos principais	504
O consumo, a pobreza e o meio ambiente	487	Questões para reflexão	505
		Leitura complementar	506
		Endereços na internet	506

## 19: Crescimento Populacional e Crise Ecológica

**A** julgar pelos padrões atuais do mundo industrializado, as taxas de natalidade das sociedades pré-modernas eram muito elevadas. Entretanto, até o século XVIII, o crescimento populacional permaneceu bastante baixo, pois havia quase um equilíbrio total entre o número de nascimentos e o de mortes. A tendência geral dos números era ascendente, havendo alguns períodos marcados por um maior aumento populacional, que, no entanto, eram seguidos por uma elevação nas taxas de mortalidade. As pestes e as epidemias, por exemplo, podiam levar uma infinidade de vidas em um único ano. Na Europa Medieval, quando as colheitas eram escassas, os casamentos eram adiados e o número de concepções diminuía – enquanto que o de mortes aumentava. Essas tendências complementares reduziam o número de bocas a serem alimentadas. O crescimento populacional no mundo pré-moderno era determinado por uma espécie de ritmo auto-regulador.

Durante o avanço do industrialismo, muitas pessoas aguardavam ansiosas a chegada de uma nova era na qual a escassez fosse um fenômeno do passado. Todos imaginavam que o desenvolvimento da indústria moderna geraria uma nova era de abundância, na qual haveria uma elevação nos padrões de vida. Em sua famosa obra de 1798, *Essay on the Principle of Population* (Ensaio sobre o Princípio da População), Thomas Malthus criticou essas idéias, dando início a um debate sobre a relação entre a população e os recursos alimentícios, o qual se estende até os dias de hoje (Malthus, 1976). Na época em que Malthus escreveu seu livro, a população da Europa crescia rapidamente. Ele chamou atenção para o fato de que, enquanto o aumento populacional é exponencial, o suprimento de alimentos depende de recursos fixos que só podem ser ampliados através da destinação de novas terras para o cultivo. Assim, o crescimento populacional tende a ultrapassar os meios de subsistência disponíveis. O resultado inevitável é a escassez, que, combinada com a influência da guerra e das pestes, age como um limite natural para o aumento da população. Segundo a previsão de Malthus, os seres humanos viveriam sempre em circunstâncias de miséria e fome, a menos que adotassem uma medida que ele chamou de “restrição moral”. Para ele, a cura para o crescimento populacional excessivo estaria em uma limitação rigorosa da frequência das relações sexuais.

Por algum tempo, o **malthusianismo** foi ignorado, pois o desenvolvimento populacional dos países do Ocidente seguiu um padrão bastante diferente do que ele havia previsto. Nos séculos XIX e XX, houve uma diminuição nos índices de crescimento populacional dessas regiões. Na verdade, na década de 1930, muitos países industrializados viveram um clima de grande inquietação diante do declínio populacional. Entretanto, a explosão populacional do século XX garantiu novamente algum crédito às idéias de Malthus, mesmo que poucas pessoas

concordem com sua versão original. A expansão populacional nos países menos desenvolvidos parece estar ultrapassando os recursos que esses países conseguem gerar para alimentar todos os seus cidadãos. Projeções de longo alcance feitas pelas Nações Unidas sugerem que, até o final do século XXI, a população mundial chegará a 10 bilhões de pessoas. A maior parte desse crescimento ocorrerá no mundo em desenvolvimento.

Os temores de que o crescimento populacional venha acompanhado da escassez e da fome não são injustificados. Uma disparada no nível populacional exigiria demais do ambiente natural e da infra-estrutura física de muitas regiões. O avanço em direção ao desenvolvimento econômico e a elevação dos padrões de vida nos países em desenvolvimento poderiam ser bastante prejudicados pelas demandas de uma população em crescimento.

Todavia, o crescimento populacional é apenas um dos fatores que influenciam os problemas da escassez em muitas regiões. Os padrões de consumo global e as atitudes em relação ao ambiente natural produzem um efeito enorme sobre a disponibilidade de recursos em nível mundial. Como vimos ao longo deste livro, as sociedades de nosso planeta passaram a ser muito mais interdependentes do que jamais o foram. Como viajantes desta “espaçonave Terra”, onde quer que estejamos seremos todos afetados por mudanças que trazem conseqüências ao mundo natural. Neste capítulo, examinaremos as inter-relações existentes entre o crescimento populacional, o consumo humano e a utilização dos recursos ambientais. Se as tendências atuais permanecerem sem controle, haverá sérios riscos para o futuro bem-estar das sociedades humanas em todos os lugares. Para nós, o mais importante é que consigamos reagir da maneira mais rápida e criativa a esses desafios.

### O crescimento da população mundial

Ao longo dos anos, assistimos a dezenas de prognósticos a respeito das conseqüências potencialmente cataclísmicas do crescimento populacional constante. Nos anos de 1960, chegou-se a estimar que, se os índices de crescimento populacional continuassem sem controle, dentro de 900 anos haveria 60 quatrilhões de pessoas sobre a face da Terra! Ou seja, cerca de cem pessoas a cada metro quadrado da superfície terrestre, incluindo a terra e a água. Não há dúvidas de que esse quadro não passava de uma ficção aterrorizante destinada a concentrar a atenção sobre a importância premente do crescimento populacional. Mas as preocupações que despertou são bastante reais, como veremos.

Levou 10 mil anos para que a população mundial chegasse a 1 bilhão de pessoas. E apenas um século – de 1800 a 1900 –

para que seu número dobrasse para 2 bilhões. No século XX, vimos esse número triplicar para aproximadamente 6 bilhões. Portanto, não é de se surpreender que haja tantas pessoas preocupadas com o que o século XXI nos reserva. Mantendo-se o padrão atual, a população mundial talvez chegue a níveis intoleráveis daqui a 40 ou 50 anos. Como as sociedades humanas conseguirão lidar com essas mudanças? E de que forma o planeta será afetado?

### Análise populacional: demografia

O estudo da população chama-se **demografia**. O termo foi inventado há cerca de um século e meio, numa época em que as nações começavam a registrar estatísticas oficiais sobre a natureza e a distribuição de suas populações. A demografia ocupa-se em medir o tamanho das populações e explicar seu aumento ou sua diminuição. Os padrões populacionais são determinados por três fatores: nascimentos, mortes e migrações. Costuma-se tratar a demografia como um ramo da sociologia, pois os fatores que influenciam o nível de nascimentos e de mortes em um grupo ou uma sociedade, assim como as migrações populacionais, são sobretudo sociais e culturais.

Grande parte do trabalho demográfico geralmente é estatística. Atualmente, todos os países industrializados reúnem e analisam dados estatísticos básicos sobre suas populações por meio da realização de censos (levantamentos sistemáticos projetados para descobrir informações a respeito da população de determinado país). Embora hoje em dia se utilizem modos rigorosos de coleta de dados, a estatística demográfica não é inteiramente precisa nem mesmo nessas nações. No Reino Unido, é feito um censo populacional abrangente a cada dez anos, e estudos de amostragem são administrados regularmente. Entretanto, por diversas razões, muitas pessoas deixam de ser registradas na estatística populacional oficial, incluindo imigrantes ilegais, pessoas sem teto, indivíduos que estejam vivendo temporariamente na região e outros que, por um motivo ou por outro, escaparam do registro.

Em muitos países menos desenvolvidos, especialmente naqueles que recentemente passaram a apresentar altos índices de crescimento populacional, os dados da estatística demográfica são muito menos confiáveis. Por exemplo, alguns demógrafos estimam que o registro de nascimentos e de mortes na Índia possa representar apenas cerca de três quartos dos totais efetivos (Cox, 1976). A precisão das estatísticas oficiais é ainda menor em algumas regiões do centro da África.

### A dinâmica da variação populacional

Os índices de crescimento ou de redução populacional são medidos subtraindo-se o número de mortes a cada mil habitantes, ao longo de determinado período, do número de nascimentos a cada mil habitantes — um cálculo que, em geral, é feito anualmente. Alguns países europeus possuem índices de crescimento negativos — em outras palavras, suas populações estão dimi-

nuindo. Praticamente todos os países industrializados apresentam índices de crescimento inferiores a 0,5%. Na Europa e nos Estados Unidos, esses índices de crescimento populacional estiveram altos durante os séculos XVIII e XIX, mas, desde então, mantiveram-se estáveis. Muitos países menos desenvolvidos de hoje revelam índices que estão entre 2 e 3% (veja a Figura 19.1), os quais podem não parecer, mas são totalmente diferentes daqueles encontrados nos países industrializados.

O motivo dessa diferença está no fato de o crescimento da população ser exponencial. Há um antigo mito persa que ajuda a ilustrar essa situação. Um cortesão pediu a um monarca que o recompensasse por cada um de seus serviços prestados dando-lhe o dobro da quantia de grãos de arroz do serviço anterior, começando com um único grão disposto sobre a primeira casa de um tabuleiro de xadrez. Imaginando que estivesse em uma situação bem confortável, o rei ordenou que os grãos fossem trazidos do depósito. Até a 21ª casa, o depósito estava vazio; a 40ª casa exigiu 10 bilhões de grãos de arroz (D. H. Meadows et al., 1974). Ou seja, se começarmos com um item, o duplicarmos, duplicarmos o resultado e assim por diante, logo estaremos diante de um número enorme: 1:2:4:8:16:128, etc. — após sete operações o número terá subido para 128%. São exatamente os mesmos princípios que se aplicam ao crescimento populacional. Podemos avaliar esse efeito por meio do **tempo de duplicação**, o espaço de tempo que leva para uma população duplicar. Um crescimento populacional de 1% fará com que os números sejam duplicados em 70 anos. Se o crescimento estiver em 2%, a população duplicará em 35 anos, ao passo que, em 3%, sua duplicação ocorrerá dentro de 23 anos.

### O crescimento populacional no mundo em desenvolvimento

Praticamente todos os países industrializados de hoje apresentam baixas taxas de natalidade e de mortalidade se comparados com as demais taxas registradas em sua história. Então, como explicar esse aumento dramático da população mundial? Na maioria dos países menos desenvolvidos, houve uma queda brusca na mortalidade graças à introdução relativamente rápida da medicina moderna e dos métodos de higiene. Mas as taxas de natalidade continuam sendo altas. Essa combinação produziu um tipo de estrutura etária, nos países menos desenvolvidos, completamente diferente daquele encontrado nos países industrializados. Na Cidade do México, por exemplo, 45% da população tem menos de 15 anos. Nos países industrializados, apenas cerca de um quarto da população pertence a esse grupo etário. O desequilíbrio da distribuição etária nos países em desenvolvimento aumenta ainda mais as dificuldades sociais e econômicas desses países. Em uma sociedade, as crianças consomem um alto nível de recursos em termos de saúde e de educação numa época em que elas mesmas ainda não são economicamente produtivas.

## Conceitos demográficos básicos

**Taxas brutas de natalidade** – Número de nascimentos de bebês vivos por ano a cada mil habitantes. As taxas brutas de natalidade são estatísticas bastante genéricas que são úteis para se traçar comparações gerais entre diferentes grupos, sociedades e regiões.

**Fertilidade** – Número de filhos nascidos vivos que uma mulher tem em média. Para a obtenção da taxa de fertilidade, geralmente se calcula a média de nascimentos a cada mil mulheres em idade fértil.

**Fecundidade** – O número potencial de filhos que as capacidades biológicas das mulheres permitem. Uma mulher normal tem condições físicas de ter um filho por ano durante a fase de sua vida em que ela está apta para a concepção. Ainda que existam famílias nas quais uma mulher dá luz a 20 filhos ou mais, as taxas de fertilidade na prática, são sem-

pre bem mais baixas do que as de fecundidade, porque há fatores sociais e culturais que limitam a reprodução.

**Taxas brutas de mortalidade** – O número de mortes anuais a cada mil habitantes. A taxa bruta de mortalidade também é denominada taxa de mortalidade.

**Mortalidade** – O número de mortes em uma população.

**Taxa de mortalidade infantil** – O número anual de bebês, a cada mil nascimentos, que morrem antes de completarem um ano.

**Expectativa de vida** – Número de anos que uma pessoa comum pode esperar viver. No último século, houve um aumento da expectativa de vida na maioria das sociedades.

**Longevidade** – Número máximo de anos de vida de um indivíduo.

Uma população que tenha números desproporcionais de jovens continuará a crescer mesmo que sua taxa de fertilidade sofra uma queda brusca. Aumentará o número de meninas que chegam à idade fértil, de forma que haverá o nascimento de um grande número de bebês, e, mesmo que o tamanho da família diminua, o nível populacional ficará acima do crescimento zero.

A fertilidade continua alta nas sociedades menos desenvolvidas, porque nelas se mantiveram as atitudes tradicionais em relação ao tamanho da família. Ter muitos filhos, muitas vezes, ainda é visto como uma vantagem, uma fonte de mão-de obra nas propriedades agrícolas familiares. Algumas religiões têm uma posição contrária ao controle da natalidade, ou ainda confirmam o desejo de uma família numerosa. A contracepção é reprovada pelos líderes islâmicos em diversos países e pela Igreja Católica, cuja influência é especialmente visível na América do Sul e na América Central. A motivação para a redução da fertilidade nem sempre se fez presente, nem mesmo por parte das autoridades políticas. Em 1974, os métodos contraceptivos foram proibidos na Argentina – uma medida que fazia parte de um programa destinado a duplicar a população do país o mais rápido possível, e que era visto como um meio de desenvolver sua força econômica e militar.

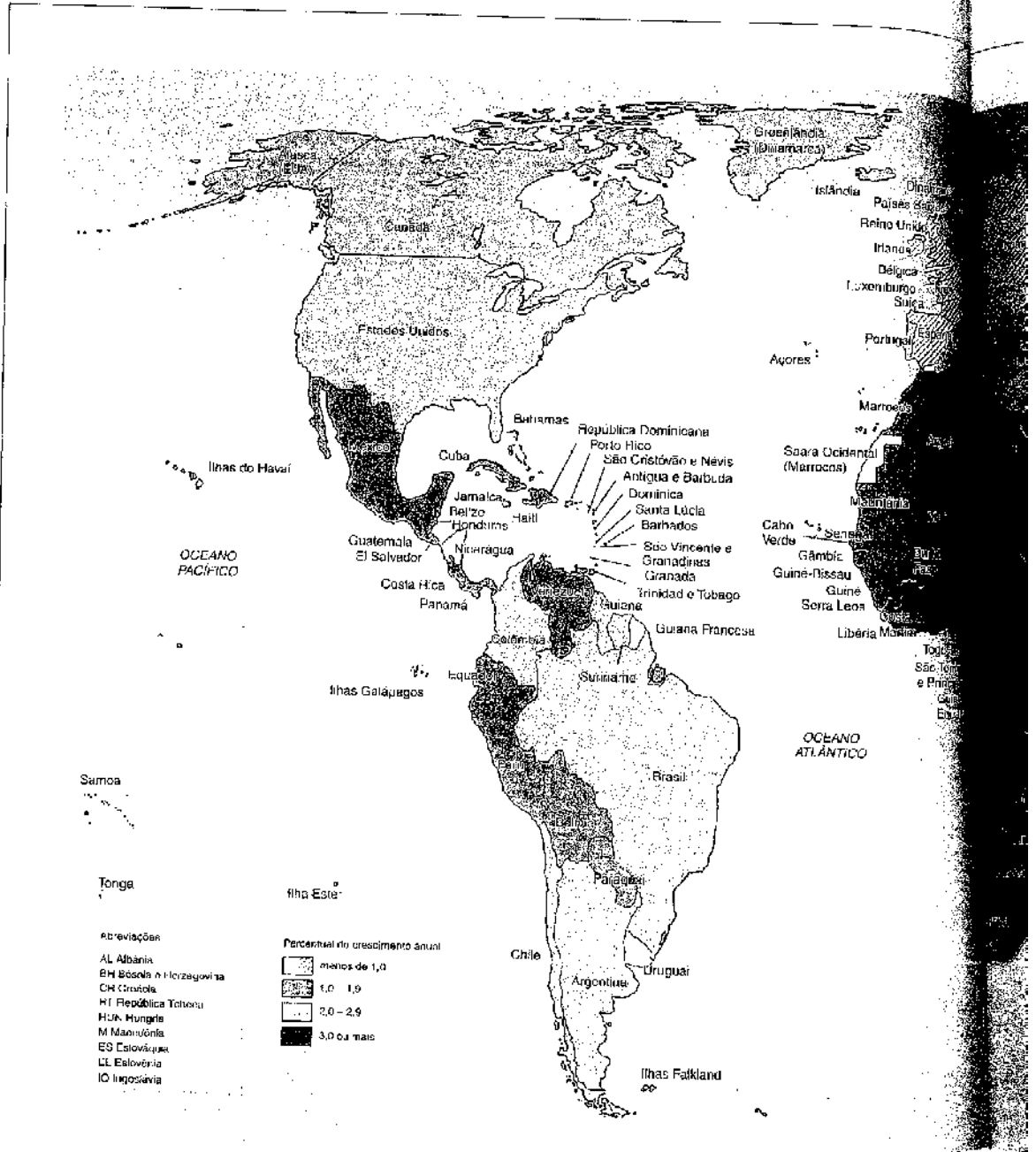
No entanto, alguns países menos desenvolvidos acabaram registrando um declínio nos níveis de fertilidade. É o caso da China, que atualmente conta com uma população de mais de 1,25 bilhão de pessoas – quase um quarto de toda a população mundial. O governo chinês estabeleceu um dos programas mais abrangentes de controle populacional já empreendidos por qualquer país, com o objetivo de estabilizar os números nacionais, mantendo-os bem próximos do nível atual. O governo instituiu incentivos (como habitações de melhor qualidade e educação e serviços de saúde gratuitos) para promover a com-

posição de famílias que tenham um único filho, enquanto famílias com mais de um filho enfrentam privações específicas (corte de salários para aqueles que têm um terceiro filho). Em resposta a esse programa do governo, algumas famílias chegaram ao extremo de matar suas filhas pequenas para ter um menino como filho único. Há indícios de que essas políticas severas contra a natalidade tenham produzido um enorme impacto sobre a população chinesa (Mirsky, 1982). Contudo, também há muita resistência dentro do país. As pessoas estão relutantes em considerar adequada a idéia de uma família com apenas um filho – isso também encontra um apoio apenas limitado fora da China: o programa exige um grau de controle centralizado do governo que é inaceitável ou inalcançável na maioria dos demais países em desenvolvimento.

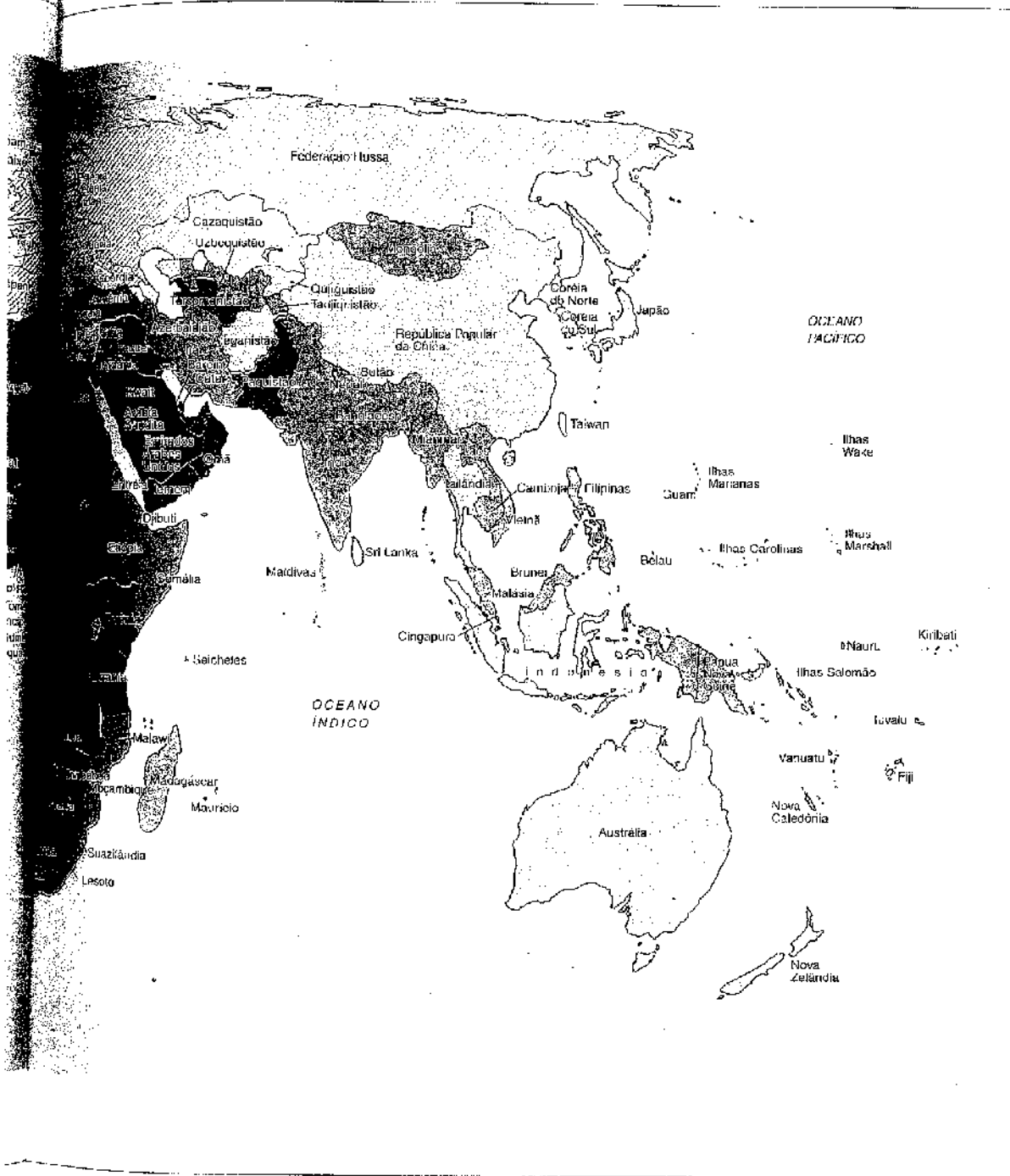
## A transição demográfica

A partir de século XIX, os demógrafos passaram a utilizar o termo **transição demográfica** para se referirem às variações na proporção dos nascimentos para as mortes nos países industrializados. O primeiro a desenvolver essa noção foi Warren S. Thompson, que descreveu um processo de três etapas, no qual um tipo de estabilidade populacional acabaria sendo substituído por outro assim que a sociedade atingisse um nível avançado de desenvolvimento econômico (1929).

A etapa um refere-se às condições que caracterizam a maioria das sociedades tradicionais, nas quais tanto as taxas de natalidade quanto as de mortalidade são altas, e a taxa de mortalidade infantil é particularmente elevada. Quando a população apresenta um crescimento, é pequeno, pois o grande número de nascimentos encontra-se mais ou menos em equilíbrio com o



**Figura 19.1** Crescimento Mundial populacional, 1980-1996.  
 Fonte: World Bank, 1998.







Pôsteres sobre o planejamento familiar no Vietnã mostram uma família grande e miserável, e outra pequena e satisfeita.

nível de mortes. A etapa dois, que iniciou na Europa e nos Estados Unidos na primeira parte do século XIX — com amplas variações regionais —, ocorre quanto há uma queda nas taxas de mortalidade, enquanto a fertilidade permanece alta. É, portanto, uma fase de crescimento populacional visível que, posteriormente, é substituída pela etapa três, na qual, com o desenvolvimento industrial, as taxas de natalidade caem a um nível que volta a colocar a população em certa estabilidade.

Não há um consenso entre os demógrafos em relação ao modo como essa seqüência de variações deveria ser interpretada, ou ao tempo provável de duração da terceira fase. Ao longo do século passado, a fertilidade nos países ocidentais não se manteve completamente estável; entre as nações industrializadas, e também entre classes ou regiões dentro delas, continuam existindo algumas diferenças consideráveis em termos de fertilidade. No entanto, geralmente se admite que essa seqüência descreve corretamente uma grande transformação no caráter demográfico das sociedades modernas.

Essa teoria da transição demográfica contrapõe-se diretamente às idéias de Malthus. Enquanto para Malthus a prosperidade crescente iria automaticamente provocar o aumento populacional, a tese da transição demográfica enfatiza a noção de que o desenvolvimento econômico, gerado pelo industria-

lismo, na verdade, conduz a um novo equilíbrio da estabilidade populacional.

### Projeções do futuro crescimento populacional

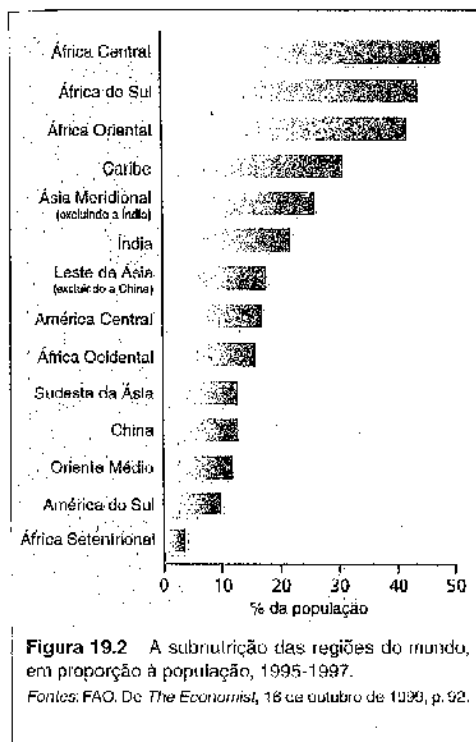
Há quem afirme que as mudanças demográficas que ocorrerão ao longo do próximo século serão as maiores da história da humanidade. É difícil prever com alguma precisão qual será o índice de crescimento da população mundial, mas as Nações Unidas têm diversas conjunturas de fertilidade. A conjuntura da "alta" fertilidade coloca a população mundial em mais de 25 bilhões de pessoas até o ano de 2150! A conjuntura da fertilidade "média", considerada a mais provável pelas Nações Unidas, supõe que os níveis de fertilidade irão se estabilizar a um número apenas um pouco superior a dois filhos por mulher, o que, em 2150, resultaria em uma população mundial de 10,8 bilhões de pessoas.

Esse aumento populacional global esconde duas tendências distintas. Em primeiro lugar, a maioria dos países em desenvolvimento passará pelo processo de transição demográfica descrito acima, o qual resultará em um aumento substancial e repentino da população, à medida que caem as taxas de mortalidade. A Índia e a China provavelmente verão suas populações chegarem a 1,5 bilhão de pessoas cada uma. Regiões da Ásia, da África e da América Latina também sentirão um crescimento acelerado antes da estabilidade populacional.

A segunda tendência envolve os países desenvolvidos que já sentiram a transição demográfica. Essas sociedades passarão por um crescimento populacional bastante leve ou por nenhum crescimento. Haverá, sim, um processo de envelhecimento no qual o número de jovens sofrerá um declínio em termos absolutos, e o segmento mais velho da população se ampliará visivelmente. Essa situação trará amplas implicações econômicas e sociais para os países desenvolvidos: aumentando a proporção de dependência (veja a p. 145), cresce a pressão sobre os serviços sociais e os de saúde. Todavia, à medida que se amplia o volume de pessoas com idade mais avançada, estas também terão um peso político maior, podendo exigir gastos mais altos em programas e serviços de relevância para elas.

Quais serão as conseqüências dessas variações demográficas? Alguns observadores enxergam os contornos de uma convulsão social generalizada — particularmente nos países em desenvolvimento que estão passando pela transição demográfica. Mudanças na economia e nos mercados de trabalho podem induzir a uma difusão da migração interna à medida que as pessoas do meio rural saem em busca de trabalho. O crescimento acelerado das cidades provavelmente acarretará danos ambientais, novos riscos na saúde pública, uma sobrecarga das infraestruturas, um aumento da criminalidade e dos assentamentos de posseiros empobrecidos.

A fome e falta de alimentos são outra grave preocupação. Já existem 830 milhões de pessoas no mundo sofrendo com a



lome ou a subnutrição. Em algumas regiões, mais de um terço da população é subnutrida (veja a Figura 19.2). Com o aumento da população, também será necessária uma ampliação correspondente nos níveis de produção alimentícia a fim de evitar a escassez generalizada. No entanto, essa é uma conjuntura improvável. Como veremos mais adiante, neste capítulo, grande parte das áreas mais pobres do mundo é particularmente afetada pela falta de água, pelo encolhimento da terra cultivada e pela degradação do solo — processos que, ao invés de expandir, reduzem a produtividade agrícola. É quase certo que a produção de alimentos não chegará a um nível capaz de garantir a auto-suficiência. Uma grande quantidade de alimentos e de grãos precisará ser importada de regiões onde haja excedentes. Segundo a *Food and Agricultural Organization* (FAO) (Organização de Agricultura e Alimentação), até 2010, os países industrializados estarão produzindo 732 quilos de grãos por pessoa, comparados a apenas 230 quilos *per capita* no mundo em desenvolvimento.

Os avanços tecnológicos na agricultura e na indústria são imprevisíveis; assim, ninguém pode saber ao certo que volume populacional o mundo poderá suportar. Contudo, mesmo com os níveis populacionais atuais, os recursos globais talvez já estejam bem abaixo daqueles exigidos para que os países menos desenvolvidos conquistem padrões de vida comparáveis aos do mundo industrializado.

## O impacto humano sobre o mundo natural

Desde o início da prática da agricultura, há milhares de anos, os seres humanos deixaram sua marca na natureza, de onde sociedades de caçadores e coletores retiravam a maior parte de seu sustento. Viviam do que o ambiente natural oferecia e pouco tentavam modificar o mundo à sua volta. Com o advento da agricultura, essa situação mudou. Para plantar, é preciso limpar a terra, cortar árvores e manter a distância as ervas daninhas e as folhagens silvestres que invadem a lavoura. Até mesmo os métodos de cultivo primitivos podem levar à erosão do solo. Uma vez cortadas as florestas naturais e abertas as clareiras, o vento pode varrer a camada superior do solo. A comunidade agrícola então passa a limpar novos lotes de terra, e assim o processo continua. Algumas paisagens que hoje imaginamos serem naturais, como as regiões rochosas e a vegetação rasteira no sudoeste da Grécia, são, na verdade, resultado da erosão do solo provocada por agricultores 5 mil anos atrás.

Entretanto, antes da evolução da indústria moderna, a natureza dominava bem mais a vida humana do que o inverso. Atualmente, o ataque humano ao ambiente natural é tão intenso que há poucos processos naturais que não estejam sendo influenciados pela atividade humana. Praticamente toda a terra cultivável é utilizada para a produção agrícola. Lugares que antigamente eram selvas quase inacessíveis agora muitas vezes são reservas naturais, visitadas rotineiramente por milhares de turistas. A indústria moderna, que ainda se expande mundialmente, provocou uma disparada de demandas de fontes energéticas e de matérias-primas. Porém, a oferta mundial dessas fontes energéticas e de matérias-primas é limitada, e alguns recursos essenciais certamente se esgotarão caso não haja uma limitação no consumo global. É provável que até mesmo o clima mundial, como veremos a seguir, tenha sido afetado pelo desenvolvimento global da indústria.

Uma questão que requer a atenção de todos nós é a **ecologia ambiental**. As questões ecológicas dizem respeito não apenas ao melhor caminho para enfrentar e controlar os danos ambientais — e desastres industriais frequentes — mas também aos próprios modos de vida dentro das sociedades industrializadas. Se o objetivo do crescimento econômico contínuo deve ser abandonado, é provável que novas instituições sociais abram caminho. O progresso tecnológico é imprevisível, e pode ser que a terra, de fato, venha a produzir recursos suficientes para os processos de industrialização. No momento, contudo, essa situação não parece possível, e se os países em desenvolvimento chegarem a alcançar padrões de vida comparáveis àqueles desfrutados pelo Ocidente, haverá a necessidade de novos ajustes globais.

### As preocupações em relação ao meio ambiente: há limites para o crescimento?

Muitas pessoas preocupam-se com o impacto nocivo dos seres humanos sobre o mundo natural. O interesse público pelo meio

ambiente levou à formação dos movimentos e dos partidos "verdes", como o *Friends of the Earth* (Amigos da Terra) e o *Greenpeace*, que fazem sua campanha em torno de temas ambientais. Embora existam filosofias "verdes" variadas, uma linha comum é a preocupação em agir na proteção do meio ambiente do planeta, conservar em vez de exaurir seus recursos e proteger as espécies animais remanescentes.

O avanço dos movimentos verdes e o interesse público em relação aos problemas ambientais remontam a um famoso relatório publicado primeiramente no início dos anos 1970 pelo Clube de Roma – *The Limits to Growth* (Os Limites do Crescimento) (Meadows et al., 1974). O Clube de Roma era um grupo que se formou na capital italiana e reunia industrialistas, consultores empresariais e servidores públicos. Esse grupo encomendou um estudo que utilizava técnicas de modelagem computacional para fazer previsões a respeito das consequências do crescimento econômico ininterrupto, do crescimento populacional, da poluição e do esgotamento dos recursos naturais. O modelo computacional mostrava o que aconteceria se as tendências que se estabeleceram durante o período compreendido entre 1900 e 1970 continuassem até o ano 2100. As projeções computacionais foram alteradas a fim de gerar uma diversidade de consequências possíveis, dependendo das diferentes taxas de crescimento dos fatores considerados. Os pesquisadores constataram que, cada vez que eles alteravam uma variável, o resultado seria uma crise ambiental. A principal conclusão do relatório do Clube de Roma foi a de que os índices de crescimento industrial não são compatíveis com a natureza finita dos recursos terrestres e a capacidade de o planeta suportar o crescimento populacional e absorver a poluição. O relatório apontou a insustentabilidade dos atuais níveis de crescimento na "população, industrialização, poluição, produção de alimentos e no esgotamento dos recursos" (Meadows et al., 1974, p. 23).

O relatório do Clube de Roma foi amplamente criticado, e até mesmo os autores do original mais tarde chegaram a reconhecer que algumas críticas eram justificáveis. O método empregado pelos pesquisadores concentrou-se nos limites físicos e aceitou os índices de crescimento existentes e a inovação tecnológica. O relatório não levou muito em conta a capacidade de os seres humanos reagirem aos desafios ecológicos por meio de avanços tecnológicos ou por meios políticos. Além do mais, ressaltaram os críticos, as forças de mercado podem agir no sentido de limitar a exploração excessiva de recursos. Para ilustrar essa questão, observemos o que acontece se um mineral como o magnésio começa a se tornar escasso: seu preço subirá. Com essa elevação em seu preço, ele passará a ser menos utilizado, e é até possível que os fabricantes descubram uma forma de dispensá-lo completamente caso haja uma disparada em seus custos.

Em sua defesa, os pesquisadores salientaram que não estavam tentando prever o futuro, mas apenas indicar o que poderia acontecer se as coisas continuassem como estavam. Independente de suas limitações, o relatório produziu um forte impacto sobre a consciência pública. Serviu para conscienci-



Uma vítima inocente dos riscos ambientais criados pela propulsão para o desenvolvimento econômico.

zar muitas pessoas das consequências prejudiciais que o desenvolvimento industrial e a tecnologia podem trazer e também serviu como uma advertência em relação aos perigos de se permitir o livre desenvolvimento de diferentes formas de poluição.

A idéia básica de *Os Limites para o Crescimento* era a de que existem influências sociais e naturais que limitam a capacidade de o planeta absorver o desenvolvimento econômico contínuo e o crescimento populacional. As descobertas do relatório do Clube de Roma foram utilizadas por muitos grupos para sugerir que o desenvolvimento econômico deveria ser severamente reduzido a fim de proteger o meio ambiente. No entanto, essa visão foi criticada por outros que a julgavam improvável e desnecessária. O desenvolvimento econômico pode e deve ser promovido, afirmavam eles, pois é por meio dele que se ampliará a riqueza mundial. Os países menos desenvolvidos nunca poderão esperar alcançar os mais ricos se os seus próprios processos de crescimento industrial forem, de alguma forma, obstruídos.

### O desenvolvimento sustentável

Em vez de exigir a volta do domínio do crescimento econômico, os avanços mais recentes concentram-se na noção do **desenvolvimento sustentável**. O desenvolvimento sustentável significa que o crescimento deve, ao menos idealmente, ser

conduzido de tal forma a permitir a reciclagem dos recursos físicos, ao invés do seu esgotamento, e a manutenção de níveis mínimos de poluição. O termo "desenvolvimento sustentável" foi introduzido primeiramente no relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), de 1987, encomendado pelas Nações Unidas, também conhecido como Relatório Brundtland, pois a comissão organizadora que elaborou o relatório foi presidida por G. H. Brundtland, na época primeira-ministra da Noruega. O desenvolvimento sustentável foi definido como o uso de recursos renováveis para promover o crescimento econômico, a proteção das espécies animais e da biodiversidade e o compromisso com a manutenção da pureza do ar, da água e da terra. Para a Comissão Brundtland, o desenvolvimento sustentável é aquele que "atende às necessidades de hoje, sem comprometer a capacidade de as próximas gerações atenderem às suas próprias necessidades".

Após a publicação de *Nosso Futuro Comum*, a expressão "desenvolvimento sustentável" passou a ser amplamente utilizada tanto pelos ambientalistas quanto pelos governos. Foi empregada na Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Conferência da Terra, aparecendo posteriormente em outras reuniões de cúpula organizadas pelas Nações Unidas.

O Relatório Brundtland foi alvo de muitas críticas, assim como havia acontecido com o relatório do Clube de Roma cerca de 25 anos antes. Os críticos consideram a noção de desenvolvimento sustentável muito vaga e omissa em relação às necessidades específicas dos países mais pobres. Para eles, a idéia do desenvolvimento sustentável tende a concentrar sua atenção apenas sobre as necessidades dos países mais ricos, desprezando os aspectos em que os altos níveis de consumo nos países mais afluentes são atendidos às custas de outros povos. Por exemplo, as exigências de que a Indonésia preserve suas florestas tropicais poderiam ser consideradas injustas, pois a Indonésia necessita bem mais dessa receita da qual deve abrir mão, ao aceitar a conservação, do que os países industrializados.

### O consumo, a pobreza e o meio ambiente

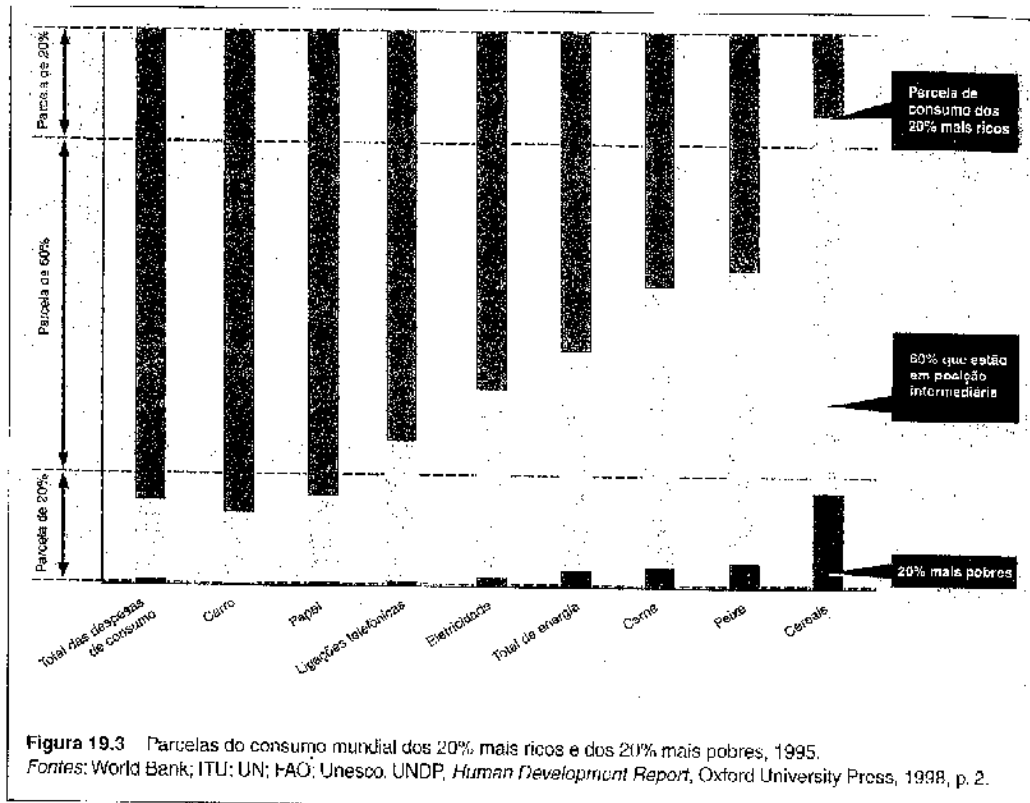
Grande parte do debate em torno do meio ambiente e do desenvolvimento econômico depende da questão dos padrões de consumo. O consumo refere-se às mercadorias, aos serviços, à energia e aos recursos que são esgotados pelas pessoas, instituições e sociedades. Esse é um fenômeno que apresenta tanto dimensões positivas quanto negativas. Por um lado, níveis crescentes de consumo em todo o mundo significam que as pessoas estão vivendo em melhores condições do que no passado. O consumo está associado ao desenvolvimento econômico – com a elevação dos padrões de vida, as pessoas têm mais condições de arcar com comida, roupas, itens pessoais, tempo de lazer, férias, carros e assim por diante. Por outro lado, o consumo também pode trazer impactos negativos. Os padrões de consumo podem causar danos à base de recursos ambientais e exacerbar os padrões de desigualdade.

Ao longo do século XX, as tendências no consumo mundial mostram-se alarmantes. De acordo com o "Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento" (UNDP, 1998), no ano de 1998, os gastos com o consumo público e privado chegaram a 24 trilhões de dólares – o dobro do nível de 1975 e seis vezes mais que o nível de 1950. Em 1900, os níveis de consumo mundial ficaram um pouco acima de 1,5 trilhão de dólares. Ao longo dos últimos 25 anos, os índices de consumo apresentaram um crescimento extremamente acelerado. Nos países industrializados, o consumo *per capita* vem crescendo a uma taxa anual de 2,3%; no leste da Ásia, esse aumento está ocorrendo ainda mais rápido – 6,1% ao ano. Contrastando com esses números, uma família média africana de hoje consome 20% a menos do que consumia há 25 anos. Existe uma preocupação generalizada no sentido de que a explosão de consumo tenha ignorado o quinto mais pobre da população mundial (UNDP, 1998).

As desigualdades de consumo entre os ricos e os pobres são significativas. Os 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% das despesas de consumo privado, ao passo que os 20% mais pobres respondem por apenas 1,3% desses gastos (veja a figura 19.3). Os 10% mais ricos consomem 58% da energia total, 84% de todo o papel, 45% de toda quantidade de carne e peixe, e são proprietários de 87% de todos os veículos.

Os atuais padrões de consumo não são apenas extremamente desiguais, mas também estão produzindo um impacto severo sobre o meio ambiente. Por exemplo, o consumo de água doce dobrou desde 1960, a queima de combustíveis fósseis praticamente quintuplicou durante os últimos 50 anos, e o consumo de madeira subiu até 40% em relação a 25 anos atrás. O sortimento de peixes está diminuindo, as espécies selvagens estão entrando em extinção, o fornecimento de água está se tornando mais escasso e as áreas arborizadas estão encolhendo (UNDP, 1998). Os padrões de consumo não estão apenas esgotando os elementos naturais existentes, como também estão contribuindo para sua degradação através dos resíduos e das emissões de substâncias nocivas.

Por fim, apesar de os ricos serem os principais consumidores mundiais, os impactos mais violentos dos danos ambientais causados pelo aumento do consumo recaem sobre os pobres. Os primeiros estão em melhores condições para desfrutar dos diversos benefícios do consumo sem terem que lidar com seus efeitos negativos. Em um nível local, os grupos abastados geralmente têm dinheiro para abandonar áreas difíceis, deixando a maior parte dos custos para os pobres. Usinas químicas, estações de energia elétrica, grandes estradas, ferrovias e aeroportos, em geral, situam-se próximo a áreas de baixa renda. Em um nível global, é possível perceber o andamento de um processo semelhante: a degradação do solo, o desmatamento, a falta de água, as emissões de chumbo e a poluição do ar são problemas que estão concentrados no mundo em desenvolvimento. A pobreza também intensifica essas ameaças ambien-



tais. As pessoas que possuem poucos recursos têm poucas escolhas senão maximizar os recursos disponíveis a elas. Conseqüentemente, à medida que a população humana aumenta, é cada vez maior o número de pressões que se aplicam a uma base de recursos em retração.

### Fontes de ameaça

O mundo contemporâneo enfrenta diversas ameaças ambientais globais, que, grosso modo, podem ser divididas em duas classes básicas: a poluição e os resíduos lançados no meio ambiente; e o esgotamento dos recursos renováveis.

#### A poluição e os resíduos

##### A poluição do ar

A poluição do ar, causada pela emissão de substâncias tóxicas na atmosfera, pode ser a causa de mais de 2,7 milhões de mortes por ano. Podemos traçar uma distinção entre dois tipos de poluição do ar: a "poluição ao ar livre" – produzida principal-

mente pelos poluentes industriais e pelas emissões de gases dos automóveis; e a "poluição de interiores", causada pela queima de combustíveis em casa, no aquecimento ou na cozinha. A poluição do ar sempre foi vista como um problema que aflige os países industrializados, os quais possuem números maiores de fábricas e veículos motorizados. Nos últimos anos, contudo, a atenção voltou-se para os perigos da "poluição de interiores" no mundo em desenvolvimento. Acredita-se que mais de 90% das mortes relacionadas à poluição do ar ocorram nos países em desenvolvimento (veja a Tabela 19.1). Isso ocorre porque grande parte dos combustíveis que são queimados pelas pessoas nesses países, como a madeira e o esterco, não é tão limpa quanto combustíveis modernos, como o querosene e o propano.

Até meados do século XX, a poluição do ar na Grã-Bretanha era provocada principalmente pela ampla queima de carvão, que emite dióxido de enxofre e uma fumaça negra e densa na atmosfera. O carvão era muito usado para aquecer as casas, sendo utilizado em uma proporção um pouco menor nas fábricas. Em 1956, em uma tentativa de reduzir o *smog*, aprovou-se a *Clean Air Act* (Lei do Ar Puro) que regulava as emissões de gases das chaminés. Promoveram-se tipos de combustíveis que

Tabela 19.1 A poluição do ar em regiões do mundo, 1996 (milhares)

Região ou país	Mortes provocadas pela poluição de interiores		Mortes provocadas pela poluição ao ar livre nas áreas urbanas	Total
	Rural	Urbana		
Índia	496	93	84	673
África Subsaariana	490	32	—	522
China	320	53	70	443
Outros países asiáticos	363	40	40	443
América Latina e Caribe	180	113	113	406
Países industriais	—	32	147	179
Estados árabes	—	—	57	57
Total	1.819	363	511	2.723

Fontes: World Health Organization. De UNDP, *Human Development Report*, Oxford University Press, 1990, p. 70.

não produzissem fumaça, como o querosene, o propano e o gás natural, que hoje são amplamente utilizados na Grã-Bretanha e em outros países industrializados.

Desde a década de 1960, a principal fonte de poluição do ar é o crescimento da frota de veículos motorizados. As emissões de gases dos automóveis são particularmente nocivas porque penetram na atmosfera em uma camada bem inferior àquela que recebe as emissões dos gases das chaminés. Como mostra a Figura 19.4, o alcance das emissões produzidas por diferentes tipos de veículos é bastante amplo. Os carros, responsáveis por cerca de 80% dos deslocamentos na Europa, geram um impacto particularmente prejudicial sobre o meio ambiente, o que justifica o fato de as tentativas de redução da poluição do ar em muitos países industrializados concentrarem-se no emprego de alternativas de deslocamento que provoquem uma baixa emissão de gases, como os trens de passageiros, os ônibus com muitos assentos e a prática de dar carona a outras pessoas.

A poluição do ar está relacionada a diversos problemas de saúde que atingem os seres humanos, incluindo as dificuldades respiratórias, os cânceres e as doenças pulmonares. Estima-se que, no ano de 1998, entre 12 mil e 24 mil pessoas na Grã-Bretanha talvez tenham tido sua morte antecipada pela exposição à poluição do ar (HMSO, 2000).

Apesar de a poluição do ar livre ser, há muito tempo, associada aos países industrializados, ela está crescendo rapidamente no mundo em desenvolvimento. À medida que os países passam por processos acelerados de industrialização, as emissões de substâncias das fábricas aumentam, e também cresce o número de veículos nas estradas. Muitos países em desenvolvimento ainda utilizam a gasolina com chumbo, apesar de ela ter sido excluída progressivamente da maioria dos países desenvolvidos. Os níveis de poluição do ar são particularmente elevados em muitas regiões da Europa Oriental e da antiga União Soviética. Na Cidade do México, acredita-se que a poluição do ar chegue a levar 6.400 vidas por ano (UNDP, 1998).

A poluição do ar não afeta apenas a saúde das populações humanas e animais; seu impacto é prejudicial também sobre outros elementos do ecossistema. Uma consequência nociva da poluição do ar é a *chuva ácida*, um fenômeno que ocorre quando as emissões de enxofre e óxido de nitrogênio em um país são levadas pelas correntes de ar, atravessando fronteiras e produzindo precipitações acidíferas em outro país. A chuva ácida prejudica as florestas, as plantações e a vida animal, e leva à acidificação dos lagos. O Canadá, a Polônia e os países nórdicos têm sido particularmente atingidos pela chuva ácida. Na Suécia, por exemplo, dos 90 mil lagos existentes, 20 mil foram acidificados.

Assim como muitas outras ameaças ambientais, é difícil combater a chuva ácida em virtude de suas origens e consequências transnacionais. Acredita-se que grande parte da chuva ácida que cai sobre o leste do Canadá, por exemplo, esteja relacionada à produção industrial do Estado de Nova York, do outro lado da fronteira entre os EUA e o Canadá. Outros países que sofrem com a chuva ácida também constataram que a solução para esse problema foge ao seu controle, já que suas origens ultrapassam o limite das fronteiras nacionais. Em alguns casos, acordos bilaterais e regionais foram fechados como uma tentativa de reduzir a severidade da chuva ácida. Entretanto, a emissão de gases continua elevada em algumas regiões e vem aumentando rapidamente no mundo em desenvolvimento.

### A poluição da água

Ao longo da história, as pessoas sempre dependeram da água para satisfazer inúmeras necessidades importantes – beber, cozinhar, lavar, irrigar plantações, pescar, além de muitas outras atividades. Embora a água seja um dos recursos naturais mais valiosos e essenciais, ela também tem sido extremamente mal utilizada nas mãos dos seres humanos. Durante muitos anos, resíduos – tanto humanos quanto fabricados – foram despejados diretamente dentro de rios e oceanos, quase que sem pen-

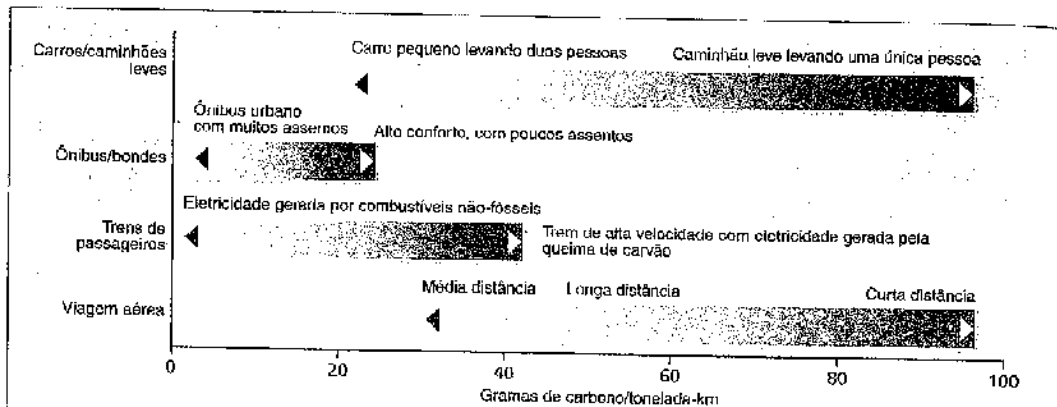


Figura 19.4 Emissões de gases provocadas pelo deslocamento de 1 tonelada, 1 quilômetro.  
 Fontes: IPPC. De *Guardian Education*, 25 de janeiro de 2000, p. 11. Graphic: Michael Agar, Jenny Ridley, Graphic News.

sar. Foi somente na segunda metade do século passado que esforços conjuntos passaram a ser feitos em muitos países com o intuito de proteger a qualidade da água, preservar os peixes e a vida selvagem que dela dependem e assegurar à população humana o acesso à água pura. Independentemente desses esforços, a poluição da água continua sendo um problema sério em muitas regiões.

Em termos gerais, a poluição da água pode ser entendida como a contaminação do fornecimento de água por elementos como minerais e substâncias químicas tóxicas, pesticidas e esgoto sem tratamento. É a maior ameaça aos habitantes dos países em desenvolvimento, onde 30% da população não têm acesso a uma água que possa ser consumida com segurança (veja a Figura 19.5). Os sistemas de saneamento continuam subdesenvolvidos em muitos dos países mais pobres, e os resíduos produzidos pelos seres humanos são muitas vezes despejados diretamente em córregos, rios e lagos. Os altos níveis de bactérias provenientes do esgoto sem tratamento ocasionam uma variedade de doenças transmitidas pela água, como diarreia, disenteria e hepatite. Cerca de 2 bilhões de casos de diarreia por ano são provocados pela água contaminada; 5 milhões de pessoas morrem, a cada ano, vítimas de doenças diarreicas.

Nos países industrializados, os casos de poluição da água ocorrem geralmente em função do uso excessivo de fertilizantes em áreas de plantação. Com os anos, os nitratos dos pesticidas químicos penetram na água subterrânea; na Europa, quase 25% dessa água revela níveis de contaminação superiores ao que é considerado admissível pela União Européia (UNDP, 1998). Os casos de maior poluição da água podem ser encontrados próximo a antigas áreas industriais, onde os sinais de mercúrio, chumbo e outros metais se depositaram nos sedimentos e, lentamente, ao longo de anos, continuam emitindo poluentes na água que serve à rede de abastecimento.

Nos últimos anos, a qualidade dos rios, na maioria dos países industrializados do Ocidente, tem dado sinais de melhora. Porém, na Europa Oriental e na antiga União Soviética,

a poluição dos rios é ainda uma ameaça bastante real. Quatro quintos das amostras de água colhidas de 200 rios da antiga União Soviética revelaram níveis de contaminação perigosamente altos.

### Resíduos sólidos

Da próxima vez que você for ao supermercado, a uma loja de brinquedos ou a um restaurante de *fast-food*, preste atenção na quantidade de embalagens que acompanham os produtos que você encontra nesses lugares. São poucas as coisas que podemos comprar sem embalagens nessa nossa era! Embora as embalagens tenham as vantagens evidentes de exibir os produtos atraentemente e garantir a segurança deles, elas também trazem inconvenientes enormes. Um dos sinais mais claros do aumento do consumo é o volume crescente da produção mundial de resíduos domésticos – aquilo que vai para nossa lixeira. Enquanto os países em desenvolvimento geravam entre 100 e 350 quilos de resíduos sólidos domésticos *per capita* no início dos anos 1990, esse número chegava a 414 na União Européia e 720 na América do Norte (UNDP, 1998). Tanto o volume absoluto de resíduos produzidos, quanto o volume *per capita* sofreram aumentos em vários países.

As sociedades industrializadas já foram, algumas vezes, chamadas de “sociedades descartáveis” pelo imenso volume de itens que descartam regularmente. De acordo com as estatísticas do governo, as famílias da Inglaterra e do País de Gales produzem 22 quilos de lixo por semana. Em 1997-1998, dos 27 milhões de toneladas de lixo produzidos, 90% eram de lixo doméstico. Aproximadamente 85% dos resíduos sólidos eram enviados para aterros sanitários (HMSO, 2000). Na maioria dos países industrializados, os serviços de coleta de lixo são praticamente universais, mas o processo de descarte dessa enorme quantidade de resíduos está cada vez mais difícil. Os aterros sanitários estão enchendo rapidamente, e muitas áreas urbanas já não têm mais espaço para o descarte do lixo doméstico.



A ameaça das doenças está presente quando fontes de água, como esta bomba de um vilarejo de Bangladesh, não estão protegidas da poluição.

O governo do RU lançou uma meta de reciclagem de 40% do lixo municipal até o ano de 2005. No entanto, em 1997-1998, apenas 14% desse lixo foi aproveitado na reciclagem ou nos esquemas de compostagem. Cerca de 2 milhões de toneladas de resíduos domésticos foram coletados separadamente para a reciclagem ou a compostagem por meio de iniciativas da administração local (HMSO, 2000). Ainda que esse volume de reciclagem possa parecer baixo se comparado a toda a quantidade de lixo doméstico produzida, é grande a proporção desses resíduos que encontram dificuldades para ser reprocessados ou reutilizados. Muitos tipos de plástico amplamente empregados nas embalagens de alimentos simplesmente tornam-se resíduos inutilizáveis; não há como reciclá-los: devem ser enterrados em depósitos de lixo onde permanecem por séculos.

Nos países em desenvolvimento, o principal problema enfrentado atualmente, relacionado aos resíduos domésticos, é a falta de serviços de coleta de lixo. As estimativas são de que 20 a 50% dos resíduos domésticos desses países não são coletados. A precariedade na administração desses sistemas traduz-se em pilhas de lixo nas ruas, que contribuem para a disseminação de doenças. Com o passar do tempo, é bastante provável que o mundo em desenvolvimento acabe enfrentando problemas ainda mais críticos em relação ao descarte do lixo do que aqueles que fazem parte da atual situação dos países industria-

lizados. À medida que as sociedades enriquecem, há uma mudança gradual no tipo de resíduos que produzem: do lixo orgânico (como restos de comida) para os materiais plásticos e sintéticos (como as embalagens), que levam muito mais tempo para se decompor.

### O esgotamento dos recursos

As sociedades humanas dependem de muitos recursos do mundo natural — como água, madeira, peixes, animais e vida vegetal. Esses elementos são muitas vezes denominados *recursos renováveis*, porque, em um ecossistema saudável, eles se substituem automaticamente com o passar do tempo. Porém, se o consumo dos recursos renováveis ficar desequilibrado ou excessivo, corre-se o risco de vê-los completamente esgotados. Há evidências de que esse processo possa estar ocorrendo. A deterioração dos recursos renováveis é um motivo de grande preocupação para muitos ambientalistas.

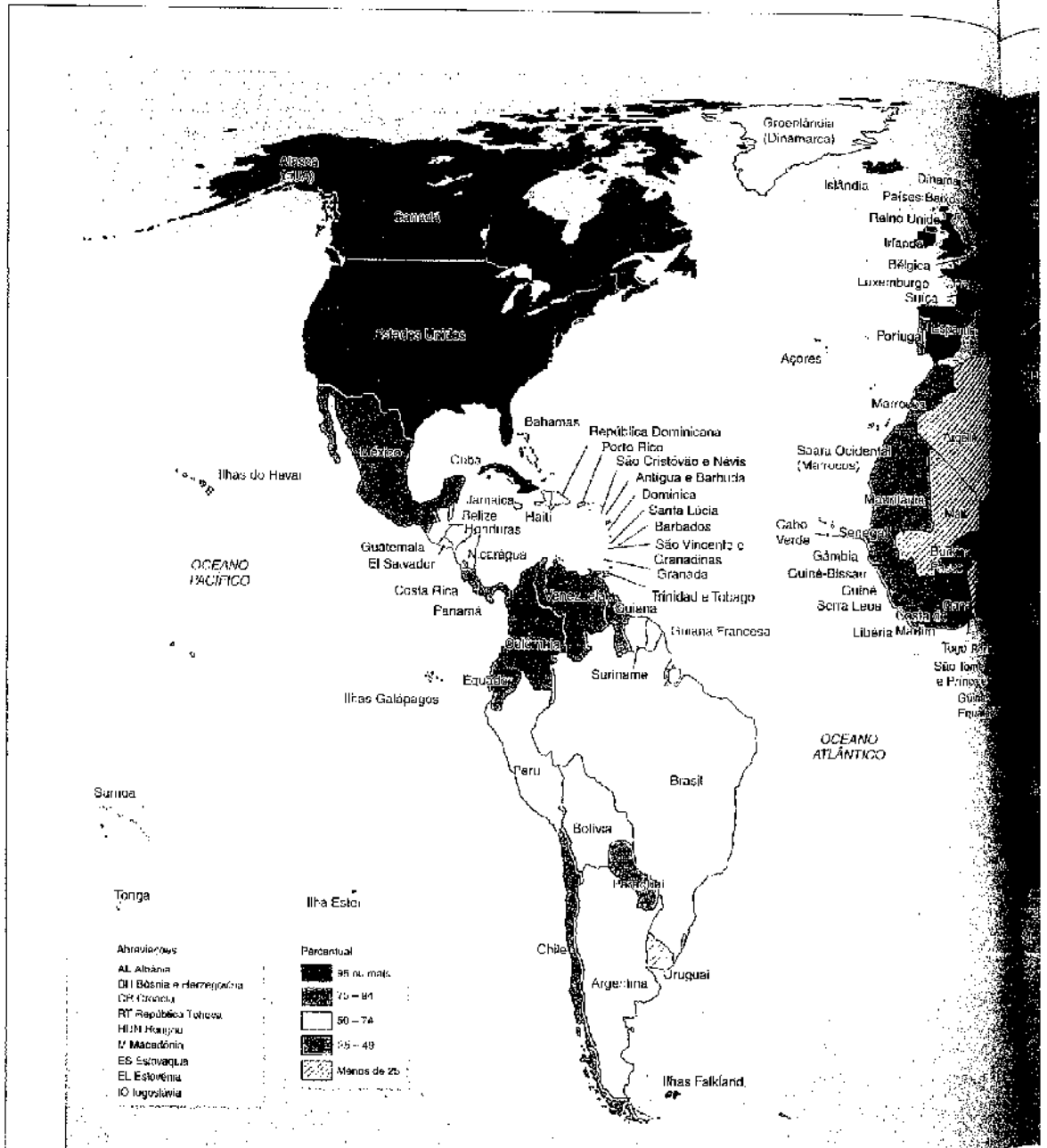
### A água

Você talvez não tenha idéia de que a água é um recurso esgotável — afinal, ela está sempre se renovando com as chuvas. Se você vive na Europa ou na América do Norte, é provável que nem dê muita atenção ao abastecimento de água, a não ser quando, de vez em quando, se adotam restrições de consumo nos meses de verão. Entretanto, para muitas pessoas, em muitas regiões do mundo, o acesso ao fornecimento constante de água é um problema mais crônico e severo. Em algumas regiões densamente povoadas, a grande demanda de água não consegue ser atendida pelos recursos hídricos disponíveis. Nos climas áridos do norte da África e do Oriente Médio, por exemplo, é intensa a pressão sobre o abastecimento da água, e a falta de água tornou-se um problema banal. Tudo indica que essa tendência venha a se intensificar nos próximos anos.

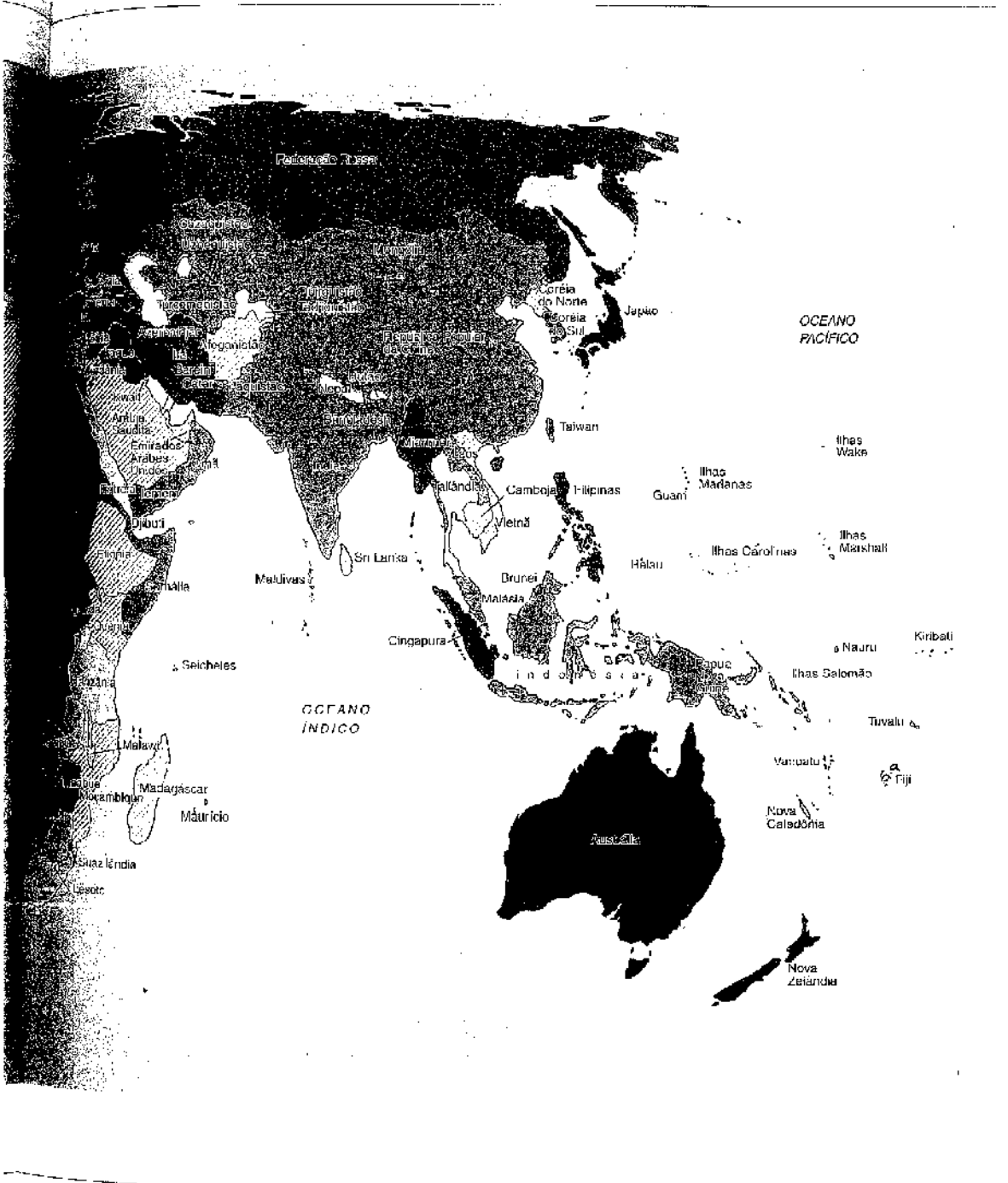
Diversas razões explicam essa situação. A primeira é que grande parte da projeção do crescimento da população mundial nos próximos 25 anos provavelmente ficará concentrada em áreas que já estão enfrentando problemas de falta de água. Além disso, um grande volume desse crescimento ocorrerá nas áreas urbanas, onde a infra-estrutura se esforçará para suprir as necessidades de água e de saneamento dessa expansão populacional.

O aquecimento global também tem um impacto potencial nesse esgotamento do abastecimento da água (veja a seguir). Com a elevação das temperaturas, há uma necessidade maior de água potável e de água para irrigação. Contudo, também é provável que a água subterrânea não se tenha renovado com a mesma rapidez de antes, e que os níveis de evaporação também aumentem. Por fim, as mudanças nos padrões climáticos que podem acompanhar o aquecimento global provavelmente afetarão os padrões existentes de precipitação, alterando o acesso ao abastecimento de água em aspectos bastante imprevisíveis.





**Figura 19.5** População mundial com acesso à água potável que pode ser consumida com segurança  
 Fonte: World Bank, 1994.



### A degradação do solo e a desertificação

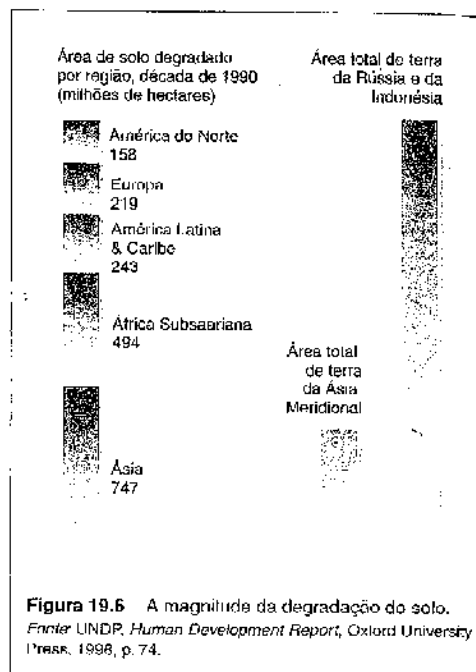
Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano* das Nações Unidas (UNDP, 1998), um terço da população mundial extrai seu sustento quase que diretamente da terra – do alimento que planta ou colhe, dos animais selvagens que caça. Por dependerem muito da terra, eles estão particularmente vulneráveis às mudanças que afetam sua capacidade de viver da terra. Em muitas áreas da Ásia e da África que estão vivendo um crescimento populacional acelerado, o problema da *degradação do solo* ameaça provocar o empobrecimento de milhões de pessoas. A degradação do solo é o processo pelo qual a qualidade da terra é piorada e seus valiosos elementos naturais são gradualmente reduzidos pelo uso excessivo, pela seca ou pela fertilização inadequada.

A longo prazo, os efeitos da degradação do solo são extremamente severos e difíceis de serem revertidos. Nas áreas onde o solo foi degradado, há um declínio da produção agrícola e da extensão de terras cultiváveis *per capita*. A criação de gado ou de outros animais torna-se difícil ou impossível por falta de forragem. Em muitos casos, as pessoas são obrigadas a migrarem em busca de terras mais férteis. A **desertificação** refere-se aos exemplos de degradação intensa do solo que fazem com que grandes extensões de terra se assemelhem a desertos. Esse fenômeno já afetou uma área territorial que, somada, equivale ao tamanho da Rússia e da Indonésia juntas (veja a Figura 19.6) – colocando em risco mais de 110 países.

### Desmatamento

As florestas são um elemento essencial do ecossistema: elas ajudam a regular os sistemas de abastecimento de água, a liberar oxigênio na atmosfera e a impedir a erosão do solo. Contribuem também no sustento de muitas pessoas, como fontes de combustível, alimento, madeira, óleos, corantes, ervas e remédios. Porém, apesar de sua importância crucial, mais de um terço das florestas originais da Terra já desapareceu. O **desmatamento** representa o processo de destruição da terra arborizada, geralmente através do corte comercial de árvores. Na década de 1980, o desmatamento custou 15 milhões de hectares de terra – as maiores extensões ocorreram na América Latina e no Caribe (perda de 7,4 milhões de hectares) e na África Subsaariana (perda de 4,1 milhões de hectares).

Apesar de o processo de desmatamento envolver muitos tipos de floresta, o destino das florestas tropicais é o que atrai maior atenção. Abrangendo cerca de 7% da superfície terrestre, as florestas tropicais são o lar de grande número de espécies vegetais e animais que contribuem para a **biodiversidade** da terra – a diversidade de espécies de formas de vida. Abrigam também grande parte das plantas e dos óleos a partir dos quais os remédios são desenvolvidos. Atualmente, as florestas tropicais estão encolhendo em um índice de aproximadamente 1% ao ano, podendo desaparecer completamente até o final do século XXI, caso não haja uma interrupção das tendências em vigor. Em muitas áreas da América do Sul, onde há uma extensão maior



das florestas tropicais, essas florestas estão sendo queimadas para dar mais espaço às pastagens. Em outras regiões do mundo, como no oeste da África e no Pacífico Sul, a demanda internacional de madeiras de lei está estimulando a destruição das florestas tropicais. As tendências de um consumo crescente, portanto, encorajam os países em desenvolvimento a exportarem suas *commodities* naturais – um processo que traz como resultado a destruição ambiental e uma perda da biodiversidade.

Os custos do desmatamento são humanos e ambientais. Quanto aos custos humanos, algumas comunidades pobres que anteriormente tinham condições de extrair das florestas o seu sustento ou parte deste já não o conseguem mais. O desmatamento pode empobrecer ainda mais as populações marginalizadas, que raramente compartilham dos enormes rendimentos gerados com a concessão das licenças para o corte de árvores e com a venda de madeira. Entre os custos ambientais do desmatamento, estão a erosão do solo e as enchentes. Quando intactas, as florestas montanhosas têm a importante função de absorver e reciclar grande parte da água das chuvas; quando desaparecem, a água das chuvas desce as encostas em forma de cascata, provocando enchentes e depois secas.

### Risco e meio ambiente

O risco é um tema constante neste livro. Muitas das questões que dizem respeito ao ambientalismo estão intimamente relacionadas ao risco, pois são o resultado da expansão da ciência

e da tecnologia. A inovação científica nos trouxe muitos benefícios – basta pensarmos nos avanços em termos de saúde, nutrição ou tecnologia da informação para verificá-los. Por outro lado, a crescente intrusão da ciência e da tecnologia em nossas vidas é uma causa de grandes problemas e incertezas. Na realidade, encontrar um equilíbrio entre os benefícios potenciais e os possíveis desastres é uma tarefa difícil.

No Capítulo 3 (“Um Mundo em Mudanças”), introduzimos a idéia da *sociedade de risco* global. Vivemos hoje em uma ordem global em que enfrentamos riscos para nossa segurança, incluindo riscos ecológicos, que não foram sentidos pelas gerações anteriores. Ulrich Beck, o primeiro sociólogo a apresentar essa noção, sugeriu que muitos dos riscos com os quais as pessoas se defrontam atualmente têm um alcance global. Esses riscos não discriminam nacionalidade, riqueza ou origem social – são uma ameaça em potencial para *todas* as sociedades humanas. Nesta seção, examinaremos dois desses casos de risco: o aquecimento global e os organismos geneticamente modificados.

## O aquecimento global

### O que é o aquecimento global?

O aquecimento global é considerado por muitos como o mais sério desafio ambiental de nossos tempos. Se várias previsões científicas estiverem corretas, pode-se dizer que esse aquecimento tem o potencial de alterar irreversivelmente o funcionamento do clima da Terra, além de produzir uma série de conseqüências ambientais devastadoras que serão sentidas mundialmente. Por **aquecimento global** entende-se o aumento gradual da temperatura média da Terra devido a mudanças na composição química da atmosfera. Acredita-se que sua causa se deva, em grande parte aos seres humanos, pois os gases que ampliaram e alteraram a atmosfera do planeta são aqueles produzidos em grandes quantidades pelas atividades humanas.

O processo de aquecimento global está intimamente relacionado à idéia do **efeito estufa** – a ampliação de gases estufa que aprisionam o calor na atmosfera terrestre. É um princípio simples. A energia que vem do sol atravessa a atmosfera e aquece a superfície da Terra. Embora a maior parte da radiação solar seja absorvida diretamente pela Terra, um pouco dessa radiação é refletida de volta. Os gases estufa agem como uma barreira para essa energia que está escapando, aprisionando o calor dentro da superfície terrestre de um modo muito parecido com os painéis de vidro de uma estufa (veja a Figura 19.7). É esse efeito estufa natural que mantém temperaturas razoavelmente confortáveis na Terra – cerca de 60 graus Fahrenheit. Não fossem os gases estufa retendo o calor, a Terra seria um lugar muito mais frio, com uma temperatura média que estaria em torno de 0 grau Fahrenheit.\*

Com a elevação das concentrações de gases estufa na atmosfera, porém, o efeito estufa se intensifica, produzindo temperaturas bem mais altas. Desde o início da industrialização, a concentração dos gases estufa tem aumentado significativamente. As concentrações de gás carbônico bateram recordes de elevação – aproximadamente 30% desde 1880. Dobraram as concentrações de metano, as de óxido nítrico aumentaram cerca de 15% e os gases estufa que não ocorrem naturalmente (veja o quadro) foram gerados pelo desenvolvimento industrial humano. A maioria dos cientistas concorda que o grande aumento do gás carbônico na atmosfera pode ser atribuído à queima dos combustíveis fósseis e a outras atividades humanas, como a produção industrial, a agricultura em grande escala, o desmatamento, a mineração, os aterros sanitários e as emissões de gases dos veículos.

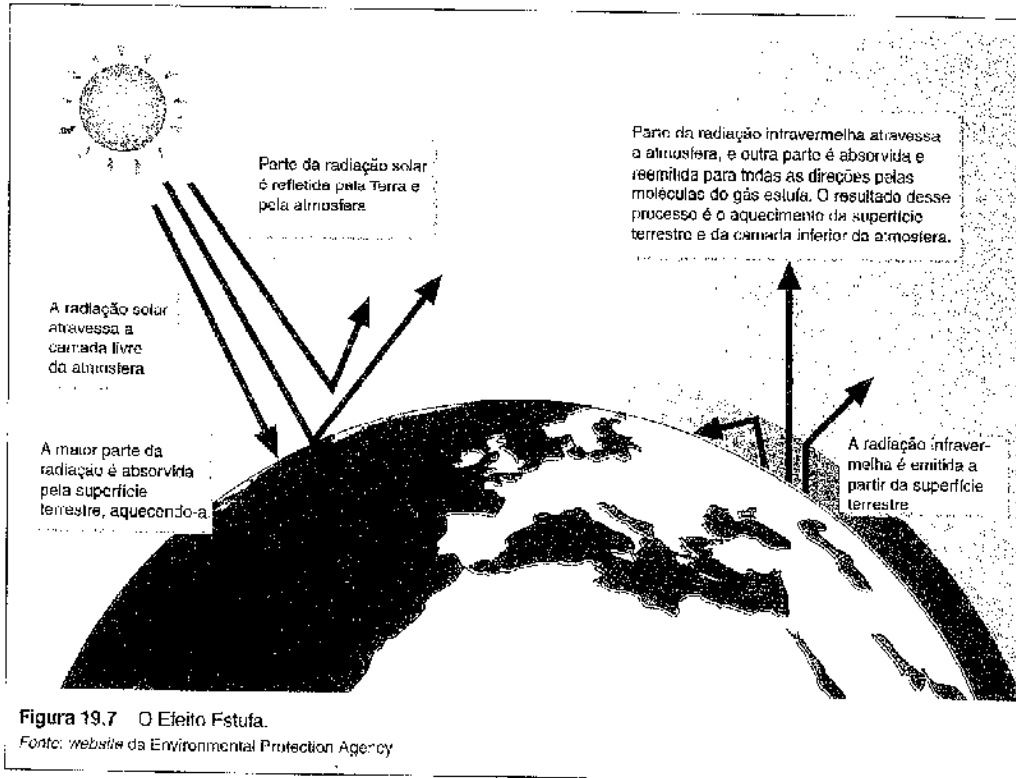
A Figura 19.8 mostra a tendência de elevação nas temperaturas da superfície terrestre desde o final do século XIX, demonstrando-as graficamente em relação à temperatura média verificada no período compreendido entre os anos de 1961 e 1990, no centro da Inglaterra e em nível global. Durante o século XX, sete dos dez anos que registraram temperaturas mais altas ocorreram na década de 1990. Destes, 1998 foi o ano mais quente já registrado.

### As possíveis conseqüências do aquecimento global

Se o aquecimento global estiver, de fato, acontecendo, é provável que traga conseqüências devastadoras. Entre alguns dos efeitos potencialmente prejudiciais encontram-se:

- **O aumento dos níveis dos mares** – O aquecimento global pode provocar o derretimento das calotas polares, aumentando o volume das águas dos oceanos, que ficarão mais quentes. Com o derretimento das geleiras e de outras formas de gelo que cobrem o solo, haverá uma elevação nos níveis dos mares. As cidades localizadas próximo ao litoral ou em regiões mais baixas serão inundadas, tornando-se inabitáveis. Se os níveis dos mares subissem um metro, Bangladesh perderia 17% de toda a sua área terrestre, o Egito perderia 12% e os Países Baixos 6% (UNDP, 1998).
- **A desertificação** – O aquecimento global pode contribuir para que grandes extensões de terra fértil se transformem em desertos. A África Subsaariana, o Oriente Médio e a Ásia Meridional serão ainda mais afetadas pela desertificação e pela intensa erosão do solo.
- **A disseminação de doenças** – O aquecimento global pode ampliar o alcance geográfico e a sazonalidade de organismos como os mosquitos, que transmitem doenças como a malária e a febre amarela. Se houvesse elevação de 3°C a 5°C nas temperaturas, o aumento de casos anuais de malária poderia ficar entre 50 e 80 milhões.
- **O empobrecimento das colheitas** – Os rendimentos agrícolas podem cair em muitas das regiões mais pobres

\* N. de T. 60°F correspondem a 15,5°C, 0°F a -17,8°C.

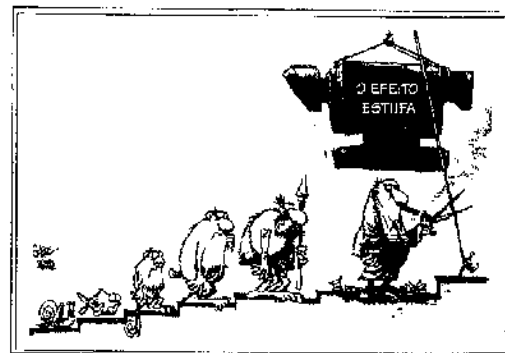


do mundo se o aquecimento global continuar avançando. As populações do sudeste da Ásia, da África e da América Latina provavelmente seriam as mais afetadas.

- **A variação nos padrões climáticos** - Os padrões climáticos que, por milhares de anos, se mantiveram relativamente estáveis podem passar por perturbações aceleradas em virtude do aquecimento global (veja o quadro sobre "Condições meteorológicas extremas", p. 500). Atualmente, 46 milhões de pessoas moram em áreas que poderiam ser destruídas por tempestades marítimas, ao passo que muitas outras podem ser vítimas de enchentes e furacões.

Algumas tendências relacionadas ao aquecimento global parecem estar avançando bem mais rápido do que os cientistas haviam originalmente previsto. Em dezembro de 1999, por exemplo, um estudo por satélite mostrou que a calota de gelo do Ártico vem encolhendo muito mais rápido do que imaginavam os cientistas - um processo que pode ter efeitos dramáticos sobre o clima mundial nos próximos anos (veja a Figura 19.9). É possível que a redução do gelo esteja ocorrendo em consequência de mudanças naturais, mas, seja qual for a origem desse fenômeno, o fato é que o gelo parece estar der-

retendo a uma velocidade extraordinária. As medições por satélite mostram uma diminuição da calota permanente de gelo do Ártico de 7% ao longo dos últimos 20 anos. Entre os anos de 1958 e 1997, a espessura média do gelo sofreu uma redução de até 40%.



## O que são os gases estufa?

Alguns gases estufa ocorrem naturalmente na atmosfera, enquanto outros resultam de atividades humanas. Entre os gases estufa de ocorrência natural estão o vapor de água, o gás carbônico, o metano, o óxido nitroso e o ozônio. Certas atividades humanas, entretanto, aumentam ainda mais os níveis da maioria desses gases de ocorrência natural.

O *gás carbônico* – É liberado na atmosfera com a queima de resíduos sólidos, combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão), madeira e produtos à base de madeira.

O *metano* – É emitido durante a produção e o transporte de carvão, gás natural e petróleo. As emissões de metano são

também resultado da decomposição do lixo orgânico, nos aterros sanitários de resíduos sólidos, e da criação de gado.

O *óxido nitroso* – É emitido durante as atividades agrícolas e industriais, bem como durante a combustão de resíduos sólidos e de combustíveis fósseis.

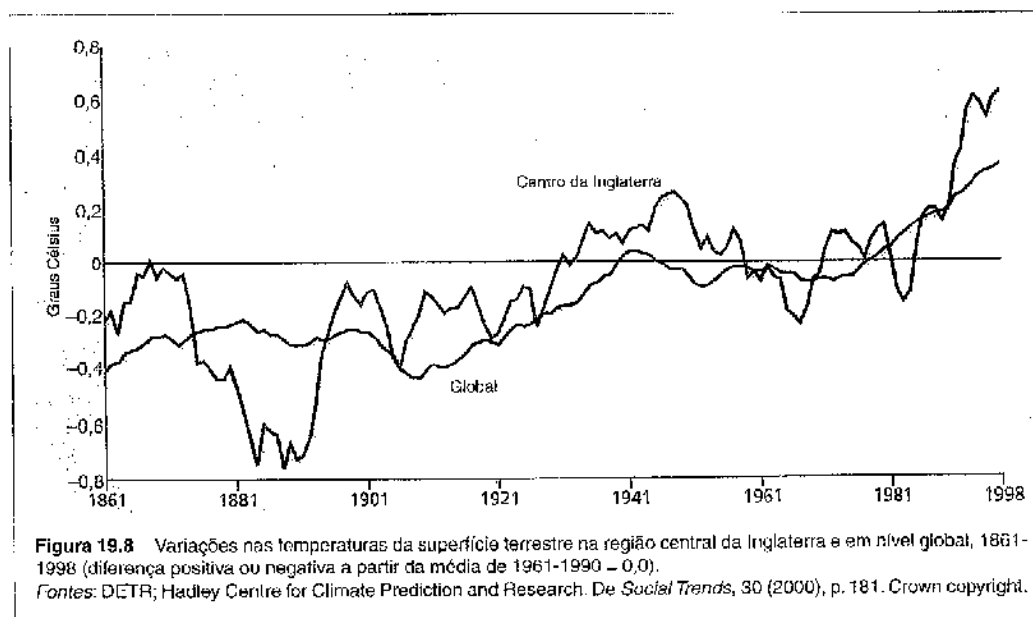
Entre os gases estufa que não ocorrem naturalmente estão os subprodutos da produção de espumas, aparelhos de refrigeração e de ar condicionado, chamados *clorofluorcarbonos* (CFCs), assim como os *hidrofluorcarbonos* (HFCs) e os *perfluorcarbonos* (PFCs), gerados através dos processos industriais.

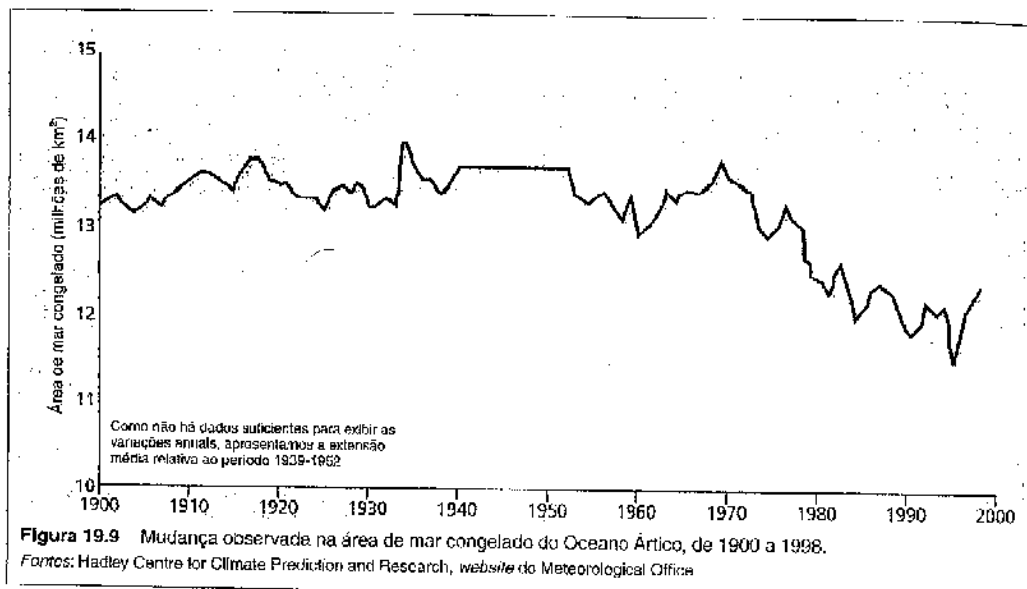
Fonte: Environmental Protection Agency (EPA) Global Warming Site  
<http://www.epa.gov/globalwarming/elimite/index.htm>

## As reações ao risco do aquecimento global

Durante muito tempo, se contestou a tese do aquecimento global. Alguns cientistas duvidavam da veracidade dos efeitos alegados, enquanto outros acreditavam que as mudanças no clima mundial poderiam ser resultado de tendências naturais, e não uma consequência da intervenção humana. Entretanto, a maio-

ria dos cientistas agora reconhece que o aquecimento global está de fato ocorrendo, e que a culpa desse aquecimento está no efeito estufa. Em janeiro de 2000, um painel reunindo 11 especialistas em clima, de diversos campos científicos, divulgou um dos relatórios mais abrangentes já elaborados sobre o aquecimento global. Todos os especialistas concordaram com o fato de que o aquecimento global é um fenômeno real. O painel





**Figura 19.9** Mudança observada na área de mar congelado do Oceano Ártico, de 1900 a 1998.

Fontes: Hadley Centre for Climate Prediction and Research, *website* do Meteorological Office

concluiu que, no século passado, a temperatura da superfície terrestre subiu entre 0,7 e 1,4 graus Fahrenheit (0,4 a 0,8 graus Celsius). O aumento da temperatura foi particularmente alto ao longo dos últimos 20 anos.

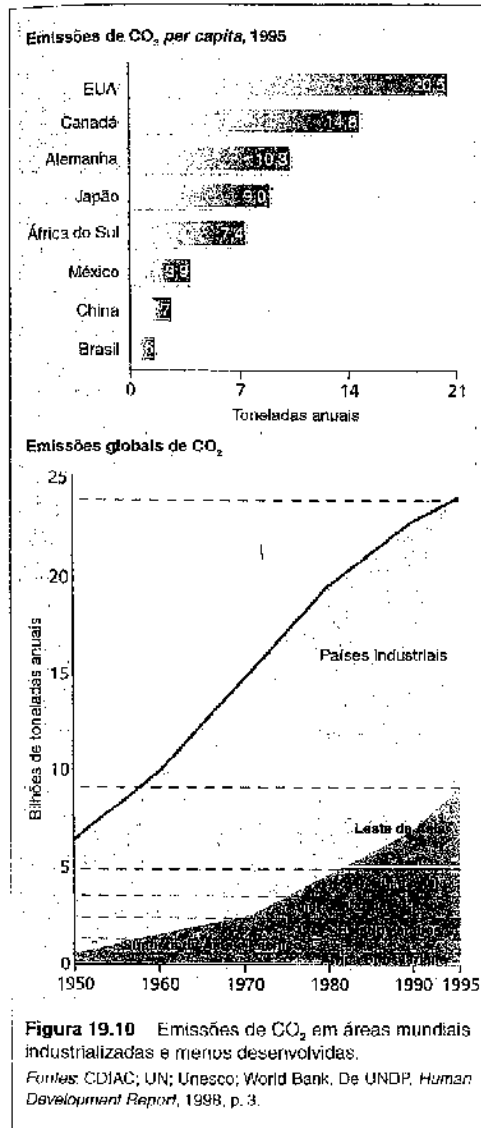
As emissões globais do gás carbônico têm se intensificado em um índice alarmante, como mostra a Figura 19.10. Atualmente, os países industriais são responsáveis pela produção de um volume bem maior de gases estufa do que o mundo em desenvolvimento, e os Estados Unidos emitem mais gás carbônico do que qualquer outro país. Na Europa, a Grã-Bretanha e a Alemanha são os maiores produtores de gás carbônico, respondendo por quase metade de todas as emissões da UE. De um modo geral, o RU contribui com 2% das emissões totais de gás carbônico do planeta (HMSO, 2000). Porém, a produção dos gases estufa não se limita ao mundo desenvolvido. Nos países em desenvolvimento, as emissões desses gases também estão crescendo rapidamente, especialmente naqueles países que estão passando por um processo acelerado de industrialização.

Na conferência ecológica mundial realizada em 1997 em Kyoto, Japão, chegou-se a um acordo no sentido de uma redução significativa das emissões de gases estufa até o ano de 2010. Os países industrializados concordaram em reduzir suas emissões a um nível entre 20 e 40% abaixo do que elas estariam se não houvesse esse controle. Mas mesmo que os países envolvidos atinjam suas metas – o que parece bastante improvável – esta talvez seja uma medida insuficiente e tardia. Muitos cientistas afirmam que, para evitar sérias conseqüências climáticas, é necessário reduzir essas emissões em até 70 ou 80%. Além disso, independentemente das medidas que os governos venham a adotar nesse sentido, levará algum tempo até que os efeitos do aquecimento global sejam alterados. Leva mais de

um século para o gás carbônico ser removido da atmosfera por processos naturais.

Os cientistas compuseram diversas conjunturas futuras baseadas em níveis variados de emissão de gás carbônico. Supondo-se que houvesse uma estabilização das concentrações de gás carbônico na atmosfera, o índice de mudanças climáticas seria reduzido, mas não interrompido. Em 1999, os ministros europeus do meio ambiente concordaram em exigir uma estratégia global que assegurasse que as concentrações de gás carbônico no ar nunca ultrapassassem o nível de 550 partes por milhão (ppm). A permanência em um nível inferior a 550 ppm envolverá o controle do aumento das emissões a não mais que 25% dos níveis atuais, e a posterior redução dessas emissões. O limite de 550 ppm livraria 2 bilhões de pessoas da falta de água, das enchentes litorâneas e das grandes quedas na produção agrícola.

Assim como ocorre com inúmeras outras novas formas de risco, ninguém pode saber ao certo quais serão os efeitos do aquecimento global. Suas causas são tão difusas e suas conseqüências exatas difíceis de serem calculadas. Será que uma situação em que houvesse “altas” emissões de gases realmente resultaria em uma difusão de doenças naturais? A estabilização do nível de emissões de gás carbônico conseguirá proteger a maioria da população mundial dos efeitos negativos das mudanças climáticas? E quanto à possibilidade de que os atuais processos de aquecimento global já tenham desencadeado uma série de novos distúrbios climáticos? Não podemos responder com segurança a todas essas questões. O clima terrestre é extremamente complexo, e há uma variedade de fatores que irão interagir, gerando diferentes conseqüências em cada país, em diversas regiões do planeta.



### Alimentos geneticamente modificados

Como vimos anteriormente, hoje em dia, a fome e a subnutrição afligem mais de 800 milhões de pessoas em todo o planeta. Com a expansão da população mundial nos próximos anos, há o temor de uma difusão ainda maior da escassez de alimentos. Em algumas das áreas mais densamente povoadas do mundo, as pessoas dependem muito de lavouras que produzem alimentos básicos – como o arroz –, cujos estoques estão diminuindo. Muitos se preocupam com a incapacidade de as atuais técnicas agrícolas garantirem uma produção de arroz suficiente para nutrir uma população cada vez maior. Assim como

ocorre no caso de muitos desafios ambientais, a ameaça da fome não se distribui uniformemente. Os países industrializados têm amplos excedentes de grãos – sozinho, os Estados Unidos tiveram um excedente de grãos de 86 milhões de toneladas em 1999. É nos países mais pobres, onde se projeta o maior crescimento populacional, que a escassez de grãos provavelmente será um problema crônico.

Algumas pessoas acreditam que a chave para evitar uma crise alimentar potencial possa ser encontrada nos avanços recentes da ciência e da biotecnologia. Ao manipular a composição genética de plantas básicas, como o arroz, agora é possível impulsionar o padrão de fotossíntese de um vegetal e ter uma produção maior nas colheitas. Esse processo é conhecido como modificação genética; os vegetais produzidos dessa maneira são chamados de **organismos geneticamente modificados (OGMs)**. A modificação genética pode ser realizada por diversos motivos – não apenas para aumentar o rendimento da colheita. Os cientistas têm produzido OGMs com um conteúdo vitamínico maior do que o normal, por exemplo; outras plantas geneticamente modificadas resistem a herbicidas agrícolas que são comumente utilizados para matar ervas daninhas que crescem ao redor dos pés, assim como insetos e pestes fúngicas e virais. Os produtos alimentícios que são feitos de organismos geneticamente modificados, ou que contenham traços desses organismos, são conhecidos como alimentos geneticamente modificados (GMs).

As plantações GMs são diferentes de tudo o que já existiu, pois envolvem o transplante de genes de um organismo para outro diferente – uma intervenção muito mais radical na natureza do que os antigos métodos de hibridismo utilizados ao longo de muitos anos. Os OGMs são produzidos através de técnicas de união de genes que podem ser empregadas para o transplante de genes entre animais e também vegetais. Por exemplo, em experiências recentes, genes humanos foram introduzidos em animais de fazenda, como porcos, com a finalidade de que um dia essa técnica venha a servir para fornecer órgãos de substituição para os transplantes humanos. Genes humanos já se uniram, inclusive, a vegetais, embora as colheitas GMs que foram comercializadas até o momento não envolvam esse tipo de bioengenharia radical.

Os cientistas alegam que uma família GM de “superarroz” poderia impulsionar os rendimentos com o arroz em até 35%. Outra família chamada “arroz dourado” – que contém acréscimos de vitamina A – poderia reduzir a deficiência de vitamina A em mais de 120 milhões de crianças do mundo inteiro. Talvez você pense que esses avanços na biotecnologia seriam muito bem recebidos pelas pessoas em todo o planeta. Porém, na verdade, o tema da modificação genética tornou-se um dos mais controversos de nossa era. Para muitas pessoas, ele ressalta a linha tênue existente entre os benefícios da tecnologia e da inovação científica, por um lado, e os riscos da destruição ambiental, por outro.



## Condições meteorológicas "extremas": o preço do aquecimento do planeta?

Em março de 2000, Moçambique, país situado no sul da África, enfrentou uma enorme enchente. As cheias foram as piores que a região já havia registrado. As águas levaram estradas, ferrovias, plantações e rebanhos. Muitas pessoas morreram quando suas casas foram inundadas pela enxurrada; e um número ainda maior ficou sem um lar e sem qualquer fonte de alimento. As cheias ocorreram quando o Rio Limpopo avançou sobre suas margens em virtude das chuvas torrenciais que acompanharam um ciclone que atingiu o país em fevereiro. Antes do desastre, a antiga colônia portuguesa se recuperava de uma guerra civil que durou 16 anos e que acabou apenas em 1992. Embora continuasse sendo um país extremamente pobre, no final da década de 1990, Moçambique estava crescendo economicamente a um índice de 10% ao ano em função da introdução de reformas de livre mercado e de instituições democráticas. As águas destruíram todo o otimismo que havia se formado no país. Um grande esforço assistencial internacional resultou no resgate de muitas pessoas que estavam em apuros e no empenho pela reconstrução. Mas tudo indica que levará anos até que a co-

strução de Moçambique deixe o país nos mesmos níveis de antes do ciclone.

Será que essas cheias podem ser simplesmente consideradas fenômenos "naturais"? Nesta época de elevação do aquecimento global, não podemos saber ao certo. Nos últimos 20 anos, o número de ciclones, furacões e outros distúrbios climáticos de larga escala disparou. Muitos cientistas acreditam que essa situação seja uma consequência direta do aquecimento global, um processo que produz uma instabilidade cada vez maior no clima mundial. Segundo algumas previsões, esses distúrbios irão se ampliar nos próximos anos. Os cientistas já falam na possível chegada dos "hypercans",\* dez vezes mais potentes do que o mais forte furacão e 20 vezes mais forte que o ciclone que produziu esses estragos em Moçambique. Os países em desenvolvimento provavelmente sofrerão desproporcionalmente as consequências do aquecimento global, pois contam com menos recursos para criar as fontes de proteção necessárias. Se as margens do Limpopo tivessem sido construídas de maneira adequada, essas inundações não teriam ocorrido, ou poderiam ter sido contidas.



\* N. de T. Termo que remete à palavra inglesa *hurricane*, cujo significado é furacão. A tradução literal de *hypercans* poderia ser hiperfuracões.

### A controvérsia em torno dos alimentos GMs

A saga dos alimentos GMs iniciou há apenas alguns anos, quando algumas das principais empresas químicas e agrícolas determinaram que um novo conhecimento a respeito dos mecanismos dos genes poderia transformar o suprimento alimentar mundial. Essas empresas fabricavam pesticidas e herbicidas, mas sua intenção era ingressarem no que consideravam um grande mercado para o futuro. A empresa norte-americana Monsanto era líder no desenvolvimento de grande parte dessa nova tecnologia. A Monsanto comprou as companhias de produção de sementes, liquidou a divisão química destas e dedicou grande parte de sua energia para trazer para o mercado essas novas plantações. Dirigida pelo executivo-chefe Robert Shapiro, a Monsanto lançou uma campanha publicitária gigantesca promovendo os benefícios de suas plantações GMs, dedicada a produtores agrícolas e consumidores. As primeiras respostas vieram da forma que a empresa havia previsto com tanta segurança. Até os primeiros meses de 1999, 55% da soja e 35% do milho produzidos nos Estados Unidos continham alterações genéticas. Naquele momento, as plantações geneticamente modificadas já cresciam em 35 milhões de hectares de terras em todo o mundo – uma área equivalente a uma vez e meia o território da Grã-Bretanha. Além da América do Norte, o cultivo das lavouras GMs se espalhava pela China.

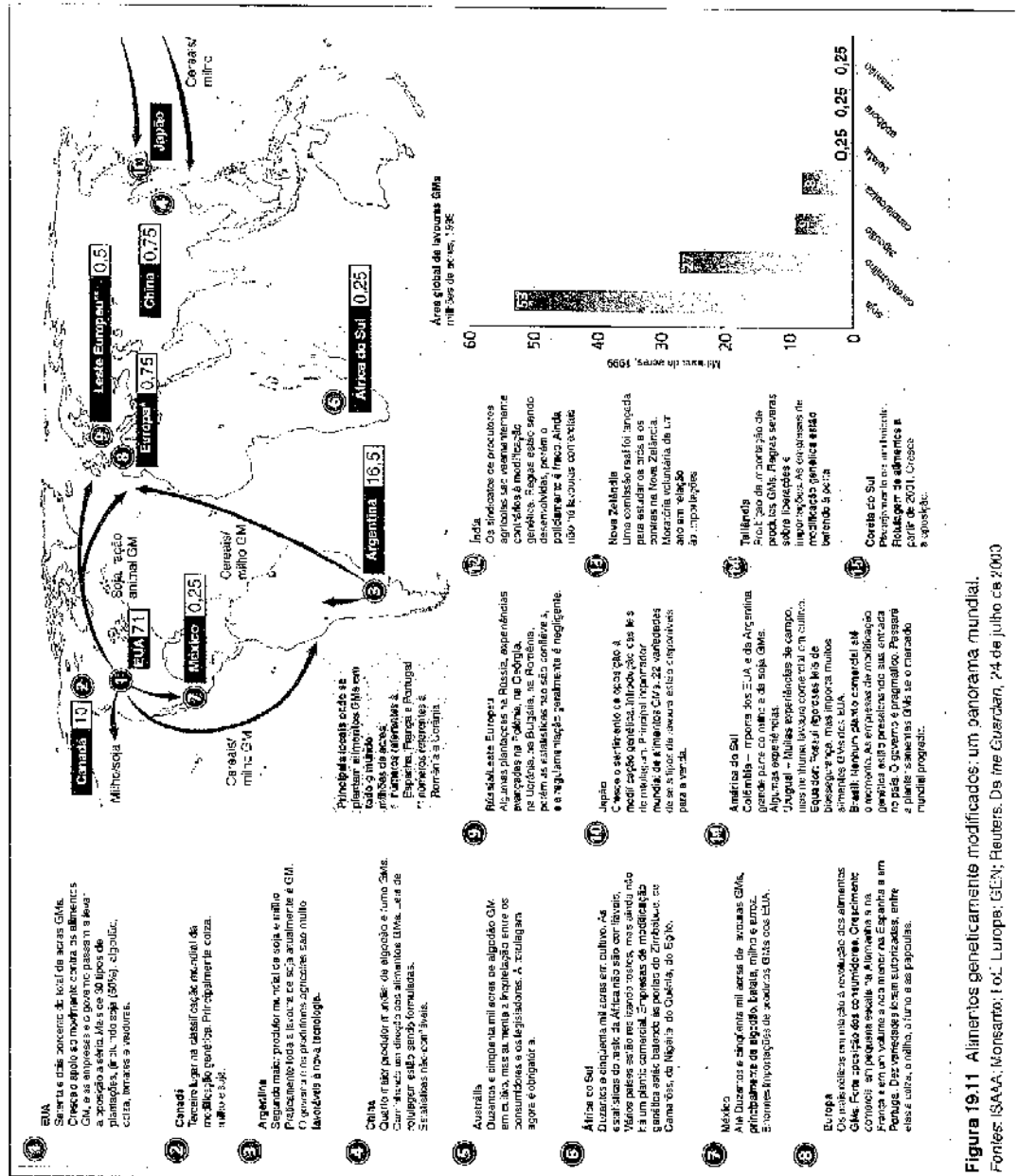
A campanha de vendas da Monsanto enfatizava as diversas virtudes positivas dos alimentos GM. A empresa alegava que as plantações GMs poderiam auxiliar na alimentação da população pobre do mundo, podendo também ajudar na redução do uso de poluentes químicos, especialmente das substâncias químicas utilizadas em pesticidas e herbicidas. Há quem afirme que as batatas GM, por exemplo, necessitam de um volume 40% menor de inseticidas químicos do que exigiram as técnicas agrícolas tradicionais. Para a Monsanto, a biotecnologia nos possibilitará o cultivo de plantações de melhor qualidade, com rendimentos maiores, ao mesmo tempo que permite a preservação e a proteção do meio ambiente. A companhia chegou a ponto de publicar a "Lei da Monsanto" – cuja origem está no famoso exemplo da "Lei de Moore", da área dos chips para computadores. No final dos anos de 1970, o especialista em computação Gordon Moore observou as habilidades da produção de chips da indústria de computação e calculou que a tecnologia da computação dobraria sua capacidade a cada 18 meses. A proposta da Monsanto foi de que esse mesmo efeito se aplicaria à área da biotecnologia – com a implicação de que as riquezas da Monsanto cresceriam nesse mesmo ritmo acelerado. Como veremos, a empresa estava prestes a enfrentar um choque violento.

Como as plantações GMs são, essencialmente, bastante recentes, ninguém pode afirmar com certeza quais serão seus efeitos ao serem introduzidas no meio ambiente. Muitos grupos de ecologistas e de consumidores passaram a se preocupar com os possíveis riscos envolvidos na adoção dessa tecnologia que praticamente ainda não foi testada. A preocupação com os

alimentos GMs espalhou-se principalmente pela Europa. Na Grã-Bretanha, a hostilidade em relação ao cultivo comercial das lavouras GMs foi estimulada pelas descobertas do Dr. Arpad Pusztai, um geneticista de renome internacional que trabalhava em um laboratório do governo, na Escócia. Em sua pesquisa, o Dr. Pusztai testou batatas nas quais havia sido inserido um gene relacionado a um tipo específico de inseticida natural – uma proteína conhecida como lectina, extraída de determinado tipo de flor. Os resultados indicaram que ratos que comeram as batatas GMs sofreram danos significativos em seus sistemas imunológicos e uma redução no crescimento dos órgãos. As descobertas do Dr. Pusztai foram criticadas por outros grandes cientistas e ele foi demitido de seu cargo, no laboratório do governo, após manifestar na televisão seus temores a respeito dos alimentos GMs.

Nessa época, os alimentos GMs apareciam quase que diariamente nas manchetes dos noticiários. Diversos debates na TV e no rádio, programas de bate-papo e programas dos quais ouvintes e telespectadores participam pelo telefone foram organizados para discutir esse tema. Muitos membros do público britânico registraram seu antagonismo em relação às lavouras GMs; alguns até mesmo participaram de "ações diretas" – arrancando do solo os pés de lavouras GMs de campos experimentais oficiais espalhados pelo país. Reações semelhantes ocorreram em vários outros países europeus, e estas acabaram se espalhando de volta nos EUA, onde anteriormente havia poucas discussões. No RU, sete das oito maiores cadeias supermercadistas mudaram sua política em relação aos alimentos GM. Cinco delas impuseram uma proibição completa dos ingredientes GMs nos produtos de marca própria, sendo que todas elas insistiram em melhorar a qualidade dos rótulos em suas lojas. Duas grandes companhias, Unilever e Nestlé, anunciaram que deixariam de aceitar gêneros alimentícios geneticamente modificados. Alguns agricultores, nos EUA, que estavam envolvidos no cultivo de lavouras GMs em larga escala voltaram para a produção convencional.

Os protestos dos ambientalistas e dos grupos de consumidores geraram um enorme impacto sobre o destino da Monsanto. Durante o ano de 1999, as ações da Monsanto perderam mais de um terço de seu valor. Robert Shapiro apareceu na televisão para admitir que sua empresa havia cometido grandes erros: "É provável que tenhamos irritado e provocado a inimizade de mais pessoas do que as que persuadimos", disse ele. "Acredito que nossa confiança nessa tecnologia e nosso entusiasmo por ela tenham sido muito interpretados como condescendência ou mesmo arrogância – o que é compreensível." Foi uma reviravolta extraordinária em relação à confiança imbatível que suas palavras haviam revelado apenas alguns meses antes. A Monsanto foi obrigada a abandonar completamente um de seus planos mais controversos – a ideia de utilizar um gene denominado "o exterminador". Esse gene garantiria que as sementes que a Monsanto vendesse aos produtores agrícolas ficariam estéreis após uma geração. Estes teriam que encomendar sementes anualmente da empresa. Nas críticas à Monsanto ale-



**Figura 19.11 Alimentos geneticamente modificados: um panorama mundial.**  
Fontes: ISAAA; Monsanto; t. of; Europa; GEN; Reuters. Da The Guardian, 24 de julho de 2000

gol  
las  
del  
do  
ge  
de  
mu  
ex  
di  
cr  
la  
m  
ti  
n  
u  
c  
i  
i

gou-se que a empresa estava tentando atrair produtores agrícolas para um tipo de “bioescravidão”.

Por fim, a Monsanto foi obrigada a “exterminar-se”, como definiu um comentarista espirituoso. A companhia havia perdido tanto valor na bolsa de ações em consequência da oposição geral aos alimentos GMs que encerrou sua existência independente em uma fusão com outra companhia, formando a *Pharmacia Corporation*. A Monsanto continuará mantendo uma existência independente dentro dessa nova empresa. Há poucas dúvidas no sentido de que a corporação continuará tentando criar e vender novos produtos de lavouras GMs. Apesar das palavras de Robert Shapiro, é de se duvidar que a empresa realmente tenha mudado completamente de opinião. Nos novos artigos apresentados em março de 2000, a empresa afirma que as reivindicações contrárias aos alimentos GMs não passam de uma “retórica devota”. Aqueles que se opõem ao cultivo imediato dos alimentos GMs, prossegue o documento, “buscam impor egoisticamente suas próprias manias e crenças da Nova Era sobre a sociedade”, não se importando com o custo que isso possa ter.

#### *Uma avaliação dos riscos dos alimentos GM*

Apesar de Robert Shapiro declarar o contrário, as preocupações dos críticos dos alimentos GMs são reais (veja um resumo da situação na Figura 19.11). Ninguém pode afirmar com certeza que as lavouras geneticamente modificadas não representam nenhum risco. O código genético é extremamente complicado – acrescentar novos genes a plantas ou organismos poderia provocar doenças até agora imprevisíveis ou outras consequências prejudiciais. Como se trata de uma tecnologia tão desconhecida, novos resultados e descobertas estão sendo revelados com uma frequência surpreendente. Em maio de 2000, o governo britânico admitiu que milhares de acres de plantações convencionais de colza, utilizadas na fabricação de óleo, que haviam sido plantadas por agricultores, foram, de fato, contaminadas por material geneticamente modificado. Uma pesquisa alemã, publicada apenas algumas semanas depois, afirmou que um gene comumente utilizado para modificar a colza\* havia transposto a barreira das espécies dentro dos intestinos das abelhas. No curto período entre essas duas revelações alarmantes, a própria Monsanto reconheceu que sua soja modificada – o OGM que havia sido amplamente cultivado para fins comerciais – contém fragmentos genéticos imprevisíveis que não haviam sido previamente detectados.

Tais descobertas reforçam o que muitos ativistas ambientais já alertam há algum tempo. Ainda que a modificação genética possa ter enormes benefícios potenciais, os riscos envolvidos nesse processo são imprevisíveis e difíceis de serem calculados. Uma vez liberados no meio ambiente, os OGMs podem dar início a uma série de efeitos indiretos de difícil monitoramento e controle. Diante desse dilema, muitos ambientalistas preferem seguir o que geralmente é denominado **prin-**

**cípio preventivo** – o qual propõe que, nos casos em que há dúvidas suficientes em relação aos possíveis riscos de novas atividades, é melhor obedecer às práticas existentes em vez de modificá-las.

#### **Cuidando do futuro**

Por estarmos diante de um novo século, não conseguimos prever se os próximos cem anos serão marcados por um desenvolvimento social e econômico pacífico ou por uma multiplicação de problemas globais – cuja resolução talvez esteja além da capacidade da humanidade. Diferentemente do que os sociólogos escreveram há 200 anos, percebemos com clareza que a indústria, a tecnologia e a ciência modernas não trazem, de maneira nenhuma, consequências totalmente benéficas. Nosso planeta está muito mais populoso e rico do que antes, mas também se encontra à beira de um desastre ecológico.

Deveríamos nos resignar a uma atitude de desespero? É claro que não. Se há uma coisa que a sociologia nos oferece é uma profunda consciência da autoria humana das instituições sociais. Enxergamos a possibilidade de controlar nosso destino e de moldarmos nossa vida para melhor, o que seria inimaginável para as gerações anteriores.

A ideia do desenvolvimento sustentável, discutida anteriormente, ajudou a promover algumas inovações importantes no campo ambiental. Entre elas, encontram-se especialmente os conceitos de *ecoeficiência* e de *modernização ecológica*. A *ecoeficiência* significa o desenvolvimento de tecnologias que sejam eficazes na geração do crescimento econômico, mas que assim o façam com um custo mínimo para o meio ambiente. Ainda na década de 1980, quando surgiu o Relatório Brundtland, todos supunham que a maioria das formas de desenvolvimento industrial e de proteção ecológica era incompatível. A ideia central envolvida na tese da *modernização ecológica* é a de que essa é uma suposição falsa. O uso de tecnologias ecoeficientes pode gerar formas de desenvolvimento econômico que combinam o crescimento econômico com políticas positivas para o meio ambiente.

As possibilidades oferecidas pela modernização ecológica podem ser ilustradas pela referência à indústria de descarte de resíduos – a indústria que se desfaz das toneladas de refugos que as indústrias e os consumidores produzem todo dia. Até bem pouco tempo, como vimos acima, a maior parte desses resíduos era simplesmente processada e enterrada. Hoje, no entanto, toda essa indústria está sendo transformada. Avanços tecnológicos tornam muito mais barata a produção do papel utilizado na impressão de jornais com papel reciclado do que com a polpa de madeira, como ele era produzido. Assim, há boas razões econômicas, e também ambientais, para utilizarmos e reutilizarmos o papel, em vez de cortarmos árvores incessantemente. Não apenas empresas isoladas, mas também indústrias inteiras, estão perseguindo a meta do “resíduo zero” – ou seja, a reciclagem completa de todos os resíduos para serem utilizados finalmente na indústria. As fábricas de carros Toyota

\* N. de T. Através da modificação genética da colza, produz-se a Canola.

ta e Honda já atingiram um nível de 85% de capacidade de reciclagem para as peças de carro que utilizam. Nesse contexto, o lixo deixa de ser o acúmulo nocivo de materiais, e passa a ser um recurso para a indústria e, até certo ponto, um meio de impulsionar ainda mais a inovação tecnológica.

Podem-se compreender por que algumas das principais contribuições para a reciclagem e, portanto, para o desenvolvimento sustentável, provêm de regiões que têm uma forte concentração de indústrias da área da tecnologia da informação, como o Vale do Silício, na Califórnia. A tecnologia da informação, ao contrário de muitas outras formas mais antigas de produção industrial, é uma indústria limpa em termos ambientais. Quanto mais ela participa da produção industrial, maiores são as chances de redução dos efeitos nocivos ao meio ambiente. Essa consideração poderia ter alguma influência sobre o futuro desenvolvimento das sociedades mais pobres do mundo. Pelo menos em algumas áreas de produção, seria possível atingir um desenvolvimento econômico acelerado sem a poluição gerada pelas antigas economias industriais, pois a tecnologia da informação desempenhará um papel muito mais importante.

Até mesmo os mais firmes defensores da modernização ecológica se vêem forçados a admitir que o resgate ambiental do planeta provavelmente exigirá mudanças nos níveis de desigualdade que atualmente existem no mundo. Como vimos, os países industriais hoje respondem por apenas um quinto da população mundial. Entretanto, eles são responsáveis por mais de 75% das emissões de gases que servem para poluir a atmosfera e acelerar o aquecimento global. Uma pessoa comum no mundo desenvolvido consome dez vezes mais recursos naturais do que outra que more em um país menos desenvolvido. A pobreza é, por si mesma, um fator fundamental a contribuir nas práticas que levam a danos ambientais nos países pobres. Pes-

soas que vivem em condição de miséria econômica não têm outra escolha senão aproveitar ao máximo os recursos locais disponíveis. Dessa forma, é impossível pensarmos o desenvolvimento sustentável sem relacioná-lo com as desigualdades globais.

### Meio ambiente: um tema para a sociologia?

Por que os sociólogos deveriam se preocupar com o meio ambiente? Não estamos falando de questões que são de competência exclusiva de cientistas ou tecnólogos? O impacto dos seres humanos sobre a natureza não é físico, gerado pelas modernas tecnologias da produção industrial? Sim, mas a indústria moderna e a tecnologia nasceram ligadas a instituições sociais distintas. As origens desse nosso impacto sobre o meio ambiente são sociais, assim como muitas de suas consequências.

Desse modo, o resgate ambiental do planeta significará uma transformação social e também tecnológica. Diante das enormes desigualdades globais existentes, há poucas chances de que os países pobres em desenvolvimento venham a sacrificar seu próprio crescimento econômico por causa de problemas ambientais provocados sobretudo pelas nações ricas. Todavia, a Terra não parece contar com recursos suficientes para que todos os seus habitantes possam ter o padrão de vida que a maioria das pessoas que vivem nas sociedades industrializadas considera trivial. Por isso, se os setores empobrecidos do planeta devem alcançar os mais ricos, é provável que estes últimos precisem revisar suas expectativas em relação ao crescimento econômico constante. Alguns autores "verdes" defendem a necessidade de que os países ricos reajam contra o consumismo e retornem aos modos de vida mais simples para evitar o desastre ecológico global.

### Pontos Principais

1. O crescimento populacional é um dos maiores problemas globais atualmente enfrentados pela humanidade. O malthusianismo é a idéia, apresentada primeiramente por Thomas Malthus há dois séculos, de que o crescimento populacional tende a ultrapassar os recursos disponíveis para o seu sustento. Caso as pessoas não limitassem sua frequência de relações sexuais, o crescimento populacional excessivo seria uma garantia de um futuro de miséria e fome.
2. O estudo do crescimento populacional denomina-se demografia. Grande parte do trabalho demográfico é estatístico, mas os demógrafos também se preocupam em tentar explicar por que os padrões populacionais assumem a forma que assumem. Os conceitos mais importantes na análise populacional são as taxas de natalidade, as taxas de mortalidade, a fertilidade e a fecundidade.
3. As mudanças nos padrões populacionais são geralmente analisadas em termos de um processo de transição demográfica. Antes da industrialização, tanto as taxas de natalidade quanto as de mortalidade eram altas. No início da industrialização, houve um crescimento populacional, pois as taxas de mortalidade sofreram uma redução ao mesmo tempo que as de natalidade demoraram mais para cair. Finalmente, chegou-se a um novo equilíbrio entre baixas taxas de natalidade e de mortalidade.
4. As projeções são de que, até 2150, a população mundial ultrapasse 10 bilhões de pessoas. Esse crescimento ocorrerá, sobretudo, no mundo em desenvolvimento, onde os países passarão por uma transição demográfica, apresentando um crescimento acelerado até que a população se estabilize. No mundo desenvolvido, a população aumentará apenas levemente, e, no lugar do crescimento, haverá

um processo de envelhecimento e uma diminuição no número de jovens em termos absolutos. Essas tendências populacionais trarão implicações de amplas consequências para os mercados de trabalho, os sistemas assistenciais, o suprimento de alimentos, o abastecimento de água, o ambiente natural e as condições das áreas urbanas.

5. São poucos os aspectos do mundo natural que não foram afetados pela atividade humana. Todas as sociedades agora se preocupam com a ecologia ambiental – tentando encontrar a melhor maneira de lidar com os danos ambientais e de contê-los diante do impacto da indústria moderna e da tecnologia. A idéia dos “limites para o crescimento”, popularizada na década de 1970, consiste na noção de que o crescimento e o desenvolvimento industrial não são compatíveis com a natureza finita dos recursos terrestres. Já o desenvolvimento sustentável acredita que o crescimento deve ocorrer, mas de forma a reciclar os recursos em vez de esgotá-los.
6. Os padrões crescentes de consumo no mundo inteiro são um reflexo do crescimento econômico, mas também provocam danos aos recursos ambientais e exacerbam a desigualdade global. O consumo de energia e de matérias-primas é infinitamente maior nos países ocidentais do que em outras regiões do mundo; porém, os danos ambientais causados pelo aumento do consumo produzem um impacto mais severo sobre os pobres.
7. Há muitas fontes de ameaça ambiental. Algumas estão relacionadas à poluição e aos resíduos lançados na atmosfera: poluição do ar, chuva ácida, poluição da água e resíduos sólidos não-recicláveis. Outras ameaças ambientais envolvem o esgotamento dos recursos naturais renováveis, como a água, o solo e as florestas, o qual reduz a biodiversidade.
8. A maioria das questões ambientais está intimamente relacionada ao risco, pois são resultado da expansão da ciência e da tecnologia. O aquecimento global refere-se ao aumento gradual da temperatura terrestre, provocado pela elevação dos níveis de gás carbônico e de outros gases na atmosfera. As consequências potenciais do aquecimento global são severas e incluem enchentes, disseminação de doenças, condições climáticas extremas e aumento dos níveis dos mares. O aquecimento global oferece riscos potenciais a toda a espécie humana, mas é difícil organizar os esforços para combatê-lo, porque as causas e as possíveis consequências desse problema são muito difusas.
9. As lavouras geneticamente modificadas são produzidas por meio da manipulação da composição genética de um vegetal. Os alimentos GMs são uma questão controversa: a modificação genética pode trazer benefícios enormes, aliviando o problema da fome e da subnutrição, porém a tecnologia envolvida nesse processo é recente e também pode acarretar riscos para os seres humanos e o ambiente natural. O princípio preventivo propõe que, nos casos em que há dúvidas suficientes em relação aos possíveis riscos, é melhor seguir as práticas existentes em vez de avançar.
10. A ecoeficiência refere-se às tecnologias que geram crescimento econômico a um custo mínimo para o meio ambiente. A modernização ecológica é a convicção de que o desenvolvimento industrial e a proteção ecológica não são incompatíveis.

### Questões para Reflexão

1. Por que o estudo da demografia é sociológico?
2. Por que as taxas de natalidade ainda se mantêm altas tanto tempo depois da queda das taxas de mortalidade?
3. De quem é a culpa dos danos ambientais: da ciência ou da sociedade?
4. O indivíduo pode fazer a diferença em uma era de riscos globais?
5. É justo impor “limites para o crescimento” aos países em desenvolvimento quando o Ocidente praticamente concluiu sua industrialização?
6. Afinal, Malthus tinha razão?

---

### **Leitura Complementar**

**Caroline Bledsoe, Susana Lerner e Jane I. Guyer**, *Fertility and the Male Life-cycle in the Era of Fertility Decline* (Oxford: Oxford University Press, 2000)

**Paul Brown**, *Global Warming: Can Civilization Survive?* (London: Blandford, 1996)

**Amani F. El Obeid** (ed.), *Food Security: New Solutions for the Twenty-First Century* (Ames: Iowa State University Press, 1999)

**Steve Hinchliffe e Kath Woodward** (eds), *The Natural and the Social: Uncertainty, Risk, Change* (New York: Routledge, 2000)

**Geoffrey McNicoll**, *Population Weights in the International Order* (New York: Population Council, 1999)

**G. Tyler Miller, Jr**, *Living in the Environment: Principles, Connections and Solutions* (London: Brooks/Cole, 2000)

**David Pearce e Edward Barbier**, *Blueprint for a Sustainable Economy* (London: Earthscan, 2000)

---

### **Endereços na Internet**

Centre for Population Studies, London School of Hygiene and Tropical Medicine

<http://www.lshtm.ac.uk/eps/eps>

Páginas relacionadas ao meio ambiente no Department of the Environment, Transport and the Regions (UK)

[www.environment.defr.gov.uk](http://www.environment.defr.gov.uk)

Environmental Organization Web Directory

[www.webdirectory.com](http://www.webdirectory.com)

Friends of the Earth

<http://www.foe.co.uk>

Greenpeace

<http://www.greenpeace.org.uk>

United Nations Development Programme

<http://www.undp.org>

# Métodos de Pesquisa Sociológica

# 20

<b>Questões Sociológicas</b>	508	<b>Métodos de pesquisa</b>	514
<b>A sociologia é uma ciência?</b>	509	Etnografia	514
<b>O processo de pesquisa</b>	510	Levantamentos	515
O problema da pesquisa	511	Experimentos	516
Uma revisão das evidências	511	Histórias de vida	517
Como tornar o problema preciso	511	Análise histórica	518
A elaboração de um plano	511	Uma combinação entre a pesquisa comparativa e a histórica	519
A execução da pesquisa	511	<b>A pesquisa no mundo real: problemas, armadilhas, dilemas</b>	519
A interpretação dos resultados	511	Uma investigação da raça e da pobreza nos espaços urbanos	519
O relato das descobertas	512	<b>Conclusão: a influência da sociologia</b>	523
A realidade intromete-se!	512	Pontos principais	525
<b>Entender a causa e o efeito</b>	512	Questões para reflexão	525
Causalidade e correlação	512	Leitura complementar	525
O mecanismo causal	513	Endereços na internet	526
Os controles	513		
A identificação das causas	514		





## 20: Métodos de Pesquisa Sociológica

No auditório do *Delta Airlines Stewardess Training Centre* (Centro de Treinamento para Comissárias de Bordo da Delta Airlines), em Atlanta, 123 estagiárias para a função de comissária de bordo escutavam um piloto explicar que o sorriso é o principal atrativo de uma comissária de bordo. Arlie Hochschild, professora universitária de sociologia na Universidade da Califórnia, foi para Atlanta participar de uma dessas aulas, sobre as quais escreve em seu livro *The Managed Heart* (1983).

"Agora, meninas, eu quero que vocês saiam por aquela porta e *sorriam com vontade*", instruiu o piloto. "O sorriso é o maior atrativo de vocês. Quero ver vocês saírem e praticarem o sorriso. Sorriam. Sorriam *mesmo*. Aquele sorriso bem *escancarado*."

Tendo como base sua pesquisa com as comissárias de bordo, Hochschild conseguiu acrescentar uma nova dimensão à maneira como os sociólogos imaginam o mundo do trabalho. Como as economias ocidentais baseiam-se cada vez mais na prestação de serviços, é preciso compreender o estilo emocional do trabalho que desempenhamos.

O emprego de comissária de bordo é um trabalho como tantos outros que hoje você e seus amigos executam. Pouco importa se a sua função for servir expressos ou manobrar carros, muitos dos empregos atualmente exigem muito mais de você do que trabalho físico. Você terá que oferecer o que Hochschild chama de "esforço emocional" – um trabalho que requer de você um controle dos seus sentimentos a fim de criar uma expressão corporal e facial que possa ser publicamente observada (e aceita). De acordo com Hochschild, as empresas para as quais você trabalha reivindicam não apenas os seus movimentos físicos, mas também as suas emoções. Elas são donas do seu sorriso quando você está trabalhando.

A autora passou um longo período nas aulas de treinamento, porque participar dos processos sociais e observá-los é uma excelente maneira de compreendê-los. Ela também realizou entrevistas que lhe permitiram reunir mais informações do que Hochschild teria obtido se apenas tivesse observado as aulas. A sua pesquisa abriu uma janela para um aspecto da vida que a maioria das pessoas imagina compreender, mas que precisava ser mais aprofundado. Ela descobriu que os prestadores de serviços – assim como os trabalhadores braçais – geralmente se sentem distanciados daquele aspecto particular de si mesmos que é abandonado no trabalho. O braço desses trabalhadores pode dar a impressão de que seja uma peça de maquinário, e de que apenas eventualmente uma parte da pessoa o movimentam. Da mesma forma, os prestadores de serviços com frequência diziam a Hochschild que seus sorrisos *estavam neles*, mas não *eram deles*. Ou seja, esses trabalhadores sentiam-se afastados de suas próprias emoções, o que é um fato interessante se considerarmos que geralmente se imagina que as emoções são uma parte profunda e pessoal de nós mesmos.

Desde a publicação de *The Managed Heart*, muitos outros estudiosos basearam seu trabalho nas idéias de Hochschild. Apesar de Hochschild ter conduzido sua pesquisa dentro de uma das mais desenvolvidas "economias de prestação de serviços" do mundo – os Estados Unidos –, suas descobertas são aplicáveis a muitas sociedades da atualidade. Os empregos na área de prestação de serviços vêm se expandindo rapidamente pelo mundo, exigindo que um número cada vez maior de pessoas se dediquem ao "esforço emocional" em seu local de trabalho. Em alguns países que não possuem a tradição do sorriso em público, como a Groenlândia (veja a p. 39), essa tarefa tem se mostrado um tanto complicada. Nesses países, às vezes se exige que os prestadores de serviços participem de "sessões de treinamento para aprender a sorrir" – não muito diferentes daquelas frequentadas pelas comissárias de bordo da Delta Airlines.

### Questões sociológicas

É tarefa da pesquisa sociológica ultrapassar as interpretações de nível superficial da vida comum, como fez Hochschild. Uma boa pesquisa deve nos auxiliar a entender nossa vida social de uma nova maneira. Deve nos tomar de surpresa, nas perguntas que faz e nas descobertas que propõe. Os temas que interessam aos sociólogos, em sua teoria e em suas pesquisas, são muitas vezes semelhantes àqueles que preocupam outras



A pesquisa que Arlie Hochschild realizou com comissárias de bordo levou a uma nova interpretação de como os prestadores de serviços podem se sentir distantes das ferramentas de seu trabalho – seus sorrisos.

pessoas, porém os resultados desse tipo de pesquisa frequentemente opõem-se ao que consideramos bom senso.

Em quais circunstâncias vivem os grupos minoritários? Como pode existir fome em massa em um mundo que hoje é muito mais rico do que foi no passado? Quais os efeitos que a utilização cada vez maior da tecnologia da informação produzirá sobre nossas vidas? Será que a família está começando a se desintegrar enquanto instituição? Os sociólogos buscam oferecer respostas para esses e muitos outros problemas. Suas descobertas não são, de modo algum, conclusivas. Mesmo assim, é um objetivo sempre presente na teoria e na pesquisa sociológicas escapar do método especulativo por meio do qual as pessoas comuns geralmente consideram essas questões. Um trabalho sociológico de qualidade procura garantir a maior precisão possível às questões e reunir evidências factuais antes de chegar a conclusões. Para atingir esses objetivos, precisamos conhecer os métodos de pesquisa mais úteis a serem aplicados em determinado estudo e a melhor maneira de analisar os resultados.

Algumas das questões que os sociólogos utilizam em suas pesquisas são, em grande parte, **questões factuais**. Por exemplo, muitos aspectos do crime e da justiça necessitam de uma investigação sociológica direta e sistemática. Assim, podemos perguntar: Quais as formas mais comuns de crime? Qual a proporção das pessoas que se lançam em um comportamento criminoso que são apanhadas pela polícia? Quantas dessas pessoas acabam sendo consideradas culpadas e presas? Questões factuais como essas, muitas vezes, requerem muita pesquisa antes que se possa responder a elas: o valor das estatísticas oficiais sobre o crime, por exemplo, na indicação do verdadeiro nível de atividade criminal, é dubio. Pesquisadores que estudam níveis criminais constataram que apenas cerca da metade de todos os crimes graves é denunciada à polícia.

Informações factuais sobre uma sociedade, é claro, nem sempre nos revelarão se estamos lidando com um caso incomum ou um conjunto muito geral de influências. Os sociólogos, muitas vezes, precisam de **questões comparativas**, que servem para relacionar um contexto social de uma sociedade a outro, ou contrastar exemplos extraídos de diferentes sociedades. Existem diferenças significativas, por exemplo, entre os sistemas social e legal da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Uma típica questão comparativa poderia ser: como os padrões

de comportamento criminal e de cumprimento das leis variam entre esses dois países? (De fato, encontramos algumas diferenças importantes entre eles.)

Na sociologia, precisamos observar não apenas as sociedades existentes, uma em relação a outra, mas também comparar o presente e o passado delas. Nesse ponto, as questões dos sociólogos são **questões evolutivas**. Para entendermos a natureza do mundo moderno, precisamos observar as antigas formas de sociedade e analisar a principal direção tomada pelos processos de mudança. Assim, podemos investigar, por exemplo, como se originaram as primeiras prisões e descrever as atuais.

A linha da adoção de questões factuais – ou o que os sociólogos geralmente preferem chamar de **investigações empíricas** – relaciona-se ao modo como as coisas ocorrem. Entretanto, a sociologia não consiste apenas na coleta de fatos, independentemente do quanto estes possam ser importantes e interessantes. Precisamos sempre interpretar o significado dos fatos, e para isso é necessário que aprendamos a propor **questões teóricas**. Muitos sociólogos trabalham fundamentalmente com questões empíricas, porém, a menos que em sua pesquisa eles sejam instruídos por algum tipo de conhecimento teórico, é pouco provável que seu trabalho seja esclarecedor – o que também se aplica à pesquisa realizada com objetivos estritamente práticos (veja a Tabela 20.1).

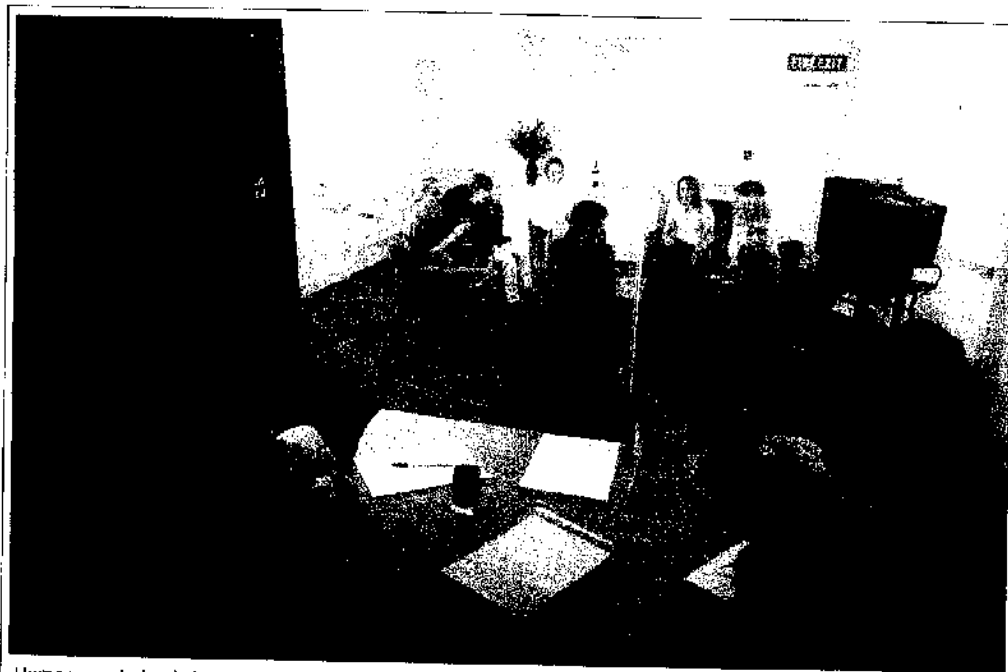
Neste capítulo, iniciaremos avaliando até que ponto a sociologia pode ser vista como uma ciência. Muitos aspectos do mundo social são um sinal da impossibilidade de investigá-lo do mesmo modo que o mundo natural, e discutiremos por que isso ocorre. Examinaremos, então, alguns elementos-chave envolvidos na pesquisa sociológica antes de revisarmos as diferentes formas de métodos de pesquisa que os sociólogos empregam em seu trabalho. Analisaremos também algumas investigações concretas – pois, muitas vezes, existem contrastes entre os modos ideais de execução da pesquisa e os estudos da vida real.

## A sociologia é uma ciência?

Durkheim, Marx e outros fundadores da sociologia imaginaram-na uma ciência, mas será que podemos realmente estudar cientificamente a vida social humana? A ciência é o emprego de

**Tabela 20.1** Linha de questionamento de um sociólogo

Questão factual	O que aconteceu?	Desde a década de 1980, as meninas têm conseguido melhores resultados em termos educacionais na escola do que os meninos.
Questão comparativa	Isso ocorreu em todos os lugares?	Esse fenômeno foi global, ou ocorreu somente na Grã-Bretanha, ou apenas em determinada região da Grã-Bretanha?
Questão evolutiva	Essa situação evoluiu com o tempo?	Quais foram os padrões de conquista educacional das meninas ao longo do tempo?
Questão teórica	O que subjaz a esse fenômeno?	Por que atualmente o desempenho das meninas na escola é melhor? Quais os fatores que observaríamos para explicar essa mudança?



Humanos estudando humanos, um tipo diferente de ciência.

métodos sistemáticos de investigação empírica, de análise de dados, do pensamento teórico e da avaliação lógica dos argumentos a fim de desenvolver um corpo de conhecimento a respeito de um tema específico. De acordo com essa definição, a sociologia é um esforço científico; envolve métodos sistemáticos de investigação empírica, análise de dados e avaliação de teorias à luz das evidências e do argumento lógico.

Estudar os seres humanos, no entanto, é diferente de observar os acontecimentos no mundo físico, e a sociologia não deveria ser imediatamente vista como uma ciência natural. Diferentemente dos objetos da natureza, os humanos são seres autoconscientes, que conferem sentido e propósito ao que fazem. Não podemos sequer descrever a vida social com precisão a menos que primeiro compreendamos os conceitos que as pessoas aplicam ao seu comportamento. Por exemplo, descrever uma morte como suicídio significa saber quais as intenções da pessoa em questão no momento. O suicídio pode ocorrer apenas quando o indivíduo traz viva, em sua mente, a idéia da autodestruição. Não se pode dizer que alguém que se colocou acidentalmente na frente de um carro e morreu atropelado tenha cometido suicídio.

Existe ainda outra razão que diferencia o estudo da sociedade do estudo do mundo natural. Estamos constantemente criando e recriando as sociedades em que vivemos por meio de nossas próprias ações. A sociedade não é uma entidade estática ou imutável; as instituições sociais estão sendo continuamente reproduzidas ao longo do tempo e do espaço por meio das ações repetidas dos indivíduos. A sociologia interessa-se pelo estudo

dos seres humanos, e não de objetos inertes. Portanto, a relação entre a sociologia e o seu tema é necessariamente diferente da relação entre os cientistas naturais e o mundo físico. Os seres humanos têm a capacidade de entender o conhecimento social e de responder a ele de uma forma que os elementos do mundo natural não conseguem. É dessa forma que a sociologia pode servir como uma poderosa força libertadora.

O fato de não podermos estudar os seres humanos exatamente da mesma forma que os objetos da natureza é, em alguns aspectos, uma vantagem para a sociologia. Os pesquisadores sociológicos saem ganhando ao poderem propor questões diretamente àquelas que estudam – outros seres humanos. Em outros aspectos, a sociologia cria dificuldades que não são encontradas pelos cientistas naturais. Quando as pessoas têm consciência de que suas atividades estão sendo escrutadas, elas geralmente não se comportam da mesma forma que o fazem normalmente. É possível que, conscientemente, elas assumam um papel diferente daquele de suas atitudes usuais. Talvez elas até mesmo cheguem a tentar “auxiliar” o pesquisador, dando as respostas que acreditam ser as esperadas.

### O processo de pesquisa

Observemos agora as etapas normalmente presentes no trabalho de pesquisa. O processo de pesquisa abrange uma série de passos distintos, que vão desde o ponto de partida da investiga-

ção até o momento em que suas descobertas são publicadas ou disponibilizadas por escrito.

### O problema da pesquisa

Toda pesquisa começa a partir do problema da pesquisa, o qual, às vezes, é uma área de ignorância factual: podemos simplesmente desejar ampliar nosso conhecimento a respeito de certas instituições, processos sociais ou culturas. Um pesquisador pode iniciar sua tarefa respondendo a questões do tipo: Que proporção da população demonstra fortes crenças religiosas? Anualmente, as pessoas estão mesmo descontentes com o "governo central"? Até que ponto a situação econômica das mulheres é inferior à dos homens?

A pesquisa sociológica de melhor qualidade, contudo, começa com problemas que são também enigmas. Um enigma não se resume à falta de informações, mas é uma *lacuna em nossa compreensão*. Grande parte da habilidade em produzir uma pesquisa sociológica recompensadora consiste em identificar corretamente os enigmas. Em vez de simplesmente responder à questão "O que está acontecendo aqui?", a pesquisa que busca solucionar enigmas tenta contribuir para que possamos compreender o *motivo* pelo qual os eventos ocorrem dessa maneira. Assim, podemos perguntar: Por que os padrões de crença religiosa estão mudando? O que explica a mudança nas proporções da população que votou nas eleições dos últimos anos? Por que as mulheres marcam pouca presença nos empregos de alto status.

Não existe nenhuma pesquisa isolada. Os problemas de pesquisa surgem como parte do trabalho contínuo; um projeto de pesquisa pode facilmente levar ao projeto seguinte porque levanta temas que não haviam sido considerados previamente pelo pesquisador. Um sociólogo talvez descubra enigmas lendo o trabalho de outros pesquisadores em livros e periódicos especializados, ou estando ciente das correntes específicas da sociedade. Por exemplo, nos últimos anos, cresce o número de programas que buscam tratar os indivíduos com problemas mentais dentro da comunidade em vez de confiná-los em hospitais psiquiátricos. Os sociólogos podem ser impelidos a perguntar: O que provocou essa mudança de atitude em relação aos doentes mentais? Quais são as prováveis consequências, tanto para os próprios pacientes quanto para o resto da comunidade?

### Uma revisão das evidências

Uma vez identificado o problema, o próximo passo do processo de pesquisa geralmente consiste na revisão das evidências disponíveis no campo; talvez a pesquisa anterior já tenha esclarecido satisfatoriamente a questão. Caso isso não tenha ocorrido, o pesquisador precisará esquadrinhar qualquer tipo de pesquisa relacionada a esta para avaliar sua utilidade. Será que os pesquisadores anteriores detectaram o mesmo enigma? Como tentaram resolvê-lo? Que aspectos do problema a pesquisa deles não analisou? Aproveitar as idéias de outras pessoas é uma medida que

ajuda os sociólogos a esclarecer os temas que podem ser levantados e os métodos que podem ser empregados na pesquisa.

### Como tornar o problema preciso

Uma terceira etapa envolve a elaboração de uma formulação clara do problema de pesquisa. No caso de já existir uma literatura relevante, o pesquisador pode retornar da biblioteca com uma boa noção de como o problema deve ser abordado. Nessa etapa, palpites sobre a natureza do problema, às vezes, podem ser transformados em uma *hipótese* definitiva – uma suposição baseada em fatos ou informações a respeito do que está acontecendo. Para a eficácia da pesquisa, é necessário formular uma hipótese de forma que o material factual coletado ofereça evidências para confirmá-la ou contestá-la.

### A elaboração de um plano

O pesquisador precisa então decidir apenas *como* os materiais da pesquisa devem ser coletados. Existe uma série de diferentes métodos de pesquisa, e a escolha de um depende dos objetivos gerais do estudo, bem como dos aspectos comportamentais a serem analisados. Um levantamento (no qual geralmente se utilizam questionários) pode ser adequado para algumas finalidades. Em outras circunstâncias, entrevistas ou um estudo observacional, como aquele realizado por Arlie Hochschild, podem ser apropriados.

### A execução da pesquisa

No momento de efetivamente dar prosseguimento à pesquisa, podem surgir facilmente dificuldades práticas imprevistas. Contatar algumas das pessoas a quem os questionários devem ser enviados ou as quais o pesquisador deseja entrevistar é uma tarefa que pode revelar-se impossível. Uma empresa ou agência do governo talvez não esteja disposta a permitir que o indivíduo execute o trabalho planejado. Por exemplo, se o pesquisador estiver estudando como as corporações empresariais cumprem os programas que garantem a igualdade de oportunidades para as mulheres, então aquelas que não obedecem a tais programas talvez não queiram ser estudadas, e, conseqüentemente, haveria resultados parciais.

### A interpretação dos resultados

A coleta do material a ser analisado não significa o fim das dificuldades do pesquisador – elas podem estar apenas começando! Resolver as implicações dos dados coletados e relacioná-las novamente ao problema de pesquisa é uma tarefa raramente fácil. Embora talvez seja possível encontrar uma resposta clara para as primeiras questões, muitas investigações não chegam a ser totalmente conclusivas.

## O relato das descobertas

O relatório da pesquisa, normalmente publicado na forma de artigo de periódico ou de livro, explica a natureza dessa pesquisa e busca justificar as conclusões a que se chegou. No caso de Hochschild, esse relatório foi o livro *The Managed Heart*. Essa é uma etapa final apenas em termos de projeto de pesquisa individual. A maioria dos relatórios indica questões que continuam sem resposta, sugerindo novas pesquisas que possam ser proveitosas no futuro. Todas as investigações da pesquisa individual fazem parte do processo contínuo da pesquisa que ocorre dentro da comunidade sociológica.

## A realidade intromete-se!

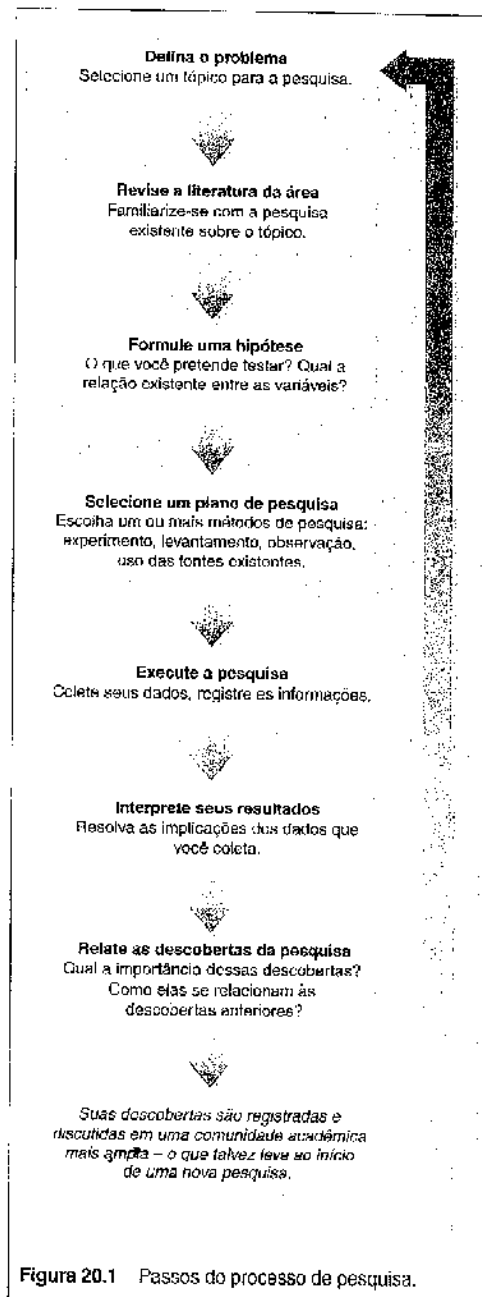
A seqüência de passos apresentada anteriormente é uma versão simplificada do que acontece em projetos de pesquisa concretos (veja a Figura 20.1). Na pesquisa sociológica de fato, raramente há uma sucessão tão nítida entre essas etapas, o que quase sempre faz com que o indivíduo simplesmente tenha que "se virar". Essa diferença lembra um pouco a que existe entre as receitas esboçadas em um livro de culinária e o verdadeiro processo de preparar uma refeição. Quem é um cozinheiro experiente geralmente não acompanha nenhuma receita, mesmo assim, talvez cozinhe melhor do que aqueles que assim o fazem. Seguir esquemas fixos pode ser uma medida excessivamente restritiva; na realidade, a maior parte das pesquisas sociológicas de destaque não poderia se encaixar rigidamente nessa seqüência, ainda que alguns dos passos estivessem lá.

## Entender a causa e o efeito

Um dos principais problemas a serem abordados na metodologia de pesquisa é a análise entre a causa e o efeito. Uma **relação causal** entre dois eventos ou duas situações é uma associação na qual um evento ou situação gera outro evento ou outra situação. Soltando-se o freio de mão de um carro estacionado em um declive, este descerá morro abaixo, adquirindo cada vez mais velocidade. A *causa* desse acontecimento foi a atitude de soltarmos o freio; os motivos disso podem ser facilmente compreendidos pela referência com os princípios físicos envolvidos. Assim como a ciência natural, a sociologia depende da suposição de que todos os eventos possuem causas. A vida social não é um conjunto aleatório de ocorrências sem pé nem cabeça. Uma das principais tarefas da pesquisa sociológica — combinada ao pensamento teórico — é identificar as causas e os efeitos.

## Causalidade e correlação

A **causalidade** não pode ser inferida diretamente a partir da **correlação**. A correlação significa a existência de uma rela-



ção regular entre dois conjuntos de ocorrências ou **variáveis**. Uma variável é qualquer dimensão ao longo da qual variam os indivíduos ou os grupos. A idade, as diferenças no nível de renda, os índices de criminalidade e as diferenças em termos de classe social estão entre as muitas variáveis estudadas pelos sociólogos. Pode parecer que, quando se descobre que duas variáveis estão intimamente correlacionadas, uma deve

ser a causa da outra – o que muitas vezes não é verdade. Há muitas correlações que não possuem nenhuma relação causal entre as variáveis. Por exemplo, no período após a Segunda Guerra Mundial, podemos encontrar uma forte correlação entre o declínio do número de fumantes de cachimbo e a diminuição do volume de pessoas que vão regularmente ao cinema. Não há dúvidas de que uma mudança não provocou a outra, e seria difícil descobrir até mesmo uma ligação causal remota entre elas.

Há muitos casos, contudo, em que não fica tão óbvio que uma correlação observada não implique uma relação causal. Essas correlações são armadilhas para os imprudentes, levando facilmente a conclusões questionáveis ou falsas. Em sua obra clássica de 1897, *Suicide* (veja o Capítulo I, "O que é Sociologia?", p. 24), Émile Durkheim descobriu uma correlação entre os índices de suicídio e as estações do ano (Durkheim, 1952). Nas sociedades estudadas por Durkheim, os níveis de suicídio aumentavam progressivamente a partir do mês de janeiro até junho ou julho. Dessa época em diante, eles apresentavam uma diminuição até o final do ano. Diante desses dados, poderíamos supor que existe uma relação causal entre a temperatura ou a mudança climática e a propensão de os indivíduos acabarem com a própria vida. Com a elevação da temperatura, talvez as pessoas fiquem mais impulsivas, agindo de sangue quente? Entretanto, neste caso, é provável que a relação causal nada tenha a ver diretamente com a temperatura ou o clima. Essa suposição é uma *correlação espúria* – uma associação entre duas variáveis que *parecem* verdadeiras, mas cuja causa, na realidade, deve-se a outro(s) fator(es).

Analisando-se melhor essa questão, percebe-se que a maioria das pessoas tem uma vida social mais intensa na primavera e no verão do que no inverno. Indivíduos que estão isolados ou tristes tendem a ver esses sentimentos se intensificarem à medida que o nível de atividades das outras pessoas aumenta. Conseqüentemente, é provável que as tendências suicidas se pronunciem mais na primavera e no verão do que no outono ou no inverno, quando diminui o ritmo da atividade social.

### O mecanismo causal

Resolver as ligações causais envolvidas nas correlações é, muitas vezes, um processo difícil. Há uma forte correlação, por exemplo, entre o nível de conquista educacional e o sucesso ocupacional nas sociedades modernas. Quanto melhores forem as notas de um indivíduo na escola, melhor será a remuneração do emprego que ele deverá conseguir. Como explicar essa correlação? A pesquisa tende a mostrar que essa situação não se deve sobretudo à experiência escolar propriamente dita; os níveis de conquista na escola são muito mais influenciados pelo tipo de lar onde essa pessoa se criou. Crianças provenientes de lares mais ricos, nos quais os pais demonstram um profundo interesse em relação ao seu aprendizado e há fartura de livros, têm mais chances de se saírem

bem do que aquelas que vêm de lares em que tais qualidades são inexistentes. Os mecanismos causais neste caso são as atitudes dos pais para com seus filhos, somadas aos recursos de aprendizado oferecidos em casa.

As ligações causais na sociologia não devem ser entendidas de uma forma muito mecânica. As atitudes das pessoas e suas razões subjetivas para agir dessa forma são fatores causais nas relações entre variáveis na vida social.

### Os controles

Ao avaliarmos a causa ou as causas que explicam uma correlação, é necessário traçarmos uma distinção entre **variáveis independentes** e **variáveis dependentes**. Uma variável independente é aquela que produz um efeito em outra variável. A variável afetada é a dependente. No exemplo há pouco mencionado, a conquista acadêmica é a variável independente, e a renda ocupacional é a dependente. A distinção refere-se à direção da relação causal que estamos investigando. O mesmo fator pode ser uma variável independente em um estudo, e uma variável dependente em outro. Tudo depende de quais processos causais estão sendo analisados. Se estivéssemos observando os efeitos das diferenças de renda ocupacional nos estilos de vida, a renda ocupacional seria então a variável independente, e não a dependente.

Para descobrirmos se uma correlação entre variáveis é uma ligação causal, utilizamos **controles**, ou seja, mantemos algumas variáveis constantes a fim de observarmos os efeitos de outras. Através desse processo, conseguimos formar uma opinião entre as explicações das correlações observadas, separando as relações causais das não-causais. Por exemplo, os pesquisadores que estudam o desenvolvimento infantil alegam a existência de uma ligação causal entre a carência materna na primeira infância e alguns problemas graves de personalidade na fase adulta. Como podemos examinar se realmente existe uma relação causal entre a carência materna e os posteriores distúrbios de personalidade? Tentando controlar, ou "filtrar" outras possíveis influências que talvez expliquem a correlação.

Uma fonte de carência materna é a internação de uma criança no hospital por um longo período, durante o qual esta fica separada de seus pais. Mas será que o que conta, nesse caso, é realmente o apego à mãe? Se uma criança receber amor e atenção de outras pessoas durante a primeira infância, não há chances de ela se tornar uma pessoa equilibrada? Para investigar essas possíveis ligações causais, precisaríamos comparar casos em que as crianças não receberam a atenção regular de ninguém e outros em que as crianças foram separadas de suas mães, mas receberam amor e cuidados de outra pessoa. Se o primeiro grupo desenvolvesse graves problemas de personalidade, mas o segundo não, suspeitaríamos de que o importante, na primeira infância, é a atenção regular de *alguém*, independentemente de essa pessoa ser ou não a mãe da criança. (Na verdade, as crianças parecem evoluir normalmente, desde que vivam uma relação estável, de amor, com alguém que as cuide – e que não precisa ser a própria mãe.)

### A identificação das causas

É grande o número de possíveis causas que poderiam ser invocadas para explicar qualquer correlação determinada. Como podemos ter certeza de estarmos abrangendo todas elas? A resposta é que não podemos. Nunca teríamos condições de executar uma pesquisa sociológica satisfatoriamente, e interpretar seus resultados, se fôssemos obrigados a fazer uma análise da possível influência de cada fator causal que imaginássemos ser potencialmente relevante. A identificação das relações causais é normalmente orientada pela pesquisa anterior na área em questão. Se, de antemão, não tivermos alguma idéia razoável dos mecanismos causais envolvidos em uma correlação, é provável que achemos muito difícil descobrir quais são as verdadeiras ligações causais. Não saberíamos o que avaliar.

Um bom exemplo da dificuldade em saber ao certo quais as relações causais envolvidas em uma correlação está na longa história dos estudos sobre o tabagismo e o câncer de pulmão. A pesquisa tem sempre demonstrado uma forte correlação entre os dois. Os fumantes correm mais riscos de contrair câncer de pulmão do que os não-fumantes e os fumantes inveterados, mais riscos do que os fumantes moderados. Mas também é possível expressar a correlação ao contrário. Uma grande proporção das pessoas que têm câncer de pulmão é fumante, ou fumaram durante muito tempo no passado. Existem tantos estudos confirmando essas correlações que geralmente se aceita a presença de um elo causal; porém, os mecanismos causais exatos são, até o momento, praticamente desconhecidos.

Mesmo que haja um grande volume de trabalho correlacional sobre qualquer tema, sempre resta alguma dúvida a respeito das possíveis relações causais, havendo a possibilidade de outras interpretações dessa correlação. Já se propôs, por exemplo, que as pessoas que têm uma predisposição ao câncer de pulmão também são predispostas a fumar. Segundo essa visão, não é o tabagismo que causa o câncer de pulmão, mas, sim, alguma tendência biológica para o tabagismo e o câncer que seja inerente ao indivíduo.

### Métodos de pesquisa

Passemos agora a observar os diversos métodos de pesquisa comumente empregados pelos sociólogos em seu trabalho.

#### Etnografia

A **etnografia** é o estudo de pessoas e de grupos, em primeira mão, durante um período de tempo, que utiliza a **observação participante** ou entrevistas para desvendar o comportamento social. A pesquisa etnográfica procura revelar os significados que sustentam as ações sociais; é feita através do envolvimento direto do pesquisador nas interações que constituem a realidade social para o grupo em estudo. Um sociólogo que esteja realizando uma pesquisa etnográfica pode trabalhar ou viver com um grupo, organização ou comunidade durante um período



de meses ou mesmo anos, geralmente assumindo um papel ativo nas atividades diárias dessas pessoas, observando o que acontece e pedindo explicações, ou buscando *insights* das decisões, das ações e dos comportamentos.

Um etnógrafo não pode simplesmente estar presente em uma comunidade. Ele deve explicar e justificar sua presença aos seus membros. Deve ganhar a cooperação da comunidade e mantê-la durante um certo tempo se quiser obter algum resultado vantajoso. Esse processo de ser aceito pode ser demorado e difícil, porém, com o tempo, os etnógrafos muitas vezes conseguem desenvolver relacionamentos de confiança com os membros do grupo. Há casos em que o pesquisador praticamente "torna-se" um membro da comunidade; em outros, ele talvez seja aceito como pesquisador, mas continue sendo considerado alguém de fora.

Durante muito tempo, era comum a exclusão dos relatos dos riscos ou problemas que precisavam ser superados na pesquisa baseada na observação participante, porém, recentemente, a publicação de memórias e diários de pessoas que desenvolvem trabalho de campo tem tido uma abertura maior em relação a esses temas. Frequentemente, é preciso enfrentar a sensação de solidão — não é fácil encaixar-se em um contexto social ou em uma comunidade à qual você realmente não pertence. O pesquisador pode sentir-se constantemente frustrado diante da recusa dos membros do grupo de falarem francamente sobre si mesmos; perguntas diretas podem ser bem recebidas



No trabalho de campo, os sociólogos precisam se aproximar das comunidades que estão estudando, mas não devem chegar tão perto a ponto de perder a capacidade de enxergá-las de fora.

em alguns contextos, mas se deparar com um silêncio hostil em outros. Alguns tipos de trabalho de campo podem até oferecer perigo físico: por exemplo, um pesquisador que esteja estudando uma gangue de delinquentes pode ser visto como um informante da polícia, ou ainda envolver-se involuntariamente em conflitos com gangues rivais.

Os trabalhos tradicionais da etnografia mostravam relatos que não continham muitas informações a respeito do observador. Isso ocorria porque se acreditava que um etnógrafo pudesse apresentar quadros objetivos do que ele estudava. Mesmo a pesquisa de Hochschild, escrita no início dos anos 1980, traz poucas informações a respeito da autora ou da natureza da sua ligação com as pessoas que estudou. Recentemente, os etnógrafos começaram a falar sobre si mesmos e sobre a natureza de sua ligação com as pessoas estudadas. Às vezes, pode ser uma questão de tentar avaliar como a raça, a classe ou o gênero de uma pessoa afetam o trabalho, ou como diferenças, em termos de poder, entre o observador e o observado distorcem o diálogo que eles estabelecem.

#### Vantagens e limitações da etnografia

Quando bem-sucedida, a etnografia oferece uma riqueza maior de informações a respeito da vida social do que a maioria dos demais métodos de pesquisa. Observando como são as coisas a partir de dentro de determinado grupo, é provável que tenhamos

uma melhor compreensão dos motivos que levam os seus membros a agirem da forma que agem. Talvez possamos também aprender mais a respeito dos processos sociais que se cruzam com a situação em estudo. A etnografia é, muitas vezes considerada um tipo de *pesquisa qualitativa*, por se interessar mais pelas interpretações subjetivas do que pelos dados numéricos. A etnografia também confere ao investigador uma flexibilidade maior do que a maioria dos demais métodos de pesquisa. O pesquisador consegue se adaptar a circunstâncias novas ou inesperadas e seguir de perto qualquer orientação que possa surgir.

Mas o trabalho de campo também tem grandes limitações. Apenas grupos ou comunidades razoavelmente pequenas podem ser estudadas. O trabalho depende muito da habilidade do pesquisador em ganhar a confiança dos indivíduos envolvidos. Sem essa habilidade, é pouco provável que a pesquisa saia do chão. O contrário também acontece. Um pesquisador pode começar a se identificar muito com o grupo, parando-se demais com alguém de dentro dele e perdendo aquela perspectiva de observador de fora do grupo.

#### Levantamentos

A interpretação dos estudos etnográficos – e de outras formas de pesquisa qualitativa – geralmente envolve problemas de generalização. Como apenas um pequeno número de pessoas participa desses estudos, não podemos ter certeza de que o que foi descoberto em um contexto também se aplicará a outras situações, ou ainda de que dois pesquisadores diferentes chegariam às mesmas conclusões ao estudarem o mesmo grupo. Em geral, esse é um problema menor na pesquisa feita através de **levantamentos**, cuja natureza é mais *quantitativa*. Os levantamentos têm por objetivo a coleta de dados que possam ser analisados estatisticamente para revelar padrões ou regularidades. Se houver um planejamento adequado dos instrumentos do levantamento, as correlações encontradas por meio de um levantamento podem ser generalizadas para um público maior. A pesquisa etnográfica adapta-se melhor aos estudos em profundidade de pequenas frações da vida social; a pesquisa por meio de levantamentos tende a gerar informações menos detalhadas, mas que habitualmente podem ser aplicadas em uma área mais ampla.

#### Questionários

Os levantamentos, muitas vezes, contam com os questionários como seu principal instrumento para reunir informações. Os questionários podem ser aplicados pessoalmente pelo pesquisador, ou enviados pelo correio ou por *e-mail* às pessoas que responderão a eles (os chamados “questionários autoaplicáveis”). O grupo de pessoas que fazem parte do levantamento ou do estudo é denominado pelos sociólogos de **população**. Em alguns levantamentos, essa população pode chegar a vários milhares de pessoas.

Nos levantamentos, são utilizados dois tipos de questionário. Alguns contêm um conjunto fechado de questões para as quais existe apenas uma série definida de respostas possíveis – por exemplo, “*Sim/Não/Não Sei*” ou “*É bem provável/É prová-*



*veliz, pouco provável/é bastante improvável*". A vantagem desses levantamentos é que as respostas são de fácil comparação e contagem, já que há apenas um pequeno número de categorias envolvido. No entanto, como eles não prevêem sutilezas de opinião ou expressão verbal, as informações que podem provavelmente terão um alcance restrito, quando não enganoso.

Outros questionários são abertos. Os entrevistados têm mais oportunidades de expressarem seus pontos de vista utilizando suas próprias palavras, sem que suas respostas se limitem a alternativas definitivas. Os questionários abertos sempre fornecem informações mais detalhadas do que os fechados. O pesquisador pode acompanhar de perto as respostas para uma investigação mais profunda das opiniões do entrevistado. Por outro lado, a falta de padronização significa uma dificuldade maior de comparar as respostas estatisticamente.

Normalmente, os itens de um questionário são organizados de forma a que uma equipe de entrevistadores possa fazer as perguntas e registrar as respostas na mesma ordem predeterminada. Todos os itens devem ser de compreensão imediata, tanto para o entrevistador quanto para os entrevistados. Nos grandes levantamentos nacionais, empreendidos regularmente pelas agências do governo e pelas organizações de pesquisa, as entrevistas são realizadas quase que simultaneamente em todo o país. Os indivíduos que conduzem as entrevistas e aqueles que analisam os resultados não poderiam desempenhar um trabalho eficaz se constantemente tivessem que trocar informações entre si para verificar as ambigüidades encontradas nas perguntas ou nas respostas.

Os questionários também deveriam levar em conta as características dos entrevistados. Será que eles perceberão o objetivo do pesquisador ao fazer determinada pergunta? As informações de que dispõem são suficientes para uma resposta útil? Será que eles irão responder às perguntas? Os termos de um questionário podem ser pouco familiares aos entrevistados. Por exemplo, a pergunta "Qual é o seu estado civil?" pode confundir algumas pessoas. O mais apropriado seria perguntar "Você é solteiro, casado, separado ou divorciado?" A maioria dos levantamentos é precedida de estudos-piloto, cuja finalidade é localizar problemas que não foram previstos pelo investigador. Um estudo-piloto é uma experiência na qual apenas algumas pessoas completam um questionário. Qualquer dificuldade pode então ser solucionada antes que se faça o levantamento principal.

### Amostragem

Os sociólogos geralmente se interessam pelas características de um grande número de indivíduos — por exemplo, as atitudes políticas da população britânica como um todo. Seria impossível estudar todas essas pessoas diretamente; por isso, nessas situações, os estudos de pesquisa concentram-se na **amostragem**, ou seleção de uma pequena proporção do grupo total. Normalmente, podemos ter a segurança de que os resultados de uma amostra populacional, desde que esta seja escolhida adequadamente, podem ser generalizados para a população total.

Estudos envolvendo apenas 2 a 3 mil eleitores, por exemplo, podem dar uma indicação bastante precisa das atitudes e das intenções de voto de toda a população. Mas, para se chegar a essa precisão, eles devem ser uma **amostra representativa**; é necessário que o grupo de indivíduos represente a população como um todo. A amostragem é um método muito mais complexo do que pode parecer, e os estatísticos desenvolveram regras para planejarem a natureza e o tamanho corretos das amostras.

Um procedimento particularmente importante empregado para garantir a representatividade de uma amostra é a **amostragem aleatória**, na qual se escolhe uma amostra de forma que cada membro da população tenha a mesma probabilidade de ser incluído. O modo mais sofisticado de se obter uma amostra aleatória é por meio da atribuição de um número a cada membro da população, utilizando, depois, um computador para gerar uma lista aleatória, a partir da qual se extrai a amostra — por exemplo, selecionando-se um indivíduo a cada dez números nas séries aleatórias.

### Vantagens e desvantagens dos levantamentos

Os levantamentos são amplamente empregados na pesquisa sociológica por diversas razões. As respostas dos questionários podem ser quantificadas e analisadas com maior facilidade do que o material gerado pela maioria dos demais métodos de pesquisa; é possível estudar um volume enorme de pessoas; e, quando recebem verbas suficientes, os pesquisadores podem contratar uma agência especializada nesse trabalho de levantamentos para coletar as respostas. O método científico é o modelo para esse tipo de pesquisa, porque os levantamentos dão aos pesquisadores uma medida estatística do seu objeto de estudo.

No entanto, há muitos sociólogos que criticam o método do levantamento, sustentando a idéia de que descobertas que talvez não sejam muito precisas podem aparentar precisão, dada a natureza relativamente superficial da maioria das respostas dos levantamentos. Os níveis de perguntas sem resposta às vezes são altos, especialmente nos casos de questionários enviados e recebidos pelo correio. Não é incomum a publicação de estudos baseados em resultados extraídos de um volume um pouco superior à metade daqueles que participam da amostra — ainda que normalmente haja um esforço no sentido de recontatar aqueles que não responderam ou substituir outros. Pouco se sabe a respeito daqueles que preferem não responder aos levantamentos ou que se recusam a ser entrevistados.

### Experimentos

Podemos definir um **experimento** como uma tentativa de testar uma hipótese sob condições extremamente controladas estabelecidas por um investigador. Os experimentos são, muitas vezes, empregados nas ciências naturais, pois oferecem grandes vantagens sobre outros procedimentos de pesquisa. Em uma situação experimental, o pesquisador exerce um controle

## “Escolha popular?”

Um dos primeiros e mais famosos exemplos de pesquisa feita através de levantamentos foi *The People's Choice?*, um estudo executado por Paul Lazarsfeld e diversos colegas há cerca de meio século (Lazarsfeld et al., 1948). Esse estudo, que investigou as intenções de voto dos habitantes do Condado de Erie, Ohio, durante a campanha de 1940 para a Presidência dos EUA, foi o pioneiro de várias das principais técnicas de pesquisa por meio de levantamentos utilizadas até hoje. Para um aprofundamento ainda maior do que um único questionário poderia oferecer, os investigadores entrevistaram cada membro de uma amostra de eleitores em sete ocasiões distintas. O objetivo era traçar as mudanças nas atitudes de voto e entender suas razões.

Essa pesquisa foi iniciada tendo em vista diversas hipóteses definidas. Uma delas era de que as relações e os acontecimentos que ocorrem próximo aos eleitores, em uma comunidade, influenciam as intenções de voto mais do que

questões mundiais distantes, e as descobertas, de um modo geral, vieram a confirmar essa hipótese. Os pesquisadores desenvolveram técnicas sofisticadas para medir e analisar atitudes políticas; mas seu trabalho também gerou contribuições significativas para o pensamento teórico. Entre os conceitos que eles ajudaram a introduzir estão os de “líderes de opinião” e o do “fluxo de comunicação em duas etapas”. O estudo mostrou que alguns indivíduos – líderes de opinião – tendem a moldar as opiniões políticas daqueles que estão à sua volta. Os pontos de vista das pessoas não são formados de uma maneira direta, mas em um processo de duas etapas. Na primeira, há uma reação dos líderes de opinião aos acontecimentos políticos; na segunda, esses líderes influenciam outras pessoas – parentes, amigos e colegas. As idéias expressas pelos líderes de opinião, filtradas dessa forma, através das relações pessoais, influenciam as respostas de outros indivíduos em relação às questões políticas do dia.

direto sobre as circunstâncias que estão sendo estudadas. O espaço para a experimentação, na sociologia, é bastante restrito se comparado ao das ciências naturais. Somente pequenos grupos podem ser levados a um ambiente de laboratório, e, nesses experimentos, as pessoas sabem que estão sendo estudadas, podendo não se comportar com naturalidade. Essas mudanças no comportamento dos sujeitos pesquisados são denominadas *efeito Hawthorne*. Na década de 1930, pesquisadores que estavam conduzindo um estudo sobre a produtividade no trabalho, na usina Hawthorne da *Western Electric Company*, perto de Chicago, constataram, para sua surpresa, que a produtividade dos trabalhadores continuava a subir, independentemente de quais condições experimentais fossem impostas (níveis de iluminação, padrões de intervalo, tamanho da equipe de trabalho e assim por diante). Os trabalhadores tinham consciência de que estavam sob escrutínio e aceleravam seu ritmo natural de trabalho.

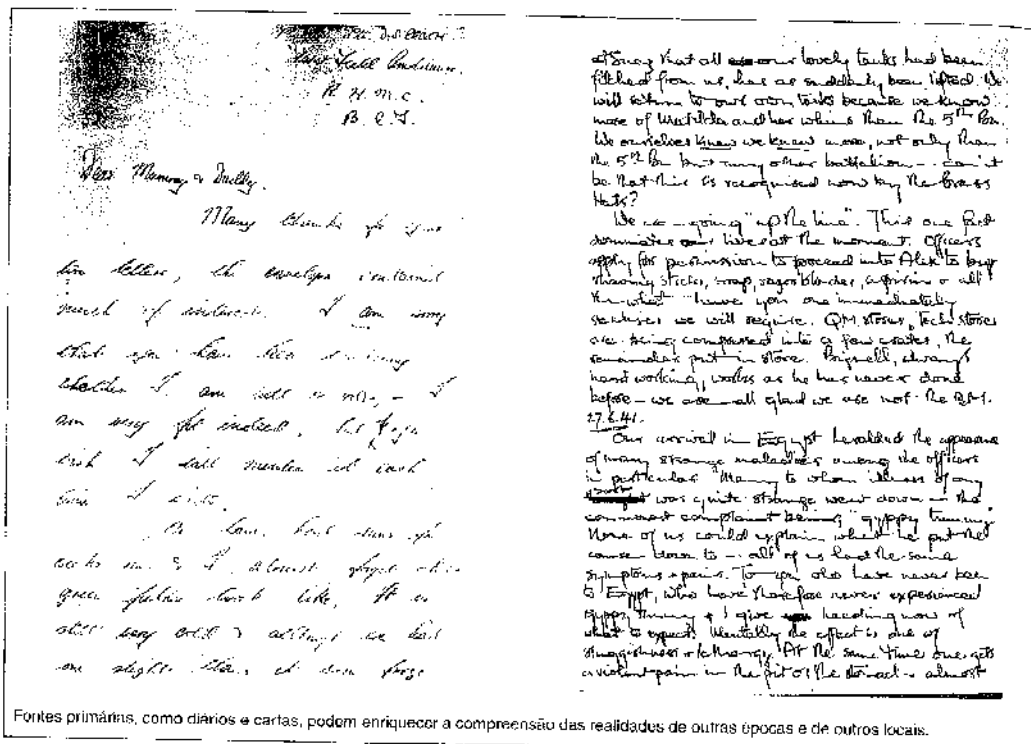
Apesar disso, há casos em que a aplicação dos métodos experimentais pode ser de grande ajuda na sociologia. Um exemplo é o experimento engenhoso realizado por Philip Zimbardo, que criou um prisão fictícia, atribuindo o papel de guarda a alguns voluntários estudantes e o de detentos a outros voluntários (1972). Seu objetivo era avaliar até que ponto o desempenho desses diferentes papéis levava a mudanças de atitude e de comportamento. Os resultados chocaram os investigadores: os estudantes que fizeram o papel de guarda logo assumiram uma postura autoritária; eles revelaram uma verdadeira hostilidade em relação aos detentos, mandando neles, maltratando-os e ameaçando-os verbalmente. Já os prisioneiros mostraram uma mistura de apatia e rebeldia geralmente percebida entre prisioneiros de verdade. Esses efeitos foram tão visíveis, e o nível de tensão tão

alto, que foi preciso abandonar o experimento em um estágio inicial. Os resultados obtidos, contudo, foram importantes. Zimbardo concluiu que o comportamento nas prisões é mais influenciado pela natureza da própria situação prisional do que pelas características individuais dos sujeitos envolvidos.

## Histórias de vida

Diferentemente do que ocorre com os experimentos, as **histórias de vida** pertencem exclusivamente à sociologia e às demais ciências sociais, não tendo espaço na ciência natural. As histórias de vida consistem em um material biográfico reunido sobre indivíduos específicos – geralmente na forma de lembranças dos próprios indivíduos. Outros procedimentos de pesquisa, em geral, não rendem tantas informações quanto o método da história de vida sobre a evolução das crenças e das atitudes ao longo do tempo. No entanto, os estudos que mostram a história de uma vida raramente confiam totalmente na memória das pessoas. Normalmente, fontes como cartas, informações atuais e descrições de jornais são utilizadas para um maior detalhamento e para verificar a validade daquilo que os indivíduos informam. Os sociólogos apresentam opiniões divergentes em relação ao valor das histórias de vida; alguns têm a impressão de que elas são muito pouco confiáveis para fornecer informações úteis, mas outros acreditam que elas oferecem fontes de *insight* às quais poucos outros métodos de pesquisa são capazes de se igualar.

As histórias de vida têm sido empregadas com sucesso em estudos de grande importância. Um antigo e célebre estudo foi *The Polish Peasant in Europe and America*, realizado por W. I. Thomas e Florian Znaniecki, cujos cinco volumes



Fontes primárias, como diários e cartas, podem enriquecer a compreensão das realidades de outras épocas e de outros locais.

foram primeiramente publicados entre 1918 e 1920 (Thomas e Znaniecki, 1966). Thomas e Znaniecki conseguiram produzir um relato mais sensível e sutil da experiência da migração do que seria possível sem as entrevistas, as cartas e os artigos de jornais por eles coletados.

### Análise histórica

Na pesquisa sociológica, muitas vezes é essencial um panorama histórico, porque frequentemente sentimos a necessidade de uma perspectiva temporal para dar sentido ao material que coletamos acerca de determinado problema. Os sociólogos geralmente preferem fazer uma investigação direta dos acontecimentos passados. Alguns períodos da história podem ser estudados de forma direta, quando ainda existem sobreviventes da época – como no caso do Holocausto, quando uma infinidade de judeus e outros indivíduos morreram nos campos de concentração, nas mãos dos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial. Pesquisar a história oral significa entrevistar pessoas a respeito dos acontecimentos que elas testemunharam em algum momento de seu passado. Uma pesquisa direta desse tipo pode se estender apenas pelo espaço de uma vida, mas os registros antigos preservados estão ganhando cada vez mais importância enquanto fontes sociológicas

e históricas. Do contrário, para realizarem pesquisas históricas sobre períodos mais antigos, os sociólogos dependem de documentos e registros escritos, geralmente mantidos em coleções especiais das bibliotecas ou dos arquivos nacionais.

Um exemplo interessante de pesquisa documental em um contexto histórico é o estudo de Anthony Ashworth sobre a guerra de trincheiras durante a Primeira Guerra Mundial (1980). Ashworth ocupou-se em analisar como era a vida de homens que precisavam suportar a situação de estar sob fogo constante, vivendo apinhados por semanas a fio. Ele aproveitou uma diversidade de fontes documentárias: histórias oficiais sobre a guerra, incluindo aquelas que relatavam diferentes divisões militares e batalhões, publicações oficiais da época, anotações e registros feitos informalmente pelos soldados, além de relatos pessoais sobre as experiências da guerra. Utilizando tamanha variedade de materiais, Ashworth conseguiu desenvolver uma descrição rica e detalhada da vida nas trincheiras. Ele descobriu que a maioria dos soldados tinha opiniões próprias a respeito da frequência com que pretendiam se engajar em combates com o inimigo e, muitas vezes, de fato, ignoravam as ordens de seus comandantes. Por exemplo, no Natal, os soldados alemães e os aliados suspenderam as hostilidades, e houve um local em que eles, inclusive, organizaram uma partida informal de futebol.

### Uma combinação entre a pesquisa comparativa e a histórica

A pesquisa de Ashworth concentrou-se em um espaço relativamente curto de tempo. Como exemplo de estudo que investigou um período mais longo e que também aplicou uma **análise comparativa em um contexto histórico**, podemos citar *States and Social Revolutions* (1979), de Theda Skocpol, um dos mais conhecidos estudos sobre a transformação social. Skocpol incumbiu-se de uma tarefa ambiciosa: elaborar uma teoria sobre as origens e a natureza da revolução, baseada em um estudo empírico detalhado. Ela observou os processos de revolução em três diferentes contextos históricos: a Revolução de 1789 na França, a Revolução de 1917 na Rússia (que levou os comunistas ao poder e estabeleceu a União Soviética, novamente dissolvida em 1991) e a Revolução de 1949 na China (que criou a China comunista).

Os sociólogos que combinam a pesquisa comparativa com a histórica dedicam-se à chamada *análise secundária*. Eles recebem uma variedade de fontes documentárias, como registros oficiais e relatos históricos, a fim de identificar as semelhanças e as diferenças entre os casos em questão. Ao adotar essa abordagem, Skocpol conseguiu desenvolver uma explicação convincente da transformação revolucionária, enfatizando as condições estruturais sociais subjacentes. Ela demonstrou que as revoluções sociais ocorrem, em grande parte, de forma involuntária. Antes da Revolução Russa, por exemplo, diversos grupos políticos estavam tentando derrubar o regime existente, mas nenhum deles – incluindo os bolcheviques, que acabaram chegando ao poder – anteviu a revolução que ocorreria. Uma série de conflitos e confrontos originou um processo de transformação social muito mais radical do que qualquer um havia previsto.

### Um estudo da transformação social: o caso da globalização

Quando estudamos os processos de transformação social em larga escala, é geralmente necessário adotar uma combinação entre a perspectiva comparativa e a histórica. Tomemos como exemplo o estudo da globalização, um dos temas mais importantes enfatizados neste livro. As mudanças envolvidas na globalização abrangem um longo período e afetam milhões e milhões de pessoas. Poderíamos estudar certos aspectos da globalização por meio das técnicas de pesquisa mencionadas anteriormente. A observação participante, os levantamentos e o material que revela a história de vida poderiam, cada um deles, nos permitir uma exploração do significado da experiência do crescimento da globalização para as pessoas, individualmente, dentro de contextos sociais específicos. É possível que nos interessemos, por exemplo, pela maneira como as pessoas se ajustam ao mercado global, no qual a troca de empregos é mais comum hoje em dia do que foi no passado. Todavia, precisaríamos de um estudo comparativo e histórico que tivesse um alcance muito mais amplo para demonstrar graficamente todos os processos globalizantes. Assim como todos os grandes pro-

cessos de mudança, a globalização tem sido impulsionada por uma mistura de conseqüências planejadas e não-planejadas. Dessa forma, como explica o Capítulo 15 (“A Mídia e as Comunicações de Massa”), a internet surgiu como um projeto organizado dentro do Departamento de Defesa dos EUA, com a finalidade de facilitar a comunicação entre seus diferentes segmentos. O impacto subsequente da internet, contudo, foi demasiadamente maior do que qualquer pessoa havia inicialmente imaginado ou planejado.

### A pesquisa no mundo real: problemas, armadilhas, dilemas

Qualquer um que já tenha executado uma pesquisa sociológica na fonte pode atestar o fato de que a pesquisa no “mundo real” é bastante diferente dos métodos de pesquisa descritos em um livro texto! Ao iniciar um estudo, o pesquisador pode constatar que os instrumentos de pesquisa originalmente escolhidos acabam tendo um valor limitado para o tópico em estudo. Em outros casos, pode haver dificuldades imprevistas no acesso a determinada população, ou na elaboração de um questionário viável para o levantamento. A pesquisa sociológica exige certa flexibilidade; não é incomum que vários métodos sejam combinados em uma única pesquisa, na qual cada um completa e controla os demais em um processo conhecido como **triangulação**.

Examinando mais uma vez o estudo de Mitchell Duneier sobre a sociologia da vida urbana, sua investigação a respeito dos vendedores de rua e dos mendigos na Cidade de Nova York (1999), podemos perceber quais os desafios encontrados ao iniciarmos e executarmos uma pesquisa sociológica concreta.

### Uma investigação da raça e da pobreza nos espaços urbanos

Na década de 1950, o Greenwich Village foi tema de um estudo sociológico clássico realizado por Jane Jacobs (1961) sobre a natureza da vida urbana. O bairro serviu como um laboratório natural para a compreensão do importante papel das interações cotidianas nas calçadas em unir a vida da comunidade e tornar possível que estranhos vivam bem próximos uns dos outros.

Quatro décadas depois, Mitchell Duneier ficou curioso em saber como a natureza da vida nas calçadas do Greenwich Village havia mudado desde a época do estudo de Jacob. O bairro ainda conservava seu caráter boêmio, mas contava com uma nova população. Um grupo de homens pobres, negros, predominantemente sem-teto começara a ganhar a vida nas ruas do bairro. Como vimos, alguns trabalhavam como vendedores de rua, vendendo livros e revistas nas calçadas; outros vendiam artigos encontrados nas lixeiras da vizinhança. E outros ainda eram mendigos, que pediam trocados de quem passasse na rua.

Como um sociólogo pôe-se a “estudar” o conteúdo da vida nas ruas? A primeira abordagem da pesquisa de Duneier ocor-

Tabela 20.2 Quatro dos principais métodos empregados na pesquisa sociológica

Método de pesquisa	Pontos fortes	Limitações
Etnografia	<p>Geralmente produz informações mais ricas e aprofundadas do que os demais métodos.</p> <p>A etnografia pode oferecer uma compreensão mais ampla dos processos sociais.</p>	<p>Pode ser utilizada apenas no estudo de grupos ou comunidades relativamente pequenas.</p> <p>As descobertas só podem ser aplicadas aos grupos ou às comunidades estudadas; é difícil fazer uma generalização com base em um único estudo de campo.</p>
Levantamentos	<p>Possibilitam a coleta eficiente de dados sobre uma grande quantidade de indivíduos.</p> <p>Prevêm a realização de comparações precisas entre as respostas dos entrevistados.</p>	<p>O material coletado talvez seja superficial; nos casos em que um questionário é extremamente padronizado, é possível que diferenças importantes entre os pontos de vista dos entrevistados sejam encobertas.</p> <p>As respostas talvez tragam elementos nos quais as pessoas alegam acreditar, e não aquilo em que elas realmente acreditam.</p>
Experimentos	<p>O investigador pode controlar a influência de variáveis específicas.</p> <p>Geralmente, são mais fáceis de serem repetidos posteriormente por outros pesquisadores.</p>	<p>Muitos aspectos da vida social não podem ser levados ao laboratório.</p> <p>As respostas dos sujeitos estudados podem ser afetadas por sua situação experimental.</p>
Pesquisa documental	<p>Pode fornecer fontes de materiais - em profundidade, assim como dados sobre grandes grupos, de acordo com os tipos de documento estudado.</p> <p>Geralmente é essencial quando um estudo é totalmente histórico ou possui uma dimensão histórica definida.</p>	<p>O pesquisador depende das fontes existentes, que podem ser parciais.</p> <p>Talvez seja uma tarefa difícil interpretar o quanto as fontes representam tendências reais - como no caso de algumas estatísticas oficiais.</p>

reu através de um contato pessoal com um dos vendedores de livros, chamado Hakim Hasan. Duneier era um cliente regular de Hakim e observou como as pessoas freqüentemente se reuniam em torno de seu tabuleiro para discutir livros, política e filosofia. Hakim era um exemplo de "personalidade pública" - um personagem que pertence à vida nas calçadas e que mantém um contato regular com uma ampla variedade de pessoas. Duneier acreditava que o papel de Hakim nas calçadas e sua história de vida um tanto fora do comum (ele abandonou o mundo empresarial para vender livros nas ruas) poderiam servir como uma importante janela para a vida das calçadas do Greenwich Village.

Embora Hakim tenha hesitado em se tomar o tema da pesquisa, ele acabou concordando em cooperar com Duneier, permitindo que este escrevesse a respeito de sua vida e de seu trabalho. Duneier conduziu um trabalho etnográfico de campo: ele passava um tempo observando Hakim em seu tabuleiro, ouvindo as interações dos clientes com Hakim e dos clientes entre eles, e testemunhando como a presença dos livros poderia inspirar o diálogo e o debate nas calçadas. Após dois anos de

observação, ele redigiu um manuscrito de sua pesquisa sobre a vida e as atividades cotidianas de um vendedor de rua e das pessoas que o procuravam para discutir livros.

### *Repensando o foco da pesquisa*

O manuscrito foi aceito para publicação, mas Duneier sentia-se apreensivo. Ele havia pedido a Hakim que comentasse o manuscrito - um processo às vezes denominado "validação do entrevistado" - e estava preocupado com um dos comentários. Hakim achou que o manuscrito concentrava-se demais sobre ele e seu tabuleiro; que o foco da pesquisa de Duneier era muito limitado para captar outras dinâmicas importantes presentes nas calçadas - que, sozinho, o seu caso não era adequado para transmitir a complexidade da vida social nas ruas.

Duneier percebeu que os comentários de Hakim eram válidos e sugeriu uma nova maneira de desenvolver melhor o projeto de pesquisa. Convidou Hakim para apresentar com ele um seminário na Universidade da Califórnia, como forma de se concentrarem nos detalhes dos temas levantados no manuscrito.

## Termos estatísticos

Na sociologia, a pesquisa geralmente emprega técnicas estatísticas ao analisar as descobertas. Algumas são extremamente sofisticadas e complexas, mas as mais utilizadas são de fácil compreensão. As mais comuns são as medidas de **tendência central** (formas de calcular as médias) e os **coeficientes de correlação** (para avaliar até que ponto uma variável mantém uma relação constante com outra).

Existem três métodos para o cálculo das médias, cada um dos quais possui determinadas vantagens e falhas. Tome-mos como exemplo o volume de riqueza pessoal (incluindo todos os bens, como casas, carros, contas bancárias e investimentos) de 13 indivíduos. Suponhamos que essas 13 pessoas possuam os seguintes valores:

1	£ 000 (zero)	6	£ 40.000
2	£ 5.000	7	£ 40.000
3	£ 10.000	8	£ 80.000
4	£ 20.000	9	£ 100.000
5	£ 40.000	10	£ 150.000

11 £ 200.000  
12 £ 400.000

13 £ 10.000.000

A **média aritmética** corresponde à média à qual chegamos somando a riqueza pessoal das 13 pessoas e dividindo o resultado por 13. O total é £ 11.085.000; após a divisão, chegamos a uma média aritmética de £ 852.692,31. O cálculo dessa média geralmente é útil, pois baseia-se em todo o alcance dos dados oferecidos. Entretanto, pode ser enganoso quando um ou um pequeno número de casos são muito diferentes da maioria. No exemplo acima, a média aritmética, na verdade, não é uma medida adequada de tendência central, pois a presença de um número muito grande, £ 10.000.000, distorce todos os demais. Podemos ficar com a impressão de que a maioria das pessoas possui bem mais dinheiro do que realmente tem.

Nesses casos, podemos utilizar uma destas duas outras medidas. A **moda** é o número que ocorre com maior frequência em determinado conjunto de dados. Em nosso

to, ao mesmo tempo que envolviam um grupo de estudantes na discussão. O foco da pesquisa de Duncier evoluiu assim que ele e Hakim apresentaram juntos *The life of the street and the life of the mind in black America* ("A vida das ruas e a vida da mente na América negra"). Ele passou a entender como uma abordagem mais ampla da vida nas calçadas poderia superar algumas das limitações da pesquisa original. As perguntas dos estudantes serviram como uma importante orientação nesse aspecto: Onde Hakim conseguia seus livros? Qual o papel dos mendigos nas calçadas? Como os moradores brancos do bairro interagem com esses homens? Ao abrir seu primeiro trabalho para o escrutínio, Duncier conseguiu formular uma nova abordagem para sua pesquisa.

### O "ingresso" como observador participante

Quando Duncier retornou às calçadas do Greenwich Village, ele não era mais apenas um observador, mas um participante ativo da vida cotidiana do local. Com a ajuda de Hakim, ele chegou a um acordo com Marvin, um vendedor de revistas de uma quadra vizinha, para passar um verão trabalhando com ele em seu tabuleiro. Marvin "patrocinou" a presença de Duncier na quadra, apresentando-o aos outros homens que ganhavam a vida nas ruas e dando credibilidade à sua pesquisa. Entretanto, mesmo com o auxílio de Marvin e de Hakim, Duncier teve que enfrentar diversos desafios como observador participante. O processo de "ingressar" na vida das calçadas demandou tempo e paciência. Sendo um homem branco extremamente culto, da classe média alta, Duncier ocupava uma posição social muito

distinta daquela dos homens pobres, negros, estigmatizados, que eram o foco de seu estudo. Duncier reconhecia que seria inútil tentar se "encaixar" – mesmo que ele tentasse mudar sua maneira de vestir ou de falar, ainda assim ele se sobressairia. Em vez disso, ele concentrou-se em construir, aos poucos, relações de respeito mútuo com os homens nas calçadas. Passava mais tempo escutando do que falando, confiando nas conversas informais com os homens em vez de nas entrevistas "formais". Duncier ganhou o consentimento dos homens da quadra para deixar um gravador ligado o tempo todo embaixo do tabuleiro de revistas onde ele trabalhava; os homens familiarizaram-se com o equipamento e muitas vezes ofereceram-se para "controlá-lo" quando ele se afastava do tabuleiro, ou quando não estava na cidade.

A presença de Duncier foi gradualmente aceita, e nos dois anos seguintes ele transformou-se em um personagem habitual da calçada. Embora Duncier tivesse "ingressado" naquele ambiente com sucesso, ele entendia que *tolerar* um observador participante e *confiar* nele não são necessariamente a mesma coisa. Duncier sabia que alguns dos homens na quadra suspeitavam dos motivos que estavam por trás de sua pesquisa e imaginavam que ele estivesse tentando ganhar dinheiro com um livro que contasse a vida deles. Outros achavam que ele era bem-intencionado mas ingênuo, sendo, portanto, um legítimo "alvo" para exploração. No começo, os mendigos, que viam Duncier como um "intruso rico", sempre lhe pediam pequenas quantias em dinheiro. Para Duncier, era difícil dizer "não" a esses pedidos, ainda que ele estivesse financiando sua própria pesquisa e não tivesse muito dinheiro sobrando. Duncier sen-

exemplo, é £ 40.000. O problema da moda é que ela não leva em conta a distribuição geral dos dados, ou seja, o alcance da cobertura dos números. O caso que aparecer com maior frequência em um conjunto de números não necessariamente representará sua distribuição como um todo e, conseqüentemente, talvez não seja uma média útil. Nesse caso, poderia nos preocupar o fato de £ 40.000 estar muito próximo da extremidade inferior na escala dos números apresentados acima.

A terceira medida é a **mediana**, que é a metade de qualquer conjunto de números; neste caso, seria o sétimo número: £ 40.000. Nosso exemplo traz um número ímpar de itens, 13. Se fosse par – por exemplo, 12 –, a mediana seria calculada tomando-se a média aritmética dos dois casos intermediários, os números que estão no sexto e no sétimo lugares. Assim como a moda, a mediana não indica o verdadeiro alcance dos dados avaliados.

Às vezes, um pesquisador utilizará mais de uma medida de tendência central para evitar fornecer um retrato enganoso da média. O mais comum é que ele venha a calcular o

**desvio-padrão** para os dados em questão – uma forma de calcular o grau de dispersão, ou a variação, de um conjunto de números, que, neste caso, vai de zero a £ 10.000.000.

Os coeficientes de correlação são um caminho útil para expressar até que ponto duas (ou mais) variáveis estão intimamente relacionadas. Quando existe uma correlação completa entre duas variáveis, podemos falar de uma correlação positiva perfeita, expressa como 1,0. Quando não há nenhuma relação entre duas variáveis – elas não possuem nenhuma ligação constante – o coeficiente é zero. Uma correlação negativa perfeita, expressa como -1,0, existe quando duas variáveis estão em uma relação completamente inversa entre si. Correlações perfeitas nunca são encontradas nas ciências sociais. Em geral, acredita-se que correlações da ordem de 0,6, ou mais, sejam elas positivas ou negativas, indicam um forte grau de ligação entre quaisquer variáveis que estejam sendo analisadas. Correlações positivas nesse nível podem ser encontradas entre, digamos, a classe social de origem e o comportamento eleitoral.

tia-se de mãos atadas – como conseguiria transmitir seu objetivo enquanto pesquisador e seu profundo respeito pela luta diária dessas pessoas sem ter que estar todo o tempo distribuindo trocados e notas de dólar? Com grande dificuldade, Duneier aprendeu a dizer “não” para os habituais pedidos de dinheiro, mas dispunha-se a ajudar de outras maneiras – lidando com proprietários de imóveis, ou dividindo seus conhecimentos jurídicos. Duneier descobriu que um dos principais desafios que enfrentava como etnógrafo, no trabalho em uma comunidade carente, era decidir quando era apropriado intervir na vida das pessoas que estavam no centro de sua pesquisa.

#### *A etnografia nas publicações: anonimato, consentimento e relações de poder*

Toda pesquisa que lida com os seres humanos pode apresentar dilemas éticos. Duneier foi honesto com os homens nas ruas a respeito da finalidade de sua pesquisa e da sua identidade de sociólogo, mas ele também precisou ter cuidado em relação às questões éticas envolvidas na publicação das descobertas de sua pesquisa. Os sujeitos que participam de um estudo etnográfico podem achar a publicação dos resultados ofensiva, ou por terem sido retratados por um ângulo desagradável, ou porque algumas atitudes e comportamentos que eles prefeririam manter em segredo são tornados públicos. Essa foi uma questão potencialmente problemática na pesquisa de Duneier: o manuscrito descrevia, em detalhes, tópicos como urina em público, assédio a mulheres que passavam pela rua, vício de drogas e álcool e tensões com a polícia local. Os indivíduos do estudo de

Duneier eram vulneráveis e relativamente impotentes: para eles, seria difícil reagir publicamente ao livro e ao seu conteúdo após sua publicação.

Ao publicar suas descobertas em *Sidewalk* (1999), Duneier rompeu com a prática adotada por alguns sociólogos de esconder os nomes das pessoas e os locais retratados no trabalho. Ele imaginou que revelar a verdadeira identidade dos sujeitos estudados elevaria o padrão de responsabilidade de sua pesquisa. Além do mais, segundo Duneier, os homens que viviam nas calçadas não estavam preocupados com o fato de suas identidades serem reveladas; alguns deles até gostavam da idéia de verem suas palavras e imagens publicadas. No entanto, ao optar pelo abandono do anonimato, Duneier teve o cuidado de assegurar que cada indivíduo que figurava no livro estivesse ciente do modo como fora representado. Ele levou uma cópia do manuscrito final para o quarto de um hotel situado próximo àquela quadra e convidou cada pessoa que aparecia no livro para revisar todos os pontos nos quais ela era mencionada. Em muitos casos, esse processo revelou-se difícil. Muitos dos homens estavam menos interessados no argumento que estava sendo apresentado no livro do que em sua aparência nas fotografias. Duneier constatou que suas tentativas de demonstrar “respeito”, mostrando o texto para as pessoas que nele haviam sido citadas muitas vezes acabaram sendo um tiro que saiu pela culatra, fazendo com que ele se sentisse como se estivesse impondo seu programa sobre uma audiência relutante. Mesmo sendo um processo difícil, Duneier acreditava que isso era necessário para que o livro garantisse a integridade dos homens nas ruas.

Ao longo da pesquisa, Duneier sensibilizou-se bastante com as diferenças de raça, classe e *status* entre ele e os homens que trabalhavam nas ruas. Porém, mesmo no manuscrito final, achou difícil ignorar as relações de poder existentes entre ele – o autor – e aqueles homens que apareciam como tema do estudo. Acreditando na importância de que essas pessoas tivessem a oportunidade de reagir à pesquisa que havia conduzido, Duneier convidou Hakim para escrever o epílogo de *Sidewalk*. Embora Hakim certamente não pudesse falar por todos os homens da quadra, ele já estava envolvido no projeto desde o início e podia oferecer uma perspectiva diferente daquela do pesquisador.

Duneier também estava ciente da longa tradição de estudiosos brancos que se apoderaram das palavras e das imagens de negros pobres para proveito próprio. Para Duneier, era importante que sua pesquisa não perpetuasse tais formas de exploração acadêmica; ele fez acordos legais para a divisão dos royalties do livro com os homens que nele apareceram. Duneier reconheceu que as ações do pesquisador social não podem separar-se do contexto histórico e cultural mais amplo no qual elas ocorrem. Atentou para a idéia de que seu próprio papel enquanto sociólogo deveria contribuir para superar – e não para piorar – a divisão entre os favorecidos e os desfavorecidos na atmosfera urbana em que trabalhava.

## Conclusão: a influência da sociologia

Em geral, a pesquisa sociológica desperta o interesse de muitas pessoas, além da comunidade intelectual de sociólogos, e seus resultados normalmente são bastante difundidos. A sociologia, é preciso enfatizar, não é apenas o estudo das sociedades modernas; é um elemento significativo na continuidade da vida dessas sociedades. Tomemos como exemplo as transformações que afetam o casamento, a sexualidade e a família. Diante da infiltração da pesquisa sociológica, poucas pessoas que vivem em uma sociedade moderna não têm noção dessas mudanças. Nosso pensamento e nosso comportamento são afetados pelo conhecimento sociológico de maneiras complexas e muitas vezes sutis, remodelando, assim, o próprio campo da investigação sociológica.

Não deveríamos nos surpreender com a íntima correlação que, muitas vezes, há entre as descobertas sociológicas e as convicções do senso comum. O motivo disso não está simplesmente no fato de que a sociologia apresenta descobertas que já conhecíamos, mas, sim, na idéia de que a pesquisa sociológica exerce uma influência contínua sobre a verdadeira *essência* do que conhecemos como senso comum na sociedade.

## Como ler uma tabela

Nos textos de sociologia, você sempre irá se deparar com tabelas. Elas, às vezes, parecem complexas, mas será fácil decifrá-las se você seguir esses passinhos básicos listados abaixo; com a prática, eles se tornarão automáticos. Não sucumba à tentação de pular as tabelas; elas contêm informações em um formato concentrado, que podem ser lidas com maior rapidez do que seria possível caso esse mesmo material fosse expresso em palavras. Ao ganhar habilidade na interpretação das tabelas, você também terá condições de verificar até que ponto as conclusões de um autor realmente parecem se justificar.

1. Leia todo o título. É comum ver tabelas com títulos bastante compridos, os quais representam uma tentativa, por parte do pesquisador, de exprimir com precisão a natureza das informações transmitidas. O título da tabela de amostra informa principalmente o tema dos dados; em segundo lugar, o fato de que a tabela fornece material para comparação; e, em terceiro, o fato de que os dados são oferecidos apenas em relação a um número limitado de países.
2. Procure notas ou comentários explicativos sobre os dados. Uma nota no rodapé da tabela de amostra, relacionada ao cabeçalho da coluna principal, indica que os dados cobrem todos os carros licenciados. Essa é uma informação importante, porque, em alguns países, a

proporção de veículos licenciados adequadamente pode ser menor do que em outros. Por meio das notas, pode-se saber como o material foi coletado, ou por que é exibido de uma forma específica. Caso os dados não tenham sido reunidos pelo pesquisador, mas se baseiam em descobertas relatadas originalmente em outro local, será incluída a fonte. Esta, às vezes, dá a você algum *insight* do provável grau de confiabilidade das informações e também mostra onde encontrar os dados originais. Em nossa tabela, a nota sobre a fonte esclarece que os dados foram extraídos de mais de uma fonte.

3. Leia os cabeçalhos que se encontram acima e no lado esquerdo da tabela. (Às vezes, as tabelas ganham "cabeçalhos" na parte de baixo e não na de cima.) Nelas, você encontrará uma especificação do tipo de informações que estão contidas em cada linha e coluna. Ao ler a tabela, concentre-se em cada conjunto de cabeçalhos à medida que você examina os números. No nosso exemplo, os cabeçalhos à esquerda informam os países envolvidos, ao passo que os de cima referem-se aos níveis de posse de carros e aos anos aos quais esses níveis se relacionam.
4. Identifique as unidades utilizadas; os números no corpo da tabela podem representar casos, percentuais, médias ou outras medidas. Há casos em que pode ser útil



**Tabela de amostra** Posse de carros: comparações entre diversos países selecionados

	Número de carros para cada 1.000 representantes da população adulta <sup>a</sup>				
	1971	1981	1984	1989	1993 ou posteriores
Brasil	12	78	84	98	—
Chile	19	45	56	67	—
Eire <sup>b</sup>	141	202	226	228	—
França	261	348	360	475	420
Grécia	30	94	116	150	—
Itália	210	322	359	424	500
Japão	100	209	207	286	300
Suécia	231	348	445	445	410
RU	224	317	343	366	360
EUA	448	536	540	607	570
Alemanha Ocidental	247	385	312	479	470 <sup>b</sup>

<sup>a</sup>Incluídos todos os carros licenciados.

<sup>b</sup>Toda a Alemanha em 1993.

Fontes: International Road Federation, United Nations Annual Bulletin of Transport Statistics, publicado em *Social Trends* (1987), p. 68; Statistical Office of the European Community, *Basic Statistics of the Community* (Luxemburgo: União Europeia, 1991); dados referentes a 1993 ou posteriores extraídos de *The Economist, Pocket World in Figures*, 1996.

converter os números para um formato mais conveniente para você: em situações em que os percentuais não são fornecidos, por exemplo, talvez valha a pena calculá-los.

5. Avalie as conclusões a que se pode chegar a partir das informações presentes na tabela. A maioria das tabelas é discutida pelo autor e é claro que aquilo que ele tem a dizer deve ser levado em consideração. Porém, você também deve perguntar quais outros temas ou questões poderiam ser sugeridos pelos dados.

Diversas tendências interessantes podem ser percebidas nos números de nossa tabela de amostra. Primeiramente, o nível de posse de carros apresenta uma variação considerável entre diferentes países: o número de carros a cada 1.000 habitantes é quase dez vezes maior nos EUA do que no Chile. Em segundo lugar, existe uma clara ligação entre a posse de carros e o nível de riqueza de um país. Na verdade, provavel-

mente, poderíamos utilizar as proporções de posse de carros como um indicador aproximado de prosperidade diferencial. Em terceiro lugar, em quase todos os países representados, o nível de posse de carros aumentou entre os anos de 1971 e 1989, mas, em alguns, o índice de crescimento foi maior do que em outros — o que provavelmente indica as diferenças no grau de geração do crescimento econômico ou de conquistas nesse âmbito. Em quarto, esses dados devem ser observados em uma perspectiva política mais ampla. Por exemplo, parte da diminuição no nível de posse de carros em 1993, na Alemanha, será um reflexo do processo de unificação da Alemanha Ocidental com a Oriental. Em quinto lugar, é necessário levar em conta as fontes dos dados. Por exemplo, os números menores referentes a 1993, em comparação com os de 1989 no RU, na França, na Suécia e nos EUA, podem ser, em parte, explicados pela diferença de fontes. O trabalho com dados requer cautela e, idealmente, uma verificação cuidadosa das estatísticas.

### Pontos Principais

1. Os sociólogos estudam a vida social apresentando questões distintas e tentando encontrar respostas para elas por meio da pesquisa sistemática. Essas questões podem ser factuais, comparativas, evolutivas ou teóricas.
2. Para seus fundadores, a sociologia é uma ciência no sentido de que ela envolve métodos sistemáticos de investigação e a avaliação de teorias à luz das evidências e do argumento lógico; mas ela não pode ter diretamente como molde as ciências naturais, pois estudar o comportamento humano é, em aspectos fundamentais, diferente de estudar o mundo da natureza.
3. Toda a pesquisa se inicia com um problema de pesquisa que preocupa ou intriga o investigador. Os problemas de pesquisa podem ser sugeridos por lacunas na literatura da área ou por debates teóricos ou questões práticas no mundo social. É possível distinguir diversas etapas claras no desenvolvimento das estratégias de pesquisa – mesmo que, em uma pesquisa de verdade, estas raramente sejam seguidas exatamente dessa forma.
4. Uma relação causal entre dois eventos ou situações é aquela em que um evento ou situação gera outro evento ou situação – uma questão mais problemática do que pode parecer à primeira vista. É necessário traçar uma distinção entre a causalidade e a correlação, a qual se refere à existência de uma relação regular entre duas variáveis. Uma variável é uma medida – como a idade, a renda, os índices de criminalidade, etc. – que permite uma comparação. Precisamos também distinguir as variáveis independentes daquelas as quais elas afetam, as variáveis dependentes. Os sociólogos geralmente utilizam controles para manter outros fatores constantes e isolar uma relação causal.
5. Os métodos de pesquisa dizem respeito à maneira como a pesquisa é executada. Na etnografia, o pesquisador passa períodos bastante longos com o grupo ou a comunidade que está sendo estudada. Um segundo método, a pesquisa feita através de levantamentos, envolve o envio de questionários para grupos amostrais de populações maiores, ou a administração dos questionários nesses grupos. A pesquisa documental utiliza materiais impressos, provenientes de arquivos ou de outros recursos, como fonte de informações. Outros métodos incluem experimentos, o uso de histórias de vida, a análise histórica e a pesquisa comparativa.
6. Cada um dos diversos métodos de pesquisa possui suas limitações. Por essa razão, os pesquisadores em geral combinam dois ou mais métodos em seu trabalho, sendo que cada um deles é utilizado para checar ou complementar o material obtido a partir de outros métodos. Esse processo é denominado triangulação. Os melhores exemplos de trabalho sociológico combinam perspectivas históricas e comparativas.
7. A pesquisa sociológica, muitas vezes, apresenta dilemas éticos ao investigador. Eles podem surgir quando os sujeitos da pesquisa são enganados pelo pesquisador, ou quando a publicação das descobertas da pesquisa pode afetar adversamente os sentimentos ou a vida daqueles que estão sendo estudados. Não existe nenhuma fórmula totalmente satisfatória para se lidar com essas questões, mas todos os pesquisadores precisam ter sensibilidade em relação aos dilemas que propõem.

### Questões para Reflexão

1. Se a maioria dos projetos de pesquisa originam-se em problemas de pesquisa, quem decide quais são os problemas?
2. Por que é importante formar hipóteses específicas que possam ser confirmadas ou refutadas?
3. Por que o andamento do processo de pesquisa raramente obedece ao plano?
4. Como o pesquisador consegue minimizar a possibilidade de erros e/ou parcialidade?
5. Existem métodos de pesquisa mais científicos do que outros?
6. Por que é tão crucial estabelecer uma distinção entre a correlação e a causalidade?

### Leitura Complementar

Martin Hammersley e Paul Atkinson, *Ethnography: Principles in Practice* (London: Routledge, 1995)

Lee Harvey, Morag MacDonald e Anne Devany, *Doing Sociology* (London: Macmillan, 1992)

Charles Ragin, *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method* (Thousand Oaks, Calif.: Pine Forge Press, 1994)

**Endereços na Internet**

**Martin Hammersley e Paul Atkinson**, *Ethnography: Principles in Practice* (London: Routledge, 1995)

**Lee Harvey, Morag MacDonald and Anne Devaux**, *Doing Sociology* (London: Macmillan, 1992)

**Charles Ragin**, *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method* (Thousand Oaks, Calif.: Pine Forge Press, 1994)

# O Pensamento Teórico na Sociologia

# 21

<b>Max Weber: a ética protestante</b>	528	Outros pontos de vista	537
<b>Dilemas teóricos</b>	529	Jürgen Habermas: a democracia e a esfera pública	537
Dilema 1: Estrutura e ação	530	Ulrich Beck: sociedade de risco	538
Dilema 2: Consenso e conflito	532	Manuel Castells: a economia em rede	539
Dilema 3: O problema do gênero	532	Anthony Giddens: reflexividade social	540
Dilema 4: A formação do mundo moderno	534	<b>Conclusão</b>	541
<b>Teorias posteriores</b>	536	Pontos principais	541
A teoria pós-modernista	536	Questões para reflexão	541
Michel Foucault	536	Leitura complementar	542



## 21: O Pensamento Teórico na Sociologia

**A**valiar as perspectivas teóricas na sociologia é uma tarefa instigante e impressionante. Os debates teóricos são, por definição, mais abstratos do que as controvérsias de natureza mais empírica. O fato de não existir uma postura teórica única que domine toda a sociologia pode parecer um ponto fraco desse tema. Porém, isso não é verdade. Pelo contrário, a briga entre as abordagens e as teorias rivais é uma expressão da vitalidade da iniciativa sociológica. Ao estudar os seres humanos – nós mesmos –, a variedade teórica nos livra do dogma. O comportamento humano é complexo e multifacetado, sendo bem pouco provável que uma única visão teórica pudesse cobrir todos os seus aspectos. A diversidade no pensamento teórico proporciona uma rica fonte de idéias que podem ser aproveitadas na pesquisa, além de estimular as capacidades imaginativas tão essenciais para o progresso do trabalho sociológico.

Inúmeras teorias têm sido desenvolvidas nas mais diferentes áreas de pesquisa em que os sociólogos trabalham. Algumas são expostas com bastante precisão, sendo, inclusive, ocasionalmente expressas em um formato matemático – embora este procedimento seja mais comum em outras ciências sociais (especialmente na economia) do que na sociologia.

Algumas teorias buscam muito mais o esclarecimento do que outras, e as opiniões variam sobre a necessidade ou a utilidade da preocupação dos sociólogos com esforços teóricos muito abrangentes. O sociólogo norte-americano Robert K. Merton, por exemplo, defende vigorosamente a idéia de que os sociólogos devem concentrar sua atenção sobre o que ele chama de *teorias de alcance médio* (1957). Em vez de tentarmos elaborar esquemas teóricos grandiosos, deveríamos ser mais modestos.

As teorias de alcance médio são específicas o bastante para poderem ser diretamente testadas pela pesquisa empírica, porém gerais o suficiente a ponto de abrangerem uma série de diferentes fenômenos. Um exemplo é a teoria da pobreza relativa. Segundo essa teoria, o modo como as pessoas avaliam suas circunstâncias depende do seu modelo comparativo. Assim, as sensações de privação não estão diretamente relacionadas ao nível de pobreza material em que as pessoas vivem (veja a p. 255). Uma família que mora em uma casa pequena localizada em uma região pobre, onde todos os moradores se encontram em circunstâncias mais ou menos semelhantes, provavelmente se sentirá menos carente do que outra que more em uma casa similar situada em um bairro onde a maioria dos lares é bem maior e mais opulenta.

Na verdade, quanto mais abrangente e ambiciosa for uma teoria, mais difícil será testá-la empiricamente. Entretanto, parece que não existe nenhuma razão óbvia que justifique a idéia de limitar o pensamento teórico na sociologia a “médio alcance”.

Para entendermos o porquê dessa observação, tomemos como exemplo a teoria apresentada por Max Weber em seu estudo *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (1976; publicada originalmente em 1904-1905). Já fizemos referências a essa famosa obra nos capítulos anteriores (veja o Capítulo 12, “Organizações Modernas”, p. 283, e o Capítulo 17, “Religião”, p. 432).

### Max Weber: a ética protestante

Em *The Protestant Ethic*, Weber começou a atacar um problema fundamental: por que o capitalismo se desenvolveu apenas no Ocidente? Por cerca de 13 séculos após a queda da Roma antiga, outras civilizações foram muito mais proeminentes na história mundial do que a civilização ocidental. A Europa, na realidade, era uma região bastante insignificante do globo, ao passo que a China, a Índia e o Império Otomano no Oriente Próximo eram grandes potências. Os chineses, particularmente, estavam bem mais adiantados do que os ocidentais quanto ao nível de desenvolvimento tecnológico e econômico. O que aconteceu para gerar essa enxurrada de progresso econômico na Europa a partir do século XVII?

Para respondermos a essa questão, concluiu Weber, precisamos indicar o que separa a indústria moderna das antigas formas de atividade econômica. O desejo do acúmulo de riquezas pode ser encontrado em diversas civilizações, e não é difícil explicá-lo: as pessoas valorizam a riqueza pelo conforto, pela segurança, pelo poder e pelo prazer que ela pode proporcionar. Elas querem se livrar das privações, utilizando o acúmulo de riquezas para o próprio conforto.

Se observarmos o desenvolvimento econômico do Ocidente, argumentou Weber, encontramos um aspecto bastante diferente: uma atitude em relação ao acúmulo de riquezas sem precedentes na história. Essa atitude foi chamada por Weber de o *espírito do capitalismo* – um conjunto de convicções e valores defendidos pelos primeiros mercadores e industrialistas capitalistas. Essas pessoas eram movidas por um forte impulso de acumular riquezas pessoais. No entanto, diferentemente dos demais ricos, elas não procuravam utilizar seus bens acumulados para levarem um estilo de vida luxuoso. Na realidade, viviam de maneira abastada e frugal, com sobriedade e sossego, evitando as habituais manifestações de opulência. Weber tentou mostrar que essa combinação bastante incomum de características foi vital para os primeiros avanços econômicos do Ocidente, pois, ao contrário dos ricos de épocas anteriores e de outras culturas, esses grupos não esbanjaram sua riqueza, mas, sim, reinvestiram-na para promover uma expansão ainda maior dos empreendimentos que dirigiam.

O cerne da teoria de Weber era a noção de que as atitudes envolvidas no espírito do capitalismo tinham sua origem na religião. O cristianismo, de um modo geral, teve seu papel na promoção dessa visão, porém a força motriz essencial foi provida pelo impacto do protestantismo — e especialmente de uma variedade do protestantismo, o *puritanismo*. Os primeiros capitalistas eram, em sua maioria, puritanos, e muitos apoiavam as idéias calvinistas. Weber sustentava que certas doutrinas calvinistas eram a fonte direta do espírito do capitalismo. Uma delas era a idéia de que os seres humanos são os instrumentos de Deus sobre a Terra, a quem o Todo-Poderoso ordenava que exercessem uma *vocação* — uma ocupação pela grande glória de Deus.

Um segundo aspecto importante do calvinismo era a noção de *predestinação*, segundo a qual somente determinados indivíduos predestinados devem estar entre os “eleitos” — os que irão para o Céu, na vida após a morte. Para a doutrina original de Calvino, nada do que um indivíduo fizer nesta Terra pode alterar o fato de ele ter ou não a sorte de ser um eleito: esta é predestinada por Deus. Todavia, essa crença provocou tanta ansiedade entre seus seguidores que acabou sendo modificada a fim de permitir aos crentes o reconhecimento de certos sinais que indicassem a condição de eleito.

O sucesso ao exercer uma vocação, indicado pela prosperidade material, tornou-se o principal sinal de que uma pessoa era, de fato, um dos eleitos. Entre os grupos influenciados por essas idéias, surgiu um tremendo ímpeto em direção ao sucesso econômico, que, no entanto, era acompanhado pela necessidade de o fiel ter uma vida sóbria e frugal. Os puritanos acreditavam que o luxo fosse um mal; assim, o impulso de acumular riquezas somou-se a um estilo de vida severo e simples.

Os primeiros empresários tinham pouca consciência de estarem ajudando a produzir sérias transformações na sociedade: eram impelidos, sobretudo, por motivos religiosos. O estilo de vida ascético — ou seja, abnegado — dos puritanos mais tarde transformou-se em um elemento intrínseco da civilização moderna. Como escreveu Weber (1976, p. 181-182):

Os puritanos exerciam uma vocação porque assim o desejavam; nós, porque somos obrigados. Quando o asceticismo foi transferido das celas monásticas para o cotidiano e começou a dominar a moralidade mundana, ele fez a sua parte na construção do tremendo cosmos da ordem econômica moderna (...). Desde que o asceticismo se encarregou de remodelar o mundo e exercer seus ideais no mundo, os bens materiais passaram a adquirir um poder cada vez maior e, por fim, inexorável sobre a vida dos homens como jamais tiveram em nenhum período da história (...). A idéia do dever na vocação de um indivíduo ronda nossas vidas como o espírito das antigas crenças religiosas. Quando a realização da vocação não pode ser relacionada diretamente com os mais elevados valores espirituais e culturais, ou quando, por outro lado, ela não precisa ser sentida simplesmente como uma compulsão econômica, o indivíduo geralmente deixa de tentar justificá-la. Nos Estados Unidos, região onde mais se desenvolveu, a busca da riqueza, afastada de seu sentido religioso e ético, tende a ser associada a paixões meramente mundanas ...

A teoria de Weber tem sido criticada por vários ângulos. Há quem argumente, por exemplo, que a perspectiva por ele denominada de “o espírito do capitalismo” pode ser percebida nas antigas cidades mercantes italianas do século XII, muito antes de se ouvir falar no calvinismo. Outros alegam que a noção fundamental do “trabalho por vocação”, que Weber associou ao protestantismo, já existia na crença católica. Todavia, os princípios básicos do relato de Weber ainda são aceitos por muitos, e a tese que ele apresentou continua tão audaz e esclarecedora quanto na época de sua formulação. Se a tese de Weber estiver correta, o desenvolvimento econômico e social moderno foi decisivamente influenciado por algo que, à primeira vista, parece estar absolutamente distante deste — um conjunto de ideais religiosos.

A teoria de Weber satisfaz a diversos critérios importantes no pensamento teórico da sociologia.

1. É contra-intuitiva — propõe uma interpretação que rompe com o que o senso comum sugeriria. Portanto, essa teoria desenvolve uma nova perspectiva a respeito dos temas que abrange. A maioria dos autores anteriores a Weber deu pouca atenção à possibilidade de que as idéias religiosas pudessem ter desempenhado um papel fundamental nas origens do capitalismo.
2. A teoria desvenda um ponto que, de outra forma, continuaria sendo um enigma: por que os indivíduos iriam preferir viver de uma maneira frugal ao mesmo tempo que se esforçam tanto para acumular riquezas.
3. A teoria é capaz de esclarecer circunstâncias que vão muito além daquelas as quais ela originalmente se propunha interpretar. Weber enfatizou o fato de estar tentando compreender apenas as origens do capitalismo moderno. Apesar disso, parece razoável supor que valores paralelos àqueles instilados pelo puritanismo possam estar envolvidos em outras situações de sucesso no desenvolvimento do capitalismo.
4. Uma boa teoria não é apenas aquela que por acaso tem validade. É também uma teoria que seja *profícua* quanto ao volume de novas idéias que consegue gerar e que estimule ainda mais o trabalho de pesquisa. A teoria de Weber certamente tem sido extremamente bem-sucedida nesses aspectos, servindo de trampolim para uma enorme quantidade de pesquisas e análises teóricas posteriores.

## Dilemas teóricos

O debate em torno de *The Protestant Ethic* se estende até os dias de hoje, assim como as controvérsias em relação a outros aspectos da obra de Weber. As idéias desenvolvidas pelos pensadores clássicos, e também pelas perspectivas teóricas posteriores discutidas no Capítulo 1, continuam a gerar desentendimentos.

Existem diversos dilemas teóricos fundamentais — questões que continuam a gerar controvérsias ou discussões — para os quais essas opiniões conflitantes nos chamam atenção; al-

guns envolvem temas bastante gerais relacionados à forma como deveríamos interpretar as atividades humanas e as instituições sociais. Quatro desses dilemas serão discutidos aqui.

(1) Um desses dilemas diz respeito à *ação humana* e à *estrutura social*. A questão é a seguinte: Até que ponto somos atores humanos criativos, controlando ativamente as condições de nossas próprias vidas? Ou será que a maior parte do que fazemos é resultado de forças sociais gerais que se encontram fora de nosso controle? Essa questão sempre dividiu, e continua dividindo, os sociólogos. Weber e os interacionistas simbólicos, por exemplo, ressaltam os componentes ativos, criativos, do comportamento humano. Outras abordagens, como a de Durkheim, enfatizam a natureza limitante das influências sociais de nossas ações.

(2) Uma segunda questão teórica diz respeito ao *consenso* e ao *conflito* na sociedade. Como vimos, alguns pontos de vista na sociologia – entre eles o funcionalismo – enfatizam a ordem inerente e a harmonia das sociedades humanas. Para aqueles que adotam essa visão, a continuidade e o consenso são as características mais evidentes das sociedades, por mais que estas se transformem com o tempo. Outros sociólogos, por outro lado, acentuam a infiltração do conflito social. Eles enxergam as sociedades como se estivessem infestadas por divisões, tensões e lutas. Para eles, é uma ilusão alegar que, na maior parte do tempo, as pessoas tendem a viver amigavelmente umas com as outras; mesmo quando não há confrontos abertos, afirmam eles, continuam existindo profundas divisões de interesse que, em certo ponto, estão sujeitas a rebentar em vigorosos conflitos.

(3) Um terceiro dilema fundamental da teoria – que dificilmente figura nas tradições ortodoxas da sociologia, mas que não pode ser ignorado –, é o problema de como devemos incorporar uma interpretação satisfatória do *gênero* dentro da análise sociológica. Todas as principais personagens que no passado participaram da evolução da teoria sociológica eram homens, e, em suas obras, praticamente não se menciona o fato de que os seres humanos possuem gêneros (Sydic, 1987). Nelas, os seres humanos aparecem como indivíduos “assexuados” – são “atores” abstratos, não havendo uma diferenciação entre mulheres e homens. Como temos tão pouco a acrescentar, na relação das questões de gênero, às formas mais estabelecidas do pensamento teórico na sociologia, hoje este talvez seja o problema mais difícil de se atacar desses quatro.

Um dos principais dilemas teóricos associados ao gênero é o seguinte. Deveríamos construir o “gênero” como uma categoria geral dentro de nosso pensamento sociológico? Ou, então, será que precisamos analisar as questões relacionadas ao gênero dividindo-as em influências mais específicas que afetam o comportamento das mulheres e o dos homens em diferentes contextos? Em outras palavras: Existem características que separam os homens e as mulheres, em termos de identidades e de comportamento social, em todas as culturas? Ou será que as diferenças de gênero sempre devem ser explicadas, sobretudo, com relação a outras diferenças que dividem as sociedades (como as divisões de classe)?

(4) O quarto problema envolve não tanto as características gerais do comportamento humano ou das sociedades como um todo, mas, sim, os aspectos do *desenvolvimento social moderno*. Tem a ver com as influências determinantes que afetam as origens e a natureza das sociedades modernas e origina-se nas diferenças entre as abordagens marxistas e não-marxistas. O dilema concentra-se na seguinte questão: Até que ponto o mundo moderno tem sido moldado pelos fatores econômicos escolhidos por Marx – particularmente, os mecanismos da iniciativa econômica capitalista? Ou então, até que ponto outras influências (como os fatores sociais, políticos ou culturais) têm moldado o desenvolvimento social na era moderna? Essas questões são tão fundamentais para a teoria sociológica que estudaremos em detalhes as diferentes idéias desenvolvidas a seu respeito.

### Dilema 1: Estrutura e ação

Um grande tema investigado por Durkheim, e por muitos outros autores da sociologia desde então, é o da *restrição social* que as sociedades das quais somos membros exercem sobre nossas ações. Durkheim defendia a idéia de que a sociedade tem primazia sobre o ser individual. A sociedade é muito mais do que a soma de atos individuais; ela possui uma “firmeza” ou uma “solidez” comparável às estruturas do ambiente material. Imagine uma pessoa de pé em uma sala com diversas portas. A estrutura da sala restringe o alcance de suas possíveis atividades. A localização das paredes e das portas, por exemplo, define as rotas de saída e de entrada. A estrutura social, de acordo com Durkheim, restringe nossas atividades de forma paralela, estabelecendo limites ao que podemos fazer enquanto indivíduos. É “externa” para nós, assim como o são as paredes da sala.

Durkheim (1982, p. 50 l) expressa esse ponto de vista em uma famosa declaração:

Quando exerceo meus deveres de irmão, de marido ou de cidadão e ponho em prática os compromissos aos quais me empenhei, cumprio obrigações que estão definidas na lei e no costume e que são externas a mim mesmo e às minhas ações (...). De um modo semelhante, o fiel descobre, a partir do nascimento, como já prontas, as crenças e as práticas de sua vida religiosa; se elas já existiam antes dele, logo, existem fora dele. Os sistemas de sinais que emprego para expressar meus pensamentos, o sistema monetário que uso para pagar minhas dívidas e os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas que sigo em minha profissão, etc. ... tudo funciona independentemente do modo como os aproveito. Considerando-se, por sua vez, cada membro da sociedade, seria possível fazer os seguintes comentários a respeito de cada um.

Embora o tipo de opinião expressa por Durkheim tenha muitos adeptos, também encontrou severas críticas. O que é a “sociedade”, perguntam os críticos, se não é o composto de muitas ações individuais? Se estudamos um grupo, não enxergamos uma entidade coletiva, apenas indivíduos interagindo entre si de diversas maneiras. A “sociedade” é apenas um

grande número de indivíduos que manifestam um comportamento regular uns com relação aos outros. Segundo os críticos (que incluem a maioria dos sociólogos influenciados pelo interacionismo simbólico), como seres humanos que somos temos razões para nossas ações, e habitamos um mundo social permeado por significados culturais. Para eles, os fenômenos sociais são precisamente *diferentes* das "coisas", mas dependem dos significados simbólicos que emprestamos ao que fazemos. Não somos as *criaturas* da sociedade, mas os *criadores* desta.

### Avaliação

É pouco provável que um dia essa controvérsia esteja totalmente resolvida, já que ela existe desde as primeiras tentativas sistemáticas dos pensadores modernos de explicar o comportamento humano. Além do mais, este é um debate que não se limita apenas à sociologia, mas que preocupa estudiosos de todos os campos das ciências sociais. A partir da leitura deste livro, você deve decidir qual a posição que você acredita estar mais correta.

No entanto, pode haver um exagero nas diferenças entre as duas opiniões. Ainda que não se possa dizer que ambas são totalmente corretas, podemos visualizar, com certa facilidade, ligações entre elas. Em alguns aspectos, fica clara a validade do ponto de vista de Durkheim. As instituições sociais, de fato, precedem a existência de qualquer indivíduo; e também é evidente que elas exercem restrições sobre nós. Assim, por exemplo, não fui eu que inventei o sistema monetário existente na Grã-Bretanha. Nem tenho a escolha de utilizá-lo, ou não, se desejo ter acesso aos bens e aos serviços que o dinheiro pode comprar. O sistema monetário, assim como todas as demais instituições estabelecidas, tem uma existência independente de qualquer membro individual da sociedade e restringe as atividades desse indivíduo.

Por outro lado, é obviamente um erro supor que a sociedade seja "externa" a nós do mesmo modo que o mundo físico, pois o mundo físico continuará a existir quer haja ou não alguma vida humana, embora evidentemente fosse absurdo chamá-lo de sociedade. Ainda que a sociedade seja externa a cada indivíduo isoladamente, por definição ela não pode ser externa a *todos* os indivíduos coletivamente.

Além disso, apesar de os "fatos sociais", assim denominados por Durkheim, poderem restringir aquilo que fazemos, eles não *determinam* o que fazemos. Eu poderia optar por viver sem utilizar o dinheiro, se eu estivesse firmemente decidido a agir dessa forma, mesmo que o dia-a-dia talvez se revelasse bastante difícil. Como seres humanos, nós, de fato, fazemos escolhas, e não simplesmente respondemos passivamente aos acontecimentos à nossa volta. O caminho para preencher a lacuna entre as abordagens da "estrutura" e da "ação" é o do reconhecimento de que temos um *papel ativo na construção e na reconstrução* da estrutura social no decorrer de nossas atividades cotidianas. Por exemplo, o fato de eu utilizar o sistema monetário contribui, de um modo menos importante, porém necessário,

para a própria existência desse sistema. Se cada pessoa, ou mesmo se a maioria das pessoas, em algum momento da vida decidisse evitar utilizar o dinheiro, o sistema monetário se dissolveria.

Como foi mencionado no Capítulo 1, um termo útil para analisar esse processo ativo de construção e de reconstrução da estrutura social é a *estruturacão*. Isso é um conceito que o autor (Anthony Giddens) introduziu recentemente na sociologia. Existe necessariamente uma relação entre a "estrutura" e a "ação". As sociedades, as comunidades ou os grupos somente possuem uma "estrutura" até onde as pessoas se comportam de modo regular e até certo ponto previsível. Por outro lado, a "ação" só é possível porque cada um de nós, enquanto indivíduos, possui um enorme volume de conhecimento socialmente estruturado. A melhor maneira de explicar isso é através do exemplo da linguagem. Para poder existir, a linguagem precisa ser socialmente estruturada — há propriedades do uso da linguagem que devem ser observadas por cada falante. O que uma pessoa diz em determinado contexto, por exemplo, não faria sentido se não obedecesse a certas regras gramaticais. Todavia, as qualidades estruturais da linguagem existem apenas até o ponto em que os usuários individuais da língua de fato seguem essas regras na prática. A linguagem está em constante processo de estruturacão.

Erving Goffman e outros autores que escrevem sobre interação social, discutidos no Capítulo 4, têm toda razão em sugerir que todos os agentes humanos são extremamente instruídos. Somos o que somos enquanto seres humanos, sobretudo, porque seguimos um conjunto complexo de convenções — por exemplo, os rituais observados pelos estranhos ao andarem na



Erving Goffman.



rua. Por outro lado, à medida que aplicamos essa capacidade em termos de conhecimentos em nossas ações, damos força e conteúdo às mesmas regras e convenções que empregamos. A estruturação sempre pressupõe o que o autor chama de "a dualidade da estrutura", o que significa que toda ação social presume a existência da estrutura. Porém, ao mesmo tempo, a estrutura presume a ação, pois a "estrutura" depende de regularidades do comportamento humano.

## Dilema 2: Consenso e conflito

Ao contrastarmos os pontos de vista do *consenso* e do *conflito*, vale a pena partirmos das idéias de Durkheim, para o qual a sociedade é um conjunto de elementos *interdependentes*. Na realidade, para a maioria dos pensadores funcionalistas, a sociedade é tratada como um *todo integrado*, composto por estruturas que estão em harmonia entre si – uma idéia que está muito de acordo com a ênfase de Durkheim ao caráter restritivo, "externo", dos "fatos sociais". Entretanto, a analogia, neste caso, não é feita com as paredes de uma construção, mas com a fisiologia do corpo.

Um corpo consiste em várias partes especializadas (como o cérebro, o coração, os pulmões, o fígado e assim por diante), e cada uma delas contribui para dar sustentação à continuidade da vida do organismo. Estas necessariamente trabalham em harmonia entre si: caso isso não ocorra, a vida do organismo corre perigo. Na opinião de Durkheim, o mesmo acontece com a sociedade. Para que uma sociedade continue existindo ao longo do tempo, suas instituições especializadas (como o sistema político, a religião, a família e o sistema educacional) devem trabalhar em harmonia entre si. Assim, a continuidade de uma sociedade depende da cooperação, a qual, por sua vez, presume um consenso geral, ou acordo, entre seus membros em torno de valores essenciais.

Aqueles que se concentram principalmente no conflito têm uma visão bastante diferente. Podemos facilmente descrever as suposições que os orientam utilizando como exemplo o relato de Marx sobre o conflito de classe. De acordo com Marx, as sociedades dividem-se em classes que possuem recursos desiguais. Diante da existência dessas desigualdades visíveis, surgem divisões de interesse que se "incorporam" ao sistema social. Em certo ponto, esses conflitos de interesse rebentam em uma mudança ativa. Nem todos os que são influenciados por esse ponto de vista concentram-se na questão das classes com a mesma intensidade de Marx; outras divisões são consideradas importantes para promover o conflito – por exemplo, divisões entre grupos raciais ou facções políticas. Sejam quais forem os grupos de conflito sobre os quais recai a maior parte da ênfase, a sociedade é vista como essencialmente *cheia de tensão* – até mesmo o sistema social mais estável representa um equilíbrio instável de agrupamentos antagonísticos.

## Avaliação

Assim como no caso da estrutura e da ação, é improvável que esse debate teórico se encerre completamente. Entretanto, mais uma vez, a diferença entre os pontos de vista do consenso e do conflito parece ter uma amplitude maior. As duas posições não são, de maneira alguma, totalmente incompatíveis. Todas as sociedades provavelmente envolvem algum tipo de acordo geral em torno de valores e certamente envolvem conflito.

Além disso, uma regra geral da análise sociológica é a de que sempre devemos examinar as ligações *entre* o consenso e o conflito dentro dos sistemas sociais. Os valores mantidos por diferentes grupos e as metas que seus membros perseguem, muitas vezes, refletem uma mistura de interesses comuns e opostos. Por exemplo, mesmo na forma com que Marx retrata o conflito de classes, diferentes classes compartilham de interesses comuns, e também são colocadas umas contra as outras. Portanto, os capitalistas dependem de uma força de trabalho que opere em seus empreendimentos, assim como os trabalhadores dependem de capitalistas que garantam seus salários. O conflito aberto não é contínuo nessas circunstâncias; mas, sim, às vezes, o que os dois lados têm em comum tende a superar suas diferenças, ao passo que, em outras situações, o que ocorre é o inverso.

Um conceito útil que ajuda a analisar as inter-relações entre o conflito e o consenso é o de *ideologia* – valores e convicções que ajudam a assegurar a posição de grupos mais poderosos às custas de outros menos poderosos. O poder, a ideologia e o conflito encontram-se sempre intimamente relacionados. Muitos conflitos *envolvem* o poder; em virtude das recompensas que este pode proporcionar. Aqueles que detêm o poder máximo podem depender sobretudo da influência da ideologia para manter seu domínio, mas geralmente têm condições de utilizar a força quando necessário. Por exemplo, no período feudal, o regime aristocrático era amparado pela idéia de que uma minoria das pessoas havia "nascido para governar", mas os governantes aristocratas, muitas vezes, recorriam ao uso da violência contra aqueles que ousassem fazer oposição ao seu poder.

## Dilema 3: O problema do gênero

As questões relacionadas ao gênero raramente têm um papel central nas obras dos principais nomes que estabeleceram a estrutura da sociologia moderna. As poucas passagens em que essas questões são mencionadas, no entanto, permitem-nos ao menos especificar os contornos de um dilema teórico fundamental – ainda que haja poucos elementos em seus trabalhos que nos auxiliem a tentar solucioná-lo. A melhor maneira de descrevermos esse dilema é através do contraste de um tema que ocasionalmente ocorre nos escritos de Durkheim com outro que aparece nas obras de Marx. Em determinado momento, no decorrer de sua discussão a respeito do suicídio, Durkheim observa que o homem é "quase que completamente o produto da sociedade", enquanto a mulher é, "de longe, o produto da

natureza". Explorando essas observações, o que ele tem a dizer a respeito dos homens é que "seus gostos, suas aspirações e seu humor têm sobretudo uma origem coletiva, ao passo que esses mesmos aspectos, em sua companheira, são influenciados de forma mais direta por seu organismo. Conseqüentemente, as necessidades masculinas são bastante diferentes das femininas..." (1952, p. 385). Em outras palavras, as mulheres e os homens possuem identidades, gostos e inclinações diferentes, porque as mulheres são menos socializadas e estão "mais próximas da natureza" do que os homens.

Hoje em dia, ninguém aceitaria um ponto de vista expresso dessa forma. A identidade feminina é tão moldada pela socialização quanto a masculina. Entretanto, quando modificamos um pouco essa afirmação de Durkheim, ela de fato representa uma visão possível da formação e da natureza do gênero, pois as diferenças de gênero dependem fundamentalmente de distinções biologicamente determinadas entre os homens e as mulheres. Essa visão não necessariamente significa que se acredite que as diferenças de gênero sejam sobretudo inatas, mas, sim, presume que a posição social e a identidade das mulheres são moldadas principalmente (como sugere Chodorow, veja o Capítulo 5, "Gênero e Sexualidade", p. 102) pelo seu envolvimento na reprodução e na criação dos filhos. Se esse ponto de vista estiver correto, pode-se dizer que as diferenças de gênero estão profundamente incrustadas em todas as sociedades. As discrepâncias de poder entre as mulheres e os homens refletem o fato de que as mulheres dão à luz seus filhos e são as principais responsáveis por eles, enquanto os homens têm um papel ativo nas esferas "públicas" da política, do trabalho e da guerra.

O modo como Marx enxergava essa questão estava substancialmente em desacordo com essa visão. Para Marx, as diferenças de gênero, em termos de poder e de *status*, entre os homens e as mulheres refletem sobretudo outras divisões – aos seus olhos, especialmente divisões de classe. Segundo ele, nas primeiras formas de sociedade humana, não havia nem divisões de gênero nem de classe. O poder dos homens sobre as mulheres se deu apenas à medida que as divisões de classe começaram a aparecer. A mulher passou a ser uma forma de "propriedade privada" dos homens, por meio da instituição do matrimônio. As mulheres se libertarão de sua condição de servidão quando as divisões de classe forem superadas. Novamente, hoje em dia, poucas pessoas, se é que alguma, aceitariam essa análise, mas podemos transformá-la em uma visão muito mais plausível com uma generalização ainda maior. A classe não é o único fator de influência nas divisões sociais a afetar o comportamento dos homens e das mulheres. A etnicidade e a formação cultural são alguns dos fatores incluídos nesse grupo. Por exemplo, é possível afirmar que as mulheres pertencentes a um grupo minoritário (digamos, as mulheres negras nos Estados Unidos) têm mais aspectos em comum com os homens dessa minoria do que com as mulheres do grupo majoritário (ou seja, as mulheres brancas). Ou então, talvez as mulheres provenientes de determinada cultura (como uma pequena cultura voltada para a caça e a coleta) tenham mais características

em comum com os homens dessa cultura do que com as mulheres de uma sociedade industrial.

O avanço do movimento feminista nas últimas décadas provocou mudanças radicais dentro da sociologia e de outras disciplinas. O feminismo levou a um amplo ataque da visível parcialidade masculina, presente tanto na teoria quanto na metodologia sociológicas, e no próprio tema da sociologia. Não apenas se contestou a dominação masculina da sociologia, como também se exigiu uma reconstrução abrangente da própria disciplina – tanto das questões que estão no seu cerne, quanto da apresentação das discussões que as envolvem.

As perspectivas feministas na sociologia enfatizam a centralidade do gênero na análise do mundo social. Embora a diversidade das opiniões feministas dificulte as generalizações, podemos tranquilamente afirmar que a maioria das feministas concorda que o conhecimento está integralmente relacionado às questões de sexo e do gênero. Como os homens e as mulheres têm experiências diferentes e observam o mundo a partir de perspectivas diferentes, eles não constroem suas interpretações do mundo de maneira idêntica. As feministas, muitas vezes, acusam a teoria sociológica tradicional de ter negado ou ignorado as marcas do gênero na natureza do conhecimento, projetando concepções do mundo social que são dominadas pelos homens. Para as feministas, os homens sempre ocuparam posições de poder e de autoridade na sociedade e têm investido na manutenção de seus papéis privilegiados. Nessas condições, o conhecimento marcado pelo gênero torna-se uma força vital na perpetuação de acordos sociais estabelecidos e na legitimação da dominação masculina.

Algumas autoras feministas argumentam que é um erro supor que "homens" ou "mulheres" são grupos que possuem interesses ou características próprias. Várias dessas autoras, como Judith Butler (1999), foram influenciadas pelo pensamento pós-moderno, discutido mais adiante (veja na p. 536). De acordo com Butler, o gênero não é uma categoria fixa, mas variável, revelada naquilo que as pessoas fazem, e não no que elas são.



Judith Butler.

Susan Faludi dedicou-se a temas semelhantes. Em sua obra sobre a masculinidade (1999), Faludi demonstra que a idéia de que os homens dominam em todas as esferas é um mito. Pelo contrário, hoje existe uma crise da masculinidade neste mundo que supostamente é de propriedade dos homens e por eles administrado. Alguns grupos masculinos ainda se sentem seguros e no controle da situação; muitos outros encontram-se marginalizados e sem amor-próprio. O sucesso alcançado por pelo menos algumas mulheres é parte do motivo, mas também contribuem para esse quadro as mudanças na natureza do trabalho. Com o impacto da tecnologia da informação, por exemplo, muitos homens com menos qualificações profissionais viraram um excedente para as necessidades da sociedade.

### Avaliação

As questões envolvidas neste terceiro dilema são de extrema importância e estão diretamente relacionadas ao desafio lançado pelas autoras feministas na sociologia. Ninguém pode questionar com seriedade o fato de que, no passado, um grande volume de análises sociológicas ou ignorou as mulheres, ou trabalhou com interpretações da identidade e do comportamento femininos drasticamente inadequadas. Apesar de toda a nova pesquisa sobre as mulheres realizada na sociologia ao longo dos últimos 20 anos, ainda há muitas áreas em que as atividades e as preocupações características das mulheres não foram suficientemente estudadas. Porém, "trazer o estudo das mulheres para dentro da sociologia" não é um procedimento internamente igual a lidar com os problemas de gênero, porque o gênero diz respeito às relações existentes entre as identidades e o

comportamento das mulheres e dos homens. No momento, é preciso deixar em aberto a questão sobre até que ponto as diferenças de gênero podem ser esclarecidas por meio de outros conceitos sociológicos (classe, etnicidade, formação cultural e assim por diante), ou, ao contrário, até que ponto outras divisões sociais precisam ser explicadas em termos de gênero. Certamente, no futuro, algumas das principais tarefas explicativas da sociologia dependerão de uma abordagem eficaz para esse dilema.

### Dilema 4: A formação do mundo moderno

#### A perspectiva marxista

Os escritos de Marx lançaram um poderoso desafio para a análise sociológica, o qual não pode ser ignorado. Daquela época até os dias de hoje, muitos debates sociológicos concentraram-se nas idéias marxistas a respeito do desenvolvimento das sociedades modernas. Como mencionamos anteriormente, Marx considera as sociedades modernas *capitalistas*. O impulso propulsor por trás da mudança social na era moderna é a pressão em direção à transformação econômica constante, que é parte integral da produção capitalista. O capitalismo é um sistema econômico bem mais dinâmico do que qualquer outro que o precedeu. Os capitalistas travam uma concorrência entre si para vender seus produtos aos consumidores; e, para sobreviver em um mercado competitivo, as firmas precisam produzir suas mercadorias da forma mais barata e eficiente possível. Esse processo leva a uma inovação tecnológica constante, porque ampliar a eficácia da tecnologia utilizada em um processo de produção específico é um modo de as empresas poderem assegurar uma margem sobre seus concorrentes.

Não existem também fortes incentivos para a busca de novos mercados para a venda de mercadorias, para a aquisição de matérias-primas baratas e a utilização de mão-de-obra barata. O capitalismo, portanto, segundo Marx, é um sistema em expansão incessante, que se estende pelo mundo inteiro. Essa é a explicação de Marx para o avanço global da indústria ocidental.

A maneira como Marx interpreta a influência do capitalismo encontrou muitos defensores, e autores posteriores aperfeiçoaram consideravelmente sua descrição. Por outro lado, inúmeros críticos começaram a refutar a opinião de Marx, oferecendo análises alternativas das influências que moldam o mundo moderno. Praticamente todos aceitam a idéia de que o capitalismo *desempenha* papel principal na criação do mundo em que hoje vivemos. Mas há outros sociólogos que afirmam que Marx exagerou o impacto dos fatores puramente *econômicos* na produção de mudanças, e que o capitalismo é *menos central* para o desenvolvimento social moderno do que ele alegava. A maioria desses autores também adota uma postura cética quanto à convicção de Marx de que o sistema socialista acabaria substituindo o capitalismo. A julgar pelos acontecimentos de 1989 e depois, na Europa Oriental, parece que houve uma confirmação desse ceticismo.



Susan Faludi.

### O ponto de vista de Weber

Max Weber foi um dos primeiros, e mais severos, críticos de Marx. Na realidade, o que ele escreveu já foi descrito como a luta de uma vida contra "o fantasma de Marx" – contra o legado intelectual deixado por Marx. A postura alternativa exercida por Weber continua sendo importante nos dias de hoje. Segundo ele, fatores não-econômicos desempenharam papel fundamental no desenvolvimento social moderno – argumento este que, na verdade, constitui um dos principais pontos de *The Protestant Ethic*. Valores religiosos – especialmente aqueles associados ao puritanismo – tiveram uma importância crucial na criação de uma perspectiva capitalista, a qual não surgiu exatamente, como supunha Marx, das mudanças econômicas.

A maneira como Weber entende a natureza das sociedades modernas e os motivos do avanço dos modos ocidentais de vida através do mundo está em um contraste substancial com a interpretação de Marx. Para Weber, o capitalismo – uma forma distinta de organizar a iniciativa econômica – é um entre outros grandes fatores que moldam o desenvolvimento social no período moderno. Sob os mecanismos econômicos capitalistas, e em alguns aspectos mais fundamental do que estes, está o impacto da ciência e da burocracia. A ciência influenciou a tecnologia moderna – e é de se presumir que continuará a fazê-lo em qualquer sociedade socialista do futuro. A burocracia é a única maneira de se garantir uma organização eficaz de um grande número de pessoas, e, portanto, com o crescimento eco-

nômico e político, sua expansão é inevitável. Ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia moderna e da burocracia, Weber refere-se coletivamente como racionalização. Esta significa a organização da vida social e econômica de acordo com os princípios da eficiência, com base no conhecimento técnico.

### Avaliação

Que tipo de interpretação das sociedades modernas está correta: a marxista ou a weberiana? Mais uma vez, os estudiosos estão divididos diante desse tema. O quadro especifica algumas dessas diferenças. (É preciso lembrar que, dentro de cada perspectiva, existem variações, portanto nem todos os teóricos concordarão em todos os pontos.)

Os contrastes entre os pontos de vista marxistas e weberianos atravessam muitas áreas da sociologia. Eles influenciam não apenas o modo de analisarmos a natureza das sociedades industrializadas, mas também nossa visão sobre as sociedades menos desenvolvidas. Além disso, essas duas perspectivas estão associadas a posturas políticas divergentes: os autores de esquerda, de um modo geral, adotam pontos de vista do primeiro grupo, e os liberais e os conservadores, do segundo. No entanto, a natureza do empirismo dos fatores relacionados a esse dilema específico é mais direta do que a daqueles fatores envolvidos nos outros dilemas. Estudos factuais dos caminhos da evolução das sociedades modernas e dos países menos desen-

## Uma comparação entre Marx e Weber

### Idéias claramente marxistas

A principal dinâmica do desenvolvimento moderno é a expansão dos mecanismos econômicos capitalistas.

As sociedades modernas são fendidas pelas desigualdades de classe, que são fundamentais para a sua própria natureza.

As grandes divisões de poder, como aquelas que afetam a posição diferencial entre homens e mulheres, são, no fim das contas, resultado de desigualdades econômicas.

As sociedades modernas, assim como hoje as conhecemos (sociedades capitalistas), são de um tipo transicional – podemos esperar que venham a ser radicalmente reorganizadas no futuro. O socialismo, de um tipo ou de outro, acabará substituindo o capitalismo.

O avanço da influência ocidental em todo o mundo é resultado, sobretudo, das tendências expansionistas da iniciativa capitalista.

### Idéias claramente weberianas

A principal dinâmica do desenvolvimento moderno é a racionalização da produção.

A classe é um tipo de desigualdade entre tantos – como as desigualdades existentes entre homens e mulheres – nas sociedades modernas.

No sistema econômico, o poder é separável de outras fontes. Por exemplo, as desigualdades entre homens e mulheres não podem ser explicadas em termos econômicos.

Certamente, haverá um progresso ainda maior da racionalização, no futuro, em todas as esferas, da vida social. Todas as sociedades modernas dependem dos mesmos modos fundamentais de organização social e econômica.

O impacto global do Ocidente origina-se no seu controle sobre os recursos industriais, aliado a um poder militar superior.



Michel Foucault.

mente considerados inofensivos: algumas pessoas acreditavam, inclusive, que eles talvez tivessem um "dom" especial de percepção. Nas sociedades modernas, contudo, a "loucura" ganhou os contornos de um discurso medicalizado que enfatiza a doença e o tratamento. Esse discurso é apoiado e perpetuado por uma rede extremamente desenvolvida e influente de médicos, especialistas da área médica, hospitais, associações profissionais e periódicos da medicina.

Segundo Foucault, o poder age através do discurso no sentido de moldar atitudes populares em relação a fenômenos como o crime, a loucura ou a sexualidade. Discursos especializados introduzidos por aqueles que detêm o poder ou a autoridade, muitas vezes, só podem ser contestados pelos discursos de especialistas concorrentes. Dessa maneira, os discursos podem ser empregados como um poderoso instrumento para restringir formas alternativas de pensar ou de falar. O conhecimento passa a ser uma força de controle. Um tema proeminente ao longo dos escritos de Foucault é o modo como o poder e o conhecimento estão ligados às tecnologias de vigilância, de cumprimento de leis e de disciplina.

A nova abordagem radical de Foucault para a teoria social contrapõe-se ao consenso geral sobre a natureza do conhecimento científico. Essa abordagem, que caracterizou muitos de seus primeiros trabalhos, passou a ser conhecida como a "arqueologia" de Foucault. Diferentemente de outros cientistas sociais, cujo objetivo é encontrar um sentido naquilo que não é familiar traçando analogias com aquilo que é familiar, Foucault iniciou a tarefa oposta: entender o familiar vasculhando o passado. Foucault atacou vigorosamente o presente — os conceitos,

as convicções e as estruturas consideradas triviais que são praticamente invisíveis precisamente por serem familiares. Por exemplo, ele explorou como a noção da "sexualidade" nem sempre existiu, mas foi criada por meio de processos de desenvolvimento social. Comentários similares podem surgir em relação às nossas concepções do cotidiano moderno do que é uma atividade normal e uma desviante, do que é a sanidade e a loucura e assim por diante. Foucault tentou revelar as suposições que estão por trás de nossas convicções e nossas práticas atuais e tornar o presente "visível", acessando-o a partir do passado. Contudo, não podemos ter teorias gerais sobre a sociedade, o desenvolvimento social ou a modernidade; podemos apenas entender alguns de seus fragmentos.

### Outros pontos de vista

Muitos outros pensadores foram influenciados por Michel Foucault (veja o Capítulo 12, nas p. 290-291). A vigilância — o armazenamento de informações sobre as pessoas a fim de controlar o comportamento delas — é um fenômeno sempre presente em uma sociedade marcada pelo avanço da mídia de massa. A maioria dos teóricos sociais contemporâneos aceita a noção de que a tecnologia da informação e os novos sistemas de comunicações, juntamente com outras mudanças tecnológicas, estão gerando grandes transformações sociais para todos nós. Porém, a maioria discorda das idéias centrais dos pós-modernistas e de Foucault. Eles sustentam que nossos esforços em compreender os processos gerais no mundo social estão condenados, assim como a noção de que podemos mudar o mundo para melhor. Autores como o sociólogo espanhol Manuel Castells e os pensadores alemães Jürgen Habermas e Ulrich Beck, juntamente com o autor deste livro (Anthony Giddens), afirmam que, mais do que nunca, precisamos desenvolver teorias gerais sobre o mundo social, e que essas teorias podem nos auxiliar a intervir para moldá-lo de forma positiva. Acabaram-se os sonhos de Marx de uma alternativa socialista para o capitalismo. Porém, alguns dos valores que impulsionaram o projeto socialista — os valores da comunidade social, da igualdade e do cuidado aos fracos e vulneráveis — ainda estão bem vivos.

### Jürgen Habermas: a democracia e a esfera pública

Habermas reconhece que muitas das idéias de Marx tornaram-se obsoletas e conta com Weber como uma fonte de idéias alternativas. Entretanto, ele também sugere que alguns dos princípios básicos que inspiraram o trabalho de Marx precisam ser mantidos. Não existe nenhuma alternativa para o capitalismo, nem deveria existir: o capitalismo provou sua capacidade de gerar um enorme volume de riqueza. Mesmo assim, alguns dos problemas fundamentais identificados por Marx em uma economia capitalista ainda estão presentes no capitalismo — como sua tendência a gerar depressões ou crises econômicas. Precisamos restabelecer nosso controle sobre os processos



Jürgen Habermas.

econômicos que chegam a nos controlar mais do que nós os controlamos.

Um dos principais caminhos para se conseguir ampliar esse controle, propõe Habermas, é por meio do renascimento do que ele chama de "esfera pública". A esfera pública é essencialmente a estrutura da democracia. Os procedimentos democráticos ortodoxos que envolvem Paramentos e partidos, afirma Habermas, não nos fornecem uma base suficiente para a tomada de decisões coletivas. Podemos renovar a esfera pública por meio da reforma de procedimentos democráticos e do envolvimento mais consistente dos organismos comunitários e dos grupos locais. A mídia moderna das comunicações de fato traz alguns dos resultados observados por Baudrillard e outros. Todavia, ela também pode contribuir de modo fundamental para a promoção da democracia. Onde a televisão e os jornais, por exemplo, estiverem dominados pelos interesses comerciais, esses veículos não servirão como um foco para a discussão democrática. Porém, o sistema público de rádio e televisão, ao lado da internet, oferece muitas possibilidades para a abertura de diálogo e de discussões.

As autoras feministas criticaram Habermas por não dar a devida atenção aos elos existentes entre o gênero e a democracia. Muitas vezes, supõe-se que a democracia seja um domínio quase que totalmente masculino, apontam as críticas. Elas defendem a idéia de que Habermas deveria observar as formas pelas quais a democracia tende a excluir o pleno envolvimento das mulheres. A maioria dos Paramentos, por exemplo, conta apenas com uma minoria de representantes femininas. Muitos

debates políticos também tendem a depreciar os temas que interessam especificamente às mulheres. Em sua principal obra, *The Theory of Communicative Action* (1986-1988), Habermas praticamente não menciona a questão do gênero. Nancy Fraser (1989) ressalta que, em sua discussão sobre a democracia, Habermas trata os cidadãos como se pertencessem a um gênero neutro. Mas a evolução da cidadania sempre favoreceu bem mais aos homens do que às mulheres. A situação da mulher na família, por exemplo, ainda é, em grande parte, subordinada à do homem. A desigualdade na vida familiar é, portanto, diretamente relevante para a democracia pública.

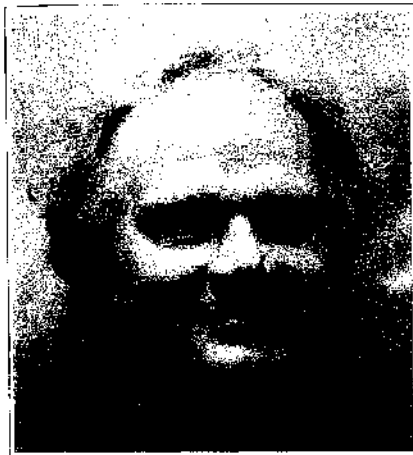
### Ulrich Beck: sociedade de risco

No início deste livro (Capítulo 3, "Um Mundo em Mudanças"), observamos as idéias de Ulrich Beck. Ele também rejeita o pós-modernismo. Em lugar de vivermos em um mundo que está "além do moderno", estamos nos deslocando para uma fase do que ele chama de "segunda modernidade". A segunda modernidade refere-se ao fato de que as instituições modernas estão se tornando globais, ao passo que a vida cotidiana está se libertando da influência da tradição e do costume. A velha sociedade industrial está desaparecendo e sendo substituída por uma "sociedade de risco". O que os pós-modernistas vêem como caos, ou falta de padrão, Beck vê como risco ou incerteza. O controle de risco é o principal aspecto da ordem global.

O risco torna-se central por várias razões. Com o avanço da ciência e da tecnologia, criam-se outras situações de risco, diferentes daquelas que ocorriam em épocas anteriores. A ciência e a tecnologia obviamente trazem muitos benefícios para nós, mas geram riscos de difícil avaliação. Assim, por exemplo, ninguém sabe dizer ao certo quais os possíveis riscos envolvidos na produção de alimentos geneticamente modificados.

Muitas decisões que ocorrem no nível da vida cotidiana também imbuem-se de risco. Na verdade, o risco e as relações de gênero mantêm uma ligação muito próxima. As relações entre os sexos vêm cheias de novas incertezas. Tomemos como exemplo os campos do amor e do casamento. Há uma geração, nas sociedades desenvolvidas, o casamento era um processo bastante simples de transição de vida — o indivíduo passava da condição de solteiro para a de casado, o que era considerado uma situação, até certo ponto, permanente. Hoje em dia, muitas pessoas vivem juntas sem se casarem, e os índices de divórcio são altos. Qualquer pessoa que esteja pensando em ter um relacionamento com outra deve levar esses fatos em consideração, estando, portanto, envolvida nos cálculos de risco. O indivíduo deve julgar a sua probabilidade de garantir a felicidade e a segurança tendo como pano de fundo a incerteza.

Beck não defende a idéia de que o mundo contemporâneo é mais arriscado do que as épocas passadas, mas, sim, de que há uma mudança na natureza dos riscos que somos obrigados a enfrentar. O risco agora provém menos dos perigos ou das ameaças naturais do que das incertezas geradas pelo nosso pró-



Ulrich Beck.

prio desenvolvimento social e pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Beck concorda com Habermas que a nova sociedade não significa o fim das tentativas de reforma social e política. Ao contrário – surgem novas formas de ativismo. Assistimos ao aparecimento de um novo campo denominado por Beck “subpolítica”, o qual se refere às atividades de grupos e organismos que operam fora dos mecanismos formais da política democrática – como os grupos ecológicos, os grupos de consumidores ou os de direitos humanos. A responsabilidade pelo controle dos riscos não pode ser deixada apenas aos políticos ou aos cientistas: outros grupos de cidadãos precisam ser consultados. Os grupos e os movimentos que se desenvolvem na arena da subpolítica, entretanto, podem ter uma grande influência sobre os mecanismos políticos ortodoxos. Por exemplo, a responsabilidade pelo meio ambiente, que antigamente era competência de ativistas ecológicos, agora é aceita como um elemento da estrutura política convencional.

#### Manuel Castells: a economia em rede

Manuel Castells iniciou sua carreira acadêmica como marxista. Especialista em questões urbanas, ele procurou aplicar as idéias de Marx ao estudo das cidades. Porém, nos últimos anos, Castells afastou-se do marxismo. Assim como Baudrillard, ele passou a se preocupar com o impacto da mídia e das tecnologias das comunicações. A sociedade da informação, defende Castells, é marcada pelo avanço das redes e de uma *economia em rede*. A nova economia, a qual depende das ligações que as

comunicações globais possibilitam, é certamente capitalista. No entanto, a economia e a sociedade capitalistas de hoje são bastante distintas daquelas do passado. Diferentemente do que imaginava Marx, a expansão do capitalismo deixou de se basear primeiramente na classe trabalhadora ou na manufatura de bens materiais. Em vez disso, as telecomunicações e os computadores formam a base da produção.

Castells não revela muitos detalhes a respeito de como essas mudanças estão afetando as relações de gênero. Entretanto, ele apresenta um volume considerável de informações quanto aos seus efeitos sobre a identidade pessoal e a vida cotidiana. Na sociedade em rede, a identidade pessoal adquire um caráter muito mais aberto. Deixamos de assumir nossas identidades a partir do passado, para construí-las ativamente na interação com os outros. Esse fato afeta diretamente a esfera da família e também, de um modo mais geral, a estruturação das identidades masculina e feminina. A identidade dos homens e das mulheres não provém mais de papéis tradicionais. Logo, foi-se o tempo em que o “lugar” da mulher era em casa, ao passo que o do homem era “no trabalho”. Essa divisão foi derrubada.

Assim como Habermas, Castells chama a nova economia global de “autômato”, acreditando que nós deixamos de ter um controle pleno do mundo que criamos. Neste ponto, as afirmações de Castells são um eco daquelas feitas por Weber um século antes, o qual imaginava que o aumento da burocracia aprisionaria todos nós em uma “gaiola de ferro”. Nas palavras de Castells, “o pesadelo da humanidade de ver nossas máquinas assumindo o controle do nosso mundo parece estar prestes a se



Manuel Castells.

tomar realidade – não na forma de robôs que eliminam empregos, ou computadores do governo que policiam nossa vida, mas como um sistema eletrônico de transações financeiras” (2000, p. 56).

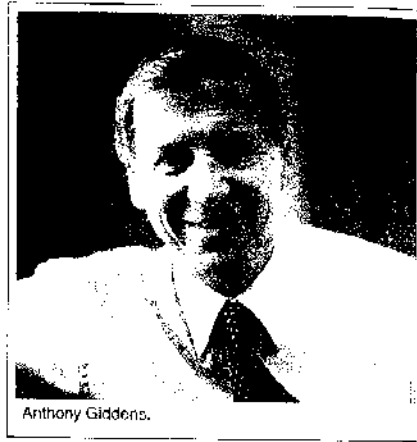
Todavia, Castells não abandonou por completo suas raízes marxistas. Ele acredita na possibilidade da reconquista de um controle mais efetivo do mercado global, o qual não será alcançado através de nenhum tipo de revolução, mas dos esforços coletivos das organizações internacionais e dos países que possuem um interesse comum na regulamentação do capitalismo internacional. A tecnologia da informação, conclui Castells, muitas vezes, pode ser um meio de capacitação local e de renovação comunitária. Como exemplo, ele cita o caso da Finlândia. A Finlândia é a mais desenvolvida sociedade de informação do mundo. Todas as escolas do país possuem acesso à internet, e a maior parte da população está familiarizada com os computadores. Ao mesmo tempo, a Finlândia conta com um Estado Assistencial bem-estabelecido e eficaz, o qual foi adaptado para atender às necessidades da nova economia.

### Anthony Giddens: reflexividade social

Nos meus trabalhos, também desenvolvo uma perspectiva teórica sobre as mudanças que ocorrem neste mundo de hoje. Atualmente, vivemos no que chamo de “um mundo em descontrole”, um mundo marcado por novos riscos e incertezas, como as constantes do diagnóstico de Beck. Porém, ao lado do risco, deveríamos identificar a noção de *confiança* – a qual manifestamos tanto em relação aos indivíduos quanto às instituições.

Neste mundo de transformações aceleradas, as formas tradicionais de confiança tendem a se dissolver. A confiança em outras pessoas costumava ter por base a comunidade local. No entanto, por vivermos em uma sociedade mais globalizada, nossas vidas são influenciadas por pessoas que nunca vemos ou conhecemos, que talvez morem do outro lado do mundo. Estamos falando da confiança em “sistemas abstratos” – por exemplo, precisamos confiar nas agências reguladoras de alimentos, na purificação da água ou na eficácia dos sistemas bancários. A confiança e o risco estão intimamente ligados. Para enfrentarmos os riscos que estão à nossa volta e reagirmos a eles com eficácia, precisamos ter confiança nessas autoridades.

Viver em uma era da informação, na minha opinião, significa um aumento da **reflexividade** social. A reflexividade social refere-se à necessidade de estarmos sempre pensando, ou refletindo, a respeito das circunstâncias em que nossas vidas se desenrolam. Quando as sociedades estavam mais adaptadas ao costume e à tradição, as pessoas podiam seguir métodos estabelecidos para fazer as coisas de maneira mais irrefletida. Para nós, muitos aspectos da vida que as antigas gerações consideravam triviais transformam-se em temas para um processo aberto de tomada de decisões. Por exemplo, durante centenas de anos, as pessoas não dispunham de modos eficazes para limitar o tamanho de suas famílias. Com as modernas formas de



Anthony Giddens.

contracepção e outros tipos de envolvimento tecnológico na reprodução, os pais podem não apenas escolher o número de filhos que vão ter, como também podem, inclusive, decidir qual será o sexo de seus filhos. É claro que essas possibilidades se abrem repletas de novos dilemas éticos.

A perda do controle em relação ao nosso próprio futuro não é inevitável. Nesta era global, é certo que as nações acabam perdendo parte do poder que costumavam ter. Por exemplo, os países possuem menos influência sobre a política econômica do que já o tiveram. Porém, os governos retêm um volume considerável de poder. Trabalhando em conjunto, as nações podem se unir para reafirmar nossa influência sobre este mundo em descontrole. Os grupos para os quais Beck aponta – organismos e movimentos que trabalham fora da estrutura formal da política – podem exercer um papel importante, mas não suplantam a política democrática ortodoxa. A democracia continua sendo crucial, porque os grupos da área da “subpolítica” fazem exigências divergentes e possuem interesses diferentes. Entre esses grupos, podem estar, por exemplo, aqueles que fazem uma campanha ativa a favor de mais tolerância em relação ao aborto, e outros que tenham convicções opostas. O governo democrático deve avaliar e reagir a essa diversidade de reivindicações e de inquietações.

A democracia não pode se limitar à esfera pública, como definiu Habermas. Existe uma possível “democracia das emoções” surgindo no cotidiano. Por democracia das emoções entende-se o surgimento de formas de vida em família nas quais os homens e as mulheres têm a mesma participação. Praticamente todas as formas de estrutura familiar tradicional baseavam-se no domínio dos homens sobre as mulheres, um fato geralmente sancionado pela lei. A crescente igualdade entre os sexos não pode se limitar apenas ao direito ao voto, deve envolver também a esfera pessoal e íntima. A democratização da vida pessoal avança até o ponto em que os relacionamentos sejam construídos sobre o respeito mútuo, a comunicação e a tolerância.



## Conclusão

Será que hoje estamos ingressando em uma grande e nova fase de desenvolvimento da teoria sociológica? As idéias dos pensadores clássicos – Marx, Durkheim e Weber – foram concebidas em épocas de grande mudança social e econômica. Estamos

passando por um período de transformações que provavelmente sejam tão profundas – e muito mais sentidas em todo o mundo. Precisamos desenvolver novas teorias para compreender os novos avanços que estão transformando as nossas sociedades atuais. As teorias há pouco analisadas estão entre as contribuições mais importantes nesse empenho.

## Pontos Principais

1. Na sociologia (e também nas demais ciências sociais), existe uma diversidade de abordagens teóricas. A razão para tamanha variedade não é particularmente intrigante: mesmo nas ciências naturais, é difícil resolver conflitos teóricos, e, na sociologia, enfrentamos dificuldades especiais em função da complexidade dos problemas que aparecem ao submetermos nosso próprio comportamento a estudo.
2. A tese weberiana da influência do puritanismo sobre o desenvolvimento econômico moderno serve como um exemplo útil para refletirmos a respeito do que confere valor a uma teoria. As idéias de Weber continuam sendo controversas, porém, em muitos aspectos, sua teoria representou uma inovação, estimulando grande parte da pesquisa posterior.
3. Os conflitos entre pontos de vista na sociologia fazem com que voltemos nossa atenção para diversos dilemas teóricos fundamentais. Um ponto de vista importante diz respeito ao modo como a ação humana deve ser relacionada à estrutura social. Será que somos os criadores da sociedade, ou será que fomos criados por ela? A escolha entre essas duas alternativas não é tão evidente quanto pode parecer em um primeiro momento, e o verdadeiro problema está na maneira como esses dois aspectos da vida social devem ser relacionados entre si.
4. Um segundo dilema refere-se à dúvida quanto ao modo de retratar as sociedades: serão elas harmoniosas e ordenadas, ou marcadas por um conflito persistente? Mais uma vez, essas duas visões não são totalmente contrárias, e precisamos mostrar a correlação existente entre o consenso e o conflito. Os conceitos de ideologia e de poder são úteis na hora de assumir essa tarefa.
5. Um terceiro dilema fundamental diz respeito ao gênero c, particularmente, à dúvida quanto a transformá-lo, ou não, em uma categoria geral do nosso pensamento sociológico. Embora esse problema dificilmente sequer figurasse nas tradições ortodoxas da sociologia, as teóricas feministas trouxeram mudanças tanto para o conteúdo do pensamento dos sociólogos quanto para a sua forma.
6. Um quarto foco de debate contínuo na sociologia está ligado à análise do desenvolvimento social moderno. Os processos de mudança, no mundo moderno, são moldados principalmente pelo desenvolvimento econômico capitalista ou por outros fatores, incluindo fatores não-econômicos? As posturas adotadas nessa discussão são influenciadas até certo ponto pelas convicções políticas e pelas atitudes defendidas por diferentes sociólogos.
7. Para atacar as questões do desenvolvimento social, os teóricos mais recentes tentam ir além das opiniões de Marx e de Weber. Os pensadores pós-modernos rejeitam a idéia de que podemos desenvolver qualquer teoria geral sobre a história ou a sociedade. Para Baudrillard, a mídia eletrônica destruiu nossa relação com o passado, criando um mundo no qual o significado é gerado por meio do fluxo de imagens, em detrimento de uma realidade estável.
8. Outros teóricos criticam o pós-modernismo, afirmando que ainda podemos desenvolver teorias gerais sobre o mundo social, e que, de certa forma, essa atitude nos permitirá intervir em sua melhoria. Entre eles, estão: Habermas e seu conceito de “esfera pública”; Beck e a “sociedade de risco”; Castells e a “sociedade em rede”; e Giddens, desenvolvendo o conceito da reflexividade social e suas implicações para o nosso modo de viver – e de refletirmos a respeito de – nossas vidas.

## Questões para Reflexão

1. Por que a sociologia é tão dependente do pensamento teórico?
2. A obra de Weber sobre a ética protestante é uma teoria única ou uma série de teorias de alcance médio?
3. O que o estudo da linguagem pode nos revelar a respeito do estudo da sociedade?
4. As perspectivas teóricas existentes podem realmente incluir o problema do gênero?
5. Os diversos “dilemas” presentes na teoria sociológica são mesmo tão difíceis de resolver quanto parecem?
6. Qual a dívida dos avanços recentes na teoria sociológica para com os insights de Marx, Weber e Durkheim?

***Leitura Complementar***

---

**Patrick Baert**, *Social Theory in the Twentieth Century* (Cambridge: Polity, 1998)

**Anthony Giddens**, *Capitalism and Modern Social Theory*, rev. edn (Cambridge: Cambridge University Press, 1992)

**David Harvey**, *The Condition of Postmodernity* (Oxford: Blackwell, 1989)

**Charles Wright Mills**, *The Sociological Imagination* (Harmondsworth: Penguin, 1979)

# Agradecimentos

Os editores gostariam de agradecer, pela permissão obtida para a utilização do material com *copyright*, a:

Philip Allan Updates pela **Fig. 6.5**, extraída de J. Williams, "In Focus: Population", *Sociological Review*, 8.2 (1998) **Fig. 3**; **Fig. 8.3**, extraída de J. Williams, "In Focus: The 1998 British Crime Survey", *Sociological Review*, 8.1 (1999) **Fig. 3**; **Fig. 11.2**, extraída de J. Williams, "Children, poverty and consumption", *Sociological Review*, 8.1 (1998), **Fig. 1**; **Fig. 16.5**, extraída de E. Mitsos e K. Browne, "Gender differences in education", *Sociological Review*, 8.1 (1998) **Fig. 1**; e junto a The Controller of Her Majesty's Stationery Office pelo material com *copyright* de Crown referente à **Fig. 6.1**, extraída de K. Browne e I. Bourill, "Our unequal, unhealthy nation", *Sociological Review*, 9.2 (1999) **Fig. 1**.

Blackwell Publishers pela **Fig. 13.9**, extraída de P. Sinclair, *Unemployment Economic Theory and Evidence* (1987) p. 2; **Tabela 10.1**, extraída de R. Crompton, *Class and Stratification*, 2e (1998) Polity, p. 67; **Fig. 18.3**, extraída de M. Castells, *The Rise of the Network Society*, 2e (2000); **Fig. 6.4**, de S. Nettleton, *The Sociology of Health and Illness* (1995) Polity; **Fig. 6.2**, de K. Browne, *An Introduction to Sociology*, 2e (1998) Polity; e junto a Stanford University Press pela **Tabela 3.3**, extraída de D. Held *et al.*, *Global Transformations* (1999) Polity, p. 10.

Butterworth Heinemann Publishers, uma divisão da Reed Educational & Professional Publishing Ltd, pela **Fig. 12.1**, extraída de S. Gregson e F. Livesey, *Organisations and Management Behaviour* (1993), p. 288.

Cambridge University Press e Guardian News Service Ltd pela **Fig. 17.1**, de R. Gill, *Churchgoing and Christian Ethics* (1999), *The Guardian*, 24.04.2000.

Copyright Clearance Center, Inc. em nome do World Bank pelas **Figs. 2.4, 15.2, 15.4 e 16.4** e pela **Tabela 15.1** de *World Development Indicators 1998/1999*.

The Economist Newspaper Ltd, pelas **Figs. 9.3, 9.4, 13.3, 14.2, 15.3, 16.3, 17.3 e 19.2**, extraídas de várias edições de *The Economist*.

Guardian News Service Ltd pelas **Figs. 7.1, 8.2, 8.5, 11.1, 11.3, 13.6, 13.7, 14.4, 17.2, 17.4, 19.4, 19.11** e **Tabela 7.1**, extraídas de várias edições de *The Guardian* e *The Observer*.

The Controller of Her Majesty's Stationery Office pelas **Figs. 6.3, 8.1, 8.4, 8.6, 11.5, 13.1, 13.5, 13.8, 15.1, 16.1, 19.8** e **Tabelas 5.1, 6.1, 6.2, 7.2, 7.4, 8.1, 8.2, 8.3, 9.1, 10.2, 11.1, 11.2, 13.2, 16.2, 16.3, 17.2 e 17.3**, extraídas de material com *copyright* de Crown, Office of National Statistics.



- Richard B. Lee e Irven DeVore pela **Fig. 2.1**, extraída de R. B. Lee e I. De Vore, eds. *Man and the Hunter*, Aldine de Gruyter (1963), Mapa-Múndi, 3.1. Copyright © 1963 Elaborado por The Wenner Gren Foundation for Antropológico Research.
- W. W. Norton & Company, Inc. pelas **Figs. 1.1, 2.3, 3.1, 13.4, 14.1, 16.2, 19.1, 19.5 e 20.1** de Anthony Giddens e Mitchell Duneier, *Introduction to Sociology, 3e*, 7 Mapa-Múndi e Figs. 1.1, 2.1. Copyright © 2000, elaborados por W. W. Norton & Co. Inc.
- Office for Official Publications of the European Communities pelas **Figs. 13.2, 7.5**, extraídas de *Employment in Europe, 1999*, Tabela, p. 12, e *Eurobarometer* (1993).
- D. W. Owen pela **Tabela 9.2** de D. Owen, *Ethnic Minorities in Britain: Housing and Family Characteristics*, Center for Research in Ethnic Relations, National Ethnic Minority Data Archive, 1991 Census Statistical Paper Nº. 5. University of Warwick.
- Oxford University Press pela **Tabela 13.1**, extraída de M. O'Brien e D. Jones, "Children, parental employment and educational attainment: an English care study", *Cambridge Journal of Economics*, 23 (1999), p. 599-621.
- Oxford University Press, Inc. pelas **Figs. 19.3, 19.6, 19.10 e Tabelas 3.2, 16.1, 19.1** do *Human Development Report 1998*, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fig. 4.5, Tabela 4.3, Quadro-tabela 1.2 e Figs. da p. 3. Copyright © 1998 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; e **Figs. 3.1, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 15.5 e Tabela 3.2** do *Human Development Report 1999* elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Figs. 1.1, 1.2, 1.6, 2.4, Tabela 1.1 e Fig. da p. 2. Copyright © 1999 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Palgrave pela **Fig. 7.2** extraída de G. Crow e M. Hardey, "Diversity and ambiguity among lone-parent households in modern Britain" em C. Marsli e S. Arber, eds, *Families and Households* (1992); e **Figs. 9.1, 9.2** de S. Castles e M. J. Miller, *Age of Migration* (1993), p. 6, p. 67.
- Policy Studies Institute pelas **Figs. 7.3, 7.4 e Tabela 7.3** de R. Berthoud e S. Beishon, "People, families and households" em T. Modood, R. Berthoud et al., eds, *Ethnic Minorities in Britain: Diversity and Disadvantage: The Fourth National Survey of Ethnic Minorities* (1997), p. 33, 39, 24.
- Joseph Rowntree Foundation pela **Fig. 13.10 e Tabela 13.3** de B. J. Birchell et al., *Job Insecurity and Work Intensification* (1999), Fig. 1, Tabela 1; e **Fig. 11.4**, de C. Howarth et al., *Monitoring Poverty and Social Exclusion* (1999), Fig. 5.
- Times Newspapers Ltd pela **Fig. 14.3**, do *The Sunday Times*, 4.05.1997.
- Fizemos todos os esforços no sentido de localizar os detentores dos direitos autorais, mas, caso algum nome tenha sido omitido, os editores terão o prazer de tomar as providências necessárias na primeira oportunidade.

## Créditos das figuras

25 © Tony Stone / Rob Thomas; 26 © Sean Sprague / Panos Pictures; 28 © Hulton Getty; 29, 31 © Bettinann / Corbis; 32 Bildarchiv Preussischer Kulturbesitz, Berlin; 33 © Corbis

41 © Phil Scherzmeister / Corbis; 43 © Annie Griffiths Bell / Corbis; 44 © Philip Jones Griffiths / Magnum

60 © Tony Artuza / Corbis; 62 © Chris Stowers / Patios Pictures; 65 Bay Kennedy / Courtesy of The Age; 71 © Kevin R. Morris / Corbis; 77 AP Photo / Barn, Sweet

83 © Inge Morath / Magnum; 86 © Paul Eknian; 91 © David Hoffman; 94 © Martin Parr / Magnum

103 © Eugene Richards / Magnum; 113 © Pablo San Juan / Corbis; 116 © Annie Griffiths Bell / Corbis; 120 © Giscie Wolfsohn / Panos Pictures

130 © Caroline Mardon / Photofusion; 139 © Chris Steele-Perkins / Magnum; 142 © Sam Tanner / Photofusion; 144 © David Hum / Magnum

152 © Peter Cade / Stone; 153 © Paul Harrison / Panos Pictures; 156 © Peter Jones / Photofusion; 164 © Telegraph Group Limited 2001

174 (esquerda) © Michael S. Yamashita / Corbis; 174 (direita) Mark McEvoy / Panos Pictures; 175 Wellcome Library, London; 181 © Gary Simpson / Photofusion; 187 © Tony Taylor / Patios Pictures; 193 © Paul Lowe / Magnum; 194 © Philip Jones Griffiths / Magnum

206 © Peter Marshall / Photofusion; 212 © Bettinann / Corbis; 216 © Penny Tweedie / Panos Pictures; 221 © Howard Davies / Panos Pictures; 228 © Crispin Hughes / Photofusion

235 © James Nachtwey / Magnum; 236 © Stuart Franklin / Magnum; 245 © Crispin Hughes / Photofusion; 247 © Joanne O'Brien / Format; 248 © 1990 Roland Fiddy. Used by permission of Exley Publications Ltd

261 © David Hoffman; 267 © Philip Wolnuth / Panos Pictures; 271 © Chris Steele-Perkins / Magnum; 274 Marv Evans Picture Library; 275 © Philip Wolnuth / Patios Pictures



- 284 © Owen Franken / Corbis; 287 © Karl Weatherly / Corbis; 290 University College Library, London Bentham 115/44; 291 © 1989 Bill Stott. Used by permission of Exley Publications Ltd; 296 © Howard Grey / Stone
- 310 © Philip Wolmuth / Panos Pictures; 312 © Bettmann / Corbis; 325 DOONESBURY © G. B. Trudeau. Reprinted with permission of UNIVERSAL PRESS SYNDICATE. All rights reserved; 330 © Owen Franken / Corbis; 334 © Steve Fason / Photofusion
- 346 © James Nachtwey / Magnum; 358 AP Photo / Brendan McDermid; 362 C Donovan Wylie / Magnum
- 370 © Raghu Rai Magnum; 386 © Chris Stowers / Panos Pictures
- 403 © Patrick Ward / Corbis; 416 © John Anyon / Photofusion; 523 © Walter Hodges / Stone
- 428 © Raghu Rai Magnum; 429 © Sam Tanner / Photofusion; 435 © Liba Taylor / Panos Pictures; 437 © Ian Berry / Magnum; 442 © Carl de Keyzer / Magnum; 449 AP Photo / Burhan Ozbilici
- 456 © Josef Koudelka / Magnum; 462 © Martine Mouchy / Stone; 464 © Nevil Yildiz / Photofusion; 466 © Ian Berry / Magnum; 471 © Sean Sprague / Panos Pictures
- 484 © Sean Sprague / Panos Pictures; 486 © Steve McCurry / Magnum; 491 © Chris Steele-Perkins / Magnum; 500 AP Photo / Karel Prinsloo
- 508 © Fisher / Thatcher / Stone; 510 © The Treehouse; 515 Edward Tronick / AnthroPhoto; 518 Imperial War Museum, London
- 531 American Sociological Association; 533 Judith Butler; 534 © Reuters / New Media Inc. / Corbis; 537 © Anne Selders; 538 © Bettmann / Corbis; 539 © Armin Pongs; 540 photo Emma Kiselyova.

Picture research by Heather Vickers.

## Referências

- Abercrombie, Nicholas 1996: *Television and Society* (Cambridge: Polity)
- Adorno, Theodor W. et al. 1950: *The Authoritarian Personality* (New York: Harper and Row)
- Ahmed, Akbar S. and Hastings Dorman 1994: 'Islam in the age of postmodernity', in Akbar S. Ahmed and Hastings Dorman (eds), *Islam, Globalization and Postmodernity* (London: Routledge)
- Akintoye, Stephen 1976: *Emergent African States: Topics in Twentieth Century African History* (London: Longman)
- Albrow, Martin 1996: *The Global Age: State and Society beyond Modernity* (Cambridge: Polity)
- Aldridge, Alan 1987: 'In the absence of the minister: structures of subordination in the role of deaconess in the Church of England', *Sociology*, 21
- Anderson, Elijah 1990: *Streetwise: Race, Class, and Change in an Urban Community* (Chicago: University of Chicago Press) Anderson, F. S. 1977: 'TV violence and viewer aggression: accumulation of study results 1956-1976', *Public Opinion Quarterly*, 41
- Ashton, David N. 1986: *Unemployment under Capitalism: The Sociology of British and American Labour Markets* (London: Wheatsheaf)
- Ashworth, A. E. 1980: *Trench Warfare, 1914-1918* (London: Macmillan)
- Bahrani, Homa and Stuart Evans 1995: 'Flexible recycling and high-technology entrepreneurship', *California Management Review*, 22
- Bamforth, Anne 1999: 'The restive season', *Guardian*, 15 December
- Barker, Martin. 1981: *The New Racism: Conservatives and the Ideology of the Tribe* (Frederick, Md: University Publications of America)
- Baudrillard, Jean 1988: *Selected Writings* (Cambridge: Polity)
- Beck, Ulrich 1992: *Risk Society: Towards a New Modernity* (London: Sage)
- Beck, Ulrich 1995: *Ecological Politics in an Age of Risk* (Cambridge: Polity)
- Beck, Ulrich and Elisabeth Beck-Gernsheim 1995: *The Normal Chaos of Love* (Cambridge: Polity)



- Becker, Howard 1950: *Through Values to Social Interpretation* (Durham, N.C.: Duke University Press)
- Becker, Howard S. 1963: *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance* (New York: Free Press)
- Bern, Caroline and Clyde Chitty 1996: *Thirty Years On: Is Comprehensive Education Alive and Well or Struggling to Survive?* (London: David Fulton)
- Berger, Peter and Thomas Luckmann 1966: *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge* (Garden City, N.Y.: Doubleday)
- Bernstein, Basil 1975: *Class, Codes and Control* (3 vols, London: Routledge and Kegan Paul)
- Bertelson, David 1986: *Snowflakes and Snowdrifts. Individualism and Sexuality in America* (Lanham, Md: University Press of America)
- Berthoud, Richard 1999: 'Young Caribbean men and the labour market: a comparison with other ethnic groups' (York: YPS)
- Blackburn, Clare 1991: *Poverty and Health: Working with Families* (Milton Keynes: Oxford University Press)
- Blankenhorn, David 1995: *Fatherless America* (New York: Basic Books)
- Blau, Peter M. 1963: *The Dynamics of Bureaucracy* (Chicago: University of Chicago Press)
- Blau, Peter M. and Otis Dudley Duncan 1967: *The American Occupational Structure* (New York: Wiley)
- Blauner, Robert 1964: *Alienation and Freedom* (Chicago: University of Chicago Press)
- Boden, Deirdre and Harvey Molotch 1994: 'The compulsion of proximity', in Deirdre Boden and Roger Friedland (eds), *Nowhere: Space, Time, and Modernity* (Berkeley: University of California Press)
- Bogdanor, V. 1990: *Women at the Top* (London: Hansard)
- Bonney, Norman 1992: 'Theories of social class and gender', *Sociology Review*, 1
- Borja, Jordi and Manuel Castells 1997: *Local and Global: The Management of Cities in the Information Age* (London: Earthscan)
- Bottomley, A. K. and K. Pease 1986: *Crime and Punishment. Interpreting the Data* (Milton Keynes: Open University Press)
- Bourdieu, Pierre 1986: *Distinction: A Social Critique of Judgements of Taste* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Bourdieu, Pierre 1988: *Language and Symbolic Power* (Cambridge: Polity)
- Bourdieu, Pierre 1990: *The Logic of Practice* (Cambridge: Polity)
- Bourdieu, Pierre and Jean-Claude Passeron 1977: *Reproduction: In Education, Society and Culture* (London: Sage)
- Bowlby, John 1953: *Child Care and the Growth of Love* (Harmondsworth: Penguin)
- Boyer, Robert and Daniel Drache (eds) 1996: *States against Markets: The Limits of Globalization* (London: Routledge)
- Braverman, Harry 1974: *Labour and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century* (New York: Monthly Review Press)
- Breen, Richard and John H. Goldthorpe 1999: 'Class inequality and meritocracy: a critique of Saunders and an alternative analysis', *British Journal of Sociology*, 50
- Brennan, Teresa 1988: 'Controversial discussions and feminist debate', in Naomi Segal and Edward Timms (eds), *The Origins and Evolution of Psychoanalysis* (New Haven, Conn.: Yale University Press)
- Brewer, Rose M. 1993: 'Theorizing race, class and gender: the new scholarship of black feminist intellectuals and black women's labour', in Stanlie M. James and Abena P. A. Busia (eds), *Theorizing Black Feminisms: The Visionary Pragmatism of Black Women* (New York: Routledge)
- Brown, Ken and Ian Bottrill 1999: 'Our unequal, unhealthy nation', *Sociology Review*, 9
- Brownmiller, Susan 1975: *Against our Will: Men, Women and Rape* (London: Secker and Warburg)
- Brubaker, Rogers 1998: 'Migrations of ethnic unmixing in the "New Europe"', *International Migration Review*, 32
- Bruce, Steve 1996: *Religion in the Modern World: From Cathedrals to Cults* (Oxford: Oxford University Press)
- Brundland Commission 1987: *Our Common Future* (New York: United Nations)
- Bull, Peter 1983: *Body Movement and Interpersonal Communication* (New York: Wiley)
- Burchell, Brendan J. et al. 1999: *Job Insecurity and Work Intensification: Flexibility and the Changing Boundaries of Work* (York: YPS)
- Burns, Thomas and G. M. Stalker 1966: *The Management of Innovation* (London: Tavistock)
- Butler, Judith 1999: *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (London: Routledge)
- Butler, Tim and Mike Savage 1995: *Social Change and the Middle Classes* (London: UCL Press)
- Bynum, Caroline Walker, Steven Harrell and Paula Richman (eds) 1986: *Gender and Religion: On the Complexity of Symbols* (Boston, Mass.: Beacon)
- Byrne, Lavinia 1994: *Women at the Altar: The Ordination of Women in the Roman Catholic Church* (London: Mowbray)
- Campbell, Beatrix 1993: *Goliath: Britain's Dangerous Places* (London: Methuen)
- Capps, Walter H. 1990: *The New Religious Right: Piety, Patriotism, and Politics* (Columbia: University of South Carolina Press)
- Carswell, John 1985: *Government and the Universities in Britain: Progress and Performance 1960-1980* (Cambridge: Cambridge University Press)
- Cashmore, E. Ellis 1987: *The Logic of Racism* (London: Allen and Unwin)



- Castells, Manuel 1977: *The Urban Question: A Marxist Approach* (London: Edward Arnold)
- Castells, Manuel 1983: *The City and the Grass Roots. A Cross-cultural Theory of Urban Social Movements* (London: Edward Arnold)
- Castells, Manuel 1996: *The Rise of the Network Society* (Oxford: Blackwell)
- Castells, Manuel 1997: *The Power of Identity* (Oxford: Blackwell)
- Castells, Manuel 1998: *End of Millennium* (Oxford: Blackwell)
- Castells, Manuel 2000: 'Information technology and global capitalism', in Will Hutton and Anthony Giddens (eds), *On the Edge: Living with Global Capitalism* (London: Cape)
- Castles, Stephen and Mark J. Miller 1993: *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World* (London: Macmillan)
- Chamberlain, Mary 1999: 'Brothers and sisters, uncles and aunts: a lateral perspective on Caribbean families', in E. B. Silva and Carol Smart (eds), *The New Family?* (London: Sage)
- Chambliss, William J. 1978: *On the Take: From Petty Crooks to Presidents* (Bloomington: Indiana University Press)
- Chapman, Karen 1986: *The Sociology of Schools* (London: Tavistock)
- Chodorow, Nancy 1978: *The Reproduction of Mothering* (Berkeley: University of California Press)
- Chodorow, Nancy 1988: *Psychoanalytic Theory and Feminism* (Cambridge: Polity)
- Church of England 1985: *Faith in the City. The Report of the Archbishop of Canterbury's Commission on Urban Priority Areas* (London: Christian Action)
- Cicourel, Aaron V. 1968: *The Social Organization of Juvenile Justice* (New York: Wiley)
- Cisneros, Henry G. (ed.) 1993: *Interwoven Destinies: Cities and the Nation* (New York: Norton)
- Clark, Terry Nichols and Vincent Hoffman-Martinot 1998: *The New Political Culture* (Boulder, Colo.: Westview)
- Clegg, Stewart 1990: *Modern Organizations: Organization Studies in the Postmodern World* (London: Sage)
- Cloward, R. and L. Ohlin 1960: *Delinquency and Opportunity* (New York: Free Press)
- Cohen, Albert 1955: *Delinquent Boys* (London: Free Press)
- Cohen, Robin 1994: *Frontiers of Identity: The British and the Others* (Harlow: Longman)
- Cohen, Robin 1997: *Global Diasporas. An Introduction* (London: UCL Press)
- Cohen, Stanley 1980: *Folk Devils and Moral Panics: the Creation of the Mods and Rockers* (Oxford: Martin Robertson)
- Cohen, Stanley and Laurie Taylor 1972: *Psychological Survival: The Experience of Long-Term Imprisonment* (Harmondsworth: Penguin)
- Cohn, Norman 1970a: *The Pursuit of the Millennium* (London: Paladin)
- Cohn, Norman 1970b: 'Mediaeval millenarianism', in Sylvia L. Thrupp (ed.), *Millennial Dreams in Action: Studies in Revolutionary Religious Movements* (New York: Schocken)
- Coleman, James S. 1987: 'Families and schools', *Educational Researcher*, 16.6
- Collins, James and Jerry Porras 1994: *Built to Last* (New York: Century)
- Connell, R. W. 1987: *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics* (Cambridge: Polity)
- Connell, R. W. 1995: *Masculinities* (Cambridge: Polity)
- Corbin, Juliet and Anselm Strauss 1985: 'Managing chronic illness at home: three lines of work', *Qualitative Sociology*, 8
- Coward, Rosalind 1984: *Female Desire: Women's Sexuality Today* (London: Paladin)
- Cox, Oliver C. 1959: *Class, Caste and Race: A Study in Social Dynamics* (New York: Monthly Review Press)
- Cox, Peter R. 1976: *Demography* (5th edn, New York: Cambridge University Press)
- Creighton, Colin 1999: 'The rise and decline of the "male breadwinner family" in Britain', *Cambridge Journal of Economics*, 23
- Crompton, Rosemary 1997: *Women and Work in Modern Britain* (Oxford: Oxford University Press)
- Crompton, Rosemary 1998: *Class and Stratification: An Introduction to Current Debates* (2nd edn, Cambridge: Polity)
- Crompton, Rosemary and Fiona Harris 1998: 'Explaining women's employment patterns: "orientations to work" revisited', *British Journal of Sociology*, 49
- Crow, Graham and Michael Harcley 1992: 'Diversity and ambiguity among lone-parent households in modern Britain', in Catherine Marsh and Sara Arber (eds), *Families and Households. Divisions and Change* (London: Macmillan)
- Currie, David and Martin Siner 1999: 'The BBC: balancing public and commercial purpose', in *Public Purpose in Broadcasting. Funding the BBC* (Luton: University of Luton Press)
- Currie, Elliott 1998a: 'Crime and market society: lessons from the United States', in Paul Walton and Jock Young (eds), *The New Criminology Revisited* (London: Macmillan)
- Currie, Elliott 1998b: *Crime and Punishment in America* (New York: Henry Holt)
- Dahrendorf, Ralf 1959: *Class and Class Conflict in Industrial Society* (London: Routledge; first pub. 1957)
- Davie, Grace 1994: *Religion in Britain since 1945: Believing without Belonging* (Oxford: Blackwell)
- Davies, Bronwyn 1991: *Frogs and Snails and Feminist Tales* (Sydney: Allen and Unwin)
- Davis, Mike 1990: *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles* (London: Vintage)

- Davis, Stanley M. 1988: *2001 Management: Managing the Future Now* (London: Simon and Schuster)
- Deucy, David 1998: 'Anti-racism and the limits of equal opportunities policy in the criminal justice system', in Catherine Jones Finer and Mike Nellis (eds), *Crime and Social Exclusion* (Oxford: Blackwell)
- Dennis, Norman and George Exclos 1992: *Families without Fatherhood* (London: IEA Health and Welfare Unit)
- Denver, David 1994: *Elections and Voting Behaviour in Britain* (2nd edn, Hemet Hempstead: Harvester Whealsheaf)
- DfEE (Department for Education and Employment) 1998: *Meeting the Childcare Challenge* (London: DfEE)
- De Witt, Karen 1994: 'Wave of suburban growth is being fed by minorities', *New York Times*, 15 August
- Dobash, R. Emerson and Russell Dobash 1980: *Violence against Wives: A Case against the Patriarchy* (London: Open Books)
- Dobash, R. Emerson and Russell P. Dobash 1992: *Women, Violence and Social Change* (London: Routledge)
- Dore, Ronald 1973: *British Factory, Japanese Factory: The Origins of National Diversity in Industrial Relations* (London: Allen and Unwin)
- Doyal, Lesley 1995: *What Makes Women Sick: Gender and the Political Economy of Health* (London: Macmillan)
- DTI (Department of Trade and Industry) 2000: *Just around the Corner* (London: DTI)
- Duncan, Oris Dudley 1971: 'Observations on population', *New Physician*, 20 April
- Duncombe, Jean and Dennis Marsden 1993: 'Love and intimacy: The gender division of emotion and "emotion work": a neglected aspect of sociological discussion of heterosexual relationships', *Sociology*, 27
- Duneier, Mitchell 1999: *Sidewalk* (New York: Farrar, Straus and Giroux)
- Duneier, Mitchell and Harvey Molotch 1999: 'Talking city trouble: interactional vandalism, social inequality, and the "urban interaction problem"', *American Journal of Sociology*, 104
- Durkheim, Emile 1952: *Suicide: A Study in Sociology* (London: Routledge and Kegan Paul; first pub. 1897)
- Durkheim, Emile 1976: *The Elementary Forms of the Religious Life* (London: Allen and Unwin; first pub. 1912)
- Durkheim, Emile 1982: *The Rules of Sociological Method* (London: Macmillan; first pub. 1895)
- Durkheim, Emile 1984: *The Division of Labour in Society* (London: Macmillan; first pub. 1893)
- Dyer, Clair 1999: 'Let's Stay Together', *Guardian*, 25 October
- The Economist 1996: *The Pocket World in Figures* (London: Economist Publications)
- Ehrenreich, Barbara and John Ehrenreich 1979: 'The professional-managerial class', in Pat Walker (ed.), *Between Labour and Capital* (Hassocks: Harvester Press)
- Eibl-Eibesfeldt, I. 1973: 'The expressive behaviour of the deaf and-blind born', in M. von Cranach and I. Vine (eds), *Social Communication and Movement* (New York: Academic Press)
- Ekman, Paul and W. V. Friesen 1978: *Facial Action Coding System* (New York: Consulting Psychologists Press)
- Eldridge, John (ed.) 1993: *Getting the Message: News, Truth and Power* (London: Routledge)
- Ell, Kathleen 1996: 'Social networks, social support and coping with serious illness: the family connection', *Social Science and Medicine*, 42
- Elstaitan, Jean Bethke 1987: *Women and War* (New York: Basic Books)
- Ennew, Judith 1986: *The Sexual Exploitation of Children* (Cambridge: Polity)
- Epstein, Debbie et al. 1998: *Falling Boys. Issues in Gender and Achievement* (Buckingham: Open University Press)
- Ericson, Richard and Kevin Haggerty 1999: *Policing the Risk Society* (Oxford: Clarendon)
- Erikson, Robert and John Goldthorpe 1993: *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies* (Oxford: Clarendon Press)
- Esping-Anderson, Gösta 1990: *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (Cambridge: Polity)
- ESRC (Economic and Social Research Council) 1997: *Twenty-Something in the 1990s: Getting On, Getting By, Getting Nowhere*, research briefing (Swindon: ESRC)
- Estrich, Susan 1987: *Real Rape* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press)
- Evans, David J. 1992: 'Loft realism and the spatial study of crime', in David J. Evans et al. (eds), *Crime, Policing and Place: Essays in Environment Criminology* (London: Routledge)
- Evans, Martin 2000: 'Poor show', *Guardian*, 6 March
- Evans-Pritchard, E. E. 1956: *Nuer Religion* (Oxford: Oxford University Press)
- Eysenck, Hans 1964: *Crime and Personality* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Faludi, Susan 1999: *Stuffed: The Betrayal of the Modern Man* (London: Chatto and Windus)
- Ferguson, Kathy E. 1984: *The Feminist Case against Bureaucracy* (Philadelphia: Temple University Press)
- Feuerbach, Ludwig 1957: *The Essence of Christianity* (New York: Harper and Row; first pub. 1841)
- Firestone, Shulamith 1971: *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution* (London: Cape)
- Fischer, Claude S. 1984: *The Urban Experience* (2nd edn, New York: Harcourt Brace Jovanovich)
- Flowers, Ronald Barri 1987: *Women and Criminality: The Woman as Victim, Offender and Practitioner* (New York: Greenwood Press)

- Ford, Clellan S. and Frank A. Beach 1951: *Patterns of Sexual Behaviour* (New York: Harper and Row)
- Foucault, Michel 1970: *The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences* (London: Tavistock)
- Foucault, Michel 1978: *The History of Sexuality* (London: Penguin)
- Foucault, Michel 1979: *Discipline and Punish* (Harmondsworth: Penguin)
- France, Alan and Paul Wiles 1998: 'Dangerous futures: social exclusion and youth work in late modernity', in Catherine Jones Finer and Mike Nellis (eds), *Crime and Social Exclusion* (Oxford: Blackwell)
- Fraser, Nancy 1989: *Unruly Practices: Discourse and Gender in Contemporary Social Theory* (Cambridge: Polity)
- Fraser, Steven (ed.) 1995: *The Bell Curve Wars: Race, Intelligence and the Future of America* (New York: Basic Books)
- Freidson, Eliot 1970: *Profession of Medicine: A Study of the Sociology of Applied Knowledge* (New York: Dodd, Mead)
- Freud, Sigmund 1975: *The Psychopathology of Everyday, Life* (Harmondsworth: Penguin)
- Friedlander, Daniel and Gary Burtless 1994: *Five Years After: The Long-Term Effects of Welfare-to-Work Programs* (New York: Russell Sage)
- Fukuyama, Francis 1989: 'The end of history?' *National Interest*, 16
- Fukuyama, Francis 1997: *The End of Order* (London: Social Market Foundation)
- Gallie, Duncan 1994: 'Are the unemployed an underclass? Some evidence from the social change and economic life initiative', *Sociology*, 28
- Gaus, Herbert J. 1962: *The Urban Villagers: Group and Class in the Life of Italian-Americans* (2nd edn, New York: Free Press)
- Gardner, Carol Brooks 1995: *Passing By: Gender and Public Harassment* (Berkeley: University of California Press)
- Gardner, Howard 1993: *Multiple Intelligences: The Theory in Practice* (New York: Basic Books)
- Garfinkel, Harold 1963: 'A conception of, and experiments with, "trust" as a condition of stable concerted actions', in O. J. Harvey (ed.), *Motivation and Social Interaction* (New York: Ronald Press)
- Garfinkel, Harold 1984: *Studies in Ethnomethodology* (Oxford: Blackwell)
- Gavron, Hannah 1966: *The Captive Wife: Conflicts of Housebound Mothers* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Gelis, Jacques 1991: *History of Childbirth: Fertility, Pregnancy, and Birth in Early Modern Europe* (Boston: Northeastern University Press)
- Gellner, Ernest 1983: *Nations and Nationalism* (Oxford: Blackwell)
- Gerbner, George et al. 1979: 'The demonstration of power: violence profile no. 10', *Journal of Communication*, 29
- Gerbner, George et al. 1980: 'The "mainstreaming" of America: violence profile no. 11', *Journal of Communication*, 30
- Gershuny, J. I. and L. D. Miles 1983: *The New Service Economy: The Transformation of Employment in Industrial Societies* (London: Frances Pinter)
- Gershuny, Jonathan et al. 1994: 'The domestic labour revolution: a process of lagged adaptation', in Michael Anderson, Frank Bechofer and Jonathan Gershuny (eds), *The Social and Political Economy of the Household* (Oxford: Oxford University Press)
- Gibbons, John H. 1990: *Trading Around the Clock: Global Securities Markets and Information Technology* (Washington DC: US Congress)
- Giddens, Anthony 1984: *The Constitution of Society* (Cambridge: Polity)
- Gillan, Audrey 1999: 'Shelter backs rethink on homeless', *Guardian*, 15 November
- Ginn, Jay et al. 1996: 'Feminist fallacies: a reply to Hakim on women's employment', *British Journal of Sociology*, 47
- Ginzburg, Carlo 1980: *The Cheese and the Worms* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Gittings, Danny 1999: 'Mickey Mouse invasion', *Guardian*, 3 November
- Giuffrè, Patti A. and Christine L. Williams 1994: 'Boundary lines: labeling sexual harassment in restaurants', *Gender and Society*, 8
- Glasgow Media Group 1976: *Bad News* (London: Routledge)
- Glass, David (ed.) 1954: *Social Mobility in Britain* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Glueck, Sheldon W. and Eleanor Glueck 1956: *Physique and Delinquency* (New York: Harper and Row)
- Goffman, Erving 1968: *Asylums. Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates* (Harmondsworth: Penguin)
- Goffman, Erving 1969: *The Presentation of Self in Everyday Life* (Harmondsworth: Penguin)
- Goffman, Erving 1971: *Relations in Public. Microstudies of the Public Order* (London: Allen Lane)
- Goffman, Erving 1974: *Frame Analysis* (New York: Harper and Row)
- Goffman, Erving 1981: *Forms of Talk* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press)
- Goldstein, Paul J. 1979: *Prostitution and Drugs* (Lexington, Mass.: D. C. Heath)
- Goldthorpe, John H. 1983: 'Women and class analysis: in defence of the conventional view', *Sociology*, 17
- Goldthorpe, John H. and Gordon Marshall 1992: 'The promising future of class analysis', *Sociology*, 26
- Goldthorpe, John H. and Clive Payne 1986: 'Trends in intergenerational class mobility in England and Wales 1972-1983', *Sociology*, 20

- Goldthorpe, John H. with Catriona Llewellyn and Clive Payne 1980: *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain* (Oxford: Clarendon Press; 2nd edn 1987)
- Goldthorpe, John H. et al. 1968-9: *The Affluent Worker in the Class Structure* (3 vols, Cambridge: Cambridge University Press)
- Goleman, Daniel 1996: *Emotional Intelligence: Why It Can Matter More than IQ* (London: Bloomsbury)
- Goodhardt, G. J., A. S. C. Ehrenberg and M. A. Collins 1987: *The Television Audience* (2nd edn, London: Gower)
- Gorz, André 1982: *Farewell to the Working Class* (London: Pluto)
- Gottfredson, Michael R. and Travis Hirschi 1990: *A General Theory of Crime* (Stanford, Calif.: Stanford University Press)
- Gould, Stephen Jay 1995: 'Curveball', in Steven Fraser (ed.), *The Bell Curve Wars: Race, Intelligence and the Future of America* (New York: Basic Books)
- Grabosky, P. N. and Russell G. Smith 1998: *Crime in the Digital Age: Controlling Telecommunications and Cyberspace Illegalities* (New Brunswick, N.J.: Transaction)
- Graef, Roger 1989: *Talking Blues* (London: Collins)
- Graham, Heather 1987: 'Women's smoking and family health', *Social Science and Medicine*, 25
- Graham, Heather 1994: 'Gender and class as dimensions of smoking behaviour in Britain: insights from a survey of mothers', *Social Science and Medicine*, 38
- Greenblat, Cathy Stein 1983: 'A hit is a hit ... or is it? Approval and tolerance of the use of physical force by spouses', in David Finkelhor et al. (eds), *The Dark Side of Families: Current Family Violence Research* (Beverly Hills, Calif.: Sage)
- Grint, Keith 1991: *The Sociology of Work* (Cambridge: Polity)
- Grusky, David B. and Robert M. Hauser 1984: 'Comparative social mobility revisited: models of convergence and divergence in 16 countries', *American Sociological Review*, 49
- Guibernau, Montserrat 1999: *Nations without States. Political Communities in a Global Age* (Cambridge: Polity)
- Gunter, Barrie 1985: *Dimensions of Television Violence* (London: Gower)
- Habermas, Jürgen 1986-8: *The Theory of Communicative Action* (2 vols, Cambridge: Polity)
- Habermas, Jürgen 1989: *ne Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society* (Cambridge: Polity)
- Hakim, Catherine 1995: 'Five feminist myths about women's employment', *British Journal of Sociology*, 46
- Hakim, Catherine 1996: *Key Issues in Women's Work: Female Heterogeneity and the Polarisation of Women's Employment* (London: Athlone Press)
- Hakim, Catherine 1998: 'Hakim's response', *British Journal of Sociology*, 49
- Hall, Edward T. 1959: *The Silent Language* (New York: Doubleday)
- Hall, Edward T. 1966: *The Hidden Dimension* (New York: Doubleday)
- Hall, Ruth, Selma James and Judith Kertesz 1984: *The Rapist Who Pays the Rent* (2nd edn, Bristol: Falling Wall Press)
- Hall, Stuart 1992: 'The question of cultural identity', in Stuart Hall, David Held and Tony McGrew (eds), *Modernity and its Futures* (Cambridge: Polity)
- Hall, Stuart et al. 1978: *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order* (London: Macmillan)
- Hall, Stuart et al. 1982: *The Empire Strikes Back* (London: Hutchinson)
- Hall, Stuart et al. 1988: 'New times', *Marxism Today*, October
- Handy, Charles 1994: *The Empty Raincoat: Making Sense of the Future* (London: Hutchinson)
- Harker, Lisa 1996: 'The family-friendly employer in Europe', in Suzan Lewis and Jeremy Lewis (eds), *The Work-Family Challenge: Rethinking Employment* (London: Sage)
- Harrison, Martin 1985: *TV News: Mose Bias?* (Hermitage: Policy Journals)
- Harrison, Paul 1983: *Inside the Inner City: Life under the Cutting Edge* (Harmondsworth: Penguin)
- Hartley-Brewer, Julia 1999: 'Gay couple will be legal parents', *Guardian*, 28 October
- Harvey, David 1973: *Social Justice and the City* (Oxford: Blackwell)
- Harvey, David 1982: *The Limits to Capital* (Oxford: Blackwell)
- Harvey, David 1985: *Consciousness and the Urban Experience: Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization* (Oxford: Blackwell)
- Hawley, Amos H. 1950: *Human Ecology: A Theory of Community Structure* (New York: Ronald Press)
- Hawley, Amos 1968: 'Human ecology', *International Encyclopedia of Social Science*, vol. 4 (Glencoe: Free Press)
- Heath, Anthony 1981: *Social Mobility* (London: Fontana)
- Hedgige, Dick 1997: *Cut 'n' Mix: Culture, Identity, and Caribbean Music* (London: Methuen)
- Heelas, Paul 1996: *The New Age Movement: The Celebration of the Self and the Sacralization of Modernity* (Oxford: Blackwell)
- Heideusohn, Frances 1985: *Women and Crime* (London: Macmillan)
- Held, David 1996: *Models of Democracy* (2nd edn, Cambridge: Polity)
- Held, David et al. 1999: *Global Transformations: Politics, Economics and Culture* (Cambridge: Polity)
- Henslin, James M. and Mae A. Briggs 1971: 'Dramaturgical desexualization: the sociology of the vaginal examination', in James M. Henslin (ed.), *Studies in the Sociology of Sex* (New York: AppletonCentury-Crofts)

- Henslin, James M. and Mae A. Briggs 1997: 'Behaviour in public places: the sociology of the vaginal examination,' in James M. Henslin (ed.), *Down to Earth Sociology: Introductory Readings* (9th edn, New York: Free Press)
- Heritage, John 1984: *Garfinkel and Ethnomethodology* (Cambridge: Polity)
- Herman, Edward 1998: 'Privatising public space', in Daya Kishan Thussu (ed.), *Electronic Empires: Global Media and Local Resistance* (London: Arnold)
- Herman, Edward S. and Robert W. McChesney 1997: *The Global Media: The New Missionaries of Global Capitalism* (London: Cassell)
- Herrnstein, Richard J. and Charles Murray 1994: *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life* (New York: Free Press)
- Hills, John 1998: 'Does income mobility mean that we do not need to worry about poverty?' in A. B. Atkinson and John Hills (eds), *Exclusion, Employment and Opportunity* (London: Centre for the Analysis of Social Exclusion)
- Hirschi, Travis 1969: *Causes of Delinquency* (Berkeley: University of California Press)
- Hirst, Paul 1997: 'The global economy: myths and realities', *International Affairs*, 73
- Hirst, Paul and Grahame Thompson 1999: *Globalization in Question: The International Economy and the Possibilities of Governance* (rev. edn, Cambridge: Polity)
- HMSO (Her Majesty's Stationery Office) 1992: *Social Trends 22* (London: HMSO)
- HMSO (Her Majesty's Stationery Office) 1999: *Social Trends 29* (London: HMSO)
- HMSO (Her Majesty's Stationery Office) 2000: *Social Trends 30* (London: HMSO)
- Hochschild, Arlie 1983: *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling* (Berkeley: University of California Press)
- Hochschild, Arlie 1989: *The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home* (New York: Viking)
- Hochschild, Arlie 1997: *The Time Bind* (New York: Metropolitan Books)
- Hodge, Robert and David Tripp 1986: *Children and Television: A Semiotic Approach* (Cambridge: Polity)
- hooks, bell 1997: *Bone Black: Memories of Girlhood* (London: Women's Press)
- Howarth, Catherine et al. 1999: *Monitoring Poverty and Social Exclusion 1999* (York: Joseph Rowntree Foundation)
- Hughes, Everett C. 1945: 'Dilemmas and contradictions of status', *American Journal of Sociology*, 50
- Hughes, Gordon 1991: 'Taking crime seriously? A critical analysis of New Left Realism', *Sociology Review*, 1
- Hugill, Barry 1996: 'Death of the comprehensives', *Observer* 7 January
- Huntington, Samuel 1993: 'One clash of civilizations?' *Foreign Affairs*, 72.3
- Iganski, Paul and Geoff Payne 1999: 'Socio-economic restructuring and employment: the case of minority ethnic groups', *British Journal of Sociology*, 50
- Illich, Ivan D. 1973: *Deschooling Society* (Harmondsworth: Penguin)
- Illich, Ivan 1976: *Limits to Medicine* (London: Marion Boyars)
- Innis, Harold A. 1950: *Empire and Communications* (Oxford: Oxford University Press)
- Innis, Harold A. 1951: *The Bias of Communication* (Toronto: Toronto University Press)
- IPPR (Institute for Public Policy Research) 1999: *Unsafe Streets: Street Homelessness and Crime* (London: IPPR)
- Iyer, Pico 1989: *Video Nights in Katmandu* (New York: Vintage)
- Jacobs, Jane (1961) *The Death and Life of Great American Cities* (New York: Vintage)
- Jahoda, Marie, Paul F. Lazarfeld and Hans Zeisel 1972: *Marienthal: The Sociography of an Unemployed Community* (London: Tavistock, first pub. 1933)
- Janus, S. S. and D. H. Heid Bracey 1980: 'Runaways: pornography and prostitution', mimeo, New York
- Jencks, Christopher 1994: *The Homeless* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press)
- Jenkins, Simon 1987: 'Eve versus the Adams of the Church', *Sunday Times*, 6 September
- Jensen, Arthur 1967: 'How much can we boost IQ and scholastic achievement?' *Harvard Educational Review*, 29
- Jensen, Arthur 1979: *Bias in Mental Testing* (New York: Free Press)
- Jobling, Ray 1988: 'The experience of psoriasis under treatment', in Michael Bury and Robert Anderson (eds), *Living with Chronic Illness: The Experience of Patients and their Families* (London: Unwin Hyman)
- Johnson, Richard 1991: 'A new road to serfdom? A critical history of the 1988 Act', in Education Group 11, *Education Limited: Schooling, Training and the New Right in England since 1979* (London: Unwin Hyman)
- Jones, Gill 1997: 'Youth homelessness and the "underclass"', in Robert MacDonald (ed.), *Youth, the 'Underclass' and Social Exclusion* (London: Routledge)
- Jones, Trevor 1993: *Britain's Ethnic Minorities* (London: Policy Studies Institute)
- Joseph Rowntree Foundation 1995: *Joseph Rowntree Foundation Inquiry into Income and Wealth* (York: JRF)
- Joshi, Heather and Georgia Verropoulou 1999: *Maternal Employment and Child Outcomes* (London: Smith Institute)
- Jowell, Roger et al. (eds) 1996: *British Social Attitudes. The 13th Report* (Aldershot: Dartmouth)
- Judge, Ken 1995: 'Income distribution and life expectancy: a critical appraisal', *British Medical Journal*, 311
- Kamin, Leon J. 1977: *The Science and Politics of IQ* (Harmondsworth: Penguin)

- Kanter, Rosabeth Moss 1977: *Men and Women of the Corporation* (New York: Basic Books)
- Kasarda, John D. and Morris Janowitz 1974: 'Community attachment in mass society', *American Sociological Review*, 39
- Kautsky, Joseph 1982: *The Politics of Aristocratic Empires* (Chapel Hill: University of North Carolina Press)
- Kelling George L. and Catherine M. Coles 1997: *Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in our Communities* (New York: Free Press)
- Kelly, Liz 1988: *Surviving Sexual Violence* (Cambridge: Polity)
- Kelly, Michael P. 1992: *Colitis* (London: Tavistock/Routledge)
- Kelsey, Tim 1996: 'I want to live for ever', *Sunday Times News Review*, 7 January
- Kepel, Gilles 1994: *The Revenge of God: The Resurgence of Islam, Christianity and Judaism in the Modern World* (Cambridge: Polity)
- Kingdom, John 1999: *Government and Politics in Britain* (rev. edn, Cambridge: Polity)
- Kinsey, Alfred C. et al. 1948: *Sexual Behaviour in the Human Male* (Philadelphia: W. B. Saunders)
- Kinsey, Alfred C. et al. 1953: *Sexual Behaviour in the Human Female* (Philadelphia: W. B. Saunders)
- Knor-Cetina, Karen and Aaron V. Cicourel (eds) 1981: *Advances in Social Theory and Methodology: Towards an Interpretation of Micro- and Macro-Sociologies* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Koser, Khalid and Helma Lutz 1998: 'The new migration in Europe: contexts, constructions and realities', in Khalid Koser and Helma Lutz (eds), *The New Migration in Europe: Social Constructions and Social Realities* (Basingstoke: Macmillan)
- Krupat, Edward 1985: *People in Cities: The Urban Environment and its Effects* (Cambridge: Cambridge University Press)
- Kumar, Vinod 1993: *Poverty and Inequality in the UK and the Effects on Children* (London: National Children's Bureau)
- Laing, R. D. 1971: *Self and Others* (Harmoudsworth: Penguin)
- Lantenari, Vittorio 1963: *The Religions of the Oppressed: A Study of Modern Messianic Cults* (New York: Knopf)
- Laumann, Edward O. et al. 1994: *The Social Organization of Sexuality: Sexual Practices in the United States* (Chicago: University of Chicago Press)
- Lazarsfeld, Paul F., Bernard Berelson and Hazel Gaudet 1948: *The People's Choice?* (New York: Columbia University Press)
- Lea, John and Jock Young 1984: *What Is To Be Done about Law and Order?* (London: Penguin)
- Leadbeater, Charles 1999: *Living on Thin Air: The New Economy* (London: Viking)
- Leisering, Lutz and Stephan Leihfried 1999: *Time and Poverty in Western Welfare States* (Cambridge: Cambridge University Press)
- Lemert, Edwin 1972: *Human Deviance, Social Problems and Social Control* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall)
- Lewis, Oscar 1961: *The Children of Sanchez* (New York: Random House)
- Lewis, Suzan and Karen Taylor 1996: 'Evaluating the impact of family-friendly employer policies: a case study', in Suzan
- Lewis and Jeremy Lewis (eds), *no Work-Family Challenge: Rethinking Employment* (London: Sage)
- Lewontin, Richard C. 1995: 'Sex, ties and social science', *New York Review of Books*, 20 April
- Lie, Suzanne S. and Virginia E. O'Leary 1990: *Storming the Tower: Women in the Academic World* (London: Kogan Page)
- Liebert, Robert M., Joyce N. Sprafkin and M. A. S. Davidson 1982: *The Early Window: Effects of Television on Children and Youth* (London: Pergamon Press)
- Lilley, Sarah-Jane et al. 1996: *British Social Attitudes and Northern Ireland Social Attitudes Surveys: Technical Report* (London: Social and Community Planning Research)
- Lim, Lin Lean 1998: *The Sex Sector: The Economic and Social Bases of Prostitution in Southeast Asia* (Geneva: International Labour Organization)
- Lipset, Seymour Martin and Reinhard Bendix 1959: *Social Mobility in Industrial Society* (Berkeley: University of California Press)
- Locke, John 2000: 'Can a sense of community flourish in cyberspace?' *Guardian*, 11 March
- Logan, John R. and Harvey L. Molotch 1987: *Urban Fortunes: The Political Economy of Place* (Berkeley: University of California Press)
- Forber, Judith 1994: *Paradoxes of Gender* (New Haven, Conn.: Yale University Press)
- Lull, James 1997: 'China turned on (revisited): television, reform and resistance', in Annabelle SrebernyMohammadi et al. (eds), *Media in Global Context: A Reader* (London: Arnold)
- Lynch, Finola 2000: 'Can mothers really have a career?' *Guardian*, 24 January
- Lyon, Christina and Peter de Cruz 1993: *Child Abuse* (London: Family Law)
- Lyon, David 1994: *The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society* (Cambridge: Polity)
- Lyotard, Jean-François 1985: *The Postmodern Condition* (Minneapolis: University of Minnesota Press)
- Mac an Ghail, Máirtín 1994: *The Making of Men: Masculinities, Sexualities and Schooling* (Buckingham: Open University Press)
- Macgregor, Susanne and Ben Pimlott 1991: 'Action and inaction in the cities', in Macgregor and Pimlott, *Tackling the Inner Cities: The 1980s Reviewed, Prospects for the 1990s* (Oxford: Clarendon Press)
- MacIntyre, Sally 1997: 'The Black Report and beyond: what are the issues?' *Social Science and Medicine*, 44 March,

- Joanna and Stewart Lansley 1985: *Poor Britain* (London: George Allen and Unwin)
- Mack, Joanna and Stewart Lansley 1992: *Breadline Britain 1990s: The Findings of the Television Series* (London: London Weekend Television)
- McKown, Thomas 1979: *The Role of Medicine: Dream, Mirage or Nemesis?* (Oxford: Blackwell)
- McLuhan, Marshall 1964: *Understanding Media* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Macpherson, Sir W. 1999: *The Stephen Lawrence Inquiry* (London: Stationery Office)
- Malinowski, Bronislaw 1982: 'Magic, Science and Religion'. *and Other Essays* (London: Souvenir Press)
- Malthus, Thomas 1776: *Essay on the Principle of Population* (New York: Norton; first pub. 1798)
- Marshall, Gordon and David Firth 1999: 'Social mobility and personal satisfaction: evidence from ten countries', *British Journal of Sociology*, 50
- Marshall, Gordon et al. 1988: *Social Class in Modern Britain* (London: Hutchinson)
- Marshall, T. H. 1963: *Sociology at the Crossroads* (London: Heinemann)
- Marshall, T. H. 1973: *Class, Citizenship and Social Development* (Westport, Conn.: Greenwood)
- Martineau, Harriet 1962: *Society in America* (Garden City, N.Y.: Doubleday; first pub. 1837)
- Mason, Angela and Anya Palmer 1996: *Queer Bashing: A National Survey of Hate Crimes against Lesbian and Gay Men* (London: Stonewall)
- Mason, David 1995: *Race and Ethnicity in Modern Britain* (Oxford: Oxford University Press)
- Matthews, Roger and Jock Young (eds) 1986: *Confronting Crime* (London: Sage)
- Meadows, Donella H. et al. 1974: *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind* (2nd edn, New York: Universe Books)
- Meadows, Pamela (ed.) 1996: *The Future of Work: Contributions to the Debate* (York: YPS)
- Meek, James 2000: 'Nun quits over women priests', *Guardian*, 12 January
- Merton, Robert K. 1957: *Social Theory and Social Structure* (rev. edn, Glencoe: Free Press)
- Michels, Roberto 1967: *Political Parties* (New York: Free Press; first pub. 1911)
- Middleton, Sue, Karl Ashworth and Ian Braithwaite 1997: *Small Fortunes: Spending on Children, Childhood Poverty and Parental Sacrifice* (York: Joseph Rowntree Foundation)
- Miles, Robert 1993: *Racism after 'Race Relations'* (London: Routledge)
- Miller, Patrick McC. and Martin Plant 1996: 'Drinking, smoking and illicit drug use among 15 and 16 year olds in the United Kingdom', *British Medical Journal*, 313
- Mills, Charles 1997: *The Racial Contract* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press)
- Mills, C. Wright 1956: *The Power Elite* (Oxford: Oxford University Press)
- Mills, C. Wright 1970: *ne Sociological Imagination* (Harmondsworth: Penguin)
- Milne, A. E. Hatzidimitradou and T. Harding 1999: *Later Lifestyles: A Survey by Help the Aged and Yours Magazine* (London: Help the Aged)
- Miner, Horace 1956: 'Body ritual among the Nacirema', *American Anthropologist*, 58
- Mintzberg, Henry 1979: *The Structuring of Organizations* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall)
- Mirsky, Jonathan 1982: 'China and the one child family', *New Society*, 18 February
- Mitchell, Juliet 1973: *Psychoanalysis and Feminism* (London: Allen Lane)
- Mitnick, Kevin 2000: 'They call me a criminal', *Guardian*, 22 February
- Modood, Tariq 1991: 'The Indian economic success', *Policy and Politics*, 19
- Modood, Tariq 1994: 'Political blackness and British Asians', *Sociology*, 28
- Modood, Tariq et al. 1997: *Ethnic Minorities in Britain: Diversity and Disadvantage* (London: Policy Studies Institute)
- Mohammadi, Ali 1998: 'Electronic empires: an Islamic perspective', in Daya Kishan Thussu (ed.), *Electronic Empires: Global Media and Local Resistance*
- Molnar, Alex 1996: *Giving Kids the Business. The Commercialization of America's Schools* (Boulder, Colo.: Westview)
- Molotch, Harvey and Deirdre Boden 1985: 'Talking social structure: discourse, dominance and the Watergate hearings', *American Sociological Review*, 50
- Moore, R. 1995: *Ethnic Statistics and the 1991 Census* (London: Runnymede Trust)
- Morris, Lydia 1993: *Dangerous Classes: ne Underclass and Social Citizenship* (London: Routledge)
- Moynihan, Daniel P. 1965: *The Negro Family: A Case for National Action* (Washington DC: US Government Printing Office)
- Mumford, Lewis 1973: *Interpretations and Forecasts* (London: Seeker and Warburg)
- Muncie, John 1999: *Youth and Crime: A Critical Introduction* (London: Sage)
- Murdoch, Rupert 1994: 'The century of networking', *Eleventh Annual John Bonython Lecture*, Centre for Independent Studies, Australia
- Murdock, George 1949: *Social Structure* (New York: Macmillan)

- Murray, Charles A. 1984: *Losing Ground: American Social Policy, 1950-1980* (New York: Basic Books)
- Murray, Charles 1990: *The Emerging British Underclass* (London: Institute of Economic Affairs)
- Nazroo, James 1995: 'Uncovering gender differences in the use of marital violence: the effect of methodology', *Sociology*, 29
- Neale, Bren and Carole Smart 1997: 'Experiments with parenthood', *Sociology*, 31
- Negroponte, Nicholas 1995: *Being Digital* (London: Hodder and Stoughton)
- Nettleton, Sarah 1995: *The Sociology of Health and Illness* (Cambridge: Polity)
- Neustatter, Angela 1999: 'Happy ever after', *Guardian*, 22 October
- Noel, Gerard 1980: *The Anatomy of the Catholic Church* (London: Hodder and Stoughton)
- Oakley, Ann 1974: *The Sociology of Housework* (Oxford: Martin Robertson)
- Oakley, Ann 1984: *The Captured Womb: A History of the Medical Care of Pregnant Women* (Oxford: Blackwell)
- Oakley, Ann et al. 1994: 'Life stress, support and class inequality: explaining the health of women and children', *European Journal of Public Health*, 4
- O'Brien, Margaret and Deborah Jones 1999: 'Children, parental employment and educational attainment: an English case study', *Cambridge Journal of Economics*, 23
- Ohmae, Kenichi 1990: *The Borderless World: Power and Strategy in the Industrial Economy* (London: Collins)
- Ohmae, Kenichi 1995: *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economics* (London: Free Press)
- Oni, Michael and Howard Winant 1994: *Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1990s* (2nd edn, New York: Routledge)
- Ouchi, William G. 1979: 'A conceptual framework for the design of organizational control mechanisms', *Management Science*, 25
- Ouchi, William G. 1981: *Theory Z: How American Business Can Meet the Japanese Challenge* (Reading, Mass.: Addison-Wesley)
- Owen, D. 1992: *Ethnic Minorities in Britain: Settlement Patterns*, 1991 Census Statistical Paper no. 1, National Ethnic Minority Data Archive
- Pahl, Jan 1989: *Money and Marriage* (Basingstoke: Macmillan)
- Park, Robert E. 1952: *Human Communities: The City and Human Ecology* (New York: Free Press)
- Parry, Noel and José Parry 1976: *The Rise of the Medical Profession* (London: Croom Helm)
- Parsons, Talcott 1952: *The Social System* (London: Tavistock)
- Parsons, Talcott and Robert F. Bales 1956: *Family: Socialization and Interaction Process* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Pascoe, Eva 2000: 'Can a sense of community flourish in cyberspace?' *Guardian* 11 March
- Paul, Diana Y. 1985: *Women in Buddhism: Images of the Feminine in the Mahayana Tradition* (Berkeley: University of California Press)
- Pearce, Frank 1976: *Crimes of the Powerful: Marxism, Crime and Deviance* (London: Pluto Press)
- Peter G. Peterson 1999: *Gray Dawn: How the Coming Age Wave will Transform America and the World* (New York: Random House)
- Phillips, Tim 1999: 'A single skill is not enough', *Guardian*, 28 October
- Philo, Greg 1991: 'Seeing is believing', *Social Studies Review*, May
- Phizacklea, Annie and Carol Wolkowitz 1995: *Homeworking Women: Gender, Racism and Class at Work* (London: Sage)
- Pierson, Christopher 1994: *Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher and the Politics of Retrenchment* (Cambridge: Cambridge University Press)
- Pilkington, Edward 1992: 'Hapless democratic experiment', *Guardian*, 28 January
- Piore, Michael J. and Charles F. Sabel 1984: *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity* (New York: Basic Books)
- Plummer, Kenneth 1975: *Sexual Stigma: An Interactive Account* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Pollak, Otto 1950: *The Criminality of Women* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press)
- Pollert, Anna 1988: 'Dismantling flexibility', *Capital and Class*, no. 34
- President's Commission on Organized Crime 1986: *Records of Hearings, June 24-26, 1985* (Washington DC: US Government Printing Office)
- Quah, Danny 1999: *The Weightless Economy in Economic Development* (London: Centre for Economic Performance)
- Rake, Katherine (ed.) 2000: *Women's Incomes over the Lifetime* (London: Stationery Office)
- Ratcliffe, Peter 1999: 'Housing inequality and "race": some critical reflections on the concept of "social exclusion"', *Ethnic and Racial Studies*, 22
- Redman, Peter 1996: 'Empowering men to disempower themselves: heterosexual masculinities, HIV and the contradictions of anti-oppressive education', in Martin Mac an Ghaill (ed.), *Understanding Masculinities* (Buckingham: Open University Press)
- Reeves, Richard 1999: 'Relax, you're a good mum', *Guardian*, 10 October
- Reid, Ivan et al. 1991: 'The education of the elite', in G. Walford (ed.), *Private Schooling, Tradition, Change and Diversity* (Oxford: Chapman)
- Reskin, Barbara and Irene Padavic 1994: *Women and Men at Work* (Thousand Oaks, Calif: Pine Forge Press)



- Rox, John and Robert Moore 1967: *Race, Community and Conflict: A Study of Sparkbrook* (Oxford: Oxford University Press)
- Richardson, Diane and Hazel May 1999: 'Deserving victims? Sexual status and the social construction of violence', *Sociological Review*, 47
- Riesman, David 1961: *The Lonely Crowd: A Study of the Changing American Character* (New Haven, Conn.: Yale University Press)
- Ritzer, George 1996: *The McDonaldization of Society: An Investigation into the Changing Character of Contemporary Social Life* (rev. edn. Thousand Oaks, Calif: Pine Forge Press)
- Robbins, Thomas and Susan J. Palmer (eds) 1997: *Millennium, Messiahs, and Mayhem: Contemporary Apocalyptic Movements* (London: Routledge)
- Rosenau, James N. 1997: *Along the Domestic-Foreign Frontier: Exploring Governance in a Turbulent World* (Cambridge: Cambridge University Press)
- Rosener, Judy B. 1997: *America's Competitive Secret: Women Managers* (New York: Oxford University Press)
- Rossi, Alice 1973: 'The first woman sociologist: Harriet Martineau', in *The Feminist Papers: From Adams to de Beauvoir* (New York: Columbia University Press)
- Rubin, Lillian 1990: *The Erotic Wars: What Happened to the Sexual Revolution?* (New York: Farrar)
- Rubin, Lillian B. 1994: *Families on the Fault Line* (New York: HarperCollins)
- Rutherford, Jonathan 1988: 'Who's that man', in Rowena Chapman and Jonathan Rutherford (eds), *Male Order: Unwrapping Masculinity* (London: Lawrence and Wishart)
- Rutherford, Jonathan and Rowena Chapman 1988: 'The forward march of men halted', in Rowena Chapman and Jonathan Rutherford (eds), *Male Order: Unwrapping Masculinity* (London: Lawrence and Wishart)
- Sabel, Charles F. 1982: *Work and Politics: The Division of Labour in Industry* (Cambridge: Cambridge University Press)
- Saks, Mike (ed.) 1992: *Alternative Medicine in Britain* (Oxford: Clarendon Press)
- Sassen, Saskia 1991: *no Global City: New York, London, Tokyo* (Princeton: Princeton University Press)
- Sassen, Saskia 1998: *Globalization and its Discontents: Essays on the Mobility of People and Money* (New York: New Press)
- Saunders, Peter 1990: *Social Class and Stratification* (London: Routledge)
- Saunders, Peter 1996: *Unequal but Fair? A Study of Class Barriers in Britain* (London: IEA Health and Welfare Unit)
- Savage, Mike et al. 1992: *Property, Bureaucracy, and Culture: Middle Class Formation in Contemporary Britain* (London: Routledge)
- Sayers, Janet 1986: *Sexual Contradiction: Psychology, Psychoanalysis and Feminism* (London: Tavistock)
- Scarman, Leslie George 1982: *The Scarman Report* (Harmondsworth: Penguin)
- Schiller, Herbert I. 1989: *Culture Inc.: The Corporate Takeover of Public Expression* (New York: Oxford University Press)
- Schiller, Herbert I. 1991: 'Not yet the postimperialist era', *Critical Studies in Mass Communications*, 8
- Schwarz, John and Thomas Volgy 1992: *The Forgotten Americans* (New York: Norton)
- Scott, John 1991: *Who Rules Britain?* (Cambridge: Polity, 1991)
- Scott, Sue and David Morgan 1993: 'Bodies in a social landscape', in Sue Scott and David Morgan (eds), *Body Matters: Essays on the Sociology of the Body* (London: Falmer Press)
- Scriven, Jeannie 1984: 'Women at work in Sweden', in Marilyn J. Davidson and Cary L. Cooper (eds), *Working Women: An International Survey* (New York: Wiley)
- Seidman, Steven 1997: *Difference Troubles: Queering Social Theory and Sexual Politics* (Cambridge: Cambridge University Press)
- Sennett, Richard 1993: *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities* (London: Faber and Faber)
- Sennett, Richard 1998: *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism* (London: Norton)
- Seymour-Ure, Colin 1998: 'Leaders and leading articles: characterization of John Major and Tony Blair in the editorials of the national daily press', in Ivor Crewe, Brian Gosschalk and John Bartle (eds), *Political Communications: Why Labour Won the General Election of 1997* (London: Frank Cass)
- Sharma, Ursula 1992: *Complementary Medicine Today: Practitioners and Patients* (London: Routledge)
- Sheldon, William A. 1949: *Varieties of Delinquent Youth* (New York: Harper)
- Skellington, Richard with Paulette Morris 1996: *'Race' in Britain Today* (2nd edn, London: Sage)
- Skoepol, Theda 1979: *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China* (Cambridge: Cambridge University Press)
- Slapper, Gary and Steve Tombs 1999: *Corporate Crime* (Essex: Longman)
- Smart, Carol and Bren Neale 1999: *Family Fragments?* (Cambridge: Polity)
- Smith, Donna 1990: *Stepmothering* (London: Harvester)
- Social Exclusion Unit 1999: *Single Pregnancy* (London: HMSO)
- Solomos, John and Tim Rackett 1991: 'Policing and urban unrest: rotten constitution and policy response', in Ellis Cashmore and Eugene McLaughlin (eds), *Out of Order? Policing Black People* (London: Routledge)

- Sreberny-Mohammadi, Annabelle 1992: 'Media integration in the Third World', in B. Gronbeck et al. (eds), *Media, Consciousness and Culture* (London: Sage)
- Sreberny-Mohammadi, Annabelle et al. (eds) 1997: *Media in a Global Context: A Reader* (London: Arnold)
- Stanton, Elizabeth Cady 1985: *The Woman's Bible: The Original Feminist Attack on the Bible* (Edinburgh: Polygon Books; first pub. 1895)
- Stanworth, Michelle 1984: 'Women and class analysis: a reply to John Goldthorpe', *Sociology*, 18
- Stark, Rodney and William Sims Bainbridge 1985: *The Future of Religion, Secularism, Revival, and Cult Formation* (Berkeley: University of California Press)
- Statham, June 1986: *Daughters and Sons: Experiences of Non-sexist Childraising* (Oxford: Blackwell)
- Stone, Jennie 2000: *Losing Perspective: Global Affairs in British Terrestrial Television 1989-1999* (London: International Broadcasting Trust)
- Straus, Murray A. and Richard J. Gelles 1986: 'Societal change and change in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys', *Journal of Marriage and the Family*, 48
- Sullivan, Andrew 1995: *Virtually Normal: An Argument about Homosexuality* (London: Picador)
- Sullivan, Oriel 1997: 'Time waits for no (wo)man: an investigation of the gendered experience of domestic time', *Sociology*, 31
- Sutherland, Edwin H. 1949: *Principles of Criminology* (Chicago: Lippincott)
- Swann Committee 1985: *Education for All Report of the Committee into the Education of Ethnic Minority Children* (London: HMSO)
- Sydlie, R. A. 1987: *Natural Women, Cultured Men: A Feminist Perspective on Sociological Theory* (New York: Methuen)
- Taylor, Ian, Paul Walton and Jock Young 1973: *The New Criminology: For a Social Theory of Deviance* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Thomas, W. I. and Florian Znaniecki 1966: *The Polish Peasant in Europe and America* (New York: Dover; first pub. in 5 vols 1918-20)
- Thompson, John B. 1990: *Ideology and Modern Culture* (Cambridge: Polity)
- Thompson, John B. 1995: *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media* (Cambridge: Polity)
- Thompson, Warren S. 1929: 'Population', *American Journal of Sociology*, 34
- Thussu, Daya Kishan 1999: 'Privatizing the airwaves: the impact of globalization on broadcasting in India', *Media, Culture and Society*, 21
- Tizard, Barbara and Martin Hughes 1984: *Young Children Learning, Talking and Thinking at Home and at School* (London: Fontana)
- Tough, Joan 1976: *Listening to Children Talking* (London: Ward Lock Educational)
- Townsend, Peter 1979: *Poverty in the United Kingdom* (Harmondsworth: Penguin)
- Townsend, Peter et al. 1987: *Poverty and Labour in London* (London: Low Pay Unit)
- Trades Union Congress 2000: 'Qualifying for racism', TUC, London
- Troeltsch, Ernst 1981: *The Social Teaching of the Christian Churches* (2 vols, Chicago: University of Chicago Press)
- UNDP (United Nations Development Programme) 1998: *Human Development Report* (Oxford: Oxford University Press)
- UNDP (United Nations Development Programme) 1999: *Human Development Report* (Oxford: Oxford University Press)
- Urban Task Force 1999: *Towards an Urban Renaissance*, final report of the Urban Task Force, chaired by Lord Rogers of Riverside (London: Department of the Environment, Transport and the Regions)
- Urry, John 1990: *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies* (London: Sage)
- US Bureau of Justice 1998: *Capital Punishment 1997*, Statistics Bulletin (Washington DC: US Government Printing Office)
- van Gennep, Arnold 1977: *The Rites of Passage* (London: Routledge and Kegan Paul; first pub. 1908)
- Vidal, Denis 1998: 'When the gods drink milk! Empiricism and belief in contemporary Hinduism', *South Asia Research*, 18
- Vogler, Carolyn and Jan Pahl 1994: 'Money, power and inequality in marriage', *Sociological Review*, 42
- Wajcman, Judy 1998: *Managing like a Man: Women and Men in Corporate Management* (Cambridge: Polity)
- Walby, Sylvia A. 1986: 'Gender, class and stratification: toward a new approach', in Rosemary Crompton and Michael Mann (eds), *Gender and Stratification* (Oxford: Blackwell)
- Walby, Sylvia 1990: *Theorizing Patriarchy* (Oxford: Blackwell)
- Walker, Carol 1994: 'Managing poverty', *Sociology Review*, April
- Walker, Nick 1995: 'Could you be a fitness junkie?' *Independent*, 4 December
- Wallis, Roy 1984: *The Elementary Forms of New Religious Life* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Warde, Alan and Kevin Heatherington 1993: 'A changing domestic division of labour? Issues of measurement and interpretation', *Work, Employment and Society*, 7
- Waterhouse Inquiry 2000: *Lost in Care*, report of the Tribunal of Inquiry into the Abuse of Children in Care ... chaired by Sir Ronald Waterhouse (London: Stationery Office)
- Webb, Rob and Hal Westergaard 1991: 'Social stratification, culture and education', *Sociology Review*, 1
- Weber, Max 1951: *The Religion of China* (New York: Free Press)

- Weber, Max 1952: *Ancient Judaism* (New York: Free Press)
- Weber, Max 1958: *The Religion of India* (New York: Free Press)
- Weber, Max 1963: *The Sociology of Religion* (Boston, Mass.: Beacon)
- Weber, Max 1976: *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (London: Allen and Unwin; first pub. 1904-5)
- Weeks, Jeffrey 1986: *Sexuality* (London: Methuen)
- Weeks, Jeffrey et al. 1999: 'Partners by choice: equality, power and commitment in non-heterosexual relationships', in Graham Allen (ed.), *The Sociology of the Family: A Reader* (Oxford: Blackwell)
- Weitzman, Lenore et al. 1972: 'Sexual socialization in picture books for preschool children', *American Journal of Sociology*, 77
- Wells, John 1995: *Crime and Unemployment* (London: Employment Policy Institute)
- Westergaard, John 1995: *no Gets Mai? The Hardening of Class Inequality in the Late Twentieth Century* (Cambridge: Polity)
- White, Michael and Malcolm Trevor 1983: *Under Japanese Management: The Experience of British Workers* (London: Heinemann)
- Wilkins, Leslie I. 1964: *Social Deviance: Social Policy: Action and Research* (London: Tavistock)
- Wilkinson, Helen 1994: *No Turning Back* (London: Demos)
- Wilkinson, Helen and Geoff Mulgan 1995: *Freedom's Children: Work, Relationships and Politics for 18-34 year olds in Britain Today* (London: Demos)
- Wilkinson, Richard 1996: *Unhealthy Societies: The Afflictions of Inequality* (London: Routledge)
- Williams, Simon J. 1993: *Chronic Respiratory Illness* (London: Routledge)
- Willis, Paul 1977: *Learning to Labour: How Working Class Kids Get Working Class jobs* (London: Saxon House)
- Willmott, Peter 1963: *The Evolution of a Community: A Study of Dagenham after Forty Years* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Willott, Sara and Christine Griffin 1996: 'Men, masculinity and the challenge of long-term unemployment', in Mairtin Mac an Ghail (ed.), *Understanding Masculinities* (Buckingham: Open University Press)
- Wilson, Bryan 1982: *Religion in Sociological Perspective* (Oxford: Oxford University Press)
- Wilson, James Q. and George Kelling 1982: 'Broken windows', *Atlantic Monthly*, March
- Wilson, Jamie 2000: 'One third of mothers forced out of full-time working', *Guardian*, 24 January
- Wilson, William Julius 1978: *The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institutions* (Chicago: University of Chicago Press)
- Wilson, William Julius 1999: 'When work disappears: new implications for race and urban poverty in the global economy', *Ethnic and Racial Studies*, 22
- Wirth, Louis 1938: 'Urbanism as a way of life', *American Journal of Sociology*, 44
- Wood, Stephen 1989: 'The transformation of work?', in Stephen Wood (ed.), *The Transformation of Work? Skills, Flexibility and the Labour Process* (London: Unwin Hyman)
- Woolgar, Steve and Dorothy Pawtuch 1985: 'Ontological genu- mandering: the anatomy of social problems explanations', *Social Problems*, 32
- World Bank 2000: *World Development Report* (New York: Oxford University Press)
- Worrall, Anne 1990: *Offending Women: Female Lawbreakers and the Criminal Justice System* (London: Routledge)
- Worsley, Peter 1970: *The Trumpet Shall Sound: A Study of 'Cargo' Cults in Melanesia* (London: Paladin)
- Wright, Erik Olin 1978: *Class, Crisis and the State* (London: New Left Books)
- Wright, Erik Olin 1985: *Classes* (London: Verso)
- Wright, Erik Olin 1991: *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis* (Cambridge: Cambridge University Press)
- Wyatt, Edward 1999: 'Investors are seeing profits in nation's demand for education', *New York Times*, 4 November
- Young, Jock 1998: 'Breaking windows: situating the new criminology', in Paul Walton and Jock Young (eds), *The New Criminology Revisited* (London: Macmillan)
- Young, Jock 1999: *The Exclusive Society: Social Exclusion, Crime and Difference in Late Modernity* (London: Sage)
- Young, Michael and Tom Schuller 1991: *Life after Work: The Arrival of the Ageless Society* (London: HarperCollins)
- Young, Michael and Peter Willmott 1973: *The Symmetrical Family: A Study of Work and Leisure in the London Region* (London: Routledge and Kegan Paul)
- Zaramunc, Vanda Lucia 1987: 'Children's sex role stereotypes: a cross-cultural analysis', in Phillip Shaver and Clyde Hendrick, *Sex and Gender* (London: Sage)
- Zeitlin, Irving 1984: *Ancient Judaism: Biblical Criticism from Max Weber to the Present* (Cambridge: Polity)
- Zeitlin, Irving 1988: *no Historical Jesus* (Cambridge: Polity)
- Zerubavel, Eviatar 1979: *Patterns of Time in Hospital Life* (Chicago: University of Chicago Press)
- Zerubavel, Eviatar 1982: 'The standardization of time: a socio-historical perspective', *American Journal of Sociology*, 88
- Zimbaro, Philip 1972: 'Pathology of imprisonment', *Society*, 9
- Zuhaida, Sami 1996: 'How successful is the Islamic Republic in Islamizing Iran?', in J. Beinim and J. Stork (eds), *Political Islam: Essays from the Middle East Report* (Berkeley: University of California Press)
- Zuboff, Shoshana 1988: *In the Age of the Smart Machine: no Future of Work and Power* (New York: Basic Books)



# Glossário

**Abordagem ecológica** Uma perspectiva sobre a análise urbana que enfatiza a distribuição "natural" dos bairros de uma cidade em áreas que possuem características contrastantes.

**Agentes de socialização** Grupos ou contextos sociais dentro dos quais ocorrem os processos de socialização. A família, os grupos formados por pessoas com idade ou *status* semelhantes, as escolas, a mídia e o local de trabalho são arenas nas quais o aprendizado cultural acontece.

**Aldéia global** Uma noção associada ao autor canadense Marshall McLuhan, que percebeu que a difusão das comunicações eletrônicas ligava o mundo em uma pequena comunidade. Assim, pessoas espalhadas por diferentes regiões do mundo acompanham as mesmas notícias por meio da programação da televisão.

**Alfabetização** A habilidade de ler e escrever.

**Alienação** A noção de que nossas próprias habilidades, enquanto seres humanos, são assumidas por outras entidades. O termo foi originalmente empregado por Marx em referência à projeção dos poderes humanos sobre os deuses. Mais tarde, ele empregou o termo para se referir à perda do controle por parte dos trabalhadores sobre a natureza da tarefa desempenhada e sobre os resultados de seu trabalho. Feuerbach utilizou esse termo em referência à instituição de deuses ou forças divinas distintas dos seres humanos.

**Alocação de recursos** O modo como diferentes recursos sociais e materiais são distribuí-

dos entre os grupos sociais ou outros elementos da sociedade e empregados.

**Ambiente criado** Os aspectos do mundo físico provenientes da aplicação da tecnologia. As cidades são ambientes criados, onde se destacam construções estabelecidas por seres humanos para servir às suas necessidades – incluindo estradas, ferrovias, fábricas, escritórios, residências particulares e outros prédios.

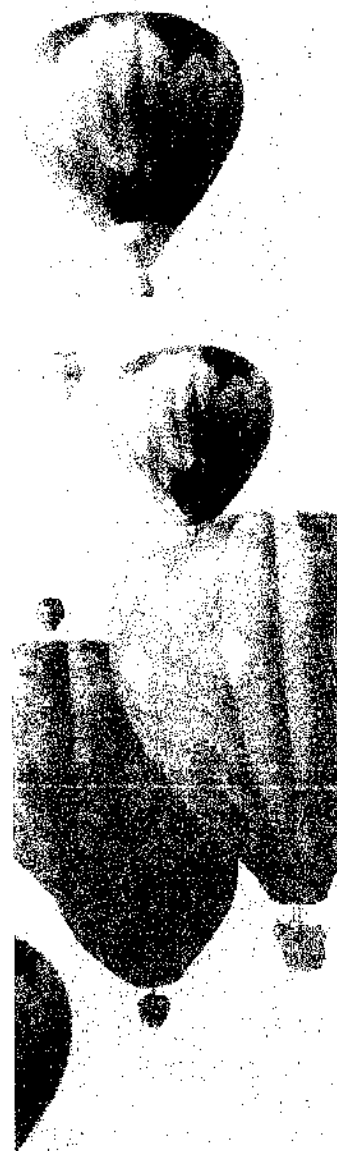
**Amostra representativa** Uma amostra de uma população maior que a represente estatisticamente.

**Amostragem** Estudo de uma proporção de indivíduos ou casos de uma população maior que sejam representativos dessa população como um todo.

**Amostragem aleatória** Um método de amostragem no qual se escolhe uma amostra de forma que cada membro da população tenha a mesma probabilidade de adequar-se ao método.

**Amplificação do desvio** São as conseqüências involuntárias que podem resultar quando, ao rotular um comportamento como desviante, uma agência de controle na verdade incita esse mesmo comportamento a se apresentar com maior intensidade. Por exemplo, as reações da polícia, da mídia e do público aos atos observados de desvio podem "amplificar" o próprio desvio, criando uma "espiral de desvio".

**Analfabetismo funcional** A falta de alfabetização e habilidades na aritmética para realizar tarefas da vida diária.



- Análise comparativa** Análise baseada na comparação entre diferentes sociedades ou culturas.
- Análise de conversação** Estudo empírico das conversações, o qual emprega técnicas extraídas da etnometodologia. A análise de conversação examina detalhes de conversas que ocorram naturalmente para revelar os princípios organizacionais da fala e seu papel na produção e na reprodução da ordem social.
- Ainuísmo** Crença de que os acontecimentos do mundo são mobilizados pelas atividades dos espíritos.
- Anomia** Conceito utilizado por Durkheim para descrever os sentimentos de falta de objetivos e de desespero provocados pelo processo de mudanças do mundo moderno, os quais resultam na perda da influência das normas sociais sobre o comportamento individual.
- Apartheid** Sistema oficial de segregação racial estabelecido na África do Sul, em 1948, e praticado até 1994.
- Apocaliptismo** Crença nos ensinamentos revelados pelo divino sobre os acontecimentos finais da história. Os movimentos apocalípticos interpretam certas ocorrências do mundo social como sinais de que o fim do mundo é iminente.
- Aprendizado através da internet** Atividade educativa que ocorre por meio de uma conexão com a internet.
- Aprendizado que se estende por toda a vida** A idéia de que o aprendizado e a aquisição de habilidades devem ocorrer em todas as etapas da vida de um indivíduo, e não simplesmente no sistema educacional formal dos primeiros anos de vida. Programas de educação continuada para adultos, treinamento para profissionais que estão na metade de suas carreiras, oportunidades de aprendizado através da internet e "bancos de aprendizado" comunitários são formas pelas quais os indivíduos podem participar desse tipo de aprendizado.
- Aquecimento global** A elevação gradual na temperatura da atmosfera terrestre. O aquecimento global, ou "efeito estufa", ocorre à medida que o aumento do gás carbônico bloqueia os raios do sol aquecendo a Terra. Os efeitos do aquecimento global são potencialmente devastadores, incluindo enchentes, secas e outras mudanças climáticas no planeta.
- Assédio sexual** Comentários, comportamento ou investidas sexuais não desejadas por parte de uma pessoa em relação a outra, e que persistem, mesmo que a outra pessoa deixe clara sua resistência.
- Assimilação** Aceitação de um grupo minoritário por uma população majoritária, na qual o grupo assume os valores e as normas da cultura dominante.
- Associação diferencial** Uma interpretação do desenvolvimento do comportamento criminoso proposta por Edwin H. Sutherland. Segundo ele, o comportamento criminoso é aprendido por meio da associação com pessoas que têm um envolvimento regular no crime.
- Auto-identidade** O processo contínuo de autodesenvolvimento e de definição de nossa identidade pessoal por meio do qual nós formulamos um sentido único de nós mesmos e de nossa relação com o mundo à nossa volta.
- Autoridade** Poder legítimo que uma pessoa ou um grupo mantém sobre outra pessoa ou outro grupo. O elemento da legitimidade é vital para a noção de autoridade e é o principal meio através do qual a autoridade se distingue do conceito mais geral de poder. O poder pode ser exercido pelo uso da força ou da violência. A autoridade, em contraste, depende de os subordinados aceitarem o direito de aqueles que estão em posição superior darem-lhes ordens ou instruções oficiais.
- Benefícios destinados a cobrir a carência de recursos** Serviços da previdência que estão disponíveis apenas aos cidadãos que preenchem certos critérios baseados não apenas na necessidade, mas nos níveis de renda e de economias.
- Benefícios universais** Benefícios da previdência que estão disponíveis igualmente para todos os cidadãos, independente do nível de renda ou do *status* econômico. O acesso ao Serviço Nacional de Saúde na Grã-Bretanha é um exemplo de um benefício universal, já que todos os britânicos têm o direito de utilizá-lo de forma contínua nos cuidados regulares com a saúde.
- Biodiversidade** A diversidade de espécies de formas de vida.
- Bode expiatório** Transformar alguém em bode expiatório é culpar um indivíduo ou grupo por erros que não cometeram.
- Burocracia** Uma organização de tipo hierárquico, que assume a forma de uma pirâmide de autoridade. O termo "burocracia" foi popularizado por Max Weber. Segundo Weber, a burocracia é o tipo mais eficiente de organização humana em larga escala. À medida que as organizações crescem em tamanho, afirmava Weber, elas inevitavelmente tendem a se tornar cada vez mais burocratizadas.
- Capitalismo** Sistema de iniciativa econômica baseado no câmbio de mercado. O "capital" refere-se a qualquer bem — incluindo dinheiro, propriedade e máquinas — que pode ser utilizado para a produção de *commodities* para a venda, ou investido em um mercado na esperança de que se consiga algum lucro. Praticamente todas as sociedades industriais de hoje têm uma orientação capitalista — seus sistemas econômicos baseiam-se na livre iniciativa e na concorrência econômica.
- Capitalistas** Os donos de empresas, terras ou ações, que utilizam esses recursos para gerar retornos econômicos.
- Carência materna** A falta de uma relação estável e afetiva entre a criança e sua mãe no início da vida. John Bowlby defendeu a idéia de que a carência materna pode levar à doença mental ou a um comportamento desviante ao longo da vida.
- Casamento** Um relacionamento sexual socialmente aceito entre dois indivíduos. O casamento quase sempre envolve duas pessoas de sexos opostos, mas existem culturas que toleram alguns tipos de casamento homossexual. O casamento normalmente forma a base de uma família de procriação — ou seja, a expectativa é que, com o casamento, o casal gere filhos e os eduque. Muitas sociedades permitem a poligamia, a qual possibilita que uma pessoa tenha diversos cônjuges ao mesmo tempo.
- Casto** Forma de estratificação na qual a posição social de um indivíduo é determinada no nascimento e não pode ser alterada. Praticamente não existe casamento entre membros de castas diferentes.

- Causalidade** A influência causal de um fator sobre o outro. Na sociologia, os fatores causais incluem as razões que os indivíduos apresentam para aquilo que fazem, assim como as influências externas sobre os seus comportamentos.
- Cibercrime** Atividades criminosas executadas por meio de redes eletrônicas, ou envolvendo o uso das novas tecnologias de informação. A lavagem eletrônica de dinheiro, o roubo da identidade pessoal, o vandalismo eletrônico e o monitoramento de correspondência eletrônica são formas emergentes de cibercrime.
- Ciberespaço** Redes eletrônicas de interação, entre indivíduos que estejam em diferentes terminais de computador, ligando as pessoas em um nível – em uma dimensão – sem qualquer relação com limites territoriais ou presença física.
- Cidadão** Membro de uma comunidade política, que possui direitos e deveres relacionados à sua condição de membro.
- Cidade global** Uma cidade, como Londres, Nova York ou Tóquio, que se tornou um centro organizador da nova economia global.
- Ciência** No sentido de ciência física, o estudo sistemático do mundo físico. A ciência – e a sociologia enquanto empreendimento científico – envolve a disposição disciplinada dos dados empíricos, combinada à construção de abordagens teóricas e teorias que esclareçam ou expliquem esses dados. A atividade científica combina a criação de formas nitidamente novas de pensamento com a verificação cuidadosa de hipóteses e idéias. Um grande aspecto que auxilia na distinção entre a ciência e outros tipos de sistema de idéias (como aquele presente na religião) é a suposição de que *todas* as idéias científicas estão abertas à crítica e à revisão mútuas por parte dos membros da comunidade científica.
- Classe** Apesar de este ser um dos conceitos utilizados com maior frequência dentro da sociologia, não há um consenso claro em relação à melhor maneira de definir essa noção. Para Marx, uma classe seria um grupo de pessoas que ense contram em uma relação comum com os meios de produção. Weber também enxergava a classe como uma categoria econômica, mas ressaltou sua interação com o *status* social e as afinidades do “partido”. Recentemente, alguns cientistas sociais passaram a utilizar amplamente a ocupação como um indicador de classe social, outros enfatizam a posse de bens e de outras riquezas; e outros ainda contam com as escolhas de estilo de vida.
- Classe alta** Uma classe social cuja composição geral abrange os membros mais ricos da sociedade, especialmente aqueles que ganharam heranças, os que são donos de grandes empresas ou os que possuem um grande volume de ações.
- Classe baixa** Uma classe de indivíduos situada na parte mais baixa do sistema de classes, geralmente composta por pessoas provenientes de minorias étnicas.
- Classe média** Um amplo espectro de pessoas que trabalham em muitas ocupações diferentes – desde empregados da indústria de prestação de serviços até professores de escolas e profissionais da área médica. Com a expansão das ocupações profissionais, gerenciais e administrativas em sociedades avançadas, a classe média talvez represente a maioria da população de países como a Grã-Bretanha.
- Classe trabalhadora** Uma classe social que, de modo geral, é composta por pessoas envolvidas em ocupações manuais ou relacionadas à produção.
- Coabitação** Ocorre quando duas pessoas vivem juntas em um relacionamento sexual de certa estabilidade, sem estarem casadas.
- Código elaborado** Um estilo de discurso que envolve o uso deliberado e construído das palavras para designar significados precisos e adaptáveis a diversos cenários culturais.
- Código restrito** Um modo de falar que se baseia em interpretações culturais solidamente desenvolvidas, de forma que muitas idéias não precisam ser – e não são – expressas em palavras.
- Coefficiente de correlação** Medida do grau de correlação entre duas variáveis.
- Colonialismo** Processo por meio do qual as nações ocidentais estabeleceram seu domínio em regiões de mundo afastadas de seus territórios natais.
- Compulsão de proximidade** A necessidade que alguns indivíduos sentem de uma interação face a face com os outros.
- Comunicação** Transmissão de informações de um indivíduo ou grupo para outro. A comunicação é a base necessária para toda interação social. Nos contextos face a face, a comunicação se dá por meio do uso da linguagem, mas também por meio de muitas dicas corporais que os indivíduos interpretam para compreenderem o que os outros dizem e fazem. Com o desenvolvimento da escrita e de meios de comunicação eletrônicos, como o rádio, a televisão ou os sistemas de transmissão por computador, a comunicação passou a se desligar, em diversos níveis, dos contextos imediatos das relações sociais face a face.
- Comunicação não-verbal** A comunicação entre indivíduos com base na expressão facial ou em gestos corporais, e não no uso da linguagem.
- Comunismo** Conjunto de idéias políticas associadas a Marx, desenvolvidas particularmente por Lenin, institucionalizadas na China e, até 1990, na União Soviética e na Europa Oriental.
- Concepção materialista da história** O ponto de vista desenvolvido por Marx segundo o qual os fatores “materiais” ou econômicos têm um papel fundamental para determinar mudanças históricas.
- Concepções partilhadas** As asserções comuns que as pessoas empregam e que lhes permitem interagir de maneira sistemática entre si.
- Construtivismo social** A teoria segundo a qual a realidade social é uma criação da interação de indivíduos e de grupos.
- Consumo coletivo** Conceito empregado por Manuel Castells em referência aos processos de consumo de mercadorias comuns promovidos pela cidade, como os serviços de transporte e as atrações de lazer.
- Controles** Meio estatístico ou experimental de manter algumas variáveis constantes a fim de examinar a influência causal de outras.
- Conurbação** Um agrupamento de cidades de pequeno ou médio porte em um ambiente urbano não-fragmentado.

- Convergência espaço-temporal** O deslocamento através do tempo é muitas vezes associado ao deslocamento através do espaço, assim, cada um pode ser medido em relação ao outro, tanto no nível das atividades cotidianas quanto no nível global: as distâncias são "encurtadas no tempo" à medida que aumenta a velocidade dos transportes.
- Corporações transnacionais** Corporações empresariais situadas em dois ou mais países. Mesmo quando as CTs possuem uma base nacional definida, elas estão orientadas para os mercados globais e para os lucros globais.
- Correlação** Uma relação regular entre duas dimensões ou variáveis, geralmente expressa em termos estatísticos. As correlações podem ser positivas ou negativas. Uma correlação positiva entre duas variáveis existe quando um alto grau de uma variável está regularmente associado a um alto grau de outra. Uma correlação negativa ocorre quando um alto grau de uma variável está regularmente associado a um baixo grau de outra.
- Cosmopolita** Termo utilizado para descrever pessoas ou sociedades que compartilham de muitas qualidades sociais em consequência de uma exposição constante a novas idéias e valores.
- Crime** Uma ação que venha a transgredir as leis estabelecidas por uma autoridade política. Embora nós talvez estejamos inclinados a pensar que os "criminosos" constituem uma subseção distinta da população, há poucas pessoas no mundo que não infringiram a lei de uma forma ou de outra no decorrer de suas vidas. Ainda que as leis sejam formuladas pelas autoridades do Estado, não é, de forma alguma, estranho a essas autoridades o fato de elas se envolverem em um comportamento criminoso em certos contextos.
- Crime das corporações** Delitos cometidos por grandes corporações na sociedade. Entre os exemplos de crimes das corporações estão a poluição, a propaganda enganosa e as violações dos regulamentos de saúde e de segurança.
- Crime do colarinho-branco** Atividades criminosas realizadas por pessoas em cargos de colarinho-branco ou profissionais.
- Criminologia** O estudo das formas de comportamento sancionadas pela lei criminal.
- Crise da masculinidade** O ponto de vista, defendido por alguns, de que as formas tradicionais de masculinidade estão sendo enfraquecidas por uma combinação de influências contemporâneas, ocasionando uma fase crítica na qual os homens estão inseguros em relação a si mesmos e ao seu papel na sociedade.
- Culto** Um agrupamento religioso fragmentário, ao qual os indivíduos filiam-se livremente, mas que não possui nenhum tipo de estrutura permanente. Na maioria das vezes, os cultos se formam em torno de um líder inspirativo.
- Cultura** Os valores, as cerimônias e os modos de vida característicos de um determinado grupo. Assim como o conceito de sociedade, a noção de cultura tem uma ampla aplicação na sociologia, bem como nas demais ciências sociais (particularmente na antropologia). A cultura é uma das propriedades mais distintivas da associação social humana.
- Cultura corporativa** Um ramo da teoria administrativa que busca a ampliação da produtividade e da competitividade por meio da criação de uma cultura organizacional única, que envolva todos os membros de uma empresa. Acredita-se que uma cultura corporativa dinâmica – que envolva eventos, rituais e tradições exclusivas da empresa – aumenta o grau de lealdade dos empregados e promova a solidariedade no grupo.
- Cultura da dependência** Termo popularizado por Charles Murray que descreve os indivíduos os quais contam com o auxílio da previdência do Estado em vez de ingressarem no mercado de trabalho. A cultura da dependência é vista como o resultado do "estado babá", que enfraquece a ambição pessoal e a capacidade de auto-ajuda das pessoas.
- Cultura da pobreza** A tese, popularizada por Oscar Lewis, de que a pobreza não é um resultado de inadequações individuais, mas a consequência de uma atmosfera social e cultural mais ampla dentro da qual gerações sucessivas de crianças são socializadas. A "cultura da pobreza" refere-se aos valores, às crenças, aos estilos de vida, aos hábitos e às tradições comuns entre as pessoas que vivem em condições de privação material.
- Currículo oculto** Traços de comportamento ou atitudes que são aprendidos na escola, mas que não estão incluídos dentro do currículo formal. O currículo oculto é a "agenda não-declarada" implicada na educação escolar e que transmite, por exemplo, aspectos de diferenças de gênero.
- Decommodification** No contexto social da previdência, o grau de independência dos serviços previdenciais em relação ao mercado. Num sistema em que predomine a *decommodified*, serviços previdenciais como a educação e o sistema de saúde são oferecidos a todos e não estão vinculados aos processos de mercado. Em um sistema *commodified*, os serviços previdenciais são tratados como *commodities* que serão vendidas no mercado como outras mercadorias ou serviços.
- Democracia** Um sistema político que prevê a participação dos cidadãos na tomada de decisões políticas, geralmente através da eleição de representantes no governo.
- Democracia liberal** Um sistema de democracia baseado nas instituições parlamentares, vinculado ao sistema de livre mercado na área da produção econômica.
- Democracia participativa** Um sistema de democracia no qual todos os membros de um grupo ou comunidade participam coletivamente da tomada das principais decisões.
- Democracia representativa** Um sistema político no qual as decisões que afetam uma comunidade não são tomadas pelo conjunto de seus membros, mas pelas pessoas que eles elegeram para essa finalidade.
- Demografia** O estudo das características das populações humanas, incluindo seu tamanho, composição e dinâmica.
- Denominação** Uma seita religiosa que tenha perdido seu dinamismo religioso, tornando-se um organismo institucionalizado que comanda a adesão de um número significativo de pessoas.
- Dependência assistencial** Uma situação em que as pessoas que recebem auxílio da previdência, como o auxílio-desemprego, em vez de tentarem garantir um emprego remunerado, consideram essa ajuda um "modo de vida".
- Desatenção civil** Processo por meio do qual os indivíduos que estão no mesmo ambiente físico de interação demonstram entre si



- que estão cientes da presença do outro, sem adotarem uma postura ameaçadora nem cordial demais.
- Desburocratização** Declínio no predomínio das burocracias ao estilo weberiano como forma organizacional típica da sociedade moderna.
- Desemprego** Os índices de desemprego medem a proporção de pessoas que são "economicamente ativas" e estão disponíveis para o trabalho, mas que não conseguem um emprego remunerado. Uma pessoa que esteja fora do mercado de trabalho não está necessariamente desempregada no sentido de que não esteja se ocupando com nenhuma atividade. As donas de casa, por exemplo, não recebem nenhum ordenado, mas geralmente trabalham muito.
- Desenvolvimento sustentável** A noção de que o crescimento econômico deve avançar apenas até o limite da reciclagem dos recursos naturais, e não do seu esgotamento, de que a biodiversidade seja preservada, e o ar puro, a água e a terra protegidos.
- Desertificação** Casos de degradação intensa do solo que fazem com que grandes áreas se assemelhem a desertos.
- Desigualdade de gênero** As diferenças quanto ao *status*, ao poder e ao prestígio existentes entre as mulheres e os homens em grupos, coletividades e sociedades.
- Desinstitucionalização** Processo pelo qual indivíduos sob responsabilidade de instituições do Estado são devolvidos às suas famílias ou a residências comunitárias.
- Deslocamento** Quando idéias ou emoções são transferidas de sua verdadeira origem para outro objeto.
- Desmatamento** A destinação da terra arborizada, geralmente pelo corte comercial de árvores.
- Desvio** Modos de ação que não estão de acordo com as normas ou os valores mantidos pela maioria dos membros de um grupo ou de uma sociedade. As variações de interpretação do "comportamento desviante" são tão amplas quanto as normas e os valores que distinguem diferentes culturas e subculturas entre si. Muitas formas de comportamento que são extremamente apreciadas em um contexto, ou por um grupo, são depreciadas por outros.
- Desvio-padrão** Um modo de calcular a dispersão de um grupo de números.
- Desvio primário** Na sociologia do desvio, um ato inicial de crime ou de desvio. Para Edwin Lemert, os atos que estejam no nível do desvio primário permanecem marginais para a auto-identidade de um indivíduo. Geralmente ocorre um processo por meio do qual o ato desviante é normalizado.
- Desvio secundário** Uma idéia associada ao criminologista americano Edwin Lemert. O desvio primário refere-se a um ato inicial de violação a uma norma ou lei - por exemplo, o roubo de um item de uma loja. O desvio secundário ocorre quando um rótulo já é atribuído a um indivíduo que realizou a ação, como quando um indivíduo que rouba algo de uma loja é rotulado de "ladrão".
- Diálogo** Conversas ou trocas verbais na vida social cotidiana. Esse tema tem sido cada vez mais sujeito à análise detalhada dos sociólogos, particularmente dos etnometodologistas.
- Diáspora** Dispersão de uma população étnica de uma terra natal originária em áreas estrangeiras e que ocorre, na maioria das vezes, de uma maneira forçada ou sob circunstâncias traumáticas.
- Discriminação** Atividades que negam aos membros de um grupo específico os recursos ou benefícios acessíveis a outros. É necessário distinguir discriminação de preconceito, ainda que haja uma ligação muito próxima entre esses dois conceitos. Há casos em que pessoas têm preconceitos em relação a outras, mas não se envolvem em práticas discriminatórias; e o inverso também acontece: as pessoas podem agir de modo discriminatório mesmo que não tenham preconceitos contra aqueles que estão sujeitos à sua discriminação.
- Discurso** A estrutura do pensamento em uma área particular da vida social. Por exemplo, o discurso da criminalidade significa o modo como as pessoas de uma determinada sociedade pensam e falam a respeito do crime.
- Divisão do trabalho** A divisão de um sistema de produção em tarefas ou ocupações especializadas, criando uma interdependência econômica. Todas as sociedades possuem ao menos uma forma rudimentar de divisão do trabalho, especialmente entre as tarefas designadas aos homens e aquelas desempenhadas pelas mulheres. Com o desenvolvimento do industrialismo, porém, a divisão do trabalho ganhou uma complexidade maior do que em qualquer outro sistema de produção anterior. No mundo moderno, seu alcance é internacional.
- Ecoeficiência** O desenvolvimento de tecnologias que gerem crescimento econômico, porém a um custo mínimo para o meio ambiente.
- Ecologia ambiental** Uma preocupação com a preservação da integridade do ambiente físico em virtude do impacto da indústria e da tecnologia modernas.
- Ecologia urbana** Uma abordagem para o estudo da vida urbana baseada em uma analogia com a adaptação das plantas e dos organismos ao ambiente físico. Segundo os teóricos da ecologia urbana, a diversidade de bairros e zonas em uma cidade é resultado de processos naturais de adaptação por parte das populações urbanas ao competirem por recursos.
- Economia** O sistema de produção e de operações cambiais que atende às necessidades materiais de indivíduos que vivem em uma determinada sociedade. As instituições econômicas têm uma importância-chave em todas as ordens sociais. O que ocorre na economia normalmente influencia muitos outros aspectos da vida social. As economias modernas diferem essencialmente das tradicionais, porque a maior parte de sua população não participa mais da produção agrícola.
- Economia do conhecimento** Uma sociedade que não mais se baseia primeiramente na produção de bens materiais, mas, sim, na produção de conhecimento. Seu surgimento está relacionado ao desenvolvimento de uma ampla base de consumidores familiarizados com a tecnologia e que fizeram novos avanços nos campos da computação, do entretenimento e das telecomunicações em suas vidas.
- Economia informal** Transações econômicas realizadas fora da esfera do emprego remunerado ortodoxo.

- Educação** A transmissão de conhecimento de uma geração para outra por meio da instrução direta. Embora os processos educacionais existam em todas as sociedades, foi apenas no período moderno que a educação em massa assumiu a forma de escolarização – ou seja, da instrução em ambientes educacionais especializados nos quais os indivíduos passam diversos anos de suas vidas.
- Efeito estufa** O aumento da concentração de gases estufa que armazenam o calor na atmosfera terrestre. Enquanto um efeito estufa “natural” é responsável pela manutenção das temperaturas terrestres em um nível confortável, o acúmulo das altas concentrações de gases estufa através das atividades humanas está associado ao aquecimento global.
- Emigração** Movimento de evasão das pessoas de um país a fim de se estabelecerem em outro.
- Encontro** Quando duas ou mais pessoas se reúnem em uma situação de interação face a face. Nossa vida diária pode ser vista como uma série de diferentes encontros espaçados ao longo do dia. Nas sociedades modernas, muitos dos encontros que temos com os outros envolvem estranhos, e não pessoas com as quais estamos familiarizados.
- Endurecimento em relação ao alvo** Técnicas para impedir a criminalidade que visam dificultar a ocorrência de crimes por meio de intervenções diretas em situações potenciais de crime. Trancas de volante em carros, por exemplo, são uma exigência, em alguns locais, a fim de reduzir o grau de atratividade ao roubo de carros.
- Enobrecimento** Processo de renovação urbana no qual moradias antigas e decadentes são restauradas por pessoas ricas que estão se mudando para a região.
- Ensino superior** A educação que ultrapassa o nível escolar, em faculdades e universidades.
- Epidemiologia** Estudo da distribuição e da incidência de doenças e enfermidades da população.
- Escolhas de estilo de vida** Decisões tomadas pelos indivíduos em relação ao seu consumo de mercadorias, serviços e cultura. Muitos sociólogos enxergam as escolhas de estilo de vida como importantes reflexos das posições de classe.
- Escravidão** Uma forma de estratificação social na qual alguns indivíduos são literalmente propriedade de outros.
- Esfera pública** Uma idéia associada ao sociólogo alemão Jürgen Habermas. A esfera pública é a arena da discussão e do debate público nas sociedades modernas.
- Espaço pessoal** O espaço físico que as pessoas mantêm para se separarem dos outros. Pode variar entre a distância íntima, para os relacionamentos familiares; a distância social, para os encontros formais; e a distância pública, quando há uma situação de confronto com uma platéia.
- Estabilização da personalidade** Para os funcionalistas, a família desempenha um papel crucial no auxílio emocional aos seus membros adultos. O casamento entre um homem e uma mulher adultos é o acordo por meio do qual personalidades adultas se apoiam e se mantêm saudáveis.
- Estado** Um mecanismo político (instituições governamentais e servidores públicos) que domina um determinado território, cuja autoridade é amparada pela lei e pela capacidade de utilizar a força. Nem todas as sociedades se caracterizam pela existência do Estado. As culturas caçadoras e coletoras e as sociedades agrárias menores não possuem instituições de Estado. O surgimento do Estado marca uma transição distinta na história humana, pois a centralização do poder político envolvido na formação do Estado introduz novas dinâmicas aos processos de mudança social.
- Estado Assistencial** Um sistema político que oferece uma ampla variedade de benefícios assistenciais aos cidadãos.
- Estado-nação** Um tipo específico de Estado, característico do mundo moderno, no qual um governo tem poder soberano dentro de uma área territorial definida, e a massa da população é formada por cidadãos que estão cientes de serem parte de uma única nação. Os Estados-nações estão intimamente ligados ao avanço do nacionalismo, ainda que as lealdades nacionalistas nem sempre obedecem às fronteiras de um Estado atual específico. Os Estados-nações evoluíram como parte de um sistema de Estado-nação emergente, que se originou na Europa, mas que atualmente se estende por todo o planeta.
- Estados autoritários** Sistemas políticos nos quais as necessidades e os interesses do Estado ganham prioridade sobre os dos cidadãos comuns, e a participação popular nos assuntos políticos é severamente restringida ou repudiada.
- Estamento** Forma de estratificação, estabelecida pela lei, que envolve desigualdades entre grupos de indivíduos.
- Esteréotipo** Uma caracterização permanente e inflexível de um grupo de pessoas.
- Estigma** Qualquer característica física ou social considerada humilhante.
- Estratificação social** A existência de desigualdades estruturadas entre grupos da sociedade, em termos do acesso dessas pessoas a recompensas materiais ou simbólicas. Embora em todas as sociedades existam algumas formas de estratificação, é somente com o desenvolvimento dos sistemas fundamentados no Estado que surgem enormes diferenças na riqueza e no poder. A forma mais distintiva de estratificação nas sociedades modernas envolve as divisões de classe.
- Estrutura social** Padrões de interação entre indivíduos ou grupos. A vida social não acontece de modo aleatório. A maioria de nossas atividades é estruturada: são organizadas de forma regular e repetitiva. Embora esta possa ser uma comparação equívoca, vale a pena pensar na estrutura social de uma sociedade como as vigas que sustentam uma construção ou que a mantêm unida.
- Estruturação** O processo de duas vias pelo qual influenciemos nosso mundo social através de nossas ações individuais e somos influenciados pela sociedade.
- Estudos de vitimização** Levantamentos cujo objetivo é revelar a proporção da população que foi vitimizada pelo crime durante um certo período. Os levantamentos de vitimização procuram compensar os “números obscuros do crime não-registrado”, concentrando-se diretamente na experiência concreta das pessoas em relação ao crime.

- Estudos-piloto** Testes experimentais na pesquisa por levantamentos.
- Etnia** Termo empregado por Anthony Smith para descrever um grupo que compartilha noções de uma linhagem comum, uma identidade cultural comum e um elo com uma mesma terra natal.
- Etnicidade** Valores e normas culturais que distinguem os membros de um determinado grupo de outros. Um grupo étnico é aquele cujos membros compartilham uma consciência distinta de uma identidade cultural comum, que os separa dos demais grupos à sua volta. Em praticamente todas as sociedades, as diferenças étnicas estão associadas às variações de poder e de riqueza material. Nos casos em que as diferenças étnicas são também consideradas raciais, essas divisões às vezes são especialmente marcantes.
- Etnocentrismo** Interpretação das idéias ou das práticas de uma outra cultura em termos da sua própria cultura. Os julgamentos etnocêntricos deixam de reconhecer as verdadeiras qualidades das outras culturas. Um indivíduo etnocêntrico é alguém que não tem capacidade, ou vontade, de observar outras culturas nas próprias condições delas.
- Etnografia** O estudo das pessoas, em primeira mão, utilizando observação participante ou entrevistas.
- Etnometodologia** O estudo do modo como as pessoas entendem o que os outros dizem e fazem na interação social cotidiana. A etnometodologia lida com os "etnométodos", por meio dos quais os seres humanos mantêm trocas significativas entre si.
- Europa fortificada** A idéia de que os Estados europeus estão agindo coletivamente no sentido de reforçar suas fronteiras e defender seus altos padrões de vida contra a maré de migrantes vindos de outras regiões do mundo, que buscam compartilhar de sua prosperidade.
- Exclusão social** O resultado de privações múltiplas que impedem os indivíduos ou os grupos de participarem plenamente da vida econômica, social e política da sociedade em que se encontram.
- Experimento** Método de pesquisa pelo qual uma hipótese pode ser testada de maneira controlada e sistemática em uma situação artificial construída pelo pesquisador, ou em ambientes de ocorrência natural.
- Exploração** Relação social ou institucional em que um grupo obtém vantagens às custas de outro por meio de um desequilíbrio de poder.
- Família** Um grupo de indivíduos ligados entre si por laços de sangue, matrimônio ou adoção, que formam uma unidade econômica, cujos membros adultos são responsáveis pela formação dos filhos. Todas as sociedades conhecidas envolvem algum tipo de sistema familiar, ainda que a natureza das relações familiares seja amplamente variável. Embora, nas sociedades modernas, a principal forma familiar seja a família nuclear, também encontramos, com frequência, uma variedade de relações familiares ampliadas.
- Família ampliada** Um grupo familiar que consiste em parentes próximos, além do casal e de seus filhos, que vivem no mesmo ambiente familiar ou em um relacionamento próximo e contínuo uns com os outros.
- Família nuclear** Um grupo familiar que consiste em mãe, pai (ou um deles) e seus filhos dependentes.
- Família reconstituída** Uma família em que ao menos um dos adultos tem filhos de uma união anterior – morando na mesma casa ou próximo a ela.
- Fatores de expulsão e de atração** Quando se iniciou o estudo sobre a migração global, imaginou-se que estas seriam as forças internas e externas a influenciarem os padrões de migração. Os "fatores de expulsão" referem-se à dinâmica dentro de um país de origem, como o desemprego, a guerra, a fome ou a perseguição política. Os "fatores de atração" descrevem os aspectos dos países de destino, como mercado de trabalho estável, menor densidade populacional e um alto padrão de vida.
- Fatos sociais** De acordo com Émile Durkheim, os aspectos da vida social que modelam nossas ações como indivíduos. Durkheim acreditava que os fatos sociais podiam ser estudados cientificamente.
- Fechamento de grupo** Meio através do qual um grupo estabelece um limite claro para si mesmo, separando-se, assim, de outros grupos.
- Feminilidade enfática** Termo associado aos escritos de R. W. Connell sobre a hierarquia de gêneros na sociedade. A feminilidade enfática é um importante complemento à masculinidade hegemônica, pois está orientada a suprir os interesses e as necessidades dos homens. Muitas representações das mulheres, na mídia e na publicidade, incorporam a feminilidade enfática.
- Feminilidade resistente** Termo associado aos escritos de R. W. Connell sobre a hierarquia de gênero na sociedade. As mulheres que incorporam a feminilidade resistente rejeitam as normas convencionais de feminilidade da sociedade ("feminilidade enfática") e adotam identidades e estilos de vida liberados. O feminismo e o lesbianismo são exemplos de formas de feminilidade resistente que não estão subordinadas ao papel dominante da masculinidade hegemônica.
- Feminismo liberal** Forma de teoria feminista que acredita que a desigualdade de gênero é resultado da redução no acesso das mulheres e das meninas aos direitos civis e a certos recursos sociais, como a educação e o emprego. As feministas liberais tendem a buscar soluções por meio de mudanças na legislação que assegurem a proteção dos direitos dos indivíduos.
- Feminismo negro** Linha de pensamento feminista que ressalta as múltiplas desvantagens do gênero, da classe e da raça, que influenciam muito as experiências de mulheres não-brancas. As feministas negras rejeitam a idéia de uma forma "unificada" de opressão de gênero, vivenciada da mesma maneira por todas as mulheres, e alegam que as antigas análises feministas refletiam as inquietações específicas das mulheres brancas de classe média.
- Feminismo radical** Forma de teoria feminista que acredita que a desigualdade de gênero seja o resultado da dominação masculina em todos os aspectos da vida social e econômica.
- Fordismo** Sistema cujo pioneiro foi Henry Ford e que envolveu a introdução da linha de montagem com esteira rolante e estabeleceu ligações cruciais entre os métodos de produção em massa e o desenvolvimento dos mercados em massa para as mercados-

- rias produzidas – no caso específico de Ford, o famoso carro Ford Modelo T.
- Funcionalismo** Perspectiva teórica baseada na noção de que a melhor maneira de explicar os acontecimentos sociais é em termos das funções que eles desempenham – ou seja, de suas contribuições para a continuidade de uma sociedade. Baseia-se em uma visão da sociedade como um sistema complexo, cujos diversos elementos trabalham conjuntamente de um modo que precisa ser entendido.
- Fundamentalismo** Uma crença no retorno aos significados literais das escrituras. O fundamentalismo pode surgir como uma reação à modernização e à racionalização, insistindo em buscar respostas na fé e defendendo a tradição por meio de fundamentos tradicionais.
- Gênero** Expectativas sociais em relação ao comportamento consideradas adequadas para os membros de cada sexo. O gênero não se refere aos atributos físicos que fazem com que os homens sejam diferentes das mulheres, mas a traços de masculinidade e de feminilidade socialmente formados. Nos últimos anos, o estudo das relações de gênero tornou-se uma das áreas mais importantes da sociologia, apesar de ter recebido pouca atenção durante muito tempo.
- Gênero** Concito aplicado em estudos de mídia com referência a um tipo distinto de produto de mídia ou item cultural. No mundo da televisão, por exemplo, existem diferentes gêneros, como a novela, a comédia, os programas de notícia, o esporte e o drama.
- Genocídio** A destruição sistemática, planejada, de um grupo racial, político ou cultural.
- Gerenciamento de recursos humanos** Ramo da teoria do gerenciamento que considera o entusiasmo e o comprometimento do empregado essenciais para a competitividade econômica. A abordagem do gerenciamento de recursos humanos (GRH) busca desenvolver nos trabalhadores a noção de que eles têm um investimento nos produtos da empresa e no próprio processo de trabalho.
- Gerontologia** O estudo do envelhecimento e dos idosos.
- Gestão de impressão** Idéia associada ao sociólogo americano Erving Goffman. As pessoas “administram” ou controlam as impressões que os outros têm delas ao escolherem o que esconder e o que revelar quando encontram outras pessoas.
- Globalização** Aumento da interdependência entre diferentes povos, regiões e países do mundo à medida que as relações sociais e econômicas passam a abranger o mundo inteiro.
- Governo** Representação regular de políticas, decisões e assuntos de Estado por parte dos funcionários que compõem um mecanismo político. Podemos falar de um “governo” como um processo, ou do governo em referência às autoridades políticas que supervisionam a implementação de suas políticas pelos funcionários. Enquanto no passado praticamente todos os governos eram liderados por monarcas ou imperadores, na maioria das sociedades modernas, as autoridades políticas são eleitas e seus funcionários apontados com base na especialização e nas qualificações.
- Grau de dispersão** Limite de variação ou distribuição de um conjunto de números.
- Grupo minoritário** Um grupo de pessoas que está em minoria em uma determinada sociedade e que, por causa de suas características físicas ou culturais distintas, encontra-se em situações de desigualdade dentro dessa sociedade. Entre esses grupos estão as *minorias étnicas*.
- Grupo social** Reunião de indivíduos que interagem entre si de formas sistemáticas. Os grupos podem variar de associações bastante pequenas a organizações ou sociedades de grande escala. Independente de seu tamanho, um aspecto decisivo do grupo é o fato de seus membros terem uma consciência de identidade comum. Passamos a maior parte de nossa vida em contato com o grupo; nas sociedades modernas, a maioria das pessoas pertence a grupos de muitos tipos diferentes.
- Guerra Fria** A situação de conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, juntamente com seus aliados, que se estendeu desde o final da década de 1940 até 1990. Foi uma “Guerra Fria” porque, na realidade, nunca houve um confronto militar entre os dois lados.
- Heterossexismo** Processo pelo qual os indivíduos não-heterossexuais são categorizados e discriminados em função de sua orientação sexual.
- Heterossexualidade** Uma orientação em relação à atividade sexual ou aos sentimentos voltada para as pessoas do sexo oposto.
- Hiper-realidade** Idéia associada ao autor francês Jean Baudrillard. Baudrillard afirma que, em consequência da difusão da comunicação eletrônica, não existe mais uma “realidade” separada à qual os programas de TV e os demais produtos culturais se referam. Em vez disso, o que tomamos por “realidade” é estruturado por essa mesma comunicação. Logo, os eventos relatados nos noticiários não dizem respeito apenas a uma série separada de acontecimentos, mas, na verdade, são eles mesmos que definem e constroem a essência desses acontecimentos.
- Hipótese** Uma idéia, ou uma suposição baseada em fatos e informações, sobre um determinado estado de coisas, proposta como base para testes empíricos.
- História oral** Entrevistas com pessoas a respeito de acontecimentos por elas testemunhados ou vivenciados no passado.
- Histórias de vida** Estudos que abrangem toda a vida dos indivíduos, muitas vezes baseados no auto-relato e em documentos como cartas.
- Homem provedor** Até bem pouco tempo, era o papel tradicional do homem em muitas sociedades industrializadas sustentar a família por meio do emprego fora de casa. Com as mudanças nos padrões familiares e o crescimento constante no volume de mulheres ingressando no mercado de trabalho, o “modelo do homem provedor” foi perdendo importância.
- Homofobia** Temor irracional ou desdém pelos homossexuais.
- Homossexualidade** Uma orientação das atividades sexuais ou dos sentimentos em direção a outras pessoas do mesmo sexo.
- Identidade** Características distintivas do caráter de um indivíduo ou de um grupo relacionadas a quem eles são e ao que é significativo para eles. Algumas das principais fontes de identidade in-

- cluem o gênero, a orientação sexual, a nacionalidade ou a etnicidade e a classe social. Um marcador importante da identidade de um indivíduo é o seu nome, e nomear também é importante para a identidade de grupo.
- Identidade social** As características que os outros atribuem a um indivíduo.
- Ideologia** Idéias ou convicções compartilhadas que servem para justificar os interesses de grupos dominantes. As ideologias estão presentes em todas as sociedades que possuem desigualdades sistemáticas e enraizadas entre os grupos. O conceito de ideologia está intimamente ligado ao de poder, uma vez que os sistemas ideológicos servem para legitimar o poder diferencial exercido pelos grupos.
- Igreja** Um grande organismo formado por pessoas que pertencem a uma organização religiosa estabelecida. Normalmente, as igrejas possuem uma estrutura formal, com um corpo eclesiástico hierarquizado. Esse termo também é empregado para designar o prédio onde as cerimônias religiosas acontecem.
- Imaginação sociológica** A aplicação do pensamento imaginativo para formular e responder às questões sociológicas. Na imaginação sociológica, o indivíduo "se imagina afastado" das rotinas familiares da vida cotidiana.
- Imigração** Movimento de pessoas estrangeiras que entram em um país para fixar residência.
- Imperialismo da mídia** Uma versão do imperialismo possibilitada pela tecnologia das comunicações, que alguns alegam ter sido responsável pela produção de um império cultural no qual o conteúdo da mídia, originando nos países industrializados, é imposto às nações menos desenvolvidas as quais não possuem os recursos para manter sua independência cultural.
- Industrialização** O desenvolvimento de formas modernas de indústria – fábricas, máquinas e processos de produção em larga escala. A industrialização foi um dos principais conjuntos de processos a influenciar o mundo social ao longo dos dois últimos séculos. As sociedades industrializadas têm características bastante diferentes daquelas dos países menos desenvolvidos. Por exemplo, com o avanço da industrialização, apenas uma pequena proporção da população dedica-se à agricultura – um grande contraste com os países pré-industriais.
- Inexpressividade masculina** As dificuldades que os homens têm em expressarem ou falarem a respeito de seus sentimentos para os outros.
- Insegurança no emprego** Uma sensação de apreensão vivida pelos empregados quanto à estabilidade de seu posto e seu papel dentro do ambiente de trabalho.
- Instituições totais** Termo popularizado por Erving Goffman em referência a instalações como hospitais psiquiátricos, prisões e monastérios que impõem aos seus residentes um sistema de existência regulado pela força, em completo isolamento do mundo exterior.
- Inteligência** Nível de habilidade intelectual, particularmente conforme a avaliação dos testes de Q.I. (quociente intelectual).
- Inteligência emocional** Habilidade que os indivíduos possuem de utilizar suas emoções para desenvolverem qualidades como a empatia, o autocontrole, o entusiasmo e a persistência.
- Interação focalizada** Interação entre indivíduos que participam de uma atividade comum ou uma conversa direta entre eles.
- Interação não-focalizada** Interação que ocorre entre pessoas que estejam presentes no mesmo ambiente, mas onde não participam de uma comunicação direta face a face.
- Interação social** Qualquer forma de encontro social entre indivíduos. A interação social, de um tipo ou de outro, compõe a maior parte de nossa vida. Ela refere-se tanto a situações formais quanto a informais nas quais uma pessoa encontra a outra. Uma ilustração de uma situação formal de interação social é uma sala de aula; um exemplo de interação informal é o encontro de duas pessoas na rua ou em uma festa.
- Interacionismo simbólico** Uma abordagem teórica da sociologia desenvolvida por Mead, que enfatiza fortemente o papel dos símbolos e da linguagem como elementos centrais de toda a interação humana.
- Interdependência econômica** O resultado da especialização e da divisão do trabalho, quando a auto-suficiência é suplantada e os indivíduos dependem de outros para produzirem muitos ou a maioria dos bens de que necessitam para sua subsistência.
- Internet** Um sistema global de conexões entre computadores que permite que as pessoas se comuniquem entre si e encontrem informações na Rede Mundial de Computadores por meio de recursos visuais, de som e de texto, de um modo que foge às questões do tempo, do espaço, do custo, das limitações de distância – e também do controle territorial dos governos.
- Investigação empírica** Pesquisa factual realizada em uma determinada área de estudo sociológico.
- Justiça restaurativa** Um ramo da justiça criminal que rejeita as medidas punitivas em favor de sentenças com base em juízos da comunidade, que tentam conscientizar os transgressores dos efeitos de suas ações.
- Lapsos da fala** Os erros na pronúncia das palavras, como ocorre quando uma pessoa quer dizer "tensão" em, ao invés disso, diz "tosão". Freud acreditava que os lapsos de linguagem revelassem ansiedades ou emoções ocultas.
- Legitimidade** Uma ordem política particular ganha legitimidade se a maioria das pessoas governadas por ela reconhecem-na como justa e válida.
- Lei** Uma regra de comportamento estabelecida por uma autoridade política e apoiada pelo poder do Estado.
- Lei de ferro da oligarquia** Termo cunhado por Roberto Michels, aluno de Weber, cujo significado é a inclinação das grandes organizações em direção à centralização do poder nas mãos de poucos, dificultando a democracia.
- Lei de inversão de assistência à saúde** O desequilíbrio entre as necessidades de uma população em seu sistema de saúde e os recursos disponíveis. A lei de inversão de assistência à saúde refere-se à tendência de que grupos cuja saúde é mais precária se encontrem em regiões que possuem recursos mais limitados na área da saúde.
- Lesbionismo** Ligação ou atividades homossexuais entre mulheres.

- Levantamento** Um método da pesquisa sociológica que geralmente envolve a administração de questionários à população estudada e a análise estatística de suas respostas para que se encontrem padrões ou regularidades.
- Limpeza étnica** A criação de territórios etnicamente homogêneos por meio da expulsão em massa de outras populações étnicas.
- Linha da pobreza** Uma medida oficial utilizada pelos governos para definir aqueles que vivem abaixo desse nível de renda, na pobreza. Muitos Estados estabeleceram uma linha da pobreza, porém a Grã-Bretanha não.
- Macrossociologia** O estudo de grupos, organizações ou sistemas sociais de larga escala.
- Magia** Ritos que tentam influenciar espíritos ou seres sobrenaturais com o intuito de alcançar objetivos humanos. Na maioria das sociedades, a magia encontra-se em uma relação de certa tensão com a religião. Em contraste com a religião, a magia tende a ser uma atividade mais "individual", praticada por um feiticeiro ou um xamã.
- Mais-valia** Na teoria marxista, o valor do poder de mão-de-obra de um indivíduo que "sobra" após o empregador compensar o custo da contratação do empregado.
- Malthusianismo** É a idéia, apresentada primeiramente por Thomas Malthus, há dois séculos, de que o crescimento populacional tende a ultrapassar os recursos disponíveis para sustentá-lo. Malthus defendia a tese de que as pessoas precisavam limitar sua frequência de relações sexuais a fim de evitar um crescimento populacional excessivo e um futuro de miséria e fome.
- Marcadores** Sinais ou dispositivos utilizados para distinguir um episódio de interação focalizada do outro e da interação não focalizada que se desenrola em segundo plano; Goffman os chamou de parênteses.
- Masculinidade cúmplice** Termo associado aos escritos de R. W. Connell sobre a hierarquia de gênero na sociedade. A masculinidade cúmplice é expressa pelo grande número de homens da sociedade que não correspondem ao ideal da *masculinidade hegemônica*, embora tirem proveito de sua posição dominante na ordem patriarcal.
- Masculinidade hegemônica** Termo introduzido inicialmente por R. W. Connell, a masculinidade hegemônica refere-se à forma dominante de masculinidade encontrada dentro da hierarquia de gênero. Embora a masculinidade hegemônica subordine outras masculinidades e feminilidades, ela pode ser desafiada por elas. Na maioria das sociedades ocidentais da atualidade, a masculinidade hegemônica está associada à cor branca, à heterossexualidade, ao casamento, à autoridade e à força física.
- Masculinidade homossexual** De acordo com o modelo de relações de gênero de R. W. Connell, a masculinidade homossexual é estigmatizada e se encontra no patamar mais baixo da hierarquia masculina de gênero. Dentro da ordem de gênero dominante, os homossexuais são vistos como o oposto do "homem de verdade" personificado pela masculinidade hegemônica.
- Média aritmética** Uma medida estatística de tendência central ou padrão baseada na divisão de um total pelo número de casos individuais.
- Mediana** O número que se encontra na metade de uma série de números – uma forma de calcular a tendência central que, às vezes, se mostra mais útil do que o cálculo da média aritmética.
- Medicina alternativa** Também denominada *medicina complementar*, essa abordagem para o tratamento e a prevenção das doenças abrange uma ampla variedade de técnicas curativas que se encontram fora do domínio das práticas médicas ortodoxas, ou se sobrepõem a elas. A medicina alternativa ou complementar reúne uma abordagem holística para a saúde, lidando tanto com os elementos físicos do bem-estar do indivíduo quanto com os psicológicos.
- Megacidades** Termo escolhido por Manuel Castells para descrever grandes espaços urbanos de intensa concentração que servem como pontos de conexão para a economia global. As projeções são de que, até 2015, haja trinta e seis "megacidades" com populações de mais de oito milhões de residentes.
- Megalópole** A "cidade das cidades", um termo cunhado na Grécia antiga, e referia-se a uma cidade-Estado planejada para fazer inveja a todas as civilizações; mas empregado nos tempos modernos em referência às enormes – exageradamente grandes – conurbações.
- Meios de produção** Meios através dos quais ocorre a produção de bens materiais em uma sociedade, incluindo não apenas a tecnologia, mas as relações sociais entre os produtores.
- Melting pot** A idéia de que as diferenças étnicas podem ser combinadas para criar novos padrões de comportamento que aproveitem a diversidade de fontes culturais.
- Meritocracia** Sistema pelo qual as posições sociais são preenchidas com base no mérito e na conquista individuais, e não por critérios atribuídos, como riquezas herdadas, sexo ou origem social.
- Metanarrativas** Teorias ou convicções gerais, abrangentes, a respeito do funcionamento da sociedade e da natureza da mudança social. O marxismo e o funcionalismo são exemplos de metanarrativas empregadas pelos sociólogos para explicar como o mundo funciona. Os pós-modernistas rejeitam essas "grandes teorias" ("*grand theories*"), afirmando que é impossível identificar quaisquer verdades fundamentais que deem fundamentação à sociedade humana.
- Métodos de pesquisa** Os diversos métodos de investigação utilizados para reunir material empírico (factual). Na sociologia, existem numerosos métodos de pesquisa diferentes, mas talvez os mais utilizados sejam o trabalho de campo (ou observação participante) e os métodos de levantamento. Em muitos casos, vale a pena combinar dois ou mais métodos dentro de um único projeto de pesquisa.
- Microsociologia** O estudo do comportamento humano em contextos de interação face a face.
- Mídia de massa** Formas de comunicação, como jornais, revistas, rádio e televisão, projetadas para atingir audiências de massa.
- Milenarismo** A crença defendida pelos membros de certos tipos de movimento religioso de que mudanças cataclísmicas ocorrerão em um futuro próximo, anunciando a chegada de uma nova época.

- Mobilidade intergeracional** Movimento ascendente ou descendente dentro de uma hierarquia de estratificação social de uma geração para outra.
- Mobilidade intrageracional** Mobilidade ascendente e descendente dentro de uma hierarquia de estratificação social no decorrer de uma carreira pessoal.
- Mobilidade lateral** Deslocamento de indivíduos de uma região do país para outra, ou entre países.
- Mobilidade social** Deslocamento de indivíduos ou grupos entre posições socioeconômicas diferentes. A mobilidade vertical refere-se ao movimento de subida ou de descida dentro de uma hierarquia em um sistema de estratificação. A mobilidade lateral é o deslocamento físico de indivíduos ou grupos de uma região para outra. Quando analisam a mobilidade vertical, os sociólogos fazem uma distinção entre o deslocamento dos indivíduos no decorrer de suas carreiras, e a diferença da posição conquistada por essas pessoas e a de seus pais.
- Mobilidade vertical** Movimento de subida ou de descida dentro de uma hierarquia de posições num sistema de estratificação social.
- Moda** O número que ocorre com maior frequência em um determinado conjunto de dados, e que às vezes pode ser uma forma útil de retratar a tendência central.
- Modelo biomédico de saúde** O conjunto de princípios que sustentam os sistemas e as práticas médicas ocidentais. O modelo biomédico de saúde define as doenças com objetividade, de acordo com a presença de sintomas reconhecidos, e acredita na possibilidade de restabelecer o corpo saudável por meio de um tratamento médico que tenha bases científicas. O corpo humano é comparado a uma máquina que pode voltar a funcionar com os ajustes adequados.
- Modelo dramaturgico** Uma abordagem para o estudo da interação social baseada no uso de metáforas provenientes do teatro.
- Modernização ecológica** Crescimento e desenvolvimento econômicos que incorporam políticas positivas para o meio ambiente. Os defensores da modernização ecológica acreditam que o desenvolvimento industrial e a proteção ecológica não são incompatíveis.
- Monarca constitucional** Um rei ou uma rainha que é, sobretudo, uma "figura decorativa", com poderes limitados pela constituição. O poder efetivo é confiado a outros líderes políticos.
- Monarquia** Um sistema político liderado por uma única pessoa cujo poder é legado à sua descendência através de gerações.
- Monogamia** Uma forma de casamento em que permite-se que o homem ou a mulher tenha apenas um cônjuge por vez.
- Monoteísmo** Crença em um único Deus.
- Movimento Nova Era** Termo geral que descreve a diversidade no espectro de crenças e de práticas cuja orientação está na espiritualidade interior. O paganismo, o misticismo oriental, o xamanismo, as formas alternativas de cura e a astrologia são exemplos de atividades da "Nova Era".
- Movimento social** Um grande agrupamento de pessoas que passou a se empenhar em realizar, ou obstruir, um processo de mudança social. Os movimentos sociais normalmente existem nas relações de conflito com organizações a cujos objetivos e visões eles freqüentemente se opõem. No entanto, movimentos que conseguem desafiar o poder, uma vez institucionalizados, podem evoluir para organizações.
- Movimentos de acomodação no mundo** Movimentos religiosos que enfatizam a importância da vida religiosa interior e da pureza espiritual sobre as preocupações mais terrenas.
- Movimentos de afirmação do mundo** Movimentos religiosos que procuram ampliar a capacidade de sucesso de seus seguidores no mundo exterior, auxiliando-os a liberar seu potencial humano.
- Movimentos de rejeição do mundo** Movimentos religiosos de natureza excludente, extremamente críticos em relação ao mundo exterior, e exigentes para com seus membros.
- Mudança social** Alteração das estruturas básicas de um grupo social ou uma sociedade. A mudança social é um fenômeno sempre presente na vida social, mas tornou-se especialmente intensa na era moderna. Pode-se dizer que a sociologia moderna teve sua origem nas tentativas de compreender as mudanças dramáticas que abalam o mundo tradicional e promovem novas formas de ordem social.
- Multimídia** A combinação do que no passado eram meios de comunicação distintos que necessitavam de diferentes tecnologias (como as visuais e as sonoras), em um único meio – como o CD-ROM, que pode funcionar em um computador.
- Nacionalismo** Um conjunto de convicções e símbolos que expressam identificação com uma determinada comunidade nacional.
- Nações sem Estado** Casos em que os membros de uma nação não possuem soberania política sobre a área da qual eles alegam propriedade.
- Normas** Regras de comportamento que refletem ou incorporam os valores de uma cultura, prescrevendo ou proibindo um determinado tipo de comportamento. As normas são sempre apoiadas por sanções de um tipo ou de outro, que variam da desaprovação informal à punição física ou à execução.
- Nova criminologia** Um ramo do pensamento criminológico, proeminente na Grã-Bretanha da década de 1970, para o qual o desvio era um comportamento deliberado e muitas vezes, de natureza política. Os "novos criminologistas" defendiam a noção de que o crime e o desvio poderiam ser entendidos apenas no contexto do poder e da desigualdade dentro da sociedade.
- Nova migração** Um termo que se refere às mudanças nos padrões de migração na Europa nos anos que se seguiram a 1989. A "nova migração" foi influenciada pelo fim da Guerra Fria, pela queda do Muro de Berlim, pelo conflito único prolongado na antiga Iugoslávia e pelo processo de integração européia, os quais alteraram a dinâmica existente entre os "países de origem" e os "países de destino".
- Novo homem** Uma representação da masculinidade que surgiu na mídia e na publicidade na década de 1980. O "novo homem" era retratado como forte, porém gentil e compassivo.
- Novo racismo** Perspectivas racistas, também descritas como *racismo cultural*, baseadas em diferenças culturais ou religiosas, em vez de biológicas.
- Novo Realismo de Esquerda** Uma tendência da criminologia, popularizada nos anos 1980 pelo trabalho de Jack Young, que se

concentrava nas vítimas do crime e exigia que a criminologia buscasse um envolvimento prático nas questões relacionadas ao controle da criminalidade e à política social.

**Novo Trabalhismo** As reformas introduzidas por Tony Blair quando ele assumiu a liderança do Partido Trabalhista britânico, e por meio das quais ele procurou dar novos rumos ao partido, especialmente nos primeiros dias, utilizando uma campanha de sucesso pela abolição da Cláusula 4, a qual comprometia o partido a uma política de domínio público difundido da indústria.

**Novos movimentos religiosos** A ampla variedade de grupos religiosos e espirituais, cultos e seitas que surgiram paralelamente às religiões predominantes. Os NMRs variam dos grupos espirituais e de auto-ajuda, presentes dentro do movimento da Nova Era, a seitas exclusivas como a dos Hare Krishnas.

**Novos movimentos sociais** Uma série de movimentos sociais que surgiram nas sociedades ocidentais desde os anos 60 em resposta à mudança nos riscos enfrentados pelas sociedades humanas. NMSs como o feminismo, o ambientalismo e o movimento antinuclear, os protestos contra os alimentos geneticamente modificados, e as manifestações "anti-globalização" diferem dos antigos movimentos sociais no sentido de que se tratam de campanhas de tema único voltadas para fins não-materiais obtendo apoio de diversas classes.

**Novos países industrializados** As economias do Terceiro Mundo que, ao longo das duas ou três últimas décadas, começaram a desenvolver uma forte base industrial, como Brasil e Cingapura.

**"Números obscuros" do crime não-registrado** Delitos criminais que foram cometidos mas que não estão registrados nas estatísticas oficiais. A existência de "números obscuros" do crime não-registrado significa que as estatísticas oficiais refletem apenas parte do índice total de criminalidade.

**Observação participante** Método de pesquisa amplamente utilizado na sociologia e na antropologia, no qual o pesquisador participa das atividades de um grupo ou comunidade que esteja sendo estudado.

**Ocupação** Qualquer forma de emprego remunerado na qual um indivíduo trabalha de modo regular.

**Olhar médico** Na medicina moderna, a abordagem isenta e não valorativa adotada por médicos especialistas ao examinar e tratar de um paciente doente.

**Opinião pública** As opiniões defendidas pelos membros do público nos assuntos atuais.

**Ordem de gênero** Termo associado aos escritos de R. W. Connell. A ordem de gênero representa os padrões de relações de poder entre masculinidade e feminilidade que são largamente difundidos na sociedade.

**Organismos geneticamente modificados** Os OGMs são plantas ou lavouras produzidas por meio da manipulação dos genes que as compõem.

**Organização** Um grande grupo de indivíduos, envolvendo um conjunto definido de relações de autoridade. Nas sociedades industriais, existem muitos tipos de organização que influenciam a maioria dos aspectos de nossa vida. Ainda que nem todas as organizações sejam burocráticas no sentido formal, existem elas

bastante estreitos entre o desenvolvimento das organizações e as tendências burocráticas.

**Organizações carcerárias** Combinado aos escritos de Michel Foucault, o termo descreve instalações, como prisões e manicômios, nas quais os indivíduos são fisicamente separados do mundo exterior e "escondidos" por períodos prolongados.

**Pai ausente** Um pai que, em função de divórcio ou por outras razões, tem pouco ou nenhum contato com seus filhos.

**Pânico moral** Termo popularizado por Stanley Cohen para descrever uma reação exagerada, inspirada na mídia, em relação a um determinado grupo ou tipo de comportamento, que é tomada como sintomática de uma desordem social geral. O pânico moral normalmente surge em torno de acontecimentos que, na verdade, são relativamente triviais quanto à natureza do ato e ao número de pessoas envolvidas.

**Papel de enfermo** Termo associado ao pensador funcionalista Talcott Parsons, que serve para descrever os padrões de comportamento que o enfermo adota para minimizar o impacto desarticulador da doença sobre as outras pessoas.

**Papel social** O comportamento esperado de um indivíduo que ocupa uma posição social específica. A ideia do papel social foi inspirada no teatro, referindo-se aos papéis desempenhados pelos atores em uma produção teatral. Em toda a sociedade, os indivíduos desempenham uma série de papéis sociais diferentes, conforme a diversidade de contextos de suas atividades.

**Parentesco** Uma relação que une indivíduos por meio de laços de sangue, de matrimônio ou de adoção. As relações de parentesco estão, por definição, presentes no casamento e na família, mas possuem uma extensão muito mais ampla do que essas instituições. Ainda que, na maioria das sociedades modernas, poucas obrigações sociais estejam envolvidas nas relações de parentesco que ultrapassam os limites imediatos da família, em muitas outras culturas o parentesco tem uma importância vital para a maior parte dos aspectos da vida social.

**Partido político** Uma organização estabelecida com o intuito de atingir o poder governamental por meios eleitorais e utilizar esse poder para seguir um programa específico.

**Partido** Um grupo de indivíduos que trabalham em conjunto por possuírem formação, objetivos e interesses comuns. De acordo com Weber, o partido é um dos fatores, juntamente com a classe e o *status*, que moldam os padrões de estratificação social.

**Patriarcado** O domínio dos homens sobre as mulheres. Todas as sociedades de que se têm notícias são patriarcais, embora haja variações no grau e na natureza do poder que os homens exercem, em comparação com as mulheres. Um dos principais objetivos dos movimentos feministas nas sociedades modernas é combater as instituições patriarcais existentes.

**Pena capital** Execução, sancionada pelo Estado, de uma pessoa condenada por um crime punível com a morte. A pena capital é comumente conhecida como "pena de morte".

**Personalidade autoritária** Conjunto de características específicas da personalidade que envolvem uma perspectiva rígida e intolerante e uma incapacidade de aceitar ambigüidades.



- Pesquisa documental** Pesquisa baseada em evidências extraídas do estudo de documentos, como arquivos ou estatísticas oficiais.
- Pessoas em busca de asilo** Pessoas que tenham solicitado refúgio em um país estrangeiro por temer perseguição religiosa ou política em seu país de origem.
- Pluralismo cultural** A coexistência de diversas subculturas dentro de uma determinada sociedade sob mesmas condições.
- Pobreza absoluta** Definição da pobreza em termos das exigências mínimas necessárias para que se mantenha uma existência saudável.
- Pobreza informacional** Os "pobres em termos de informação" são aquelas pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à tecnologia da informação – aos computadores, por exemplo.
- Pobreza relativa** A pobreza definida com referência ao padrão de vida geral de uma determinada sociedade.
- Poder** A habilidade que os indivíduos, ou os membros de um grupo, possuem de atingir objetivos ou ampliar os interesses que defendem. O poder é um aspecto que permeia todas as relações humanas. Muitos conflitos da sociedade são lutas em torno do poder, pois o grau de poder que um indivíduo ou grupo consegue alcançar determina até que ponto eles poderão realizar seus desejos às custas dos desejos dos outros.
- Policimento de tolerância zero** Uma abordagem que visa a prevenir e controlar o crime enfatizando o processo contínuo de manutenção da ordem como a chave para a redução de crimes graves. Ao eleger como alvo os crimes e perturbações de menor importância, o policiamento de tolerância zero reflete os princípios que subjazem à teoria das janelas quebradas.
- Poligamia** Uma forma de casamento na qual uma pessoa pode ter dois ou mais cônjuges simultaneamente.
- Politeísmo** Crença em dois ou mais deuses.
- Política da terceira via** Uma filosofia política, iniciada pelo Novo Trabalhismo e apoiada por outros líderes democráticos moderados, que tem um comprometimento com a preservação dos valores do socialismo ao mesmo tempo em que defende as políticas de mercado para a geração de riqueza e a dissipação da desigualdade econômica.
- Política** Meio através do qual o poder é utilizado e contestado para influenciar a natureza e o conteúdo das atividades governamentais. A esfera "política" inclui as atividades daqueles que estão no governo, mas também as ações e interesses concorrentes de muitos outros grupos e indivíduos.
- População** No contexto da pesquisa social, as pessoas que são o foco de um estudo ou um levantamento.
- Pós-fordismo** Termo geral utilizado para descrever a transição entre a produção industrial em massa, caracterizada pelos métodos fordistas, para formas mais flexíveis de produção que dão preferência à inovação e visam a satisfazer as demandas de mercado de produtos que atendam ao gosto dos clientes.
- Positivismo** Na sociologia, é a visão de que o estudo do mundo social deve ser conduzido de acordo com os princípios da ciência natural. Uma abordagem positivista na sociologia defende a idéia de que o conhecimento objetivo pode ser produzido através da observação, da comparação e da experimentação cuidadosas.
- Pós-modernismo** A convicção de que a sociedade deixou de ser governada pela história ou pelo progresso. A sociedade pós-moderna é extremamente pluralista e diversificada; nenhuma "grande narrativa" ("grand narrative") orienta seu desenvolvimento.
- Preconceito** A defesa de idéias preconcebidas a respeito de um indivíduo ou de um grupo, idéias que resistem a mudanças mesmo diante de novas informações. O preconceito pode ser positivo ou negativo.
- Primeiro Mundo** O grupo de Estados-nações que possui economias industrializadas maduras, baseadas na produção capitalista.
- Princípio preventivo** A suposição de que, nos casos em que há dúvidas o bastante com respeito aos possíveis riscos de novas atividades, é melhor conservar práticas existentes do que modificá-las.
- Privatização da educação** O processo por meio do qual o governo contrata empresas privadas para assumirem a responsabilidade parcial ou total pelo controle e pela administração dos sistemas educacionais públicos.
- Produção em massa** A produção de longas séries de mercadorias utilizando a capacidade das máquinas. A produção em massa foi uma consequência da Revolução Industrial.
- Profano** Aquilo que pertence ao mundano, ao mundo cotidiano.
- Profetas** Líderes religiosos que mobilizam seguidores através de sua interpretação dos textos sagrados.
- Proporção de dependência** A proporção de pessoas dependentes (crianças e idosos) para pessoas economicamente ativas.
- Prostituição** A venda de favores sexuais.
- Psicopata** Um tipo específico de personalidade. Falta a esses indivíduos o senso moral e o interesse pelos outros que a maioria das pessoas normais possui.
- Q.I.** Forma abreviada de quociente intelectual, um *score* atingido em testes que consistem em uma mistura de problemas conceituais e computacionais.
- Questões comparativas** Questões relacionadas à formulação de comparações entre um contexto em uma sociedade e outro, ou exemplos contrastantes extraídos de diferentes sociedades, para fins de teoria ou de pesquisa sociológica.
- Questões evolutivas** Questões propostas por sociólogos ao observarem as origens e a linha evolutiva das instituições sociais desde o passado até o presente.
- Questões factuais** Questões que levantam temas de natureza factual (ao invés de temas teóricos ou morais).
- Questões teóricas** Questões propostas pelo sociólogo ao buscar explicar um conjunto específico de eventos observados. A elaboração de questões teóricas é crucial para que possamos fazer generalizações a respeito da natureza da vida social.
- Raça** Um conjunto de relações sociais que permite situar indivíduos e grupos e designar vários atributos ou competências, com base em aspectos biologicamente fundamentados.

- Racialização** Processo pelo qual as concepções de raça são utilizadas para classificar indivíduos ou grupos de pessoas. As distinções raciais são mais do que modos de descrever as diferenças humanas: são fatores importantes na reprodução de padrões de poder e de desigualdade.
- Racionalização** Um conceito empregado por Weber em referência ao processo por meio do qual modos de cálculos precisos e de organização, envolvendo regras abstratas e procedimentos, dominam cada vez mais o mundo social.
- Racismo** A atribuição de características de superioridade ou de inferioridade a uma população que compartilha de certas características herdadas fisicamente. O racismo é uma forma específica de preconceito, que se concentra nas variações físicas entre as pessoas. As atitudes racistas fortaleceram-se durante o período da expansão colonial pelo Ocidente, mas também parecem depender de mecanismos de preconceito e de discriminação encontrados em uma grande variedade de contextos das sociedades humanas.
- Racismo institucional** Padrões de discriminação baseados na etnicidade que se estruturaram dentro das instituições sociais existentes.
- Reciclagem urbana** A restauração de bairros em processo de deterioração por meio do estímulo à recuperação de prédios antigos e à construção de outros novos em regiões já urbanizadas, em vez da expansão para terrenos novos.
- Reflexividade** Representa as conexões entre conhecimento e vida social. O conhecimento que adquirimos acerca da sociedade pode afetar o modo como agimos nela. Por exemplo, ao ler um levantamento sobre o alto índice de apoio a um partido político, um indivíduo pode se sentir inclinado a também apoiar aquele partido.
- Região de frente** Um cenário de atividade social no qual os indivíduos procuram simular uma "performance" definitiva para os outros.
- Região de fundo** Uma área afastada das performances da região de frente, caracterizada por Erving Goffman, na qual os indivíduos conseguem relaxar e comportar-se de maneira informal.
- Regime de gênero** A configuração de relações de gênero dentro de um ambiente específico, como uma escola, uma família ou um bairro.
- Regionalização** Divisões de tempo e espaço que podem ser utilizadas para "zoncar" atividades em um nível bastante local, doméstico; ou a maior divisão da vida social e econômica em ambientes ou zonas regionais em uma escala acima ou abaixo daquela do Estado-nação.
- Regulamentação da mídia** A utilização de meios legais para controlar a propriedade legal da mídia e o conteúdo de suas transmissões.
- Reincidência** Repetição do delito por parte de indivíduos que haviam sido anteriormente considerados culpados de um crime.
- Relação causal** Relação em que um estado de coisas (o efeito) é provocado por outro (a causa).
- Relações de gênero** Interações socialmente padronizadas entre homens e mulheres.
- Relações formais** Relações existentes em grupos e organizações, estabelecidas por normas ou regras do sistema oficial de autoridade.
- Relações informais** Relações existentes em grupos e organizações desenvolvidas com base em vínculos pessoais; formas de fazer as coisas que se afastam dos procedimentos reconhecidos formalmente.
- Relativismo cultural** A prática de julgar uma sociedade no contexto de seus próprios padrões, significados e valores.
- Religião** Um conjunto de crenças às quais se dedicam os membros de uma comunidade, envolvendo símbolos venerados com um sentimento de temor ou de admiração, além de práticas rituais nas quais participam os membros da comunidade. A crença em entidades sobrenaturais não é universal na religião. Apesar da dificuldade em se traçar distinções entre a religião e a magia, geralmente se diz que a magia é praticada principalmente por indivíduos, não sendo o foco do ritual em comunidade.
- Religiões éticas** Religiões que dependem do apelo ético de um "grande mestre" (como Buda ou Confúcio), em vez da crença em seres sobrenaturais.
- Renovação urbana** Revitalização de bairros em processo de deterioração por processos como a reciclagem de regiões e de prédios existentes, a melhoria do ambiente urbano e do controle de áreas locais com a participação dos cidadãos locais, e a utilização de fundos públicos tanto para recuperar a área quanto para atrair mais investimentos privados.
- Reprodução cultural** A transmissão de valores e normas culturais de geração a geração. A reprodução cultural refere-se aos mecanismos por meio dos quais a continuidade da experiência cultural se mantém através dos tempos. Os processos de aprendizagem/escolarização nas sociedades modernas estão entre os principais mecanismos de reprodução cultural e não operam exclusivamente por meio do que é ensinado nos cursos de instrução formal. A reprodução cultural ocorre de maneira mais profunda através do currículo oculto - aspectos do comportamento aprendidos informalmente pelos indivíduos enquanto estão na escola.
- Respostas exclamativas** Exclamações aparentemente involuntárias dos indivíduos - quando estes, por exemplo, são tomados de surpresa, deixam cair algo por descuido ou expressam prazer - podem fazer parte do nosso controle dos detalhes da vida social, estudados pelos etnometodologistas e pelos analistas da conversação.
- Restrição social** Termo que se refere ao fato de que grupos e sociedades das quais fazemos parte exercem uma influência condicionante sobre nosso comportamento. Durkheim considerava a restrição social uma das propriedades distintas dos "fatos sociais".
- Revolução** Um processo de mudança política que envolve a mobilização de um movimento social de massas, o qual, com o uso da violência, consegue derrubar um regime existente e formar um novo governo. A revolução difere do golpe de Estado, pois envolve um movimento de massas e uma grande mudança no sistema político como um todo. Um golpe de Estado refere-se à tomada de poder, por meio das armas, por indivíduos que então substituem os líderes políticos existentes, porém sem promover

uma transformação radical do sistema de governo. As revoluções também se distinguem das rebeliões, que envolvem desafio às autoridades políticas existentes, mas que, novamente, visam à substituição do pessoal, e não à transformação da estrutura política em si mesma.

**Revolução Industrial** O amplo espectro de transformações sociais e econômicas que envolveram o desenvolvimento das formas modernas de indústria. A Revolução Industrial lançou o processo da industrialização.

**Risco externo** Perigos que provêm do mundo natural e não estão relacionados às ações humanas. Entre os exemplos de riscos externos estão as secas, os terremotos, a escassez e as tempestades.

**Risco produzido** Perigos gerados pelo impacto do conhecimento humano e da tecnologia sobre o mundo natural. Entre os exemplos de risco fabricado estão o aquecimento global e os alimentos geneticamente modificados.

**Ritual** Modos de comportamento formalizados que contam com a participação regular dos membros de um grupo ou de uma comunidade. A religião representa um dos principais contextos nos quais os rituais são praticados, mas o alcance do comportamento ritual ultrapassa em muito essa esfera específica. A maioria dos grupos possui práticas rituais de um tipo ou de outro.

**Sagrado** O que inspira atitudes de temor ou de reverência entre os fiéis em um determinado conjunto de idéias religiosas.

**Sanção** Um modo de recompensa ou de punição que reforça as formas socialmente aceitas de comportamento.

**Secularização** Um processo de declínio na influência da religião. Apesar de as sociedades modernas terem se tornado cada vez mais seculares, avaliar a extensão da secularização é um tema complexo. A secularização pode se referir aos níveis de envolvimento com organizações religiosas (como os índices de comparecimento à igreja), à influência social e material exercida pelas organizações religiosas e à intensidade da crença religiosa das pessoas.

**Segregação ocupacional dos gêneros** A forma como os homens e as mulheres se concentram em diferentes tipos de empregos, baseados nas interpretações dominantes do que vem a ser uma atividade adequada para cada sexo.

**Segundo Mundo** As antigas sociedades comunistas, industrializadas, do Leste Europeu e da União Soviética.

**Seita** Um movimento religioso que foge da ortodoxia.

**Sem-teto** Pessoas que não têm onde dormir e que ficam em abrigos ou dormem em lugares públicos inadequados para a habitação.

**Sexo** As diferenças anatômicas que separam os homens das mulheres. Os sociólogos geralmente fazem um contraste entre o sexo e o gênero. O sexo refere-se às características físicas do corpo; o gênero diz respeito às formas de comportamento que foram aprendidas socialmente. As divisões de sexo e de gênero não são as mesmas. Um travesti, por exemplo, é uma pessoa que possui a forma física masculina, mas que, às vezes, assume o gênero feminino.

**Sexualidade** Termo geral que se refere às características sexuais e ao comportamento sexual, de seres humanos.

**Símbolo** Quando um item é utilizado para "estar por" ou representar outro - como no caso de uma bandeira que simboliza uma nação.

**Simulacros** No mundo da hiper-realidade evocado pelo autor francês Jean Baudrillard, os simulacros são cópias de itens para os quais não existe original. Por exemplo, uma imitação de uma casa do período Tudor não se parece nem um pouco com as construções originais dessa época.

**Sistemas de alta confiança** Organizações ou ambientes de trabalho nos quais se permite que os indivíduos tenham bastante autonomia e controle sobre a tarefa que desempenham.

**Sistemas de baixa confiança** Um ambiente organizacional ou de trabalho que confere aos indivíduos pouca responsabilidade ou controle em relação às tarefas que desempenham.

**Situações de classe contraditórias** Posições da estrutura de classes, que envolvem especificamente os cargos de rotina de colarinho-branco e (cargos) administrativos interiores de baixa gerência, que possuem características de posições de classe comuns às funções que estão em um nível superior e inferior a eles.

**Soberania** Título do poder supremo de um monarca, líder ou governo sobre uma área que possua uma fronteira definida.

**Socialização** Os processos sociais por meio dos quais as crianças desenvolvem uma consciência das normas e dos valores sociais e adquirem um sentido distinto do eu. Apesar de os processos de socialização serem particularmente significativos na primeira infância e na infância, eles continuam a ocorrer, até certo ponto, ao longo da vida. Nenhum ser humano está imune às reações das outras pessoas que estão à sua volta, as quais influenciam e modificam seu comportamento em todas as fases do ciclo da vida.

**Socialização de gênero** Modo como os indivíduos desenvolvem diferentes características de gênero no decorrer dos processos de socialização.

**Socialização primária** O processo pelo qual as crianças aprendem as normas culturais da sociedade na qual elas nascem. A socialização primária acontece, sobretudo, dentro da família.

**Sociedade** De todas as noções sociológicas, o conceito de sociedade é um dos mais importantes. Uma sociedade é um sistema de relações sociais estruturadas que une as pessoas de acordo com uma cultura em comum. Algumas sociedades, como a dos caçadores e dos coletores, são bastante pequenas, contando com não mais que algumas dezenas de pessoas. Outras são muito grandes, envolvendo vários milhões de indivíduos - a sociedade chinesa moderna, por exemplo, tem uma população de mais de um bilhão de indivíduos.

**Sociedade civil** Domínio de atividade que se encontra entre o Estado e o mercado e que abrange a família, as escolas, as associações comunitárias e as instituições não-econômicas. A "sociedade civil", ou a cultura cívica, é essencial para sociedades democráticas vibrantes.

**Sociedade da vigilância** Uma sociedade em que os indivíduos são regularmente observados e suas atividades documentadas. A propagação das câmeras de vídeo nas rodovias, nas ruas e nos shopping centers é um aspecto da expansão da vigilância.

- Sociedade de risco** Uma noção associada ao sociólogo alemão Ulrich Beck. Beck afirma que a sociedade industrial gerou muitos perigos novos, envolvendo riscos desconhecidos em épocas anteriores. Os riscos associados ao aquecimento global são um exemplo.
- Sociedades agrárias** Sociedades cujos meios de subsistência se baseiam na produção agrícola (cultivo de lavouras).
- Sociedades caçadoras e coletoras** Sociedades que sobrevivem da caça de animais, da pesca e da coleta de plantas comestíveis.
- Sociedades industriais** Sociedades nas quais a vasta maioria da força de trabalho trabalha na produção industrial.
- Sociedades pastoris** Sociedades que sobrevivem da criação de animais domesticados; muitas vezes, essas sociedades sentem a necessidade de migrar entre áreas diferentes, conforme as mudanças sazonais, ou em busca de pastagens.
- Sociologia do corpo** Ramo da sociologia concentrado no modo como nosso corpo é afetado pelas influências sociais. A saúde e a doença, por exemplo, são determinadas por influências sociais e culturais.
- Sociologia do desvio** Ramo da sociologia que se ocupa com o estudo do comportamento desviante e a interpretação das razões que levam um comportamento a ser identificado como desviante.
- Sociologia** O estudo de grupos humanos e sociedades, enfatizando especificamente a análise do mundo industrializado. A sociologia é uma das ciências sociais que também inclui a antropologia, a economia, a ciência política e a geografia humana. As divisões existentes entre as diversas ciências sociais não são claras, e todas elas compartilham de um certo conjunto de interesses, conceitos e métodos comuns.
- Status** A honra social ou o prestígio conferido a um indivíduo ou a um grupo específico por outros membros de uma sociedade. Os grupos de *status* normalmente abrangem estilos distintos de vida – padrões de comportamento seguidos pelos membros de um grupo. O privilégio do *status* pode ser positivo ou negativo. Os grupos de *status* formados por “párias” são tratados com desdém, ou como grupos formados por pessoas que não pertencem a nenhuma casta, pela maioria da população.
- Status atribuído** *Status* social baseado em fatores biológicos, como raça, sexo ou idade.
- Status conquistado** *Status* social baseado no esforço individual, e não em traços atribuídos por fatores biológicos. Entre os exemplos de *status* conquistado estão o “veterano”, o “formado” ou o “médico”.
- Status mestre** O(s) *status* que geralmente tem(têm) prioridade sobre outros indicadores de posição social e determina(m) a posição geral de uma pessoa na sociedade.
- Subcultura** Qualquer segmento da população que se distinga da sociedade mais ampla por seu padrão cultural.
- Subcultura desviante** Uma subcultura cujos membros possuem valores que diferem substancialmente dos valores da maioria de uma sociedade.
- Subculturas delinquentes** Grupos, normalmente formados por jovens do sexo masculino, que rejeitam os valores da classe média e estabelecem normas alternativas segundo as quais seus membros podem ser aceitos e reconhecidos. Os membros de subculturas delinquentes, muitas vezes, se envolvem em ações propositais de desafio e de não-conformidade.
- Suburbanização** O desenvolvimento dos subúrbios, regiões com prédios de poucos andares localizadas fora das áreas urbanas.
- Taylorismo** Um conjunto de idéias, também chamado de “gerenciamento científico”, desenvolvido por Frederick Winslow Taylor, segundo o qual a produtividade poderia ser imensamente ampliada dividindo-se as tarefas industriais em uma série de operações simples que poderiam ser cronometradas com precisão e mais bem coordenadas.
- Tecnologia** A aplicação do conhecimento na produção a partir do mundo material. A tecnologia envolve a criação de instrumentos materiais (como máquinas) utilizados na interação humana com a natureza.
- Telecomunicações** A transmissão de informações, sons ou imagens a distância através de um meio tecnológico.
- Tempo de duplicação** Tempo que leva para um nível específico da população duplicar.
- Tempo do relógio** Tempo medido pelo relógio – ou seja, calculado em termos de horas, minutos e segundos. Antes da invenção dos relógios, a contagem do tempo baseava-se nos acontecimentos do mundo natural, como o nascer e o pôr-do-sol.
- Tendência central** As medidas de tendência central são os modos de calcular médias.
- Teoria da rotulação** Uma abordagem para o estudo do desvio que sugere que os indivíduos tornam-se “desviantes” porque certos rótulos são atribuídos ao seu comportamento pelas autoridades políticas e por outras pessoas.
- Teoria das janelas quebradas** A idéia de que existe uma ligação entre a aparência de desordem, como uma janela quebrada ou o vandalismo, e o crime efetivo.
- Teoria de controle** Um teoria para a qual o crime é resultado de um desequilíbrio entre os impulsos em direção à atividade criminosa e os controles que a detém. Os teóricos de controle defendem a idéia de que os criminosos são seres racionais que agirão no sentido de maximizar sua própria recompensa a menos que controles sociais ou físicos os impeçam de assim o fazerem.
- Teoria do germe da doença** A idéia de que a doença é causada por um agente específico identificável que deve ser isolado e tratado para que se restabeleça a saúde do corpo. A teoria do germe da doença é um dos principais princípios do modelo biomédico da saúde.
- Teorias de ação social** Uma perspectiva sociológica que se concentra nos significados e nas intenções que sustentam a ação humana. As perspectivas de ação social interessam-se pelo modo como os seres humanos interpretam ativamente e criativamente o mundo à sua volta, e não pelas forças externas que orientam ou restringem a ação humana.
- Teorias de conflito** Uma perspectiva sociológica concentrada nas tensões, nas divisões e nos interesses concorrentes presentes nas sociedades humanas. As teorias de conflito acreditam que a escassez e o valor dos recursos na sociedade geram conflitos à me-

dida que os grupos lutam para ter acesso a esses recursos e controlá-los. Muitas teóricas de conflito têm recebido uma forte influência das obras de Marx.

**Teorias feministas** Uma perspectiva sociológica que enfatiza a centralidade do tema do gênero na análise do mundo social e particularmente a singularidade da experiência das mulheres. Há muitas linhas no feminismo, mas o que todas elas têm em comum é o desejo de explicar as desigualdades de gênero na sociedade e de trabalhar no sentido de superá-las.

**Terceira idade** Os anos em uma fase avançada da vida em que as pessoas estão livres das responsabilidades relacionadas à criação dos filhos e do mercado de trabalho. Nas sociedades contemporâneas, a terceira idade está mais longa do que jamais o fora, o que permite às pessoas uma vida ativa e independente.

**Terceiro Mundo** As sociedades menos desenvolvidas, nas quais a produção industrial é praticamente inexistente ou desenvolvida apenas em um nível limitado. A maioria da população mundial vive nos países do Terceiro Mundo.

**Thatcherismo** As doutrinas associadas à ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher. Essas doutrinas enfatizam a importância da iniciativa econômica aliada a um corte no alcance do Estado, ao mesmo tempo em que preservam um papel central de um governo nacional forte.

**Tipo ideal** Um "tipo puro", elaborado por meio da ênfase a certos traços de um determinado item social dentro de um modelo analítico que não necessariamente existe em algum lugar da realidade. Os traços têm a função definidora, e não necessariamente desejável. Um exemplo é o tipo ideal de organização burocrática proposto por Max Weber.

**Totemismo** Um sistema de crença religiosa que atribui propriedades divinas a um determinado tipo de animal ou planta.

**Trabalhador de portfólio** Um trabalhador que possui uma diversidade de habilidades ou de qualificações e que, portanto, tem condições de mudar facilmente de um emprego para outro.

**Trabalho** Atividade pela qual os seres humanos produzem a partir do mundo natural, garantindo, assim, sua sobrevivência. O trabalho não deveria ser visto exclusivamente como um emprego remunerado. Nas culturas tradicionais, havia apenas um sistema monetário rudimentar, e pouquíssimas pessoas trabalhavam por dinheiro. Nas sociedades modernas, continuam existindo muitos tipos de trabalho, incluindo o trabalho doméstico, o qual não envolve um pagamento direto de ordenados ou salários.

**Transição da saúde** Quando há uma mudança na principal causa de mortalidade de uma sociedade: das mortes provocadas por doenças graves, infecciosas, para aquelas causadas por doenças crônicas não-infecciosas. Nas sociedades industrializadas que passaram pela transição da saúde, doenças infecciosas, como a tuberculose, o cólera e a malária, foram praticamente erradica-

das, e doenças crônicas, como o câncer e os problemas cardíacos, tornaram-se a causa mais comum dos óbitos.

**Transição demográfica** Uma interpretação da variação populacional, segundo a qual um coeficiente estável entre o número de nascimentos e o de mortes é avançado com a conquista de um certo nível de prosperidade econômica. De acordo com essa noção, nas sociedades pré-industriais existe um equilíbrio precário entre os nascimentos e as mortes, porque o aumento populacional é mantido sob controle pela falta de alimentos disponíveis e por doenças ou guerras. Nas sociedades modernas, pelo contrário, o equilíbrio populacional é atingido porque incentivos econômicos fazem com que as famílias limitem o número de filhos.

**Triangulação** A utilização de múltiplos métodos de pesquisa como forma de produzir dados empíricos mais confiáveis do que os que estão disponíveis a partir de um único método.

**Turismo sexual** Termo utilizado para descrever uma viagem internacional voltada para a prostituição. Desenvolveu-se bem mais nos países do Extremo Oriente, onde homens estrangeiros viajam em grupos pela oportunidade de participarem de relações sexuais baratas com mulheres e crianças.

**Urbanismo** Termo utilizado por Louis Wirth que denota características distintivas da vida social urbana, como sua impessoalidade.

**Urbanização** O desenvolvimento de cidades de pequeno e médio portes.

**Valores** Idéias defendidas por indivíduos ou grupos a respeito do que é desejável, adequado, bom ou ruim. Os valores divergentes representam aspectos fundamentais das variações na cultura humana. A cultura específica na qual os indivíduos por acaso estão inseridos exerce uma forte influência sobre aquilo que eles valorizam.

**Vandalismo interacional** A subversão deliberada de regras tácitas de conversação.

**Variável** Uma dimensão juntamente com a qual um objeto, indivíduo ou grupo pode ser categorizado, como renda ou altura, que permite comparações específicas com outras pessoas ou ao longo do tempo.

**Variável dependente** Uma variável ou fator causalmente influenciada por outra (a variável independente).

**Variável independente** Uma variável, ou fator, que exerce uma influência causal sobre outra (a variável dependente).

**Velhicismo** Discriminação ou preconceito contra um pessoa com base na idade.

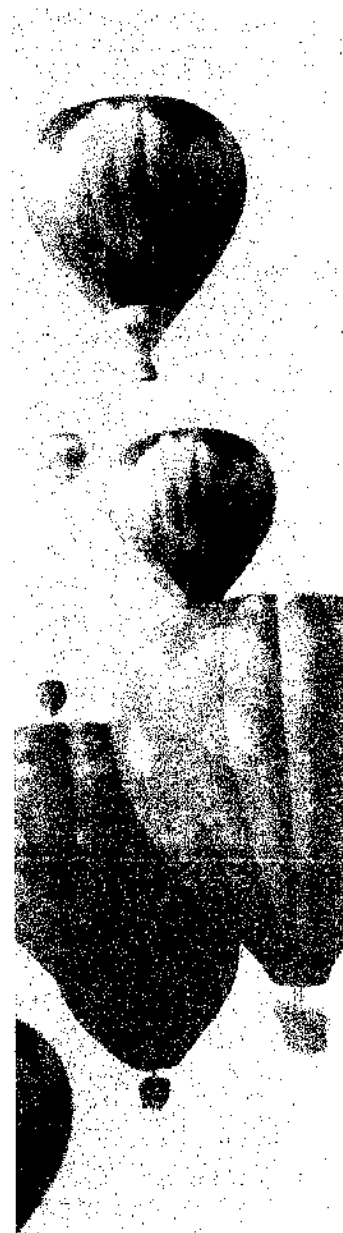
**Vigilância** A supervisão das atividades de alguns indivíduos ou grupos por outros a fim de garantir um comportamento submisso.

**Xamã** Um indivíduo que se acredita que possua poderes mágicos especiais; um feiticeiro ou curandeiro.

# Índice

NOTA: Os números de páginas que estão em **negrito** referem-se aos verbetes do Glossário.

- abertura da sociedade 248-251, 342-343
- abordagem ecológica 456-457, **561**
- abordagens teóricas 27-36 *Fig. 1.1*
- aborto 356-358, 435-436, 449, 451, 540-541
  - grupos anti-aborto 356-358, 446-447, **449**, 451
- abuso, dentro da família 166-169
- abuso sexual
  - Cleveland Inquiry (1987) 167-168
  - de crianças 167-169
  - Waterhouse Inquiry (1996) 167-169
- ação
  - consciências não-planejadas 519
  - e estrutura social 530-532
- ação coletiva 356-359
- ação social, teorias de 35-36, **576**
  - de Weber 32-33
- acionismo 528-529
- ações, posse de 239-242
  - institucionais 239-242
- Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) 65 66, 359 360
- acupuntura 129-130
- adaptação, desvio e 175-177
- adolescência, gravidez na 265-267
- adolescentes *veja* adolescência
- Adorno, Theodor 210-212
- Adventismo do Sétimo Dia 446-447, 451-452
- AEC (Antes da Era Comum) 45, 47
- Afganistão, regime do Talibã 40, 42, 448-450
- Affluent Worker*, Estudo (Goldthorpe) 244
- África
  - colonização europeia da 362-363
  - movimentos nacionalistas na 362-363
  - veja também* África do Sul
- África do Sul
  - apartheid* 204-205
  - constituição (1996) 122, 204
- African National Congress (ANC) 204-205
- afro-caribenhos no Reino Unido 221-226, 258-259, 333-334
- agentes de socialização 42-43, 103, 105, **561**
- agostinianos 435-436
- agressão sexual 190 192
- agressividade 371-372
- agricultura 461-462, 484-486
  - efeitos do aquecimento global sobre a 495-496
  - mão-de-obra em países não-industriais e industriais 47-48 *Tabela 2.2*
  - nas sociedades pré-modernas 306-307, 484-485
- água
  - esgotamento de recursos 491, 494-493 *Fig. 19.5*
  - poluição da 489-491
- AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) 119-122, 124-126, 142-143, 165-166, 446-447
- ajuntamento 163-166
- Alcorão 447-449
- aldeia global 374-375, **561**
- "aldeões urbanos" 459-460
- Alemanha
  - imigrantes ilegais 227-229
  - imigrantes turcos 215 216, 229 230
  - padrões de renda 261-263
  - política na 351-352
  - prostituição na 124-125
- alfabetização 395-396, **561**
  - em nível global 402
  - funcional 408-409
  - índices no mundo inteiro 404-405 *Fig. 16.2*
  - veja também* familiaridade com a computação
- alfabetização de adultos, índices em nível mundial 402-405 *Fig. 16.2*
- Ali, Imam 447 448
- Ali Khamenei, Ayatollah 448-449
- alianças estratégicas 299 300
- alienação 309-312, 443-444, **561**
  - nas burocracias 292-293
  - religião como 430-431
- Alienation and Freedom* (Blauner) 310-311
- alimentos
  - fornecimento e crescimento populacional 479, 484-485, 500-501
  - veja também* alimentos geneticamente modificados (GMs)
- alimentos geneticamente modificados (GMs) 73-74, 500-501, 503 *Fig. 19.11*, 538-539
  - avaliação dos riscos em relação aos 503
  - controvérsia em torno dos 499-503
- alocação de recursos 210-212, **561**
- al-Turabi, Hassan 448-449
- alvo, endurecimento em relação ao 182, **566**
- ambiente criado 459-462, **561**
  - urbanismo e o 459-462
- ameaça ecológica 465



- America Online (AOL) 385-387  
 American Broadcasting Company (ABC) 368-369, 390-391  
 Americanos de origem africana  
 famílias no Reino Unido 221, 222, 224-225  
 na pobreza 263-264  
 nos EUA 461-462  
 Q.I. nos EUA 420-421  
 Amigos da Terra 485-486  
 amor romântico 156, 157  
 amor *veja* amor romântico  
 amostra representativa 516, **561**  
 amostragem 516, **561**  
*veja também* amostragem aleatória; amostra representativa  
 amostragem aleatória 516, **561**  
 amplificação do desvio 178-179, **561**  
 analfabetismo  
 e gênero 402  
*veja também* analfabetismo funcional  
 analfabetismo funcional 402, **561**  
 análise comparativa 518, 519, **561**  
 análise de conversação 88-91, **562**  
 análise histórica 517-519  
 análise secundária 519  
 analogia orgânica 34, 35  
 Anderson, Elijah 91, 92  
 Anderson, F. S. 371, 372  
 anemia falsiforme 134, 136-137  
 animais, e diferenças em relação ao sexo 116-117  
 animismo 427-429, **562**  
 anomia 30-31, 309, 311, 312, **562**  
 e crime 175-177  
 anonimato, na pesquisa 521-522  
 ansiedade da castração 104  
 anti-racismo 219-221, 353-354  
 anti-semitismo 207-208  
 AOL Time Warner 385-387  
*apartheid* 204-206, **562**  
 apocalipismo 446-447, **562**  
 apoio social, e saúde 134, 136-137  
 Apollo Communications 395-396  
 aposentadoria 146-147  
 aposentadorias  
 e expectativa de vida 145  
 gasto público em 145-146 *Fig. 6.6*  
 aposentados 247-248, 422-423  
 aprendizado  
 através da internet 395-396, 406-407, **562**  
 diferenças de gênero no estilo do 416-418  
 que se estende por toda a vida 421-423  
 aprendizado à distância 395, 406-407  
 aprendizado através da internet 395-396, 406-407, **562**  
 aprendizado que se estende por toda a vida 421-423, **562**  
 aquecimento global 72, 446-447, 491, 494-501  
*Fig. 19.8, 562*  
 consequências potenciais do 495-498  
 reações ao 496-501  
 Arábia Saudita 390-391, 447-448, 450  
 Archer, Dennis 475-476  
 áreas rurais  
 exclusão social nas 268-269  
 migração das áreas rurais para as cidades 456-457, 468-469  
 áreas urbanas 180-181, 221, 222, 457-458, 461-462  
*veja também* enobrecimento  
 Argentina 480-481  
 Armênia, genocídio (1915-23) 214-215  
 ARPA, rede (Advanced Research Projects Agency) 379-380  
 "arqueologia" (Foucault) 538-539  
 arquitetura, e autoridade 288-291  
 arredamentos, lares que correm mais riscos de 184-186 *Fig. 8.3*  
 Ártico, mudanças na área coberta pelo gelo 495-498 *Fig. 19.9*  
 Ashworth, Anthony 518-519  
 Ásia, novos países industrializados 66  
 Asiáticos  
 autodenominação 207, 208  
 no Reino Unido 220-224, 241-242  
 nos EUA 461-462  
 aspirações, e recompensas 176-177  
 assalto 178-179  
 assédio sexual 84, 85, 95, 109, 190-191, 294-295, **562**  
 Assembléia Galega (1999) 361-362  
 Assembléia Mundial de Cidades e Autoridades Locais 475-476  
 Assembléias de Deus 451-452  
 assimilação 213, **562**  
 assistência, moralidade da 160, 161  
 associação diferencial 177-178, **562**  
 associações profissionais 243, 244  
 astrologia 427-429, 433-434  
 Asylum and Immigration Appeals Act (1993) 220, 221  
 Asylums (Goffman) 287-290  
 Ataques Distribuídos de Negação de Serviço (Ataques DDoS) 172, 196-197  
 aterros sanitários 490-491, 494  
 atitude científica 29-31  
 atitudes  
 classe trabalhadora 244  
 como mecanismos causais 512-513  
 críticas e inovadoras 55-57  
 culturais, e desigualdade de gênero 108-109  
 políticas 350, 351  
 quanto à homossexualidade 121-122, 166, 167  
 quanto às famílias 161-162  
 quanto às mulheres em relação à família e ao trabalho 321-323  
 quanto às relações sexuais 117-120 *Tabela 5.1*  
 atividades assistenciais, desempenhadas por mulheres 154-156  
 atração sexual, normas culturais 117-118  
 australianos aborígenes 215-216  
 Áustria 352-353  
 auto-ajuda, grupos de 27, 443-444  
 auto-censura por parte da 388-389  
 auto-esclarecimento 27  
 auto-estima  
 baixa 270-271  
 das mulheres negras 109, 111  
 e a "imagem" 85-87  
 trabalho e 305-306  
 auto-estrada da informação 391-392  
 auto-identidade 43-44, 539-540, **562**  
 automação 301-302, 310-311  
 Automat 310  
 "autômato" 539-540  
 autoridade 342, **562**  
 classe e ligações com a autoridade 237-238  
 e poder 342-343  
 moral 29-31  
 nas organizações 288-292  
 autoritarismo 344-345  
 auto-suprimento 306-307  
 auxílio financeiro 256-257  
*Bad News* (Glasgow Media Group) 371-374  
 bairros 457-461  
 e exclusão social 267, 268  
 baixa remuneração no emprego 320-323  
 Bakker, Jim 451-452  
 Balzac, Honoré de 284-285  
 "banco de aprendizado" 421-422  
 Banco Mundial 74-75  
 Bangladesienses, no Reino Unido 221-224, 258-259, 333-334  
 Barcelona 474-475  
 Baudrillard, Jean 371-376, 535-537  
 Beach, Frank 116-117  
 Beck, Ulrich 73-75, 155, 164, 494-495, 537, 539  
 Becker, Howard 178, 433-434  
 Beck-Gernsheim, Elisabeth 155-157  
*Being Digital* (Negroponte) 377-378  
 beleza, concepções de 109, 117-118  
*Bell Curve* (Herrnstein e Murray) 420-421  
 Bell, Daniel 347, 350  
 Bendix, Reinhard 248-249  
 benefícios 256-257, 268, 272  
 desemprego 333-335  
*veja também* benefícios destinados a cobrir a carência de recursos; benefícios universais  
 benefícios destinados a cobrir a carência de recursos 272-275, **562**  
 benefícios suplementares 256-257  
 benefícios universais 272, **562**  
 Bentham, Jeremy 289-290  
 Berger, Peter 95-97  
 Berlusconi, Silvio 387  
 Bernstein, Basil 411-412  
 Beijerman, John 461-462  
 Bell, Sir Michael 418-419  
 Beveridge Report (1942) 273-274  
 Bíblia 449, 451  
 biodiversidade 486-487, 491-495, **562**  
 biologia  
 abortagem para o crime 173-175  
 e comportamento sexual 115-117  
 e raça 204-205  
 sexo e gênero 102-103, 105  
 Birmanã *veja* Mianmar  
 Birmingham 413-415  
 Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies, *The Empire Strikes Back* 212-213  
 Black Report (1980) 131, 133  
 Blair, Tony 354-357, 399-400  
 Blankenhorn, David, *Fatherless America*, 161-162  
 Blau, Peter 248-249, 285-286, 295-297  
 Blauner, Robert, *Alienation and Freedom* 310-311  
 Blankett, David 407-408, 410-411  
 bode expiatório 209-211, **562**  
 Boden, Deirdre 98  
 Bolcheviques 519  
 Borja, Jordi 473-474  
 Bósnia 448-449  
 Bottrill, Ian 131  
 Bourdieu, Pierre 244-245, 412-414  
 Rowley, John 108-109  
 Bradford, moradia para as minorias étnicas 224  
 Brasil 452  
 Braverman, Harry, *Labour and Monopoly Capital* 310-311  
*Broadline Britain* 257-258

- Breen, Richard 250-251  
 Briggs, Mae 94-95  
 brincadeiras, diferenças de gênero na escolha dos brinquedos 103, 105  
 British Broadcasting Corporation (BBC) 367-369, 371  
 British Crime Surveys 182-184  
 British Household Panel Survey (BHPS) 261-262  
 British Nationality Act (1948) 219-220 (1981) 219-220  
 British Social Attitudes Survey 335-336, 438-439  
 Brown, Margaret 437-438  
 Browne, Ken 131  
 Brownmiller, Susan 191-192  
*browsers* 379-381  
 Bruce, Steve 441-443  
 Brundland, G. H. 486-487  
 Buda (Siddharta Gautama) 426-427, 430  
 budismo 430  
   as mulheres no 434-435  
 budismo Mahayana 434-435  
*Built to Last* (Collins e Porras) 337-338  
 Bulger, James, caso de homicídio cometido por crianças 193-194  
*burakumin* 420  
 Burgess, Ernest 456-459  
 Burns, Tom 287-288, 295-297  
 burocracia 242-243, 284-285, 562  
   as idéias de Weber sobre a 33-34, 284-286, 292-294, 301-302, 539-540  
   disfunções da 287  
   e capitalismo 534-535  
   e democracia 291-294  
   marcas do gênero na 293 297  
   relações formais e informais dentro da 285-286  
   tipo ideal de 285-286  
 burocratas de carreira  
   dominação masculina 293-294  
   versus políticos 292-294  
 burocratização 289-290, 295-297  
 Burtless, Gary 278-279  
 Bush, George 375-476  
 Butler, Judith 533-534  
 Byers, Stephen 417-418  
 Byrne, Lavinia *Women at the Altar* 435-437
- Calvinismo 432-434, 528-529  
 Campbell, Beatrix 114-115  
 Canadá 344-345  
 canal de música na televisão (MTV) 384-385  
 capital cultural 244-246  
 capital econômico 244-245  
 capital humano 78-79  
 capitalismo 562  
   as idéias de Marx sobre o 30-32, 212-213, 534-536  
   as idéias de Weber sobre a religião e o 33-34, 528-530, 534-535  
   desenvolvimento do 528  
   e a inovação tecnológica 539-540  
   e o patriarcado 109-111  
   e o protestantismo 528-530  
   o espírito do 528-530  
 capitalistas 31-32, 235-237, 562  
 capitalistas de finanças 241-242  
 carência materna 108-109, 513-514, 562  
 casa  
   e local de trabalho 382-383  
   trabalho em 69-70  
 casacas e empregadas 69-70, 316  
 casais em que o homem e a mulher trabalham fora 69-70, 247-248, 258-259, 326-327 *Fig. 13.8*  
 casamento 151-152, 154-155, 562  
   alternativas ao 163-167  
   amor e 155 157  
   cálculos de risco no 538-539  
   de acordo com o grupo étnico 162-164 *Fig. 7.4*  
   e coabitação como "ensaio" homossexual 122-123, 165-167  
   e famílias negras 163-164  
   entre transexuais 102  
   no Reino Unido 157-163  
   veja também divórcio; recasamento; separação  
 casas de caridade 273-274  
 casas de trabalho 289-290  
 Case, Steve 385-387  
 Casey, Louise 270-271  
 caso Napster 384-385  
 casta 234 235, 430, 562  
 Castells, Manuel 461-461, 468-469, 472-474, 537-540  
   *End of Millenium* 196  
   *The Power of Identity* 358-359  
   *The Rise of the Network Society* 299-300  
 Castles, Stephen 215-216  
 Catalunha 361-362  
 categorias de abuso 167-168  
*cathexis*, trabalho e força 111-112  
 Catolicismo romano 429-430, 435-437, 439-443  
   e mulheres 435-437  
 causalidade 512-513, 563  
 causas  
   e efeitos, interpretação 512-515  
   identificação 513-515  
   mecanismos causais 512 513  
*Causes of Delinquency* (Hirschi) 180-181  
 cavalheirismo, tese do 189-190  
 Casemira 360-361  
 censo, perguntas sobre a religião (2001) 438-439  
 "centros de aprendizado" 395, 422-423  
 cerimônia religiosa 427-428, 431-435  
 céticos, em relação à globalização 66-68  
 chances de mobilidade 250-251  
 Chernobyl, desastre na usina nuclear de 74-75  
 Chicago 263-264, 462-463, 472-473  
 Children's Act (1989) 159-160, 167-168  
 Chile 452  
 China 346-347, 350-351, 385-386, 469  
   programa de controle populacional 151-152, 480-481  
   religião na 430-433  
   televisão na 388 390  
 chineses, no Reino Unido 222 225  
 Chodorow, Nancy 104-105  
 choque cultural 40, 42  
 chuva ácida 489-490  
 cibercrime 196-197, 563  
 ciberespaço 350-351, 381-383, 563  
 Cicourel, Aaron 95-97  
 cidadania 342-343, 538 539  
   e identidade nacional 214-215  
   racismo e exclusão social da 210 211, 219-220  
 cidadãos 272-273, 563  
 desilusão 350-351  
 "Cidadãos Britânicos Ultramarinos" 219-220  
 Cidade de Nova York 226-227, 455-456, 472-473, 475-476  
   Greenwich Village 455, 519-520  
 Cidade do México 469 470, 480 481, 488-489  
 cidades 455 477  
   administrando o nível global 473-474  
   como agentes políticos, econômicos e sociais 473-476  
   como atores econômicos 473-475  
   decadência urbana e conflito urbano 462-465  
   desenvolvimentos das cidades modernas 456-458  
   dispersão e concentração da atividade e do poder 471 472  
   e a globalização 471-473  
   e as periferias 472-473  
   e superpopulação 467-469 *Fig. 18.2*  
   governando em uma era global 473 476  
   papel na nova ordem global 47 48, 471-473, 475-476  
   redes de 473-476  
   veja também cidades globais; áreas urbanas; megacidades  
 cidades dormitórios 462-463  
 cidades globais 67-68, 455, 471-473, 563  
 desigualdade e 453-456, 473  
 ciência 509-510, 563  
   capitalismo e 534 535  
   e sociologia 509-511  
   religião e 426  
 Ciência cristã 440  
 ciência natural, comparada à sociologia 27-31  
 ciência racial 204-206, 210-211  
 cienciologia, Igreja da 444-445  
 cinema, e globalização 381-387  
 Cingapura 344-345, 472 473  
 circuito fechado de televisão (CFTV) 182, 185-187  
 círculos de qualidade (CQs) 314-315  
 Cisneros, Henry 463-465  
 cistercienses 435-436  
 City Technology Colleges (CTCs) 398-399  
 civilizações 45, 47, 52-53  
   conflito de 448-449  
   tradicionais da antiguidade 47 48 *Fig. 2.2*  
 civilizações não-industriais 15, 47-48  
 clãs, nas organizações 297  
 classe 234, 563  
   desigualdades 234, 244-246, 251  
   diferenças em relação a outros sistemas de estratificação 234  
   divisões na sociedade ocidental de hoje 229-247  
   e desemprego 333-335  
   e divisões de classe (Marx) 532-533  
   e estilo de vida 214-216  
   e gênero 246-248, 532 533  
   e lealdade à Igreja no Reino Unido 439, 441  
   e probabilidade de um ensino superior 401-403  
   e saúde 131, 133  
   e suburbanização 462-463  
 classe alta 239-243, 563  
 classe baixa 245-247, 563  
   a UE e a migração 263-265  
   debate 262-265  
   debate sobre a existência de uma classe baixa no Reino Unido 264-265  
   "excluídos digitais" 408  
   "classe baixa negra" 245-246, 263 264  
 classe de serviços 241-243  
 classe dominante, capitalista 31 32, 226-237  
 classe média 242 244, 563  
 código elaborado 412  
 composição da 242 244



- insegurança no trabalho e a 335-336  
mulheres 251, 322-323, 356-357  
negra 263-264  
posições de classe dentro da 237-238  
classe profissional-gerecncial 242-243  
"classe sexual" 109  
classe social *veja* classe  
classe trabalhadora 31-32, 243-244, 563  
as mulheres e o estresse 134, 136-137  
código restrito 412  
e educação escolar 411-415  
natureza inconstante da 243-245  
reprodução cultural nas escolas 413-415  
riqueza 244
- Cláusula 4 354  
Clean Air Act (1956) 488-489  
Clegg, Stuart 300-301  
Clinton, Bill 356-357, 374-375, 409-410  
clorofluorcarbonos (CFCs) 497  
Cloward, Richard A. 177-178  
Clube de Roma *The Limits to Growth* 485-487  
CNN 370-371  
coabitação 151, 155-156, 163-166 *Tabela 7.4*, 563  
atitudes em relação à 164-165 *Fig. 7.5*  
cobertura da televisão sobre os 387-388  
códigos de discurso  
e educação escolar 411-412  
*veja também* códigos elaborados; códigos restritos  
códigos de linguagem, e educação escolar 411-412  
códigos elaborados 412, 563  
códigos restritos 412, 563  
coeficientes de correlação 522-524, 563  
coerção 29-31  
coesão social  
e saúde 134, 136-137  
religião e 432-433  
Cohen, Albert, *Delinquent Boys* 176-177  
Cohen, Robin, *Global Diasporas* 216, 219  
Cohen, Stanley 288-290  
*Folk Devils and Moral Panics* 178-179  
coleta de dados 511  
coletivismo instrumental 244  
Collins, James, *Built to Last* 337-338  
colonialismo 48-49, 563  
e o milenarismo 445-446  
e o Terceiro Mundo 48-49, 361-362  
e os missionários cristãos 432-433  
o Ocidente e o avanço do racismo 210-211  
Columbia Broadcasting System (CBS) 368-369  
com base na tecnologia 196-197  
comércio 76-79  
comércio eletrônico 297-299, 301-302, 310-311, 380-381  
comissárias de bordo, pesquisa com 508-508-509  
comissões de pesquisa para o desenvolvimento de idéias em temas específicos 358-359  
Commonwealth Immigrants Act (1968) 219-220  
comparações internacionais 401-402  
comparado a Weber 534-535  
competitividade econômica 473-474  
comportamento astuto 91-92  
comportamento desviante, o estudo do 172-173  
comportamento eleitoral 516-517  
comparecimento dos eleitores 354-355  
e a cobertura da mídia 354-355  
mudança de atitudes 516-517  
no Reino Unido 353-355 *Fig. 7.4.3*  
nos países ocidentais 351-358  
padrões do comportamento eleitoral feminino 356-357  
comportamento machista 417-418  
comportamento sexual  
biologia e 115-117  
diferenças culturais 116-118  
estudo de Kinsey 118-122  
influências sociais sobre o 116-118  
normas do 116-118  
compromisso 165-166, 438-439, 441-443  
compulsão de proximidade 95-99, 383-384, 563  
computação, familiaridade com a 407-409  
computador, *design* elaborado com o auxílio do 313-314  
computadores  
*bug* do milênio 391-392  
e multimídia 377-378  
na educação 407-409  
computadorização 301-302, 310-309, 311-312  
Comte, Auguste (1798-1857) 27-29  
*Filosofia Positiva* 33-34  
comunicação 374, 563  
fluxo de duas etapas da 516-517  
instantânea 96-98  
teoria da mídia 374-375  
*veja também* comunicação não-verbal  
comunicação eletrônica 98, 297-298-299, 535-537  
*veja também* e-mail; Internet  
comunicação não-verbal 84-87, 90-91, 563  
gênero e 86-87  
comunicação *on-line* 62-63 *Fig. 3.1*, 98  
comunicação *on-line* *veja* internet  
comunicações, e a mídia de massa 367-393  
comunicações em massa 367  
*veja também* mídia de massa  
Comunidade Britânica de Nações 219-220  
comunidade internacional 64-66  
"comunidades autônomas" 361-362  
"comunidades gradeadas" 269-270  
comunidades, empobrecimento social das 270-271  
comunismo 48-49, 346-347, 563  
a queda do (1989) 62-63, 344-347, 354, 446-447, 534-535  
as burocracias no 293-294  
conceito, operacionalização de um 237-238  
concepção materialista da história 31-33, 563  
concepções partilhadas 87-88, 563  
Conferência da Terra (Rio de Janeiro, 1992), Nações Unidas 486-487  
Conferência dos Prefeitos (EUA) 475-476  
confiança 540-541  
conflito de classes 35-36  
as idéias de Marx sobre o 31-32, 531-532  
conflito, e consenso 531-533  
conflito étnico 210-215  
conflito, teorias de 35-36, 178-180, 212-213, 576  
conformidade  
aspirações e recompensas 176-177  
e desvio 172-173  
Confúcio (K'ung Fu-tzu) 426-427, 430-431  
confucionismo 426-427, 430-433  
Congregação para a Doutrina da Fé (CDF) 436-437  
conhecimento  
e poder 533-534, 538-539  
marcos do gênero na natureza do 533-534  
meios de acesso 367  
conhecimento, trabalhadores que lidam com o 186-189, 243-244, 308  
*Connecting the Learning Society* 407-408  
Connell, R. W. 103, 105, 111-114, 190-191  
*Conscience of the Eye, The* (Sennett) 465-469  
consciência *veja* falsa consciência  
consenso  
e conflito 531-533  
*veja também* consenso moral  
consenso moral 34-35  
consentimento, na pesquisa 521-522  
conseqüências não-planejadas 519  
conservadorismo 212-213, 351-352  
conspirações criminosas, e telecomunicações 196-197  
Constantino, Imperador 429-430  
construção social  
da realidade 83-84, 95-97  
do gênero e do sexo 103, 105-107  
construtivismo social 83-84, 95-97, 563  
consumismo 147-148, 180-181, 244-245, 312-313, 504-505  
consumo coletivo 461-462, 563  
consumo de álcool 193-194  
consumo, padrões de  
e capital cultural e econômico 244-245, 265  
e meio ambiente 479, 487-488 *Fig. 19.3*  
consumo passivo 412-413  
consumo passivo, da educação escolar 412-413  
Conta de Aprendizado Individual (CAI) 421-422  
contato visual 86-87, 92, 98-99  
contexto social 25-27, 90-91  
contracepção 435-436, 480-481, 540-541  
Terceiro Mundo 480-481  
contraculturas 40, 42, 444-445  
contratação, de serviços escolares 411-412  
contratação, e as "habilidades múltiplas" 314-315  
contrato assistencial 277-278  
"contrato de gênero" 189-190  
contrato de trabalho 238-239  
controle de risco 538-539  
crime e 184-189  
Estado Assistencial e 274-275  
controle local das escolas (CLE) 398-399  
controles 513-514, 563  
combustões 455-456, 563  
convergência espaço-temporal 61-62, 95-97, 563-564  
conversas  
convicções do senso comum 95-97  
co-presença 98-99  
corar 85-86  
Corbin, Juliet 143-144  
corpo  
e sociedade 103, 105-106, 531-532  
o rosto e o discurso na interação 90-98  
sociologia do 129-149, 576  
corpo doente 138-140  
corporações  
as mulheres nas 293-297  
e governos nacionais 347, 350-351  
modelo japonês 295-297  
redes informais nas 285-286  
valor das vendas das principais 66 *Tabela 3.2*  
*veja também* corporações transnacionais (CTs)  
corporações transnacionais (CTs) 65-66, 78-79, 564  
e governo 347, 350-351  
mídia 383-384  
técnicas de gerenciamento 295-297

- correlação 512-515, **564**  
   espúria 512-513  
 correspondência, educação por 395  
*Corrosion of Character, The* (Sennett) 336-337  
 Council for National Academic Awards 401-403  
 creche, providenciando uma 321-324, 327-328  
 credenciais e qualificações 242-243, 406-407  
 crengas religiosas 427-429, 438-439 *Fig. 17.1*, 442-443  
 crescimento econômico 74-75  
   e o meio ambiente 485-487  
 crescimento na atividade econômica 316-317  
 crescimento populacional nos 480-485  
 criação dos filhos  
   e identidade de gênero 104-105  
   o papel dos homens na 69-70  
 criação dos filhos, após o divórcio 159-161  
 crianças  
 crime 172-202  
   abuso sexual 167-169  
   cometido por ricos e poderosos 103-104  
   definição 172-173, **564**  
   e a "crise da masculinidade" 114-115, 190-191  
   e anomia 175-177  
   o "estados mentais anormais" 174-177  
   e estatísticas relacionadas ao 182-185  
   e exclusão social 270-271  
   e funcionalismo 175-178  
   e gênero 189-192  
   e juventude 190-194  
   e raça 224-227  
   por tipo de área 184-186 *Tabela 8.3*  
   teorias biológicas sobre o 173-175  
   teorias sociológicas do 175-182  
   veja também desvio; crime do governo; crime organizado; vítimas do crime; crime do colarinho-branco  
 crime das corporações 193-196, 561-577  
 crime do colarinho-branco 193-196, **564**  
 crime organizado 195-197  
   a face inconstante do 196  
 crime, prevenção do 180-181  
   baseada na comunidade 187-189  
   situacional 185-188  
 crimes  
   contra homossexuais 191-193  
   contra mulheres 190-192  
   do futuro 197-198  
   dos poderosos 193-194  
 crimes de guerra, tribunais internacionais de 214-215  
 crimes que envolvem a transferência eletrônica de fundos 196-197  
 criminalidade, índices de  
   masculina e feminina 189-191  
   Reino Unido 183-184  
 criminologia 173-174, 189, **564**  
   veja também nova criminologia  
 criminosos 189-196  
 crise da masculinidade 113-114, 190-191, 415, 533-534, **564**  
   o crime e a 114-115  
 crise ecológica 72, 446-447, 479-506  
 cristianismo 426-427, 429-431  
   atitude em relação às mulheres 434-436  
   como uma religião da salvação 432-433  
   e movimentos milenaristas 445-446  
   e sexualidade na cultura ocidental 117-118  
 Crompton, Rosemary 321-323  
 Crow, Graham 158-159  
 Crowther Report (1959) 397-398  
 Cruzadas 435-436  
 culto Aom Shinrikyo, Japão 358-359, 445-447  
 culto Branch Davidian 445-447  
 cultos 433-435, 442-443, **564**  
 cultura **564**  
   e sociedade 37-58  
   influência na sociedade capitalista 374-375  
   o conceito de 38-40, 42  
 cultura corporativa 69-70, 295-298, **564**  
 cultura da dependência 259-260, **564**  
 cultura da pobreza 259-260, 263-264, **564**  
 cultura dos livros 407-408  
 cultura empresarial 114-115  
 cultura global 70-71  
 cultura popular 69-71  
 curdos 361-362  
 currículo nacional (Reino Unido) 397-399  
 currículo oculto 412-414, **564**  
 currículo veja também currículo oculto; currículo nacional (RII)  
 Currie, Elliott 270-271  
  
 Dahrendorf, Ralf, *Class and Class Conflict in Industrial Society* 35-36  
 Dalai Lama 361-362  
 Daly, Richard 475-476  
 Darwin, Charles 84-86  
 Davis, Mike 473  
 Davis, Stanley 299-300  
 de Klerk, Presidente F. W. 204  
 decência 457-458, 462-464  
 Declaração de Osaka 65-66  
*Declining Significance of Race* (Wilson) 263-264  
 decommodification **564**  
 definições de subsistência da 255-256  
 degeneração moral 174-175, 184-186  
 degradação do solo 484-485, 494 *Fig. 19.6*  
 delinqüência juvenil, pesquisa construtivista social 95-97  
*Delinquent Boys* (Cohen) 176-177  
 delitos noticiáveis 183-184 *Fig. 8.1*  
 democracia 343-345, **564**  
   burocracia e 291-294  
   "das emoções" 540-541  
   domínio do povo 344-345  
   e a esfera pública 536-539  
   e mídia global 388-389  
   e organizações modernas 284-285  
   em dificuldades 350-351  
   o fim da história, e o triunfo da 347, 350  
   o paradoxo da 347, 350-351, 358-359  
   universalização do Ocidente 342, 346-347, 350  
   veja também democracia liberal; democracia participativa; democracia representativa  
 democracia direta veja democracia participativa  
 democracia liberal 278-279, 344-345, **564**  
   como explicar a popularidade da 346-347, 350  
   o avanço da 344-351 *Fig. 14.1*  
 democracia participativa 343-345, **564**  
 democracia representativa 292-293, 344-345, **564**  
 Democratas Liberais (Reino Unido) 353-355  
 democratização 346-347  
   e a Internet 350-351  
 demografia 137-139, 145, 274-276, 479-480, **564**  
   conceitos básicos 480-481  
   veja também população  
 denominações 433-434, **564**  
 Departamento de Polícia de Los Angeles 226-227  
 dependência assistencial 274-276, **564**  
 dependência econômica, e a divisão de trabalho 308-322  
 depressão 130-131  
 desatenção civil 82-84, 89-90, 92, **564**  
 desburocratização 300-302, **565**  
 descarte de resíduos, problemas relacionados ao 490-491, 494  
 descentralização 300-301, 301-302  
 descentralizar 299-301  
 des-diferenciação 301  
 desempenho abaixo do esperado 415-418  
   e códigos restritos 412  
 desempenho de um papel, e a mudança comportamental 517-518  
 desempregados, os 247-248  
   há muito tempo 278-279, 333-334  
 desemprego **565**  
   a experiência do 333-335  
   análise das estatísticas 331-333  
   e o crime 190-191  
   e pobreza 125-126, 134, 136-137, 320-321  
   efeitos emocionais 333-335  
   friccional 331-332  
   por grupo étnico no Reino Unido 222, 332-334  
   *Tabela 13.2*  
 desencantamento 33-34  
 desenvolvimento de gênero  
   teoria de Chodorow sobre o 104-105  
   teoria de Freud sobre o 104  
 desenvolvimento global 48-53  
   desigual 74-76 *Fig. 3.6*  
 desenvolvimento infantil, e o emprego dos pais 327-328  
 desenvolvimento social e econômico, passado do 24-25  
 desenvolvimento social moderno 534-535  
 desenvolvimento sustentável 76-77, 486-488, 503-504, **565**  
 desenvolvimento urbano ocidental, tendências no 461-469  
 desenvolvimento veja desenvolvimento global  
 desertificação 494-496, **565**  
 desespecialização 310-309, 311-312  
 desfavorecidas 207-208, 245-247  
 desigualdade de gênero 103, 105-111, 125-126, 246-248, **565**  
   e o feminismo 108-111  
   o funcionalismo 106-109  
   explorando a 107-108, 538-539  
   na escola 415-417  
   no trabalho 316-326  
 desigualdades 278-279  
   disparidade tecnológica 408-409  
   e cidades globais 473  
   e classe 234, 244-246, 251  
   e desenvolvimento sustentável 503-505  
   e educação 411-415  
   e globalização 74-79  
   e pobreza 257-258, 278-279  
   e saúde 131, 137-138  
   e teorias sobre a educação escolar 411-415  
   nos padrões de consumo mundiais 487-488  
   veja também desigualdade de gênero  
 desinstitucionalização 268-270, 276, **565**  
 deslocamento 208-209, **565**  
 deslocamento da previdência para o trabalho, programas que visam ao 271-279  
 desmatamento 484-485, 494-495, **565**  
 desordem social 181  
 Destutt de Tracy, Antoine-Louis-Claude 376-377

- desvio 172-202  
 aprendido 177-178  
 definição 172-173, 565  
 e identidade 178  
 explicação 173-177  
 sociologia do 172-174, 547-548  
 teorias interacionistas 177-179  
 teorias sociológicas sobre o 175-182  
*veja também* crime; desvio primário; desvio secundário
- desvio padrão 523-524, 565  
 desvio primário 178, 565  
 desvio secundário 178, 565  
 detenção *veja* prisões  
 determinismo 25-27, 310-311, 530-531  
 determinismo tecnológico 310-311  
 Diallu, Amadou 226-227  
 diálogo 86-87  
 formas de 89-90  
*veja também* conversas  
 diáspora 215-216, 219, 565  
 aspectos da 216, 219  
 categorias da 216, 219  
 dieta, diferenças culturais, e saúde 134, 136-137  
 diferenças de gênero  
 natureza versus educação 102-103, 105  
 opiniões a respeito das 102, 107, 530  
 diferenças econômicas, classe e 234  
 diferenças sexuais 102  
 diferenciação 70-71, 457-458  
 digitalização 377-378, 384-385  
 dilemas teóricos 529-535  
 diplomacia 86-87  
 direitos civis 277-273  
 direitos da cidadania 272-273  
 direitos das mulheres 278-279, 396-398  
 direitos de propriedade intelectual 77-78  
 direitos autorais sobre a música 384-385  
 direitos do trabalho 76-77  
 direitos e responsabilidades 272-273, 277-279  
 direitos humanos 76-77, 102  
 violações dos 65-66, 204-205, 213-215  
 direitos políticos 272-273  
 direitos sociais 272-273  
 discriminação 207-209, 565  
 racial 208-210, 224  
 sexual 109, 125-126, 251, 321-322  
 sexual na educação 417-419  
*veja também* velhicismo; discriminação étnica; racismo
- discriminação étnica, explicação 209-213  
 discurso 536-538, 565  
 "inadequado" 90-91  
 medicalizado 119-121, 538-539  
 rosto e corpo na interação 90-98  
*veja também* códigos de linguagem  
 disfunções 141-142, 167  
 da burocracia 287  
*Dismantling the Welfare State?* (Pierson) 276-277  
 Disney Company 387-388, 390-391  
 "disparidade em função da maternidade" 321-323  
*Fig. 13.7*  
 "disparidade entre pais e mães" 322-323 *Fig. 13.7*  
 disparidade tecnológica, e a educação 408-409  
 dispensa por excesso de pessoal 248-249, 335-336  
 distância íntima 93-95  
 distância pessoal 95  
 distância pública 95  
 distância social 95
- diversidade cultural 25-27, 39-40, 42  
 diversidade étnica 213-215  
 no Reino Unido 220-227  
 nos EUA 213-214  
 padrões familiares no Reino Unido 162-164  
 divindades femininas 434-435  
 divisão do trabalho 29-31, 308-309, 565  
 e dependência econômica 308-313  
*veja também* divisão doméstica do trabalho  
 divisão doméstica do trabalho 69-70, 154-155, 323-326  
 mudanças na 324-326  
*Division of Labour in Society, The* (Durkheim) 29-31, 309, 311-312  
 divórcio 151  
 índices no Reino Unido 154-155, 157-163  
 leis que tratam de divórcio não faultos 157  
 mudança de atitudes em relação ao 168-169  
 paternidade pós-divórcio 159-161  
 sistema adversarial no 157  
 doença cardíaca 134, 136-137  
 doença crônica 140-144  
 "doença da vaca louca" *veja* EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina)  
 doença de Creutzfeldt-Jakob 73-74  
 doença, empenho em relação à 143-144  
 doenças 140-142  
 como "experiência vivida" 142-144  
 como estigma 142-143  
 estratégias para enfrentar as 143-144  
 perspectivas sociológicas sobre as 140-144  
 poder na definição das 139-140  
 saúde e envelhecimento 129-149  
 sua disseminação com o aquecimento global 495-496  
*veja também* teoria do germe da doença  
 doenças infecciosas 140-144  
 Dolino, Fru 445-446  
 domínio 383-384, 385-387, 390-392  
 domínio estatal das indústrias 354  
 domínio político 347-345  
 domínio, do povo na democracia 343-345  
 Doordashan 370-371  
 Dore, Ronald 297  
 Doyal, Lesley 134, 136-137  
 drogas 24-25  
 e o crime 193-194  
 "guerra contra as drogas" 193-194  
 Duncan, Ous Dudley 248-249  
 Duncker, Mitchell 88-89  
*Sidewalk* 455, 475, 519-523  
 "dupla jornada" 68-70, 155-156, 324-325  
 duplo papel em casa e no trabalho 155-156  
 Durkheim, Emile (1858-1917) 28-31  
 e o ritual religioso 431-432  
 funcionalismo 175-177  
 sobre a estrutura social 530-532  
 sobre o suicídio 30-31, 512-513  
 suas ideias sobre o gênero 532-533  
*The Division of Labour in Society* 29-31, 309, 311-312  
*The Elementary Forms of the Religious Life* 431-432
- LC (Era Comum) 45, 47  
 ecoeficiência 503-504, 565  
 ecologia  
 definição 456-457  
*veja também* ecologia ambiental  
 ecologia ambiental 485-486, 565  
 ecologia urbana 456-459, 565  
 economia 565  
 reconstrução da 355-356  
 trabalho e a 305-340  
*veja também* "nova economia"  
 economia de mercado 346-347, 354  
 economia de prestação de serviços 244-245, 306-307  
 economia do conhecimento 62-63, 243-244, 307-309 *Fig. 13.3*, 407-408, 565  
 economia eletrônica 65-66, 539-540  
 economia em rede 539-540  
 economia global 62-63, 74-75, 472-473  
 como "autômato" 539-540  
 como economia virtual 62-63  
 economia informal 306-307, 468-470, 565  
 Economic and Social Research Council, *Twenty-Something in the 1990s* 250-251  
 ecossistema 491, 494  
 etnoterrios 173-175  
 Édipo, complexo de 104  
 Edison Project 409-411  
 educação 395-424, 565  
 e a disparidade tecnológica 408-409  
 e a tecnologia das novas comunicações 407-409  
 e desigualdade 411-415  
 e etnicidade 418-420  
 e exclusão social 268  
 e industrialização 395-397  
 e política 398-401  
 e reprodução cultural 412-414  
 empresários na educação americana 408-411  
 gênero e 414-415, 415-419 *Fig. 16.5*  
 mudanças no papel da 395-397  
 obrigatória 396-397, 412-413  
 origens e desenvolvimento da educação no sistema do Reino Unido 273-274, 396-401  
 parcerias entre o público e o privado 409-410  
 privatização da 408-412  
 seu papel na produção do conflito 359-361  
*veja também* ensino superior; privatização da educação; educação escolar  
 educação escolar  
 e exclusão social 418-420 *Tabela 16.3*  
 número de anos de 400-401 *Fig. 16.1*  
 teorias sobre a, e desigualdade 411-415  
 Education Act (1944) 273-274, 397-398  
 Education for All (Swan Report, 1985) 418-419  
 Education Reform Act (1988) 397-399  
*educationist* 411-412  
 EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina) 73-74  
 efeito estufa 494-497 *Fig. 19.7*, 496-498, 566  
 efeito Hawthorne 516-518  
 efeitos do divórcio sobre as 159-162  
 Egito, o islamismo no 450  
 Eibl-Eibesfeldt, I. 85-86  
 Eisner, Michael 390-391  
 Ekman, Paul 84-86  
 Eldridge, John 373-374  
 eleições  
 Novo Trabalhismo 354-355  
*Elementary Forms of New Religious Life, The* (Wallis) 443-445  
*Elementary Forms of the Religious Life* (Durkheim) 431-432  
 elite  
 auto-recrutamento 249-250  
 econômica 239-243  
 elite econômica 239-240

- e-mail 98, 290-292, 297-298, 310-311  
 embalagens 490-491  
 EMI 384-385  
 emigração 214-215, 566  
 Erwin Foundation 443-444  
 emissões de gás carbônico 489-490, 495-501 *Fig. 19.10*  
 emoções  
 democracia das 540-541  
 o rosto e os gestos 84-86  
*Empire Strikes Back, The* 212-213  
 "empreendimento em rede" 299-300  
 empregados, que passam por mudanças em relação às responsabilidades no trabalho 336-337 *Fig. 13.10*  
 emprego  
 em tempo integral ou em meio turno no Reino Unido (1984-8) 317, 320 *Fig. 13.5*  
 feminino 316-317  
 grupo minoritário no Reino Unido 222-224  
 impacto do emprego das mulheres nas divisões de classe 247-248  
 para a vida inteira 337-338  
 relações e classe 238-239  
 taxonomia com o desemprego e o não-emprego 332-333 *Fig. 13.9*  
 veja também pleno emprego; emprego de meio turno; autônomos; desemprego; trabalho  
 emprego de meio turno 317, 320 *Fig. 13.5*  
 debate em torno do 321-323  
 mulheres no 246-247, 317, 320-321  
 empregariado 114-115, 241-242, 260-262  
 da educação nos Estados Unidos da América 408-411  
 média 390-391  
 empréstimos estudantis, Reino Unido (1990-98) 403, 406 *Tabela 16.2*  
 encarceramento veja prisões  
 encargo comunitário (Poll Tax) 354, 462-463  
 encontro 90-93, 566  
*End of Millenium* (Castells) 196  
 endogamia 207-208  
 endomorfos 173-175  
 enigmas 510-511, 529-530  
 unobrecimento 465-469, 566  
 ensino secundário  
 comparação entre países 400-401  
 gratuito 397-398  
 no Reino Unido 401-403, 406  
 ensino superior 401-408, 566  
 crise no financiamento do ensino superior no Reino Unido 401-403, 406  
 gênero e 417-419  
 mulheres no 417-419  
 entrevistas 511, 516  
 envelhecimento  
 efeitos físicos do 145-147  
 futuro do 146-148  
 problemas do 146-147  
 saúde e 144-147  
 saúde e doença 129-149  
 epidemias 140-142  
 epidemiologia 131, 566  
 Ericson, Richard, *Policing the Risk Society* 186-189  
 escoceses 360-362  
 Escócia  
 devoção da 360-362  
 educação na 396-397  
 Escola de Chicago, teorias do urbanismo 456-461  
 Escola de Frankfurt 374-376  
 escolas  
 com fins lucrativos nos EUA 400-412  
 como organizações custodiais 412-413  
 comparações internacionais 400-401  
 controle local das 398-399  
 controle privado das 400-401, 408-412  
 o gênero e as conquistas nas 415-418  
 optantes 397-400  
 políticas de tolerância zero nas escolas americanas 419-420  
 regime de gênero das 114-115  
 resgate das escolas "reprovadas" no Reino Unido 410-412  
 tipos de 397-399  
 escolas da Headmasters Conference (HMC) 398-399  
 escolas inclusivas 397-400  
 debate 398-400  
 escolas independentes do Estado 397-398  
 escolas independentes veja escolas particulares  
 escolas mantidas pelo governo central 397-400  
 escolas optantes 397-400  
 escolas particulares 398-399  
 escolas primárias 396-397  
 escolas secundárias 396-397  
 metas de desempenho para as 410-411  
 escolas secundárias modernas 397-398  
 escravidão 111, 205-206, 234, 432-433, 566  
 abolição nos Estados Unidos da América 432-433  
 o tráfico de escravos 210-211  
 esfera privada 316  
 esfera pública (Habermas) 316, 374-375, 388-389, 566  
 democracia e a 536-539  
 esferas distintas 316  
 "esforço emocional" 508-509  
 esgotamento de recursos 484-488, 491, 494-495  
 espaço  
 organizações e controle do 288-292  
 reestruturação do 96-98, 459-462  
 espaço pessoal 93-95, 566  
 espaços urbanos 455-477  
 raça e pobreza nos 519-524  
 "espancadas" 166-167  
 especialistas 242-244  
 discurso de 538-539  
 médicos especialistas 139-140  
 especialização 295-297, 308-309, 311-312  
 especialização flexível 313-314  
 espécies humanas, impacto sobre o mundo natural 484-488  
 Esping-Anderson, Gosta, *The Three Worlds of Welfare Capitalism* 272-274  
 espiritualidade 444-445  
 "em seminário" 444-445  
 espiritualismo 433-434  
 esquemas de classe  
 de Godthorpe 238-240 *Tabela 10.1*  
 Registrar General's Social Class (RISC) 237-239  
 relacionais 237-241  
*Essay on the Principle of Population* (Malthus) 479, 481, 484  
*Essence of Christianity* (Feuerbach) 430-431  
 Essex Mobility Study 249-251  
 estabilização da personalidade 153-154, 561-577
- Estado  
 conceito de 342-343, 566  
 patriarcal 109-111  
 Estado Assistencial 242-243, 259-260, 566  
 ascensão do Estado Assistencial britânico 273-276  
 "rele de segurança" 272  
 reforma do 274-278, 355-357  
 "retirada" 270-271  
 teorias do 272-274  
 Estado-nação 47-48, 342-343, 473-474, 566  
 como fonte de identidade 65-66  
 e fluxos de informação 298-299  
 identidade nacional e globalização 362-364  
 Estados autoritários 344-345, 566  
 Estados pós coloniais 361-363, 370  
 Estados republicanos 343-344  
 Estados Unidos da América  
 corporações transnacionais 347, 350-351  
 crime organizado nos 195-196  
 diversidade étnica nos 213-214  
 dominação das comunicações globais 387-389  
 empresários da educação 408-411  
 enquanto superpotência 77-78  
 ensino superior 401-403  
 indústria cinematográfica 385-387  
 jornais nos 367-368  
 latinos e asiáticos nos 461-462  
 mobilidade social nos 248-249  
 movimento pelos direitos civis 111, 356-358, 432-433  
 pena de morte nos 199-200  
 racismo institucional 226-227  
 religião nos 439, 441-443  
 urbanismo nos 456-457  
 estamento 234, 566  
 estatística demográfica 479-480  
 estereótipo 92, 208-209, 317, 320, 566  
 estigma 142-143, 566  
 doença como 142-143  
 estigmatização 272-273  
 estilo de vida, escolhas de 25-26, 119-121, 140-142, 244-245, 278-279, 566  
 estilos de vida  
 diversidade de 300-301, 338-339  
 e classe 236-237, 244-246  
 e perspectiva política 243-244  
 estima 85-87  
 estratégia contra as faltas escolares 400-401  
 estratégias de redução do crime, na sociedade de risco 184-189  
 estratificação  
 e gênero 246-248  
 veja também estratificação social  
 estratificação social 106-107, 234-253, 566  
 estresse 130-131  
 e as mães que trabalham fora 327-329  
 e as mulheres da classe trabalhadora 134, 136-137  
 estrutura  
 e ação 530-532  
 e dualidade da 531-532  
 estrutura educacional, tipos de 412-413  
 estrutura social 530, 566  
 e ação humana 25-27, 530-532  
 estruturação 25-27, 530-532, 566  
 estruturalismo 536-537  
 estudantes no ensino superior do Reino Unido (1997-98), número de 401-403, 406-407 *Fig. 16.3*

- estudantes que buscam a realização acadêmica 114-115, 327-328, 414-418  
meninas 416-418
- estúdios de Hollywood 385-387
- estudos de vitimização 180-181, 183-184, 189, 192-193, 566  
motivação racial 225-226  
no crime das corporações 194-195
- estudos-piloto 566
- estupro 190-192  
dentro do casamento 191-192  
realizado por "conhecidos" 191-192
- ética protestante do trabalho 432, 528-530, 534-535
- etnia 360-361, 566
- etnicidade 205-209, 566-567  
e educação 418-420 *Tabela 16.3*  
e policiamento 225-227
- etnocentrismo 40, 42, 210-212, 567
- etnografia 514-516, 567  
nas publicações 521-522  
vantagens e limitações da 515-516, 519-520  
*Tabela 20.2*
- etnometodologia 86-87, 567
- eu  
a mortificação da 287-290  
consciência separada do 104-105; e as doenças 143-144; nas instituições totais 287-290
- EUA, justiça punitiva nos 199
- curiosidades, movimento das 474-475
- Europa  
"das regiões" 361-362  
expansionismo 214-215  
imigração e relações étnicas 226-228  
integração 227-229  
Leste Europeu, revoluções no 62-63, 344-347, 350, 534-535  
partidos de extrema direita na 352-354 *Fig. 14.2*
- Europa fortificada 229-230, 353-354, 567
- Evans-Pritchard, E. E. 427-429
- evolução 426
- exames finais, adotando regras em 94-95
- Excellence in Schools* (White Paper de 1997) 399-400
- exclusão  
econômica 265  
política 265-266  
*veja também* exclusão social
- exclusão social 265-271, 567  
e a educação escolar 418-420  
e o crime 270-271  
formas de 267-269  
na camada do topo 269-270
- Exército da Salvação 270-271
- expectativa de vida 130-131, 480-481  
e aposentadorias 145  
por gênero e idade no Reino Unido 133-134
- expectativas de fundo nas 87-89
- experimentos 516-518, 567  
pontos fortes e limitações dos 519-520 *Tabela 20.2*
- explicação 173-177
- exploração 235-236, 567
- exportações, desigualdade na performance 74-76  
*Fig. 3.6*
- Extremo Oriente, religiões do 430-431
- Eysenck, Hans 174-175
- fábricas 308-311, 316
- Faith in the City* (Igreja anglicana) 462-463
- falsa consciência 376-377
- Faluci, Susan 114-115, 534
- Falun Gong 350-351
- Falwell, Jerry 449, 451-452
- família 151-170, 567  
abordagens feministas 153-156  
como fonte de opressão feminina 109  
declínio na família tradicional 449, 451  
definição 151-152  
diversidade 152-153, 168-169  
equilibrando família e trabalho 68-70, 326-332  
funcionalismo e a 152-154  
homossexual 122-123  
papel nas sociedades industriais 107-109  
perspectivas teóricas na 152-157  
relações de poder dentro da 154-155  
solidariedade negra na 111  
*veja também* famílias binucleares; família ampliada; famílias de pais gays; família nuclear; família reconstituída; família simétrica  
violência dentro da 166-169
- família ampliada 151-152, 567
- família nuclear 109, 122, 151-154, 316-317, 567
- família reconstituída 151, 155-156, 159-161, 567
- família simétrica 154-155
- famílias  
acesso a recursos 256-257 *Fig. 11.2*  
divisão do trabalho nas *veja* divisão doméstica do trabalho  
entrecruzamento de classes 246-247  
produção de relações na 109-110  
sistemas de "administração" financeira 325-326
- famílias binucleares 159-160
- famílias chefiadas por pais solteiros 154-155, 157-159 *Tabela 7.2*, 224, 246-247, 277-278, 316-317
- famílias de pais gays 155-156, 166-167
- famílias do sul da Ásia, no Reino Unido 162-164
- Families on the Fault Line* (Rubin) 161-162
- Family Allowances Act (1945) 274-275
- Family Expenditure Survey 268-269
- Family Fragments* (Neale) 159-161
- fase adulta, transição para a 268
- Fatherless America* (Blankenhorn) 161-162
- fatores culturais, e mudança social 34-53
- fatores de expulsão e de atração 215-216, 567
- fatos sociais 29-31, 567
- favelas 273-274, 469-470
- Faye, Tammy 451-452
- fechamento 210-212
- fechamento de grupo 210-212, 567
- fecundidade 480-481
- feminilidade 103-105, 109, 111-116, 189-190  
*veja também* feminilidade enfática; feminilidade resistente
- feminilidade eufórica 112-113, 567
- feminilidade resistente 113-114, 567
- feminismo  
e a desigualdade de gênero 108-111, 533-534  
e a família 153-156  
e o lesbianismo 121-122  
ressurgimento da 124-126, 446-447  
*veja também* feminismo negro; feminismo liberal; feminismo radical  
feminismo lésbico 121-122  
feminismo liberal 108-109, 294-295, 567  
feminismo negro 109-111, 567
- feminismo radical 109-110, 294-295, 446-447, 567
- Feminist Case Against Bureaucracy: The* (Ferguson) 294-295
- feminização, da migração 215-216
- Ferguson, Kathy, *The Feminist Case Against Bureaucracy* 294-295
- fertilidade 480-481, 484  
taxas de fertilidade na UE 162-163  
Terceiro Mundo 468-469, 480-481  
*veja também* nascimentos; contracepção
- fertilizantes, uso excessivo de 490-491
- fetralismo 235-236, 532-533
- Feuerbach, Ludwig, *The Essence of Christianity* 430-431
- filhos, pessoas sem 161-163, 246-248, 316-317
- filmes *veja* cinema e globalização
- Filosofia Positiva* (Comte) 33-34
- finanças *on-line* 298-299
- Finlândia 539-540
- Firestone, Shulamith 109
- Firth, David 248-249
- Fischer, Claude 459-460
- "física social" 27-28
- Flanders 361-362
- flexibilidade de horários 329-330
- florestas tropicais, desmatamento das 494-495
- Folk Devils and Moral Panics* (Cohen) 178-179
- fontes primárias 517-519
- Food and Agricultural Organization (FAO) 484-485
- Ford, Clellan 116-117
- Ford, Henry 312
- fordismo 312-313, 567
- formação de interesse, crise da 113-114
- fornecimento de cuidados médicos 134, 136-137
- Foucault, Michel 119-121, 134, 136-137, 536-538
- teoria das organizações 288-292
- fragmentação 70-71
- França 360-361  
política 352-353
- franciscanos 445-446
- Fraser, Nancy 538-539
- fraude de telemarketing 196-197
- Freidan, Betty 153-154
- Freidson, Eliot 141-142
- freiras 425-436
- Frente Nacional 352-353
- Fresh Start Programme 400-401
- Freud, Sigmund  
sobre a sexualidade 116-117  
lapsos de linguagem 89-91  
teoria do desenvolvimento do gênero 104
- Friedlander, Daniel 278-279
- Fukuyama, Francis, *The End of Order* 161-162, 347-350
- função 34-35, *veja também* disfunções
- funcionalismo 34-36, 141-142, 567-568  
e a desigualdade de gênero 106-109  
e a família 152-154  
e a providência 272-273  
e o crime 175-178
- fundamentalismo 229-230, 446-447, 568  
*veja também* fundamentalismo religioso
- fundamentalismo religioso 442-443, 446-452  
cristão 441-443, 447-449, 451-452  
islâmico 442-443, 447-449, 451
- fusões 299-300, 383-387
- Future of Work: The* (Joseph Rowntree Foundation) 314-315

- Gallie, Duncan 264-265  
 Gandhi, Indira 370-371  
 gangues 176-177, 190-191  
 Gans, Herbert 459-460  
 Gardner, Carol Brooks, *Passing by* 84-85  
 Gardner, Howard 420-422  
 Garfinkel, Harold 87-89  
 gases estufa 495-499  
 Gates, Bill 391-392  
 Geilner, Ernest (1925-95) 359-360  
 General Household Survey (Reino Unido) 183-184  
 gênero 102-103, 106-109, 111-112, 316, 568  
   aprendizado 416-418  
   construção social do 103, 105-107  
   e a televisão 373-374  
   e comunicação não-verbal 86-87  
   e crime 189-192  
   e educação 106-108, 415-419 *Fig. 16.5*  
   e ensino superior 417-419  
   e estratificação 246-248  
   e globalização 124-126  
   e mobilidade social 250-251  
   e organizações 293-297  
   e religião 434-438  
   e saúde 131, 133-134, 136-137  
   e sexualidade 102-127  
   na sociologia 532-534  
   o problema do 532-534  
   "gênero invisível" 246-247  
 genocídio 214-215, 568  
 gerações, mobilidade através de *veja mobilidade intergeracional*  
 gerenciamento  
   a transformação do 297-298  
   as mulheres na gerência 294-297, 322-324  
   estilos femininos de 294-297  
 gerenciamento científico 312  
 gerenciamento de recursos humanos (GRH) 297-298, 568  
 gerentes 243-245, 306-307  
 gerontologia 144-145, 568  
 gestão de impressão 92-94, 568  
 gestos, e emoção 84-86  
*Getting the Message* (Glasgow Media Group) 373-374  
*Ghost Dance*, o 445-446  
 Giddens, Anthony 530-531, 536-537, 539-541  
 Gitroy, Paul 213  
 Glasgow Media Group 377  
   *Bud News* 371-374  
   *Getting the Message* 373-374  
 Glass, David 249-250  
*Global City, The* (Sassen) 471-473  
*Global Diasporas* (Cohen) 216, 219  
 global, e local 60-61, 70-71  
 globalização 568  
   causas da crescente 62-66  
   conceitualização 66-69 *Tabela 3.3*  
   da migração 215-216  
   democracia e 346-347, 350  
   dimensões da 60-62  
   e a desigualdade 74-79  
   e a mídia 383-387  
   e a mudança social 519  
   e as cidades 471-473  
   e as corporações transnacionais 65-66, 298-301  
   e o cinema 384-387  
   e o gênero 124-126  
   e o risco 71-75  
   e os movimentos sociais 356-359  
   fatores que contribuem para a 61-63  
   impacto sobre nossas vidas 68-71  
   uso do termo 60-61  
 globalização e democracia 346-347, 350, 388-389  
 Goals 2000- Educate America Act 409-410  
 Gobineau, conde Joseph Arthur de 204-205  
 Goffman, Erving 82-84, 92-98, 530-532  
   *Asylums* 287-290  
 Goldstein, Paul J. 122-124  
 Goldthorpe, John 250-251  
   esquema de classes 238-240 *Tabela 10.1*, 246-248  
   estudo *Affluent Worker* 244  
 Coleman, Daniel 420-421  
 Gombachev, Mikhail 346-347  
 Gorz, André 338-339  
 gosto 244-245  
 Gould, Stephen Jay 420-421  
 Gramsci, Jean Claude de 284-285  
 governança  
   das cidades em uma era global 473-476  
   global 78-79, 356-357, 475-476  
   transnacional 63-64  
 governo 342, 568  
   e corporações transnacionais 347, 350-351  
   e política 342-365  
   empregados 242-243  
   reconstrução do 355-356  
   *veja também* governo local  
 governo local  
   e cidades 462-463, 473-474  
   e educação 397-398  
 Grabosky, P. N. 196-197  
 Grã-Bretanha *veja* Reino Unido  
 Grucif, Roger 225-226  
 Graham, Billy 451-452  
 Graham, Heather 134, 136-137  
*grammar schools* 397-400  
 grandiosas narrativas 535-536  
 grau de dispersão 523-524, 568  
 gravidez  
   como doença 139-140  
   efeitos econômicos da gravidez na adolescência 265-267  
 Grécia antiga 343-344  
 Grincapace 63-64, 358, 485-486  
 greves 356-358  
   noticiários sobre as 372-374  
 Griffin, Christine 113-115  
 grupo Bertelsmann 385-387  
 grupos de interesse, mobilização em apoio à previdência social 276-277  
 grupos minoritários 207-209, 568  
   comparcimento na igreja 440  
   e a "nova economia" 222-224  
   educação 418-420 *Tabela 16.3*  
   estado civil 163-164 *Tabela 7.3*  
   índices de desemprego 222, 332-334  
   padrões familiares 152-153  
   pobreza nos 258-260  
 grupos sociais 286, 568  
 guerra  
   e a mídia 375-376, 389-390, 449, 451  
   intervenção na 65-66  
   material de fonte documental 517-519  
 Guerra das Malvinas 354, 372-373  
 Guerra do Golfo 375-376, 389-390, 449, 451  
 Guerra Fria 48-49, 63-64, 379-380, 568  
 guerras civis étnicas 214-215, 362-363  
 Guillani, Rudolph 226-227, 475-476  
 Habermas, Jürgen 374-376, 537-539  
   *The Theory of Communicative Action* 538-539  
 "habilidades múltiplas" 314-316  
 habilidades pessoais 314-315  
 imitação 469-470  
   e exclusão social 267-268, 270-271  
   minoria étnica 224-225 *Tabela 9.2*  
   na Cidade do México 469-470  
   privatização da habitação popular 274-276  
   "transicional" e "substituta" 268-269  
 hackers da computação 172-173  
 Haggerty, Kevin, *Policing the Risk Society* 186-189  
 Haider, Jörg 352-353  
 Hakim, Catherine 321-323  
 Hale, Sir Matthew 191-192  
 Hall, Edward T. 93-95  
 Hall, Stuart, *Policing the Crisis* 179-180  
 Hardey, Michael 158-159  
 Harter, Lisa 328-329  
 Harris, Fiona 321-323  
 Harrison, Martin 372-373  
 Harrison, Paul 463-464  
 Harvey, David 459-462  
 Hasan, Hakim 519-523  
 Hawley, Amos 457-458  
*Health Divide, The* (1987) 131  
 Heatherington, Kevin 324-326  
 Heaven's Gate 446-447  
 hebreus, os primeiros 427-429  
 Heelas, Paul 444-445  
 hegemonia 111-112  
 Heidensohn, Frances 189-190  
 Held, David 66, 344-345, 383-385  
 Henslin, James 94-95  
 hereditariedade, e Q.I. 420-421  
 Herman, Edward 388-389  
 Hertzstein, Richard J. 420-421  
 heterossexismo 122, 568  
 heterossexualidade 116-117, 568  
 híbrida, identidade 70-71, 213  
 hidrofluorcarbonos (HFCs) 497  
 hierarquia 289-290  
 hierarquia de gênero 111-114 *Fig. 5.1*  
 Hills, John 262-263  
 hinduísmo 430, 432-434  
   e o sistema de castas 234, 234-235, 430, 562  
   episódio do milagre (1995) 426  
 hiperatividade, medicalização da 140-141  
 hiperglobalizadores 66-68  
 hiper realidade 374-376, 568  
 hipertensão 134, 136-137  
 hipótese 511, 568  
 Hirschi, Travis, *Causes of Delinquency* 180-181  
 hispânicos, pobreza dos 267-268, 263-264  
 história  
   concepção materialista da 31-33, 563  
   o fim da 347, 350, 534-536  
 história oral 395-396, 517-518, 568  
 histórias de vida 517-518, 561-577  
 Hitler, Adolf 205-206  
 Hochschild, Arlie  
   *The Managed Heart* 508-509, 512  
   *The Time Bind* 68-70, 324-325  
 Hodge, Robert 371-372  
 Holocausto 214-215, 517-518  
*Homeless, The* (Jencks) 270-271

- homem provedor 114-115, 153-155, 247-275, 316-317, 324-327, **568**  
 "homem retributivo" 114-116  
 homens  
   funções instrumentais 108-109  
   mortalidade, por classe (1976-89) 132 *Fig. 6.1*  
   szüle 133-134, 136-137  
 homeopatia 129  
 homofobia 122, 207-208, **568**  
 homogeneidade cultural 39-40, 70-71  
 homosociabilidade masculina 293-295  
 homossexuais, crime contra os 191-193  
 homossexualidade 119, 123, 561-577  
   atitudes em relação à 116-117, 119-122, 166-167, 449, 451-452  
   campanha pelos direitos e reconhecimento legal 122-123  
   e AIDS 119-121  
   na cultura ocidental 119-122  
   tipos de 119-121  
 Hong Kong 387-388, 472-473  
 hooks, bell 109-111  
 Horário Médio de Greenwich (HMG) 96-98  
 horário mundial padrão 96-98  
 hospitais 288-290  
   estrutura temporal 96-98  
   nascimento em 283-284  
 Hubbard, Ron L. 444-445  
 Hughes, Everett 459-460  
 Hughes, Martin 412  
 humanismo secular 449, 451  
 "humanismo secular" 449, 451  
 humanitarismo 65-66  
 humor 90-91  
 Huntington, Samuel 448-449  
 Hussein, Saddam 344-345, 375-376
- IBM (International Business Machines) 299-300  
 idade avançada  
   a pobreza na 146-147, 258-259  
   e *status* 144-145  
   proporção de dependência 145  
   saúde na 144-147  
 idade fértil 154-155, 248, 316-317  
 idade para se deixar a escola 397-398  
 idealismo de esquerda 179-180  
 identidade 43-45, **568-569**  
   desvio e 178  
   socialização e 43-45  
   trabalho e 305-306  
   *veja também* identidade negra; identidade de gênero; identidade nacional; auto-identidade; identidade social  
 identidade de gênero 102-103, 105  
   teorias da 104-105  
 identidade nacional 360-361  
   cidadania e 214-215  
   globalização e o Estado-nação 362-364  
 identidade negra 207-208  
 identidade pessoal *veja* auto-identidade  
 identidade social 43-44, **568**  
 identidades, "personalizadas" 197-198  
 identidades sexuais, tipos de 116-117  
 ideologia 376-377, 532-533, **569**  
   concepções neutras e críticas da 377  
   e a mídia 376-377  
 idosos 134, 136, 146-147  
 idosos  
   independência ou exclusão social 267-268  
   mulheres 134, 136, 146-147  
   na pobreza 257-260 *Fig. 11.4*  
   nas sociedades pré-modernas 144-145  
   que moram com os filhos 145-146 *Fig. 6.7*  
   *veja também* idade avançada  
 Iganski, Paul 223-224  
 Igreja 433-434, **569**  
 Igreja Anglicana 434-439  
   *Faith in the City* 462-463  
   pastoras 436-438  
 Igreja católica *veja* catolicismo romano  
 Igreja da unificação 443-444  
 "Igreja eletrônica" 451-452  
 Igreja episcopal 441-443  
 Igreja luterana 441-443  
 Igreja metodista unida 441-443  
 Igreja presbiteriana da Escócia 438-439, 440  
 igrejas 433-434  
   comparecimento 438-440 *Fig. 17.2*, 441-443  
   manutenção do prestígio 437-438  
   número de membros no Reino Unido 439, 441 *Tabela 17.3*, 442-443  
 igrejas trinitárias 440  
 igualdade 109, 278-279, 403, 406  
   entre parceiros 165-166  
   *veja também* desigualdades  
 igualdade de oportunidade 278-279  
   mulheres no trabalho 321-324  
 Illich, Ivan 139-140, 412-413  
 "imagem", e auto-estima 85-87  
 imagens religiosas, e gênero 434-435  
 imaginação sociológica 24-26, **569**  
   religião e a 426-427  
 imigração 214-215, **569**  
   e relações étnicas na Europa 226-228  
   para o Reino Unido 216, 219-221  
 imigração no Reino Unido, política de 219-221  
 impacto do emprego feminino sobre as divisões de classe 247-248  
 imperialismo cultural 70-71, 387-389  
 imperialismo da mídia 384-385, 387-392, **569**  
 impérios 45, 47  
 incapacidade financeira para adquirir certos itens 257-258 *Tabela 11.1*  
 incesto 167-169  
 independência econômica 324-326, 331  
 independência, movimentos pela 360-363  
 Índia 426, 447-448  
   a casta na 234, 234-235, 430, **562**  
   televisão e globalização 370-371  
 indianos, no Reino Unido 221-225, 333-334  
 índice de desemprego 332-333  
 indígenas, exploração dos 77-78  
 índios das planícies da América do Norte 445-446  
 individualidade 25-27  
 individualismo, a ascensão do 68-69, 391-392  
 indivíduo, o 29-31  
 indivíduos que dormem ao relento 269-271  
 Indonésia 342, 346-347, 452, 487-488  
 indústria da cultura 374-375, 384-385  
 indústria da música, e a internet 384-385  
 indústria de seguros, necessidades informacionais 186-187  
 indústria global do sexo 123-126  
 indústria, domínio do Estado 354  
 industrial e o ambiente criado 459-462  
 industrialização 47-27, 216, 219, 308-309, **569**  
   e educação 395-397  
 inexpressividade masculina 104-105, **569**  
 influência da violência exibida na TV sobre as 371-372  
 influências culturais, sobre a mudança social 55-57  
 influências econômicas, sobre a mudança social 55-56, 530  
 influências políticas, sobre a mudança social 54-56  
 informação, era da 308, 358-359, 381-382, 540-541  
 informação, fluxos de 64-66, 298-299, 346-347, 350  
 informação, nova ordem da 70-71, 367, 384-385  
 Inglaterra, prostituição na 124-125  
 ingleses, os "verdadeiros" 114-115  
 inícios e fins 89  
 Inkatha Freedom Party (IFP) 204  
 Innis, Harold 374  
 inovadores, aspirações e recompensas 176-177  
 insegurança no emprego 333-338 *Tabela 13.3*, **569**  
   aumento da 335-336  
   efeitos nocivos 335-337  
 institucionalização, crise da 113-114  
 instituições culturais patriarcais 109-111  
 instituições totais 287-290, 445, **569**  
 Institute for Public Policy Research (IPPR), *Unsafe Streets* 269-271  
 Institute of Directors 331  
 integração étnica 213-214, 473-474  
 integração social 30-31  
 inteligência 419-420, **569**  
   *veja também* inteligência emocional; inteligência interpessoal; Q.I.  
 inteligência emocional 420-422, **569**  
 inteligência interpessoal 420-422  
 interação  
   características 377  
   tipos de 375-377  
   *veja também* interação social  
 interação entre pais e filhos  
   e socialização de gênero 103-106  
 interação face a face 98, 375-377, 383-384, 395  
 interação focalizada 91-92, **569**  
 interação interpessoal 36  
 interação mediada 375-377  
 interação não-focalizada 90-91, **569**  
 interação situada 95-98  
 interação social 82-99-100, 530-531, **569**  
   justiça urbana 91-92  
   corpo, rosto e discurso na 90-98  
   no tempo e no espaço 95-98  
   *veja também* interação face a face; interação mediada; quase-interação mediada; interacionismo simbólico  
 interacionismo simbólico 35-36, 142-144, **569**  
 interdependência 78-79, 457-458, 479  
   *veja também* interdependência econômica 308-309, **569**  
 interesses  
   conflito de 531-532  
   constituição de 241-242  
   e valores 532-533  
 International Adult Literacy Survey 402  
 International Federation of the Phonographic Industry 384-385  
 Internet 310-311, 367, 379-384, **569**  
   acesso à 377-378, 380-382  
   e a indústria da música 384-385  
   e democratização 346-347, 350-351  
   e educação 406-409  
   e o ordenamento do espaço e do tempo 96-98

- e os movimentos sociais 358-359  
 fraudes na 196-197  
 monitoramento do uso da internet nas organizações 291-292  
 o impacto da 381-384  
 origens da 379-382, 519  
 usuários em todo o mundo 380-381 *Fig. 15.5*  
 internet do Pentágono 379-380  
 intocáveis 234-235  
 inveja do pênis 104  
 Investigação de Cleveland sobre o abuso infantil 167-168  
 investigação empírica 29-31, 508-509, 569  
 Iugoslávia, antiga 213-214, 227-228, 448-449  
 Irã 346-347, 390-391, 442-443, 447-448, 450  
 revolução islâmica (1978-9) 448-449  
 Iraque 447-448, 450  
 Irlanda 439-442  
 do Norte 398-399, 439, 441  
 irlandeses 206-207  
 islamismo 429-430  
 desenvolvimento do 429-430  
 difusão do despertar islâmico 447-449, 451  
*Fig. 17.4*  
 e o Ocidente 448-449  
 fundamentalismo 442-443, 447-449, 451  
 reação à mídia global 389-391  
 isolamento social 382-383  
 Israel 360-361, 429-430  
 Itália  
 imigrantes ilegais na 227-229  
 Lígia Norte 352-353  
 prostituição na 124-125  
 Iyer, Pico 387-388
- Jacobs, Jane 519-520  
 Jahoda, Mari 333-335  
 "janelas quebradas", teoria das 181, 187-189, 576  
 Japão  
 corporações 295-297  
 culto Aum Shinrikyo 358-359, 445  
 gangues da Yakuza 196  
 métodos de produção 312-313  
 modelo de organizações 295-297  
 Jencks, Christopher, *The Homeless* 270-271  
 Jensen, Arthur 420  
 Jesus Cristo 429-430, 432-433, 435-436, 449, 451  
 João Paulo II, Papa 435-436  
 Joaquim de Floc 445-446  
 joaquimismo 445-447  
*Job Insecurity and Work Intensification Survey* 335-336  
*The Future of Work* 314-315  
*Job Insecurity and Work Intensification Survey* (Joseph Rowntree Foundation) 335-336  
 Jones, Deborah 327-328  
 Jones, Trevor 418-419  
 jornada de trabalho 68-70, 326-328, 331-332  
 jornais 367-368  
 acesso *on-line* 367-368  
 e a televisão 367-374  
 leitores de 367-368  
 publicação de 367-368  
 Joseph Rowntree Foundation 257-258, 326-327  
 judaísmo 427-430  
 judeus 214-216, 219, 360-361, 427-430, 441-443, 517-518  
*Just Around the Corner* (LTI) 197-198  
 justiça  
 campanha por justiça global 76-79  
 veja também justiça punitiva; justiça restaurativa; justiça social  
 justiça punitiva, nos EUA 199  
 justiça restaurativa 198-200, 569  
 justiça social 200, 354-355  
 juventude  
 delincente 176-178  
 e crime 190-194  
 e exclusão social 268-269  
 índices de desemprego 333-334
- K'ung Fu-tzu veja Confúcio  
 Kanter, Rosabeth Moss, *Men and Women of the Corporation* 293-295  
 Kepel, Gilles 451-452  
 Keynes, John Maynard 331-332  
 keynesianismo 331-332  
 Khatami, Mohammed 346-347, 448-449  
 Khomeini, Ayatollah 448-449  
 King, Rodney 226-227  
 Kinnock, Neil 354  
 Kinsey, Alfred 118-122  
 Klatz, Ronald 146-147  
 Knowledge Universe 410-411  
 Kosovo, guerra no (1999) 213-214, 448-449  
 Krupat, Edward 459-460  
 Ku Klux Klan 205-206, 212-213
- Labour and Monopoly Capital* (Браверман) 310-311  
 Labour Force Survey Reino Unido 221-222, 307-308  
 laços sociais, e controle social 180-181  
 Lansley, Stewart 257-258  
 Lao-tzu 430-431  
 lapsos da fala 89-91, 569  
 latência 104  
 latinos, nos EUA 461-462  
 lavagem cerebral, nos cultos religiosos 445  
 lavagem de dinheiro 196  
 eletrônica 196-197  
 Lawrence, Stephen, caso de assassinato 208-210, 225-226  
 Lazarsfeld, Paul, *The People's Choice?* 516-517  
 Le Pen, Jean-Marie 352-353  
 Leadbeater, Charles 308  
 legitimidade 342-345, 569  
 lei 173-175, 569  
 lei, cumprimento da 180-181, 226-227  
 e telecomunicações 196-197  
 lei de ferro da oligarquia 292-293, 569  
 lei de inversão de atenção à saúde 137-138, 569  
 lei dos três estágios (Comte) 28-29  
 lei e ordem 184-186  
 lei islâmica (*sharia*) 448-449, 451  
 leis 179-180  
 leitura 395-396  
 Lerner, Edwin 178  
 Leonard, Bispo Graham 436-438  
 lesbianismo 121-122, 569  
 Leste da Ásia, novos países industrializados (NPI) 49, 52  
 levantamento das vítimas 179-181  
 levantamento *Social Organization of Sexuality* (1994) 118-122  
 levantamentos 515-517, 569  
 pessoas que não respondem aos 516-517  
 vantagens e desvantagens da 516-517, 519-520  
*Tabela 20.2*  
 Levine, Arthur 410-411
- Lewinsky, Monica 374-375  
 Lewis, Oscar 259-260  
 licença-maternidade e licença paternidade 330-331  
 licença-paternidade 330-331  
 liderança  
 e mudança social 54-55  
 mulheres na gerência 294-297  
 política 351-352  
 religiosa 447-448  
 líderes de opinião 516-517  
 Lie, Suzanne, *Storming the Tower* 418-419  
*Life After Work* (Young e Schuller) 147-148  
 ligação, e identidade do gênero 104-105  
*Limits to Growth, The* (Clube de Roma) 485-487  
 limpeza étnica 213-214, 569  
 "reversa" 213-214  
 língua árabe 362-363  
 linguagem  
 aprendizado 400-401  
 e o significado 35-36  
 socialmente estruturada 530-531  
 veja também códigos de discurso; conversas; discurso  
 linguagem corporal veja comunicação não-verbal  
 línguas estrangeiras, ensino na Europa 400-401  
 linha da pobreza 255-256, 570  
 Lipset, Seymour Martin 248-249  
 livre comércio 74-76, 278-279  
 local de trabalho  
 as mulheres e o 316  
 e a casa 382-383  
 local, e global 60-61, 70-71  
 Logan, John 461  
 Lombroso, Cesare 173-175  
 Londres 456-457, 461-464, 472-473  
 abolição do Greater London Council 474-475  
 Docklands 465-468  
*Lonely Crowd, The* (Riesman) 383-384  
 longevidade 480-481  
 Lorber, Judith 116-117  
 Los Angeles 472-473  
 tumultos raciais (1992) 463-465  
*Lost Perspective* 387-388  
 loucura, o discurso sobre a 538-539  
 Luce, Henry 385-387  
 Luckmann, Thomas 95-97  
 Lull, James 388-390  
*lumpenproletariado* 262-263
- Mac an Ghail, Máirtín 111-112, 114-115, 414-415  
 "machões" 114-115, 414-415  
 Mack, Joanna 257-258  
 maconha 178, 193-194  
 maossociologia 84-86, 570  
 mães  
 no trabalho 68-70, 321-323, 327-329  
 solteiras 327-329  
 Máfia 196  
 magia 427-428, 570  
 mais-valia 235-236, 570  
 Major, John 354-355  
 Malásia 346-347, 390-391, 448-450  
 Malinowski, Bronislaw 427-428  
 Malthus, Thomas, *Essay on the Principle of Population* 479, 481, 484  
 malthusianismo 479, 570  
*Managed Heart, The* (Hochschild) 508-509, 512



- Managing Like a Man* (Wajcman) 294-297, 323-324, 328-329
- Mandela, Nelson 204-205
- manutenção da fronteira, no desvio 175-177
- Maomé 429-430, 447-448
- Maoris 420
- marcadores 92-93, 570
- mares, elevação nos níveis dos 495-496
- marginalização 245-247, 473-474
- Marionthal 333-335
- Marshall, Gordon 247-251
- Marshall, T. H., direitos da cidadania 272-273
- Martineau, Harriet, *Society in America* 33-34
- Marx, Karl 30-33, 344-345
  - sobre a alienação 309, 311-312
  - sobre o capitalismo 30-31, 534
  - sobre a classe trabalhadora 338-339
  - sobre a religião 376-377, 430-432
  - sobre gênero e classe 532-533
  - sobre ideologia 376-377
  - sobre o conflito de classes 31-32, 531-532
  - sobre o desenvolvimento social 534-536
  - sobre o *lumpemproletariado* 262-263
- marxismo 234-237
  - e a previdência 272
  - e o desenvolvimento social moderno 534-535
  - e o racismo 212-213
- masculinidade 103-105, 111-116
  - retritos da mídia sobre a 114-116
  - tipos emergentes 114-115
  - veja também* masculinidade cúmplice; crise da masculinidade; masculinidade hegemônica; masculinidade homossexual; novo homem
- masculinidade cúmplice 112-113, 570
- masculinidade hegemônica 111-113, 190-191, 295-297, 533-534, 570
- masculinidade homossexual 112-115, 570
- masturbação 117-118
- matemática, escores nos testes em relação ao PIB *per capita* (1994-5) 409-410 *Fig. 16.4*
- May, Hazel 192-193
- McChesnay, Robert 388-389
- "McDonaldização" da sociedade 301-302
- McLuhan, Marshall 374
- Mead, George Herbert, interacionismo simbólico 35-36
- média aritmética 522-523, 570
- mediana 523-524, 570
- médias, formas de calcular as 522-523
- medicalização 139-141
  - de hipervidaais 140-141
- medicina
  - e sociedade 137-142
  - principais tendências 140-141 *Fig. 6.4*
  - profissão 243-244
  - veja também* medicina alternativa
- medicina alternativa 129, 139-140, 570
- medicina complementar *veja* medicina alternativa
- medições subjetivas da 257-258
- médicos *veja* relação entre paciente e médico
- meditação 430-431
- meditação transcendental 433-434
- meio do estupro 191-192
- Meeting the Childcare Challenge* (DIEB) 323-324
- megacidade Hong Kong-Guangdong 468-469
- megacidades 467-469 *Fig. 18.2*, 469, 570
- megalópoles 455-456, 570
- meio ambiente
  - como tema da sociologia 503-505
  - consumo, pobreza e o 487-488 *Fig. 19.3*
  - e os limites para o crescimento 485-487
  - fontes de ameaça 488-495
  - mudança social e o ambiente físico 53-55
  - veja também* ambiente criado
- meios de produção 234-236, 570
- meios externos 29-31
- melting pot 213, 442-443, 570
- Men and Women of the Corporation* (Kanter) 293-295
- meninas, conquistas acadêmicas 415-418
- meninos
  - baixo desempenho 415-418
  - classe trabalhadora na escola 413-415, 417-418
- mensuração 237-241
- mentira, detectar uma 85-86
- mentor, a figura do 295-297
- Mercado Comum Europeu 65-66
- mercado de ações 298-299, 377-378
- mercado global na 406-408
- "mercados de nicho" 312-314
- mercados regionais 65-66
- meritocracia 250-251, 570
- Merton, Robert K. 34-35
  - aspirações e recompensas 176-177
  - difusões da burocracia 287
  - e teorias de alcance médio 528
  - funcionalismo 34-35, 175-177
- mesomorfos 173-175
- Messias 429-430
- metanarrativas 535-536, 570
- metano 495-497
- metodismo 433-434, 439-441
- métodos de pesquisa 508-526 *Tabela 20.2*, 570
  - etnografia 514-516
  - levantamentos 515-517
  - problemas e armadilhas da 514-516, 519-524
  - qualitativa 515-516
  - quantitativa 515-516
- métodos de pesquisa sociológica *veja* métodos de pesquisa
- México, Zapatistas 358-360
- Mianmar (Birmânia) 344-347
- microsociologia 84-86, 570
- mídia
  - teorias da 374-377
  - veja também* mídia de massa
- mídia de massa 367, 570
  - diversificação 383-384
  - e comunicações 367-393
  - e convergência das telecomunicações 391-392
  - e mensagens 374-377, 536-537
  - e transmissão de programas religiosos 451-452
  - empresários da 390-391
  - ideologia e a 376-377, 536-537
- mídia interativa 377-378
- migração
  - e a União Europeia (UE) 227-229, 263-265
  - futuras tendências da 215-216
  - global 214-216, 219; (1945-73) 217 *Fig. 9.1*; (de 1973) 218 *Fig. 9.2*
  - modelo clássico 215-216
  - modelo colonial 215-216
  - migrantes por motivos econômicos 227-230
- milénarismo 445-447, 570
- milítantes Hindutwa 447-448
- Milken, Michael 410-411
- Miller, Mark 215-216
- minorias étnicas *veja* grupos minoritários
- minorias nacionais, e a União Europeia (UE) 361-362
- Mintzberg, Henry 300-301
- Missão da Luz Divina 438-439
- missionários 432-433
- misticismo 444-445
- Mitnick, Kevin 172-173
- mitos de origem 426-427
- mobilidade descendente 248-250
- mobilidade intergeracional 248-250, 570
- mobilidade lateral 248, 571
- mobilidade social 234, 238-239, 248-251, 571
  - ascendente 248, 251, 305
  - barreiras de classe para a 250-251
  - de curto alcance 262-263
  - e pobreza 261-263
  - e sensação de bem-estar 248-249
  - estudo de Essex 249-251
  - estudo de Oxford 249-250
  - estudos comparativos 248-249
  - gênero e 250-251
  - peçoal 248-249
  - veja também* mobilidade descendente; mobilidade intergeracional; mobilidade intrageracional; mobilidade lateral; mobilidade vertical
- mobilidade social *veja* mobilidade social
- mobilidade vertical 248, 571
- Moçambique 498-499
- moda 522-524, 571
- modelo biomédico de saúde 129-130, 137-142, 571
  - suposições e críticas do 139-140, *Tabela 6.3*
- modelo do trabalhador visitante 215-216
- modelo dramaturgico 92-95, 571
- modelos ilegais 215-216, 227-229, 264-265
  - do campo para a cidade 456-457, 468-469
  - e a indústria do sexo 124-125
  - veja também* nova migração; fatores de expulsão e de atração
- modernização
  - e o fundamentalismo religioso 447-448
  - veja também* modernização ecológica
- modernização ecológica 355-356, 503-504, 571
- Modood, Tariq 207-208, 222-224
- Mohammadi, Ali 389-391
- Mohammed Reza Pahlavi, xá do Irã 448-449
- Moisés 429-431, 434-435
- Molotch, Harvey 88-89, 98, 461
- monarca constitucional 343-344, 571
- monarquia 343-344, 571
- Mondadoro 387
- monetarismo 353-354
- monogamia 151-152, 571
- monoparentalidade 157-158-159 *Fig. 7.2*, 276
  - e saúde 134, 136
  - veja também* famílias chefiadas por pais solteiros
- monoteísmo 426-429, 571
- Monsanto 499-503
- Moon, Sun Myung 443-444
- Moore, Gordon 493-494
- moradias, Housing Act (1980) 274-276
- Moral Majority 449, 451
- moralidade
  - da assistência 160-161
  - e religião 426-427
- mononismo 440, 446-447
- Morris, Lydia 264-265
- mortalidade 480-481
- mortalidade infantil
  - no Reino Unido por classe 137, 132 *Tabela 6.1*
  - taxa 480-481

- morte  
 atitudes em relação à 431-432  
 causas da 133-135 *Fig. 6.3*  
 Moscou 472-473  
 movimento anti globalização 76-79  
 movimento de "ailúcia" (EUA) 358-359  
 movimento de liberação *gay* 119-121, 166-167, 358, 461  
 movimento feminista 102-103, 124-126, 435-436, 533-534  
 movimento Hare Krishna 172-174, 434-435, 443-444  
 movimento Nova Era 442-445, 571  
 movimento pelos direitos civis, nos EUA 111, 356-358, 432-433  
 movimento verde 485-486  
 e partidos políticos 351-352  
 movimentos ambientais 358, 446-447, 485-486  
 movimentos de acomodação no mundo 445, 571  
 movimentos de afirmação do mundo 443-445, 571  
 movimentos de protesto 356-358  
 Timor Leste 342  
 movimentos de rejeição do mundo 444-445, 571  
 movimentos feministas 356-358  
 movimentos nacionalistas 359-363  
 movimentos religiosos, novos *veja* novos movimentos religiosos (NMRs)  
 movimentos separatistas 360-363  
 movimentos sociais 27, 356-358, 571  
 de massas *veja* revoluções e globalização 356-359  
 e tecnologia 358-360  
 liberação sexual 118-121  
 urbanismo e 461-461  
*veja também* novos movimentos sociais (NMSs)  
 Moynihan, Daniel Patrick 163-164  
 muçulmanos  
 deveres religiosos dos 429-430  
 no Reino Unido 438-439  
 muçulmanos sunitas 447-449  
 mudança climática 72-73, 495-496 *Fig. 19.8*, 498-499  
 mudança política  
 e globalização 62-27  
 e mudança social 356-360  
 mudança social 52-57, 571  
 as idéias de Marx sobre a 31-33  
 as idéias de Weber sobre a 32-34, 432-433  
 e a estrutura subjacente 53-54  
 e a mudança política 356-360  
 globalização e 519  
 influências sobre a 53-55  
 instituições fundamentais e 53-54  
 no período moderno 55-57  
 religião e 465-470  
 mudança *veja* mudança política; mudança social  
 mudanças globais 60-80  
 Mulgan, Geoff 161-162  
 mulheres  
 comportamento eleitoral 356-357  
 crimes contra as 190-192  
 e crime 189-192  
 e imagens religiosas 434-435  
 e o trabalho 69-70, 315-317  
 nas organizações religiosas 434-438, 440  
 no ensino superior 417-419  
 participação política das 356-357, 538-539  
 saúde 133-134, 136-137  
 mulheres que estão na base da pirâmide social 323-324  
 mulheres que trabalham fora, orientações para o trabalho 321-323  
 multimídia 377-378, 571  
 e educação 407-409  
 multinacionais *veja* corporações transnacionais  
 Muncie, John 192-194  
 Murdoch, Rupert 390-391  
 Munlock, George 107-108, 151-152  
 Muro de Berlim, queda do 346  
 Murray, Charles 259-260, 263-265  
*The Bell Curve* 420-421  
 música  
 e globalização 384-385  
*veja também* *reggae*  
 na força de trabalho 315-316 *Fig. 13.4*  
 na gerência 294-297  
 na pobreza 257-259 *Fig. 11.3*  
 na sociologia 33-34  
 nacionalismo 342-343, 571  
 e sociedade moderna 359-361  
 nos países em desenvolvimento 342, 361-363  
 teorias sobre o, e a nação 359-361  
 nacional-socialismo (Nazismo) 214-216, 219, 429-430, 517-518  
 nações sem Estado 360-364, 571  
 Nações Unidas 63-64, 78-79  
 Conferência da Terra (Rio de Janeiro, 1992) 486-487  
 Conferência sobre as mulheres 124-126  
 fertilidade, conjunturas de 481, 484  
*Nosso Futuro Comum* (Brundtland Report) (1987) 486-487  
 Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) 384-385  
*Relatório de Desenvolvimento Humano* (1999) 408-409, 487-488, 494  
 narcóticos, consumo de 196  
 nas sociedades pré-modernas 308-309  
 nascimentos, 283  
 comparações internacionais entre nascimentos ocorridos fora do casamento 158-159  
 controle masculino dos 139-140  
 envolvendo meninas adolescentes 265-267, *Fig. 11.5*  
 e tecnologias reprodutivas 540-541  
*Nation at Risk* (National Commission on Excellence in Education US) 409-410  
 National Assistance Act (1948) 274-275  
 National Association of Broadcasters (NAB) 468-469  
 National Baptist Convention 441-443  
 National Broadcasting Company (NBC) (EUA) 368-369  
 National Child Development Study 250-251, 327-328  
 National Grid for Learning 407-408  
 National Health Act (1946) 273-274  
 National Health Service (NHS) (RU) 134, 136-137, 274-275  
 National Insurance Act (1946) 273-274  
 natureza  
 impacto humano sobre a 484-488  
*versus* educação nas diferenças de gênero 102-103, 105  
 Nazismo *veja* Socialismo Nacional  
 Nazroo, James 167  
 Neale, Bren, *Family Fragments* 159-161  
 negociação, em parcerias 165-166  
 negras 111, 222-223  
 negro, uso do termo 207-208  
 Negroponte, Nicholas, *Being Digital* 371-378  
 negros  
 classe média 263-264  
 direitos civis nos EUA 272-273  
 famílias no Reino Unido 163-164  
 mulheres 111, 222-223  
 neo-fordismo 315-316  
 neo-marxismo  
 e classe 237-238  
 e racismo 212-213  
 Nestlé 493-494  
 Nettleton, Sarah 140-142  
 "networks" 358-359  
*New Criminology, The* (Taylor, Walton e Young) 178-179  
 New Policy Institute 257-258  
 New Towns Act (1946) 274-275  
 News Corporation 390-391  
 Nigéria 362-363, 450-451  
*nirvana* 430  
 normalização 178, 193-194  
 normas 38-40, 173-173, 571  
 e sanções 173-175  
 em mudança 38-40  
 Norte, o 48-49, 52-53  
 Noruega 331  
 nos empregos de meio turno 246-247, 317, 320-321  
 nos EUA 401-403  
*Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland) (1987) 486-487, 503-504  
 noticiários  
 aspectos ideológicos dos reportagens dos 377  
 controle do mundo 387-388  
 estudo sociológico da TV 371-374  
 "porteiros" dos 372-373  
 noticiários na TV, estudo dos sociólogos sobre os 371-374  
 Notting Hill, humitos de (1958) 219-220  
 nova criminologia 178-180, 571  
 Nova Direita Cristã 449, 451  
 "nova economia" 222-224, 241-242, 308  
 nova migração 226-228, 571  
 novelas 373-374  
 novo homem 115-116, 571  
 novo racismo 209-210, 571  
 Novo Realismo da Esquerda 179-181, 571  
 Novo Trabalhismo 354-358, 571-572  
 e o sistema prefeitoral 474-475  
 eleição (1997) 354-356 *Fig. 14.4*  
*Our Healthier Nation* 131, 133  
 política educacional 399-401, 410-412  
 políticas assistenciais 276-278  
 políticas de imigração 220-221  
*veja também* política da terceira via  
 novos movimentos religiosos (NMRs) 443-445, 572  
 e a secularização 442-445  
 tipos de 443-445  
 novos movimentos sociais (NMSs) 350-351, 356-359, 572  
 novos países industrializados (NPI) 49, 52-54, 572  
 "números obscuros" do crime não-registrado 182-185, 572  
 nunca denunciado à polícia 182-183 *Tabela 8.1*

- O'Brien, Margaret 327-328  
 O'Grady, capitão Scott 441-443  
 O'Leary, Virginia, *Storming the Tower* 418-419  
 Oakley, Ann 134, 136-137, 324-325  
 "objetificação" da 109  
 objetividade 28-31  
 observação participante 514-515, 519-522, 572  
 ocupação 306-307, 572  
 e classe 237-241, 247-248  
 padrões de minorias étnicas (desck: 1960) 222-223  
 variações no emprego de homens e mulheres por (1992-8) 307-308 *Fig. 13.2*  
 oferecimento de serviços públicos, mercados informais nos 276-277  
 Ollin, Lloyd E. 177-178  
 Ohmae, Kenichi 66-68, 362-363  
 olhar 86-87  
 masculino 115-116  
 médico *veja* olhar médico  
 patriarcal 109-111  
 olhar médico 138-139, 572  
 oligarquia, lei de ferro da 292-293, 569  
 Open University (OU) 395  
 Operação Resgate 449, 451  
 operacionalização, de um conceito 237-238  
 operários 243-245, 306-307, 333-335, 338-339, 414-415  
 opinião pública 374-375, 572  
 e a mídia 367  
 oportunidades de carreira 250-251  
 oportunidades no topo 321-324  
 ordem de gênero 111-114, 572  
 Ordem do Templo Solar 446-447  
 ordem social 273-274  
 crime e desvio 198-200  
 ordenação, das mulheres 435-438  
 organismos geneticamente modificados (OGMs) 499-501, 572  
 Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) 213-214  
 Organização Internacional do Trabalho (OIT), 74-77  
 aumento do desemprego masculino 316-317  
 definição da 331-332  
 definição de desemprego 331-332  
 e masculinidade 113-115  
 e pobreza 258-259  
 estrutural 332-333  
 relatório sobre a indústria do sexo 123-125  
 taxas de 331-332  
 tendências no Reino Unido 332-334  
 uso da palavra 331-332  
 Organização Mundial do Comércio (OMC)  
 protesto de Seattle (1999) 76-79, 358-359  
 organização pós-moderna 300-301  
 organizações 283-303, 572  
 definição das 283  
 em formato de redes 298-301  
 formas modernas 295-297  
 gênero e as 293-297  
 limites das 298-301  
 modelo japonês 295-297  
 pós-modernas 300-301  
 tecnologia e 297-299  
 teoria de Foucault sobre as 288-292  
 teorias da 284-294  
*veja também* organizações mecanicistas; organizações orgânicas  
 organizações carcerárias 289-290, 572  
 organizações intergovernamentais (OIGs) 63-65  
 organizações internacionais 63-65, 356-357, 539-540  
 organizações mecanicistas 287  
 organizações não-governamentais (ONGs) 63-27  
*Fig. 3.3*  
 organizações orgânicas 287-288  
 organizações religiosas  
 influência social, riqueza e prestígio 437-438  
 mulheres nas 434-438  
 níveis de membros 437-438  
 tipos de 433-435  
 organizações voluntárias, auxílio da previdência 276  
 orientação instrumental, para o trabalho 244, 309, 311-312  
 orientações para o trabalho, mulheres que trabalham fora 321-323  
 ortodoxia oriental 429-430, 442-443  
 Ouchi, William 297  
*Ouv. Healthier Nation* (Novo Trabalhismo) 131, 133  
 Oxford Mobility Study 249-250\*  
 óxido nítrico 495-497  
 padrão de vida aceitável 257-258  
 padrões de trabalho 68-70  
 padrões do crime no Reino Unido 182-185  
 padrões familiares  
 e diversidade étnica no Reino Unido 162-164  
 mudanças em nível mundial 151-152  
 no Reino Unido 154-155  
 paganismo 444-445  
 País, Jan 325-326  
 país 161-162, 328-329  
 atitudes da classe média 161-162  
 atitudes da classe trabalhadora 161-162  
 autoritarismo nos 210-212  
 emprego dos, e o desenvolvimento dos filhos 327-328  
 licença-maternidade e licença-paternidade 330-331  
*veja também* pais ausentes; famílias de pais gays; famílias chefiadas por pais solteiros; mães; monoparentalidade  
 pais ausentes 160-162, 572  
 País Basco 360-362  
 países desenvolvidos 74-75  
 envelhecimento da população nos 145, 481, 484  
 novas tecnologias nos 377-378, 408  
 países em desenvolvimento 48-49, 57, 74-75  
 analfabetismo nos 402  
 rações e nacionalismo nos 361-363  
 novas tecnologias nos 377-378, 408-409  
*veja também* Terceiro Mundo  
 países escandinavos 352-353  
 Palestina 450  
 palestinos 360-362  
 "pânico homossexual" 192-193  
 pânico moral 178-179, 192-194, 225-226, 229-230, 572  
 Panopticon 289-290  
 papéis  
 adoção de papéis em exames íntimos 94-95  
*veja também* papéis sociais  
 papéis de gênero 103, 105  
 papéis expressivos, das mulheres 108-109  
 papéis sociais 42-44, 92-93, 572  
 papéis sociais, e diálogo 86-91  
 papel de enfermo 141-143, 572  
 versões do 141-143  
 papel na sociedade moderna 346-347, 350, 375-377  
 paquistaneses, no Reino Unido 222-225, 258-259, 333-334  
 Paquistão 450  
 paramilitarismo para a sobrevivência 447  
 parcerias entre o público e o privado, na educação 409-410  
 parcerias gays 165-167  
 parcerias lésbicas 165-167  
 parcialidade  
 masculina na sociologia 533-534  
 nos resultados da pesquisa 511  
 parentesco 151-152, 572  
 parênteses *veja* marcadores  
 Park, Robert 456-458  
 Parlamento, Membros do (MPs) 354-356 *Fig. 14.4*  
 Parrell School, centro-oeste da Inglaterra 414-415  
 parques temáticos 387-388  
 Parsons, Talcott 34-35, 107-109, 141-142, 153-154  
 parceiras 283  
 participação política 265-266, 269-270  
 mulheres 356-357, 538-539  
 partido 572  
 definição de Weber 237  
 sistemas: multipartidários 352-353; bipartidários 351-352  
*veja também* partidos políticos  
 Partido Comunista Russo 346-347  
 Partido Conservador (Reino Unido) 353-354  
 política assistencial 274-277  
 política de renovação urbana 463-465  
 política educacional 398-399  
 Partido Social Democrata (Reino Unido) 353-354  
 Partido Trabalhista (Reino Unido) 353-356 *Fig. 14.4*  
 e religião 439, 441  
*veja também* Novo Trabalhismo  
 partidos políticos 351-352, 572  
 conservadores 351-352  
 de centro 351-352  
 de esquerda 351-352  
 de extrema direita na Europa 352-354 *Fig. 14.2*  
 e a eleição no Reino Unido 353-354  
 e a eleição nos países ocidentais 351-358  
 sistemas 351-354  
 partilha de cargo 69-70, 315-316, 329-330  
 Passing by (Gardner) 84-85  
 patentes 77-78  
 paternidade, crise da 161-162  
 patologia 138-139  
 patriarcado 109, 572  
 e a família 154-155, 274-275  
 nas religiões 434-435  
 privado 109-111  
 público 109-111  
 teorizando o 109-111  
 Paul, St 429-430  
 pauperização 236-237  
 Pawluch, Dorothy 96-97  
 Payne, Geoff 223-224  
 pena capital 119-121, 199, 572  
 pena de morte *veja* pena capital  
 penetração por nível de renda nacional 478-379  
*Tabela 15.1*

- pensamento  
   e a mudança social 55-57  
   religião e modos de 432  
   sociológico 24-26  
   *veja também* pensamento teórico na sociologia
- pensamento contra-intuitivo 529-530
- pensamento crítico 35-56
- pensamento teórico na sociologia 529-542  
   critérios do 529-530
- People's Choice?, The* (Lazarsfeld) 516-517
- "perda por ser mulher" 321-323 *Fig. 13.7*
- perfis do (década de 90) 184-185 *Fig. 8.2*
- perfluorcarbonos (PFCs) 497
- periferias e cidades 472-473
- peritratados do crime *veja* criminosos
- personalidade autoritária 210-212, 572
- perspectiva temporal, na pesquisa sociológica 517-519
- pesquisa  
   elaboração de um plano 511  
   execução da 511  
   formulação clara do problema 511  
   interpretação dos resultados 511  
   o problema 510-511  
   passos do processo de 510-512 *Fig. 20.1*  
   população na 516, 573  
   problemas éticos na 521-524  
   processo de 510-512  
   relato das descobertas 512  
   revisão das evidências 511
- pesquisa documentária 517-520, 572
- pesquisa histórica, combinação entre a pesquisa comparativa e a 518-519
- pesquisa qualitativa 515-516
- pesquisa quantitativa 515-516
- pessoas de idades ou *status* semelhantes, e comportamento desviante 176-178
- pessoas em busca de asilo 220-221, 227-229, 572
- pessoas não-casadas *veja* pessoas solteiras
- pessoas solteiras 154-155, 316-317
- Philo, Greg 372-374
- Pierson, Christopher, *Dismantling the Welfare State?* 276-277
- Pillars of Islam* 429-430
- Piore, Michael, *The Second Industrial Divide* 313-314
- pirataria *on-line*, música 384-385
- planejamento da vida 338-339
- plebiscitos 343-345
- pleno emprego 274-275, 415
- Plummer, Kenneth 119-121
- pluralismo 278-279, 391-392, 535-536  
   *veja também* pluralismo cultural
- pluralismo cultural 213-214, 572
- Plymouth Brethren 438-439
- pobres dos guetos 263-264
- pobres, identificando os 258-260
- pobreza 255-281  
   as mulheres e a 125-126, 134, 136-137, 320-321  
   "ciclo da vida" da 261-262  
   consumo e o meio ambiente 487-488 *Fig. 19.3*  
   definição da 255-257  
   e a raça nos espaços urbanos 519-524  
   e conflito urbano 471-473  
   e dependência assistencial 274-276, 564  
   e desigualdade 257-258, 278-279  
   e milenarismo 446-447  
   e mobilidade social 261-263  
   explicação da 259-262  
   medições oficiais da 256-257  
   mensuração da 256-258  
   na infância 257-260 *Fig. 11.3*  
   na velhice 146-147  
   níveis médios de 255 *Fig. 11.1*  
   no Reino Unido de hoje 257-259  
   por região em desenvolvimento 32-53 *Fig. 2.4*  
   saúde e 131-134  
   *veja também* pobreza absoluta; cultura da pobreza; pobreza relativa
- pobreza absoluta 255-256, 573
- pobreza informacional 408, 573
- pobreza relativa 255-257, 573
- poder 342, 573  
   as idéias de Foucault sobre o 537-539  
   e a formação do partido 237  
   e autoridade 342-343  
   e estupro 191-192  
   e ideologia 532-533  
   governo e política 342-343, 350-351  
   nas organizações 294-295  
   relações de poder na pesquisa 522-524  
   social e desvio 173-174  
   trabalho e carceris 111-112  
   *veja também* poder político
- poder político 342-343
- poder social, organizações e 283-284
- polarização social 259-260, 265-266, 326-327
- poliandria 151-152
- polícia  
   como trabalhadores que lidam com o contencioso 186-189  
   e assaltos 179-180  
   e o rótulo de delinqüente juvenil 96-97  
   etnicidade e 225-227  
   expansão da força 185-188 *Fig. 8.5*  
   hostilidade em relação à 226-227  
   racismo 225-227
- Polícia Metropolitana de Londres 208-210
- policiamento  
   a sociedade de risco 186-189  
   políticas do "ahorre e investigue" 226-228  
   *veja também* policiamento comunitário; "policiamento mínimo"; policiamento de tolerância zero
- policiamento comunitário 187-189
- "policiamento mínimo" 180-181
- Policing the Crisis* (Hall) 179-180
- Policing the Risk Society* (Ericson e Haggerty) 186-189
- Policy Studies Institute (PSI) 222, 225-226
- poligamia 151-152, 573
- poliginia 151-152
- Polish Peasants in Europe and America* (Thomas e Znaniecki) 517-518
- politeísmo 427-430, 573
- política 342, 573  
   de centro-esquerda 354-355; *veja também*  
   política da terceira via  
   e educação 398-401  
   e governo 342-365  
   e religião 449, 451  
   *veja também* política adversária
- política adversária 353-354
- política da terceira via 354-358, 573
- política de extrema direita 352-354 *Fig. 14.2*
- política econômica, espalhando os frutos do crescimento entre os pobres 257-258
- políticas trabalhistas de amparo à família 328-332
- políticas, avaliando os efeitos das 27
- políticos *versus* burocratas de carreira 292-294
- Poll Tax *veja* encargo comunitário
- Pollak, Otto 189-190
- Pollert, Anna 315-316
- Polônia 517-518
- poluição ambiental 72-73, 278-279, 469-470, 488-491, 494
- poluição do ar 488-490 *Tabela 19.1, Fig. 19.4*
- Poor Laws 273-274
- população 138-139  
   crescimento da 74-75, 479-506  
   crescimento mundial 479-485 *Fig. 19.1*  
   dinâmicas da mudança 479-481  
   e envelhecimento 145 *Fig. 6.5*, 274-276  
   em idade produtiva por gênero e classe (Reino Unido, 1999) 307-308 *Fig. 13.1*  
   projeções de crescimento futuro da 481, 484-485  
   Terceiro Mundo 480-483  
   urbana 467-469 *Fig. 18.2*  
   *veja também* demografia
- população (pesquisa social) 516, 573
- populações religiosas do mundo (1993) 430 *Tabela 17.1*
- pornografia 117-118, 196-197, 449, 451
- Porras, Jerry, *Built to Last* 337-338
- pós-fordismo 312-316, 573
- posição de classe das 246-250
- posição de mercado, e classe 236-239
- posições de classe *veja* posições contraditórias de classe
- positivismo 27-29, 175-177, 573
- pós-modernismo 344-345, 535-538, 573
- "pós-modernos" 241-245
- posses de bens, riqueza e classe 239-240
- povo Batak 119-120
- Powell, Enoch 219-220
- Power of Identity, The* (Castells) 358-359
- Prabhupada, Srii 172-173
- preconceito 208-210, 573  
   interpretações psicológicas 209-212  
   interpretações sociológicas 210-213
- preconceito, barreira do 109
- predestinação 528-529
- prefeitos, o papel dos 474-476
- pressuposições culturais 87-89
- previdência social 272-279  
   prioridades recentes na reforma da 276-278  
   visão institucional 272  
   visão residualista 272  
   visão universalista 273-274
- Primeira Guerra Mundial (1914-18) 316, 518-519
- primeiro ministro 351-352
- Primeiro Mundo 48-49, 54, 573
- princípio preventivo 303, 573
- prisões  
   burocratização das 289-290  
   e punição 197-200  
   população no Reino Unido (1971-7) 197-198 *Fig. 8.6*  
   tratamento nas 197-200  
   vigilância nas 289-290
- privação relativa 176-177, 270-271
- privacidade, e tecnologia da informação 196-197, 291-292
- privatização 257-258, 274-276, 353-354
- privatização da educação 408-412, 573
- privatização na Índia 370-371
- problemas éticos

- na pesquisa 521-524  
na tecnologia reprodutiva 540-541
- produção  
veja também produção em massa; meios de produção  
voltada para o grupo 297, 313-315  
produção em grupo 313-315  
produção em linha de montagem 312-313  
produção em massa 312-313, 535-536, 573  
produção flexível 313-314  
produtivismo 338-339  
profano, o 431-432, 434-435, 573
- professores  
desafio da tecnologia da informação para os 408  
salário vinculado ao desemprego 400-401, 409-410
- profetas 427-430, 445-447, 573
- profissionais 242-245, 306-307  
mulheres 306-307, 322-324
- profissionalismo, dimensões do 243-244  
Programa de Ação para as Cidades 463-465  
programas New Deal para a geração de empregos 278-279
- progresso 535-536  
projeção 210-211
- proletariado veja classe trabalhadora
- propaganda, televisão 368-369, 373-374
- proporção de dependência 145, 573
- prostituição 117-118, 122-126, 573  
como crime feminino 189-190  
explicação da 124-126  
infantil 123-126  
legislação sobre a 123-125  
nas sociedades modernas 122-124  
nas sociedades tradicionais 122-123  
tipos de 122-124
- prostituição infantil 123-126
- Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (Weber) 432, 528-530, 534-535
- protestantismo 429-430, 439, 441-443  
e capitalismo 432, 528-530
- provedores de serviços na internet 379-380, 385-387
- proximidade, compulsão da veja compulsão da proximidade
- psicologia  
e comportamento criminoso 174-177  
e o preconceito e a discriminação 209-212
- psicopatas 174-175, 573
- puberdade 104
- public schools* (RU) veja escolas particulares
- publicação, e os problemas éticos na pesquisa 521-524
- punição  
mudanças nos modos de 289-290  
veja também pena capital
- puritanismo 432, 528-529, 534-535
- Pusztai, Arpad 493-494
- Q.I. (quociente intelectual) 573  
e fatores genéticos 420-421  
e sucesso educacional 419-422  
testes de 420-421
- quadros de horários 290-291
- qualificações educacionais, e índices de desemprego 333-334
- quarta idade 147-148
- quase-interação mediada 376-377
- Quebec 344-345, 361-362
- questionários 511, 515-516  
autoaplicáveis 515-516  
veja também questionários abertos; questionários padronizados
- questionários abertos 516
- questionários padronizados 516
- questões comparativas 508-510, 573
- questões evolutivas 508-510, 573
- questões factuais 508-510, 573
- questões sociológicas 508-510 *Tabela 20.1*  
investigações empíricas 508-509  
questões comparativas 508-510  
questões evolutivas 508-510  
questões factuais 508-510  
questões teóricas 508-510  
questões teóricas 508-510, 573
- raça 111, 204-206, 573  
conceito de 210-211  
e biologia 204-205  
e crime 224-227  
e pobreza nos espaços urbanos 519-524  
e saúde 134, 136-138  
e suburbanização 461-462
- racialização 205-206, 573
- racionalismo 426
- racionalização 33-34, 284-285, 301-302, 534-536, 573
- racismo 111, 205-210, 574  
a permanência do 210-211  
explicação 209-213  
múltiplo 209-210  
na Europa 353-354  
na política de imigração 219-221, 229-230  
polícia 225-227  
teorias de conflito 212-213  
teorias psicológicas 209-212  
veja também racismo institucional; novo racismo
- racismo cultural veja novo racismo
- racismo institucional 208-210, 225-227, 574
- Rafsanjani, Hashemi 448-449
- Ramadhã 429-430
- RAND Corporation 358-359
- rastafária 40-42, 438-439
- reações políticas ao 184-188
- Reagan, Ronald 184-186, 257-258, 274-276, 449, 451, 474-476
- realidade, construção social da 83-84, 95-97
- rebeldes, aspirações e recompensas 176-177
- recasamento 155-160
- reciclagem de resíduos 491, 494, 503-504
- reciclagem urbana 465-469, 574
- recolhidos, aspirações e recompensas 176-177
- recompensas, e aspirações 176-177
- recursos naturais, esgotamento dos 491, 494
- recursos renováveis 491, 494
- recursos veja recursos renováveis
- rede de contatos, estabelecimento de uma 299-300
- redução da camada de ozônio 72-73
- redução no tamanho das empresas 248-249, 337-338
- reducionismo biológico 109-110
- reencarnação 430
- reestruturação empresarial 248-249
- reflexividade 68-69, 523-524, 540-541, 574
- reflexividade social 539-541
- refugiados 213-214, 227-230  
no Reino Unido 220-221
- reggae 34-36
- região de frente 93-94, 574
- região de fundo 93-94, 96-97, 574
- regime de gênero 111-112, 114-115, 574
- regime político, tipos de 342-345
- regime Taliban, Afeganistão 40, 42, 448-450
- regimes de saúde 143-144
- regimes previdenciários  
conservador-corporativista 272-273  
liberal 272-274  
socialdemocrata 272-273
- regionalização 66-68, 96-97, 361-362, 574
- registrado 187-184
- Registrar General's Social Class (RGSC) 237-239
- registros escritos 284-285, 290-291
- regras 172-173
- regulação social 30-31
- regulamentação da mídia 390-392, 574
- Reid, Ivan 398-399
- reincidência 190-191, 198-200, 574
- Reino Unido  
ascensão do Estado Assistencial 273-276  
como meritocracia 250-251  
crime organizado no 195-196  
distribuição da riqueza 239-243 *Tabela 10.2*  
diversidade étnica no 220-227  
educação 398-401  
ensino superior 401-403, 406  
imigração para o 216, 219-221  
membros da Igreja no 439, 442-443  
origens e desenvolvimento da educação no 396-401  
padrões da criminalidade 182-185  
padrões familiares 154-155  
partidos políticos e eleição no 353-354  
pobreza no 257-259  
população idosa (1901-2051) 145 *Fig. 6.5*  
publicação de jornais 367-368  
racismo no 213  
religião no 438-439, 441-442 *Tabela 17.2*  
resgate das "escolas reprovadas" 410-412  
saúde no 134, 136-137  
taxas de divórcio 154-155, 157-163  
urbanismo no 456-457
- relação causal 512-513, 574
- relação entre paciente e médico 94-95, 138-140
- relacionado às drogas 193-194
- relacionamento entre mãe e filho veja interação entre pais e filhos
- relacionamentos sociais e econômicos 24-25
- relações de gênero 111-116, 574  
e risco 538-539
- relações formais 285-286 *Fig. 12.1*, 574
- relações informais 285-286, 574
- relativismo cultural 40, 42, 574
- relato sociobiológico do comportamento sexual humano 116-118  
levantamentos do 118-122
- Relatório Brundtland veja *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland) (1987)
- relatório da pesquisa, publicação do 512, 521-522
- Relatório de Desenvolvimento Humano* (1999) (Nações Unidas) 408-409, 487-488, 494
- Relatório Macpherson (1999) 208-209, 225-226
- religião 426-453, 574  
a diversidade de religiões 427-431 *Tabela 17.1*  
as opiniões de Weber sobre a 33-34, 432-433  
compromisso com a (1990-3) 441-443 *Fig. 17.3*  
definição da 426-429, 437-438

- na pesquisa 521-524  
na tecnologia reprodutiva 540-541
- produção  
veja também produção em massa; meios de produção  
voltada para o grupo 297, 313-315  
produção em linha de montagem 312-313  
produção em massa 312-313, 535-536, 573  
produção flexível 313-314  
produtivismo 338-339  
profano, o 431-432, 434-435, 573
- professores  
desafio da tecnologia da informação para os 408  
salário vinculado ao desempenho 400-401, 409-410
- protestas 427-430, 445-447, 573
- profissionais 242-245, 306-307  
mulheres 306-307, 322-324
- profissionalismo, dimensões do 243-244
- Programa de Ação para as Cidades 463-465
- programas New Deal para a geração de empregos 278-279
- progresso 535-536
- projeção 210-211
- proletariado veja classe trabalhadora
- propaganda, televisão 368-369, 374-374
- proporção de dependência 145, 573
- prostituição 117-118, 122-126, 573  
como crime feminino 189-190  
explicação da 124-126  
infantil 123-126  
legislação sobre a 123-125  
nas sociedades modernas 122-124  
nas sociedades tradicionais 122-123  
tipos de 122-124
- prostituição infantil 123-126
- Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (Weber) 432, 528-530, 534-535
- protestantismo 429-430, 439, 441-443  
e capitalismo 432, 528-530
- provedores de serviços na internet 379-380, 385-387
- proximidade, compulsão da veja compulsão da proximidade
- psicologia  
e comportamento criminoso 174-177  
e o preconceito e a discriminação 209-212
- psicopatas 174-175, 573
- puberdade 104
- public schools (RU) veja escolas particulares
- publicação, e os problemas éticos na pesquisa 521-524
- punição  
mudanças nos modos de 289-290  
veja também pena capital
- puritanismo 432, 528-529, 534-535
- Pisztai, Arpad 493-494
- Q.I. (quociente intelectual) 573  
e fatores genéticos 420-421  
e sucesso educacional 419-422  
testes de 420-421
- quadros de horários 290-291
- qualificações educacionais, e índices de desemprego 333-334
- quarta idade 147-148
- quase-internação mediada 376-377
- Quebec 364-365, 361-362
- questionários 511, 515-516  
autoaplicáveis 515-516  
veja também questionários abertos, questionários padronizados
- questionários abertos 516
- questionários padronizados 516
- questões comparativas 508-510, 573
- questões evolutivas 508-510, 573
- questões factuais 508-510, 573
- questões sociológicas 508-510 *Tabela 20.1*  
investigações empíricas 508-509  
questões comparativas 508-510  
questões evolutivas 508-510  
questões factuais 508-510  
questões teóricas 508-510  
questões teóricas 508-510, 573
- raça 111, 204-206, 573  
conceito de 210-211  
e biologia 204-205  
e crime 224-227  
o pobreza nos espaços urbanos 519-524  
e saúde 134, 136-138  
e suburbanização 461-462
- racialização 205-206, 573
- racionalismo 426
- racionalização 33-34, 284-285, 301-302, 534-536, 573
- racismo 111, 205-210, 574  
a permanência do 210-211  
explicação 209-213  
múltiplo 209-210  
na Europa 353-354  
na política de imigração 219-221, 229-230  
policia 225-227  
teorias de conflito 212-213  
teorias psicológicas 209-212  
veja também racismo institucional; novo racismo
- racismo cultural veja novo racismo
- racismo institucional 208-210, 225-227, 574
- Rafsanjani, Hashemi 448-449
- Ramadhã 429-430
- RAND Corporation 358-359
- rastafáris 40-42, 438-439
- reações políticas ao 184-188
- Reagan, Ronald 184-186, 257-258, 274-276, 449, 451, 474-476
- realidade, construção social da 83-84, 95-97
- rebeldes, aspirações e recompensas 176-177
- recasamento 155-160
- reciclagem de resíduos 491, 494, 503-504
- reciclagem urbana 465-469, 574
- recolhidos, aspirações e recompensas 176-177
- recompensas, e aspirações 176-177
- recursos naturais, esgotamento dos 491, 494
- recursos renováveis 491, 494
- recursos veja recursos renováveis
- rede de contatos, estabelecimento de uma 299-300
- redução da camada de ozônio 72-73
- redução no tamanho das empresas 248-249, 337-338
- reducionismo biológico 109-110
- reencarnação 430
- reestruturação empresarial 248-249
- reflexividade 68-69, 523-524, 540-541, 574
- reflexividade social 539-541
- refugiados 213-214, 227-230  
no Reino Unido 220-221
- reggae 34-36
- região de fronteira 93-94, 574
- região de fundo 93-94, 96-97, 574
- regime de gênero 111-112, 114-115, 574
- regime político, tipos de 342-345
- regime Taliban, Afeganistão 40, 42, 448-450
- regimes de saúde 143-144
- regimes previdenciários  
conservador-corporativista 272-273  
liberal 272-274  
socialdemocrata 272-273
- regionalização 66-68, 96-97, 361-362, 574
- registrado 182-184
- Registrar General's Social Class (RGSC) 237-239
- registros escritos 284-285, 290-291
- regras 172-173
- regulação social 30-31
- regulamentação da mídia 390-392, 574
- Reid, Ivan 398-399
- reincidência 190-191, 198-200, 574
- Reino Unido  
ascensão do Estado Assistencial 273-276  
como meritocracia 250-251  
crime organizado no 195-196  
distribuição da riqueza 239-243 *Tabela 10.2*  
diversidade étnica no 220-227  
educação 398-401  
ensino superior 401-403, 406  
imigração para o 216, 219-221  
membros da igreja no 439, 442-443  
origens e desenvolvimento da educação no 396-401  
padrões da criminalidade 182-185  
padrões familiares 154-155  
partidos políticos e eleição no 353-354  
pobreza no 257-259  
população idosa (1901-2051) 145 *Fig. 6.5*  
publicação de jornais 367-368  
racismo no 213  
religião no 438-439, 441-442 *Tabela 17.2*  
resgate das "escolas reprovadas" 410-412  
saúde no 134, 136-137  
taxas de divórcio 154-155, 157-163  
urbanismo no 456-457
- relação causal 512-513, 574
- relação entre paciente e médico 94-95, 138-140
- relacionado às drogas 193-194
- relacionamento entre mãe e filho veja interação entre pais e filhos
- relacionamentos sociais e econômicos 24-25
- relações de gênero 111-116, 574  
e risco 538-539
- relações formais 285-286 *Fig. 12.1*, 574
- relações informais 285-286, 574
- relativismo cultural 40, 42, 574
- relato sociobiológico do comportamento sexual humano 116-118  
levantamentos do 118-122
- Relatório Brundtland veja *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland) (1987)
- relatório da pesquisa, publicação do 519, 521-522
- Relatório de Desenvolvimento Humano (1999)* (Nações Unidas) 408-409, 487-488, 494
- Relatório Macpherson (1999) 208-209, 225-226
- religião 426-453, 574  
a diversidade de religiões 427-431 *Tabela 17.1*  
as opiniões de Weber sobre a 33-34, 432-433  
compromisso com a (1990-3) 441-443 *Fig. 17.3*  
definição da 426-429, 437-438

- e a ciência 426  
 e a tese da secularização 437-439, 441-444  
 e mudança social 432-433, 437-444  
 e o gênero 434-438  
 no Reino Unido 438-439, 441 *Tabela 17.2*  
 nos EUA 439, 441-443  
 opiniões de Durkheim sobre a 431-432  
 opiniões de Marx sobre a 376-377, 430-432  
 tensão entre a institucionalização e o despertar  
 religioso 434-435  
 teorias da 430-434  
*veja também* religiões éticas; sociologia da re-  
 ligião; religiões do mundo
- religiões da salvação 432-433, 446-447  
 religiões do mundo, as idéias de Weber sobre as  
 432-433  
 religiões éticas 430-431, 434-435, 574  
 religiosidade 438-439, 441-443  
 renda  
 distribuição de: 45, 74-75, 261-262 *Tabela 11.2*  
 "modelo de Inerita" da determinação da 262-  
 263  
 níveis, dos mais ricos aos mais pobres 74-75  
*Fig. 3.4 e 3.5*
- renovação urbana 187-189, 463-469, 474-475,  
 574  
 representação política 473-474  
 representação proporcional 351-352  
 reprodução  
 controle masculino da 109  
 imperativo biológico para a 115-117  
 reprodução cultural 412-414, 574  
 análise de Willis 413-415  
 e educação 412-414  
 resíduos domésticos 490-491, 494  
 resistência à mídia de massa global 389-391  
 respostas exclamativas 89-90, 574  
 restrição social 530, 574  
 retratos da masculinidade 114-116  
 Revolução Francesa (1789) 27-28, 519  
 Revolução Industrial 27-28, 574  
 revolução islâmica, no Irã (1978-9) 448-449  
 Revolução Russa (1917) 519  
 revolução tecnológica 465  
 revoluções 356-358, 574  
 Marx nas 32-33  
 no Leste Europeu (1989) 344-346  
 o estudo de Skocpol 519
- ricos 241-242  
 ricos e pobres em termos de trabalho 757-759,  
 326-327  
 Richardson, Diane 192-193  
 ricos  
 a distância que os separa dos mais pobres 251,  
 256-258  
 os 239-242 *Tabela 10.3*
- Riesman, David, *The Lonely Crowd* 383-384  
 risco 71-72, 278-279  
 e a confiança 540-541  
 e a globalização 71-75  
 e as relações de gênero 538-539  
 e o meio ambiente 494-503  
*veja também* risco externo; risco produzido  
 (risco fabricado)  
 risco externo 71-72, 575  
 risco produzido 71-74, 575  
 riscos ambientais 71-73, 278-279, 487-488, 494-  
 503  
*Rise of the Network Society, The (Castells)* 299-  
 300
- Ritalina 140-141  
 rituais wiccan 444-445  
 ritual 575  
 religioso 426-429, 431-433  
 ritualismo, aspirações e recompensas 176-177  
 ritualismo burocrático 287  
 Ritzer, George 301-302  
 Roberts, Oral 451-452  
 Rubenson, Pat 451-452  
 robôs 310-311  
 Rogers, Lord 465  
 rom (ciganos) em busca de asilo 220-221, 229-  
 230  
 rosto  
 corpo e discurso na interação 90-98  
 gestos e emoção 84-86  
 rotinas 83-84  
 Ruanda, genocídio dos Tutsis promovido pelos  
 Hutu (1994) 214-215  
 Rubin, Lillian 118-119  
*Families on the Fault Line* 161-162  
*Rumo a um Renascimento Urbano (Urban Task*  
*Force)* 463-465  
 Rushdie, Salman, *Versus Sardinicos* 449, 451  
 Rússia 227-228, 472-473  
 mídia 196  
 prostituição na 124-125  
 Rutherford, Jonathan 114-116
- Sabel, Charles, *The Second Industrial Divide* 313-  
 314  
 Safir, William 226-227  
 Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé  
 (1977) 435-436  
 sagrado, o 431-432, 434-435, 575  
 sala de aula sem paredes 408  
 sala de aula, a tecnologia na 407-408  
 salário vinculado ao desempenho, para profes-  
 sores 400-401, 409-410  
 salários  
 disparidade salarial 320-323 *Fig. 13.7*  
 salário mínimo nacional 320-322 *Fig. 13.6*  
 salários 374-375  
 sanções 103, 105, 173-175, 575  
 São Francisco, movimento gay em 461  
 São Paulo 469-470  
 Sasson, Saskia, *The Global City* 471-473  
 saúde  
 a base social da 130-131  
 coesão social e 134-137  
 distribuição da 239-243 *Tabela 10.2*  
 doença e envelhecimento 129-149  
 e classe 131-131, 133  
 e envelhecimento 144-147  
 e exclusão social 269-270  
 e gênero 131, 133-134, 136-137 *Tabela 6.2*  
 e insegurança no emprego 336-337  
 e raça 134, 136-138  
 influências culturais e materiais sobre a 131,  
 133-134 *Fig. 6.2*  
 perspectivas sociológicas na 140-144  
 principais tendências na 140-141 *Fig. 6.4*  
*veja também* modelo biomédico da saúde  
 saúde pública 130-131, 133, 138-139, 273-274  
 saúde, desigualdades da 131, 137-138  
 e pobreza 257-258  
 explicações 131, 133  
 saúde, riscos a 72-74  
 saúde, sistema de 134, 136-137; *veja também*  
 saúde pública
- saúde, transição da 140-142, 577  
 Saussure, Ferdinand de 536-537  
 Savage, M. 244-245  
 Sayers, Janet 104-105  
 Scarman Report (1982) 463-465  
 Schengen, acordo de 227-229 *Fig. 9.3*  
 Schiller, Herbert 387-388  
 Schmidt, Benno 410-411  
 Schuller, Tom, *Life after Work* 147-148  
 Scott, John 241-242  
*Second Industrial Divide, The (Piore e Sabel)*  
 313-314  
 secularização 437-439, 442-444, 575  
 e os novos movimentos religiosos (NMRs) 445  
 tese da 437-439, 441-445
- segregação  
 racial 111  
*veja também* apartheid; segregação ocupa-  
 cional dos gêneros  
 segregação ocupacional dos gêneros 111-112,  
 293-294, 316-317, 320-321, 575  
 segregação horizontal 316-317, 320  
 segregação vertical 316-317  
 seguidores do Reverendo Moon *veja* Igreja da  
 unificação  
 Segunda Guerra Mundial 48-49, 54  
 "segunda modernidade" (Beck) 538-539  
 segurança no emprego 297  
 o fim do "emprego para a vida inteira" 337-338  
 seitas 433-435, 442-443, 575  
 seitas pentecostais 445, 452  
 seleção acadêmica 397-400  
 sem filhos 161-163  
 sem-teto 268-271, 575  
 sem-teto, situação dos  
 e a juventude 268-269  
 no Reino Unido 269-271, 276  
 Senett, Richard 305-306  
*The Conscience of the Eye* 465-469  
*The Corrosion of Character* 336-337  
 separação, e identidade de gênero 104-105  
 serviços de coleta de lixo 491, 494  
 serviços, e o "esforço emocional" 508-509  
 sexismo 109  
 sexo 102-103, 575  
 construção social do 103, 105-107  
 sexo pré-matrimonial 117-119  
 sexualidade: 102, 115-120, 575  
 as idéias de Foucault sobre a 138-139, 538-539  
 base biológica da 115-117  
 crise da 113-114  
 e gênero 102-127, 109  
 na cultura ocidental 117-120  
 relações patriarcais na 109-111  
 Shapiro, Robert 499-501, 493-494, 503  
 Shelter 269-270  
 Shepard, Matthew 192-193  
 Sidewalk (Dunier) 455  
 significado 536-537  
 crise de 114-115  
 Silício, Vale do 503-504  
 simbolismo cultural, negro e branco 210-211  
 símbolos 35-36, 244-245, 575  
 religiosos 426-428, 434-435  
 Simpson, G. J. 374-376  
 simultâneos 375-376, 575  
 Síria 450  
 sistema adversarial, no divórcio 157  
 Sistema de Codificação de Ações Faciais (SCAF)  
 84-86

- sistema ocupacional, tendências no 306-309  
 sistemas de alta confiança 312-313, 575  
 sistemas de baixa confiança 312-313, 575  
 sistemas presidenciais 351-352  
 situação de trabalho 238-239  
 situações de classe contraditórias 237, 575  
 Skocpol, Theda, *States and Social Revolutions* 519  
 Slapper, Gary 193-196  
 Sinart, Carol, *Family Fragments* 159-161  
 Smith, Adam, *The Wealth of Nations* 309, 311-312  
 Smith, Anthony 360-361  
 Smith, John 354  
 Smith, Russel 196-197  
 soberania 342-343, 575  
   globalização e 67-69  
 sobrecarga de trabalho 327-328  
 socrênatural, o 426-427, 438-439  
 Social Change and Economic Life Initiative 264-265  
 Social Exclusion Unit 277-278  
 Social Security Act (1988) 274-276  
 socialismo 344-345, 351-352, 534-537  
 socialização 40-45, 575  
   e o papel de enfermo 141-143  
   e o tempo gasto assistindo televisão 369, 371-374  
   veja também agentes de socialização; socialização de gênero; socialização primária; socialização secundária  
 socialização de gênero 103-106, 108-109, 532-533, 575  
 socialização primária 42-43, 103, 105, 108-109, 153-154, 575  
 socialização secundária 42-43, 103, 105  
 sociedade  
   conceito de 38, 509-510, 530-531, 575  
   e cultura 37-58  
   tipos de 44-53  
 sociedade civil 355-356, 358-359, 575  
 sociedade cosmopolita 78-79, 229-230, 564  
 sociedade da informação 62-63, 323-324, 539-540  
 sociedade da vigilância 291-292, 575  
 sociedade de risco 73-75, 494-495, 538-539, 575  
   estratégias de redução do crime na 184-189  
 sociedade disciplinar 289-290, 538-539  
 sociedade do conhecimento 422-423  
 "sociedade dual" (Gorz) 338-339  
 Sociedade Internacional para a Consciência de Krishna veja movimento Hare Krishna  
 sociedade Nuer 427-429  
 sociedade pós-industrial 62-63, 308  
 sociedade sem escolas 412-413  
 sociedades agrárias 45-45, 47-48, 236-237, 575  
 sociedades caçadoras e coletoras 45, 48, 484-485, 576  
   o declínio das 46 Fig. 2.1  
 sociedades camponesas 517-518  
 sociedades do mundo 48-53 Fig. 2.3, 54 Tabela 2.3; veja também Primeiro Mundo; Segundo Mundo; Terceiro Mundo  
 sociedades industriais 47-48, 235-236, 576  
 sociedades modernas 47-48  
   a mídia e as 375-377  
   burocracia nas 534-535  
   interação nas 381-383  
   nacionalismo nas 359-361  
   natureza do trabalho nas 305-307  
   religião nas 432  
   sociedades monoculturais 39-40  
   sociedades multiculturais 39-40, 213  
   sociedades ocidentais  
     a classe na atualidade nas 239-247  
     sexualidade nas 117-120  
   sociedades pastoris 45, 47-48, 576  
   sociedades pré-modernas 45-49  
     a família nas 151-152  
     imagens da saúde e da doença 137-138  
     tipos de 48 Tabela 2.1  
   sociedades tradicionais 45, 47-48  
   cidades nas 461-462  
   e os idosos 144-145  
   religião nas 427-429  
   sexualidade nas 115-116  
   trabalho nas 308-309  
*Society in America* (Martineau) 33-34  
 sociologia 23-36, 576  
   a influência da 523-524  
   as origens da 27-34  
   desenvolvendo a abordagem sociológica 24-26  
   e o problema do gênero 532-534  
   enquanto ciência 77-81, 509-511  
   o estudo da 25-27  
   pensamento teórico na 528-542  
   perspectivas recentes da 33-36  
   profissionalização da 28-29  
   reflexividade da 68-69, 523-524, 539-541, 574  
   relevância da 25-27  
   uso do termo 27-28  
   utilidades práticas da 25-27  
   veja também abordagens teóricas; dilemas teóricos; questões teóricas  
 sociologia da religião 33-34  
 sociologia do corpo veja corpo, sociologia do  
 sociologia do desvio veja desvio, sociologia do  
 sociologia urbana, abordagem ecológica 456-457, 561  
 sodomia 119-121  
 solidariedade 29-31, 106-107, 265, 309, 311-312, 354-355  
   e saúde 134-137  
   nacional 274-275  
   veja também solidariedade mecânica; solidariedade orgânica  
 solidariedade mecânica 29-31  
 solidariedade orgânica 29-31  
 Solomos, John 213  
 Sony Corporation 387  
 sorriso 508  
   diferenças culturais no 508-509  
 Southern Baptist Convention 441-443, 451-452  
 Spencer, Christopher 310  
 Stalker, G. M. 287, 295-297  
 Stanton, Elizabeth Cady, *The Woman's Bible* 434-435  
*States and Social Revolutions* (Skocpol) 519  
 status 92-93, 576  
   definição de Weber 236-237  
   veja também status conquistado; status atribuído  
 status atribuído 93-94, 576  
 status conquistado 93-94, 234, 576  
 status mestre 93-94, 576  
*Storming the Tower* (Lie e O'Leary) 418-419  
 Strauss, Anselm 143-144  
 Straw, Jack 208-209, 225-226  
 subcultura desviante 173-174, 176-178, 576  
 subculturas 39-40, 42, 576  
   criminosas 180-181, 190-191  
   desviantes 176-178  
   diversas nas cidades 459-460  
   veja também subculturas delinquentes; subculturas desviantes  
 subculturas delinquentes 176-177, 576  
 subculturas gays, e a AIDS 122  
 subnutrição, em proporção à população (1995-7) 484-485 Fig. 19.2, 500-501  
 "subpolítica" (Beck) 538-541  
 subsistência 255-256  
 suburbanização 461-463, 576  
   no Reino Unido 461-463  
   nos EUA 461-462  
 subúrbios  
   sucesso econômico, minorias étnicas no Reino Unido 222-224  
   sucesso educacional, e Q.I. (quociente intelectual) 419-422  
 Sudão 362-363, 448-450  
 sudeste da Ásia  
   economia dos "Íngres asiáticos" 49, 52, 66  
   indústria do sexo 123-125  
 Suécia  
   Estado Assistencial 272  
   oportunidades iguais 331  
   prostituição na 124-125  
 sufrágio  
   feminino 356-357  
   universal 356-357  
 Suharto, Presidente 342  
 Suíça 352-353  
 suicídio 30-31, 509-510, 512-513  
   altruístico 30-31  
   anômico 30-31  
   egoístico 30-31  
   fatalista 30-31  
 Sul, o 48-49, 52-53  
 Sullivan, Andrew, *Virtually Normal* 122-123  
 "superempresas" de 385-387  
 superstições 427-429  
 Sutherland, Edwin H. 177-178, 193-194  
 Swaggart, Jimmy 451-452  
 Swann Report, *Education for All* (1985) 418-419  
  
 tabelas, leitura de 523-524  
 taoísmo 430-431  
 "tarefas múltiplas", atribuição de 313-314-  
 tato 85-86  
 taxas brutas de natalidade 480-481  
 Taylor, Frederick Winslow 312  
 Taylor, Ian, *The New Criminology* 178-179  
 Taylor, Laurie 288-290  
 taylorismo 309-313, 576  
 Tchetchênia 360-361, 447-448, 450-451  
 técnicas de produção de alimentos, riscos presentes nas 72-74  
 tecnologia 306-307, 576  
   e as organizações modernas 297-299  
   e desenvolvimento capitalista 534  
   e o trabalho 310-309, 311-312  
   e os movimentos sociais 358-360  
   na educação 407-408  
   veja também tecnologia das comunicações  
 tecnologia da informação 241-244, 259-260, 297-299, 301-302, 446-447  
   e educação 407-409  
   e movimentos sociais 358-359  
   e regulação 290-292  
   e trabalho 319-312



- tecnologia das comunicações e educação 407-409, 412-413  
 explosão da nova 61-63, 377-380
- tecnologias reprodutivas 540-541  
 e dilemas éticos 540-541
- telecomunicações 61-62, 377, 576  
 desigualdade global (1995) 62-63  
 e a convergência da mídia de massa 301-302  
 e as corporações transnacionais 383-385  
 e o cumprimento das leis 196-197  
 penetração por nível de renda nacional 378-379  
*Tabela 15.1*
- teleconferência 298-299, 310-311
- tele-evangelização 451-452
- telefone  
 celulares 378-380 *Fig. 15.3 e 15.4*  
 chamadas internacionais (1995) 63-64 *Fig. 3.2, 377-378*  
 densidade em nível mundial 379-380 *Fig. 15.4*  
 economias com rede digitalizada 378-379 *Fig. 15.2*
- telefones celulares 378-380 *Fig. 15.3 e 15.4*  
 e o Protocolo para Aplicações sem Fio 379-380
- "teletrabalhadores" 243-244, 309, 311-312, 330-331
- teletrabalho 309, 311-312
- teletrabalho *veja também* trabalho em casa
- televisão  
 a cabo 346-347, 367-371  
 canais comerciais 367-368  
 cobertura sobre o mundo em desenvolvimento 387-388  
 digital 367-369, 371  
 e a violência 371-372  
 e o gênero 373-374  
 e os jornais 367-374  
 efeito sobre o comportamento 536-537  
 globalização e 369, 370-371  
 na China 388-390  
 nos EUA 368-369  
 o impacto da 369, 371-374  
 "pay-per-view" 390-391  
 por satélite 346-347, 367-371, 389-390  
 programação da 373-374, 387-388  
 transmissão pública 367-369, 371
- tempo  
 organizações e controle do 288-292  
 origens religiosas do conceito de 432  
 que as crianças passam com os pais 327-328  
*Tabela 13.1*  
*veja também* tempo do relógio  
 tempo de duplicação 480-481, 576  
 tempo dedicado à 327-328 *Tabela 13.1*  
 tempo do relógio 96-98, 576  
 tempo gasto assistindo televisão 367-368  
 por gênero e idade (Reino Unido, 1998) 368-369 *Fig. 15.1*  
 tempo que passam com os pais 327-328 *Tabela 13.1*  
 tempo universal coordenado (TUC) 96-98
- tendência central 522-524, 576
- teoria, critérios para uma boa 529-530
- teoria da rotulação 96-97, 177-179, 182, 576
- teoria das janelas quebradas 181, 187-189, 576
- teoria de classe 234-237
- teoria de controle 180-182, 576
- teoria de Wright sobre a 237-238
- teoria do germe da doença 138-139, 576
- teorias de alcance médio 528
- teorias de controle 180-182
- teorias feministas 108-109, 576-577
- teorias interacionistas, do desvio 177-179
- teorias sociológicas 210-213
- terceira idade 147-148, 422-423, 577
- Terceiro Mundo 48-49, 54, 577  
 democracias liberais no 344-345  
 e o imperialismo da mídia 387-392  
 e os problemas ambientais 490-495  
 superpopulação nas cidades 467-472  
 taxas de fertilidade 468-469, 480-481  
 urbanização 468-472
- termos estatísticos 522-524
- terrorismo eletrônico 196-197
- tese do aburguesamento 244
- testemunhas de Jeová 440
- Thatcher, Margaret 131, 133, 184-186, 220-221, 251, 257-258, 274-276, 353-354, 398-399, 462-463, 474-475
- thatcherismo 353-354, 577
- Theory of Communicative Action, The* (Habermas) 538-539
- Thomas, W. I., *The Polish Peasant in Europe and America* 517-518
- Thompson, John 375-377
- Thompson, Warren S. 481, 484
- Three Worlds of Welfare Capitalism, The* (Esping-Andersen) 272-274
- tibetanos, na China 361-362
- Time Bind, The* (Erichschilf) 68-70, 324-325
- Time Warner 384-387
- Timor Leste 342, 360-361  
 "tipos de criminosos" 173-175  
 tipos de personalidade, e crime 173-175  
 tipos ideais 33-34, 285-286, 577
- Tizard, Barbara 412
- tolerância, do comportamento desviante 300
- tomada de decisões  
 coletivas na esfera pública 537-539  
 de baixo para cima 295-297, 301-302
- Tombs, Steve 193-196
- Tóquio 445, 472-473
- totemismo 427-429, 431-432, 577
- Tough, Joan 412
- Townsend, Peter 257-258
- trabalhador de portfólio 337-338, 577
- trabalhadores de colarinho-branco 222-224, 242-244, 249-250, 306-307, 335-336
- trabalho, 143-144, 577  
 atitudes instrumentais 244, 309, 311-312  
 a transformação do 312-316  
 as mulheres no 315-326  
 características do 305-307  
 degradação do 309-312  
 desigualdade de gênero 316-326  
 e tecnologia 309-312  
 e vida econômica 305-340  
 e vida privada 297  
 equilibrando família e 68-70, 326-332  
 força e catexis 111-112  
 o futuro do 337-339  
 mão-de-obra assalariada 31-32  
*veja também* divisão do trabalho  
*veja também* emprego; trabalho remunerado; trabalho não-remunerado  
 trabalho autônomo nas minorias étnicas 222-224  
 trabalho biográfico 143-144, 517-518  
 trabalho de aprendiz 416-417  
 trabalho de campo 514-516  
 trabalho de equipe 93-94, 297, 314-315  
 trabalho doméstico 305-307, 316-317, 323-325  
 homens e o 251, 324-325  
 trabalho doméstico *veja* tarefas domésticas  
 trabalho e família, o desafio de conciliar 326-329  
 trabalho em casa 69-70, 329-331, 474-472  
 trabalho emocional 154-156  
 trabalho flexível 69-70, 312-316, 331, 337-338  
 trabalho não-remunerado 305-307, 323-325  
 trabalho remunerado 305-307  
 e trabalho não-remunerado 324-325  
 mulheres 109-111, 154-155, 246-247, 316-317  
 trabalho voluntário 306-307  
 Trades Union Congress (TUC) 223-224  
 tráfico de drogas 193-195, 227-229  
 transsexualismo 102  
 transformação social 465  
 transformacionistas 66-68
- transgressores  
 percentual em relação à população 155-188  
*Fig. 8.4*  
*veja também* coincidência
- transição cultural, nos EUA 441-443
- transição demográfica 481, 484, 577
- transmissão de programas de televisão 367-369, 371
- transporte, acesso ao 268-269
- Transtorno de Déficit de Atenção-Hiperatividade (TDAH) 140-141
- treinamento no emprego 315-316
- triangulação 519, 577
- tributação, e serviços assistenciais 222
- Tripp, David 371-372
- TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights) 77-78
- triumfo do 347, 350
- Trobrind, ihéus de 427-428
- Troeltsch, Ernst 433-434
- Truth and Reconciliation Commission (TRC) 204-205, 229-230
- tumultos 463-465
- tumultos urbanos 463-465
- turismo sexual 123-126, 215-216, 577
- turista, olhar do 82
- Turquia 447-448, 450
- Tutu, Arcebispo Desmond 204
- Twenty-Something in the 1990s* (Economic and Social Research Council) 250-251
- Unhealthy Societies* (Wilkinson) 134-137
- União Européia (UE) 63-64, 77-79  
 e minorias nacionais 361-362  
 migração e 227-230 *Fig. 9.4*, 263-265  
 no ensino de línguas estrangeiras 400-401  
 taxas de fertilidade 162-163
- União Monetária Européia (UME) 344-345
- União Soviética 363-364  
 colapso da 62-63, 344-347  
 como sociedade do Segundo Mundo 48-49  
 relações étnicas na 227-228  
 religião na antiga 442-443
- Unilever 493-494
- universidade da terceira idade 422-423
- Universidade de Cambridge 401-403, 406
- Universidade de Oxford 401-403
- Universidade de Phoenix 395-396, 410-411
- universidade para a indústria 422-423
- universidades  
 americanas 401-403  
 britânicas 401-403, 406  
 "contra-élite", fundamentalistas cristãos de 449, 451

- veja também universidades eletrônicas  
 universidades eletrônicas 395, 40-408  
 University and Colleges Admissions Service (UCAS) 403, 406  
*Unsafe Streets* (IPPR) 269-271  
 Urban Task Force, *Rumo a um Renascimento Urbano* 463-465  
 urbanismo 577  
   aspectos do urbanismo moderno 455-457  
   como modo de vida 456-460  
   e o ambiente criado 459-462  
   e os movimentos sociais 461-461  
   teorias sobre o 456-462  
 urbanização 455-457 *Fig. 18.1*, 577  
   desafios ambientais 469-471  
   efeitos sociais 470-471  
   implicações econômicas 468-470  
   Terceiro Mundo 468-472  
 Urry, John 82  
 URSS veja União Soviética
- validação do entrevistado 519-520  
 valores 38-40, 577  
   culturais 38-40, 300-301  
   domésticos 316  
   e interesses 532-533  
   e religião 426-427  
   família e trabalho 161-162  
   simbólicos 24  
 valores culturais veja valores, culturais  
 valores familiares, debate sobre os 168-169  
 valores simbólicos 2  
 vandalismo interacional 88-89, 577  
 variáveis 512-514, 577  
   dependentes 513-514, 577  
   independentes 512-514, 577  
 variável dependente 513-514, 577  
 variável independente 512-514, 577  
 veitismo 147-148, 577  
 "vendedor leva tudo" 351-352  
*Versus Satânicos* (Rushdie) 449, 451  
 vida acadêmica, disparidade entre os gêneros em termos salariais 418-419  
 vida cotidiana 68-69, 82-100  
   o estudo da 82-86  
 vida da cidade, interpretações da 458-460  
 vida econômica, e trabalho 305-340  
 vida em família  
   democratização da 540-541  
   efeito da globalização sobre a 68-70  
   violência e abuso na 166-169
- vila monástica 434-436  
 Vidal, Denis 426  
 vigilância 138-139, 185-188, 290-291, 536-539, 577  
   nas organizações 290-292, 309-312  
   nas prisões 289-290  
   os limites da 291-292
- violência  
   dentro da família veja violência doméstica e a televisão 371-372  
   e o fundamentalismo religioso 452  
   masculina contra as mulheres 109-111, 125-126, 190-192  
   nos crimes 191-192, 200  
   praticada por mulheres 189-190  
   racial 213-215  
 violência doméstica 109, 154-155, 166-169, 183-184, 190-191  
 violência sexual 190-192  
*Virtually Normal* (Sullivan) 122-123  
 vírus eletrônicos 72  
 vírus HIV veja AIDS  
 visão psicológica 174-177  
 vítimas de crimes 189-196  
   os sem-teto 270-271  
 vivuvez 157-158  
 viver junto veja coabitação  
 vocação 528-530  
 Vogler, Carolyn 325-326
- Wajcman, Judy, *Managing Like a Man* 294-297, 323-324, 328-329  
 Walby, Sylvia 109-111  
 Walker, Carol 276  
 Wallis, Roy, *The Elementary Forms of New Religious Life* 443-445  
 Walton, Paul *The New Criminology* 178-179  
 Warde, Allan 324-325  
 Waterhouse Inquiry (1996) abuso sexual 167-169  
*Wealth of Nations. The* (Smith) 309, 311-312  
 web veja World Wide Web (www)  
 Weber, Max (1864-1920) 32-34  
   e as religiões mundiais 432-433  
   e o desenvolvimento social moderno 534-536  
   em comparação com Marx 236-237, 534-535  
   sobre a burocracia 284-286, 292-294, 301-302  
   sobre a religião 432-433  
   teoria de classe 236-237  
*The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* 432, 528-530, 534-535  
 Westergaard, John 239-240
- Whittle, Christopher 409-411  
 Wilkins, Leslie 178-179  
 Wilkinson, Helen 161-162  
 Wilkinson, Richard, *Unhealthy Societies* 134, 134-137  
 Willis, Paul 413-415, 417-418  
 Willmott, Peter 327-328  
 Willot, Sara 113-115  
 Wilson, Bryan 443-444  
 Wilson, William Julius, *The Declining Significance of Race* 263-264  
 Wireless Application Protocol (WAP) 379-380  
 Wirth, Louis 456-460  
 Woman's Bible. The (Stanton) 434-435  
 Women Against the Ordination of Women 437-438  
*Women at the Altar* (Byrnes) 435-437  
*Women's Income over the Lifetime* (Rake) 321-323  
 Woodward, Chris 399-400  
 Woolf, Virginia 147-148  
 Woolgar, Steve 96-97  
 "world music" 384-385  
 World Values Survey 441-443  
 World Wide Web (www) 297-298, 379-381  
 Wright, Erik Olin 237-238  
 www veja World Wide Web (www)
- xamã 427-429, 444-445, 577  
 xiismo 447-449
- Yakuza, gangues da 196  
 Young, Jock, *The New Criminology* 178-179  
 Young, Michael, *Life after Work* 147-148
- Zapatista, movimento mexicano 358-360  
 Zee TV 370-371  
 Zen budismo 444-445  
 zero, policiamento de tolerância 181, 182, 465-468, 573  
 Zerubavel, Eviatar 96-98  
 Zimbardo, Philip 517-518  
 Znaniecki, Florian, *The Polish Peasants in Europe and America* 517-518  
 "Zona da Bíblia", no sul dos EUA 451-452  
 zonas de capacitação comunitária 277-278  
 zoneamento do tempo 95-98  
 Zubaida, Sami 448-449  
 Zuboff, Shoshana 310-311